Digitized by Google

Port 26.37

Harvard College Library

GIFT OF

Archibald Cary Coolidge, Ph.D.

(Class of 1887)

PROFESSOR OF HISTORY

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Law Lib. 9223 .m.-139

1:450

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

JORNAL POLITICO

OFFERECIDO

Á SERENISSIMA SENHORA

INFANTA REGENTE

DONA ISABEL MARIA.



PELO DESEMBARGADOR

VICENTE JOSE' FERREIRA CARDOSO DA COSTA.

LISBOA:

NA IMPRESSÃO REGIA.

1826.

Com Licença.

HARVARD UNIVERSITY LIBRARY

Digitized by Google

Port 26.37

Harvard College Library
OCT 7 1913
Gift of
Prof. A. G. Cooke

Digitized by Google

III

SERENISSIMA SENHORA.

QUANTO distão dos Altissimos Decretos da Divina Providencia os destinos dos homens! Ainda mal convalescido de huma gravissima doença, que por dias me teve em perigo a vida, recebo em S. Miguel a tristissima noticia da infausta morte de Sua Magestade Imperial e Real, que Sancta Gloria haja!

E a mesma Providencia, como que se não bastasse, para eu dar minhas lagrimas a semelhante desgraça, a constante devoção, que tive por Seu Augusto Nome, em todo o espaço da minha vida, que já he longo, porque estou velho, havia conduzido o Seu Real Animo nestes ultimos dous annos da Sua Existencia a dar-me tantos, e tão grandes testemunhos da Sua Real Benevolencia, quantos eu vou brevemente referir a VOSSA ALTEZA.

Parece que Sua Magestade previa que hum tempo chegaria, e muito breve, no qual conviesse que os meus estudos de mais de quarenta annos fossem dedicados ao empenho de servir o Seu Regio Sangue, os Seus Augustos Filhos, e Netos, que havia de deixar entre os Portuguezes, e entre os Brasileiros, no velho, e novo Mundo, quando passasse á Bemaventurança Eterna a descançar dos trabalhos de huma vida, que bem se pode dizer que lhe foi dada, para o trazer sempre em martyrio por causa, e por amor de Seus Vassallos!

Digitized by Google

Parece que esta Sua Real Previdencia o conduzio a deixar-me penhorado com tantos, e tão grandes vinculos de obrigação, e de respeito para com a Sua Memoria Saudosissima, a fim de que não fosse possivel acontecer que eu faltasse, ao que devia para com a Sua Regia Prole, nem porque longos annos de vida me diminuissem as forças, e o vigôr preciso para graves trabalhos; nem porque ha pouco salvo de huma terrivel molestia devêsse desviar-me de pesadas tarefas; nem porque, deixando em S. Miguel huma virtuosa Esposa, que em tempos desgraçados me agasalhou, como se eu estivesse nos da maior fortuna, a minha gratidão pedisse que me não demorasse longe della, e das caras Filhas, que Deos me quiz dar do seu Consorcio!

Grandes motivos, Senhora, com effeito erão estes, para me separarem do empenho, em que vou a entrar; e erão necessarios tambem poderosissimos motivos, para que eu me resolvesse a não abandona-lo, esquecendo-me de mim, e do que me ~~era mais chegado~~, ~~da~~ minha vida, da minha mulher, e dos meus filhos! Pois o Augusto Pai de Vossa Alteza deixou-me todos estes poderosissimos motivos, indispensaveis para que eu me esquecesse de ser meu, e fosse todo de Vossa Alteza, do Senhor Dom Pedro IV. Seu Augustissimo Irmão, da Senhora Dona Maria II., destinada para o Real Throno Portuguez, do Serenissimo Senhor Infante Dom Miguel, que ha de ser o seu Esposo; n'huma palavra, de tudo o que era Sangue da Serenissima Casa de Bragança.... ainda não disse bem, de tudo o que era Sangue do Grande Affonso, a quem Divinas palavras, que tem em si mesmo a sua garantia, por serem do Senhor dos Ceos, e da Terra, do Fundador, e do Destruidor dos Imperios, tinhão

Digitized by Google

promettido hum Throno entre os Portuguezes, que não havia jámais de acabar; do qual Sangue vem tambem a Augustissima Rainha, Mãi de Vossa Alteza, que, chamada para cumprimento d'aquella Divina promessa, nos segurou sobre o Throno Portuguez em Vossa Alteza, e Seus Augustissimos Irmãos, a descendencia d'aquelle Grande Affonso, dissipadas todas as incertezas, e cuidados, que nos primeiros annos do Seu Augustissimo Consorcio tanto assustárão, e affligírão os Portuguezes.

Vossa Alteza ha de permittir-me que eu exponha na Sua Real Presença os dictos motivos poderosissimos, com que o Senhor Dom João VI. me deixou penhorado naquelles dous ultimos annos da sua existencia, para que eu não podesse faltar a ser hoje o que devia ser, ainda que isto alongue algum pouco os limites desta Carta.

Calamitosos tempos de Revoluções, destinados para os nossos dias, tambem me havião feito participante das desgraças, que as acompanhão. Se estas chegárão a tocar até na Real Pessoa de Sua Magestade, que Deos haja, e na Sua Augusta Familia, quem pode estranhar que d'ellas me coubesse alguma parte? Altissimos Juizos de Deos! Eu fui infamado de desleal a Este Senhor, a quem devia tudo o que era, e quasi tudo o que tinha. Relegado para Angra arbitrariamente com todas as apparencias de infiel ao meu Rei, e ao meu Bemfeitor, passo desta Ilha para a de S. Miguel, ainda não desinfamado; e a Senhora de huma das principaes Casas dos Açores, que eu apenas tinha visto, e cujas nupcias buscavão quasi todos, os que em S. Miguel se podião lembrar disso, faz-me propôr o seu Casamento! Não foi certamente para ir ter esta fortuna, que me embarcárão sobre a Amazona; mas os destinos

Digitized by Google

dos homens distão muito dos Decretos da Divina Providencia. Inuteis se tornarão sempre os esfôrços d'aquelles, quando o Senhor do Ceo e da Terra quizer malograr os seus projectos.

Eis-me, Serenissima Senhora, sahindo de Portugal, coberto de infamia, passando com ella para Angra, indo, ainda não desinfamado, estabelecer-me em S. Miguel, e isto porque houve no Mundo huma Mulher, que a Providencia conduzio a ter olhos para vêr as cousas como ellas erão, e mais acertadamente do que as vião os que então estavão á testa do Governo deste Reino em Nome de Sua Magestade, que Deos haja. Na minha perseguição foi empregado o Real Nome de Sua Magestade, mas nunca apparecêo nella a Sua Assignatura.

Passão-se annos; e ainda não tem decorrido dous desde o dia 30 de Outubro de 1824, em que o Augusto Pai de Vossa Alteza, como que não querendo sahir deste Mundo sem me deixar limpo d'aquella infâmia, expedio o Decreto (N.° 1.°), pelo qual me mandou a huma Commissão extraordinaria, e importantissima á Ilha de S. Miguel, honrando meu nome com declarar-se Elle Mesmo a Si por testemunha, de que tinha =*provas da minha Literatura, e boa vontade em o bem servir, e por esperar, que eu empregaria em tudo o mesmo zêlo e actividade, com que tinha desempenhado outras não menos importantes Commissões.*= Lá vai na Gazeta inserido officialmente este Diploma desaffrontar-me neste Reino.

Porém Angra tinha-me visto infamado injustamente. Huma Carta Regia (N.° 2.°) he dirigida ao Governador e Capitão General dos Açores, participando-lhe a dicta Commissão; e lá vai ficar nos Registos de Angra, que Sua Magestade me escolhêo porque = *da minha Literatura, intelli-*

Digitized by Google

gencia, zélo, e boa vontade pelo servir, como tinha mostrado, confiava que eu nisso procedêsse muito á sua satisfação. =

Mas eu residia em S. Miguel; e huma outra Carta Regia (N.° 3.°) vai participar á Camara de Ponta Delgada a mesma Commissão, para ficar tambem no seu Cartorio com a Assignatura d'El-Rei Nosso Senhor, que Deos haja, que Elle me havia escolhido = *pela confiança, que tenho da sua Literatura, e mais partes, que concorrem na sua pessoa, de que em tudo se haverá com o mesmo zélo, e acérto, com que tem desempenhado outras Commissões, de que tem sido encarregado.* =

Em toda a parte, aonde eu poderia cobiçar que fosse desmentida a infâmia, de que me tinhão coberto, no Real Nome, mas sempre sem a Real Assignatura, apparece esta em meu abôno, como se Sua Magestade tivesse hum positivo destino de querer depôr a bem da minha honra em todos os Locaes, em que ella se tinha visto denegrida. E quem conduzio a isto o Real Animo do Mesmo Senhor? A Divina Providencia, ao mais leve aceno da qual, quando ella o quer, quebrão todos os projectos dos homens, como as embravecidas ondas rolando sobre as praias.

Chega o anno de 1820, e os miasmas venenosos da Revolução Franceza de 1789, afogada no sangue dos Francezes, interna, e externamente derramado por causa d'ella, vem de novo desenvolver-se sobre a face da terra ao Sul da Europa. A Hespanha entra em huma convulsão política, que ameaçava o Reinado, porque a sua precedente Constituição de Cadiz, nominalmente Monarchica, e no fundo, e mais nas bases, irmã germana das outras, que em París tinhão brotado das suas primeiras Assembléas e Convenções, que derrubárão do Throno, e levárão ao Cada-

Digitized by Google

falso o desditoso, e digno de melhor sorte Luiz XVI., havia de ter necessariamente baralhado as idêas da Organisação Social entre os Hespanhoes; e mais que provavel era que fôsse esta Constituição de Cadiz imitada, ou proclamada, logo que novas crises políticas atacassem o Solio, em que se havia assentado Fernando VII., depois que passou do Captiveiro de França ao Reinado, a cuja successão tinha direito por Seus Maiores.

Portugal estava muito perto d'aquelle Reino, para que se lhe não communicasse o contagio da molestia, que atacava os seus visinhos. As convulsões politicas são epidémicas, e tem o caracter da electricidade, que as faz communicar em curto espaço de tempo a larguissimas distancias! O nosso Reino com effeito em 1820 obrou tambem por imitação d'Hespanha, como o tinha feito anteriormente em 1808. O Porto teve o seu 24 de Agôsto: e os governados attribuírão-se o Direito de Governar! Ausente desta Cidade, de que *eu era natural*, aonde tinha o resto da minha familia, e na qual passára a minha mocidade, e a minha idade viril, dei nos Açôres as lagrimas, que devia, a hum acontecimento, que era illegal notoriamente, e que me parecia fatal origem de gravissimas desgraças. Entretanto consolárão-me suas primeiras acclamações, que parecião destinadas sómente a abrir huma communicação entre os Vassallos Portuguezes, e o seu Augusto Monarcha, que se achava na Côrte do Rio de Janeiro, não dando nenhumas apparencias, de que se lhe quizessem dictar Leis; mas pouco depois os 15 de Setembro em Lisboa, e sobre tuto os subsequentes movimentos de Novembro fizerão-me prevêr que as desventuras d'Hespanha se ião communicar a Portugal em toda a sua extensão.

Digitized by Google

Os Principios eminentemente Democraticos erão proclamados em todos os Papeis Públicos, que se espalhavão entre o Povo Portuguez! Quem podia deixar de prevêr que depois disto, nas Assemblêas, que se congregassem para tractar da futura Organisação Social, se havia de desprezar inteiramente o Principio Monarchico, para que viesse a resultar finalmente a Proclamação de huma Monarchia encastoada em huma Democracia? Espantoso Composto Social, em que se imita o Cáhos, no qual a luz se acha confundida com as trevas, as aguas com a terra, o frio com o calôr, cousas entre si heterogêneas, e das quaes humas destroem as outras!

Julguei então, em S. Miguel, Serenissima Senhora, que era chegado o momento de eu vêr, se minhas Letras, e meus estudos de toda a minha vida, podião sustentar o Reinado, em que eu havia nascido, e o Throno do Senhor Dom João VI. meu Pai, e meu Bemfeitor: e ao Governo instalado em Lisboa pelos acontecimentos d'aquelle dia 15 de Setembro, dirigi o Memorial (N.° 4.°) em que me offerecia para ir fallar, pelos Direitos do Reinado, nessas Assemblêas, que se destinavão congregar em Lisboa.

Era minha intenção vêr, se conseguia arrefecer alguma cousa o ardente, e demasiado Espirito Democratico, que já em Outubro de 1820 me parecia vêr, de S. Miguel, dominando nas Côrtes Portuguezas de 1821, e o qual não servio nunca no Mundo, nem he capaz de prestar, senão para perder tudo.

A Providencia não quiz que nessa occasião fossem avante os meus bons desejos pela Monarchia Portugueza. Inexplicaveis acontecimentos impedirão que eu podesse fazer ao meu Monarcha o glorioso Serviço, a que me propunha. Eu fui im-

Digitized by Google

pedido a sahir dos Açores: meus Serviços ficárão sómente na boa vontade: mas assim mesmo o Augusto Pai de Vossa Alteza não os quiz deixar sem hum monumento de honra, qual he o Alvará (N.° 5.°), em que houve por bem declarar = *que Tomando na Sua Real Consideração a fidelidade e boa vontade, com que eu me offerecéra na fatal época de* 1820, *para fazer as funcções de Procurador dos Direitos da Sua Real Coróa: Commissão, que não chegára a desempenhar, por motivos inteiramente alheios da minha pessoa; Havia por bem, e por Graça Especial, que jámais serviria de exemplo, de conceder o Fóro de Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa á pessoa, que com minha Filha D. Teresa houvesse de Casar, sendo da Sua Real Approvação.* E outro semelhante Alvará me dêo o Mesmo Senhor a pró da outra Filha, que eu tenho com o nome de D. Elena.

Eis-aqui mais huma *Letra Sacada* pelo Augusto Pai de Vossa Alteza sobre a minha gratidão, para que eu hoje seja todo de Vossa Alteza, todo dos seus Augustos Irmãos, todo da Real Sobrinha de Vossa Alteza, Nossa Designada Rainha.

Hum Negocio importante do meu interesse me havia feito pedir a Sua Magestade Imperial e Real, que Deos haja, para que fôsse Servido Manda-lo Consultar no Conselho da Real Fazenda, quando entrei no Téjo sobre a Fragata Princeza Real em 1824. Estava a Consulta quasi para subir á Sua Real Presença, quando o Mesmo Senhor entendêo que convinha ao Seu Serviço Mandar-me á Commissão de S. Miguel, de que tractão os Diplômas N.os 1.°, 2.°, e 3.° Quinze dias bastarião de demora, para que a Consulta subisse, e eu pessoalmente podesse promovêr a sua Resolução. Mas Sua Magestade inculcava como

Digitized by Google

demasiadamente necessaria ao Seu Serviço aquella Commissão, para que me ficasse lugar de lhe pedir, nem a mais curta demora, por causa de interesses meus particulares.

Não me lembrou mais a minha Consulta, e sobre a Corvêta Lealdade fui para S. Miguel tractar d'aquillo, que o Augusto Pai de Vossa Alteza me Decretava nos mencionados Diplômas. Mas quando, passados quatro, ou cinco mezes, vi que a Consulta não era Resolvida, dirigi pélo Ex.mo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Ultramar e Marinha, hum Memorial ao Mesmo Augusto Senhor, pedindo-lhe que se Dignasse lembrar da Consulta, em que eu lhe tinha fallado, e que me havia esquecido, logo que Sua Magestade fôra Servido lembrar-se de mim para o Seu Serviço em S. Miguel.

O Augusto Pai de Vossa Alteza não quiz ser menos Generoso para comigo, do que eu tinha sido para o cumprimento das Suas Reaes Ordens. Os Documentos N.os 5.°, e 6.° farão vêr a Vossa Alteza que os poucos dias, que decorrem entre os quatro, e os onze de Julho do anno passado, forão bastantes para que se encontrasse huma Consulta, cujo destino ainda não era bem conhecido naquella primeira época, e que fôra Resolvida na segunda. A Resolução foi qual me parecia ser de Justiça, e qual era conforme aos meus interesses. *Ah! Bem haja Vossa Saudosissima Memoria, Augusto e Incomparavel Monarcha! Perdoai-me, Senhor, se a minha súpplica parecia ir tentar a Vossa Generosidade, para que com a lembrança da presteza, que me dei ao Serviço de Vossa Magestade, desafiasse tambem a brevidade de Vossa Resolução sobre o meu Requerimento! Eu era Vassallo, cumpria o que Vossa Magestade Decretava; e Vossa Magestade era Monarcha,*

Digitized by Google

involvido no turbilhão de immensos Negocios, e assim mesmo Vossa Magestade caminhou mais depressa em deferir-me, do que eu em sahir do Téjo, desde que Vossa Magestade me fez participar o dicto seu Decreto de 30 de Outubro (N.° 1.°). Eu sómente delle levantei nos fins de Novembro! Quem podia, Senhor, competir com Vossa Magestade em Grandeza d'Animo, e em Real Generosidade?

Digne-se Vossa Alteza, Serenissima Senhora, de perdoar este transporte ao meu coração agradecido. Mas aqui tem Vossa Alteza mais *Letras Sacadas* por Seu Augusto Pai sobre a minha gratidão, para que eu haja de tomar na presente época aquelle Posto, que me compete no Serviço de todo o Illustre Sangue do meu Pai, e do meu Bemfeitor.

Empregado na Commissão de S. Miguel recebi constantemente repetidos Monumentos da Real Bondade de Sua Magestade Imperial e Real para comigo. Dou a Vossa Alteza em prova os Diplômas N.os 7.°, e 8.°, e não refiro mais, para não cançar a Vossa Alteza com huma Representação já demasiadamente extensa, e que não teria fim, se eu nella quizesse comprehender todos os testemunhos de Bondade, que Seu Augusto Pai Foi Servido dar-me nos ultimos dous annos da Sua Existencia.

Foi em justa lembrança de tudo isto que eu assentei comigo, em S. Miguel, ao chegar a esta Ilha a lúgubre noticia da morte de Sua Magestade, que me não cabia contentar-me com os signaes de Lucto communs a todos os Portuguezes: que eu devia fazer mais, sendo obrigado a atravessar o Oceano para vir depôr as minhas lagrimas aos Augustos Pés de Sua Magestade Imperial e Real, de Vossa Alteza, e de toda a Real Familia do meu Rei, e do meu Bemfeitor, não

Digitized by Google

obstante a doença, que havia tido nos fins do anno passado, e de que apenas estava convalescente.

Representei o assim ao Governo instituido pelo Decreto de 6 de Março passado, a que Vossa Alteza Presidia, pedindo tres mezes de Licença, para vir encher esta Sagrada obrigação, se isso fôsse agradavel a Sua Magestade Imperial e Real, a Vossa Alteza, e ao dicto Governo, visto que eu estava em S. Miguel n'huma Commissão, que não devia interromper, de meu arbitrio. O deferimento a esta Súpplica acha-se no Documento N.º 9.º

Embarquei pois em S. Miguel aos 13 de Julho passado sobre a Escuna Conceição Flor do Mar, unicamente com o destino de vir encher em Lisboa aquellas Luctuosas funcções. Mas quanto distão os projectos dos Homens dos Decretos da Divina Providencia!

Entro no Téjo aos 2 de Agosto, no meio do estrondo das Salvas das Torres, que eu no Mar attribui aos annos da Serenissima Senhora Infanta Dona Francisca dos Anjos: mas ao chegar a Visita da Saude á Escuna, que me transportava, vim a saber que muito diverso era o motivo d'aquelle Festêjo: que o Senhor Dom Pedro IV. havia abdicado este Reino em Sua Filha, e Nossa Augusta Rainha a Senhora Dona Maria II., que fôra Servido destinar-lhe para Consorte o Serenissimo Senhor Infante Dom Miguel: que Vossa Alteza se achava entretanto Regente desta Monarchia: e que o Mesmo Augusto Senhor tinha dado huma Carta Constitucional á dita Monarchia. Que espantosa accumulação de novidades, todas grandissimas, e que eu inesperadamente vim encontrar no Téjo!

Havia succedido, Serenissima Senhora, quan-

Digitized by Google

do me tinha proposto a vir fallar pelo Reinado em 1820 nos termos do Documento N.° 4.°, querendo preparar a Opinião Publica, chamando-a aos meus intentos, que eu tivesse então disposto, e remettido para Lisboa huma especie de Periodico com o Titulo = *O Velho Liberal* = no qual eu inculcava quanto convinha aos meus Nacionaes, para se tirarem do embaraço, a que os trouxerão os 24 de Agosto, e os 15 de Setembro antecedente. O 1.° N.° deste Periodico chegou a ter as Licenças da Censura d'aquelle tempo. Nos Numeros seguintes eu apresentava hum Projecto da Lei Constitucional, que se podia sem inconveniente pedir ao Muito Alto, e Muito Poderoso Senhor Dom João VI. de Saudosissima Memoria; lembrava os inconvenientes da Representação em huma só Camara, de hum Governo Representativo, sem que o Monarcha tivesse *o Veto, e o Direito de dissolver a Camara:* n'huma palavra, Senhora, tractava nestes Periodicos de desviar os Portuguezes de todos os defeitos de huma Organisação Social, qual elles se derão pela Constituição jurada em 1822.

E quanto não será espantoso que, dirigindome de S. Miguel ao Téjo com o motivo lúgubre acima referido, o qual nada tinha com Constituições Politicas, me occorresse trazer comigo estes Periodicos! Que achando-se elles na Villa do Nordeste da Ilha de S. Miguel, guardados por hum dos meus Enteados, que alli he Juiz de Fóra, não os encontrando eu na minha Casa de Ponta Delgada, d'onde havia d'embarcar, e que d'aquella Villa dista 12 legoas, conhecendo esta falta sómente na vespera do meu destinado embarque, eu demorasse este mais hum dia, sómente com o fim de mandar buscar por hum Proprio aquelles papeis á mencionada Villa! No Valle das furnas

Digitized by Google

se achava então o Governador e Capitão General dos Açores, e grande parte das Familias distinctas de S. Miguel: pelo dito Valle he que foi o Proprio mandado a esta diligencia: he pois da maior publicidade em S. Miguel, que demorei minha viagem, para não sahir da Ilha, sem trazer comigo aquelles manuscriptos. Eu mesmo não sei dizer, Serenissima Senhora, que força me conduzio a hum semelhante empenho!

E sobre tudo: quanto não será espantoso vêr que estes Periodicos naquelle já dito projecto de Carta Constitucional por mim lembrado, para que pelos Portuguezes fôsse pedida ao Senhor Dom João VI., continhão huma Representação Nacional, e huma Carta Constitucional inteiramente semelhante aquell'outra, que o Senhor Dom Pedro IV. Foi Servido dar aos Portuguezes, e que eu desembarcando de S. Miguel vim achar no Téjo tão applaudida, e tão festejada! Aquella mesma Lei Fundamental, que nos fins do anno de 1820 escrevi em S. Miguel, e que mandei para Lisboa, como a mais propria para ser pedida pelos Portuguezes ao Senhor Dom João VI.; aquella, que eu considerava então como a unica, que podia desviar-nos de desgraças, e ter subsistencia, como a unica, que podia tirar os Portuguezes dos embaraços, em que os tinhão mettido os 24 de Agosto, e os 15 de Setembro do Porto, e de Lisboa, he esta mesma Lei Fundamental, em toda a sua extensão, ou com pouquissima differença, aquella, que do novo Mundo nos mandou o Augusto Filho do meu Rei, e do meu Bemfeitor, que Sancta Gloria haja! Lisboa coberta de applausos, manifestando em tudo alegria, por ter recebido da Alta Sabedoria, e do Incomprehensivel Genio do Senhor Dom Pedro IV. huma Carta Constitucional, em que ella parecia

Digitized by Google

vêr toda a sua futura prosperidade, e ser sua irmã germana, a que eu trazia entre os meus papeis, e que em 1821 desejava fôsse proposta, e pedida ao Senhor Dom João VI.! Os bons desejos, com que nesta época entrei na composição d'aquelles Periodicos ficárão exuberantemente pagos com este extraordinario e inesperado acontecimento. Vindo de Belém, aonde desembarcára, até o Palacio da Rosa, em que resido, passando por baixo de successivos Arcos de Louro levantados áquella mesma Carta Constitucional, que eu trazia comigo dos Açores!

Ah, Senhora, que grande consolação não foi a minha por este extraordinario, e inesperado acontecimento! Mas eu vi nelle, não sómente hum premio dado pelo Senhor do Ceo, e da Terra áquelles meus bons desejos, mas com este premio vi juntamente misturado hum Divino Preceito, huma Soberana Lei da Divina Providencia. Conheci evidentemente por este encadeamento de inesperados, e insólitos acontecimentos, que era hum Decreto do Ceo, huma Lei do Altissimo, que eu désse em 1826 todo o fructo dos meus estudos de toda a minha vida, toda a força, e vigor de genio, que Deos me conservava ainda na velhice, para sustentar, e manter, quanto da minha parte estivesse, a Carta Constitucional da Monarchia Portugueza, que o Senhor Dom Pedro IV. Se Dignára enviar-nos lá d'alem do Atlantico. Se eu tinha dado todos aquelles meus estudos, e todo este meu vigor em 1820, e 1821, para que nascesse entre os Portuguezes esta mesma Carta Constitucional, que agora nos foi dada, não será de rigorosa obrigação minha alimenta-la, e sustenta-la hoje, quando já nascida, para que não venha a abortar, e perecer, pouco depois do seu nascimento?

Digitized by Google

Curvei humildemente, Serenissima Senhora, a minha cabeça ao que me parecia hum positivo, e expresso Mandado de Deos, e disse comigo no fundo do meu coração = *Seja feita Vossa Sanctissima Vontade! Eu vou occupar o Posto, que me parece téreis-me destinado entre os Portuguezes nesta época de* 1826. =

Comprehendi então ao mesmo tempo, Serenissima Senhora, que todos aquelles testemunhos de Real Beneficencia, que pelo Augusto Pai de Vossa Alteza, me tinhão sido dados nos dous ultimos annos da sua existencia, erão outras tantas *Letras Sacadas* pelo Mesmo Senhor sobre a minha gratidão, para que eu as pagasse depois da sua morte fatalissima, e *Sacadas* por impulsos da Divina Providencia, para segurar melhor a minha obediencia áquelle seu Divino Mandamento.

Pois, Senhora, obedeça-se humilissimamente á voz de Deos. Elle dará as forças, que me faltarem. Aqui me tem Vossa Alteza aos Seus Pés, para declarar primeiramente na Sua Real Presença, e depois á face de todos os Portuguezes, no velho, e no novo Mundo = *que eu acceito as mencionadas Letras, e que até onde chegarem meus Cabedaes, e os que Deos me dér, hão de ser por mim honradas as Firmas do Augustissimo Pai de* Vossa Alteza. =

O Senhor Dom Pedro IV., Primogenito Ramo deste Tronco, que sempre me agasalhou Benefico, Decreta huma Lei Fundamental para este Reino, que destina a Huma Sua Augusta Filha a Senhora Dona Maria II., Designada Esposa do Serenissimo Senhor Infante Dom Miguel, e cuja Regencia Vossa Alteza interinamente ha de ter! Tudo isto he Respeitavel Sangue do meu Pai, e do meu Constante Bemfeitor.

Digitized by Google

Acceito as Letras, Serenissima Senhora, *e ratifico o meu acceite á face do Ceo, e mais da Terra.* A Carta, que o Senhor Dom Pedro IV. dá a Portugal, vai a ser sustentada com todas quantas Letras, com toda quanta Sômma de Conhecimentos sobre mim tem accumulado a minha já muito longa vida.

Mas ah, Senhora, (concluo como comecei) quanto distão dos Altissimos Decretos da Divina Providencia os destinos dos Homens! Com que destinos sahi de S. Miguel! Com que destinos me dirigi ao Téjo! E delles quanto não erão diversos os Decretos da Divina Providencia!

Deos nos guarde a Preciosissima Vida de Vossa Alteza por tantos annos, quantos carecem os Portuguezes. Lisboa 13 de Agosto de 1826.

Beija a Augusta Mão de Vossa Alteza com o mais profundo Respeito

O Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

Digitized by Google

PROVAS.

N.º 1.

(Extrahido do Original.)

ELRei Nosso Senhor Manda remetter a Vm.ce as Copias inclusas do Decreto e Instrucções, que lhe são annexas, e das Cartas Regias expedidas ao Governador e Capitão General dos Açôres, e Camara da Cidade de Ponta Delgada, tudo na data de 30 de Outubro ultimo, relativo á Diligencia, que o Mesmo Augusto Senhor Ha por bem incumbir a Vm.ce na Ilha de S. Miguel, e á qual Sua Magestade quer que Vm.ce dê desde logo o mais inteiro cumprimento.

Deos Guarde a Vm.ce Mafra, em 3 de Novembro de 1824. = Conde de Sub-Serra. = Sr. Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso.

Tendo-me Representado o Conde de Sub-Serra, do Meu Conselho d'Estado, Ministro Assistente ao Despacho do Meu Gabinete, Encarregado das Pastas dos Negocios da Marinha, e Ultramar, e da dos Negocios da Guerra, a vantagem, e inteira necessidade de fazer visitar as differentes Terras dos Meus Estados Ultramarinos por Pessoas intelligentes, probas, de sã consciencia, e todo o credito, e verdade, a fim de que, examinando cuidadosamente a sua situação presente, tanto no que diz respeito á parte economica, e administrativa, como no que pertence á agricultura, industria, commercio, e mais ramos, de que se alimenta a Riqueza Publi-

Digitized by Google

ca, podessem as informações, que deste modo se obtivessem, unidas ás que existem, offerecer hum mais seguro fundamento ás providencias legislativas, que em consequencia das alterações dos tempos, e da conveniencia, que houvesse de occorrer aos mencionados, e tão attendiveis objectos, se mostrassem como urgentes, e dignas de mais prompto expediente: Expondo-Me tambem que esta disposição, sendo de inculcada, e geral utilidade, d'ella muito estava carecendo a Ilha de S. Miguel, a fim que chegasse a lograr a prosperidade, de que he susceptivel; pois nem o systema, e fórma do seu governo se acha fixado, nem a ordem, por que passou esta Ilha na incorporação das suas Donatarias na Minha Real Corôa, foi devidamente contemplada no que inteiramente tem sido ordenado, e que não tem bastado a restaura-la ao engrandecimento, que lhe he proprio, fazendo com que todos os seus terrenos, ainda hoje incultos quasi em dous terços, venhão a ser aproveitados por huma discreta, e boa cultura: não se havendo chegado a colligir nesta, bem como no que toca ás mais Ilhas, que formão a Capitania General dos Açôres, as noções, e informações, que Meu Augustissimo Avô o Senhor Rei Dom José, de Saudosa Memoria, com tanta recommendação Havia Determinado a D. Antão de Almada, primeiro Governador e Capitão General das mesmas Ilhas, fizesse subir á Sua Real Presença, como indispensaveis subsidios, de que se carecia para mais acordadamente se podêr dar huma definitiva ordem ao seu governo, que tão sábia, e providentemente Havia creado de novo: E merecendo hum semelhante arbitrio a Minha Paternal e Munificente Solicitude na mercê, e favor, com que Desejo soccorrer os Meus fieis Vassallos habitantes de S. Miguel, que na

Digitized by Google

distancia, em que estão, da residencia do Governador e Capitão General, não podem efficazmente sortir o effeito das outras providencias, com que opportunamente lhe Mandei Deferir a estes respeitos. Hei por bem que immediatamente naquella Ilha se proceda a huma semelhante diligencia, e exame, para o que Sou Servido Nomear o Doutor Vicente José Ferreira da Costa, do Meu Desembargo, pelas provas, que tenho da sua literatura, e boa vontade em bem Me servir, e por esperar que empregará em tudo o mesmo zêlo, e actividade, com que tem desempenhado outras não menos importantes Commissões, para o que muito o deve ajudar a experiencia, e conhecimento, que tem dos negocios da dita Ilha: E para esta incumbencia receberá do referido Conde de Sub-Serra, que fica encarregado de assim o fazer executar com os despachos necessarios, as Instrucções competentes por elle assignádas, que ficão constituindo para a sua observancia parte d'este mesmo Decreto, como se aqui fossem incluidos os seus artigos. Mafra em trinta de Outubro de mil oitocentos e vinte e quatro. = Com a Rubrica de Sua Magestade. = Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar em 3 de Novembro de 1824. = Manoel José Maria da Costa e Sá.

N.° 2.

(Extrahido do Original.)

Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, Governador e Capitão General das Ilhas dos Açôres. Amigo. Eu ElRei vos Envio muito Saudar. Não se havendo colligido as diversas informações, que ácêrca do estado administrativo, e economico das Ilhas dos Açôres Foi Ordenado ao seu primeiro

Governador e Capitão General D. Antão de Almada, por Meu Augustissimo Avô o Senhor Rei Dom José, de Saudosa Memoria, fizesse subir á Sua Real Presença, e que devião servir de subsidio ao Regulamento, que devia determinar definitivamente as diversas providencias, de que carecia a sua prosperidade, e augmento: E havendo-se, pelas vicissitudes dos tempos, e nova ordem, a que foi elevada a Ilha de S. Miguel, tornado mais instante attender ao que lhe occorre a este respeito, debilitando-se quasi no seu effeito, para hum melhor, e mais seguro desempenho, as providencias, com que Vou Mandar Deferir a huma semelhante urgencia, pelo que toca a essa, e outras Ilhas, que ficão mais immediatas da vossa residencia, pois a distancia, em que se acha a dicta Ilha, e a sua indole peculiar pedem differente consideração: Fui Servido por todos os referidos motivos Ordenar que, para mais cabal desempenho das dictas informações, d'ellas fôsse encarregado o Doutor Desembargador Vicente José Ferreira da Costa, pois da sua literatura, intelligencia, zêlo, e boa vontade de bem Me servir, como tem mostrado, Confio que procederá n'isto muito á Minha Satisfação, para o que o auxilia muito o conhecimento, que tem dos negocios, e interesses da mesma Ilha: e nesta intelligencia vós lhe fareis prestar todas as noções, clarezas, informações, e o mais que exigir para o bom desempenho d'esta Commissão, que muito vos Recommendo. Escripta no Paço de Mafra aos trinta do mez de Outubro de mil oitocentos e vinte e quatro. = REI. = Para Manoel Vieira de Albuquerque Tovar.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar em 3 de Novembro de 1824. = Manoel José Maria da Costa e Sá.

Digitized by Google

N.° 3.

(Extrahido do Original.)

Juiz, Vereadores, Procuradores, e mais Officiaes da Camara da Cidade de Ponta Delgada na Ilha de S. Miguel: Eu ElRei vos Envio muito Saudar: Não se havendo colligido as informações, que Meu Augustissimo Avô o Senhor Rei Dom José Primeiro, de Saudosa Memoria, Havia ordenado ao primeiro Governador e Capitão General da Capitania dos Açôres D. Antão de Almada fizesse subir á Sua Real Presença, ácerca dos diversos objectos administrativos, e economicos das mesmas Ilhas, em que se comprehendia essa de S. Miguel, e que devião servir de necessario subsidio ao projecto, que Havia concebido de regular definitivamente a dicta Capitania então creada de novo, em beneficio de seus fieis habitantes: E porque de humas mais exactas informações, e mais certificados exames carece hoje essa Ilha, tanto para determinar o que cumpre a seu governo, como ao aproveitamento de seus terrenos, ainda hoje incultos em quasi dous terços, substituindo-lhe mais proficuos objectos para a sua cultura, sendo estes animados pelo mais desempeçado andamento da pública administração economica, e administrativa da mesma Ilha, pelo melhor emprêgo da industria, e protecção, e soccorro, concedido á navegação, e commercio, não lhe permittindo a distancia, em que se acha da Capital do Governo da Capitania, que efficazmente sejão proficuas as providencias, com que a este respeito Fui Servido Deferir aos habitantes das outras Ilhas: Houve por bem Determinar por Decreto da data d'esta Minha Car-

Digitized by Google

ta Regia que se procedesse a huma tão necessaria Diligencia, de que muita vantagem resultará a todos os moradores d'essa Ilha, Nomeando para isso o Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, do Meu Desembargo, pela confiança, que Tenho da sua literatura, e mais partes, que concorrem na sua pessoa, de que em tudo se haverá com o mesmo zêlo, e acêrto, com que tem desempenhado outras Commissões, de que tem sido encarregado, ajudando-o muito para este fim o conhecimento, e prática que já tem das cousas da Ilha. O que Me Parecêo participar-vos para que, nesta intelligencia, lhe presteis todos os auxilios, de que carecêr, franqueando-lhe os Archivos, noções, e quaesquer clarezas, que sejão a bem da sua Diligencia. Escripta no Paço de Mafra aos trinta do mez de Outubro de mil oitocentos vinte e quatro. = REI. = Para o Juiz, Vereadores, Procuradores, e mais Officiaes da Camara de Ponta Delgada na Ilha de S. Miguel.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar em 3 de Novembro de 1824. = Manoel José Maria da Costa e Sá.

N.° 4.°

Illustrissimos e Excellentissimos Senhores. = O Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, annullado, e retirado das cousas públicas ha tanto tempo, não esperava ter motivo nenhum, que o fizesse sahir da vida particular, e tranquilla, em que a Providencia o tinha posto, muito mais beneficamente do que elle o merecia, contentando-se com os seus bons desejos pela prosperidade da Nação, em que nascêo, a quem servio, e a quem ama; mas vendo que nos proximos acontecimentos Politicos de Portugal, de que

Digitized by Google

Vossas Excellencias tem desviado com tanta dexteridade a Anarchia, a Guerra Civil, e a Intolerancia Politica, que quasi sempre envenena, e perturba esses acontecimentos; vendo, digo, que tractando-se de Direitos do Corpo Politico Portuguez, de que Sua Magestade faz certamente huma parte, tendo-o toda a Nação proclamado com enthusiasmo, e amor, evidente testemunho de não querer deprimir os seus Direitos; vendo, digo, nestas circumstancias annular-se o Procurador da Corôa, que Sua Magestade ahi tinha, e a quem tocava com os seus Officios, e pelo uso da sua Procuração advogar os Direitos da Corôa, e do Soberano n'esses Congressos, em que d'elles se ha de tractar, o Supplicante ainda que se conhece, e o pouco que pode, e vale, não pode deixar de apresentar-se a Vossas Excellencias para supprir esse lugar, se elle foi abandonado, em quanto Sua Magestade não designa outro, que o haja de encher melhor do que o Supplicante. E se a Vossas Excellencias parecer admittir ao Supplicante n'esta Commissão, elle ficará n'isso tanto mais satisfeito, quanto se lhe offerece huma occasião de testemunhar ao mesmo tempo a Sua Magestade o respeito, que tributa ás Suas Reaes Virtudes, e a sua gratidão pelo que lhe deve, e á Nação a justiça, que faz aos seus sentimentos, que não são nem de deprimir os Direitos de Sua Magestade, nem de assustar, e repellir quem haja de advoga-los. = E R. M. = Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa. = Veja-se a Nota no fim dos Documentos.

N.° 5.°

(Extrahido do Original.)

Eu ElRei Faço saber a vós D. Alvaro Anto-

Digitized by Google

nio de Noronha Abranches Castello Branco, do Meu Conselho, Marquez de Torres Novas, Commendador da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, Gram Cruz da de Nossa Senhora da Conceição, e da de Torre e Espada, Gentil Homem da Minha Real Camara, e Meu Mordomo Mór: Tomando na Minha Real Consideração a fidelidade, e boa vontade, com que o Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, se offereceô na fatal época de mil oitocentos e vinte, para fazer as funcções de Procurador dos Direitos da Minha Real Corôa: Commissão que não chegou a desempenhar por motivos inteiramente alheios da sua Pessoa: Hei por bem, e por Graça Especial, que jámais servirá de exemplo, de conceder o Fôro de Fidalgo Cavalleiro da Minha Real Casa á Pessoa, que com sua filha D. Teresa houver de Casar, sendo da Minha Real Approvação: E este Alvará se cumprirá tão inteiramente como n'elle se contém, posto que não passe pela Minha Chancellaria, e seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo das Ordenações em contrario. Dado no Palacio da Bemposta em vinte de Novembro de mil oitocentos e vinte e quatro. = REI . . . = Marquez Mordomo Mór.

Alvará pelo qual Vossa Magestade Ha por bem, e por Graça Especial, que jámais servirá de exemplo, de conceder o Fôro de Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa, á Pessoa que houver de Casar com a filha do Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, D. Teresa, sendo da Sua Real Approvação, como neste Alvará se declara. = Para Vossa Magestade vêr. = *Seguem-se os Registos.*

Digitized by Google

N.° 6.°

(Extrahido do Original.)

Accuso a recepção da Carta, que Vm.ce me dirigio em data de 17 de Abril proximo passado, acompanhando o Requerimento, que Vm.ce fez a Sua Magestade, o qual remetti ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, pedindo-lhe que me informe da Resolução, que tiven a Consulta, a que Vm.ce se refere, que consta ter passado das mãos do Sr. Conde de Sub-Serra para o seu poder.

Deos Guarde a Vm.ce Palacio da Bemposta em 4 de Julho de 1825. = Joaquim José Monteiro Torres. = Sr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

N.° 7.°

(Extrahido do Original.)

Tendo em 4 de Julho proximo passado accusado a recepção da Carta, que V. m.ce me dirigio em data de 17 de Abril deste anno, participando-lhe o destino, que tinha dado ao Memorial, que então me enviou, cumpre-me remetter a V. m.ce a inclusa cópia do Decreto, expedido pelo Ministerio dos Negocios do Reino, acerca da sua pertenção, em data de 11 do mesmo mez, de que acaba de me dar noticia o Ministro d'Estado d'aquella Repartição: E aproveito esta occasião para lhe reiterar os sentimentos da minha estima.

Deos Guarde a V. m.ce Lisboa, em 13 de Setembro de 1825. = Joaquim José Monteiro Torres. = Sr. Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso.

Digitized by Google

N.° 8.°

(Extrahido do Original.)

Subírão á Soberana Presença de ElRei Nosso Senhor os Officios de V. m.ce de 4, 18, e 20 do mez proximo passado, que merecêrão toda a Regia Contemplação, assim pelo testemunho, que dão do bom desempenho, com que V. m.ce busca, satisfazendo a esta sua nova, e importante Commissão, sustentar o justo conceito, que merece, e tem adquirido, como desse modo contribuir para a prosperidade dessa Ilha, hum dos empenhos das Paternaes, e Providentes Considerações de Sua Magestade em commum beneficio de todos os seus fieis Vassallos: Deve V. m.ce por tanto ficar persuadido da Complacencia Regia, com que são recebidos, e sempre serão avaliados os seus serviços nesta parte: O que tenho toda a satisfação de assim lho significar em Nome de Sua Magestade .....

.....

Deos Guarde a V. m.ce Palacio da Bemposta em 19 de Setembro de 1825. = Joaquim José Monteiro Torres. = Sr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

N.° 9.°

(Extrahido do Original.)

Tendo recebido as Cartas, que V. m.ce me tem dirigido nas datas de 5, 9, e 10 de Outubro, e 6, e 15 de Novembro proximo passado, e tendo levado o seu conteudo á Augusta Presença de Sua Magestade Imperial e Real, recebêo o Mesmo Senhor nos trabalhos, a que as sobreditas Cartas se referem, novos testemunhos

Digitized by Google

do zêlo, e boa vontade, com que V. m.ce se emprega no Seu Serviço, o que, sendo tudo de assumpto relevante, fica entregue á toda a consideração na Soberana Presença, e serão communicadas successivamente a V. m.ce as competentes resoluções.

Deos Guarde a V. m.ce Palacio da Bemposta em 22 de Dezembro de 1825. = Joaquim José Monteiro Torres. = Sr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

N.° 10.°

(Extrahido do Original.)

O Governo destes Reinos, creado pelo Real Decreto de 6 de Março ultimo, e Presidido pela Serenissima Senhora Infanta D. Isabel Maria, Foi Servido Conceder a V. m.ce a Licença de tres mezes, requerida no seu Officio de 30 de Março proximo passado, para vir comprimentar Sua Magestade Imperial, e as Serenissimas Senhoras Infantas. O que participo a V. m.ce para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. m.ce Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em 28 de Abril de 1826. = Joaquim José Monteiro Torres. = Sr. Vicente José Ferreira Cardoso.

Nota ao Documento N.° 4.°

O credito, e a reputação da Classe da Magistratura Portugueza, á qual tem a honra de pertencer o Desembargador Vicente José Ferreira, que fez o Requerimento impresso em o dicto Documento, exige que elle lhe ajunte a seguinte Observação.

Digitized by Google

Elle reconhece, e reconhecêo sempre que na dicta Classe muitas outras pessoas havia animadas de iguaes desejos aos seus para testemunharem adhesão, e firmeza pela Causa do Reinado, e dotadas até de superiores luzes ás suas para a sustentarem com toda a força, e vehemencia na Crise, que arrebentou em Portugal no anno de 1820; mas todas ellas se achavão então na Classe dos Governantes pelos seus altos Empregos; e isto se por huma parte fazia menos ponderosa a sua opinião, e a figura, que tomassem a favôr do Reinado que os tornava felizes; pela outra parte as expunha a maiores riscos, se se aventurassem a declarar-se sustentadores de Direitos, que se atacavão manifestamente na dicta Crise.

Pelo contrario: o Desembargador Vicente José Ferreira, estando nessa época na classe dos Perseguidos, relegado ha muitos annos em huma das Ilhas dos Açôres por hum Governo, que existíra em huma Monarchia absoluta, dando mais pêso ás suas Opiniões pelo Reinado, tinha menos riscos a correr quando as enunciava pela sua dicta peculiar posição.

A Revolução Portugueza começou em Agosto, e Setembro de 1820, e hum dos Periodicos mais acreditados nessa época foi o *Portuguez Constitucional*, o qual, logo no seu N.° 6.° em data de 28 de Setembro do dicto anno, tendo de annunciar a venda de huma Obra do mesmo Desembargador, escrevêo o seguinte:

O Portuguez Constitucional N.° 6. — Lisboa 28 de Setembro de 1820.

Na loja de Jorge Rei, aos Martyres, vende-se por 300 rs. a Obra intitulada = Memoria Juridica sobre a applicação do disposto na Ord. Liv.

Digitized by Google

2. tit. 35. §. 19. dos Bens vagos quando Sua Magestade delles faz mercê, antes de serem na Corôa incorporados real ou verbalmente, na fórma, que declarão as Ord. Liv. 2. tit. 35. §. 22. e tit. 36. pelo Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

Eis-aqui huma das victimas da odiosa prepotencia de hum Governo atroz, e absurdo! eis-aqui hum dos illustres Septembrizados! Cidadão util, Ministro recto, e hum dos que mais honrão a Toga em Portugal. Homem probo, de grande talento, e profundo saber; tantos erão os titulos, que o fazião benemerito da Patria, quantos os que o fazião temivel a hum Governo, que regia com vara de ferro, cioso da sua authoridade, e de tudo suspeitoso pela consciencia de sua propria fraqueza! Perseguido, e expatriado sem Sentença, nem Processo, o Desembargador Vicente não chegou a fazer imprimir mais que o primeiro Volume da sua Compilação de Leis, nem outras Obras, de que se deduziria o público proveito Nacional. Consta-nos que por occasião de seu immerito desterro perdêo muitos manuscriptos; mas sabemos que conserva outros muitos, e preciosos, em alguns dos quaes se demonstrão os vicios do passado Governo, e que devem efficazmente cooperar para a nossa Civil Regeneração. Fique desde agora feita a minha primeira Reclamação, já muito antes tencionada: o Desembargador Vicente deve sem perda de tempo ser revocado á Patria, e deve infallivelmente ser elle hum dos Membros da Commissão das Leis, que haja de formar hum Codigo, que para o futuro nos reja, esclarecendo o cáhos da nossa Legislação, ind'agora no Seculo vinte envolvida em toda a Romana inconsequencia, e Gothica barbaridade.

Digitized by Google

Eis-aqui a singular posição do Desembargador Vicente José Ferreira entre todos os seus Collegas na Magistratura. Proclamado, e acreditado na maneira sobredicta nos primeiros momentos de Revolução estava mais nas circumstancias de fazer o que fez, do que os outros que não tinhão a mesma salva-guarda: E se outros houvesse que a tivessem, tambem muito provavel he que procedessem, como procedêo o mesmo Desembargador.

FIM.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 1.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

O glorioso titulo de Liberal compete sem dúvida áquelle, e sómente áquelle, que ama a Liberdade Civil.

He necessario comprehender bem o que he Independencia, e o que he Liberdade. A Liberdade he o direito de fazer tudo aquillo, que as Leis permittem: e, se hum Cidadaõ podesse fazer o que ellas prohibem, naõ gosaria de Liberdade; porque os outros teriaõ todos o mesmo podêr. (Montesq. Esp. des Loix Liv. 11. Cap. 3). Este texto he d'outro ainda mais Velho Liberal, a quem Voltaire, no seu Discurso á Academia Franceza, honrou, dizendo — *que o Genero Humano tinha perdido os seus Titulos, e que Montesquieu os achára, e lh'os restituira.* —

Eis-aqui pois o que chamaõ Liberdade os Velhos Liberaes, que vivem no meio das Nações. A Liberdade natural, ou a Independencia suppõem os homens no estado anterior ás Sociedades Civis. Naõ he possivel pois conceber que, tractando-se das Instituições Politicas, a que chamâmos Estados, se possa dizer Liberal, senaõ aquelle, que ama a Liberdade, que nellas se conserva, e a que se dá o nome de — Civil. — Os amantes da Liberdade, ou Independencia natural, saõ inimigos d'aquellas Instituições; porque assim como ellas fazem acabar a Liberdade, e a Independencia da natureza, da mesma sorte ellas acabariaõ aquellas, se esta resuscitasse. Desvelado pela Liberdade, e Independencia natural, no meio de huma Naçaõ, será sómente quem fôr capaz de buscar o Golfinho nos bosques, e o Javali nas ondas; empreza, de que

Digitized by Google

os annos desviaõ sempre os Velhos Liberaes. Elles nem desejaõ, nem procuraõ senaõ aquillo que póde ser; e restringindo seus desejos, e seus empenhos dentro dos limites do possivel, he a Liberdade Civil o porto, a que anciosos se dirigem.

Mas assim como he indisputavel ser aquella Liberdade hum dos mais deliciosos mannás, que o Ceo, para bem dos homens, faz cahir sobre a terra, tambem os Velhos Liberaes conhecem que ella he difficilima de conseguir, e de manter. He preciso navegar por entre Scylla, e Charybdis, para que se aferre aquelle porto; e a estreita barra, que a elle conduz, e que póde salvar do naufragio, tem de hum lado o Despotismo, e do outro a Anarchia, em que pereceraõ infallivelmente os Liberaes, que naõ conduzindo a navegaçaõ com a maior pericia, se inclinarem mais a huma, ou outra parte. He demasiadamente célebre por dolorosissimos naufragios a navegaçaõ, que conduz áquelle porto: e por isso a Historia do Genero Humano, esta quasi naõ interrompida tragedia de sacrificadores, e de victimas, apresenta rarissimos exemplos, e curtissimos períodos, em que alguns homens gozassem da Liberdade Civil. Os Velhos Liberaes choraõ quasi sempre sobre a condiçaõ dos homens! Bellissima, como a rosa, a Divindade, a que tributaõ seus cultos, he tambem cercada de agudissimos espinhos, de que he preciso desviar com summa dexteridade, para que ella se possa incensar, sem offensa da indiscreta maõ, que temerariamente pertende faze-lo.

Estou no ultimo período da minha vida: e daqui poderáõ conhecer meus Leitores que a Providencia me destinou para ser hum dos espectadores n'aquella época da Historia moderna, em que mais se tem trabalhado pela Liberdade Civil. Foi em 1765, que Mylord Bute, fazendo passar o Acto do Papel Sellado, dêo occasiaõ ás perturbaçõnes das Colonias Inglezas na America, de que resultou a guerra da sua Liberdade; e foi esse mesmo anno o do meu nascimento. Desde entaõ até aos nossos dias tem decorrido huma successiva série de porfiosas luctas liberaes. A Historia pois dos meus dias he tambem a Historia d'estas luctas. A Providencia fez entaõ que, sendo

Digitized by Google

destinado por meus Maiores á profissaõ de Jurisconsulto, eu tivesse de estudar o Direito Politico, este complexo de Leis, que regulaõ as Nações, e que fixaõ os Direitos dos que governaõ, e dos que saõ governados. Com este casual subsidio, eu fui hum espectador daquellas luctas, muito mais interessado do que o seria sem elle, e por isso naõ as perdi jámais de vista.

Naturaes sentimentos me conduziraõ sempre a desejar que sobre a terra dominasse a Liberdade Civil: e huma firmeza de caracter, com que tambem nasci, me conduzio a ter valôr para dizer verdades. Fui valorosissimo contra o Despotismo debaixo dos seus alfanges: affrontei todos os perigos, para clamar contra elle junto do Throno do nosso Augustissimo Monarcha, protestando sempre que a minha tinta, e que o meu papel se acabava, assim que S. M. me fizesse constar que lhe desagradavaõ os meus Escriptos daquella natureza; e nunca se me participou da sua parte esta resoluçaõ. Ah! basta, sem dúvida, isto para se conhecer que S. M. naõ ama o Despotismo! Infinitas outras provas poderei eu dar disto mesmo: o Publico as verá, e as avaliará. Eu naõ existia, ha muito, se isto naõ fosse verdade: a sua Protecçaõ me defendêo, e me salvou.

Mas, igualmente inimigo da Anarchia, procurei com todos os meus esforços desviar della os meus Concidadãos, fazendo-lhes vêr as desgraças, que aquella atraiçoada inimiga da Liberdade Civil arrastaria sobre elles. *Chamo á Anarchia atraiçoada inimiga da Liberdade Civil*, porque ella lhe naõ faz a guerra descoberta, como o Despotismo; mas sim cobrindo-se com vestiduras enganosas, que podem conduzir os Liberaes noviços a prestar-lhes seus braços, e seu auxilio, mesmo para combaterem a Divindade, que adoraõ.

O Velho Liberal pois, tendo consumido quasi toda a sua vida em trabalhar incansavelmente por entre perigos contra os dous terriveis inimigos daquella Liberdade, naõ podia immudecer agora entre os Portuguezes. E bem que distante delles, e já sem o vigôr da mocidade, e sem os habitos dos Estudos, de que ha muito vive distrahido, vem com tudo pagar o tributo, que deve á sua Patria. Se as

Digitized by Google

quas idêas desconcordarem alguma vez das dos novos Liberaes, elles desculparaõ aos seus annos essa desconcordancia. Saõ iguaes nossos desejos; he o mesmo o nosso *Credo*; mas entre velhos, e novos, a irresistivel maõ da natureza marca sempre esta differença com indelevel sinete; *os moços caminhaõ ás cousas do mesmo modo que os Velhos caminhavaõ a ellas na sua idade; e os Velhos dirigem-se a ellas daquella sorte que os moços o haõ de fazer tambem, quando chegarem á velhice.* E se a huns sobeja; e a outros falta o fogo para as grandes emprezas; tambem a huns sobejaõ, e a outros faltaõ as lições da experiencia: mas por isso mesmo, amalgamando-se entre si, elles formaraõ hum Todo digno da Divindade dos seus cultos; hum Todo, que, unindo o vigôr, e o conselho, possa levar ao fim a empreza, porque trabalhaõ os Portuguezes.

Cahe com seu pezo a força sem conselho:
Força prudente em mais os Deoses dobraõ.
Horac. Od. 4 Liv. 3. V. 65, traduzido por Elpino Duriense.

Esta nossa Folha comprehenderá pois, naõ sómente as nossas idêas, mas tambem extractos dos Escriptos de outros Velhos Liberaes, que nos precedêraõ; entendendo que desta sorte serviremos ainda melhor os Portuguezes; porque os nomes dos nossos Mestres conhecidos, e respeitados por todos os Liberaes, daraõ mais authoridade, e mais pezo ao que houvermos de escrever, do que isso teria, apparecendo sem aquelles respeitaveis sobscriptos.

Myologia, vulgarmente, Musculogia do Corpo Social.

O Velho Liberal julgou dever começar por este trabalho: Tractando-se de Organisações Politicas, convinha antes de tudo apresentar a planta baixa do Edificio, para

Digitized by Google

que se conhecesse perfeitamente o que elle era, e se desviassem os enganos, a que os homens saõ sempre conduzidos pelas palavras, de que se servem, naõ sendo ellas bem definidas, nem claras as idêas, que lhes correspondem. Teremos muita occasiaõ de vêr como os mesmos Apostolos do Liberalismo por este motivo se enredáraõ muitas vezes nas suas doutrinas.

Naçaõ = Estado =

Saõ palavras synonimas. Cada huma destas palavras significa o grande Todo Politico, o qual comprehende ao mesmo tempo: 1.° o Territorio: 2.° o Corpo Politico.

Territorio.

He a extensaõ do Estado; he o Sólo, sobre que se edifica; he o terreno, que occupa o Edificio Social.

Corpo Politico.

He o composto de todas as partes do Corpo Social; as quaes consistem em diversos corpos, todos ligados entre si, e tendo differentes proporçôes, e differentes funcções. Elle pois he composto de quatro elementos: 1.° o Soberano: 2.° a Lei Constitutiva, ou Fundamental, a que hoje se dá o nome de Constituiçaõ: 3.° o Governo: 4.° o Povo.

Soberano.

He o complexo de todas as vontades individuaes, de que se compõe o Estado: he quem organisa o Edificio Social, e por isso naõ se occupa senaõ das Leis Constitutivas, e Fundamentaes. E nem por isto se póde considerar que morre, feita a organisaçaõ do dito Edificio, e a installaçaõ do Governo; porque elle continúa a apparecer, e a luzir perpetua, e permanentemente no Corpo Politico, pelos seus Delegados, que saõ: 1.° a Lei: 2.° o Depositario da Authoridade Executiva. Todo o Podêr destes dous Delegados vem da vontade geral, que os instituio, e por

Digitized by Google

isso nelles reflecte constantemente a Soberania. O Soberano apparece, e obra immediatamente quando organisa na Constituiçaõ o Edificio Social: obra mediatamente todos os dias, em quanto o Edificio subsiste, pelas pessoas dos seus Delegados em todos os actos, quer sejaõ do Poder Legislativo, quer sejaõ do Poder Executivo.

Lei Constitutiva, ou Fundamental, vulgarmente Constituiçaõ.

He a expressaõ immediata da vontade do Soberano, d'esse complexo de vontades, que forma a vontade geral. Ella he a primeira emanaçaõ da Soberania: he o que invariavelmente regula todas as Authoridades; e a Carta, ou Titulo, que contém a Lei Constitutiva, vem a ser o registo dessas ordens do Soberano, ás quaes todos os membros da Sociedade devem hum igual respeito, e obediencia.

Governo.

He hum Corpo, ou huma Magistratura instituida pelo Soberano para fazer executar a Lei: e elle vem a ser por isso o Poder que faz obedecer ao Soberano, a quem representa mediatamente; e he o seu Agente por meio da Lei, de quem he ao mesmo tempo Depositario, Orgaõ, e Subdito. E devendo estar revestido da força coercitiva, elle poderá tanto, como todo o Corpo Politico.

Povo.

He aquella parte do Corpo Politico, que depois de ter concorrido para a sua organisaçaõ, isto he, para a redacçaõ da Lei Constitutiva, e para a nomeaçaõ do Governo, fica pela sua propria vontade, e pela sua propria determinaçaõ sujeita ás clausulas da Constituiçaõ, que elle mesmo estabelecêo. O Povo pois no Côrpo Politico he a parte, que comprehende os governados, e por tanto elle deve obedecer naõ sómente á Lei, mas igualmente ao Magistrado, que a representa.

Eis-aqui a musculogia do Corpo Social. O Soberano

Digitized by Google

apparece nelle por si immediatamente fazendo a Lei Constitutiva; e depois della constituida desapparece, e deve desapparecer logo. E por que motivo? Porque em quanto elle existe em acçaõ immediatamente naõ terá *estabilidade*, e *firmeza* a Constituiçaõ; e esta he a primeira qualidade, que nella requerem os Velhos Liberaes. Eis-aqui os seus motivos.

Naõ se poderá jámais tocar na Lei Constitutiva, sem que se dissolva a organisaçaõ Social, por ella estabelecida; porque, se organisaçaõ Social he a materia, e objecto da Lei, em esta se alterando, aquella ha de necessariamente deixar de ser, o que era d'antes. Apparecerá pois nesse caso sempre huma nova organisaçaõ, que he o mesmo que dizer: haverá huma revoluçaõ, ou huma metamorphose, por meio da qual o Corpo Politico passará de huma organisaçaõ para outra; e se esta revoluçaõ se fizer sem huma incómmoda, e dolorosa perturbaçaõ intestina, será sem dúvida porque ella se ultimou instantaneamente, isto he, apparecendo a hum, e ao mesmo tempo a morte, e a resurreiçaõ do Corpo Social. Isto porém acontece muito raras vezes, e aquellas metamorphoses saõ regularmente acompanhadas dos males da anarchia, e desta cadêa de crimes, que a costuma acompanhar, e relativamente aos quaes, para me servir da expressaõ de Rousseau, Contr. Soc. liv. 2. C. 8 — *he necessario que o horror do passado se cubra com o véo do esquecimento.* Por este motivo pois os Velhos Liberaes tem, como primeira qualidade das Constituições Politicas, a sua estabilidade, e firmeza; porque as revoluções dos Estados naõ devem ser, nem podem ser negocio de todos os dias.

Ficando pois o Soberano em acçaõ, e existindo ainda por si immediatamente depois de feita a Constituiçaõ, a sua voz a póde desmanchar de huma hora, para a outra. Está em pé o Creador, elle póde destruir. E a que vicissitudes fica entaõ exposto o Corpo Politico, composto de homens, cuja vontade he taõ versatil, e taõ sujeita ao impulso de diversissimas paixões?

Para buscar esta estabilidade, e firmeza a favor da Constituiçaõ, que dera aos Athenienses, he que Solon lhes fez prestar o juramento de a guardarem por cem an-

Digitized by Google

nos. Em Athenas o Povo exercitava a Soberania activamente; era hum Soberano sempre vivo, que podia desmanchar n'hum dia o que tinha feito na vespera, e entaõ o Velho Liberal Solon foi mendigar na Religiaõ a firmeza, e estabilidade, que faltaria á Constituiçaõ, que havia dado, pelo motivo de estar o Soberano sempre vivo, e sempre em acçaõ immediatamente. Os juramentos entre nós, taõ vulgarisados, e profanados, como saõ, naõ nos podem servir como a Solon, para dar solidez, e firmeza á Lei Constitutiva.

A Assemblêa Constituinte fez a primeira Constituiçaõ da França, a qual se acabou de revêr aos 3 de Setembro de 1791; e ella Decretou, que esta grande Obra estava terminada, e que nada jámais se lhe poderia mudar. Para se conhecer a maravilhosa idêa, que os Francezes faziaõ da dita Constituiçaõ, referirei o que se passou, quando ella se apresentou á Assemblêa Legislativa, havendo esta de começar as suas Funcções no primeiro de Outubro do mesmo anno; servir-me-hei do que se refere na Historia da Rev. Franc. por Fautin Desodoarde, Liv. 4.° C. 9.°, que trasladou o Jornal dos Debates, e dos Decretos.

Nenhuma Collecçaõ de Leis foi recebida, diz elle, com mais pompa, nenhuma foi mais solemnemente inaugurada: poderia affirmar-se, que jámais se dera tanta honra, e tanto lustre a algum Codigo Constitucional, e aos seus Auctores. Sessenta Anciãos acompanhavaõ o Archivista, que conduzia á Assemblêa as Taboas da Lei com huma especie de Culto Religioso. Hum delles disse — *Povo Francez, habitantes de Paris, e vós todos, que tanto haveis trabalhado pela Revoluçaõ; aqui está o Deposito Sagrado da nossa Constituiçaõ, o Penhor da Paz, que vai reunir todos os Francezes.* —

O Presidente jurou, todos os mais juráraõ com o maior enthusiasmo de manter com todo o seu podêr a Constituiçaõ Decretada nos annos de 1789, 1790, e 1791, e a acçaõ foi acompanhada dos mais geraes applausos. Concluida ella, Cerutti, hum dos Deputados da Assemblêa, fallou desta sorte — *Quatrocentos e noventa e dous Deputados, pondo suas mãos sobre o Evangelho da Constituiçaõ, julgaõ sustenta-la até o ultimo suspiro. E depois de*

Digitized by Google

Me ter tributado esta homenagem, seria sem duvida conveniente.... render os nossos agradecimentos á Assembléa Constituinte, que salvou, e regenerou o Imperio Francez. Tres annos de trabalhos destruirão quatro seculos de abusos, e preparárão seculos de felicidade: e, á medida que estes seculos vão correr sobre a Constituiçaõ Franceza, quanto naõ vão engrandecer-se os nomes dos seus Auctores? Precedamos pois á justiça do tempo: e eu vos proponho de votar agradecimentos á Assembléa Constituinte, que nos precedêo.

Chabot, concordando nos agradecimentos propostos, queria que nelles se naõ chegasse a dizer — *que aquella Constituiçaõ era a mais perfeita possivel.* — Foi tal o susurro para o interromper, que elle naõ pôde continuar, e a Proposiçaõ de Cerutti passou em Decreto por huma inteira unanimidade entre os applausos de todos. Elle affirmava que aquella Constituiçaõ era o maior beneficio, que se podia fazer aos Francezes. E quando o Deputado voltou de acompanha-la ao Archivo, para dar conta á Assembléa d'ella ficar alli depositada, disse — *Este deposito está em segurança; mas, quando se perdesse, elle se acharia no coraçaõ de todos os Francezes.* —

Se se calcular por tudo isto a firmeza, e estabilidade desta Constituiçaõ, quem poderá duvidar d'ella? Mas onze mezes depois a Convençaõ Nacional, ouvida huma moçaõ de Collot d'Herbois, que outro Deputado apoiou, a houve por abolida, por acclamaçaõ, mesmo sem a necessidade de se tomarem Votos. E a mal constituida Monarchia Representativa, ou Moderada se substituio por huma Républica.

Se o Soberano naõ estivesse em actividade immediatamente na dita Convençaõ Nacional; se elle, feita a Constituiçaõ, tivesse desapparecido, para naõ resuscitar, naõ seria em hum momento despedaçada desta sorte a primeira, que os Francezes se deraõ.

Os Velhos Liberaes fazem esta differença entre as Leis Constitutivas, e as Leis Administrativas: que as primeiras devem ser fixas, e estaveis, por sua natureza, e essencia; as segundas saõ necessariamente variaveis. Assim como Deos mostra huma invariabilidade na Constituiçaõ organica de cada hum dos diversos Corpos, que saõ

Digitized by Google

obra da sua maõ, de tal sorte que cada hum delles no fim de muitos seculos apparece constitucionalmente o mesmo, que tinha sido no primeiro, do mesmo modo devem os homens procurar que seja a Organisaçaõ do Corpo Politico, obra das suas máos. A immensa differença, que vai entre o saber, e o podêr de Deos, e entre o saber, e o podêr do homem, he que impossibilita a este de igualar aquelle na firmeza constitucional das suas obras; naõ póde dar a estas huma firmeza, e estabilidade constitutiva, igual á d'aquellas, que sahem da maõ do Creador: mas devendo o homem, que deseja acertar, ter sempre as vistas nelle como na eterna Sabedoria, para d'ella aprender, e por ella se dirigir na sua conducta, os Velhos Liberaes tem, como primeira qualidade das Leis Constitutivas do Corpo Politico, a estabilidade, e firmeza, que he possivel nas cousas humanas. E por isso desejaõ que a acçaõ immediata do Soberano, d'essa expressaõ das vontades individuaes, desappareça, assim que se concluir a obra da Constitniçaõ, para que esta naõ fique sendo perpetuamente variavel. Concluida ella, nem por isso a mesma Soberania, que a fórmou, deixa de apparecer constantemente no Corpo Politico; mas apparece mediatamente, isto he, por meio das Pessoas, ou das Corporações, que fórmaõ o Governo estabelecido na Constituiçaõ, e entre as quaes se achará dividido o Poder Legislativo, e o Poder Executivo. Os seus actos saõ actos do Soberano pela Delegaçaõ do seu Podêr, que elle mesmo fez na Lei Constitutiva, quando organisou o Governo.

O Soberano sempre vivo, e sempre em acçaõ, obrando immediatamente por si mesmo, he o estado da força; he o estado anterior á organisaçaõ social; he o estado da Democracia pura; estado de eterna confusaõ, e de desordem, e absolutamente inapplicavel a huma Naçaõ, que exceder a hum par de duzias de pessoas. Nas de maior grandeza, quaes saõ todas as que conhecemos, tem os Velhos Liberaes por axioma o que ensinou o moderno Apostolo do Liberalismo, Rousseau, Contrat. Soc. liv. 3. C. 4. — *He contra a ordem natural, que o grande número governe, e que o pequeno seja governado.* —

Como escrevemos particularmente para os nossos Por-

Digitized by Google

fugnezes, e este Artigo he elementar, e essencial na materia, elles nos desculparáõ, que nos lembrêmos mesmo dos seus erros, para, á vista d'elles, lhes fazermos mais sensivel a importancia da nossa Doutrina. O Medico, que lisongêa o doente, naõ tem principalmente em vista o cura-lo: para isto havia de receitar-lhe o que pedisse a sua enfermidade, e naõ o que elle desejasse: aquelle Medico quer fazer bom o seu partido, seja qual fôr a sorte do doente.

Já por isto nossos Leitores conhecem que nos dirigimos a tocar-lhes no facto do dia 11 de Novembro passado. Se o Soberano estiver sempre vivo, e em actividade immediata, haõ de haver muitos, como aquelle caso, que todos tiveraõ por desastroso. O mesmo, que poucos dias antes proclamou, e jurou, fez proclamar, e fez jurar a Constituiçaõ feita nas Côrtes, dictava já huma, inteiramente diversa Lei Constitutiva. Pois isto ha de ver-se mais vezes, se o Soberano, ultimada a Organisaçaõ Social, continuar com actividade immediata. A Convençaõ Nacional, *que naõ era o Juiz do Povo de Lisboa*, procedêo da mesma sorte no exemplo acima referido.

O Soberano pois, este complexo das vontades individuaes do Corpo Politico, este Corpo Constituinte, que deve pôr termo á immediata acçaõ da sua Soberania, assim que concluir a obra da Constituiçaõ, dará nisto hum manifesto testemunho de Sabedoria, conhecendo a natural condiçaõ humana, a vehemencia das paixões, o abuso do poder, a que, por causa d'ellas, póde chegar quem o tem nas suas mãos illimitado. O Soberano fará apparecer a Obra Prima da Sabedoria, creando elle mesmo obstaculos a si, para desviar os seus abusos. Se he perigoso, se a theoria, e a experiencia concordaõ em apresentar ao Soberano arriscada a estabilidade da sua Obra, e a pública felicidade, a que ella se dirige, continuando elle na acçaõ immediata da Soberania, depois della conhecida; elle decretando o termo da sua immediata acçaõ, do seu immediato exercicio Soberano, produzirá sem dúvida aquella Obra Prima. Terá a mesma gloria, que caberia a hum Monarcha, que, sendo absoluto, estabelecesse barreiras contra o abuso, que podesse fazer do Poder, que

Digitized by Google

exercitava; pela natural condiçaõ humana, de que elle participa. Foi neste espirito, e com este fim, que os nossos Monarchas na Ord. L. 5 tit. 138 pr. determináraõ, que se elles condemnassem alguem á morte por seu moto proprio, sem outra ordem, ou figura de Juizo, se espaçasse a execuçaõ da Sentença por vinte dias. Ella podia ser apaixonada; e era conveniente dar tempo para chegar a razaõ, e evitar a injustiça: e por isso os ditos Senhores Reis nos momentos de tranquillidade do seu animo preveniraõ-se d'aquella maneira contra o abuso do seu Podêr nas horas das suas paixões. E a huma Assemblêa, composta dos Representantes da Naçaõ, cumpre dar iguaes testemunhos de sabedoria, e de prudencia. Se hum Usurpador, e hum Tyranno insensato, tremem á vista de hum freio, de que desconhecem as vantagens; hum Monarcha virtuoso limitará mesmo o seu Podêr; e a Representaçaõ Nacional deve antes querer imitar as virtudes d'este, do que a insania d'aquelles.

(*Continuar-se-ha*).

Considerações do Velho Liberal sobre o resultado das actuaes circumstancias Politicas de Portugal.

Os Acontecimentos Politicos, quaes os de Portugal, desde Agosto passado, naõ podem terminar, senaõ por hum de tres modos, dos quaes dous me parecem a qual peior, sendo consequentemente só o terceiro digno de approvaçaõ.

1.º

Pode El-Rei insistir nos termos da desgraçada, e impolitica Proclamaçaõ dos Governadores do Reino, datada de 29 d'Agosto passado; chamar Rebelliaõ a tudo o que se tem praticado: tractar de reassumir a sua Authoridade por meio da força, e conseguir isto. Assim acabáraõ os movimentos da Hollanda contra o Stathouder em 1787; os do Brabante, e Flandres contra o Imperador em 1790:

Digitized by Google

os de Liege contra a ambiçaõ do seu Bispo, na mesma data: os da Polonia contra as tres Côrtes interessadas na sua partilha, em 1791: os de Tyrol em 1809; e os de Pernambuco em 1817.

Este meio, em quanto a mim, he pessimo, assim para Portugal, como para S. M.

Os Portuguezes estaõ aguerridos: tem hum Exercito numeroso, haõ de defender-se pertinasmente, como pedem as suas circumstancias, já pelo enthusiasmo, e fanatismo das Guerras de Liberdade, e já pelo mêdo dos subsequentes castigos, e do máo tractamento, que deve esperar, que com elles se pratique, para naõ terem outra vez meios de insurgir: e por tanto somente seraõ subjugados depois de estarem reduzidos, e Portugal á ultima miseria; e nestes termos S. M. ganhará muito pouco no seu triunfo, conseguindo a sujeiçaõ do campo, em que existio Carthago.

Deve considerar-se, além disto, que S. M. naõ poderá empregar Forças sobre Portugal, senaõ com grande auxilio dos Estrangeiros, seus Alliados, os quaes haõ de querer compensar-se d'elles por Convenções onerosas para com o mesmo Senhor, que talvez valeraõ mais do que a Soberania daquelle Reino, depois de destruido.

Deve lembrar tambem a desgraçada situaçaõ, em que ficará Portugal, a quem S. M. dêo a mais decisiva prova de amor, quando se embarcou com toda a sua Augustissima Familia em 1807, dando por motivo: que conhecia dirigirem-se principalmente as Tropas Inimigas contra a Sua Real Pessoa, e naõ haverem Forças sufficientes para as repellir, termos em que a defeza traria comsigo unicamente ruinas para os seus Vassallos. Neste facto heróico, e superior a todo o elogio, mostrou S. M. ao Universo, que olhava para os Portuguezes, ainda mais do que para si, porque se degradava do bello clima, em que nascêra, para outro, que naõ conhecia, por meio de longa, e perigosissima viagem, no rigor do Inverno, com o unico fim de lhes poupar os seus incómmodos: e naõ he possivel que o Mesmo Senhor tenha perdido na America aquelles quasi divinos sentimentos, com que sahio da Europa. Por tanto: este primeiro arbitrio tantos ma-

Digitized by Google

les trará para Portugal, quantos serão os agudissimos punhaes, que atravessarão o coraçaõ de S. M.

Ha de ser-lhe necessario depois Governar sempre a Portugal com Sceptro de ferro, receando todos os dias huma, e outra reacçaõ; e nós sabemos perfeitamente, que nada póde ser mais custoso ao animo d'El-Rei, pelo bom conhecimento, que d'elle temos, em todo o periodo da nossa vida, que abrange todo o seu Reinado.

E temos considerado os motivos de inconveniencia; que tem o primeiro arbitrio, só relativamente a S. M.; porque elle era taõ manifestamente desastroso aos Portuguezes, que se fazia desnecessario considera-lo em razaõ a elles, para que se houvesse de ter como pessimo.

2.º

Pode El-Rei insistir nos termos da dita Proclamaçaõ; pertender recobrar a sua Authoridade por meio da Força, e naõ o conseguir; resultando dahi a independencia de Portugal. Assim acontecêo a Filippe II. com as Provincias Unidas, hoje Reino da Hollanda, e a Jorge III. com a America Ingleza.

Portugal, neste caso, ficará reduzido a huma Potencia de muito pequena consideraçaõ, e será forçado, provavelmente, a huma uniaõ com a Hespanha. Deixará pois de existir por si, e viraõ os Portuguezes dos nossos dias a inutilisar os esforços, e a gloria dos seus Maiores, nos Reinados do Senhor D. Joaõ I., e do Senhor D. Joaõ IV. He porém mais que provavel, que se naõ terá este resultado sem esforços de S. M., e dos seus Alliados, para sujeitarem, ou molestarem Portugal: e nestes termos os Portuguezes teraõ muito que soffrer, antes de segurarem a sua Independencia, podendo-se calcular o preço, que isto lhe custará, por aquelle que custou a sua, assim á Hollanda, como á America Septentrional. Isto pelo que respeita a Portugal nesta segunda hypothese. E, relativamente a S. M., o mesmo Senhor, além de perder o Reino de Portugal, soffrerá as despezas, que inutilmente terá empregado para o conquistar, em cujo número deveraõ contar-se os sacrificios, que infallivelmente fará aos seus Alliados pelos auxilios, que lhe derem n'aquella Causa.

Digitized by Google

Por tanto: neste segundo caso tambem nem El-Rei, nem os Portuguezes deixaraõ de perder muito, sendo qualquer d'estes dous meios igualmente ruinoso, assim para Portugal, como para o Brasil. Os Portuguezes porém naõ devem perder de vista, que as grandes Monarchias da Europa, mesmo pelo seu pessoal interesse, haõ de, em quanto poderem, auxiliar El-Rei, para sujeitar Portugal: e a Nota da Russia, em 20 d'Abril de 1820, ao Ministro Hespanhol, residente em Petersburg; assim como a Memoria, dirigida por essa occasiaõ a todos os Ministros Russos nas diversas Côrtes, deixáraõ ver bem claramente o que se deve esperar das ditas grandes Potencias. Vejaõ-se estas Notas no Corr. Bras. d'Agosto, fol. 151, e seguintes. E nestes casos he necessario naõ contentar com a indagaçaõ, e theorias dos Direitos, que as ditas Potencias poderaõ ter para entrar nisto, porque a Historia de todos os tempos manifesta que naõ he d'ahi, d'onde se ha de deduzir o provavel sobre os futuros acontecimentos, mas sim do interesse, e conveniencias, que ellas poderaõ ter, para se involverem na Questaõ.

3.ª

Pode Concordar-se El-Rei com os seus Vassallos da Europa, d'este, ou d'aquelle modo como as circumstancias pedirem, e de maneira que se salve, e satisfaça a sua Dignidade Real, e se contentem os Portuguezes. Podiamos buscar exemplos Estrangeiros de contestações analogas a esta, em que se acha Portugal, e o Brasil, terminadas por este meio da Concordia, e entrando nesta tarefa começariamos pelas dissenções entre o Povo Romano, e o Senado, quando aquelle se retirou para o Monte Sacro, e quando Quincio Capitolino fez eternamente illustre o seu Consulado, unindo as duas Ordens do Estado. Mas nós para isto naõ precisâmos de mendigar acontecimentos alheios. Na nossa Historia temos huma Epoca, e naõ muito curta, na qual os Ecclesiasticos Portuguezes, Vassallos dos Senhores Reis d'este Reino, como os outros, levantáraõ o Estandarte da revolta por diversas vezes, com o motivo da offensa dos Direitos, *que se at-*

Digitized by Google

tribniaõ, e relativamente aos quaes *se julgavaõ offendidos* pelo Podêr Real. Nós naõ vemos differença alguma entre estes casos, e o presente, senaõ relativamente ás Pessoas, e á Questaõ. Os Liberaes dos nossos dias saõ os Ecclesiasticos d'aquelle tempo. Huns e outros saõ classes mais ou menos extensas de Vassallos, que luctaõ por Direitos, que dizem pertencer-lhes, e a que se lhes falta. A diversa opiniaõ pública de huma, e de outra idade, he que faz a differença das Pessoas. Na primeira época a Prepotencia, e Privilegios, ou Direitos dos Ecclesiasticos, dominavaõ na Europa. Na segunda era a Prepotencia Nacional, e os Direitos dos Póvos, os que formavaõ a pública opiniaõ do tempo. E nisto consiste a unica differença, que nada influe relativamente ao nosso assumpto. E até ha huma perfeita analogia na cousa, isto he, nas Questões. Se se lêrem as Concordatas, porque as primeiras terminaraõ, ha de ver-se: que todas consistiaõ na segurança das pessoas, e das propriedades dos Ecclesiasticos. Elles queixavaõ-se que a segurança das suas pessoas naõ era qual devia ser; que a propriedade dos seus bens era atacada contra a justiça. E he isto tambem em ultima analyse aquillo, em que vemos consistir todas as queixas de Portugal.

Como terminaraõ nelle aquellas luctas dos Ecclesiasticos com o Podr Real? Pelas Concordatas dos Senhores Reis com aquella Classe de Vassallos, que luctava com o dito Podêr. Os Livros da nossa Historia estaõ cheios d'estas Concordatas: o Senhor D. Affonso 5.º fez d'ellas mesmo os primeiros Titulos do Liv. 2.º da sua Ord.: e os seus Capitulos saõ a fonte de huma crescida parte dos Artigos da Jurisprudencia Portugueza, referidos, e reconhecidos por todos os nossos Monarchas. Aquellas dúvidas terminavaõ-se pelo unico modo, por que terminaõ bem em huma familia as desavenças entre o seu Chefe, e os seus Membros. Os Senhores Reis deste Reino naõ julgáraõ que lhes ficasse mal á sua Authoridade Real, o vir áquellas Concordias; tanto assim que dellas conservaraõ, Elles mesmos, a memoria até nos Codigos das Leis, que mandáraõ fazer, e deraõ aos Portuguezes. E entaõ: que difficuldade póde haver em se lançar maõ de hum meio

Digitized by Google

já entre nós conhecido; e adoptado, como remedio para terminar as dissenções intestinas, analogas ás idêas do tempo, e á pública opiniaõ, que d'ellas resulta?

He hoje muito maior o número das pessoas, com as quaes se tem de Concordar; eis-aqui a unica differença, que eu acho: mas relativamente a S. M. ella, em vez de o desviar deste arbitrio, deve ser considerada como huma circumstancia particular, que serve de fazer ainda mais recommendavel o remedio. Pois se a Concordia foi adoptada pelos Senhores Reis, quando luctavaõ com o número de Vassallos, por exemplo, como dez; o serem hoje mil, os que entraõ na lucta, naõ he huma razaõ de mais, que apparece a favor da mesma receita?

(*Continuar-se-ha.*)

Carta do Velho Liberal aos Portuguezes.

Imitaçaõ, ou quasi fiel traducçaõ da Carta de Demosthenes ao Senado, e ao Povo de Athenas, immediatamente depois da morte de Alexandre, a qual se intitula — *Sobre a Uniaõ, e Concordia* — nas Obras do illustre Orador Grego. Elle tambem foi hum dos Velhos Liberaes, que nos precedêraõ, de maneira que Fenelon diz a seu respeito — *Que Demosthenes parecia esquecer-se de si, para se occupar sómente da sua Patria..... Que elle se servia das palavras, do mesmo modo que hum homem modesto se serve dos vestidos, para cobrir a sua nudez..... Que elle trovejava, e despedia raios, e era huma torrente, que arrastava tudo..... Que se consideraõ as cousas, que elle diz, sem se attender á sua fraze: perdendo-se de vista o Orador; para se occuparem os Ouvintes unicamente de Philippe, que invadia tudo, opprimindo a Liberdade da Grecia.* — E Mr. l'Abbé Auger nas suas Reflexões Preliminares sobre as Orações Politicas de Demosthenes, trasladando esta passagem de Fenelon, na qual se continúa a fazer a comparaçaõ delle com Cicero, concorda com a opiniaõ do Sabio Escriptor do Telemaco; a saber: que Cicero nunca se esquecia de si, nem do seu estilo, nem das suas ves-

***

Digitized by Google

tiduras brilhantes, mesmo tractando da Patria; e que Demosthenes parecia esquecer-se de tudo, e lembrar-se sómente d'ella, quando tractava dos seus interesses. Julgâmos opportuno ajuntar esta Prefacçaõ á nossa Carta, para se conhecer que vamos n'ella tambem imitar hum Velho Liberal, dos quaes he inseparavel attributo esquecerem-se de si, e até da sua gloria, quando se tracta da Liberdade: aquella entaõ para elles consiste inteiramente em adorar, e servir esta. Demosthenes escrevia de huma Ilha, aonde se tinha salvado dos Athenienses, quando estes illudidos pozeraõ em perigo a sua vida. Nós tambem escrevemos de fóra de Portugal.

Carta.

Em todo o Discurso, e em toda a Acçaõ grave, se deve começar, implorando o favor de Deos: eu o imploro pois para o presente, e para o futuro, a fim de que elle nos inspire; a mim, para que vos escreva o que mais vos convém fazer; e a vós, para tomardes o partido mais vantajoso aos Portuguezes, e aos que lhe saõ addidos. E depois desta deprecaçaõ, julgando que o Ceo me terá inspirado pensamentos uteis, eu vos escrevo esta Carta:

PORTUGUEZES

Eu naõ vos fallo agora do meu regresso; porque vós haveis de ter muito tempo para deliberar a esse respeito: mas como vejo que vos podeis salvar de todos os perigos, ganhar a Liberdade Civil, e a Gloria, se souberdes aproveitar a occasiaõ presente; e que se o erro, ou a seducçaõ vo-la fizerem perder, naõ será facil achar huma outra; julguei dever-me explicar comvosco, sobre o estado actual das cousas. He muito mais difficultoso aconselhar por huma Carta, do que faze-lo de viva voz; porque todos os Negocios saõ acompanhados de difficuldades, que quem se aconselha deseja expôr, e ver ponderadas, e pesadas, antes de se deixar persuadir. Aquelle pois que vos fallar, póde sem custo entrar nos vossos sentimentos; conhecer as vossas idéas; e dissipar os vossos erros, quan-

Digitized by Google

do isso seja necessario, ao mesmo tempo que em huma Carta naõ póde haver este recurso. Com tudo, ainda que privado delle, se permittirdes que eu vos instrua, espero, com o favor de Deos, que vós haveis de conhecer que, a pesar da brevidade d'esta Carta, eu vos sirvo com o maior zelo, e que nada vos digo, senaõ para os vossos interesses. Se eu me determinei escrever-vos, naõ he porque vos faltem Oradores, e Ministros, sempre capazes de vos fallarem, sem carecerem do Estudo, que eu para isso careço; mas em vos apresentando com clareza a vós, e aos vossos Chefes, tudo o que me tem ensinado a experiencia, e hum estudo seguido sobre os Negocios, eu julgo que mostrarei os meus desejos de a huns dar hum rico manancial de pareceres uteis, e de facilitar aos outros a escolha do melhor conselho. Taes saõ os motivos que me fizeraõ escrever esta Carta.

Em primeiro lugar, Portuguezes, vós deveis ir todos de acôrdo sobre os interesses da Patria, e renunciar inteiramente aos diversos Partidos, que os acontecimentos passados poderaõ fazer nascer entre vós: e, depois disto, em segundo lugar deveis contribuir todos unanimemente, e com ardôr para o bom successo do que se tem resolvido. Porque naõ mostrar firmeza, e segurança sobre a vossa conducta; desmanchar em hum dia, o que tiverdes feito na vespera; isto se por huma parte he summamente perigoso, he pela outra cercado de infinitos inconvenientes, e até indigno de vós. Deveis penetrar-vos tambem de certos sentimentos, que naõ bastaõ por si só para restabelecer os Negocios; mas que, unidos ás vossas circumstancias, facilitaraõ sem duvida o bom successo de todos os Partidos, que poderdes tomar. E quaes saõ estes sentimentos? Elles consistem em naõ trovejar com acrimonia contra nenhuma Classe, nem contra nenhum dos individuos, que vos tiver parecido declarar-se pelo Systema, que vós quereis corrigir: em huma palavra, elles consistem no inteiro esquecimento do passado. O receio da vossa indignaçaõ, e da vossa raiva, ha de fazer unir ainda mais os principaes Chefes do dito Systema, e aquelles que, tendo-se declarado seus amigos, recearem de correr grandes riscos. Livres entaõ deste medo, elles haõ de

Digitized by Google

fazer-se mais tractaveis; haõ de unir-se mais facilmente ao que vós pertendeis; o que he huma grande vantagem. Fazendo huma familia com todas as outras Nações, como vós fazeis pelo actual estado da civilisaçaõ do mundo; desejando, como desejais, continuar a fazer outra com os diversos pontos da Monarchia Portugueza, vós fareis esperar a todos de os tractar do mesmo modo, que vós vos tractareis huns aos outros. Digo pois que, absolutamente, vos naõ deveis queixar de nenhum d'aquelles que precedentemente tem parecido favorecer o Systema, que vós quereis reformar. Deveis suppôr que todos elles se tem dirigido como deviaõ, visto que a Bondade de Deos, conservando a vossa Patria, vos permitte ainda deliberar á vossa vontade, sobre a sua futura sorte: acreditai, para dizer tudo de huma vez, que á semelhança de hum Navio, em que huns eraõ de parecer de navegar á véla, e outros de largar os remos, todos queriaõ a salvaçaõ commum, e que Deos fez conduzir as cousas ao que era mais próspero. Se vos dispozerdes desta sorte relativamente ao passado, ganhareis seguramente a confiança de todos, e obrareis até com aquella nobreza, que convem a quem ama a Liberdade Civil: e, ao mesmo tempo que restabelecerdes assim os vossos negocios, fareis voltar aos melhores sentimentos todos aquelles, que se tiverem opposto ás vossas vistas, ou fareis, pelo menos, diminuir consideravelmente o seu número. Tractai pois os interesses públicos com grandeza d'alma, e com doçura; sem vos esquecerdes jámais do interesse d'algum dos Cidadãos. Eu vos exhorto a este procedimento, ainda mesmo naõ tendo encontrado a meu respeito em muitos de vós huma igual generosidade, e tendo sido por alguns de vós abandonado, trahido, e feito victima da cabala, e da injustiça, para lisongeardes a certas pessoas, com quem vivieis. Mas eu entendo que se naõ deve empecer o bem geral, para saciar hum resentimento particular. Eu naõ misturo alguma animosidade pessoal quando se tracta dos grandes interesses da Patria, e dou-me a mim mesmo para exemplo disto, que eu aconselho aos outros.

Eu vos tenho dito pouco mais, ou menos, por onde vós deveis começar; o que he necessario evitar; e o que

Digitized by Google

he preciso fazer, para acertar tanto quanto a prudencia humana póde concorrer para o exito de huma empreza. Compete ao Governo regular todas as cousas; aproveitar todos os acontecimentos; conhecer o tempo proprio para obrar; resolver quando he possivel empregar a conciliaçaõ, e quando he necessario recorrer á força. O que torna espinhosa a funcçaõ de quem governa, he, que os melhores conselhos, depois de descobertos, muitas vezes com summo cuidado, e estudo, ficaõ inteiramente sem effeito, pela maneira porque saõ executados. Eu presentemente espero que tudo irá bem. Se vos lembrar de considerar a Arbitrariedade, que detestais como affortunada, porque ella triunfou até agora, pensai que ella devêo este seu triunfo a huma actividade corajosa, e naõ a huma covarde ociosidade. Agora essa arbitrariedade naõ existe; a fortuna naõ a ha de procurar a ella; ha de escolher-vos a vós, se vós vos conduzirdes bem.

Finalmente: confiai nas Pessoas, que escolhestes para a direcçaõ dos vossos Negocios, para o governo das vossas Tropas, como se elles fossem os mais zelosos pelo bem do Estado. Exhorte-se cada hum de vós a si mesmo, e obrigue-se a tudo isto que cada hum de vós quererá, que os outros façaõ, sem tergiversaçaõ, e sem engano, nem mesmo com o pretexto de que elles vos tem tergiversado, e enganado. Estai certos que naõ haveis de achar ninguem, que vos restitua as occasiões, que tiverdes perdido por vossa falta: e que ha o mesmo risco, em mudar de opiniaõ nas cousas, em que estais presentemente, que nos casos urgentes de Guerra, nos quaes a mudança della arruina os mais sabios conselhos. Livrai-vos, Portuguezes, de cometter hoje huma semelhante falta. O que vós resolvestes ao principio segui-o com firmeza. Foi no Porto a resoluçaõ tomada, e que a Naçaõ toda seguio, de se unir entre si, para se dirigir uniforme, e immediatamente ao Chefe commum da nossa familia, ao Senhor D. Joaõ 6.º, que tantas vozes, e taõ ardentes vozes, tem constantemente proclamado entre vós: julgaveis por isto necessaria huma Representaçaõ Nacional, e julgaveis nisto com acêrto, para que se naõ obstruissem os canaes, que haviaõ de levar as vozes dos amantes, e re-

Digitized by Google

verentes filhos ao Respeitavel, e Augusto Rei, que naõ póde deixar de querer o bem da sua Familia. Naõ vos separeis jámais disto, e tomando a Deos por guia, e implorando a sua assistencia, supplicai-lhe de vos dar feliz successo, e d'esta sorte indubitavelmente tereis o soccorro da fortuna, e dareis a Portugal a Liberdade Civil. Eu vos encommendo á protecçaõ do Ceo.

Como o Velho Liberal vive ausente de Portugal, dependendo da incerteza dos mares, e dos ventos, a sua communicaçaõ com este Reino, esta Folha naõ poderá sahir em periodos regulares, como aconteceria n'outras circumstancias: mas seus N.os iraõ seguindo-se huns aos outros; e no Portuguez Constitucional se annunciará na vespera a sua continuaçaõ, quando ella tenha sido interrompida.

Imprima-se e volte: Commissaõ da Censura em Lisboa 3 de Fevereiro de 1821.

Com tres Rubricas.

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 1.

SUPPLEMENTO 1.º (a).

Festina lentè.
A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

A Ochlocracia, molestia que atacou os Portuguezes em 1808, e que os persegue desde esse tempo até aos nossos dias.

A Ochlocraçia he o Governo da Multidaõ, ou o Supremo Podêr da Sociedade Civil, occupado, e exercitado por cada hum do Povo, ou por cada fracçaõ da dita Sociedade. O Governo de hum Estado considera-se, como a Collecçaõ Moral da vontade, e da força de todos os Cidadãos: quando o Soberano Decreta, suppõe-se que elle exprime a vontade geral da Sociedade: e, como n'elle reside tambem a sua força Moral, incumbe-lhe empregala para fazer executar aquillo, que segundo a dita hypothese se considera, que he a vontade geral da dita Sociedade. D'aqui nascem os dous primeiros Attributos da Soberania, que saõ, o Podêr Legislativo, e o Podêr Executivo.

(a) Os N.os deste Periodico, que appareceraõ ao Publico com as designações de N.º 1.º, N.º 2.º, N.º 3.º, &c. &c. saõ aquelles mesmos, que se remettêraõ de S. Miguel para Lisboa no fim do anno de 1820, e nos principios do seguinte, destinados pelo Velho Liberal, para

Digitized by Google

Em virtude do primeiro, ella define o bem Civil; e o mal Civil, isto he, determina, o que os Cidadãos devem fazer, e o que elles devem omittir. Em virtude do segundo, ella constrange os Cidadãos a conformarem as suas acções com aquella regra. E o bem geral, ou o maior bem para a Sociedade, he o objecto, a que a Soberania deve dirigir o emprêgo d'quelles seus dous Attributos.

D'estas mesmas Considerações resulta a obrigaçaõ, que tem cada hum dos Cidadãos para obedecer á Soberania; porque he da Natureza de todas as Sociedades, que cada hum dos Socios seja obrigado a conformar-se com a vontade geral dos associados; e na Sociedade Civil suppõe-se que o Soberano exprime esta vontade geral. Eis-aqui hum esbôço da Musculogia de todas as Sociedades Civis, e a theoría da sua organisaçaõ.

---

vêr se podia arrefecer o desmedido fôgo, e a descompassada velocidade, com que lhe parecia, que os seus Concidadãos iaõ a entrar na convulsaõ politica d'aquella época começada em os 24 de Agosto no Porto, e em os 15 de Setembro em Lisboa, no anno de 1820.

Os dictos N.os saõ como a Obra capital, ou, para assim dizer, elles saõ o texto, que o mesmo Velho Liberal desejava passar agora ás máos do Publico, para que se naõ entendesse, que a sua cobiça de lisongear o Senhor D. Pedro IV. o conduzia a gabar a Carta Constitucional por Elle mandada do Rio de Janeiro aos Portuguezes em 1826.

Quem quer fallar unilmente ao Publico, a fim de o conduzir mesmo para os seus proprios interesses, deve procurar antes de tudo persuadi-lo, que saõ os dictos interesses, os que elle tem primariamente diante dos seus olhos: porque isto concilia a attençaõ do mesmo Publico, convencido de que esse, que lhe falla, he verdadeiramente seu amigo, que se encaminha unicamente a servi-lo, e que naõ tem nenhumas segundas tenções de propria conveniencia, que o dirijaõ no partido, que toma, e nos discursos, que faz aos seus Concidadãos. Convencidos entaõ disto os ouvintes, reconhecendo intimamente

Digitized by Google

Por qualquer forma, que se expliquem os diversos Escriptores Politicos, que tem tractado desta materia, todos elles em ultima analyse vem a coincidir com estas idêas, existindo a differença somente na maneira de as desenvolver, e de as enunciar.

A Ocholocracia destroe este Systema: cada hum do Povo, ou cada fracçaõ da Sociedade Civil se attribue o direito de definir o bem Civil, e o mal Civil, e de coagir os outros a conformarem-se com aquellas suas definições: cada hum do Povo, ou cada fracçaõ da Sociedade Civil se arroga o direito de Decretar, e de prohibir aquillo, que lhe parece util, ou prejudicial ao Publico, e de obrigar os outros a conformar-se com aquellas suas determinações, infamando, e perseguindo, como inimigos do Estado, os que se desviaõ dellas.

---

no fundo da sua alma, que o seu Orador tracta d'elles somente, e naõ de si, tornaõ-se doceis a escuta-lo; e quando se desviem de suas opiniões (porque ninguem pode esperar, que huma seja a de todos os homens, sendo taõ diversas as suas intelligencias, e taõ differente em cada hum delles a maneira de vêr as cousas), reconhecendo com tudo a boa fé de quem lhes falla, ainda quando se naõ deixem convencer, e dirigir, perdoaõ-lhe a divergencia das suas opiniões, e mesmo os seus erros, e os seus desacertos. E possuidos os Ouvintes destes sentimentos, ainda quando em huma, e outra vez, e mesmo em muitas lhes desagrade o Orador, nem partem com elle, nem deixaõ de continuar a escuta-lo, e entaõ sempre, lá de quando em quando, acontece alguma vez, que se deixaõ por elle conduzir; e seus discursos, se naõ produzem todo o bem, que elle desejava, sempre fazem algum, e com o qual elle se contenta, em paga dos seus bons desejos, e dos seus trabalhos.

Por isto he que o Velho Liberal, entrando agora no empenho de mostrar aos Portuguezes, que a Carta Constitucional mandada do Brasil tem as bases, e os elementos proprios da Organisaçaõ Monarchica-Representativa, que convinha ás circumstancias de Portugal, entendêo, que era proveitoso passar ás máos do Publico os N.os do

Digitized by Google

Apparece pois entaõ a substituiçaõ da vontade individual dos membros da Sociedade, em lugar da vontade geral. A Publica Authoridade exercita-se no Corpo Politico naõ Ocholocratico *com conselho, e com tranquillidade, presidindo regularmente o entendimento a todas as Operações administrativas*; e, durante a Ochlocracia, *sem conselho, e com precipitaçaõ, escutando-se somente a vontade.* No primeiro caso apparece hum todo d'ordem, e no segundo hum todo de desordem: no primeiro caso apparece huma machina, que tem huma mola real, de que partem todos os seus movimentos; no segundo outra, da qual a mola real existe em cada huma das partes da machina: no primeiro caso apparece hum Circulo, que tem centro, de que partem raios iguaes para todas as extremidades: no segundo hum Circulo, do qual o centro se considera ex-

---

Periodico, que havia remettido de S. Miguel para Lisboa n'aquell'outra época de 1820, taes quaes elle n'esse tempo os escrevêra, e taes quaes elle n'esse tempo entendia, que convinha fossem escriptos: para que se conhecesse que, se elle procura hoje sustentar a dicta Carta de 1826; he porque a vê inteiramente conforme com as suas idêas, já muito claramente manifestadas em 1820, e naõ porque tenha em vista lisongear, e agradar ao Senhor D. Pedro IV.

Por isso o texto d'estes seus Escriptos vaõ a ser os N.os do seu Periodico remettidos de S. Miguel para Lisboa em 1820 para 1821. A Providencia tinha feito com que o Velho Liberal os conservasse, sendo por extremo negligente, e descuidado em conservar os seus Papeis: e fez tambem com que o N.° 1.°, que já se acha publicado, tivesse, e conservasse as licenças da Censura, que n'aquella época havia em Lisboa.

O Velho Liberal conta pedir á Serenissima Senhora Infanta Regente, que seja servida Ordenar, que os Originaes, autógrafos dos dictos N.os, depois d'elles impressos, passem, e se conservem na Bibliotheca Publica, aonde todos os Portuguezes os possaõ vêr, a fim de que pela antiguidade de sua letra, e pela dicta licença da Censura d'aquelle tempo, que se acha no dicto 1.° N.°, se

Digitized by Google

istente em cada hum dos pontos da circumferencia: e os primeiros Elementos da Physica, e da Mathematica demonstraõ desta sorte, quanto he absurda a Ochlocracia.

Ella he huma enfermidade da Sociedade Civil, e naõ huma das especies das Constituições Politicas, como doutamente observa J. F. Dauray de Brie, Theorie des Loix Socieles Liv. 3. Chap. 2. Nos nossos *Elementos da Ochlocracia* se verá descripta esta molestia Politica com todos os seus caracteres, symptomas, e accidentes, e com o tractamento, que convem ao seu curativo: parecendo-nos por agora bastantes as idêas geraes, que temos subministrado, para se entenderem as nossas reflexões, quando no decurso desta Obra tivermos de fallar em Ochlocracia, as quaes mesmo naõ seriaõ necessarias, se este nosso trabalho naõ passasse das máos das pessoas instruidas nos

---

convençaõ plenamente, de que a dicta Obra foi escripta n'aquella época, tal qual hoje se apresenta ao Publico: e que naõ he composiçaõ d'estes dias, e feita de proposito para sustentar a Carta do Senhor D. Pedro IV.

Se o Velho Liberal naõ desviasse de seus Leitores este prejuizo, sem dúvida muito arriscado era, enfraquecer-se a prevençaõ, que deseja ter nos Portuguezes, que lerem seus Escriptos, a fim de que os naõ desprezem, considerando-os como hum Sermaõ encommendado, ou como hum papel de Partido, destinado naõ a servir utilmente os Portuguezes, mas a lisongear o dicto Senhor D. Pedro IV.

Por isso o Velho Liberal deseja que o Publico saiba ainda mais n'este assumpto, e vem a ser, que estes Escriptos foraõ remettidos em 1820, e 1821 ao Doutor Manoel Alves do Rio, que ainda vivo se acha, e entre os Lisbonenses, para lhes poder assegurar, que os recebêra n'aquella época, e os conservára na sua maõ até depois dos movimentos de Maio, e de Junho de 1823, que restituiraõ ao Senhor D. Joaõ VI. a plenitude do Seu Alto Podêr Monarchico, que havia Herdado de seus Maiores.

Está tambem aqui em Lisboa o Conselheiro, Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios do Ultramar,

Digitized by Google

conhecimentos Politicos. Mas nós desejâmos, que a leiaõ; e que a entendaõ todos.

A multidaõ quasi sempre, e quasi em toda a parte soffre muitas privações, sendo a sua existencia summamente incómmoda, e dolorosa, e d'aqui resulta, que ella olha constantemente com inveja, e com ciume para quem Governa, desejando occupar a Publica Authoridade, por esperar, que no exercicio della ha de augmentar os seus meios de gosar, e diminuir as suas occasiões de soffrer. Mas ainda que estes seus naturaes sentimentos a condusaõ para a Ochlocracia, com tudo acostumada a obedecer, e a soffrer, e precisando de vencer estes seus hábitos, para insurgir contra o Publico Podêr, que está afeita a respeitar, esta sua natural, e habitual inercia inutilisa aquelles outros impulsos, se causas externas, e poderosas naõ as

---

e Marinha, que teve os dictos N.os do Velho Liberal em seu podêr por muito tempo desde a época de 1823, em que o Senhor D. Joaõ VI. foi restituido á plenitude dos Seus Reaes Direitos, porque o Velho Liberal lh'os remettêo pelo mesmo Correio Maritimo, que a esta Ilha foi levar a noticia d'aquelle feliz acontecimento.

Está no Porto o Corregedor, e Provedor da Comarca, o Doutor José Joaquim Rodrigues de Bastos, bom Amigo do Velho Liberal, que os vio tambem, quando se achava nas Côrtes de 1821, e o qual lhe pedio huma copia, que por sua intervençaõ tinhaõ procurado conseguir alguns dos Deputados Brasileiros, que se separáraõ das mesmas Côrtes em 1823: a qual o Velho Liberal muito francamente lhes dêo. Ha por tanto muitas testemunhas ainda vivas, e no velho, e novo mundo existentes, que possaõ testificar, que os N.os do dicto Periodico saõ de antiga origem, e naõ fabricados subsequentemente ao conhecimento, e á publicaçaõ da Carta mandada do Brasil pelo Senhor D. Pedro IV.

O Velho Liberal remettêo n'aquelle tempo o mencionado Periodico ao dicto seu Amigo, o Doutor Rio, que tinha sido chamado para intervir nas cousas públicas, ordenando-lhe de o publicar, se isso conviesse á Causa da

Digitized by Google

vem pôr em acçaõ, e movimento. Ella naõ ganha de repente a força, de que necessita para isto, he pouco a pouco que vai sentindo o seu podêr, e vencendo aquelles seus hábitos: acostuma-se primeiro lentamente, e por degráos a naõ respeitar, e a naõ Obedeçer, e só depois d'isto he que ousa derribar o Podêr Publico, e apropriar-se da sua Authoridade.

Quando está entaõ com esta tendencia mais vehemente, ou hum facto, que a humilha, ou electrisa, ou o augmento da grande somma das suas privações, e oppressões, ou o contagio da Ochlocracia a conduz a huma Revoluçaõ. Servio Tulio em Roma para abater o Senado tinha extendido os privilegios do Povo: Henrique VII. de Inglaterra augmentou o Podêr dos Communs para reprimir os Grandes: ambos elles trabalháraõ por fazer orgulhoso o Povo, e este destruio depois huma, e outra Monarchia.

Naçaõ. Desgraçadamente aos movimentos do Porto em 24 de Agosto, e aos outros de Lisboa em 15 de Setembro, tinha-se seguido huma taõ ardente tendencia para os principios, eminentemente Democraticos, que se entendêo em Lisboa ser inteiramente impraticavel a publicaçaõ dos dictos N.os; porque naõ poderiaõ servir senaõ de infamar o seu Auctor, como addido a hum Systema Politico, que tinha contra si a opiniaõ pública do tempo; infamia esta, que poderia inutilizar inteiramente alguns serviços, que, livre d'ella, ainda o Velho Liberal poderia fazer a bem da sua Patria, se acontecesse, que fosse chamado a alguma das seguintes Legislaturas.

Este motivo, porque n'aquella data se naõ imprimio aquelle Periodico, póde servir agora de huma proveitosa liçaõ aos Portuguezes. Achaõ se em huma nova Crise Politica, como se achavaõ naquella época, e he proprio de semelhantes crises desenvolvêr-se hum ardente espirito público, lá dirigido segundo as diversas posições, em que se achaõ as diversas fracções, de que se compõe o Corpo Politico: e essa ardencia desmedida he o maior inimigo, que se deve tractar de combater, e desviar, para que se possa acudir ao doente.

Digitized by Google

Em Portugal muitas causas se podiaõ apontar, que tinhaõ de longo tempo preparado na Multidaõ a tendencia para deixar de Respeitar, e para deixar de Obedecer; mas escusâmos de as referir, porque naõ eraõ necessarias nenhumas outras, para produzir n'ella esta disposiçaõ, além da precedente Revoluçaõ da França. As vozes de Igualdade, e de Liberdade vagamente enunciada, a Soberania do Povo, os Direitos do homem, a aboliçaõ de tributos, dizimos, e distincções, tudo isto idêas muito lisongeiras para o Povo, sendo taõ pompósa, e estrepitosamente apregoadas desde París por toda a Europa, haviaõ necessariamente de dispôr todos os Povos para as Revoluções; e Portugal naõ existia fóra da Orbita infectada com os principios revolucionarios.

O Velho Liberal vai explicar-se muito francamente com os Portuguezes. Cada huma das Crises Politicas dos Estados, cada huma das Revoluções Politicas, que nelles apparecem, manifestaõ que o Corpo Politico está enfermo, que carece de algum curativo, sendo a dicta Crise, e as dictas Revoluções a febre, que vai pôr em mais acelerado movimento os humores do Corpo Politico, para com elle se vencerem, e se lançarem fóra os principios morbosos, que atacavaõ a Saude Publica. Estando pois o Corpo Politico doente, carece de Medicos Politicos, que tractem do seu curativo. Mas se o Enfermo se torna intractavel pelo frenesi da febre, a que se entrega; se quer somente consentir os Medicos que lhe fallaõ a seu sabôr; se os atacados de ictericia, que vêm todos os objectos amarellos, partirem com os Medicos, que se naõ acharem com a mesma enfermidade, e que naõ virem por isso as cousas da mesma fórma, e da mesma côr, que as vêm aquelles enfermos, como se póde esperar que a saude destes consiga algum remedio proveitoso, e algum util melhoramento?

Os saõs costumaõ ser os que tractaõ, e os que curaõ os doentes. Mas nas Crises Politicas, no meio d'estas doenças moraes, que se manifestaõ pelas convulções Revolucionarias, ha huma tendencia terrivel, e de pernicio-

Digitized by Google

A Revoluçaõ Franceza, he verdade, que já tinha acabado; e, começando por atacar a Monarchia, havia terminado com o triunfo do Podêr Monarchico: apresentando na sua primeira época a Monarchia destruida pelos excessos da Liberdade, e na ultima este Governo levantando o seu Throno sobre as ruinas da mesma Liberdade. A França depois de ter destruido o seu Throno, e ameaçado os de todo o Mundo; depois de ter acclamado a Soberania do Povo, obedecia, e curvava-se reverentemente diante do seu Imperador; e o Povo aterrado com os horrores, e estragos revolucionarios havia chegado á crise do pavôr, durante a qual elle pode ser impunemente despresado, como observa Tacito. *In populo nihil modi-*

---

sissimas consequencias, e vem a ser: que todos os doentes querem que os seus Medicos tenhaõ as suas mesmas enfermidades.

Os que pensaõ de huma maneira ardente, que soffrem accessos de violentissimas febres, e cuja enfermidade consiste nos desejos de destruirem em hum dia tudo quanlhes parece máo, só reputaõ bons Medicos aquelles, que tem a sua mesma enfermidade, e que querem, da mesma sorte que elles, huma destruiçaõ geral de tudo o que he antigo, para que de novo seja tudo construido.

Recedant vetera, nova sint omnia; eis-aqui a sua doença, e estes que taes naõ conhecem outra receita que naõ seja esta, nem acreditaõ n'outros Medicos, além d'aquelles, que tem professado, e jurado o mesmo affórismo.

Os em que domina hum espirito intolerante, e vingativo, cuja doença tem o seu fóco em desejar que tudo nade em castigos, e em sangue, persuadidos que sem este doloroso baptismo se não póde regenerar a Especie Humana, que naõ admittem Receitas, que naõ sejaõ, as que constituem a sua mesma enfermidade, alongando de si, desprezando, e maltractando os Medicos, que se naõ achaõ enfermos como elles, pelo accesso d'aquelles mesmos sentimentos:

Os outros affectados de todas as mais doenças mo-

Digitized by Google

cum terret, ni paveat: si pavere inceperit, impune contemnitur.

A França devia assustar os Governos da Europa, mas era como huma Potencia, que a Revoluçaõ tinha feito demasiadamente Poderosa, e que estava dominada por hum Soberano de nova Origem, e a quem todas as circumstancias conduziaõ aos desejos de engrandecimento, e a necessidade de se fazer formidavel aos outros Soberanos. Mas a sua Arma já naõ era a Revoluçaõ; ella já queria a Obediencia passiva dos Povos, já naõ levava na frente dos seus Exercitos as Arvores da Liberdade, nem as plantava nos Campos das suas Victorias; a Rebeliaõ contra o Governo já era hum Crime no seu Codigo; e os esforços patrioticos para a Recuperaçaõ da Liberdade

---

raes, que formaõ os diversissimos sentimentos e opiniões exaltadas entre os homens, quasi geralmente manifestaõ huma igual enfermidade. Persuadidos, que somente elles vêm as Causas como ellas saõ, que somente as suas idêas tocaõ a meta da Justiça, e da Verdade, por mais que d'isto se desviem os seus olhos, somente reputaõ saõs os que soffrem as suas mesmas affecções morbosas, e que naõ querem Medicos, que naõ estejaõ d'ellas contagiados.

O Velho Liberal observa aos Portuguezes, que isto vem a ser exactamente naõ querer o doente ser curado, porque evidente he, que a mesma enfermidade naõ póde ser a receita para si mesmo. Nem as molestias provenientes de exaltaçaõ se podem curar com remedios exaltantes; nem as outras, que procedem de abatimento, haõ de achar curativo em receitas, que sejaõ tambem atenuantes.

Os Portuguezes veraõ que a exaltaçaõ, em que se achavaõ em 1820, e 1821, quando estes Escriptos do Velho Liberal pela primeira vez entráraõ no Téjo em aquella época, naõ deraõ nem lugar a que se lhes podesse apresentar este Jornal, que tractava unicamente de lhes procurar os meios de obterem, e conseguirem esta mesma Carta Constitucional da Monarchia, que hoje tanto os contenta e satisfaz.

Digitized by Google

dos Povos taõ celebrados n'outro tempo, e aos quaes hum Decreto da Convençaõ de 1793 promettia o auxilio da França, eraõ já castigados por ella com a morte de Offer, e com a perseguiçaõ dos seus Companheiros: tanto he certo, que de facto entre os homens, e entre as Nações o interesse influe muito nas Regras da sua Moral.

Mas os Principios Revolucionarios existiaõ espalhados pela Europa; e, sempre que podessem, haviaõ de brotar Revoluções Ochlocraticas, em que a Multidaõ figurasse, occupando a Publica Authoridade: eis-aqui voltadas contra a França as Armas, que ella mesma tinha preparado. O seu Governo sustenta hoje os principios da Moral Social, de que depende o nexo do Corpo Politico; detesta a Revoluçaõ dos Povos, mas naõ pode deixar de soffrer muitas vezes contra si o resultado da in-

---

Pois o Velho Liberal protesta que naõ muda do seu geral Systema: que naõ ha de lisongear os doentes, que ha de tractar mais de ser-lhes util, do que de lhes agradar. Huma vez que de seus esforços venha algum proveito aos seus Nacionaes, dá-lhes plena liberdade, para que naõ fiquem seus amigos.

Como pois os N.os do Velho Liberal, de que já corre no Publico o 1.°, devessem continuar a apparecer taes quaes se escrevêraõ n'aquella época de 1820, e 1821, e apparecêraõ hoje, sendo mui diversas as circumstancias de hum, e de outro tempo, o Velho Liberal assentou de ir publicando, de mistura aquelles N.os do seu antigo Periodico, com outros novamente trabalhados, e compostos conforme elle entender, que o pedem as circumstancias presentes, e a nova occorrencia de cousas nos nossos dias. Porém estes N.os novos do Velho Liberal haõ de apparecer como Supplemento aos outros, que foraõ trabalhados n'aquella época para que estes conservem os seus originarios N.os sem alteraçaõ alguma, o que era indispensavel, ou pelo menos muito conveniente para se naõ baralharem as peças, que de huns dos dictos N.os se continuaõ nos outros.

E para que os seus Leitores ficassem n'essa intelli-

Digitized by Google

fluencia dos Principios Revolucionarios, que ha taõ pouco tempo semeou por toda a Europa. A antiga Monarchia Franceza foi ajudar na America huma d'estas Luctas desorganisadoras da Ordem Social, e dentro em poucos annos foi victima do fogo electrico da Revoluçaõ, que ella havia atiçado em Climas taõ distantes. A nova França tendo espalhado tanto na Crise, que precedeo á sua reorganisaçaõ, as Sementes da Revoluçaõ, tem hoje de as combater, como suas inimigas. He isto mais huma prova de que o estabelecimento de huma Moral errada se revolta frequentemente contra aquelles mesmos, que lhe deraõ o nascimento, e de que assim no Mundo Physico, como no Moral se naõ podem esperar fructos saudaveis, quando se cultivaõ arvores venenosas.

---

gencia, he que o Velho Liberal primariamente se lembrou de ajuntar aqui esta Nota.

Como porém esse motivo a isto o conduzisse agora, d'essa mesma Nota se aproveitou, para dizer aos seus Leitores que, estando intimamente convencido, que a doença, que tem atacado os Portuguezes, e de que proviêraõ os desastrosos acontecimentos de 1820, e todos os outros subsequentes, que os tem affligido, he o Ochlochracia, sendo ella a mesma, que ainda hoje os affecta, e que pode produzir o fatalissimo resultado de se malograrem os bons desejos do Senhor D. Pedro IV. na Carta Constitucional, que foi servido mandar-lhes do Brasil, lhe parecêra muito proveitoso começar este Supplemento ao seu antigo Periodico por hum Escripto com o Titulo, que se acha no principio d'este N.º

Era sobre tudo conveniente, que os seus Leitores se convencessem, de qual fosse a principal doença, que atacava o Côrpo Politico Portuguez, e a que era preciso acudir, mostrando lhes primeiramente, em que consistia a dicta doença; depois disso, como ella se apropriou dos Portuguezes; e ultimamente, quaes eraõ os seus caracteres; para que comparando os Portuguezes os dictos caracteres com as cousas, que tem visto, e que vêm á roda de si, ficassem plena, e intimamente convencidos, de

Digitized by Google

A Revoluçaõ Franceza pois já tinha acabado: já naõ era temivel aos outros Estados por si mesma, mas os Principios Revolucionarios, que ella tinha proclamado, sustentado, e espalhado por toda a parte, as já referidas vozes geraes da Liberdade, e de Igualdade, a que se attribuem pela maxima parte dos homens idêas taõ pouco exactas, como muito lisongeiras para elles, esta substituiçaõ da vontade individual dos Cidadãos, ou da de huma facçaõ d'elles, em lugar da vontade geral, este espirito de innovações, esta effervescencia de todos os Sexos, e de todas as Classes para fallar, e decidir em Politica, todas estas emanações d'aquella Revoluçaõ existiaõ semeadas pela Europa, e propagavaõ em toda ella outras análogas á sua natureza.

Ainda mesmo quando alguma tivesse ostensivamente fins muito differentes, e mesmo oppostos aos que tiveraõ os Francezes nas suas agitações, por entre elles ha-

---

que a Ochlocracia he a enfermidade Nacional, que primariamente se deve tractar de corrigir.

He meio caminho andado para o tractamento de qualquer enfermo, classificar-se bem a sua doença, e conhecer elle mesmo, quê a dicta doença he tal, qual he, porque isto o tornará docil para se prestar ao uso dos remedios, que se lhe inculcarem. E isto tambem he summamente proveitoso aos que tem em suas mãos o tractamento do mesmo doente, para que naõ aconteça, como frequentemente succede, que se erre alguma, ou algumas vezes, em alguma, ou algumas receitas, por menos boa capitulaçaõ, e menos exacto conhecimento da enfermidade, a que se tracta de acudir. Esta inadvertencia pode muitas vezes fazer, com que se appliquem ao doente algum, ou alguns remedios, que, em vez de servirem ao seu curativo, vaõ acrescentar o principio morboso, de que resultaõ todos os symptomas, e accidentes, que n'elle se observaõ.

O Velho Liberal pede aos seus Leitores a maior attençaõ por este Escripto seu começado n'este N.º, e que se ha de continuar no seguinte.

Digitized by Google

viaõ de transluzir as suas maximas revolucionarias; envenenando com o seu contagio todos os movimentos populares que apparecessem: e as Naçóes da Europa se naõ tinhaõ os Francezes para as seduzir com os seus discursos, e inflammar com as suas declamaçóes, a fim de atiçarem a desorganisaçaõ Social, tinhaõ grandes Inimigos, a combater nos Principios Revolucionarios por elles derramados n'outro tempo, e que ainda existiaõ, talvez sem se conhecer já a sua origem.

Todas as Revoluçóes, que apparecerem em quanto o tempo, e novas geraçóes naõ fizerem esquecer aquelles delirios, haõ de soffrer a influencia da Revoluçaõ Franceza, e haõ de participar das suas erradas Maximas. Ainda que as Causas sejaõ diversas, e apparentemente diversos os destinos, como os meios saõ semelhantes, e os successos se parecem, será impossivel, que na massa geral dos homens se faça, como convem, aquella separaçaõ das causas, e destinos, e será impossivel que naõ se apropriem a todos os movimentos populares, que apparecem, os principios revolucionarios da França, que estaõ nas idêas, e no coraçaõ dos Póvos. Portugal naõ necessitava de outros motivos, a fim de tender para huma Revoluçaõ Ochlocratica.

Esta tendencia para huma Revoluçaõ foi estimulada em Portugal, quando elle foi occupado pelo Exercito Francez nos fins do anno de 1807, ainda que o dicto Exercito já naõ fosse revolucionario. Esta occupaçaõ fez, com que o dicto Reino accedesse á Causa Continental, que o separava da Grá-Bretanha, que lhe fechava os seus Pórtos, e que por consequencia lhe interrompia toda a sua Navegaçaõ, e Commercio Externo.

Portugal tendo vastissimas, e importantissimas Colonias, e sendo banhado pelo mar em toda a sua extensaõ, naõ podia deixar de se ter dado ao Commercio Maritimo. As Idêas Politicas, que haviaõ prevalecido na Europa, desde que n'ella se considerou o Systema mercantil, como o mais conveniente para augmentar a riqueza, e a prosperidade das Naçóes, tinhaõ caminhado, entre nós muito rapidamente desde os tempos do Senhor Rei D. José.

A cultura vinaria, por isso que era o nosso mais

Digitized by Google

importante artigo de exportaçaõ, tinha merecido todo o favor do Governo, e em consequencia d'elle fazendo-se mais productivos, do que em algum outro ramo, os cabedaes empregados na dicta cultura, elles corrêraõ quasi todos para este objecto, impellidos pela força do interesse, que produziaõ, e pela natural propensaõ dos homens, para empregar o seu trabalho, e fundos sempre com preferencia n'aquillo, que lhes promette mais proveito. Huma grande parte da Naçaõ subsistia d'esta cultura directa, ou indirectamente: do primeiro modo os Proprietarios das Vinhas; e do segundo os que trabalhavaõ nos seus amanhos; e na Tanoaria, os que tinhaõ devesas de Castanhos, ou Vimiaes, que serviaõ para os arcos das pipas; e todos os que traficavaõ no Commercio deste genero, e que serviaõ para a sua exportaçaõ, mediando entre o Productor, e o Consummidor, que, em grande parte, se ia procurar fóra do Reino, e por meio da Navegaçaõ.

Fechados os Portos, ficáraõ todos elles reduzidos á maior necessidade no meio da abundancia de hum genero, que deixava de ser riqueza, logo que perdia o seu valôr venal. O sal, a fructa, a cortiça, os pannos de linho, e outros alguns productos Nacionaes de menos consideraçaõ, correndo a mesma sorte, que os vinhos, faziaõ augmentar a miseria da Naçaõ.

O Commercio, e a Navegaçaõ entre a Metropole, e as Colonias tendo-se suspendido, estancava outros muitos mananciaes da riqueza, e da subsistencia dos particulares, fazendo até diminuir consideravelmente o consummo de algumas Fabricas, que havia, e de que se proviaõ as mesmas Colonias. Consequentemente: os effeitos do dicto Systema Continental quasi que em nenhum outro Paiz podiaõ ser taõ sensiveis, e taõ pesados, como neste Reino, que pela descoberta da America, e pelas Colonias, que tinha n'esta parte do Mundo se havia acostumado aos lucros provenientes do Commercio exclusivo entre ellas, e a Metropole, e que pelo augmento da cultura vinaria precisava da Inglaterra para o consummo dos seus vinhos; huma vez que a adhesaõ ao dicto Systema cortava todas as suas relações com as Colonias, e com a Grã-Bretanha.

Digitized by Google

A falta dos pagamentos do Erario; d'onde muitos particulares tiravaõ a sua única sustentaçaõ: a Ausencia da Casa Real, que em Lisboa sustentava hum grande número de familias; o licenciamento da Tropa, eraõ outros tantos mananciaes da pobreza. E isto tudo quando Exercitos muito numerosos, e indigentes, e huma Contribuiçaõ extraordinaria superior a todas as forças da Naçaõ, obrigava os Portuguezes ás maiores despezas!

Acrescia o geral desgosto, proveniente da occupaçaõ estrangeira, o natural pundonôr da Naçaõ mortificado, os Empregados na Publica Administraçaõ, vendo diminuida a sua consideraçaõ, e temendo ver extinctos, ou confiados a Estrangeiros os seus Empregos: a Aristocracia humilhada por muitos, e differentes modos, e o Corpo Ecclesiastico olhando para as suas Riquezas, como hum objecto da cobiça do inimigo, e considerando-as por isso summamente precarias. Portugal, posto n'hum estado de violencia pelo concurso de todas estas Causas ao mesmo tempo, estava sendo excitado, a todo o momento, para huma Revoluçaõ contra o Governo existente, de que lhe vinhaõ aquellas suas privações, e incómmodos.

Os homens naõ permanecem jámais em hum estado, que lhe seja violento, e involuntario, senaõ em quanto lhes faltaõ os meios para sahirem delle, diz muito doutamente Tito Livio no Liv. 8. Cap. 21. Quasi que todas as medidas, e cautelas, para prevenir aquelle effeito se inutilisaõ, existindo taõ poderosas Causas, que o excitaõ: as dictas medidas, e cautelas, tendendo sempre á oppressaõ e ao empobrecimento, se por huma parte tiraõ os meios de realisar, o que se deseja, pela outra accrescentaõ a vontade da insurreiçaõ.

. . . . . tollas licet omne, quod usque est
Auri, atque argenti, scutum, gladiumque relinques,
Et jacula, et galeam Spoliatis arma supersunt.
Juven. Satyr. 8.ª

Portugal por tanto havia de levantar-se contra o Governo Francez, logo que tivesse quaesquer meios; e as Causas excitantes deste seu levantamento fariaõ necessaria-

Digitized by Google

mente, com que elle procurasse a Grá Bretanha, e as Colonias. Era somente d'esta sorte, que se abria a Portugal a Navegaçaõ, e o Commercio externo, e que os Portuguezes se julgariaõ restituidos aos seus antigos mananciaes de fortuna, e de prosperidade. Consequentemente a Revoluçaõ Portugueza pelas suas Causas excitantes havia de acclamar a Soberania da Serenissima Casa de Bragança, e unir-se á Grá Bretanha.

E estas Causas excitantes da Revoluçaõ, ainda que obrassem sobre todos os Portuguezes, e ainda muito mais poderosamente sobre as primeiras classes da Naçaõ, compostas dos Nobres, dos Empregados na Administraçaõ Publica, e dos Ricos, com tudo, sendo estes, os que tinhaõ mais, que perder, d'ahi resultava, que a Revoluçaõ naõ podesse ter origem n'ellas, e houvesse de partir do Povo necessariamente. As dictas Classes, ainda que as mais opprimidas, sendo as que arriscavaõ mais, quando a insurreiçaõ se malograsse, eraõ por isso conduzidas a quererem antes soffrer muito, do que a expôr tudo. Além d'isto, n'ellas he que havia algumas pessoaes instruidas, e ás quaes os seus conhecimentos mostravaõ por huma parte as difficuldades da empreza, e a probabilidade, de que ella abortasse, ou logo no principio, ou com o intervallo de pouco tempo, e lhes faziaõ vêr pela outra as consequencias desastrosas, que n'este caso viriaõ sobre a Naçaõ, sujeitando-a a males muito maiores, do que ella padeceria, soffrendo tranquillamente a occupaçaõ estrangeira, como S. A. R. lhe ordenára no Decreto de 26 de Novembro de 1807, que fez publicar, havendo de retirar-se para os seus Estados além do Atlantico.

A Multidaõ nada d'isto via, e nada d'isto sabia pesar, e por isto só ella he que se podia deliberar a fazer huma Revoluçaõ, em que expunha menos, e de que naõ previa os damnosos resultados, que eraõ mais provaveis. E desta sorte tudo concorria para que a Revoluçaõ Portugueza fosse Ochlocratica.

Os successos Politicos da Hespanha desde Março de 1808, fazendo agitar n'ella a Multidaõ, habituando-a aos tumultos, e dando-lhe a conhecer a influencia, que podia têr para dispôr do Governo, ateáraõ n'aquelles Reinos o

***

Digitized by Google

fogo das Revoluções Ochlocraticas; e naõ era possivel, que elle se deixasse de communicar a Portugal, bastando para isto a contiguidade dos dous Estados, e a qualidade epidemica, que tem aquellas commoções. Mas os Hespanhoes influiraõ ainda mais directamente nos movimentos de Portugal. O Exercito, que havia occupado este Reino no fim do anno de 1807, e que obrigou S. A. R. a embarcar-se para os seus Estados do Ultra-Mar, era composto de hum grande número de Tropas Hespanholas, que necessariamente haviaõ de participar dos sentimentos da sua Naçaõ, e communica-los ao Paiz, em que existiaõ. O General Taranco occupou com hum Exercito Hespanhol a Provincia do Minho: o Além-Téjo, e o Reino do Algarve foi occupado por outro Exercito da mesma Naçaõ, debaixo do commando do General Marquez del Soccorro: e além destes Corpos havia hum terceiro commandado pelo General Carrafa, que fazia parte do Exercito Francez, e que vinha ás Ordens do General Junot, destinado para a Capital, Extremadura, e Beira. Estas Tropas sendo tiradas dos differentes Reinos d'Hespanha, tendo n'elles as suas familias, parentes, e amigos, eraõ por elles instruidas das violencias, e oppressões, que tinhaõ feito os Exercitos Francezes na sua marcha pelos ditos Reinos, assim os que se dirigiaõ a Portugal, como os que depois se destinavaõ para a mesma Hespanha debaixo do commando do Graõ. Duque de Berg: e sendo as dictas relações até feitas com exageraçaõ, que regularmente enfeita sempre semelhantes noticias, as Tropas Hespanholas, a pesar de figurarem de Alliadas dos Francezes nas Operações de Portugal, estavaõ com elles n'huma real dissençaõ, e obravaõ com os Portuguezes, como se fosse a mesma a sorte das duas Nações. Todos se julgavaõ debaixo do captiveiro Francez, e esta igualdade de desgraça fazia esquecer aos dous Povos a sua anterior rivalidade; e isto ainda antes de apparecerem na Hespanha os primeiros movimentos revolucionarios contra os Francezes.

Succedeo ao depois que as Côrtes de Paris, e de Madrid entráraõ em dissensaõ, talvez por outras muitas causas; mas sendo certamente huma d'ellas relativa aos limites da Provincia d'entre Douro, e Minho. O General

Digitized by Google

Hespanhol, que entrou n'ella, entendêo que o seu Commando abrangia tambem a Provincia de Tras os-Montes, que ficava entre os dous Rios; e assim na sua Proclamaçaõ de 13 de Dezembro de 1807 (Corr. Bras. N.º 2. pag. 81) se dirigio aos Póvos das duas Provincias: mas, passados poucos dias, recebêo hum Officio assignado por Mr. Herman, como Intendente Geral das Finanças de Lisboa, no qual em hum *Post-escriptum* se lhe inculcava da parte do General Junot, *que naõ adiantasse medidas nenhumas governativas sobre a Provincia de Tras-os-Montes*: E d'ahi a pouco tempo vio elle General Hespanhol nas Gazetas de Lisboa o Decreto de 22 de Dezembro de 1807, pelo qual o General Francêz nomeava para o Commando Militar da Tropa Portugueza na Estremadura, Beira, e Tras-os Montes o General Portuguez Marquez de Alorna, e dêo isto causa a huma discussaõ, entre os ditos Generaes Hespanhol, e Francez, sustentando este que, segundo a Convençaõ secreta, ao primeiro pertencia o Commando, naõ do que ficava entre os dous Rios Minho, e Douro, mas só da Provincia, que em Portugal tinha o nome d'Entre Douro, e Minho; o que com effeito era conforme com o estipulado na dita Convençaõ de Fontainebleau, que se fez publica depois da Revoluçaõ d'Hespanha (Corr. Bras. N.º 5. pag. 431).

O General em Chefe do Exercito Francez naõ devia governar no territorio occupado pelo General Hespanhol, conforme as Instrucções, e mui estreita recommendaçaõ, que elle trazia d'El-Rei seu Amo, e que tambem era conforme com as estipulações da já citada Convençaõ: Mas existindo em Lisboa o Governo Portuguez, que S. A. R. deixára, e naõ querendo o General Taranço declara-lo extincto na Provincia do Minho, para naõ ir na destituiçaõ do dito Governo adiante do General Francez, succedia que este, dirigindo os seus Decretos ao mesmo Governo, que os communicava a todo o Reino, em Nome do entaõ Principe Regente Nosso Senhor, vinha por esta maneira indirecta a governar n'aquelle Districto, o que atiçava o ciume, e a indisposiçaõ dos Officiaes Hespanhoes para com os Francezes. O Decreto do 1.º de Fevereiro de 1808, que terminou tudo, determinando que

Digitized by Google

Portugal se conservaria inteiro, e seria governado todo em Nome do Imperador, veio pôr o ultimo remate ás desconfianças, e a occasionar o rompimento entre as duas Nações, que poucos mezes antes, entrando em Portugal como Alliadas, haviaõ cooperado para a sua occupaçaõ. (Pode vêr-se o dito Decreto no Corr. Bras. N.º 3. pag. 165) O certo hé que a Côrte de Madrid mandou retirar de Portugal os seus Exercitos, e que o Marquez del Soccorrro consequentemente evacuou o Alem-Tejo, e Algarve, que occupava, retirando-se para a Extremadura Hespanhola, e Andaluzias, a pesar das vehementes reclamações, e instancias, que contra isso lhe dirigio o General Junot; e o General Hespanhol da Provincia do Minho teve tambem Ordem para retirar as suas Tropas para a Galiza, tomando as posições convenientes nas Fronteiras do dicto Reino, para depois obrar, segundo os Despachos, que recebesse; o que se começou a executar logo. E tudo isto, que se conformava com os dezejos, que a Tropa Hespanhola tinha de hum rompimento com a França, concorria a electerisa-la contra esta Naçaõ, conduzindo-a a excitar os Portuguezes para o mesmo fim.

O General em Chefe do Exercito Francez achou-se desta sorte sómente com a Tropa do seu Commando, que era destinada á occupaçaõ da Extremadura, Beira, e Tras-os Montes, tendo de sustentar com ella a de todo o Reino, para o que naõ podia ser bastante, quando necessitava de oppôr em toda a parte huma resistencia aos movimentos da insurreiçaõ, que tantas, e taõ graves causas promoviaõ, e que mesmo os seus antigos Alliados assopravaõ.

Nestas circumstancias rompêraõ as Commoções Populares por toda a Hespanha no fim de Maio de 1808, promovidas proximamente em razaõ dos acontecimentos Politicos de Baiona, de que havia resultado a abdicaçaõ da Corôa de Hespanha por Carlos IV em favor do Imperador dos Francezes, para que elle lhe deputasse hum Soberano, que julgasse mais conveniente: e as Provincias Portuguezas, que eraõ limitrophes d'aquelles Reinos, começáraõ tambem a agitar-se popularmente: Traz-os-Montes, e Algarve, e o Alem-Tejo, voltáraõ-se contra o

Digitized by Google

Governo Francez, a que estavaõ sujeitos, só por effeito do contagio da Ochlocracia Hespanhola; mas na Provincia do Minho houveraõ ainda causas mais proximas para produzirem o mesmo resultado. Desde o Decreto do 1.º de Fevereiro de 1808, ella era governada, como todo o Reino, em Nome do Imperador, e pelo General em Chefe do seu Exercito, tendo o seu Governo immediato o General Francez Quesnel, que tinha o seu Quartel General na Cidade do Porto: mas este naõ era sustentado por outra alguma Força Militar, senaõ pela Hespanhola, que Fernando VII, sobindo ao Throno de Hespanha fizera conservar, ou voltar da Galiza para aquella Provincia, revogando as anteriores Ordens d'ElRei Seu Pai, e Mandando que ella estivesse debaixo do Commando do General em Chefe do Exercito Francez. O Governo era Francez, e toda a Força, que o sustentava, era Hespanhola: e entre os Officiaes achava-se o Conde de Máceda, Camarista de Fernando VII, que commandava hum Regimento, e que recebêra d'elle huma Carta ao tempo da sua jornada para Baiona, a qual o tinha inflammado muito no Serviço do dito Soberano; e depois que o vio detido em França, e soube dos outros successos, que eraõ relativos á sua Pessoa, e Real Familia, ardia todos os dias nos desejos de se unir á Causa, que começava nas Hespanhas a seu favôr. Tudo compromettia a segurança do inerme Governo Francez, que havia na Provincia do Minho: e, produzindo seu effeito todas estas causas, o General Quesnel, e outros Francezes, empregados no Governo da Cidade do Porto, foraõ prezos pela Tropa Hespanhola no dia 6 de Junho, figurando ella debaixo do Commando do Marechal D. Domingos Balestá, que era o Official Hespanhol de maior Patente, que havia na mesma Cidade, o qual nós conhecêmos, e tractámos pessoalmente, e era de hum caracter summamente imbecil, e indeliberado, e que naõ seria nunca o primeiro Agente em hum semelhante facto, se o dicto Conde, e os outros mais Hespanhoes o naõ impellissem. Marchou para a Galiza a Tropa Hespanhola, levando comsigo os Francezes, que haviaõ preso, e na sua marcha ella foi excitando á Revoluçaõ todas as Povoações da Provincia do

Digitized by Google

Minho por que passava. Nem os Portuguezes empregados na Publica Administraçaõ, nem o Povo da Cidade do Porto tomou parte alguma no referido movimento dos Hespanhoes, tendo sido elles louvados pelo Governo Francez na Gazeta de Lisboa de 14 do dicto mez, em razaõ da tranquillidade, em que se conservàraõ, acolhendo mesmo alguns Francezes, para que naõ fossem prezos.

No Povo porém começou logo a reluzir aquella inquietaçaõ, e desasocêgo que precede quasi sempre aos Tumultos; e o Brigadeiro Luiz de Oliveira, que, por ter a Patente Militar da maior graduaçaõ, ficára com o Governo das Armas d'aquella Cidade, e seu Partido quando se retiráraõ os Hespanhoes, era de hum caracter fraco, e irresoluto, sendo por consequencia incapaz em taes circumstancias de tomar hum partido, e de o seguir com firmeza. Nem se resolvêo a pôr-se á testa da Revoluçaõ, que a cada instante se apresentava como mais proxima, nem se deliberou a empregar os meios, que tinha na sua maõ para comprimi-la. Quando os Francezes foraõ prezos pelos Hespanhoes, o Sargento Mór Raimundo José Pinheiro, que governava o Castello de S. Joaõ da Foz, na entrada do Douro, e no qual estava a Bandeira Franceza, fez logo por sua authoridade substituir-lhe a Portugueza; e o dicto Brigadeiro, que era superior ao Governo do dicto Castello, mandou arria-la, e restituir a outra, que se tinha abatido; e por Ordem do Governo Francez Decretou a prizaõ do dicto Sargento Mór, que fugio, dirigindo-se para Galiza. Pela outra parte o Capitaõ Maris, que Commandava o Corpo de Artilheria, que havia no Porto, era hum dos que se mostrava mais resolvido para a insurreiçaõ, e tinha mesmo tractado a este respeito com o dicto General, sendo por Despachos d'este, que a Junta do Arsenal da mesma Cidade fornecêo ao dicto Capitaõ tudo o que era preciso no Corpo de Artilheria, para elle conduzir e apoiar o movimento do Povo, como com effeito conduzio, e apoiou poucos dias depois. Por tanto: o dicto Brigadeiro n'esta oscilaçaõ, sem se resolvêr a tomar hum partido, como he necessario nas grandes Crises, querendo por medidas encontradas conduzir-se de maneira, que naõ ficasse compromettido em nenhum dos eventos,

Digitized by Google

fazia-se necessaria Victima de todos elles. Se prevalecêsse o Governo Francez, elle teria de lhe responder pela inacçaõ de naõ conter poderosamente o espirito da insurreiçaõ, que havia luzido no Povo, e de ter concorrido para o referido fornecimento de Artilheria: E, se prevalecêsse a insurreiçaõ, elle havia de ser considerado como desleal á sua Naçaõ, e ao seu Soberano, como quem naõ tinha feito tudo o que podia para a ajudar. Ambos os partidos haviaõ sido pouco servidos, para que o Brigadeiro fosse por algum d'elles olhado como benemerito; e contra ambos tinha feito muito para ser perseguido por aquelle, que preponderasse.

O Velho Liberal porém he obrigado aqui a render hum tributo de justiça á honra d'este benemerito Official, taõ lastimosa victima dos primeiros movimentos ochlocraticos de Portugal em 1808. Elle era taõ pouco affecto aos Francezes, taõ pouco seduzido pelas maximas de affeiçaõ a este Estado que, tendo a sua Familia na Guarda, e sendo Coronel de hum Regimento do Porto por espaço de muitos annos, e naõ a tendo conduzido para alli, contentando-se de a vêr, de quando em quando n'alguns mezes de licença, que conseguia para ir á Beira, quando vio a occupaçaõ Franceza pelo Exercito ás Ordens de Junot, e soube que a Provincia da Beira ficava debaixo do Commando do General Francez, transportou logo para o Porto por entre as geadas do Inverno a dicta sua Familia numerosa, composta principalmente de Senhoras, das quaes existiráõ talvez ainda algumas em Portugal, e praticando isto só a fim de a livrar de hum Territorio, em que os Francezes governavaõ: pois, isso naõ obstante, este General foi victima, como affecto aos Francezes quando a Ochlocracia começou a levantar a cabeça, e a occupar o Sceptro, e a Dominaçaõ entre os Portuguezes. Tomem sentido neste caso os novos Liberaes, e aprendaõ n'elle que, quando a Ochlocracia domina, e a Multidaõ impera, senaõ ha algum Velho Liberal, que modere as suas exaltações, em muito boa fé se commettem horriveis atrocidades.

Ainda o Velho Liberal quer dizer mais neste assumpto aos seus Concidadaõs. Este mesmo Brigadeiro quan-

Digitized by Google

do, estando no Porto com o Commando Militar d'aquelle Partido, soube que os tres Generaes Forjazes tinhaõ pedido em Lisboa as suas demissões ao General Junot, foi ter com o General Taranco, cuja bondade natural lhe tinha feito grangear a maior affeiçaõ de todos os Portuenses, tractando-o por isso com tanta franqueza, como se elle fosse da sua propria Naçaõ, e lhe disse — *Estes tres Militares, meu General, tem muita reputaçaõ de juizo, e de intelligencia em o nosso Reino: Eu estou cá longe d'elles; naõ sei o motivo porque elles obraõ, mas a sua opiniaõ pública faz conduzir-me a querer seguir seus passos: estou resolvido tambem a pedir a minha demissaõ, mas quero ouvir primeiro a opiniaõ do meu General.*

Ao tempo que isto se passava, entrava no Quartel General de Taranco o Velho Liberal, que hoje se acha escrevendo entre os Portuguezes; e o dito Chefe Hespanhol lhe disse — *Em muito boa occasiaõ, vindes vós: O Senhor Oliveira tinha-me feito esta Proposta, á qual eu havia respondido: que hum Brigadeiro já era huma Patente de consideraçaõ, e a que jámais se negava o demittir-se do Serviço quando elle o pedisse; mas que a minha opiniaõ era que naõ se apressasse n'isso; como porém vós chegais, estimarei ouvir o vosso parecer, que tambem será agradavel ao Senhor Oliveira.*

O Velho Liberal respondêo com a seguinte Parabola, que depois lhe causou muitas dôres, e muitos remorsos, quando vio os tristes resultados, que vieraõ ao Brigadeiro Oliveira por naõ ter feito o que entaõ lhe lembrava. *Que faz o Senhor Oliveira* (diz o Velho Liberal) *que faz o Senhor Oliveira quando, indo do Porto para a sua Casa da Guarda, chega ao Sardaõ, e encontra o A'gueda soberbo, e furioso, tendo alagado os Campos, que estaõ de huma e outra banda do seu leito? Naõ fica na Estalagem, em que se acha, quando o Rio começa a ensoberbecer-se d'essa sorte? Naõ espera que as aguas diminuaõ, que se descubraõ os caminhos, que com ellas se achavaõ cobertos? Naõ observa como a enchente deixou as estradas, onde as aguas se conservavaõ; onde ficáraõ covas, e precipicios? E naõ he depois d'estas observações que se delibera a mover os seus passos? Pois este he o presente caso,*

Digitized by Google

em que nos achâmos: Huma grande alluviaõ cobrio Portugal, e ainda o seu Solo existe alagado, sem que ninguem possa advinhar o que d'aqui resultará; pede por tanto a prudencia que cada hum fique no lugar, em que se acha, até que a enchente diminua ao ponto de que bem claramente se veja o caminho, por onde cada hum deve marchar.

Agradou esta Parabola ao Brigadeiro, que a entendêo muito bem, e ficou em o seu Posto, desistindo de pedir a sua demissaõ; os successos porem mostráraõ ao Velho Liberal que talvez, se naõ fosse aquelle seu conselho, Luiz d'Oliveira teria pedido a sua demissaõ, e naõ acabaria victima de hum horrivel, e espantoso, assassinato, de que se dava por causal, naõ ter elle insurgido contra os Francezes a tempo, e horas, e de naõ têr a tempo, e horas ajudado o ardôr, e movimentos populares contra os mesmos Francezes.

O Velho Liberal demorou-se neste Artigo para que os seus Nacionaes vissem quanto a Multidaõ se engana nos momentos da sua effervescencia, sacrificando como criminosas muitas victimas, que depois por Sentenças legaes se declaraõ inculpaveis, innocentissimas, e inteiramente virtuosas; porem quando? Depois d'estar a innocencia na sepultura! A Grecia vio ainda mais: a algumas destas Victimas se levantáraõ Estatuas, que eraõ Pregadores mudos, que ensinavaõ á Multidaõ a refrear os seus excessos ochlocraticos.

Elle Velho Liberal porém tirou d'este acontecimento, e d'esta historia huma liçaõ para governo da sua vida, que muito estimará tambem que a tomem todos os Portuguezes. Luiz d'Oliveira foi julgado criminoso, e foi assassinado, por naõ ter ajudado a tempo, e horas huma Insurreiçaõ! Disse entaõ comsigo o Velho Liberal — *Por tanto: nisto que diz respeito a Insurreições ha tempo, e horas; e quem naõ tem hum Relogio, que governe neste caso, e que lhe possa marcar as horas, e o tempo, em que deve insurgir, ou naõ, abstenha-se de entrar nestes movimentos; e como eu, Velho Liberal, naõ tenho esse tal Relogio, naõ hei de jámais na minha vida figurar em cousas taes. Quem sabe, se as farei fóra de tempo, e fóra d'horas?*

Vejaõ lá os Portuguezes, quaes d'elles saõ os que

****

Digitized by Google

tem este tal Relogio; e quaes os que naõ o tem: E aquelles, que naõ o acharem na sua algibeira (cuido que seraõ todos), naõ se mettaõ nestas façanhas, para que lhes naõ succêda pratica-las fóra de tempo e horas, achando-se perdidos, quando menos o cuidavaõ, como mesmo neste momento succede em Portugal a muita gente, pela qual chora o Velho Liberal, visto que tem a qualidade de Portuguezes, e a condiçaõ de homens, desejando elle que este seu conselho o prive de ter occasiaõ de derramar novas lagrimas.

(*Continuar-se-ha*).

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 1.

SUPPLEMENTO 2.º

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Copia da Carta de hum Novo Liberal ao Velho, a qual he datada de 12 do corrente, mas somente a este foi entregue pelo Correio da Porta no dia 15 de manhã na Casa do Excellentissimo Marquez de Ponte de Lima á vista dos Amanuenses, que presentemente escrevem o que dicta o mesmo Velho Liberal.

Ill.mo Sr. Des.or Vicente José Ferreira Cardozo. — Sempre respeitei a sua Pessoa, e as suas Letras; e por isso, impellido pela amizade, tomo a liberdade de pegar na penna para lhe dizer o que sinto, e o que ouvi ácerca do seu Aviso transcripto hoje na Gazeta, relativo ao Folheto, que V. S.ª vai escrever. He muito louvavel, e mesmo muito necessario, que tenhâmos hum Escriptor taõ consummado como V. S.ª para escrever a favor da Carta Constitucional, que hoje felizmente nos Governa; dada e mandada jurar pelo Legitimo, e Immortal Rei o Senhor D. Pedro IV., para dirigir a Naçaõ ao caminho da honra, e da fidelidade, e a conhecer os interesses, que dimanaõ de huma fonte taõ preciosa: e por isso diz V. S.ª que vai comparar a Carta de 1822 com a de 1826, mostrando a impossibilidade, que tinha a 1.ª para subsistir, e fazer a felicidade da Naçaõ, ao mesmo tempo que os mesmos, que a fizeraõ, e proclamáraõ a Liberdade, a fizeraõ para si, e foraõ os mesmos seus assassinos; e que a 2.ª he legitima, dada pelo Podêr Legitimo, e a única que se deve observar, e

Digitized by Google

pode fazer a felicidade dos Povos; d'onde concluo que, ao mesmo passo que V. S.ª quer fazer acreditar as vantagens, que resultaõ da Carta Constitucional de 1826, faz ao mesmo tempo acreditar os males, que nos trouxe, e podia trazer a Carta Constitucional de 1822 no periodo que existio, e os mais que se seguiriaõ, se ella existisse ainda hoje. Muito bem; porém eu naõ sei como V. S.ª poderá combinar estas duas idêas diametralmente opostas, e filhas dos mesmos principios. Por quanto, combinando a Carta de 1822 com a de 1826, eu acho que se ella naõ involve as mesmas palavras, ao menos he lançada sobre as mesmas Bases, á excepçaõ dos Podêres de Soberano, que na outra eraõ limitados, e nesta saõ absolutos, e se lhe concede, ou, para melhor dizer, o Soberano reservou para si todos os Direitos Monarchicos; e quanto aos Direitos do Cidadaõ, administraçaõ de Justiça, e Fazenda, he a mesma cousa. Demais, quem teve o gosto, como eu, de ouvir a V. S.ª na Sociedade Patriotica Literaria orar a favor da Constituiçaõ de 1822, e o vir hoje escrevêr contra ella, naõ pode deixar de dizer que V. S.ª he contradictorio nos sentimentos, que enunciou até em publico; e dado o caracter, e o conceito que V. S.ª merece na Naçaõ Portugueza, naõ he de esperar hum tal facto, a pesar de naõ duvidar que V. S.ª achará em huma e outra fundamentos sufficientes para provar a sua Proposiçaõ.

Deve pois V. S.ª lembrar-se, como creio que lembra, que naõ vai escrever em França, Inglaterra, ou outra Naçaõ livre, semelhantemente instruida; vai sim escrever para os Portuguezes, que em relaçaõ ás outras Naçõeſ estaõ mais de hum seculo atrazados na Instrucçaõ publica.

E entaõ, quando os Escriptos publicos tractem de profanar, e declamar contra a Constituiçaõ de 1822, entre Povos d'esta natureza, que naõ sabem dar outra interpretaçaõ aos seus judiciosos Discursos, mais do que dizer — Falla da Constituiçaõ — como poderá d'esta maneira vêr o Povo os seus Escriptos com bons olhos, e receber no coraçaõ a nossa Constituiçaõ actual, quando no peito de huns se lhe aviventa a ferida, ainda aberta, da passa-

Digitized by Google

dr; e no de outros se vai abrir de novo? Será impossivel tirar hum resultado feliz sobre semelhantes Theses. A proposito me lembra agora applicar aqui hum Rifaõ da nossa Terra, que diz — quando levar o diabo o Pai, como ficará o filho!!

Finalmente: a empreza he ardua, e arriscada; e por isso em testemunho d'amizade, e respeito que lhe consagro, permitta-me V. S.ª a liberdade de lhe dizer com a franqueza propria do meu caracter, que quando hoje apparecêo o annuncio da tarefa, que vai emprender, o conceito que pelas suas letras, e pelas idêas que tinha expendido publicamente, merecia no Publico, diminuio tanto quanto vai de cem para dez, e isto em toda a parte aonde se vio a Gazeta. He natural que nas Provincias, e pelos Amantes da Liberdade aconteça outro tanto. Parece naõ merecer reprehensaõ por este aviso quem muito o estima, e se présa sêr

S. C. 12 de Agosto de 1826.

De V. S.ª
Amigo e affectuoso Servidor

O Novo Liberal.

Resposta do Velho Liberal á Carta antecedente.

Meu Amigo: — Permitta o chamado, na Carta acima escripta, Novo Liberal, que o Velho lhe diga que se honra com este titulo de Amigo, que elle naõ só faz mercê de lhe dar na dicta Carta, mas que o seu contexto manifesta! Logo que o Velho Liberal recebêo a Carta antecedente, pela letra do sobescripto conhecêo, que era d'aquella mesma maõ, que em 1822, ou 1823 o tinha honrado com huma outra Carta em nome de Thomaz José, (o qual naõ sabe ainda se he verdadeiro, se he supposto) por occasiaõ da publicaçaõ, que elle havia feito do seu Opusculo — Que he o Codigo Civil? —

Parecêo entaõ ao dicto, que hoje se assigna — Novo Liberal — que no dicto Opusculo, e na arvore, que o acompanhava se vio deixado hum lugar correspondente a

Digitized by Google

Morgados, è Capellas, Instituições estas, que o Amigo do Velho Liberal entendia naõ podiaõ quadrar com as idêas liberaes, e com os principios da Justiça, e do Direito, assim Publico, como Particular. Respondêo o Velho Liberal ao seu Amigo, que esperasse, para quando apparecêsse o Projecto do Codigo Civil por elle organisado, e que talvez entaõ ficassem seus desejos satisfeitos: por quanto a Legislaçaõ sobre aquellas Instituições se podia estabelecer de tal maneira, e com taes circumstancias que viessem ou dissipar, ou pelos menos diminuir muito os inconvenientes, que se attribuiaõ á existencia de Morgados, e de Capellas.

He muito frequente olhar-se para as cousas como ellas se achaõ nas Leis existentes, considerar-se inalteravel essa sua condiçaõ, e dizer-se entaõ mal d'ellas, como se fossem essencialmente más; quando os defeitos, que n'ellas se consideravaõ, naõ sendo por essencia connexos com elles, e podendo remediar-se, huma vez que se alterasse a sua Legislaçaõ, vinhaõ a pertencer naõ á cousa, e á sua essencia, mas á maneira, por que ellas eraõ arranjadas na actual Legislaçaõ.

O dicto chamado Novo Liberal (cuida o Velho) que pela franqueza, com que foi tractado d'aquella vez, ficou sendo Amigo deste, e por isso lhe dá agora este Titulo, e lhe escreve a antecedente Carta, que he tal qual os Amigos escrevem huns aos outros. Dizem-lhe a verdade: o que entendem, e como o entendem: e naõ fazem reserva alguma: e como seria possivel, que a fizessem, se o Amigo he „*hum outro eu*„ como todos os dias se repete, bem que raras vezes se encontrem os que tenhaõ esta qualidade!

Graças á Divina Providencia! Esta deparou-lhe hum Amigo no chamado Novo Liberal. O theor da sua Carta o mostra, naõ nos elogios, e favores, que faz ás suas letras; mas sim na franqueza, com que o tracta, nas censuras, que faz aos seus destinos, (bem que os entendesse mal, pela generalidade com que se fez o annuncio da Obra do Velho Liberal, na Gazeta de 12: os annuncios saõ sujeitos ao perigo de naõ serem bem entendidos, porque necessariamente haõ de ser breves, e a brevidade ás

Digitized by Google

vezes produz obscuridade — *brevis esse laboro, obscurus fio* — já ha muito, que escrevêo o Velho Horacio; e foi isto o que acontecêo desta vez ao Velho Liberal, no mencionado annuncio), em sizudas lembranças, que ajunta, dos máos effeitos, que pode ter o mesmo annuncio, e em tudo o mais, que se acha na mencionada Carta.

Graças á Divina Providencia! (torna a repetir o Velho Liberal) Elle veio desta vez desembarcar no Téjo com muito felizes auspicios! Achou festejando-se altamente hum Governo Representativo, e huma Carta Fundamental, que o organisava, inteiramente semelhante áquell'outra, que elle nos fins de 1820, e principios de 1821 tinha procurado com quantas forças estavaõ ao seu alcance, que fosse organisada, e pedida ao Senhor D. Joaõ VI. pelos Portuguezes! Aquelle Governo Representativo, e aquella Carta, que o Velho Liberal na mencionada época *escrevia* aos seus Amigos empregados nas Côrtes, e na direcçaõ das cousas publicas d'aquelle tempo, dizendo-lhes "Façaõ huma Constituiçaõ assim, e peçaõ-me, ou „ mandem-me, que eu a vá levar ao Senhor D. Joaõ VI., „ e elle certamente a dá, tal qual, aos Portuguezes. „

Poderá alguem duvidar que, se isto fôr verdade, era a maior consolaçaõ, que podia ter hum homem? pois isto succedia, e o Publico o verá em poucos dias pela continuaçaõ da leitura do Velho Liberal.

E, poucos dias depois de estar em Lisboa, recebe a Carta do Novo Liberal, acima escripta, em que este lhe dá o nome de Amigo, e lhe mostra que o he, fallando-lhe, como devem fallar os Amigos entre si, que he admoestando-se, e reprehendendo-se mutuamente, porque só d'esta sorte he que podem ser huns aos outros proveitosos, para se corrigirem dos defeitos, que huns e outros haõ de ter sem dúvida, pela fraqueza da constituiçaõ humana! Bem haja o Destino, que desta vez o conduzio ao Téjo, e a deixar S. Miguel, com taõ prosperos annuncios!

O Novo Liberal terá sem dúvida reparado em que, no começo desta Carta, o Velho tenha repetido muitas vezes — o chamado Novo Liberal —, e elle vai desenvolver-lhe o motivo desta frase. Dos Velhos, e naõ dos

Digitized by Google

novos he que he proprio escrever como elle escreve, empregando a sua força para corrigir, e admoestar os outros. Na mocidade muito poucas vezes se encontra esta virtude, gosta-se entaõ mais de agradar, e o meio de o conseguir he lisongear as paixões dos outros. Porque a nossa correspondencia pode ser, que continue, he que o Velho Liberal conserva ao seu novo, bem que desconhecido amigo o titulo de — Novo Liberal —, porque, se assim naõ fôra, chamarlhe-hia tambem Velho, porque elle manifesta as qualidades, que convem, e se achaõ nestes. Está plenamente convençido hoje que, em se confrontando, e em se entendendo os Velhos, e os Novos Liberaes huns com os outros, se amalgamaõ todos, e fazem huma e a mesma massa, porque, como já mais do que huma vêz tem feito proximamente imprimir em Lisboa o Velho Liberal — *saõ iguaes os desejos de huns e outros, he de todos huma e a mesma a profissaõ da Fé Politica, e o seu Credo; mas sessenta annos naõ saõ nem vinte, nem trinta, e entre quantidades taõ diversas, e taõ heterogeneas, naõ pode tambem deixar de haver diversos resultados. Os sessenta annos, que saõ os do Velho Liberal, haõ de obriga-lo a marchar mais devagar: E os vinte, e trinta annos haõ-de deixar ainda correr, ou caminhar velozmente.* —

O Novo Liberal, amigo do Velho, e que lhe fez a mercê de lhe escrever, e a quem este, como dicto fica, cobiçava chamar Velho, obrou com aquella pauza, que convém á Velhice, escrevendo a Carta acima trasladada, indo confrontar-se, e entender-se com o seu amigo, fallando-lhe muito claro, participando-lhe tudo o que se dizia no Publico a seu respeito, e os males, que entendia, que o annuncio da Gazeta do dia 12, poderia causar á plantaçaõ da Carta enviada pelo Senhor D. Pedro IV. Obrou desta maneira como se tivesse 60 annos.

Outros Liberaes de menos idade, e que por isso merecem o nome de Novos, e sem culpa, nem injúria alguma sua, porque achar-se cada hum em poucos, ou em muitos annos de idade, naõ depende do arbitrio de ninguem: esses taes déraõ logo por certas e infalliveis as suas suspeitas, e conjecturas, tomáraõ por verdades as

Digitized by Google

nas presumpções, e entaõ trovejáraõ contra o Velho Liberal, suspeitáraõ, que elle era infiel aos seus principios, que no seu Systema Politico tinha primavera, e mais inverno, apparecendo em huma estaçaõ carregado de flores, e n'outra até despido de folhas. O Velho Liberal naõ se offendêo cousa alguma com isso: Era proprio da mocidade caminhar dessa maneira. Porém os moços tambem cançaõ quando correm; e, em elles pousando, entaõ fazem-se seguramente Amigos do Velho Liberal, que quer isso mesmo, que elles desejaõ, isto he: apoiar com todas as suas forças a Carta Constitucional dada pelo Senhor D. Pedro IV.

D'aqui a oito, ou dez dias estaõ entendidos entre si huns e outros Liberaes, acordes huns e outros plenamente entre si na intima persuasaõ de que todos querem a sustentaçaõ da Carta do Senhor D. Pedro IV. Poderá *succeder* entaõ que discordem alguma cousa em incidentes; por quanto naõ he possivel que poucos homens, e muito menos ainda, que muitos homens, sejaõ uniformes, e concordes nas suas idêas, e nas suas opiniões. Isto porem naõ tem nada com o substancial objecto; e pode muito bem ser, que nem appareça a discordancia nesses incidentes, havendo a franqueza, que com o Velho Liberal teve o Amigo, que lhe escrevêo a Carta antecedente. Perigo haveria, e grande perigo, de se conservar a discordancia ao menos por muito tempo, se o Velho Liberal, nesta Crise Politica da sua Patria, estivesse escrevendo de S. Miguel para Lisboa, como lhe acontecêo em 1820, e 1821. Neste caso naõ se podia taõ facilmente entender com aquelles, a que escrevesse, como agora o pode fazer, estando entre elles, porque, como em iguaes circumstancias, e semelhante caso escrevia Demosthenes. (Carta do Velho Liberal a fol. 18 do 1.° N.°) *He muito mais difficultoso aconselhar por huma Carta, do que fazelo de viva vôz; porque todos os Negocios saõ acompanhados de difficuldades, que quem se aconselha deseja expôr, e vêr ponderadas, e pesadas, antes de se deixar persuadir. Aquelle pois, que vos fallar, pode sem custo entrar nos vossos sentimentos, conhecer as vossas idéas, e dissipar os vossos erros, quando isso seja necessario, ao mesmo tempo, que em huma Carta naõ pode haver este recurso.*

Digitized by Google

Saõ estas hoje as felizes circumstancias do Velho Liberal. Está entre os Portuguezes: naõ carece de escrever-lhes para que se entendaõ, pode fallar-lhes, e espera que em poucos dias todos os Liberaes, de qualquer idade, que elles sejaõ, o haõ de tractar com aquella franqueza, com que o fez o seu amigo da Carta antecedente, a que elle vai agora responder sobre a importante materia, que ella contem.

O Velho Liberal começa confessando ao seu Amigo que, depois que recebêra e lêra a sua Carta, com effeito se arrependêra de ter sido taõ succinto no seu annuncio do dia 12, em quanto continha que o objecto dos seus Escriptos seria a comparaçaõ da Constituiçaõ jurada em 1822 com a Carta Constitucional dada pelo Senhor D. Pedro IV. em 1826, e que os Portuguezes, por seus Escriptos, conheceriaõ que aquella tinha em si todos os elementos da sua propria destruiçaõ, e da nossa ruina; e esta, pelo contrario, os da sua conservaçaõ, e da nossa futura prosperidade.

Esquecêo ao Velho Liberal explicar que tractava só e particularmente da parte organica de huma e d'outra Instituiçaõ Politica. Como essa parte organica he que faz a diversidade das Constituições, das Cartas Constitucionaes, ou dos Governos Representativos, porque, tirado isso, no mais quasi todas se uniformaõ em proclamar os Direitos dos homens relativos assim ás suas pessoas, como ás suas propriedades, elle dêo por sabido, que o referido periodo do seu annuncio naõ poderia entender-se, senaõ relativamente á parte organica d'huma e d'outra Instituiçaõ.

Se porém tivesse reflectido, no que lhe pondéra o seu Amigo, tinha certamente desenvolvido o seu pensamento com mais clareza, para que se naõ entendesse lá ao longe nas Provincias por aquelles, que tem mêdo da palavra Constituiçaõ, em geral, que elle Velho Liberal fallava no mencionado periodo do todo da Constituiçaõ de 1822, e naõ somente da sua parte organica. Reconhece hoje que o seu annuncio concebido, como foi na mencionada parte, se era intelligivel no espirito, em que fôra escripto, para com os muitos Portuguezes literatos, e instruidos em materias politicas, e na Sciencia da Organisaçaõ dos Estados, poderia para algumas pessoas menos doutas,

Digitized by Google

e para o commum do Povo, ser perigosa, infamando os Governos Representativos, geralmente, qual era o organisado n'aquella Constituiçaõ, e tambem na Carta do Senhor D. Pedro IV. E se o dicto seu annúncio por mal esplicado, ou por mal entendido viesse a dar este resultado, diametralmente oppostos seriaõ os Escriptos do Velho Liberal aos seus intentos.

O Velho Liberal porém tem a desculpar-se desta sua irreflexaõ, com o que vai agora communicar ao seu Amigo. Seu destino era, quando fez a publicaçaõ do dicto annúncio, que a elle se seguissem immediatamente os N.os 1.º, 2.º, 3.º, &c. do seu Jornal, cuidando que na Officina de Galhardo, em que costumava imprimir os seus Escriptos, se daria á impressaõ destes taõ prompta expediçaõ, que diaria e successivamente appareceria cada hum dos ditos N.os

Succedendo isto assim, cessaria o referido inconveniente do menos claro e exacto annúncio da Gazeta: por quanto, vendo-se logo depois d'ella o que continhaõ os mencionados Escriptos, á vista d'elles e da sua materia, viria indubitavelmente a cessar o referido perigo, reconhecendo-se evidentemente que a differença, que o Velho Liberal achava entre a Constituiçaõ de 1822, e a Carta Constitucional de 1826, e a razaõ, por que tinha a primeira como ruinosa, e contendo em si mesmo os elementos da sua anniquilaçaõ, e por que tinha a segunda como propria para fazer a nossa futura prosperidade, como tendo em si mesma os elementos da sua conservaçaõ, que a dicta differença consistia em ser a primeira organisada em huma só Camara, naõ tendo o Rei o Direito de a dissolver, e dando-se-lhe hum *Véto* meramente nominal, e de nenhuma sorte prestadio para aquillo a que os Velhos Liberaes o julgaõ necessario, e indispensavel nos Governos Representativos.

E, pelo contrario, a Carta do Senhor D. Pedro IV. contendo huma organisaçaõ do Governo Representativo em duas Camaras, tendo o Chefe do Podêr Executivo o direito de as dissolver, e tendo hum *Véto* effectivo, e naõ meramente nominal, vinha a contêr tudo quanto os Velhos Liberaes requerem, e julgaõ indispensavel nas Ins-

Digitized by Google

tituições Politicas de Governos Monarchico-Representativos, para que huma semelhante organisaçaõ Social possa durar, e naõ seja ephemera, nascendo em hum dia para acabar no outro.

Que esta differença tem entre si as dictas duas Instituições, he a todas as luzes manifesto, e nem os mais instruidos, nem os menos instruidos podem deixar de conhece-lo.

Pois nesta manifesta e geralmente conhecida differença he onde estaõ as notas, ou principios essenciaes d'aquelles diversos resultados, que o Velho Liberal attribuio no seu annúncio ás duas mencionadas Instituições, isto he, ter huma em si os elementos da sua anniquilaçaõ, e da nossa ruina, e ter outra tambem em si mesma os elementos da sua conservaçaõ, e da nossa prosperidade: e a mostrar isto se dirigia principalmente o Velho Liberal nos Escriptos, que em 1820 e 1821 destinava para o Publico com hum fim, e hoje destina com outro fim, como pouco abaixo elle fará vêr ao seu Amigo.

Se pois ao annùncio se seguisse immediatamente a Obra, que era o projecto do Velho Liberal, deixaria de haver o perigo, que o Novo lhe lembra em a sua Carta. Mas a Officina de Galhardo estava muito mal provida de quem a servisse; e o Velho Liberal conhecêo, e desenganou-se, logo pouco depois de dar para a Gazeta o annúncio, que nella apparecêo no dia 12, que era impossivel satisfazer os seus desejos fazendo sahir os N.os do seu Jornal immediata, e diariamente huns depois dos outros. E pelo respeito, que tributa ao Publico, que segundo os seus principios, e de toda a sua vida naõ deve jámais ser enganado, fez hum outro annúncio para ser publicado logo na Gazeta do dia 13, ou do dia 14, a fim de dar á saber ao mesmo Publico, que o mencionado annúncio de 12 se naõ podia realisar. — Que o Jornal appareceria alternadamente hum dia sim, e outro naõ. — Que o N.° 1.° somente se poderia achar na Terça feira, e em taes e taes Lojas. — E que continuaria nas Quintas, e Sabbados seguintes, e d'ahi para diante sempre assim, tres vezes cada semana.

Havia dado o annúncio do dia 12 a S. Ex.ª o Mi-

Digitized by Google

nistro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, que com a sua muito conhecida actividade, e zêlo pelo Serviço Publico, pelo bem da Naçaõ, e pela Consolidaçaõ da Carta do Senhor D. Pedro IV. dêo logo as convenientes Ordens, para que elle apparecesse no dia 12 em a Gazeta, que está debaixo da direcçaõ da sua Secretaria. Mas naõ fez outro tanto relativamente ao dicto segundo annuncio destinado para o dia 13 ou 14. Como este era muito curto, e mesmo de muito pouca monta por sua materia, entregou-o a Galhardo para que o fizesse inserir na Gazeta, entendendo-se lá como lhe parecesse com os Administradores d'ella, persuadido o Velho Liberal, que este negocio havia de correr muito facil, e desembaraçadamente, porque o dicto Impressor estaria sem duvida acostumado a tractar de outros semelhantes, todos os dias. Mas naõ succedêo assim. Galhardo dêo o *dicto* segundo annuncio destinado para o dia 13 ou 14 ao Padre M. Fr. Henrique de Jesus Maria, Censor da Mesa do Desembargo do Paço, e privativo para as Obras, que se imprimem na Officina Regia, porque como n'esta se imprime tambem a Gazeta, lhe parecêo que este meio era o mais prompto para sahir a público sem demora o tal annúncio, como o Velho Liberal desejava.

O Padre M. Fr. Henrique protesta, que o mandára entregar no dia 14 a Albuquerque, que tem a seu cargo o incumbir-se dos annúncios. O dicto segundo annuncio era devido ao Publico, porque o primeiro, que appareceo na do dia 12, acabava desta forma —

O 1.º N.º deverá apparecer na Segunda, ou Terça feira seguinte conforme o aviamento, que lhe derem os Officiaes da Typografia, em que se imprimir; e ha de achar se nas Lojas do costume para a venda de semelhantes Papeis, que se annunciáraõ na Gazeta de Segunda feira 14 do corrente. —

O segundo annúncio vinha por tanto a ser huma como continuaçaõ d'este, e isso bastava para que o dicto Albuquerque se naõ descuidasse por maneira alguma de fazer outro tanto ao segundo: porque elle mesmo he que tinha feito passar ao Publico a promessa do Velho Liberal, que foi na Gazeta de 12, e devia ser diligente, co-

Digitized by Google

mo interessado, para que ella se cumprisse. Como quer que seja, o certo he que houve descuido, e que o Publico tendo-se-lhe promettido hum Jornal, que appareceria diariamente de Segunda, ou Terça feira, isto he, de 14 ou 15 deste em diante, conforme se annunciaria na Gazeta, declarando-se nelle ao mesmo tempo as Lojas em que o Jornal se venderia, vio que a isto se faltava, e tanto que, apparecendo o Jornal no dia 15, segundo se tinha promettido, andaraõ os Lisbonenses, que o desejavaõ lêr, batendo ás cegas por esta, e por aquella porta, a fim de vêr se o conseguiaõ. Huns foraõ á Officina de Galhardo, outros á casa onde reside o Velho Liberal, outros procurando desenvolver este mysterio com dous ou tres dos Amanuenses, que servem ao Velho Liberal na composiçaõ do seu Jornal: e isto naõ podia deixar de ter pessimos resultados.

O Publico naõ se deve enganar em tempo algum: muito mais attendivel porém he isso nas Crises Politicas, qual esta, em que presentemente se acha Portugal, havendo de passar de huma forma de Governo para outra, estando elle affectado de huma doença, que já no Jornal do dia 17 o Velho Liberal classificou qual ella era. A grande massa dos Portuguezes está Ochlocratica desde 1808, e quasi que sem culpa sua, porque naõ se tem applicado a esta sua enfermidade os convenientes remedios, fazendo se somente uso, de quando em quando, da dolorosa medicina dos castigos, que os Velhos Liberaes somente em rarissimos casos receitaõ para a corrigir Illustraçaõ de idêas, boa fé do procedimento com o Publico, trazê lo sempre entre luzes, em vez de o involver em trevas, summo cuidado em nem o enganar jámais, nem em dar ares, apparencias, ou suspeitas de que o querem illudir. Eis aqui a medicina dos Velhos Liberaes contra a Ochlocracia.

Deve porém, além d'isso, ter-se em vista que o Publico, muito mais quando se acha affectado da Ochlocracia, he como as pessoas estericas, ou que soffrem de nervos: naõ admitte demoras: quem lhe annuncia huma cousa, deve logo apresentar-lha immediatamente, porque de outra sorte os nervos entraõ a tomar huma nova elas-

Digitized by Google

ticidade e força com a acçaõ, que se lhe fez avêssa aos seus desejos, e engravesce-se o seu padecimento, a sua doença, e os seus accessos. Isto ha de ser desenvolvido muito claramente nos Escriptos do Velho Liberal, que se seguirem ao seu Numero publicado no dia 17. Por agora basta o que fica escripto para se conhecer que a falta do mencionado segundo annúncio havia de produzir muito máo effeito em huma parte dos Portuguezes; a saber, n'aquella que mais affectada estivesse da mencionada doença.

Naõ se sabia ainda a que fim se destinavaõ os Escriptos do Velho Liberal, porque elles se naõ tinhaõ visto — conheciaõ-se as suas idêas antigas, e a sua Velha maneira de pensar, porque quem tem sessenta annos, e escreve quasi ha quarenta, já naõ póde ser mysterioso em cousa alguma. Apresentou-se hum annúncio de huma Obra relativa ás materias mais importantes nacionalmente *no dia* de hoje; a sabêr, a nova forma de Governo: *elle* era Constitucional e Representativo — nada mais natural do que entender-se vulgarmente que vinha a ser o mesmo que a Constituiçaõ de 1822, porque tambem era d'essa mesma natureza — mas este Escriptor diz que vem armado contra a Constituiçaõ de 1822 — logo temos hum inimigo contra aquillo, que o Senhor D. Pedro IV nos mandou do Rio de Janeiro, contra aquillo que nós desejâmos, e temos como a nossa maior fortuna, considerando-o ligado intimamente com os nossos maiores interesses — elle faz hum annúncio valente, e até que parece orgulhoso, mas falta ao annúncio, naõ o cumpre exactamente, nem apparece o Jornal no dia promettido, nem apparece hum annúncio, a que tinhamos incontestavel direito pela ultima parte d'aquel'outro, feito na Gazeta do dia 12 — Aqui ha historia — aqui ha engano — e depois d'isto, entrando-se no immenso Paiz das conjecturas, das suspeitas, e das desconfianças, era mesmo impossivel que deixasse de apparecer em alguma parte do Publico hum accesso de febre contra o Velho Liberal, que muito innocente estava pelo que fica referido, que naõ tinha mudado da sua fé politica, que vinha ajudar a solidar quanto podesse com os estudos de toda a sua Vida aquillo mesmo, que sobremaneira desejavaõ aquelles, que contra elle insurgiaõ.

Succedêo o que necessariamente havia de succe-

Digitized by Google

dêr: pequenas cousas trazem grandes resultados no Publico muitas vezes, e por isso quem tractar com elle he preciso naõ perder de vista mesmo nada, nem as cousas que parecem mais pequenas e indifferentes. O Velho Liberal achava-se inteiramente conforme em seus intentos com os dos outros, que d'elle suspeitáraõ! Suas suspeitas foraõ-lhe communicadas, e tiveraõ hum grande resultado que o seu Amigo lhe participa na Carta, a que esta serve de Resposta. E tudo isto sem motivo, e quasi que sem culpa de pessoa alguma.

E que remedio conviria applicar? Aquelle que he o principal, de que se servem, e de que usaõ os Velhos Liberaes — *Luz contra trevas, franqueza com aquelles com quem se tracta, boa fé a toda a prova.* Este mesmo remedio empregou o Amigo do Velho Liberal na Carta, que lhe escrevêo, e a que agora se responde; quiz illustrar-se tractando directamente com elle, e expondo as suas dúvidas áquelle, que era objecto d'ellas. Assim obraõ os Velhos Liberaes, e por isso he que no principio d'esta Resposta já se disse que o Auctor da Carta naõ era Novo Liberal, mas sim Velho.

E que faz agora o Velho Liberal nesta Resposta? Vai-se mostrar todo muito francamente ao Publico, vai pôr a este em huma inteira segurança de quaes sejaõ os os seus intentos, e o seu fim, e isto de huma maneira que se naõ possa duvidar da sua boa fé, e da sua verdade. O resultado ha de infallivelmente ser aquelle, que está intimamente connexo com as mencionadas causas. Dissipadas as suspeitas com a luz da verdade, desapparecem os suspeitosos, deixando de o ser: e os suspeitados perdem tambem essa qualidade, que haviaõ de conservar em quanto naõ tractassem de dissipar as trevas originadoras das suspeitas.

Graças pois! Infinitas graças ao Amigo do Velho Liberal, que com a sua Carta lhe veio dar esta occasiaõ para dissipar as dictas trevas! He este hum dos mais felizes successos, que aquelle lhe parece ter tido em toda a sua vida! O Velho Liberal vai continuar a explicar-se muito francamente com o seu Amigo sobre a materia da sua Carta.

Portugal teve a Constituiçaõ de 1822, que lhe dava

Digitized by Google

hum Governo Monarchico-Representativo. Semelhantes Governos, (seja qual for a respeito delles a sincera opiniaõ do Velho Liberal relativamente aos seus resultados, e aos seus effeitos, para com a prosperidade pública das Nações, a cujo respeito tambem lá mais adiante este desenvolverá muito francamente suas idêas, e suas opiniões) semelhantes Governos, repete o Velho Liberal, tem-se feito da moda nos nossos dias. Huma grande parte da Massa das Nações entende que somente com elles podem ir as cousas bem. Os governados, que estiverem nestes sentimentos, haõ de deixar-se dirigir melhor debaixo de huma tal forma politica de Administraçaõ; se ella pois naõ for essencialmente contraria aos fins das Sociedades Civis, a que se chamaõ Estados, he de bem entendida prudencia, o institui-los. He hum remedio, de que gostaõ os doentes, e todo o Medico prudente, quando tracta de receitar, consulta sempre o gosto do seu enfermo, para entre huma, e outra receita, que ambas podem produzir o mesmo effeito, preferir aquella, que mais agradavel he, ou menos desagradavel ao seu enfermo.

Portugal naõ existia fóra do Planeta, em que estas idêas se tem feito da moda; era pois indispensavel que tambem fosse affectado dellas. Foi-o com effeito: e em 1822 teve huma Constituiçaõ d'aquella natureza, que durou muito poucos mezes, e que desappareceo entre Acclamações quasi geraes, e a que se dêo muito maior vulto ainda pelo arbitrio de invectivar furiosamente contra o Systema, que havia cahido! Isto naõ faziaõ Velhos Liberaes! Isto naõ podia deixar de produzir hum grande choque entre os apaixonados do que acabava, e dos outros a quem era favoravel o que renascia! Isto naõ podia produzir senaõ a existencia de duas fracções no meio da Sociedade Civil Portugueza, huma orgulhosa com o triunfo do momento, e outra humilhada, e summamente humilhada, com a morte do que acabava, e por isso mesmo avidamente cubiçosa de ter tambem o seu dia de Gloria em que ressuscitasse! Nada porém mais impolitico do que isto, porque se dirige a sustentar, e a nutrir divisões intestinas, que saõ o maior dos males, que podem haver no meio dos Estados. He o mesmo que huma casa, ou fami-

Digitized by Google

lia particular dividida em dous partidos. Nem pode ter força, porque na Algebra politica *divisaõ* he igual a *fraqueza*, assim como *uniaõ* he igual a *força*. Nem pode ter prosperidade, porque esta naõ tem outra origem de que nasça além da mutua concorrencia dos Associados para obterem o mesmo fim, seja qual fôr a qualidade, ou natureza da Sociedade.

Os Velhos Liberaes n'aquellas circumstancias haviaõ de ver, se conseguiaõ amalgamar todos, assim os que se contentavaõ com a ordem de cousas, resuscitada, como aquelles que se entristeciaõ com a outra, que cahira: haviaõ de dirigir-se pela unica Receita conveniente em semelhantes circumstancias, que hé — *a uniaõ e concordia entre todas as Ordens do Estado* — e esta Receita tem hum unico remedio, que vem a ser inteiro esquecimento do passado, considerando-se que assim os de humas, como de outras opiniões queriaõ todos o mesmo, isto he, o bem público, consistindo a divergencia somente em entendêr huns, que a Navegaçaõ para aquelle Porto se devia fazer a rêmos, e entendendo outros, que unicamente se podia chegar ao Porto largando-se as velas. Era esta a receita, de que se servio Thransbulo Atheniense na expulsaõ dos trinta Tyrannos, e que desde aquelle tempo até os nossos dias foi utilmente empregada pela Sabedoria dos Velhos Liberaes, quando ás horrorosas scenas das tempestades politicas, provenientes de internas dissenções, querem substituir a feliz bonança da concordia, e uniaõ entre os Cidadaõs.

Aconselhava a mesma Receita outro Medico da mesma Escola, Demosthenes, aos Athenienses na Carta impressa a fol. 17 d'este Jornal, e que o Velho Liberal apropriou nos fins de 1820 ás circumstancias de Portugal, destinando-se entaõ a mandar aos seus Concidadaõs, de huma Ilha onde estava relegado, este presente que entaõ naõ chegou a vêr a luz do dia, mas que hoje vai apparecêr em publico.

Servíraõ-se d'ella Illustres Romanos no Senado, quando depois do assassinato de Cesar se quiz procurar a salvaçaõ da Patria. Procurou-se entaõ concordar os Amantes da Liberdade, e das Velhas Instituições da Républica Ro-

Digitized by Google

mania cõm os Amigos do Dictador. Aos assassinos de Cesar decretáraõ-se grandes, e muito importantes Provincias, cujo Governo lhes foi confiado. Satisfazia-se desta sorte a sua ambiçaõ, e tirava-se-lhes o susto de serem mal reputados, mal vistos, e mal olhados pelo que tinhaõ feito entre aquelles, que tendiaõ para a denominaçaõ de Cesar. Entretanto decretáraõ-se a este pomposissimas honras funebres, declaráraõ-se válidas as suas ultimas determinações, e o seu testamento, como se elle naõ fosse hum usurpador. Procurava-se desta sorte contentar aquelles, a quem o assassinato de Cesar fosse doloroso. E este systema, bem que produzia cousas inintelligiveis aos olhos de quasi todos, era sabiamente combinado para a salvaçaõ da Patria; e os Velhos Liberaes d'aquelle tempo viaõ, o que vem os de todas as idades, depender unicamente da uniaõ, e concordia entre os Cidadaãos.

O muito Alto, e muito Poderoso Senhor D. Pedro IV, marchou por esta mesma Carreira, que a Sabedoria de Seculos, em todas as idades, e em todas as Naçoes havia hontado, e acreditado como a unica conveniente, e proveitosa nas circumstancias, em que o Mesmo Augusto Senhor se achava para com os Portuguezes pela fatalissima morte de seu Augusto Pai. Bem hajaõ os estudos do Velho Liberal em toda a sua vida, elle os dá por bem pagos, e por exuberantemente remunerados com esta feliz occasiaõ de desenvolver entre os Portuguezes as grandes vistas deste Incomparavel Monarcha, que na verdura da Mocidade, na flôr dos seus annos, tem seu Entendimento enriquecido com toda a Sabedoria que só os Velhos Liberaes podem conseguir com aturados estudos de sessenta annos!

Bem visto era que, depois do que fica dicto relativamente a Portugal em 1823 em que huma Constituiçaõ muito cordialmente adorada por uma parte da Naçaõ, havia cahido entre ardentes acclamações de outra parte, que, ou a odiava, ou com ella se assustava, haviaõ de ficar existindo duas fracções da Monarchia Portugueza, animadas ambas de muito diversos sentimentos.

Huma d'ellas muito cobiçosa de que resuscitasse o Governo Representativo, que se quizera plantar em 1822,

***

Digitized by Google

mas que por defeito da construcçaõ organica do Edificio tinha cahido poucos mezes depois em Maio de 1823. Esta época produzio pelo Systema nella seguido muitas victimas, que se reputavaõ innocentes, por isso que tinhaõ obrado, obedecendo ás Ordens, e com a Regia Assignatura do Augustissimo Monarcha, que ha pouco choráraõ os Portuguezes, e cuja Memoria se ha de conservar por muito tempo saudosissima entre os Vindouros. Eis-aqui huma outra grande classe de Cidadaõs Portuguezes que estava com os olhos fitos na Côrte do Rio de Janeiro, espreitando como o Nosso Rei o Senhor D. Pedro IV rompia a Scena da Sua Publica e Real Administraçaõ.

Pela outra parte os que soffrêraõ com a Constituiçaõ de 1822; os que lhe parecia que ella tinha sido origem, e causa somente de desgraças; os que se haviaõ de espavorir, e de tremer sempre que ouvissem soar o nome de Constituiçaõ, e do Governo Representativo, formavaõ huma outra fracçaõ, e talvez a mais crescida da Familia Portugueza.

Era preciso contentar a todos, alegrar a huns, consolar aos outros, desassustar os terceiros. Tudo isto pedia o bem da concordia, e a salvaçaõ da Patria, que era sem dúvida o que o Nosso Bom Monarcha tinha no fundo do Seu Coraçaõ, e o que occupava todas as Operações do Seu Entendimento. O Velho Liberal rende a Vossa Magestade, Senhor, o Tributo de toda a sua admiraçaõ, e respeito! Ainda quando Vossa Magestade naõ Fosse o Sangue, e o Ramo Primogenito que deixou aos Portuguezes o Augusto Senhor D. Joaõ VI, Seu Rei, e Seu constante Bemfeitor, ainda quando Vossa Magestade naõ tivesse por este motivo hum incontestavel direito á mais constante e fiel veneraçaõ do Velho Liberal, elle seria de Vossa Magestade até o ultimo momento da sua vida, por Vossa Magestade apparecêr qual n'este momento apparecêo entre os Portuguezes!

As grandes vistas d'este Augusto Senhor saõ muito obvias: nem era preciso estar na Sua Real Presença, nem ouvir os Seus Raciocinios para se conhecêr que ellas eraõ unir e concordar os Portuguezes das diversas opiniões, que o Mesmo Providentissimo Monarcha lá

Digitized by Google

d'além do Atlantico estava vendo que haviaõ de transluzir hoje entre aquelles, por effeito da Constituiçaõ, que tinhaõ tido em 1822.

Via Sua Magestade que existiaõ em Portugal Amigos do Governo Constitucional, e Representativo, e mandoulhes huma Carta Constitucional, organisando-lhes hum Governo Representativo. Via o Mesmo Senhor, que a organisaçaõ do dicto Governo era defeituosa na Constituiçaõ de 1822, por ser composta de huma só Camara, e sem que o Rei tivesse nem hum *Véto*, que merecesse este nome, nem o direito de dissolvêr a Representaçaõ Nacional; cousas estas, que naõ saõ Direitos, ou Regalias dos Reis, mas sim Garantias a bem dos Povos nos Governos Representativos, para que esta forma de Organisaçaõ Social se naõ esbandalhe, e destrua a si mesmo.

O Mundo já tinha visto em prática, o que resultava do Governo Representativo n'huma só Camara na grande lucta Franceza de 1789, e seguintes annos, em que diversas Representações desta natureza se tinhaõ succedido humas ás outras, sem que nenhuma d'ellas vingasse.

O Mundo já tinha visto em prática, e em práticas de Seculos, o que resultava do Governo Representativo em duas Camaras, tendo o Rei o *Veto*, e o Podêr de as dissolvêr. A Inglaterra gosa ha seculos de hum semelhante Systema de Govêrno, e que por seculos n'ella tem permanecido sem os inconvenientes, que se experimentaraõ em Portugal com a Constituiçaõ de 1822, que só durou poucos mezes, e veio a ser por tanto huma nova experiencia confirmativa d'aquell'outra já feita em França de que acima fallámos.

Que fez entaõ o Augustissimo Monarcha que nos Rege? Dêo a Carta, que do Rio de Janeiro nos Mandou. Contentava assim os que gostassem do Govêrno Representativo. Organisou porém essa Carta, ou Governo Representativo á moda Ingleza com duas Camaras, *Véto*, etc.; e por isso essencialmente diversa da nossa Constituiçaõ de 1822. Desassustava por esta maneira os Portuguezes avêssos á dicta Constituiçaõ, porque lhes dava huma, que nada se parecia com aquella na sua organisaçaõ.

Digitized by Google

E o resultado geral de tudo isto era vêr se chamava a unidade, e a concordia, estas diversas fracções da Monarchia Portugueza, huma que gostava de Governos Representativos, e outra que temia a Constituiçaõ de 1822. *Pois satisfaçaõ-se os primeiros, tendo o Governo Representativo, e desassustem-se os segundos, vendo que a Carta de 1826 he na sua forma organica, inteiramente diversa da Constituiçaõ de* 1822.

Quem está acostumado a vêr Leis, e a penetrar pela sua simples leitura as vistas, e o espirito do Legislador, naõ podia deixar de conhecer isto, ao lêr a Carta Constitucional do Senhor D. Pedro IV.

E nem esquecêo ao Mesmo Augusto Senhor mudar o nome de *Constituiçaõ* em o outro de *Carta Constitucional*, o que tambem manifestamente se conhece ser dirigido ao dicto fim da concordia, e da uniaõ, que Elle buscava resuscitar entre os Portuguezes. " *Destes, os que amaõ* „ *Governos Representativos obtenhaõ de Mim esta forma de* „ *Organisaçaõ Politica: mas naõ se assustem com ella os* „ *outros, que temem, e se pavorisaõ com a palavra — Cons-* „ *tituiçaõ.* — „

Eis-aqui sem dúvida o fim desta mudança de nome. Eis-aqui o motivo, que conduzio a Sua Magestade para ella. Os que estaõ affeitos a lêr, e a estudar Leis, reparaõ em todas estas, e outras circumstancias, a fim de vêr se ellas se combinaõ, e saõ homogeneas com o espirito e fim geral, a que sabem que saõ dirigidas as mesmas Leis. A concessaõ da Carta, e de huma tal Carta, naõ pode deixar de têr em vista unir todas as fracções da Familia Portugueza, naõ pode deixar de dirigir-se a este mesmo fim a concessaõ da Amnistia geral, que o Senhor D. Pedro IV. publicou conjunctamente com a Carta. Serve ao mesmo fim, e he filha do mesmo espirito a mudança de nome, que acima se nota: logo ella foi certamente feita com a intençaõ, e destino acima referido. Eis-aqui como raciocinaõ naõ só os Jurisconsultos, tractando de entender, e de interpretar os Artigos de Legislaçaõ, mas tambem todos os outros, que empregaõ as Regras da Hermeneutica, e mais da Critica para o fim de entrarem bem no fundo, e na intelligencia de quaesquer outros Escriptos, bem que naõ sejaõ os Legislativos.

Digitized by Google

O Senhor D. Pedro IV. apparecêo desta maneira, do mesmo modo que Trasibulo entre os Athenienses, depois da expulsaõ dos trinta Tyrannos; dirigio-se ao mesmo fim, com que Demosthenes escrevêra a já citada Carta, imitada neste Jornal a fol. 17; seguio a mesma marcha adoptada no Senado de Roma depois da morte de Cesar. „ *Vejamos se se podem contentar todos os Membros da Fa-* „ *milia, de que Eu Sou Chefe* „ Taes saõ os desejos do bom Pai de familias, e taes foraõ na concessaõ da Carta incontestavelmente as grandes vistas do nosso Augusto Monarcha. Abençoado seja o Seu Augusto Nome! O Velho Liberal novamente lhe tributa os incensos de todo o seu respeito, e de toda a sua admiraçaõ!

Era secundar estas vistas, desenvolver a sabedoria das idêas de Sua Magestade perante os Portuguezes, a quem o Mesmo Senhor enviava de taõ longe esta Taboa da sua *Salvaçaõ*. Se ella se despresasse, se os Portuguezes se naõ agarrassem todos a ella, perdiaõ-se, podendo salvar-se unicamente com o seu auxilio. O Velho Liberal publicando os Escriptos, que começáraõ a apparecer no 1.º N.º do seu Jornal, naõ tinha em vista nenhuma outra cousa mais do que concorrer, quanto em si estava, para a illustraçaõ dos Portuguezes, com toda a somma dos seus conhecimentos, e estudos de toda a sua vida para lhes inçulcar, que elles se salvavaõ com a Carta do Senhor D. Pedro IV.; e que se perdiaõ se se naõ unissem a ella muito cordeal, e sinceramente.

Elle considerava de hum lado para entorpecer seus passos todos aquelles, que pelos motivos já referidos se assustavaõ com os Governos Representativos, confundindo a todos os desta natureza com a Constituiçaõ de 1822. Era necessario chamar a estes para a dicta Taboa de Salvaçaõ, mostrando-lhes que a Carta naõ era o mesmo que a Constituiçaõ de 1822. Dirigio-se a este fim a Proclamaçaõ da Serenissima Senhora Infanta Regente, na data de 12 de Julho passado, e tinha tambem o mesmo fim o Velho Liberal, quando no annúncio da Gazeta quiz metter aos olhos, e gravar no coraçaõ de todos, que eraõ entre si essencialmente differentes as duas Organisações Politicas acima referidas. Era desta sorte que cessariaõ os

Digitized by Google

pavôres dos avêssos á Constituiçaõ de 1822, os quaes pavôres, se se conservassem, entorpeceriaõ sem dúvida por muitas vezes, e por muitos e muito diversos modos a marcha da Carta Constitucional de 1826.

Os Amantes, os Adoradores do Governo Representativo eraõ servidos n'isto igualmente pelo Velho Liberal; por quanto, desejando o complemento de seus votos na solidaçaõ do Governo Representativo, era ajudar o seu empenho chamar á Carta Constitucional do Senhor D. Pedro IV. os avêssos á Constituiçaõ de 1822, mostrando-lhes que esta era eminentemente diversa d'aquella, e tanto assim, que huma tinha em si mesmo os elementos da sua destruiçaõ, e outra os elementos da sua conservaçaõ; huma os elementos da nossa ruina, e outra os elementos da nossa prosperidade.

O Velho Liberal havia entrado em Lisboa no dia dous de Agosto, e veio desde Belém até S. Lourenço, aonde reside na casa do Ex.mo Marquez de Ponte de Lima, por entre regosijos públicos, por baixo de Arcos Triunfaes consagrados naõ á Constituiçaõ de 1822, mas á Carta Constitucional de 1826, e sabendo que estas Instituições eraõ essencialissimamente differentes na sua Organisaçaõ, naõ podia nem entender, nem prever que, para se unir aos festejos, e regosijos da Carta fosse preciso incensar tambem huma Instituiçaõ, que naõ só naõ era a Carta, mas que diversificava d'ella inteiramente na sua Organisaçaõ.

O Velho Liberal nos N.os, que se haõ de publicar, dos seus Escriptos para fazerem a continuaçaõ do N.º 1.º esmerou-se muito em mostrar, que a Representaçaõ Nacional em huma só Camara tinha em si o principio da sua destruiçaõ, porque essa Camara unica conservava o Soberano sempre vivo, e em acçaõ, o que era muito perigoso á conservaçaõ da existencia da Instituiçaõ Politica assim organisada: por quanto, quem pode crear pode destruir; e tem menos segura a sua existencia quem se acha com o seu possivel Destruidor á vista, do que o outro que o tem de si distante. Já no que se escrevêo n'este Jornal a folhas 6 e seguintes, vem enunciada, e começada a desenvolver-se esta idêa, mas ella se acha con-

Digitized by Google

duzida á maior evidencia com os votos dos Velhos Liberaes mais respeitados, e acreditados com as razões e motivos, que os conduzem a pensar assim, e com as experiencias da Historia, tanto antiga como moderna, em os N.os seguintes.

Se o Amigo do Velho Liberal chegar a vêr estas doutrinas expendidas nos dictos N.os seguintes, concorda seguramente com ellas, e com aquelle, a quem na sua Carta honrou tanto com o titulo de seu Amigo, e mostrando-lhe que o era. O Velho Liberal poderia, se naõ temesse accrescentar muito a extensaõ desta Carta, mostrar ao seu Amigo immensos factos, praticados no curso dos poucos mezes da Constituiçaõ de 1822, em que se conhecêo quanto era verdade, que ella por ser organisada em huma só Camara, sem que o Rei tivesse o direito *de a dissolver*, e sem que tivesse hum *Véto* effectivo e *real*, continha n'isso mesmo dentro de si os elementos da sua destruiçaõ. Mas sempre ajuntará aqui hum, ou outro facto em demonstraçaõ do que affirma, bem que naõ possa unir aos seus discursos as datas dos acontecimentos, em razaõ de naõ ter tempo para as verificar no meio dos desejos, em que arde, de satisfazer, quanto antes, ao seu amigo, mostrando-lhe o verdadeiro sentido das expressões do seu annúncio na Gazeta, que tanta impressaõ fez no Publico, como elle lhe refere. Mas os factos saõ de huma data muito fresca, e naõ podem deixar de conservar-se na memoria de todos, bem que se naõ cite exactamente o dia, em que acontecêraõ.

Sabem todos os que conhecem, e que tractaõ de Governos Representativos que, assim como elles em tempos ordinarios, e tranquillos saõ prestadíos para consolidarem, e garantirem a segurança, e a liberdade dos que vivem na Sociedade Civil, assim em quanto ás suas pessoas, como em quanto ás suas propriedades, saõ improprios, e insufficientes nos tempos de tempestades, e borrascas politicas para salvarem a Náo do Estado dos perigos, que a ameaçaõ. Em todos os Governos pois desta natureza se conservaõ sempre ou instituições, ou artigos, que nesses momentos perigosos fazem suspender os beneficos effeitos dessas Constituições politicas, destinadas á garantia d'aquel-

Digitized by Google

los direitos, porque apparece hum bem maior, huma necessidade mais urgente, qual a da Saude pública, a da Salvaçaõ do Estado, á qual devem ceder todos os interesses, e todos os direitos dos particulares.

Roma nesses momentos apresentava hum Dictador, que era superior a todas as Leis, que exercitava o mais amplo, e absoluto podêr, que naõ dava contas algumas do seu procedimento. Publicava-se o Decreto que continha a mais ampla jurisdicçaõ que se pode conceber — *Caveant Consules ne quid Respublica detrimenti patiatur.* — Tomem os Consules cuidado em que a Patria seja salva. Naõ se tractava dos meios, naõ importava quaes elles fossem, tudo isso ficava entregue ao pleno arbitrio do Magistrado, que de taõ grande, e de taõ perigosa authoridade era revestido. Os Romanos conheciaõ tanto o perigo de virem a este extremo que a publicaçaõ do Dictador se fazia sempre em Roma no meio da alta noite, para que as suas trevas cobrissem a pavorosa Magistratura, que ia ter nascimento. A Constituiçaõ Representativa, e Liberal Romana, morria por hum pouco com estes arbitrios consagrados, e consagrados por necessidade á Salvaçaõ da Patria.....

O Velho Liberal, por motivo da Carta, que recebêo, e que vai impressa no principio deste N.° do seu Jornal, entendêo que lhe convinha, e que mesmo a Divina Providencia lhe deparou a occasiaõ mais opportuna para se mostrar aos seus Concidadãos com toda a franqueza, manifestando-lhes plenamente todos os seus primeiros principios politicos sobre Organisações Sociaes, sobre Governos Representativos, e sobre a sua maneira de pensar, relativamente aos meios proprios para elles marcharem, se entorpecerem, ou se anniquilarem: E bem que no decurso do seu Jornal em os N.os já destinados para serem impressos em 1820 venhaõ esses principios manifestados, e desenvolvidos em maior extensaõ, entendêo que lhe convinha, e aos Portuguezes manifesta-los em compendio n'esta Resposta. Ella pois sahio mais extensa do que convinha ser, para apparecer por inteiro em hum N.° do mesmo Jornal. E pois que a Officina naõ pôde dar aviamento a mais do que a esta parte da Resposta, que hoje se apresenta, ella continuará no Supplemento 3.°, e talvez no 4.°

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 1.

SUPPLEMENTO 3.º

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Continuaçaõ da resposta á Carta do Novo Liberal impressa no Supplemento antecedente.

Nos Governos Representativos modernos equivale á Proclamaçaõ da Dictadura *O Habeas Corpus* dos Inglezes, bem como a suspensaõ da Carta na Constituiçaõ da França, e na nossa de 1822, e da mesma sorte na Carta Constitucional de 1826, no §. 34.

Ora: sendo isto assim, e evidente por isso mesmo que a suspensaõ das Cartas Constitucionaes nos Governos Representativos equivale á morte temporaria da Constituiçaõ, tem em si mesmo os elementos da sua destruiçaõ aquella Organisaçaõ Representativa, em que mais facilmente se pode vir áquelle resultado, isto he, á morte da Constituiçaõ. He porém evidente que a Representaçaõ em huma só Camara apresenta muita mais facilidade para se chegar a este fim, e eis-aqui huma das razões porque os Velhos Liberaes dizem que a Representaçaõ Politica em huma só Camara contém em si mesmo os elementos da sua destruiçaõ.

Chega huma noticia assustadora, e que parece annunciar o maior perigo da Patria; refere-se por hum Orador eloquente a essa Camara unica, a qual tem em si to-

Digitized by Google

do o Podêr Legislativo sem barreira alguma, que lhe suspenda a sua marcha. Outro Orador falla no mesmo sentido, e com igual vehemencia pintando com feias côres ou huma conspiraçaõ assustadora, ou huma invasaõ imaginada. Espalha-se o terror pela Assembléa; fallaõ todos os Deputados no mesmo sentido, e em poucas horas se formaõ Commissões para examinar, e fazêr o Relatorio dos factos, dispensados todos os espaços, que a Constituiçaõ marcava para semelhantes actos: em poucas horas se delibera, e se decreta a suspensaõ da Carta. E aqui temos morta precipitadamente a Constituiçaõ, sendo a causa disso estar em huma Camara toda a Legislatura, sem haver huma outra, que lhe possa suspender os passos, nem no Chefe do Podêr Executivo hum *Veto* effectivo, que possa impedir que extemporaneamente, e antes da urgentissima necessidade, se assassine a Constituiçaõ, suspendendo-se a Carta.

Os Portuguezes viraõ este inconveniente, mas talvez naõ reparáraõ nelle no curso dos poucos mezes, que Regêo a Constituiçaõ de 1822. Tinha-se o Congresso ajuntado em huma Sessaõ nocturna para se fazer a Proposta dos Conselheiros d'Estado, que se havia de apresentar a Sua Magestade. Estava-se nesta tarefa, quando pelas 10 horas da noite se annuncia que o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, José da Silva Carvalho tinha que propôr ás Cortes da parte d'El-Rei. Manda-se que entre, apresenta huma Carta do Governador das Justiças do Porto, annunciando os primeiros movimentos de Tras-os-Montes contra a Constituiçaõ. Espavorisaõ-se os Membros do Congresso, faz-se tudo o que acima está dicto, e que era preciso para matar a Constituiçaõ, para suspender as suas garantias a pró da segurança, e liberdade dos Cidadãos; e quando eraõ duas horas da noite, tinhaõ-se decretado *visitas domiciliarias*, *havia-se dado ao Executivo o Podêr absoluto de prender*, *de deportar a quem quizesse*, *e como quizesse*. Ahi estaõ immensas victimas entre nós, que podem asseverar, se naõ se procedêo com elles da mesma maneira, por que se procederia no Governo mais arbitrario, e despotico do Universo.

Lancem-se agora os olhos sobre o que em semelhan-

Digitized by Google

tes casos se pratica em Inglaterra, ou em França com as suas Representações de duas Camaras quando se tracta de matar a Constituiçaõ por meio da suspensaõ das suas Cartas: veja-se como entaõ se caminha mais a passo, com que madureza se examina se he chegado o momento d'esse perigo eminente, que se requer para que os Cidadãos fiquem expostos a taõ grandes perigos; e ha de conhecer-se entaõ que a Representaçaõ em huma só Camara tem em si mesmo os elementos da sua destruiçaõ, e que a Representaçaõ em duas Camaras tem em si mesmo o principio da sua conservaçaõ: por quanto, he evidente que a suspensaõ da Carta he a morte da Constituiçaõ, ou por mais, ou por menos tempo.

Quando o Velho Liberal em S. Miguel teve a noticia dos acontecimentos de Novembro de 1820 em Lisboa, em que a Multidaõ gritou — Huma Constituiçaõ mais liberal do que a de Hespanha — disse elle comsigo: Bello! A Multidaõ pede a Representaçaõ em duas Camaras, porque quer huma Representaçaõ mais liberal do que ha em Hespanha; eu disse *mais liberal*, *isto he*, (nem pode significar outra cousa) *que seja mais capaz de garantir a liberdade*; *pois se a Constituiçaõ de Hespanha he em huma só Camara*, *esta Proclamaçaõ de Lisboa naõ pode ser entendida*, *senaõ como indicativa de se desejar huma Representaçaõ em duas Camaras*, *porque essa he a que mais garante a liberdade*, *e a segurança dos Cidadãos*. O Velho Liberal está intimamente persuadido que, se em 1820, e 1821 houvesse quem se lembrasse de metter aos olhos dos Portuguezes, que a Organisaçaõ Representativa em huma só Camara era essencialmente menos duradoura, que tinha huma existencia essencialmente mais precaria, e que era essencialmente menos capaz de garantir os Direitos de Cidadaõ, assim os da sua pessoa, como os da sua propriedade, do que outra com a dita Representaçaõ em duas Camaras, o Velho Liberal (torna a dizer) está persuadido que indisputavelmente todos os Portuguezes gritavaõ em altissimas vozes, que queriaõ a segunda, e naõ a primeira.

Está persuadido igualmente, que tambem elles gritavaõ em altissimas vozes no mesmo sentido, se se lhes men-

Digitized by Google

resse aos olhos a seguinte reflexaõ n'aquella época dos fins de 1820, e principios de 1821: *Portuguezes, vamonos a entender huns com os outros, porque tractâmos da salvaçaõ commum; e bem he que em tal, e taõ importante materia naõ marchemos precipitadamente, e sem considerar tudo quanto pode convir para o bem, e para o mal da nossa Causa. Vejâmos aquillo, em que estâmos concordes todos, e aquillo, em que estâmos de diversa opiniaõ. N'aquillo em que fôrmos dos mesmos sentimentos naõ fallêmos mais, porque he perder o tempo tractar com muito affinco sobre cousas jâ resolvidas, gastar muito tempo, muito papel, e muita tinta em discursos para converter os que já se achaõ convertidos. Estâmos de acôrdo em que a passada Administraçaõ era má, que naõ satisfazia aos fins das Instituições Sociaes: que S. Magestade o Senhor D. Joaõ VI., estando muito distante destes seus Estados da Europa, naõ podendo deixar de ter confiado a sua Administraçaõ a alguem, havia necessariamente succeder o que succede sempre com grandes Authoridades subalternas concedidas, e exercitadas em muita distancia, e muito longe do Monarcha, de que lhes vem a sua nomeaçaõ, e o seu Podêr. Estas Authoridades subalternas haviaõ indispensavelmente abusar do seu Podêr, procurar amplia-lo muito além dos limites, que lhes foraõ concedidos; haviaõ de fazer-se intoleraveis. He esta a condiçaõ, e a marcha constantemente vista e observada em grandes Poderes subalternos, instituidos, e exercitados em grande distancia dos Soberanos. A esperança de que esta distancia embarace chegarem ao conhecimento do Soberano os abusos, que fazem as mencionadas Authoridades, ha de tenta-las a que sigaõ as suas paixões de affeiçaõ, e de odio. Tem-vos succedido o mesmo, que succedêo em toda a parte, nos seculos passados, bem como nos presentes; pois entaõ naõ fallemos mais nisto; estámos todos acordes em que ha doença, e grave doença, a que he preciso acudir.*

Se ha doença, he preciso hum remedio. Qual será elle? Tambem era manifesto, e evidente que o tal remedio naõ podia consistir, senaõ em huma Organisaçaõ Social, que servisse de freio a essas Authoridades abusadoras do seu Podêr, a esses que executavaõ as ordens de hum Monar-

Digitized by Google

eba, que vivia duas mil legoas distante, e que por isso naõ podia por si desviar os taes abusos. Era pois indispensavel huma nova Constituiçaõ Politica, hum Regimento, ou huma Carta Fundamental desse Governo (a).

Portuguezes estâmos pois acordes em que Portugal carece, ou que a Portugal he util huma Constituiçaõ para remedio dos seus males, para embaraço, e freio dos mencionados abusos. Até aqui estâmos todos concordes, naõ fallemos pois mais nisso, e empreguemo-nos todos unicamente em estudar, e vêr de que natureza deve ser essa Organisaçaõ Social, de que carecemos, e que ha de ser a receita, e o remedio dos nossos males. Olhai, meus Concidadãos, ha huma receita d'estas que organisa, para o referido fim, hum Corpo Politico compôsto de duas Camaras; e esta receita tem sido empregada utilmente já por seculos em hum outro doente, a que tem aproveitado, e vós bem conheceis que este doente, de que eu fallo, he a Inglaterra vossa Amiga e Alliada, aonde sabeis todos que se gosa de Liberdade Civil. Ha porém huma outra receita d'estas que, para o referido fim, organisa hum Corpo Politico composto de huma só Camara. Grandes Medicos, de poucos dias a esta parte, tem apregoado em altissimas vozes, tem coberto de pomposissimos elogios, e sustentado com finissimas theorias, e muito bonitas palavras huma semelhante Organisaçaõ Social: mas apezar de tudo isto, por desgraça, por fatalidade,

(a) Todos estes nomes indicaõ a mesma cousa; os tempos, e a moda que governa nas palavras, como ensina o Velho Horacio — *Usus, et norma loquendi — multa renascentur, quæ jam ceciderunt, cadentque* — fizeraõ com que nos nossos dias se désse o nome de Constituiçaõ ás Instituições Politicas Seculares, que d'antes se chamavaõ Regimentos, ou Cartas. N'esse tempo deixava-se o nome de Constituições para as Instituições Politicas da Igreja. Todos os Bispados deste Reino tem huma, e alguns mais do que huma Constituiçaõ, que regula as suas cousas, e que tem o mesmo nome de Constituiçaõ. Porém nomes saõ cousas indifferentes, com tanto que se entendaõ, e sejaõ proprios para exprimir as idéas de quem delles se serve.

Digitized by Google

todos os doentes, a que elles applicáraõ essa sua receita, pois recêraõ entre gravissimas dôres no meio de insuportaveis anciedades; e isto succedeo nos vossos dias aqui bem perto de vós: primeiramente na França em 1789, e nos seguintes annos, tres receitas d'essas se applicáraõ sempre com o infeliz successo referido; e depois d'isso na nossa visinha Hespanha com o mesmo máo resultado. Dizei-me vós agora, Portuguezes, se quereis ir servir de huma outra experiencia a esses Medicos novos de grande saber, mas infelizes no seu curativo. De todos os doentes, a que tem applicado a dicta sua mencionada receita, ainda naõ escapou nenhum! Escolhei, meus Concidadãos, escolhei o que vos agrada: a vossa vontade he que ha de governar, porque o negocio he vosso: vós he que haveis de ser curados, ou perdidos com o remedio, que se empregar: cumpre por tanto que seja vossa a escolha do remedio.

Haveria por acaso hum só dos Portuguezes, que fazendo-se-lhe a proposta desta sorte, e com toda esta clareza, respondesse: *Naõ obstante todos esses máos successos dessa Receita moderna ainda naõ confirmada, senaõ com desastrosos resultados, nós queremos que esses novos Medicos nos curem, e nos appliquem essa sua sempre até agora infructuosa, e desgraçada Medicina: E naõ queremos que se faça uso da outra, que sabemos, e que vemos têr aproveitado a outro Enfermo.*

O Velho Liberal está certissimo de que, propondo-se desta sorte o negocio aos seus Concidadãos, nem hum só delles votava pela Constituiçaõ de 1822, que era essa Receita de Medicos novos, e ainda naõ experimentada utilmente, mas sempre originadora de grandissimas desgraças. A menos clara proposiçaõ, que se fez do negocio aos Portuguezes, he que fez nascer naquelle tempo hum espirito público desmedido apró da Constituiçaõ de 1822 em huma só Camara; e esta demazia da ardencia pública arrastou forçadamente a maxima parte dos Deputados das Côrtes d'aquella época, aos quaes se naõ deixou discutir, e decidir tranquillamente a sangue frio, e sem perturbaçaõ de espirito a mais importante, e a mais consequente parte da Organisaçaõ Politica, que entaõ se destinava aos Portuguezes.

Digitized by Google

O Velho Liberal sabe, e pode assegurar aos Portuguezes, que muitos dos Illustres Deputados daquelle Congresso, que estiveraõ pela Representaçaõ em huma Camara, foraõ a isso conduzidos pela contemplaçaõ, que julgavaõ ter com o espirito público, manifestamente declarado para essa parte, com o qual lhes parecia indispensavel contemporisar, e condescender, para evitar maiores males. Elle sabe, e pode assegurar aos Portuguezes, que muitos outros dos Illustres Deputados, que cordialmente apoiáraõ essa má Receita, dentro de pouco tempo se arrependêraõ, havendo algum, ou alguns que mesmo se lembráraõ de corrigir esse defeito, quando se tractou de revêr a Constituiçaõ. Elles estaõ vivos, e fallaráõ, sendo necessario que fallem, a fim de assegurarem aos Portuguezes que, se hoje votassem n'este assumpto, seus vótos eraõ indispensavelmente pela Representaçaõ em duas Camaras.

Parece ao commum das Gentes, que a Camara dos Pares he somente destinada, ou para contentar a Classe das grandes Pessoas, que a ella costumaõ ser chamadas, ou para dar hum Apoio á Authoridade Real contra a Camara dos Deputados que Representa a Naçaõ. Este prejuizo, esta falsa opiniaõ, he que produz os inimigos da Representaçaõ em duas Camaras. Parecendo que o Governo Representativo he huma constante lucta do Rei, e dos Representantes da Naçaõ, ou Camara dos Deputados, como lhe chama o Senhor D. Pedro IV. na Carta Constitucional de 1826, entendendo-se que o bem Nacional pede que n'esta lucta vença a Camara dos Deputados, tem como contrario aos seus destinos, (e que esses taes em muita boa fé consideraõ ser os mais proveitosos á Causa Publica) que exista a Camara dos Pares, por quanto servindo ella na sua opiniaõ para fazer mais forte o Podêr Real, e dar mais hum inimigo poderoso á Camara dos Deputados nas luctas em que esta entrar com aquelle Podêr, á primeira vista por tanto ha de entender-se, que a instituiçaõ da dita Camara he contraria aos interesses da Naçaõ.

Esta maneira porém de discorrer he hum manifesto prejuizo, desmentido assim pelos raciocinios, como pela experiencia.

Digitized by Google

Pelos raciocinios, em razaõ do seguinte. Essa segunda Camara vai dar huma nova, e muito importante consideraçaõ ás grandes Personagens, que costumaõ sempre serem a ella chamadas. E bem visto he que essas Personagens haõ de contentar-se desse novo lustre, a que as chama a Camara dos Pares, a qual com tudo naõ existirá, se naõ existir a Constituiçaõ, ou o Governo Representativo, succedendo que o Rei por hum incremento da Sua Authoridade, acabrunhe, ou annulle a Representaçaõ Nacional, de que ella constituia huma parte. A existencia pois da Camara dos Pares, e consequentemente o interesse dos que n'ella saõ empregados, pede que a dicta Camara se una, e apoie a outra dos Deputados, sempre que as luctas do Podêr Real com a Representaçaõ Nacional tenderem a destrui-la.

He verdade tambem que quando as luctas parecerem encaminhar-se ao fim de ser o Podêr Real opprimido, e anniquilado pela Camara dos Deputados, esta deve esperar que encontre a Camara dos Pares unida áquelle Podêr, para o fortificar, e impedir a sua anniquilaçaõ, pelo mesmo motivo, e pelas mesmas razões, com que naquel'outro caso a mesma Camara se havia de unir com a dos Deputados para a fazer forte. Mas que se segue disto? Que a Camara dos Pares vem a ser hum contrapêso, huma quantidade absolutamente necessaria para sustentar, e garantir o Governo Monarchico Representativo, o qual deixa de existir igualmente, annullada; ou anniquilada a Representaçaõ Nacional, e annullado, ou anniquilado o Podêr Real, visto que hum semelhante Governo essencialmente carece, e essencialmente consiste na existencia dessas duas partes, Rei, ou Podêr Real, Camara dos Deputados, ou Podêr Nacional. Acabrunhada, ou anniquilada qualquer destas duas partes do Governo Monarchico-Representativo, este desapparece. Se a Camara dos Deputados acabrunha, ou anniquila o Podêr Real, triunfa o principio Democratico, e a Organisaçaõ Politica passa a ser d'esta natureza, e deixa de ser Monarchico-Representativa, como se dizia que era, e como se dizia, que se queria que fosse. Se o Podêr Real acabrunha, ou anniquila a Camara dos Deputados, ou a Representaçaõ Nacional, triunfa o principio Monarchico absoluto, e

Digitized by Google

quando isso acontece ao Governo Representativo; succede o máis despótico, e illimitado Podêr Real, e por huma muita obvia razaõ, deduzida da natureza dos homens. Os vencidos na lucta com o Podêr Real, ou que durante ella haviaõ figurado em grandes Empregos, ficaráõ necessariamente assustados de serem mal vistos na nova Ordem politica das cousas, e para se defenderem, e se segurarem a si, haõ de apparecer, e apparecem constantemente os mais servis aduladôres do Rei. Naõ sabem, nem entendem, que possa haver outro modo de se lavarem para com elle das suspeitas, de que se consideravaõ manchados, por terem figurado em Lugares eminentes no tempo do Systema, que vogava, e que cahio pelo choque da mencionada lucta.

Estes taes, pelos seus proprios interesses, conduzidos a serem servis aduladôres do Reinado, vem a conduzi-lo *assim até* mesmo ao despotismo. Estes taes saõ *fatalissimos* entaõ á Causa Publica, ainda por outro motivo, e vem a ser o seguinte. Como tem diante dos olhos sempre o lavar-se das nódoas d'aquella suspeita, saõ conduzidos por isso a mostrarem-se intolerantes, vingativos, despiedados de todos os outros vencidos como elles, mas que naõ tiveraõ a sua fortuna de haverem figurado no Systema vencido, e de passarem a figurar no outro vencedor. Estes taes saõ para os Velhos Liberaes os entes mais pavorosos, que elles conhecem, quando as mencionadas luctas acabaõ acabrunhando, ou annullando huma das Partes do Governo Representativo, prevendo n'*elles*, e na sua futura conducta as perseguições, os exterminios, e todos os males imaginaveis, e possiveis para com aquelles, que na vespera eraõ intimos amigos, e confidentes, e que no dia seguinte mandaõ aos carceres, ás proscripções, e ao degredo. Estes taes saõ os entes mais pavorosos para os Velhos Liberaes, porque desejando elles em taes momentos, e entendendo como absolutamente preciso que n'essas crises os vencedores, e vencidos se amalgamem, e façaõ entre si huma só, e unica familia, pelo meio da concordia, e uniaõ, a que toda ella seja chamada, prevendo que esses taes, em vez de seguirem este caminho, haõ de ser tentados a provocarem reacções, em

Digitized by Google

vez de lançar maõ dos meios de unir; haõ de empregar provavelmente os outros de dividir, naõ podem deixar de tremer pelas desgraças de muitos dos seus Concidadãos. E por isso, e cousas semelhantes, he que no principio deste Jornal a fol. 2 se escrevêo — *Os Velhos Liberaes choraõ quasi sempre sobre a condiçaõ dos homens.*

Bemdito, e mil vezes Bemdito seja o Augusto Nome do Senhor D. Pedro IV, que em huma Crise Politica da Monarchia Portugueza, tal e qual era a da morte de Seu Saudosissimo Pai, desviou ao Velho Liberal estas lagrimas, a que elle estava affeito nas outras Crises Politicas, que tinhaõ havido no curso de seus dias! As grandes vistas politicas d'este Senhor, os grandes meios empregados para as fecundar, foraõ todos tendentes a unir e a trazêr á concordia todos os Portuguezes de todas as opiniões, de todos os sentimentos! A Carta, e Amnistia, saõ os dous monumentos indeleveis, que patentêaõ aquellas grandes vistas, e aquelles grandes meios. O Senhor D. Pedro IV deixa que o Velho Liberal tribute todas as suas lagrimas ao seu Rei, e ao seu Bemfeitor ha pouco falecido, naõ lhe dá occasiaõ a que consagre alguma parte d'ellas aos seus Concidadaõs maltractados, e perseguidos! Bemdito, e mil vezes Bemdito seja o Augusto Nome do mesmo Senhor!

E ligando outra vez o Velho Liberal o fio, que levava nas suas considerações sobre a Representaçaõ Nacional em duas Camaras, tendo-se visto por esta digressaõ os males, que sobrevem quasi sempre quando as luctas do Poder Real, e do Poder Nacional, as luctas do Rei, e da Camara dos Deputados, acabaõ acabrunhando, ou annullando hum d'estes Poderes ao outro, que Relaçaõ virá a ter com isto a Camara dos Pares? Impedindo ella que nenhum dos dictos dous Poderes anniquile o outro, encostando-se ao Poder Real quando elle se acha neste perigo, e encostando-se ao Poder Nacional quando este corre o mesmo, vem a ser a garantia da existencia do Governo Monarchico-Representativo o contrapezo indispensavel para que nem o principio Monarchico triunfe absolutamente, nem da mesma sorte triunfe o principio Democratico, sendo por tanto o Anjo Tutelar do Governo Representa-

Digitized by Google

tivo, e o antidoto indispensavel contra as desgraças acima referidas, intimamente connexas com o successo da anniquilaçaõ de hum d'aquelles dous Poderes, quando esse he o resultado das suas mencionadas luctas.

O Velho Liberal disse tambem, que a experiencia vinha em confirmaçaõ das suas Opiniões Politicas acima expendidas, e ella se pode procurar, e encontrar na Historia do Parlamento Inglez, a qual mostrará que a Camara Alta nas diversas Crises passadas da Inglaterra se tem, humas vezes encostado ao Poder Real para o sustentar contra os ataques dos Principios Democraticos, e outras vezes se tem unido á Camara Baixa para a fazer forte contra as pertenções, e empenho do Poder Real, para estender as suas attribuições além das que lhe eraõ demarcadas na sua Constituiçaõ.

Sendo pois isto assim como fica dicto, eis-aqui a maneira, porque pensaõ os Velhos Liberaes, para se reduzir a Compendio tudo quanto fica acima ponderado relativamente ás Organisações Politicas com a Representaçaõ Nacional em huma, ou em duas Camaras. A Camara dos Pares ha de ser sempre sustentadôra do Governo Representativo, ha de procurar sustenta-lo quanto em si estiver, porque o dicto Governo dá ás pessoas, de que ella se compõe, huma Consideraçaõ Politica no Estado muito grande, a qual ellas naõ tinhaõ antes do dicto Estabelecimento, e que haõ de perder necessariamente, huma vez que este chegue a anniquilar-se, ou destruir-se. Como pois a Camara dos Pares tem esta necessaria tendencia para sustentar o Governo Representativo, sendo a isto conduzida pelos proprios interesses dos seus membros, e ha de consequentemente fortificar com o seu auxilio a Camara dos Deputados contra o Poder Real, sempre que este a queira deprimir, havendo igualmente de encostar-se, e fazer forte o Poder Real contra a Camara dos Deputados, sempre que esta tender para a anniquilaçaõ d'aquelle; estorvando no primeiro caso que naõ triunfe a Democracia, e no segundo que naõ triunfe o absolutismo, dous extremos, dos quaes cada hum d'elles he destruidôr do Governo Monarquico-Representativo, por isto os Velhos Liberaes nas Instituições Politicas d'esta natureza, em que di-

Digitized by Google

visaõ huma só Camara, qual era a Constituiçaõ de 1822, achaõ na sua organisaçaõ os elementos da sua destruiçaõ, porque naquella falta o poder intermedio, que havia de amparar já humas vezes o Poder Real, e já outras vezes o Poder Nacional, para que nenhum d'elles subplantasse o outro. E quando encontraõ a Construcçaõ do dicto Edificio com duas Camaras, dizem entaõ, que elle tem em si os elementos da sua conservaçaõ, porque estes estaõ, e consistem na Camara dos Pares, que he, para o dizer assim, hum Corpo Auxiliar de Reserva, que está prompto, e álerta para sustentar o Governo Monarchico-Representativo, (que carece da existencia do Poder Real, e da existencia do Poder Nacional, sem que hum subplanante o outro) fortificando com toda a sua força, e todo o seu auxilio aquelle dos dictos dous Poderes, que parece enfraquecer-se, e estar a ponto de ser subplantado: e eisaqui desenvolvida a idêa que o Velho Liberal teve no período do seu annúncio, na Gazeta, relativo á Constituiçaõ de 1822, e á Carta Constitucional de 1826.

Naõ era por tanto o dicto período destinado, nem a infamar as Constituições em geral, nem a de 1822 em particular, mas somente a desacreditar esta na parte organica, em que diferia da outra de 1826, em quanto na primeira estava a Representaçaõ Nacional em huma só Camara, e na segunda em duas. O Velho Liberal tem feito todas as diligencias para se fazer entender a todos os Portuguezes de todos os Sexos, de todas as Ordens, de todas as Idades, de todas as Fortunas, e de todas as Opiniões; e, se ainda o que se tem escripto naõ bastar para o referido fim, dará todos os esclarecimentos que se lhe pedirem; para que se naõ venha a entender por pessoa alguma, que o seu annúncio da Gazeta he dirigido a desacreditar os Governos Monarchico-Representativos, preoccupaçaõ esta, a qual, se chegasse a divulgar-se, viria sem dúvida a concorrêr para o entorpecimento da Carta Constitucional de 1826, muito contra os desejos e os destinos, que no dicto annúncio teve o mesmo Velho Liberal.

Mas elle accrescentou no annúncio, *que a Constituiçaõ de 1822. tinha em si os elementos da nossa ruina; e a*

Digitized by Google

Carta de 1826 os outros da nossa futura prosperidade. He necessario pois desenvolvêr tambem agora esta idêa de maneira que se veja que ella de nenhuma sorte infama, nem desacredita o Governo Monarchico Representativo em geral, mas sómente o Governo Monarchico Representativo em huma Camara unica, qual era o organisado na Constituiçaõ de 1822, e de nenhuma sorte o Governo Monarchico-Representativo em duas Camaras, qual he o da Carta Fundamental de 1826. Bem visto he, que nestes termos o desacreditar o primeiro nenhuma influencia tem, ou póde ter para que fique desacreditado o segundo, antes muito pelo contrario o descrédito lançado pelo mencionado motivo sobre a Constituiçaõ de 1822, por huma circumstancia, ou qualidade que n'ella falta, e que se acha na Carta Constitucional de 1826, vem a cedêr em muita consideraçaõ, e em muito apoio desta, por quanto se *manifesta*, e se chega a vêr, que aquillo que eraõ elementos da nossa ruina na Constituiçaõ de 1822, se naõ encontra na Carta de 1826, fazendo por isso com que esta possa ser a origem da nossa prosperidade. O Velho Liberal vai entrar em materia.

Em todas as Organisações Politicas de Governos Monarchico-Representativos ha duas partes, que andaõ separadas, e que vêm a sêr o Legislativo, e o Executivo. Estes dous Poderes naõ se achaõ unidos n'huma, e na mesma Pessoa; ou esta seja hum Individuo, ou seja hum Corpo, apparecem sempre separados. E cumpre vêr, e examinar qual he o geral principio, que convem a hum, e outro Poder, a fim de se comparar com as Attribuições, que se lhe deraõ na Constituiçaõ de 1822, e que lhes competem em todas as Organisações Politicas com a Representaçaõ de huma só Camara, e sem hum *Véto* effectivo, e Real, e sem a faculdade de dissolvêr as Camaras na Pessoa do Rei, e do Executivo.

Consilium in deliberando, vis in agendo. Madureza nas deliberações, presteza, e vigôr na execuçaõ; eis-aqui as duas qualidades essenciaes de toda a Publica Administraçaõ, segundo o uniforme sentimento de todos quantos tem escripto em Politica entre os antigos, e entre os modernos. As determinações, as regras, as Leis,

Digitized by Google

devem ser feitas com muita pausa, porque pedem muita meditaçaõ, e muito estudo, para serem consideradas todas as circumstancias, que tem relaçaõ com ellas, todos os bens, que podem produzir, todos os males que podem originar. He necessario primeiramente naõ omittir nenhum dos males, nem alguns dos bens que das regras, e das Leis póde provir: pezar depois a somma dos dictos males, e a somma dos dictos bens, em huma muito escrupulosa, e fiel balança; e a final, se o prato da balança, em que se acha a somma dos bens, peza mais do que o outro, em que se acha a somma dos males, a Lei he boa, e deve ser approvada; e da mesma sorte a Lei he má, e deve ser reprovada quando acontece o contrario. Por isso o Juris-Consulto Inglez Jeremias Benthan na passagem que adiante se ha de transcrevêr, exclamava — *Que cousas em huma Lei!* — quando tractava do exame de qualquer d'ellas, por menos importante, e ponderosa que fosse.

Tudo isto inculca necessariamente que o Legislativo deve ser constituido de maneira, que nelle se marche de vagar, e jámais se caminhe á carreira. Só assim podem as Leis ser feitas com a madureza, e com a consideraçaõ que nella se requer: só assim he que nella se encontrará *Consilium in deliberando.*

Ora: as Organisações Monarchico-Representativas em huma só Camara sem que o Rei tenha hum *Veto* effectivo, e Real, e sem que se lhe conceda a Attribuiçaõ de dissolvêr a Camara, fica destituida de tudo quanto lhe podia dar, e garantir essa madureza nas deliberações, essa pausa na marcha do Poder Legislativo. A eloquencia de hum Orador vehemente, acompanhada de circumstancias favoraveis para o seu triunfo, póde fazer com que na Representaçaõ Nacional de huma só Camara se tomem determinações, se estabeleçaõ Decretos e Leis, naó só nocivas ao bem Publico, mas até destructivas da Constituiçaõ, sem que nisso se repare, e se advirta. A Organisaçaõ Politica assim construida naõ tem barreira nenhuma, que suspenda o fogo das paixões, que póde nella arrebentar em hum, ou em outro caso.

Para que haja esta barreira he que convém, 1.º as

Digitized by Google

duas Camaras: por quanto, por mais curto, que seja o espaço de tempo determinado para os Actos Legislativos passarem por huma, e mais por outra, sempre elle ha de ser bastante para que o fogo das paixões que apparecêo, e triunfou nas discussões, e deliberações de huma, se naõ encontre nas discussões, e deliberações da outra. He da natureza das paixões serem tanto menos duradouras quanto mais vehementes saõ.

Para que haja esta barreira he que convem, 2.º que o Executivo, que o Rei seja parte integrante do Legislativo com hum *Veto* effectivo, e Real; Attribuiçaõ esta que, sendo-lhe concedida, vem a ser o mesmo que fazê-lo parte integrante do Legislativo, visto que a Lei naõ póde apparecer sem o seu Concurso.

Para que haja esta barreira he que convém, 3.º que o Rei, ou Executivo, tenha o Podêr de dissolvêr a Legislatura, porque este he o ultimo recurso para nella arrefecêr o fogo das paixões, e para segurar, e garantir o conselho, e a madureza nas suas deliberações, e nos Actos Legislativos, que d'alli emanaõ.

O Amigo do Velho Liberal entendia na Carta acima transcripta, que tudo isto eraõ Direitos Magestaticos que o Senhor D. Pedro IV. se tinha reservado para si, e para o Reinado de Sua Augusta Filha, (sem com tudo censurar, nem estranhar esta reserva) porque se o Mesmo Senhor tinha o Poder Absoluto, e o podia conservar, ou transferir todo inteiro, muito Benefico, e Liberal foi com os Portuguezes em lhe dar o que lhe dêo, e que o mesmo Amigo do Velho Liberal considera como a melhor, e a principal parte d'aquillo que elle entende ser preciso para a prosperidade dos Portuguezes; isto he, hum Governo Representativo, mais assim, menos assim, ainda quando naõ tenha todas as Attribuições, que se achavaõ no Legislativo da Constituiçaõ de 1822.

A este respeito disconcorda do seu Amigo o Velho Liberal em alguma cousa, e vem a ser na classificaçaõ dessas Faculdades, ou Attribuições acima mencionadas, que se achaõ diversamente concedidas, ou denegadas na Constituiçaõ de 1822, e na Carta de 1826, e d'essa diversa classificaçaõ resulta, que o Amigo do Velho Liberal con-

Digitized by Google

sidera o Senhor D. Pedro IV., e a sua Carta de 1826 menos liberal, e generosa para com a Naçaõ, do que o tinha sido a Carta de 1822; e o dito Velho Liberal naõ encontra nisto menos generosidade, porém sim mais sabedoria, e he muita obvia a razaõ porque este assim o considéra. Já fica dito que todas essas tres cousas, que se achaõ diversas n'aquella Constituiçaõ, e nesta Carta, saõ absolutamente indispensaveis para os fins, a que se dirige o Governo Representativo, que he a prosperidade, ou a maior prosperidade pública, o bem, ou o maior bem das Nações, fazendo com que o Legislativo seja revestido de circumstancias, acompanhado, ou despido de qualidades que o tornem mais capaz de servir aos grandes, e importantissimos fins, a que elle he destinado.

Encaminhaõ-se todas as ditas tres qualidades a fazer com que o Legislativo seja mais circumspecto, a que procêda com mais madureza, a que fique menos exposto á precipitaçaõ em hum, ou outro caso, a que nelle se conserve aquella Nota de — *Consilium in deliberando* — que se tem considerado sempre como indispensavel para a perfeiçaõ das Leis, motivo pelo qual o Publicador dos Escriptos do Jurisconsulto Inglez Jeremias Benthan, em hum §. que ao diante se ha de inserir n'esta Carta, tractando de dar a conhecer em geral o Systema Politico d'este Illustre Escriptor, escreve — *A unica época, em que se podem emprender grandes reformas de Legislaçaõ com esperanças dellas se realisarem utilmente, he quando as paixões públicas estaõ tranquillas.* — Por quanto, bem visto he que a *tranquillidade das paixões públicas* deixa marchar quem dirige principalmente a barca do Estado, que he o Legislativo, com pausa, com madureza, e com conselho, e pelo contrario a *agitaçaõ das paixões públicas* ha de força-lo muitas vezes a acommodar-se, e amalgamar-se com a dita agitaçaõ, precipitando-se nas suas determinações, e deixando nellas apparecer menos madureza, e menos conselho.

Por tanto: o Senhor D. Pedro IV. em dar aos Portuguezes hum Governo Monarchico-Representativo com duas Camaras, com o *Veto* em o Rei, e tendo elle tambem a faculdade de dissolver as Camaras, 1.° naõ lhes

Digitized by Google

dêo menos do que lhes tinha dado a Constituiçaõ de 1822, antes muito pelo contrario dêo-lhe mais: 2.º nessa differença de concessões, que apparece nas ditas duas Instituições Politicas naõ ha nem mais, nem menos generosidade; porém sim mais, ou menos sabedoria.

A Constituiçaõ de 1822 dava aos Portuguezes hum Governo Monarchico-Representativo, organisado de tal fórma, que lhes deixava a faculdade d'elles se precipitarem, quando se tractasse das deliberações, e determinações Legislativas, e consequentemente a faculdade de algumas vezes se poderem fazer mal, e se perderem; e a Carta de 1826 dá aos Portuguezes hum Governo Monarchico-Representativo, revestido de circumstancias, que lhes desviaõ estes perigos. E d'esta sorte he manifesto, e evidente, que a Constituiçaõ dava menos, e a Carta dá mais, porque aquella deixava os Portuguezes em perigo *de lhes ser* proveitoso, e duradôr o beneficio, que se lhes concedia, e esta segura-lhe os proveitos, e a conservaçaõ d'aquillo que se lhes dá: huma dava o Governo Representativo, mas naõ os meios indispensaveis para que elle fosse constantemente proficuo, e duradôr; e a outra dá o dito Governo, e conjunctamente dá os meios para elle ser util, e para elle ter consistencia entre os Portuguezes. E dar huma cousa, e ao mesmo tempo os meios della ser sempre util, e de ter huma duraçaõ mais extensa, he dar mais do que o concede-la entregue a graves riscos em quanto existe, e ao outro ainda mais ponderoso de desapparecer muito facilmente. Proceder da segunda maneira naõ he mostrar menos generosidade, porém sim mais sabedoria.

O Velho-Liberal, desejando ser util aos Portuguezes de todas as classes, ainda os menos literatos, e menos versados no estudo das Sciencias Politicas vai juntar aqui *hum simile*, ou huma parabola, que todos elles haõ de entender, por ser deduzida de huma prática diaria no Público, e muito propria para se entender o que acima fica exposto. Enviar hum presente do Porto para Lisboa, pelo meio do mar, entregue a todos os perigos e riscos maritimos; e enviar o mesmo presente depois de se ter segurado contra todos os dictos perigos: qual destas cou-

***

Digitized by Google

sas será dar mais, qual dellas manifestará mais liberalidade, qual dellas indicará mais sabedoria, e mais extensos desejos de ser proveitoso áquelle, a quem se envia o presente? A resposta he obvia, ninguem deixará de conhecer que o segundo dá mais, que he mais liberal, por que dá o presente, e paga o premio do seguro: que o segundo manifesta *mais sabedoria, e mais extensos desejos de ser proveitoso áquelle, a quem se envia o presente*: porque patenteia conhecer os perigos, que poderia correr o presente sem aquella garantia do seguro, o que he previdencia, e consequentemente sabedoria, e patenteia mais extensos desejos, de que o presente aproveite chegando ao seu destino, sem os riscos, que elle podia correr entre as ondas no meio de alguma tempestade.

Pois eis-aqui a grandissima differença entre o presente do Governo Monarchico-Representativo, que dêo aos Portuguezes a Constituiçaõ de 1822, e o outro que o Senhor D. Pedro IV. lhe enviou da sua Côrte do Rio de Janeiro! O primeiro foi dado sem garantia nenhuma da sua conservaçaõ, sem que se tomasse cautela alguma, para que elle servisse aos fins, a que parecia destinar-se, e a que com effeito o Velho Liberal está persuadido, que o destinavaõ aquelles, que lh'o enviáraõ, que era *o mel or bem dos Portuguezes*. Mas o segundo vem com todas quantas garantias eraõ precisas para que elle chegasse ao seu destino, para que fosse proficuo áquelles, a que se enviava com os menores riscos possiveis de ser alguma vez opôsto aos destinos de quem o enviava; de ser alguma vez, em lugar de regalo, veneno para aquelles, a quem se remettia.

O Velho Liberal está persuadido que assim os Organisadores da Constituiçaõ de 1822, como o Senhor D. Pedro IV. na sua Carta de 1826, tiveraõ os mesmos intentos, que eraõ serem uteis igualmente aos Portuguezes: mas o nosso Augusto Rei apparece dotado de maior Sabedoria, envia aos seus Subditos Portuguezes hum presente destinado para seu beneficio, e acompanha-o das cautelas, que as Lições da Politica, e a experiencia do passado aconselhavaõ necessarias para que naõ tivesse os effeitos de veneno aquillo, que se empregava para curativo.

Digitized by Google

Bemditas sejaõ, e mil vezes bemditas as luzes do entendimento do Senhor D. Pedro IV., que taõ uteis, e taõ proveitosas foraõ em tudo isto aos Portuguezes! O Velho Liberal está certo que nenhum dos seus Concidadãos se julgará humilhado com hum acontecimento, que manifesta mais extensas luzes, e mais vastos conhecimentos da Politica, e da difficil Arte de governar os homens no seu Bemfazejo Monarcha, do que nos Organisadores d'aquella Constituiçaõ! A Augusta qualidade, e a elevadissima Condiçaõ do Mestre, faz com que ninguem se possa julgar humilhado quando aprende, sendo Elle quem ensina! O Velho Liberal naõ faz mais do que desenvolver na Europa as grandes idêas, que da America este Senhor mandou aos seus Subditos de Portugal. He verdade que se lisongeia, e contenta muito com ellas, porque entende que saõ inteiramente conformes áquillo que entendeo *sempre*, e que entende ainda estar intimamente ligado com a prosperidade dos seus Nacionaes, a que sempre amou, e a que sempre desejou servir, como lhes tem mostrado em outras muitas occasiões, e agora mesmo lho está patenteando; mas a gloria resultante da Carta de 1826 he toda do Senhor D. Pedro IV.: de nada aproveitariaõ aos Portuguezes os Estudos do Velho Liberal no decurso de toda a sua vida, se o dito incomparavel Monarcha lhes naõ désse a Carta Constitucional de 1826.

O Velho Liberal entende desta sorte haver desenvolvido muito claramente qual era o seu pensamento, quando escrevêo no annúncio da Gazeta de 12, *que a Instituiçaõ Politica dada aos Portuguezes em* 1822 *trazia em si mesmo todos os elementos da sua propria destruiçaõ, e da nossa ruina: e que a Carta Constitucional de* 1826 *tinha em si mesmo todos os elementos da sua conservaçaõ, e da nossa futura prosperidade*; sem que com tudo isto possa nem proxima, nem remotamente, sendo bem entendido, conduzir pessoa alguma a tornar-se avêssa á Carta de 1826, o que se escreveo no dito annúncio da Gazeta.

O Velho Liberal já mostrou no que aconteceo entre os Portuguezes com a Organisaçaõ de hum Governo Representativo em huma Camara unica no momento, em que a Lisboa chegáraõ as primeiras noticias dos movimentos

Digitized by Google

de Tras-os-Montes em 1823; já por esse modo pertendêo manifestar aos seus Concidadãos o perigo, que corria a liberdade Civil com huma instituiçaõ d'aquella natureza. E antes de passar ao mais, que entendêo devia fazer a materia desta sua Resposta, vai accrescentar hum outro facto d'essa mesma época para confirmaçaõ das doutrinas, que tem expendido.

Rompem os dictos movimentos em Villa Real, e vôa esta noticia ao Porto por Canaes populares, por noticias dadas por hum Viajante, que ahi chegou. A Patria domiciliar (*a*) do Velho Liberal aonde haviaõ começado os Gritos pelo Governo Representativo aos 24 de Agosto de 1820, sentio o choque, que necessariamente havia de sentir, quando ouvia acclamações contrarias ás suas, quando via braços armados para assassinarem a filha que ha-

---

(*a*) Sendo seus Pais domiciliarios do Porto, e tendo ahi a sua Casa, succedêo que fosse ser Desembargador da Relaçaõ da Bahia o Bacharel Josê Ferreira Cardoso, levando comsigo sua mulher, do qual consorcio nascêo o Velho Liberal em 1765. Seus Pais volcáraõ da America para o Porto, acabado o curto espaço de tempo, que nas Relações Ultramarinas serviaõ os Desembargadores; e o Velho Liberal veio com elles domiciliar-se no Porto, d'onde foi a Coimbra fazer os seus estudos, e na qual Cidade depois servio sempre Cargos Públicos, vivendo na Casa que era de seus Pais, até que acontecimentos proprios das Crises Revolucionarias o fizeraõ conduzir, como relegado, para os Açores, ao que se seguio depois o seu casamento em S. Miguel. Acha se pois com tres Patrias: He da Bahia pelo seu nascimento; he do Porto pelo seu domicilio paterno, do qual a arbitrariedade o arrancou; he de S. Miguel porque huma Mulher o escolhêo para seu Marido: e por isso, quando acima se falla do Porto, he esta Cidade designada como sua Patria domiciliar, porque, segundo a Legislaçaõ Portugueza os que sahem do Territorio em Serviço Publico, conservaõ todos os seus direitos, e os filhos, que lhes nascem, saõ como se nascessem nas naturalidades do Pai.

Digitized by Google

via nascido das dictas suas acclamações. Vejamos o que resultou deste choque.

Huma Junta he congregada immediatamente, na qual apparecem o Ex.mo Bispo, o Ex.mo Governador das Armas, o Ex.mo Governador das Justiças, da Relaçaõ, e Casa do Porto, e outros que naõ importa nomear agora. Tracta-se da materia, delibera-se o que se ha de fazer, apparece a maior fidelidade, e ardôr pela Causa Constitucional; mas que medidas se tomaõ? Entre outras, que se retirassem dos seus domicilios taes, e taes pessoas, que na Cidade se reputavaõ perigosas, que os Cofres Publicos se franqueassem para as despezas necessarias, a fim de se acudir áquelle perigo Constitucional. Boas vontades vio em tudo isto o Velho Liberal, a pró da Constituiçaõ, mas vio ao mesmo tempo essas boas vontades assassinando a Divindade, que merecia os seus Cultos.

Havia na Constituiçaõ de 1822 algum Corpo Politico na Cidade do Porto que fosse composto das sobreditas pessoas, e das outras que entráraõ na dicta Junta? Algum Corpo Politico a que se incumbisse como aos Dictadores em Roma geralmente — *Tomai cuidado que a Patria seja salva — os meios naõ vos importe quaes elles sejaõ — todos os que vos parecerem a isso precisos estaõ ao vosso alcance.* Hum Corpo que podesse suspender temporariamente a Constituiçaõ, e as garantias que nella se davaõ aos Direitos individuaes dos Cidadãos? Hum Corpo a que se désse na dicta Constituiçaõ a faculdade de dispôr dos dinheiros públicos?

Ninguem encontrará naquelle Codigo da instituiçaõ Politica dada aos Portuguezes em 1822 cousa alguma destas. O Chefe do Poder Executivo estava nesse mesmo momento tractando de que se lhe concedesse a suspensaõ da Constituiçaõ em quanto aos Artigos da individual segurança dos Portuguezes, por entender que era chegado o momento do grave perigo, que pedia essa medida, em respeito á invasaõ dos Exercitos Francezes na Hespanha, que naõ podiaõ deixar de affectar Portugal desafiando neste Reino algum movimento da parte daquelles, que se achavaõ descontentes com o estado das cousas Públicas naquella época. Entretanto o Porto, onde existiaõ ape-

Digitized by Google

nas alguns Delegados do Executivo, atribue-se, e emprega logo todas essas medidas de Segurança Publica que o Augusto Chefe desse Poder naõ ousava empregar, e que estava pedindo ao Congresso que o authorisasse para se servir d'ellas!

O Velho Liberal tremeo! *Lá vai a Constituiçaõ*: (disse elle entaõ comsigo) *se se assasina hum Artigo qualquer que elle seja do nosso Codigo Nacional, pode da mesma sorte assasinar-se cada hum dos outros: e entaõ que confiança podemos ter de que ás Convulsões Politicas, que deraõ causa á organisaçaõ desta Constituiçaõ, outras se naõ succederaõ quando ella cahir? E o Corpo do Estado entregue a successivas Crises Politicas hade hir perdendo pouco a pouco as suas forças, e hade exinanir-se por fim! Os Generaes Romanos castigavaõ com a morte os seus filhos, que salvavaõ a Republica, os seus Exercitos, e mesmo a elles Generaes, quando obravaõ estas maravilhas, apresentando Batalhas sem esperarem a Ordem do Chefe! Queriaõ antes que a Republica naõ tivesse esse feliz acontecimento, destruido o systema de ordem, e o systema organico do Estado, que exigia a mais stricta obediencia Militar aos seus Superiores do que conseguirem isso por hum meio, que dava hum pessimo exemplo manifestamente provocador da ruina da disciplina Militar, e da Constituiçaõ do Estado!* E na minha Patria naõ importa os meios? Naõ se perguntaõ todos, e cada hum dos Portuguezes antes de obrarem: qual he o meu Titulo, para me considerar revestido d'esta attribuiçaõ, que me quero agora dar? Qual he a fonte d'onde me dimana esta Authoridade de que quero fazer uso? A Constituiçaõ está assasinada por aquelles mesmos que saõ seus amigos! Que esperança pode entaõ haver de que ella se conserve?

Pois Villa Real diz — *Morra a Constituiçaõ* — e o Porto ao ouvir estas vozes responde — *Pois nós cá já naõ fazemos caso d'ella, nós a assasinámos!* — O Velho Liberal tremêo em Lisboa.

Mas que admiraçaõ naõ foi a sua, ao ler huma das Gazetas do Governo publicadas nessa época? Esperava elle que os Ministros empregados no Executivo, louvando muito embora os bons desejos daquella Junta do Por-

Digitized by Google

se, lhe fizessem conhecer que ella se tinha congregado, e tinha obrado anti-constitucionalmente: que tinha procedido da mesma maneira, porque se caminhára nos dias 24 de Agosto de 1820: porém que huma infinita differença havia entre esta data, e a outra de 1823, em que aquillo se praticava: que na primeira data naõ havia Constituiçaõ, e que na segunda existia huma, que se tinha jurado, a qual marcava todos os Poderes Politicos, e as suas Attribuições para servirem bem á Causa Pública, e que naõ deviaõ invadir huns as Funções dos outros, sob pena de se destruirem, ou procurarem destruir o Edificio Social.

Mas quando taes eraõ as espetanças do Velho Liberal, vê na mencionada Gazeta huma Portaria do entaõ Ministro, e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, dando muitos louvores, naõ só ás ditas boas vontades, mas conjunctamente aos factos notoriamente anti-constitucionaes, que por impulso d'ellas se tinhaõ praticado. E diz entaõ comsigo — *Tambem o Ministro das Justiças ás vezes de Villa Real*, responde *como respondeo o Porto*, — *Vós proclamaes que morra a Constituiçaõ, eu já a matei.*

Lembra-se entaõ o Velho Liberal de vêr se acudia como podesse a esta falta de intelligencia sobre o que era Constituiçaõ, e á necessidade que havia de se fazer acreditar por todos, que o Governo Constitucional exige huma escrupulosissima observancia de tudo o que está escripto na Constituiçaõ, na Carta, ou na Lei Fundamental; que tocar em hum ponto, ou em huma virgula delle, seja porque motivo fôr, era arriscar a existencia do todo: porque se em hum, ou em outro caso raríssimo essa falta de respeito podia trazer algum próspero resultado, essa que parecia fortuna era huma verdadeira desgraça, porque valia muito menos esse momentaneo prospero acontecimento, do que o máo exemplo, que dava, e dos perigos a que com que elle expunha o Estado. Muitos outros casos haveria em que, se se quizesse caminhar ao fim sem importar, se os meios eraõ inconstitucionaes, o que nelles as mais das vezes havia de succeder, seriaõ desastrosos os eventos, e valia muito mais

Digitized by Google

desviar este perigo, e a destruiçaõ da Organisaçaõ Politica, do que aquelle efemero, e casual bom successo.

Era assim como pensava aquelle General Romano, de que acima se tracta. *Que importa que meu filho me salve, e o embaraço em que eu estava, e mais o meu Exercito? Que importa que meu filho acuda por esta vez de hum modo illegal á Republica, dando huma Batalha sem receber o meu Mandado, sendo eu o Chefe do Exercito, se este seu comportamento, bem que hoje proveitoso a mim, ás minhas Legiões, e á Republica, sendo coroado de Louros, e sendo coberto de louvores, arrisca a ter imitadores? Entaõ lá vai pelos ares a disciplina Militar, em que tem consistido toda a força dos Romanos.* E o respeitavel Pai com os olhos fitos neste perigo, aterrado, e espavorido com os seus pessimos resultados, fechando o coraçaõ ás vozes da natureza, naõ se contenta com reprehender o filho, que estava esperando o ser coberto de Louros pelo que tinha feito a bem da Patria; porém faz, com que elle appareça, e seja executado Reo de Morte!

O Velho Liberal naõ sabe se este rigor he demasiado, ou absolutamente preciso na disciplina dos Exercitos: naõ he essa a sua profissaõ, e detesta fallar, e votar n'aquillo, que naõ sabe. Segundo os principios do seu entendimento, e os sentimentos de seu coraçaõ elle naõ matava o filho: contentando-se com adverti-lo, e ensina-lo, e em voz muito alta, para que todos ouvissem as suas advertencias, e as suas lições, e para que a falta d'ellas naõ conduzisse outros a semelhantes precipicios.

(*Continuar-se-ha*).

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 1.

SUPPLEMENTO 4.º

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Continuaçaõ da resposta á Carta do Novo Liberal impressa no Supplemento 2.º

Era entaõ Deputado no Congresso o bom Amigo do Velho Liberal, José Joaquim Rodrigues de Bastos, e foi entaõ aquelle ter com este, e lhe disse — *He preciso acudir a isto, Amigo, senaõ a Constituiçaõ vôa pelos ares: he indispensavel que o Ministro da Justiça seja advertido, para que naõ caia n'outra; que se lhe faça entender, e na dicta sua advertencia a todos geralmente, que o Systema Constitucional depende essencialmente de que nenhum dos Poderês Politicos arrogue as Attribuições dos outros: Que o Porto demasiadamente zeloso pela Causa Constitucional, procedia em seu manifesto desproveito; e, arriscando-a, caminhava como que se naõ houvesse Constituiçaõ ainda, e como tinha caminhado em 24 de Agosto de 1820, quando ainda a naõ havia: Que a eminencia do perigo, a necessidade de salvar a Patria naõ desculpava o desacerto d'esses fervôres, pela mesma razaõ, e pelo mesmo motivo, que conduzio o General Romano, de que se tem tractado, a procedêr do mencionado modo com o Filho, de cujos bons desejos ninguem pode duvidar, nem duvidava o Pai, que a pesar disto o sacrificou á morte. Se se quer Constituiçaõ, he preciso naõ perder jámais de vista o Codigo, sobre que*

*

Digitized by Google

ella assenta, naõ o ferir em algum dos seus artigos, por mais insignificante, e indifferente que elle pareça; porque isto arrisca, e põe em perigo de se fazer o mesmo aos outros, ou a alguns dos outros: e então que confiança pode haver de que o todo naõ seja assassinado, e naõ venha a perecer com repetidas feridas, huma d'aqui, outra d'ali? O Governo Constitucional exige

"Toda a Carta: Nada mais do que a Carta: E nada menos do que a Carta. "

Quem se naõ dirigir por este caminho assassinará sem dúvida a Constituiçaõ, entre os mais ardentes desejos de lhe conservar a vida.

Assim fallava o Velho Liberal com o dicto seu Amigo Deputado, que concorde inteiramente n'aquelles principios, e n'aquellas idêas, sahio para o Congresso, com o destino de fallar no mencionado sentido: mas, quando chegou, já hum outro Orador vehemente, de taõ bons desejos pela Constituiçaõ, como era o *Porto*, tinha prevenido a Assembléa, approvando o acima censurado comportamento do Ministro da Justiça, e fazendo passar a moçaõ, *de que se louvasse tudo o referido*, practicado pelo *Porto*, e pelo Ministro da Justiça, e que parecia ao Velho Liberal digno de advertencia, para que se entendesse o que era indispensavel ao fim, de que a Constituiçaõ naõ fosse inadvertidamente assassinada por aquelles mesmos, que eraõ cordialmente seus Amigos.

Mas a structura da Representaçaõ Nacional em huma só Camara, dêo occasiaõ, a que se caminhasse com tanta velocidade, e precipitaçaõ naquella deliberaçaõ, e determinaçaõ, que naõ lhe pôde já acudir, nem mesmo hum Illustre Deputado, que ia com tençaõ de o fazer; e esta he a razaõ porque o Velho Liberal no seu annúncio da Gazeta escrevêo, *que a Constituiçaõ de 1822 continha em si mesma os elementos da sua destruiçaõ, e da nossa ruina*: porque composta d'huma Camara unica tinha nisso o precipicio aberto para se tomarem determinações, que fossem suas assassinadoras; e porque esse mesmo motivo tornava muito incerto, que nos Actos Legislativos houvesse a circumspecçaõ, e madureza necessarias — *Consilium in deliberando* — que he a essencialissi-

Digitized by Google

ma parte, que se requer no Corpo Legislativo; e, faltando a qual, naõ só muito he de esperar, porem muito certo vir a ser a ruina dos Governados.

O Velho Liberal estimaria ter tempo para mostrar ao seu novo Amigo, como a parte organica da dicta Constituiçaõ de 1822 peccava, por huma parte em naõ segurar a madureza, e o conselho no Corpo Legislativo, a respeito do que já bastante materia se achará nesta resposta, para que ninguem possa duvidar disso; e peccava pela outra em naõ organisar o Executivo, de maneira que elle tivesse — *vis in agendo* — força e actividade na execuçaõ: peccava pois a dicta sua structura em dar mais, a quem devia dar menos, e em dar menos, a quem devia dar mais, para que ficassem com as competentes Attribuições os Podêres Politicos na Organisaçaõ d'huma Monarchia Representativa, de modo que ella podesse marchar utilmente. E este defeito d'Organisaçaõ faria necessariamente com que o Corpo Organisado nem podesse ter permanente existencia, nem podesse servir aos fins, e aos importantes fins, a que era destinado.

Quem lê, e analiza a dicta structura da Constituiçaõ de 1822, e está acostumado a fazer a Anatomia dos acontecimentos politicos, parece encontrar nella o mesmo, que já outros Velhos Liberaes de muita consideraçaõ, e monta tinhaõ tido em vista, quando aconselhavaõ, como absolutamente necessario, que nas Crises Politicas os primarios Agentes, que as conduzíraõ, se escondessem, e desapparecessem logo depois d'ellas, se queriaõ servir á Causa Publica, deixando entregue a outras mãos (sim de boa escolha, e confiança, mas inteiramente diversas d'aquellas, que obráraõ na Crise) a Organisaçaõ do futuro Corpo Politico. Os Agentes d'essas Crises sempre ficaõ assustados, porque seus factos tinhaõ sido illegaes, e punidos com severissimos castigos nas Leis existentes, ainda quando fossem optimas, e muito boas as intenções, com que elles se tinhaõ praticado; e he inseparavel da natureza humana naõ se esquecer ninguem jámais da sua propria conservaçaõ, e d'aquillo que lhe diz respeito. Amor dos outros, Caridade levada ao ponto de se esquecer inteiramente de si, quem a pratica? Isto he attribuiçaõ exclu-

Digitized by Google

civa do Filho de Deos, quando veio remir o Genero Humano, e de poucos outros, que seguiraõ suas Divinas pisadas. Os outros Homens, ainda quando bemfazejos para com o seu Proximo, sempre entendem que devem combinar isso com o amor para comsigo; e bastaria esta extraordinaria maravilha, que se encontra na Religiaõ de Jesu Christo, para que o mundo intelligente, e meditador, reconhecesse a sua Divindade. Naõ he dos homens; he só proprio de Deos caminhar d'esta maneira.

Os Agentes, por tanto, das Crises Politicas, conservando sempre depois d'ellas o susto, e pavôr, de que se lhes tomem Contas algum dia pelo seu comportamento, saõ absolutamente improprios para Organisarem Constituições Monarchico-Representativas, quando se hade conservar por Chefe do Estado o mesmo Monarcha, contra quem se insurgio. A structura d'essa fórma de Governo pedia, que o Poder Real, a quem se havia de deixar o Executivo, fosse revestido de força, para que tivesse — *vis in agendo* —; e aquelles Agentes da Crise, que fazia passar a Monarchia de Absoluta para Representativa, assustados sempre de que naõ chegasse algum dia, em que disso se lhes pedisse contas, haviaõ de tractar principalmente de que a Organisaçaõ Representativa despisse o Podêr Real, quanto mais fosse possivel, para d'esta maneira, tendo menos a recear d'elle, se salvassem dos pavôres, que os aterravaõ. Era obvio, e manifesto entaõ, que todas as medidas futuras haviaõ de ser improprias, porque haviaõ de ser influidas para hum fim particular, a salvaçaõ dos Regeneradores, em vez de se consagrarem todas á Causa Publica, como as consagrariaõ se por acaso as dirigissem, ou fossem na sua direcçaõ preponderantes pessoas despidas de todos os receios. Esta maneira de proceder he inherente á condiçaõ humana, e naõ se póde esperar sem imprudencia, que nos acontecimentos humanos se desviem seus Agentes d'aquillo, que he proprio dos Homens.

Huma Representaçaõ Nacional pois, informe, revestida de muito mais extensas attribuições, do que devia ser, para que ella fosse regular, e propria do Governo Monarchico-Representativo: Hum Executivo despido de

Digitized by Google

muitas das Attribuições, que nelle saõ indispensaveis: tal era a sorte, a que destinavaõ Portugal os acontecimentos de 24 d'Agosto, e de 15 de Setembro de 1820, huma vez que elles foraõ acompanhados das acclamações pelo Senhor D. Joaõ VI., e pela Serenissima Casa de Bragança, cujo Reinado se queria fazer passar d'Absoluto para Representativo; e huma vez que os principaes Agentes d'aquelles dias conseguiraõ fazer-se, e conservar-se preponderantes na Organisaçaõ do futuro Corpo Politico.

O Augustissimo Senhor D. Pedro IV. pelo contrario, marchando na Organisaçaõ da Carta Constitucional de 1826, sómente com as vistas do Bem Publico, do Interesse dos Seus Subditos, e com plena Illustraçaõ do Seu Entendimento, sobre o que pedia a structura do Edificio Politico n'huma Monarchia Representativa, compassou as cousas, como devia ser, segundo acontece quasi *sempre* áquelles, que estaõ despidos d'affecções pessoaes, quando tractaõ de executar qualquer empreza; e só desta diversa posiçaõ de Sua Magestade havia de resultar necessariamente hum Corpo Politico Representativo dividido em duas Camaras, competindo ao Executivo, ao Monarchico hum *Veto* effectivo, e Real, e o Direito de dissolvêr as mesmas Camaras.

O Velho Liberal espera que o seu novo Amigo á vista d'isto se persuadirá em 1.º lugar, que os Amigos da Liberdade naõ deixaraõ de continuar os bons sentimentos, que tinhaõ a favor d'aquelle, antes do annúncio da Gazeta, depois de entrarem no espirito d'este, e de o entenderem plenamente. Se elles saõ Amigos da Liberdade naõ deixaraõ de prezar aquelle, que tracta de lhes mostrar, e aos Portuguezes em geral, que era impossivel conseguirem aquelle bem com a Constituiçaõ de 1822, e que bem certos podem estar de o alcançarem com a Carta Constitucional do Senhor D. Pedro IV., e isto sómente considerada a diversa structura d'huma, e d'outra. Com a demonstraçaõ d'isto, que he o que se procura? Sem dúvida fazer, que a Liberdade naõ torne a cahir por falta do conhecimento dos meios proprios para a conservaçaõ. E os Amigos da Liberdade naõ conheceraõ neste empenho sentimentos analogos aos seus?

Digitized by Google

O Velho Liberal espera 2.°, que o seu Amigo se desassuste, de que as censuras feitas á Constituiçaõ de 1822 venhaõ a reflectir sobre a Carta Constitucional de 1826, huma vez que o annúncio se ache explicado, e desenvolvido taõ claramente, como aquelle o tem procurado illustrar nesta já taõ longa Resposta. Pois como seria possivel, que desacreditasse a Carta Constitucional o enunciar-se, e demonstrar-se, que ella havia corrigido as imperfeiçóes, e defeitos, que tinha na sua parte organica a Constituiçaõ de 1822; imperfeiçóes, e defeitos, que a fariaõ sem duvida naõ duradoura, e só capaz de fazer a desgraça dos Portuguezes? Pois porque hum Painel se apresenta ao Publico sem os defeitos, que outro tinha tido, e porque se notaõ, e marcaõ os defeitos, que n'hum havia, e que n'outro se corrigiraõ, he possivel recear, que as censuras feitas ao Painel imperfeito arrisquem o credito do outro, que se inculca perfeitissimo em todas as suas partes? O Amigo do Velho Liberal ha de desassustar-se desses temores, que á primeira vista se offereceraõ a seus olhos.

O Velho Liberal espera 3.°, que elle ficará persuadido, de que nem era taõ ardua, e taõ difficil empreza aquella, a que este annunciava se ia abalançar; nem taõ difficil satisfazer ao annúncio, patenteando relativamente nas duas diversas Instituiçóes, de que se tractava, as entre si contrarias Notas, que a respeito d'ambas se tinhaõ proclamado, porque terá achado plenamente demonstradas as ditas Notas, como inherentes a cada huma d'aquellas Instituiçóes Politicas.

O Velho Liberal espera 4.°, que o seu Amigo naõ receie pela Carta de 1826, só por isso, que se infama a Constituiçaõ de 1822; suppondo ser esta Mãi d'aquella, e impossivel que deixe *o Diabo de levar o filho, quando pratica outro tanto com o Pai.* (He esta a mesma fraze da sua Carta). Nesta parte genealogica desconcorda muito o Velho do Novo Liberal. Nunca Leões geráraõ Pombas, nem Cordeiros geráraõ Tigres! A Carta de 1826 he verdade que he mais nova alguns annos, do que a Constituiçaõ de 1822: mas nem tudo o que he mais novo he filho do que he mais velho. A filiaçaõ exige nos filhos

Digitized by Google

a mesma qualidade, e condiçaõ que tem os Pais. Homens saõ os Pretos, e mais os Brancos, e com tudo ninguem diria que hum Branco era filho de hum Preto, só porque ambos eraõ homens; a diversa qualidade, e condiçaõ, que entre estas duas especies de homens se observava, excluia inteiramente a idêa, de que huns podessem ser filhos dos outros. E bem podia levar o Diabo a raça dos Brancos, se isso lhe agradasse, sem que a dos Pretos desapparecesse do Mundo por esse motivo. A Constituiçaõ de 1822 está na mesma razaõ para com a Carta de 1826: ambas organisaõ Governos Monarchico-Representativos, mas as suas organisações saõ de taõ diversa natureza, que huma se naõ póde chamar filha da outra. Huma Instituiçaõ taõ defeituosa, que tinha em si mesmo a origem da sua proxima morte, naõ podia seguramente produzir outra, que tem em si o principio da sua vitalidade, e da sua permanencia. Huma Instituiçaõ taõ defeituosa, que só era capaz de amontoar desgraças sobre os Portuguezes, naõ podia seguramente ser a Mái de outra, que pode ser a origem da futura prosperidade d'estes.

Huma Instituiçaõ taõ defeituosa, (e tudo por ser de huma só Camara) que com as suas rapidas determinações accelerou a scisaõ da Monarchia Portugueza no Velho e Novo Mundo, fazendo em pedaços hum Corpo Respeitavel, em que se achava reunida a Gloria dos nossos Maiores! Que com summa irreverencia tractou o Respeitavel Nome, que hoje acode aos Portuguezes! Que por mil modos, e por mil meios (tudo por ser organisada em huma só Camara) dividio a Naçaõ em infinitos partidos, dilacerando o Corpo do Estado de tal sorte, que Irmãos se armáraõ contra Irmãos, Filhos contra Pais, Maridos contra Mulheres, huma ametade da familia Portugueza contra a outra ametade! Ah! Huma Instituiçaõ destas naõ pode seguramente ter em si a paternidade de outra, que tracta de unir quanto he possivel, depois d'aquelles desacertos, os Portuguezes com os Brazileiros; que faz abençoar, e bemdizer o mesmo nome nos dias d'aquella ultrajado; que procura unir, e concordar todas as desuniões feitas por aquella, e conciliar em hum só Corpo a todos os Portuguezes! Nesta parte ao Velho Liberal perdoe o seu

Digitized by Google

Amigo o elle desviar-se tanto da sua opiniaõ, e sentimentos sobre a ligaçaõ genealogica da por elle censurada Constituiçaõ, e da por elle louvada Carta. Esta naõ he filha d'aquella; nem mesmo huma he irmã da outra. Nasceo cada huma dellas de muito diversas origens. Teve a primeira o seu principio no espirito ochlocratico, nascido em 1808; e, em vez de corrigido, alimentado pelo máo tractamento, que se lhe dêo até 1820.

N'aquella primeira época, a Ochlocracia (*a*) apparecêo com o caracter de dolosa. A multidaõ, fracções da Sociedade Civil, maiores, ou menores arrogaraõ-se a Authoridade Soberana: dispuzeraõ de tudo entre os Portuguezes, como se ellas fossem o seu Monarcha: exercitáraõ todos os Actos do Podêr Supremo: mas tudo isto se praticava entre muitos vivas ao Senhor D. Joaõ VI, cuja Authoridade se invadia. Os Velhos Liberaes chamaõ a isto Ochlocracia dolosa, porque a molestia apparece, mas apparece coberta com hum véo, que a esconde aos olhos menos perspicazes; mas tambem os Velhos Liberaes sabem que se esta Ochlocracia, bem que dolosa, he mal conduzida no seu curativo, produz ao depois outra muito mais grave, e sizuda, em que a Multidaõ occupa a Pública Administraçaõ, todo o Direito de Governar, e diz, e proclama que esse Direito lhe pertence, que he propriamente seu. A esta segunda molestia chamaõ entaõ os Velhos Liberaes — Ochlocracia manifesta — porque nella apparece a occupaçaõ do Publico Podêr pela Multidaõ, sem véo, nem disfarce algum.

D'esta segunda molestia apparecêraõ contagiados os Portuguezes em 1820, e d'ella he que foi filha a Constituiçaõ de 1822.

Agora: a Carta Constitucional de 1826 he hum remedio enviado pela Sabedoria do Senhor D. Pedro IV; para vêr se corrigia aquell'outra enfermidade, que produzio a Constituiçaõ de 1822, e todos os muitos, e incommensuraveis estragos provenientes d'aquella Constitui-

---

(*a*) Veja-se a definiçaõ d'esta molestia do Estado a fol. 23.

Digitized by Google

çaõ de 1822 composta de huma só Camara. Quiz o mesmo Senhor vêr, se contentava a todos os Portuguezes: se alegrava os que amavaõ Governos Monarchico-Representativos, se desasustava os que se espavoriaõ com elles, cuidando que todos eraõ da natureza d'aquelle, que fôra organisado na Constituiçaõ de 1822: dêo-lhes pois hum que era do mesmo genero, mas naõ da mesma especie, em que havia de predominar, naõ a precipitaçaõ, e o exaltado espirito Democratico, mas sim o conselho, a sabedoria, e o espirito Monarchico: hum Governo capaz de ter força para naõ deixar que a Ochlocracia triunfe, e dilacere o Corpo da Naçaõ: hum Governo por tanto muito proprio, e muito capaz para, em primeiro lugar, *naõ deixar outra vez erguer a cabeça á Ochlocracia, nem manifesta, nem dolosa*, e para depois disso servir ao curativo dos estragos por ella feitos entre os Portuguezes, e preparar a sua futura prosperidade com as medidas, e arbitrios compassados, de que unicamente póde vir a felicidade dos homens. A Natureza he a sua mestra, he o Livro, que Deos lhes deixou aberto, e lhe pôz diante dos olhos para por elle se guiarem, e se conduzirem. A Natureza nada faz de salto. Muito lentamente nasce *o Lariço*, muito lentamente cresce para depois ter a duraçaõ de Séculos: entre tanto a Cana do Milho, destinada para nascer, crescer, e morrer em poucos mezes, chega tambem a grande altura em poucas semanas. As Instituições Sociaes saõ destinadas á duraçaõ de Séculos, e devem ser pelos homens conduzidas com a mesma pausa, e vagar, que a Natureza emprega para produzir aquelles Nestorios Gigantes da especie Arborea.

O Velho Liberal quando escrevêo o annúncio da Gazeta, comparando a Constituiçaõ, e a Carta, nem sequer se lembrou da legitimidade de que huma vinha, e a outra naõ: considerou somente a structura de ambas, e com respeito a ella he que inculcou os bons effeitos de huma, e os máos resultados da outra. Vê porém na Carta do seu Amigo ter elle supposto, que a legitimidade, ou illegitimidade destas duas Instituições, he que conduzia aquelle para maltractar huma, e bemdizer a outra: e he por tanto conduzido desta maneira a tractar tambem des-

Digitized by Google

té assumpto, porque a tal legitimidade na linguagem de alguns dos Novos Liberaes, por mal entendida, tem-se feito como huma expressaõ de mofa, e de zombaria; e o Velho Liberal está persuadido, que estes mesmos mudaráõ de sentimentos depois de lêrem o que a este respeito lhes vai dizer agora.

A palavra *Legitimidade*, bem como a outra *Legitimos*, applicadas ambas modernamente para designarem no Systema Politico dos Estados aquellas pessoas, que saõ chamadas ao Governo das Monarchias pelo sangue; e tambem o Direito, que chama para isso essas taes pessoas por esse motivo, tem sido objecto de mofa nos nossos dias para muitos Escriptores, que infectando com suas obras a Publica Opiniaõ, a que necessariamente haviaõ de communicar, ou em mais, ou em menos alguma parte do veneno, que levassem, ou seja nos seus pensamentos, ou nas suas palavras, naõ podiaõ deixar de baralhar as idêas dos Povos, fazendo com que viessem a ser hum sarcasmo as ditas palavras, para ridiculisar o Systema Monarchico-Hereditario, ou elle fosse Absoluto, ou Representativo.

Parecia muito brilhante, e muito bonita a idêa de que o sangue em todos os homens era da mesma côr, e revestido em todos elles das mesmas qualidades, que em alguns se encontraõ, e que por tanto naõ podia deixar de ser ridiculo o attribuir-se-lhe hum taõ grande effeito, e resultado, qual era o de fazer homens por elle destinados a governar os outros, e a estes sujeitos á obrigaçaõ de obedecer áquelles.

Nos começos da Revoluçaõ Franceza de 1789, e nas suas primeiras scenas dirigidas por principios eminentemente Democraticos, e que com tudo se queriaõ amalgamar alli com a Monarchia, teve o berço o systema de ridiculisar os Monarchas entre os Povos por todas quantas maneiras, e por todos quantos meios podia haver para conseguir aquelle resultado; e hum destes foi apresentar essa differença de sangue, como incapaz de dar Direito algum, por isso que ella era destituida de realidade, e filha somente de habitos dos homens, ou dos prejuizos, e preoccupações populares.

Digitized by Google

Esta foi a origem daquellas frazes — *Legitimidade* — *Legitimos*, empregadas para fazer zombaria das Monarchias, que se transferem pelo Direito do sangue, e cuja successaõ se diz *Legitima*, por quanto vem da Lei que a regulou de huma vez para todo o sempre, sem que fosse necessario alguma disposiçaõ do homem, subsequentemente, e a todo, e a cada momento que as dictas Monarchias se haviaõ de transferir de huns para outros Monarchas pelo falecimento d'aquelles. O espirito eminentemente Democratico, que se fez da moda n'aquella época, e ao qual convinha, e com o qual era coherente ridiculisar o facto de governarem huns homens aos outros pelo Direito de successaõ, ou pelo Direito de sangue, fez com que parecesse muito brilhante a expressaõ de *Legitimidade*, e de *Legitimos* para designar por zombaria hum Direito, que parecia á primeira vista ter por base, e fundamento huma *chimera*, qual era a differença de sangue. Naõ advertiraõ porém os homens, (geralmente fallando) que esse ridiculo, que queriaõ lançar relativamente ás Monarchias Hereditarias, por esses titulos de *Legitimidade*, e de *Legitimos*, lhes cabia tambem a elles diariamente no curso ordinario da vida; porque tambem entre elles havia translações de Direitos, que se faziaõ pelo titulo de sangue, e que tambem entre elles se chamavaõ *Legitimas*, porque eraõ deferidas pela Lei, sem dependencia de disposiçaõ alguma do homem. E esses mesmos, que zombavaõ de hum Direito de Legitimidade, que dava ao Filho, e ao Irmaõ de hum Rei a Corôa, que o Pai, ou o Irmaõ havia deixado por sua morte, esses mesmos se viaõ brigando com todas as suas forças, e todos os dias nos Juizos, e nos Tribunaes da Naçaõ, para que se lhes déssem heranças, que se lhes deferiaõ pelo sangue, a que se dava tambem o nome de *Legitimas*, que elles queriaõ lhes competissem por esse escarnecido titulo de *Legitimidade*, designando-se elles entaõ mesmo a si tambem *Legitimos* para conseguirem as ditas heranças. A falta de perspicacia, ou de reflexaõ, naõ deixava conhecer que fosse huma contradicçaõ, e hum absurdo tractar com zombaria na transferencia dos Governos Monarchicos aquelle mesmo meio de translaçaõ, de que os particulares se estavaõ individualmente ser-

Digitized by Google

vindo para se succederem huns aos outros, e escarnecendo o Direito do sangue, com as bonitas frazes de *Legitimidade*, e de *Legitimos*, quando se tractava de transferir as Monarchias de huns Monarchas para os outros pelo dito Direito do sangue, sem repararem que nisso mesmo se escarneciaõ a si proprios, quando d'este mesmo titulo, e com aquelles mesmos nomes estavaõ todos os dias nos seus casos particulares, sustentando, e defendendo muito afincadamente a successaõ hereditaria de seus Pais, e de seus Irmãos, que julgavaõ pertencer-lhes pelas suas mortes. A estes taes era obvio, e muito obvio dizer-se-lhes:

Mutato nomine

De te fabula narratur.

Succedêo porém o que muito frequentemente acontece entre os homens que, mudando as circumstancias Politicas da Europa, deixando de ser moda o espirito eminentemente Democratico na França pela consolidaçaõ do seu Governo, já na Pessoa do seu Imperador, já na dos Membros da sua Antiga Familia Reinante, que, expulso aquelle, occupou outra vez o Throno, ainda assim se continuou a fazer uso d'aquellas frases, e para o mesmo fim, que ellas eraõ empregadas quando se tractava de ridiculisar a Monarchia, naõ sendo já essa a Ordem do Dia. Havia acabado a causa, ou o espirito, que dera origem áquelles sarcasmos; e elles com tudo continuáraõ sem se percebêr que, se tanto n'hum, como n'outro tempo eraõ improprios pela consideraçaõ acima feita, relativamente ás successões dos Particulares, no segundo tinhaõ de mais a mais o ridiculo de serem inconsequentes, por já se naõ tractar d'aquelle plano, e d'aquelle fim, que lhes dera nascimento, e ao qual realmente serviaõ.

Queriaõ-se Monarchias Hereditario-Representativas: ellas se estabeleciaõ nos Codigos do Direito Publico Nacional, como entre nós aconteceõ na Constituiçaõ de 1822, e com tudo continuava a ser da moda, a ser muito bonita, e a parecêr que inculcava muita esperteza, chamar por zombaria — *Legitimidade* — ao Direito da translaçaõ das Monarchias pelo Sangue, e — *Legitimos* — aquelles, que d'esse Direito gosavaõ, e que com elle, ou empunhavaõ, ou pertendiaõ empunhar os Sceptros.

Digitized by Google

Este assumpto, para ser tractado com a extensaõ necessaria, naõ cabe nos limites de huma Carta; e fica reservado para occasiaõ mais propria; mas como o Amigo do Velho Liberal lhe dêo huma opportunidade de tocar nisto, entendendo que este louvava a Carta, e se desagradava da Constituiçaõ, somente porque aquella vinha do Poder Legitimo, e tinha por si a Legitimidade, e esta naõ vinha de huma semelhante fonte, sempre o Velho Liberal quer indicar ao seu Amigo, e aos Portuguezes em geral, que esta chamada *Legitimidade*, no Diccionario dos Velhos Liberaes, naõ he hum Direito dos Reis, mas he hum Direito dos Povos: naõ tende á conservaçaõ de attribuições, e regalias, que se procurem mantêr n'aquelles, mas sim huma garantia, que a experiencia tem feito vêr necessaria a pró da prosperidade, e da tranquilidade d'estes.

Os Velhos Liberaes por tanto saõ desveladissimos adoradôres da *Legitimidade*, porque sendo Amigos dos Homens, e horrorisando-se com as desgraças do Mundo, em que estes vivem, e conhecendo pela historia, que a tal *Legitimidade* he que por alguns momentos tem salvado entre as Nações a quietaçaõ pública, deixando gosar os Cidadãos dos seus Direitos, sem se sacrificarem a si, e a tudo o que tem, pelo objecto, e pelas questões, de quem ha de ter o Supremo Mando na Sociedade Civil, tem como huma das suas primeiras Divindades Civís a tal *Legitimidade*, da qual vem taõ importantes beneficios.

Elles desejaõ que o Mundo naõ viva sempre no meio de tempestades Politicas, que se naõ inquietem, persigaõ, e assassinem os Cidadãos huns aos outros; e tendo entaõ visto que a tal Legitimidade he a unica taboa de Salvaçaõ, que póde prestar contra as dictas tempestades, naõ podem deixar de a ter pela sua Divindade.

Occupar o Governo, estar antes no lugar de mandar, do que no outro de ser mandado, ha de pela natureza humana, (dirigida sempre, e em tudo, para buscar o prazer, e evitar a dôr) excitar a cobiça de todos os individuos, que vivem na Sociedade Civil. Será isso pois constantemente hum Pômo de discordia entre elles, originadôr de dissenções Civís, e das infinitas desgraças

Digitized by Google

que as acompanhão. Todos os outros Titulos, que se podem procurar a fim de vir áquella posse de Governo; saõ de huma natureza tal, que nenhum d'elles he capaz de satisfazer, e de fazer tapar a bôcca ao mesmo tempo a todos.

Se se tracta, por exemplo, do valôr, e façanhas Militares, como dando direito áquella occupaçaõ; se Pedro se julga o primeiro, a quem compete esse Titulo, Paulo naõ está por isso, e sustenta que elle tem ganhado mais batalhas, que tem levado ao fim mais Emprezas Militares, e esta disputa entaõ naõ se limita ao tal Pedro, e ao tal Paulo; infinitos outros disputaõ áquelles o seu Titulo, e o lugar a que por elle pertendiaõ subir. As provas, e documentos de todos saõ ponderosas, mas nenhum d'elles póde dizer — *Os meus Titulos tem hum sêllo, huma Nota caracteristica, que vós naõ encontraes nos vossos, e que indisputavelmente me confere a preferencia.* Todos esses Titulos saõ dependentes da opiniaõ dos homens; e sendo esta taõ vária, como geralmente se conhece, semelhantes litigios viráõ a acabar necessariamente pelo poderoso, e irresistivel Direito da força, que sempre he comprado com muito sangue vertido, e com muitas desgraças supportadas, tanto da parte dos Vencedôres, como dos Vencidos: e esta prodigalidade de padecimentos sobre a especie humana he o que mais descontenta aos Velhos Liberaes.

Se se tracta de illustraçaõ de entendimento; da muito crescida somma de conhecimentos com que se tem enriquecido os cobiçosos de occupar o Governo, lá vem nos Titulos de cada hum destes pertendentes a mesma dubiedade de sêllo: nenhum delles se mostra authorisado por hum, que os outros naõ procurem tambem apropriar a si. E disto resulta naõ se accommodarem huns com os outros, da mesma sorte que se disse em quanto aos Militares, e a recorrerem todos áquelle poderosissimo meio de buscar a razaõ das cousas, e a justiça das deliberações na morte de maior, ou menor numero dos contrarios. E os Velhos Liberaes choraõ tambem o sangue, e as desgraças derramadas sobre o Mundo pela questaõ de ser hum, ou outro desses pertendentes o que fique governando.

Digitized by Google

O mesmo acontece em todos os outros muitos, e muito diversos Titulos, porque cada hum dos Cidadãos póde pertender a occupaçaõ d'aquelle lugar, que excita a inveja, e a cobiça de todos; e entaõ daqui resulta serem interminaveis as questões sobre quem he que ha de governar, e interminaveis tambem as dôres dos Velhos Liberaes, que em todas aquellas demandas naõ vêm senaõ ambiciosos, e egoistas, tractando unicamente do seu bem, e inculcando aos outros, que pertendem occupar o Governo, sómente para melhorar a condiçaõ dos governados, quando o que lhes importa he unicamente governarem elles, para terem as occasiões de gosar, e desviar as occasiões de soffrêr, que lhes parece que hão de conseguir em chegando a governar.

Coitados! Naõ sabem que póstos no Governo haõ de ser victimas públicas, sacrificadas ou queiraõ, ou naõ *queiraõ* a mil incómmodos, e a mil padecimentos, conhecendo entaõ quanto he amargosa a pilula, que elles sobre maneira desejáraõ, illudidos em a terem visto muito douradinha por fóra! Mas que se achem enganados, isso lhes perdoaõ os Velhos Liberaes: *porque: se assim o quizeraõ, assim o tenhaõ.*

Mas aquillo, com que elles se naõ accommodaõ, he que esses taes cobiçosos de occupar o Governo façaõ entrar nas suas pertenções os outros, a que fazem crer que tem *aquellas pertenções somente para seu beneficio, e para os tractarem melhor do que eraõ tractados*, &c. &c. &c. Esta hypocrisia he que os Velhos Liberaes lhes naõ toleraõ, porque aquelles seus desejos de occuparem o Governo tem sempre como causa, e como motivo as suas proprias conveniencias, e as vantagens, que elles d'isso esperaõ tirar; e naõ tem entaõ os Velhos Liberaes paciencia vendo que elles alistem os numerosos Exercitos, de que precisaõ para irem aos seus fins, n'esta numerosissima classe de pessoas de superabundante boa fé, que acreditando nas palavras d'esses taes lhes prestaõ seus braços, suas pessoas, e suas riquezas para os collocarem n'hum lugar, de cuja imminencia, havendo chegado a ella, naõ haõ de vêr jámais aquelles, que ahi os conduziraõ, senaõ como seus servidores, e pessoas obrigadas a cumprir as suas or-

Digitized by Google

dens! He isto o que mesmo corta os corações dos Velhos Liberaes! E dariaõ todos muito, se podessem conseguir fazer acreditar bem isto a todas as gentes para se naõ deixarem lograr por estes ambiciosos.

Como porem naõ tem nenhuma esperança de chegarem a isto, visto que a historia do genero humano começa pela scena de huma mulher, de que veio toda a especie humana, deixando se enganar por huma Serpente, e naõ he possivel entaõ que sua raça deixe de ser de natureza propria para ser enganada pelos homens: nestas circumstancias os Velhos Liberaes olhaõ para a *Legitimidade* como o unico meio de inutilisar os maléficos intentos, e esforços dos ambiciosos, e os seus desvélos para occuparem o Governo, sempre á custa da miseria, e da desgraça dos outros homens.

Aquella tal *Legitimidade* apresenta hum Titulo, e hum Sêllo, que nenhum desses taes ambiciosos pode apresentar: hum Titulo que he manifestamente conhecido, e que se naõ pode nem desfigurar, nem falsificar: *Quem governava até agora era meu Pai, era meu Irmão.* Este Sêllo que naõ pode ser de maneira alguma falsificado, e que he a todas as luzes manifesto naõ podêr ser apropriado a si, senaõ por quem quer que fôr, filho desse tal Pai, ou irmaõ desse tal irmaõ, he o abrigo sagrado para que os Velhos Liberaes olhaõ como a salva-guarda contra os taes ambiciosos, a quem a tal palavrinha da *Legitimidade* desagrada, por quanto com os olhos fixos no mencionado lugar, a que a tal palavrinha lhes fecha as portas, naõ podem sôffrê-la, nem acommodar-se com ella, como inteiramente desorganisadora de seus projectos.

E por isto mesmo he que os Velhos Liberaes se desvelaõ em respeita-la, visto que ella he quem liberta as Nações, e os Povos de se fazerem desgraçados nas disputas de quem ha de governar, conduzidos, e enganados por esses egoistas, que inculcando-se-lhes como quem tem no coraçaõ os seus interesses, e o bem do seu proximo, com tudo saõ taõ beneficos para com este, que naõ sabem exercitar a seu respeito a dita sua beneficencia, senaõ pondo-se a cavallo nos beneficiados, fazendo-os servis escravos de suas ordens. Saõ cavalleiros, que desejaõ

Digitized by Google

móntar nos seus cavallos, para proveito e utilidade destes, e naõ por conveniencia dos mesmos cavalleiros! Admiravel casta de gente de huma nova beneficencia, que sacrifica os outros a si por utilidade dos sacrificados!

Os Velhos Liberaes naõ cahem em lograções, e tomáraõ prevenir a todos para que naõ cahissem nellas, apresentando-lhes a tal *Legitimidade*, como o escudo, que os pode defender de se acharem, quando menos o entenderem, logrados por estes taes pelotiqueiros, e insignes empalmadôres, que dizendo, e mostrando a todos que fechaõ dentro da sua maõ huma cousa, depois, quando a abrem, patenteiaõ que nella se achava outra.

A *Legitimidade* pois naõ he hum Direito dos Reis: nos Diccionarios dos Velhos Liberaes he hum Direito, e garantia dos Povos contra os ambiciosos, que os pertendem sacrificar, e cobrir de mil desgraças somente com o fim de se assentarem nesse lugar, que lhes fecha com muralhas de bronze a tal *Legitimidade*. Por agora bastará isto relativamente á *Legitimidade*, outro lugar haverá em que mais extensaõ se dê a semelhante assumpto, conduzindo-se os Portuguezes pela maõ a verem na Historia das Nações, no grande quadro do genero humano, que as desgraças das crises revolucionarias só terminavaõ nas ditas Nações quando estas se acolhiaõ á sombra da tal palavrinha, a *Legitimidade*.

E pelo que respeita á Carta do Amigo do Velho Liberal, em quanto suppunha que este queria acreditar a Carta Constitucional, e infamar a Constituiçaõ de 1822 pelo motivo de ser aquella, legitima, isto he, proveniente do Poder Legitimo, e esta Illegitima, quer dizer, proveniente do Poder illegitimo, qual era o Insurreccional, de que veio a mesma Constituiçaõ, repete o Velho Liberal ao seu Amigo, que de tal se naõ lembrava quando escrevêra o annúncio da Gazeta, que dera occaziaõ a esta sua correspondencia — Que no momento de escrever o tal annúncio tivera sómente em vista a diversa structura organica das ditas duas Instituições Politicas, como já tem muito francamente exprimido no Antecedente Corpo d'esta Carta — Que com tudo naõ pode negar-

Digitized by Google

lhe, nem esconder-lhe; que essa circumstancia tambem he muito ponderosa e attendivel para que a Carta sobresaia á Constituiçaõ — e isto por huma muito obvia consideraçaõ.

Portugal he huma Naçaõ pequena, que está collocada na Europa entre outros Estados de muito maior consideraçaõ, e pêso. He indispensavel pois que elle na sua conducta busque amoldar-se, e a pôr se em contacto com estas outras Potencias; e detestando estas os principios eminentemente Democraticos, como summamente perigosos ao bem dos seus Subditos pela qualidade epidemica que os acompanha, e tendo protestado em altissimas vozes que naõ haõ de consentir senaõ Instituições Politicas, que salvem o Principio Monarchico, por entenderem que sómente d'esta sorte conseguiriaõ que a Europa naõ fosse perturbada, como o foi nos fins do Século passado, e principios d'este, por occasiaõ dos acontecimentos revolucionarios da França, proclamando principios eminentemente Democraticos, naõ pode deixar Portugal de se dirigir pela mesma Politica.

Nestas circumstancias manifesto era que immensa differença apparecia entre a Constituiçaõ, e a Carta, em respeito e consideraçaõ á sua origem, a que o Amigo do Velho Liberal attendia quando fallava de *Legitimidade* na mencionada Carta. He certo que a Constituiçaõ por eminentemente Democratica na sua Organisaçaõ, por alguns Principios Theoricos, que proclamava, eminentemente Democraticos, e por naõ ter vindo dos Governantes para os Governados, mas sim d'estes para aquelles, atacava o Principio Monarchico, e expunha por isso os Portuguezes aos desastres de Napoles, e d'Hespanha com Invasões Estrangeiras. E isto naõ acontece com a Carta, que salva o Principio Monarchico, e que naõ expõe os Portuguezes áquelles perigos.

Naõ he a palavra *Legitimidade*, a que os Velhos Liberaes attendem para presar huma, e despresar a outra das ditas Instituições, mas he aos Resultados, que vem da dicta palavra relativamente á sorte Publica em consequencia de expôr a Constituiçaõ os Portuguezes a todos

Digitized by Google

os perigos referidos de Napoles e d'Hespanha, e de salva-los d'elles a Carta, dando huma e outra a Portugal hum Governo Monarchico-Representativo.

Então ainda sendo este o maior bem dos bens imaginaveis, se elle se pode conseguir por meio da Carta, sem grandes contestações, sem infinitas contrariedades, seria huma manifesta imprudencia pertender conseguir o dicto Governo por meio da Constituiçaõ, consumida muita fadiga para vencer os sobreditos embaraços.

O Velho Liberal deseja agora manifestar muito claramente ao seu Amigo, e a todos os Novos Liberaes, qual he o seu Systema Politico sobre a Organisaçaõ dos Estados, e sobre a maneira proveitosa para os melhorar, e isto a fim de se dar a conhecer sem reserva alguma aos seus Concidadãos. Estes naõ podem deixar de estar summamente prevenidos a favor do Juris-Consulto Inglez *Jeremias* Bentham, que tanto se lhes metteo á cara, e que tanto se lhes inculcou como hum Respeitabilissimo Liberal no Curso, e na Dominaçaõ da Constituiçaõ de 1822. Elle foi tambem hum dos Mestres, que primeiramente para si tomou o Velho Liberal, quando se quiz fazer Senhor das Sciencias Politicas, e pode affirmar, fallando geralmente, que as opiniões do Juris-Cousulto Inglez saõ tambem as suas, e elle começa por communicar ao seu Amigo, e aos Portuguezes a seguinte Traducçaõ das suas Obras na parte, que he relativa ás materias sobreditas, para depois reduzir a Artigos de Fé Politica os que o Velho Liberal deduzir das Obras do mesmo Juris-Consulto para formar o seu — Credo Politico. —

Em 1802 foraõ publicadas em Francez por Et. Dumont de Genebra, as Obras de Jeremias Bentham, com o titulo — Traités de Legislation Civile, &c. Penale — em 3. vol. in 8.° declarando o Publicador que o dito Jurisconsulto lhe havia confiado seus Manuscriptos para o dito fim. No tomo 1.° vem hum Discurso Preliminar, em que o dito Publicador dá conta do seu trabalho, e annuncia o que d'elle podem esperar os Leitores, referindo os titulos dos muitos, e muito diversos Manuscriptos do Auctor, que elle tivera de examinar, a qual relaçaõ se acha

Digitized by Google

desde folhas „ 13 „ até folhas „ 15 „ e depois continúa.

" Será admiravel que huma Collecçaõ taõ extensa „ naõ comprehenda nenhum Tractado sobre a Constituiçaõ „ Politica, ou a forma do Governo. Acaso teria para si „ o Auctor como indifferentes todas essas formas, ou „ pensaria que naõ podia haver nenhuma certeza na theo- „ ria dos Poderes Politicos? Naõ seria de sorte alguma „ provavel que huma tal opiniaõ podesse existir na men- „ te de hum Philosopho Inglez, e eu posso dizer que „ naõ era tal a do Senhor Bentham. Mas elle está muito „ longe de attribuir huma preferencia exclusiva a alguma „ forma de Governo. Elle entende que a melhor Cons- „ tituiçaõ para qualquer Povo he aquella, a que elle es- „ tá acostumado. Entende que a *prosperidade* he o uni- „ co fim, o unico objecto de hum valôr intrinseco, e que „ a *Liberdade Politica* he somente hum bem relativo, „ hum dos meios para chegar a este fim. Entende que „ hum Povo com boas Leis, mesmo sem nenhum Podêr „ Politico, pode chegar a hum alto gráo de prosperida- „ de; e que, pelo contrario, com os mais extensos Pode- „ res Politicos, se tiver más Leis, será necessariamente „ desgraçado.

" O vicio fundamental das theorias sobre as Consti- „ tuições Politicas consiste em se começar por atacar „ aquellas, que existem, e de excitar em todos pelo me- „ nos as inquietações, e ciumes de Podêr. Huma tal dis- „ posiçaõ naõ he favoravel ao fim de se aperfeiçoarem „ as Leis.

" A unica época, em que se podem emprender „ grandes reformas de Legislaçaõ com esperanças d'ellas „ se realizarem utilmente, he quando as paixões públicas „ estaõ tranquillas, e quando o Governo gosa da maior „ estabilidade.

" O objecto de Mr. Bentham, procurando no vicio „ das Leis a causa da maior parte dos males, foi cons- „ tantemente o desviar o maior de todos elles, que vem „ a ser: — o transtorno da Authoridade, as revoluções „ da *Propriedade*, e do *Podêr*. O Governo existente he o „ mesmo instrumento, de que elle procura servir-se; e, „ mostrando a todos os Governos os meios de se me-

Digitized by Google

„ lhorarem, lhes vem a indicar quaes sejaõ os de pro-
„ longar, e de segurar a sua existencia. Seus resultados
„ saõ applicaveis ás Monarchias, igualmente que ás Re-
„ publicas. Elle naõ diz aos Povos — *Senboreai-vos da*
„ *Authoridade; mudai a forma do Estado* — Diz aos
„ Governos: — *Conhecei as molestias, que vos enfraque-*
„ *cem; e tudai o regimen, que pode cura-las. Fazei as vos-*
„ *sas Legislações conformes com aquillo que he preciso, e*
„ *com as luzes do vosso seculo. Fazei boas Leis Civis, e*
„ *Penaes. Organizai os Tribunaes de modo, que inspirem*
„ *a confiança pública. Simplificai a forma do Processo. E-*
„ *vitai que os Impostos sejaõ oppressivos, e nullos. Animai*
„ *o vosso Commercio pelos meios naturaes. Naõ tendes vós*
„ *todos igual interesse em aperfeiçoar estes ramos d'Admi-*
„ *nistraçaõ? Apagai as idêas perigosas, que se tem espa-*
„ *lhado entre os vossos Povos, occupando-vos da sua feli-*
„ *cidade. Vós tendes a iniciativa das Leis, e este unico*
„ *direito, bem exercitado pode vir a ser a salvaguarda de*
„ *todos os outros. Abrindo huma carreira ás esperanças le-*
„ *gitimas, vós suspendereis o vicio das esperanças illegaes.*

" Aquelles que procurarem pois nestes Escriptos prin-
„ cipios exclusivos contra tal ou tal forma de Governo,
„ acharaõ frustradas suas esperanças. Os Leitores que ca-
„ recem dos estimulantes da sátyra e da declamaçaõ, naõ
„ acharaõ cousa alguma que os possa satisfazer. Conser-
„ var corrigindo; estudar as circumstancias; contempori-
„ zar com os prejuizos dominantes, mesmo destituidos de
„ razaõ; preparar as innovações de longe, de maneira,
„ que naõ pareça que saõ innovações; evitar as inver-
„ sões, os grandes abalos, ou seja na Propriedade ou nos
„ Podêres; naõ perturbar o curso das esperanças, e dos
„ habitos; reformar os abusos sem ferir os interesses ac-
„ tuaes: tal he o constante espirito de toda a Obra. „

No mesmo Discurso Preliminar a folhas 30, diz o Publicador:

" Considerando esta Obra no seu todo, parece-me
„ que ella encerra hum antidoto necessario contra 2 es-
„ pecies de venenos politicos: hum espalhado pelos Scep-
„ ticos, e outro pelos Dogmatistas.

" Eu chamo Scepticos, os que entendem, que em

Digitized by Google

„ Legislaçaõ naõ ha principios seguros e universaes; que
„ tudo he conjectura; que a tradiçaõ he somente a guia
„ que pode haver; que he preciso deixar subsistir as Leis,
„ quaes ellas saõ, e que, n'huma palavra, os Escriptores
„ Politicos naõ saõ mais do que Romancistas perigosos,
„ que podem tudo destruir, mas que nada podem estabe-
„ lecer pela falta de base na certeza moral. „

E depois de destruir esta absurda doutrina que nós tambem procuramos refutar no nosso Opusculo — Que he o Codigo Civil? Notas a folhas „ 121 „ porque he eversiva de toda a moral e destructora da Justiça, continua o dito Publicador a folhas 33, tractando dos que elle chama Dogmatistas, e diz assim:

" Em quanto aos Dogmatistas, elles formaõ Seitas
„ numerosas, e consequentemente Seitas inimigas; mas
„ todos os que nellas entraõ, saõ em Politica, especies
„ de inspirados, que crêm, e que mandaõ crêr, sem dei-
„ xarem raciocinar. Tem profissões de fé, palavras magi-
„ cas, quaes as seguintes: — Igualdade — Liberdade —
„ Obediencia passiva — Direitos Divinos — Direitos do
„ Homem — Justiça Politica — Lei Natural — Contrac-
„ to Social — Tem elles maximas illimitadas, meios u-
„ niversaes de Governo, que applicaõ sem attençaõ algu-
„ ma ao passado, e ao presente, porque do alto do seu
„ genio consideraõ a especie, e naõ os individuos; e por-
„ que hum systema sublime naõ deve ser posto em balan-
„ ça com a prosperidade d'huma geraçaõ. A sua impa-
„ ciencia em obrar está na mesma proporçaõ da sua im-
„ potençia de duvidar, e a sua intrepida vaidade os dis-
„ põe a empregar tanta violencia nas suas medidas, quan-
„ to despotismo ha nas suas opiniões.

" Nada ha que seja mais opposto a este espirito dog-
„ matico, e cortador, do que o systema de Bentham;
„ foi elle o primeiro que classificou as simpathias, e as
„ antipathias entre os falsos principios de raciocinar; que
„ ensinou o Processo de huma Arithmetica Moral, em
„ que fez entrar todas as dôres, e todos os prazeres, todas
„ as circumstancias, que influem na sensibilidade que naõ
„ quer admittir Lei alguma, de que se naõ assigne clara-
„ mente a razaõ, que refutou todos os sophismas; por

Digitized by Google

„ meio dos quaes se intenta sacrificar os interesses presen-
„ tes, e individuaes aos outros futuros, e abstractos, que
„ finalmente naõ deixa cahir hum átomo de mal sobre o
„ mais odioso dos malfeitores, sem justificar expressa-
„ mente que elle he necessario. Elle he taõ pouco abso-
„ luto, taõ pouco persuadido, de que se naõ pode pre-
„ ver tudo, que fallando das Leis, que julga melhores,
„ e ás incontestavelmente mais uteis, recusaria sem dúvi-
„ da declara-las immudaveis por hum período fixo, fa-
„ zendo huma usurpaçaõ sobre os direitos do futuro. Por
„ tanto este systema, sempre moderado, sempre acom-
„ panhado de raciocinios, tem menos brilhantismo, e me-
„ nos energia apparente, do que o dos Escriptores Dog-
„ maticos. Elle naõ lisongêa o amor proprio ocioso, que
„ quer aprender tudo n'huma formula, tudo concentrar
„ em algumas pennadas finas, ou sentenças agudas. Elle
„ he pouco capaz de attrahir as paixões activas, que naõ
„ amaõ a operaçaõ lenta da balança, e do compasso, e
„ sublevará contra si todos os Infalliveis, desmascarando
„ as suas palavras Magistraes. — *Que cousas em huma*
„ *Lei*! — diz elle, acabando a sua Introducçaõ; e na
„ verdade naõ será possivel comprehende-lo, estar senhor
„ dos seus principios, sem que depois de a ter lido se
„ repita com huma persuasaõ intima: *Que cousas em*
„ *huma Lei*!

" Por tanto, por maior influencia que se possa es-
„ perar destes Escriptos, naõ he provavel que elles venhaõ
„ a conseguir o fazerem-se da moda. Elles ensinaõ huma
„ nova sciencia, porem mostraõ a sua difficuldade. Daõ
„ certeza ás operações do juizo, mas exigem hum estu-
„ do reflectido. *Para que elles aproveitassem, seria indis-*
„ *pensavel que elle achasse discipulos, e na arte da Legis-*
„ *laçaõ naõ se encontraõ desgraçadamente senaõ Mestres.*

" Felizes aquelles, a que o estudo desta Obra fizer
„ mais circumspectos, e mais lentos nas suas producções!
„ As suas meditações, por longo tempo concentradas,
„ adquiriráõ assim substancia, e vigor.

" A facilidade he o laço dos homens mediocres, e
„ naõ produz jámais cousa que seja grande. Estes meteo-
„ ros, creações subitas de huma atmosphera inflammada,

Digitized by Google

„ brilhaõ n'hum instante, e apagaõ-se, sem deixarem „ vestigio algum. Mas aquelle que desconfia das suas pri- „ meiras concepções, e que se naõ evapora rapidamente; „ dá ao seu talento tudo o que denega a immatura satis- „ façaõ da vaidade; e o respeito, que tributa ao juizo dos „ homens illustrados, he huma segura garantia de que „ elle o merecerá tambem para si. „

Vejâmos agora as idêas do Sr. Bentham sobre isso a que se chama — *Pacto Social* — com que tanto se tem embrulhado os Portuguezes nos proximos tempos passados. O Jurisconsulto Inglez escrevêo huma Obra intitulada — *Principes de Législation* — que he a primeira que se acha no Tomo 1.º das ditas Obras, e no Cap. 13 pertendêo ensinar as diversas origens de falsos raciocinios nas materias de Legislaçaõ. Tinha para si que huma daquellas eraõ as *Ficções*, de que algumas vezes se fazia uso, para dellas se deduzirem direitos, e neste artigo escreve o seguinte a folhas 114.

(*Continuar-se-ha*).

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.

Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 1.

SUPPLEMENTO 5.º

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Continuaçaõ da resposta á Carta do Novo Liberal impressa no Supplemento 2.º

6. *Ficçaõ naõ he razaõ.*

E depois de se lembrar de algumas outras Ficções, de que se tinha feito uso para d'ahi se derivarem direitos, e indiscretamente na sua opiniaõ, accrescenta:

" Ha porem Ficções mais atrevidas, e mais importantes, que tem figurado muito na Politica, e que tem produzido Obras celebres: taes saõ os *Contractos.*

" O Leviathan de Hobbes, hoje pouco conhecido, e detestado por prejuizo, como o Codigo do Despotismo, assenta toda a Sociedade Politica sobre hum pertendido Contracto entre o Povo, e o Soberano. O Povo, por este Contracto, renunciou á sua liberdade natural, que só produzia males, e depositou todo o seu Podêr nas máos do Principe. Todas as vontades contrarias se vieraõ reunir na sua, ou, para melhor dizer, nella se vieraõ anniquilar. O que elle quer, entende-se ser a vontade de todos os seus Subditos. Quando David fez matar Urias, obrou nisto por consentimento d'Urias. Urias tinha assentido a tudo quanto David poderia determinar a seu respeito. O Principe neste Systema pode pec-

Digitized by Google

„ car contra Deos, mas naõ pode peccar contra os ho-
„ mens, porque tudo quanto elle faz provém do consen-
„ timento geral. Naõ se pode ter a idêa de lhe resistir,
„ porque he contradicçaõ resistir a si mesmo.

„ Locke, nome que he taõ caro aos partidistas da
„ Liberdade, como o de Hobbes lhes he odioso, estabe-
„ lecêo tambem a base do Governo sobre hum Contracto.
„ Affirma que existe hum Contracto entre o Principe, e
„ o Povo: que o Principe se obriga a Governar segundo
„ as Leis para geral felicidade, e que o Povo da sua
„ parte se obriga a obedecer em quanto o Principe se
„ mostrar fiel ás Condiçoes, em virtude das quaes rece-
„ bêo a Corôa.

„ Rousseau rejeitou com indignaçaõ a idêa deste
„ Contracto bilateral entre o Principe, e o Povo; porém
„ imaginou hum Contracto Social, por meio do qual todos
„ se obrigaõ para com todos, e o qual he a unica base
„ legitima dos Governos. A Sociedade existe por esta con-
„ vençaõ livre dos associados. O que tem de commum
„ estes tres Systemas taõ directamente oppostos entre si,
„ vem a ser o começarem toda a Theoria Politica sobre
„ huma ficçaõ; porque estes tres Contractos saõ todos
„ igualmente ficticios, existindo somente na imaginaçaõ
„ de seus Auctores. Naõ só naõ se acha delles algum
„ vestigio na Historia, mas ella subministra sempre pro-
„ vas em contrario.

„ O de Hobbes he huma mentira manifesta. O Des-
„ potismo foi em toda a parte o resultado da violencia,
„ e das falsas idêas religiosas. Se houve algum Povo,
„ que por hum Acto público entregou a Authoridade Su-
„ prema ao seu Chefe, he falso que esse Povo se exprimis-
„ se jámais, que se sujeitava a todas as vontades crueis,
„ e extravagantes do Soberano. O Acto singular do Povo
„ Dinamarquez em 1660, esse mesmo inclue clausulas
„ essenciaes, que limitaõ o Podêr Supremo.

„ O Contracto Social de Rousseau naõ foi julgado
„ com tanta severidade, porque os homens se accommo-
„ daõ á Logica de hum Systema, que estabelece o que el-
„ les mais amaõ, a saber, a Igualdade, e a Liberdade.
„ Mas onde he que se formou esta Convençaõ universal?

Digitized by Google

„ Quaes saõ as suas clausulas? Em que lingua foi elle
„ celebrado? Porque foi elle sempre ignorado? Em sa-
„ hindo dos bosques, em renunciando a vida selvagem,
„ haviaõ de ter os homens estas grandes idéas da Moral,
„ e da Politica, sobre as quaes se faz assentar esta Con-
„ venção primitiva?

„ O Contracto de Locke he o mais especioso, por-
„ que na verdade ha Monarchias, nas quaes o Soberano
„ na sua elevação ao Throno faz certas promessas, e acceita
„ certas condições relativas á Naçaõ, que vai governar.
„ Isto porém naõ obstante, este mesmo Contracto
„ he huma ficção. A essencia de hum Contracto está no
„ consentimento livre das partes interessadas. Suppõem
„ que todos os Artigos do Contracto saõ especificados, e
„ conhecidos. Ora: se o Principe se acha na sua elevação ao
„ Throno na liberdade de acceitar, ou de recusar, acha-
„ se igualmente o Povo no mesmo estado? Algumas ac-
„ clamações vagas serão por acaso hum acto de consenti-
„ mento individual, e universal? Pode este Contracto li-
„ gar a multidaõ de individuos, que nelle nem ouvíraõ
„ fallar, que nem foraõ chamados para o Sanccionar, e
„ que naõ teriaõ podido recusar o seu consentimento, sem
„ expôr a sua fortuna, e a sua vida? Além de que, na
„ maior parte das Monarchias este pertendido Contrac-
„ to naõ tem nem mesmo esta fraca apparencia de rea-
„ lidade, naõ se encontra nem a sombra de huma Con-
„ venção mutuamente obrigatoria entre os Soberanos, e
„ os Povos.

„ Naõ he preciso fazer a felicidade do Genero hu-
„ mano dependente de huma ficção. Naõ he preciso le-
„ vantar a Pyramide Social sobre alicerces de area, ou
„ de huma argila, que se esmigalha por si mesmo. Dei-
„ xem-se estas bonécas para as creanças. Os homens de-
„ vem fallar a linguagem da verdade, e da razaõ.

„ O verdadeiro Vinculo Politico existe no immenso
„ interesse, que tem os homens de manterem hum Gover-
„ no. Sem Governo, desapparece a segurança, a fami-
„ lia, a propriedade, e a industria. He aqui aonde se
„ deve buscar a base, e a razaõ de todos os Governos,
„ seja qual fôr a sua origem, e a sua fórma: he com-

Digitized by Google

„ parando-os com o seu fim, que se pode raciocinar so-
„ lidamente sobre os direitos, e as obrigações dos Go-
„ vernos, sem recorrer a pertendidos Contractos, que
„ naõ podem servir senaõ para fazerem nascer disputas
„ interminaveis.„

Juntemos ainda mais outro extracto das Obras do mesmo Juris-Consulto. No Tom. 2 dellas fol. 286, tractando elle dos meios, que se empregaõ para justificar os factos dos homens na Sociedade Civil, diz que hum delles vem a ser a *repulsa de hum mal maior*, isto he, o proverbio — *Salus populi Lex est* — e discorrendo nesta materia escreve o seguinte.

" He este o caso, em que se faz hum mal para pre-
„ venir outro maior; he a este meio de justificaçaõ, a
„ que se attribuem os ultimos recursos, de que se pode
„ lançar maõ nas molestias contagiosas, nos assedios, nas
„ fomes, nas tempestades, nos naufragios. — *Salus popu-*
„ *li suprema lex est.* — Porém tanto mais grave he hum
„ remedio desta natureza, quanto mais he preciso, que
„ seja evidente a necessidade do seu uso. A maxima da
„ saude pública tem servido de pretexto a todos os cri-
„ mes. Para que este meio de justificaçaõ seja admissi-
„ vel, he necessario provar tres pontos essenciaes. A cer-
„ teza do mal, que se quer desviar. A falta absoluta de
„ outro algum meio. A efficacia infallivel d'aquelle, que
„ se emprega. Nesta maxima he aonde se poderia ir bus-
„ car a justificaçaõ para matar os Tyrannos, se o Tyran-
„ nicidio podesse justificar-se em caso algum; mas isto
„ naõ he possivel. A Grecia gabou os seus Timoliões,
„ mas pode vêr-se nas convulsões perpetuas, que a agi-
„ táraõ, como a doutrina do Tyrannicidio preenche mal
„ o seu fim. Ella serve somente para irritar hum Tyran-
„ no suspeitoso, e para o fazer tanto mais feroz, quan-
„ to elle he mais covarde. Succede acaso errar-se o gol-
„ pe? As vinganças saõ horriveis. Acertou-se elle? Em
„ hum Estado Popular as Facções neste momento reassu-
„ mem toda a sua violencia, o partido vencedor faz to-
„ do o mal, que elle podia temer. Em hum Estado Mo-
„ narchico, o successor espavorido conserva hum profun-

Digitized by Google

„ do resentimento; e se elle acaso aggrava o jugo, a
„ sua maleficencia he desfigurada diante dos seus olhos
„ por hum pretexto plausivel.

Depois de trasladados estes periodos, que o Jurisconsulto Inglez Jeremias Bentham nos deixou em suas Obras, que antes foraõ acreditadas entre os Portuguezes no periodo, em que ou se preparou, ou foi sua Lei Fundamental a Constituiçaõ de 1822, pareceo ao Velho Liberal conveniente reduzir a Aforismos, ou a Artigos da sua Fé Politica as Doutrinas ahi comprehendidas, e que saõ tambem as suas. Querendo dar se a conhecêr ao seu Amigo, a todos os Novos Liberaes, e a todos os Portuguezes, tal qual elle he em seu Systema Politico, com toda a franqueza, e boa fé, sem nada lhes encobrir, ou lhes esconder daquillo, que lhes parecêr conveniente o dizer-lhes, ou isso lhes agrade, ou os descontente; e isto a fim e com o intento de lhes grangear a sua attençaõ por aquillo, que de tempo em tempo tiver de escrevêr lhes nas occorrencias, que lhe apresentar esta Crise Politica da sua Patria, entendêo proveitoso o tomar para seu texto as palavras do dicto Jurisconsulto Inglez, visto ter sido o seu nome aquelle, que talvez se inculcou aos Portuguezes como mais célebre no curso da Revoluçaõ começada em 1820, e terminada em 1822.

Será impossivel que os Aforismos, ou Artigos de Fé Politica, que o Velho Liberal deduzio de taõ acreditados Escriptos, deixem de conseguir a confiança dos Portuguezes, que naquella época se lisongeavaõ de o ter por Mestre, e que se honravaõ d'elle lhes dar o nome de Discipulos.

E isto servirá tambem para hum outro fim de summa consideraçaõ, e importancia, isto he, para regular o Espirito Publico, arrefecendo-o, como convém arrefecê-lo, nas circumstancias, quaes as presentes de Portugal, e para corrigir a Ochlocracia Dominante nestes Reinos desde 1808, mettendo aos olhos dos Portuguezes, como os seus Directores, os seus Medicos Politicos, os seus Representantes congregados nas suas Assembleas Nacionaes, conhecendo, e naõ podendo deixar de conhecêr os remedios, que lhes eraõ proveitosos no fim do anno de 1820, e nos

Digitized by Google

outros que se lhe seguirão, naõ poderaõ com tudo fazer uso delles, porque a ardendia, o fervôr, e a illegal intervenção violenta dos Governados naquillo, que incumbe aos Governantes, e sómente aos Governantes, fez com que estes naõ podessem obrar como entendiaõ, e como naõ podiaõ deixar de entendêr, á vista do que elle vai agora a ponderar.

Que aos dictos Directores naõ faltava o conhecimento da vereda que deviaõ seguir, e dos remedios que lhes convinha applicar, he manifestamente indisputavel; por quanto essa vereda, e estes remedios se achavaõ nos Escriptos de Jeremias Bentham: elles os conheciaõ, e elles os respeitavaõ; e com tudo apparecem na prática em manifesta contradicçaõ com as Theorias do mencionado Illustre Inglez, tractando de acudir aos Cidadãos em huma Crise Politica. E a explicaçaõ deste espantoso phenomeno acha-se facilmente nos violentissimos accessos de febre, com que naquella época se apresentáraõ os Portuguezes aos seus Medicos Politicos; e em vez de se entregarem nas suas máos, (visto que os tinhaõ escolhido, e que nelles confiavaõ) para que elles em plena liberdade, e em tranquillidade de espirito, tractassem do seu curativó, quizeraõ constantemente dictar-lhes a Lei, naõ se prestando dóceis, e submissos ao que parecêsse melhor aos dictos Medicos, que para curar seus males haviaõ escolhido, mas procurando assusta-los, e aterra-los nas suas deliberações para que lhes receitassem, naõ os remedios que a Medicina, e a Sabedoria lhes inculcava como mais proveitosos, mas sim aquelles outros, que os Doentes lhes pediaõ, ou de que mostravaõ gostar nos violentos accessos da febre, que os accendia.

O Velho Liberal entende, e entendêo sempre, que o mencionado phenomeno vinha naõ dos Medicos, mas dos Doentes. Estes mostravaõ que seus desejos naõ eraõ que suas molestias fossem curadas, mas sim que se lhes receitassem taes, e taes remedios, de que elles gostavaõ, ou em que lhes parecia que encontrariaõ as suas fortunas. Apresentavaõ-se com a espada na maõ á face dos Medicos para os atterrar, e conduzir a receitar-lhes os taes

Digitized by Google

remedios, de que os Enfermos gostaõ. São provas disto as dengasias das Tribunas do Congresso, as reverencias, com que indocil Multidaõ nellas era tratada invectivava, e naõ deixava fallar aquelles, que naõ iaõ lá segundo as suas idêas, que saõ quasi sempre erradas, quando se trata da delicadissima, e sobre todas difficil arte de dirigir os Estados.

São provas, a má direcçaõ que naquella época deraõ os Escriptos ao Espirito Público, que achando se em demasiada effervescencia, e convindo lhe por isso toda quanta somma de atenuantes se lhe podesse applicar, em vez destes, os mesmos Escriptos applicavaõ diariamente aos Portuguezes remedios excitantes, que eraõ fataes, e perigosissimos venenos n'aquelle seu estado de enfermidade, olhando sómente para o vil interesse de que seus papeis tivessem consumidôres, que realmente se lhes diminuiriaõ muito, se naõ lisongeassem o paladar da Multidaõ: elles parecíaõ naõ ter em vista, geralmente fallando, nenhuma outra cousa mais do que isto.

Pois que outra cousa he do que dar excitantes, a quem carece de calmantes, estar no meio de huma Crise Publica (ainda quando fosse provocada só, e unicamente pelos desacertos da Publica Administraçaõ passada, sem que para isso concorressem copullativamente outras causas de tanta gravidade, e importancia, que nenhuma Publica Administraçaõ, por melhor que fosse, poderia desviar, ou corrigir) que outra cousa he senaõ em semelhante caso dar excitantes em lugar de calmantes ao Enfermo, e estar-lhe a metter aos olhos todos os dias, e a pintar-lhe com as mais negras côres esses desacertos da preterita Administraçaõ? Os Portuguezes viaõ-se com effeito desgraçados, doiaõ-lhe seus males; e o remedio ha de ser irrita-los com vehementes relações d'aquillo, que elles soffriaõ, com ardentes declamações contra aquelles, a que se attribuia a causa de seus males? Em vez de alguma pomada suave, que adoçasse as feridas, e que por esse lenitivo fizesse conceber esperanças de inteiro melhoramento, pulverisar as chagas com rosalgar, para as fazer mais acres, e dolorosas? Quando hum incendio arrebenta, lançar no meio delle, em vez de toneis d'agoa, de

Digitized by Google

rios, e de mares; se isso fosse possivel, montões de lenha, grandes sommas das materias as mais inflammaveis, e as mais capazes de alimentar o fogo, isto podia ser discretamente dirigido para o fim de apagar o tal incendio?

Pois que outra cousa he, invectivar com a maior vehemencia a torto e a direito, com razaõ, e sem ella contra grandes, e muito importantes classes de Portuguezes, quando convinha uni-los todos, para que todos concordemente prestassem seus braços em auxilio da salvaçaõ do Navio do Estado, que se achava na maior tormenta, e entre os maiores perigos de Naufragio? Será isto querer salvar, ou perder o tal Navio? Lisongear a huma parte da tripulaçaõ desmedidamente, naõ obstante que isso desvie a concorrencia da outra para remediar o perigo!

Pois que outra cousa he senaõ desviar da causa commum grande parte da Naçaõ, infamando-a de desaffecta, e de suspeitosa ao estado das cousas, que se quer de novo plantar, quando convinha fallar a linguagem, que aconselhava Demosthenes na Carta trasladada a fol. 19 deste Jornal — *Todos, meus Irmãos, queriamos a salvaçaõ da Barca: a huns com tudo parecêo melhor salva-la a remos, e a outros conduzi-la á força das vélas: nos meios he que unicamente fomos discordes: naõ nos lembremos pois mais disso, tractemos só, e unicamente hoje d'aquillo, que nos convem fazer para o futuro.* — Em vez d'este systema, querer dilacerar o Corpo do Estado, fazendo acreditar, que nelle haviaõ duas classes huma de amigos, outra de inimigos, e invectivar furiosamente contra estes, para os pôr em real opposiçaõ comnosco, se nossas suspeitas tinhaõ sido imaginarias, e para os pôr firmes no seu partido, se com effeito elles houvessem tomado algum contra nós, naõ era isto hum manifesto desacerto, contrario ao bem commum, e á salvaçaõ da Barca, que se inculcava desejar conduzir ao Porto da Salvaçaõ? Naõ era obvio que, fallando-se a linguagem de Demosthenes, ainda quando houvesse alguem, que por interesses, ou preoccupações fosse arrastado a desviar-se da Causa commum, se havia de aproveitar da porta, que se lhe abria, para se unir á massa de seus Concidadãos, e tanto mais des-

Digitized by Google

veladamente, quanto mais a sua consciencia lhe mostrasse que tinha alguma cousa que cobrir, e esconder aos seus olhos para naõ grangear a sua desafeiçaõ. (4)

(4). A nossa Historia apresenta hum illustre monumento em confirmaçaõ desta theoria deduzida da condiçaõ dos homens, de que o Velho Liberal quiz lançar maõ, para inculcar quanto convinha, naõ infamar de desaffectos á Causa Nacional aquelles mesmos, que realmente o fossem em as Crises Politicas, em que se tractava de alterar a fórma do Governo, fazendo-o passar de huma especie para outra.

Na Revoluçaõ Portugueza de 1640, que colocou em o Throno a Serenissima Casa de Bragança, que d'elle se achava espoliada, e á qual por Direito pertencia, o Senhor Infante D. Duarte, que se achava em Alemanha ao tempo, em que Seu Augusto Irmaõ o Senhor D. Joaõ IV. empunhou o Sceptro, teve muito infeliz sorte, pela localidade, em que o surprendêra a Revoluçaõ quando começou, e isto pela influencia, e preponderancia, que no Imperio tinha Filippe IV. de Hespanha, o qual por aquelle acontecimento deixára de Governar Portugal, e que pretendia recuperar a sua antiga usurpaçaõ.

Sendo pois o dicto Infante preso, e conduzido para Milaõ escrevêo aos 6 de Agosto de 1642 a Carta dirigida a hum Ministro do Imperador, que se nos conserva na Hist. Gen. da Cas. Real. Prov. ao Liv. 6.º N.º 272., e nella se acha o seguinte — *Eu confesso que a causa de todas as minhas adversidades foi acharem-se nesta occasiaõ em Alemanha Ministros Portuguezes: porque como taes tem mudo de cautelas para se acreditarem em Hespanha* —

Assim discorria o Infante com a discriçaõ, que era propria dos seus conhecimentos! Como El-Rei de Castella tem em Alemanha Ministros Portuguezes, e esta sua qualidade os ha de fazer suspeitosos em Madrid relativamente a hum Infante de Portugal, elles haõ-de esmerar-se caprichosamente nos Empenhos d'aquella Côrte contra o mesmo Infante para se escudarem d'esta fórma contra as suspeitas, que nasciaõ da sua naturalidade; e esta ha-

Digitized by Google

Pois que outra cousa he inventar, e fazer acreditar as magicas palavras de *Opinião Pública*, o *Espirito do tempo*, a *Ordem do Dia*, o *Systema de hoje*, a fim de obrigar a que os mais viessem ás cousas, que cada hum pertendia, huma vez que se lhes inculcasse terem ellas por si aquelle sobrescripto inteiramente arbitrario para quem delle se quer servir, e que quasi que realmente naõ existe? (*b*.) Naõ vinha isto a ser forçarem os ditos Escrip-

---

de ser a mais poderosa causa das adversidades d'aquelle perseguido, parecendo aos dictos Ministros necessario que elles concorraõ para as aggravar, a fim de, por esse meio, cobrir a outra consideraçaõ deduzida da sua naturalidade, que os infamava. E entaõ este seu proprio interesse ha de sobresahir a tudo, ainda quando alguma vez conduza a fazer menos caso da Justiça e da Moral.

Pois da mesma sorte, e pelo mesmo geral e necessario impulso da condiçaõ humana, aquelles, que nas Revoluções do Estado se sentirem tremulos na sua consciencia de serem reputados por algum motivo suspeitosos á nova Ordem de cousas, haõ-de ser os seus melhores servidôres para com o seu comportamento d'aquelle momento cobrirem as antecedentes suspeitas, que em si reconheciaõ, e que haviaõ de cobiçar que naõ lembrassem.

He pois caminhar ás cégas, e em manifesto e notorio desproveito d'aquillo, que se pertende, obrigar por indiscretas declamações contra estes taes, que elles se desviem da tendencia, que lhes era natural para adherir, e bem servir a nova Ordem Politica, forçando-os a tomarem o caminho contrario, e desesperado contra as novas Instituições, e contrangendo-os a serem Coriolanos armados contra a sua Patria, e por ella mesma.

(*b*) A todas estas frases chamaõ — *Magicas* — os Velhos Liberaes pelo mesmo motivo, e pela mesma rasaõ, que a outras semelhantes dêo igual classificaçaõ o já citado Juris-Consulto Inglez naquella parte dos seus Escriptos, que se dêo traduzida a f. 118 d'este Jornal.

Saõ palavras, que naõ significaõ realmente nada, e que, apezar d'isso, produzem gravissimos resultados, e is-

Digitized by Google

tos com estes fantasmas, que elles creavão para servirem de Paões aos homens; todos aquelles a que mandava a direcção da Barca, para que a levassem da por lá, e tal rumo, receosos de serem de outra sorte maltratados, e perseguidos?

Toda esta numerosa Coliorte de poderosissimos inimigos, só proprios para perderem o Navio do Estado no meio das grandes agitações, toda esta numerosissima Cohorte dos taes inimigos, que o Velho Liberal vio em Campo no meio da sua Patria, na época entre 1820, e 1823, he que pode explicar o fenomeno espantoso, que elle apresenta aos olhos dos seus Concidadãos, nos lugares trasladados das Obras do Juris-Consulto Inglez Jere-

---

to parece effeito de *Magica*, e de *Encantamentos*, porque he outro tanto o que acontece nestas ridiculas credulidades: *Nadas apparecem produzindo muito.*

A Opinião publica, o nome de *Povo*, naõ tem huma idéa clara, e exacta que lhe corresponda. Para que a tivesse seria preciso saber a maneira de pensar de hum, dous, ou tres milhões de homens, a que se attribue aquella Opinião, para se dizer *Publica*, e que se designa por este nome de *Povo*, quando se enuncia — *o Povo quer isso, e quer aquillo.* — Ora! quem se serve d'estas frazes apenas conhecerá a milionesima parte d'aquelle número de seus Concidadãos, e ainda de muito inferior numero d'elles conhecerá os sentimentos. Nem o mais instruido Cidadão, que vive em huma Rua de Lisboa, conhece, ou póde conhecer todos os individuos, que vivem na mesma Rua, e muito menos saber quaes sejaõ os sentimentos de cada hum d'elles.

Se pois nem mesmo d'huma Rua de Lisboa poderá ninguem dizer com verdade, e pleno conhecimento de causa — Tal he a Opinião Publica dos Moradores d'esta Rua, tal he a voz do Povo d'esta Rua, — como succederá que deixe de ter huma idéa falsa cada huma das expressões *Opinião Publica — Voz do Povo — assim o quer o Povo — a Ordem do Dia — o Systema de hoje* — quando com isto se quer designar a vontade, os sentimen-

mias Bentham; e que fez começar a imprimir no N.º antecedente, para que elles conhecessem que os seus Medicos Politicos d'aquella mencionada época naõ deixaraõ de conhecer os remedios que convinhaõ aos seus Doentes, e á sua enfermidade, mas que naõ poderaõ applicar-lh'os por causa de tantos, e taõ poderosos meios, quaes os acima referidos, de que os mesmos Doentes se servíraõ, para que aquelles lhes naõ podessem receitar os remedios, que conheciaõ proveitosos á sua enfermidade.

Dar aos Portuguezes este conhecimento, e esta convicçaõ, he summamente importante agora, e apró da consolidaçaõ da Carta Constitucional do Senhor D. Pedro IV.; por quanto, apesar d'ella, e de todas as boas

---

tos dos moradores de todas as Ruas de Lisboa, e naõ só isso, mas a vontade, e os sentimentos de toda huma Provincia, de muitas Provincias, de hum Reino, e de diversos Reinos?

Manifesto he pois que estas palavras naõ significaõ se naõ *Fantasmas*, e *Papões* destituidos de toda a realidade.

O dito Juris-Consulto Inglez nas já citadas suas Obras, Tomo 1.º pag. 124 escreve a este respeito — *O Nome de Povo he huma assignatura falsa para justificar os seus Chefes* — (e poderia dizer o mesmo de todas as outras frazes referidas) e junta ahi muito discretas observações no mesmo sentido, a que o Velho Liberal dedicou esta sua Nota. O dito Velho Liberal recomenda a leitura d'este lugar de Jeremias Bentham, desejando apresenta-lo sempre como Guia aos Portuguezes em cousas relativas ás Instituições Sociaes, e á Politica, visto que he hum nome, que se procurou acreditar muito na sua Naçaõ, no curso da Constituiçaõ de 1822, como muito amigo dos homens, como muito Liberal, e como huma boa Guia, e hum muito seguro Mestre para os fins, a que a mesma Constituiçaõ se dizia dirigida. Naõ poderá pois o Velho Liberal ser taxado de Suspeitoso no Publico Portuguez, que da dicta Constituiçaõ tiver sido ou continuar a ser adorador, quando uniforma, e authorisa as suas doutrinas, com as que elle lhe dêo escriptas nas suas Obras.

Digitized by Google

vontades, e esforços, que fizer o Governo, e que fizerem os bons Portuguezes, Amigos da Carta, da sua Patria, e da prosperidade dos seus Concidadãos, se se armarem hoje as mesmas já apontadas, e numerosissimas Coortes, que desde 1820 até 1823 se apresentarão organisadas, para estimular a raiva entre humas, e outras classes de Portuguezes, para procurar a repentina destruição de tudo o que existe antes de edificar cousa alguma, para assustar, e fazer temerosos os que estão á testa da Publica Administração, com a effervescencia demasiada, e com a indocil rebeldia dos governados, querendo dictar as Leis aos Governantes, com esses fantasmas. — *Assim o pede a Opinião publica — assim o pede o Systema — o Povo quer isto, e não quer est'outro*, &c. &c. &c.: se por estes, e por semelhantes meios se pertender caminhar agora, outra vez apró da Carta Constitucional do Senhor D. Pedro IV., como se caminhou n'aquella época apró da Constituição de 1822; desde já o Velho Liberal annuncia em altissimas vozes a todo o Portugal, e a todo o Universo, *que a esta Carta ha de succeder o mesmo que aconteceo áquella Constituição: que ella tambem ha de ter o seu Maio de 1823, que a faça desapparecer: e que os culpados disto serão os Portuguezes, que confundindo a liberdade, e a licença* (cousas entre si eminentemente diversas) *abusando de todos os meios proprios de Consolidar a Carta para lhe substituir outros só capazes de a destruir; mostrando-se por essa maneira ainda não maduros para gosarem de Governos Liberaes, antes muito pelo contrario só capazes de se deixarem conduzir por hum Governo de ferro, hão de cahir debaixo delle: porque foi isto o que succedeo sempre na Historia Antiga, e na Moderna; e o que o Velho Liberal mostrará aos seus Concidadãos com o exemplo de repetidos acontecimentos, deduzidos de huma, e de outra em hum dos N.os seguintes do seu Jornal, o qual N.º será peculiarmente destinado a este assumpto.*

E depois deste terrivel annúncio, e desta Profecia Politica que o Velho Liberal deixa aqui gravada — *in perpetuam rei memoriam* — passa elle agora a estabelecer os Artigos da sua Fé Politica, todos deduzidos dos trasladados lugares das Obras do mencionado Juris-Consulto In-

Digitized by Google

glez, e faz gravalos em letras maiusculas para que fiquem assim mais sensivelmente manifestados aos seus Concidadãos.

ARTIGO 1.º

O VELHO LIBERAL DETESTA TODAS AS REVOLUÇÕES, SEJAÕ ELLAS DE QUE NATUREZA FOREM; TEM PARA SI QUE TODAS ELLAS SAÕ ESSENCIALMENTE ILLEGAES, E IMMORAES.

He tambem desta opiniaõ o dito Juris-Consulto Inglez. *O objecto principal de Mr. Bentham nos seus Escriptos, foi constantemente desviar o maior de todos os Males Civis, que vem a ser o transtorno da Authoridade, as Revoluções "da Propriedade, e do Podêr.* „

Elle naõ diz aos Povos: "*Senhoreai-vos da Authoridade, mudai a fórma do Estado.* „ *Diz aos Governos:* "*Conhecei as molestias, que vos enfraquecem, estudai o regimen, que pode cura-las..... Abrindo huma carreira ás esperanças legitimas, vós suspendereis o vicio das esperanças illegaes.* „ (*c*)

(*c*) Eis-aqui a gloria do Senhor D. Pedro IV. na promulgaçaõ da Carta Constitucional dada aos Portugnezes em 1826. O Mesmo Senhor conhecêo a molestia, que enfraquecia este Reino: vio lá de taõ longe que elle estava dividido em duas fracções. Huma composta d'aquelles, que amavaõ os Governos Monarchico Representativos, e que persuadidos de terem conseguido hum d'esta natureza, tal qual lhes parecia conveniente na Constituiçaõ de 1822, lamentavaõ a sua anniquilaçaõ, suspirando por hum dia, em que o dicto Governo renascesse. A outra composta dos que odiavaõ, e temiaõ semelhante forma de Governos, com que naõ tinhaõ sido creados, e de que naõ comprehendiaõ bem a structura; e que, suppondo que todos elles eraõ, e naõ podiaõ deixar de ser taes quaes a Constituiçaõ de 1822, que originára grandes desgraças, e grandes males a muitos dos Portuguezes, (naõ porque fosse

Nesta maxima he aonde se poderia ir buscar a justificação para matar os Tyrannos (o que se diz relativamente á sua morte physica, bem visto he que comprehende tambem a sua morte moral, que vem a ser a anniquilação do Poder que exercita) *se o Tyranicidio podesse justificar-se em caso algum*; (note-se as palavras *em caso algum*;) *mas isto não he possivel. A Grecia gabou os seus Tiranicidios, mas pode ver-se nas convulsões perpetuas, que a agitarão, como a doutrina do Tyrannicidio preenche mal o seu fim.*

Taes saõ os textos do Juris-Consulto Inglez, que authorisaõ este primeiro Artigo da Fé Politica do Velho Liberal.

Vai concorde com elles a authoridade de hum outro Politico, que tambem se inculcou muito aos Portuguezes no tempo Constitucional de 1820; a saber: Benjamin de Constant. Elle inserio no Tomo 3.º das suas Obras hum Escripto com o Titulo — *Des Reactions Politiques* — e

---

Governo Monarchico-Representativo, mas porque era de huma má especie que havia destes Governos) naõ queria por fórma alguma, que elles resuscitassem, e por isso odiava, e tinha como perversos, malvados, (e todos quantos nomes lhe queria dar) aquelles, que se tinhaõ mostrado affectos á dicta Constituiçaõ de 1822.

Conhecendo pois o Senhor D. Pedro IV. nos Portuguezes esta enfermidade, que produzia a desuniaõ civil entre elles, da qual desuniaõ vem sempre gravissimos males, e pode resultar hum dia o maior de todos elles; que saõ as guerras civis: dando a Carta Constitucional, que (pela sua essencial differença da Constituiçaõ de 1822) contentando os desejos da primeira Fracçaõ Nacional Portugueza, desassustava a segunda, huma vez que ella entendêsse bem a dicta differença, *e abria assim huma carreira de esperanças legitimas*, (isto he, aos desejos dos grandes Melhoramentos Sociaes que cobiçava a primeira Fracçaõ, e que esperava encontra-los no Governo Constitucional) *e suspendia o vicio das esperanças illegaes*, isto he, o estar ella com os olhos fitos em Revoluções, e

n'huma especie de muito breve Prefacçaõ, que lhe juntou, escrevêo — *Que lhe eraõ odiosas as Revoluções, porque elle amava a Liberdade.* —

Eis-aqui o mesmo, que acontece a todos os Velhos Liberaes. Elles amaõ a Liberdade; e tendo as Revoluções como meios infalliveis para esta se perder, naõ podem jámais deixar de as detestar.

Consideraõ que todas ellas saõ illegaes, e immoraes. *Illegaes*, porque nenhuma ha que deixe de partir de

---

Convulções Politicas, como o unico meio de que considerava lhe podia vir aquelle dicto Governo, que lhe parecia origem de todas as fortunas, e cuja resurreiçaõ até lisongeava o seu amor proprio na consideraçaõ de naõ ter sido vencida a dicta Fracçaõ Social naquella lucta entre Amigos, e Inimigos dos Governos Monarchico-Representativos.)

Na Carta Dêo a huns o dicto Governo, livrando-os da humiliaçaõ, em que elles se podiaõ ter, e em que os outros os podiaõ olhar por naõ ter ido avante a Constituiçaõ de 1822; e Dêo na dicta Carta aos outros hum escudo contra os males da precipitaçaõ Legislativa, e da rapida inversaõ da Propriedade e do Podêr, que tinhaõ encontrado durante o regimen d'aquella Constituiçaõ de 1822, e que era a origem da aversaõ, com que a olhavaõ; e fazia tambem com que esta Fracçaõ Social se naõ conservasse orgulhosa para com a outra, na supposiçaõ, e na idêa de a ter levado debaixo.

E desta sorte, procurando amaciar e neutralizar todas as vehementes affecções dos Portuguezes, que podiaõ leva-los á Desuniaõ Social, e aos males, que d'ahi nascem, esperava conseguir a Concordia entre elles, porque nenhuma das dictas Fracções se podia tornar, nem humilhada, nem orgulhosa; visto que se nenhuma dellas tinha inteira, e exclusivamente vencido, tambem nenhuma tinha inteira, e exclusivamente perdido a Causa na lucta das suas Opiniões sobre os Governos Monarchico-Representativos. A ambas ellas — *abria huma Carreira ás esperanças legitimas para suspendêr o vicio das suas esperanças illegaes.* —

Digitized by Google

huma fracçaõ, ou maior, ou menor (commummente até pequenissima) da Sociedade Civil, que se arroga o Direito de definir, ella só, o que he o bem Civil, ou o mal Civil de todo daquella Sociedade, e de se metter no empenho de lhe dar impulso a que vá avante pelos meios da força, e do pêso da grande Massa Nacional, aquellas suas definições. Ora: huma fracçaõ social, e commummente pequenissima, querendo se attribuir o que só competiria ao todo d'ella; obrando sem se perguntar a si mesmo, e sem lhe importar qual seja o titulo, que tem para a legalisar nos projectos, em que se vai metter, naõ pode deixar de proceder illegalmente: appropria-se attribuições alheias; usurpa hum Podêr, que ninguem lhe dêo, e isto he, sem duvida, illegal.

Todos os dias observaõ, e reconhecem isto os Portuguezes nos seus litigios, e disputas forenses de huns para com os outros: occupa huma grande parte dellas, mostrar que se procede sem jurisdicçaõ, que o Juiz fizera aquillo, para que naõ tinha authoridade, aquillo que somente a outros competia. Pois isto mesmo he o que acontece em todas as Revoluções. Huma fracçaõ Social chama-se o todo d'ella, e obra, como que se o fosse, sem titulo, que lhe confira huma semelhante authoridade. E se inventa, e se propõe a destruir usurpações de Podêr, essa Fracçaõ Social começa a sua empreza por fazer a mais espantosa usurpaçaõ, que vem a ser: hum individuo, tres individuos, ou huma duzia de individuos, attribuir-se a Authoridade, que somente competiria a tres, seis, ou dez milhões de individuos, se fosse possivel, que elles se juntassem em huma Caverna, como se podem unir os tres, ou doze para muito tranquillamente, e a sangue frio discutirem, o que elles discutem, deliberarem sobre o que elles deliberaõ, e decidirem sobre o que elles decidem.

Naõ he possivel conceber huma usurpaçaõ maior! Hum numero, tres numeros, ou doze numeros, procedendo, e levantando a voz, como que se fossem tres milhões, seis milhões, ou dez milhões de numeros! Quantidades infinitamente pequenas, manifestando-se iguaes a outras infinitamente grandes! Hum, tres, ou doze repu-

***

Digitized by Google

rando-se iguaes a tres, seis, e dez milhões! Naõ he possivel conceber maior erro algebrico! Pois daqui ha de resultar necessariamente a illegalidade de todas quantas Revoluções Politicas tem havido no Mundo, e poderáõ haver ainda até á consummaçaõ dos seculos; e este desatino arithmetico de hum, tres, ou doze se reputar o mesmo que se fosse tres milhões, seis milhões, e dez milhões, he taõ facil de ser conhecido por manifestamente absurdo, que naõ he possivel que o deixe de entender assim algum dos Portuguezes, logo que nisto se demore hum instante, para pensar no que se lhe acaba de expôr.

No Systema Constitucional está-se tractando a todo o momento dos limites de cada hum dos Podêres Politicos, das invasões, que huns fazem sobre os outros, excitando clamores qualquer procedimento, que tenha este caracter de usurpaçaõ de huns dos dictos Podêres relativamente aos outros. E entaõ como he possivel, que se naõ reconheça, e que naõ salte aos olhos de todos a manifesta illegalidade de todas as Revoluções Politicas, em que sempre, e necessariamente hum, seis, ou doze individuos usurpaõ o que somente pertenceria a tres, seis, ou doze milhões de individuos? Em que huma fracçaõ da Sociedade, e sempre pequenissima, procede como que se fosse o todo Social para definir o bem, e o mal Civil, e para empregar todos os meios de irem ávante aquellas suas definições?

O Nosso Divino Salvador entre as importantissimas Lições, que dêo aos homens, quando veio resgata-los para lhes abrir as Portas do Ceo, deixou-lhes ao mesmo tempo a mais proveitosa, para elles viverem tranquillamente no meio das Sociedades Civis, e para se desviarem de todas quantas Revoluções Politicas tem havido no Mundo, e haõ de nelle haver até á consummaçaõ dos seculos. Que grande beneficio este! Com huma brevissima, e facillima receita, desviar taõ grandes males! Eisaqui o grande Sêllo da Voz de hum Deos.

Hum de dous Irmãos, que se julgava com direito á divisaõ do Casal Paterno (pertençaõ esta que na sua mesma enunciaçaõ levava o cunho, e a demonstraçaõ da sua Justiça) recorreo a Jesus Christo, e fez-lhe este singelis-

Digitized by Google

simo Requerimento — *Magister, dic fratri meo, ut dividat mecum hereditatem.* — Senhor, ordenai a meu Irmaõ que me dê partilhas na herança do nosso Pay.

Se se olhar a justiça da Petiçaõ, o objecto, e o fundo do negocio, naõ pode haver nenhum outro que apresente tanta justiça, e taõ clara justiça. Nenhuma das Revoluções Politicas, que tem havido até aos nossos dias, nenhuma daquellas, que estaõ ainda para vir, até á consumaçaõ dos seculos, teve por motivo cousa mais justa, e mais manifestamente justa, do que era a supplica desse Pertendente, que levou a mencionada Petiçaõ ao Despacho de Jesus Christo.

Veja-se agora o que fez, e como deferio ao tal Requerimento o Divino Mestre. — *At ille dixit illi: Homo, quis me constituit Judicem, aut divisorem super vos?* — (S. Lucas, cap. 12.º, vers. 13 e 14). Vossa Justiça muito embora seja manifesta, muito embora santos os vossos intentos, e por extremo justificadas as vossas pertenções, mas como posso entrar eu nisso? Quem he que me fez a mim Juiz, e Partidor da vossa herança? Deixou desta sorte de usurpar hum Poder, que lhe naõ pertencia no meio da Sociedade Civil! Quem? O Filho de Deos! O Senhor do Ceo, e da Terra! A infinita Sabedoria, unida com o infinito Poder!

Foi Esta, a que, antes de se metter na resoluçaõ do negocio no deferimento do Pertendente, entendeo que deveria primeiramente revolver os Titulos do seu Poder, e da sua Authoridade, para examinar, se nelles achava algum, pelo qual lhe coubesse deferir aquella supplica.

Naõ se contentou com olhar para a sua justiça, entendeo que era preciso tambem reflectir sobre a competencia da sua Jurisdicçaõ para resolver semelhante caso. E então Entes, que saõ nada em comparaçaõ do Filho de Deos, reunidos em pequenissimas Fracções de tres, dez, vinte Individuos, que, por mais considerações pessoaes que se lhe consagrem, haõ de ser nada relativamente á Sabedoria, e á Força Infinita de hum Deos, quando se tracta de Revoluções Politicas, e de defirir por meio dellas a Petiçaõ, que suas imaginações lhes fazem sobre os males, ou desgraças da Sociedade Civil, haõ de metter-se

á deferir a essas súpplicas, sem primeiro se perguntarem a si — *E quem he que me déo Authoridade? Aonde está o Fundo da minha Jurisdicçaõ, para intervir em hum semelhante negocio?*

Pois he exactissimamente isto que fizeraõ os Auctores de todas quantas Revoluções Politicas tem havido no Mundo: he isto exactissimamente o que faraõ todos aquelles que o houverem de ser nas outras, que estaõ ainda para vir até á consumaçaõ dos Seculos. Jesu Christo vindo ao Mundo, e declarando que o Mundo naõ era o seu Reino, em pouquissimas palavras, na mais singela, e simples liçaõ, deixou aos Homens o Documento mais proveitoso, que lhes podia dar para a prosperidade de todos os Reinos, e de todos os Estados do Mundo, que existiaõ quando elle assim ensinava os homens, vivendo entre elles, e que haviaõ de existir depois d'elle subir ao Ceo, até tornar a vir ser Juiz do Universo.

Quem considera os males que tem soffrido a especie humana desde a fundaçaõ do Christianismo até os nossos dias, somente por se naõ ter dado attençaõ a este proveitosissimo Documento, que lhes deixára Jesu Christo: Quem medita nos males, que ainda viráõ sobre a especie humana, se os homens para o futuro continuarem a ser desatentos á dicta liçaõ como o tem sido até agora: Quem considera a Sabedoria de huma Receita Simplicissima, e que tinha na sua enunciaçaõ a sua mesma evidencia, a qual prevenia todas quantas Revoluções Politicas tem havido, e haõ de haver no Mundo até elle desapparecêr, e reflecte ao mesmo tempo na incomensuravel extensaõ de desgraças, que ellas tem amontoado, e poderáõ amontoar sobre a especie humana, até áquella mesma futura época: Combinando tanto prevenido, e acautelado com taõ pouco! A desgraça do Genero Humano com duas palavras! Naõ pode deixar de reconhecêr nellas a Divindade do seu Auctor! A Infinita Sabedoria unida com o Infinito Podêr! Somente desta uniaõ he que podia resultar, que meia duzia de palavras acima referidas, tivessem o resultado de remir o Genero Humano de incalculaveis males, logo que elle quizesse ouvi las, e atendê-las.

Já que o naõ fizeraõ os Auctores das Revoluções

Digitized by Google

Politicas, que nos precederaõ, queiraõ fazelo ao menos todos aquelles homens, todos aquelles individuos de qualquer condiçaõ, e de qualquer número que elles sejaõ, aos quaes lembrar o metter se em semelhantes projectos de futuro, perguntem-se no primeiro de seus ajuntamentos para o referido fim — *E quem he que nos déo Authoridade para entrarmos nisto, em que nos queremos metter? Qual he o Titulo, que legitima a nossa Authoridade para intervir em tal materia?* E reconhecendo entaõ por este caminho, que lhes falta o dito Titulo; que obraraõ illegalmente, entrando sem elle naquillo, que meditavaõ fazer, deixaraõ ir o mundo em paz, desviando-se de intentos perturbadores da sua propria tranquillidade, e da tranquillidade dos mais homens.

O Velho Liberal por este motivo olha para todas as Revoluções Politicas como illegaes.

Olha para todas ellas tambem como immoraes, e isto pelas considerações seguintes.

Sendo por lei da natureza todos os homens obrigados a procurar a sua propria conservaçaõ, e a sua prosperidade, desviando a sua morte, e os seus padecimentos, ainda quando os males provenientes das Revoluções Politicas naõ passassem, nem podessem passar a outras pessoas mais, além d'aquellas que meditaõ, e promovem semelhantes acontecimentos, seria immoral o empenho de fazer, ou de promover huma d'aquellas Revoluções; por isso que he immoral o Suicidio, e o fazer-se mal a si mesmo cada hum dos individuos da especie humana, sendo manifesto, e confirmado com a experiencia de todos os dias, que os Agentes de semelhantes Crises saõ quasi sempre desgraçados, acabando regularmente no meio de Cruelissimos Supplicios, e condemnando-se a continuos receios de desgraças em quanto vivem, pavorosamente assustados sempre com a lembrança de se lhe poder algum dia pedir contas da illegal intervençaõ, que tiveraõ em taes acontecimentos.

Ora: chamar hum homem sobre si tamanhos males, he segura, e evidentemente contrario áquella primeira Lei da Natureza, que obriga a todos a buscar a sua propria conservaçaõ, e o seu bem; e isto, attendido somente o Artigo do Direito Natural, que tracta das obrigações dos

Digitized by Google

homens para comsigo, e suppondo que os males provenientes das Revoluções Politicas saõ incommunicaveis aos outros, que naõ foraõ Auctores de semelhantes Crises.

Mas quanto naõ cresce a immoralidade de semelhantes acções, considerados os Officios dos homens relativamente aos outros homens? Tres, cinco, ou doze individuos fazem nascer, promovem, e apresentaõ em publico huma Revoluçaõ Politica, tentando muitos outros a succederem a ella, e a engrossarem a sua massa; huns com receio de serem infamados, e perseguidos nessa nova Ordem de Cousas, como a ella desafeiçoados, se lhe naõ derem logo as suas aclamações; outros tentados com a ambiçaõ, pela publica consideraçaõ, e influencia dos Empregos, para conseguir os quaes lhes parece proveitoso adherir quanto antes a essas innovações; os primeiros arrastados pelo medo, e pelo receio de padecer; os segundos pelo apetite de gosar ambos estes sentimentos naturalissimos entre os homens, mas que naõ haveria occasiaõ de serem por aquelles desenvolvidos em sua desgraça, se naõ fosse o precipicio que lhes abriraõ esses primeiros Agentes da Crise Politica: esses taes que secundariamente intervieraõ nella, chegaõ a ser hum dia acerbamente castigados, ou perseguidos, reduzidas suas familias á pobreza, e a miseria! Veraõ acaso isto despiedadamente, e sem remorsos os que franquearaõ o theatro, em que os outros seus semelhantes se haviaõ de ir sacrificar? Veraõ isto despiedadamente, e sem remorsos os que abriraõ a profundissima cova, que havia de engolir a prosperidade, e a fortuna de tantos outros, que aquelles tentaraõ á que nella se fossem precipitar; cobrindo-a de ramos muito florentes, muito viçosos, e muito agradaveis, para que estes escondessem os precipicios, que com elles se achavaõ cobertos n'aquelle manancial de futuras, e horriveis desgraças?

Os Governos, que succedem a estas Revoluções, ou sejaõ os novamente plantados sobre a ruina dos que se destruiraõ, ou sejaõ os mesmos contra que as Revoluções se premeditaraõ, e que conseguindo vencê-las, e anniquila-las, conservaraõ as redeas do Governo do Estado; huns, e outros ficaõ necessariamente suspeitosos, porque a expe-

Digitized by Google

riencia lhes ensina, que ha hum meio, e de cuja existencia elles naõ podem duvidar, pelo qual caminhando-se ás escondidas, e por entre as trevas, elles podem ser privados em hum momento da Direcçaõ dos Públicos Negocios, passando esta a outras máos, que sem dúvida serão fataes, e ruinosissimas á Causa Pública pelos vicissitudes, a que expõe o Navio do Estado, as successivas, e immensas pertenções de tomar conta do seu léme, que sempre nestas Crises apparecem, e que saõ mesmo a commum causa de ellas apparecerem. E de que natureza saõ os Governos suspeitosos? Que desgraças naõ padecem os que vivem debaixo delles? A que males naõ ficaõ expostos os Subditos, quando as suspeitas rodeiaõ os seus Governos? E como podem estas deixar de rodea-los, quando huma Revoluçaõ Politica realisada, ou levada a hum ponto assustadôr, os convence pelo facto, pela experiencia, que podem criminosas tramas priva-los da Publica Direcçaõ dos Negocios, entregar a outras máos as rédeas do Governo, e provocar todas as ambições, e todas as paixões dos Cidadãos, para despedaçarem o Navio do Estado?

Verão acaso isto despiedadamente, e sem remorsos, aquelles que originando, ou provocando as Revoluções Politicas, derão motivo ao pretexto, para que o Governo se tornasse suspeitoso, e por essa condiçaõ, e caracter absolutamente insupportavel para aquelles, que os limites da sua Authoridade abrangia?

Se para os Homens ha moralidade, se nelles ha a mais leve consideraçaõ a pró dos outros Homens que saõ seus Irmaõs, e semelhantes, se naõ abafa, e naõ suffoca no Coraçaõ Humano todos os sentimentos de piedade, e compaixaõ de que o dotou a Natureza, hum criminosissimo, e vil egoismo, de olhar cada hum somente para a sua prosperidade, ou para aquillo, que lhe parece têr esta condiçaõ, custe, ou naõ custe isso a vida, e o sangue de todos os outros homens: O Velho Liberal naõ chega a comprehendêr como he possivel que hum Homem de mediano senso commum, capaz de vêr a ligaçaõ entre hum acontecimento, e os seus mais obvios, e naturaes resultados, como hum Homem destes se póde resolvêr a suscitar, ou a soprar huma Revoluçaõ Politica, sem que disso o

Digitized by Google

desviem os horrores, que ordinariamente costumaõ seguir-se de semelhantes acontecimentos; e as desgraças que delles haõ de vir provavelmente aos seus Concidadãos. Parece-lhe, tendo meditado nisto muitas vezes, e muito profundamente, que os primeiros Agentes das Revoluçõnes naõ podem salvar-se de serem classificados, ou como summamente imprevidentes, perdendo muito no Conceito Público a sua parte intellectual, ou como egoistas por extremo, querendo sacrificar tudo, e todos os mais Homens a emprezas unicamente destinadas, para elles passarem da Classe de Governados á outra de Governantes, que lhes parece muito mais lisongeira, e agradavel, perdendo nisto entaõ, senaõ a sua parte intellectual, o seu conceito moral; por quanto elle, Velho Liberal, naõ conhece perversidade que seja superiôr áquella, que se manifesta pelo despreso, que faz hum individuo, ou meia duzia de individuos, relativamente aos interesses do todo de huma Naçaõ, só porque isso he proveitoso a essa meia duzia de individuos, que desejaõ ganhar em huma Revoluçaõ Politica.

Os Velhos Liberaes tem odio á tyrannia, aborrecem do fundo do seu Coraçaõ os Governos, que naõ saõ bemfazejos para com os Homens, que desconhecem que elles foraõ feitos para bem destes, e naõ estes para servirem unicamente á prosperidade d'aquelles; mas, apezar d'isto, honraõ como Divindades a tudo isto, em comparaçaõ dos Agentes das Revoluções Politicas, porque nelles vêm muito menos moralidade, e muito mais fatal, e terrivel origem de desgraças, do que na mesma tyrannia dos Neros, e dos Caligulas. Todos fallando neste ponto estremecem! Sentem arripiarem-se-lhes os cabellos! E desejavaõ ter a voz do trovaõ para prevenirem os Homens desde hum extremo do Mundo até outro, a que jámais prestassem seus braços, e suas forças em auxilio de semelhantes perversos.

(*Continuar-se-ha*).

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º

SUPPLEMENTO 6.º

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Continuaçaõ da resposta á Carta do Novo Liberal impressa no Supplemento 2.º

E que naõ dizem os mesmos Velhos Liberaes, contemplando a immoralidade dos meios, que sempre se empregaõ para levar ávante estas emprezas, que já se tem mostrado immoralissimas em attençaõ aos seus resultados? Seducções empregadas cavilosamente entre as sombras e a escuridade, que se busca para cometter os mais horriveis crimes! Tentada a fé dos Militares, cujo brio, e cuja honra tinha sempre sido a Disciplina Militar, a strictissima obediencia dos Subditos para com os seus Superiores! E isto no meio de huma Naçaõ, que tinha produzido tantos Heróes iguaes a Martin de Freitas, cercado no Castello de Coimbra, vendo todo o Reino, já obedecendo a hum outro Monarcha; mas elle só com os seus, respeitando ainda n'esse caso desesperado a homenagem feita, e o juramento prestado a hum Monarcha já inteiramente decahido do Throno! Comprando-se, ou seduzindo-se com esperanças de fortunas os que tinhaõ a guarda das portas das Fortalezas, para que as abrissem traidoramente aos que se queriaõ nellas acolhêr para se fazerem fortes, e para mais se habilitarem deste modo, a fim de caminharem aos projectos das suas premeditadas Revoluções!

Digitized by Google

Faltando elles a todas as suas obrigações de honra, e de caracter, segundo as idêas geralmente recebidas no Mundo! Conduzindo os outros para nelle fazerem a mesma figura de desmoralisados, e inteiramente insensiveis a isso, que d'antes se tinha na commum opiniaõ das Gentes como virtude, e como honra! Servindo-se de todos os meios, quaesquer que elles fossem, com tanto que aproveitassem ao fim das meditadas Revoluções! Muito embora para isto se procurasse seduzir o Filho contra o Pai, o Irmaõ contra o Irmaõ, a Mulher contra o Marido, o Amigo contra o Amigo, huma ametade do Genero humano contra a outra ametade: nada disso importa, tudo serve, e tudo se aproveita pelos Agentes das Revoluções Politicas! Naõ podem deixar de ser immoralissimos os fins, a que servem taõ immoraes, e taõ perversos meios. Por mais santos que aquelles fossem, a immoralidade destes os tornaria tambem immoraes, como eraõ os meios empregados para os realisar.

E ainda naõ pára aqui a immoralidade de semelhantes acontecimentos politicos. Sendo huma, ou outra vez bem succedidas as Revoluções Politicas: conseguindo fortunas, e prosperidade, alguma vez por fatalidade, e mais por erro, em consequencia d'ellas algum, ou alguns daquelles que as promovêraõ, ou ajudáraõ, ahi vaõ elles deixar para os outros huma perigosissima tentaçaõ, hum precipicio horrivel que pode brotar desgraças, mesmo passados muitos annos! Lembraõ esses preteritos bons successos, por fatalidade, e por erro conseguidos; lembraõ os louros, de que imprudentemente foraõ cobertos, os premios, que por esse meio, mal, e indevidamente se alcançáraõ; e, lá no fim de muitos annos, os Agentes, ou Auxiliadôres de huma Revoluçaõ, vaõ tentar a outros a fazer aquillo mesmo, que elles fizeraõ com fortuna; e, naõ tendo esses imitadôres entaõ a sorte dos imitados, tornaõ-se desgraçados, e as suas Familias, e fazem chorar os Velhos Liberaes! Por isso he digna da maior compaixaõ a sorte destes! *Elles choraõ quasi sempre sobre a condiçaõ dos homens*, como se escrevêo a fol. 2 deste Jornal.

O Velho Liberal, conduzido por estes sentimentos, desde muito tempo, prevendo que a Revoluçaõ de 1808

Digitized by Google

contra a usurpaçaõ Franceza, pelo Caracter Ochlocratico, de que foi revestida no seu começo, e que conservou depois pela má direcçaõ, que se lhe déo, provavelmente arrastaria seus Concidadãos ás Crises Politicas, que depois se premeditáraõ em 1817, e que foraõ vingadas com o Sangue de muitos Portuguezes, e mesmo as outras, que subsequentemente em 1820, fizeraõ em pedaços a Monarchia Portugueza, arruináraõ o Throno, e o Estado, e teriaõ perdido tudo, se a Divina Providencia naõ acudisse, escrevêo, e mandou imprimir em Londres huma Obra no anno de 1813, e nella, a fol. 134 escrevêo o seguinte, receando que alguns Escriptos, que havia feito para a Presença do seu Soberano, na Côrte do Rio de Janeiro, sobre a arbitrariedade do Governo de Lisboa naquelles tempos, passando ao Publico Portuguez, podessem nelle produzir o effeito de indispôr, e armar contra o dicto Governo, os seus Concidadãos, o que era certamente contra as suas intenções, e contra as que elle devia ter.

" Huma cousa unicamente podêmos n'esta materia dizer
" aos Portuguezes, a quem amâmos, e a quem desejâ-
" mos todos os bens, e he que, ainda quando o Governo
" de Lisboa fosse o pejor de todos os Governos imagi-
" naveis, a nenhum d'elles tocava arrogar-se a authori-
" dade de substituir ás suas determinações outras quaes-
" quer, que a algum d'elles parecessem mais acertadas;
" que esta sua substituiçaõ da vontade individual em lu-
" gar da vontade geral, que se reputa existente nas máos
" do dicto Governo, pela Delegaçaõ, que lhe fez S. A. R.,
" he naõ só o maior dos crimes, que qualquer d'elles po-
" de cometter, mas tambem o maior dos males, que ca-
" da hum d'elles pode fazer a si, aos seus Concidadãos,
" e á sua Patria. Que ainda quando as nossas vozes, e
" mesmo outras muito mais eloquentes, do que as nossas
" se erguerem para desacreditar entre os Portuguezes os
" Delegados do Soberano na Publica Administraçaõ d'a-
" quelle Reino, todos devem ser surdos a semelhantes vo-
" zes, sem que ellas jámais sejaõ bastantes para os con-
" duzir a obrar contra elles, ou contra o que elles man-
" daõ: e, se naõ poderem escuta-las, conservando-se na
" condiçaõ passiva, que unicamente lhes compete no

Digitized by Google

„ meio da Sociedade Civil, queimem os nossos Escrip-
„ tos, e livrem-se, d'esta sorte, dos males, que podiaõ
„ produzir-lhes. He preciso, e nunca o foi tanto como
„ depois de huma Revoluçaõ Ochlocratica, he preciso
„ que o Povo Portuguez se convença por principios sen-
„ sivelmente a respeito do lugar, que lhe compete em
„ Portugal, sendo elle a parte governada de huma Na-
„ çaõ: he preciso que as suas idêas sejaõ corrigidas, e
„ reguladas a este respeito, reflectindo cada hum dos Por-
„ tuguezes hum pouco comsigo mesmo, que he quanto
„ basta para se persuadirem das importantissimas verda-
„ des, que nós lhe queremos agora inculcar. „ (O Auc-
tor da explicaçaõ imparcial das observações á Gazeta, desencantado, e defendido pelo D.or Vicente José Ferreira Cardoso da Costa. — Londres: Impresso por W. Lewis, St. John'-Square — 1813).

E mesmo já annos antes d'este Escripto, em que o Velho Liberal ha tanto annunciou aos seus Concidadãos este 1.º Art. da sua profissaõ de Fé Politica, de que tem tractado até agora, elle o tinha altamente proclamado em huma Carta dirigida ao Editor do Correio Brasiliense, que este publicou, e imprimio no fim do N.º 47 do seu Jornal, aonde se poderá vêr para segurança, de que as Opiniões Politicas do Velho Liberal saõ de muito tempo constantemente as mesmas, sem que as alterem, nem as circumstancias públicas do Governo em que vive, nem as diversas particulares circumstancias, em que elle se tem achado.

Elle escrevêo as suas *Observações sobre hum Artigo da Gazeta de Lisboa de 29 de Outubro de* 1810, que destinára unicamente para a Côrte do Brasil, e para a qual unicamente as escrevêra, com o fim de fazer chegar ao conhecimento de Sua Magestade Imperial e Real, que Deos haja, a arbitrariedade, illegalidade, e Despotismo, com que o Governo entaõ de Lisboa procedêra contra os Relegados sobre a Fragata Amazona para as Ilhas dos Açores, em cujo numero havia entrado o mesmo Velho Liberal. Mas lembrando-lhe que podia acontecêr o extravio de alguma das Copias que remettia para o Brasil, e que, passando a máos que entendessem podêr interessar na sua

Digitized by Google

publicaçaõ, as fizessem chegar ao Publico pela Imprensa, recommendou a seu Amigo Jacomo Raton, que naquelle tempo se achava em Londres, quizesse tomar cuidado em vêr se desviava que a dita publicaçaõ se realisasse por via do Editor do Correio Brasiliense, que constava ter correspondentes no Rio, os quaes lhe remetiaõ diversos papeis, de que elle enriquecia o seu Jornal; lembrando-se o Velho Liberal, de que isto podia acontecêr com aquelle seu Escripto.

Succedêo com effeito o que se receava, e constou ao dito Jacomo Raton, que o tal Escripto se achava a imprimír pelo mencionado Editor do Correio Brasiliense. Escreveo lhe aquelle immediatamente, pedindo-lhe que desistisse d'aquelle seu intento, porque elle era contrario aos fins do Auctor da Obra; e o dicto Editor naõ só naõ conveio nisso, mas accrescentou, tractando das Victimas d'aquelle procedimento em hum dos seus Jornaes, que estas só eraõ menos dignas de compaixaõ, em quanto procuravaõ desviar dos olhos do Publico hum procedimento taõ barbaro, e taõ atroz.

O Velho Liberal escrevêo-lhe entaõ a citada Carta, para Contestar a dicta sua Censura, e a dicta sua maneira de discorrer, e nella lhe manifestou muito claramente qual era a regra da sua conducta, e da sua moral ao dicto respeito. Disse-lhe que fizera as dictas Observações para a Côrte do Brasil, porque lá he que residia o Augusto Monarcha, a quem cabia remediar aquelles males, e ao qual por isso competia conhecê-los. Que naõ as queria porém publicadas pela Imprensa, porque sua intençaõ naõ era, nem jámais seria, ir accender, e electrisar em Lisboa os Governados contra os que Governavaõ, pintando-lh'as com muito feias côres: por quanto isto naõ servia, senaõ de preparar Revoluções, as quaes elle Velho Liberal detestava, porque — *Ou naõ serviaõ, para se conseguirem os melhoramentos, que se desejavaõ, ou custavaõ muito mais caro, do que estes valiaõ*: — Sendo evidente, que por ambos os motivos eraõ operações muito mal calculadas, e muito indiscretamente emprendidas.

O dicto Editor, bem que contestado na dicta Carta em huma opiniaõ sua, que havia enunciado, imprimio, e publicou em o seu Jornal a Carta mencionada, (e sem al-

Digitized by Google

guma réplica), na qual se achaõ em 1812 transferidas ao Publico os sentimentos, e as opiniões do Velho Liberal, que saõ a materia deste seu primeiro Artigo de Fé Politica.

E esta opportunidade lhe dá lugar para expôr ao seu Amigo, e a todos os Novos Liberaes, a sua Moral Civil, relativamente ás suas publicações pela Imprensa. Assim como no mencionado caso apresentava toda a vehemencia do seu genio contra a Arbitrariedade, e o Despotismo de hum Governo Subalterno, na Presença do Monarcha, que lhe era Superior, e que por isso era quem só utilmente poderia corrigir seus defeitos, e procurava com todo o desvelo ao mesmo tempo naõ communicar ao Publico hum Escripto, que podia inflammar os Portuguezes contra o Governo de Lisboa, conduzindo-o a alguma Convulsaõ Politica contra elle; da mesma sorte, e pelos mesmos motivos, relativamente aos N.os do seu Jornal, de que já se acha impresso o N.º 1.º, vendo que a tendencia manifesta do Espirito Publico Portuguez em 1820, e 1821, era para principios eminentemente Democraticos, e para huma Constituiçaõ Organisada, qual a de 1822, e vendo tambem que o Governo, instalado entaõ em Lisboa, parecia cedêr a este impulso, remettêo os dictos N.os a hum seu Amigo, como já expoz a fol. 28 d'este Jornal, (Nota) ordenando-lhe de os publicar, ou de os naõ publicar, conforme achasse conveniente á Causa Publica. Se a Nova Ordem de Cousas fosse coherente com os principios adoptados nos dictos Escriptos, desejava o Velho Liberal que elles se publicassem, para com elles preparar, ou fortificar a Publica Opiniaõ, a fim de marchar de acôrdo com as operações de quem estava á testa da Publica Administraçaõ; se porem se caminhasse por vereda diversa d'aquella, que se marcava nos dictos Escriptos, ordenava o Velho Liberal que se naõ publicassem, porque elle naõ queria ir excitar descontentamentos, accendêr paixões, e desafiar reacções no meio da sua Patria. Queria pois que dos seus Escriptos se tirasse proveito, e que elles jámais servissem de ruina. O dicto seu Amigo havia sido chamado a ter intervençaõ nas cousas Publicas d'aquella época, e lendo os dictos Escriptos, vendo em toda a extensaõ quaes eraõ os sentimentos do Velho Liberal, e as razões

Digitized by Google

em que elle se fundava, e podendo dar a conhecer huma e outra cousa aos outros influentes na Publica Administraçaõ, tinha o Velho Liberal pago á sua Patria todo o tributo das suas letras, e dos seus conhecimentos, que lhe devia, da mesma sorte que o praticára com a Côrte do Brasil, na remessa, que lhe fizera das sobreditas *Observações á Gazeta*.

Se porém as circumstancias fizessem, com que o dicto seu Amigo, e os seus Collegas naõ tivessem podido ir para aquellas opiniões do Velho Liberal, como com effeito naõ poderaõ, pela arrebatada, e desmedida tendencia popular para os principios eminentemente Democraticos, e para o maior de todos os desacertos, qual era dirigir, e forçar seus Directores para darem aos Portuguezes taes, e taes remedios exclusivamente, sem lhes permittir a livre escolha dos que mais lhe conviriaõ, entaõ naõ queria o Velho Liberal, que os taes Escriptos seus passassem ao Publico, pelo mesmo motivo, por que desveladamente procurou que outro tanto acontecesse ás taes *Observações á Gazeta*, como fica dicto.

Agora que a Carta Constitucional do Senhor D. Pedro IV. se acha em manifesto contacto, em plena coherencia com os Principios, e Doutrinas Politicas, comprehendidas nos mencionados Escriptos, entaõ apparece o Velho Liberal com todos elles em Publico, porque he chegado o momento, em que, segundo a sua Moral, podiaõ as suas letras prestar á Causa Publica, ajudando a consolidar huma Instituiçaõ Politica Decretada pelo Monarcha da Naçaõ, em que vivia.

Se elle tivesse, pelo contrario, dado aos Portuguezes huma Constituiçaõ organisada como a de 1822, continuaria a ficar sepultados, e privados de vêr a luz do dia taes Escriptos, porque naõ eraõ destinados, nem alguns outros do mesmo Velho Liberal, para excitar reaeções na sua Patria, e para indispôr os seus Concidadãos contra o Systema Politico nella adoptado, e estabelecido.

Esta he a Moral Politica do Velho Liberal. Naõ reconhece proveito algum em assoalhar, e em apregoar verdades desta natureza, senaõ aquelles, que podem corrigir os males, e que tem na sua maõ o remedio para

Digitized by Google

elles. Assoalha-las para os outros, para os que estaõ nas circumstancias de naõ poderem remediar os males Publicos, em tempo de agitações Politicas, naõ ha de elle nunca jámais praticar, porque entende que isto naõ presta, senaõ para desafiar clamores, azedar espiritos, nutrir desavenças, e escandecer os animos, o que tudo saõ gravissimos males na Sociedade Civil, de concorrer para os quaes fogem constantemente os Velhos Liberaes.

Elles naõ saõ nunca infieis, nem á verdade, nem ao que entendem, mas naõ querem de maneira alguma ser Coadjuvadores das dissenções, e das desgraças públicas, armando braços, e provocando reacções contra o Governo, que vêm estabelecido na sua Patria. Conduzem aquella sempre, e constantemente aonde ella pode aproveitar, relativamente á Causa Publica; conduzem aquella (com toda a franqueza, e mesmo com risco pessoal de desagradarem) aos Agentes da Publica Administraçaõ, que saõ os unicos, que podem utilmente remediar os males, que affligem o Estado.

Agora, relativamente á divulgaçaõ das suas Doutrinas Politicas pelo meio da Imprensa, se as achaõ de acôrdo com o Systema estabelecido, empregaõ toda quanta energia tem para as fazer acreditar. Isto serve de manter o Governo existente. Se as achaõ porém em opposiçaõ ao dicto Systema, naõ as vaõ assoalhar no meio da sua Naçaõ para inflammarem, e levantarem os Governados contra os Governantes. Isto seria obrar activamente contra o Governo existente. E os Velhos Liberaes tractaõ sempre de mante-lo, e jámais de destrui-lo, conhecendo os perigos, que os homens sempre correm nas Crises Politicas, quando ellas vem da parte dos Governados, quando elles obraõ activamente contra os seus Governos.

O Juris-Consulto Inglez, como se vê da sua doutrina pag. 116 — *Do Governo existente he que procurava servir-se como instrumento para os melhoramentos Publicos* — e vinha nisto por tanto a manifestar a concordia de suas opiniões, com as que proximamente acaba de expender o Velho Liberal. Quando na presença de Augusto, mudada a fórma da Republica, e entregue esta á sua plena dominaçaõ, houveraõ Cortezãos, e Lisongeiros do seu Podêr

Digitized by Google

(como sempre ha,) que censuravaõ a conducta pertinaz de Cataõ em mantêr a forma de Governo, em que vivia, oppondo-se aos designios do mesmo Augusto; Augusto fez callar com a sabedoria, de que era dotado, estes adoradores do seu novo Poder, e que ultrajavaõ a virtude d'aquelle Illustre Romano, dizendo-lhes — *Que era bom Cidadaõ, e teria sempre creditos de homem de bem aquelle, que procurava sustentar o Governo estabelecido.* —

Esta he a Moral Politica do Velho Liberal; mas tolerante nos seus principios, e de nenhuma sorte pertencendo á Classe dos Dogmaticos, de que tracta o Juris-Consulto Inglez a fol. 118 — *Que em especie de inspirados, crêm, e mandaõ crêr* — deixa a cada hum o arbitrio de se desviar da conducta, que tem manifestado como sua, relativamente á publicaçaõ dos seus Escriptos, ou entendaõ com isso fazer bem, ou fazer mal aos Portuguezes.

ARTIGO 2.º

O VELHO LIBERAL NAÕ ATTRIBUE NENHUMA PREFERENCIA EXCLUSIVA A ALGUMA FORMA DE GOVERNO, QUE MEREÇA ESTE NOME.

He tambem esta a opiniaõ do Juris-Consulto Inglez, que se acha escripta a fol. 116. O dicto Artigo deve ser entendido em toda a extensaõ, que lhe dá o mesmo Juris-Consulto no mencionado lugar.

As diversas formas de Governo naõ saõ nenhuma outra cousa mais, do que diversa maneira de repartir, e confiar os Poderes Politicos, (instituidos todos, e sempre para o bem dos Cidadãos, e para o bem do Estado); de maneira que em huma das dictas formas de Governo estaõ os dictos Poderes, arranjados, e distribuidos de huma forma, e n'outras se achaõ elles arranjados, e distribuidos diversamente: em humas estaõ todos reunidos em huma só maõ, n'outras achaõ-se divididos por diversas. E o Velho Liberal entende, assim como entendia o Juris-Consulto Inglez, que d'esta divisaõ dos Poderes Politicos, naõ he que vinha a prosperidade Publica. O Velho Liberal, re-

Digitized by Google

mettendo-se ao que trasladou dos Escriptos de Jeremias Bentham no lugar citado, patentêa com toda a clareza, naõ estar persuadido de que tal, ou tal forma de Governo, he absoluta, e essencialissimamente precisa para a Felicidade Publica.

O que elle tem como certo he, que as Nações somente seraõ felizes quando tiverem bons Governos; mas esta bondade naõ depende, nem está intimamente ligada, segundo a sua opiniaõ, e a de Bentham, á structura do Corpo Social, á maneira porque nelles se achaõ arranjados os Poderes Politicos. Essa bondade vem do Systema Legislativo, e por isso subscreve franca, e plenamente ao Aforismo do citado Juris-Consulto — *Que hum Povo com boas Leis, mesmo sem nenhum Poder Politico, pode chegar a hum alto gráo de prosperidade; e que, pelo contrario, com os mais extensos Poderes Politicos, se tiver más Leis, será necessariamente desgraçado.* — Tudo tem seu direito, e seu avêsso; seus inconvenientes, e seus proveitos: he esta a essencial condiçaõ das Cousas humanas, em que naõ póde haver perfeiçaõ. Perfeito he sómente Deos. Se todos os Poderes Politicos se achaõ reunidos em huma só maõ, ao que se costuma dar o nome de Monarchia Absoluta (*a*),

---

(*a*) Esta palavra *Absoluta*, no sentido vulgar, entendida, e como que se designasse huma especie de Governo, em que o Chefe do Estado pode fazer o que quer, e somente porque o quer, he que tem infamado esta especie de Governo. As Monarchias Absolutas na frase dos Politicos, naõ querem dizer isto, mas cousa muito diversa. Nellas os Monarchas devem Governar para o bem dos Governados, devem se considerar nascidos para os servirem, e para lhe serem uteis, e naõ para entenderem que os seus Povos saõ nascidos, e se lhe entregaraõ para serem consagrados a fazerem unicamente as suas fortunas, e as suas delicias. Seria hum manifesto absurdo entender, que poderia existir huma Associaçaõ composta de muitos Associados, em que se tractasse unicamente do bem de hum d'elles, devendo todos os outros sacrificar-lhe suas pessoas, e suas fortunas. Isto repugna com a idêa de So-

Digitized by Google

o Supremo Agente da Publica Administraçaõ gosa de mais força, e de mais energia, para promover os fins Sociaes, o que naõ pode deixar de ser a estes proveitoso: mas tambem gosa de mais força, e de mais energia, para impecer aos fins Sociaes, o que naõ pode deixar de ser a estes desastroso. Por tanto, da maneira, com que hum tal Governo emprega a sua força relativamente aos fins sociaes; da maneira, por que elle marcha a este respeito, he que vem a prosperidade, ou a desgraça Publica, sendo ella sempre hum constante resultado do emprego, que aquelle que está á testa da Publica Administraçaõ faz da força Publica, e dos Poderes Politicos, que exercita.

O bom uso dos Poderes Politicos entregues á maõ de hum só, ou o abuso dos dictos Poderes em as mesmas circumstancias, he que produz a prosperidade, ou a desgraça das Nações, que vivem nas Monarchias d'aquella especie.

A Historia apresenta quadros, em que a dicta especie de Governo fez a fortuna dos Governados, o engrandeci-

---

ciedade, a qual designa Collecçaõ, ou Ajuntamento de individuos para fins communs a todos, e jámais significou Collecçaõ, ou Ajuntamento de individuos para todos os mais, que naõ saõ hum d'elles, servirem a este. E sendo as Monarchias Absolutas huma Sociedade, ou huma Collecçaõ, e Ajuntamento de Associados, a idêa geral das Associações, excluia necessariamente a existencia de Monarchias Absolutas, entendida esta palavra n'aquelle sentido vulgar, e popular.

O sentido que lhe corresponde em Politica, vem a ser muito differente. *Absoluta* quer dizer — *Que os Poderes Politicos estaõ reunidos todos juntos em huma Pessoa só.* — *Absolutus* na linguagem latina significa tambem huma cousa aperfeiçoada, completa, ou acabada. Pode vêr-se qualquer Diccionario da Lingua Latina; e ninguem ignora que sendo ella, a de que principalmente se fez uso nas Sciencias, quando estas nascêraõ na Europa, tambem nella se escrevêraõ os primeiros Livros, que tractava do Direito Publico, e da Politica. Querendo pois designar-se

Digitized by Google

mento da Naçaõ, e a maior prosperidade Publica; e apresenta outros quadros, em que o contrario de tudo isto apparece nas dictas formas de Governo.

Isto mesmo acontece relativamente ás Monarchias Representativas. Nestas, o Supremo Agente da Publica Administraçaõ, gosa de menos força, e de menos energia para promovêr os fins Sociaes, o que a estes naõ he de proveito; mas tambem elle gosa de menos força, e de menos energia, para empecêr aos dictos fins, e isto naõ pode deixar de ser huma vantagem.

Nas Monarchias Representativas, como os Poderes Politicos se achaõ divididos, ha mais pessoas, e mais individuos, que tenhaõ alguma parte da força Publica na Administraçaõ do Estado: d'aqui resulta necessariamente o haver mais pessoas, que possaõ abusar do Podêr Politico, que lhe he confiado, e este maior numero de pessoas, que podem abusar dos Poderes Politicos, he hum maior perigo, e hum maior embaraço aos fins Sociaes.

---

na dita linguagem o *Governo de hum*, que em si tinha reunidos todos os Podêres Politicos; *por ser de hum*, chamou-se-lhe *Monarchia*, e por ter a dicta reuniaõ nesse hum, disse-se que ella era *Absoluta*. Eis aqui a origem desta frase, que por tanto naõ designa mais do que a reuniaõ de todos os Podêres Politicos em hum, e que naõ tem relaçaõ nenhuma com o uso, que elle faz d'esses dictos Podêres.

Mas como a palavra *Absoluto* tinha tambem outro sentido na linguagem Portugueza, em que denotava huma cousa ampla sem restricçaõ, nem limites, bem que esta naõ fôsse a significaçaõ da dicta palavra, quando unida á outra — *Monarchia* — por se dizer — *Monarchia Absoluta* — veio a dar-se popularmente a esta frase hum sentido, que lhe naõ convinha na linguagem da Sciencia, infamando se a cousa, a que se dava huma tal denominaçaõ, por se naõ entender bem o que ella designava. Eis-aqui em duas palavras a origem da infamia, e do terror que se unio a esta frase — *Monarchia Absoluta*. — Hum erro grammatical he a origem de tudo isto.

Digitized by Google

Mas como tambem pela outra parte ha mais pessoas, a que estejaõ entregues os Poderes Politicos, e humas delas possaõ contrabalançar, e impedir os abusos das outras, d'aqui resulta necessariamente haver mais estôrvos, e mais garantias contra os dictos abusos, e que he de conveniencia, e de proveito aos fins Sociaes.

E por tanto, tambem nesta especie de Monarchias, o abuso, ou o bom uso, que se faz dos Poderes Politicos, he que dá o resultado do seu proveito, ou do seu desproveito.

A Historia apresenta quadros, em que esta especie de Governo fez a fortuna dos Governados, o engrandecimento da Naçaõ, e a maior prosperidade Publica; e apresenta outros quadros, em que o contrario de tudo isto apparecêo na dicta fórma de Governo.

Eis-aqui porque o Juris-Consulto Inglez, e o Velho Liberal naõ attribuem preferencia alguma exclusiva a alguma forma de Governo, *que mereça este nome*, e convem desenvolvêr a idêa, por que se ajuntaõ estas palavras ao sobredito Artigo de Fé Politica.

Nem o Velho Liberal, nem Politico algum, daõ o nome de Governo áquellas Instituições Politicas, que tem em si mesmo, e na sua Construcçaõ elementos incapazes de servirem aos fins Sociaes, e somente proprios para obstarem a estes, ou para os destruirem. Quando pois no sobredicto Artigo se juntaõ as mencionadas palavras, he para excluir do mesmo Artigo de Fé Politica as especies de Governos, que tem em si estes elementos destructores dos fins Sociaes, porque naõ cabendo a estas taes formas de Instituições Politicas o nome de Governo na frase do Velho Liberal, bem visto era que este naõ as havia de comprehender no Artigo, em que manifestava nenhuma preferencia exclusiva a alguma forma de Governo; porque isto sería comprehender na classe de Governos o que naõ eraõ Governos na sua opiniaõ.

Digitized by Google

ARTIGO III.

OS GOVERNOS MONARCHICO REPRESENTATIVOS, ORGANISADOS COM HUMA SÓ CAMARA, SEM QUE AO MONARCHA SE ATTRIBUA A FACULDADE DE DISSOLVE LA, E HUM *VETO* EFFECTIVO, E REAL, NÃO MERECE AO VELHO LIBERAL O NOME DE GOVERNO, E POR ISSO O ARTIGO ANTECEDENTE NÃO COMPREHENDE SEMELHANTE INSTITUIÇÃO POLITICA.

Quando o Juris-Consulto Inglez escrevêo o que de suas Obras se acha trasladado a fol. 118, relativamente aos que elle chama ahi Dogmaticos, designou todas as qualidades, e circumstancias, que se observaõ, e encontraõ nestas Instituições, que o Velho Liberal neste Artigo exclue das formas de Governo, e por isso tem como indisputavel, que vai de acôrdo neste Artigo com o mesmo Juris Consulto.

O Velho Liberal porém naõ junta a este Artigo as suas demonstrações, como fez em os antecedentes; por quanto desde fol. 63 em diante, já mostrou muito extensamente, que os Governos Monarchico-Representativos, organisados em huma só Camara, sem attribuirem ao Monarcha o Direito de a dissolver, e sem lhe darem hum *Veto* effectivo, e real, tendo em si os elementos da sua propria destruiçaõ, incluiaõ igualmente os outros proprios para fazerem a ruina dos Governados: e isto vem a ser o mesmo que a demonstraçaõ deste terceiro Artigo da sua Fé Politica. Remette pois os Leitores áquelle lugar, para ahi encontrarem a demonstraçaõ deste Artigo, se aqui lhes fizer falta. Essa especie de Instituições naõ he *Governo*, he *desgoverno*, e por isso naõ pode considerar-se incluida no Artigo 2.°, que tracta somente d'aquellas Organisações Politicas, que merecem este nome.

E accrescenta somente que entende que o motivo, por que se tem inutilisado todos os esforços, que se tem visto na Europa inutilisar desde 1789 até os nossos dias no empenho de realisar Governos Monarchico-Represen-

Digitized by Google

tativos desta especie, de que tracta o Artigo, he a impossibilidade que ha da sua existencia; e entaõ isto vem a ser hum poderoso motivo para se naõ incluirem semelhantes Instituições Politicas nas especies de Governos; por quanto: quem poderá dar este nome a huma cousa, que naõ pode existir permanentemente?

ARTIGO 4.º

OS GOVERNOS OCHLOCRATICOS NAÕ MERECEM AO VELHO LIBERAL ESTE NOME, E POR ISSO O SEU ARTIGO 2.º TAMBEM NAÕ COMPREHENDE ESTA ESPECIE DE INSTITUIÇÕES SOCIAES.

Já se conhece, pelo que fica escripto de fol. 23 em diante, que cousa seja aquillo, a que o Velho Liberal dá o nome de Governo Ochlocratico, que vem a ser aquelle, em que individuos, ou fracções de individuos da Sociedade Civil, se attribuem a Authoridade de definir o bem, e o mal civil, e de empregar as suas forças individuaes, para que vaõ ávante essas taes suas definições d'aquelle bem, e d'aquelle mal.

Quando se conhece, pelo que fica escripto a fol. 117, que o Juris-Consulto Inglez naõ disse jámais aos Povos — *Senhoreai-vos da Authoridade* — nisto mesmo está incluida a sua reprovaçaõ dos Governos Ochlocraticos, em que cada fracçaõ dos ditos Povos, e por tanto infinitas Fracções Sociaes se arrogaõ todas isoladamente aquella Authoridade de definir o bem, e o mal civil no Corpo Politico, e de coagir os outros a irem com as suas definições; e isto he superabundante para se entender, que o dito Juris-Consulto vai de acôrdo com este Artigo do Velho Liberal.

Este porém junta, em abono deste seu Artigo, hum outro nome muito respeitavel aos Novos Liberaes, e vem a ser, o de Rousseau na Dedicatoria do seu Contracto Social, dirigida á Republica de Genebra. Escreve elle pois ahi — *Os Povos huma vez acostumados a serem governados, naõ podem passar sem isto, e se tentaõ de sacudir*

o jugo; apartaõ-se muito mais da Liberdade, abraçando em lugar d'ella huma licença desenfreada; e as suas Revoluções os entregaõ quasi sempre a conductores, que naõ fazem senaõ tornar mais graves as suas cadêas. — E quem escreve isto excluia seguramente das especies das Instituições Politicas aquellas, que naõ serviaõ, nem podiaõ servir aos fins Sociaes, e que, em vez de promovêr, e mantêr a Liberdade Civil, redobrava as cadêas de escravidaõ em todos os Membros do Corpo Politico: isto he o que acontece nos Governos Ochlocraticos, como já se terá conhecido pelo que se escrevêo a fol. 23, e se conhecerá ainda muito melhor quando se continuar o Escripto, de que alli se dêo somente o principio.

Nem a prática dos antigos Persas, que refere Sexto Empirico (Advers. Mathemat. Liv. 2.° §. 33), pode mostrar o contrario do que se annuncía neste Artigo. Refere o dicto Escriptor, que aquelles Povos tinhaõ o costume de viver em anarchia cinco ou seis dias, pela morte de cada hum de seus Reis, a fim de que isto os obrigasse á Fidelidade, e Obediencia para com o futuro Soberano, constrangidos pela experiencia, que elles mesmos tinhaõ tido das desgraças, que resultavaõ do Imperio da Multidaõ.

O Velho Liberal entende que, apesar disto, os Povos naõ tinhaõ vivido n'aquelle intervallo, ou n'aquelle interregno em hum Governo Ochlocratico. Naõ existia o principio morboso da enfermidade, faltando o qual, ella naõ podia existir, ainda quando alguns fenomenos, ou symptomas apparecessem no Publico, que se observavaõ tambem, e que eraõ proprios da dicta molestia. Os factos Ochlocraticos confundem-se com os factos Anarchicos, saõ homogeneos os procedimentos da Anarchia, e da Ochlocracia; mas na primeira existem somente os dictos factos, e na segunda elles saõ acompanhados de hum erro, que vem a ser, a persuasaõ da legalidade dos dictos factos, e nisto he em que consiste a occupaçaõ do Publico Podêr, e da Publica Authoridade pela Multidaõ. Na Anarchia a Multidaõ obra, como se fosse o Soberano: mas nem diz que ella o he, nem lhe importa isso. Na Ochlocracia, pelo contrario, a Multidaõ obra como se fosse o

Digitized by Google

Soberano no Corpo Politico, ou inculca manifestamente que o he, ou sem o enunciar patentêa que está possuida d'esta persuaçaõ (*a*). No primeiro caso a dicta Multidaõ

(*a*) He por isto que o Velho Liberal divide a Ochlocracia em duas especies, de que chama a huma — *Dolosa*, e a outra *Manifesta* — Na segunda a Multidaõ apprehende o exercicio da Soberania, e proclama ao mesmo tempo que elle lhe pertence: o seu modo de proceder vai coherente com as suas theorías, os seus factos com as suas palavras. Assim na Revoluçaõ Franceza, quando a Multidaõ se attribuia a Soberania, quando esta era nella reconhecida, nos seus Codigos, ou Leis fundamentaes, e a dicta Multidaõ obrava como se o seu exercicio lhe pertencesse, a França estava theorica, e praticamente Ochlocratica, e a sua Ochlocracia era manifesta.

Na primeira especie a Multidaõ apprehende o exercicio da Soberania, e ao mesmo tempo acclama huma outra, sendo entaõ os seus factos manifestamente contradictorios com as suas palavras. Assim na Revoluçaõ Portugueza de 1808, quando a Multidaõ obrava, como se lhe pertencesse o exercicio da Soberania, e juntamente acclamava a da Serenissima Casa de Bragança, ella só estava praticamente Ochlocratica, porque a molestia naõ apparecia manifestamente, antes se cobria, ou disfarçava com palavras, que a excluia. E seja permittido ao Velho Liberal usar d'esta divisaõ no sentido, que se acaba de expôr, do mesmo modo que a Medicina classifica as molestias fisicas, como manifestas, e como dolosas, em razaõ de apparecerem ellas humas vezes francamente com os caracteres, ou symptomas externos, que lhes correspondem, e outras vezes, sem que estes se deixem perceber á primeira vista.

Mas esta materia ha de encontrar-se tractada em toda a sua extensaõ no Escripto começado a imprimir a fol. 23 deste Jornal; e entaõ se conhecerá a importancia d'esta classificaçaõ, e o quanto ella se faz indispensavel em razaõ do diverso, e muito diverso tractamento; dos diversos, e muito diversos remedios, que cumpre applicar ao doente em huma, e outra enfermidade.

***

Digitized by Google

obra como se fosse Podêr Politico; mas nem mostra entender que o he, nem mostra que lhe importa essa opiniaõ. No segundo caso ella obra como Podêr Politico, entendendo que o he, e proclamando que o he.

Os Persas pois haviaõ de viver n'aquelles dias com alguma perturbaçaõ, mas sendo essa sua prática hum costume já de longo tempo usado, conservando-se hum tal estado de cousas, quasi que só momentaneamente, e esperando mesmo, n'esse curto espaço, a Multidaõ que o futuro Rei muito brevemente occuparia a Publica Authoridade, nem apparecia o principio da Ochlocracia, nem podiaõ apparecer os seus effeitos, nem aos dictos cinco dias convinha o nome de hum Governo Ochlocratico.

O Velho Liberal por isso entende, que nem aquella mesma extravagante prática dos Persas verifica a existencia de hum Governo Ochlocratico, nem pode servir para contestar este seu 4.° Artigo da sua Fé Politica.

Chama o Velho Liberal extravagante áquella prática dos Persas, por quanto, *bem que as imagens da desordem façaõ nascer as idêas d'ordem*, como finamente escrevêo Bernardin de Saint-Pierre, Tom. 3, Pag. 155, ainda a prudencia naõ aconselhou destruir hum edificio, reduzindo todas as suas partes á perturbaçaõ, e desordem, para se formar por esse meio a idêa da perfeiçaõ, que elle tinha durante a sua existencia: nem taõ pouco se vio considerar-se a morte como hum beneficio, por isso que fazia conhecer o que era a vida, e dava occasiaõ ao Anatomico para analysar as partes do corpo humano, e a sua admiravel organisaçaõ.

Pode com tudo ser proveitoso aos Portuguezes, nos actuaes momentos, o conhecimento da dicta extravagante prática dos Persas, em razaõ della lhes manifestar, quanto aquelles Povos conheciaõ a necessidade de viverem os Cidadãos naõ Ochlocraticamente, mas submissos aos Governos, que a Providencia lhes destinava, porque a este fim sacrificavaõ cinco dias de anarchia nos interegnos dos seus Soberanos, para que os Successores podessem em tranquillidade passar os seus Reinados, havendo-se espavorido os dictos Cidadãos com os mencionados cinco dias de Anarchia, e com os horrores, que os haviaõ acompa-

Digitized by Google

nhado, e desviando-se em consequencia d'isto no curso dos mesmos Reinados de procedimentos Anarchicos, e Ochlocraticos. E se aos Portuguezes fosse tambem precisa huma semelhante liçaõ, para que se desviassem do anti-politico estado, em que o Velho Liberal teme que elles venhaõ a cahir debaixo do dominio da Ochlocracia, ha tanto tempo triumphante nestes Reinos, os annos que decorrêraõ desde 1808 até o presente, saõ cinco dias demasiadamente compridos, e muito bastantes, na opiniaõ do mesmo Velho Liberal, para que elles dêm aos seus Concidadãos o resultado, a que os Persas destinavaõ a mencionada extravagante prática, de que se tem fallado.

Sendo indubitavel pois que o dicto costume dos Persas naõ contesta, nem destroe este 4.º Artigo da Fé Politica do Velho Liberal; e limitando este o seu Credo Politico aos dictos 4 Artigos, como os Capitaes na materia, vai tractar brevemente dous assumptos, que, segundo lhe parece, unicamente faltaõ para responder plenamente á Carta do seu Amigo, trasladada a fol. 49. He o primeiro relativo á notada intervençaõ do Velho Liberal nas Sessões da Sociedade Patriotica Literaria; e o segundo relativo á diminuiçaõ do credito, e conceito público, que o mesmo Velho Liberal havia soffrido, immediatamente que fôra lido o seu annúncio na Gazeta de 12 do corrente.

Pelo que respeita á intervençaõ do Velho Liberal nas Sessões da Sociedade Patriotica Literaria, muito estima elle que o seu Amigo se recorde d'ellas, porque ha de achar agora a mais perfeita coherencia no Velho Liberal, assim no que elle he hoje, como no que foi entaõ. Honrado com o favor; que a dicta Sociedade lhe fez, chamando-o ao seu gremio, o Velho Liberal concorrêo em algumas das suas Sessões, bem que em poucas, por se retirar para S. Miguel logo depois de admittido áquella Associaçaõ; mas sempre que nellas fallou se dirigio pelo mesmo espirito de moderaçaõ, conciliaçaõ, tolerancia, e ordem, que hoje o anima, e tem manifestado em toda esta sua Carta, e ha de manifestar em todos quantos Escriptos der ao Publico; dando a conhecer, em quanto ao seu Systema Politico, os mesmos principios, que tinha entaõ, e que conserva ainda.

Digitized by Google

Em quanto á Structura Organica da Constituiçaõ de 1822, que então regia Portugal, naõ tractou nunca, nem era possivel que tractasse, assim porque ella nem era objecto daquellas Sessões, nem o podia ser depois de sanccionada, e jurada, nem convinha ao Systema já annunciado do Velho Liberal, procurar desacredita-la, estando ella nestas circumstancias. Tractando-se porém de outros assumptos, seguio constantemente a vereda acima indicada.

Quando nella fallou a primeira vez, tractava de chamar-se a attençaõ do Governo em soccôrro dos mendigos, e estava em discussaõ o nomear-se huma Commissaõ, que organisasse huma Memoria sobre aquelle assumpto, para ser apresentada ao Congresso, inculcando-se a precisaõ de olhar por aquelle objecto, e de soccorrer aquelles infelizes, e apontando-se ao mesmo tempo aquelles meios, que mais discretamente parecessem uteis áquelle fim. Tractava-se tambem de que se procurasse juntar a esta Representaçaõ o maior numero que fosse possivel de assignaturas de Lisbonenses, parecendo que isso concorreria para o mais feliz successo d'aquelles bons desejos da Sociedade.

O Velho Liberal apoiou o projecto na sua primeira parte: destinava-se a subministrar as luzes da Sociedade ao mesmo Congresso, para hum fim importante, e que era das suas Atribuições providenciar, e a elle muito bem parecêo que dessa maneira se prestasse a Sociedade em auxilio do Congresso com o trabalho d'aquella Commissaõ, que destinava para isso organisar. Mas oppôz-se á segunda parte. *Para que he, disse elle, esse crescido numero de assignaturas, de que se quer revestir a Representaçaõ? Cumpre que as razões, que se derem apro da importancia do negocio, e a sabedoria dos meios apontados para remedio d'aquelle mal, sejaõ as unicas armas, com que appareça forte esta Sociedade perante o Congresso. Esse grande numero de assignaturas, com que se deseja apoiar a Representaçaõ, naõ pode servir para outra cousa, senaõ para fazer vêr ao Congresso, que os Supplicantes saõ huma Massa enorme, e á qual elle naõ pode resistir: isto então, como que vem a ser empregar hum meio de força para coagir o Congresso nas suas deliberações, o que he muito avêsso á liberdade, que elle deve ter, e que se lhe deve deixar nas*

Digitized by Google

dictas deliberações. E neste sentido accrescentou o mais que lhe occorrêo então, e ficou muito contente, quando vio apoiada, e seguida a sua opinião, e rejeitado o projecto das taes assignaturas.

Em huma, ou outra vez que pelo meio do seu discurso foi interrompido com signaes de approvação, os quaes crescêraõ demasiadamente; quando acabou de fallar, estando já quasi assentado, tornou-se a levantar, para dizer, pouco mais, ou menos o seguinte — *Senhores, nada mais lisonjeiro para o Orador, que falla ao Publico nas Assembléas, em que se tracta de seus interesses, do que vêr-se muito applaudido: porém nada mais desgraçado do que isso, relativamente áquelle, a quem se procura, e a quem só deve servir: o Orador tem calculado os seus discursos na tranquillidade de suas meditações, determinando conduzi-los (para me explicar assim) a arbitrios, e medidas, que pesem como dez, e os sobreditos louvôres, juntando o enthusiasmo ás suas meditações, fazem com que o mesmo Orador leve o discurso a arbitrios, e medidas, que pesem como vinte, e que podem (e com muita probabilidade de que assim acontteça) por excesso ser de tanto prejuizo á Causa Publica, como uteis lhe seriaõ as outras, que naõ fossem além daquelles dez. Os signaes de desapprovaçaõ ainda saõ peiores, attentando os Oradores para naõ receitar o que lhes parecia mais proveitoso. Quem pois prefere a sua gloria á Causa Publica, prêsa o applauso dos seus discursos: e quem deseja sómente servi-la estimaria naõ vêr empregado hum meio, que pode alguma vez desvia-lo d'aquelle fim.*

Este discurso foi muito applaudido, e o Velho Liberal então ficou persuadido, de que era possivel arrefecer a ardencia, e demasias das Gallerias do Congresso, de que já tem fallado nesta Carta, e á qual attribue muita parte das deliberações, que nelle se tomáraõ, avêssas á Sabedoria, que o Velho Liberal conhecia em muitos dos seus Membros; por quanto, tambem na Sociedade Patriotica haviaõ Gallerias, e ellas concorrêraõ a applaudir a manifestaçaõ d'aquella Moral.

A outra occasião, e a mais importante, que o Velho Liberal teve de figurar nas Sessões da Sociedade Patriotica, foi quando nella se tractou nos fins de 1822, ou prin-

Digitized by Google

cipios de 1822, de conduzir as cousas, para que o Ministerio se mudásse, entendendo a dicta Sociedade, que elle naõ era qual convinha ás circumstancias d'aquella época. Tinha-se tractado, e resolvido já a intervençaõ da Sociedade neste assumpto, para que se tractasse de apresentar hum Requerimento com muitas assignaturas para o mencionado fim: e na Sessaõ, a que o Velho Liberal concorrêo, discutia-se somente, se elle havia de ser dirigido ao Executivo, se ao Legislativo, se ao Senado da Camara da Capital, para que o apoiasse. Fallou o Velho Liberal somente nesta materia, porque o assumpto principal estava fóra da Ordem do Dia. Mas porque a sua Opiniaõ era, que a Sociedade se naõ devia metter n'aquillo, tendo nos Estatutos a liberdade de apresentar aos seus Socios por escripto, o que lhe parecesse, fez imprimir a sua Opiniaõ sobre aquella materia principal em hum Folheto, que distribuio na Sociedade.

Inculcava o Velho Liberal, que aquelle facto era Ochlocratico, que os Estatutos da Sociedade, os quaes vinhaõ a ser a sua Constituiçaõ, lhe naõ davaõ intervençaõ alguma em semelhantes negocios, e que se a Sociedade tinha por fim, como se dizia, ajudar a nutrir no Publico o espirito Constitucional, era a isso avêsso inteiramente, naõ respeitar ella a sua Constituiçaõ, arrogando-se Attribuições, que ella lhe naõ dava: porque se outro tanto acontecesse relativamente á Constituiçaõ do Estado, esta necessariamente correria o risco de perder-se, ferida hum dia n'hum Artigo, outro dia n'outro, &c. &c.

O Diario do Governo, a cujo Redactor parecêo conveniente empregar o nome, e a opiniaõ do Velho Liberal para chamar o Publico ás idêas de Ordem, a que elle tinha procurado chamar os seus Socios no sobredicto Escripto, inserio-o em hum dos seus Nos; mas começando a dizer, *que na Sociedade Patriotica havia humá facçaõ traidora, mas que n'ella tambem havia gente de bem, e que em prova disso dava o Papel seguinte*, que era a tal opiniaõ do Velho Liberal. Este offendeo-se, como devia offender-se, de se empregar o seu Nome sem sua licença, e hum Escripto seu para fim diverso d'aquelle, para que o tinha composto, e muito mais ainda de se adulterar a

Digitized by Google

sua intenção, e os seus sentimentos, dando-se o dicto Escripto, como em testemunha, e prova, de haver na Sociedade Patriotica huma facção traidora, quando o que da mencionada opinião se concluia unicamente era, que o Velho Liberal entendia, que a Sociedade n'aquelle caso obrava ochlocraticamente. Escrevêo elle então huma Carta ao Redactor do Diario do Governo com muita vehemencia, queixando-se de seu comportamento mencionado, e de imputar á Sociedade huma intenção traidora, e defendendo seus Socios ao dicto respeito. A Carta, que a este fim dirigio ao mesmo Redactor, foi impressa no Astro da Lusitania d'essa época, e a Sociedade dêo os mais vivos agradecimentos ao Velho Liberal, pela defeza Social, que tinha tomado com tanto ardôr, e afinco.

O Velho Liberal naõ vê em tudo isto cousa alguma, que possa servir para o manifestar hoje inconsequente, com o que elle mostrára ser n'aquelle tempo; antes o espirito geral de tudo, que disse na Sociedade Patriotica, he o mesmo que apparece hoje nos Escriptos, que divulga entre os Portuguezes, dirigidos a acalmar effervescencias, a conciliar opiniões, a desviar dissidencias, e sobre tudo a combater a Ochlocracia, que elle reputa como origem da maior parte dos males, que tem affligido Portugal desde 1808.

Em quanto á influencia do annúncio da Gazeta, relativamente á Publica Opiniaõ do Velho Liberal, e á participação, que o seu Amigo lhe faz, d'elle ter perdido muito na dicta opiniaõ com o mencionado annúncio, já no começo da Carta se achaõ as suas considerações a este respeito, em que o Velho Liberal reconhecêo a menos clara maneira, por que se tinha explicado, e que poderia dar occasiaõ a impressões Publicas contrarias áquellas, que eraõ proprias dos seus intentos; e tambem já na Nota deste Jornal, que começou a fol. 23, inculcou que elle naõ sacrificaria aos desejos de sustentar, ou conseguir a si favoravel a Publica Opiniaõ, cousa alguma, do que entendesse, que devia communicar francamente aos seus Nacionaes na Crise actual da sua Patria.

Accrescenta porém agora somente, que em taes circumstancias nada lhe parecêo nunca taõ digno de invejar,

Digitized by Google

como a gloria de Quincio Capitolino entre os Romanos; quando as agitações populares haviaõ chegado ao seu ultimo auge, e quando a plebe se havia retirado para o Monte Sacro. Elle naõ lisonjeou as paixões Publicas, origem de todos os males, que affligiaõ, e arriscavaõ entaõ a Republica, antes pelo contrario atacou os prejuizos, e affecções populares, origem das discordias; unio Roma, e salvou-a. O Veneravel Consul disse mesmo aos Romanos — *Eu bem quereria agradar-vos, mas estimo ainda mais do que isso o salvar-vos, e ser-vos util; sejaõ quaes forem os vossos sentimentos para comigo: adular a Multidaõ he mais facil, do que servi-la utilmente, porque ella gosta mais de ser lisonjeada, do que de ser corrigida.* — (*a*)

O Velho Liberal naõ ousa fallar assim aos Portuguezes, porque lhe faltaõ as virtudes, e a consideraçaõ do Consul Romano; mas o Senhor D. Pedro IV. he quem lhes falla a mesma linguagem, quando lhes manda a Carta Constitucional, e a Amnistia. Por quanto, que significa isto senaõ *desejos de unir, e de concordar os Portuguezes, unico meio de salva-los*? Quincio Capitolino com as suas virtudes e sabedoria, no ultimo periodo da vida, naõ era seguramente mais respeitavel, do que hum Monarcha, patenteando aquellas mesmas eminentes qualidades na verdura dos annos. Ah! sejaõ para com elle taõ sensiveis, e taõ doceis os meus Nacionaes, como o foraõ os Romanos para com o seu Consul!

O Velho Liberal accrescenta ao seu Amigo, que hum outro Nome respeitabilissimo ha para elle na Historia dos

---

(*a*) *Vellem quidem vobis placere, Quirites, sed multo malo salvos esse, qualicumque erga me animo futuri estis. Natura hoc ita comparatum est, ut qui apud multitudinem sua causa loquitur, gratior, eo sit, cujus mens nihil præter publicum commodum videt.* Liv. Hist. lib. 3. Decad. 1. pag. 91. Edit. Fran. 1549, in fol. E o Juris-Consulto Inglez, trasladado a fol. 119, já tinha prevenido o Velho Liberal, de que muito difficil seria, nas circumstancias actuaes, fazerem-se da moda Escriptos, quaes os que elle se acha publicando.

Digitized by Google

Romanos; o qual he o de Quinto Fabio Maximo; e cujos passos elle sempre teve por gloriosissimos no curso da segunda Guerra Punica, quando a ardencia Militar do Exercito, que commandava contra Annibal, naõ soffria que elle demorasse o dar Batalha, e quando a Fabio parecia que a demora, e a prolongaçaõ dos Feitos Militares, eraõ a Salvaçaõ da Patria. Os Soldados querendo acometter o inimigo a torto, e a direito, murmuráraõ do General; duvidáraõ logo da sua fidelidade; e o Respeitabilissimo Fabio Maximo foi infamado, e acreditado em Roma como traidor, e como inimigo da sua Patria; pondo a Multidaõ toda a confiança unicamente no seu General de Cavallaria, Minucio, e isto de tal sorte, que se vio pela primeira vez o repartir-se o Commando do Exercito, dando-se ametade a hum General, e ametade a outro, a fim de cada hum delles obrar independentemente. As Virtudes de Fabio foraõ superiores a todas estas injustiças, e a todos estes improperios: continuou a marchar, como lhe parecia conveniente aos Romanos, que o insultavaõ, (e em tal ponto, e por huma tal maneira!) mas quando o Valido da Multidaõ, Minucio, caminhando desacertadamente com os seus enthusiasmos, e com os enthusiasmos della, levou a perder o Exercito, que se lhe tinha confiado, o Velho Fabio acudio-lhe, e salvou-o, e ao mesmo tempo as esperanças da Republica Romana: e este comportamento he taõ extraordinariamente espantoso, que elle convertêo até o enthusiasta Minucio, o qual veio outra vez sujeitar-se ao Commando d'aquelle, que lhe tinha acudido. Pode ler-se toda esta Historia em Tito Livio, na Decad. 3.ª, Liv. 1.º, Cap. 2.º

Com que, em se tendo diante dos olhos taes exemplos, em se tendo tido, ou a fortuna, ou a desgraça de, pelo decurso de huma longa vida, se ter formado hum habito de admiraçaõ, e de respeito, por comportamentos semelhantes, embora muito sensivel seja a todo o homem perder o publico conceito: os que se tiverem feito aquelle habito, naõ se desviaraõ jámais do caminho, que lhes parecer proveitoso para servir os seus Concidadãos, ainda

Digitized by Google

que estes se descontentem d'elle; e venhaõ a perder por esse meio o bom conceito, em que o tinhaõ.

O Velho Liberal, concluindo assim a resposta, que devia á Carta do seu Amigo, muito lhe agradece o ter-lhe dado huma occasiaõ de lhe manifestar, e na pessoa d'elle, a todos os Novos Liberaes, quaes saõ os seus sentimentos, e qual a invariavel Lei, que se tem Decretado para a sua Conducta nas actuaes circumstancias da sua Patria.

Se se desviar d'ella, elle mesmo Velho Liberal se envergonhará de si; e muito grato será a quem quer que seja, que lhe acuda, quando o vir em perigo de seguir huma conducta diversa d'aquella, que tem exposto. Em quanto isto naõ acontecêr, ainda quando sejaõ errados os seus systemas politicos, e desacertadas as suas opiniões, entende que naõ deve ser censurado, mas somente ou illustrado, ou compadecido, por quem lhe desejar bem; porque os erros só tem cura com a illustraçaõ, e se nem assim chegaõ a curar-se, o que merecem unicamente, he a compaixaõ dos outros.

E concluindo com esta Protestaçaõ da sua Fé Moral, protesta ao seu Amigo, e na pessoa d'elle a todos os Novos Liberaes, os seus mais ardentes desejos de se abraçar hum dia com elles muito cordialmente, e de se unirem todos para o bem do Estado, para a Salvaçaõ da Patria, que elle entende estar unicamente na Sustentaçaõ da Carta Constitucional do Senhor D. Pedro IV., suffocando-se todas as lembranças dos tempos passados, e evitando-se constantemente os extremos, porque todos os que marcháraõ por elles tem sido mais nocivos, do que proveitosos ás causas que adoptáraõ. Lisboa 28 d'Agosto de 1826.

No dia 31 sahirá impresso o N.º 2 do Velho Liberal.

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 2.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Myologia ou Musculogia do Corpo Social. Continuada do N.º 1.

Ainda que os nossos desejos de levar ao fim este trabalho nos devessem conduzir a dar por concluido este Artigo, sendo já muito bastante o que temos escripto, para conhecer os motivos, por que os Velhos Liberaes entendem que o Soberano, concluida que seja a Constituiçaõ, deve terminar a acçaõ immediata da sua Soberania; com tudo, tendo proximamente lembrado, como huma razaõ impulsiva para isso, a sabedoria, e prudencia, que manifesta quem, tendo o exercicio de hum Poder absoluto, póe a si mesmo barreiras, que o desviem de abusar d'elle; nossos Leitores nos desculparáõ alguma demora mais, que teremos, antes de passar adiante, para referirmos hum grande monumento, que vem aqui a proposito, e que muita gloria dará sem duvida ao Nome de Sua Magestade. Sendo todos os nossos desejos encaminhar, quanto em nós estiver, os Portuguezes para terminarem a sua actual situaçaõ por huma Concordia com a Côrte do Brasil, naõ deviamos perder a occasiaõ de lhes referir hum facto, que, ao mesmo tempo que vem a proposito da materia, que vamos tractando, servirá para lhes mostrar quaes saõ desde longo tempo as disposições de

Digitized by Google

Sua Magestade para as idêas do Liberalismo. Isto muito convirá certamente para excitar a confiança dos Portuguezes relativamente a Sua Magestade, em quanto ao empenho, que tem de receberem d'elle huma Constituiçaõ Liberal; confiança, que summamente facilitará o exito da sua empreza.

Teve Sua Magestade de Mandar proceder á Eleiçaõ do Provedor, e Deputados da Junta da Companhia da Agricultura, e Commercio das Vinhas do Alto Douro, no anno de 1800, pouco depois de tomar o Governo do Reino no seu Nome; e Mandou ouvir sobre isso hum dos Velhos Liberaes que já naquelle tempo conhecia, e a quem, a pesar disso, honrava com a Sua Beneficencia. Dizia Sua Magestade que nelle descarregava a sua consciencia; que queria tudo feito, como devêsse ser. Já isto começa a mostrar que o Mesmo Senhor se considerava com obrigações, e que naõ entendia podêr dispôr de tudo, como lhe agradasse.

O Velho Liberal expôz entaõ a Sua Magestade em hum papel que, ha muito tempo, aquelle objecto, em que se lhe fallava, era conduzido por huma maneira muito diversa d'aquella, por que o devia sêr: que aquella Companhia se instituíra com os fundos dos particulares, que nella haviaõ entrado, depois dos Artigos da sua organisaçaõ terem sido confirmados pelo Senhor D. José no seu Alvará de 10 de Setembro de 1756, accrescentando, para maior firmeza, e irrevogabilidade da dicta confirmaçaõ; *que debaixo da Sua Real Palavra promettia, e segurava de lha cumprir, e fazer cumprir, e mantêr*: que porém, a pesar disto, se haviaõ expedido diversos Decretos, Resoluções, e Avisos já no mesmo Reinado do Senhor D. José, já no seguinte, que alteravaõ alguns Artigos da dita Instituiçaõ relativamente ás Eleições: e que elle Velho Liberal entendia que todas essas alterações tinhaõ sido abusos da Authoridade Real, e que nem em Sua Magestade, nem nos Seus Predecessores havia Direito para se intrometter naquillo, achando-se todos com a rigorosa obrigaçaõ de mantêr a Instituiçaõ; que ella fôra confirmada pelo Senhor D. José no dicto Alvará, até para desempenho da Palavra Real, que nelle se havia com-

Digitized by Google

promettido para o dicto fim: que por tanto era necessario restituir tudo aos termos da Instituiçaõ; revogar todas as Ordens Regias posteriores, que a tinhaõ alterado; e persuadir-se Sua Magestade, que naquella materia naõ se podia intrometter para outra cousa, que naõ fôsse para fazer cumprir religiosissimamente a dicta Instituiçaõ; e concluia o tal Velho que, na conformidade destes principios, segundo o seu parecêr, se devia mandar procedêr á dicta Eleiçaõ, e que elle, nesse caso, nenhuma dúvida tinha de tomar sobre a sua consciencia a responsabilidade de Sua Magestade naquelle artigo. Accrescentou porém mais (e eis-aqui o que pertence ao nosso assumpto) que, se elle fôsse Sua Magestade, havia de ordenar finalmente que nenhum dos pertendentes viesse na sua Real Presença requerer, ou insistir pela sua nomeaçaõ: porque todos deviaõ ficar entendendo, depois do referido, que o Mesmo Senhor de modo nenhum queria intrometter-se nisso; e que em taes circumstancias desviaria a huns despezas inproficuas, e a outros desnecessarias, com a sobredicta determinaçaõ: e que, para se segurar a sua observancia, seria bom declarar por criminoso, quem faltasse a ella, e por pena do seu crime perdêr o Direito, que tivesse, para ser nomeado, ainda que viesse com o maior numero de votos. Eis-aqui como o tal Velho Liberal inculcou a Sua Magestade que levantasse huma barreira Elle mesmo contra o abuso do Podêr, a que o arrastariaõ talvez importunas preces. Pois, para se acudir a isto, para eu me prevenir contra este perigo, de que sou susceptivel, porque sou homem — *Naõ venha ninguem importunar-me; e, o que faltar a isto, saiba desde já que eu o terei por criminoso, e que, por pena do seu crime, perderá o ingresso, ainda que venha votado.* —

E que faria El-Rei ouvindo tudo isto? Agradecêo muito a franqueza, com que se lhe tinha dicto a verdade, e mandou ao tal Velho Liberal que minutasse a Carta Regia para Pedro de Mello Breyner, que ia ser Governador das Justiças da Relaçaõ e Casa do Porto, a fim d'elle presidir, e procedêr á Eleiçaõ inteiramente conforme ás dictas regras. E assim se fez.

He acaso Liberal, ou naõ, bom Monarcha, que se

naõ espanta destas idêas; que se naõ enoja com ellas, antes muito pelo contrario as firma com a Sua Real Assignatura?... E concluida esta digressaõ, que fizemos pelos ponderosos motivos no principio d'ella ponderados, atemos o fio, que levávamos no nosso Discurso.

Depois de se conhecer que os Velhos Liberaes desejaõ que o Soberano desista do immediato exercicio da Soberania, assim que fôr concluida a Constituiçaõ: e depois de se terem visto as razões, por que elles assim o desejaõ, segue-se indicar como he que se forma este Soberano, esta collecçaõ das vontades individuaes de todo o Corpo Politico. Juntar-se-haõ acaso para isso todos os Cidadãos de huma grande Naçaõ, para no seu complexo se encontrar aquella Soberania?

Todos vêm que isto, além de impossivel, seria totalmente desacertado. Hum taõ numeroso concurso naõ poderia deixar de ser tumultuario, e incapaz de alguma deliberaçaõ, que tivesse o cunho da Sabedoria. Esta collecçaõ pois das vontades individuaes, impossivel na realidade, consegue-se por meio de Representantes, isto he, de certas pessoas, que cada certo numero de Cidadãos elege por esta, ou por aquella forma, para os irem representar no Congresso Nacional, que em humas partes se chama Dieta, em outras Estados Geraes, em outras Côrtes.

Vê-se pois d'aqui, 1.º, que já esse mesmo Congresso he huma Representaçaõ do Soberano. Alli naõ se acha real, e verdadeiramente essa collecçaõ das vontades individuaes, que forma a Soberania, e naõ se acha pelos ponderados motivos; mas apparece ahi do modo que he possivel representativamente. Essas vontades individuaes dos Cidadãos, que formaõ o Soberano, elegendo as pessoas, que haõ de ir ao Congresso Nacional representa-las, e elegendo-as para este mesmo fim, vem a dar-lhes a faculdade de as representar nelle, e toda a Authoridade, que cada huma dellas ahi poderia ter. Nesse Corpo, em consequencia d'isto, suppõe-se existir essa collecçaõ das vontades individuaes de todos os Cidadãos, que forma a Soberania Nacional. O Congresso já he hum Soberano ficto por meio de huma Representaçaõ; mas em quanto á au-

Digitized by Google

thoridade, verdadeira e realmente existente, pela delegaçaõ de todas as vontades individuaes, que lhe foi feita.

Vê-se 2.°, que essa massa geral dos Cidadãos, essas vontades individuaes segregadamente consideradas, nem saõ o Soberano, nem tem funcçaõ alguma da Soberania: Saõ a Classe dos Governados no meio das Sociedades Civis: Saõ huma fracçaõ d'esse 4.° elemento do Corpo Politico, a que se chama Povo. Para que ellas formassem o Soberano era preciso que estivessem todas juntas, visto que elle consiste na collecçaõ das vontades individuaes (notem bem isto os nossos Leitores) — *O Soberano naõ está nas vontades individuaes, mas sim na collecçaõ dellas.* — Logo que naõ apparece essa collecçaõ, he Subdito, he hum dos governados cada huma d'essas vontades individuaes, que, juntas todas, formaõ a Soberania. Esta pois somente apparece nos Congressos, e Assembléas Nacionaes, por meio da Representaçaõ. Fóra d'ellas naõ ha nunca a collecçaõ das vontades individuaes, e consequentemente ha só Cidadãos, Subditos, e Governados. O Povo Romano junto nas suas Assembléas entrava na Soberania, e exercia as suas funcções: dissolvidos os Comicios, que assim se chamavaõ as taes Assembléas, cada hum isoladamente era Cidadão, Subdito, e Governado. Portanto, ajuntamentos Populares, seja de maior, ou menor numero, desta, ou d'aquella graduaçaõ, neste, ou naquelle lugar, nesta, ou naquella Cidade, fazem unicamente huma parte do 4.° elemento do Corpo Politico, a que se chama Povo, a qual, naõ sendo por isso nem o Soberano, nem o Governo, naõ pode ter acçaõ alguma legal nas cousas públicas. Toda a que elles se attribuirem he hum facto, he hum acto da força: mas a força naõ he Direito; e, o que a força dá, a força pode tirar.

He muito importante que este Artigo seja bem entendido, e que esteja sempre diante dos olhos, para se evitar que huma Naçaõ naõ seja reduzida á Anarchia, á Torre de Babel, e a huma perpetua, e horrivel confusaõ, e desordem. Se cada parcial collecçaõ de vontades individuaes podesse obrar nas cousas publicas; se cada huma d'essas parciaes collecções se podesse chamar á Naçaõ;

Digitized by Google

haveria hum sem numero de Nações em cada huma d'ellas; e, podendo discordar as suas vontades, o estado anterior ás Sociedades Civis seria substituido á organisaçaõ Social: deixaria de haver Soberano, e Soberania, por isso mesmo que havia muitas: e naõ haveria Corpo Politico, porque faltava o seu primeiro elemento.

A importancia da materia, nas presentes circumstancias de Portugal, nos desculpará nella ainda mais alguma extensaõ.

A segunda chamada Constituiçaõ Franceza de 1793, á qual tantos horrores, e tantos estragos chamou sobre a França, debaixo do poder de Marat, Dauton, Robespierre, e os seus Socios: esta Constituiçaõ, digo, era essencialmente defeituosissima, por se naõ attender a este Corollario. Ella estabelecia na França huma Republica, existindo a Soberania Representativamente na Convençaõ Nacional, que tinha o Poder Legislativo. Já aqui temos confundidos os dous elementos do Corpo Politico, *o Soberano, e o Governo.* Huma parte do Governo he o Poder Legislativo, e a dicta Convençaõ Nacional era juntamente o Soberano da França, como Representando a collecçaõ das Vontades Individuaes de todos os Francezes, que haviaõ elegido aquelles Deputados, e ao mesmo tempo huma parte do Governo, isto he, o Poder Legislativo. Noutro lugar mostraremos os inconvenientes, que isto tem.

O Poder Executivo era dado pela dicta Constituiçaõ a hum Corpo composto de 24 pessoas, dividido em duas Secções, huma com o nome de *Junta da Saude Publica*, e outra com o nome de *Junta da Segurança Publica.* Eis-aqui a Organisaçaõ d'esta celebre Constituiçaõ, inventada para enganar o Povo Francez, conduzido por aquelles tres Chefes á Anarchia, e aos continuos alvorotos, e tumultos, por meio dos quaes elles haviaõ de assustar tudo, e por meio do seu terror dominar tudo, como estavaõ já fazendo, quando apresentáraõ a dicta Constituiçaõ: por quanto já se conhece, pelo que temos dicto, que, espirando a primeira Constituiçaõ pelo estabelecimento da Republica em 1792, o intervallo, que houve entre ésta época, e a Constituiçaõ de 1793, se passou

Digitized by Google

na França sem alguma, sendo os ditos tres Dictadores obrigados entaõ a dar esta dicta de 1793, para socegar os espiritos inquietos por huma Constituiçaõ. Como pois queriaõ nella sustentar a sua dominaçaõ, por meio da Anarchia, dos tumultos, e das agitações populares, a Constituiçaõ sanccionava a permanencia das insurreições parciaes, e dava hum grande podêr aos Communs pela frequencia das suas Sessões, estando elles divididos sobre todo o territorio Francez, e unidos aos de Paris, pela sua filiaçaõ com esta Mái, e servindo os Clubes dos Jacobinos para a nutrir.

Naõ se pode achar em huma tal Constituiçaõ, nem o Soberano, nem a Soberania, por se naõ ter attendido a este nosso segundo Corollario. A representada collecçaõ das vontades individuaes da França estava na Convençaõ Nacional, aonde se achavaõ os Deputados eleitos por todos os Francezes, para os representarem. Mas esta representaçaõ annullava-se por meio da permanencia das insurreições parciaes, e pela frequencia das Assembléas das Secções de Paris, e dos Communs por todo o territorio Francez, unidos aos da Capital. Aqui temos hum Soberano representando, isto he, temos a collecçaõ das vontades individuaes pelo unico modo, que ella se pode conceber em huma grande Naçaõ, e ao mesmo tempo a Naçaõ toda obrando activamente como Soberano, como se naõ tivesse delegado a Soberania nos Deputados, seus Representantes na Convençaõ. Naõ he possivel haver ninguem que deixe de conhecer o absurdo d'este Systema chamado Social, e que he verdadeiramente anti-Social. Existia ao mesmo tempo em acçaõ o Soberano Real na collecçaõ das vontades individuaes repartidas por toda a extensaõ da França, e nos Deputados da Convençaõ o Soberano representado, qual unicamente pode existir nos Governos Representativos.

E que resultou d'aqui? O que havia de resultar necessariamente; a confusaõ, o cáhos, as desgraças, as ruinas, por que passaraõ os Francezes nesses infelices tempos, em que naõ havia nem Segurança pessoal, nem direito da Propriedade. Os homens eraõ conduzidos á guilhotina aos centos, sem formalidade, ou legalidade algu-

Digitized by Google

ma. A Propriedade acabou. Para desassustar os Proprietarios disse-se ao principio n'hum Decreto, *que haveriaõ hum respeito eterno pelas Propriedades*; n'outro depois cortou-se a palavra *eterno*: pouco depois declarou-se, que somente se respeitaria a Propriedade dos Patriotas; mas, reconhecendo-se por taes somente os que naõ tinhaõ cousa alguma, o respeito pela Propriedade veio a tornar-se nominal, e fantastico (*la Philosophie de la Politique, ou Principes Generaux sur les institutions Sociales par d'Escheruy: mihi tom. 2.° pag.* 329). D'esta sorte todos os que eraõ nobres, ricos, e distinctos por qualquer outra consideraçaõ, ficáraõ sem nenhuma das vantagens, que se procuraõ na Sociedade Civil. Para se conhecer isto nada mais he preciso, do que lançar os olhos sobre o Moniteur de 26 de Fevereiro de 1794, aonde vem o Discurso de Dumont de la Somme na Convençaõ, no qual elle exclamou — *Se a Republica se apoiasse, como a Monarchia, sobre o crime, ella poderia vender agora a qualidade de mecanico, como se vendia a de nobre: os Cavalheiros comprariaõ por bem alto preço o titulo honroso de Plebéo.* —

Entre tanto esta Constituiçaõ de 1793, taõ defeituosa, como era, foi por seus Auctores inculcada como huma maravilha, e hum milagre de perfeiçaõ, e de sabedoria: e elles prostrados diante d'ella com o maior enthusiasmo lhe deraõ o titulo, de *immortal*, e *sublime*: e Barrere honrou-a, dizendo: *que era escripta em hum estilo verdadeiramente lapidar.* (Moniteur de 12 de Junho de 1793). Se palavras pomposas, destituidas, as mais das vezes, de sentido podessem contentar os Velhos Liberaes, assim como illudem o Povo, elles naõ teriaõ chorado todos, como choráraõ á vista d'esta Constituiçaõ, que viaõ defeituosa, por se naõ attender a este seu segundo Corollario, relativo ao Soberano na organisaçaõ do Corpo Politico.

Naõ se sabe ainda, nem se poderá saber jámais com certeza, quaes fossem as verdadeiras intenções de Robespierre em tudo isto; se elle seria hum Fanatico Liberal indiscreto; se hum ambicioso, que tivesse a mira na Dominaçaõ, e na Dictadura. Se elle tivesse levado ao fim a

Digitized by Google

sua carreira, he que se poderia conhecer, se dava á França hum Octavio, ou hum Sylla, para d'ahi se entrar no segredo dos seus projectos. Porém mesmo nesta dúvida sabem todos pelo seu desgraçado fim, que elle cahio debaixo dos mesmos laços da desorganisaçaõ Social, que, na fórma referida, tinha preparado para os outros. Depois de hum curto período de Podêr, mal constituido, e anti-Social, elle foi levado ao cadafalso do mesmo modo que fizera ir os outros, e entre os applausos d'aquelles, que da mesma sorte o tinhaõ lisongeado, acompanhando ao mesmo lugar as suas victimas. A desorganisaçaõ Social a ninguem serve utilmente, por que a ninguem segura. He o cáhos, em que se mistura o frio, e o quente; o solido, e o fluido; e despenhando-se em huma torrente arrasta diante de si igualmente os fracos, e os poderosos.

Os Portuguezes desculparaõ ao Velho Liberal a extensaõ, que tem tido neste Artigo. Mas julgou que ella convinha, a fim de entenderem que concluidas as eleiçóes dos seus Deputados, na forma que lhes foi ordenado, naõ poderaõ levar adiante a sua empreza, se os Corpos Eleitoraes se naõ derem logo todos por acabados, como pede a natureza da cousa, esperando depois disso a voz das Côrtes, aonde se achaõ os seus Representantes, e por consequencia aonde todos elles se devem suppôr existentes. Se naõ fizerem isto estaõ perdidos: o exemplo referido da França lhes pode ensinar quaes devem ser suas esperanças, se se desviarem d'este conselho. Naõ queira o Juiz do Povo de Lisboa, e a sua Casa dos Vinte Quatro ser os Communs de Paris d'aquelle tempo; dos quaes hoje na França ninguem se pode lembrar sem horror, porque talvez naõ haja familia alguma, que naõ una a isso a memoria de hum dos seus antepassados, expirando debaixo da guilhotina á maõ de assassinos, instrumentos de Marat, Danton, e Robespierre, de quem nunca os Liberaes ouvem fallar, sem que se lhes arripiem os cabellos. He a esta instrucçaõ que o Velho Liberal tem dedicado a sua demora sobre este seu segundo Corollario, no Artigo do Soberano.

Vê-se 3.°, a razaõ por que o Conde de Mirabeau na

Digitized by Google

Sessaõ da Assemblêa Constituinte do 1.º de Setembro de 1789, de manhã, sustentou, que *os Representantes da Naçaõ naõ podiaõ nada estabelecer, nem mudar, sem se concordarem com o Rei, e reciprocamente. Esta prerogativa, dizia elle, naõ he o Direito do Rei, mas sim o interesse, e o patrimonio do Povo: porque hum Monarcha naõ se pode considerar como hum simples movel de luxo para huma Naçaõ: he huma mola necessaria para a maquina de hum grande Imperio. O Depositario das forças do Estado naõ pode ser deixado de considerar-se sem os maiores perigos para os Povos.* (Consta do Jornal dos Debates, e dos Decretos do referido dia).

Naõ haverá certamente pessoa alguma, que negue o titulo de Liberal ao Conde de Mirabeau, que constantemente se gabava *de ter sido, de ser, e de continuar até ao fim do Mundo a ser sempre o homem da Liberdade pública*, como elle repetio, e verificou em muitos dos seus Discursos, que lhe grangeáraõ o titulo do Demosthenes Francez. Quando, depois da célebre Camara Real de Junho de 1789, Luiz XVI., mandou dizer por Mr. Brezé á Assemblêa, no dia 23, que se dissolvêsse: Mirabeau respondêo-lhe — *Ide dizer a Vosso Amo, que nós estamos aqui pelo Poder do Povo, e que naõ sahiremos senaõ pelo das baionetas*: — E foi quem depois disso fez decretar a inviolabilidade dos Deputados; o levantarem-se as Guardas Nacionaes; e o mandarem-se retirar as Tropas do Rei das immediações de Paris, tudo isto evidentes testemunhos do mais decidido Liberalismo. E he por isso, que nós o escolhemos, para ser o nosso texto neste lugar.

(*Continuar-se-ha*).

Considerações do Velho Liberal sobre o resultado das actuaes circumstancias Politicas de Portugal, continuadas do N.º antecedente.

Sua Magestade, além de tudo isto, me desculparia, sem dúvida, de fazer, na Sua Real Presença, mais a

Digitized by Google

seguinte consideraçaõ na materia, de que tracto. A lucta presente he filha da Opiniaõ pública, que se nutrio, e fomentou em Portugal, desde 1808, por aquelles mesmos que o dicto Senhor havia posto á testa do Governo d'este Reino. Os papeis por elles assignados; outros, que se deixáraõ correr, favoraveis ás idéas liberaes, quando ellas pareciaõ convir; e huma successiva serie de factos, capazes de desunir, e de descontentar os Portuguezes; se por huma parte os conduziaõ á Opiniaõ pública do tempo presente, pela outra os tentavaõ para fazer o que fizeraõ, fatigados de soffrer, e vendo todos os dias diminuirem se os meios da sua prosperidade. O Velho Liberal naõ attribue a ninguem nenhumas más tenções; porém, o errar he proprio dos homens, e os que estavaõ no Governo do Reino eraõ homens. Elles naõ víraõ certamente ha oito, dez, e doze annos, qual sería no fim d'elles o resultado dos seus factos, que haviaõ de produzir necessariamente, como produzíraõ, o presente estado das cousas. He, alem de tudo isto, da natural condiçaõ humana, que os habitos de respeitar, e de soffrer, a que os Povos saõ conduzidos, relativamente aos Monarchas, pela grande distancia, que entre si, e elles consideraõ desde que nascêraõ, se naõ fazem communs a outros alguns quaesquer particulares, quando saõ de repente levantados ao exercicio das Funcções, que exercitavaõ os Reis: os Povos tendo conhecido a estes na sua mesma classe, ha pouco tempo, naõ tem para com elles aquelle prestigio do habito, que os faz muito mais tolerantes, e pacientes, a respeito do que julgaõ vir-lhes do Monarcha.

Estas cousas saõ as que conduzíraõ os Portuguezes ás circumstancias, em que se achaõ; e tendo entaõ vindo ellas dos Delegados do Podêr Real, bem que involuntariamente da sua parte, naõ he isto huma razaõ de mais, para que Sua Magestade venha a terminar a presente lucta dos Portuguezes, por meio de huma Concordia com elles? Seus Augustos Predecessores acabáraõ deste modo outras semelhantes, que naõ tinhaõ origem nos Delegados da Sua Real Authoridade. E naõ he mais forçoso ainda terminar pelo mesmo modo a presente, de que el-

Digitized by Google

les forão certamente a principal das muitas causas concorrentes? Por isso Sua Magestade certamente me desculparia a materia deste Artigo: o que Seus Maiores fizerão por Politica, he a minha opiniaõ, que Elle deve fazer até por Justiça, vendo que os Portuguezes forão conduzidos pelos que estavaõ á testa do Governo do Reino ao estado de Opiniaõ pública, em que se achaõ, e que produz a presente situaçaõ das cousas. *Se em Meu Nome, por pessoas por Mim authorisadas, he que os Portuguezes estaõ nas circumstancias, em que se achaõ, cumpre-Me certamente remedia-las pelo modo mais dôce, que fôr possivel, e este he o da Concordia.* Eis-aqui o raciocinio, que eu desejaria excitar no espirito de Sua Magestade, por esta minha proxima consideraçaõ.

O ultimo, e em quanto a mim o mais consequente desserviço, que o Governo do Reino fez aos negocios de Portugal, foi sem dúvida complicar o Conde de Palmella, para que elle perdesse o lugar, a que a Providencia o chamava, de ser o Quincio Capitolino da nossa Historia, e da nossa Idade. Para o occupar utilmente, era indispensavel ter a confiança do Brasil, e de Portugal: e S. Ex.ª estava neste caso, quando, ha pouco, desembarcado no Téjo, rompêraõ os acontecimentos do Porto. Em quanto ao Brasil, por huma parte a escolha, que Sua Magestade d'elle havia feito para o Ministerio; e pela outra os grandes Congressos, e as grandes cousas, em que S. Ex.ª tinha entrado na Europa; o perfeito conhecimento, que isto lhe havia de dar do seu actual estado, naõ podiaõ deixar de lhe attrahir toda a confiança do Monarcha. E em quanto a Portugal, a sua carreira Politica sempre gabada nos papeis impressos nos Paizes Estrangeiros, e que vinhaõ a este Reino; as esperanças, que elles inculcavaõ da sua entrada no Ministerio do Brasil; as suas maneiras dôces; a sua viveza; os seus conhecimentos, tudo rodeava a S. Ex.ª para lhe grangear a confiança dos Portuguezes. A Providencia o fez chegar a Lisboa na occasiaõ mais opportuna, e em que mais alli podia aproveitar sua Pessoa. Elle podia intervir com os seus Nacionaes, propôr-se a ser o mensageiro immediato das suas queixas, e dos seus votos, para que elles che-

Digitized by Google

gassem ao Monarcha, que todos com enthusiasmo proclamavaõ, e engrandeciaõ. A primeira Carta do Governo estabelecido no Porto, dirigida ao Governo do Reino por Sua Magestade, e que corre impressa, manifestava mesmo, que aquelle Governo, e os Portuenses se conduziaõ principalmente nos seus movimentos a procurar hum centro commum Nacional, que levasse a Sua Magestade fielmente as circumstancias, e os desejos dos Portuguezes, tendentes principalmente a inutilisar, e a frustrar tres diversas opiniões, que se nutriaõ em Lisboa, cada huma das quaes podia ser damnosa a Sua Magestade.

Parecia pois que nada desviava a S. Ex.ª de ser o Quincio Capitolino Portuguez, que n'aquelles momentos se posesse entre Portugal, e o Brasil, entre os filhos, e o Pai, entre os Povos, e o Monarcha. Era porém indispensavel para isto que o naõ arrastassem, ao menos ostensivelmente, a hum partido, que o privaria sem dúvida do logar de Mediador, que lhe fôra destinado. Era obvio que se, faltando-se a isto, o infamassem pública, e indisputavelmente como fazendo parte de hum dos partidos, vinhaõ desta sorte a priva-lo da imparcialidade, e mutua confiança, que se requer na pessoa, que entra na Mediaçaõ. A lucta começou entre o Governo instituido no Porto, e o outro que havia em Lisboa, e ella ia d'esta sorte reflectir indirectamente em Sua Magestade. Para ser Mediador era sem dúvida necessario naõ ser adherente, ao menos ostensivelmente, a nenhum d'elles.

E que fez D. Miguel Pereira Forjaz, ou a desgraça de Portugal, ou a estrella de S. Ex.ª, d'esta vez a elle avêssa? Introduzio a S. Ex.ª no Corpo do Governo de Lisboa pelo convite, que se lhe dirigio para intervir com o seu conselho sobre os acontecimentos do Porto, que pela sua natureza, e circumstancias do tempo se devia muito recear passassem a fazer-se geraes em todo o Reino, como com effeito aconteceo. O Senhor Conde prestou-se a isto: e publicou se logo na Gazeta de Lisboa aquelle convite, e esta resposta de S. Ex.ª Nada menos pertendo agora, do que fazer accusações, que saõ alhêas do meu assumpto, e mesmo contrarias ao empenho da Concordia, de que eu tracto. Mas a que fim se publicá-

Digitized by Google

raõ na Gazeta de Lisboa aquellas transacções entre o Conde da Feira, e o de Palmella? Para que o Governo do Reino se aproveitasse das luzes do Senhor Conde de Palmella, era acaso preciso que se publicasse na Gazeta ser elle o consultado? Certamente naõ. Para que fim pois se fez nella semelhante publicaçaõ? Ninguem o poderá comprehender; mas ella depois da Proclamaçaõ de Lisboa na data de 29 de Agosto, fazendo-o participante d'este arbitrio intolerante, e inconciliador, privava necessariamente ao Senhor Conde de Palmella do lugar, que eu muito desejava tivesse sido occupado por elle.

O arbitrio da Concordia, que me parece o unico mutuamente proveitoso para Portugal, e para o Brasil, nas circumstancias presentes, exigia hum Mediador de boa fé, e que por esta, e que por todas as outras circumstancias, de que se revestisse, podesse esperar a confiança assim dos Portuguezes, como da Côrte do Brasil, visto serem estas as duas partes, que se tractava de Concordar. Era preciso o mesmo, que todos os dias acontece nas desavenças de huma familia, do Pai, e mais dos filhos; isto he, que houvesse huma pessoa, que entre elles se apresentasse sincera, e cordialmente desejoso de concordar, e de satisfazer a todos; sendo a essencial qualidade, que entaõ se requer, a boa fé, e a franqueza, que d'elle desvie toda a suspeita de querer illudir, ou enganar, ou seja o Chefe da familia, ou os seus membros. Fazendo elles hum todo, naõ podia ser a huma parte vantajoso, o que o naõ fosse tambem a outra. No caso presente o Monarcha he a Cabeça do Corpo Politico, os Povos saõ o Corpo; hum, e outros, partes integrantes do mesmo todo Politico; e a prosperidade, ou infortunio de huma das partes, naõ pode deixar de se communicar á outra. E sendo tudo isto verdades innegaveis, o Velho Liberal lisongeava-se, e ainda se lisongêa no fundo do seu coraçaõ, de que a Concordia ha de nascer do meio do presente estado das cousas de Portugal.

A Representaçaõ Nacional vai congregar-se: as muitas luzes dos Portuguezes haõ de necessariamente unir-se nella: no Brasil existe Sua Magestade; e o Velho Liberal, que muito o conhece, e ama, sabe perfeitamente

Digitized by Google

com hum igual conhecimento ao que tem da sua propria existencia, que Elle naõ tem nenhuma incompatibilidade no Seu Real Espirito para as idêas Liberaes. Sabe, muito pelo contrario, que sendo estas idêas todas dirigidas á prosperidade publica, ao bem da Naçaõ, esses foraõ sempre os Seus Cordeaes Desejos. Os Portuguezes appetecem huma Organisaçaõ Politica d'aquelle estado, que lhes dê, e segure a Liberdade Civil, promovendo a prosperidade pública, com o mutuo auxilio das luzes, e esforços da Naçaõ, e do seu Chefe. (Sua Magestade naõ perde nisto nada, ganha muito.) O Mesmo Senhor ha de querer conservar toda a Sua Dignidade Real. (os Portuguezes tambem nisto naõ perdem nada, ganhaõ muito.) E com estes dous elementos, que o Velho Liberal tem sempre diante dos olhos, e lhe nutrem as doces esperanças do ditosissimo futuro, que prevê: elle, assim como se naõ enganou nos vaticinios que ha muito fazia sobre os acontecimentos presentes de Portugal, espera naõ se enganar tambem nos outros, que agora se atreve a fazer: O Brasil, e Portugal haõ de concordar-se: os filhos amantes haõ de achar hum Pai desvelado: o Ceo, que tem empregado tantas vezes o seu Poderoso braço em proveito de nossas cousas, ha de apparecer tambem agora igualmente a nós benefico.

O Velho Liberal, lamentando a falta da mediaçaõ do Senhor Conde de Palmella, e julgando muito proveitosa huma, que o substituisse neste lugar, muito estimaria, que alguem se tenha apresentado, ou apresente em Portugal, offerecendo-se a fallar por El-Rei nesse Congresso Nacional, nessas Côrtes Extraordinarias, que vaõ celebrar-se, para se exprimirem os Votos dos Portuguezes, que se haõ de conduzir ao seu Monarcha. Elle julga isto mesmo indispensavel; porque, tendo a Naçaõ toda uniformemente, e com enthusiasmo, proclamado, e exprimido os seus votos pela conservaçaõ de Sua Magestade, e da sua Dynastia, quem poderá duvidar, que o Mesmo Senhor, alem dos outros Seus Direitos, he o Chefe da Naçaõ, pela herdada Lealdade dos Portuguezes, que foi sempre o mais firme alicerse, e o mais seguro esteio dos seus Monarchas? E entaõ, depois disto, o Chefe, a

Digitized by Google

Cabeça da Naçaõ, naõ ha de fazer hunia parte integrante, e indispensavel no Corpo da Representaçaõ Nacional? Haverá nella a inteira collecçaõ de todas as vontades individuaes dos Portuguezes, se faltar a do primeiro de todos elles, a do seu Monarcha, depois de por tal reconhecido, e proclamado pela mesma unanimidade Nacional, que pedio, e julgou indispensaveis as Côrtes? Haõ de ser nella representados todos os Portuguezes, de toda a ordem, e condiçaõ, e nesse Congresso respeitavel naõ ha de apparecer quem represente o Maior delles todos, mesmo na qualidade particular, como grande Proprietario; e na qualidade pública, como Chefe da Naçaõ? Para se deitarem as linhas, e os traços da Organisaçaõ Politica Portugueza, como parecer que convém ao bem do todo, naõ será mesmo a isto proveitoso, que appareça o Procurador de Sua Magestade, para concorrer, e ajudar com as suas luzes, as de todos os outros, a fim de resultar dessa totalidade, o que mais se entender de commum proveito? Isto naõ se suppre certamente com o terem de se levar ao depois á Presença de Sua Magestade os Votos Nacionaes; porque será sem dúvida muito melhor, que elles partaõ de Lisboa depois de no Congresso Nacional ter havido quem fallasse por El-Rei, para fazer ahi vêr o que era indispensavel conservar ao Chefe, mesmo para a firmeza, e estabilidade Constitucional, dirigida ao bem de todos. Estando Sua Magestade taõ distante, era muito mais util irem as cousas aplainadas de Portugal, do que irem aplainar-se no Brasil. Ao menos isto muito concorreria certamente para o fim da Concordia, que saõ todos os meus ardentes desejos. Estou certo que isto naõ esquecerá ao Supremo Governo Interino, que taõ diligente se tem mostrado em conduzir com Sabedoria as cousas de Portugal, nas difficillimas circumstancias presentes, em que Elle, pelo Voto da Naçaõ, foi chamado, para se pôr á testa dellas.

Era isto, de mais a mais, proveitoso para haver quem, depois de ter nas Côrtes fallado por El-Rei, fosse mesmo ao Brasil conduzir á Sua Real Presença o trabalho, e a tarefa Nacional, para desta sorte testemunhar ainda mais franca, e evidentemente, a confiança que os

Digitized by Google

Portuguezes tem no seu Monarcha. Convinha muito que, quem por Sua Magestade fallasse na Europa, fosse pelos Portuguezes faze-lo no Brasil. He isto o que pede o empenho da Concordia, com que o Velho Liberal se entretem de dia, e mais de noite.

O valôr, que tivesse mostrado o Procurador de Sua Magestade nas Côrtes pelo Podêr Real nas discussões, que necessariamente haõ de tocar nelle, naõ podia deixar, por huma parte, de segurar aos Portuguezes huma igual firmeza, para dizer a verdade no Brasil, no que respeitasse aos seus interesses: e naõ podia tambem, pela outra parte, deixar de lhe conseguir a confiança de Sua Magestade: e isto era meio caminho andado. Naõ he possivel que deixe de haver em Portugal muitos, que gostosamente tomem sobre si huma, e outra cousa: se esta idêa naõ consolasse o Velho Liberal, elle choraria incançavelmente sobre as cousas da sua Patria! Se naõ ha hum, e muitos dos Portuguezes, que sejaõ capazes de se offerecer para huma, e outra cousa, infeliz, e desditoso Velho Liberal, porque a Virtude fugio d'entre os Portuguezes, e a Liberdade Civil naõ vive nunca senaõ em companhia d'ella!

(*Continuar-se-ha.*)

Até aqui era o 2.º N.º do Velho Liberal, tal qual tinha sido por elle remettido nos fins de 1820 para ser divulgado entre os seus Concidadãos: como porém o dicto N.º sahisse mais curto do que era preciso para encher as tres folhas de impressaõ, que elle se compromettêo com o Publico, para lhe dar alternadamente hum dia sim, outro naõ, aproveita muito gostosamente esta lacuna, para a encher com huma observaçaõ, que lhe parece de summa importancia no actual estado das Cousas.

Tem-lhe parecido que o amor proprio dos Constitucionaes de 1822 se tem offendido alguma cousa com os Escriptos do Velho Liberal; e isto por hum lado, que muito agradavel lhe tem sido, porque lhe apresenta grandissimas esperanças, de que esses sejaõ ardentissimos, e segurissimos apoios da Carta do Senhor D. Pedro IV.;

***

Digitized by Google

e entaõ o Velho Liberal, se vê no dicto amor proprio ofendido huma origem das invectivas, que se tem espalhado contra a sua pessoa, que nada lhe importaõ, quando tracta somente das Cousas, das Opiniões, e das Doutrinas, que convem nutrir no Publico, para que se naõ mallogrem os beneficios da Carta do Senhor D. Pedro IV., vê nelle ao mesmo tempo hum bom principio, e o mais capaz, e proprio para que ella se consolide; e entaõ naõ quer deixar de aproveitar-se desse grande meio por alguma má intelligencia, que se tenha dado, ou que se possa dar aos seus Escriptos.

Tem parecido ao Velho Liberal que os Constitucionaes de 1822 se querem attribuir huma activa cooperaçaõ para a Carta Constitucional do Senhor D. Pedro IV., que elles julgaõ que naõ existiria, se naõ fosse a dicta Constituiçaõ de 1822; e seu amor proprio queria lisongear-se desta idêa, a qual he proveitosissima para os grandes fins da Consolidaçaõ da mesma Carta — *He filha da nossa Obra! Se esta naõ fosse, Portugal naõ teria hoje a Carta! A nós deverá pois a nossa Patria este beneficio!* —

Eis a opiniaõ, que parece ao Velho Liberal animar os Constitucionaes de 1822, que por isso se desconsentaõ da vehemencia, com que elle tem procurado inculcar a pessima construcçaõ d'aquella Instituiçaõ Politica, parecendo aos Novos Liberaes, aos Amigos da Constituiçaõ de 1822, que he tirar-lhes aquella gloria, e ferir o seu amor proprio naquelle ponto, que tanto os lisongeava, e desacreditar a structura da dicta Constituiçaõ de 1822.

O Velho Liberal vai transigir com elles, porque o pode fazer neste Artigo, sem que nisso offenda o seu primario Systema; e todas as condescendencias com aquellas pessoas, com que se tracta, que naõ obstaõ ao objecto primario, se devem abraçar por aquelles, que desejaõ cordialmente o fim; e muito mais as condescendencias, qual aquella, que agora vai ter o Velho Liberal, e que naõ só naõ contraria o seu fim primario, mas que serve a ajuda-lo, ainda mais, que até he conforme com a verdade na opiniaõ d'elle Velho Liberal.

Pertenderem-se cobrir de orgulho os Constitucionaes de 1822, como activos cooperadores, como causas *Sine*

Digitized by Google

qua non da existencia da Carta Constitucional, naõ pode deixar de apresentar nelles grandissimos cooperadores para a consolidaçaõ da mesma Carta! Se se attribuem o terem-lhe dado origem, o serem os Pais do grande Edificio Social, que lhes enviou a Sabedoria do nosso Incomparavel Monarcha, haõ de precisamente ser efficacissimos agentes para a consolidaçaõ da Obra, de que se querem attribuir a origem! Isto serve aos fins de Velho Liberal. Elle vai muito francamente transigir neste Artigo com os dictos Constitucionaes. Elle o faria assim, ainda quando a sua condescendencia tivesse alguma cousa de lisongeira: (huma vez que naõ fizesse mal ao fim, e ao objecto principal, era mesmo servir a este, lançar maõ da dicta lisonja, unico caso, em que ella passa a ter a qualidade de virtude; serve a bons fins, e sem inconveniente: quem quer os fins, quer os meios: só os notoriamente máos he que naõ devem jámais ser empregados.) quanto mais, sendo a condescendencia, que vai ter, ligada com a verdade na sua maneira de vêr as cousas.

A Carta Constitucional vem primariamente da Sabedoria do Senhor D. Pedro IV.; mas secundariamente resultou da Constituiçaõ de 1822, e tambem secundariamente dos inimigos da mesma Constituiçaõ. O Velho Liberal deseja chamar á Carta Constitucional todos os Portuguezes, assim os que elle denomina *Ultra-Constitucionaes* como adoradores da Constituiçaõ de 1822, como os outros, que denomina *Ultra-Realistas*, e o qual nome dá aos que nem a Carta querem, confundindo-a com a Constituiçaõ de 1822, a que se declaráraõ avêssos, e d'onde resulta temerem tudo quanto se parece, ou a elles lhe parece o mesmo, que era a dicta Constituiçaõ. Ambas estas duas Classes de Portuguezes foraõ a origem da Carta Constitucional, ambas ellas se podem attribuir a gloria, de que o Edificio Social construido na dicta Carta teve nelles a sua secundaria cooperaçaõ. E nenhuma das mesmas Classes se deve offender, nem humilhar, de que o Velho Liberal queira pôr no maior auge de lustre, e de esplendor, no cume, e no Throno da Gloria Portugueza o Senhor D. Pedro IV., fazendo vêr que elle he a causa primaria da Carta Constitucional; e ambas as dic-

Digitized by Google

tas outras Classes, causas secundarias d'ella, e consequentemente ambas participantes do renome, que ha de vir da mesma Carta.

Elle he o Chefe da Naçaõ; esta se deve honrar sempre do maior lustre, da maior pompa, e da maior grandeza, que se attribuir a quem se acha á testa dell. Foi sempre para os Velhos Liberaes huma honra relativamente ás Nações toda aquella, que se presta aos seus Monarchas. Mas, além disto, a verdade pede que se tenha o Senhor D. Pedro IV. como a primeira fonte da Carta Constitucional; e nesta parte naõ poderia o Velho Liberal ter condescendencia alguma; porque para isso lhes seria preciso faltar á verdade, e a huma verdade, que pesaria muito na sua consciencia, tendo elle toda quanta certeza pode haver no Mundo, das virtudes, e rectissimas idêas do Mesmo Senhor; sobre tudo o que respeita aos seus altos conhecimentos, e aos seus eminentissimos desejos pela prosperidade dos seus Vassallos.

O primeiro lugar de honra, relativamente á Carta Constitucional, cabe ao Senhor D. Pedro IV. Sendo ella dirigida ao bem dos Portuguezes, o Velho Liberal está taõ certo, como o está da sua existencia, que o Mesmo Augusto Senhor a daria aos seus Nacionaes por hum livre, e espontaneo acto do Seu entendimento, e da Sua vontade, sem nenhum outro impulso estranho. Feita esta protestaçaõ, filha da verdade, e que, se he lisongeira para Sua Magestade, summamente agradavel deve ser a todos os Portuguezes, conservada ao Mesmo Senhor esta honra, e esta gloria, a cujo respeito naõ pode o Velho Liberal transigir com pessoa alguma, como secundarios Cooperadores da Carta Constitucional; como seus secundarios Progenitores, (permitta-se-lhe esta frase) tem o Velho Liberal assim os acima designados por *Ultra-Constitucionaes*, como os acima designados por *Ultra-Realistas*.

O Velho Liberal está plenissimamente convencido que o Senhor D. Pedro IV. daria a Carta aos Portuguezes, ainda sem ser a isso provocado, logo que entendesse que ella lhes convinha, fosse qual fosse a posiçaõ, em que os mesmos se achassem. Mas esta naõ he a hypothese, em que Portugal estava, quando o Mesmo Se-

Digitized by Google

nhor lhes enviou a dicta Carta, e escusâmos tractar desta em huma hypothese falsa, em vez de a considerar em huma hypothese verdadeira.

E o Velho Liberal está, e esteve sempre persuadido que o mesmo se conseguiria do Senhor D. João VI., que Sancta Gloria haja, se a isso fosse chamado com modo, e com as devidas maneiras; o que se achará inculcado mais de huma vez nos N.os deste Jornal, que foraõ escriptos em 1820.

A Carta apparecêo depois da Constituiçaõ de 1822. E qual era a posiçaõ dos Portuguezes nesta época, em que a fatalissima morte do Senhor D. João VI. fez passar para o seu Augusto Filho mais Velho a Successaõ da Monarchia Portugueza?

A dicta Constituiçaõ de 1822 tinha deixado a Naçaõ notoria, e evidentemente dividida em duas fracções; huma dos amigos da Constituiçaõ de 1822, e que em geral, o que vinhaõ a ser, eraõ amigos do Governo Representativo, amando aquella Instituiçaõ, porque a consideravaõ desta natureza, e capaz de se mantêr, e sustentar: outra dos inimigos da Constituiçaõ, e que tambem propriamente se naõ podem chamar inimigos dos Governos Representativos; porque somente o eraõ daquella Constituiçaõ de 1822, que elles confundiaõ com os Governos Representativos em geral; naõ entendendo, que podesse haver algum Monarchico-Representativo, que naõ fosse d'aquella especie.

Esta era a divisaõ Nacional, que a posiçaõ da Monarchia Portugueza apresentava ao Senhor D. Pedro IV., quando o seu Throno se lhe transferio. E nella foi que o Mesmo Senhor mandou a este Reino a Carta Constitucional, para vêr se com ella concordava, e unia todos os seus Vassallos da Europa.

Ha huns, que amaõ os Governos Monarchico-Representativos, que por isso adoraõ a Constituiçaõ de 1822, a qual com tudo naõ podia servir para os fins Sociaes, pelos defeitos da sua structura organica. Pois dêmos-lhe huma Carta com huma forma de Governo d'aquella especie, e sem estes defeitos. Quem pode duvidar pois de que neste sen-

Digitized by Google

tido, os acima denominados *Ultra-Constitucionaes*, os Amigos da Constituiçaõ de 1822, tal qual, se possaõ dizer segundos cooperadores, secundarios progenitores da Carta Constitucional?

Ha outros, que odeiaõ os Governos Monarchicos-Representativos, porque os consideraõ a todos da mesma especie da Constituiçaõ de 1822, e fazem por isso todos elles participantes dos gravissimos males, que desta resultáraõ, ou lhes parecéo que resultaraõ. Pois demos-lhe huma Carta com huma forma de Governo d'aquella especie, em que estejaõ corrigidos os defeitos da organica structura da primeira, que he d'onde vieraõ os mencionados males. Quem pode duvidar pois que neste sentido os acima denominados *Ultra-Realistas*, os inimigos da Constituiçaõ de 1822, tal qual, se possaõ dizer segundos cooperadores, secundarios progenitores da Carta Constitucional?

Todos pois, ambas as dictas classes, em que se dividia a Naçaõ, se podem considerar debaixo do mencionado ponto de vista, como havendo feito apparecer a Carta Constitucional, e isto os deve reunir a todos no que respeita á sua Consolidaçaõ.

A Carta he filha de ambas ellas, he obra de ambas; muito feliz será o Velho Liberal se fizer acreditar esta verdade aos Portuguezes em geral!

Elle vio com muito gosto no N.º 2.º do Velho Economico algumas considerações sisudas sobre a materia, que continha o seu N.º 1.º do Velho Liberal. Promette satisfazê-las, e gosta muito de annunciar, a quem quer que he o seu Auctor, que estimará quaesquer outras considerações suas sobre os objectos da Sciencia Politica, que importa hoje muito aos Portuguezes se tracte com toda a franqueza, e clareza. O Velho Liberal protesta ao Velho Economico que ha de satisfaze-lo, sempre que se tractar de analogos assumptos, e que mesmo poderá haver alguma occasiaõ, em que elle mude de sua doutrina, se as reflexões do Velho Economico o convencerem. Errar he dos homens, e só se considera infallivel quem he tôlo. Mas naõ era possivel ao Velho Liberal satisfaze-lo hoje, estando já quasi impresso inteiramente este N.º, que agora apparece. No de Sabbado ha de fazer muito por

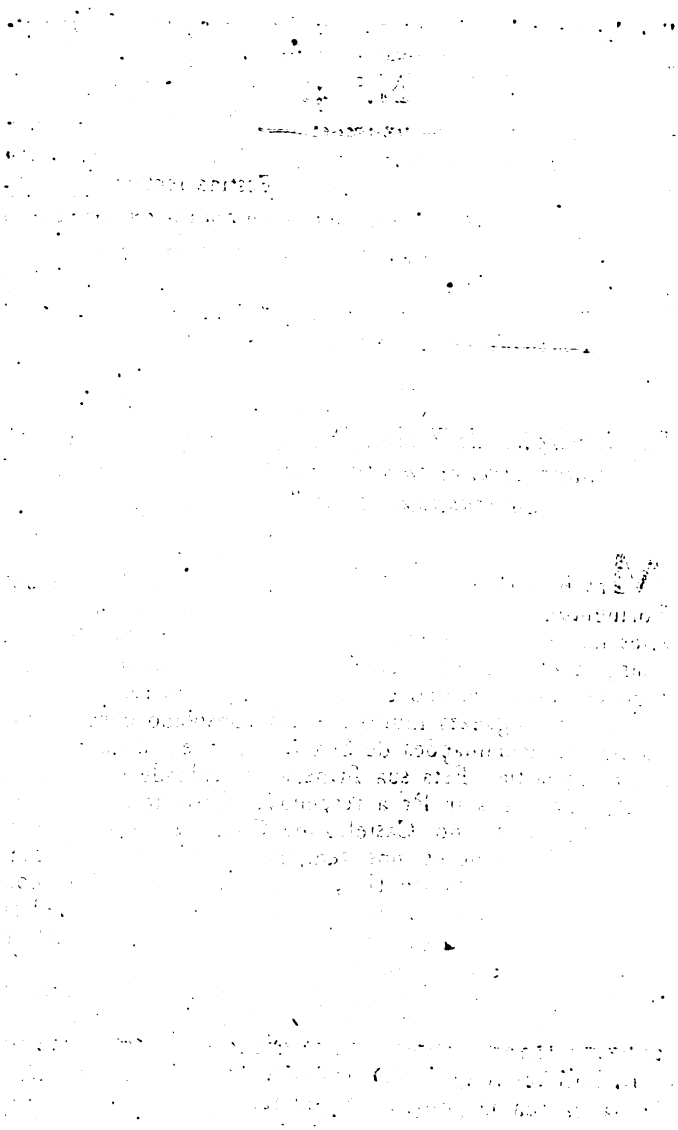
Digitized by Google

lhe dar os esclarecimentos, que deseja; e, se naõ fôr nesse dia, será sem falta no Jornal de Terça feira.

O Velho Liberal vai publicar os seus N.os até o 6.º inclusivè, sem Supplemento algum, para o Público entender bem o seu espirito, porque observa que alguns, que estaõ escrevendo a seu respeito, nos dictos N.os até o 6.º encontraraõ illustrações, que os satisfaçaõ. As muitas, e importantes materias, que elle tinha para Supplementos, ficaraõ para depois.

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google



Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 3.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Considerações do Velho Liberal sobre o resultado das actuaes circumstancias Politicas de Portugal. Continuadas do N.º antecedente.

Mas fugi lúgubres idêas! Eu, ainda que distante dos Portuguezes, ha dez annos, estou certissimo que entre elles ha de haver muitos capazes de tudo isto, e de muito mais, se preciso fôr, quando se tractar do commum bem, e do commum serviço da sua Naçaõ, e do seu Rei.

Os Portuguezes muito me tem consolado com as suas constantes acclamações de Sua Magestade, e da sua Augusta Dynastia. Esta sua firmeza, e lealdade obrigáraõ o Velho Liberal a ir lêr a respeitavel Historia de D. Martim de Freitas, no Castello de Coimbra, e dos outros illustres Portuguezes nos tempos dos Senhores D. Sancho II., e D. Affonso III.; e para este fim abrio contentissimo a primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal, pelo Licenciado Duarte Nunes do Leaõ, na ediçaõ de Lisboa de 1600 a fol. 78.

O desmazêlo do Senhor D. Sancho II. nas cousas do Reino, e o descontentamento de alguns poucos Ecclesiasticos, Classe poderosissima naquella idade, tinhaõ feito conseguir do Papa, que entaõ se achava em França, a Bulla da sua Deposiçaõ, e que fazia passar a Côroa para

Digitized by Google

o Senhor D. Affonso III. Ella existe ainda no Cap. *Grandi*, que nenhum dos Canonistas deixa de têr lido: e todos sabem que a commum opiniaõ d'aquelles tempos attribuia ao Chefe da Igreja a authoridade para julgar, e para dispôr dos Imperios.

O Senhor D. Affonso III. entra em Portugal, e mais os Executores da Bulla do Sancto Padre. O Senhor D. Sancho naõ tinha governado bem, e o Senhor D. Affonso III. promettia pelas suas qualidades ser hum grande Monarcha. Os Portuguezes eraõ ameaçados com excommunhões, e com censuras para naõ obedecerem ao primeiro, e para terem como Rei o segundo: e aquellas armas entaõ eraõ mais poderosas do que o saõ agora numerosissimos Exercitos. Entre tanto, Duarte Nunes do Leaõ, depois de referir os nomes dos muitos Portuguezes, que deraõ, no meio de tudo isso, ao Senhor D. Sancho II. os mais distinctos testemunhos de fidelidade, accrescenta:

" D'estas Historias se vê a lealdade da Naçaõ Portugueza para seus Reis. Porque a hum Rei que era
" taõ inhabil naõ queriaõ vêr tirado da administraçaõ do
" Reino, que naõ sabia governar; e padecendo muitas
" sem justiças naõ queriaõ ser governados pelo Conde de
" Bolonha, varaõ prudente e virtuoso, e Portuguez fi-
" lho de seu Rei natural. Ao qual sempre houveraõ de
" resistir, se as excommunhões e censuras, que os ho-
" mens pios e catholicos devem temer mais que as bom-
" bardas, os naõ constrangeraõ. Tambem se vê d'aqui,
" que as embaixadas, que aos Sanctos Padres mandavaõ,
" sobre os aggravos que recebiaõ d'El-Rei, e de seus
" Conselheiros, e Privados, naõ eraõ para o depôr da
" dignidade, ou administraçaõ de seu Reino, senaõ pa-
" ra o amoestar que emendasse a vida, e tirasse de si
" aquelles máos Conselheiros, por que se regia.....
" Tambem se collige a pouca verdade e impudencia de
" hum, que escrevendo huma falsa arvore da genealogia
" dos Reis de Portugal, para persuadir que neste Reino
" houve muitas eleições de Reis, dizia, que o Conde de
" Bolonha, foi eleito pelo Povo todo, para Governador.
" E depois de morto El-Rei D. Sancho, fôra pelos mes-
" mos eleito para Rei, sendo certo, que para Governa-

Digitized by Google

„ dor, foi resistido tirando dous, ou tres escandalisados; „ que ao Papa o requereraõ, e para succeder a seu ir- „ maõ naõ podia nem devia ser eleito, pois o Reino se „ naõ podia dar a outrem, senaõ a elle, por ser irmaõ „ do Rei defuncto, e filho legitimo d'El-Rei D. Affon- „ so, e que estava de posse do Reino com todas as ho- „ menagens das Cidades, e Villas dadas a elle, e os „ Castellos entregues, e que pelo Papa estava declarado „ por legitimo Successor do Reino, morrendo El-Rei „ D. Sancho sem filhos, como se vê do dicto Capit. „ *Grandi*, que naõ tracta de outra cousa. „

Concluia assim Duarte Nunes do Leaõ o seu Artigo, sobre a Lealdade Portugueza para com o Senhor D. Sancho II, depois de ter referido os factos particulares á isso relativos, de Fernam Rodrigues Pacheco, no Castello de Celorico; de D. Garcia, D. Fernam Garcia, D. Fernam Lopes, D. Diogo Lopes, todos Irmãos, filhos de D. Garcia de Sousa, da Villa de Trancoso, e sobretudo, os de D. Martim de Freitas que, pelo dicto Rei, tinha o Castello de Coimbra, e que o naõ quiz entregar ao Senhor D. Affonso III., ainda mesmo depois de se lhe ter sujeitado todo o Reino, e de estar seu Irmão já ausente em Hespanha, soffrendo por muito tempo o cerco, em que por aquelle Rei foi posto o dicto Castello, para ser obrigado a render-se, o que somente se conseguio de D. Martim depois que elle soube, e foi plenamente informado sobre a morte do Senhor D. Sancho II, circumstancia, que fazia terminar a homenagem, que se lhe havia dado, e passar o Reinado indisputavelmente para seu Irmão, na forma das Leis fundamentaes das Côrtes de Lamego, quando determinavaõ que, morrendo o Rei sem filhos, seu Irmão tivesse o Reino.

O Velho Liberal quando vio a constante Proclamaçaõ de todos os Portuguezes, pelo Senhor D. Joaõ VI., e pela sua Augusta Dynastia, naõ havendo nem hum só que se desviasse d'esta profissaõ de Fé, no meio de huma convulsaõ politica, no meio de todos os seus soffrimentos, e de todas as suas miserias, estando Sua Magestade taõ distante d'elles, quanto vai do Velho ao Novo Mundo, elle julgou-se coevo aos tempos dos illustres Fun-

Digitized by Google

dadores da Monarchia, dos quaes era o primeiro timbre serem todos taõ leaes, e fieis ao seu Monarcha, como o havia sido D. Martim de Freitas, e elle confia nesta herdada lealdade Portugueza, que aquelles sentimentos para com o Senhor D. Joaõ VI., e a sua Dynastia, naõ haõ de esfriar jámais em algum dos Portuguezes.

E depois de tributar seus devidos louvores, e de render seus agradecimentos aos seus Patricios, por erguerem esta voz de lealdade, que todo o Reino seguio, e que tanto consolou o Velho Liberal, continuando elle a discorrer comsigo sobre a necessidade de hum Mediador entre El-Rei, e os Portuguezes, nas presentes circumstancias, pareceo-lhe que via o respeitavel Procurador da Côroa, o Sr. Thome Pinheiro da Veiga, briosamente fazendo inuteis esforços na sepultura, que encerra as suas cinzas, para levantar a sua campa, e ir neste nosso Congresso Nacional encher o lugar, que taõ dignamente occupou na sua vida.

Animado d'aquella firmeza, e virtude, com que sustentou a Causa da Côroa em 1637 contra o Bispo Collector nesta mesma Cidade de Lisboa, elle serviria tambem agora, igualmente que entaõ servio, assim a sua Naçaõ, como o seu Rei! Naquelle tempo teve de luctar com a Curia Romana, armada com as suas excommunhões, e censuras, entaõ poderosissimas armas: teve de luctar com o podêr Jesuitico, forte de todas as suas artes, e cabalas, que cuidadosamente empregou para o remover de Procurador da Côroa, como consta do Documento referido em a Nota ao § 742 da Deducçaõ Chronologica, e Analytica: mas nada disto o assustou. E hoje! Parece-me estar-lhe ouvindo: *eu nenhum risco tenho de correr: a Naçaõ toda, a unanimidade dos Portuguezes, proclama com o maior enthusiasmo, e amor, o Senhor D. Joaõ VI., que me constituio Procurador da sua Côroa por este Diploma, firmado com a sua Real Assignatura; e entaõ eu certamente nesta qualidade respeitavel, que muito felizmente me acompanha agora, irei nas nossas Côrtes fazer-me participante de huma parte desse enthusiasmo, e amor, exprimido pelos Portuguezes taõ manifestamente, para com o meu Augusto Constituinte!* Parece-me ouvir-lhe, *a Côroa de*

Digitized by Google

que eu sou Procurador, não he hum ente imaginario, e sem realidade; ella não existiria, se não houvesse a Naçaõ, e consequentemente não se pode conceber, que cousa seja, se não juntando Portugal, e o seu Monarcha, senaõ unindo a Cabeça, e mais o Corpo: servir pois á Cõroa utilmente, he servir a Naçaõ da mesma sorte.

E descansando no já enfraquecido braço a fatigada cabeça, entrou o Velho Liberal a meditar hum pouco sobre estas palavras, que lhe parecia ouvir áquelle digno Magistrado, quando, cahindo em leve somno, se lhe figurou que elle lhe continuava a fallar; e o que se vai seguir nestas nossas Considerações naõ saõ as idêas do Velho Liberal, mas sim o que no dicto sonho elle aprendêo do referido Procurador Regio, insigne por letras, e virtudes. Naõ nos apropriemos a gloria, que he alheia.

O Sr. Thome Pinheiro da Veiga começou por me agradecer a memoria, que eu conservava do seu nome, e depois continuou a referir-me a maneira, por que se comportava assim nas Côrtes, como na Presença de Sua Magestade.

Era necessario, dizia elle, prevenir a Opiniaõ Pública, para que naõ parecesse que o Procurador de Sua Magestade ia fallar a linguagem, e seguir o trilho da Proclamaçaõ de 29 de Agosto passado, combatendo, a torto, e a direito, os desejos da Naçaõ, e procurando priva-la de huma Representaçaõ Nacional permanente, que fizesse com o Monarcha huma parte no Governo: e para este fim eu havia de começar a fallar nesta maneira:

Sejaõ quaes forem, Senhores, as nossas diversas attribuições neste Congresso, todos nos achâmos animados dos mesmos sentimentos, que vem a ser o zélo pela prosperidade pública da Naçaõ, e a adhesaõ, e respeito por Sua Magestade. Poderá entaõ acontecer que, supposto reunidos neste ponto cardinal, nos inclinemos huns mais para esta parte, e outros para aquella; mas no meio das nossas discussões, e dos nossos esforços, seremos todos uniformes em procurar o bem commum, que naõ pode resultar senaõ da prosperidade das duas partes integrantes do Corpo Politico em huma Monarchia, que saõ o Rei, e os Vassallos. Eu

Digitized by Google

estou segurissimo que taes saõ, e seraõ sempre os desejos dos Illustres Representantes da Naçaõ: por quanto, no que pertence ao zêlo pelo bem dos Portuguezes, o affiança a sua representaçaõ, e a distincta confiança, que merecêraõ a seus Constituintes: e no que pertence á adhesaõ, e respeito pelo Rei, as constantes acclamações de Sua Magestade, e da sua Dynastia, exprimidas com o maior enthusiasmo, e amor, em todo o Portugal, me livraõ inteiramente de qualquer receio, de que eu possa ter necessidade de esforçar-me, para o conseguir. Mas eu espero tambem, e tenho direito de esperar que este respeitabilissimo Congresso haja de contar com iguaes sentimentos da minha parte: por quanto, relativamente á adhesaõ, e respeito por Sua Magestade, eu naõ deixaria a sepultura, esta feliz habitaçaõ do descanço, para vir ser em Portugal infiel á Causa, que me fez sahir de entre os mortos: e relativamente ao zêlo pelo bem dos Portuguezes, conhecendo, como conheço, os sentimentos de Sua Magestade sempre que se lhe fallou claramente no bem dos Vassallos, e conhecendo isto pela constante, e seguida attençaõ, que tenho dado a toda a carreira da sua vida, naõ era possivel que, figurando de seu Procurador nestas Côrtes, quizesse manchar a maior gloria, que entendi sempre lhe pertencia, e que era a de se naõ denegar jámais, ao que se lhe representava, como realmente vantajoso, para o bem dos Portuguezes, esquecendo-se mesmo algumas vezes de si, quando se tractava delles.

Dizia o Sr. Thomé Pinheiro da Veiga que, começando desta sorte, havia de continuar referindo todos quantos Documentos, e testemunhos podesse juntar em confirmaçaõ destes sentimentos, que attribuia a Sua Magestade, para com elles excitar a confiança, que desejava nos Representantes Nacionaes das Côrtes, relativamente ao que deviaõ esperar do Mesmo Senhor; e que depois disto continuaria desta sorte.

Devêmos pois, Senhores, estar plenamente convencidos, que os Sentimentos de Sua Magestade naõ foraõ nunca illiberaes, e por tanto sejaõ quaes forem nossas diversas attribuições aqui, he, e será sempre uniforme, e commum o nosso empenho. Este Reino he o Navio, em que estaõ embarcados os Portuguezes, e o Rei, e cada hum com

Digitized by Google

todas as suas fortunas; e nem aquelles podem esperar que a navegação errada, ou o naufragio haja de prejudicar somente a este, salvando elles o que lhes pertence; nem a Sua Magestade pode lembrar que, no caso das referidas desgraças, ellas recahiriaõ somente sobre os Passageiros, ficando illesa a pessoa do Capitaõ, a que se havia entregue o leme, e o governo no curso da Viagem. Poderá então parecer a huns que áquella salvação, e prospera derrota convem navegar à remos, quando a outros pareceria melhor soltar às velas; mas estas diversas opiniões versaraõ unicamente sobre os meios, naõ havendo discordancia alguma, em quanto aos fins.

O que magoava porem muito o Sr. Thomé Pinheiro da Veiga, conforme d'elle conheci no meio do meu sonho, era que depois do conhecimento, que tinha das virtudes, e liberaes sentimentos de Sua Magestade, fosse o Mesmo Senhor privado da gloria de prevenir, por si mesmo, os desejos dos Portuguezes, dando-lhes huma Constituição Representativa, antes d'elles os terem exprimido tão altamente, como o fizeraõ desde o dia 24 de Agosto passado. Elle considerava que as liberaes idéas do seculo, as necessidades, e urgencias públicas, e particulares do Reino, e sobre tudo a Residencia de Sua Magestade no Brasil, faziaõ indispensavel aquelle remedio na Publica Administração de Portugal. *Mal haja*, exclamava elle, *quem se naõ apressou a fazer chegar á Sua Real Presença este conhecimento por huma maneira poderosa, e capaz de o determinar, antes que os Portuguezes fossem conduzidos ao ultimo extremo! A fazercm-se elles mesmos ouvir na Côrte do Brasil! Os Portuguezes haviaõ de conseguir então o mesmo, que teraõ de alcançar agora: mas certamente ficariaõ muito mais seguros dos paternaes cuidados de Sua Magestade a seu respeito, e muito mais agradecidos ao Mesmo Senhor. Os Portuguezes se reconheceriaõ unicamente devedores á Sua Magestade, sem esforço algum da sua parte, relativamente áquelles meios empregados para a sua futura prosperidade; e isto muito concorreria para solidar o nexo Politico, que convem estreitar cada vez mais entre o Monarcha, e os Vassallos para bem de todos. E El-Rei Nosso Senhor teria deixado mais hum illustre monumento, que na*

Digitized by Google

Historia marcasse a gloria do Seu Nome, e do seu Reinado.

O respeitavel Procurador da Corôa proferia este Discurso acompanhado de huma tal sensibilidade, interrompendo-o muitas vezes com taes suspiros, que bem mostrava o quanto elle vinha do fundo do seu coraçaõ.

O Velho Liberal interrompêo-o entaõ para lhe perguntar — *E como havieis, Senhor, de conduzir os Portuguezes, estando entre elles, para se dirigirem a Sua Magestade depois dos factos praticados desde 24 de Agosto, que privaraõ do exercicio do Podêr, e do Governo as pessoas, que o Mesmo Senhor tinha posto á testa delle? Estes factos parecem-me todos illegaes, e impossiveis de cohonestar na Presença d'El-Rei. As outras Nações da Europa se haõ de inquietar com elles, pelo medo do contagio, e do exemplo: e he necessario que attenda tambem a ellas, e a tudo isto, o Congresso Nacional, visto que Portugal he huma parte da grande Familia Europêa, que se compõe de todas as suas Nações.*

Mas quando o Velho Liberal fallava assim, julgando haver nisto gravissimo embaraço, e quasi insuperavel difficuldade, o insigne Procurador da Corôa, com o ar mais tranquillo, que era possivel, respondêo-lhe:

Ahi naõ ha difficuldade alguma: eu quereria mesmo, bem que Procurador de Sua Magestade, incumbir-me de fazer essa parte do Officio das Côrtes, que se ha de dirigir a El-Rei. Eu havia de dizer nella que, suppostas as circumstancias do tempo, e de Portugal, depois dos proximos, e visinhos acontecimentos de Hespanha, era impossivel que elles deixassem de se communicar a Portugal. E sendo isto assim, como na verdade era, tinha sido hum serviço, assim a El-Rei, como aos Portuguezes, o que se praticou em o Reino desde o dicto dia. Pois dada a certeza, de que se naõ pode duvidar, do rompimento de commoções entre os Portuguezes, conduzidos pela pública, e geral Opiniaõ das idêas liberaes; podendo ellas apparecer, como era de receár pela contiguidade de Portugal com Hespanha, em toda a sua extensaõ; podendo, digo, como era de esperar por este motivo, apparecerem ellas clandestinamente, aqui, e alli, nesta, e naquella Provincia, nesta, e naquella Comarca,

Digitized by Google

nesta, e naquella Cidade, neste, e naquelle lugar, sem hum centro commum de uniaõ; pertendendo cada hum desses divarsos pontos ser o dicto centro; pertendendo cada hum desses diversos pontos enunciar a sua diversa opiniaõ; pertendendo cada hum desses diversos pontos sustentar em si a Authoridade, e o Governo; naõ era incomparavelmente mais vantajoso, assim para os Portuguezes, como para El-Rei, que a Providencia conduzisse as cousas, como foraõ conduzidas, e como era proprio da sua Divina Bondade para com os homens? Os Portuguezes livráraõ-se, desta sorte, da Anarchia, e dos seus estragos, e da continuaçaõ d'elles, que haviaõ durar muito, em quanto elles, cançados de desgraças, se naõ abrigassem a hum centro de unidade; e poderia entaõ acontecer, que elle fosse hum ambicioso, que aspirasse á Dictadura, ou á usurpaçaõ dos incontestaveis Direitos de Sua Magestade á Monarchia Portugueza. E El-Rei, depois de ter participado, na necessaria qualidade de Chefe da Familia Portugueza, que delle he inseparavel, depois de ter participado, digo, nesta qualidade, de todas as desgraças d'ella, podia ver-se entregue a huma usurpaçaõ, e pelo menos naõ teria certamente, como tem agora nas Cortes Extraordinarias, hum centro commum, que una as vozes dos Portuguezes, para chegarem á sua Presença. E nestes termos deixará Sua Magestade de considerar como dirigido ao bem do serviço da Naçaõ, e do Rei, o que se praticou, que desviando os males referidos, muito connexos com semelhantes Crises, apresenta hoje a Representaçaõ Nacional, com a qual o Mesmo Senhor se pode entender?

O Velho Liberal ia a fallar, summamente contente da sua maneira de discorrer, que lhe tinha dissipado os sustos, que lhe havia proposto; mas o Senhor Thomé Pinheiro da Veiga naõ o deixou, continuando a dizer:

As Revoluções nos Estados entraõ na ordem natural delles; saõ como as explosões na ordem physica, que tem proveitos, e servem aos grandes fins do Creador. Nada he invariavel senaõ Elle, tudo o mais passa pelas suas metamorphoses: nem está no poder dos homens suspender as Revoluções, que a marcha dos Seculos leva comsigo na sua irresistivel carreira. He indispensavel que se altere, e que mesmo pereça em hum dia, o que noutro começou. Dos ho-

Digitized by Google

meus he somente usar do seu entendimento, para conduzir as necessarias Revoluções, ou sejaõ Naturaes, ou Politicas, do modo que fôr mais conveniente ao bem geral, que saõ os destinos do seu Creador, e que todos tem obrigaçaõ de cadjuvar quanto cabe nas suas forças. O grande Franklin naõ podia impedir á natureza os seus raios; mas com o uso dos conductores fez chama-los a hum ponto determinado, para evitar dos seus estragos a todos os outros. E nós podemos considerar que huma igual gloria cabe ao Porto, e a Lisboa, em formar a unidade Nacional, que, para me explicar assim, he o conductor politico, semelhante ao outro do illustre Americano, que faz chamar, e quebrar nas Côrtes Nacionaes os raios da Revoluçaõ. E entaõ, fazer na ordem politica o mesmo que elle fez na ordem physica, naõ he digno de louvor? Ha alguns remedios, nas quaes se empregaõ os venenos, que a mão habil do Professor destramente neutralisa com outras cousas, para que os mesmos instrumentos da morte sirvaõ á saude dos homens. A enfermidade de Portugal exigio hum destes remedios.

As Revoluções saõ os maiores dos males na ordem politica, porque servem de alterar, ou destruir. Este principio ha de ser reconhecido como Constitucional nas Côrtes Extraordinarias, porque ellas, tractando da Organisaçaõ Politica do Reino, naõ haõ de certamente sanccionar, o que seria infallivelmente destructor da sua obra: e eis-aqui tirado o susto dos exemplos, e o perigo do contagio, e socegada a inquietaçaõ de todas as Potencias da Europa.

Os successos passados de Portugal foraõ hum destes remedios, em que se misturaõ venenos para se evitar huma Revoluçaõ Ochlocratica, conduzio-se outra que o naõ fosse, e que se tornasse muito menos perigosa, e desastrosa do que aquella. Era desta sorte que eu havia de conduzir as Côrtes Extraordinarias, para se dirigirem a Sua Magestade quando tivessem de lhe fallar, nos casos do Porto, e de Lisboa, em 24 d'Agosto, e 15 de Setembro passado. E mesmo elles poderiaõ servir para na Presença de El-Rei se inculcarem as vantagens da Representaçaõ Nacional, que faz os desejos de todos os Portuguezes. Ella diminue muito consideravelmente o perigo de acontecimentos, como estes que se tracta de desculpar. Tendo a Naçaõ hum meio legal de

Digitized by Google

se dirigir ao seu Monarcha, e de fallar, e de se entender com elle; ella naõ ha de lançar mão de outro arrazoado, e allegado para o mesmo fim: mas he lei da natureza, a qual nenhuma instituiçaõ humana póde alterar: — que quando se comprimem os corpos elasticos mais do que he compativel com os seus recipientes, estes arrebentaõ necessariamente; ao mesmo tempo que qualquer respiradoiro desvia este movimento — Huma Naçaõ, que tem a sua Representaçaõ Nacional, falla, e usa da voz, para se dirigir ao Monarcha; e, fallando-lhe esta linguagem, emprega para fallar, como acontece aos mudos, todos os membros do seu corpo. Eis-aqui pois, concluio o insigne Procurador da Coroa, como eu do que vos assustava tanto, havia mesmo de tirar proveito para conduzir Sua Magestade ao empenho dos Portuguezes, desviando d'elles todo o receio do Mesmo Senhor, em razaõ do que tinhaõ praticado.

Cada huma das suas palavras penetrava até ao fundo do Coraçaõ do Velho Liberal, vendo nellas a summa facilidade da Concordia, que tanto occupava os seus desejos: e por este motivo, querendo aprender mais cousas relativas á materia d'elles, perguntou novamente ao Sr. Thome Pinheiro da Veiga — *E como he, Sr., que vos dirigirieis ás Côrtes, relativamente ao modo das suas Relações com Sua Magestade?* — E elle respondêo:

Como he proprio assim da qualidade das pessoas que tractaõ, e como he mais conveniente para os fins que se desejaõ. Isto saõ principios elementares da Rhetorica: nem se póde tractar, e escrever conforme a arte senaõ havendo attenção ás pessoas dos que tractaõ, e dos que escrevem; e juntamente as dos outros com que se tracta, e a que se escreve; nem se caminhará conforme a ella, se, tractando se de hum negocio, em quanto á maneira de caminhar nelle, se naõ seguirem os meios, que mais conducentes forem para o levarem ao desejado fim.

Em quanto ás pessoas, temos os filhos tractando com seu Pai, os Vassallos dirigindo-se ao seu Monarcha, o Corpo da Naçaõ em correspondencia com a sua Cabeça, e com o seu Chefe. Os Portuguezes proclamaraõ todos o ajuntamento das Cortes, debaixo da expressa condiçaõ de se guardar a Monarchia na Pessoa do Senhor D. Joaõ VI.;

Digitized by Google

a ma Sua Augusta Dynastia; e uniformes, e solemnes juramentos se prestarão por todo o Reino em confirmação d'estes seus votos geraes. Elles saõ anteriores a estas Côrtes; saõ neste artigo a collecção das vontades individuaes de todos os Portuguezes: os seus illustres Representantes, que apparecem n'este Congresso, naõ podem desviar-se da primeira Lei, que lhes foi dictada pela firme acclamação de seus Constituintes, de quem recebêraõ toda a authoridade, de que nelle se achaõ revestidos. Seria huma usurpaçaõ, se as Côrtes neste Artigo naõ fossem inteiramente conformes com aquella expressaõ das vontades individuaes de todos os Portuguezes, que constituem a Soberania Nacional; ellas se transformariaõ entaõ em huma usurpadora Assembléa Aristocratica, que se aproveitava da sua uniaõ, e da força, que d'ahi lhe vinha, para inverter os Decretos da Soberania. E sendo ellas congregadas para firmar a Liberdade Civil entre os Portuguezes; e consistindo esta na faculdade de fazer tudo o que a Lei permitte, mas tambem somente o que ella permitte, que esperança poderia haver de que Portugal viesse a gosar deste dôce presente do Ceo, se os chamados para estabelecer as bases de huma Constituiçaõ Liberal começassem dando o fatal exemplo de despreso pela Lei anterior á sua existencia, e estabelecida como ponto Cardinal da sua conducta?

Por tanto, nenhuma dúvida pode haver, que cumpre ás Côrtes dirigir-se a Sua Magestade com toda aquella consideraçaõ, e respeito, com que devem tractar os filhos ao Pai, os Vassallos ao Monarcha, e o Corpo á sua Cabeça, e ao seu Chefe. Faltar a isto, seria naõ attender ás diversas Attribuições, que competem a Sua Magestade, o que certamente fôra improprio da Sabedoria, que deve luzir em huma respeitavel Assembléa Representativa de huma Naçaõ. E ia conforme com estas minhas idêas hum dos mais zelosos Propagadores das idêas Liberaes do seculo passado, bem conhecido pela sua Historia Philosofica, e Politica dos Estabelecimentos, e do Commercio Europêos nas duas Indias, Obra que la Harpe classifica, dizendo, que nella se achaõ os principios da tolerancia, e da mais decidida raiva contra a tyrannia. He manifesto pois, que eu vos quero mostrar a coincidencia das minhas idêas nesta parte com as do

Digitized by Google

Abbade Raynal, na celebre Carta, que elle escreve de Marselha a 10 de Dezembro de 1790 á Assembléa Constituinte, congregada na França para o mesmo fim, e com o mesmo empenho, a que são destinadas as nossas Côrtes. Ella deve chamar-se a Profecia Politica dos subsequentes successos daquella Nação, visto que tanto á risca se cumprio tudo o que nella vinha vaticinado o dicto Sabio, e maduro Liberal, quando observou que os seus Nacionaes, destinando-se a constituir huma Constituição, que lhes désse a Liberdade Civil, se desviavão da estreita, e unica veréda, que a ella podia conduzir. A effervescencia, e fogo que he proprio das Crises Revolucionarias, e que as transtorna, e inutilisa quasi todas, fez com que os Francezes não só se não aproveitassem, mas chegassem a zombar dos conselhos, e dos prognosticos do profundo Medico, que lhes quiz acudir: porém o resultado, inteiramente conforme ás suas theorias, deve prevenir os Vindouros a favor da sua opinião, e dos seus discretos dictames, para que as outras suas emprezas analogas áquella, em vez de alcançarem o desejado fim, não conduzão inteiramente ao contrario.

Dizia Raynal na referida Carta, tractando da materia da vossa pergunta — Acreditai que a Naçaõ se honra, honrando o seu Chefe. Naõ deixeis de empregar para com elle as formulas mais respeituosas: naõ vos conduza a isso hum orgulho mal entendido: naõ vos recuzeis a supplicar-lhe, e a pedir-lhe por mercê isso mesmo, que elle segundo a Lei tem obrigaçaõ de vos conceder. Restituai ao Throno naõ somente o esplendor, porém mesmo a pompa..... He preciso apoiar a Revoluçaõ na Naçaõ, e mais no Rei: sem aquella vós naõ tereis a força real, e sem este ha de faltar-vos a força moral: e huma, e outra vos he precisa. Pois huma boa parte desta força moral, que vos ha de vir do Rei, será sem duvida o resultado da opiniaõ, d'esta consideraçaõ, que os Povos attribuem ao Reinado.

Por tanto eu, e Raynal fallariamos a mesma linguagem, relativamente á maneira de se conduzirem as nossas Côrtes nas suas relações com Sua Magestade: nós ambos lhe diriamos, que concluidas as suas tarefas sobre a Constituiçaõ, que lhes parecesse necessaria, ou proveitosa á pú-

blica prosperidade do Reino, se dirigissem a El-Rei, fazendo chegar á Sua Real Presença o dicto seu trabalho, acompanhado de huma Memoria, que contivesse os motivos, por que tinha sido adoptado cada hum dos Artigos d'ella, pedindo ao Mesmo Senhor, em nome de todos os Portuguezes, que representavaõ, fosse Servido querer Sancionar com a sua Real Authoridade a dicta Lei Constitutiva, como hum novo testemunho do paternal amor de Sua Magestade para com elles: nós ambos lhe diriamos que emendassem desta sorte a desgraça, que tinha privado a El-Rei de prevenir estes desejos Nacionaes, dando-lhe occasiaõ para fazer pelo livre impulso da sua vontade, sempre dirigida ao bem commum, aquillo que elles desejavaõ, e que certamente d'ella teriaõ recebido, se Sua Magestade tivesse sido plenamente informado das circumstancias do Reino.

He sem dúvida que este modo de proceder, sendo o mais proprio, em attenção á qualidade das pessoas, que tem de tractar entre si, seria ao mesmo tempo, o que mais facilitaria o desejado exito do negocio, por que se trabalha, visto ser evidente que desta sorte se removeriaõ algumas das difficuldades, que he de temer se hajaõ de levantar na Real Presença entre os desejos dos Portuguezes, e as virtudes, que ornaõ o Coraçaõ de Sua Magestade. E, sendo isto assim, cumpre sem dúvida naõ accrescentar difficuldades á empreza pela menos prudente maneira de a conduzir. Os Portuguezes naõ haõ de querer figurar com Sua Magestade menos respeituosamente, do que o fizeraõ, ha pouco, os Napolitanos com o seu Rei. Elles pedíraõ-lhe huma Constituiçaõ, e deixáraõ a Sua Magestade a gloria de deferir, como deferio aos seus votos. E se os Portuguezes se adiantaõ a mais para com o seu Monarcha, apresentando lhe hum trabalho analogo aos seus desejos, naõ virão a fazer nisto em que os excedem, senaõ poupar-lhe o trabalho da organisaçaõ politica, de que lhe apresentarem o esboço, como o mais conveniente ás circumstancias de Portugal.

Nem pode lembrar por fórma alguma para sua guia, o modo, por que procedéraõ os Hespanhoes em 1812, ultimando a sua Constituiçaõ, como lhes pareceo conveniente: por quanto, privados elles nessa época do seu Monarcha, que se achava debaixo do Captiveiro de Napoleaõ, naõ lhes

Digitized by Google

era possivel empregar a seu respeito os meios, de que nada agora desvia aos Portuguezes relativamente a Sua Magestade. Eu cuido que naõ haverá pessoa alguma em todo o Portugal, que se naõ conforme inteiramente comigo.

Dialogo entre o Velho Economico, e o Velho Liberal.

Velho Economico (a).

Seraõ, ou naõ seraõ os vossos intentos escrever a pró da Carta! Cordialmente, e até por capricho amigo d'ella, por que he filha da Constituiçaõ de 1822, que se deve a mim, e mais aos meus, naõ pode ser-me indifferente o conhecer quaes sejaõ os seus inimigos. Preciso pôr-me á lerta contra elles! E muito mais contra vós, se he que entrais em suas fileiras, porque, tendo hum nome acreditado neste Reino, escreveis desmascaradamente, sem encobrir qual seja o vosso nome, como entre nós tem sido, e he constante prática nos que fazem trabalhar as Prensas nos momentos das Crises Politicas, qual he este em que nos achâmos: — E muito mais contra vós, que em paz, e fartamente vivendo em huma Ilha feliz, cujo espirito Público se tem conservado constantemente tranquillo, apesar de tambem ter tido o seu 1.º de Março de 1821, em que se declarou unida aos movimentos de Portugal naquella época, naõ era de esperar que apparecesseis no Téjo nesta Crise Politica, que

---

(a) O Velho Liberal junta esta Nota para explicar os termos, de que faz uso neste Dialogo, poupando-se a circumloquios, para designar clara, e precisamente as pessoas, de que tractar. E ella servirá tambem para manifestar que naõ sabendo o Velho Liberal quem seja o Velho Economico, o tem com tudo por hum d'aquelles, que cordealmente amigos dos Governos Monarchico-Representativos, e tendo nesta conta a Constituiçaõ de 1822, tinhaõ sido seus sinceros adoradores.

Digitized by Google

que vós naõ podieis deixar de prevêr em S. Miguel, logo que soubesseis da morte do Senhor D. Joaõ VI.: (buscar o centro das agitações, qual he sempre huma grande Capital em semelhantes occasiões, e trocar por isto o seio da paz, qual he S. Miguel!) E muito mais contra vós que vos declarais Escriptor Público no momento dessa Crise por meio de hum Cartaz ousado, qual o annúncio da Gazeta em 12 do passado, que vós sem dúvida conhecerieis, que vos havia de expôr a valentes combates, porque nelle se declarava guerra aberta, e de morte á Constituiçaõ de 1822, que se tinha visto dominar por tanto tempo, e com enthusiasmo entre os Portuguezes — E muito mais contra vós, que neste annúncio vos apresentais com hum caracter de inspirado, querendo unir comvosco o Ceo, marcha que seguiraõ sempre os que tiveraõ poderosos intentos de arrastar ao seu Partido os outros homens, para se fazerem fortes com elle lá para

---

O Velho Liberal tem por inimigos da Carta *todos os que se desviaõ della, ou de qualquer parte della.*

A Carta apresenta hum Governo Monarchico-Representativo, de huma especie regular, como já se mostrou a fol. 153 deste Jornal: e ha outra especie de Governos Monarchico-Representativos, que o Velho Liberal tem como irregulares, e que até por isso exclue das especies de Governo, como manifestou muito francamente a fol. 158, e mette nesta classe a Constituiçaõ Portugueza de 1822. Por tanto, elle tem como inimigos da Carta, 1.°, Os que naõ querem Governo algum Monarchico-Representativo, seja este de que especie fôr, aos quaes o Velho Economico chama Amantes do Absolutismo, ou do Despotismo: 2.° Os que amaõ a dicta Constituiçaõ Portugueza de 1822.

Tem os primeiros como inimigos da Carta; porque, se ella estabelece hum Governo Monarchico-Representativo, he manifesto inimigo d'ella quem detesta toda a especie, e toda a casta de semelhantes Governos. Tem os segundos como inimigos da Carta; porque, se ella naõ estabelece hum Governo Monarchico-Representativo da espe-

Digitized by Google

fins particulares, que se escondiaõ, e que eraõ sempre differentes daquelles, que manifestamente se ostentavaõ. Vós naõ podeis criminar-me de Visionario, e cuidadoso sem causa sobre o que vós sois, á vista de taõ ponderosos motivos, que vos tenho referido, para me dar cuidado a vossa real, e verdadeira Profissaõ de Fé relativamente á Carta, que faz hoje todas as minhas esperanças.

Velho Liberal.

Naõ nos admira nada do que nos dizeis. Vós confessais no vosso *Post-scriptum* a fol. 35, que ainda naõ tinheis visto mais do que o N.° 1 do nosso Jornal. E como podieis entaõ conhecer por elle os nossos intentos do dia de hoje, quando esse Escripto foi feito em 1820, em

---

cie da Constituiçaõ de 1822, antes outro taõ diverso della, quanto vai de hum Governo regular (dicto Jornal, f. 193), bem visto he ser inimigo da Carta quem amar a Constituiçaõ de 1822.

Os primeiros saõ inimigos da Carta, como inimigos de todos os Governos Monarchico-Representativos. Os segundos saõ inimigos da Carta, como amigos de hum outro Governo Monarchico-Representativo, que naõ he o nella constituido, antes taõ diverso d'isso, como mostrou o *Velho Liberal* de fol. 62 em diante.

O Senhor D. Pedro IV. manifestamente dêo a conhecer quaes eraõ as suas intenções. Vio a Naçaõ, (á testa da qual se achava pelo direito da Legitimidade, de que tambem o Velho Liberal muito amplamente tractou a fol. 105 do seu Jornal, o qual o chamára á successaõ do Reino) dividida em duas fracções, em consequencia dos movimentos de 1820, e seguintes annos.

Huma d'ellas adorava Governos Monarchico-Representativos; e tendo como tal o instituido na Constituiçaõ de 1822, naõ conhecia outra fonte do bem da Sociedade Civil, que naõ fôsse a dicta Constituiçaõ. E a outra, tendo visto marchar esta Constituiçaõ com todos os vicios, e defeitos governativos, que saõ proprios de semelhante

***

Digitized by Google

posiçaõ da Monarchia Portugueza muito diversa, do que he presentemente a sua, e destinado para hum fim, bem que homogeneo, com tudo naõ o mesmo, que agora nós devemos ter? Naquella época naõ havia huma Carta Constitucional, a que adherir; havia sómente huma Convulsaõ Politica, que tendia manifestamente para huma nova Organisaçaõ da Monarchia Portugueza, e hoje temos huma Carta Constitucional dada por huma Lei do Senhor D. Pedro IV. Por tanto mal podereis vós conhecer expressamente os nossos intentos de hoje por aquillo,

---

Instituiçaõ, eminentemente Democratica — destruindo tudo de huma vez, para se substituirem depois cousas, que haviaõ de levar muito tempo a fazer — atacando-se directa, imprudentemente, e até quasi sempre com injustiça Classes inteiras de Cidadãos — expondo a Naçaõ a Guerras Estrangeiras pela proclamaçaõ de principios, e de theorias de Direito Publico Universal ainda naõ reconhecido geralmente, o qual sendo de todas as Nações, e pertencendo a todas ellas, nenhuma isoladamente pode estabelecer, e proclamar, sem que nisso offenda as outras, porque se arroga Attribuições que lhe naõ competem, na geral Familia Europêa, de que cada huma das mesmas Nações he apenas hum individuo, ou huma vontade individual — provocando por todos estes meios, e por todos quantos arbitrios exaltados se podiaõ conceber, e tomar, huma Guerra no meio dos Portuguezes, que os faria nadar em rios de sangue, se progredisse — a outra fracçaõ digo, Nacional, espavoria-se com tudo quanto era Governo Monarchico-Representativo, preoccupada de que todos elles haviaõ de ser o mesmo que a Constituiçaõ de 1822, e que, ainda quando assim naõ começassem, haviaõ de passar hum dia a ser aquillo.

Ninguem pode duvidar da existencia destas duas fracções da Sociedade Civil Portugueza, porque a primeira dêo de si os 24 de Agosto, e os 15 de Setembro de 1820, e todo o subsequente regimen até Maio de 1823: e a segunda dêo de si este Maio de 1823, que derrubou em hum momento a Obra, que tinha sido o trabalho, e as

Digitized by Google

que escrevemos naquelle tempo. Vós desejais — *que nós entremos sincera, e cordialmente no numero dos Amigos da Carta, que nos declaremos manifestamente em opposiçaõ com todos os inimigos da dicta Carta.* Quereis bem: fazeis-nos nisso muita honra. Nesses vossos desejos declarais que nos naõ tendes na conta de hum Ente despresivel, e que seja absolutamente indifferente achar-se na presente lucta d'esta, ou d'aquella parte. Isto, longe de offender, he hum obsequio.

---

delicias da outra em todo o espaço de tempo, que decorrêo entre o Agosto de 1820, e o Maio de 1823. Factos taõ estrondosos, e por isso mesmo taõ visiveis, nem podem contestar-se, nem podiaõ deixar de avultarem além do Atlantico, onde existia a Côrte, e o novo Imperio do Brasil!

O Senhor D. Pedro IV. pois, vendo esta divisaõ Nacional, e querendo acudir-lhe como era proprio da sabedoria do seu entendimento, e das virtudes do seu coraçaõ, naõ se pôz á frente de nenhuma destas fracções, naõ quiz tornar com isso a huma desmedidamente orgulhosa, e a outra desmedidamente humilhada, porque isto faria dar côrpo á divisaõ Nacional, provocando acções, e reacções violentas do Estado, que sempre foraõ, saõ, e seraõ para elles inevitaveis origens de acerbissimas desgraças. Este incomparavel Monarcha sabia seguramente pela Historia do Imperio do Oriente nos tempos de Justiniano, o que produzio em Constantinopla o indiscreto arbitrio tomado por este Imperador, quando haviaõ nascido os dous ridiculos partidos dos *Verdes*, e dos *Brancos*, de adherir, e proteger manifestamente a hum delles; e esta grande Liçaõ da Historia naõ podia deixar de o desviar da sua declaraçaõ por huma das dictas duas fracções Nacionaes Portuguezas. Foi por tanto o mesmo Senhor conduzido a constituir-se Chefe de hum partido moderado, que nem humilhasse, nem ensoberbecesse nenhuma das dictas fracções da Monarchia Portugueza, unico que convinha em taes circumstancias, e que he o Genio conciliador, unico prestadio para o bem geral.

Digitized by Google

Mas reparai hum pouco. Nos nossos Escriptos de 1820, vós naõ podeis achar a nossa Protestaçaõ de Fé pela Carta, nem a nossa aberta, e franca declaraçaõ de nos acharmos contra todos, os que forem inimigos da Carta; por quanto naõ havia entaõ nem Carta, nem inimigos da Carta.

Permitti-nos que vos encaminhêmos ao modo, e á vereda, que podeis seguir para conhecer, pelos dictos nossos Escriptos, quaes poderaõ ser hoje os nossos intentos

---

Quiz contentar a todos. A' primeira fracçaõ dando-lhe na Carta huma Constituiçaõ Politica Monarchico-Representativa, e á segunda fazendo a organisaçaõ da dicta Carta de maneira, que nem fosse, nem se parecesse, nem podesse vir a ser jámais o que tinha sido a Constituiçaõ de 1822.

Isto vinha a ser o mesmo que dizer aos primeiros — *Se gostais destas especies de Governo, ahi vos mando hum que tal, mas hum que tal, qual eu vos posso dar, segundo os meus bons desejos pela vossa fortuna; por quanto a forma de Governo d'aquella especie que vos desteis em 1822, naõ podia servir para isso, produzindo só, e infallivelmente a vossa desgraça, como já conhecesteis por experiencia.* Isto era o mesmo que dizer aos segundos — *Naõ tenhais medo de nenhum d'esses desastres, que foraõ por vós experimentados no regimen da Constituiçaõ de 1822, e que armáraõ vossos braços contra ella em Maio de 1823. Esta Carta, que vos eu mando, nem he a Constituiçaõ de 1822, nem se parece com ella, nem pode vir a ser jámais o que ella foi.*

Entendêo o Senhor D. Pedro IV., que desta sorte satistazia a todos os seus Vassallos de Portugal; e, para mais servir a este empenho, juntou á Carta huma Amnistia amplissima sobre tudo quanto havia passado até á data da mesma Carta, arbitrio este, que a Politica tem ensinado, e adoptado, como o unico proveitoso, ainda mais, como absolutamente necessario para terminar dissensões intestinas dos Estados, desde Thrasybulo, na expulsaõ dos trinta Tyrannos, até os nossos dias.

Digitized by Google

naquella parte; por quanto elles naõ pódem servir-vos para o dicto fim, senaõ para argumentos de conjectura, e de inducçaõ: isto he, para d'aquillo, que se manifestou em huma posiçaõ, deduzir ou advinhar o que se póde esperar que qualquer pessoa seja em huma outra.

Na primeira época tractava-se de organisar huma nova Ordem Politica na Monarchia Portugueza. Nossos Escriptos d'essa data sómente vos podem fazer vêr que Organisaçaõ Politica aconselhavamos, ou procuravamos fazer adoptar, para se pôr fim á lucta, que começára nos

---

Os bons Vassallos, todas as pessoas, que quizerem ser reputadas como probas, aquellas, cujo nome somente será honrado na posteridade, seraõ os Portuguezes, que, adorando o nome do Desveladissimo, e Discretissimo Pacificador da Naçaõ, a que Presidia, e que Governava, unindo-se a estes sentimentos seus de conciliaçaõ, se encostarem á Carta Constitucional, desviando-se dos extremos de ambas as dictas fracções, e olhando a mesma Carta como a ancora Sagrada, que ainda pode acudir ao inevitavel Naufragio da Naõ do Estado Portuguez.

Seraõ inimigos da Carta, avêssos á Conciliaçaõ Nacional, e por tanto seguramente merecedores na posteridade de condemnaçaõ, e de despreso, (quando as paixões naõ deslumbrarem os entendimentos, para que naõ vejaõ as cousas como ellas saõ,) cada huma das ditas fracções da Monarchia Portugueza, que posta no seu extremo, huma no extremo Constitucional de 1822, a outra no extremo da destruiçaõ Constitucional de Maio de 1823, quizerem depois da publicaçaõ da Carta, conservar-se em qualquer dos ditos dous extremos.

Aos primeiros pois o Velho Liberal d'aqui em diante designará sempre com o nome de — *Ultra-Constitucionaes*, e aos segundos com o nome de — *Ultra-Realistas*.

Fiquem-se pois assim entendendo seus termos, para que os equivocos das palavras naõ venhaõ a dar motivos, nem pretextos para Sofismas, e para interminaveis Contestações.

Digitized by Google

24 de Agosto de 1820. Se vós vireis que nós naquella época procuravamos que a tal nova Organisaçaõ da Monarchia fosse d'aquella mesma Structura da Carta, que nos enviou o Senhor D. Pedro IV., entaõ sereis conduzido a concluir da maneira seguinte — *O Velho Liberal queria em 1820 esta mesma Organisaçaõ Politica, que o nosso Monarcha adoptou na Carta Constitucional. Logo muito provavel he, que elle esteja pela Carta, muito provavel he, que elle procure a sua consolidaçaõ, por tudo quanto couber em suas forças. Seu amor proprio parece estar ligado com a Carta, e com a Consolidaçaõ da Carta, mesmo pela satisfaçaõ, que sempre ha em se lisongear cada hum de ter acertado, e de ter previsto anteactamente os successos vindouros. Se o Velho Liberal sustentava em 1820, que huma Organisaçaõ, como a da Carta, era capaz de produzir bons resultados á prosperidade Pública Portugueza, que ella era capaz de subsistir, de naõ achar embaraço no seu nascimento, e existencia, nem da parte do Augusto Rei, que entaõ havia, nem da outra das grandes Potencias Europeas, seu empenho deve ser hoje procurar com todas as forças, que tudo isto se verifique em quanto á Carta, porque isto he o que pede o seu amor proprio, para o Velho Liberal dizer entaõ comsigo, e mesmo vaidosamente inculcar aos outros* — Vede vós — eu acertava. Para que o Velho Liberal se desvie d'este trilho, será preciso indisputavelmente que huma muito poderosa causa apparecesse novamente, a qual o conduzisse a hum outro Plano, em que o seu amor proprio fôsse sacrificado; naõ grangeando elle a gloria de ter previsto bem as cousas naquella data, e de ter nella aconselhado o bem.

Podia com tudo haver huma causa d'aquellas: por isso a mencionada inducçaõ, ou raciocinio naõ dava huma certeza relativamente á posiçaõ, que nós tomariamos no dia de hoje. Havia com tudo huma grande somma de probabilidades naquelle nosso comportamento de 1820, para que vós entendesseis, que nós eramos ainda hoje o que tinhamos sido naquelle tempo. E era-vos consequentemente necessaria huma prova, ou muitas provas concludentissimas para com ellas destruir no vosso entendimento a opiniaõ, a que vos devia guiar aquella grande

Digitized by Google

somma de probabilidades, para ajuizar sobre os nossos intentos de hoje relativamente á Carta Constitucional do Senhor D. Pedro IV.

E se vós naõ tinheis ainda senaõ o nosso 1.º N.º do Jornal d'aquelle tempo, prudente era esperar, que apparecessem os seguintes para elles vos servirem de conductores ás dictas probabilidades, de quaes fossem hoje os nossos intentos ao mencionado respeito. Nós tanto desejavamos subministrar-vos meios para fazer este juizo pelos nossos Escriptos d'aquella data que, tendo infinitos outros objectos, sobre que desejavamos transmittir logo ao Publico as nossas idèas — como eraõ a continuaçaõ do Tractadinho começado no Supplemento 1.º ao N.º 1.º, para se conhecerem todos os caracteres d'esta doença Social, a que chamâmos Ochlocracia, que entendemos ser a nossa mais grave enfermidade Nacional desde 1808 em diante, e a que mais se devia procurar corrigir. — Como eraõ os nossos pensamentos sobre suspeitas, ou fosse para dirigir a Opiniaõ Publica, ou fosse para conduzir os arbitrios politicos, ou fosse para guiar os Magistrados nos Juizos Criminaes — Como eraõ as nossas Considerações sobre os perigos do enthusiasmo, a que elle conduz nas Crises do Estado, como esta nossa — Como eraõ infinitas outras materias, em que tinhamos destinado, e havemos de procurar servir, a nossa Naçaõ, apresentando-lhe o que sobre tudo isto pensavamos depois de muito estudo, e das muitas meditações a que nos tinha dado lugar o ocio de S. Miguel na nossa perseguiçaõ passada, largamos de máo todos estes assumptos, aliàs importantissimos, como os julgavamos, e julgâmos ainda hoje, somente para vos transmittir, com a mais possivel brevidade, o nosso Jornal de 1820 até ao N.º 6.º

Nossos desejos eraõ, e saõ em tudo isto, desviar-vos de advinhações, de suspeitas, e de conjecturas sobre os nossos intentos a pró, ou contra a Carta, para dissipar vossos pavôres, e vossos receios, que julgavamos sinceros. E tambem, quando outra cousa fosse, a dicta publicaçaõ nos servia para vos desarmar, a fim de que naõ fosseis preoccupar, e prejudicar o Espirito Nacional a nosso respeito, o que julgavamos manifestamente opposto

Digitized by Google

á consolidaçaõ da Carta, visto que temos a intima consciencia de que nossos intentos, e nossos trabalhos, saõ a pró della.

Ser Jornalista em Portugal com o seu proprio nome hum Empregado em o primeiro Tribunal da Justiça do Reino naõ podia deixar de ser cousa de muito vulto n'huma Naçaõ, que nunca tinha visto cousa semelhante, e da qual huma grande parte ignora que nas Nações Estrangeiras mais illustradas tem sido, e saõ Collaboradores de Jornaes, as mais insignes Personagens, e os mais illustres nomes de Funccionarios Publicos, quaes os Membros das Assembléas Legislativas, e outros. Este desuso pois de occuparem Desembargadores o Posto, que nós tomamos, sendo certamente huma cousa extraordinaria, e bastando, para que o fôsse, a sua novidade, naõ podia deixar de conduzir os outros a suspeitas, e a grandes suspeitas. Nós as desculpâmos todas. Mas isto mesmo era o primeiro Documento, que davamos á face de todo o Portugal, de que nossos intentos eraõ ajudar, quanto em nós estivesse, a fórma de Governo Decretada na Carta do Senhor D. Pedro IV.

(*Continuar-se-ha.*)

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 4.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Myologia, ou Musculogia do Corpo Social. Continuada do N.º 2.

Ninguem pode deixar de conhecer a differença, que necessariamente haverá na materia, de que tractâmos agora, entre as duas hypotheses seguintes: 1.ª quando huma Naçaõ tracta de fazer a sua Constituiçaõ Politica, sem estar ligada a seguir esta, ou aquella forma; ou quando, ainda tendo-se ligado á forma Monarchica, naõ tem designado, nem proclamado a Pessoa do Rei: 2.ª quando a Naçaõ vai entrar nesse trabalho, depois de têr, naõ só Decretado a Monarchia, como a especie do Governo, que escolhe, mas tendo ainda além d'isto já declarado, e proclamado a Pessoa do Monarcha. Ninguem pode deixar de conhecer que, no primeiro caso, além da collecçaõ das vontades individuaes dos Cidadãos, naõ ha mais nada que se possa fazer entrar na totalidade do Corpo Politico, em que consiste a Soberania. E ha de consequentemente nessa Representaçaõ apparecêr tambem a vontade individual de quem quer que, sendo Nacional, houver depois de ser chamado para occupar o lugar de Chefe, ou de Monarcha: porque, sendo este huma das partes d'aquelle Todo, havia de concorrer tambem como os outros nos Corpos Eleitoraes, de que tinhaõ resultado os Deputados do Con-

*

Digitized by Google

gresso, e assim nestes se acharia tambem a representaçaõ da sua vontade individual.

Os Escriptores Politicos, que tractaõ da Organisaçaõ Social, consideraõ somente esta hypothese, quando se dirigem a fazer, e a explicar a anatomia do Corpo Politico. Como se suppunhaõ anteriores a elle, naõ podiaõ deixar de vêr a perfeita representaçaõ do Todo na collecçaõ das vontades individuaes, de que elle se compunha; e as quaes eraõ todas de huma, e da mesma natureza, isto he, membros iguaes da Associaçaõ, que se ia organisar: e por isso achaõ a Soberania, logo que apparece a Representaçaõ Nacional.

Se nesta mesma primeira hypothese o Corpo Instituinte, Decretando a forma Monarchica, escolhesse para Rei hum Estrangeiro, este nada tinha que dizer, ainda que no dicto Corpo tivesse faltado a representaçaõ da sua vontade individual: por quanto, elle naõ era parte desse Todo, quando se fez a Constituiçaõ, e por tanto nessa Obra nenhuma falta fazia a sua vontade individual, que era entaõ estranha ao Corpo Politico, de que se tractava. Era convidado para vir nelle entrar, e ter o lugar, que se lhe offerecia, nos termos da Lei Constitutiva: e na sua maõ estava entrar, ou naõ entrar no Compacto Social; mas, querendo entrar, naõ tinha motivo algum para dizer que devia ter sido representado, ou ouvido no Corpo Constituinte ao tempo que se fez a dicta Lei.

Agora, na segunda hypothese, he manifesto que nenhuma applicaçaõ se pode fazer do que temos dicto. Nella temos naõ só a Monarchia, mas até o Monarcha já proclamado; e este he o presente caso de Portugal. O Reino todo exprimio o seu unanime voto pela convocaçaõ das Côrtes para organisarem huma Constituiçaõ, sustentada a Monarchia na Pessoa do Senhor D. Joaõ VI., e na sua Dynastia. Esta foi a primeira Lei Nacional, anterior ás Côrtes, e até á nomeaçaõ dos Deputados; Lei, que naõ somente todos os Portuguezes proclamáraõ, mas que até juráraõ nos muitos, e diversos ajuntamentos, que se fizeraõ nas Cidades, e Villas de Portugal, nos quaes todos unanimemente apparecêo o Monarcha antes das Côrtes, o Chefe do Estado antes da Organisaçaõ, ou Lei

Digitized by Google

Constitutiva, que se desejava para a Monarchia. Ninguem pois deixará de vêr a differença, que vai desta segunda hypothese á primeira. Nesta naõ ha senaõ Membros do Corpo Politico; e, em havendo a representada collecçaõ de todas as suas vontades individuaes, ha infallivelmente a Soberania Nacional. Na outra porém naõ he assim, porque nella o Corpo Politico tem Membros, e tambem já a sua Cabeça, e o seu Chefe; e como poderá entaõ dizer-se todo elle representado, havendo a Representaçaõ dos Membros, e faltando a da Cabeça? He pois evidente que neste caso nem se achará o dicto Todo inteiro, nem a Soberania, senaõ quando nelle houver quem tambem figure, e represente pelo Monarcha.

Estas idêas saõ bastantemente simples, e claras, para que seja difficultoso entendê-las; mas accrescentaremos ainda alguma cousa, para mostrar a inconveniencia, que resultaria de naõ se attender a este nosso 3.° Corollario, na hypothese de huma Monarchia, e de hum Monarcha, designado mesmo anteriormente ao Congresso Nacional. Esta designaçaõ faz com que elle seja o Chefe da Familia, de cuja organisaçaõ se vai tractar: e a qualidade de Chefe ha de dar-lhe necessariamente o que lhe pertence pela sua essencial natureza, que he ser huma parte do Governo huma parte d'esse 3.° Elemento do Corpo Politico, que já definimos. E entaõ naõ será mesmo conveniente ao Todo que entre na Representaçaõ Nacional, em que se considera a Soberania, quando se tracta de fazer a Lei Constitutiva, de que elle depois ha de ser o Orgaõ, e o Executor para o bem do Todo? A sua Representaçaõ nesse Congresso naõ apresentará mais luzes para ajudar as outras na escolha dos meios mais convenientes, para figurar a commum prosperidade? Ninguem pode duvida-lo.

Por tanto, nesta segunda hypothese, nem se pode conceber a Soberania representativamente no Congresso Nacional, faltando a Representaçaõ do Monarcha, nem poderá deixar de ser huma falta, para o melhor acêrto da deliberaçaõ, o prescindir-se d'ella.

Vê-se 4.°: Que sendo no Corpo Politico dous dos seus diversos elementos, a Soberania, e o Governo, naõ se

Digitized by Google

poderáõ confundir suas funcções, sem que se baralhe a organisaçaõ Politica; e em hum Artigo essencialissimo para se manter a Liberdade Civil, e para se desviar o perigo do Despotismo, deve ser este todo o cuidado dos Constructores das Instituições Sociaes. Vamos desenvolver isto de maneira que todos o entendaõ.

A Soberania he hum Corpo Instituinte, e por isso mesmo naõ sujeito a Lei alguma: d'elle he que nascem todas as que ha no Corpo Politico, partindo humas immediatamente, e estas saõ as fundamentaes, ou a Constituiçaõ: e partindo as outras mediatamente, como nascendo do Governo, que elle instituio, e que o representa, quaes saõ as Leis administrativas.

O Governo he hum Corpo instituido, e sujeito ás Leis da Constituiçaõ, para exercitar o Podêr Legislativo, e Executivo, ou unidos em huma pessoa, ou divididos em diversas pessoas, ou corpos, como nella estiver determinado.

Se pois confundirmos a Soberania, e o Governo, attribuindo huma, e outra cousa ao mesmo Corpo, teremos nelle duas partes de heterogenea, diversa, e contradictoria natureza; elle será ao mesmo tempo anterior, e posterior á Lei Constitutiva: Será ao mesmo tempo constituinte, e constituido: isto he, creador, e creatura: Será ao mesmo tempo subdito da Lei, e isento d'ella: e bem se conhece que organisar cousas d'esta sorte he misturar o frio, e mais o quente; o sólido, e mais o flúido; e portanto produzir o cahos, que nos figuraõ os Poetas anterior á Creaçaõ do Universo, no qual se achavaõ confundidas as cousas de contraria natureza humas com as outras, naõ havendo por isso mesmo nenhuma d'ellas; porque para isto era indispensavel que a cada huma das partes se juntasse o que a ella pertencia. Separa-se a luz das trevas, e apparece a noite, e mais o dia: separa-se o sólido, e mais o flúido, e apparecem os mares, e a terra. Eisaqui o que corresponde á idêa de organisaçaõ: e por tanto nada menos convem com ella, do que a confusaõ da Soberania, e do Governo em o mesmo Corpo.

Logo que a houver teremos hum Governo sem Lei,

Digitized by Google

do isento de Lei; visto que elle pode revogar todas as existentes, como lhe agradar, e isto equivale a naõ ter sujeiçaõ a alguma d'ellas. E se o Liberalismo invectiva constantemente contra a Monarchia absoluta com o motivo de dizer que nella o Rei, naõ sendo sujeito a Leis, porque as pode revogar, naõ tem cousa alguma, que o embarace da Arbitrariedade, e do Despotismo, acaso será hum remedio, que leve comsigo o cunho da Sabedoria, acudir aos males da Monarchia absoluta com huma Constituiçaõ, que lhe substitua em todo, ou em parte hum Governo tambem naõ sujeito a Leis? Acudir ao risco do Despotismo de hum com o risco do Despotismo de muitos! Isto he inteiramente contrario ás ideas dos Velhos Liberaes. Elles postos na necessidade de escolherem entre o Governo de hum, que seja Senhor da Lei, e o de muitos, que estejaõ nas mesmas circumstancias, preferem todos aquelle mal a este, sem discrepancia alguma.

Nós poderiamos encher muitas paginas, trasladando os discursos dos mais distinctos entre os Velhos Liberaes, em que elles nos transmittem esta sua opiniaõ, e os seus motivos; mas, naõ nos permittindo isso a natureza d'este Escripto, nossos Leitores se contentaraõ com os dous votos respeitaveis, que lhes vamos transcrever.

He o primeiro de Mr. Mounier, Deputado do Delphinado na Assemblêa Constituinte, sendo conhecido a todos, que elle preferia muito a virtude, e o amor do bem público a toda, e qualquer outra consideraçaõ, e que foi hum dos que mais contribuíraõ para promover a Revoluçaõ Franceza; assim como tambem foi hum dos primeiros, que d'ella se retiráraõ, logo que vio os excessos, a que se conduzia a dita Assemblêa, dominada por diversas facções, divergentes humas das outras, e apoiadas alternativamente pelos alvorotos, e tumultos populares, que aterravaõ quasi sempre as Sessões da Representaçaõ Nacional, extorquindo-lhe, como por força, e por mêdo, os seus Decretos.

Mr. Mounier pois nas suas — *Considerations sur les gouvernemens, et principalement sur celui qui convient á la France* — a que derao motivo as discussões da Assem-

Digitized by Google

blêa Constituinte no dia 4 de Setembro de 1789, depois de ter dicto que a Arbitrariedade resultava da falta de sujeiçaõ á Lei, e que por isso ella naõ podia deixar de apresentar as decisões de huma vontade inconstante, e voluvel, que muda com os tempos, com as circumstancias, e com as pessoas, cedendo á preocupaçaõ, á raiva, á piedade, e a todas as mais paixões, accrescenta:

Os Cidadãos deixaráõ de ser livres, huma vêz que exista semelhante Podêr, seja nas mãos de quem fôr: naõ gosaráõ da segurança de algum dos seus direitos, estará sempre em perigo a sua mesma vida: a innocencia poderá facilmente ser confundida com o crime: e ás acções mais indifferentes se poderá dar a qualificaçaõ de delictos.

Ou o Podêr arbitrario seja confiado a hum só, ou a muitos, ou á Multidaõ, produzirá sempre os mesmos effeitos: e eu nisto naõ acho outra differença, senaõ que quanto he maior o numero das pessoas, em cujas mãos elle se acha, tanto mais arriscada fica a Liberdade pessoal.

O Despotismo de hum só he temperado ordinariamente pelo sentimento da sua fraqueza, e pelo receio de irritar demasiadamente os seus Subditos: porém que diques se oporaõ ao Podêr arbitrario de muitos, e sobre tudo ao da Multidaõ?

He sem dúvida hum agradabilissimo espectaculo para os Amigos dos homens verem huma Naçaõ, conhecendo que naõ nascêo para servir aos caprichos dos que a governaõ, e para ser possuida como hum rebanho; levantando-se por isso de hum inveterado lethargo, indignar-se do péso das suas cadêas, e affrontar a morte, para despedaçar o jugo da escravidaõ. Hum Povo, que possue este nobre sentimento, he na verdade digno de ser livre: mas quanto naõ importa para o seu bem que, depois de se ter libertado do captiveiro, elle se sujeite ao imperio da lei, visto que, se elle exercita por si mesmo a Soberania, arrastado pelo sentimento da sua força, a menor resistencia lhe parecerá hum crime, merecedor da morte, e será no fogo das suas paixões que elle exprimirá as suas vontades! Se elle naõ fosse susceptivel de paixões, naõ governaria: o obstaculo, que ha sempre em conduzir o grande numero a deliberar, fará isto impossivel: e, querendo-se persistir em tomar deliberações com

Digitized by Google

tranquillidade, será necessario que o Povo se abstenha de deliberar. Elle naõ pode vir a isto senaõ em se captivando a sua attenção, em se dominando o seu tumulto pela força da eloquencia, em se despertando assim as paixões dos vivintes, e em se excitando o seu enthusiasmo. Os Partidos violentos saõ então os unicos, que podem ser escutados; a moderação, e a prudencia parecem actos de fraqueza. O Povo em semelhantes circumstancias, cedendo ás primeiras impressões, naõ dará jámais o tempo necessario para tomar os conselhos da sabedoria, e da experiencia. Elle se deixará seduzir por boatos falsos, porque he essencialmente credulo, e nos momentos do seu furor ha de decretar o Ostracismo dos mais respeitaveis Cidadãos. Quererá em hum dia a morte de Socrates, ha de chora-la no seguinte, e levantar-lhe altares pouco depois.

Quem observa este estado de Anarchia fica seduzido ao principio pela lisongeira, e enganosa imagem da Independencia; mas bem depressa se convence que, no meio d'esta Multidaõ agitada, naõ ha pessoa alguma, que viva em liberdade, e segurança. Huma calumnia, huma simples suspeita bastaõ para pôr em perigo: o mesmo favor do Povo naõ será sufficiente para garantir ninguem: e como os sentimentos extremos saõ os unicos, que animaõ as Assembléas tumultuosas, naõ ha nellas intervallo entre o amor, e a raiva: e nada he mais commum nos fastos do Podêr popular, do que vêr a Multidaõ despedaçando com suas proprias mãos o Idolo, que tinha incensado na vespera.

O que sobre tudo vem a ser da mais funesta consequencia no Despotismo da Multidaõ, he que os que naõ sabem reflectir (e este he sempre o maior numero) sustentaõ a authoridade d'ella até o momento, em que elles mesmos saõ as suas Victimas: e isto por duas razões: 1.ª por que elles participaõ da authoridade da Multidaõ: 2.ª por que ha poucos, que tenhaõ o valôr de lhe resistir. Naõ he maravilha encontrarem-se pessoas de honra, que se apressem a luctar contra o Podêr Arbitrario de hum: mas diante da força da Multidaõ todos cedem instantaneamente, todos obedecem, sem se envergonharem: e como ella he quem distribue a gloria, visto ser quem forma a Opinião pública, he necessario ter a mais sublime coragem, para naõ lisongear as

Digitized by Google

suas paixões: he necessario para isto saber naõ fazer caso da gloria, e ser insensivel ao desprezo, e á vergonha.

Para acabarmos de caracterisar o Despotismo popular, falta dizer somente que elle acaba, as mais das vezes, pelo Podêr Arbitrario de hum só. Quando a Multidão chega ao ponto de temer seus proprios excessos, escolhe hum Chefe, e acaba por obedecer a todos os seus caprichos.

Eu o repito pois: a verdadeira Liberdade consiste unicamente na segurança dos bens, e das pessoas: e esta segurança não tem outro fundamento além do respeito pela Lei. A Licença pois, e a Anarchia são as mais crueis inimigas da Liberdade. A Licença não he outra cousa senão o Podêr Arbitrario, isto he, a faculdade de fazer mal impunemente: e nesta consideração o Despotismo dos Monarchas absolutos he a Licença de hum só, da mesma sorte, que a Anarchia he a Licença da Multidão.

Naõ nos seria necessario trasladar todo este Artigo taõ extenso para o fim, a que o produzimos, e bastariaõ os primeiros periodos, para se conhecer a opiniaõ de Mr. Mounier, sobre a preferencia do Despotismo Monarchico ao Despotismo Aristocratico, ou de huma Corporaçaõ; mas naõ quizemos parar ahi, julgando que fariamos serviço aos nossos Portuguezes em lhes apresentar este quadro todo nas circumstancias, em que elles se achaõ, nas quaes sempre ha o grande perigo de passar a Licença popular entre o amor da Liberdade, e de ser ella assoprada pela ambiçaõ inexperiente, cuidando ganhar, e segurar-se sobre as apotheoses, que vem da Multidaõ. E este nosso trabalho poderá ser geralmente util, e aproveitar a todos.

O outro Velho Liberal, com que nos pertendemos authorisar na materia, de que tractâmos, he M. Rabeau de Saint-Etienne, tambem respeitavel Membro da dicta Assembléa Constituinte. Elle pois no seu *Projecto Preliminar da Constituição Franceza*, e na sua *Opinião sobre a Moção de M. le Vicomte de Noailles*, no Jornal dos Debates, e Decretos de 7 de Setembro de 1789 de manhã, diz assim:

Eu detesto o Despotismo, e tremo todo, assim que penso no Despotismo Ministerial: mas o da Aristocracia, qual-

Digitized by Google

quer que ella seja, e em quaesquer mãos que ella se ache, parece-me o mais insupportavel de todos; porque, com o favor da distancia, pode escapar-se a hum Despota, e ao menos não se vê a mão, que forma as nossas cadêas, e que nellas he o primeiro annel: mas o Despotismo Aristocratico pesa ao mesmo tempo em todos os lugares, e sobre todos os homens; e a sua presença constante, e odiosa excita a raiva, e desafia a vingança. Eu penso pois que nós devemos prevêr o Despotismo das mesmas Assembléas Nacionaes; que nós devemos prevêr o de huma, ou duas Camaras, e garantir as gerações futuras de huma desgraça ainda talvez maior, do que aquella, de que temos sido victimas. A Liberdade existe entre dous principios; assim da direita, como da esquerda se vê o Despotismo, e nossa obrigação he desvia-lo. Se o Veto suspensivo na mão do Rei he o unico meio de prevenir a tyrannia das Assembléas Nacionaes, ou a sua precipitaçaõ inconsiderada, estou promptissimo a adopta-lo: se a organisaçaõ d'estas mesmas Assembléas pode prevenir taes perigos, exijo que ellas sejaõ compostas neste previdente espirito: se as duas Camaras servem para nos manter neste meio, que eu desejo, comece-se a examinar a organisaçaõ d'estas duas Camaras.

(*Continuar-se-ha.*)

Considerações do Velho Liberal sobre o resultado das actuaes circumstancias Politicas de Portugal. Continuadas do N.º antecedente.

O Velho Liberal, reconhecendo cada vez mais, pela Sabedoria, e Prudencia, que relusia em todos estes Discursos, a incomparavel occasiaõ, que se lhe apresentava, de se instruir plenamente sobre o inteiro remedio dos presentes casos da sua chara Patria, pedio á veneravel sombra, que lhe parecia ter a seu lado, quizesse juntar á mercê, com que o tinha até entaõ tractado, a outra, de lhe communicar as suas idêas, relativas aos trabalhos da Constituiçaõ, que haviaõ de occupar as Côrtes: e eis-aqui

Digitized by Google

como nessa parte o satisfez o Sr. Thomé Pinheiro da Veiga.

As nossas actuaes Côrtes hão de ter muito menos que fazer do que vulgarmente se entende; e he esta huma das circumstancias, que mais concorre, a bem da prosperidade Portugueza: porque esta depende muito de que os seus trabalhos Constitucionaes se ultimem quanto antes; e não seria possivel termina-los brevemente, se a tarefa das Côrtes tivesse de ser muito comprida, como sem dúvida aconteceria noutras circumstancias. Eu vou desenvolver estas minhas idêas, para que ellas fiquem tão claras, como a luz do meio-dia.

Nao podêmos considerar que Portugal esteja em estado de Revolução, fallando propriamente, visto que a Lealdade Nacional acclarou, e decretou por geral acclamação, a Monarchia, e na mesma Pessoa, e Augusta Dynastia do Senhor D. Joaõ VI; termos, em que se não pode dizer, que seus movimentos sejaõ dirigidos a alterar a essencial natureza do Corpo Politico. Mas, apezar disto, a ausencia de Sua Magestade, em tão grande distancia dos Portuguezes, faz com que necessariamente, ainda não estando elles em estado de Revolução, propriamente fallando, se achem nas mesmas incommodas circumstancias, que o costumão acompanhar. Estas resultão da incerteza pública sobre a futura, e permanente situação das cousas. O espaço que vai entre a destruição do Corpo Politico, que acaba, e o nascimento do outro que lhe succede, o qual he justamente o periodo da Revolução, he por isso acompanhado sempre de mais, ou menos embaraços. O Povo não comprehende com exactidão as cousas, que se fazem, que se meditão, e que se podem esperar; e, baralhando todas as suas idêas a estes respeitos, ás vezes, por huma parte, espera cousas inesperaveis, e vai após d'estas suas esperanças erradas, como aconteceo nos principios da Revolução Franceza, em que se paralisou, por igual motivo, a arrecadação de todos os tributos; e ás vezes, pela outra parte, desconfiado, e receoso sobre os acontecimentos futuros, denega-se a muitas das operações, de que aliás necessita quem se acha á testa da Publica Administração nestes momentos de crise; e muitas destas cousas concorrem ordinariamente para tornar aquelles desgraçados. Por este motivo cumpre abbreviar, quanto mais apressadamente, este

Digitized by Google

periodo indispensavel entre o que acaba, e o que principia: e esta necessidade he commum agora aos Portuguezes, ainda que seus movimentos naõ sejaõ verdadeiramente revolucionarios, porque, ainda naõ o sendo, participaõ das referidas circumstancias que acompanhaõ aquelles, em razaõ da ausencia de Sua Magestade, e das considerações, que resultaõ da dúvida, em que se estará por esse motivo, sobre o final resultado, até que elle appareça.

As nossas Côrtes Extraordinarias saõ hum Corpo Constituinte para organisar, como lhe parecer mais conveniente ao público interesse, huma Constituiçaõ analoga ás cousas de Portugal, e com ella dirigirem a Sua Magestade os desejos Nacionaes. He isto o que concorda com tudo o que se proclamou, d'esde o Porto até Lisboa, e geralmente por todo o Reino. Aqui está pois no que se devem limitar suas Funcções, além do outro objecto relativo a determinar a forma governativa do Reino, até que as cousas se consolidem por Sua Magestade, visto que o actual Governo se denominou mesmo Interino na sua installaçaõ, e se conserva esta Attribuiçaõ, tendo declarado que suas Funcções acabariaõ com as dictas Côrtes.

As dictas Côrtes pois Representativas da Naçaõ na dicta Lei Constitutiva, ou Fundamental, haõ de constituir o Governo, distribuido nas suas duas partes essenciaes, a saber, o Poder Legislativo, e o Poder Executivo, aos quaes ha de ficar pertencendo o que he proprio de cada hum d'elles: e esses Poderes instituidos pela Constituiçaõ, orgãos executores, e subditos d'ella, saõ os que ao depois devem fazer tudo o que for necessario corrigir nos diversos Artigos da Publica Administraçaõ.

As Funcções do Governo, que he hum Corpo constituido pela Soberania Nacional, não se devem de forma alguma confundir com o Corpo Constituinte, em que ella se considera. E porque? Porque o Governo, para não arriscar a Naçaõ ao Despotismo, he preciso que seja sujeito á Lei, na conformidade da qual haja de caminhar; e, sendo isto evidente, se o Corpo Constituinte se intrometter nas Funcções, que saõ proprias do Governo, representando aquelle a Soberania Nacional, a quem por isso se naõ poderá negar a faculdade de destruir o que edificou, e de revogar as Leis

Digitized by Google

que fez, viremos a cahir necessariamente no perigo de hum Governo naõ sujeito a Leis, e por consequencia no Despotismo de hum Corpo, ou em hum Despotismo Aristocratico, sempre muito mais fatal na Sociedade Civil, do que o de hum só homem, qual seria, hum Rei sem Constituiçaõ. Isto he tanto assim que Mirabeau, taõ affeiçoado, como era, ao Liberalismo, e taõ inimigo, como sempre foi, do Despotismo, quando na Assembléa Constituinte se tractou de dar ao Rei hum Veto Suspensivo, relativamente ás Leis, que se fizessem na Assembléa da Naçaõ, vendo que se tinha declarado Esta permanente, que vinha a ser o mesmo que dizer, o Soberano sempre vivo, e em acçaõ immediata, defendéo, e instou pertinasmente, que se pozesse na maõ do dicto Rei o Veto Suspensivo, para que ao menos elle fosse huma barreira contra a Soberania permanente, e legislando; chegando a dizer a este respeito, que se outra cousa se vencesse; e, huma vez que se tinha determinado a permanencia da Assembléa, se naõ désse ao Rei o dicto meio de fazer parar as suas explosões — elle entaõ antes quereria viver em Constantinopla, do que em Paris. — Consta do Jornal dos Debates, e Decretos, na Sessaõ do 1.º de Setembro de 1789, de manhã, e do vehemente discurso do dicto Deputado, que recebêo a geral acclamaçaõ da Assembléa, a qual decretou a sua impressaõ, bem que naõ executada, porque em huma das Sessões seguintes se propoz, e resolveo que se naõ fizesse, para se evitar a offensa da dignidade dos mais Deputados, a cujos discursos se naõ tinha feito huma igual honra.

Devendo pois limitar-se o trabalho das Côrtes Extraordinarias á organisaçaõ da Lei Constitutiva, deixando ao Corpo do Governo, declarado nella, tudo o que lhe pertence, ou seja na parte Legislativa, ou na parte Executiva; suas Funcções teraõ de ser breves, e mais brevemente se podem dirigir a Sua Magestade os Votos Nacionaes, pedindo-lhe a Sua Real Approvaçaõ, e depois da qual se terminaraõ inteiramente os inconvenientes, acima ponderados, das Crises Revolucionarias, que cumpre restringir, e naõ ampliar.

Se, pelo contrario, as Côrtes Extraordinarias se intromettem em mais do que no referido, involvendo-se nas

Digitized by Google

cousas, que saõ proprias dos Corpos Governativos, que estabelecer para contrabalançar Poder Legislativo, e Poder Executivo; alem de irem logo caminhando em confusaõ, e sem separar o que cabe no Corpo Politico á Soberania, ou Corpo Instituinte, e o que cabe ao Governo, ou Corpo Constituido; estenderá necessariamente, por dilatado tempo, as suas Sessões, e prolongará o fim das suas relações com Sua Magestade, de que depende o termo da nossa Crise aparentemente Revolucionaria.

O dicto Congresso pois terá de tractar unicamente de organisar o Constituiçaõ para Portugal, e depois d'elle já declarado huma Monarchia. Vem pois sua tarefa a limitar-se na escolha, ou applicaçaõ da Constituiçaõ de huma Monarchia Limitada, e Representativa, que mais conveniente parecêr para segurar a Liberdade Civil dos Portuguezes: e eu cuido que nesta escolha naõ poderá haver muita duvida. O Governo ha de comprehender o Poder Legislativo, e o Poder Executivo. Este pertence ao Monarcha, aquelle ha de pertencer a huma, ou duas Camaras organisadas, como entenderem as Côrtes, as quaes haõ de, na Constituiçaõ, marcar tambem a maneira, por que estes dous Poderes, na hypothese de huma só Camara, ou estes tres, na hypothese de duas, haõ de jogar entre si de modo, que mutuamente se contrabalancem, como he preciso, para que huns naõ anullem os outros, e para que se consiga a Liberdade Civil. As discussões pois das Côrtes hão de versar sobre qual seja a melhor organisação d'esse Poder Legislativo, e d'esse Poder Executivo na Monarchia Portugueza, com attenção aos dous pontos cardinaes, que ellas devem ter em vista sempre, a saber: 1.° que esses Poderes sejão instituidos por tal forma, que hum não possa destruir o outro, ainda quando o pertenda fazer: 2.° que a sua organisação seja tal, que nem hum d'elles, nem ambos, possão aniquillar a Liberdade Civil, opprimindo, ou a segurança individual dos Cidadãos, ou a dos direitos da sua propriedade.

O 1.° ponto Cardinal dirige-se a evitar as Revoluções futuras, visto que ellas são o maior dos males do Corpo Politico, por trazerem comsigo a sua destruição, e a sua morte, e todos os incommodos, e dolorosos accidentes, que

Digitized by Google

acompanhão estes phenomenos, assim nos Corpos Physicos, como nos Corpos Moraes. Sendo certo que na organisação dada pela Constituição ao Governo he que consiste a sua vida, porque elle não he outra cousa mais do que o resultado d'essa organisação, fica sendo evidente que, sempre que esta se destruir, elle acabará, e soffrerá isso, que se chama huma Revolução Politica. E como a todo o Creador incumbe, pela mesma qualidade de Creador, organisar as suas creaturas de modo, que a sua existencia se dilate o mais que pode ser, as Côrtes para irem coherentes com esta moral devem desvelar-se em arranjar o Poder Legislativo, e o Poder Executivo naquella forma que, empregada toda a sabedoria, e prudencia humana, parecer mais vantajosa, para que hum não possa destruir o outro.

O 2.º ponto Cardinal dirige-se a evitar que o Governo, pela sua defeituosa instituição, deixe de servir aos fins do Corpo Politico, quaes são, a segurança individual dos Cidadãos, e dos direitos da sua propriedade; e seria, sem dúvida, faltar ás obrigações de Instituidor, organisar o Corpo, instituindo-o de maneira que, ou não servisse, ou fosse contrario aos fins da Instituição.

(Continuar-se-ha).

Receitas do Velho Liberal.

1.ª

Cautela, e muita cautela, Portuguezes, com o Poder exercitado á sombra de Titulos, e Nomes não usados, e desconhecidos.

Esta Receita he tambem do Velho Liberal, Montesquieu, e já mostrámos no nosso N.º 1.º, quanto lhe devia o Liberalismo. Fazendo-se uso de Titulos, e de Nomes conhecidos, sabe-se a idêa, que lhes corresponde, e por isso conhece-se logo por elles mesmos até ôi de chegará o Poder exercitado á sua sombra. Pelo contrario, introduzindo-se Nomes, e Titulos novos, náõ se podendo marcar a idêa, que lhes corresponde, ninguem advinhará até que

Digitized by Google

ponto virá a chegar o Poder denominado, e intitulado por huma maneira, que naõ se sabe o que designa. E já esta mesma consideraçaõ fez, ha seculos, escrever a outro Velho Liberal:

.....tantum terroribus addit.
Quos timeant non nosse Deos....
Lucan. Phars. Lib. 3. ℣. 416, e 417.

Augusto naõ quiz ser, nem Dictador como Sylla, nem Rei, como já tinha havido em Roma. Era conhecido o que correspondia a qualquer d'estes Titulos; e, se com algum d'elles se condecorasse, faria vêr aos Romanos, o que do seu Poder tinhaõ de esperar, ou de temer: seu Titulo mostraria até aonde elle podia chegar. E que fez entaõ? Armou-se do Poder Tribunicio, que ninguem conceberá, como se casa com a idêa do Chefe de huma Naçaõ, qual elle se tinha constituido, debaixo do modesto titulo de Imperador, conhecido em Roma naquelle tempo, para designar somente o Primeiro Commandante de hum Exercito. O Poder Tribunicio era o que pertencia aos Tribunos da Plebe, instituidos para a defenderem contra a Ordem Patricia, e Senatoria, que tinha no principio toda a parte no Podêr Executivo: e, em razaõ d'isto, ella os ornou da mais illimitada authoridade, e das maiores prerogativas, para d'esta sorte com elles se salvar de ser opprimida. Eis que o Chefe do Poder Executivo une a si o Poder Tribunicio, naõ para o empregar no fim da sua instituiçaõ, mas para se enfeitar com as illimitadas attribuições, que o acompanhavaõ! Faz-se, ao mesmo tempo que era o Poder Executivo, a barreira instituida contra o dicto Poder! Abrio pois desta sorte a franquissima estrada, que o podia conduzir, como conduzio, ao Poder Absoluto. E devêo-se ao prestigio de hum Nome novo, e de hum Titulo naõ usado na pessoa de quem tinha o Poder, carregar-se o Povo de grilhões, sem que elle o percebesse.

Cromwel naõ quiz chamar-se Rei, preferindo o Titulo de Protector: e diz Hume, dirigido pelo mesmo pensamento de Montesquieu, que elle procedêra assim, porque se conhecia na Grã-Bretanha o que era Rei, e se ignorava o que fôsse, ou podesse vir a ser hum

Digitized by Google

Protector. E a Historia do seu Governo mostra que com aquelle novo titulo se adiantára muito mais no exercicio do Podêr Absoluto, do que em tempo algum tinhaõ feito os Reis de Inglaterra. Nenhum d'estes havia mandado 300 Granadeiros para lançarem fora pela porta da Camara os Deputados nella Congregados, e para fecharem a dicta porta: e o Protector executou isto, á sombra d'este novo titulo, e d'este nome desconhecido.

Foraõ os primeiros trabalhos na França, subsequentemente á Convocaçaõ dos seus ultimos Estados Geraes em 1789, para que estes mudassem o nome, e se intitulassem Convençaõ Nacional. Sabia-se o que eraõ os Estados Geraes: conhecia-se qual nelles fosse a dependencia dos Deputados, relativamente aos seus Constituintes. Aquelles tinhaõ os seus Mandados, e as suas Procuraçóes, que nem podiaõ exceder, nem despresar. A Naçaõ entaõ naõ dava Carta branca para se fazer o que se quizesse a seu respeito. Os dictos Estados eraõ a collecçaõ dos Procuradores Nacionaes, que haviaõ de obrar debaixo das suas Ordens expressas, e conforme a ellas; e cada huma das Provincias, ou Districtos tinha anteriormente feito as suas Assembléas, e Congressos, e discutido nellas o que mais convinha ao interesse Publico, assim no geral, como no particular; e o resultado dos seus trabalhos era a materia das Credenciaes, dadas aos seus Procuradores, e Representantes, que haviaõ de obrar necessariamente, e conforme a ellas. Sabia-se d'esta sorte o que eraõ Estados Geraes: mas desde que elles mudaraõ este seu nome, e se chamáraõ Convençaõ Nacional, ninguem soube jámais conhecer, nem marcar o limite do seu podêr; porque apparecia huma Authoridade coberta com hum nome novo, e armada com hum titulo desconhecido. Elles passáraõ a ser huma Aristocracia illimitada, que naõ respeitou nem Throno, nem Altar, nem a Liberdade Publica, nem a individual, nem a Propriedade, nem Direito algum. Era hum Corpo Representativo da Naçaõ, e lançou sobre os seus Representados, e Constituintes, o germen dos maiores males, por que elles em tempo algum haviaõ passado. Para remediar o Despotismo Real, applicou-se a Receita do Despotismo Aristocratico da dicta

Digitized by Google

Convençaõ: e tudo isto com o singelo prestigio de hum novo nome, e titulo do Podèr.

Naõ se entendia na França, concluidos os trabalhos da Assemblêa Constituinte (que assim se costuma chamar essa primeira Convençaõ Nacional, para a distinguir da que depois houve em 1793, dissolvida a Assemblêa Legislativa) naõ se entendia, digo, concluidos os dictos trabalhos, que forma de Constituiçaõ era aquella, que se tinha dado aos Francezes. Chamava-se lhe Monarchia, mas via-se hum Rei nullo, sem authoridade para obrar cousa alguma, sendo Chefe do Poder Executivo: tinha-se abolido a Nobreza hereditaria, e conservava-se hum Rei hereditario, o que pôz em grande embaraço a Convençaõ, quando se quiz definir o que seriaõ os Filhos, e os Irmãos do Rei, e o que obrigou a d'Escheruy a chamar áquelle Grupo *hum Rei hereditario encastoado em huma Democracia*. E como se satisfez a tudo isto? Chamou-se a França huma Democracia Real, ou huma Monarchia Democratica. As idèas eraõ na verdade contradictorias, mas a novidade do nome contentou a todos. Os Aristocratas, ou Realistas ficáraõ satisfeitos, porque ouviaõ o nome de Rei, ou de Monarchia: os Democratas, e Demagogos contentaraõ-se igualmente, ouvindo o nome de Democracia. Huns, e outros ficáraõ sem o Idolo das suas adoraçôes, porque nem huns tinhaõ a Monarchia, nem os outros a Democracia: mas o prestigio do Nome novo, e do Titulo desconhecido, deslumbrou a todos, para se alegrarem com o que a nenhum devia satisfazer. E o resultado do Podêr exercitado á sombra d'esse Titulo novo, e d'esse Nome desconhecido, foi a desgraça espantosa, e terrivel, por que a França passou nos annos seguintes.

Conferencia, ou Junta Militar he tambem hum Nome novo, e hum Titulo desconhecido entre aquelles, por que em Portugal se tem exercitado o Podêr; e sêrá bom que o exemplo do passado nos acautele em quanto aos perigos, e aos males futuros. Prasa a Deos que naõ haja mais *Conferencias, ou Juntas Militares* relativamente á Publica Administraçaõ, e ao Governo de Portugal! Se as continuar a haver, quem sabe aonde ellas chegaráõ,

***

Digitized by Google

naõ tendo ellas ainda a sua Constituiçaõ, que desassuste os Velhos Liberaes de virem a sêr o Podêr Tribunicio de Augusto, ou o Protectorado de Cromwel!

(*Continuar-se-ha.*)

Continuaçaõ do Dialogo entre o Velho Economico, e o Velho Liberal, continuado de fol. 218.

Era preciso uniformar a Naçaõ com aquillo, que se usa, e que se observa nas outras Nações, que tem semelhantes fórmas de Instituições Politicas. Se entre ellas naõ tem mecanica (para nos explicarmos assim) o exercicio de Jornalista, era preciso que elle tambem naõ a tivesse em Portugal; era preciso que ninguem se envergonhasse tambem entre nós de apparecer em Publico pelos seus Jornaes, francamente annunciando as suas opiniões Politicas; porque, sendo os Jornaes em grande parte os Conductores da Publica Opiniaõ, era indispensavel que se naõ desviassem desse Posto os homens, que se tivessem feito conhecer, ou por seus Empregos, ou por seus Escriptos, e que se tinhaõ por isso acreditado para serem cridos nas opiniões, que abraçassem. Eraõ estes os vehiculos, que deviaõ procurar para se conduzirem a tractar com o Publico, e com o seu nome, porque, tendo que arriscar, e que perder nelle, naõ haviaõ de sacrificalo a cousas, de que lhe podesse vir deslustre na posteridade, para que elles olhaõ, sabendo que nella naõ existem já as paixões do dia, que fazem muitas vezes honrar momentaneamente producções ephémeras; consideraçaõ esta, que os conduzirá sem dúvida a escreverem de huma maneira capaz de honrar no futuro, ainda quando naõ acredite no presente. Estes Escriptores saõ os que convem para o bom serviço da Instrucçaõ Pública; e naõ os pode haver, senaõ quando elles manifestaõ o seu nome.

Se entre as sobredictas Nações de Governos Monarchico-Representativos, os Membros, que entraõ nas suas Assembléas, ou nas suas Camaras, tem de enunciar pu-

Digitized by Google

blicamente as suas opiniões, se somente podem servir nellas bem, quando satisfazerem a isso com toda a franqueza, vehemencia, e sabedoria, que estiver ao seu alcance, he indispensavel que se acostumem a isso; e huma das melhores Escolas para fazerem seus estudos, a fim de servirem utilmente em taes circumstancias, he o serem Jornalistas.

Nós tinhamos alem d'isto hum outro motivo para occupar o dicto lugar, e com o nosso nome, que vinha a ser o compromettermo-nos publicamente a sustentar a Carta, huma vez que fazíamos vêr por nossos Escriptos de 1820, que ella era inteiramente conforme na sua Organisaçaõ ao nosso Systema Politico, que enunciavamos naquella data.

Como Juris-Consulto, e como Magistrado, que somos, e nos presâmos de ser, huma vez que a Carta era huma Lei, nossa obrigaçaõ era cumpri-la, e procurar consolida-la, só por que era huma Lei, independentemente de mais cousa alguma. Sacerdote da Justiça como Juris-Consulto, obrigado ao cumprimento das Leis com infinitos Juramentos como Magistrado, nada mais era preciso do que isto, para que fossemos, e para que naõ podessemos deixar de ser a pró da Carta.

Isto porém naõ obstante, huma outra razaõ era para nos compromettermos no cumprimento d'esta nossa obrigaçaõ, o mostrar em Publico que a Organisaçaõ era inteiramente conforme com as nossas idéas politicas de muitos tempos anteriores á sua publicaçaõ.

A nossa vinda de S. Miguel para Lisboa, do seio da Paz, e da bonança para o centro da agitaçaõ, e das effervescencias Politicas, como se podem classificar as grandes Capitaes em todas as Crises dos Estados, naõ vos deve dar cuidado para d'ahi deduzir, sobre os nossos intentos relativamente á Carta, conjecturas, e suspeitas, que possaõ inquietar-vos. Vêde o Aviso, que nos conduzio a desembarcar no Téjo aos 2 de Agosto. Elle diz assim — *O Governo d'estes Reinos, creado pelo Real Decreto de 6 de Março ultimo, e Presidido pela Serenissima Senhora Infanta D. Isabel Maria, foi Servido conceder a V. M.ce a licença de tres mezes, requerida no seu Officio*

Digitized by Google

de 30 de Março proxime passado, para vir comprimentar Sua Magestade Imperial, e as Serenissimas Senhoras Infantas. O que participo a V. M.ce para sua intelligencia. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 28 de Abril de 1826. — Joaquim José Monteiro Torres. — Sr. Vicente José Ferreira Cardoso.

Ora: vós bem vêdes que nós pedimos a licença para vir a Lisboa em 30 de Março. Quem poderia adivinhar então em S. Miguel, que aos 2 de Agosto, em que desembarcámos no Téjo, haveria as grandes novidades Politicas, que ahi viemos encontrar nesta data?

Vós bem vêdes que a licença nos foi dada em 28 de Abril, tempo em que tambem em Lisboa nada havia que tivesse, ou podesse ter relaçaõ com a Carta Constitucional, que somente no dia seguinte á data d'este Aviso se assignava no Rio de Janeiro pelo Sr. D. Pedro IV.

He pois manifesto que a nossa vinda a Lisboa nesta Crise nenhuma relaçaõ tinha, nem podia ter com ella: porque nem no tempo em que pedimos a licença, nem naquelle, em que esta nos foi dada, tinha visto ainda a luz do dia no Novo Mundo a Carta, que viemos encontrar no Velho, desembarcando em Lisboa aos 2 de Agosto. Naõ vos deve pois servir de motivo para suspeitar de nossos intentos, relativamente á dicta Carta, a mencionada consideraçaõ da nossa vinda a Portugal no meio desta Convulsaõ Politica. O que fica exposto he manifesto testemunho de que com ella nem tinha, nem podia ter relaçaõ alguma a nossa vinda.

He verdade que hum Cartaz demasiadamente ousado fizemos imprimir na Gazeta do dia 12, pouco depois do dicto nosso desembarque; mas vós deveis já ter conhecido, pelo que escrevemos ultimamente na nota do nosso Jornal, que começa a fol. 210, e isto coherentemente com tudo o que temos escripto em muitos outros lugares do mesmo Jornal, qual fosse a maneira, por que aos nossos olhos se apresentou o espirito da Carta, e das novas Instituições dadas a este Reino pelo Senhor D. Pedro IV., e qual fosse a maneira, por que aos nossos olhos se apresentou a Ochlocratica dissidencia de algumas partes da Monarchia, e de alguns Corpos Militares nellas estacionados.

Digitized by Google

Nós olhâmos esta dissidencia, como filha da Confusaõ da Carta vinda do Brasil com a Constituiçaõ de 1822. Mesmo pelo que observámos nas ruas de Lisboa, vindo de Belém até S. Lourenço, nós entendemos que a fracçaõ da Monarchia Portugueza, por nós denominada *Ultra-Constitucional*, suppunha achar na Carta a dicta Constituiçaõ, e seus applausos desmedidos, parecendo-nos testemunho de hum triunfo que se suppunha conseguido, fizeraõ-nos persuadir que o mesmo teria acontecido por todas as outras partes do Reino, em que houvesse *Ultra-Constitucionaes*. Entendemos entaõ igualmente, que o mesmo engano, que provocava aquellas excessivas alegrias, se se apoderasse dos espiritos da outra Fracçaõ Nacional, que denominâmos *Ultra-Realistas*, havia de produzir nesta huma resistencia manifesta á Consolidaçaõ da Carta.

Eis-aqui pois hum erro, (dissemos nós comnosco) *que nos dá a explicaçaõ de tudo o que tem havido, e de muito mais que poderá haver, em quanto o dicto erro se conservar, relativamente á Carta, e ás Novas Instituições vindas do Brasil! He necessario pois dissipar este erro, senaõ teremos mais tristes scenas, como essas que se nos referem de Estremóz, de Elvas, de Villa Viçosa, etc.*

Eis-aqui a Capitulaçaõ, que nós fizemos da doença. O seu principio morboso estava no dicto erro, que conduzia a huns á desmedidos, e orgulhosos applausos, como de hum Exercito triunfante, e que conduzia a outros á humilhaçaõ, aos sustos, e pavores, de se acharem na classe dos vencidos, de verem resuscitada a Constituiçaõ de 1822, que os tinha espavorido, e que em 1823 os tinha armado, para o fim de a anniquilarem, como com effeito a anniquiláraõ. E caminhando nós nesta hypothese, que remedio convinha para suspender o curso d'aquelle erro, e chamar sobre nós a attençaõ de huns, e de outros, como nós desejavamos chamar, para os fazer cobiçosos, e attentos a ouvir-nos? O remedio para isto era sem dúvida hum Cartaz atrevido, como foi aquelle do dicto annúncio da Gazeta. Attrahindo com elle a attençaõ de todos, nós esperavamos que nossas considerações, e nossas vozes, fizessem menos orgulhosos os *Ultra-Constitucionaes*, metendo-lhes aos olhos que naõ haviaõ triunfado, porque

Digitized by Google

a Carta naõ era a sua adorada Constituiçaõ de 1822; e menos humilhados, e assustados os *Ultra-Realistas*, metendo-lhes aos olhos que a Carta naõ era essa Constituiçaõ, que elles detestavaõ, e que tinhaõ derrubado em Maio de 1823.

Ora: a Carta, d'esta sorte, vinha a perder, ou, pelo menos, a enfraquecer os seus dous poderosos inimigos, e que podiaõ concorrer para a sua anniquilaçaõ, ambos elles igualmente, cada hum pela sua parte. Os *Ultra-Constitucionaes*, com o orgulho do seu supposto triunfo, marchando, quando se tractava de consolidar a Carta, pelo mesmo modo, por que tinhaõ marchado no regimen da dicta Constituiçaõ, arriscavaõ aquella á mesma sorte, que esta veio a ter. Os *Ultra-Realistas*, com a dicta sua humiliaçaõ, no supposto de vencidos, e com os seus pavores para com a dicta Constituiçaõ, apresentando huma manifesta dissidencia pela Carta, perturbariaõ, ou pelo menos retardariaõ a sua consolidaçaõ. Era pois hum serviço a pró da Carta caminhar no espirito d'ella, e da Amnystia, que a acompanhou, debellar ambas as dictas Cohortes dos seus inimigos, dissipando o orgulho, e demasias dos primeiros, e a humiliaçaõ, e pavôr dos segundos.

Demosthenes, em huma das suas Philipicas, em iguaes circumstancias, tinha dicto aos Athenienses — *Escutai-me, e deixo-vos depois a liberdade de vos salvar, ou de vos perder* — tambem com o fim, e com o intento de chamar sobre si a attençaõ d'aquelles, de quem desejava ser attentamente escutado, para os desviar dos erros, que eraõ origem dos seus males, e dos males da Causa Publica. Nós tomámos nisto por modélo o primeiro dos Oradores Gregos: nós fizemos nosso hum pensamento, e huma Oraçaõ sua.

Eis-aqui tendes, Amigo, a Analyse do nosso annúncio na Gazeta; e elle por tanto naõ deve dar-vos motivo a conjectura alguma sobre nossos intentos serem avêssos á consolidaçaõ da Carta, antes elle vos deve convencer de que os dictos intentos eraõ todos a pró d'ella.

Deve porém ainda muito menos dar-vos cuidado a religiosa vestidura, que vos parecêo encontrar no nosso an-

Digitized by Google

núncio, introduzindo nelle a Divina Providencia; e nesta parte vós haveis de permittir-nos que nos demoremos talvez algum pouco mais, do que o permittia a natureza de hum Dialogo.

Embora pareça a algum genio superficial, que a incredulidade pode acredita-lo, ou honra lo; he proverbio já muito antigo — Que o pouco saber produz irreligiosos, e a muita sabedoria, pelo contrario, pessoas verdadeira' e cordialmente dadas á Religiaõ. — Mas, seja como for, o Velho Liberal he Christaõ, e professa de todo o seu coraçaõ, por huma convicçaõ intima da sua consciencia, a Religiaõ Catholica Apostolica Romana, depois de a ter estudado, e de ter meditado nos motivos, e fundamentos da sua Crença. Elle crê pois que ha hum Deos, que ha huma Providencia, a qual por meios, e caminhos, muitas vezes imperceptiveis aos homens, conduz as cousas aos fins de seus Altissimos Destinos. O Velho Liberal tem em si experimentado grandissimos beneficios, e favores d'esta Divina Providencia: nem pode deixar de a conhecer, e de a respeitar, nem pode resolver-se a ter a insania de attribuir a acasos o sempre uniforme movimento dos Astros, a successiva, periodica, e sempre constante marcha dos vegetaes, a admiravel construcçaõ do Universo com causas sempre productoras de taes resultados, e de resultados sempre correspondendo ás suas causas. Elle considera-se muito feliz em ter devido a Deos a firmeza dos seus sentimentos Religiosos, e fez-se huma Lei de confessar publicamente, com toda quanta ostensibilidade lhe fôr possivel, a Sanctissima Religião, que professa. Fiel a esta sua theoria no seu Projecto do Codigo Civil fez a maior ostentaçaõ, que podia, do Christianismo que professava, em diversos lugares, e em alguns d'elles summamente extensos. Agora naõ pode deixar de fazer o mesmo pelos principios de sua consciencia, devendo até desculpar-se-lhe á sua idade, e ao grande perigo, em que ha pouco esteve a morrer, se parecer demasiado, e excessivo nas suas idéas Religiosas.

A Carta, alem disso, declara que a Religião do Reino he a Catholica Apostolica Romana, e o Velho Liberal he Cidadão Portuguez. O Velho Economico pois naõ de-

Digitized by Google

ve estranhar que o Velho Liberal falle muitas vezes na Divina Providencia. Este crê, e tem como artigo da sua fé, que nada se move no mundo sêm impulso directo, ou indirecto de Deos; e que, se hum Pagão sensato escrevia — *Semper magis volo, quod Deus vult, quam quod ego* — Eu prefiro o que Deos quer ao que eu quero — naõ pode ser digno do nome de Christão, quem naõ proferir o mesmo de todo o seu coraçaõ.

He bem claro, á vista do Artigo 6.º da Carta Constitucional, que ella deixa aos Portuguezes inteiramente a Sancta Religião de Jesu Christo em que nascêraõ, e que professaõ. Naõ ha pois senaõ malevolos pretextos de Religião, que se possaõ produzir para estorvar o progresso, e a consolidaçaõ da Carta; e pela conveniencia, e importancia d'esta materia a pró da mesma Carta, o Velho Economico permittirá que o Velho Liberal se extenda sobre este Artigo, para persuadir aos seus Concidadãos, que saõ imaginarios, e falsos quaesquer escrupulos, que se queiraõ excitar em suas consciencias contra a Carta por principios Religiosos, se he que com effeito, e na verdade ha quem isto faça, e promova, como vulgarmente se acredita.

O Velho Liberal naõ confunde as Instituições Politica dos Estados com a sua Religiaõ de Jesu Christo. Para que elle guardasse, e jurasse guardar a Constituiçaõ Politica do Paiz, em que vivesse, em razaõ de seus principios Religiosos, nem era preciso que a Carta se estendesse a tanto, como se estende no dicto Artigo 6.º, bastava que dissesse, que ella naõ estorvava que o mesmo Velho Liberal fizesse publica profissaõ da Fé de Jesu Christo. Em se lhe naõ prohibindo esta pública profissaõ da sua Fé, em o naõ constrangendo a que elle professasse naõ ser Christaõ, jurava, e guardava toda a Constituiçaõ do Paiz, em que vivesse. Negar a Fé de Jesu Christo he a unica cousa, que elle naõ pode praticar, sendo Christaõ. Se alguma Constituiçaõ houvesse que o obrigasse a isso, elle devia recusar-se a acceita-la, e jura-la; mas nem ainda nesse caso havia de empregar meios, quaesquer que elles fossem, para inverter, e perturbar a dicta Instituiçaõ Politica, ainda quando nella houvesse o Arti-

Digitized by Google

gó; que prohibisse de professar a Lei de Jesu Christo. A Sagrada Lei do Divino Fundador do Christianismo naõ tem nada com estas cousas. Elle mesmo declarou que o seu Reino naõ era deste Mundo. E o exemplo, e prática dos primeiros Sanctissimos Seculos da Igreja apresenta os Christãos d'aquella idade, vivendo pacificamente, debaixo de Instituições Politicas, que prohibiaõ a dicta protestaçaõ da Fé, sem que algum d'elles fizesse huma cabala, armasse hum tumulto, ou promovesse alguma perturbaçaõ pública contra o Estado, que tinha huma tal Constituiçaõ. Viviaõ todos tranquillos debaixo de huma tal Lei; e o sello, e o testemunho da sua Crença naõ consistio nunca em baralhar a Ordem do Estado, que lhe prohibia a dicta Crença, mas sim em morrer submissos ao poder temporal no meio da pública profissaõ da Fé de Jesu Christo. Assim se plantou a Religiaõ do nosso Divino Salvador: assim viviaõ os Christãos nos primeiros florescentes seculos da Igreja. O zêlo dos Fieis pelo Christianismo naõ consistia entaõ, nem em se armarem aquelles contra os que eraõ de diversa Religiaõ, nem em perturbarem a tranquillidade do Estado, que naõ era Christaõ, mas só, e unicamente em fazerem publicas profissões da Fé de Jesu Christo, e em naõ desistirem d'ellas no meio dos mais acerbos tormentos, no meio dos mais insupportaveis martyrios.

E se isto tudo he assim, como na verdade he, no supposto de huma Instituiçaõ Politica, que prohibisse a profissaõ pública do Christianismo, como se poderá imaginar que naõ seja o mesmo relativamente a huma Instituiçaõ Politica, qual a Carta Constitucional, que naõ só naõ prohibe a publica profissaõ da Fé de Jesu Christo, mas que declara ser a Religiaõ do Estado, a Catholica Apostolica Romana?

He manifesto pois, que naõ se pode temer que com o pretexto do Christianismo se queiraõ armar Portuguezes a serem contra a Carta, ou a paralisarem a sua consolidaçaõ. He manifesto (e o Velho Liberal muito estimaria que o acreditassem nisto todos os Portuguezes) que se alguem houver, que contra a dicta Carta procure servir-se de motivos Religiosos, engana seguramente aquelle,

Digitized by Google

a que por esse meio procurar seduzir, para que naõ esteja pela Carta do Senhor D. Pedro IV.

E a importancia da materia, e o ter-se, ou suspeitado, ou inculcado, que a Carta acha, ou ha de achar estorvos nos Ministros do Altar de Jesu Christo, obriga o Velho Liberal a naõ levantar ainda a maõ deste assumpto.

(*Continuar-se-ha.*)

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 5.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Considerações do Velho Liberal sobre o resultado das actuaes circumstancias Politicas de Portugal. Continuadas do N.º antecedente.

E como os instrumentos do Governo haõ de ser homens, (continuava o Sr. Thomé Pinheiro da Veiga) as Côrtes, quando tractarem de organisar o Poder Legislativo, e Executivo, naõ devem perder jámais de vista a sua natural condiçaõ, e a tendencia, que d'ahi lhes vem, para se apropriarem a maior somma do Poder, que lhes he possivel; esperando que elle lhes fará dar mais meios de gosar, e lhes evitará mais occasiões de soffrer, que saõ as duas molas Reaes, sobre que se move a sua machina moral. As dictas Côrtes pois devem contar com os futuros choques entre os Corpos, que constituirem o Governo, naõ tendo a menor dúvida de que huns haõ de querer ganhar Poder sobre os outros, chamando cada hum a si a prepotencia, tanto quanto isto depender das suas forças, se se naõ achar na construcçaõ, e nas outras partes do Todo a poderosa resistencia de que se carecer, para inutilisar os dictos intentos. E he este o Artigo, em que mais se precisa de toda a attençaõ das Côrtes, e de todos os auxilios da discreta experiencia, que, para desviar dos desacertos, he o melhor mestre nestes casos, assim como em quasi tudo o mais. A boa divisaõ por tanto, e equilibrio do Poder nos Corpos do Governo, he o que se

Digitized by Google

deve principalmente procurar de estabelecer na Constituiçaõ, para que ella apresente os necessarios contrafortes a esta natural tendencia humana para a prepotencia. Assim como Deos, fazendo os homens sensiveis á dôr, procurou por este meio, em seu proveito, defende-los dos abusos da liberdade, que os podiaõ conduzir á sua destruiçaõ: da mesma sorte, e com vistas igualmente beneficas, os Organisadores das Constituições Politicas, contrabalançando o Poder nos Corpos do Governo, procuraõ defendê-los do abuso, que d'elle poderiaõ fazer, em ruina do Todo, a que pertencem, e para cujo bem saõ instituidos. Cada hum dos dictos Corpos, nessas barreiras oppostas aos seus abusos, deve considerar beneficas intenções mesmo a seu respeito, como parte do Todo, que se desarranjaria em commum, e geral desproveito, se ellas faltassem; e isto da mesma sorte que o homem nas dores, a que he sujeito, respeita a benefica Mão do Seu Creador, vendo nellas meios empregados, para se livrar de abusos da sua Liberdade, que podiaõ conduzi-lo a destruir-se.

Dizia o dicto Insigne Procurador da Corôa que, depois de ter por esta forma inculcado ás nossas Côrtes 1.°, os limites, que deviaõ pôr aos seus trabalhos; e 2.°, as Bases, sobre, que haviaõ de caminhar, passaria a lembrar-lhes a Constituiçaõ Monarchico-Representativa, que na sua opiniaõ, mais acertadamente se escolheria para encher os desejos Nacionaes: mas que antes d'isto teria de se demorar alguma cousa, por querer mostrar primeiro o perigo que havia, e a cautela, de que se carecia, para que naõ acontecesse que, fazendo-se uso de principios meramente theoricos, e abstractos, sem se attender a nada mais, senaõ viesse a proceder indiscretamente, chamando sobre o Corpo Politico males maiores do que os outros, que se queriaõ remediar. Elle mostrava estar persuadido de que Joaõ Jaques Rousseau, este homem verdadeiramente extraordinario, tinha sido a origem, e se devia ter como Chefe da Opiniaõ Publica, que hoje domina sobre as Instituições Sociaes; e que por esse motivo com razaõ os seus Escriptos, e entre elles principalmente o *Contracto Social*, tinhaõ merecido o Titulo do *Evangelho da Revoluçaõ Franceza*. Mas estava persuadido ao mes-

Digitized by Google

me tempo que, sendo as suas idêas summamente abstractas, e por esta razaõ muito susceptiveis de serem mal entendidas, e mal applicadas, se se naõ acudisse a este inconveniente, poderia vir a ser verdade o que nos deixou escripto o Auctor — *de la Philosophie de la Politique* — no fim do Elogio de Rousseau, a saber — *Que elle no seu Contracto Social talvez deixaria ao Mundo em legado, sem o perceber, a perturbaçaõ, e as agitações da sua alma* — e parecia-lhe entaõ muito proveitoso o prevenir-se a este respeito, fazendo vêr ás Côrtes como o mesmo Cidadão de Genebra naõ ia na prática inteiramente ligado com as suas theorias.

Dizia que para este fim se serviria, em primeiro lugar, dos pensamentos do Abbade Raynal na sua bem conhecida Carta á Assembléa Constituinte, na qual lhe tinha escripto, *que aquelle grande Genio nas suas theorias havia procurado achar o bello ideal, mas que elle mesmo se naõ dirigira inteiramente por ellas, quando tractára de as applicar, e que por isso trabalhando, já sobre a Constituiçaõ da Polonia, já sobre a da Corsega, se informára primeiro sobre as circumstancias particulares de cada hum d'estes Estados; sobre os seus usos, e costumes; se nelles havia Nobreza, se havia Clero, tendo como indispensavel attender a tudo isto, para proceder com acêrto naquelle trabalho, no qual até julgava que seria muitas vezes preciso contemporisar com os mesmos abusos.* E esta maneira de discorrer agradava muito ao nosso Procurador da Corôa, porque lhe parecia que, assim como quem tinha de reparar hum edificio velho, encravado entre outros, naõ caminhava como que se o construisse de novo, no meio de hum terreno á sua disposiçaõ por todos os lados; da mesma sorte devia proceder quem tractasse de levantar huma Constituiçaõ para hum Estado, já de longo tempo existente. Elle entendia que hum, e outro precisava de considerar as circumstancias do Velho Corpo, que pertendiaõ regenerar, a fim de verem se casariaõ com elle as reformas, que lhe destinavaõ; e que, se naõ attendessem a isto, muitas vezes aconteceria que, naõ quadrando a obra nova com a velha, aquella, em vez de aproveitar á esta, servisse somente de a arruinar de todo; e que por igual motivo, e com

Digitized by Google

igual sabedoria, o Medico intelligente, tractando de curar os seus enfermos, se informava primeiro, e attendia sempre á sua idade, e circumstancias, para lhes naõ applicar remedios, que por falta d'estas considerações, em vez de lhe restituirem, ou aperfeiçoarem a saude, conduzissem mais brevemente á sepultura, quem livre dos soccorros da Medicina iria vivendo, bem que com seus incommodos.

Nada porém agradava tanto nesta materia ao Sr. Thomé Pinheiro da Veiga, e nada lhe parecia taõ a proposito, e taõ concorde com as idêas, por que elle propunha guiar-se na escolha da dicta Constituiçaõ, mais conveniente aos Portuguezes, como era hum Artigo da Dedicatoria, de que Rousseau se servio, para offerecer á Republica de Genebra o seu *Discurso sobre a Origem, e os fundamentos da desigualdade entre os homens.* Discurso, e Dedicatoria, que os Sábios classificaõ, como Obras primas d'aquella eloquencia, que só os Antigos nos tinhaõ feito conhecer. Eis-aqui o dicto periodo, qual se acha a fol. 10 na Ediçaõ de Amsterdaõ de 1755. — *Eu naõ quereria de forma alguma viver em huma Republica de nova instituiçaõ, por mais boas Leis, que ella podesse têr: e isto pelo receio de que, constituindo-se o Governo talvez de outra sorte, do que seria preciso nas actuaes circumstancias, naõ convindo aos novos Cidadãos, ou os Cidadãos ao novo Governo, naõ viesse d'ahi a resultar o ser elle abalado, e destruido logo depois do seu nascimento. Por quanto a Liberdade he da natureza d'estes alimentos sólidos, e substanciaes, e da d'estes vinhos generosos, proprios para nutrir, e fortificar os temperamentos robustos, habituados com elles, mas que sobrecarregaõ, arruinaõ, e embriagaõ os fracos, e delicados, que naõ lhes estaõ afeitos. Os Povos huma vez acostumados aos Reis ficaõ em estado de naõ poderem passar sem elles: se intentaõ sacudir seu jugo, alongaõ se tanto mais da Liberdade, quanto he certo que, abraçando entaõ em lugar d'ella huma licença desenfreada, as suas Revoluções os entregaõ quasi sempre a Seductores, que tornaõ mais pesadas as suas cadêas. O mesmo Povo Romano, este modêlo de todos os Povos livres, naõ se achou em estado de se governar quando sabio da oppressaõ dos*

Digitized by Google

Tarquinios. Aviltado pela escravidaõ, e pelos trabalhos ignominiosos, a que elles os tinhaõ sujeitado, elle naõ era ao principio senaõ huma estupida populaça, que carecia de ser conduzida, e governada com a maior Sabedoria, a fim de que, acostumando-se pouco a pouco a respirar o ár saudavel da Liberdade, suas almas enervadas, ou para dizer melhor, embrutecidas debaixo da tyrannia, viessem a ganhar gradualmente esta severidade de costumes, e este sentimento de valôr, que a final d'ellas fizeraõ o mais respeitavel de todos os Povos. Eu teria pois procurado para minha Patria huma feliz, e tranquilla Republica, cuja antiguidade de alguma sorte se perdesse na noite dos tempos: que naõ tivesse experimentado senaõ os choques proprios para manifestar, e fortalecer em seus Habitantes o valôr, e o amôr da Patria, e na qual os Cidadãos, de longo tempo acostumados a huma Sábia Independencia, fossem, naõ somente livres, porem dignos de o serem.

O dicto Procurador da Corôa dizia que esta parte do referido Discurso era muito análoga aos seus sentimentos, por que nella apparecia o reconhecimento da necessidade da experiencia para confirmar sobre o resultado das theorias sociaes. Rousseau naõ se acommodava a viver em hum Governo de nova Instituiçaõ, bem que elle tivesse as melhores Leis, e desejava habitar somente aonde houvesse outro já confirmado pela experiencia de longa antiguidade! E isto parecia áquelle Magistrado naõ somente huma liçaõ filha da maior sabedoria, mas tambem, o que pedia o interesse geral dos Povos, a que se tivesse de accommodar huma Constituiçaõ. *Saõ indispensaveis em tudo*, dizia elle, *repetidas experiencias, para que os homens, que conhecem, e que amaõ a verdade, cheguem a segurar-se sobre a exactidaõ de qualquer das suas theorias; e isto tanto mais, quanto cresce a complicaçaõ da machina, a que ellas se applicaõ: e nenhuma he mais complicada, do que a do Corpo Politico, e do seu Governo em huma grande Naçaõ, e já velha. Ella compõe-se de milhões de homens, cada hum d'elles taõ diverso dos outros no caracter, como na physionomia; cada hum d'elles dotado de tantas paixões, quantas, as que saõ proprias da especie humana; animados de diversissimos interesses, e de inveie-*

Digitized by Google

rados habitos, que difficultosissimamente sabem vencer; todos, por via de regra, preferindo as vantagens presentes, e sem saberem, ou prevêr as futuras, ou calcular o seu valôr, comparando-as com os incommodos do dia, ou têr a constancia de soffrer em hum anno para gosar no outro. E, sendo o Corpo Politico hum composto de tudo isto, o Governo tem de fazer jogar hama machina taõ complicada, obrigando a concorrer para hum, e para o mesmo fim partes taõ heterogeneas, e cujas vontades, e interesses haõ de chocar-se entre si a cada passo! E se os Sábios em objectos muito menos complicados só confiaõ nas suas theorias, depois de repetidas experiencias, que reprehensivel temeridade naõ será ir após das que dizem respeito ao Governo das Nações, antes d'ellas serem repetidas vezes experimentadas, e no decurso do longo periodo, que he preciso, para se chegar a vêr o seu resultado? A sabedoria pois aconselha os sentimentos de Rousseau.

E ainda que naõ fôsse preciso authoridade alguma em abono, do que acabo de dizer, eu naõ poderei omittir huma, recommendavel ao mesmo tempo pelo nome de Mr. de Mirabeau, e pelo que poderá servir-me ainda de apoio na carreira das minhas relações com as nossas Côrtes. Este illustre Liberal, que no curso da Revoluçaõ Franceza mereceô o nome de Demosthenes: que se afadigou pela Liberdade com tanto saber, e desvélo, como deixa conhecer a Colecçaõ dos seus Trabalhos na Assembléa Nacional, composta de 5 vol. em 8.°; que excitou huma geral tristeza em todo o Paris, assim que constou da sua morte, de maneira que se viraõ homens encontrando-se, e abraçando-se, cobertos de lagrimas ao pronunciar as palavras, morrêo Mirabeau! *a quem entre os outros muitos epitaphios, que lhe foraõ consagrados, Mr. Fiévée dedicou este:*

Se naõ sabes amar a Liberdade,
Ou se esta Sepultura te naõ move,
Alonga-te, profano; aqui he aonde
Descança Mirabeau!

Este illustre Liberal pois, que em algum tempo havia ridiculisado a Constituiçaõ de Inglaterra, chegando a escrever na sua Carta aos Batavos — que a Naçaõ Ingleza no Artigo da Liberdade era mais digna de compaixaõ, do

Digitized by Google

que de inveja, e que bem depressa seria reduzida, pelo systema dos contra-pezos, á inercia da escravidaõ: — *pouco depois no seu Courrier de Provence, Num. 36, e 41, tributou á dita Constituiçaõ o seu suffragio, dizendo* — que ella tinha caminhado sempre para o seu melhoramento: que nella era respeitada a Liberdade pessoal, muito mais do que em alguma outra: que hum Seculo de prosperidade era, a favor do Governo Inglez, huma authoridade de maior pêso, do que a outra, que poderiaõ têr por si quaesquer bellas theorias: e que os homens sábios nella admirariaõ sempre os resultados práticos, superiores ás sublimes theorias dos nossos Utopianos (*a*). — *Isto manifesta sem dúvida que no juizo sobre as Constituições, consideradas ellas theoricamente, he facilimo errar, ainda aos que forem Mirabeaus, quanto mais aos outros! E por tanto nada pode concorrer mais, do que este facto, para conduzir os Portuguezes a naõ se deixarem guiar sem o auxilio da experiencia.*

E como eu disse que a favor d'este documento estavaõ naõ só as lições, filhas da sabedoria, mas tambem o interesse geral dos Povos, a que se tivesse de acommodar huma Constituiçaõ, terei de desenvolver agora esta segunda parte da minha proposiçaõ geral. Huma Naçaõ, que tracta de procurar huma nova Constituiçaõ, reconhece que está enferma, que necessita de remedios para restabelecer a sua Saude Politica, e que a este importante fim dirige aquelle seu empenho. E qual seria o enfermo, que n'huma molestia qualquer, por menos grave que ella fôsse, estimaria que os Medicos nelle experimentassem as suas theorias? Qual seria o enfermo, que tractando-se do curativo dos seus males, e discordando os Medicos, por quererem huns empregar huma receita, já com feliz successo experimentada em identicas molestias, e outros outra nova ainda destituida de experiencia, mas que gabavaõ muito, os que d'ella pertendiaõ usar: qual seria, digo, o enfermo, que preferisse no

---

(*a*) Todos sabem que Thomás Moro escrevêo a sua Utopia, que he hum admiravel Systema do Governo, porem imaginario.

Digitized by Google

seu corpo a applicação da segunda á da primeira? Naõ haveria certamente nenhum. Pois isto que nenhum enfermo faria tractando-se da sua particular saude, e mesmo quando do remedio novo naõ podessem resultar grandes males, naõ se ha de considerar tambem, que seja o voto, naõ digo de huma parte, mas de todos os Nacionaes, que nomeiaõ os seus Representantes, para lhe organisarem huma Constituiçaõ? A sua vontade geral he dirigida indubitavelmente áquillo, que lhe fôr proveitoso, e naõ se poderá dizer que tem esta qualidade hum remedio ainda naõ experimentado. Eu estou taõ certo que todos os Nacionaes nesse caso excluiriaõ expressamente o uso de receitas novas a seu respeito, que nenhuma dúvida teria de apostar grandissimas sommas, que se lhes fôsse proposta esta pergunta — quereis vós, que se vos applique hum remedio, que parece muito bom, mas que ainda naõ foi experimentado, ou outro, que tem já por si a confirmaçaõ da experiencia — *naõ haveria huma millesima parte, que votasse pe as novas experiencias, feitas no Corpo Politico, a que elle pertencia. E he para mim huma consequencia necessaria a'isto, que os Illustres Representantes dos Portuguezes no Congresso das suas Côrtes, bem que geralmente authorisados pelas suas eleições, para figurarem nellas sem Credenciaes, que limitem os seus Poderes, se devem todos considerar ligados a esta Lei, e condiçaõ tacita* — de naõ fazerem experiencias sobre Portugal, devendo escolher das Constituições Monarchico-Representativas aquella, que máis conveniente parecer ás circumstancias do Reino. — *Para se naõ entender isto, seria necessario conceber que em materia taõ grave, e em que se tracta de taõ graves interesses, qual he o estabelecimento de huma Constituiçaõ para hum Estado, os interessados no negocio se quereriaõ expôr áquillo, a que se naõ se sujeitaria nenhum d'elles, tractando-se do curativo de qualquer das suas molestias fisicas. As Constituições pois, que só tiverem por si theorías, por mais brilhantes, que ellas sejaõ, mesmo sem entrar no seu exame, eu as julgaria excluidas da escolha, que se tem de fazer; devendo ser materia somente deste trabalho as outras, que já por si tiverem o respeitavel cunho da experiencia.*

O Sr. Thomé Pinheiro da Veiga repetio este Discurso

Digitized by Google

so com tanta vehemencia, e taõ poderosos parecêraõ ao Velho Liberal os seus raciocinios, que elle julgou impossivel haver, naõ digo nas nossas Côrtes, mas em todo o Portugal, huma unica pessoa, que se desviasse da sua opiniaõ: e conhecêo logo que o dicto Magistrado quereria sem dûvida conduzir, quanto lhe fosse possivel, aquelle respeitavel Congresso á organisaçaõ de huma Constituiçaõ analoga á da Grá-Bretanha, em que o Corpo Legislativo fosse compôsto de duas Camaras. Esta sua suspeita porém veio a confirmar-se plenamente, porque o dicto Sábio Procurador da Corôa continuou a dizer.

Eu cuido que a mais grave questaõ, que talvez se pertenderá excitar nas nossas Côrtes, será sobre a organisaçaõ do Corpo Legislativo, para se resolver, se elle há de dividir-se em duas Camaras, ou ser concentrado em huma. Mas, em quanto a mim, será até improprio que nessa parte se admittaõ grandes discuções. Devendo entender-se, como já ponderei, que os Representantes da Naçaõ se naõ podem considerar authorisados, para nella experimentarem theorias no Artigo das Constituições Politicas; e sendo certo que o Corpo Legislativo em huma só Camara ainda naõ tem o Sêllo da experiencia, vem a ser evidente que os dictos Representantes naõ deveraõ demorar-se a discutir sobre a organisaçaõ do dicto Corpo nesta forma; visto que a naõ poderaõ de sorte alguma adoptar.

A Inglaterra, e os Estados-Unidos da America, saõ das Nações Modernas, as que nos apresentaõ mais antigos exemplos de Governos Representativos; e a primeira tem mais de cem annos de huma Liberal Constituiçaõ d'esta natureza; e a segunda já quasi meio Seculo, e em ambas ellas o Corpo Legislativo se acha dividido em duas Camaras, que na primeira se intitulaõ Camara Alta, e Camara Baixa; *e na segunda* Camara, e Senado. *A prosperidade d'estas duas Nações, em quanto á Liberdade Civil, he de todos conhecida. E, fallando particularmente de Inglaterra, se quizessemos recorrer á Authoridades, naõ precisariamos de nenhuma outra depois da de Mr. Mirabeau, que ha pouco referi, mas juntarei a ella tambem a de Rousseau nas suas* — Lettres écrites de la montagne — *sobre o Governo de Genebra, nas quaes elle reconhece que Inglaterra*

Digitized by Google

he o modéo da justa balança dos Poderes respectivos. E se quizessemos argumentos deduzidos da experiencia, nenhum poderá ser mais luminoso do que o do Processo da Rainha, ha pouco intentado naquelle Reino. Naõ será facil, com effeito, conceber caso algum, em que se possa recear maior emprego de força da parte do Rei, para opprimir a hum dos Membros da Naçaõ: elle tinha-se declarado offendido no Antigo, que a opiniaõ geral entre os Homens considera mais grave, e no qual, por isso mesmo, se lhes fazem mais sensiveis as offensas, e se exigem mais efficazmente os desaggravos: e depois da publicaçaõ da queixa naõ se pode esperar, que se poupasse meio algum para o vencimento de huma semelhante Causa. O que praticariaõ em iguaes circumstancias todos, e cada hum dos outros Homens, deve servir para lhes mostrar, que o Rei só naõ vencêo, porque foi impossivel conseguí-lo, empregado todo o seu Poder: e isto os convencerá plenamente a todos, de que a Constituiçaõ d'aquelle Estado he a mais segura guarda, que pode haver para a Liberdade Civil. E pelo que pertence aos Estados-Unidos da America, seria com effeito preciso aspirar a huma Philosophia muito além de toda a marca, para que se pertendesse ser mais Liberal, e mais livre de prejuizos, do que os Americanos.

E cumpre observar aqui, que nos Estados-Unidos naõ havia diversas Condições de pessoas de longa antiguidade, habituadas a diversas considerações, as quaes conviesse attender na Organisaçaõ Politica para desviar reacções, que podessem destruí-la; e, mesmo sem haver isto, os Americanos julgáraõ conveniente dividir o Corpo Legislativo em duas Camaras, bem que cada huma d'ellas fosse composta de Cidadãos da mesma condiçaõ, e natureza. Conduzio-os pois a este Systema unicamente o conhecimento das razões, que pedem para bem da Organisaçaõ Politica, que o Corpo Legislativo seja dividido em duas Camaras, e de que logo tractarei. Mas que fariaõ elles, se além desse conhecimento tivessem huma Nobreza, e hum Clero, que houvessem figurado sempre como Ordens distinctas no Estado, e que fosse preciso manejar, para que se naõ levantassem contrariedades, que surda, e imperceptivelmente tractassem de minar todos os dias a Constituiçaõ, que para si tivessem escolhido,

Digitized by Google

e adoptado? Deixarião acaso de olhar ás dictas duas Camaras, além de hum meio proprio para a boa Organisação do Poder Legislativo, como hum arbitrio politico para contentar todas as Classes dos Cidadãos, imitando inteiramente o Systema Inglez na sua Camara Alta, e nos seus Pares? Parece que ninguem o poderá duvidar; e esta he a situação de Portugal.

Nestes dous Estados he que se encontraõ as mais antigas Constituições Liberaes, conhecidas nos nossos dias, e em ambos elles o Corpo Legislativo compõe-se de duas Camaras: e aonde he que encontraremos, com o Sêllo da Experiencia, alguma Organisação Politica, que reuna em huma só o Poder Legislativo? Nas experiencias novas, das quaes algumas fizeraõ já vêr os mais funestos resultados, e outras, achando-se apenas no berço, naõ podem ainda manifestar o que viraõ a ser? A França nas suas tres Constituições de 1791, 1793, e 1795 reunio sempre o Poder Legislativo em hum Corpo: e que resultou d'ahi? Huma interminavel serie de desgraças, e a aniquillação de todas as dictas Constituições, pouco depois do seu nascimento. E teremos logo boa occasião de descobrir o motivo, que produzio isto, e que ha de produzir provavelmente o mesmo, sempre que se adoptar igual Systema. Por agora basta ao nosso intento haver mostrado que as Constituições Liberaes, que tem a antiguidade dos tempos, e nella o Respeitavel Sêllo da Experiencia, todas tem o Poder Legislativo dividido em duas Camaras, para que d'ahi se conclua ser huma temeridade o pretender remedios novos aos que tem por si o testemunho de antigas praticas.

Se passarmos porém a considerar os motivos, que fallaõ a favor do Corpo Legislativo em duas Camaras, e que excluem a sua reunião em huma, ser-nos-ha muito facil conhecê-los. Huma vez que a Liberdade Publica, e individual se acha protegida por meio das Leis Fundamentaes, então apparece logo a necessidade de contrabalançar os Poderes, e de por esse meio suscitar obstaculos ás novas Leis; porque he muito melhor passar sem huma Lei boa, do que facilitar o meio de se introduzir huma Lei ma. Se huma Proposição anda vem a ser rejeitada com ligireza, ella poderá ser noutro tempo renovada com melhor successo; e não se per-

dera muito na demora da applicação desse remedio. O mesmo João Jaques Rousseau, nas referidas Cartas escriptas da Montanha, tinha como hum principio inconcusso, que, logo que hum Povo tem huma Constituição livre, não he nunca pela falta de huma, ou outra Lei que elle pode ser reduzido á Escravidão; e que, antes muito pelo contrario, a nimia facilidade de introduzir Leis novas será o caminho mais franco para essa desgraça, porque por meio d'essas Leis novas, facilmente introduzidas, se lhe podem armar laços, que cheguem por fim a encadea-lo.

Nada com effeito he mais perigoso para a Liberdade Civil, do que o Podêr Legislativo em huma só Camara! Não se podendo duvidar de que a precipitação no estabelecimento das Leis he sempre demasiadamente perigosa, todos conhecerão hum precipicio aberto a esta desgraça em o Corpo Legislativo reunido em hum ponto. Huma proposição nova he mettida em deliberação: e humas vezes Oradores animados da mais funesta de todas as paixões, o amor da celebridade, e outros Oradores addidos a hum partido facioso, excitando com seus Discursos as paixões, e o enthusiasmo dos Deputados, podem conduzi-los n'hum momento a sancionarem Decretos, e Leis, que pediriaõ a mais vagarosa, e madura circumspecção, e de que resultará ao Publico gravissimo damno. Bastará para prova, o exemplo disto a famosa Sessaõ da Assembléa Constituinte na noite do dia 4 de Agosto de 1789, na qual, desde as seis horas até ás quatro da manhã, se proposeraõ, e resolvêraõ determinações, summamente importantes, e que exigiaõ talvez mezes, para serem resolvidas com acêrto. A dicta Assembléa tinha com effeito Regulamentos, que obstavaõ a esta precipitação, mas debalde elles foraõ lembrados, e reclamada a sua observancia por alguns dos Deputados. A facção, que dominava naquelle dia prevaleceo sobre tudo; e a reuniaõ do Podêr Legislativo em huma Camara fez, que inteiramente nada podesse a sabedoria, e o conselho contra as facções, e o delirio. E não he possivel deixar de vêr iguaes perigos, sempre que existir a mesma Causa, que os produzio. Hum Monarcha poderá facilmente abusar deste meio para extender illimitadamente o Podêr da Corôa, aproveitando ou hum momento de gloria, de que se ache cober-

Digitized by Google

so, ou outro de terror, de que tenha rodeado os Deputados desta Camara única, e condiczindo-a então a deliberar, já no meio do enthusiasmo, e já no meio do pavôr. Nós vimos desta sorte a Convenção Nacional da França nos dias de Robespierre annular a inviolabilidade dos seus Deputados, dando ao Podêr executivo, existente na Junta da Segurança Publica, a authoridade de os prender, processar, e castigar; e poucos dias depois hum número crescido d'elles foi victima do seu proprio Decreto. E assim como neste caso o Podêr Executivo conseguio ganhar a prepotencia sobre o Legislativo, poderá muito mais facilmente em muitos outros, verificando-se o contrario, ser aquelle por este opprimido. O estabelecimento então de duas Camaras, que concorrão no Podêr Legislativo, vem a ser huma necessaria barreira contra o fôgo das paixões, e contra os ardis, e empenho dos facciosos, servindo d'esta sorte a sustentar a Constituição, defendendo-a de golpes precipitados, e filhos da inconsideração. E foi por este motivo que os mais illustres Deputados da Assembléa Constituinte da França, assim que virão por ella estabelecida a Assembléa Legislativa em hnma só Camara, se esforçárão todos desveladamente, para pôrem nas mãos do Rei hum Veto illimitado, relativamente aos seus Decretos, considerando isto como hum remedio necessario contra a oppressão, e Despotismo de hum Corpo Aristocratico, que tinha em si reunido o Podêr Legislativo, chegando Mirabeau a proferir — que se outra cousa se vencesse, elle antes quereria viver em Constantinopla, do que em Paris — As duas Camaras pois, separadas entre si, e concorrendo ambas no Podêr Legislativo, vem a ser a salva guarda da Liberdade Publica, e da Liberdade Civil.

(Continuar-se-ha).

Digitized by Google

Ode feita pelo Velho Liberal em 1812, ou 1813, quando se lhe figurava prepararem-se necessariamente os acontecimentos de hoje por meio das errados, e impoliticos arbitrios administrativos do Governo do Reino.

1.ª

Nem ouso desejar, ó Náo, que, as ondas
Vencendo furibundas,
Inda que dos tufões muito açoutada,
Velas perdendo, enxarcia, duros mastros,
A' curva quilha quasi reduzida,
Por entre a tempestade á praia surjas!...

2.ª

Naõ luz, como luzia, n'alta prôa,
Dos Deoses escudado,
O Genio tutelar, que te guiava,
E a salvamento ao Porto conduzia, (1)
Vencendo a furia d'Africanos ventos, (*a*)
D'horrisona tormenta origem certa.

3.ª

Naõ tens destro Piloto, que a derrota
Marcar saiba na Carta;
Que conheça, das Cycladas juncado,
O procelloso mar, por que navegas.
A' inconstancia dûbia vais entregue
Dos ventos, e das vagas, que te agitaõ.

4.ª

Sem Marinheiro, que endireite o leme,
A Bussola fitando!
A manobra mandando, quem naó sabe
Nem o nome dos mastros, nem das velas!
Que chama Joanetes á Mesena,
E do Traquete a Gavea naó distingue!

---

(1) Sua Magestade ausente já no Brasil, ha annos.

(*a*) *creber que procellis*
Africus.....
Virg. Æneid. lib. 1. V. 88, et 89.

Digitized by Google

5.ª

Nem ouso desejar, que a salvamento,
O' Não, o Porto ferres!
Desejar impossiveis he vedado
A'quelle, a quem razaõ illustra a mente.
Naõ só entregue aos mares sem governo!
Mas governada mal! Tu naõ te salvas!...

6.ª

Naõ te val, naõ, qu'altiva n'outro tempo
Com as velas infunadas,
Sobre as ondas voando, novos Climas
Fosses lá descobrir junto do Ganges,
Avassallando os Reis, que os dominavaõ,
E que ao som do teu nome se rendiaõ.

7.ª

Naõ te val essa gloria entaõ ganhada!
Já mortos saõ os Gamas!
Naõ curaõ Deoses d'acudir-te agora,
Nem se lembraõ da origem, que tivestè,
Quando as armas Divinas te entregaraõ,
Para as plantar além da Taprobana!

8.ª

Oh! naõ bastaõ dos Deoses as promessas,
Quando desdenhaõ homens
Os dons aproveitar, que lhes saõ dados!
D'aquelles, que o teu rumo tem guiado
Na cerrada procella, em que sossobras,
Podem os erros mais, que a voz Divina.

9.ª

Náo minha taõ querida; em que perigos
Toda a riqueza vejo,
Qu'eu vigilante amava, e possuia!...
Quem podéra salvar-te dos imigos,
Que, Senhores de ti, e do teu leme,
Te vaõ despedaçar sobre os cachopos.

Digitized by Google

10.ª

Eis a Tripulaçaõ, já toda em grita, (2)
Maldizendo o Piloto,
Que naõ sabe mandar, nem ser mandado. (3)
Já todos co' naufragio amedrontados,
Correndo desd'hum bordo a outro bordo,
Sem saber, o que fazem, todos mandaõ!

11.ª

Ah! corre após os mais, quem lhes devia
Encaminhar os passos! (4)
Espreita dos Grumetes a vontade!
Manda rombos fazer ao lume d'agua
Para salvar a Náo, que as ondas sorvem! (5)
Minha querida Náo, estás perdida!

12.ª

Naõ pode haver Fortuna taõ valente,
Que vença o desgoverno,
Que vai dentro de ti, cheio d'orgulho.
Mas, ai! que a tempestade agora cresce!
Oh lá Piloto! oh lá! Ai! foi a pique!
Perdeo-se a minha Náo; perdi eu tudo!..:

---

(2) Aqui temos vaticinados os movimentos desde Agosto passado, e muito felizmente desviados d'aquillo, que podiaõ ter sido.

(3) Parecia ao Velho Liberal, que nem se sabia obedecer ás ordens vindas do Rio, nem mandar em Portugal.

(4) Como se falla em Côrtes, *chamêmos Côrtes*

(5) A Proclamaçaõ de 29 de Agosto passado pelos termos, em que era concebida, vinha certamente a ser hum d'estes rombos, dados ao lume d'agua, com o intento de salvar o Navio. O crime de Rebelliaõ, de que ella se lembrava logo no principio: aquelle — *Alguns poucos Individuos mal intencionados* —, e pouco abaixo — *Bem conheciaõ os perversos* — expressões vagas, que se podiaõ depois applicar, a quem se quizesse, eraõ sem dúvida meios assustadores, e que por isso conduziaõ antes a esforçar, os que tinhaõ começado, do que a separa-los da sua empreza.

Digitized by Google

O Velho Liberal muito deseja que os Portuguezes na sua Allegoria conheçaõ tambem agora, quanto importa para bem da sua navegaçaõ, que naõ queiraõ todos mandar. O Governo deve governar a proveito dos Governados, e a bem dos votos Nacionaes; mas elle deve ser o Governo: e se houver mais do que hum, ou forem muitos, o Navio vai certamente a pique.

Continuaçaõ do Dialogo entre o Velho Economico, e o Velho Liberal, continuado de fol. 244.

E a importancia da materia, e o ter-se ou suspeitado, ou inculcado que a Carta acha, ou ha de achar estôrvos nos Ministros do Altar de Jesus Christo, obriga o Velho Liberal a naõ levantar ainda a maõ d'este assumpto.

Já na antiga Lei era por Deos recommendado aos Israelitas a sujeiçaõ, e obediencia aos Principes do Seculo, ainda quando estes fossem taõ impios, e crueis, como hum Nabucodonosor, e hum Balthasar. Mandava-se-lhes, estando Captivos em Babylonia, que buscassem a paz da Cidade, que os tinha em ferros, e que orassem por ella ao Senhor, advertindo-se-lhes, que se naõ deixassem enganar, pelos que lhes fallavaõ de outra sorte em nome de Deos, por que este os naõ tinha enviado, e porque elles eraõ falsos Profetas. Pode vêr-se Jeremias no Cap. 29, ℣. 17, e seguintes. E os ditos Hebreos, fieis a esta Doutrina, escreviaõ para os que haviaõ ficado em Jerusalem, remettendo-lhes dinheiro para prepararem os holocaustos, e sacrificios ao Senhor, e diziaõ-lhes — *E rogai-lhe pela vida de Nabucodonosor, Rei de Babylonia, e pela vida de Balthasar, seu filho, para que os seus dias sejaõ na terra como os dias no Ceo: e o Senhor nos dê forças; e illumine os nossos olhos, para que vivamos debaixo da sombra de Nabucodonosor, Rei de Babylonia, e debaixo da sombra de Balthasar, seu filho, e para que o sirvamos por largos tempos, e achemos graça diante d'elles.* — *Baruch. Cap.* 1.° ℣. 11 e 12.

***

Digitized by Google

Ora: se isto era assim na antiga Igreja, relativamente a Governos de Monarchas, quaes os acima nomeados, quanto mais o naõ seria, tractando-se de outros em que se dissesse, que a Lei dos Hebreos era a de todos os Cidadãos d'aquelle Estado, que he o caso, em que hoje se achaõ os Portuguezes, á vista do dicto 6.º Artigo da Carta, que lhes foi mandada pelo Senhor D. Pedro IV.? He bem visto pois, e he manifesto, que se ha quem inculque aos mesmos Portuguezes escrupulosos dissidencia, ou resistencia relativamente á dicta Carta com pretextos de Religiaõ, esses taes saõ falsos Profetas, e naõ saõ enviados de Deos, como d'aquelles afirmavaõ as Sagradas Letras.

Esta Doutrina da antiga Igreja naõ expirou com a Synagoga. Os Herodianos, ou Discipulos de Judas Galilêo, que tinhaõ por Artigo da sua Crença naõ se reconhecerem Subditos de Cesar, que occupava a Judea com a força das suas armas, tentaraõ a Jesu Christo, perguntando-lhe se se devia pagar o tributo, e elle confundio-os com a sua resposta — *Reddite quæ sunt Cæsaris Cæsari*: Dai a Cesar as cousas, que saõ de Cesar: *S. Math. Cap.* 22 *ỳ.* 16 *e* 17. — Se era do Senhor D. Pedro IV., se era do nosso Cesar a Organisaçaõ da Sociedade Civil Portugueza, como com effeito era, vinha então a ser a obrigaçaõ dos Christãos dar á Carta a reverencia, que lhe era devida, como huma emanaçaõ do Podêr, que fôra dado, e que competia áquelle Augusto Senhor: e, quem quer que inculcar outra cousa, desvia-se da liçaõ, que lhes deixou o nosso Divino Salvador.

A pesar porém d'aquelle bom documento dado por Jesu Christo, os inimigos d'elle, e da sua Santa Religiaõ, procuravaõ sempre malquista-la, mettendo aos olhos dos Soberanos aleivosamente, que ella conduzia os Póvos a rebellar-se contra o Poder Temporal. O mesmo Divino Mestre foi accusado d'isto na presença de Pilatos; (S. Luc. Cap. 23. *ỳ.* 5 e 6) e semelhantes accusações contra a sua Religiaõ, e contra os Fieis, que a professavaõ, sendo acreditadas pelos Imperadores Pagãos, os armaraõ, para perseguir a Igreja. E que fizeraõ então os Apostolos? Desvelaraõ-se muito a recommendar aos Christãos, que des-

Digitized by Google

mentissem com as suas acções os dictos seus falsos Accusadores, para assim desviarem hum dos motivos, que originava as suas perseguições, respeitando, e obedecendo submissamente aos Principes, e aos seus Delegados, e isto, diziaõ elles, *naõ só por medo da sua espada temporal, mas por que esta he tambem a vontade do Senhor, e huma obrigaçaõ de consciencia.* Pode vêr-se a 1.ª Epist. de S. Pedro, Cap. 2. ℣. 13; a 1.ª Epist. de S. Paulo, *ad Thimotheum*, Cap. 2. ℣. 2; a sua Epist. *ad Titum*, Cap. 3. ℣. 1, e sobre todas a sua Epist. *ad Romanos*, Cap. 13. ℣. 1, e seguintes.

E S. Joaõ Chrysostomo, e Theodorêto, escrevendo sobre este ultimo texto, accrescentaõ, *que se o Apostolo das Gentes assim o mandava, quando os Principes eraõ infieis, com quanta maior razaõ se devia guardar este seu preceito, quando elles eraõ fieis.* E Santo Agostinho no Liv. 5.º de *Civitate Dei*, parafraseando a Doutrina de S. Paulo, diz, como em fundamento d'ella, *que aquelle que dêo o Imperio a Augusto, o dêo a Nero, que aquelle que o dêo a Vespasiano, e a Tito, Imperadores Clementissimos, esse o dêo a Domiciano Cruellissimo; que aquelle que o dêo a Constantino Christaõ, esse o dêo a Juliano Apostata.*

Os Fieis da primitiva Igreja governáraõ-se sempre pela dicta Regra, como attestaõ Tertuliano Apolog. Cap. 30. Origenes contra Cels. Lib. 8. Cap. 427, e todos os outros Padres, de maneira que, sendo taõ frequentes no Imperio Romano nos primeiros Seculos Christãos as Rebelliões contra os Imperadores, sendo quasi todos assassinados em tumultos, e seus Successores eleitos pelos Assassinos, que tinhaõ feito vagar o Throno, jámais succedêo, que alguma destas Catastrofes fôsse manejada, ou ajudada pelos Catholicos, a pesar de serem elles taõ perseguidos naquelles tempos pelos dictos Imperadores, dizendo o já citado Tertuliano no Apolog. — *cui bello non idonei, non prompti fuissemus, etiam Copiis impares, qui tam libenter trucidamur, si non apud istam disciplinam magis occidi liceret, quam occidere?* — *Para a qual Guerra nos nem seriamos improprios, nem deixariamos de estar promptos, ainda sendo desiguaes em numero, sendo como*

somos taõ despresadores da morte, se naõ fôsse conforme á nossa Doutrina antes padecer a morte, do que o dá-la aos outros.

E naõ podemos omittir aqui o lugar de Sancto Ambrosio (Concione de Basilicis non tradendis hæreticis: mihi Oper. Tom. 5. pag. 98. Ed. de Paris 1632): — *coactus repugnare non novi. Dolere potero, potero flere, potero gemere, adversus arma, milites Gothos quoque lacrimæ meæ arma sunt; talia enim munimenta sunt Sacerdotis. Aliter nec debeo, nec possum resistere. — Não posso resistir á coacção, e á força. Poderei doer-me, poderei chorar, poderei gemer contra as Armas, contra os Exercitos, ainda quando elles sejão de Godos, as minhas lagrimas são as minhas unicas Armas: por quanto só ellas são os Castellos dos Sacerdotes; e não posso, nem devo oppôr alguma outra resistencia. —*

E o Sancto Bispo dizia isto na vehementissima Oraçaõ contra Auxencio, que Valentiniano II. favorecia, e lembrava-se dos Godos, que invadiaõ o Imperio: o seu zelo, e o seu vigôr Apostolico manifestava-se na constancia, com que, estando ao alcance do Poder d'este Imperador, resistia á reedificaçaõ do Templo da Victoria, que elle queria conceder aos Pagãos Romanos; e sendo capaz de toda esta energia naquillo, que julgava ser do seu Officio para evitar a idolatria, quando falla de empregar a força, diz — *que nem mesmo contra os barbaros Godos, invasores do Imperio Romano, lhe erão permittidas outras armas, que não fôssem as lagrimas.* Mas, atando o fio que seguiamos, o motivo que obrigou principalmente os Apostolos, e os Primeiros Padres da Igreja para inculcarem taõ amiudadamente este preceito da sujeiçaõ dos Fieis aos Soberanos, foi o verem, que os inimigos da Igreja os malquistavaõ na presença dos Imperadores, imputando-lhes a Doutrina contraria, e que d'estas imputações, por elles acreditadas, nascia huma grande parte do furôr, e desvelo, com que a perseguiaõ, parecendo-lhes muito importante tirar esse pretexto, que animava ás perseguições.

Esta, que temos exposto, he a Doutrina de Jesu Christo, e da sua Igreja, ainda nos casos mais desesperados,

Digitized by Google

ainda no meio da maior divergencia do Poder temporal relativamente ás cousas da Igreja. E então que se deverá dizer quando se tracta de Sacerdotes, e de Fieis de Jesu Christo em respeito ao estabelecimento de huma Constituiçaõ, que tem por base Religiosa o Christianismo, a Religiaõ Catholica Apostolica Romana, qual he essa providentissima Carta, que o Senhor D. Pedro IV. enviou aos Portuguezes.

Huma de duas — ou illusões, e pavôres imaginarios assustaõ os dictos Sacerdotes, e Fieis, para entenderem que lhes convem fazer resistencia á dicta Carta — ou illusões, e pavôres imaginarios assustaõ os que lhes fazem a imputaçaõ da sua resistencia á dicta Carta — e em ambos os casos temos erros, os quaes cumpre dissipar com a illustraçaõ, e com a luz da verdade.

No primeiro caso he preciso illustrar os Sacerdotes, e os Fieis, e para isso já fizemos vêr que as Leis da sua Profissaõ de Fé naõ tinhaõ na Carta senaõ apoio; e que por tanto seria hum delirio, e caminhar contra o seu proprio interesse empregar qualquer resistencia, ou seducçaõ contra o seu estabelecimento, e contra a sua consolidaçaõ — e para isso já fizemos vêr que, ainda quando a dicta Carta naõ tivesse eminentemente a dicta qualidade, como tem, naõ cabia de forma alguma aos Sacerdotes, e aos Fieis, resistir, ou empregar quaesquer meios artificiosos, para que ella se malograsse; por quanto era hum estabelecimento do Poder Temporal, e em cousas meramente temporaes, em que os Subditos, e os Vassallos, Sacerdotes, e Fieis de Jesu Christo, naõ podiaõ ter alguma outra intervençaõ, que naõ fôsse a da sua submissa obediencia ás Leis do seu Monarcha.

Accrescentâmos porém agora relativamente a estes, de que estamos tractando, que os Sacerdotes, e que os Christãos Portuguezes bem vêm, que a Carta no estabelecimento de novas Leis exige a concorrencia da Camara dos Pares, e que nella entraõ como Membros os Successores dos Apostolos, os Ex.mos Arcebispos, e Bispos, os Corifeos, as Columnas, que o Divino Fundador do Christianismo deixou na terra para sustentarem o Edificio da sua Igreja. Se pois os Votos d'estes saõ precisos

Digitized by Google

para o estabelecimento de novas Leis, segundo a Carta que nos enviou o Senhor D. Pedro IV., que receio discreto, e sincero poderá haver, de que huma semelhante Instituiçaõ Politica, que d'esta sorte mette na maõ de taõ Conspicuas pessoas, destinadas pela Construcçaõ da Igreja para serem os Sustentadores d'ella, huma parte do Podêr Legislativo, haja de ser perigosa á mesma Igreja?

Por acaso até agora, antes da Instituiçaõ Politica d'este Reino, estabelecida pela Carta, naõ se faziaõ as Leis sem intervençaõ alguma d'esta importantissima Classe dos Sacerdotes, dos Ministros do Altar, e sem a intervençaõ de alguns outros, que entrassem nella? Quem pode duvida-lo? Entaõ hoje quando a Carta faz intervir nas Leis os primarios Defensores, e Sustentadores da Igreja, he que esta se ha de achar em maior perigo, para excitar susto nas consciencias dos Fieis, e a resistencia da sua parte ao estabelecimento da Carta do Senhor D. Pedro IV.? Naõ vem a ser huma manifesta contradicçaõ, temer, e recear de huma Instituiçaõ Politica por motivos Religiosos, quando ella faz intervir na Legislaçaõ do Paiz as primeiras Columnas da Igreja Portugueza, que d'antes naõ intervinhaõ nas mesmas Leis? Temer pela Igreja, quando se dá aos seus primeiros Ministros huma intervençaõ na parte Legislativa de Portugal, que elles d'antes naõ tinhaõ? Naõ era por meio das Leis, que o Supremo Podêr Temporal podia fazer algum mal, ou fôsse á doutrina, ou fôsse á disciplina, ou fôsse aos interesses mesmo temporaes da Igreja? Tudo isto se achava em maior perigo antes da Carta, naõ entrando na Legislatura Portugueza aquellas eminentes Personagens; e quando ellas entraõ na dicta Legislatura, quando evidente, e manifestamente se diminue aquelle perigo, ou aquelle risco, entaõ he que este se ha de augmentar, entaõ he que o susto ha de crescer, de que a Igreja venha a estar em perigo?

O Velho Liberal naõ pode conceber idêas entre si taõ contradictorias. E por isso, se he que tem havido, ou que ha, Sacerdotes, e Fieis, que por motivos Religiosos temem a Consolidaçaõ da Carta, elle entende que isso naõ pode deixar de ser por erros de entendimento,

Digitized by Google

por naõ verem as cousas como ellas saõ, e por isso se tem esforçado até agora neste seu Discurso, para lhes dissipar seus sustos, e para lhes demonstrar os erros, de que elles podem nascer.

E passando agora ao 2.º caso, áquelle em que illusões, e pavôres imaginarios, assustem os que imputaõ aos Sacerdotes, e Fieis, a sua resistencia á dicta Carta, diz a estes o Velho Liberal — „ Affugentai vossos receios, „ naõ mostreis temor, e susto da classe dos Sacerdotes, e „ Fieis em opposiçaõ á Carta; e, muito menos ainda, naõ „ invectiveis contra elles, naõ empregueis meio algum „ porque venha a parecer, ou possa parecer que vós os „ tendes em vista, como inimigos da vossa Profissaõ Po„ litica — Naõ humilheis o seu amor proprio, inculcando„ lhes, ou fazendo-lhes inculcar, que elles ficáraõ venci„ dos na lucta Liberal; que vós conseguisteis hum trium„ pho pleno — Conhecei o que saõ os homens — Conhe„ cei quaes saõ os meios de fazer entrar os outros nos „ vossos interesses — Praticai neste caso o que praticais „ todos os dias nos vossos negocios particulares, quando „ procurais chamar a elles qualquer ou quaesquer pessoas „ — Acaso entaõ procurais humilhar, e descontentar aquel„ les, que pertendeis unir comvosco, para que venhaõ em „ auxilio das vossas cousas? — Naõ he com os bons trac„ tamentos, e até mesmo com lisonjas, que vós desafiais „ e tentais ganhar a sua concorrencia para tudo aquillo „ que he do vosso interesse? — Naõ moteis pois dos Sa„ cerdotes, dos Ministros do Altar, naõ lhes deis ares „ para que entendaõ que vós os tendes por vencidos, „ quando realmente a Igreja triumphou na Carta do Se„ nhor D. Pedro IV. — Que ella triumphou, já fica evi„ dentemente demonstrado, porque a mais eminente Clas„ se dos seus Sacerdotes veio a ter intervençaõ, e parte „ no Corpo Legislativo da Naçaõ. „ —

Bem visto he por tanto que somente erros, que somente preoccupações e prejuizos he que podem excitar esta guerra intestina, surda, porem manifesta, que se diz estar declarada entre os Sacerdotes, e Fieis, e aquelles que se dizem Liberaes: ella naõ pode vir da verdadeira desuniaõ dos interesses d'huns, e d'outros. Quaes saõ os

Digitized by Google

interesses dos Liberaes? Naõ saõ, nem podem ser outros mais do que a Consolidaçaõ da Carta, por quanto essa he a que segura o Governo Monarchico-Representativo, que faz as suas esperanças, e as suas delicias. Quaes saõ os interesses dos Ecclesiasticos, dos Sacerdotes, dos Ministros do Altar, dos Fieis, Devotos, e Adoradores da Religiaõ de Jesu Christo? Naõ saõ, nem podem ser outros mais do que a Consolidaçaõ da Carta, porque ella dá huma intervençaõ activa ao Corpo Ecclesiastico da Naçaõ, na Parte Legislativa do seu Governo Temporal, attribuiçaõ, que lhe naõ competia pelos principios do Direito Publico Universal, e que pelo Direito Publico Particular da Naçaõ, bem que lhe pertencesse algum dia, era esse Direito já velho, e desusado, e só resuscitará hoje, consolidando-se a Carta.

Entaõ se os interesses d'ambas as dictas Classes as chamaõ eminentemente para se unirem na Consolidaçaõ da Carta, como poderáõ ellas pôr-se em frente huma da outra, como filas de Exercitos inimigos, a naõ ser isso por erros, por preoccupações, por prejuizos?

Fallemos claro: naõ he a Religiaõ, que entra nisto. O verdadeiro Pomo da Discordia está no amor proprio mal entendido d'ambas estas Classes, e na confusaõ da Carta com a Constituiçaõ de 1822. Esta confusaõ fez nimiamente orgulhosos os Ultra-Constitucionaes: parecêo ao seu amor proprio que tinhaõ conseguido hum pleno triumpho, que a Carta era esta sua Constituiçaõ. Este mesmo erro fez humilhar o Corpo Ecclesiastico, que se tinha manifestado eminentemente em opposiçaõ á Constituiçaõ de 1822, e que tinha cantado hum pleno triumpho, quando ella cahio do Throno em Maio de 1823. O amor proprio orgulhoso dos primeiros, o amor proprio humilhado dos segundos, eis-aqui o espirito d'estes dous Exercitos, que se podem armar hum contra o outro pela ardencia de paixões particulares, que fazem involver comsigo a Causa da Religiaõ, inteiramente estranha a todas ellas. (*Continuar-se-ha.*)

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 6.

Festina lentè.
A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Considerações do Velho Liberal sobre o resultado das actuaes circumstancias Politicas de Portugal. Continuadas do N.º antecedente.

MUito diversamente do que isto pensaria eu, relativamente á questaõ, que se movêo sobre a Organisaçaõ das nossas actuaes Côrtes, d'esse Corpo Constituinte, que havia de fazer a Constituiçaõ: neste Artigo eu iria muito de acôrdo com o que se adoptou, reunindo-se os Representantes Nacionaes em hum só Corpo; e he muito facil de conhecer a diversa razaõ, que ha em hum, e outro caso. Quando se tracta de ultimar a Lei Constitutiva, dependendo d'isto o termo da Revoluçaõ, que cumpre abbreviar, seria improprio admittir a Discussaõ em duas Camaras, que o alongariaõ necessariamente; e era indispensavel adoptar hum meio expedito, que podesse triumphar de todos os obstaculos, que se levantassem contra o implemento dos Votos Nacionaes: mas sustento, e sustentarei sempre que, pondo-se em uso os mesmos meios depois de feita a Constituiçaõ, elles a tornaraõ incerta, favoreceraõ as suas alterações, naõ permittiraõ jámais a estabilidade de huma boa Legislaçaõ, e teraõ huma força irresistivel, que poderá trazer sobre Portugal as maiores desgraças. E ao mesmo tempo, admittido o Systema dos tres Podêres na Constituiçaõ, isto he, o Rei, e as duas Camaras, organisadas á maneira das de Ingla-

Digitized by Google

terra, elle servirá de fazer permanente a Machina Politica, contrabalançando-se mutuamente os dictos tres Podêres, e conseguindo-se assim que jámais algum d'elles opprima, ou annulle os outros, como a respeito da Constituiçaõ Ingleza mostrou que tinha sempre acontecido o Celebre De Lolme *Constitution de l'Angleterre*, que deve ser neste Artigo muito consultado, e attendido.

O Sr. Thomé Pinheiro da Veiga estava persuadido, que lhe seria indispensavel muito trabalho para encaminhar nesta parte os Portuguezes, e o seu Congresso Nacional áquelle Partido, que unicamente lhes podia ser proveitoso. Elle conhecia que, entrando nas Côrtes com a attribuiçaõ de Procurador da Corôa, esta faria sem dúvida suspeitosos os seus esforços a favôr do Corpo Legislativo em duas Camaras, das quaes huma fizesse a Representaçaõ dos Communs, e outra fosse a Camara dos Pares, nomeados pelo Rei, e tirados das Classes da Nobreza, e do Clero, e tambem das dos outros Cidadãos, quando a alguns d'elles o seu distincto merecimento pessoal, e os seus relevantes serviços franqueassem a entrada da Camara Alta, e os chamassem á Dignidade de Par. Parecia-lhe que lhe diminuiria o seu crédito nesta parte a dicta qualidade de Procurador d'El-Rei, porque se persuadiriaõ muitos que elle trabalhava unicamente para enchêr o seu Officio, procurando o estabelecimento de huma Constituiçaõ, que tivesse naõ só Elementos Democraticos, mas tambem outros Aristocraticos, por serem estes os que mais quadravaõ com a Monarchia, e que isto era o que o conduzia a desvelar-se pelo Corpo Legislativo, dividido em duas Camaras na forma sobredicta. Continuava pois elle por esta causa a dizer.

Na verdade: o Corpo Legislativo em huma Camara fará a Constituiçaõ mais Democratica; assim como a divisaõ em duas Camaras, á semelhança da Inglaterra, a fará participar tambem da Aristocracia, que mais se avisinha ao Governo Monarchico. Mas, se Portugal proclama o Senhor D. Joaõ VI., e a Sua Dynastia, e consequentemente o Reinado, será acaso preciso ser Procurador da Corôa, e tractar dos interesses d'ella, para lhe inculcar huma Constituiçaõ analoga á Monarchia? Naõ he isto o que pe-

Digitized by Google

dem mesmo os desejos Nacionaes? Deseja-se huma Constituiçaõ para huma Monarchia: e o Corpo Legislativo nella ha de compôr-se de huma só Camara, que he hum Elemento Democratico? E quem trabalhar por desviar isto ha de entender-se que se esforça somente para servir o Rei, e a Dignidade Real? Naõ se deverá entender antes que trabalha pelo que pede a natureza da cousa, e que a sua Opiniaõ seria a mesma neste Congresso, ainda quando nelle fosse hum dos Illustres Representantes Nacionaes?

Mr. L'abbé Mably naõ era certamente Procurador da Corôa, quando em 1783 teve a sua correspondencia sobre as Constituições Americanas com Mr. Adams, Ministro Plenipotenciario dos Estados-Unidos da America na Hollanda; e elle, naõ obstante isso, ia inteiramente conforme com as minhas idéas. (a) Tractava-se da America, hum Paiz novo, e no qual naõ haviaõ as Distincções, Classes, e diversas Ordens de Cidadãos, que o tempo faz necessariamente apparecêr nos Estados Velhos. Mably considerava nella somente a Aristocracia da Riqueza pelos habitos que o Commercio, e a communicaçaõ dos Americanos com a Grã-Bretanha, teria sem duvida produzido nelles, e só isto lhe parecia bastante para que os Estados-Unidos naõ devessem firmar as suas Constituições sobre os Elementos puramente Democraticos. Como já havia a differença de ricos, e de pobres, acompanhada dos habitos, que dá a riqueza, isto bastava áquelle taõ conhecido, e taõ acreditado Politico, para pertender desviar os Americanos de Constituições tendentes á Democracia. Elle julgava ainda mais, e vinha a ser, que nem mesmo as Provincias-Unidas estariaõ em estado de terem Constituições analogas ás de Inglaterra, porque esta tinha formado lentamente o seu caracter Nacional, sendo a sua Constituiçaõ o resultado de mil circumstancias contrarias, que succedêraõ humas ás outras, e que fizeraõ com que cada hum dos Cidadãos se acostumasse pouco a pouco ao lugar, que lhe cabia no Corpo Politico, para desta sorte se amalgamar a

(a) Nós daremos no fim d'este N.° a Traducçaõ d'esta Carta naquella parte, que pertence ao presente assumpto: ou aliás irá em hum Supplemento a elle.

Digitized by Google

ambiçaõ do Principe, e a Liberdade dos Vassallos: e que naõ era da mesma sorte, que haviaõ procedido os Commissarios, ou Delegados, para formarem as Constituições Americanas; porque elles adoptáraõ os verdadeiros, e sábios principios de Locke sobre a Liberdade natural do homem, e sobre a natureza do Governo, sem attenderem a cousa alguma mais. E parecia-lhe entaõ muito pouco preparado, e muito pouco disposto o salto, que as dictas Provincias queiraõ dar; passando do estado oppressivo, em que se achavaõ debaixo do Governo Inglez, para o outro demasiadamente Liberal, em que se tinhaõ posto.

Mably naõ tinha certamente em tudo isto nem a mais remota intensaõ de servir a causa de algum Rei; e com tudo ia inteiramente conforme com as idéas, que eu tenho desenvolvido como minhas, tractando da Constituiçaõ dos Portuguezes. Se elle me escrevesse sobre este Artigo, assim como o fez a Mr. Adams, sobre as Constituições da sua Patria; elle certamente me diria que era preciso naõ ir inteira, e unicamente dirigido pelos principios abstractos, sobre a Liberdade natural do homem, e sobre a natureza do Governo, sendo indispensavel contemplar as diversas ordens, e classes dos Cidadãos, convindo por isso mais o Corpo Legislativo na forma proposta por mim em duas Camaras, do que em huma só, que fazia tender o Governo para Democracia. Se relativamente ás Constituições Americanas, *me escreveria elle sem dúvida*, só por que lá havia ritos, e habitos levados da Inglaterra, eu entendia que ellas naõ deviaõ, nem podiaõ marchar utilmente sobre elementos democraticos, como poderei dizer-vos outra cousa, tendo os vossos Portuguezes huma Nobreza, e hum Clero, que usos de Seculos tem feito considerar como Ordens distinctas, e tendo todos os costumes das velhas, e corruptas Nações da Europa, que a riqueza, o Commerçio, e o luxo tem desviado tanto da Democracia? Poderia eu acaso aconselhar-vos de organisar-lhes nestas circumstancias huma Constituiçaõ, que chocasse com tudo isto? Esquecer-me-hia o *quid sine moribus vana leges proficiunt*? Entaõ eu certamente vos aconselharia contra este aforismo, deduzido da Historia de todos os Seculos, e de todas as Nações, e vos encaminharia para dar aos

Digitized by Google

vossos Concidadãos huma Constituiçaõ, que se tornasse necessariamente vã, pela opposiçaõ, em que se acharia com os costumes Nacionaes.

Pode ser que elle se naõ contentasse só com escrever isto, e que accrescentasse que, depois do Governo oppressivo, por que os Portuguezes haviaõ passado desde a ausencia de Sua Magestade para o Brasil, naõ era possivel que a Nação se achasse habilitada para passar a huma Constituição Liberal, como a da Grã-Bretanha; e que eu, conduzido pelas minhas idêas de Liberalismo, ia muito além do que devia ir, querendo entrega-la a isso precipitadamente, e sem a devida preparaçaõ. O dicto Politico pois talvez que me achasse demasiadamente Liberal, mas seria impossivel que me taxasse de caminhar addido ao Podêr, e ao Serviço da Corôa, quando me desvelo para impugnar o Corpo Legislativo em huma só Camara, pertendendo divi-di-lo em duas, á semelhança do Governo Inglez; e como a França adoptou finalmente, depois das suas inuteis, e desgraçadas tentativas da unidade de huma Camara.

O dicto insigne Procurador da Corôa julgava que naõ podia haver nada mais poderoso, do que este seu Discurso, para desviar do illustre Congresso Nacional toda a suspeita, que a seu respeito podia trazer, relativamente ás dictas suas opiniões, a qualidade de Procurador d'El-Rei, com que figurasse nelle: e reflectindo sobre a ultima consideraçaõ, por que tinha acabado o seu Discurso, elle disse ao Velho Liberal.

Eu convenho inteiramente com Mably: naõ considero os Portuguezes ainda nos termos de poderem gosar da Liberal Constituiçaõ Ingleza; vejo bem os perigos, que d'ella lhes podem resultar, naõ se tendo afeito, pouco a pouco, á Liberdade: mas he indispensavel fazer algum sacrificio á Opiniaõ Publica, e ao enthusiasmo, que ella produz: para desviar os Portuguezes de huma Constituiçaõ sobre elementos democraticos, que lhes seria sem dúvida muito mais fatal, e desgraçada, por ser mais distante dos seus habitos, he necessario apresentar-lhes huma, que seja Liberal, e que naõ tenha os infalliveis precipicios d'aquella; e por isso he que eu lhes aconselho o modêlo da Constituiçaõ Ingleza. Mas, se acaso isto assim naõ fôsse, eu iria tambem com as

Digitized by Google

idéas do referido Mably em outro Artigo da mesma Carta a Mr. Adams, e diria ás nossas Côrtes, que por ora naõ despertassemos a ambiçaõ, e esperanças do Povo, contentando-nos com livrar os Portuguezes da possibilidade de tornarem a cahir na arbitrariedade de hum Governo Subalterno, qual o que tinhaõ soffrido, desde que Sua Magestade transferio para o Brasil a sua Côrte, para irmos habituando a Naçaõ de modo que algum dia fôsse susceptivel de huma Constituiçaõ Liberal.

Se eu podesse pois conseguir que a minha opiniaõ fôsse a das Côrtes, ellas por agora haviaõ de se limitar ao seguinte.

Pediriaõ a Sua Magestade que, vista a sua ausencia deste Reino, que podia ser dilatada, por considerações Politicas, superiores aos seus Reaes desejos, resultando d'ahi acharem-se os Portuguezes privados das suas immediatas vistas, para com o auxilio d'ellas colherem os fructos dos seus paternaes cuidados em beneficio do mesmo Reino, e dos seus Póvos, fôsse Servido Decretar, e authorisar a periodica Convocaçaõ de huma Representaçaõ Nacional, na maneira abaixo declarada; por ser este o unico meio, que havia de em taes circumstancias ligar os vinculos da Naçaõ com o seu Rei, livrando aquella do perigo de Governos abusivos, quaes regularmente se tornaõ todos, os que exercitaõ huma grande authoridade em Paizes muito distantes da fonte, de que ella dimana, e que daria a Sua Magestade a mais segura via de ser permanentemente informado do estado próspero, ou infeliz dos Portuguezes, e das medidas mais convenientes para promover a sua prosperidade, e desviar os seus males.

Plano da Representaçaõ Nacional Portugueza, que poderia ser proposto a Sua Magestade.

1.º A Representaçaõ Nacional Portugueza será composta de duas Camaras, das quaes huma se denominará *Camara dos Pares*, e a outra *Camara dos Deputados das Provincias, e Reino do Algarve.*

Digitized by Google

Camara dos Pares.

2.° Ha de compôr-se ordinariamente das Pessoas da Grandeza Ecclesiastica, e Secular, que Sua Magestade escolhêr, e nomear. Poderá porém o mesmo Senhor extraordinariamente fazer entrar nella algumas, que, a pesar de naõ estarem na dicta classe, com tudo por distinctos merecimentos, e serviços se tenhaõ na Sua Real Consideraçaõ feito dignos de serem elevados á Dignidade de Par.

3.° O número dos Membros d'esta Camara será illimitado, e dependente do arbitrio de Sua Magestade, que poderá conceder a Dignidade de Par, ou hereditaria, ou vitaliciamente ás pessoas, que a ella forem extraordinariamente chamadas, sendo por sua natureza hereditaria nas outras.

4.° A Dignidade de Par hereditario passará para o filho baraõ mais velho, que existir na morte do Pai, admittido na sua linha o direito da representaçaõ, seguida sempre na ordem masculina, e se julgará extincta na Familia, quando nella faltar a descendencia na mesma ordem.

5.° Requer-se a idade de trinta annos para ser capaz da dicta nomeaçaõ: os Pares porém hereditarios seraõ admittidos na Camara aos vinte e cinco, naõ podendo porém ter voto senaõ aos trinta.

6.° Sua Magestade nomeará o Presidente, e Vice-Presidente d'esta Camara: faltando porém a dicta nomeaçaõ, a antiguidade, e ordem da Côrte designaráõ as Pessoas, que haõ de occupar estes lugares.

7.° O Chanceller Mor do Reino será pelo seu Cargo Membro nato da Camara dos Pares.

8.° E os Procuradores da Corôa, e Fazenda seraõ pelos seus Empregos nella admittidos, sempre que julgarem a proposito intervir ahi, para interpôr os seus Officios sobre alguma discussaõ, que haja na Camara: tomaráõ lugar immediato aos Pares; deveraõ porém retirar-se, quando se houver de passar aos votos.

9.° A Camara nomeará dous Secretarios, e regulará

Digitized by Google

tudo o mais que fôr conveniente, e necessario para a organisaçaõ, e economia do seu Corpo.

Camara dos Deputados das Provincias, e Reino do Algarve.

10.º Ella será composta pelas Pessoas Eleitas pelas Juntas Eleitoraes das Comarcas para representarem a Naçaõ.

11.º Os Presidentes d'estas Juntas seraõ os Corregedores das mesmas Comarcas, ou quem suas vezes fizer, e na Cidade de Lisboa o mais antigo Vereador do Senado.

12.º As Juntas Eleitoraes das Comarcas seraõ compostas dos Eleitores, que se tiverem designado nas primeiras eleições feitas nas Camaras, cabeças dos respectivos districtos: e se faraõ na Casa da Camara da Cabeça da Comarca. E em Lisboa se faraõ no Tribunal do Senado.

13.º As primeiras eleições deveraõ fazer-se na forma dos Artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 12.º, 13.º e 14.º das Instrucções dadas para regular as eleições dos Deputados das Côrtes Extraordinarias Constituintes de 1821, pela determinaçaõ da Junta Provisional Preparatoria das Côrtes, na data de 31 de Outubro de 1820 (*a*).

14.º Seraõ elegiveis para Eleitores os Cidadãos, que tiverem huma renda de duzentos mil réis, ou seja em bens de raiz, ou em Apolices do Estado, e das Companhias por elle authorisadas, ou em proventos dos seus Exercicios Publicos; deveraõ porém ter principalmente as qualidades de virtude, e de intelligencia, o que ficará a cargo da Religiaõ, dos que os elegerem: e deverá cada hum d'estes ir prevenido com documento legal para verificar no seu elegido a qualidade do rendimento, quando succeda que a eleiçaõ se verifique no seu voto.

15.º A eleiçaõ dos Deputados será regulada na forma

(*a*) O theor d'estes Artigos poderia ser aqui trasladado; mas, correndo elles impressos em Portugal, isto serviria só de encher papel nas nossas Folhas.

Digitized by Google

dos Artigos 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º 34.º

16.º Será porém somente elegivel para Deputado o Cidadaõ, que tiver a renda de tres mil cruzados, sendo a este § applicavel tudo o mais, que fica estabelecido no § 14.º

17.º Concluida a Eleiçaõ dos Deputados da Comarca, o Presidente remetterá hum traslado authentico, concertado pelo Escrivaõ da Camara, ao Corregedor da Comarca da Cabeça da sua Provincia, isto he, aonde residir o Governo das Armas d'ella.

18.º Logo que o dicto Corregedor tiver recebido os dictos traslados de todos os Corregedores da Provincia, ordenará a uniaõ dos Deputados Eleitos na Cabeça da sua Comarca, expedindo-lhes Officios, e taxando-lhes o tempo mais breve na razaõ das distancias.

19.º Reunidos os dictos Deputados na Casa da Camara da Cabeça da Provincia, assistindo o Juiz Presidente, e os Officiaes da Camara, e presidindo o dicto Corregedor, apresentará cada hum dos Deputados o seu Titulo, que será conferido com o traslado, que ao dicto Corregedor ha de ter sido remettido na forma do § 17: e verificada assim a authenticidade dos Titulos, e a Legitimidade dos Deputados, se elegeraõ por elles á pluralidade de votos dous Escrutinadores, e se metteraõ em huma urna os nomes de todos os Deputados, d'onde os irá tirando hum dos Escrutinadores, e entregando hum a hum ao Presidente, que o publicará, e entregará ao outro Escrutinador, o qual o lerá ao Escrivaõ da Camara, que o lançará no Livro das Vereações. E este Acto se celebrará com a porta da Camara aberta, para que possa assistir o Povo, que nella couber.

20.º Tirados da urna nesta formalidade todos os nomes dos Deputados, e escriptos pela ordem da sorte no Livro da Vereaçaõ, aquella ametade do numero total, que tiver sahido da urna primeiramente, designará os Deputados actuaes das Côrtes: e a outra ametade ficará designada para substituir aquelles, ou seja no impedimento de algum, ou seja na subrogaçaõ das Côrtes do anno futuro, como abaixo se declarará; e deveraõ ser chamados

Digitized by Google

em qualquer d'estes casos pela ordem, em que estiverem escriptos no dicto Auto da Vereaçaõ, sem outra escolha alguma. Quando succeda que o número total dos Deputados seja impar, a ametade maior será a dos Deputados actuaes.

21.º Fechado o dicto Auto da Vereaçaõ, e assignado pelo Presidente, Deputados, Juizes, e Officiaes da Camara, d'elle se dará hum traslado authentico, concertado pelo Escrivaõ da Camara, e assignado pelo Presidente a cada hum dos Deputados actuaes, para com elle, e com o outro Titulo declarado no Art. 23.º, referido no § 15, comparecer na primeira Sessaõ das Côrtes, a fim de verificar a sua legitimidade.

22.º A dicta primeira Sessaõ será sempre no dia 15 de Maio para perpetuar a memoria do Anniversario de Sua Magestade, a quem os Portuguezes presentes, e futuros haõ de dever os beneficios, que lhes resultarem das suas Côrtes Permanentes. E terá principio ás oito horas da manhã.

23.º Com os Deputados, que se acharem presentes á dicta hora, se dará principio á Missa, que se ha de dizer na Capella para isso destinada no Edificio, em que se houverem de celebrar as Côrtes, o qual será designado pelas Extraordinarias de 1821 (*a*).

24.º Findo o dicto Acto, devido á Religiaõ, e cantado o *Veni Sancte Spiritus*, passaráõ os Deputados á Casa das Sessões; e tomados os seus assentos na ordem, que succedèr, os primeiros Deputados de cada huma das Provincias, Minho, Tras-os-Montes, Beira, Estremadura, Além-Téjo, e Reino do Algarve se separaraõ *em Commissaõ da verificaçaõ dos Titulos dos Deputados*; e, verificando primeiramente os cinco o de cada hum dos outros, passaráõ a verificar os de todos os mais Deputados, pon-

(*a*) Mafra seria hum local muito proprio para o assento das Côrtes, tendo o seu grande Convento, que podia servir de residencia a todos, ou á maior parte, dos Deputados, e naõ ficando nem demasiadamente perto, nem demasiadamente longe de Lisboa.

Digitized by Google

do em cada hum dos Titulos verificados — *Verificado na Commissaõ competente aos 13 de Maio de 18....* — E rubricataõ todos esta Disposiçaõ, á excepçaõ dos Titulos dos da Commissaõ, que naõ deveraõ ser rubricados por aquelle, a quem elles pertencerem. E estará fechada a porta da Camara, em quanto se procede a este Acto.

25.° O primeiro Deputado da Estremadura, pela ordem da sorte na forma do § 20, tomará nesta primeira Sessaõ a Cadeira de Presidente; e, feita a verificaçaõ dos Titulos, se entregaraõ ao primeiro Secretario da Camara, que os ha de registar no Livro competente para isso destinado, conservando os Originaes no Archivo da Camara, e dará aos Deputados as Certidões, que quizerem dos seus respectivos Titulos, que teraõ a mesma fé, que os proprios Originaes. Se o Titulo de algum dos Deputados naõ fôr verificado por qualquer motivo, que seja, elle naõ poderá occupar o lugar, que aliás lhe competeria; ficará porém, se quizer, na Casa da Camara, como assistente.

26.° Concluida a verificaçaõ dos Titulos, e tornando os da dicta Commissaõ aos lugares de Deputados, se abrirá a porta da Camara, para ser a Sessaõ Publica, e o Presidente, referido no §. antecedente, fará hum Discurso em honra do Senhor D. Joaõ VI., como Restaurador da Liberdade Portugueza, e Origem da Sua Representaçaõ Nacional, e em louvor da Lealdade dos Portuguezes para com o seu Monarcha, e a Serenissima Casa de Bragança, testemunhada uniformemente no meio das suas convulsões Politicas, desde o dia 24 de Agosto de 1820, até á reuniaõ dos dous Governos em Lisboa no 1.° de Outubro do dicto anno, e sempre constantemente ao depois. Será tambem objecto do dicto Discurso, o que pertencer á grandeza da Representaçaõ Nacional; á importancia das obrigações dos seus Deputados; e á gloria, de que elles podem honrar seus nomes, desempenhando a confiança, que nelles poseraõ os seus respectivos Constituintes.

27.° E, concluido este Discurso, se passará immediatamente á nomeaçaõ de Presidente, que se fará por escrutinio, e á pluralidade de votos, correndo o primeiro Se-

Digitized by Google

cretario com a Urna pelos lugares do Presidente, e dos Deputados para cada hum d'elles deitar o papel, que contiver o seu voto; e abrindo depois a Urna, junto ao Presidente, e tirados, e vistos, e contados os diversos papeis nella conteudos, conhecida a pluralidade, o Presidente annunciará em voz alta o Nome do que lhe ha de succedêr, e elle virá tomar a sua Cadeira; e o Secretario lavrará o Termo da Eleiçaõ do Presidente, o qual em hum brevissimo Discurso agradecerá á Camara a honra, que lhe dêo da sua Presidencia. E com isto se concluirá a Sessaõ d'este dia.

28.° O primeiro Secretario lançará em hum Livro, que deverá estar sobre a Mesa na Camara diante do Presidente pela Ordem das Provincias, a relaçaõ dos Deputados actuaes de cada huma d'ellas, e bem assim dos seus Substitutos, conforme o resultado dos §§. 20.° e 21.°, naõ alterando de modo algum a ordem, em que elles vierem escriptos; e a segunda Sessaõ começará por passarem em Commissaõ os primeiros Deputados, na forma do §. 24, para verificarem a exactidaõ das dictas relações, que, achando conformes, authenticaraõ escrevendo no fim d'ellas — *Verificadas em a Commissaõ competente, na Sessaõ da Camara aos 14 de Maio de 18....* com as suas seis Rubricas. E poraõ á margem, em correspondencia do nome de cada hum dos actuaes a nota — *Actual*, — e por baixo as suas Rubricas.

29.° No caso de faltar o primeiro Deputado de alguma das Provincias, ou Algarve, supprirá o seu lugar o immediato, assim no que respeita ao §. antecedente, como ao §. 24.

30.° Quando succeda dar-se por impedido algum dos Deputados actuaes, o Presidente, abrindo o Livro referido no §. 28, verá na relaçaõ da Provincia respectiva ao Deputado impedido, qual he o primeiro nomeado para substituições, e annunciando seu Nome á Camara em alta voz, ordenará ao Secretario que lhe faça expedir Officio, convocando-o para vir occupar o lugar, que lhe pertence, de que elle lançará Termo no Livro das Sessões da Camara. E, se for mais do que hum o impedido, se procederá da mesma sorte, relativamente aos seguintes substituidos

Digitized by Google

da sua Provincia. E comparecendo os chamados, feita a verificação de seus Titulos na forma do §. 24, se lançarão seus Nomes no Livro referido no §. 28, e á margem a nota — *Actual* — como ahi se determina.

31.º O Presidente será nomeado de trinta em trinta dias, e sempre na forma do §. 27.

32.º As Côrtes estarão annualmente congregadas tres mezes; poderão porem prorogar se por mais hum mez, se dous terços dos Deputados concordarem nisso, ou se Sua Magestade, ou o Governo que o Mesmo Senhor tiver no Reino, o exigirem das mesmas Côrtes por urgentes motivos, que peção a sua prorogação. Será porem infallivel a sua dissolução, findo o dicto termo.

33.º Na penultima Sessão de cada anno se tirará á sorte huma quarta parte dos Deputados de cada Provincia e Algarve, a qual ha de sahir da Camara, sendo substituida no seguinte Congresso por novos Deputados, devendo necessariamente serem os substituidos da mesma Provincia dos que sahirem. E quando a dicta quarta parte dejxe algum número, por não ser perfeitamente divisivel em quatro o total dos Deputados da Provincia, o número, ou números, que ficarem fóra da divisão por quatro, continuando a designarem Deputados actuaes, permanentes na Sessão seguinte.

34.º No Reino do Algarve, que tem por sua População tres Deputados, e carece por isso de particular providencia, por haverem de ser dous d'aquelles na fórma do §. 20, Deputados actuaes nas primeiras Côrtes, ficando hum só para Substituto, será pela dicta sorte removido hum dos actuaes, somente no fim do segundo Congresso das Côrtes, continuando a proceder da mesma sorte hum anno sim, e outro não.

35.º Feita pela sorte, na fórma sobredicta, a remoção dos Deputados actuaes, que não hão de continuar no seguinte Congresso, o Presidente pelo Livro referido no §. 28 nomeará os que devem substituir os que sahirem, seguindo a ordem, em que se acharem seus Nomes, e começando a nomea-los desde o ultimo, que tiver á margem a nota de — *Actual* — na fórma prescripta no §. 36: e o primeiro Secretario lançará no Livro das Sessões hum Ter-

Digitized by Google

mo, em que declare, assim os Nomes dos que pela sorte sahirem do Congresso futuro, como dos que lhe deverem succedêr, o qual Termo deverá ser assignado pelo Presidente, e o primeiro Deputado de cada huma das Provincias, e Algarve. E passará depois immediatamente a remetter a cada hum d'elles huma copia authentica do dicto Termo com hum Officio, em que lhe participe a sua designaçaõ para entrar no número dos Deputados actuaes do futuro Congresso.

36.° E, quando nelle se apresentarem os dictos novos Deputados actuaes, se passará a fazer a verificaçaõ dos seus Titulos, praticando-se a seu respeito tudo o que fica determinado nos §§. 24 e 28; e naõ sendo nos seguintes Congressos necessaria a verificaçaõ dos Titulos, dos que já tiverem sido Deputados actuaes no outro antecedente.

37.° Na dicta Sessaõ penultima de cada hum dos annos concluido, o que nos §§. antecedentes se determina para a remoçaõ, e substituiçaõ dos Deputados, se observará á vista do Livro referido no §. 28, se fica, ou naõ em cada huma das Provincias número sufficiente de Deputados, que naõ tenhaõ passado á classe de actuaes, ou naõ hajaõ de entrar nella no futuro Congresso, para se determinar, ou naõ, que se proceda a novas Eleições, devendo-se têr em vista sempre que, em cada huma das Provincias, e Algarve, fique algum número de Deputados Eleitos, e naõ chamados á classe de actuaes, que seja sufficiente para poderem entrar no impedimento de algum d'aquelles, quando isso se faça preciso. E sendo necessario procedêr a novas Eleições se determinará isso por Termo no Livro das Sessões, o qual será remettido pelo primeiro Secretario da Camara em hum traslado authentico a cada hum dos Corregedores das Comarcas, em que se devêr procedêr a novas Eleições, nas quaes se caminhará inteiramente na forma ordenada d'esde o §. 11 em diante. Naõ será porem necessario que se procedaõ a ellas sempre ao mesmo tempo em todas as Provincias, e Algarve, porque só teraõ lugar naquella, ou naquellas, em que a falta de Deputados fizer necessarias novas Eleições. E os dictos Corregedores seraõ cuidadosos em satisfazer logo a estas diligencias, para que antes se anticipem, do

Digitized by Google

que se retardem as Eleições, a fim de que naõ succêda haver falta d'ellas na época, em que se ha de abrir necessariamente o seguinte Congresso.

38.° Concluida assim a designaçaõ dos Deputados, que ha de intervir no seguinte Congresso, se celebrará a ultima Sessaõ, dando-se por terminadas as Côrtes d'aquelle anno; e Decretando-se á sua futura reuniaõ no dia 15 de Março seguinte, sem dependencia de nenhum outro aviso, ou participaçaõ; e fazendo o Presidente hum Discurso, em que agradeça no nome da Naçaõ aos Deputados os seus trabalhos, e zêlo, pelo bem d'ella, e de Sua Magestade, se fará pelo Secretario o Termo final no Livro das Sessões, que será assignado pelo Presidente, e todos os Deputados; por que os Termos das outras Sessões diarias seraõ unicamente assignados pelo 1.° Secretario, Presidente, e os seis primeiros Deputados de cada huma das Provincias, e Algarve. E passará todo o Congresso á Capella referida no §. 23, para assistir ao *Te Deum*, que se ha de cantar em Acçaõ de Graças pelo Divino auxilio nas fadigas do Congresso Nacional.

39.° As primeiras Côrtes determinaráõ tudo o mais, que parecer necessario sobre a economia, e regulamento da Camara naquillo, que naõ fôr neste Regimento acautelado: naõ devendo esquecer a regularidade impreterivel da Missa diaria, que deve preceder a todas as Sessões de manhã. E ao cargo do 1.° Secretario ficará o cuidado do Archivo das Côrtes, que terá sempre huma Guarda Militar, a qual estará sujeita ás Ordens do dicto Secretario, como responsavel pelo dicto Deposito.

(*Continuar-se-ha.*)

Digitized by Google

SUPPLEMENTO AO N.º 6

Do Velho Liberal.

Traducção da ultima parte da Carta de Mr. L'abbé de Mably a Mr. Adams, então Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos da America na Hollanda, e para as Negociações da Paz Geral sobre o reconhecimento da Independencia dos ditos Estados, escripta de Passy nos 24 de Julho de 1783, e impressa no Tom. 14 das Obras completas de L'abbé de Mably — 1791 — desde fol. 127, começando a parte d'ella, aqui traduzida, a fol. 140.

Tendo-vos exposto as minhas esperanças, naõ devo, Sr., esconder-vos os meus receios. Nenhuma dúvida tenho em concordar comvosco que a Democracia deve ser a base de todo o Governo, que deseja tirar dos Cidadãos o melhor partido possivel. Está com effeito provado por huma constante experiencia que só desta sorte se pode fazer; com que a Multidaõ tome interesse pelo bem da Patria, e com que de alguma sorte se associe á sabedoria de seus Conductores, vendo-se por elles servida com igual valôr, e zêlo. Mas creio que tambem concordareis comigo que esta Democracia deve ser manejada, temperada, e estabelecida com a maior prudencia. Vós naõ podeis deixar de reconhecer que a Multidaõ sendo ligada a precisões, e occupações, que a condemnaõ á ignorancia, e á sentimentos vis, e baixos, naõ tem nem os meios, nem o tempo para com o uso das suas meditações chegar á conseguir os principios de huma sabia Política. Deixando-se pois governar pelos seus prejuizos, ha de julgar do bem do Estado pelos seus interesses particulares, parecendo-lhe sabedoria tudo aquillo, que lhe dá utilidade.

O Povo naõ se pode considerar livre, sem ser tentado a abusar da Liberdade, porque elle tem paixões, ás quaes procuraõ sempre satisfazer-se. Elle concebe espe-

Digitized by Google

ranças, que tornaõ indocil o seu espirito: e, naõ podendo deixar de vêr com inveja a sorte dos seus Superiores, procura ou elevar-se até chegar a elles, ou abate-los até os igualar comsigo. Que succede entaõ? Os Cidadãos da primeira classe tem as suas paixões tambem, para me explicar assim, e armaõ se contra a pertendida insolencia do Povo. Elles saõ accusados de sustentarem projectos de engrandecimento, ao mesmo tempo que naõ fazem senaõ obedecer ás circumstancias: era necessario amacia-los, e tractaõ de os irritar. Para conservarem seu credito, procuraõ augmenta-lo; e tal he a illusaõ das paixões que, tentando-se chegar á tyrannia, se cuida trabalhar unicamente pelo restabelecimento da ordem, e do socêgo Publico. Irritaõ-se d'esta sorte os animos; huma primeira injustiça faz quasi necessaria outra; e as injurias sobrevem a este estado de cousas. Toda a Politica entaõ consiste na vingança. Seguem-se as Revoluções, e no meio d'ellas he só a fortuna, que decide da sorte da Republica. Cuido, Sr., que me naõ preoccupo de vãos receios; e isto que succedêo constantemente em todos os Povos, nos quaes a Liberdade dos Cidadãos naõ foi estabelecida, e manejada com a mesma sabedoria, que Lacedemonia empregou nisso, deve prevenir os Legisladores para naõ fazerem entrar em huma Republica a Democracia, senaõ com summa precauçaõ (1).

(1) Mably tractava relativamente ás Constituições dos Estados-Unidos da America; Paizes nascentes, que naõ tinhaõ as diversas ordens de Cidadãos, que necessariamente se encontraõ em todos os Velhos Estados da Europa, e que naõ tinhaõ tractado de estabelecer o Governo Monarchico; e assim mesmo pésa tanto a circumspecçaõ, que nelles deve haver no emprego dos elementos da Democracia, para que se consiga a Liberdade! Que cuidado pois naõ deve isso merecer quando se tracta da Constituição para huma Monarchia, e muito velha, com as grandes distincções de Nobreza, e Clero, radicadas no habito de Seculos?

(*O Velho Liberal.*)

***

Poderá dizer-se que as Leis Americanas foraõ amoldadas ás da Inglaterra, cuja sabedoria taõ louvada tem sido pelos Escriptores: eu convenho nisto, e, por fortuna vossa, bem desejaria poder desconvir. Nas vossas Leis, Senhor, vê-se com effeito o espirito das Inglezas: mas peço-vos que observeis a immensa differença, que vai da vossa situaçaõ á da Inglaterra. O Governo Britanico formou-se no meio da barbaria feudal. Acreditava-se que Guilherme o Conquistador, e seus Successores tinhaõ em si todo o Poder Publico: naõ sendo muito que o Povo se considerasse nascido para a escravidaõ, quando os mesmos Barões entendiaõ dever todas as suas prerogativas á beneficencia do Principe. Isto he huma verdade, de que se naõ pode duvidar, lendo-se com attençaõ a grande Carta, que os Barões extorquiraõ a Joaõ-sem-Terra, e que veio a ser ao mesmo tempo a origem de todas as convulsões, por que a Naçaõ passou, e a regra da conducta, que ella teve até aos nossos dias, para estabelecer a liberdade, de que ainda gosa. Foi d'esta sorte que se formou lentamente o caracter Nacional dos Inglezes: cada hum se acostumou pouco a pouco ao lugar, que occupa; (2) e hum habito formado pelo uso associou a ambiçaõ do Principe com a Liberdade dos Vassallos.

---

(2) Eis-aqui aonde está tudo. He necessario ir lentamente na mudança, para que as novas Leis, e as novas Instituições vaõ encontrando novos costumes, com que se possaõ ligar; aliás chocaráõ as Leis com os costumes, e estes venceráõ sempre aquellas, e o resultado será desapparecerem as novas Instituições. He preciso aprender da Natureza, d'esta permanente mestra, que nos ensina á maneira, por que procede o Creador em todas as suas Obras. Os animaes, e os vegetaes crescem de tal sorte, que ninguem percebe o seu diario, e progressivo crescimento; e o homem, dirigindo-se por esta liçaõ, he capaz de se elevar a todo o gráo de virtude, e de se despir de quaesquer excessos viciosos, huma vez que lenta, e constantemente proceda n'aquella, e retrograde nestes. Mas obrar de salto he desviar da marcha da natureza, e da possibilidade

Digitized by Google

Os Estados-Unidos da America formáraõ-se de huma maneira totalmente diversa; e as suas Leis naõ saõ a obra de muitos seculos, e de mil circumstancias contrarias, que succedessem humas ás outras. Os Commissarios, ou Delegados, que formáraõ as suas Constituições, adoptaraõ os verdadeiros, e sabios principios de Locke sobre a Liberdade Natural do homem, e a natureza do Governo. Mas esta passagem da situaçaõ, em que vivieis debaixo da dominaçaõ Ingleza, para a outra, em que estais hoje, naõ foi muito apressada? Eu receava que os espiritos naõ estivessem ainda sufficientemente preparados: e disse muitas vezes a alguns dos vossos Compatriotas, que eu me interessava demasiadamente pela sua fortuna, para lhes naõ desejar huma guerra longa, que por isso mesmo podesse corrigir os seus prejuizos, e dota-los de todas as qualidades, que deve ter hum Povo livre.

Permitti-me, Sr., de vos perguntar, se as vossas novas Leis se achaõ proporcionadas ás luzes, e conhecimentos, e paixões da Multidaõ, que nunca he sufficientemente illustrada, para deixar de confundir a Liberdade, e a Licença? Naõ he verdade ter-se-lhe permittido mais do que aquillo, que se queria, e se podia cumprir? (3) Se

---

do homem. Huma Monarchia de Seculos com habitos Aristocraticos, provenientes, naõ só da riqueza, como os que Mably suspeitava nos Americanos, mas de muitas outras Instituições, naõ pode de hum dia para o outro passar aos Elementos Democraticos. A Constituiçaõ, que se lhe der fundada nelles, ha de necessariamente cahir pela incompatibilidade, que achará nos costumes da Naçaõ.

(*O Velho Liberal.*)

(3) Nisto consiste, e d'isto vêm o grande perigo das Crises, semelhantes áquella, em que se acha Portugal. Carece-se nellas do apoio da Multidaõ; e para elle se conseguir affeiaõ-se as pinturas do seu preterito estado, e embelezaõ-se as outras do seu futuro com todas as côres da exageraçaõ. Eis-aqui a vereda constantemente seguida.

Promette-se ao Povo mais do que aquillo, que na realidade se lhe quer, e se lhe pode cumprir. Mas suas

Digitized by Google

he verdade, como se naõ pode duvidar que, em consequencia das vossas relações com a Inglaterra, haja entre vós hum germen de Aristocracia, que procurará extender-se progressivamente, naõ veio a ser alguma cousa imprudente o projecto de estabelecer a Democracia em toda a sua extensaõ? Naõ he isto pôr em contradicçaõ as Leis, e os costumes? Parecia-me que, em vez de assoprar magnificamente a ambiçaõ, e as esperanças do Povo, teria sido mais sabio propôr-lhe unicamente o liberter-se do jugo da Corte de Londres, para só obedecer a Magistrados, os quaes sua mediocre fortuna faria modestos, e amigos do bem Publico; regulando depois os seus Direitos de maneira, que elle naõ podesse recear injustiça alguma; e tractando-se principalmente de pôr embaraços á Aristocracia, e de fazer Leis para impedir os ricos de abusarem das suas riquezas, e de por meio d'ellas conseguirem huma authoridade, que lhes naõ deve pertencer.

Quer-me parecer que as Constituições Americanas vos poraõ nas mesmas circumstancias, em que se acháraõ os Romanos na expulsaõ dos Tarquinios. Para interessar

---

esperanças illusorias o inflammaõ, e o conduzem; e os que tinhaõ procurado guia-lo á Liberdade, vêm-se depois illudidos, ou com a sua licença, que naõ podem refrear, ou com as suas excessivas pertenções, a que he impossivel satisfazer. Caminha se finalmente á discriçaõ da tempestade, e entaõ he a fortuna, e o acaso quem decide do termo, em que as cousas haõ de parar, e este será provavelmente a tyrannia, como aconteceõ em Roma com os seus Imperadores; em Inglaterra com o seu Cromwel; e em França com o seu Buonaparte. Como he que se faz pois serviço util á Liberdade, e aos Povos? Com a moderaçaõ, que Mably inculca neste §. Promette-se, e dá-se esperança ao Povo somente d'aquillo, que se lhe pode cumprir, para que elle naõ caminhe illudido atraz de chimeras, que se naõ haõ de obter; e d'esta sorte faz-se-lhe presente de todo o bem possivel, sem o arriscar a perder mesmo este, pelos esforços dirigidos a alcançar, o que he impossivel conseguir. (*O Velho Liberal.*)

Digitized by Google

o Povo na Causa da Liberdade, os Patricios fizeraõ-lhe magnificas promessas. Elles porém fizeraõ-se senhores do Publico Poder, lisonjeando-se os plebeos pela sua parte de naõ obedecerem senaõ ás Leis. Huns abusáraõ da sua força, outros eraõ muito altivos para consentirem nisso, e destes interesses contrarios nascêraõ todas as dissensões da Republica.

Vós me direis sem dúvida, Sr., que naõ he grande desgraça para os Americanos assemelharem-se aos Romanos, cuja Republica apresentou o espectaculo mais admiravel, e estabeleceo o seu Imperio sobre todo o Mundo entaõ conhecido. Mas eu tomarei a liberdade de vos responder, que com effeito nenhuma das Naçôes dos nossos dias deixaria de se podêr justamente consolar de se parecer com os Romanos em os seus desacêrtos, se tambem com elles se igualasse na sua grandeza, sabedoria, e magnanimidade. Mas, por desgraça, nossos costumes modernos naõ nos permittem estas esperanças; e estes costumes já passáraõ para a America. O amor da Patria, da Liberdade, e da Gloria naõ se separava dos Romanos mesmo nos instantes, em que parecia ser extrema a sua furia; e suas paixões estavaõ acostumadas a associarem-se sempre com a justiça, e com a moderaçaõ. Ha muito tempo que a Politica da Europa, fundada sobre o dinheiro, e sobre o Commercio, fez desapparecer estas virtudes antigas, e duvido que huma guerra de sete annos podesse faze-las renascer na America. Seja porém como fôr, receio que os ricos queiraõ fazer huma ordem á parte, ao mesmo tempo que os outros: altivos pelas idêas de igualdade, com que os tem lisonjeado, naõ quererãõ consentir nisso; e daqui ha de resultar necessariamente a dissoluçaõ do Governo, que se quiz estabelecer. Se esta Revoluçaõ se fizesse por huma maneira tranquilla, insensivel, e como por distracçaõ, sem se perceber, isso seria entaõ huma prova de que as suas almas naõ tinhaõ energia; e he verdade que nesses termos o Publico se naõ exporia a nenhuma sedição, ou tormenta: mas de que nobreza, e de que generosidade seriaõ entaõ capazes os Cidadãos? E sem estas qualidades pode subsistir huma verdadeira Liberdade?

Digitized by Google

Se esta mudança soffre pelo contrario alguma resistencia, que cabalas, que intrigas, que surdos manejos se naõ devem temer? Eu vejo resultar d'ahi a raiva, e o ciume, paixões, que nunca medem seus passos, e que trazem após de si mil outros vicios, que saõ os precursores da tyrannia, humas vezes atrevida, e outras timida....

Continuaçaõ do Dialogo entre o Velho Economico, e o Velho Liberal, continuado de fol. 268.

Os primeiros, orgulhosos com hum triumpho imaginario, que queriaõ inculcar por verdadeiro, ou originavaõ, ou accrescentavaõ a tambem imaginaria humiliaçaõ dos segundos. Tudo erros, tudo prejuizos, tudo preoccupações! Por isso o Velho Liberal no seu ousado Cartaz do annúncio da Gazeta de 12 de Agosto passado atacou logo em frente o que elle considerava a origem do mal, combatendo directamente a Constituiçaõ de 1822 pelos defeitos da sua construcçaõ organica. D'este modo procurava arrefecer o orgulho dos *Ultra-Constitucionaes*, e tirar os pavores, e a humiliaçaõ, em que se consideravaõ os segundos, suppondo vêr resuscitado o Idolo, que tinhaõ derrubado em 1823. Se neste erro de huns, e de outros he que residia o foco da enfermidade, o dicto ousado Cartaz ia ataca-la na sua Origem, e na sua Causa morbosa, como convinha para que ella se corrigisse.

Dando entaõ ao mesmo tempo o merecido louvor á Carta do Senhor D. Pedro IV., se adoçavamos o resentimento dos *Ultra-Constitucionaes* com as boas novas da perfeiçaõ da dicta Carta por elles tambem festejada, apresentavamos aos outros hum lenitivo contra os seus sustos relativos á dicta Carta, inculcando-lhes que ella era huma Obra prima, e que podia ser origem da nossa prosperidade.

Esta digressaõ será desculpada, sem dúvida, pelo Velho Economico, bem que demasiadamente extensa, visto ser dirigida ao empenho de converter (se isso era neces-

Digitized by Google

sario) á Causa da Carta de 1826 os Ministros do Altar, e os Fieis, que por elles se inculcavaõ dirigidos em opposiçaõ á mesma Carta. E voltando depois d'isso ao assumpto, de que a mesma digressaõ nos desviára, manifesto vêm a ser que a nossa verdadeira Crença fôra que nos dirigíra a fallar da Divina Providencia no dicto nosso annúncio. Mas ainda quando assim naõ fosse, se mesmo para serviço do Velho Economico, e mais dos seus Amigos, tinhamos de chamar para a Causa da Carta os Amigos do Christianismo, que elles julgavaõ em opposiçaõ á mesma Carta, seria serviço, ou desserviço d'elles, apresentar hum caracter Religioso no dicto annúncio? He facil a resposta: e por tanto o Velho Economico ha de conhecêr que nenhum receio, e nenhum susto lhe deverá vir de nos unirmos ao Ceo, e de fallarmos na Divina Providencia, quando isso o pedia assim o interesse da Carta, ainda quando o naõ pedisse o intimo testemunho da nossa consciencia, e a sincera Crença do Christianismo, em que Deos se tem dignado de nos conservar.

(*Continuar-se-ha.*)

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 6.

SUPPLEMENTO.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Continuaçaõ do Dialogo entre o Velho Economico, e o Velho Liberal, continuado de fol. 291.

Velho Economico.

Eu vos perdoo, oh Velho Liberal, o Sermaõ, ou Pastoral, que acabais de fazer, em vez de hum Dialogo, e perdoo-vos isto em razaõ da importancia do seu assumpto: mas dizei-me agora: Se na lucta liberal, em que nos achávamos, quando desembarcasteis no Téjo, combatia com a Liberdade o *sanhudo Absolutismo, e hum partido ambicioso, e tyrannico, emprendendo fascinar a Multidaõ menos reflectida para, victima dos proprios prejuizos, e da perversidade alheia, a poder conduzir incauta ao precipicio, que lhe preparavaõ, porque naõ fazeis a Guerra a isto?*

Velho Liberal.

Vós pareceis confundir tudo, ou dar menos attençaõ do que convinha ao que se contém nos nossos Escriptos, huma vez que os querieis combater.

Pois se o N.º 1.º do nosso Jornal, que vós unicamente tinheis visto, era destinado para se publicar em 1820, ou principios de 1821, nós entaõ haviamos de comba-

Digitized by Google

ter os inimigos, que nos dizeis que existiaõ, quando desembarcámos no Téjo em 1826? Naõ eraõ as circumstancias d'aquelle tempo, que se deviaõ considerar para se vêr se erámos com ellas coherentes, quando escrevemos esse 1.º N.º do nosso Jornal? Podiamos conhecer acaso em 1820, ou 1821 o que havia de acontecer em 1826, ou haviamos de combater nesse tempo, ou escrever nelle, adivinhando, os successos de 1826, o actual, e presente estado das cousas que vós nos referis, para combatermos a falange, que nos dizeis armada contra a Liberdade?

Naquelle tempo, em que escrevêmos o que hoje publicâmos, naõ era o estado das cousas, ter-se derrubado o Absolutismo, ou Despotismo (*a*) com os acontecimentos de Agosto, e Setembro de 1820? E entaõ haviamos de nos armar contra o Partido vencido? Contra esses monstros aniquilados?

Havia terminado a época d'esse combate! Nós o tinhamos sustentado com a valentia jámais vista no Sólo Portuguez! Sabe-o o Novo Mundo, e mais o Velho. Ninguem ignora que estando prêso na Torre de Santo Antonio da Barra em 1810, nos ferros do Despotismo, e d'esse por vós chamado Absolutismo, escrevemos contra elle com a maior vehemencia, que era possivel, para a Côrte do Brasil, aonde residia quem unicamente o podia corrigir utilmente, segundo a nossa opiniaõ, tendo a briosa coragem de remettermos as copias dos nossos Escriptos no outro dia, em que elles sahiraõ pelo Téjo, a cada hum d'aquelles, que entaõ Membros do Governo de Lisboa nos pareciaõ proceder arbitrariamente para com-

(*a*) O Velho Economico tem como Synonimos *Despotismo*, e *Absolutismo*, e por tanto usa do primeiro termo no sentido popular, em que elle designa — *governar, fazendo-se o que se quer, e por que se quer*: — naõ lhe dando o sentido politico, em que a dicta palavra designa somente a Monarchia Absoluta, que pode governar bem, e que pode governar mal, unindo a si, ou naõ unindo o Absolutismo no sentido popular. (Veja-se a nossa Nota a fol. 154).

Digitized by Google

nosco, e para com os mais Portuguezes. Existêm ainda vivos entre nós alguns dos Membros do dicto Governo, e que recebêraõ as nossas Cartas, acompanhadas dos mencionados Escriptos. E estavamos debaixo do seu Poder! Ao alcance de todas as suas violencias! E podia o nosso arbitrio ser mal visto, e mal olhado na Côrte do Brasil, vindo-nos d'ella (se assim acontecesse, como naõ acontecêo) o aggravamento de nossos males, que poderia chegar, sabe Deos até onde!

Escrevêmos depois as nossas vehementes *Observações sobre hum Artigo da Gazeta de Lisboa*, que remettidas para a Côrte do Brasil nos poderiaõ expôr aos mesmos males, se nella naõ tivesse as redêas do Governo o benéfico Soberano, que ha pouco perdêmos, e que ainda choraõ, e choraraõ por largo tempo os bons Portuguezes. Ellas foraõ quasi literalmente inseridas no *Appendix to the Anti Jacobin Review ao Volume N.° 39*; e foi nosso nome acreditado naõ só na Grã-Bretanha, mas por toda a Europa, a que este Jornal Inglez chegava, como hum dos valentes Athlétas contra a Arbitrariedade, e contra o Despotismo.

Ah! Velho Economico, quem naõ pode apresentar Titulos d'estes naõ falla em valentias contra o Despotismo; e muito menos ainda ousa imputar fraquezas nesta parte, a quem se acha com elles authorisado, e mais honrado!

Era passado já o tempo d'essas valentias. Ellas deixariaõ de ter este nome na época, em que escrevêmos esse 1.° N.° do nosso Jornal, que vós dizeis ter lido. Esses Despotas estavaõ cahidos, e quem tem a coragem de se pôr em frente d'elles, quando Senhores do Poder, e mais da força, naõ ousa ataca-los, quando desarmados e vencidos! Teriaõ, e teraõ sempre o faze-lo pela maior das vergonhas: he o mesmo que dar em gente morta.

O grande perigo, que entaõ havia, era que a Liberdade, salva d'aquelles seus inimigos, cahisse nos ferros dos outros, que servindo-se da Licença, e dos excessos da Liberdade, tendo-a desviado de perecer em Scylla, a conduzissem a naufragar, e perder-se sobre Charybdis. Eraõ além d'isso estes os que entaõ se achavaõ com o Poder,

Digitized by Google

e triumphantes, e a elles he que o Velho Liberal pertendia naquelle tempo desviar de que assassinassem a sua Divindade.

Se pois vós considerasseis o tempo, em que se escrevêo o dicto 1.º N.º do nosso Jornal; se tivesseis estudado nas circumstancias da nossa vida, e reflectido nellas, naõ fallarieis, tendo diante dos olhos aquelle nosso Escripto, no que convinha que elle fosse, se se escrevesse em 1826; nem tão pouco destituido de Titulos, como os acima referidos, para vos honrar como Athleta contra o Despotismo, fallarieis neste assumpto com aquelle, que vos podia apresentar.

Velho Economico.

Deixemos pois isso: mas para que teimais na vossa mania de combater o que naõ existe, nem symptomas ha de que venha a existir; isto he, os excessos de Liberdade, e mais a Ochlocracia?

Velho Liberal.

Amigo, nós ainda queriamos continuar o fio do Discurso que levávamos; mas servirão para satisfazer o agora as idêas, que destinávamos para ligar com aquelle. Vós naõ tendes entendido bem as cousas; naõ chegasteis ainda a comprehender o que era a Ochlocracia; todos os vossos raciocinios o manifestaõ claramente.

O Imperio da Multidaõ, a sustentaçaõ da sua Licença, e dos seus Alvorotos he regularmente no Mundo, naõ he o fim, mas sim hum meio, de que se lança maõ para escravisar os homens. A Multidaõ vai enganada, as mais das vezes, e conduzida por aquelles, que carecem, e que se querem servir de suas forças, de seus braços, e de seu nome lá para os seus intentos, que regularmente saõ os de dominarem sobre os seus Concidadãos.

A Historia Romana dos Marios, dos Catilinas, dos Pompeos, e dos Cesares, mostra isto manifestamente. Elles excitavaõ a Licença, a Ochlocracia, as Inquietações, os Alvorotos, e os Tumultos Populares, como huma Arma,

Digitized by Google

de que carecião para marcharem ao seu fim, e aos seus ambiciosos projectos, que eraõ os de se fazerem Senhores das rêdeas do Estado.

Naõ podiaõ conseguir isso com as suas proprias, e individuaes forças, estando o Poder exercitado por outras mãos. Era-lhes indispensavel vencêr quem dominava, e derruba-lo da Dominaçaõ, para que entaõ occupassem os seus lugares. Os que governavaõ tinhaõ em si a Força Moral, que he huma Força Facticia de convençaõ, e mais de habito: era necessario oppôr-lhe a Força Nacional, Real, e Verdadeira, que consiste na Multidaõ, na grande massa do Povo. Esses taes pois promoviaõ, e excitavaõ a Licença, a Ochlocracia, as Inquietações, os Alvorotos, e os Tumultos Populares, para que por estes meios atrapalhassem, e atarantassem os que tinhaõ o Governo da Naçaõ, a fim de os derrubarem dos eminentes lugares, que elles occupavaõ. Naõ era para que a Multidaõ continuasse a governar, que elles a inquietavaõ e alvorotavaõ; (isto bem sabiaõ elles, e bem sabem todos, que nem podia, nem havia de succedêr) o fim era somente para que por esse modo se derrubasse o Governo existente, e para que ficasse vago o Posto, que elles cobiçavaõ, que era o de dominar sobre a sua Patria.

A Ochlocracia entaõ, a Licença, os Alvorotos, e os Tumultos Populares serviaõ-lhes para o mesmo fim por outro modo, e vinha a sêr: assustando de tal sorte os Cidadãos em geral, que elles todos pavorosos com aquelle Estado Politico desejavaõ sahir d'elle como quer que podesse sêr, e facilmente se entregavaõ, e se deixavaõ dominar por quem quer que fosse, que os esperançasse de os livrar d'aquellas perturbações, e mais dos males, que no meio d'ellas se soffriaõ.

A Ochlocracia pois, e o Imperio da Multidaõ naõ era fim, porque nem podia durar, nem ser permanente: era hum meio, era huma Arma muito facil de conseguir (por que quem quer, e a pouco custo promove Alvorotos Populares aqui, e mais alli, quando isso lhe agrada, e lhe convem) e muito poderosa, (porque apresenta, ou mostra apresentar a Força Real da Naçaõ, e a sua geral opiniaõ) e muito assustadôra, (porque todos se temem d'ella, e curvan-

Digitized by Google

do-se por medo ao dicto Imperio da Multidaõ, dando-lhe fingidos applausos, ainda quando no fundo do seu coraçaõ detestaõ os horrores de semelhante Imperio) e consequentemente perigosissima pela accumulaçaõ de todas as referidas circumstancias, que manifestaõ já a facilidade de a conseguir, já os grandes resultados, que vem do seu emprego.

Em todos os tempos, em todas as idades, em todas as Nações, na Historia antiga, e mais na Historia moderna, se observará sempre a Ochlocracia, e o imperio da Multidaõ, a sua Licença, e os seus Alvorotos, empregados constantemente pelos que querem dominar, e como meio e caminho para a sua dominaçaõ. O quadro da França de 1789 em diante, que outra cousa foi senaõ isto mesmo? Ochlocracia, Licença, Alvorotos populares, para com o uso d'estas armas destruirem humas facções as outras, passando humas de serem dominadas, e opprimidas á Classe de dominantes, e de oppressoras. Todas ellas subiraõ á dominaçaõ, e todas ellas cahiraõ do imperio, que se apropriaraõ, temporariamente, servindo-lhes para isso a Ochlocracia, a Licença, e os Alvorotos populares.

Por isso os Velhos Liberaes, que sempre foraõ amigos dos homens, e capitaes inimigos dos seus verdugos no meio das Crises Politicas dos Estados, o que sobre tudo desejaõ, he com a luz da verdade, com a experiencia da Historia metter aos olhos da grande Massa das suas Nações, que todos aquelles, que a procuraõ conduzir á Ochlocracia, á Licença, aos Tumultos, e Alvorotos populares, lhe devem ser sobremaneira suspeitosos, porque essas foraõ constantemente as armas, de que sempre se serviraõ, e que sempre empregaraõ utilmente aquelles, que quizeraõ dominar, e escravisar as Nações, ou elles fôssem individuos, quaes saõ os ambiciosos de Roma, de que acima fallámos, ou elles fôssem Collecções de individuos, quaes os diversos Clubes de Jacobinos, Feivoristas, e infinitos outros, que constituiraõ as diversas Facções, que se succederaõ humas ás outras no curso da Revoluçaõ Franceza.

Por isto os trabalhos dos Velhos Liberaes sobre este

Digitized by Google

assumpto nas Crises Politicas dos Estados; naõ saõ efemeros, temporarios, momentaneos, como todas as outras producções, que nellas apparecem, e luzem, as quaes bem, como a luz do relampago nascem para immediatamente perecerem. Aquelles trabalhos sobrevivem ás Crises, para que foraõ destinados, e aproveitaõ em todas as outras occasiões semelhantes, que muito frequentemente se reproduzem no meio dos Estados. Elles apresentaõ o remedio de huma doença, que supposto fôsse dado para hum, ou outro enfermo singular, sem dúvida será proveitoso a todos os outros enfermos, que se acharem em identicas circumstancias.

Por isso os nossos Escriptos de 1820, e de 1821, que começámos a publicar no N.° 1.° do nosso Jornal, sem dúvida alguma quadraráõ perfeitamente ás circumstancias de Portugal em 1826. Em ambas estas épocas este Reino passou por huma Crise Politica, por huma d'estas methamorphoses Politicas, que mudaõ a face dos Estados, fazendo-os passar de huma Constituiçaõ para outra.

Huma differença porém ha essencialissima entre estes dous casos, e vem a ser, que em 1820 podiaõ servir a Ochlocracia, a Licença, e os Alvorotos, para a mudança, e para a dicta methamorphose, que se queria produzir em Portugal. O Governo estava entaõ occupado legalmente pelos que se achavaõ á testa da Publica Administraçaõ em Lisboa em Nome do Senhor D. Joaõ VI.: eraõ precisos factos illegaes, a Ochlocracia, a Licença, os Alvorotos populares, para que se realisasse a mudança Politica do Estado.

Mas em 1826 a methamorphose da mudança Politica da Constituiçaõ Portugueza vinha de huma Lei, vinha da Carta do Senhor D. Pedro IV., vinha do Chefe Legitimo, e que estava Reconhecido, e Proclamado. Naõ era pois necessario que apparecesse a força real da Multidaõ, a Ochlocracia, a Licença, os Alvorotos populares, para levantar, ou consolidar aquelle novo Edificio da Sociedade Civil. Elle tinha toda a sua base necessaria, toda quanta solidez lhe era precisa na Carta Constitucional do Senhor D. Pedro IV., que como Rei de Portugal tinha

Digitized by Google

em si toda a força moral da Naçaõ, por se dever considerar (em sentido Politico) com a vontade de todos os Portuguezes, e com a força de todos os Portuguezes (veja-se o nosso Jornal a fol. 23, e seguintes).

Neste caso pois singular, que he aquelle, em que actualmente nos achâmos, somente pode ser nutrida, e sustentada a Ochlocracia, a Licença, e os Alvorotos populares pelos que forem inimigos da Carta, sejaõ esses meios empregados, com que apparencias o forem. Os amigos da Carta naõ empregaõ nenhum d'estes meios contra ella, e contra a sua consolidaçaõ, porque saõ amigos d'ella, e seriaõ contradictorios, se se munissem d'aquellas armas contra aquillo, que merece a sua amizade. Naõ empregaõ nenhum d'estes meios apró da Carta, porque tem nella, e vêm nella, e só nella sem mais nada tudo quanto he preciso para a sua consolidaçaõ. Se os inimigos da Carta apparecem empregando contra ella a Ochlocracia, a Licença, os Alvorotos populares, os Velhos Liberaes, amigos da Carta, naõ lhe prestaõ outro auxilio que naõ seja a sua constante, e firme obediencia, a quem quer que tem o Governo pela dicta Carta. Encostando-se firmissimamente a quem quer que por ella Governa, dando-lhe o auxilio, sempre que ella lhe mandar, e pelo modo que lhe mandar, fazem tudo quanto podem, e quanto devem praticar a apró da Carta. Ellès jámais se lembraraõ, e impossivel he, que jámais se lembrem de oppôrem apró da Carta huma Ochlocracia sua conservadora a outra Ochlocracia sua destructora; huma Licença sua conservadora a outra Licença sua destructora; huns Alvorotos populares conservadores da Carta a outros Alvorotos destructores d'ella. Os amigos da Carta naõ empregaõ apró d'ella desordens contra desordens, meios illegitimos contra meios illegitimos. E deixaõ aos inimigos da Carta o emprêgo das desordens, e dos meios illegitimos, da Ochlocracia, da Licença, e das vontades individuaes, e das forças individuaes, abstendo-se elles de tudo isto, e pondo-se apró, e auxilio da Carta, com huma unica arma, que he a da obediencia a quem quer que a mesma Carta entrega as Rêdeas da Publica Administraçaõ.

Digitized by Google

Agora os inimigos da Carta empregaõ a Ochlocracia, a Licença, os Alvorotos Populares contra ella, illegal, e indistinctamente sim; (considerada a sua Authoridade, que he nenhuma para taes casos, e a sua conveniencia, por ser em seu proprio desproveito os seus esforços contra a Carta) porém ao menos consequentemente, por quanto querendo derrubar a Carta sustentada, e em que se acha a Força Moral, e legal da Naçaõ, naõ tem outro meio que naõ seja o de oppôr-lhe, e de empregar contra ella a Força Real, e legal da Naçaõ exprimida pelo emprêgo das vontades individuaes, e das forças individuaes, que se achaõ divergentes, e em opposiçaõ á mesma Carta.

E entraõ tambem na classe dos inimigos da Carta aquelles, que empregaõ de boa fé, ou dolosamente fingem empregar a pró d'ella aquelles mesmos meios da Ochlocracia, da Licença, e dos Alvorotos Populares, de que se servem os inimigos da Carta: primeiramente, porque se confundem com elles no emprêgo de identicos meios taõ illegaes, sendo empregados pelos inimigos da Carta, como o seraõ sendo empregados pelos taes Amigos d'ella, porque huns e outros saõ vontades individuaes, e forças individuaes, saõ fracções, e commummente minimas fracções da Sociedade Civil, que se attribuem, o que só nesse competiria ao Todo Nacional. (Veja-se o nosso Jornal fol. 2. e seguintes.)

E em segundo lugar, accrescentando elles com os seus factos a perturbaçaõ do estado Social, invertendo o System de Ordem com esse emprêgo das vontades, e das forças individuaes substituidas em lugar da vontade geral, enfraquecem o Governo, accrescentaõ-lhe os seus embaraços, e tendo elle já muito que fazer para comprimir ou debellar a Ochlocracia, a Licença, e os Alvorotos Populares dos manifestos inimigos da Carta, muito mais se lhe complicaraõ suas operações administrativas, se aquelle emprenho necessario contra os ditos inimigos da Carta se juntar tambem o outro igualmente necessario de corrigir a Ochlocracia, a Licença, e os Alvorotos Populares dos Amigos da Carta, ou dolosos, ou indiscretos, ou seduzidos para obrarem a pró da Carta, da mesma maneira que obravaõ os que eraõ contra ella. E, á vista do que fi-

Digitized by Google

ca ponderado, ninguem poderá duvidar que fosse a prô da Carta o empenho, que se empregasse para desacreditar, ou desviar a Ochlocracia, a Licença, e os Alvorotos Populares em toda a sua generalidade; ou tudo isto fosse empregado pelos inimigos da Carta contra ella, ou pelos suppostos, ou pelos indiscretos Amigos da Carta, com o pretexto de a servirem.

Mas, tractando com o Velho Economico, se havia esse Estremoz, essa Elvas, essa Villa Viçosa de que elle se lembrava, se essas fracções da Monarchia Portugueza se achávaõ em opposiçaõ á Carta, que era o que tinha por ahi apparecido? Naõ eraõ vontades individuaes, e forças individuaes, fracções da Sociedade Civil, obrando, e procedendo, como se fossem a Vontade Geral, e o Todo d'ella? Ninguem pode duvida-lo. E estando nesses termos manifesta a doença, que atacava a consolidaçaõ da Carta, consistindo ella na Ochlocracia, como fica demonstrado, naõ era atacar em frente a doença, que ameaçava a saude da Carta, naõ era atacar esses movimentos de Estremoz, d'Elvas, e de Villa Viçosa, combater a Anarchia, a Licença, os Alvorotos Populares? Ninguem pode deixar de o entender assim. Os procedimentos de alguns Corpos Militares por impulsos das suas vontades, e das suas forças individuaes, sem consideraçaõ alguma com os Chefes, e estes sem respeito ás Ordens, e Determinações do Governo, naõ vinhaõ a ser tudo isto factos Ochlocraticos? Sem dúvida. E nestes termos naõ se armava contra elles quem interrompia a permittida publicaçaõ dos N.os do seu Jornal subsequentes ao 1.°, para no Supplemento 1.° a este, ir logo juntar hum Tractadinho sobre a Ochlocracia, e annunciando no seu Titulo, que esta enfermidade atacava Portugal d'esde 1808 até ao presente? Parece tambem que isto he livre de toda a dúvida.

Entaõ o Velho Economico, assustando-se com os ataques do Velho Liberal, dirigidos contra a Ochlocracia, querendo desvia-lo de continuar a escrever em semelhante assumpto, parecia temer-se de que houvesse quem debellasse os mais poderosos inimigos da Carta, que eraõ a Ochlocracia, a Licença, os factos de vontades, e de forças individuaes, praticadas contra a Carta, em Estre-

Digitized by Google

moz, em Elvas, e em Villa Viçosa. Se o Velho Liberal fôsse suspeitoso, se se dirigisse por desconfianças, ou se as quizesse excitar no Publico contra alguem, que terrivel occasiaõ lhe naõ franqueava para o fazer a conducta do Velho Economico? Ha manifestas substituições das vontades, e das forças individuaes, de fracções da Sociedade Civil em Estremoz, Elvas, &c. &c. contra a Carta; hum Escriptor apparece atacando essa maneira de proceder no meio da Sociedade Civil; e isto assusta, isto aterra o Velho Economico? Logo os seus intentos saõ que marchem sem contestaçaõ aquelles horriveis factos, plena, e vehementemente censurados nos Escriptos do Velho Liberal. E se os intentos do Velho Economico saõ que marchem sem opposiçaõ aquelles factos Ochloraticos, entaõ he manifesta a alliança do Velho Economico com Estremoz, com Elvas, e com Villa Viçosa.

Isto naõ saõ suspeitas, e inducções inculcadas, ou provocadas com reticencias, com pontinhos, como o Velho Economico emprega a cada passo para desafiar a imaginaçaõ dos outros. Isto saõ raciocinios, saõ gravissimos indicios, deduzidos de factos plenamente provados: e entaõ o Velho Economico só poderá ser escusado da imputaçaõ, a que aliàs ficaria sujeito, se se considerar, que elle escrevia sem hum Systema; e só, e unicamente por escrever, sem ter hum fim, a que se dirigisse, e sem saber os meios convenientes ao dicto fim. Empregava meios para fazer suspeitoso o Velho Liberal, os quaes, se fossem empregados por quem fosse capaz de plena imputaçaõ, fariaõ sem dúvida ao Velho Economico convicto Réo d'aquillo, em que elle queria fazer suspeitoso o Velho Liberal. Eis-aqui o resultado de escrever inconsideradamente.

Que he o que tem havido por este Reino contra a Carta, e a que se refere o Velho Economico, quando se lembra de Estremoz, de Elvas, e de Villa Viçosa? Saõ Revoluções de maior, ou de menor vulto. O Velho Liberal insurge contra as Revoluções pela maneira violenta, que consta do seu Jornal fol. 134. Que he o que tem havido por este Reino, contra a Carta, e a que se refere o Velho Economico, quando se lembra de Estremoz,

Digitized by Google

de Elvas, e de Villa Viçosa? Saõ factos Ochlocraticos; substituições das vontades, e das forças individuaes, em lugar da vontade geral; saõ factos de fracções da Sociedade Civil, obrando como se fossem o Todo d'ella. E então atacar em frente todas as Revoluções, e todos os factos Ochlocraticos, naõ he combater todos esses attentados, e todos os outros, que se parecerem com ellas?

O Velho Liberal diz — todo o homem he hum animal de dous pés — e vós, Velho Economico, porque elle naõ escrevêo — Joaõ he hum animal de dous pés — Manoel he hum animal de dous pés — ousais pertender que elle naõ comprehendêo a estes Joaõ, e Manoel naquella sua regra, que sendo geral como era, naõ só comprehendia aquelles dictos dous individuos, mas ao mesmo tempo todos os outros da especie humana? Naõ se pode tractar com quem se acha taõ atrasado nas regras do raciocinio.

Parece, Velho Economico, que vós naõ entendeis por Ochlocracia, senaõ a Licença, os Alvorotos populares dos *Ultra-Constitucionaes*; mas isto naõ he assim. A Licença, e os Alvorotos populares dos *Ultra-Realistas* tambem saõ Ochlocracia. Pode mesmo haver hum Governo Ochlocratico, e hum Governo até de hum só, de hum Monarcha Absoluto, que seja da mesma natureza, se elle na Publica Administraçaõ, no exercicio do seu Posto, apresentar os caracteres, e emanações da Ochlocracia, ou Governar, empregando os meios, e tomando as medidas Ochlocraticas. Quando o tal Tractadinho, começado a fol. 23 do seu Jornal, continuar a apparecer em público, ha de vêr, e conhecer tudo isto, naõ só o Velho Economico, mas todo o Portuguez, que se dignar de lêr, e estudar; por quanto, em se naõ querendo fazer isto, ha de se ficar na ignorancia, e mais no erro; por que em Sciencias infusas já naõ ha hoje ninguem, que se atreva á acreditar.

Com que, meu Amigo Velho Economico, quem naõ tem pé de dança, naõ se mette a dançar.

Digitized by Google

Velho Economico.

Essa agora he boa! Pois vós assim vos atreveis a tratar de bagatela a minha Sciencia? Esperai hum pouco, eu vos fazer hum esforço; eu vou dar-vos hum quinaõ. Ora? ouvi, e respondei-me. Bellissima he sem duvida a comparaçaõ que fazeis da Liberdade com a Rosa cercada de espinhos. — *E o Absolutismo naõ tem espinhos?* — *E o Sr. Desembargador naõ tem dó das mãos temerarias, que naõ só pertendem, mas effectivamente o estaõ incensando?*..... Agora a esta naõ sabeis vós responder! Juro pela Terra, e pelo Céo que estaes pilhado.

Velho Liberal.

Vós estais seguramente perturbado? vosso entendimento naõ está em plena tranquillidade, para vêr as cousas como ellas saõ. Pois nós faziamos o Simile da Liberdade com a Rosa cercada de espinhos, diziamos que aquella tinha de huma parte os espinhos da Anarchia, e da outra os espinhos do Despotismo: e vós perguntais-nos se o Despotismo naõ tem espinhos? Pois se nós dizemos que elle era hum dos espinhos, que cercava a Liberdade, naõ he insania perguntar, se tem espinhos aquillo, que nós chamâmos mesmo espinho? Se vós naõ descubris outra, se naõ empregais alguma mais fina, d'esta vez, em lugar de pilhado, nós démos quinaõ.

Velho Economico.

Sim, mas vós naõ fazeis caso da Liberdade Politica: só a Liberdade Civil he que vos importa: seja assim muito embora para vós — *porém, pelo que nos diz respeito, nós muito folgâmos em possuir aquella.... e he todavia notavel que, em abono da vossa Doutrina, citeis a Montesquieu (Esp. des Loix. Liv. II., Cap. 3.°) quando aliás a Liberdade, de que se tracta no dicto Capitulo, he a Liberdade Politica.* —

Digitized by Google

Velho Liberal.

Valha-me Deos! Vossas idéas estaõ muito carecedores de serem corrigidas. Entendeis que *eu préso sobre tudo a Liberdade Civil; que préso muito menos do que a esta a Liberdade Politica, e fazeis-me d'isso hum Crime; e á vós grande alarde, e gloria de pensardes de outra sorte!* Ora; vêde o que a fol. 116 do nosso Jornal trasladámos das Obras do Juris-Consulto Inglez Jeremias Bentham, que taõ acreditado foi como Liberal no dominio da Constituiçaõ de 1822. Ahi achareis que elle he d'essa mesma opiniaõ que nos attribuis, e com que nos quereis deshonrar. Ora; pensar em materias politicas como aquelle Juris-Consulto Inglez naõ pode ficar mal a pessoa alguma.

Vós nem sabeis o que he Liberdade Civil, nem o que he Liberdade Politica; podereis vir a sabê-lo pelo dicto extracto das Obras d'aquelle Juris-Consulto acima referido. A Liberdade Politica consiste na intervençaõ dos Cidadãos em maior, ou menor extensaõ em os Poderes Politicos. Quando elles intervem, v. g., na parte Legislativa da Naçaõ, tem mais Liberdade Politica do que quando naõ intervem nisso. Quando elles intervem nas Nomeações dos Agentes do Poder Publico tem mais Liberdade Politica, do que quando naõ tem nenhuma intervenção nisso. He por esta razaõ que o Systema dos Jurados se considera muito proveitoso á Liberdade Politica, porque a escolha dos Cidadãos relativamente ás Pessoas dos Jurados, faz com que d'elles venha a Nomeaçaõ dos seus Juizes. Ora, supposto isto, basta lêr depois o lugar, que trasladámos de Montesquieu a fol. 1 do nosso Jornal para se conhecêr que ahi se naõ tractava da Liberdade Politica, porque a faculdade de fazer o que as Leis permittem, naõ designa nenhuma intervençaõ dos Cidadãos nos Poderes Politicos; e vós decidis magistralmente que Montesquieu tracta da Liberdade Politica naquelle lugar, que trasladámos no começo do nosso Jornal.

Nós, e o Juris-Consulto Inglez que confiâmos pouco na nossa Sabedoria, e prestimo para fazer Leis, e para dirigir o Governo do Estado, o que sobre tudo desejámos

Digitized by Google

he, que este seja governado por boas Leis, sejaõ ellas feitas por quem quer que for: naquillo he que fazemos consistir a maior parte da Prosperidade Publica. Vós porém que, pelo que inculcais, naõ podeis deixar de crêrvos igual a hum Solon, e a hum Lycurgo, e a todos os sete Sabios da Grecia no Artigo de fazer Leis, e de intervir na direcçaõ dos Estados, prezais sobre tudo o ter parte nelles, e por isso fazeis bem em naõ querer deixar de ter quinhaõ nos Poderes Politicos, para que a vossa intervençaõ nelles faça a fortuna do Genero Humano. A nossa pobreza, e a pobreza de Bentham relativamente ás Sciencias Politicas, e a vossa infinita riqueza ao dicto respeito naõ podia deixar de produzir essa grande differença, que notais entre nossos desejos, e entre nossos sentimentos. Nós, e elle, contentando-nos com a Liberdade Civil, e com boas Leis, sendo estas feitas por quem for, e vós naõ querendo deixar d'intervir na Legislaçaõ, e em alguma parte da Direcçaõ Publica dos Negocios.

Velho Economico.

Vós sois insupportavel. Tendes huma Diolectica terrivel, começais sempre por definir tudo, naõ deixais passar aos outros huma palavra, que seja indeterminada, e naõ definida, e com esta vossa *Metaphysica subtil* embrulhais tudo, e atrapalhais os outros. Mas vamos a outro assumpto. Pela vossa *Myologia*, vulgarmente *Musculogia do Corpo Social* (vid. fol. 25) naõ admittis certamente, nem o estado Monarchico-Representativo, nem a successiva reproducçaõ das Côrtes, e nisto *ha certamente fineza aos vossos Collegas.*

Velho Liberal.

Torno a dizer-vos, trocais todas as idêas, naõ tendes nenhuma, que seja clara nestas materias. Nós neste *Tractadinho*, de que vos lembrais, apresentâmos a Soberania anteriormente á Organisaçaõ Social; depois de concluida esta, apparece o Governo; e este Governo com o Poder Legislativo, e com hum Poder Executivo. Se es-

Digitized by Google

se Poder Legislativo está entregue em todo, ou em parte a Assembléas, Camaras, ou Congressos Representantes da Naçaõ, e o Executivo a Monarchas, temos Governos Monarchico-Representativos, e temos Côrtes, e Côrtes Periodicas, e em tal e tal Período, ou naõ Periodicas, tudo isto como estiver marcado na Organisaçaõ Politica do Estado. E, sendo isto assim, quem pode entender cousa alguma d'aquillo, que escreveis a este respeito? O Senhor D. Pedro IV. que tinha em si a Soberania de Portugal, como havendo herdado de seus Maiores a Collecçaõ de todos os Poderes Politicos Sociaes, que elles plenamente exercitáraõ, dêo-nos a Carta Constitucional. Eis-aqui a Soberania Portugueza fazendo a Organisaçaõ do Estado Politico de Portugal.

E como fez essa Organisaçaõ a dicta Soberania? Instituindo hum Governo Monarchico-Representativo, em que havia Representaçaõ Nacional Periodica, e Côrtes Periodicas; isto quer dizer, instituindo hum Governo, no qual os Representantes da Naçaõ tinhaõ parte no Legislativo, e nos Poderes Politicos Nacionaes.

Na nossa Carta temos a nossa Musculogia em perfeito contacto com ella. O Soberano Poder Instituinte fazendo a Organisaçaõ. Esta dando de si hum Governo, no qual tem parte os Representantes Nacionaes por meio de Camaras, que se reunem Periodicamente.

Ha nisto alguma contradicçaõ com o nosso Systema Politico exposto no dicto Tractadinho? Naõ temos Côrtes Periodicas, apparecendo a Soberania, qual nós definimos? Ninguem o pode duvidar. Meu Amigo, já naõ ha Sciencias infusas, isso foi lá huma historia, que se contava algum dia; hoje quem quer saber, lê, estuda, e medita; e senaõ faz isto, naõ sabe; e, ou naõ escreve, ou escreve mal.

Velho Economico.

E que dizeis vós sobre as nossas reflexões de fol. 28 em diante, relativamente á indiscriçaõ de fallar nas Concordatas antigas entre os Ecclesiasticos, e os Senhores Reis d'estes Reinos? Naõ vêdes que isso pode irritiçar, ou

Digitized by Google

dar prefexto á Ochlocracia Ecclesiastica, que he o que essas Concordatas forão, e a qual Ochlocracia se vê hoje resuscitada nas cousas, que se passaõ entre nós, e nas chamadas Juntas Apostolicas, etc. etc. etc.

Velho Liberal.

Acabemos o nosso Dialogo. Vós trocais todas as idéas. Os movimentos dos Ecclesiasticos, que derão de si as Concordatas, eraõ factos Ochlocraticos; eraõ Ochlocracia; e as Concordatas forão o remedio, de que se lançou mão para terminar essa Ochlocracia. E vós confundis a doença com o remedio. Nós atacâmos a Ochlocracia violentamente, até dedicando a isso hum Tractadinho particular, que começa de fol. 23 em diante, e naõ vai nisso atacada essa Ochlocracia Ecclesiastica em geral? Naõ se acha ella atacada especialmente em respeito á nossa Carta no nosso Jornal de fol. 261 em diante? Ninguem o pode duvidar.

As Concordatas foraõ naquelle tempo remedio, (bom ou mão) com que se acudio áquella doença; e então, por que se falla do remedio, esperais vós, ou temeis vós que apareça, ou se aggrave a doença? A quina he o remedio especifico das sezões. E por acaso o fallar em quina faz haver, ou aggravar as sezões? A Carta do Senhor D. Pedro IV. foi o remedio, com que se procurou reunir as duas Fracções da Monarchia Portugueza; huma creadôra da Constituiçaõ de 1822, e outra destructora d'ella. Então pela vossa Dialectica, em se fallando na dicta Carta, neste remedio empregado para unir estas duas Fracções Sociaes, vai-se originar ou aggravar a divisaõ, a que se quiz acudir? Ora isto he confundir todas as cousas, he fazer huma Torre de Babel de raciocinios; e o Velho Liberal nem tem tempo, nem paciencia para estar a ensinar o *b a ba* a quem se considera já Mestre, e grande Mestre. La escrevêo o já citado Bentham trasladado a fol. 119 „ *Escriptos como os nossos, para que aproveitem, carecem de achar Discipulos, e na Arte de Legislaçaõ naõ se encontraõ desgraçadamente senaõ Mestres.* „ Com que Adeos, Senhor Velho Economico, para nunca mais, ou

***

Digitized by Google

ao menos para até d'áquî a alguns annos, porque antes disso naõ he possivel pôr-se em circumstancias de fallar nestas cousas, de modo que seja entendido, e possa sustentar hum Dialogo com quem as sabe.

O Velho Liberal como escreve contra hum Anonymo, naõ conhecendo quem he o Velho Economico, naõ offende pessoa alguma, ainda quando se exprima d'alguma maneira, que naõ empregaria, sabendo quem he o seu adversario. He o mesmo, que acontece na Fabula, quando se fazem fallar as Arvores, e as Feras, pelo qual meio naõ se pode julgar aggravada pessoa alguma, ainda que a moral da Fabula lhe venha a tocar.

Duplex libelli os est; quod risum movet
Et quod prudenti vitam consilio monet:
Calumniari si quis autem voluerit,
Quod arbores loquantur, non tantum feræ,
Fictis jocari nos meminerit fabulis.
(Phoedr. Fab. Lib. 1.º Prolog.)

O Velho Liberal, acabando de tractar com o Velho Economico na maneira que o antecedente Dialogo manifesta, vai transmittir aos Portuguezes o seguinte Tractadinho sobre as suspeitas, que nas Crises Politicas dos Estados tem sido sempre huma origem dos desacertos politicos, e dos procedimentos injustos, que as costumaõ perturbar, e muitas vezes mesmo annular todos os seus resultados, que podiaõ ser beneficos.

O Velho Economico enchêo todos os seus N.os das ditas suspeitas relativas ao Velho Liberal. Pode affirmar-se por quem olhar filosoficamente para todos os já publicados N.os d'este seu Periodico, que elles naõ tiveraõ em vista nenhuma outra cousa mais do que excitar as ditas suspeitas. Os seus raciocinios, ou sejaõ Criticos, ou sejaõ Politicos, ou sejaõ Juridicos.

Apparent rari nantes in gurgite vasto

Apparecem por milagre no vastissimo Oceâno das suas

Digitized by Google

ôcas palavras. Quasi que nenhuma regra do seu Jornal se acha sem muitos pontinhos....; e isto quer dizer a *quinta essencia* das suspeitas. Os pontinhos..... saõ signaes, que naõ fallaõ á razaõ, mas á imaginaçaõ. As palavras saõ signaes, que fallaõ áquella, transmittindo as idéas de hum a outro. Agora os pontinhos.... naõ transmittem idéa nenhuma. Que fazem pois? Dar hum immenso campo ás imaginações de todos os que os vêm: cada hum d'estes pode encher aquelle vasio dos pontinhos..... com todas quantas cousas a sua imaginaçaõ lhe sugerir. Elles por isso saõ pelo Velho Liberal designados como *a quinta essencia* das suspeitas, como signaes, que fallaõ somente á imaginaçaõ, e por tanto que saõ os mais proprios, ou talvez unicamente proprios para tractar com Discipulos de D. Quixote, que tudo eraõ imaginações, suspeitas, encantos, e semelhantes despropositos.

O Velho Liberal mostrando pois no Tractadinho, que se segue, o que saõ suspeitas *critica*, *filosofica*, *juridica*, *e politicamente* consideradas, fará vêr aos seus Leitores, o que venhaõ a ser os pontinhos..... de que os N.os do Velho Economico se achaõ cheios em cada huma das suas regras.

O Velho Liberal porém, que naõ queria fallar á imaginaçaõ de ninguem, mas sómente á sua razaõ, naõ empregou a linguagem dos pontinhos.....; mas somente a outra das palavras, que era a propria para os homens se entenderem huns aos outros. Eis-aqui a differença, que os Leitores acharaõ entre os Escriptos de hum, e outro Velho. O Liberal desejava illustrar, e transmittir aos outros os seus conhecimentos, ou poucos, ou muitos, taes quaes Deos lhos dêo; usou por tanto de palavras, que eraõ os signaes proprios para tudo isso. Agora o Velho Economico, que queria fallar ás imaginações dos Portuguezes, para que, conforme a de cada hum d'elles, se figurasse o Velho Liberal, já como *Encantador*, já como *Feiticeiro*, já como *Magico*, &c. &c., entaõ empregou a linguagem dos pontinhos..... para que cada hum dos seus Leitores o tivesse por..... por..... por..... por..... Ora agora entendaõ os Portuguezes por esta linguagem, o que o Sr. Velho Economico queria, que ca-

da hum d'elles entendesse relativamente ao Velho Liberal Tenha-o hum por *Anti-Constitucional*, outro por *Pedreiro Livre*, outro por *Amigo do Absolutismo*, os mais todos por tudo quanto lhes agradar. Para isto nada mais he preciso, do que encher os taes pontinhos com as dictas qualificações, ou quaesquer outras.

E vamos ao dicto Tractadinho, que naõ serve só para isto, mas que poderá ser de muito proveito para muitas outras cousas sérias, e importantes, como os nossos Leitores conheceráõ.

Considerações do Velho Liberal, sobre as suspeitas, conjecturas, e supposições, Critica, Filosofica, Politica, e Juridicamente consideradas, ou sejaõ para servirem de base á credibilidade dos homens, ou seja para os dirigir nos seus procedimentos Criminaes, e nas suas deliberações Politicas.

O Velho Liberal desejando transmittir ao Publico todas as suas idêas, e todo o fructo das suas meditações sobre todos aquelles objectos, que principalmente costumaõ perturbar o espirito Publico nos momentos das Crises Politicas, qual he esta, em que presentemente se acha Portugal, dedica este Supplemento, e mais o seguinte, ou talvez os seguintes para tractar das *suspeitas*, *conjecturas*, e *supposições arbitraria*, *ou ligeiramente adoptadas* pelos que fallaõ, e pelos que escrevem, e mesmo pelos que julgaõ, e tem a seus hombros tomar deliberações Politicas, ou Judiciaes, para fazer conhecer os males, que costumaõ vir d'essa fonte, e que viraõ sem dúvida aos seus Nacionaes, se elles se naõ prevenirem a este respeito.

Já na Gazeta de Lisboa de 28 de Agosto, N.º 201, vem hum excellente Discurso dos Redactores, que tracta d'este assumpto, applicado particularmente a huma das dictas *suspeitas*, *conjecturas*, *e supposições*, e ás ruinosissimas consequencias, que d'ahi podiaõ vir á consolidaçaõ da Carta Constitucional do Senhor D. Pedro IV.

Mas este objecto merece sêr tractado em grande, e naõ somente com respeito a huma, ou outra especie par-

Digitized by Google

ticular, porque esta Arma das *suspeitas, conjecturas, ou supposições arbitraria, ou ligeiramente adoptadas*, he talvez a mais fatal, a mais poderosa, e a mais estragadora, que se emprega no meio das Convulsões Politicas para as tornar horriveis, e commummente infructuosas, ainda quando d'ellas se poderiaõ tirar alguns proveitos.

Bem visto he que *suspeitas, conjecturas, e supposições* naõ indicaõ nenhuma outra cousa senaõ falsidades, que se tomaõ, que se inculcaõ, e que se olhaõ como verdades; e basta isto para se conhecer: 1.° que ellas vem a ser erros classificados como acertos: 2.° que de semelhante origem naõ podem deixar de vir pessimos resultados: 3.° que a dicta Arma custa muito pouco, e está ao alcance de todos para d'ella se servirem, e que isto naõ pode deixar de fazer com que ella seja perigosissima. Sendo erros classificados como acertos, que he o mesmo que dizer trevas consideradas como luzes, infallivel he que sejaõ Conductores muito arriscados, e capassissimos de levar os homens a terriveis precipicios. E a consideraçaõ do pouco que custaõ as dictas Armas, por estar na maõ de quem quer que seja imaginar *suspeitas, conjecturas, e supposições*, sendo as dictas Armas, como fica ponderado, muito de attender, e de considerar pelos seus resultados fataes, quanto o naõ devem ser ainda mais pela facilidade que ha de as conseguir, e de as empregar!

Pertende-se infamar, ou perder hum inimigo. Nada custa inventar huma *suspeita*, huma *conjectura*, ou huma *supposiçaõ*, ou huns poucos d'estes *nadas*; faz-se com que elles se divulguem no Publico, e entaõ por esse meio hum individuo, isto he, aquelle, que inventou os taes *nadas*, consegue em seu auxilio innumeraveis outros que, illudidos por aquelle, servem ás suas paixões, prestando-lhe toda a sua força, e todo o seu auxilio, na consideraçaõ de serem conduzidos pela verdade, quando tem a erros por Conductores.

Naõ ha com effeito cousa nem mais fatal, nem mais perigosa!

Tudo isto porém se torna muito mais consequente nas noticias, que tem relaçaõ com as cousas públicas, ou que a podem ter com ellas. Nada custa inventar huma *suspei-*

Digitized by Google

ta, huma *conjectura*, ou huma *supposiçaõ*, ou huns poucos d'estes *nadas*: faz se com que elles se divulguem no Publico, e entaõ por esse meio hum individuo, isto he, aquelle, que inventa estes *nadas*, consegue o conduzir a Multidaõ (essencialmente suspeitosa, como se conhecerá quando se vir a continuaçaõ do Tractadinho sobre a Ochlocracia, começado a fol. 23 d'este Jornal) a todos quantos desatinos, e a todas quantas desordens elle a quizer conduzir.

Nas Crises Politicas, quando os espiritos se achaõ em maior agitaçaõ; quando se choca hum maior número de paixões, e de interesses, quando a huns convem mais poderosamente perder os outros, receando de serem por estes perdidos; nestes momentos lúgubres, em que a Arma das Conspirações serve aos malevolos para ser por elles utilmente empregada com má fé, e com conhecimento de causa para os seus fins, serve aos fracos para medidas, que lhe parecem tranquilisadoras de seus sustos; e serve aos pouco illustrados para lhes explicar a causa de mil acontecimentos, que tendo outras origens, que estes naõ podem comprehender, saõ todos por aquelle meio facilmente explicados. Nestes lúgubres momentos, em que he taõ poderosa, e para tanto a dicta Arma das Conspirações, as *Suspeitas*, *Conjecturas*, e *Supposições*, saõ ordinariamente as testemunhas, e os documentos, que se apresentaõ para prova d'ellas.

Nada pois he taõ importante, como fazer conhecer perfeitamente aos Portuguezes o que sejaõ *Suspeitas*, o peso real, que ellas tem, e o prestimo, que d'ellas se pode tirar, ou seja para regular a Opiniaõ Publica, fazendo acreditar isto, e naõ acreditar aquillo, ou seja para regular procedimentos criminaes, ou seja para conduzir Operações Politicas.

O Velho Liberal vai juntar aqui pois as suas idêas a este respeito, as quaes já ha muito correm impressas, mas que se naõ deixáraõ divulgar em Portugal, pelas circumstancias do tempo, e outras que existiaõ quando os dictos Escriptos do Velho Liberal se publicáraõ.

Se quizermos considerar filosoficamente o que saõ *suspeitas*, e consequentemente o que saõ *suspeitos*, havemos

Digitized by Google

de concluir que nem aquellas, nem estes, passaõ da classe dos sonhos, os quaes estaõ unicamente na fantasia de quem sonha. E, depois de nos convencermos d'isto, será facil de entender a razaõ, porque a credibilidade de quaesquer factos dirigida por suspeitas, e os procedimentos contra suspeitos, e por suspeitos, só entraõ na Critica, na Jurisprudencia, e na Politica dos Cavalleiros errantes, naõ Juris-Consultos, e de superabundante boa fé, qual era D. Quixote, e na dos outros, que, ou se parecem com elles, ou saõ malvados.

" *Quid est autem suspicio* (escrevêo Arnobio, Liv. 2. " Advers. Gent. p. 78) *nisi opinatio rerum incerta, et in* " *nil expositum jaculatio mentis illata? Ergo qui suspica-* " *tur, non tenet, nec in lumine positus cognitionis incedit.* " He hum raciocinio incerto, e huma operaçaõ do entendimento, que naõ recahe sobre cousa alguma, e por tanto he huma cousa, que naõ pode ser base, nem para acreditar acontecimento algum, nem para procedimentos criminaes, nem para procedimentos politicos, porque nem o Critico, nem o Criminalista, nem o Politico saõ conduzidos no exercicio das suas profissões pela maõ do *nada*; elles todos caminhaõ sempre atraz de cousas, que existem.

As suspeitas estaõ unicamente naquelles, que suspeitaõ. Ensina-o elegantemente Plaut. Trinum. Act. 1. Scen. 2.ª V. 45., e seguintes.

Suspicio est in pectore alieno sita.
Nam nunc ego si te surripuisse suspicer
Jovi coronam de Capite, e Capitolio,
Quod in culmine astat summo: si id non feceris,
At que id tamen mihi lubeat suspicarier,
Qui tu id prohibere me potes, ne suspicer?

E se as suspeitas existem naquelles, que suspeitaõ, como podem racionavelmente servir-lhes de motivo para elles acreditarem, ou obrarem relativamente aos outros, ou seja criminal, ou seja politicamente? Pois haverá algum Medico taõ louco, a naõ ser Cavalleiro Andante, que tendo elle huma dôr de cabeça, queira por isso ir dar remedio aos outros? As suspeitas do Medico Politi-

Digitized by Google

co existem nelle; porque elle he quem suspeita; e, em vez de se curar a si, que he o doente, ha de ir applicar remedios aos outros, nos quaes naõ está a doença? Vio-se hum delirio medico semelhante a este! Desgraçados homens, que estiverem debaixo do seu podêr! Como o Medico sendo o Enfermo naõ tracta do seu curativo, e em vez de cuidar nelle, porque está doente, quer receitar aos outros, elle continuará a estar sempre doente, e naõ cessará nunca de applicar remedios aos que estaõ em perfeita saude, e que naõ carecem delles!

Elle suspeita, e errando na sua Clinica, cuida curar a enfermidade, deportando, os que se chamaõ Antonios; como a doença naõ estava nestes, mas no Medico, continua a affligi-lo, e elle recorre a outra das mesmas receitas, deportando os Agostinhos; fica no mesmo estado enfermo, em que se achava, porque tambem nestes naõ estava a molestia, e recorre a deportar os Dionisios, os Manoeis, em fim o genero humano; e o resultado será ficar o Medico d'esta escola sosinho no meio do Universo, e ainda assim com a mesma sua doença, porque tractou sempre de curar os outros, sendo elle o enfermo; e, quando lhe faltarem homens de quem suspeitar, seraõ objectos das suas suspeitas os brutos, e as cousas inanimadas, por que elle suspeitará encontrar nos rebanhos dos carneiros os Exercitos do Imperador, Senhor da Ilha de Taprobana, e do Rei dos Garamantes; e nos Moinhos de Vento os Gigantes encantados, como succedia ao suspeitoso Politico Mor da Cavallaria errante o sempre illustre D. Quixote de la Mancha.

(*Continuar-se-ha.*)

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 7.

Festina lentè.
A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Considerações do Velho Liberal sobre o resultado das actuaes circumstancias Politicas de Portugal. Continuadas do N.º antecedente.

Direitos, que se declaraõ como sacrosanctos, e inauferiveis aos Portuguezes, e que fazem a base das suas Leis fundamentaes.

§ 40.º He devida, e Nacionalmente garantida a todos os Portuguezes, sem excepçaõ alguma, a liberdade, e segurança individual de suas pessoas: e por tanto nenhum d'elles poderá ser constrangido, ou seja por hum particular, ou por huma Authoridade Publica, de qualquer graduaçaõ que ella fôr, 1.º a sahir do seu domicilio: 2.º a deixar de residir aonde quer que lhe agradar no territorio de Portugal, e dos Algarves: 3.º a fazer alguns serviços pessoaes, de qualquer natureza que sejaõ, e por qualquer motivo, ainda de público interesse, com que se pertendaõ cobrir, senaõ quando ou huma Lei expressa, ou huma Sentença competentemente proferida, e que tenha transitado em julgado, ou hum contracto em continente plenamente provado por Escritura pública, ou Escripto, que segundo a Lei valha por tal, sujeite algum d'elles a alguma das referidas coacções sobre a sua liberdade individual.

Digitized by Google

41.º Naõ se deveraõ porém entender por isto alteradas as obrigações dos Filhos para com os Pais; dos Menores para com os Tutores, e Curadores; dos Conjuges entre si; dos Criados para com os Amos; dos Discipulos para com os Mestres, e Educadores; dos Parochianos para os serviços da Igreja, por meio das suas competentes eleições, segundo o costume de cada huma das Parochias; dos que, ou por suas Profissões Religiosas, ou por seus exercicios públicos, devem obediencia a Superiores: porque, em quanto a todos estes, as restricções, e coacções de sua liberdade individual, provenientes da natureza dos seus particulares vinculos sociaes, acima referidos, naõ se poderaõ considerar como infracções da liberdade individual, geralmente garantida aos Portuguezes, ou ellas provenhaõ de factos dos referidos Superiores para com os Inferiores, ou do legal auxilio, que lhes tiverem prestado os Magistrados, para que se retenhaõ na devida obediencia, os que a ella devem satisfazer nas classes acima referidas.

42.º Por effeito da mesma liberdade individual nenhum dos Portuguezes poderá ser vigiado, inquietado, e menos perseguido, e preso pelas suas opiniões de qualquer natureza, que ellas sejaõ, á excepçaõ do unico caso, em que algum, ou alguns d'elles se erigirem em Chefes, ou Propagadores d'ellas, para fazerem proselytos, e fomentarem partidos, que sempre tendem a dividir o Estado, e a conduzi-lo á perturbaçaõ, e á desordem. Mas para que se previna todo o abuso, a que esta excepçaõ pode dar motivo, far-se-ha huma Lei, que muito claramente defina, quando aquella se verificará, determinando as Authoridades, que nisso haõ de entender, e a maneira dos seus procedimentos: devendo têr-se por attentatorio da liberdade individual todo aquelle, que naõ estiver comprehendido nos expressos, e literaes termos da dicta Lei, que naõ poderá sêr ampliada por forma, ou por pretexto algum.

43.º Em razaõ da mesma liberdade será livre a cada hum dos Portuguezes publicar pela Imprensa as suas particulares opiniões, e sentimentos, com tanto que ficaraõ sujeitos á Lei geral da Imprensa, que tambem se deve

Digitized by Google

fazer, para prevenir os abusos da Liberdade neste Artigo; determinando-se, quando a Imprensa será, ou naõ dispensada de Censura prévia, e quando deverá sêr sujeita a esta; e bem assim a responsabilidade dos Auctores, ou Editores no primeiro caso, em razaõ das transgressões, que fizerem das regras prescriptas na mesma Lei no dicto primeiro caso; porque no segundo a Censura prévia defenderá os Auctores, e Editores de toda e qualquer responsabilidade.

44.° Nenhum Portuguez poderá ser preso senaõ em consequencia de hum Mandado assignado por alguma Authoridade Publica, que para isso tenha podêr, em virtude de alguma Lei; naõ podendo conservar-se em prisaõ sem que nas primeiras vinte e quatro horas seguintes se lhe participe legalmente o motivo d'aquelle procedimento, que deverá ser legalisado dentro do termo de oito dias; e será attentatorio da liberdade todo o procedimento, que se desviar d'estas regras, das quaes saõ unicamente exceptuadas as prisões feitas em fragante delicto, com tanto que nellas se caminhe nos termos, e épocas acima prescriptas, em quanto á noticiaçaõ legal feita ao Réo sobre o motivo da sua prisaõ, e á formatura da sua culpa. Huma Lei tambem será feita muito clara, e especificada sobre o procedimento da prisaõ, e a marcha, que se ha de ter com os presos, ficando desde logo abolida a prática dos segredos por mais de oito dias, devendo nesses mesmos serem elles taes, que naõ sirvaõ senaõ para fazer incommunicavel o preso, naõ tendo nenhuma das outras circumstancias, que involvem em si especie de tormento, como saõ a escuridade, e insalubridade da casa, e muito mais ainda o uso de ferros, ou de fome, ou d'outro qualquer arbitrio, para atormentar o preso, e o forçar a confissões inuteis, se o seu crime tem outra bastante prova, e insufficientes, quando esta falta; porque nos Juizos Criminaes he alheio de toda a razaõ pertendêr se que o Réo haja de ser o seu proprio accusador. E ha de haver se como attentatorio da Liberdade individual tudo aquillo, que se desviar d'estas regras.

45.° Nenhum Portuguez, por motivo, ou debaixo de pretexto algum, qualquer que elle seja, poderá ser priva-

Digitized by Google

do de algum dos seus direitos, ou sejaõ pessoaes, ou da sua propriedade, na qual entraõ os Officios Publicos, que tiver, assim como naquelles se comprehendem as suas Dignidades, Foros, e Honras; sem que haja huma Lei, que lhes imponha essa pena, e huma sentença legalmente proferida em ultima instancia, que lh'a applique, naõ podendo por tanto ser nenhum d'elles d'outra sorte expatriado, seja qual fôr o nome, que a astucia possa inventar, e descobrir, para desviar a dicta expatriaçaõ da idêa de degredo. E será igualmente attentatorio da Liberdade individual todo o procedimento, que se separar d'estas regras.

46.° Nenhuma propriedade poderá ser tirada a algum dos Portuguezes, ou em todo, ou em parte, por qualquer motivo, ou debaixo de qualquer pretexto que seja, sem o concurso da sua espontanea, e livre vontade; e quando a Causa Publica peça o sacrificio da propriedade particular, deverá ser esta por aquella indemnisada, precedendo as devidas avaliações na forma, que as Leis tem prescripto, ou prescrevêrem de futuro. Naõ se entende porém este Artigo com as Execuções, que na dicta propriedade se fizerem em virtude de sentenças, ou procedimentos legaes, que devem sortir o seu effeito na conformidade das Leis. Todo outro qualquer ataque feito á propriedade particular, ou seja coberto com o nome de pedidos, e de prestações voluntarias, ou com o simples uso das cousas dos particulares para público serviço, ou seja disfarçado com dias de trabalho exigidos aos particulares com motivos de público interesse, naõ estando elle authorisado por huma Lei expressa, será tido por attentatorio da Liberdade, e da Propriedade.

47.° Será igualmente attentatorio da Liberdade, e da Propriedade dos Portuguezes, toda e qualquer contribuiçaõ, finta, ou imposto, que d'elles, e de cada hum d'elles se exigir, sem haver huma Lei, que expressamente o determine: e naõ se poderá de futuro fazer alguma a este respeito, sem que seja consentida pelas duas Camaras, que compõe a Representaçaõ Nacional.

48.° Em todos, e cada hum dos casos comprehendidos nesta declaraçaõ dos Direitos Sacrosanctos, e inauferiveis dos Portuguezes, sempre que se verificar o attentatorio da

Digitized by Google

Liberdade, ou Propriedade, declarado nos §§. antecedentes, elle será objecto de queixa Publica, e Nacional, que poderá ser promovida, naõ somente pelo queixoso, mas por qualquer dos Portuguezes contra toda e qualquer Authoridade de Portugal, ou Algarves, Politica, Civil, Militar, ou Ecclesiastica, de qualquer ordem, ou graduaçaõ que ella seja, de que tiver origem o mencionado facto, o qual recahirá immediatamente sobre quem mandou pratica-lo, naõ sendo possivel pelo bem da Ordem Publica sujeitar a procedimento algum aquelles, que tinhaõ obrigaçaõ de obedecêr a seus Superiores.

49.º Nos dictos casos pois, ou o queixoso, ou qualquer outro dos Portuguezes poderá na primeira Convocaçaõ Nacional, que houver depois do referido facto attentatorio, apresentar na Camara dos Deputados hum Requerimento assignado, e documentado de maneira, que se naõ possa duvidar do facto, e que se conheçaõ todas as suas circumstancias. E logo que elle fôr apresentado se lerá publicamente na Camara, e mais os Documentos, de que vier acompanhado; e oito dias depois o Presidente, tendo-o outra vez feito lêr, e os Documentos, mettera á votos se elle deve, ou naõ entrar em discussaõ; e, sendo admittido a ella pela pluralidade de votos, passados outros oito dias se discutirá; e, finda a discussaõ, a Camara votará se acha o negocio em termos de se resolvêr; e vencendo-se affirmativamente pela mesma pluralidade se passará aos votos sobre a questaõ, *se parece, ou naõ, haver attentado contra os Direitos da Liberdade, e da Propriedade dos Portuguezes, Nacionalmente garantidas na sua Constituiçaõ Provisoria.* E se por dous terços de votos se resolvêr affirmativamente, o Requerimento será remettido pelo primeiro Secretario tambem ao primeiro Secretario da Camara dos Pares, com o authentico traslado de todos os Termos referidos, por que elle passou na Camara dos Deputados.

50.º Sendo o Requerimento excluido, em qualquer das vezes que fôr mettido á votos, ou seja para entrar em discussaõ, ou seja para se resolvêr sobre esta, elle se haverá por despresado, sem que seja permittido outra vez,

Digitized by Google

nem naquella Convocaçaõ das Côrtes, nem nas seguintes toma-lo em consideraçaõ.

51.° Passando porém á Camara dos Pares, seguirá nella os mesmos passos determinados para a dos Deputados no §. 49; e, sendo excluido em alguma das vezes que entrar a votos, tornará a sêr propôsto passados oito dias; e, se se vencêr o mesmo, será remettido para a Camara dos Deputados com o traslado authentico dos termos, que passou na outra, em Officio do primeiro Secretario d'esta ao primeiro d'aquella, o qual fará constar na Camara o resultado, e guardará no Archivo o Requerimento, naõ podendo mais sêr objecto de disputa naquella Convocaçaõ: poderá porém sêr outra vez chamado a ella na seguinte, quando o requeira qualquer dos Deputados.

52.° No caso de entrar em nova Discussaõ nas Côrtes seguintes, na forma dicta no §. antecedente, tornará a praticar-se assim na Camara dos Deputados, como na dos Pares, o que fica exposto nos §§. 49.°, 50.°, e 51.°; e, se passando á ultima, fôr excluido em alguma das vezes que entrar a votos, ficará na Secretaria da dicta Camara, para mais naõ podêr entrar em Discussaõ.

53.° Quando porém, ou seja logo na dicta primeira remessa á Camara dos Pares, ou seja na segunda, passar a final que houve attentado, como se tinha vencido na dos Deputados, se terá isso por definitivamente resolvido; e, conservando-se na Secretaria os originaes, d'elles se remetterá pelo primeiro Secretario hum traslado authentico ao Regedôr da Casa da Supplicaçaõ, ou quem suas vezes fizer, para na Mesa dos Aggravos, sendo Relatôr o Aggravista mais antigo, se proceder breve, e summariamente na reparaçaõ do queixoso, que será feita, citado elle, e a Parte, que o offendêo, para o arbitrio d'ella, o qual conterá necessariamente o dobro dos prejuizos, que em sua fazenda se lhe tiver feito; e além d'isso o mais que aos Juizes parecêr de Justiça, attendida a Pessoa do queixoso, as circumstancias do facto, e a maior ou menor imputaçaõ, e gravidade, que se considerar no caso, attendida a pessoa do offensôr. E neste Processo se terá a mesma ordem, e haverá o mesmo número de Juizes dos Sum-

Digitized by Google

marios nos Feitos de pena Capital; e a Sentença se dará á execuçaõ pelo Juiz Relatôr, seja qual fôr a graduaçaõ do offensôr, e a qualidade da sua pessoa, naõ obstante qualquer Privilegio ainda Ecclesiastico, ou Militar, que naõ valerá neste caso.

54.º E o Presidente da Camara dos Pares remetterá com hum Officio seu ao Governo do Reino huma Certidaõ authentica com o transumpto de tudo o referido, e da ultima resoluçaõ da Camara, para que pelo mesmo Governo se faça intimar a suspensaõ ao offensôr no cargo, ou exercicio, em que tiver feito o attentado, provendo-se sobre a serventia d'elle, a que o offensôr será restituido, satisfeita que seja a reparaçaõ do queixôso, e de nenhuma forma antes d'isso.

55.º Se apresentada a queixa na Camara dos Deputados, tendo d'ella noticia o offensôr, quizer contesta-la, o poderá fazer tambem por hum Requerimento, por elle assignado, e documentado, como a respeito do Requerimento se disse no §. 49, e a elle se ajuntará a dicta contestaçaõ para se attender conforme seu merecimento nos termos, em que se achar o dicto Requerimento, quando ella fôr apresentada. E poderá fazer-se a contestaçaõ na Camara dos Pares, quando se naõ tenha podido apresentar na dos Deputados; e tambem será permittido faze-la nas Côrtes subsequentes, quando nellas se renove a discussaõ na forma do §. 51, naõ tendo sido feita nas antecedentes.

56.º Quando aconteça sêr o offensor o mesmo Governo do Reino, ou algum dos seus Membros, que assignou a Ordem primittiva, por que se procedêo, suspendendo-se o disposto nos §§. 53, e 54, o Presidente da Camara dos Pares com hum traslado authentico do Requerimento, e de tudo, o que sobre elle se passou nas duas Camaras, dará conta a Sua Magestade pela Secretaria d'Estado competente, pedindo ao mesmo Senhor o Decreto de suspensaõ do offensôr, para contra elle se proceder na forma do dicto §. 53, e chegando a Portugal o dicto Decreto, que será remettido ao mesmo Presidente da Camara dos Pares, dando-o este á sua execuçaõ, se seguiraõ os termos da resoluçaõ da Camara, conforme o dicto

Digitized by Google

§. 49; subsistindo, ou naõ a suspensaõ do offensôr, feita a reparaçaõ decretada, conforme Sua Magestade o tiver resolvido no dicto Decreto.

57.° Quando porém acontêça que a mesma pessoa tenha por tres diversas vezes, e tres diversos factos dado motivo a queixas perante a Camara dos Deputados, por attentados contra a Liberdade individual, e contra a propriedade de algum, ou de alguns dos Portuguezes, e tenhaõ por tres vezes sido consideradas attendiveis nas duas Camaras as referidas queixas, o offensôr ficará suspenso de todos os exercicios públicos, que tiver, naõ podendo reasumi-los outra vez, nem entrar em algum outro, senaõ passados seis annos, se entaõ parecer isso a Sua Magestade. E esta suspensaõ se lhe intimará pelo Governo do Reino, logo que no Officio do Presidente da Camara dos Pares, referido no §. 54, se declarar que aquella he a terceira verificaçaõ de attentado commettido pelo dicto offensôr.

58.° Se chegar a dissoluçaõ das Côrtes, quando se estiverem seguindo os termos decretados no §. 49, e seguintes sobre o Requerimento, de que nelles se tracta, sem que se tenha podido conseguir a sua final deliberaçaõ em alguma das duas Camaras, naõ devendo por esse motivo prorogar-se o Congresso Nacional, ficará o dicto Requerimento na Secretaria da Camara, em que se achar, para nelle se progredir nas Côrtes do futuro anno, do mesmo modo que se teria feito nessas, que se dissolvem, se continuassem por mais tempo.

59.° E o Presidente da Camara dos Pares, findas as Côrtes de cada hum anno, dará conta a Sua Magestade por todas as Secretarias d'Estado com huma relaçaõ passada, e assignada pelo seu primeiro Secretario, da qual conste o nome de todos os Empregados Publicos, contra que se apresentáraõ Requerimentos por attentados contra a Liberdade individual, e propriedade de algum, ou de alguns dos Portuguezes, e que foraõ attendidos por deliberaçaõ final da Camara dos Pares; para que o mesmo Senhor possa têr isso em consideraçaõ, quando se lhe apresentem de futuro Requerimentos em nome d'elles, para novas promoções, ou adiantamentos.

Digitized by Google

60.° Quando aconteça estar no Governo do Reino algum Principe, ou Infante, naõ poderá ser admittido na Camara dos Deputados nenhum Requerimento dos referidos desde o § 49, relativo a factos de Suas Reaes Pessoas, os quaes naõ seraõ em caso algum objecto de discussaõ nas Camaras; ficaráõ porém sujeitos a ella os que forem attentatorios da Liberdade, e da propriedade de algum, ou alguns dos Portuguezes, e que vierem de Ordens assignadas pelos seus Ministros, ou Secretarios, ainda que as passem nos Seus Reaes Nomes, e pelas quaes elles seraõ responsaveis por suas pessoas.

Outras incumbencias das Camaras.

61.° Além do que se incumbe ás Camaras nos §§. antecedentes para garantirem a Liberdade individual, e a propriedade dos Portuguezes, ha de pertencer-lhes tambem tudo quanto podér concorrer para as reformas uteis, e melhoramentos em todos os Artigos da Publica Administraçaõ, a cujo respeito se procederá na forma seguinte.

62.° Assim na Camara dos Pares, como na dos Deputados, se poderá começar a discussaõ sobre qualquer Projecto, que se apresente, de reforma, ou melhoramento, seja qual fôr o Artigo da Publica Administraçaõ, a que elle pertença.

63.° Cada hum dos Deputados das duas Camaras poderá propôr qualquer dos dictos Projectos, fazendo-o por escripto, e expondo as razões, em que se fundar, e elle o lerá publicamente na Camara, no dia da apresentaçaõ, e ficará sobre a mesa diante do Presidente em huma pasta, que terá o titulo — *Projectos dos Deputados* — na qual o recolherá o primeiro Secretario, depois de lhe ter escripto na frente em huma Nota com a sua assignatura a data, em que elle foi propôsto. Tres dias depois, pelo menos, mandará o Presidente lêr pelo primeiro Secretario outra vez o dicto Projecto, e metterá a votos, se elle se deve admittir, ou naõ a discussaõ.

64.° Se pela sua gravidade parecêr a huma terça parte dos Deputados, que á discussaõ preceda o exame em huma Commissaõ, assim se executará, nomeando-se os

Digitized by Google

Deputados, de que ella se ha de compôr: e quando a Commissaõ dêr por concluidos os seus trabalhos, ou naõ entrando nelles o Projecto, passados tres dias depois d'elle admittido á discussaõ, o Presidente o fará entrar nella, lendo-se elle pela terceira vez, e o trabalho da Commissaõ se o tiver havido, e designando-se o dia para a dita discussaõ; chegando o qual se procederá a ella, até que se dê a materia por discutida, ou seja nesse mesmo dia, ou nos seguintes.

65.° Resolvendo os Deputados que se dê por terminada a discussaõ, e que tem lugar proceder-se aos votos, elles se tomaraõ primeiramente sobre a admissaõ, ou rejeiçaõ do Projecto em geral; e, vencida aquella, entrará em votos a emenda de algum Artigo, ou parte d'elle, que proponha qualquer dos Deputados: e tantos projectos de emendas se proporaõ, quantas vezes se deverá passar a votos sobre cada huma d'ellas, fazendo o Secretario termo no Livro das Sessões, em que se declare, o que se vencer, assim na generalidade do Projecto, como sobre cada huma das dictas emendas.

66.° Se a Camara, em qualquer estado do exame, resolver que o Projecto ou naõ deve sêr admittido a discussaõ, ou que sobre elle se naõ pode votar, naõ poderá tractar-se mais d'elle naquelle anno, mas poderá sêr objecto para os trabalhos da Camara em algum dos annos seguintes, quando algum dos Deputados se propozer a renova-lo.

67.° Admittido o Projecto pela pluralidade da Camara, d'elle se tirará pelo primeiro Secretario huma cópia authentica dos termos das Sessões sobre a sua adopçaõ, e sobre o resolvido relativamente aos Projectos de emenda em alguma das suas partes, ou Artigos: e se remetterá á outra Camara, a qual para progredir a seu respeito seguirá os mesmos passos, que se determinaõ no § 63.°, e seguintes.

68.° No caso de que o Projecto na segunda Camara, ou seja excluido, logo depois da sua primeira leitura, ou o seja da discussaõ, depois da segunda, ou fôr rejeitado, depois de discutido, se tornará outra vez a dirigir para a Camara, de que sahio, com a relaçaõ authentica

Digitized by Google

passada pelo Secretario sobre tudo o que nella houve a seu respeito, a qual se conservará no Archivo da Camara, em que o Projecto começou, para poder outra vez metter-se em discussaõ nos annos seguintes na forma do §. 66.º

69.º Se o Projecto, sendo adoptado em huma Camara, e passando a outra conseguir tambem nesta a sua adopçaõ, entaõ a segunda Camara, em que elle estiver, fará reduzi-lo á forma de Lei, para assim se conservar em huma pasta, que na mesa deve estar junto ao Presidente, com o rotulo — *Projectos Adoptados* —; e o Secretario da dita segunda Camara participará ao da primeira a sorte, que teve o seu Projecto.

70.º Sendo o vencimento regular nas Camaras pela pluralidade de votos, isto será exceptuado em quanto aos Projectos, que, sendo n'hum anno rejeitados em alguma das Camaras, se houverem de propôr novamente no seguinte; porque nesse caso a sua adopçaõ, ou deliberaçaõ final depois da terceira leitura, requererá necessariamente pelo menos duas terças partes de votos, para que esta maioridade contrabalance a presumpçaõ, que elle tem contra si pela rejeiçaõ no Congresso antecedente.

71.º Findas as Sessões, o Presidente de cada huma das Camaras, fazendo ajuntar os Projectos adoptados, e reduzidos á forma de Lei, que se haõ de achar na pasta referida no §. 69, e deixando d'elles hum traslado authentico em hum Livro, que no Archivo ha de haver para isso destinado, o qual traslado deverá sêr authenticado com a Rubrica d'elle Presidente, e dos seis primeiros Deputados das Provincias, e Algarves, remetterá para a Presença de Sua Magestade os Originaes por elle assignados, e pelos ditos seis primeiros Deputados, com huma Carta ao Mesmo Senhor, pedindo-lhe, em Nome da Camara, que seja servido adoptar as referidas Leis, visto constar da sua utilidade pelas Discussões que sobre ellas houveraõ nas duas Camaras, indo a Carta pela maõ do Ministro, e Secretario d'Estado competente, e se esperará pela sua Real Resoluçaõ.

72.º Quando a Sua Magestade parecêr recommendar á consideraçaõ das Camaras algum objecto da Publica Ad-

Digitized by Google

ministração, será dirigida a dicta recommendação ao Presidente da Camara dos Deputados em huma Carta Regia, que o Mesmo Senhor Se Dignará de escrever-lhe, recebida a qual, a Camara nomeará huma Commissão para considerar o dicto objecto, e fazer perante ella a Proposta, que lhe agradar, e na sua Discussão se caminhará na forma declarada no §. 63, e seguintes: e nesse caso, indo á Camara dos Pares, o Projecto adoptado na dos Deputados de tudo o que naquella acontecêr a seu respeito, se fará pelo primeiro Secretario d'ella a mais circumstanciada communicação ao da outra, para o fazer presente na Camara, á qual voltará neste caso o Projecto, ainda sendo pela dos Pares adoptado para nella se reduzir a forma de Lei, e com esta se responderá a Sua Magestade. Quando porém não se tenha conseguido Resolução, que pelas duas Camaras fosse adoptada, assim mesmo se responderá a Sua Magestade pelo dicto Presidente da Camara dos Deputados com a Relação do que se tiver passado em huma e outra Camara, sobre a materia da Sua Real Recommendação, para o mesmo Senhor sobre ella Determinar o que julgar mais acertado.

74.° Assim o Governo, como cada hum dos Tribunaes, e Relações do Reino, se poderá dirigir ao Presidente da Camara dos Deputados, lembrando-lhe algum Artigo das suas respectivas incumbencias, que mereça sêr providenciado, juntando nos seus Officios todas as considerações, que se lhes offerecerem, e que possão servir de instrucção á Camara, na qual a esse respeito se procederá pela mesma maneira determinada desde o §. 63 relativamente ás Proposições dos Deputados. E quando por essa occasião se transmittir á Camara dos Pares algum Projecto adoptado na dos Deputados, do que sobre elle se passar naquella, o seu primeiro Secretario informará ao d'esta muito circumstanciadamente com a copia da Lei, a que se tiver reduzido o dicto Projecto, sendo adoptado, para nella constar esse resultado. E ao dicto Governo, e Tribunaes responderá o dicto Presidente em tempo opportuno, participando-lhe o que em huma, e outra Camara se resolvêo sobre a materia dos seus Officios. E se d'elles resultasse algum Projecto adoptado por ambas as Cama-

Digitized by Google

mas, e a urgencia o pedir, poderá o Governo do Reino mandar proviso-riamente executar, dando parte a Sua Magestade, para Resolver o que fôr Servido.

7.º Huma, e outra Camara poderá sobre a Proposição de qualquer dos seus Deputados entrar na discussão relativamente a qualquer Lei, ou Artigo de Legislação, que pareça digno de ser revogado, ou alterado, e isto ou a Lei seja antiga, ou novissimamente estabelecida por Sua Magestade. E neste caso se seguiráõ os termos referidos no §. 63, e seguintes.

8.º Carecendo huma, ou outra Camara de quaesquer informações, ou papeis, que possaõ servir-lhe para sua instrucção no progresso dos seus trabalhos, poderá dirigir-se, para os haver, ao Governo do Reino, o qual os fará apromptar por quaesquer Estações Publicas, a que pertencêrem, e os remetterá á Camara, com a maior brevidade possivel. Porém a Conta Geral do Erario com a Receita, e Despeza do anno antecedente será *ex-Officio* remettida a cada huma das dictas Camaras nos primeiros dito dias depois da sua abertura; e qualquer d'ellas poderá pedir ao Governo todos os esclarecimentos, de que mais carecêr ao dicto respeito, o qual satisfará ao pedido na forma acima dicta. E nestas relações, e quaesquer outras necessarias, entre as Camaras, e o Governo, serão empregados Officios dos Presidentes das Camaras, e d'aquelle, que tiver o dicto Governo, assignando porém nos d'este somente o mais antigo, se elle se compozer de mais do que huma pessoa. Estando porém o Governo entregue a algum Principe, ou Infante, as dictas relações se continuaráõ com o seu Ministro, ou Secretario.

(*Continuar-se-ha*).

Digitized by Google

Elle fazia estragos, rompendo as velas dos Moinhos de vento com a sua lança, e matando Carneiros; e tudo isto inutilmente, porque sempre continuava a estar doente, e suspeitoso, como d'antes; indo n'outros objectos encontrar da mesma sorte os seus fantasmas, e os seus Encantados, e achando em tudo novas victimas, a quem maltratasse, sem que ellas o merecessem, como o dicto heroe encontrou nos innocentes, e miseraveis Padres, que acompanhavaõ o Defunto com as suas velas accesas, e que elle suspeitou serem os opressores, e assassinos do que ia no caixaõ, como consta do Cap. 18 da sua Historia, e aos quaes por isso atacou, injuriou, e offendeo como hum louco.

Todo aquelle mal vêm dos Medicos Politicos ignotarem a Arte Medica, que os devia dirigir nas suas operações: naõ estudaraõ a Pathologia mental, nem a Dinamica espiritual, e por isto naõ sabem o que saõ suspeitas, nem os Agentes, que ha na natureza para as destruir; e naõ tendo aprendido os outros ramos da Medicina Politica, nem seguido huma boa prática, errаõ na Capitulação da doença, de maneira que applicaõ os remedios á parte sá do Corpo Politico, deixando sem cura aquella, que estava doente.

Quando a doença consiste em *Suspeitas*, reside nos *Suspeitosos, e naõ nos Suspeitados*; e por tanto áquelles he que se devem dar os remedios, e naõ a estes.

O menino tem medo dos Papões; aonde está a doença? Nos Papões, ou no menino por causa do seu medo? Se o Medico entender que está nos Papões, e assentar por isto, que curará o menino, maltratando aquelles, qual será o resultado da sua Medicina? O menino chama

Digitized by Google

Papaõ a huma Estatua de Jupiter: quebra-se, ou esconde-se-lhe a dicta Estatua; d'ahi a pouco dá o mesmo nome ao Busto de Cataõ: quebra-se, ou esconde-se-lhe o dicto Busto; no outro dia elle tem medo de hum Vaso Etrusco, em que se vê Hercules despedaçando o Leaõ; quebra-se, ou esconde-se lhe o Vaso: de tarde assusta-se, ouvindo trabalhar huma pendula; quebra-se, ou esconde-se lhe á dicta pendula; e continua-se a tracta-lo sempre da mesma sorte em todos os outros seus pavôres; que fructo se tirará desta Medicina?

Hum vemos nós, que he ficar a casa privada dos seus ornatos, dos quaes alguns se quebráraõ, e os outros se esconderaõ (o quebrar equivale á morte, adoptada pelos primeiros discipulos de Danton; o esconder he a deportaçaõ, que seguiraõ os segundos) (*a*).

(*a*) Danton, nome muito conhecido no curso da Revoluçaõ Franceza por hum dos mais sanguinarios, e perversos Jacobinos, e Anarchistas, foi o moderno Fundador da Jurisprudencia dos Suspeitos, que depois muito frequentemente se tem adoptado, e pertendido sustentar, e justificar até com as mesmas razões, e circumstancias, com que aquelle Mestre a estabelecêra.

Quando depois do fatalissimo dia 10 de Agosto de 1792, em que a desgraçada Familia Real de França foi atacada no seu Palacio, e levada ao ponto de se recolhêr no seio da Assemblêa Nacional, para d'ahi sêr conduzida á prisaõ do Templo, e depois ao Cadafalso, tendo em tudo isto grande parte o referido Danton; e quando elle dispunha depois d'isto os *massacres* do principio de Setembro seguinte, para no meio d'elles, por huma parte, imprimir o terror nos animos de todos, e pela outra sacrificar aquelles, de quem se temia, facilitando com ambos estes recursos o caminho para os seus abominaveis projectos de dominaçaõ, nestas circumstancias he que elle lançou os fundamentos a este Systema Juridico-Politico das Suspeitas.

Servio-lhe para isso a invasaõ do Rei da Prussia na Champagne, o Manifesto publicado pelo Duque de Bruns-

Digitized by Google

Mas o doente, o menino, como se achou no fim deste tractamento? Isto he que nos convem saber. Cada

---

wich, e a tomada de Longrewi, noticiada á Assembléa Nacional no dia 26 de Agosto. A Municipalidade de Paris decretou nesse mesmo dia as visitas domiciliarias em todas as casas da Cidade, a fim de serem prêsas todas as pessoas suspeitosas; e o façanhoso Danton, querendo que esta determinaçaõ fôsse sanccionada pelo Corpo Legislativo, entrou ahi aos 28 de Agosto, e disse: " *Que o* „ *Poder Executivo Provisorio o tinha encarregado de, ins-* „ *truir a Assembléa Nacional sobre as medidas, que elle* „ *julgava uteis para salvar o Estado, e accrescentou*: Eu „ vos manifestarei os motivos d'estas medidas, como Mi- „ nistro Revolucionario. *Os nossos inimigos tomáraõ Lon-* „ *grewi, mas a França está ainda intacta... nós anni-* „ *quillámos o Despotismo na Capital, e he sómente por* „ *meio de huma Convulsaõ Nacional, que poderemos re-* „ *pellir os Despotas... nós pedimos que a Assembléa au-* „ *thorise a Municipalidade para usar do Poder de lan-* „ *çar maõ de todas as pessoas suspeitas: se he preciso ain-* „ *da sacrificar trinta mil traidores: que elles acabem á* „ *manhã.* „ O Decreto passou: a porta se abrio para com o titulo de Suspeitos serem sacrificados todos aquelles, que o Ministro da Justiça, Danton, havia marcado nas suas listas de proscripçaõ. — *Histoir. Philos. de la Revol. de France par Ant. Fantin Desodoards, Liv.* 5.° *Cap.* 10.°

Este foi o remedio disponente, que a sua Medicina lhe ensinou para preparar os horriveis assassinos de Setembro seguinte, referidos com todas as suas côres em huma brochura publicada no mez de Novembro, com o titulo — *Mon agonie de trente huit heures par Journiac de Saint Meard.* — Foi Anacharsis Clootz o Auctor do nome de Septembrisadores, com que elle, e a seu exemplo Brisot no *Patriota Francez*, que elle entaõ publicava, e depois todos os Escriptores da Revoluçaõ, designaraõ os terriveis Agentes d'aquellas atrocidades.

Danton consequentemente foi o moderno Fundadôr da

Digitized by Google

vez mais gravemente enfermo: cada huma das dictas condescendencias foi mais hum acto, que ratificou o seu ha-

---

Escola Jurídica dos suspeitos, mas em França mesmo naquelles tempos Revolucionarios, em que os Partidos caminhaõ sempre assustados, e por esta causa suspeitosos huns aos outros, naquelles tempos Revolucionarios, em que elles por isto aproveitaõ todos os meios de perder os seus Rivaes, seja como fôr, entaõ mesmo se conhecêo que esta Jurisprudencia contra *Suspeitos* necessitava de hum Codigo, que definisse o que eraõ *Suspeitos*. Foi Mr. Merlin de Douay o seu Redactôr, e elle o apresentou á Convençaõ no dia 17 de Setembro de 1793, o qual o approvou sem haver opposiçaõ alguma. Poderá vêr-se o dicto Codigo nos "Essais Historiques sur les Causes, e „ les effects de la Revolucion de France, por Beaulieu, „ Tom. 5.°, pag. 272 „ aonde se achará tambem a pag. 276 hum Supplemento, que lhe fez o outro Jacobino Chaumette, Procuradôr dos Communs de Paris.

Achar-se-ha nestes Monumentos hum Modêlo de Perseguiçôes, de Crueldades, e de Injustiças muito superiôr a todos os outros, que eraõ d'antes conhecidos; e nelles se verá que ninguem pode estar livre de sêr sacrificado, por quem se acha com o Podêr na maõ, adoptada semelhante Jurisprudencia, na qual huns saõ Suspeitos porque fallaõ, e outros porque se calaõ; huns porque tem sempre na bôca as palavras *Liberdade*, *Republica*, e *Patria*; outros porque as naõ tem. E se isto he assim, ainda havendo o Codigo, que define o que saõ Suspeitos, e que classifica as Suspeitas; quanto peior naõ será faltando elle, como faltava, quando Danton fez decretar a prisaõ dos Suspeitosos, e quando muitos outros adoptaõ as suas Doutrinas?

A Historia toda do tempo da Revoluçaõ Franceza, em que dominaraõ os Jacobinos, está cheia de Scenas de horrôr, de sangue, e de injustiça, e todas ellas sustentadas na Jurisprudencia *contra os Suspeitos*. Nós só nos lembraremos de huma. O choque das facções, que dominavaõ em Paris, exigia huma Convulsaõ Politica, em que

***

Digitized by Google

bito morboso: cada huma das dictas condescendencias accrescentava os seus pavôres, porque lhos representava

---

huma d'ellas suplantasse a outra. Publicou-se para este fim hum Manifesto de Luiz XVIII., bem que então ainda naõ Rei, dirigido aos Francezes com a data de 10 de Março de 1797, e fallou-se muito de huma Conspiraçaõ Real. A parte do Directorio Executivo, que tinha dirigido os movimentos Revolucionarios d'aquella época, escrevêo no dia 5 de Setembro aos dous Conselhos, segundo a Jurisprudencia dos Suspeitos: " Os Conspiradôres ve-
„ laõ;.... e pode acaso ainda haver dúvida em limpar
„ o Territorio Francez d'este pequenissimo número de
„ Chefes conhecidos d'esta Conspiraçaõ Real, que naõ
„ espera senaõ o movimento de assassinar a Republica,
„ e de vos devorar tambem com ella? Vós estais á bor-
„ da do Volcaõ, elle pode engolir-vos; vós podeis rápa-
„ lo. E enterteis-vos com deliberações? A' manhã já será
„ fora de tempo, a menor incerteza vem a ser a' morte
„ da Republica. Ha de se vos fallar em principios, haõ
„ de se invocar as formulas, e haõ de se inventar escu-
„ sas; buscar-se-haõ demoras, ganhar-se ha tempo, e a
„ Constituiçaõ será assassinada, fingindo-se invoca-la. O
„ Directorio julgou que vós querieis sinceramente a Li-
„ berdade da Republica, e que as consequencias d'este
„ primeiro principio vos naõ deviaõ espantar.... elle hé
„ obrigado a dizer-vos que vós estais em huma circums-
„ tancia singular, a que se naõ poderiaõ applicar as re-
„ gras ordinarias, a naõ se querer cahir na maõ dos ini-
„ migos. „

O Conselho dos Quinhentos nomeou huma Commissaõ para consultar as medidas, que exigiaõ as circumstancias. Boulaeu, que era dos Commissionados, sendo quem fez a relaçaõ ao Conselho, depois de lhe dizer tambem na linguagem do Systema dos Suspeitos: " Que as cir-
„ cumstancias eraõ extraordinarias; que cumpria nellas
„ obrar prompta, e vigorosamente, sendo impossivel en-
„ trar em discussões methodicas, e trabalhosamente pro-
„ fundadas, *accrescentou*:

Digitized by Google

como justos, e arrasoados. Aonde estaria o erro da Cura? Naquillo, que nós acabamos de notar: a doença esta-

---

„ Proclamemos primeiro esta grande Verdade, capaz „ de tranquillisar todos os espiritos, a saber: que o trium- „ pho dos Republicanos naõ será manchado de sangue. As „ Propriedades, as Pessoas, tudo será respeitado. Naõ se „ trata de castigos, mas da Saude Publica. Os Agentes „ da Conspiraçaõ estaõ presos: que he pois necessario „ fazer? He preciso tira-los do Corpo Legislativo, e do „ exercicio das Authoridades Constituidas; e he preciso „ deportar os que parecem mais perigosos. *A deportaçaõ* „ *deve ser d'aqui em diante o grande meio de salvaçaõ* „ *para a Causa Publica.* Esta he a pena, que convem im- „ por a todos os inimigos irreconciliaveis da Republica. „ Esta medida, que a Politica decreta, he authorisada pela „ Justiça, approvada pela Humanidade.

„ Esta medida inculcada pelos principios fundamen- „ taes de todo o Governo foi em todos os tempos pra- „ ticada pelos Povos os mais sabios. He necessario tomar „ este partido, ou aliás resolvêr-se a viver sempre em „ guerra, e a devorarem-se huns aos outros.

„ Em quanto ao mais, vós deveis conhecêr que as „ formas lentas, e puramente judiciarias, naõ podem têr „ lugar contra Conspiradôres reconhecidos. „

O resultado foi decretar-se a deportaçaõ de sessenta e tantos Francezes, que no dia 8 de Setembro sahiraõ das prisões do Templo n'huns carros de quatro rodas, que pareciaõ humas gaiolas com varaes de ferro, e em que elles foraõ conduzidos a Rochefort, e d'ahi embarcados para a Guyana.

Naõ podêmos porem deixar de notar que na Proclamaçaõ do Corpo Legislativo aos Francezes, feita por esta occasiaõ se dizia, que o objecto da tal chamada Conspiraçaõ Real era: " O assassinato de todos os que elles „ chamavaõ suspeitos de Patriotismo. L'assassinat de tout „ ce qu'ils appellaient suspects de patriotisme. „ De maneira que a lucta era de suspeitos contra suspeitos, e para evitar " a suspeita do assassinato dos suspeitos de Pa-

Digitized by Google

va em huma parte, e o remedio applicava-se noutra: aquella estava no Suspeitoso, e este applicava-se aos Suspeitados.

„ triotismo, deportavaõ-se os suspeitos de Realismo. „ Eis-aqui a Jurisprudencia dos Jacobinos, e a tactica por elles constantemente empregada para os seus perversos projectos de dominaçaõ. Inculcaõ-se os receios de Conspirações, dá-se mesmo por certa a sua existencia, falla-se a todo o momento nas tramas dos inimigos, a elles se attribuem todos os máos successos, e com o pretexto de se buscar a Salvaçaõ da Patria, livrando-a dos suspeitos, que entravaõ nestas Conspirações, ou nestas tramas, tambem suspeitadas, sacrificaõ-se todos aquelles, que se querem perder, e inspira-se terror aos outros sobre que se deseja dominar. A base de todo o edificio he o systema das suspeitas, e a Jurisprudencia dos suspeitos. A Historia de Marat, de Danton, de Robespierre, he toda isto, e nada mais do que isto, e assim como o Jesuita Lachaise, Confessor de Luiz XIV., costumava dizer do Jansenismo, que elle era *son noir a noircir*, (o seu ferrete para perder a quem elle queria) por lhe servir de perder a quem queria; da mesma sorte os Jacobinos tinhaõ para se desfazerem de quem lhes desagradava *son noir a noircir* (o seu ferrete para perderem a quem elles queriaõ) nas suspeitas de Conspirações, e contra-Revoluções, e mais nas perseguições dos suspeitos.

He verdade que estas rêdes saõ taes por sua natureza, que nellas cahem os mesmos, que as empregavaõ para caçar os outros. Chega o mez de Março de 1794, em que Robespierre quer perder o seu Collega Danton, e elle exclama: „ Que importa que Herbert tenha expiado no Cadafalso as „ suas traições, se elle tem Successores? Se a ultima fac- „ çaõ naõ perece ámanhã, naõ perece mesmo hoje, vôs „ sereis esfomeados, os Exercitos seraõ batidos, vossas „ Mulheres, e vossos filhos seraõ degollados, e a Repu- „ blica despedaçada. „ Moniteur, du 24 Mars, 1794. S. Just explica depois passados poucos dias qual he esta Facçaõ; e o Fundador da Jurisprudencia *contra Suspeitos*,

Digitized by Google

Se a molestia naõ estava, nem na Estatua de Jupiter, nem no Busto de Gataõ, nem no Vaso Etrusco,

---

cahe nos seus proprios laços, e he conduzido ao Patibulo com mais oito Deputados *á sombra das suspeitas* de huma nova facçaõ denominada, *dos Indulgentes*, Moniteur du 1 Avril, 1794.

Huma differença porém houve entre os Jacobinos da referida escola de Danton. Os seus primeiros Proselytos mataváõ os Suspeitos pelo motivo, que dava Barrere na Convençaõ aos 5 de Julho de 1794, porque *les morts laissent en paix les vivans, et ne reviennent pas.* — *porque os mortos deixaõ em paz os vivos, e naõ resuscitaõ.* — E os seus ultimos Sectarios, como os acima referidos, contentaõ-se com a deportaçaõ.

Em quanto ao Processo Criminal, (este desatino da sabedoria humana) elle chegou á ultima perfeiçaõ nesta escola de Jurisprudencia. Elle foi desembaraçado de todas as suas formulas timidas, e minuciosas, e por hum extraordinario, e admiravel esforço de genio se descobrio hum meio facillimo de descobrir os Culpados, e os Suspeitos, e elle consistia em substituir as provas legaes ás outras, que se intitulaváõ *provas moraes.* Veja-se a Lei de Couthon, que Robespierre apoiou no Moniteur de 12 de Juin de 1794. E em que consistiaõ estas *provas moraes*? Em depender tudo da probidade, e da consciencia, dos que haviaõ de decretar os procedimentos; sêr isto a sua guia, e a sua agulha de marear; desembaraça-los de todos estes entraves da Velha Jurisprudencia, e haver-em-se *por Culpados, e por Suspeitos, os que elles suspeitarem por taes*! Eis-aqui o verdadeiro modo de naõ escapar *nenhum Culpado, e nenhum Suspeito*!

E se he preciso dar ainda mais luz a este assumpto, lêa-se a Circular enviada pelo *Comité* de Saude Publica de Paris a todos os Departamentos, depois dos massacres de Setembro de 1792, preparados por Danton com a sua Jurisprudencia *dos Suspeitos.* Ella vem no Moniteur de 26 do dito mez, e no Tom. 2.° do Tableau Historique de l'Europe, depuis 1786, jusqu'en 1796, par Ségur l'Ai-

Digitized by Google

nem na pendola, mas no menino, como havião de corrigi-la os procedimentos, que se tinhaõ com estas cousas?

ne, pag. 165. "*A Commum de Paris*, (eis-aqui as suas palavras) apressa-se a informar seus irmãos, em todos os „ Departamentos, que huma parte dos Conspiradores feirozes, detidos nas prisões, foi morta pelo Povo; actos „ de Justiça, que lhe parecêraõ indispensaveis para comprimir, por meio do terror, as Legiões de traidores „ occultos dentro dos seus muros, no momento, em que „ elles iaõ a marchar contra o inimigo; e indubitavelmente a Naçaõ toda, depois da longa cadêa de traições, que a tem levado á borda do abysmo, adoptaria „ este meio taõ necessario á Saude Publica: e todos os „ Francezes exclamaraõ, como os Parisienses, nós corremos ao inimigo, mas naõ deixamos nas nossas costas estes malvados, para degollarem nossos filhos, e „ nossas mulheres. „

Assim fallava o *Comité da Saude Publica de Paris*, para justificar os massacres de Setembro de 1792.

Huma circumstancia porém occorre no que temos dicto, e he a relaçaõ, que *esta Jacobina Jurisprudencia dos Suspeitos tem com o mez de Setembro*; fundada por Danton no mez de Setembro de 1792; reduzida a hum Codigo pelos Jacobinos Merlin, e Chaumette em Setembro de 1793; executada em Paris por outros Jacobinos nos deportados para a Guyana em Setembro de 1799. He notavel casualidade!

Os Discipulos de D. Quixote pertencem a esta Escola de Jurisprudencia, e de Politica. Sendo proprio d'elles naõ vêr as cousas como saõ, *as suspeitas vem a sêr as suas realidades.* Veja-se em prova disto toda a riquissima Historia do Heróe da Mancha, na qual elle apparece caminhando sempre entre suspeitas, e tendo a cada huma d'ellas, como huma realidade. Os rebanhos dos Carneiros levantaõ densas nuvens; depois elle naõ vê mais nada, senaõ as dictas nuvens: mas conclue logo, que alli vem os dous grandes Exercitos de Alifanfaron, e Garnimantes. Eis-aqui a Logica dos Suspeitosos Cavalleiros

Digitized by Google

Isto era querer curar a nossa dôr de cabeça, coçando a que *era* de outro. A enfermidade residia nas suspeitas do menino, em elle têr por Papões, o que naõ eraõ Papões, mas sim cousas innocentissimas; e por tanto o seu curativo dependia de que se corrigisse nelle o habito suspeitoso; para que elle chegasse a ponto de naõ reputar Papaõ, o que o naõ era, e consequentemente deixasse de se assustar com o que naõ devia causar susto; e todos os remedios applicados obravaõ na razaõ inversa d'isto; porque lhe accrescentavaõ as suspeitas, persuadindo-o de

---

Andantes: o que elles vêm he huma nuvem de pó, que lhes offusca os olhos, e que lhes naõ deixa vêr cousa alguma; mas elles naõ paraõ aqui; e, naõ vendo nada, vêm o que as suspeitas lhes mostraõ, e o que as suas fantasias lhes querem mostrar.

Quem faria este raciocinio — *Ha grandes nuvens de pó: logo ha dous grandes Exercitos*? Ninguem, senaõ quem fôr Cavalleiro Andante, e Suspeitoso. E quando estes assim raciocinaõ, vêm acaso o que existe, ou o que suspeitaõ? Quando Sancho refere a seu Amo que o Bacharel Sansaõ Carrasco, vindo de Salamanca lhe contára, que alli se escrevia a sua Historia, em que o intitulavaõ *o admiravel Cavalleiro D. Quixote de la Mancha*, e em que se referiaõ cousas muito particulares passadas entre elle, e o dicto seu Amo, de maneira que o Criado se admirava do modo, por que o Historiador as conheceria: que lhe responde o Cavalleiro Andante? " Certamente, disse elle, „ algum Sábio Encantador escrevêo esta Historia, porque „ esta casta de gente sabe tudo, e naõ ignora nada. „ Quem lhe tinha fallado em Encantadores? Quem lhos tinha apresentado alli? As suas suspeitas: elle via o que suspeitava, e o que a sua desarranjada imaginaçaõ lhe substituia sempre aos objectos, que tocavaõ nos sens sentidos.

Eis-aqui em substancia a parte historica da Politica, e da Jurisprudencia dos Suspeitos: e a sua perfeita homogeneidade com as theorías, e com a prática de D. Quixote, e dos seus Discipulos.

Digitized by Google

que eraõ discretas, e arrasoadas as primeiras, a que se lhe acudio com a morte, ou com a deportaçaõ dos Suspeitados.

E que diremos nós, se o Medico alguma vez he o mesmo, que mette mêdo com os Papões ao Menino, quando lhe parece conveniente assusta-lo para o conduzir a fazer alguma cousa? (Veja-se a Nota antecedente) Esta foi sempre a tactica dos Jacobinos de França no curso da Revoluçaõ, para arrastarem o Povo aos seus Projectos: fallavaõ-lhe em Conspirações, e em Traidores, somente para o espavorir, e para elle se lhe prestar illudido, e cuidando que marchava em defêza da Causa Publica, quando dava somente os seus braços, e o seu sangue, em auxilio de Marat, de Danton, de Robespierre: O Medico neste caso accrescenta as suspeitas ao Menino, em vez de lh'as curar, e torna mais difficil a sua cura, porque elle mesmo foi quem lhe segurou que havia Papões, lá quando huma vez cuidou que isto lhe era proveitoso; e querendo depois em outra occasiaõ desasusta-lo, e dizer-lhe que os naõ ha, o seu Doente naõ pode acredita-lo; cuida que elle o pertende enganar; e, se tem forças, irrita-se, e rebella-se contra o Medico, e ha de querer por força que este lhe apresente os Papões, com que d'aquella vez lhe mettêo mêdo, *ou mortos, ou deportados.*

(*Continuar-se-ha.*)

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.° 8.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Considerações do Velho Liberal sobre o resultado das actuaes circumstancias Politicas de Portugal. Continuadas do N.° antecedente.

76.° Sendo constitucionalmente reconhecida como legal, somente para a nomeaçaõ dos Eleitores dos Deputados, a individual intervençaõ dos Cidadãos nas cousas públicas, na forma prescripta no Art. 9, referido no § 13.°: declara se como illegal e sedicioso, pela Constituiçaõ, outro qualquer público ajuntamento, de qualquer número, e qualidade de pessoas, que elle seja, para intervir nas cousas dependentes da Publica Administraçaõ, o qual será por isso reputado crime de Lesa Magestade Nacional e Real, e como tal castigado. E huma Lei será feita para classificar os casos, em que este gravissimo delicto se comette, e para se determinar a maneira de nelle proceder contra os Culpados. Ficaraõ porem todos os nelle incursos privados por dez annos de voz activa, e passiva assim nos Congressos para a nomeaçaõ dos Eleitores, como nos outros para a eleiçaõ dos Deputados, naõ podendo por isso, pelo dicto tempo, nem nomear, nem serem nomeados para intervir, nem mediata, nem immediatamente na Representaçaõ Nacional, que taõ gravemente profanáraõ, e offendêraõ. E nem d'esta pena Constitucional poderaõ sêr dispensados ainda os mais

Digitized by Google

levemente incursos no dicto crime, nem sobre ella poderá recahir perdaõ de qualquer especie, que sêja.

77.° E porque, dirigindo-se a Representaçaõ Nacional a promover tudo, quanto pode convir assim á Prosperidade geral da Naçaõ, como á de cada hum dos seus Districtos, cumpre abrir-lhe todos os caminhos, que podem conduzi-la a isso, será permittido a cada hum dos Cidadãos, comprehendidos no Art. 9, referido no § antecedente, dirigir-se á Camara do seu Districto, por meio de Requerimento assignado, lembrando lhe aquelle, ou aquelles objectos, que lhe parecerem dignos de serem discutidos, e promovidos no Congresso Nacional, expendendo assim os seus motivos, como as providencias, que lhe parecerem mais proveitosas; e recebendo a Camara semelhante requerimento fará por Editaes convocar os Cidadãos no dicto Art. 9 mencionados para hum dia destinado, a fim de serem ouvidos a esse respeito, fazendo-se patente o dicto Requerimento na maõ do Escrivaõ da Camara, para que o possa vèr qualquer dos chamados para nelle votarem. E propondo-se em Camara no dia referido, se os dous terços dos Votantes lhe der a sua approvaçaõ, fazendo se d'isso hum Auto, com elle se remetterá pela Camara o Requerimento ao primeiro Deputado da Provincia nas Côrtes, o qual o apresentará nellas, e a seu Requerimento se seguiraõ os termos prescriptos para os Projectos dos Deputados no § 63, e seguintes.

78.° E será em consequencia d'isto prohibido que pessoa alguma, ou só, ou acompanhada por outras, se apresente á Camara dos Deputados, para pessoalmente, seja por escripto, seja por palavra, lhe requerer a sua consideraçaõ sobre algum objecto de público interesse, devendo todos os Cidadãos dirigir-se para este fim pelo caminho, que se lhes franquêa no § antecedente; e, os que ousarem fazer o que neste § se prohibe, incorreraõ por isso na privaçaõ de voz activa, e passiva decretada no § 76. E os Requerimentos de queixa, referidos no § 49, e bem assim os outros de contestaçaõ admittidos no § 55, serão entregues ao primeiro Secretario da Camara, a que se levarem, o qual d'elles dará conta, e fará a leitura

Digitized by Google

na Sessaõ immediata ao dia, em que se lhe apresentarem.

79.º He tambem, pelo mesmo motivo, prohibido que os Assistentes nas Sessões Publicas das Camaras ousem perturba-las com tumultuarias desapprovações dos Discursos, que fizerem os Deputados, ou de alguns papeis, que nellas se lerem; e sempre que taes movimentos apparecerem o Presidente dará a Sessaõ por concluida; e a discussaõ se continuará na seguinte, ou nas seguintes, até que ella se ultime, sempre com a Camara fechada. E os incursos na referida transgressaõ seraõ privados de voz activa, e passiva, decretada no dicto § 76.

80.º E para o conhecimento dos Culpados, nos casos dos dous §§ antecedentes, e para a imposiçaõ das penas estabelecidas, logo que algum d'elles se verifique, o Presidente mandando ao primeiro Secretario fazer hum Auto, em que se refira o facto com todas as suas circumstancias, declarando nelle os nomes das pessoas, que se tiverem conhecido, o remetterá immediatamente ao Governo, o qual, assim que o recebêr, nomeará hum dos Desembargadores dos Aggravos da Casa da Supplicaçaõ, para ir d'elle devassar, e conhecer, servindo-lhe de Corpo de delicto a referida Certidaõ. E concluida a sua devassa, pronunciando os que achar culpados, os fará sentenciar summariamente na forma prescripta para o caso, de que se tracta no § 53; e sendo lhes por Acordaõ final imposta a pena de privaçaõ de voz activa, e passiva, decretada nos §§ antecedentes, o dicto Relator — *ex officio* — remetterá Certidaõ do dicto Acordaõ á Camara do Districto dos condemnados, e á Correiçaõ de suas Comarcas, e em ambas estas Estações seus nomes seraõ lançados em Livros, que para isso deve haver, distribuidos alphabeticamente, com o titulo — *Dos Cidadãos por Sentenças privados de voz activa, e passiva nas Eleições das Cortes.* — E, sempre que se procedêr a ellas, se consultará, e se terá attençaõ aos dictos Livros, para que naõ succêda deixar de se cumprir a dicta pena.

81.º Em quanto Sua Magestade conservar a sua Côrte fora de Portugal, haverá junto á Sua Real Pessoa hum Ministro, e Secretario d'Estado dos Negocios de Portu-

Digitized by Google

gal, e Algarves, e dous outros Ministros Assistentes ao Despacho do Mesmo Senhor nos Negocios pertencentes aos dictos Reinos. Todos elles serão Portuguezes, escolhidos por Sua Magestade, dos que tiverem sido Membros em alguma das duas Camaras, ou dos que houverem servido na Casa da Supplicação de Lisboa, Tribunaes do Reino, ou noutros Empregos superiores a estes. E receberão pelo Regio Erario de Lisboa os ordenados, que Sua Magestade houver por bem estabelecer-lhes, para que tudo concorra a nutrir-lhes os mais activos desejos pela prosperidade, e bom serviço dos seus Nacionaes.

82.° A Camara dos Pares ha de abrir-se, e fechar-se no mesmo dia, que a dos Deputados. Suas Sessões serão públicas. E ella designará de acôrdo com o Governo o local para o seu ajuntamento em algum dos Palacios, ou Edificios públicos de Lisboa, que se poder desoccupar para o seu uso. O seu Archivo será nesse mesmo Edificio, e estará a cargo do seu primeiro Secretario, tendo huma Guarda Militar, na forma estabelecida no § 39, relativamente ao Archivo da Camara dos Deputados.

83.° Parecendo a alguma das Camaras, pela pluralidade de votos sobre a Proposição do Presidente, ou de algum dos seus Membros constituir-se em Camara secreta, pelo pedir assim alguma discussão, ou negocio, ella procederá d'essa forma, annunciando-se por hum Edital na entrada da Camara, que a Sessão não he publica. Quando porém se houver de proceder a votos sobre a final resolução, elles serão sempre tomados com a Camara aberta.

84.° Nenhum dos Deputados, que tiver sahido eleito em huma Eleição, e entrado na Camara por effeito d'ella, poderá sêr outra vez nomeado, senão findos quatro annos depois d'aquelle, em que acabar de servir de — *Actual.* —

85.° As duas Camaras usarão das Armas Reaes nos seus Sêllos, tendo huma á volta d'ellas a legenda. — *Camara dos Pares* — e a outra — *Camara dos Deputados das Provincias, e Algarves.* —

86.° He Nacionalmente garantida a Pessoa dos Membros de huma, e outra Camara, para que nenhum d'el-

Digitized by Google

les possa em tempo algum sêr inquietado, ou molestado por qualquer forma que seja, em razaõ dos Projectos, que tiver proposto, e Opiniões, que tiver sustentado nellas; e, no caso de contravençaõ a este Artigo, se procederá na forma disposta no §. 49, e seguintes, contra os Offensôres. Os Juizes porem serão tanto mais severos no arbitrio da reparaçaõ, quanto d'isto depende a Liberdade da Representaçaõ Nacional, intimamente connexa com os Sacrosanctos, e utilissimos fins da sua instituiçaõ.

87.° Tambem nenhum d'elles poderá sêr julgado nas Causas Criminaes intentadas a seu respeito, senaõ por hum Tribunal da sua mesma Camara, organisado para o dicto fim no modo, e forma, que se prescrevêr no Regulamento interior d'ella: o que se praticará na Camara dos Deputados somente com os que forem actuaes. E durando as Sessões das Côrtes, e hum mez depois, nenhum poderá sêr demandado civilmente, nem executado por dividas.

O Sr. Thomé Pinheiro da Veiga, acabando de referir o Velho Liberal este Projecto, que elle chamava de huma Constituiçaõ Provisoria para os Portuguezes, fez-lhe as seguintes considerações.

1.ª *Vós conhecereis sem dívida que os Portuguezes, huma vez que obtenhaõ de Sua Magestade o dar-lhes para a Publica Administraçaõ de Portugal, e Algarves, hum Regimento organisado sobre as bases, que tenho exposto, conseguem desde logo a segurança da sua Liberdade, e da sua Propriedade. Ella em nenhum outro Estado foi taõ solidamente garantida, como se acha no meu Projecto desde o §. 40 em diante. Os Francezes juntáraõ, como Preliminar á sua* 1.ª *Constituiçaõ de* 1791, *a célebre declaraçaõ dos Direitos do homem, e do Cidadaõ, que foi hum meio para illudir a Multidaõ com o lisonjeiro annúncio de muitos, e muito vagos attributos, que se proclamávaõ, como sendo proprios de todos os Cidadãos. Naõ tracto agora nem da pouca exactidaõ, e solidez, que se descobre naquelles abstractos, e metaphysicos Artigos, quando elles saõ levados á huma rigorosa analyse; nem taõ pouco do grande perigo,*

Digitized by Google

que trazem comsigo semelhantes declarações, pelo abuso, que ha, de serem mal entendidas, e mal applicadas pelo Povo, entre que se fazem correr, sendo a maxima parte d'elle destituida da intelligencia, e dos conhecimentos indispensaveis para as entender, e applicar, como convem no meio da Sociedade Civil: limito-me somente a perguntar, qual seria na prática a vantagem, que resultasse aos Francezes d'aquella pomposa, e abstracta declaraçaõ de Direitos? Que se fez, ou que se Decretou, para que se lhes segurasse, e garantisse o gôso de algum d'elles? Como se prevenio o abuso, que as pessoas, constituidas em Poder, d'elle fizessem, em contravençaõ aos dictos proclamados Direitos? Naõ se tractou de nada d'isto: e por tanto, pouco depois d'esse brilhante illusorio Codigo Liberal, vimos em Setembro de 1792 Decretada por instancia de Danton a prisaõ dos suspeitos, meio o mais vago, e o mais indeterminado, e o mais capaz de destruir inteiramente a Liberdade, e Segurança dos Cidadãos. Devêo-se depois a Merlin, e a Chaumette em Setembro de 1793 huma Lei para definir, o que eraõ suspeitos, *a qual foi de tal sorte concebida que naquella classificaçaõ podiaõ incluir-se todas, e quesquer pessoas, que se quizessem perder. Os Direitos da Liberdade individual, da segurança, da propriedade em parte nenhuma do Mundo foraõ taõ facilmente atacados, como naquella época, que succedêo a dicta Declaraçaõ dos Direitos do homem, e do Cidadaõ entre os Francezes.*

Se analysâmos a Constituiçaõ de Hespanha de 1812, ella deixa igualmente sem garantia aquelles Sacrosanctos Direitos, que os homens procurâraõ segurar, unindo-se na Sociedade Civil. He verdade que alguns d'elles se achaõ annunciados na dicta Constituiçaõ in abstracto, e em theoria: *por exemplo, no Art. 371 proclama-se a Liberdade, que se diz competir a todos os Hespanhoes para escrever, imprimir, e publicar suas idêas Politicas, e no Art. 306 declara-se sagrada a casa de cada hum d'elles, para que naõ possa ser forçada senaõ nos casos, que a Lei determinar para a boa ordem, e segurança do Estado. Mas como foi prevenido o abuso do Poder, para que naõ succeda que alguem, estando no exercicio d'elle, salte por essas regras, e ataque esses Direitos, que se diz pertencerem aos*

Digitized by Google

Hespanhoes? De nenhuma sorte. O que se vio foi que, escrevendo, e sustentando Lardizabal que a Soberania naõ estava no Povo, as Côrtes se irritáraõ tanto que o fizeraõ condemnar em hum Tribunal especial, que para isso creáraõ. E isto, naõ obstante achar-se no Art. 247 determinado, que nenhum Hespanhol poderia ser julgado em Causas Civis, nem Crimines por huma Commissaõ, que he, o que veio a ser o dicto Tribunal especial (a). Naõ havia garantia nenhuma na Constituiçaõ, que escudasse os Direitos declarados, como proprios dos Hespanhoes. Elles foraõ illudidos com palavras; e naõ se tractou de fazer permanentemente effectivo, o que ellas significavaõ. Foi todo o cuidado tirar ao Rei; e naõ o houve igual em dar ao Povo, e em lhe segurar aquillo, que se lhe promettia. Entretanto he indifferente ao Povo achar-se expósto ao Despotismo Real, ou ao Despotismo Aristocratico de huma Corporaçaõ.

Os Velhos Liberaes, como nós, tem sempre o Povo diante dos olhos; he para bem d'elle, e com vistas nelle, que suas Constituições Politicas encaminhaõ tudo. Naõ saõ, nem foraõ nunca como os Tribunos da Plebe entre os Romanos, que trouxeraõ por Séculos a Republica em dissensões Civis, para que os Plebêos podessem sêr Pretores, Consules, Dictadores, etc. etc., cousas que importavaõ unicamente a elles Tribunos, ou aos das suas circumstancias, que podiaõ aspirar áquelles Cargos, e que em nada tocavaõ á maxima parte dos Plebêos, que nellas se faziaõ entrar, porque jámais aconteceria que estes subissem áquellas Magistraturas. Tudo aquillo foraõ luctas dos Governantes, ou dos que o pertendiaõ sêr; e nas quaes os governados só entravaõ illudidos por aquelles, e para os ajudar nos Projectos de seus particulares interesses. Os Velhos Liberaes, que sabem da Sepultura, como eu, sem terem já nenhuma espe-

---

(a) Eis aqui o grande perigo, que corre a Liberdade Civil com o Soberano sempre vivo, e em acçaõ: naõ ha nenhum Direito seguro; elle em hum dia pode destruir aquelle mesmo, que na vespera declarou como proprio dos Cidadãos.

O Velho Liberal.

Digitized by Google

rança de entrar em ordem alguma dos que governaõ o Mundo, ligados aos principios da Justiça Universal, que attende sempre ao bem da maxima parte dos homens, que he a Classe dos Governados, dirigem todas as suas fadigas a fazer mais feliz a sorte d'estes. (a) E he por isso que eu me segurei, quanto promettia a Providencia Humana, para que naõ ficassem illusorios aos Portuguezes os Direitos da Liberdade, e Propriedade, que me parecêo lhes deviaõ competir. Vós bem vêdes que toda a materia dos §§. 40, e seguintes he do immediato proveito de todos, e de cada hum dos Portuguezes, sejaõ elles de qualquer ordem, ou condiçaõ que forem: todos elles contem disposições a favor dos Governados. E já tambem vos mostrei que se naõ achava empregado hum igual desvelo nas outras Constituições, denominadas Liberaes. E se vos fallo só na de França de 1791, e na de Hespanha de 1812, he porque estas saõ as mais famosas entre aquellas.

2.ª Ao mesmo tempo que no meu Plano procurei fazer com que os Portuguezes desde logo segurassem a sua Liberdade, e Propriedade, garantindo-lhes estes Direitos por huma maneira, que me parece salva-los de todo o abuso do Poder; na permanencia de huma Representação Nacional, organisada segundo as regras da Politica, e accommodada ás suas circumstancias, elles teriaõ aberto o caminho para todos os melhoramentos, a que de futuro podessem aspirar, em quanto ás suas Leis Administrativas. E a Poderosa Maõ do Tempo caberia então ir levando gradualmente as cousas ao que ellas deviaõ ser, para que Portugal chegasse ao gráo da Prosperidade, de que era susceptivel.

Quem pode duvidar de que fossem sancionadas por Sua Magestade, e pelos seus Successôres, todas as Leis, que se lhes apresentassem depois de terem sido discutidas, e

(a) Isto he tanto assim que, mesmo quando elles advogaõ nisto, ou n'aquillo a Causa Real, he por entenderem, por vêrem, e por podêrem demonstrar a face do Universo que os Governados ficariaõ mal, se o Rei naõ tivesse os direitos, que elles procuraõ sustentar-lhe.

O Velho Liberal.

Digitized by Google

approvadas nas duas Camaras, na forma do meu Plano? Que interesse desviaria d'isso o Monarcha? Certamente nenhum. Ellas depois da dicta Discussaõ, e approvaçaõ levavaõ o Sello da Vontade Nacional; e que genio malfazejo se pode conceber existente no Monarcha para o impedir de Decretar o que a Naçaõ julga vantajoso aos seus interesses, quando elle nisso nada perdia? Era certo porém que, em vez de perder, ganhava: porque, se as dictas Leis eraõ na realidade vantajosas á Naçaõ, elle participaria da Prosperidade, que ellas acrescentavaõ ao Corpo, de que era Chefe: e, se eraõ illusorias as esperanças Nacionaes, Sua Magestade estava livre de se inquietar com as imputações de terem vindo da sua maõ, ou da sua falta de previdencia, quaesquer males, que os Portuguezes sentissem.

Sua Magestade podia têr em dous factos do seu proprio Reinado a prova da pessoal conveniencia, que d'isto lhe resultava. 1.° O Conselho d'Estado, que costumavaõ têr os Senhores Reis d'este Reino, e que lhe assistiaõ no seu Despacho, tinha-se acabado no tempo do Senhor Rei D. José, pelo Systema do Marquez de Pombal, que, para fazer mais illimitada a sua Authoridade, quiz concentrar nos Ministros, e Secretarios d'Estado toda a Authoridade, desprendendo-se d'aquelles Conselheiros. O dicto Senhor Rei D. José, vendo morrer os que havia, naõ nomeou nenhum, e d'esta sorte vieraõ elles a acabar, e os Ministros, e Secretarios d'Estado se começáraõ a tractar como taes, reputando-se que elles formavaõ o dicto Conselho d'Estado. D'esta sorte figuráraõ, quando no impedimento da Senhora D. Maria I. se fez necessario transferir a Regencia para Sua Magestade. Pode vêr-se o Decreto de 10 de Fevereiro de 1792, e o Assento, que lhe servio de motivo. Os dictos Ministros, e Secretarios d'Estado lisonjeávaõ-se de ter d'esta sorte accrescentado a sua preponderancia: mas chega o anno de 1796: as consequencias da Revoluçaõ Franceza fazem mais complicados os negocios, que pesavaõ sobre o Ministerio de Portugal; e entaõ os mesmos Ministros, e Secretarios d'Estado solicitaõ, e conseguem de Sua Magestade a Nomeaçaõ de hum numeroso Conselho d'Estado, que se realisou pelos Avisos datados de 4 de Julho do mesmo Anno. Como a responsabilidade se tinha feito maior, e se

Digitized by Google

receavaõ maiores resultados para o Reino, das medidas, que naquellas circumstancias se tomassem, já os Secretarios d'Estado quizeraõ companheiros, para que sobre elles tudo pesassem unicamente os queixumes, e as vozes da Publica Opiniaõ: e elles mesmos promovéraõ a destruiçaõ do Plano, em que havia fundado a sua preponderancia Ministerial.

2.º O Presidente do Erario era nelle Lugar-Tenente de Sua Magestade, com a maior authoridade possivel, conforme a Lei da sua creaçaõ; mas as despezas publicas, e extraordinarias, a que a Revoluçaõ Franceza arrastou Portugal, tinhaõ desaranjado a proporçaõ da Receita com a Despeza, fazendo necessarios emprestimos, novos impostos, e a creaçaõ de hum Papel-Moeda, que ia todos os dias diminuindo em crédito progressivamente. Era Presidente do Erario o Marquez de Ponte de Lima; e foi elle quem pedio, e instou a Sua Magestade pela creaçaõ da Junta Provisional do Erario, instalada pelo Decreto de 6 de Novembro de 1799, a qual parecia, e era tendente na realidade a diminuir a preponderancia do seu Cargo: mas, como elle se tinha feito mais complicado, quiz o dicto Presidente Companheiros, para que naõ reflectissem nelle isoladamente os queixumes Publicos.

Naõ he necessaria nenhuma outra consideraçaõ; para se têr toda a confiança de que Sua Magestade haja de sanccionar os Projectos de Lei, que lhe forem apresentados, tendo passado nas dictas duas Camaras. O mesmo Senhor naõ pode deixar de vêr nisso hum seguro meio para desviar de si todas as queixas dos Portuguezes pelos padecimentos, a que talvez de futuro os faráõ conduzir poderosas causas, ligadas com os grandes acontecimentos do Mundo nos nossos dias, e que naõ está na maõ de Pessoa alguma suspendêr, nem os seus necessarios resultados. Caminhando d'esta sorte a Côrte do Brasil, ha de vêr sem dúvida a sua propria conveniencia na dicta Representaçaõ Nacional, e na sancçaõ, que dêr aos Projectos de Lei, que lhe forem apresentados pelas duas Camaras: e achando-se ligado o seu interesse com os actuaes desejos dos Portuguezes no Projecto, que eu destinava propôr ás Côrtes, nem poderia haver dúvida em que Sua Magestade deferisse inteiramente ás suas súpplicas, nem seria racionavel o receio, de que Elle deixas-

Digitized by Google

se de annuir, e sancionar para o futuro as Leis, que lhe fossem apresentadas com a Discussaõ, e Approvaçaõ das duas Camaras.

3.ª Naõ havia que temer o descontentamento, e a reacçaõ de nenhuma das classes dos Portuguezes, sendo todas ellas contempladas nas duas Camaras. Caminhava-se mesmo na conformidade da primitiva Constituiçaõ do Reino, em que os Representantes das Camaras, o Clero, e a Nobreza formavaõ as Côrtes, para dirigirem ao Monarcha os seus apontamentos sobre tudo, o que lhes parecia de público proveito. Era isto o mesmo, que se continuava a praticar no mesmo plano. Tinha elle só a differença de se unir na Camara dos Pares a Nobreza, e o Clero, que d'antes figuravaõ separadamente: mas ninguem deixará de vêr nisto a simplificaçaõ da machina Politica, fazendo entrar nella menos rodas, que se embaraçassem humas ás outras. No Corpo Legislativo entravaõ na antiga Monarchia Franceza (a) quatro Elementos, a saber: 1.º a Camara do Clero, 2.º a da Nobreza, 3.º a dos Communs, e 4.º o Rei. O mesmo Corpo em Inglaterra tem somente tres Elementos, a saber: 1.º a Camara dos Pares, 2.º a dos Communs, 3.º o Rei. E os que compáraõ as duas Constituições censuraõ na primeira o maior número de Elementos, que concorriaõ na Legislatura, á qual assim como he proveitoso algum contrabalanço, para desviar a precipitaçaõ, e mesmo o influxo de huma Facção, tambem he prejudicial que ella os tenha de mais, para que naõ sirvaõ de paralisar a sua acção. Esse defeito pois he, o que eu tirei pela uniaõ do Clero, e da Nobreza de Portugal em huma Camara. Nosso antigo systema fazia com que cada huma das tres Ordens levasse a Sua Magestade separadamente as suas Representações, e d'este arbitrio resultava naõ ir objecto algum discutido, combinados os interesses de huns, e outros Cidadãos. Cada huma das Ordens pedia mais particularmente, o que lhe convinha, sem consideraçaõ ás conveniencias dos outros. E isto naõ podia deixar de fazer muito mais embaraçado o Monarcha nas resoluções, que

(a) Dauray de Brie Théorie des Lois Sociales Liv. 3.º Chap. 12.

Digitized by Google

houvesse de tomar: E no meu Plano entraõ todas essas Ordens, que d'antes entravaõ da Legislatura, por huma maneira mais simples, e de hum modo, que desembaraça mais o Rei, visto que se lhe apresentaõ os Negocios depois d'elles discutidos por todos aquelles, a quem podem interessar. E d'esta sorte pode affirmar-se que nenhuma alteração se fez realmente na Representação Nacional, tendo-se-lhe dado unicamente hum novo arranjo, que era commummente vantajoso a todos os Elementos do Corpo Legislativo, Sua Magestade, e o seu Ministerio, estando todos os dias com as fadigas de considerar, e trabalhar as Leis, que havião de fazer para Portugal, tem as duas Camaras, que com os seus trabalhos lhe facilitaõ o desempenho d'aquelles cuidados.

O meu Plano pois parecia-me encher inteiramente os desejos dos Portuguezes, tendo de mais a mais a vantagem de naõ podêr desagradar, nem ter alguma difficuldade para a sua approvação por Sua Magestade: e por tanto póde sêr que, se eu o lembrasse nas nossas Côrtes, elle conseguisse a sua geral approvação, sendo de esperar que obtivesse tambem na Côrte do Brasil, e que muito facilmente se consolidassem as actuaes circumstancias de Portugal.

(Continuar-se-ha.)

Considerações do Velho Liberal, sobre as suspeitas, conjecturas, e supposições, Critica, Filosofica, Politica, e Juridicamente consideradas, ou sejaõ para servirem de base á credibilidade dos homens, ou seja para os dirigir nos seus procedimentos Criminaes, e nas suas deliberações Politicas. Continuado de fol. 340.

A doença deve curar-se aonde ella está. Os remedios applicados aos que estaõ saõs naõ podem curar os que estaõ doentes. Se a molestia consiste nas Suspeitas de fantasmas, e de bruchas, e se pertende acudir-lhe em huma occasiaõ, dizendo-se ao Suspeitoso que se matáraõ aquellas fantasmas, e bruchas, de que elle tinha mêdo, a sua imaginaçaõ no dia seguinte produzirá outras para tambem se assustar com ellas; e, se se usar do mesmo remedio,

Digitized by Google

o Doente continuará sempre a padecêr: a sua enfermidade, porque, em lugar de lh'a corrigirem, lh'a nutriaõ com os remedios, que lhe subministrayaõ, os quaes eraõ impropios, por naõ sêrem applicados ao Suspeitoso, que era o Enfermo, mas aos Suspeitados, a quem se naõ tinha obrigação de curar. Vêmos muito frequentemente Amantes Zelosos, isto he, que suspeitaõ sêr-lhes infiel quem elles amaõ, e em quem os elles se naõ corrigem, deixando de sêr desconfiados, nada ha que baste para lhes dissipar as suspeitas; por mais que os outros façaõ, o Zelôso sempre suspeita, e sempre cuida que tem razaõ de Suspeitar, e porque? Porque nelle he que está a doença, nelle he que deve sêr curada; e os remedios tomados pelos outros naõ lhes podem aproveitar para o seu curativo.

Se pois a Suspeita existe no Suspeitoso, *est in pectore alieno sita*, como diz Plauto, naõ pode ser motivo para obrar nem criminal, nem politicamente contra o Suspeitado, em que ella naõ reside, porque em tal caso obrar contra este naõ cura o doente, e incommóda o saõ, e consequentemente he huma loucura, como seria querer acudir aos sonhos do que dorme, dando tractos a quem está acordado; e isto só o fariaõ criminalistas, e politicos da escola de D. Quixote.

Os Povos no meio das Crises Politicas ficaõ inquietos, propensos á desconfiança, e por isso faceis para serem seduzidos, e consequentemente desconfiaõ de tudo; e, ignorantes, e seduzidos, voluveis, e temerarios decidem o acerto das medidas pelos successos, e tudo quanto he infeliz procede de traiçaõ, no seu modo de pensar. Eis-aqui a descripçaõ da doença das Suspeitas populares, que acompanhaõ as Revoluções Ochlocraticas. A sua origem natural está na ignorancia, a artificial na seducçaõ, e por isso se disse *ignorantes*, e *seduzidos*.

A ignorancia he natural no Povo, e para conhecer isto basta reflectir nos difficeis caminhos, que conduzem á sciencia, e que estes nem saõ, nem podem ser trilhados por elle. Sendo pois a ignorancia natural no Povo, tambem lhe ha de ser natural o espirito suspeitoso; porque aquelle que ignora he semelhante ao que marcha por entre as sombras, e que naõ vê por onde caminha; apal-

Digitized by Google

pa, teme de encontrar precipicios aqui, e alli, e torna-se necessariamente desconfiado, bem como o zeloso que vê todas as infidelidades, que receia, porque tem os olhos cobertos com a venda do ciume. A luz, que mostra as cousas como ellas saõ, he o unico remedio, que convinha a todos estes, mas a ignorancia naõ a deixa accender.

Tantum terroribus addidit
Quos timeant non nosse Deos
Escreve Lucano Phars. Lib. 3. v. 416, e 417.

A ignorancia he quem neste quadro apparece com os pinceis na maõ para accrescentar os terrôres aos assustados. Quem conhece as cousas, e a ligaçaõ dos successos humanos, achando nisto a explicaçaõ dos fenomenos, que se apresentaõ aos seus olhos, naõ recorre a causas extraordinarias; ignorando porém as causas naturaes, que os podem produzir, he-lhes inevitavel procurar causas occultas, a que se attribua a sua origem. Eis-aqui porque o Povo acredita sempre facilmente em bruchas, feiticeiras, encantadôres, e magicos; e no tempo das suas Revoluções em prodigios, em perfidias, e em traições. Tudo isto lhe subministra hum meio facil de explicar, e de entender todos os acontecimentos. A sua ignorancia he a natural causa de todas estas affecções.

Ellas porem podem augmentar-se artificiosamente *sedizindo-se* o Povo para marchar por este mesmo caminho, para que a sua ignorancia naturalmente o arrasta; e por isso dissemos que a *origem artificial das suspeitas*, que rodeaõ o Povo subsequentemente ás suas Revoluções Ochlocraticas era a *seducçaõ*. Porém como he que o Povo póde ser seduzido para aquellas suas suspeitas, e para aquellas suas desconfianças? Cumpre ao Medico Politico indagar isto muito cuidadosamente para desviar a origem artificial destas affecções morbosas, que elle reconhece no seu doente. A ignorancia he a sua causa natural: por tanto, tudo quanto concorre para diminui-la ha de ser hum remedio contra as dictas affecções; e pelo contrario tudo quanto serve de accrescentar aquella haõ de ser meios de produzir estas. A seducçaõ pois dos Povos

Digitized by Google

para as suspeitas, e desconfianças, esta origem artificial das ditas suas affecções consiste em todos aquelles meios, que, accrescentando a sua ignorancia, augmentaõ os seus terrores. Ninguem, querendo seduzir outro para suspeitar, e para desconfiar, lhe confessa que se dirige a seduzi-lo? para o dicto fim emprega os meios de seduzir, sem dizer que intenta a seducçaõ.

Seguindo pois o Medico Politico este caminho, descobre facilmente, quaes saõ os remedios, e quaes saõ os venenos para curar, ou engravescer essa doença das suspeitas, e desconfianças populares.

Primeiramente: se o Medico he ignorante como o Povo, se vê as cousas do mesmo modo porque este as vê, naõ tendo em si a luz, que falta no outro, consistindo o remedio na dissipaçaõ das trevas, que rodeiaõ a este, elle naõ poderá jámais cura-lo, porque 1.°, naõ ha de vêr em que consiste a doença, e 2.° ainda conhecendo-o, como lhe falta a luz necessaria para cura-la, naõ ha de poder dissipar com ella as trevas, que saõ a causa das suspeitas, e desconfianças do doente.

Depois d'isto, se o Medico, em lugar de illustrar o Doente, que carece de luz, condensar mais as trevas, que o rodeiaõ, e que lhe originaõ as suas suspeitas, e as suas desconfianças, em vez de o curar, envenena-o: se em lugar de lhe desvanecêr os seus prejuizos, trabalhando por lhe persuadir que saõ fantasmas o que o assustaõ, e que elles só existem na sua fantasia, o confirmar sobre a sua realidade, e existencia, fingindo maltracta-los, e persegui-los com a morte, e deportaçaõ de cousas innocentes, que vestem com o nome, e exteriores dos assustadôres, e sonhados fantasmas, este Medico, em vez de o curar, envenena-o. Se elle em lugar de empregar os meios convenientes, para que o Suspeitoso vêja as cousas como ellas saõ, e conheça as causas naturaes dos effeitos, que observa, o encaminha a naõ vêr jámais estas causas, e a olhar para aquellas cousas com os seus olhos suspeitosos, e prevenidos de maneira que á sua realidade se lhe substituaõ os seus sonhos, e as suas fantasias, este Medico, em vez de o curar, envenena-o.

E contrahindo mais as idêas á especie da discripçaõ

acima feita da doença, se o doente era, por exemplo, o Povo Portuguez em 1808, *que ignorante, e seduzido decidia o acêrto das medidas pelos successos, e tudo o que êra infeliz procedia de traiçaõ no seu modo de discorrêr*; sendo a origem natural d'este seu máo estado a ignorancia do doente, que lhe fazia desconhecêr as forças reaes dos seus inimigos, motivo porque elle, desconhecendo as causas naturaes dos effeitos, que observava, quando estes triumphavaõ, recorria a cousas mysteriosas, e occultas, quaes as compras feitas pelos dictos inimigos, e as perfidias dos seus Compatriotas; se a este Doente se estiver gritando sempre, *que os Inimigos estaõ perdidos, que naõ tem gente para a guerra, nem o dinheiro de que se carece nella, e juntamente que elles naõ vencem senaõ por traições, e que só ha que temêr as compras, e as tramas, que elles empregaõ na guerra*, se depois d'isto os inimigos com effeito ganhaõ alguma vantagem, se depois de pintados naquelle estado de miseria, e vencêndo só por estes meios, elles fazem huma invasaõ em Portugal, quem he que *seduzia* o Povo para elle se reputar atraiçoado, e têr aquella maneira de discorrêr? Os referidos alimentos, com que se havia sustentado o doente, naõ eraõ todos elles capazes de o *seduzir*, e de o arrastar áquelle estado, em que elle apparecia? Haverá quem neste caso crimine o suspeitoso, quando as seducções empregadas no seu tractamento eraõ as mais proprias para o fazer suspeitar? Quando a consequencia que elle tirava de estar atraiçoado, era exactissimamente deduzida das preoccupações que lhe tinhaõ metido na cabeça? O Suspeitoso conservava se na situaçaõ exposta, porque em lugar de lhe terem desviado os meios de seducçaõ capazes de nutrir, e de excitar as suas suspeitas, lh'os haviaõ submnistrado prodigamente.

Se o doente pois fosse entregue a hum Medico Politico, que soubesse a Pathologia mental, e a Dynamica espiritual, e conhecesse por tanto o que eraõ suspeitas, aonde ellas residiaõ, e aonde deviaõ sêr curadas, e juntamente quaes eraõ as forças, que havia na natureza para as nutrir, e para as desvanecer, elle desviava-lhe aquelles alimentos seductores das suas suspeitas, e o Povo naõ se conservaria neste estado enfermo.

Digitized by Google

Com que: seja Aforismo nesta Medicina " As Sus-
„ peitas curaõ-se nos Suspeitosos, e naõ nos Suspeitados,
„ e curaõ-se naquelles substituindo-se ás trevas, que os
„ rodeaõ, e que lhes nutrem as Suspeitas, os raios de luz
„ que dissipaõ a mãi, e mais a filha. „

E se quizermos vêr isto confirmado com doutrinas da Cavallaria andante, leia-se o Capitulo 18 da Historia de D. Quixote. Elle encontra o enterro de hum Cavalheiro, que, tendo morrido em Baça havia disposto o ser enterrado em Segovia, para onde seu cadaver era conduzido por doze Ecclesiasticos com as suas Sobrepellizes, e tochas accesas, e por seis Cavalheiros cobertos de lucto. D. Quixote encontra esta comitiva de noite no meio da estrada, suspeita que no caixaõ ia algum Cavalheiro, ou morto, ou gravemente ferido, cuja vingança lhe estava reservada, e tem logo as suas suspeitas como realidades; e sem consultar mais nada enristou a lança, e atravessou-se no caminho, por onde o enterro devia passar; e, apenas elle se aproximou, gritou á comitiva, que parasse, e que lhe désse conta de quem eraõ, para onde iaõ, d'onde vinhaõ, e o que levavaõ no caixaõ.

Hum dos que iaõ a cavallo respondeo: *que a estalagem ainda estava longe, e que elles naõ tinhaõ tempo para o instruir de tudo, o que elle queria saber*: e picando a sua mulla destinava-se a continuar a jornada. D. Quixote mais suspeitoso com esta evasiva deita a maõ ás redeas da mulla, e insta-lhe que responda, ou que aliàs se preparassem todos para brigarem. A mulla era espantadissa, e taõ valente que, sentindo-se presa pelo freio, levantou-se de modo, que pôz a anca em terra, e cahio sobre o Cavalheiro. Hum moço, que ia de pé, insulta com injurias o Heróe, que por isso mesmo se torna mais suspeitoso, e colerico; e já, sem fazer mais perguntas, corre sobre hum dos cobertos de lucto, e o deita por terra em muito máo estado: d'este passa a outro, e por fim fogem todos espavoridos, cada hum para onde pôde, deixando a D. Quixote senhor do Campo da batalha.

Este reparando entaõ naquelle Cavalheiro, que tinha ficado debaixo da sua mulla, corre a elle, aponta-lhe a lança ao pescoço, dizendo-lhe, que se entregasse, ou

***

Digitized by Google

aliás morria. Elle respondêo-lhe *que bem rendido estava naquelle estado, em que nem se podia remecher, e caidava ter huma perna quebrada*: e continuou pedindo-lhe que, *se era Christaõ o naõ matasse, para naõ cometter hum Sacrilegio, porque era hum Bacharel, e tinha Ordens menores. Que he pois o que vos conduz aqui, sendo hum Ecclesiastico?* replicou D. Quixote: e o pobre Cavalleiro respondêo-lhe — *A minha desgraça, como vêr vedes.* — Instou o suspeitoso, *pois ella poderá sêr ainda muito peior, se me naõ respondeis immediatamente a tudo o que eu vos perguntei.*

Nada he mais facil do que isso, continuou o Bacharel, *porque eu naõ tenho a dizer-vos se naõ, que sou Afonso Lopes, natural de Alconvendas, que venho de Baça com mais onze Ecclesiasticos, que saõ estes que fizesteis fugir, acompanhando o cadaver de hum Cavalheiro, que lá tinha morrido, e queria sêr enterrado em Segovia, por ter ahi nascido.*

E quem matou este Cavalheiro? instou D. Quixote, a quem o Bacharel respondêo: *Deos com huma febre maligna, que lhe enviou.* Ficou tranquillo o Suspeitoso, muito de boa paz com o Bacharel, ajudando-o a tirar debaixo da mulla, aonde estava, com huma perna prêsa entre o estribo, e a sella.

Esta he a Historia, e ella ensina perfeitamente o nosso Aforismo. Em quanto o Suspeitoso D. Quixote perseguio, e maltractou os Suspeitados, naõ se curáraõ as suas Suspeitas, porque esses seus remedios eraõ applicados ao *Suspeitado*, e *naõ ao Suspeitoso*, aos sãos, e naõ ao doente. Agora: a medicina, que aproveitou, foi a que se dêo ao Suspeitoso; substituio-se a luz em lugar das trevas que o rodeavaõ, e que o faziaõ suspeitar; elle vio com este auxilio o que eraõ na realidade aquelles objectos, que os seus habitos de suspeitar lhe representáraõ como injustos offensôres do defuncto, e acabáraõ-se as Suspeitas.

Em quanto D. Quixote insultava, offendia, e maltractava os conductores do Enterro, a doença progredia, porque se applicavaõ os remedios aos suspeitados, que naõ eraõ os doentes. Em quanto estes, em vez de satisfazer o Suspeitoso com a relaçaõ da verdade, lhe naõ que-

Digitized by Google

naõ responder, e lhe fugiaõ; a doença continuava, porque, em lugar de se illustrar quem suspeitava, se accrescentavaõ as sombras originadoras das suspeitas com o mysterio do silencio, e com a fugida. Com que: aqui temos huma observaçaõ medica nos mesmos livros da Cavallaria Andante, em confirmaçaõ do Aforismo, que pertence ao curativo das Suspeitas na nossa medicina.

Cumpre-nos porem ainda observar duas cousas, antes de fechar este Capitulo da Historia de D. Quixote, e he a primeira: que quando o Bacharel se queixava ao Suspeitoso sobre os males, que elle tinha feito sem motivo, este respondeo-lhe — " *As cousas do Mundo naõ marchaõ* " *sempre como devem ir, e quem teve nisto a culpa sois vós,* " *que naõ devieis ir d'esta sorte, de noite com estas vossas* " *longas capas de luto, com estas sobrepellizes, e com estas* " *tochas accêsas, fallando por entre os dentes, e pare-* " *cendo por isso exactamente almas do outro mundo. Vós* " *bem vêdes que neste estado eu naõ podia deixar de vos* " *acometêr, e eu naõ prescindiria de o fazer, ainda quan-* " *do vós fosseis outros tantos diabos, como eu na verdade* " *entendi que vós ereis, reparando nestes vossos vestidos, e* " *figuras.* " Eis-aqui a linguagem dos Cavalleiros Andantes quando querem desculpar os males injustamente feitos por causa de Suspeitas; reputaõ tudo isso males necessarios, e que naõ estava na sua maõ remediar, porque lhes era inevitavel faze-los em razaõ *de que aquella commitiva podia sêr huma associaçaõ de Gentes do outro Mundo*; e, sendo preciso ao Cavalleiro neste caso ataca-la, naõ podia deixar de o fazer, insultando, maltractando, e ferindo fosse a quem fosse, até se desenganar, se aquelles vultos eraõ, ou naõ eraõ almas do outro Mundo.

E quem poderá resistir á força d'estes argumentos? O procedimento de D. Quixote com o Bacharel, segundo a sua Dialectica, era " *Huma medida de providencia;* " *a circumstancia era extraordinaria; naõ havia tempo* " *para demoras, era necessario ataca-lo, e deita-lo por* " *terra, fosse elle innocente, ou naõ, porque era indispensa-* " *vel ao Cavalleiro desenganar-se, se elle era alguma alma* " *do outro Mundo; e tudo quanto se faz para sahir d'es-* " *ta incerteza, e d'este perigo, e para concluir esta averi-*

Digitized by Google

„ *guiçaõ; tudo quanto se faz por este motivo; he justo, e* „ *he permittido; e se se causa algum mal a hum Innocente,* „ *paciencia, he hum inconveniente, que tem todas as obras* „ *dos homens, e que he impossivel remediar.* „

Se D. Quixote naõ obrasse rapidamente, corria-se hum grande risco! " *E, se fossem almas do outro Mun-* „ *do, que se havia de fazer, perdida aquella occasião?* „ *Ninguem ignora as tramas, que as almas do outro Mun-* „ *do causaõ cá por este, e he preciso acudir-lhes a tempo.* „ Com que, para os Cavalleiros Andantes, ainda que a Suspeita seja " *Se hum Bacharel de Baça he, ou naõ, al-* „ *guma alma do outro Mundo* „ e a razaõ de o duvidar seja " *Vê-lo de noite com hum longo vestido preto, com* „ *huma Sobrepelliz, com huma tocha na maõ, e fallando* „ *por entre os dentes* „ (o que tudo saõ caracteres muito semelhantes aos que se encontraõ nas almas do outro Mundo); he de Direito, e de Justiça, poder ataca-lo, e maltracta-lo; porque na cura da Suspeita naõ pode estar o remedio, ainda quando ella seja da natureza desta do insigne D. Quixote.

Passemos agora á segunda Observaçaõ, a que nos dá lugar o dicto Capitulo da Historia de D. Quixote. Em todas as deliberações, e em todos os procedimentos *por Suspeitas, e contra Suspeitos*, sempre se inculcaõ como base de huma, e outra cousa — *exames bem conduzidos, informações verosimeis, e indicios ponderosos, que aconselhaõ o partido escolhido*; — accrescentando-se ao mesmo tempo, que bem poderá acontecer serem involvidos huns mais Suspeitosos, outros menos Suspeitosos, e até alguns innocentes, mas que tudo isto vem a ser inconvenientes inseparaveis das obras dos homens, visto que elles podem errar.

Sendo nas Crises Politicas muito frequente o uso das deliberações, e dos procedimentos por *Suspeitas, e contra Suspeitos*, principalmente quando as dictas Crises se succedem humas ás outras, termos em que naõ acontece commummente outra cousa mais do que huma cadea de reacções, isto he, de fracções da Sociedade Civil, humas dominantes, e outras dominadas, aquellas quasi sempre intolerantes, e perseguidoras, e estas tambem quasi

Digitized by Google

sempre inculcadoras da tolerancia Politica, ao mesmo tempo que perseguidas, cumpre analysar muito miudamente o sobredicto raciocinio, sendo feito, e applicado aos procedimentos por *Suspeitas*, e *contra Suspeitas*, para que vejâmos se podêmos diminuir alguma cousa os males feitos aos homens, ou sem motivo algum, ou por motivos insufficientes.

Como se tracta de procedimentos por *Suspeitas*, e *contra Suspeitos*, seguem-se necessariamente dous Corollarios. 1.° Que as pessoas, a que se attribuem as dictas deliberações, e os dictos procedimentos, haõ de ser d'aquellas, a quem basta Suspeitas para proceder, isto he, haõ de ser pessoas Suspeitosas: 2.° Os motivos, que os conduzem a deliberar, e a obrar, haõ de ser *nadas*, que lhes parecem importantes; porque as Suspeitas saõ operações do entendimento, que tem por base o *nada*, segundo a boa Filosofia d'Arnobio por nós acima referida.

As pessoas haõ de ser da escola de D. Quixote, que era *suspeitoso de causas occultas, mysteriosas, e desconhecidas, como os seus encantadores; e as almas do outro Mundo, e diabos, andando cá por este a fazer disturbios com figuras humanas*; porque, se este errante Cavalleiro naõ fosse d'estes sentimentos, bem podiaõ andar pelas estradas todos os Ecclesiasticos de Baca, de noite, com as suas longas capas pretas, e vélas accêsas, conduzindo a quantos Defuntos quizessem, que jámais viria á cabeça de quem os encontrasse, serem elles almas do outro Mundo, ou diabos.

Os motivos, que haõ de ser a base das operações do seu entendimento, seraõ *nadas*, porque saõ Suspeitas; seraõ taes, quaes decidiraõ D. Quixote para atacar a comitiva do enterro, *gentes andando de noite pelos caminhos com vestidos pretos, e compridos, e com tochas accêsas na mão, e fallando por entre os dentes*! Este cúmulo de motivos pareceo ao Heróe da Mancha huma collecçaõ de *exames bem conduzidos, e de indicios ponderosos*, que lhe aconselhavaõ o partido por elle escolhido; e tanto lhe parecêraõ motivos, a que ninguem podia resistir, que elle diz ao Bacharel, *que este era o culpado dos seus incommodos, por lhe têr ido dar os dictos motivos*, os quaes infallivelmente seriaõ *nadas*, e naõ conduziriaõ ninguem a

Digitized by Google

fazer algum dos desatinos, que elle fez, sendo apresentados aos olhos dos que sabem o que *saõ Suspeitas, e naõ obraõ por Suspeitas.*

Com que: tractando-se de procedimentos *por Suspeitas, e contra Suspeitos, os exames bem conduzidos, as informações verosimeis, e os indicios ponderosos*, naõ podem deixar de ser d'aquelles, que parecem taes aos Suspeitosos, como D. Quixote; e que saõ *nadas* para os outros homens, que vem o seu entendimento livre d'esta enfermidade. E quando os motivos, que se tomaõ para proceder, saõ d'esta natureza ainda que pareçaõ taõ irresistiveis a quem procede por elles, como aquelle Cavalleiro tinha os seus para se justificar com o Bacharel de Baça sobre os males, que lhe tinha causado, naõ he neste caso que se pode applicar o Aforismo do *inconveniente, que tem todas as obras dos homens, e que he impossivel remediar*; porque nelle havia o facil remedio, de naõ se decidir por Suspeitas, de indagar primeiro o que eraõ Suspeitas, antes de querer proceder por ellas, e de naõ acreditar em almas do outro mundo, e em diabos andando pelos caminhos em figura humana, fazendo disturbios.

Isto naõ saõ cousas taõ difficeis de fazer, que exijaõ mais do que qualquer homem ordinario de inteiro entendimento. Aquelle Aforismo tem lugar quando se empregaõ todos os meios proprios para acertar, e assim mesmo se desacerta; mas quando se marcha mesmo como quem quer errar, (e caminha assim quem procede por Suspeitas contra os outros, segundo temos demonstrado, e o confirma a Historia de D. Quixote, de que tractamos) neste caso só elle, e outros como elle, he que arrastariaõ aquelle Aforismo para se justificarem dos males, que injustamente causáraõ ao Ecclesiastico de Baça.

A avaliaçaõ dos motivos, que dirigem os nossos juizos, depende tambem muito da pessoa do Avaliador; hum homem pode avaliar em muito os motivos, que outro avalia em nada, ou em pouco; isto naõ depende pois unicamente da qualidade dos motivos. As propriedades da Espiral naõ foraõ demonstradas por muito tempo, senaõ pelo methodo obscuro, e complicado de Archimedes. Bavillaud, celebre Mathematico, bem conhecido pela sua

Digitized by Google

Obra, intitulada *Opus novum ad Arithmeticam infinitorum*, dizia que tinha lido muitas vezes a passagem de Archimedes, sem que jámais se podesse persuadir das Propriedades da Espiral, nem perceber a força da sua proposiçaõ. *Et memini me nunquam vim illius percepisse totam.* Vèja-se o Prologo da Obra do Marquez de l'Hospital, cujo titulo *l'Analyse des Infinitement Petits* — publicada em 1696, em 4.º Francisco Victe, outro illustre Geometra, de igual celebridade ao antecedente, até por sêr o primeiro, que se servio na Algebra das letras do alfabeto, para designar as quantidades conhecidas, dizia que elle áchava hum paralogismo na doutrina d'Archimedes.

Aqui temos as propriedades da Espiral, que Archimedes descobrio, e que eraõ para elle de huma certeza metafysica, bem como toda a outra propriedade de huma Curva, sendo para hum outro bom Geometra somente provaveis, e para hum terceiro, igualmente bom naquella profissaõ, ou duvidosas, ou mesmo falsas. O que he certeza para hum homem póde sêr probabilidade para outro, e dúvida para hum terceiro, e isto ainda quando todos elles tem bons olhos, como todos estes, de que fallámos.

A avaliaçaõ pois dos motivos, que dirigem os juizos dos homens, dependem muito dos olhos dos avaliadôres; e por tanto as Suspeitas, que saõ nada quando vistas por Arnobio, e por outros homens da sua intelligencia, podem sêr *exames bem conduzidos*, *informações verosimeis*, e *indicios ponderosos* para outros; assim como homens de noite por huma estrada com grandes vestidos pretos, tochas accezas na maõ, psalmeando ao pé de hum defunto, isto que para as Gentes sensatas mostrava hum enterro, aos olhos de D. Quixote eraõ provavelmente almas do outro Mundo, ou diabos com figura humana. Tudo está nos olhos que vêm, serem elles d'Arnobio, de pessoas sensatas, ou de D. Quixote, e d'outros que taes.

Havendo pois esta taõ grande differença, naõ he possivel que se possa geralmente applicar aquelle lembrado Aforismo *do inconveniente, qual tem todas as obras dos homens*; para desculpar os erros d'alguns. Quando se desacerta com olhos de Bovillaud, e de Victe, tractando-se

Digitized by Google

de Geometria, entaõ tem lugar o Aforismo; agora quando se desacerta com olhos de D. Quixote, Deos nos livre que elle tivesse cabimento neste caso! E quem considera Suspeitas, *como indicios ponderosos*, tem olhos de D. Quixote, e de Cavalleiro Andante, que vêm, naõ o que se lhe apresenta aos olhos, mas o que elles tem na sua fantasia; e que daõ a *nadas* o Corpo de tudo aquillo, que elles querem, como se vê executado neste Capitulo da Historia do Heróe da Mancha.

(*Continuar-se-ha.*)

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.° 9.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Considerações do Velho Liberal sobre o resultado das actuaes circumstancias Politicas de Portugal. Continuadas do N.° antecedente.

O Sr. Thomé Pinheiro da Veiga, depois d'estas considerações, relativas ao dicto seu Plano na Publica Administraçaõ de Portugal, accrescentou que dous objectos havia, de que as Côrtes se deviaõ particularmente lembrar, para sobre elles pedirem tambem a Sua Magestade a providencia, que as presentes circumstancias do Reino faziaõ indispensavel.

Hum d'elles era a maneira de continuarem as relações Commerciaes entre Portugal, e o Brasil.

As antigas considerações d'estas duas partes da Monarchia tinhaõ sido inteiramente alteradas, desde que Sua Magestade mudou a sua Côrte para a America. Portugal d'antes era Metropole, e o Brasil era Colonia; e o Systema Colonial adoptado pelas Nações Europeas, e de cujo desacerto escusâmos de tractar agora, fazia muito vantajosa a condiçaõ dos Portuguezes. Naõ he possivel, nem mesmo seria justo, ainda sendo-o, que as cousas voltassem outra vez, ao que eraõ d'antes, para sacrificar os interesses do Novo Mundo aos da Europa. Mas tambem nem he possivel, nem he justo que, mudadas as circumstancias, o Brasil, a quem Portugal noutro tem-

Digitized by Google

po tractou como Padrasto, se queira agora compensar d'isso, tomando para com elle a figura de Enteado. He perciso adoptar huma Politica Liberal, dictada pela razaõ, e pelos mutuos interesses, e qual se devia ter seguido em todo o tempo. Os dous Reinos (consideramos Portugal, e os Algarves como hum só) saõ partes de hum Todo, e devem ambas sêr olhadas debaixo d'este ponto de vista, para se naõ entender proveitoso, cuidar nas utilidades de huma, á custa dos prejuizos da outra. O Todo nada ganha nisto, antes desarranjará sem dúvida a sua saude, tornando paralíticos hum de seus Membros, para fazêr os outros nimiamente succolentos. Esta deve sêr a base das relações commerciaes, e amigaveis entre o Brasil, e Portugal, a qual tem sido desattendida até agora, de maneira que, havendo Leis prohibitivas em Portugal, as quaes excluem do seu consummo os generos Estrangeiros, analogos ás producções Americanas, naõ as ha iguaes no Brasil, relativas ao seu consummo dos generos, que saõ proprios de Portugal. Os dous Reinos, considerando-se huma familia, devem procurar a sua mutua prosperidade, e riqueza: e aquella parte d'esta, que passar de hum para o outro, ficará dentro do mesmo Todo: e, caminhando-se debaixo d'estas idêas de huma justa reciprocidade, Portugal concorrerá para desenvolver a industria do Brasil, e este para fomentar, e sustentar a d'aquelle.

Este Artigo, sendo muito digno de attençaõ, e devendo sêr pelas Côrtes proposto a Sua Magestade miudamente com respeito aos muitos, e muito diversos objectos, que nelle podem entrar, exige com tudo muita sabedoria, e prudencia, porque tem relaçaõ com o Commercio dos dous Reinos para com as outras Nações, as quaes, se forem inteiramente excluidas de vendedoras dos seus productos proprios em nossos Mercados, naõ he possivel esperar d'ellas que nestes appareçaõ como Compradoras. Ha de sêr pois indispensavel attender muito a isto, para que Portugal naõ entenda que existe só no Mundo, e que o Brasil naõ tem de olhar, senaõ para elle, da mesma sorte que Portugal naõ pode prescindir de suas relações Commerciaes com os Estrangeiros, que lhe

Digitized by Google

hajaõ de consumir algumas producções do seu territorio. Ninguem hoje se deve enganar com a indiscreta esperança de dar ás outras Nações os seus productos, sem d'ellas receber outros em permuta. Este Systema era mesmo insustentavel sempre, porque naõ podia durar por muito tempo o Commercio de huma Naçaõ com outra, quando huma d'ellas quizesse sêr sempre Vendedora, para receber da outra somente metaes preciosos em paga, do que lhe fornecia. Se naõ fôsse hum Paiz mineiro aquelle, com que se pertendesse negociar d'esta sorte, os metaes haviaõ de acabar nelle, e consequentemente o Commercio d'aquella Naçaõ, que com ella assim pertendesse tractar: porque, acabando os dictos metaes, naõ se esperando achar o pagamento dos productos, que se lhe levassem, havia de sêr indispensavel desistir d'este tráfico.

O grande embaraço, em que o Mundo se acha hoje, e que excita os descontentamentos, que vaõ por toda a parte, talvez que tenha a sua principal origem na falta d'estas considerações, que acabamos de fazer. Todas as Nações trabalháraõ ha muito por conseguir duas cousas, que se destroem mutuamente. Quizeraõ ao mesmo tempo: 1.º pelo illimitado melhoramento da sua industria satisfazer com productos seus a todas as suas precisões: e 2.º augmentar o seu Commercio externo. Estes dous empenhos saõ incompativeis entre si. Para prosperar o Commercio Estrangeiro he necessario que nós tenhamos, que dar aos outros, e tambem que receber d'elles. Se nos pômos em circumstancias de naõ receber alguns productos alheios, he necessario que fiquemos com todos os nossos, por se ter feito impraticavel a permuta. Em consequencia: aquella primeira pertençaõ era inimiga da segunda, da mesma sorte que a segunda era inimiga da primeira. As Nações porem intentáraõ todas sêr ao mesmo tempo independentes das outras, quanto isso lhes era possivel, e commerciar com ellas para lhes dar o seu superfluo. O resultado d'este projecto havia de sêr infallivelmente, o que foi. Todas querem hoje sêr Vendedoras, e nenhuma Compradora. E entaõ o Commercio Estrangeiro acabou irremediavelmente, porque elle exigia quem quizesse dar productos, e recebêr productos; carecia de

Digitized by Google

dous Permutantes, e naõ apparece senaõ hum. Vê-se pois em toda a parte huma superabundancia de effeitos, hum sem número de Vendedores, naõ sendo proporcionado a elle o dos Compradores: e dahi provem a falta de valôr venal em quasi todos os productos; suspenderem-se, ou diminuirem-se consideravelmente os empregos dos Trabalhadores, e os seus jornaes, e apparecer huma geral miseria, summamente inquietadora, e ameaçadora de grandissimas perturbações, e dos mais horriveis desastres.

As nossas Côrtes pois neste Artigo das suas relações commerciaes com o Brasil devem sêr muito circumspectas, e comedidas no que pedirem a Sua Magestade; tendo em vista sempre as considerações, que acabamos de fazer. He indispensavel que ao Brasil se deixem proporções para continuar o seu Commercio com as outras Nações, de que carece para o consumo de muitos dos seus productos, que saõ superabundantes aos gastos de Portugal. E para isto he necessario que o Brasil tambem d'ellas possa receber algumas das suas producções, da mesma sorte que Portugal, para ter Consumidores Estrangeiros de alguns generos, que só elles lhes podem gastar, carece de naõ se fazer de todo independente das importações das suas mercadorias.

Guardando-se porem as convenientes medidas, podem conseguir-se mutuos interesses, que aliàs se arriscaraõ, ou frustraraõ, se se faltar a ellas. He nisto em que tambem se verifica o velho proverbio da Politica, *que o Optimo he inimigo do bom.* Querendo-se obter mais, do que he possivel alcançar, perde-se muitas vezes indiscretamente aquillo, que sem difficuldade se conseguiria, e que seria bastante para fazer próspera a nossa condiçaõ.

O Brasil he hum Paiz Mineiro: elle deve considerar o ouro como hum producto do seu Territorio, que, extrahindo-se annualmente em certa quantidade, naõ convem que seja obstruido nelle, para que a sua accumulaçaõ venha a desaprecia-lo, como acontece com todas as outras cousas, das quaes, em quanto a isto, em nada se distinguem os metaes preciosos. Portugal necessita d'elles para serem o vehiculo da sua Circulaçaõ. Mutuos interesses pois ligaõ os dous Reinos nas suas relações mercantis; e,

Digitized by Google

calculando-se bem seus verdadeiros interesses, ellas podem arranjar-se por Sua Magestade em commum proveito de ambos. O Brasil naõ deve mesmo cobiçar recebêr curso de Portugal; se se desvelasse por este empenho, obraria taõ indiscretamente como a Madeira, se se empenhasse, para que lhe fossem os Vinhos do Douro, ou dos Açores.

O Sr. Thomé Pinheiro da Veiga juntou a estas considerações muitas outras, que estenderiaõ em demasia este Artigo, se o Velho Liberal as quizesse referir todas, e por isso elle, contentando se com o que tem escripto, passa ao outro objecto, que o dicto grande Procurador da Côroa tinha em vista para lembrar nas nossas Côrtes. Era elle relativo á dependencia dos Portuguezes para com o Brasil, em quanto aos seus Negocios, que careciaõ da intervençaõ da Publica Authoridade. Parecia-lhe que elles deviaõ pedir a Sua Magestade que desprendesse da Sua Real Pessoa muitos, que podiaõ terminar-se nos Tribunaes Portuguezes sem diminuiçaõ alguma do Poder Regio.

Mesmo estando em Portugal os nossos Reis, o Senhor D. Joaõ V. pelo seu Alvará de 24 de Julho de 1713 tirou da dependencia da Sua Real Presença muitos Negocios, que d'antes careciaõ della. E, supposta a residencia da Côrte no Brasil, mais urgentes motivos exigem agora huma identica providencia, a que Sua Magestade naõ ha de certamente denegar-se, sendo proprio do nosso Congresso Nacional o propôr-lhe os objectos, que lhes pareça deverem comprehender-se nella. E neste Artigo, dizia elle, que era muito opportuno pedir tambem a Sua Magestade se dignasse de ter sempre em vista naõ unir jámais para o futuro na mesma pessoa o exercicio de Regedor da Casa da Supplicaçaõ, e alguma das incumbencias do Governo. A Magistratura he o Corpo encarregado da execuçaõ das Leis, e convem, para a conservaçaõ da Liberdade Civil, que elle estêja em summa independencia, de quem exercita o Poder Executivo; porque de outra sorte faltará a garantia, que os Cidadãos devem esperar de ter no dicto respeitavel Corpo, estando elle servilmente addido, a quem estiver no Governo. Que bar-

Digitized by Google

reira pode este achar nos Magistrados, quando pertenda abusar da sua authoridade, tendo-os a todos elles na sua dependencia pelo exercicio de Regedor da Casa da Supplicaçaõ, de cujas informações dependem os seus adiantamentos? A inteira independencia dos Juizes para com o Poder Real na Inglaterra he considerada como hum dos mais firmes apoios, que na sua Constituiçaõ encontraõ os Inglezes, para lhes segurar a sua Liberdade, e Propriedade; e isto deve conduzir tambem a Sua Magestade para attender os Portuguezes nesta súpplica. E pode sêr que a maior parte dos males preteritos, e que conduzíraõ Portugal ás difficeis circumstancias, em que hoje se acha, tivesse a sua principal causa, em naõ ter a Sua Magestade occorrido ha mais tempo esta consideraçaõ.

O Sr. Thomé Pinheiro da Veiga, depois d'esta longa digressaõ, que teve com o Velho Liberal para lhe manifestar, quaes seriaõ os arbitrios tomados pelas nossas Côrtes, se elle as podesse dirigir, continuou a dizer-lhe que se porem ellas, em vez de se contentarem por agora com as súpplicas a Sua Magestade, que elle acabava de referir, insistissem em propôr-lhe logo huma Constituiçaõ acommodada ás circumstancias de Portugal, para que o mesmo Senhor fôsse servido aprova-la, e conceder-lha, havia de esforçar-se, quanto podesse, para que os Portuguezes a organisassem segundo o modêlo da Constituiçaõ Ingleza, sustentando-a sobre a base dos tres Poderes, a saber o Legislativo nas duas Camaras com o Rei, e o Executivo inteiramente entregue a este.

Eu já vos tenho exposto muito amplamente, dizia elle, *as razões, que me conduzem a querer desviar os nossos Portuguezes de incluir a Legislatura em huma só Camara: e, havendo ella de sêr dividida em duas, tambem vós já sabeis porque maneira eu as organisaria, e como as faria contrabalançar entre si, estando tudo isso desenvolvido no Plano, sobre que vos entertive até agora. Começando pois a Constituiçaõ pelo que pertence ás dictas duas Camaras, que haviaõ de concorrêr no Legislativo, seria entaõ preciso accrescentar-lhe o que pertencia á parte, que nelle havia de caber ao Rei. Vós já podereis conhecêr, pelo que tenho dicto, qual seja a este respeito a minha opiniaõ. Eu considero*

Digitized by Google

o Monarcha como sendo hum Elemento essencial, e integrante do Corpo Legislativo; e por tanto naõ posso dispensar-me de têr a Sancçaõ Real inteiramente livre como indispensavel, para que as Leis hajaõ de obrigar.

Naõ se pode dizer cousa alguma de novo sobre esta questaõ. Ella foi tractada, e discutida taõ amplamente no curso da Assemblêa Constituinte da França, que será impossivel descobrir agora caminho ainda naõ trilhado, ou seja para a illustrar, ou seja para a obscurecér. Eu entendo porem que a nenhum motivo, por mais plausivel que seja, se deve attribuir tanto pêzo, quanto he necessario para nesta parte nos devermos separar da Sabedoria Ingleza, tendo ella o respeitavel Sêllo da Experiencia de mais de cem annos. O Monarcha tem na Grã-Bretanha o Veto illimitado sobre as Leis: nenhuma deliberaçaõ, ainda consentida pelas duas Camaras, entra no número d'ellas, sem que consiga a Authoridade Real. Em o Rei naõ consentindo, o Ministro escreve — le Roi s'advisera — (o Rei pensará) e por esta dôce maneira o Bill fica rejeitado. Por mais vezes que se renove a sua apresentaçaõ ao Throno, este gosa sempre da mesma authoridade. E que inconveniente resultou d'isto ainda naquelle estado? Nenhum. O Rei usa rarissimas vezes d'essa faculdade. Nem he possivel que aconteça outra cousa. Huma de duas: ou a Lei toca nas prerogativas da Corôa, naquelles direitos, que a mesma Constituiçaõ attribue ao Monarcha, naõ por conveniencia d'elle, mas por entendêr que o pede assim o bem do Todo: ou naõ toca nisso, sendo unicamente relativa a outros objectos da Publica Administraçaõ. No primeiro caso o Direito do Rei, para impedir, dirige-se mesmo a bem de se mantêr a Constituiçaõ; e seria huma inconsequencia que esta se privasse de hum meio tendente á sua propria estabilidade. No segundo caso, naõ sendo possivel concebêr receio prudente de huma opposiçaõ sem motivo, visto que o Rei nenhum interesse teria nisso, a denegaçaõ do direito de impedir naõ podia ter outro resultado, que naõ fosse inutilizar as considerações, que conduzissem o Rei a recusar o seu consentimento; isto he, a dicta denegaçaõ estorvaria que se desviasse da Naçaõ huma providencia, em que o Rei achava inconvenientes mesmo em relaçaõ a ella. Parece pois que em todo o caso o interesse Nacional está ligado com o referido Podêr nas maõs do Rei.

Digitized by Google

» He porem digno de admiração que se faça objecto de grande dúvida o reconhecimento d'este Direito na Corôa, não podendo deixar de sêr pânico o terrôr, de que ella abuse de semelhante faculdade: e por tanto só o apetite de não desviar de theorias he que pode nutrir pertinazes contestações a este respeito. Quando ellas se sustentáraõ por tanto tempo, e com tanto calôr na França, Neker apresentou no Conselho do Rei huma Memoria, que depois foi por elle transmittida á Assembléa Constituinte, aos 11 de Setembro de 1789, na qual mostrava que hum Veto suspensivo por duas Legislaturas, semelhante ao que se adoptou nos §§. 146 e seguintes, da Constituiçaõ d'Hespanha de 1812, ainda seria mais vantajoso para o Rei do que o Veto illimitado: e, em quanto a mim, isto serve indubitavelmente para se vêr que a dicta questaõ, attendida a prática, naõ tem a grande importancia, que lhe daõ os que a contemplaõ só pela parte theórica. (a) E sendo isto assim, naõ nos parece que seja discreto desviar da Sabedoria Ingleza, já experimentada, para conseguir huma cousa, que na prática valerá tanto como a outra.

Sendo porem do interesse Nacional na Monarchia dar consideraçaõ á Dignidade Real, e fazê-la o mais respeitavel que sêr possa, conviria certamente a este fim naõ limitar no Rei o Direito de impedir as Leis, quando d'ahi naõ resulta desproveito algum á Naçaõ, e se accrescenta o respeito ao Throno. Os usos Inglezes saõ certamente dignos de grande louvôr nesta parte: elles naõ deixáraõ de attender a cousa alguma, que conviesse para engrandecêr ao mesmo tempo o Throno, e os Vassallos. As fórmulas, de que o Rei se serve neste caso, levão todas esta nota caracteristica de Sabedoria. Quando se tracta de acceitar hum Bill Publico, he a formula — le roi le veut: (o Rei assim o quer) — sendo elle hum Bill Particular, usa se d'esta — soit fait comme il est desiré (faça-se como se deseja) — sendo elle relativo aos Subsidios, o Ministro escreve — le

(a) Em alguns dos N.os seguintes daremos aos nossos Leitores a traducçaõ d'esta Memoria, na qual elles acharáõ muito sabias Considerações em abôno dos Parecêres do Sr. Thomé Pinheiro da Veiga.
(O Velho Liberal.)

Digitized by Google

roi remercie se loyaux sujets, accepte leur benevolence, e aussi le veut. (*a*) (o Rei agradece aos seus leaes Subditos, e acceita a sua benevolencia, e assim o quer.) — *Nas Formulas apparece sempre em grande respeito o Poder Regio, parecendo-se inculcar em todas ellas, que d'elle vêm inteiramente a Authoridade da Lei: A Naçaõ naõ julga perdêr, e na realidade nada perde, accrescentando o lustre ao seu Chefe. Quando o Bill he particular, o Rei inculca ter huma condescendencia com a Naçaõ: quando se tracta de subsidios, principia agradecendo, e empregando mesmo para com os Vassallos a frase* — a sua benevolencia — *e só depois d'isto he que vem o Rei no final* — Assim o quer. — *Eu naõ posso deixar de vêr em tudo isto huma summa delicadeza até nas maneiras de tractar entre o Chefe, e os Membros de huma familia, que mostra a Sabedoria, que presidio á Organisaçaõ do Podêr Legislativo na Constituiçaõ Ingleza.*

Havendo duas Camaras organisadas na forma do meu Plano, das quaes a dos Pares, por sua natureza, havia de apoiar o Rei, em razaõ das qualidades, e vantagens hereditarias de seus Membros, e contêr a dos Deputados para desviar a Democracia, impedindo tambem as usurpações da Corôa sobre a Naçaõ, para que elles naõ fossem opprimidos juntamente com esta, neste caso o Direito Suspensivo de impedir as Leis, seria bastante ao Monarcha para evitar os inconvenientes de medidas precipitadas, e de huma frequente inversaõ a respeito d'ellas. Eu entaõ insistiria no Veto illimitado *unicamente pelos motivos referidos, e que tem relaçaõ com o respeito do Throno. Havendo porem só huma Camara, ou duas, compostas de Cidadãos da mesma condiçaõ, como saõ os Senados, e os Conselhos das Constituições Americanas, que naõ tem interesses diversos para se contrabalançarem mutuamente, tenho entaõ por indispensavel na Pessoa do Rei o* Veto illimitado. *Temos nestas circumstancias o Podêr Legislativo com o Executivo em o choque immediato, sem haver força alguma intermedia, que modere as usurpações de hum para com o outro. He pois necessario escudar a cada hum d'elles com meios legaes pa-*

(*a*) De Lalme Constitution de L'Anglaterre Liv. 1.° Cap. 3.°

Digitized by Google

na a sua propria defeza. As pertenções de opprimir hum ao outro para chamar a si todo o Poder, estaõ intimamente ligadas com a natural Condiçaõ Humana, de que se revestem os Agentes de ambos elles. Deve se pois ter como infallivel, que ellas haõ de apparecer desenvolvendo-se de cada huma das partes toda a sua força; e se naõ encontrarem na outra a poderosa resistencia de que se carecêr para repellir aquelle ataque, ou o Legislativo opprimirá o Executivo, ou este annulará aquelle.

O Abbade Sieys (a) inculcou, que a Historia nos ensinava a ter mais justos receios dos attentados do Poder Executivo contra o Corpo Legislativo, do que ás avessas: e, dando isto por certo, bem que sem alguma prova, reconhecia com tudo que, apesar d'isso, podendo ambos aquelles Podêres serem ameaçados de usurpaçaõ pelos ataques de hum ao outro, mutuamente careciaõ de defeza para se sustentarem, e salvarem. Eu naõ convenho na hypothese d'este Politico, taõ conhecido nos Annaes da Revoluçaõ Franceza: acho muito mais temiveis as emprezas do Legislativo sobre o Executivo, e cuido que a Historia virá tambem em meu abôno. O Executivo precisa de caminhar muito lentamente nas suas pertenções, e nos seus passos, para ganhar sobre o Corpo Legislativo, o qual terá sempre necessariamente por si o apoio da Multidaõ, a que ha de constantemente lisongear a conservaçaõ do Poder na maõ d'aquelles, que ella escolhêo para seus Representantes. O Executivo pois carece de disfarçar os seus Projectos, de naõ acometter em frente quem se acha taõ poderosamente sustentado; e isto segura o Legislativo contra o Executivo. A naõ se concebêr por parte do Executivo hum poderoso emprego da Força Armada, a Legislatura he-lhe muito superior nos meios de defeza da sua Authoridade; mas, se se considerar este perigo extraordinario, que vem a sêr o caso de manifesta Revoluçaõ, entaõ deve olhar-se tambem aos levantamentos da Multidaõ a favôr dos seus Representantes empregados, em consequencia d'isso contra o Executivo. Estes seraõ armas muito mais

(a) Dive de L'abbé Sieys sur la question du Veto Royal a la seance du 7 Septembre 1789.

Digitized by Google

poderosas, porque até a experiencia mostra que, communicando-se aos Soldados o espirito do Povo, a cuja classe elles pertencem, em vez de sustentarem o Executivo, elles se transformão frequentemente em seus aggressôres. Se excepcionarmos a hypothese de manifestas Revoluções de hum Poder para com o outro, circumstancias, em que mesmo he mais arriscada a usurpação pela parte do Legislativo, como acabâmos de ponderar, nos outros casos o Executivo será sempre o menor numero contra o maior, a parte que necessita de industria contra a outra, que tem o Poder na sua mão.

A usurpação de hum Corpo relativamente ao outro, ha de fazer se por meio das Leis, que diminuão a hum a Authoridade, e a accrescentem ao outro. He pois evidente que para ella todo o Partido está da parte do Legislativo; que pode praticar em hum momento aquillo, para que o Executivo carece de ir passo a passo, a fim de ganhar com muito intervalo de tempo, e com muita industria, a preponderancia no dicto Corpo. Como o Legislativo faz as Leis, e as pode mudar tambem pela sua vontade, motivo porque De Lolme compara a sua força com aquella, que a Divindade ostentou na creação da luz — fiat lux, et facta est lux: (faça-se a luz, e a luz foi feita) — tem na sua mão todos os meios de opprimir o Executivo. Não he pois de temer que huma numerosa Assembléa se deixe algumas vezes arrastar pelos Oradôres industriosos, e enthusiastas, que lhe communiquem as suas paixões, cobertas com as apparencias do publico proveito? Naõ seria facil persuadi-la de sêr mais bem feito o que ella fizesse, do que o praticado pelos outros? Quem pode duvidalo? Em hum dia, por exemplo, sobre queixas relativas á má distribuiçaõ dos empregos, ou d'alguns d'elles, ella reservaria a si o provê-los: em outro, accusando-se a má disciplina, em que se achava o Exercito, ella se atribuiria regular os seus detalhes: e, caminhando assim de caso em caso, senaõ tiver freio algum, que a contenha, chegará bem depressa a ponto de fazer com que até pareça que naõ ha Monarcha; e, attrahindo a si o Executivo, acabará por ter a sua vontade como unica regra, e por fazer Leis para os individuos, para as circumstancias, e até para as acções interiores. Que meios iguaes a estes se encontraraõ no Executivo para opprimir o Legislativo?

Digitized by Google

Debalde se procurará dizer que a Constituição limita o Legislativo, e lhe servirá de barreira contra esses abusos: porque como diz excellentemente de Lolme — quaesquer Leis, que o Legislativo faça para se limitar a si, *ellas devem sempre ser consideradas como simples resoluções; visto que, existindo nelle os pontos de apoio, que ha para lhe fazer frente, elles deixarão por isso mesmo de ter aquella qualidade. Em huma palavra, para conter a Legislatura, quando ella existe em hum só corpo, ha a mesma impossibilidade, que Archimedes achava para movêr o Mundo com a sua alavanca, por falta de hum ponto fóra d'este, em que elle apoiasse a sua machina, e os seus instrumentos. —*

O Executivo porem para usurpar ao Legislativo carece de o ganhar a elle mesmo, para lhe fazer Leis favoraveis á sua usurpação; e por tanto não he possivel conceber maiores receios pelas usurpações do Executivo, do que pelas do Legislativo.

Tractando-se porem do Veto *na mão do Monarcha relativamente ás Leis, parece que nem he proprio considerar as tentativas do Executivo sobre o Legislativo; porque não tendendo aquelle meio a fazer, mas unicamente a impedir, elle não pode servir, para que o Executivo ataque, e usurpe ao Legislativo, e apenas deve ser olhado, como huma arma defensiva na sua mão. Se ella pois se lhe negar, que recurso lhe ficará contra as pertenções, e ataques do Legislativo? Ha de confiar-se em que a Nação empeça o Legislativo de se apropriar do Executivo, ou de algumas das suas partes? Isto supporia a Nação em estado de se governar a si sem Chefe, e sem Lei, o que seria hum absurdo. Isto conduziria á necessidade de deixar a todos os Districtos, ou Camaras o poder de censurar o Legislativo, expondo a Representação Nacional a perder a confiança publica, por quaesquer suspeitas, ou por qualquer calumnia, e permittindo a cada hum dos Cidadãos o condemnar as Leis. O remedio pois do dito Sieys, de hum* Veto suspensivo *em favor do Povo, seria hum meio de introduzir no Estado o manancial das maiores perturbações, de entregar as Leis ao desprezo, e tudo á violencia. E se as usurpações do Corpo Legislativo parecessem favoraveis á Demo-*

Digitized by Google

annos; bem que fossem destructoras da Monarchia; poderia haver confiança naquelle remedio para salvar o Poder Real? Todas as vezes que a Naçaõ se houver de interpôr como Juiz entre os seus Representantes, e o Rei, ella naõ poderá executa-lo, sem que lhe annulle os seus Poderes, e sem que intervenha a desordem, a insurreiçaõ, e a anarchia.

Se considerarmos finalmente o maior dos males, que pode resultar do illimitado poder de impedir as Leis na maõ do Rei, elle naõ passará jámais de fazer com que huma Lei deixe de existir em hum certo, e determinado tempo, o que vem a reduzir-se ao sacrificio de hum projecto, e de huma especulaçaõ de mais, ou menos utilidade, que, naõ se verificando naquella occasiaõ, noutra se poderá effectuar. E sendo este o maior dos males, accrescenta mais hum testemunho de segurança, ou mais huma probabilidade a favor da bondade da Lei.

E porque desejo nesta materia naõ deixar dúvida alguma, eu mesmo lembro o argumento, que se pode deduzir das Constituições Americanas, que naõ permittem aos Governadores das Provincias, que tem nellas o Executivo, senaõ hum curto espaço de dias, para sanccionar as Leis, passado o qual o Legislativo determina a sua publicaçaõ. Digo pois que nenhuma attençaõ merece este argumento, quando se tracta de huma Constituiçaõ Monarchica. O Poder daquelles Governadores he de muito pouca consideração para excitar cobiça nos Corpos Legislativos, a fim de procurarem diminuir-lha, accrescentando a sua. As suas prerogativas além d'isso podem considerar-se como debaixo da guarda, e da defeza de todos aquelles, que esperão de lhe succeder; e, como os seus exercicios se limitão a hum pequeno número de annos, poucos Membros haverá nos Corpos Legislativos, que naõ esperem entrar nelles algum dia, e que por este motivo naõ sejão defensores natos contra as usurpações, que se lhe destinarem. Pelo contrario porem o Rei em huma Monarchia, e hereditaria, não pode deixar de ter huma grande authoridade, que lhe seja confiada mesmo para o bem dos seus Vassallos, e que excite muitas invejas: e deve-se por isso contar com repetidos ataques contra ella, que difficultosamente poderáõ ser repellido, sem que elle tenha nas suas mãos o dicto Veto illimitado. E he por tanto, e

Digitized by Google

será sempre a minha opinião, que elle em todo o caso deve fazer huma das prerogativas da Corôa, não como regalia do Rei, mas pelo bem da Monarchia, e da Nação; havendo porêm o Corpo Legislativo reunido em huma Camara, ou sem ser dividido em duas, das quaes huma imite a dos Pares de Inglaterra, a Constituição será nominalmente Monarchica, e não deve contar com a sua estabilidade, sem que o dicto direito seja confiado ao Rei.

O Sr. Thomé Pinheiro da Veiga, concluido este Discurso, fez observar ao Velho Liberal como a Constituiçaõ Monarchico-Representativa, tendo a Legislatura firmada na base dos tres Poderes acima referidos, prometia resistir poderosamente a todos os choques, que tentassem destrui-la para lhe restituir ou seja o Despotismo, ou seja a Aristocracia, ou seja a Democracia.

A Camara dos Pares, cujos Membros haõ de transferir ordinariamente a sua Dignidade em herança na primogenitura da sua linha masculina, empregará constantemente a sua força, para que a Dignidade Real se sustente contra quaesquer projectos Democraticos, que tenhaõ origem na Camara dos Deputados, visto que elles necessariamente haõ de reflectir nos Pares, cuja Instituiçaõ he ligada com a Monarchia, já pelas suas qualidades Aristocraticas, já pela dicta Dignidade hereditaria. Mas tambem a dicta Camara virá em auxilio da dos Deputados contra as usurpações da Corôa, para que esta naõ chegue a conseguir hum Poder, que reduza a Naçaõ a captiveiro, caso em que tambem os Pares viraõ a perder ou toda, ou muita parte da sua consideraçaõ.

Da mesma sorte a Camara dos Deputados sustentará o Throno contra as pertenções Aristocraticas, nascidas na Camara dos Pares, para que naõ prevalêça a Aristocracia, que depois de opprimir o Rei venha a annular a Representaçaõ Nacional. Mas ha de sustentar tambem a Camara dos Pares contra as usurpações da Corôa, para que naõ aconteça que, crescendo ella demasiadamente em força, fique exposta aos seus projectos de engrandecimento assim huma, como outra Camara.

Finalmente: o Monarcha ha de apoiar a ambas ellas, sustentando a que vir mais em perigo de ser opprimida,

Digitized by Google

visto que a cada huma tem por seu Corpo auxiliar contra as emprezas da outra: naõ podendo jámais entrar no projecto de opprimir a ambas, naõ só pela natural superioridade das suas forças, mas porque estando sempre nas Camaras a iniciativa das Leis, e dependendo d'estas o augmento do Poder Real, he mesmo impossivel, que lembre o conduzi-las a propôr os meios, de que provenha a sua anniquilaçaõ.

E arranjada a machina Politica d'esta sorte, naõ sendo possivel prevalecer nem a Democracia, nem a Aristocracia, nem o Despotismo, ha de subsistir permanentemente a Constituiçaõ Monarchico-Representativa, segundo se deseja universalmente, sustentando-a o equilibrio d'aquelles tres Poderes, do mesmo modo que Ovidio (*a*) considera a terra suspensa no ar — *Ponderibus librata suis.* —

(*Continuar-se-ha.*)

Considerações do Velho Liberal, sobre as suspeitas, conjecturas, e supposições, Critica, Filosofica, Politica, e Juridicamente consideradas, ou sejaõ para servirem de base á credibilidade dos homens, ou seja para os dirigir nos seus procedimentos Criminaes, e nas suas deliberações Politicas. Continuado de fol. 364.

No Artigo de provas, ou seja para os procedimentos do Criminalista, ou para as deliberações do Politico, isto he, ou seja para castigar, ou para precavêr, porque os principios geraes d'aquella materia saõ communs a todos os assumptos, em que he necessario verificar realidades ou probabilidades, para procedêr, a fim de naõ cahir nos disparates em que D. Quixote cahia por se desviar d'esta prática: no Artigo de provas diz Quinctiliano Inst. Orat. Liv. 5, e 1, que os Antigos seguiraõ todos a divisaõ de Aristoteles, que as classificava em dous Ramos, a sabêr, *provas artificiaes, e provas naõ artificiaes.*

(*a*) Metham. Liv. 1. *v.* 13.

Digitized by Google

A prova artificial era a que se fazia *argumentis, indiciis, signis*, isto he, com aquillo, a que se dá o nome de *presumpções*. E Cicero dizia, que ella era de dous generos, ou *provavel*, ou *necessaria* de Invent. Lib. 1. Cap. 29; e Quinctiliano divide-a em tres ramos, *alia necessaria, alia credibilis, alia non repugnans*, huma necessaria, outra acreditavel, e outra naõ repugnante, Inst. Orat. Lib. 5. Cap. 8, e 10.

As denominações mesmo destes tres ramos patenteaõ, que a primeira especie prova inteiramente, porque he *necessaria*: *Peperit, ergo com viro concubuit*, he o exemplo de Cicero: que a segunda naõ convence, mas dobra o animo para crer, porque he provavel, tal he a que obriga a Ulpiano na L. 6. FF. *de his qui sui vel alien. jur. sunt* a dizer, que *filho he aquelle que nasce da Mulher, e de seu Marido*: o provavel he, que seja por ambos elles gerado. Mas a denominaçaõ da terceira especie, mesmo por si mostra que naõ prova nada, porque *non repugnans* apenas quer designar possivel, e he proverbio bem conhecido, que *a posse ad esse non valet argumentatio.*

Ora: nesta terceira classe he que estaõ as *Suspeitas*: saõ coisinhas, que apenas mostraõ a possibilidade, e isto ainda he para os que naõ saõ suspeitosos, como D. Quixote; porque em quanto a esses as suas *Suspeitas* nem chegaõ a têr a qualidade de *non repugnans*, visto que elles suspeitaõ vêr as almas do outro Mundo, e os diabos de noite pelas estradas fazendo disturbios, e com figuras de homens. Naõ fallando pois d'esta gente, porque elles naõ entraõ em algum capitulo de sciencia alguma, Suspeitas saõ como diz o mesmo Quinctiliano: " *vestigium* " *per quod alia res intelligitur, ut per sanguinem cædes,* " *at quia sanguis vel ex hostia respersisse vestem potest,* " *vel e naribus profluxisse; non utique qui vestem cruen-* " *tam habuerit, homicidium fecerit.* " hum vestigio de huma outra cousa, além d'aquillo, que se vê, como he a morte á vista do sangue. Mas por isso que o sangue tambem pode ter cahido dos narizes, naõ se pode concluir logo d'elle a morte. Inst. Orat. Lib. 5. Cap. 8.

Eis-aqui como conclue, quem sabe o que saõ Sus-

Digitized by Google

penas; concluo que ellas naõ provaõ; e por tanto naõ serviriaõ de base nem ao Criminalista, nem ao Politico, nem aos procedimentos de castigo, nem aos procedimentos de prevençaõ, porque os homens de juizo nem castigaõ, nem previnem, sem haver motivo provado, e que mostre necessaria a pena, ou a cautela: aliàs he sêr como D. Quixote, que fez todos os desatinos sobreditos para *prevenir que aquella comitiva do enterro naõ fossem cousas do outro Mundo*, como elle confessou quando se queria justificar com o Bacharel, a quem havia maltratado.

Succede entaõ que estes *nadas*, estas circumstancias, que solitariamente consideradas naõ provavaõ cousa alguma, juntas entre si humas poucas d'ellas, produzaõ huma prova artificial das duas primeiras especies, já *necessaria*, já *provavel*, isto he, produzaõ huma argumentaçaõ que dá humas vezes certeza, e outras probabilidade.

Continuâmos com a doutrina do dicto Quinctiliano no lugar citado. " *Sed ut per se non sufficit, ita cæteris ad-* „ *junctum, testimonii loco dicitur, si inimicus — si minatus* „ *ante — si eodem loco fuit; quibus signum, cum accesit, ef-* „ *fecit, ut quæ Suspecta erant, certa videantur.* „ De maneira que he preciso, que de Suspeitas passem a huma outra classe, para que sejaõ alguma cousa, e possaõ por isso servir de motivo ao Criminalista, e ao Politico.

Ellas saõ por tanto como a fama, segundo o modo de discorrer de Tertuliano, Apolog., Cap. 7. " *Quid quod* „ *ea illi (id est fama) conditio est, ut nonnisi, cum* „ *mentitur, perseveret. Et tamdiu vivit, quandiu non pro-* „ *bat: siquidem ubi probavit, cessat esse, et quasi officio* „ *nunciandi functa, rem tradit, et exinde res tenetur, res* „ *nominatur.* „ As Suspeitas, para provarem alguma cousa, he preciso que deixem de sêr Suspeitas: que passem da terceira classe das provas artificiaes para a primeira, ou para a segunda; quando passaõ para alguma d'estas classes podem servir de motivo igualmente ao Criminalista, que ao Politico: quando naõ passaõ naõ podem servir de motivo nem a hum, nem a outro, e fica sempre sendo hum Aforismo em Jurisprudencia Criminal, e em Politica, que — *as Suspeitas naõ podem justificar, nem pro-*

***

Digitized by Google

cedimentos Criminaes, nem procedimentos Politicos — porque, em quanto taes, saõ nada.

Diz Quinctiliano noutro lugar, Liv. 5. Cap. 12. " *Sin-* „ *gula levia sunt, et communia, universa vero nocent,* „ *etiam si non ut fulmine, tamen ut grandine.* „ Em quanto solitarias, em quanto na terceira classe das provas artificiaes, em quanto Suspeitas saõ cousas leves, e communs, e que por isso naõ podem movêr nem o Criminalista, nem o Politico, porque nenhum d'elles obra movido por cousa de taõ pouco pêso. Se chegaõ a passar a outra classe das provas artificiaes, quando muitas, e juntas, entaõ podem conduzir a hum, e mais ao outro.

E para concluirmos esta parte Medico-Juridico-Philosophico sobre as Suspeitas, accrescentâmos somente mais huma observaçaõ, e he, que o excitamento da potencia dos nervos produz effeitos extraordinarios, e que os estimulantes moraes saõ muitas vezes mais poderosos para a excitar, do que os estimulantes physicos os mais energicos. Historias authenticas certificaõ que muitos Amantes, ouvindo a voz de quem amavaõ, recobráraõ os seus sentidos já quasi extinctos: que muitos Guerreiros quasi mortos resuscitáraõ ao sôm de hum tambôr: e Mr. Chevalier, Cirurgiaõ de Paris, atacado por huma profunda somnolencia, em que naõ dava nenhum signal de sensibilidade, depois de empregados inutilmente todos os remedios physicos para o despertar, lembrando a hum, que o conhecia por grande jogadôr do Piquete, gritar-lhe em voz muito alta — *Quinta, Quatorze, e o Ponto* — o doente foi taõ sensivel áquelle choque, que costumava feri-lo, que sahio da lethargia em que se achava. — Traité de Medicina-legale, e d'Hygiene Publique par Foderé §. 1214. Com que: tenha-se isto presente para se conhecêr " *que, se se habituar o Povo pela repetiçaõ de successivos* „ *actos a sêr taõ sensivel á voz das suas Suspeitas, como* „ *por huma igual força de habito o era o Cirurgiaõ de* „ *Paris com as vozes do Piquete, poderá chegar hum dia,* „ *em que elle sinta com a dicta voz hum taõ crescido excitamento no seu Systema nervoso, que o chegue a levar* „ *ao estado da loucura* „ E entaõ Medicos, e tudo correráõ grande risco de ir pelos ares, sem haver sedativo al-

Digitized by Google

gum, que seja capaz de moderar aquella vibraçaõ; e aquelle choque, assim como nem a lethargia de Mr. Chevalier pôde fazer com que elle continuasse a dormir depois de lhe fazerem ouvir as vozes, com que estava acostumado a despertar.

E entaõ quando isto acontecêr, se acontecêr, o Juiz intelligente naõ ha de attribuir ao Povo a imputaçaõ dos factos, que elle praticar, por mais horrorosos que elles sejaõ, mas sim a quem quer que fôr, que tiver sido a causa de o fazer taõ sensivel á voz das Suspeitas; e, se naõ punir este por lhe naõ attribuir intensaõ criminosa, ha de absolvêr ao mesmo tempo o Povo por falta de imputaçaõ. Este apparece no dicto caso, qual devia apparecêr depois dos habitos das Suspeitas, a que o tinhaõ acostumado; e todos os seus desatinos, e todas os seus factos, por mais crueis que elles sejaõ, vaõ achar a maior parte da sua imputaçaõ nos Agentes do Publico Poder, que fizeraõ, ou deixáraõ fazer com que o Povo adquirisse aquelle habito morboso, e se tornasse taõ sensivel á dicta voz das Suspeitas.

Temos até aqui tractado de mostrar o que sejaõ *Suspeitas*, e procedimentos contra *Suspeitos*, considerada a sua natureza. Convem agora levantar o veo, que cobre o horrivel quadro de algumas épocas pavorosas, em que Governos Suspeitosos, e por consequencia dirigidos pela maõ das Suspeitas, e affligindo os Cidadãos com o titulo de Suspeitos, tem feito a desgraça da especie humana. Ainda que nossos Leitores tenhaõ de se mortificar, e de se condoêr á vista das atrocidades, que lhes vamos pôr diante de seus olhos, sendo isso dirigido ao proveitoso fim de vêrmos se semelhantes Scenas deixaõ de se reproduzir entre nós, elles nos perdoaráõ os dolorosos sentimentos, que lhes excitarmos na consideraçaõ do proveitoso fim, a que nos dirigimos.

Desde 1808, que temos vivido quasi sempre em Crises de Convulsões Politicas, e todas infectadas com procedimentos por Suspeitas, e contra Suspeitos, sendo demasiadamente crescido o número das victimas, que em humas, e outras tem sido sacrificadas aos golpes d'aquella terrivel Arma. Estâmos agora em huma outra d'aquel-

Digitized by Google

las Crises; e a experiencia tem mostrado, e a razaõ ensina que nos Estados, em que as Crises Politicas se succedem proximamente humas ás outras, mais perigosa he ao dicto respeito a segunda Crise, do que foi a primeira, mais ainda a terceira, do que as duas antecedentes; e da mesma sorte todas as outras, que ultimamente apparecem relativamente a todas, as que lhe precedêraõ. Por isso mesmo que as Crises precedentes fizeraõ desgraçados por Suspeitas, mais provaveis saõ as reacções, em que os sacrificados anteriormente procurem sacrificar aquelles, a que attribuem os seus sacrificios; e tendo precedido varias das dictas Crises, sendo entaõ muito maior o número dos precedentes sacrificios, mais crescida he a *lista* dos que se devem temer como Sacrificadores por Suspeitas, e contra Suspeitos. O mêdo quasi que entaõ sempre se faz senhor do Sceptro no meio das Nações, que se achaõ nas dictas circumstancias. Os Cidadãos temem-se huns aos outros; e o receio de que taes, e taes individuos nos façaõ outra vez os males, que nós já experimentámos, conduzem-nos commummente a fazer aos outros aquillo mesmo, que a nosso respeito foi praticado. O mêdo fez suspeitar de nós, e perseguiraõ-nos; e o mesmo mêdo nos arma depois para suspeitar dos outros, e perseguí-los tambem a elles.

Os Estados, entregues a estas successivas séries de Convulsões, vaõ-se pouco a pouco exinanindo, até que por fim chegaõ á maior anniquilaçaõ possivel. O remedio, que á Sabedoria tem inventado para suspender o curso d'estes males, he o das Amnistias, dirigidas a que huma nova ordem de cousas principie, esquecendo tudo o que havia passado. Mas o mêdo continúa regularmente a espavorir os que tinhaõ sido victimas das anteriores Crises, e faz muito frequentemente inutilisar os proveitos d'aquelle remedio.

O quadro pois das injustiças, e das atrocidades anteriormente praticadas em semelhantes momentos, pode entaõ sêr huma proveitosa liçaõ para desviar, se naõ inteiramente os males, ao menos para diminui-los em alguma parte.

Costuma dizer-se que a arma das Conspirações, e

Digitized by Google

dos Suspeitos de Conspirações, he sempre dirigida; ou com as vistas nas confiseações dos perseguidos, ou pelo desejo de se livrarem, os que se achaõ em Podêr, dos outros Cidadãos, que lhes ganhaõ em merecimento. Mas nem sempre a dicta arma he empregada por taõ perversos, e baixos motivos. O seu emprego nasce algumas vezes de outras causas menos criminosas do que as antecedentes.

Huns ha que tem susto das Pessoas, que d'aquella sórte sacrificaõ, e que se naõ fosse este motivo, mais honesto do que aquelles dous, porque está ligado com os naturaes estimulos para buscarmos a nossa existencia, elles certamente naõ fariaõ aquelles Sacrificios. Outros, ainda mais probos do que estes, fazem aquellas mesmas atrocidades perseguindo Suspeitos, e por Suspeitas illudidos, acreditando nas Conspirações Suspeitadas, e Sonhadas, e cuidando muitas vezes até que saõ indispensaveis, e de rigorosa Justiça aquelles injustos Sacrificios. A culpa destes ultimos consiste unicamente em se terem constituido, e conservado Suspeitosos, ou em se terem posto á testa de emprezas, para que naõ tinhaõ os conhecimentos necessarios. Estes obraõ no dicto caso com tanta boa fé, como D. Quixote na expediçaõ ha pouco referida, cuidando têr procedido muito justamente nos máos tractamentos dados ao Bacharel de Baça, porque este realmente lhe parecêra huma alma do outro Mundo, e porque elle se considerava obrigado a acudir áquelle desaranjo, de andarem desfigurados pelos caminhos d'este Mundo os Entes, que pertenciaõ ao outro. Nas reacções Politicas he commummente por estes dous ultimos motivos, que se desenvolvem os procedimentos por Suspeitas, e dirigidos contra Suspeitos.

Entrêmos pois agora a passar em revista alguns dos annunciados quadros de semelhantes procedimentos, que a Historia do passado nos apresenta, e seja o primeiro deduzido da Crise Politica, que fez em Roma passar a Republica para o Governo de hum só; e os dias de Tiberio retratados por Suetonio, e mais por Tacito, nos daraõ materia para a instrucçaõ, que desejâmos dar agora aos nossos Concidadãos.

Digitized by Google

De Tiberio, diz Montesquieu — *Grandeur & Decadence des Romains, Cap.* 14 " *que havendo huma Lei de* „ *Magestade, que castigava os que commettiaõ algum at-* „ *tentado contra o Povo Romano, aquelle Imperador se* „ *aproveitára d'ella, applicando-a, naõ aos casos para* „ *que fôra feita, mas a tudo o que pedia a sua vingan-* „ *ça, e as suas desconfianças. Naõ eraõ só as acções, que* „ *se vindicdraõ á sombra d'esta Lei, mas as palavras, os* „ *gestos, e os pensamentos, porque estas aberturas do Co-* „ *raçaõ produzidas pela conversa entre dous Amigos naõ* „ *podem sêr consideradas, senaõ como pensamentos. Desap-* „ *parecêo desde logo a liberdade nas festas, a confiança* „ *nos parentes, a fidelidade nos escravos, e a dissimula-* „ *çaõ e tristeza do Principe se communicou a tudo. A Ami-* „ *zade foi olhada como hum precipicio; a Ingenuidade co-* „ *mo huma imprudencia; e a Virtude como huma affecta-* „ *çaõ, que podia excitar nos Povos a lembrança dos Tem-* „ *pos Felizes, por que tinhaõ passado. Naõ ha maior tyran-* „ *nia — saõ ainda as palavras do mesmo Illustre Escrip-* „ *tôr — naõ ha maior tyrannia do que aquella, q e se exer-* „ *cita á sombra das Leis, e com a capa da Justiça quan-* „ *do, para assim dizer, se affogaõ os desgraçados naquel-* „ *la mesma taboa, em que elles tinhaõ procurado salvar-se.* „ *E como naõ houve jámais hum Tyranno, a quem faltas-* „ *sem os instrumentos da sua tyrannia, Tiberio encontrou* „ *Juizes promptos para condemnar todos aquelles, de quem* „ *elle suspeitava.* „

Taes saõ as expressões do Auctor do Espirito das Leis, fallando de Tiberio: e a Historia do seu Reinado está cheia de provas em abôno d'este quadro, ou se lêa em Suetonio, ou em Tacito. Naõ havia accusaçaõ alguma, sem que nella fôsse tambem hum Artigo, em que se imputasse ao accusado o crime de Magestade, que noutros tempos se tem chamado, já de inconfidencia, já de traiçaõ; motivo este porque Tacito, referindo (Ann. Lib. 3, Cap. 38) huma accusaçaõ *de Repetundis*, intentada contra hum Proconsul de Creta, diz que ella se deduzira — *addito majestatis crimine, quod tum omnium accusationum complementum erat*; (*accrescentado o crime de Magestade, que naquelle tempo era o fêcho de todas as accusações*) —

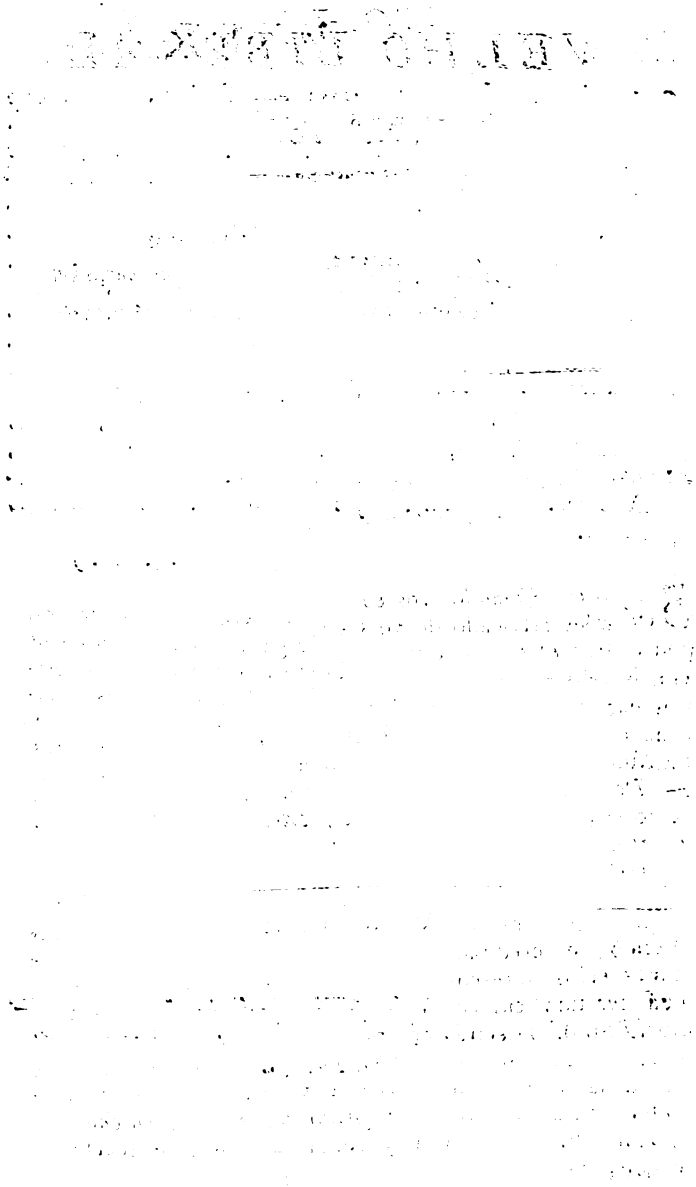
Digitized by Google

e quando se naõ accrescentasse este Artigo, era porque se dava ao outro o nome de Crime de Magestade, como diz o mesmo Historiador, Hist., Lib. 4., Cap. 19: *nec dubie reperundarum criminibus hærebant, sed cuncta majestatis quæstione exercita.* E quem naõ tinha nenhum outro crime, a que este se podesse ajuntar, sempre ao menos tinha este, sendo por isto que Plinio no Panegyrico, Cap. 22, lhe chama *singulare et unicum crimen eorum, qui crimine vacarent* (*singular, e unico crime d'aquelles, que naõ tem nenhum crime.*) As Leis Sanctas, e Justas, feitas nos bons tempos de Roma para punir os Delinquentes sem comprometter a innocencia, acabáraõ todas, porque á sombra do odio d'este crime parecia *Patriotismo, e mais virtude despreza-las*; he tambem testemunha Tacito, Hist., Liv. 1., Cap. 77. *Placuit ignoscentibus, quod avaritia fuerat, videri majestatem: cujus tum odio etiam bonæ leges peribant.*

(*Continuar-se-ha.*)

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google



Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 10.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Traducçaõ da Carta de Mr. Raynal á Assembléa Nacional, escripta de Marselha aos 10 *de Dezembro de* 1790. (*a*)

Senhores. Quando vos eu considerava embaraçados no ponto mais arriscado de vossas fadigas, vos congratulaveis vós de terdes tocado o termo da vossa ardua empreza. Assim o vejo escripto em alguns dos infinitos Diarios, que nos daõ conta de vossas operaçõe. Chegastes a pôr a ultima maõ nos Decretos relativos ao Plano, que formastes de Municipalidades, e Departamentos, e estais satisfeitos. — *Devia permittir-se-vos*, dizia hum d'aquelles papeis seductores, *descançar hum pouco, para em vossos trabalhos vos reverdes vaidosos.*

(*a*) O nome de Mr. Raynal he demasiadamente conhecido, e acreditado entre os Liberaes, para que nos seja preciso apresentar os titulos, que lhe daõ direito, para sêr tido em conta de Mestre, quando se tracta do Liberalismo. Bastará lembrar que Mr. de la Harpe, fallando da sua Historia Philosophica, Politica, assevéra que nella acharáõ os Philosophos — *os principios de tolerancia, e a mais decidida aversaõ á tyrannia, e á superstiçaõ*: — e que, indo a Inglaterra, aonde a Liberdade recebe ha

Digitized by Google

Tendes para vós que haveis desempenhado a atlantica empreza! Mas as ruinas, que vos rodêaõ, e que ainda sangue, e lagrimas estaõ vertendo, positivamente vos desmentem. Os queixumes dos aggravados, que em segredo sua dôr desafogaõ; a terra fumegando ainda, e aqui, e alli tremendo, saõ annúncios certos de novas explosões.

---

muito os devidos cultos, entrando na Camara dos Communs, assim que o Orador percebêo que elle estava na Galaria, suspendêo a discussaõ, naõ querendo continua-la, em quanto se lhe naõ assignou hum lugar distincto. E nunca recebêo dos Reis igual acolhimento, nem mesmo do Grande Frederico, que tanto apreciava os Philosophos.

Elle vio os principios da Revoluçaõ de França, dirigida á Regeneraçaõ da sua Monarchia, para que se cohibissem os abusos do Poder Real, e se respeitassem os Direitos dos Vassallos, como pediaõ o estabelecimento das Instituições Sociaes, e os fins, a que ellas se dirigem. Mas, observando a precipitada marcha da Assembléa Nacional, mesmo o seu enthusiasmo pela Liberdade o conduzio a escrever-lhe esta Carta, que os Francezes tiveraõ entaõ em pouco, chegando as Gazetas do tempo a insultar Raynal como hum homem enfraquecido pela idade. Porem as suas profecias, verificadas á risca, vieraõ restituir-lhe o credito, que aquelles indiscretos Gazeteiros lhe tinhaõ querido manchar.

E nós julgâmos que seria util aos Portuguezes a leitura d'esta Carta; porque entrando na empreza, a que a Revoluçaõ Franceza se dirigio nos seus principios, muito desejariamos, que elles se desviassem dos perigos, em que estes cahiraõ, e de que Raynal com tanta sabedoria os tinha querido acautelar.

Para nos naõ distrahirmos porem das outras nossas tarefas liberaes, pedimos a hum Amigo que fizesse esta traducçaõ; e, bem que elle nos naõ permitta declarar seu nome, queremos com tudo se conheça, que he d'elle, e naõ nosso este serviço feito á Causa da Liberdade.

O Velho Liberal.

Digitized by Google

Gloriais-vos de têr concluido a vossa Obra! E ainda estaõ por assentar os alicerces todos da Constituiçaõ. Hum d'elles só naõ ha, que naõ deva sêr ainda revisto, e reformado para sêr estavel. He miseravel, insufficiente, difficil de entender, cheia de principios falsos, perigosos, ou contradictorios, a declaraçaõ, que fizestes dos Direitos do homem. Tal declaraçaõ, em vez de sêr dictada por hum espirito pacifico, e philosophico, he antes hum reclamo de discordias, e hum signal de guerra. Que monta lavrar Decretos, que se naõ podem executar? Dai lugar á reflexaõ, e vereis que muitas d'essas producções immaturas haõ de desapparecer, e dissipar-se como sonhos, quando naõ tragaõ inconvenientes maiores do que os abuses, que por ellas se pertendem destruir.

Huma só de vossas Obras, e essa a mais importante, trez o cunho de hum grande sabêr: fallo da divisaõ do Reino, e da organisaçaõ do Poder Legislativo. Se bem a completardes, postergando todas as paixões, todos os prejuizos, e todos os interesses, tanto de Corporações, como individuaes, por ella se ha de a França regenerar, e algum dia a toda a Europa servirá de exemplo, e de liçaõ.

Eia pois: prosiga em seus trabalhos a Junta encarregada de formar a Constituiçaõ. De todas as Juntas, por vós estabelecidas, he esta a unica, onde eu considero haver cabeças fortes, homens de profundo saber, capazes, por isso mesmo, de vos guiar, e instruir.

Eleve-se o Poder Executivo, resurgindo da inercia, e abatimento, em que jazia: prescreva lhe a Constituiçaõ os seus limites, determine-lhe o exercicio; mas naõ o deixe sem forças, nem sem respeito. Já tarda o esteio á Liberdade; mas protegei-a com prudencia, para que naõ degenere em *Licencia*, o que tanto mais he de recear, quanto he certo espera-la hum dos dous Partidos para, desatinado, se cevar na desordem Universal. Agora deve o Throno sêr o objecto das vossas attenções; sim, o Throno, que por hum transtôrno da razaõ, e de idêas de Justiça era até agora a base do vosso monstruoso Governo, e com quem quadrava tanto ao justo a imagem do Cavalheiro Guilherme Temple, quando comparou o

Digitized by Google

Governo de hum só a huma pyramide sustendo-se no seu vertice. Mas notai que, se pela Constituiçaõ reassume a Naçaõ os seus Direitos, deve o mesmo Throno sêr o remate do Edificio.

Pertendeis avantajar-vos aos Inglezes, quereis tornar mais Popular o vosso Governo, e mais exacta, e proporcionada a Representaçaõ Nacional! Naõ vos reprovo a empreza, que com effeito he mais bella do que a foi a dos Inglezes, e mais digna do Seculo, em que vivemos: quanto mais que he de razaõ apurar-se o Genero Humano em conhecimentos, á medida que com a idade o fôr ensinando a experiencia. Quereis sondar mais do que elles os verdadeiros principios da Liberdade Humana; quereis penetrar em fim até onde a Natureza, e a Razaõ devem sêr os solidos, e immediatos Fundamentos do Edificio! Muito bem. Mas será a Voz da Razaõ taõ poderosa, que d'hum golpe corte pela raiz todos os prejuizos, e preoccupações? Quem será capaz de reduzir a hum estado Social, exactamente combinado, e que orce, quanto possivel fôr, para o da Natureza, huma Sociedade de 14 milhões d'Homens, que he já hum prodigio anti-natural; huma Naçaõ em fim antiga, opulenta, e corrompida? Querer d'huma parte hum Rei, e da outra hum Povo sem distincçaõ d'Ordens, Classes, e Privilegios, he com effeito querer substituir elementos mais simples ás rodagens complicadas da nossa antiga Machina. Mas estes elementos naõ saõ taõ faceis d'ajustar como se cuida. Como se poderiaõ os dous Podêres equilibrar sem contrapesos de permeio? Sem huma certa especie de Jerarchia d'Ordens; de Dignidades, e Distincções indispensaveis para corroborar a Authoridade, para graduar a subordinaçaõ, para dar valôr, e estima aos serviços publicos, ou virtudes uteis, como deixará d'afrôxar hum Povo inteiro na indolencia d'huma vida privada? E como o fareis despertar d'esta somnolencia, sem sêr por hum estado contínuo de sediçaõ, infallivel precursôra de calamidades? Disse Jerarchia d'Ordens, e Distincções, e naõ Jerarchia d'Immunidades, e Preferencias, porque sempre estas foraõ odiosas, e contrarias á Justiça, e Liberdade.

Como se allucinaõ os Innovadôres, sendo principal-

Digitized by Google

mente da classe baixa, e opprimida com esta simplificação theorica, e principios absolutos d'uniformidade, e igualdade? Por quererem desafrontar-se, e quebrar as cadêas da oppressaõ, recorrem exasperados a estas mudanças, como a resultados de grandes talentos, e Intrepidez.

Em auxilio d'estas idêas de Liberdade, e Igualdade, de simplicidade, e uniformidade, vêm logo os direitos da natureza, sua marcha, e seus processos, que naõ cessaõ d'allegar.

Ora; visto recorrêrdes aos Direitos da Natureza, ou, para o dizer melhor, visto recorrerdes aos pretextados, e supposstos Direitos, que aos Homens vêm da Natureza, sabei que he erro desmarcado, e abusivo, querer derivar os Direitos do Homem do estado natural, suppondo, como suppondes, sêrem os Homens neste estado livres, e iguaes.

Porque: naõ nasce o Homem fraco, e dependendo por isso mesmo do soccôrro d'aquelles, com quem vive? Naõ continúa esta dependencia até que por si mesmo possa nutrir-se, e defendêr-se?

Mas, supponhamos que chega a entrar no exercicio de suas fôrças, e faculdades. Ainda neste caso saõ chimeras a Liberdade, e Igualdade, de que o quereis fazer gosar; porque todo outro individuo, que se lhe avantajar em faculdades, e forças, poderá opprimi-lo, e domina-lo. Ora: he evidente naõ sêr livre, nem igual o Homem, que conhece Senhor, e Oppressôr.

Consequentemente só o estado de Sociedade he que, em vez de fazer o Homem escravo, como quizeraõ dizer muitos Philosophos, o pode tornar livre pela razaõ de que neste estado cessa o mais forte de perseguir o mais fraco; vindo por isso mesmo a primeira Lei da Sociedade, que a hum contem, e a outro protege, a pôr em estado de paz o que a natureza havia posto em estado de guerra.

D'aqui vêm que só no estado de Sociedade se poderaõ achar todos os Direitos do Homem; estado, que elle deve sempre bemdizer, e para o qual o devemos sempre encaminhar, fazendo-lhe perdêr de vista o da natureza; porque, se no primeiro encontra idêas de Propriedade, de

Digitized by Google

Paz, de Protecçaõ, de Felicidade: no segundo topa só com as de Força, de Violencia, de Crime, e d'Usurpaçaõ.

E tal he, a meu vêr, o ruinoso alicerce, sobre que assenta a vossa declaraçaõ. Se d'ella, sem a corrigirdes, fazeis o primeiro Capitulo do Codigo das Nações, seremos os pobres continuamente amotinados contra os ricos, sublevados os plebêos contra toda a especie de distincçaõ, a força contra a fraquêza, o número maior contra o menor, e, por conseguinte, desatados, ou em perigo de o sêrem todos os vinculos da Ordem Social, com desorganisaçaõ de todas as peças da Machina Politica.

Vindo agora á marcha, e processos da natureza, com a qual huma parte de vossos Oradores, taõ máos Physicos, como Moralistas, pertende, em pontos de Constituiçaõ, sustentar por analogia suas idêas d'uniformidade, e simplicidade: Naõ he pelos vossos principios que a natureza procede, tanto em seus effeitos, como em seus trabalhos: Os processos da natureza saõ medidos, e variados; lentamente, e pouco a pouco amadurecem os fructos; nunca se desenvolve senaõ por intermedios, e augmentos insensiveis; conserva se, e mantem-se por graduações, e opposições, ou contrapezos.

As Historias saõ os quadros, onde vêmos pintada a natureza moral do Homem, e onde a razaõ deve buscar a experiencia, o presente o futuro, e limites a imaginaçaõ. Se as consultardes achareis que, desde os Selvagens de todas as côres até ás mais civilisadas Nações da antiguidade, nenhuma Sociedade houve constituida sobre bases de perfeita igualdade. Apontar-me heis talvez nos tempos modernos os Cantões Democratas da Suissa, e os Estados-Unidos dos Anglo-Americanos. Mas que differença naõ vai de solo a solo, de posiçaõ a posiçaõ, de costumes a costumes, de caracter a caracter? Para que he quererdes comparar-vos com quem naõ tem comvosco semelhança alguma? Com Sociedades de Proprietarios, com Povos isentos de vossas paixões, de vossos vicios, naõ amontoados em Cidades, como vós, nem como vós corrompidos pelo luxo, origem eterna de desigualdade?

Da liçaõ das Historias, e do que com vossos pro-

Digitized by Google

pelos olhos observais, passai a consultar os Philosophos Montesquieu, Rousseau, Mably, que pouco ha vos gloriaveis de ter por Mestres. Qual d'elles se lembrou de propôr para huma grande Naçaõ huma Constituiçaõ fundada nesse nivelamento abstracto, e chimerico? Naõ digo eu já Montesquieu, cuja authoridade he, a vossos olhos, facho, que, por safado, dá luz escassa, e amortecida; além de que lhe deshonraõ os talentos as preoccupações de Nobreza, e Magistratura, e naõ fez senaõ rascunhar com imperfeiçaõ poucos elementos da Sciencia, que vós creastes em seis mezes.

Mas Rousseau! O vosso dilecto, Rousseau, vossas delicias, Escriptor infeliz, mas immortal, cujo Nome repetís, e com razaõ enthusiasmados; vêde como no seu Contracto Social, sem hesitar, e denodado, agora se eleva, logo sobremonta, depois destróe, e ultimamente reedifica! Assim obra o Philosopho, quando obstaculos Humanos se lhe naõ antolhaõ. Entaõ he que a regeneraçaõ he completa, entaõ o bello ideal naõ pode sêr mais bello, e vêm a sêr a obra hum modêlo de perfeiçaõ. Mas como se haverá Rousseau convidado pela Polonia, para lhe formar hum Plano de Constituiçaõ, e de Leis?

Desce logo dos pinaculos, e abstracções da Metaphysica, consulta as localidades, informa-se dos costumes, das usanças, da politica externa, capitula com os prejuizos, e até com os mesmos abusos. Convidado depois para Legisladôr da Ilha de Corsega, Paiz entaõ pobre sim, mas independente, e isolado, o primeiro passo que o vêmos dar he informar-se da Constituiçaõ d'este Povo, perguntando depois, se ha ahi Nobreza, Clero, e tambem preoccupações, ou usos, com quem haja de contemporisar, e condescendêr. Naõ lança a esmo logo a maõ do machado, e olivel, e naõ considera a Corsega como huma taboa rasa, para deixar vagar por ella a sua fecunda imaginaçaõ.

Tornai a lêr a ultima Obra de Mably, Obra posthuma, que eu considero como o Instrumento da sua ultima, e derradeira vontade, Obra, que tanto excede todas as que em sua vida havia publicado, e que vós, ha hum anno, nos bastes superior ao senso do Auctor. Com ella

Digitized by Google

cobráraõ animo os pusillanimes, raciocináraõ melhor os homens de talento, e todos os bons Cidadãos disseraõ: — *Eis-aqui o termo, a que devemos caminhar, e os meios proprios, e adequados, de que devêmos lançar maõ.* — Mas este termo quanto o naõ transposestes vós! Quanto naõ alterastes estes meios! Vêde quanta circumspecçaõ, e madureza rogava elle já aos Estados Geraes, cuja convocaçaõ havia previsto. Reparai nas recommendações, que vos fazia, para, com justiça, e moderaçaõ, segurardes a bem-vinda Liberdade. Vêde como em cada pagina vos repete: — *Sede livres, se o sabeis sêr; sabei ser livres, se o quereis ser.* — E naõ vos clama elle incessantemente? naõ sejais encarecidos: naõ aperteis muito com o presente para vos dar o que só pode vir do futuro: naõ procureis á Liberdade maior numero de inimigos, do que tinha o Despotismo?.. Tal era o comedimento d'aquelle famoso engenho. E o que mitiga a minha dôr he a consideraçaõ de que, assim como os raios do Sol; no seu occaso, saõ mais puros, e mais bellos, assim parece que, batendo o Sábio ás portas da morte, saõ os seus pensamentos mais sólidos, e de maior valôr.

A este outro grande, e virtuoso engenho deveis naõ só a Convocaçaõ dos Estados Geraes, mas até os meios de os convocar; e, para n'huma palavra dizer o muito, que lhe deveis, deveis-lhe tudo; porque, a naõ serem as suas instrucções, ainda até ao ponto de hoje vossos grilhões vos prenderiaõ, e debalde ventilareis questões sem número ácerca de vossas miserias. Mas quanto profanastes suas sanctas intenções! Quanto foi por vós illudida sua previdencia! Elle vos fez resolutos, e destemidos; e vós vos tendes mostrado ingratos, e pouco generosos. Pôs-vos em estado de fazer mil bens; e vós, pondo os elogios, que lhe fazeis, em contradicçaõ com os vossos procedimentos, calumniaes de facto as suas intenções, tornais-lhe inuteis os talentos, e lhe annulaes a influencia. Tinha-vos feito saltar na embarcaçaõ para vos ajudar a salva-la do perigo, em que laborava; e vós, se o havieis de respeitar como Piloto, limitando-vos só a trabalhar nas manobras, e reparos, em quanto elle mandava ao leme, reduziste-lo á passiva condiçaõ de passageiro; naõ

Digitized by Google

déstes ouvidos ás suas vozes; e só recorreis a elle, quando o terror excede a má vontade, e quando vai quasi o mar a submergir-vos com a tripulaçaõ toda em grita, blasfemando-vos, e rebellada. Que afflicções lhe naõ teraõ causado a ambiçaõ, as machinações, e talvez tambem os crimes, em que alguns de vós tem incorrido? He crivel que, aborrecido de viver com os homens, tome a resoluçaõ forçada de ir viver no retiro. Que profunda chaga naõ tereis aberto no coraçaõ de hum homem justo, e entendido, a quem fazeis arrepender-se de têr querido o bem, desenganando-se porem agora, máo grado seu, de que d'elle naõ sois capazes?

Fallando agora tambem de mim; creio que naõ duvidaes da sinceridade, com que desejo a memorada Revoluçaõ, que taõ felizmente pode mudar a face do meu Paiz: e, dado que me naõ venha ao pensamento sêr capaz de hombrear com aquelles homens célebres, naõ me tenho por indigno de lhes seguir os passos. Abona-me neste presupposto a intima persuasaõ de que amei a verdade, e que, em favor da Liberdade, e por amor dos homens, a professei, e mostrei em tempo, em que corria discrime quem a dizia; quando no de agora, que he o dos desatinos, só o corre quem naõ he desatinado. Agora pois, que o encarecimento de alguns dos vossos principios, e a precipitaçaõ de huma parte de vossas operações, de vossos meios, e instrumentos me fazem recear o bom exito da Causa, que defendêmos, naõ posso deixar de vos dizer que, por naõ poder cogitar nisso sem horror, chego a desejar que a morte promptamente me arrebate. E se eu, para prégar a verdade, naõ temi as iras dos tyrannos, que mêdo haverei de a dizer a homens, que querem sêr livres? Ouvi-la-heis da bôca de hum Velho moribundo, que d'esta sorte cumpre com o seu dever. Sei eu que o orgulho dos faccionarios he mais intolerante, que o dos Thronos; e por isso offenderei talvez os dous Partidos, que vos dividem; mas ainda quando eu fôsse vosso companheiro, moço, e ardendo em esperanças, nunca fizera sacrificios do que me dicta a minha consciencia; impavido olharia para o alfange dos Aristocratas, para a proscripçaõ dos Demagogos, para o machado das Cohortes

Digitized by Google

de Facinorosos, que vivendo, de dia, no lodo, andaõ, de noite, pelos celleiros, e padarias da vossa Capital.

O tempo vos ha de mostrar, se meus receios saõ bem fundados, ou naõ. Disse, e torno a dize-lo, naõ ha, nem houve nenhuma grande Naçaõ constituida, segundo os vossos principios; e consequentemente naõ podeis por factos preteritos justificar as vossas operaçoes. Mas atirastes comvosco tanto, que sem grande risco naõ podeis retrogradar. Naõ retrogradaraõ comvosco, nem o Povo, a quem engrandecestes, nem o vosso Seculo, que agitastes. Releva agora pôr termo á Obra; mas com saber, e reflexaõ. Naõ ha remedio senaõ modificar, e segurar.

Instaõ-vos pela execuçaõ da formaçaõ de vossas Municipalidades, e Departamentos. Oh naõ vos apresseis com tal determinaçaõ! Naõ queirais pôr obra taõ bella nas mãos de barbaros, que ainda naõ estaõ em estado de entender; nas mãos de tantos inimigos declarados, ou encobertos, que a esperaõ para lhes estorvar o complemento, e para de vossos fundamentos fazerem hum montaõ de ruinas. Cuidai antes na Magistratura, que ainda subsiste com os seus Poderes, e Authoridade: cuidai nos Intendentes, e seus Ministros, ou Agentes, que sabem do theor de toda a Administraçaõ: cuidai nas Municipalidades actuaes, e existentes, quasi todas compostas de Membros da escolha do precedente Governo, de homens, que, havendo talvez comprado os Cargos, que occupaõ, vêm, a hum tempo, em risco a sua fortuna, e a sua existencia. Attendei a essa innumeravel Nobreza, a quem vossos procedimentos desgostáraõ mais do que convinha: tende em vista a Cleresia, cujos preconceitos, e interesses, ou conveniencias, se achaõ estimulados contra vossas operaçoes. Tende pavor d'esses milhões de braços armados, a quem as machinações, o rancôr, o desejo da vingança, e até a mesma ignorancia, posto que bem intencionada, fáraõ pôr em movimento. Adverti que todos os desejos dos malévolos saõ vêr nascer, para em todo o Reino as multiplicarem, scenas de discordia, de sangue, e de lagrimas. Assim o esperaõ, se lhes derdes occasiaõ. Mas, em que nos favorecem, direis, casas delongas, e esse

Digitized by Google

tempo em meio? Em que? Arriscareis, e collígareis huma sobre outra todas as partes do vosso Edificio; tornareis á crear, e poreis em acçaõ o Poder Executivo; organisareis o novo Poder Judiciario; estabelecereis huma força publica, que seja, naõ hum instrumento de terrôr, e perturbaçaõ, naõ huma espada núa nas mãos do primeiro sedicioso, ou perverso, que d'ella se queira servir, mas hum esteio saudavel á execuçaõ de vossos Decretos, e á publica tranquillidade.

Em que vos favorecem? Ganhareis o tempo necessario para aclarar, ou modificar grande parte de vossos Decretos, cujo enunciado vago, além de obscurecido pela perigosa declaraçaõ dos Direitos do homem, tem indecisa a sorte dos Proprietarios, favorece as expoliações, que com elles se praticaõ, e põe em fim por toda a parte a usurpaçaõ em lugar da posse, e em lugar da justiça a violencia.

Em que vos favorecem? Tereis tempo de ponderar os interesses do Povo miudo, parte numerosa, e sagrada da Sociedade, sem outro recurso que os seus braços, que naõ tem entre vós Representantes, a quem nenhum de vossos Decretos tem ainda sido prestadio, e a favor de quem nenhum de vossos Oradores até agora fallou. Do Povo miudo, a quem sempre (oh com quanta pena o digo!) o Clero, e a Nobreza soccorrêraõ mais, e fizeraõ mais beneficios, do que lhe tem feito o plebêo exaltado, e de coraçaõ duro, que, de ordinario, parece envergonhar-se, ou ter mêdo de olhar para d'onde veio. Quem tal diria que n'huma Assembléa, em que taõ felizmente predominaõ os Direitos do Povo, houvesse de sêr a causa do Indigente taõ mal protegida, por naõ dizer taõ cruelmente desamparada! Fizestes com que elle reflectisse nos seus males, e soffrimentos; com que se inteirasse de todos os abusos; com que largasse os seus trabalhos; tirastes-lhe os beneficios do luxo, os soccorros da beneficencia, e até o habito da resignaçaõ, e da paciencia. Que quereis agora? Que esperais de hum Povo, a quem estimulastes, a quem rebellastes, e nas mãos de quem pozestes armas? Cuidais que fareis tornar a entrar placidamente no seu alveo esta torrente impetuosa, e trasbor-

Digitized by Google

dada? Parece-vos que vossas Leis lhe poderaõ servir de represa, e que deixará de tirar partido de huma Revolução, de que o fizestes instrumento? Oh, por quem sois, attendei ao que vos proponho! Cuidai no Povo, e quanto antes: naõ procrastineis as providencias, pelas quaes vos está bradando, se naõ quereis que esta massa enorme, reclamando tambem para comvosco os Direitos da Natureza, que tanto contra a verdade lhe ensinastes, com todo o seu pendor caia sobre vós, e vos esmague.

Em que vos favorecem? Publicareis de huma vez toda a vossa Constituiçaõ, fazendo-a revestir ao mesmo tempo da Sancçaõ livre, e solemne do Soberano por meio de huma ceremonia esplendida, e apparatosa, celebrada por todo o Reino, e no mesmo dia, circumstancias estas, que naõ saõ indifferentes para a fazer captar a consagraçaõ nacional, e para desde logo começar a estabelecer-se a nova organisaçaõ.

Mas, em quanto tu propões demoras (objectareis ainda) vai por toda a parte lavrando a Anarchia. A Anarchia! E naõ penetrais a exaggeraçaõ, com que os malévolos pertendem illudir-vos? Quando naõ obrais, censuraõ-vos de frôxos, e vagarosos; quando obrardes, criminaraõ as vossas obras. Ninguem duvida que na actual Crise haja no Reino varios conflictos, e scenas escandalosas; por sêr provado, que he sujeita a inconvenientes toda a mudança politica, que se dilata em sua nova Organisaçaõ; (*a*) mas que comparaçaõ tem accidentes ra-

(*a*) Aqui vemos adoptada a razaõ, que conduzio o Sr. Thomé Pinheiro da Veiga á opiniaõ, de que as nossas presentes Côrtes se naõ deviaõ involver em outras tarefas, que naõ fossem as Constitucionaes, e tambem a que elle teve, para concordar em que as dictas Côrtes se juntassem em huma só Camara, apesar de seguir o systema da Legislatura dividida em duas. Tudo isto era por elle dirigido ao fim de se concluir a Revoluçaõ, quanto mais brevemente fôsse possivel, assim e da mesma sorte que neste lugar Mr. Raynal o aconselhava aos Francezes. *O Velho Liberal.*

Digitized by Google

vos, as perturbações parciaes com huma desordem, que crescendo-se, e lavrando como hum incendio, pode tornar-se universal? Accidentes, e perturbações taes, que nenhuma Revoluçaõ pode evitar, saõ agora, por assim dizer, attribuidos ao somno, e interregno das Leis. Em quanto ellas naõ publicaõ, obsta á desordem universal a doce esperança dos beneficios, que, por Leis formadas com madureza, e reflexaõ, nos persuadimos quererem dar-nos os Legisladores, seguindo-se d'esta persuasaõ hum como tacito agradecimento da nossa parte, a quem tanto bem nos procura! promulgadas porem que sejaõ as vossas Leis, ser-vos-ha imputada toda a desordem, que do seu estabelecimento se originar; dissipar-se-ha a persuasaõ, e esperança dos beneficios, que a imaginaçaõ havia augmentado; e naõ tereis dahi em diante se naõ juizes, e inimigos, que vos haõ de vexar.

Naõ nego a existencia da Anarchia, com que vos intimidaõ; mas tambem confesso que este conhecimento, de que naõ deveis dispensar-vos, em vez de vos precipitar, vos deve antes animar. Porque de facto as terras lavraõ-se, as sementeiras fazem-se, os fructos amadurecem em paz, ha segurança nas estradas, tranquillidade em todos os campos, e na maior parte das Cidades, e em fim mantem-se a vida. Naõ será pois, na Crise actual, o espaço de mais algumas semanas, que fará perigar, ou incendiar-se França; e taõ pouco he só bastante, e necessario para de huma vez fazerdes manifestar, e desenvolver todas as partes da vossa Constituiçaõ.

Fazei apparecêr, e quanto antes, por pacificas disposições, e pela insinuaçaõ d'huma boa Moral Civil, a época ditosa, em que o Povo ha de respeitar antes a Lei do que a Força, antes a Justiça do que a Violencia. Vêde como em todas as Nações, que ha tempos conhecem o bem da Liberdade, e que d'ella saõ dignas, só a Lei he quem se mostra, e sem cortêjo, nem Soldados! Basta que hum só homem, encarregado de a fazer executar, se apresente desarmado, e falle, para logo em nome da mesma Lei suspendêr, e refrear a desordem, aonde a ha, sem que haja receio de ninguem, nem por pensamentos, lhe resistir. Se, pelo contrario, fizesseis alarde da força diante de

Digitized by Google

Povos taes, todas as potencias da Alma se lhes indignarião; porque, andando de maõs dadas a injustiça com a tyrannia, vendo elles a escolta, que ordinariamente costuma acompanhar esta, lhes pareceria vêr aquella. Mas oh, quão longe estamos d'este modo de pensar maduro, e philosophico! Procuraõ huns a Liberdade por meio dos crimes, commettendo-os estes com a ferocidade dos antropofagos; julgando os aquelles necessarios, e indispensaveis; e, o que mais he, forçando a commettê-los gentes desgraçadas, a quem para isso induzem, e subornaõ: tem outros para si que a Liberdade naõ he outra cousa senaõ o direito de violar tudo, e de tudo destruir: alguns ha que, reformando abusos, naõ sabem conduzir-se d'aquelles, a quem despojaõ, bem semelhantes aos Selvagens, que insultaõ os infelizes, a quem querem degolar; dando gritos d'alegria em redor de suas victimas: haverá quem queira a Liberdade guarnecida de guardas, de delatores, e d'algozes, á maneira da escravidaõ: naõ faltará quem, para mantêr esta Liberdade, proponha hum Exercito no meio da Naçaõ, ou antes a mesma Naçaõ armada em guerra: lá virá quem peça hum General, hum Estado Maior Nacional, huma Inquisiçaõ, hum Protector. Grande Deos! Quaõ longe estaõ do conhecimento da Liberdade os que pertendem mantê-la, e segura-la por meios taes! Quaõ pouco dignos saõ d'avaliar, e apreciar a judiciosa sentença de Bruto; quando conferia com Cassio ácerca da conjuraçaõ, que no dia seguinte estava a rompêr contra Cesar! Tractava Cassio de commovêr a Bruto em favor de Cesar: trazia-lhe á memoria a sua gloria, os seus talentos, e a alma de Bruto se enternecia. Más eis que lembra tambem *a sua liberalidade, e a sua clemencia. — Hum Cidadaõ clemente!* acode logo Bruto — *por isso mesmo deve morrêr!* —

Tornando pois á urgente necessidade, em que vos achais de, ou desenvolvêrdes os vossos Decretos em Leis, que determinem os casos, em que tem de obrigar, ou de retrocedêr, se em vossos Projectos descobristes erros de facto, ou especulativos: tendes destruido quasi tudo, deveis agora edificar, ou desentulhar o terreno. Annunciastes immensas suppressões d'Officios, deveis determinar-lhes os reembolços. Promettestes a Administraçaõ da Jus-

Digitized by Google

tiça gratuita; deveis calcular os meios de cumprir a promessa. Abolistes muitos Direitos, que eraõ Propriedades indubitaveis, deveis agora regular a forma de suas recuperações, das quaes huma parte he difficil d'effeituar, outra porem totalmente impossivel: sois obrigados a declarar, com as haveis de, ou facilitar, ou supprir. Pelo que respeita ao jus aos Laudemios, naõ vejo meio nenhum de o restabelecerdes: muitos densuarios, ou emphyteutas naõ estaõ em circumstancias de pagar as rendas feudaes; e, da desigualdade das vontades, e posses de cada hum, pode resultar no Reino, a respeito d'estas recuperações, huma extraordinaria monstruosidade. Os Vassallos, que por miseraveis se naõ tiverem remido, vendo-se nas visinhanças de terras sem sujeiçaõ, nem pensionadas, he factivel cahirem na tentaçaõ de, por violencia, se resgatarem, porque he d'esperar que direitos, declarados odiosos, pareçaõ sêr tanto mais intoleraveis, quanto menos forem universaes. Quasi por toda a parte espera o Povo grandes diminuições dos males, que o avexavaõ; maliciosamente o enchêraõ d'esperanças, e, ou por avareza, ou por má fé, ou por summa desgraça, recebêo estas illusões como direitos, e como direitos as defenderá. Por tanto, cumpre desengana-lo, e quanto antes, determinando em tudo e para cada hum, qual será a medida naõ só dos bens, mas tambem dos males, naõ só dos receios, mas tambem das esperanças. Huns vêm o alfange quasi a descarregar o golpe sobre suas cabeças; outros saõ lisongeados por illusões perigosas; haja termo neste estado cruel, em que huns e outros correm perigo.

Se pois amais a Liberdade, se quereis consolida-la, cuidai d'esses infelizes, e mormente dos ultimos, que, sendo os que mais a servíraõ, saõ os que a podem tornar funesta, se virem mallogradas suas esperanças. Alliviai-os do pêso, debaixo do qual fatigados vérgaõ, acodi ás suas necessidades: a sêr necessario carregar de impostos o mesmo luxo, fazei-o: do espolio da Cleresia tirai a parte, que, por justiça, compete ao pobre, ajuntando-lhe o tributo, que os privilegiados naõ pagavaõ: comprehendei na divida publica a divida sagrada da desdita de meia Naçaõ; conciliai, a todo o custo, os sentimentos

Digitized by Google

de gratidaõ da parte do Povo, tornando-o menos desgraçado, unico meio licito, e airoso de o cansar, e de tirar d'elle proveito: fazei-o em fim amar, e bemdizer a Revoluçaõ, e eu vos afianço que entaõ ficará ella assentada sobre bases inconcussas.

Tractei até aqui da maior parte dos habitantes de França, aconselhando-vos que nella escorasseis a Revoluçaõ, he tempo agora de vos fallar tambem do Throno, aconselhando-vos igualmente que d'elle façais o esteio á mesma Revoluçaõ. Reciprocaõ-se estes dous pontos extremos; e taõ necessario, e attendivel he hum, como outro. Porque, se sem a affeiçaõ do Povo naõ podeis têr a força real, sem authoridade do Throno naõ tereis a força moral. Cuidai pois, cuidai no Monarcha. Necessariamente deveis restaurar-lhe o Poder, restituindo-lhe a energia, de que o privastes: digo, restaurar-lhe o Poder; porque de facto naõ o tem; e até desapparecêraõ os prestigios, com que o Povo illudido o podesse crêr existente. A maior parte dos homens bebe pelos olhos o conhecimento da presença da Divindade; porque vê o véo, que a encobre, e he espectador do Culto, que a annuncia: ora: que conceito cuidais que formará o Povo da existencia do Poder Monarchico, á vista do Templo violado, e da adoraçaõ destruida?

Mas quem fará cessar a Anarchia, senaõ o Rei? Quem fará com que a vossa chamada Liberdade naõ degenere em *Licencia*, e por conseguinte em oppressaõ, senaõ o Rei? Quem fará executar os vossos Decretos, senaõ o Rei? Quem, senaõ o Rei, poderá fazer respeitar o Poder Legislativo? Quem, senaõ o Rei, impedirá os conflictos, as usurpações, as discordias? Quem, senaõ o Rei, em fim, poderá apresentar huma vigorosa frente ás coalisões, ás resistencias?.. Disse, e torno a dizer: naõ obstante parecer-me excellente a vossa Organisaçaõ, receio muito todos estes obstaculos, e todos estes perigos. Se porém constituirdes huma força superior, hum centro de acçaõ, e de authoridade, sendo este o Poder Real, entaõ vejo tudo simplificado, vejo removidas todas as difficuldades, e todos os riscos. E assim como no Universo hum só Principio Regulador mantem

Digitized by Google

em harmonia os corpos, que o compõe, fazendo-os concorrer todos á ordem geral; assim me parece vêr em movimento tantos corpos diversos, que compõe o vosso Plano, e convergindo todos para aquelle centro, resultar d'alli a ordem, e harmonia, que nelles ha de reinar. Ora: para com efficacia restabelecerdes o Poder do Rei, deveis determina-lo com exactidaõ, por ser certo que, em materia de Poder, tudo o que nelle he vago, e indeterminado, remata em desordem, e anarchia. N'huma Constituiçaõ, como a que tinhamos, n'hum Governo sem Direitos, e sem Principios, podia consistir a prudencia em ocultar a extensaõ dos Poderes, e em confundir-lhes os limites; nas circumstancias porem actuaes deve esta consistir em determinar tudo, em limitar, e circumscrever tudo, e tudo fazer evidente, e intelligivel. Porque: que poderá obrar o Poder Executivo, cujos Direitos estejaõ por demarcar, e reconhecer? Se em suas máos naõ reside a força pública, como poderá elle contêr, e reprimir? He de crer que as circumstancias criticas revolucionarias vos obrigaráõ a pôr em opposiçaõ vossos principios com vossos procedimentos: he crivel que estas mesmas circumstancias vos violentáraõ a apoderar-vos do Poder Executivo; e de facto muitas vezes d'elle vos apoderastes, julgando mais efficazes, e terminantes os meios da força: no trabalho, e discussões da Constituiçaõ progredistes, como devieis, sem consultar o Monarcha, consentindo sim que a sanccionasse, mas sem modificaçaõ; porque he innegavel que á Naçaõ pertence todo por inteiro o Direito de formar a Constituiçaõ, da qual o mesmo Rei naõ he senaõ agente, recebendo só d'ella o Poder, que tem, e tanto, e tal qual, e quanto a Naçaõ julgar devêr d'elle confiar. (*a*) Mas na Compilaçaõ de-

(*a*) Já na nossa Miologia do Corpo Social, tractando do 3.º Corolario sobre o Soberano, fizemos vêr as razões, porque nos desviamos da opiniaõ aqui annunciada pelo Abbade Raynal. Agora trasladaremos somente dous Artigos das — Considerations sur les gouvernemens, et principalement sur celui qui convient á La France — pe-

***

Digitized by Google

finitiva da mesma Constituiçaõ, e em seu estabelecimento devem desapparecêr as implicações, as dúvidas, as confusões; em tal caso he impraticavel o dar, e ter: devem os vossos procedimentos ser francos, e seguros, quaes saõ proprios de huma grande Naçaõ que, tendo consciencia da sua força, sabe confiar do seu Chefe a Authoridade, de que a Constituiçaõ, e a Liberdade necessitaõ, podendo depois resumi-la, no caso de o vêr propenso a abusar d'ella.

---

lo Liberalissimo Mr. Mounier, de que já demos noticia aos nossos Leitores nos N.os antecedentes, porque nellas acharáõ estes a plena refutaçaõ, do que neste lugar enuncia o dicto Abbade.

Mas aquelles, escreve Mounier, *que se oppõem á Sancçaõ Real, dizem que o Rei naõ he senaõ hum Delegado de Naçaõ, e que lhe naõ pode competir o direito de se oppôr á sua vontade. Eis-aqui como, abusando-se das palavras, se escurecem as verdades mais simples.*

He verdade que o Rei he hum Delegado de Naçaõ, e elle deve honrar-se d'este Titulo; mas os Deputados escolhidos nos Districtos naõ saõ a Naçaõ: saõ tambem seus Delegados. Elles tem unicamente o Poder, e Authoridade, que recebêraõ nos seus Mandados, e de futuro só haõ de têr aquella, que se lhes der na Constituiçaõ. Esta Authoridade ha de sempre limitar-se ao arranjo das Leis com intervençaõ do Monarcha; ao mesmo tempo que este he Delegado da Naçaõ para sêr juntamente o seu Supremo Chefe, huma parte integrante do Corpo Legislativo, o depositario de toda a força pública, e o incumbido de fazer executar a Lei.

Naõ exercitando a Naçaõ, nem podendo exercitar por si mesmo a sua Authoridade, sua vontade será a d'aquellas pessoas, que fizer depositarias do seu Poder, excepto no caso, em que ellas abusarem d'este para a opprimir. Portanto: a vontade da Naçaõ Franceza ha de encontrar-se no concurso das vontades do seu Rei, e dos seus Representantes.....

Muitos d'aquelles, que reconhecem a necessidade da

Digitized by Google

Se pois declarais, como presumo que deveis, que o Poder Executivo (naõ comprehendendo aqui o direito de decidir da paz, e da guerra) he da competencia do Throno, reconhecei legalmente que d'este Poder depende a direcçaõ, e disposiçaõ de toda a força pública; na qual deve ser contada naõ só a exterior, senaõ tambem a interior; isto he, o Exercito, as Milicias Nacionaes, ou Auxiliares, e as Guardas da Policia, seja qual fôr a forma, que entenderdes mais conveniente dar-lhes. Outro sim

---

Sanecção Real em todas as Leis, pertendem que ella se naõ deva exigir pelo que pertence á Constituição. Fundão-se para isto em huma supposição metaphysica, dizendo, que a Assembléa actual, (o mesmo se pode dizer das nossas Côrtes extraordinarias) *por isso que he huma Convenção Nacional para fixar a Constituição, exercita todos os Direitos do Povo Francez, e que deve regular todas as Authoridades, sem que seja necessario o consentimento do Monarcha.*

Mas eis-aqui as minhas reflexões a este respeito. Eu não sei como se pertende considerar huma Nação, suppondo-a huma Sociedade sem Governo, sem Leis, sem Magistrados; em huma palavra, suppondo-a hum corpo desorganisado: naõ sei para que he hypotheses chimericas, visto que vinte quatro milhões de homens não podem reunir-se em huma Assembléa; e, ainda quando isto fôsse possivel, em perguntaria, se por isso deixaria de existir o Monarcha, e o Poder Real, huma vez que elle se tivesse estabelecido, e reconhecido? Hum Povo junto, sem reconhecer algum Chefe, achar-se hia infallivelmente nas Convulsões da mais horrivel Anarchia.

Por tanto, he huma supposição realmente absurda considerar que a Assembléa Nacional representa huma Nação sem Monarcha, ou huma Sociedade nascente, e ainda não organisada. Se a Assembléa Nacional he o que os Inglezes chamão huma Convenção, deve-se então, pelo menos, reconhecer que ella se formou para tractar de acôrdo com o Rei, e que existia antes d'ella a Authoridade do Monarcha, que a convocou. (Em Portugal tambem existia o Rei

Digitized by Google

deveis estatuir: em primeiro lugar, que a manutenção da Policia, no tocante á acção, e emprego da força pública para a segurança das Leis, ha de tambem ser da repartição do Poder Executivo; em segundo lugar que todos, e cada hum dos corpos administrativos, e judiciarios, com o mesmo Poder Executivo se corresponderão directamente em tudo ó que fôr relativo aos seus competentes Direitos; em terceiro lugar, que só a elle pedirão auxilios, e protecção, não devendo recorrer ao Poder

---

antes da convocação das Côrtes, e toda a Nação o reconhecêo, e proclamou quando pedio que ellas se juntassem, impondo-lhe como Lei anterior ao seu ajuntamento a conservação da Monarchia.)

Não se pode comparar nada d'isto com a Convenção, que estabelecêrão os Anglo-Americanos, subsequentemente á sua insurreição contra a Inglaterra. Este Povo cortou todos os vinculos, que o união á Grã Bretanha: tornou a entrar na sua independencia natural: nenhum Poder havia, que tivesse de mantêr: tinha de crear tudo, para me explicar assim. Nestes termos a Convenção de cada hum dos Estados não tinha de consultar nada mais do que a pluralidade dos votos dos seus Membros. A Assemblêa da França, pelo contrario, foi convocada pelo Rei. (Em Portugal as Côrtes forão convocadas, reconhecido, e proclamado o Monarcha.) *A Nação não teve nenhum destino de attentar aos verdadeiros principios da Monarchia: quiz unicamente que se lhe marcassem limites, a fim de não degenerar para o futuro em Podêr Arbitrario. Todos os Deputados tem a este respeito a sua obrigação escripta nos seus proprios Mandados:* (os Membros das nossas Côrtes tem escripta a mesma obrigação nas unanimes Acclamações dos Portuguezes pela Monarchia, pelo Senhor D. João VI., e pela sua Dynastia, que em todo o Reino precedêrão, e acompanhárão as vozes para a sua Convocação.) *Recommenda-se-lhe de juntar os seus esforços aos do Monarcha para restabelecer sobre bases solidas a felicidade geral.*

Ainda quando se podesse dizer com verdade, que os Francezes não tinhão até ao presente huma Constituição,

Digitized by Google

Legislativo, senaõ no caso de lhes sêr denegada esta protecçaõ, ou de violaçaõ das Leis.

Especificai, quanto possivel fôr, todos os casos, se naõ quereis que rebentem alvorotos, e scenas tragicas, e escandalosas; o que indefectivelmente succêderá, se, presumindosse o Povo Arbitro, Juiz, ou Senhor, pouco a pouco se fôr habituando a intrometter-se com suas paixões nos negocios, e deliberações. Declarai inviolaveis, e sagrados huns a respeito dos outros, e para o Povo, com maior razaõ, os Agentes dos dous Poderes, para este effeito pondo-os todos debaixo da protecçaõ da Lei mais terminante, e expressiva que poder sêr: ordenai que, travando-se entre elles conflictos, e debates, espe-

---

naõ se deve com tudo considera-los destituidos de hum Governo. A Assemblêa Nacional está pelos seus Constituintes encarregada de fazer respeitar a Authoridade do Rei. (O mesmo acontece ás nossas Côrtes, em razaõ das acclamações pela Monarchia.) *E se ella tivesse o direito de fixar a Constituiçaõ, sem que elle nisso tivesse alguma parte, segue-se-hia que aquella poderia dispôr, á medida da sua vontade, de todas as prerogativas da Corôa.*

Eu naõ comparo com tudo a influencia, que pertence ao Rei sobre a Constituiçaõ com a outra, que lhe deve sêr reservada relativamente ás Leis. Em quanto a estas, elle ha de podêr negar-lhe a sua Sancçaõ, sem que precise de declarar os motivos, ao mesmo tempo que elle naõ poderá ter direito para se oppôr ao estabelecimento de huma Constituiçaõ; porque depois de elle ter chamado os seus Vassallos á Liberdade, naõ poderá jámais dizer, eu naõ quero que elles sejaõ livres. Eu sustento somente que, sendo elle interessado na Constituiçaõ, tendo a seu cargo faze-la observar, tendo hum Podêr anterior a ella, e que ella deve regular, e naõ destruir, será indispensavel que intervenha, e ratifique a Constituiçaõ. E, se achar em alguns Artigos alguns inconvenientes, poderá sem dúvida exigir, que elles se alterem, e entaõ os Representantes verão se as alterações apontadas compromettem ou naõ a Liberdade Publica.

O Velho Liberal.

Digitized by Google

rem, sem recorrerem a outra alguma via de direito; ou de facto, a decisaõ dos dous Poderes, de que dependem, sendo cada huma das partes obrigada a communicar-lhes o objecto da disputa, e meios respectivos, no qual caso devem os dous Poderes ajustar-se. Ora: se as Leis Constitutivas saõ bem feitas, naõ será difficil a boa intelligencia, e harmonia; se porem saõ mal feitas, ou o caso he imprevisto, cumpre explica-las, ou nellas comprehende-lo; e entaõ á Naçaõ, que he sempre o Soberano em ultima instancia, pertence decidir. Em fim, acautelai até a circumstancia de sêr impossivel differir a decisaõ de hum conflicto, ou de hum debate entre os Agentes dos dous Poderes, naõ estando em actual exercicio a Assembléa Nacional. He natural ordenardes que neste caso valha a decisaõ provisoria do Monarcha, ficando obrigados os Ministros a dar conta do succedido á Assembléa Nacional, quando se achar congregada.

Mas naõ basta restabelecer o Throno pela Lei; deveis tambem restaura-lo na opiniaõ; na opiniaõ, que para o commum dos homens vale mais que a mesma Lei. Fazei com que a Naçaõ se honre, honrando o seu Chefe. Naõ desapproveis as etiquetas, e formalidades as mais honorificas, e respeitosas para com elle. Naõ vos recuseis a pedir-lhe o que a Lei o obriga a naõ denegar. Quando huma Naçaõ, por se considerar grande, e opulenta, entende que em seus monumentos deve sêr magnifica, corre-lhe a obrigaçaõ de revestir de magnificencia tambem o Chefe, que a representa. Consequentemente nenhuma dúvida tereis de tornar ao Throno o pomposo apparato, e esplendor, de que d'antes gosava. Limitai-o sim nas despezas, mas naõ com mesquinhez. Que cousa saõ cinco, ou seis milhões de mais nas despezas de hum grande Imperio! E quanto se naõ lucra, pondo o Soberano em estado de por suas magnificencias, animar as artes decahidas, soccorrer a virtude opprimida, e acudir aos indigentes! Clamarem ao Throno os lacrimosos, e naõ lhes sêr por elle enxugado o pranto, naõ he honroso. Naõ só he inviolavel a Pessoa do Monarcha, mas até á sua familia, a seus palacios, a seus domesticos, se deve extender esta inviolabilidade; o que com tudo, a

Digitized by Google

respeito d'estes ultimos, se naõ entende nos casos imperiosos de perigo da Publica Liberdade. As Leis, que limitarem a Liberdade da Imprensa, devem toma-lo debaixo da sua protecçaõ. Em fim: se o Monarcha fôr dotado de talentos, e virtudes, deixai-o espraiar-se na cultura d'estas qualidades; e se quereis que elle se interesse em conservar a vossa Constituiçaõ, e que deixe de nutrir secretamente hum continuo desejo de a corromper, ou destruir, tornai-lhe, o mais que poder sêr, feliz a sorte, e ditosa a condiçaõ.

Mas frustradas seraõ vossas fadigas no lavrar dos Decretos, se o Poder Executivo recusar prestar-se, e concorrêr para que estes surtaõ effeito. E ainda mal que assim o vemos. A'cinte jaz na inercia, e como que todo o seu empenho he mostrar-se abatido, e nullo. Que conselhos fataes saõ estes? Ou com que esperanças enganosas se nutre? Persuadir-se-ha o Poder Executivo, de que ha de tachar de illegalidade a revoluçaõ? Ou terá para si que a anarchia, por elle exagerada, atirará com a Naçaõ aos braços de huma Dictadura Real?

Ministros, que rodeais o Throno, abri os olhos ao Rei, e abri tambem os vossos! Naõ tendes já hoje, vós, e elle, se naõ hum partido a seguir, que he o de entrar sincera, e cordealmente nos sentimentos da Naçaõ. Ninguem resiste ao curso de hum rio caudaloso, nem intenta moderar-lhe a impetuosidade, postando-se passivo atravez da corrente; mas espreitando-se-lhe a direcçaõ, trabalha-se por faze-lo parar, onde só a natureza lhe pode oppôr diques, e reprezas. Tal dicta a prudencia dever-se obrar em huma Revoluçaõ como esta. A razaõ, e a Liberdade bem entendida eraõ os limites positivos, onde devieis postar-vos. He verdade que já a Assemblêa Nacional os transpõem, concedendo pouco á influencia, e Direitos do Throno; mas estes passos de mais, que havemos dar por precauçaõ, devem sêr attribuidos a desconfiança, de que vós lhe dais pretextos. A cada movimento irregular, a cada reticencia, a cada dúvida, a cada indicio, que vos escapa, e que parece ou censurar a Revoluçaõ, ou diminuir a Opiniaõ da sua solidez, tornaõ-se mais rigorosos os principios do Partido popular, e menos

Digitized by Google

espaço, e acçaõ sè deixa á Authoridade do Throno. Tudo contra esta Authoridade se conspira, até mesmo a inercia da vossa parte; presume-se que d'ella revê o desejo occulto de deixar crescer a anarchia, para dahi tirardes alguma vantagem. Aos olhos dos que vos conhecem naõ saõ de certo só estas as vossas intenções: o que he certo he que as calamidades públicas vos fazem perder o animo, as desordens fadigaõ-vos, e a lembrança da vossa passada influencia anda-vos sem cessar vagando por diante dos olhos, posto que bem apesar vosso.. Oh naõ cogiteis mais nessa influencia! Para que he lastimar a perda do antigo Poder Real, e conceber ainda esperanças do seu restabelecimento? Fazei uso do que ainda resta, e ide com a Naçaõ. Deveis unir-vos ao Poder, tal qual fôr creado pela Constituiçaõ, e entender que sois Ministros de hum novo Rei, de hum Rei Cidadaõ. Para homens ambiciosos he certo, que naõ he taõ grande o Posto; mas para os de talento he de sobêjo, e ainda mais brilhante para os virtuosos. Se cuidardes em remover as difficuldades, em restabelecer a ordem, em servir sem dolo a Naçaõ, em defender a prerogativa Real, como parte integrante, e necessaria da Constituiçaõ, em defendê-la, naõ como aulicos, mas como Cidadãos, será huma gloria nova, que para vós fôra talhada, e carreira brilhante, em que ninguem vos precedêo.

E vós Principes, e Grandes, e Nobres, e Magistrados, e Ecclesiasticos, vós todos, a quem a Revoluçaõ faz na verdade perdêr muito, vós que tendes sido tractados com mui pouca justiça, e ainda menos attençaõ, cessai de accrescentar a vossas perdas illusões, que as emperraõ; cessai de vos nutrirdes d'odios, e resentimentos. Naõ ha remedio senaõ ceder, e esquecer-vos, do que já naõ existe, nem existirá. Figurai-vos que, em quanto sonhaveis, corrêraõ eras, e eras, que com effeito parece que corrêraõ. Porque: naõ saõ os eventos a verdadeira medida do tempo?.. Ora: se virmos succedido no curto espaço de seis mezes, o que só em seculos podiaõ os destinos, e os progressos da razaõ lentamente produzir, que deveremos pensar? Com effeito: em seis mezes vemos transtornados os principios, os prejuizos,

Digitized by Google

as Leis, e toda a face de hum Imperio; phenomeno bem semelhante ao effeito rápido de hum incendio, ou alluviaõ, que, assomando de improviso, tudo abraza com violencia, e tudo com impeto arrebata. Que podereis agora oppôr a esta Revoluçaõ imperiosa, que seja capaz de a suspender, ou de a fazer retrogradar? Que outro desejo possivel, e prudente podeis em vosso coraçaõ nutrir, que naõ seja o de a vêr ultimar-se? Tentareis resistir ás claras? Faltaõ-vos os meios. Fareis esforços occultos? Novas injurias, e calamidades choveriaõ sobre vós, sem poderdes depois evitar a nota de conspiradores, e como taes serieis tractados. Quando se tracta só da dissoluçaõ de hum bando, da morte de hum Chefe, ou de hum Usurpador, pode haver esperanças de melhoramento n'huma contra-Revoluçaõ. Naquella porém, a que concorre toda a massa de huma Naçaõ, e a influencia das luzes; naquella, em que vai interessar-se pouco a pouco todo o Genero Humano, baldada he a esperança de Partidistas, impossivel he o auxilio de Alliados, impraticavel a combinaçaõ de sublevações no interior, ou a fiusa de soccôrro de fora, e nullos todos esses aspectos, que nas Revoluções ordinarias daõ algum lenitivo aos que d'ellas foraõ victimas. Ligai-vos á Republica, que he este passo a unica taboa, que no naufragio vos pode salvar. Dai-vos pressa a tornar a entrar no seio da Naçaõ, porto unico, onde deveis recolher-vos. Sêde Cidadãos com os Cidadãos, para poderdes, por huma parte, deslembrando-vos de vossos preconceitos, e resentimentos, e temperando por outra as exaggerações dos vossos principios, preparar-nos Legislaturas mais pacificas, emendando os erros, e o prematuro das Leis, e das violencias, que cometteo a Legislatura actual. Parece que com huma maõ na penna, e outra na espada, trabalhou esta em formar a Constituiçaõ. Os Legisladores, que vierem depois, deveraõ sêr como aquelles Soberanos Pacificos, que succedendo a Conquistadores, e vendo seguros os seus Direitos, afrôxaõ a severidade dos que os precedêraõ, e patentêaõ os corações aos sentimentos de Justiça, e de moderaçaõ..... (a)

(a) Os Portuguezes estaõ ainda no principio; e muit

Digitized by Google

Sahio me esta Carta mais extensa do que eu premeditava; e insensivelmente compuz hum volume. Foi me forçoso cedêr á importancia do objecto, e talvez a escrevi eu com a diffusaõ propria da velhice. Rapido naõ pode sêr o estilo d'aquelle, que no sangue naõ tem rapidez; nem taõ pouco pode dar calôr a seus Escriptos, o que já sem elle vive. Em fim, Senhores, dirigindo-vos estas reflexões,

---

to felizmente para elles, e para tudo, estas Lições de Raynal podem sêr incomparavelmente mais proveitosas em Portugal, do que era possivel que ellas o fossem na França. Neste Reino tinha-se desmantelado quasi tudo, quando aquelle Velho Liberal escrevêo suas receitas, dirigiaõ-se a ensinar aos Francezes a necessidade, e a maneira de reedificar o destruido. Em Portugal ainda se naõ destruio cousa alguma. A dignidade do Throno taõ indispensavel como se inculca nesta Carta, para sêr o apoio moral da Constituiçaõ, acha-se entre os Portuguezes em todo o seu lustre, sustentado nas constantes, e uniformes acclamações de toda a Naçaõ, pela Monarchia, pelo Senhor D. Joaõ VI., e pela sua Dynastia. Elles naõ carecem de levantar o Throno, depois de moralmente destruido: mas devem ir muito cautelosamente, para se naõ vêrem depois algum dia na precisaõ dos remedios, que Raynal aconselhava aos Francezes, por terem começado sem medida. Todas as Ordens do Estado se conservaõ inteiras, sem que tenha sido anniquilada, ou opprimida alguma d'ellas: naõ estâmos ainda nos termos de hum Paiz, que passou pelos rigôres da Conquista, e cuja sorte dependa unicamente da doçura dos futuros tempos; mas convem naõ chegar a essas circumstancias. Os remedios aconselhados nesta Carta devem servir aos nossos Portuguezes, para se desviarem de que elles lhes venhaõ a ser precisos. E he por isso, que nos apressâmos a dar-lhes a sua traducçaõ. *Nas nossas Considerações sobre o resultado das actuaes circumstancias de Portugal* procuramos conduzir-nos pelas Lições d'este Sabio Mestre, quanto coube em nossas forças. Velho, como elle, desejâmos anciosamente, que os trabalhos dos nossos ultimos dias possaõ concorrêr para o bem dos nossos Portuguezes.

Digitized by Google

que saõ o ultimo claraõ da minha intelligencia, e os ultimos suspiros do meu Coraçaõ, julguei que hum homem, a quem os habitantes de huma grande Cidade, aonde he estrangeiro, tinhaõ honrado, elegendo o, para entre vós os representar, tinha jus de vos communicar por penna o que ahi diria de viva voz, sendo este o meio de se lhes mostrar agradecido pela eleiçaõ, que d'elle fizeraõ.

Foi esta huma grande sentença do Conde de Mirabeau na vespera da sua morte — *Para destruir bastaõ Pygmeos, mas para reedificar saõ precisos Homens, e nós não os temos.* — Taõ difficil era a empreza, que tinhaõ sobre si os Francezes, quando Raynal lhes escrevia! Praza a Deos, que os seus Escriptos salvem a minha Patria de se vêr ainda em iguaes circumstancias.

O Velho Liberal.

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.° 10.

SUPPLEMENTO

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Algumas Considerações do Velho Liberal sobre o N.° 6.° do Folheto intitulado = O Velho Economico. =

Este N.° dos dictos Folhetos tracta de hum Escripto, que se diz divulgado entre os Portuguezes, ou que se procurou divulgar entre elles com o titulo —

Deducçaõ, ou Manifesto dos Factos, que na Crise actual sucitaõ a plena observancia dos Direitos Publicos da Naçaõ Portugueza, em que particularmente se incluem os do Serenissimo Senhor Infante D. Miguel.

E o Velho Economico no dicto N.° tracta da Refutaçaõ das suas doutrinas Politico-Juridicas, exigindo o nosso auxilio apró dos Direitos do Senhor D. Pedro IV., considerando-nos a isso responsavel, por tres motivos, que elle reputa poderosissimos. He o 1.° a nossa profissaõ de Juris-Consulto: 2.° o empenho, que sobre nós haviamos tomado em quanto á Consolidaçaõ da Carta, o que lhe parecia haver-nos posto na necessidade de sustentar o Direito d'aquelle, que a dêo, no que tocava á sua Successaõ, e ao Governo d'este Reino: 3.° o achar-se o nosso nome no mencionado Escripto em citações, que se faziaõ de algumas Obras, que noutro tempo haviamos publica-

Digitized by Google

do pela Imprensa, bem que as dictas citações naõ viessem apró das doutrinas sustentadas no dicto Folheto, mas somente para outros fins, como declara o mesmo Velho Economico.

Tinhamos ouvido fallar no mencionado Escripto, desde que desembarçámos no Téjo, em o principio de Agosto; mas nem o tinhamos visto, nem mesmo procurado vêr: ainda neste momento, quando começâmos a escrever estas nossas Considerações, nos achâmos nas mesmas circumstancias, de naõ têr visto tal Escripto, cuja Refutaçaõ entende o Velho Economico que nos pertence. Mesmo tambem nem sequer tinhamos visto o dicto N.° 6.° do Velho Economico até o dia de hontem 19 do corrente mez, em que pela primeira vez, se nos referjo o seu assumpto, e se nos disse, que nelle vinha a mencionada reclamaçaõ do nosso auxilio apró da defeza, que elle ia começar relativamente aos Direitos do Senhor D. Pedro IV. na Successaõ d'este Reino, por occasiaõ da fatal morte de seu Augustissimo Pai, o Senhor D. Joaõ VI.

Foi pois no dia de hontem, que nos vieraõ surprender todas as referidas noticias, taõ grandes, e taõ extraordinarias, como ellas saõ! Mandámos comprar o mencionado N.° 6.° do Velho Economico, o qual podémos conseguir: naõ nos succedendo com tudo outro tanto relativamente ao Escripto, de que naquelle se tracta. E mal poderia quadrar entaõ com a epigraphe, que tomâmos, e com a circumspecçaõ, que he propria da velhice, o escrever precipitadamente a respeito do assumpto, de que se tracta no dicto N.° 6.°, e até antes de vêr o Escripto nelle combatido. Entretanto, para satisfazer o Velho Economico, vamos levar diante dos seus olhos as seguintes nossas Considerações ao dicto respeito, e deduzidas somente do que lêmos no dicto N.° 6.° do seu Periodico.

1.ª *Consideraçaõ.*

Seria discreta a publicidade, que se foi dar ao mencionado Escripto pela refutaçaõ que se lhe fez no dicto N.° 6.° do Velho Economico?

Consta publicamente que o dicto Escripto fôra ap-

Digitized by Google

prehendido pelo Governo; e que, achando-se este por esse meio senhor dos Exemplares, que se procuravaõ divulgar, naõ deo publicidade ao mesmo Escripto; sendo este sem dúvida o motivo, porque nós o naõ vimos, e porque mesmo tendo-o procurado desde hontem até hoje, até por Pessoas Empregadas, de cujas mãos esperavamos conseguilo, naõ foi possivel alcança-lo. O Governo pois entendeo que naõ convinha dar publicidade a este objecto; e veremos agora, se nisto obraria, ou naõ discretamente: ou se seria mais bem entendido ir levar a todo o Reino a noticia d'este Escripto pela publicidade da dicta sua intentada refutaçaõ.

Tudo em Politica deve ser Arithmetica. O resultado de cada huma das acções deve ser considerado nos dous lados de proveitos, e de desproveitos, que d'ellas nascem. Se a somma dos proveitos péza, ou avulta mais do que a dos desproveitos, a acçaõ deve têr-se por boa. Se a somma dos desproveitos péza, e avulta mais do que a outra dos proveitos, a acçaõ deve têr-se por má. No primeiro caso ella deve sêr praticada; no segundo deve sêr desviada.

Isto he mesmo conforme com o outro grande principio, a que Jeremias Bentham chama *de utilidade*, e a que elle attribue a origem, e a fonte de todo o Direito. Pezada a somma dos proveitos, que vem d'isto, ou d'aquillo; e pezada a somma dos desproveitos, que vem d'isto, ou d'aquillo, he de Direito isso, para onde péza mais a balança. Implicaria com as primeiras idéas das cousas, que fôsse de Direito aquillo, que produzia mais males, do que bens: por quanto, a Justiça, origem de todo o Direito, benéfica por essencia, naõ o podia sêr em desproveito do maior número, para que fôsse em proveito do menor: naõ podia sêr que classificasse como bem, o que era origem de mais desproveitos, do que de proveitos. E naõ era possivel tambem que o Divino Auctor de toda a Justiça, Beneficentissimo por essencia, estabelecesse como principio do justo aquillo, que produzia maior somma de males, do que de bens.

Ora: supposto isto, consideremos, se a publicidade dada ao mencionado Escripto pela refutaçaõ, que se lhe

Digitized by Google

fez no N.º 6 do Velho Economico produzirá maior somma de bens, ou maior somma de males.

Entraremos na materia por hum illustre exemplo da nossa Historia Portugueza, e por hum nome respeitavel na das Crises Politicas dos Estados, qual he o Senhor Rei D. Joaõ IV., que por effeito de huma dessas Crises subio ao Throno Portuguez, e que consolidou o dicto Throno, naõ obstante o grande Poder do Monarcha, que d'elle tinha sido desviado. Parece que, como o dicto Senhor levou ao fim a sua empreza, naõ seraõ de desprezar em outras semelhantes Crises Politicas as maximas, porque elle naquella se dirigio.

Testemunhas de facto proprio, muito individuaes, e separadas, e todas contestes, sendo huma taõ authorisada como o Conde de Vimieiro, haviaõ noticiado ao mesmo Senhor o desgraçado fermento de huma rebelliaõ contra a Sua Real Pessoa, e Estado, em que eraõ envolvidos o Duque de Caminha, o Conde de Armamar, e o Arcebispo de Braga, D. Sebastiaõ de Mattos; e escreve o Conde da Ericeira, tractando d'este facto, qué o Senhor D. Joaõ IV.

„ *Ainda que desejava livrar-se do cuidado com a exe-*
„ *cuçaõ, vencia-o a prudencia, reconhecendo as difficulda-*
„ *des da emprêza. Hum dos reparos, que mais o embara-*
„ *çava, era ser-lhe forçoso mostrar ao mundo que havia*
„ *Vassallos no seu Reino, taõ cegamente precipitados, que*
„ *se resolviaõ a trocar a gloria de se defenderem dos Cas-*
„ *telhanos pela tyrannia do seu Governo.* „ (Portug. Rest. Part. 1. Liv. 5.º pag. 300).

Transcrevêmos as mesmas palavras, com que o Conde da Ericeira nos transmittio este successo, para que se veja qual era a consideraçaõ do Senhor D. Joaõ IV. a respeito de fazer público, que os seus Vassallos naõ estavaõ todos unidos no negocio da sua Acclamaçaõ. Até em caso taõ grave, como o sobredicto, elle hesitava, pesando o bem que viria de suffocar aquella origem de desgraças, e o mal, que lhe podia resultar d'elle declarar ao Mundo, que naõ era uniforme a opiniaõ de todos os Portuguezes a seu respeito; e esta sua perplexidade nas circumstancias de hum caso já plenamente provado,

Digitized by Google

de tanta gravidade he o mais authentico testemunho da sua prudencia, e da consideraçaõ, que elle tinha pelos meios proprios de esconder que houvesse desuniaõ entre os Portuguezes, no que respeitava á consolidaçaõ do Throno Portuguez na Serenissima Casa de Bragança.

E já antes do Senhor D. Joaõ IV. outro grande Monarcha, de quem elle talvez tomou aquella liçaõ, bem conhecido, e summamente respeitado no Catalogo dos bons Principes, o Imperador Antonino, constando-lhe, que alguns infelizes Romanos, no principio do seu Imperio, tramavaõ huma Conspiraçaõ contra a sua Pessoa, exigio do Senado, que se naõ indagasse, quem eraõ os Réos, dizendo-lhes — " *Naõ quero começar o meu Reinado por actos de rigôr. Naõ me seria nem agradavel, nem honroso, que „ nas vossas indagações provassem que eu era aborrecido „ de hum grande número dos meus Cidadãos.* „ — Le Plutarque de la Jeunesse par M. Pierre Blanchard, P. 2. Article " *Antonin. Le Pieux* — Nouveau Dictionnaire Historique, Voc. Antonin — Millot, Elem. d'Hist. Gener. Tom. 3. Article " *Antonin.* „

Taes eraõ os Sacrificios, que estes dous Soberanos julgáraõ fazer ao bem da Uniaõ, e da Concordia entre os seus Vassallos, que nem d'indubitaveis factos criminosos, avêssos ás suas Pessoas, e á conservaçaõ do seu Estado Politico, quizeraõ que se conhecesse, e que se lhes désse publicidade, entendendo que menos mal vinha de cobrir com hum véo impenetravel semelhantes cousas, do que de ir leva-las á luz do meio dia. Elles sabiaõ que as dissensões de Mario, de Sylla, e de Sertorio, segundo o pensamento de Floro, tractando da Guerra de Mithridates, convidavaõ, e animavaõ a esperança d'este, e a sua confiança, mostrando-lhe lá mesmo ao longe aberto e indefeso o Corpo do Estado, por causa d'ellas. (*a*)

E naõ podemos deixar em silencio hum dos mais il-

(*a*) Lib. 3. Cap. 5. Spem. et fiduciam dabant nostra vitia, quippe cum civilibus bellis disjungeremur, invitabat occasio, nudumque imperii latus ostendebant procul. Marius, Sylla, Sertorius.

Digitized by Google

lustres exemplos da Politica, que temos referido, e louvado, até porque elle he deduzido da Historia da nossa Hespanha. Pompeo foi mandado a esta Provincia Romana para fazer a guerra contra Sertorio; e este foi assassinado pelos Officiaes do seu Exercito. Perpenna, hum dos Conjurados, apprehendêo a sua Secretaria, e nella encontrou muitas Cartas de illustres Romanos, e mesmo de Senadores, e de Consulares, escriptas de sua propria letra, em que Sertorio era convidado a que levasse a guerra para a Italia, segurando-se lhe a sua coopenaçaõ, a fim de se alterar a forma da Republica; e foi offerecer a Pompeo este, que lhe parecia, riquissimo presente.

E que fez o General Romano? Queimou todos aquelles monumentos, sem os lêr, nem os nomes de seus Autores, e fez matar Perpenna, para que com elle morrêsse tambem a noticia da descoberta, que tinha feito, salvando por este modo a Roma das Dissensões Civis, que nella suscitaria o conhecimento d'aquellas correspondencias, o que lhe causaria maior estrago, do que lhe traria de proveito o castigo d'esses descontentes. Plutarcho referindo este facto, accrescenta que Pompeo mostrava, bem que na sua mocidade, o seu muito grave, e prudente juizo, e chama a isto huma *façanha*: (*a*) e muito justamente, porque era de summa importancia que em Roma se naõ fallasse, nem soubesse de tal caso, a fim de que elle a naõ fizesse dividir em Facções: e por isso Pompeo queimou tudo, até sem lêr, e chegou a privar da vida aquelle, que sabia huma noticia, que convinha sepultar.

E depois d'estes exemplos, e da Sabedoria, que parece reluzir em todos elles, e que, pelo menos, tem sido considerada como tal por todos quantos até os nossos dias se reconhecêraõ por Mestres na Politica, perguntaria o Velho Liberal ao Velho Economico: se, sendo o Escripto, cuja Refutaçaõ elle emprendêo, o Perpenna dos

(*a*) In Pompeio, pag. 55. Edit. 1561, in fol. et in Sertorio, pag. 522. Cœterum Pompeius, non juvenilis, sed gravis admodum, prudentiaque animi facinus edidit.

Digitized by Google

nossos dias, que tinha em si noticias capazes de excitar divisões entre os Portuguezes, conviria, ou naõ sepulta-do, como fez Pompeo, desviando assim de Portugal as dictas divisões: ou se seria mais proveitoso resuscita-lo da sepultura, que parecia ter-lhe dado o Governo, desviando dos olhos do Publico o dicto Escripto, para que este o naõ fosse tumultuar? Se, sendo o Escripto, cuja Refutaçaõ elle emprendêo, o Mario, o Sylla, e o Sertorio, que mostrando ao longe a divisaõ do Estado Portuguez, convidavaõ e animavaõ a esperança dos que tivessem sobre elle os olhos, por mostrarem aberto, e indefêzo o mesmo Estado, em razaõ das suas divisões intestinas, conviria ou naõ sepulta-lo, como fez Pompeo a Perpenna, desviando-se d'esta sorte de Portugal as dictas divisões, e dos olhos estrangeiros a noticia d'ellas, animadora da sua esperança, e da sua confiança; ou se seria mais proveitoso resuscita-lo da sepultura, que parecia ter-lhe dado o Governo, separando dos olhos públicos o dicto Escripto, para que este o naõ fosse tumultuar, dando com isso a animaçaõ á dicta esperança, e confiança? Se sendo o Escripto, cuja Refutaçaõ elle emprendêo, as Conspirações delatadas ao Imperador Antonino, e ao Senhor D. Joaõ IV., que manifestavaõ haver nos seus Estados Vassallos em dissidencia das suas causas, e dos seus interesses, conviria ou naõ sepulta-lo, como fez Pompeo a Perpenna, desviando d'esta sorte aos Portuguezes hum conhecimento, que lhes poderia ser perigosissimo, ou se seria mais proveitoso resuscita-lo da sepultura, que parecia ter-lhe dado o Governo, separando dos olhos do Publico o dicto Escripto, para que se naõ divulgasse que havia quem pozesse dúvidas sobre o Direito do Senhor D. Pedro IV. á Successaõ, e ao Governo d'esta Monarchia?

Da divulgaçaõ, e da publicidade de haverem taes dúvidas, e taes duvidantes, naõ podia resultar bem algum, e poderiaõ vir gravissimos males, quaes eraõ todos aquelles, que Pompeo tinha querido desviar de Roma; e de Portugal o Senhor D. Joaõ IV. nas duas circumstancias referidas. Parecia pois 1.º: Que teria sido da maior utilidade pública o naõ ter existido o Escripto, a que tracta de responder o N.º 6.º do Velho Economico: 2.º Que,

Digitized by Google

tendo elle existido, era a segunda cousa para desejar que se lhe tivesse dado a Sepultura, quanto mais cêdo fosse possivel: 3.° Que faze lo resuscitar da Sepultura, em que se achava, era diametralmente opposto ás duas antecedentes conveniencias, huma da sua naõ existencia, e outra da sua morte.

2.ª *Consideraçaõ.*

A haverem as dúvidas, a que tracta de responder o Velho Economico no dicto N.° 6, seriaõ ellas, decididas pelo dicto Escripto, ou pela sua Refutaçaõ, ou pela opiniaõ do Velho Liberal?

Têmos tres intelligencias, e tres vontades individuaes: e que vem a ser isto relativamente á decisaõ das referidas dúvidas? Innegavelmente cousa nenhuma. Cada huma destas tres intelligencias individuaes, cada huma destas tres vontades individuaes poderiaõ muito embora, se quizessem, attribuir-se á vontade geral, e fallando cada huma isoladamente inculcar a sua voz como a voz de todos, e dizer que o Publico entendia, e que o Publico queria aquillo, que ellas entendiaõ, e aquillo que ellas queriaõ. Mas ninguem pode desconhecer que seria huma impostura semelhante enunciado seu: por quanto, sendo individuos os que fallavaõ, e que naõ tinhaõ nenhuma procuraçaõ, nem nenhuma representaçaõ no Publico, falsamente inculcavaõ a sua voz individual como a voz d'este.

Poderiaõ, quando muito, cada huma d'essas tres intelligencias individuaes, e cada huma d'essas tres vontades individuaes apresentar huma somma de razões, e de fundamentos, que lhe parecessem convincentissimos, e sem resposta alguma: mas em cousas moraes, qual he a materia, de que tractâmos, que resultado se poderia esperar d'isto? Darem-se por convencidos aquelles, que fossem das opiniões de cada huma d'essas tres intelligencias individuaes, e d'essas tres vontades individuaes, e ficar cada huma d'ellas sendo, v. g. de mil intelligencias em lugar de huma intelligencia, de mil vontades em lugar de huma vontade. Mas tambem nem essas mil intelligencias; nem essas mil vontades individuaes eraõ, as que haviaõ de decidir as mencionadas dúvidas.

Digitized by Google

Consequentemente a isto, essas tres intelligencias, e essas tres vontades individuaes, e da mesma sorte todas essas mil intelligencias, e todas essas mil vontades individuaes, que cada huma d'aquellas tres chamou a si, o que deviaõ fazer, era reconhecer que lhes naõ cabia intervençaõ alguma na decisaõ de taes dúvidas, fazendo-se a si a pergunta, que Jesus Christo se fez, quando ao seu Tribunal foraõ levar hum Requerimento, que naõ era da sua competencia, ainda que parecia, e com effeito era da mais manifesta justiça. Nós já a referimos a fol. 139 do nosso Jornal. O Chefe do Christianismo, em vez de deferir ao dicto Requerimento, respondêo com huma pergunta relativa á competencia da sua intervençaõ naquelle caso, dizendo ao Irmaõ, que lhe pedia fizesse com que o outro seu Irmaõ lhe désse partilha na herança paterna — *E quem he que me fez Juiz, ou Partidor entre vós?* — Deixou assim de se metter naquillo, cuja decisaõ lhe naõ tocava, e ensinou-nos com o seu respeitavel exemplo a fazermos o mesmo em identicas circumstancias.

Os trabalhos pois assim do dicto Escripto, como da sua réfutaçaõ, e da opiniaõ do Velho Liberal naõ podiaõ têr relaçaõ, nem influencia alguma com a decisaõ das dictas dúvidas, e eraõ por isso trabalhos, pelo menos, inutéis. Dizemos, *pelo menos inuteis*, porque poderiaõ, além da sua inutilidade, têr o máo resultado de inquietar, e de tumultuar o Publico, como ponderámos na nossa 1.ª Consideraçaõ.

Essas dúvidas, se as havia, tinhaõ outro Tribunal, e bem respeitavel, e bem conhecido, que era o do Senhor D. Pedro IV., e das Altas Potencias da Europa, das quaes cada huma d'ellas representa legalmente aquella Naçaõ, de que he Chefe. As dúvidas eraõ relativas a hum caso, que importava á totalidade da grande Familia Europea; e somente pelo acôrdo dos seus Chefes poderia terminar convenientemente para o bem dos homens; por quanto, de outra sorte conduzidos estes a terminar as dictas dúvidas por meio de dissençôes, e guerras intestinas, viriaõ a chamar sobre elles a grande somma de males, que sempre nascem de semelhantes origens.

Vem para aqui tudo quanto escrevêmos de fol. 134

Digitized by Google

em diante sobre a illegalidade, e a immoralidade das Revoluções. Cada huma das partes, que entraõ nas guerras Civís saõ vontades individuaes, e forças individuaes, que se arrogaõ a authoridade de se attribuir a vontade, e a força geral, tractando de coagir os outros áquillo, que pertende cada huma d'ellas. O vinculo da Sociedade Civil dissolve se no meio d'ellas; e, em vez de se conservar huma vontade, e huma força moral, como se acha nos Estados, em quanto elles conservaõ as suas Organisações Politicas, acha-se somente o choque das vontades, e das forças individuaes, de maneira que no fim appareçem huns Vencedores, e outros Vencidos, da mesma sorte que aconteceria entre os mais fracos, e entre os mais fortes, no Estado Selvagem, ou anterior á Organisaçaõ dos Estados. He por isso que as guerras Civís saõ o maior dos males Sociaes porque, durante ellas, resuscita-se o estado anterior á Organisaçaõ Social, o choque de humas vontades individuaes, e de humas forças individuaes, com o de outras vontades individuaes, e de outras forças individuaes; e se para acabar isto, e as suas terriveis consequencias he que se estabelecêraõ os Estados Politicos, naõ pode haver mal algum Social, que seja superior ao renascimento do cahos anterior á sua Organisaçaõ.

Vem para aqui tudo quanto escrevêmos sobre a Legitimidade de fol. 106 do nosso Jornal em diante. Nós a considerámos como hum Direito dos Governados, e naõ dos Governantes, por sêr huma táboa, que salvava aquelles do naufragio das dissenções intestinas, e das guerras Civís. E o mesmo entendêmos sobre a competente decisaõ das dúvidas, de que tractâmos. Pede o interesse dos Governados, que ellas naõ tenhaõ outra decisaõ, que naõ seja a dada pelo Senhor D. Pedro IV., de acôrdo com as Altas Potencias, que se achaõ á testa dos Estados da Europa. Saõ estes os Augustos Representantes da totalidade da mesma Europa, e por tanto os unicos, que podem fallar legalmente sobre dúvidas, que poderiaõ perturbar a sua tranquillidade. Cumpre pois que deixêmos fallar a quem cumpre fallar, que deixêmos decidir a quem cumpre decidir, e que naõ vamos intelligencias individuaes, e vontades individuaes intrometermo-nos sem

Digitized by Google

missaõ, e sem titulo naquillo, que compete á resoluçaõ de outros.

O Senhor D. Pedro IV. está na pacifica posse da Successaõ de seu Augusto Pai, e do Governo d'este Reino. Ha mezes que dura este estado de cousas imperturbavelmente. Todos os Diplomas Publicos tem apresentado o seu nome, como o de Monarcha d'esta Naçaõ. Huma Lei sua chega tambem, ha mezes, dando huma nova Organisaçaõ Politica a Portugal, e he publicamente recebida, jurada, e festejada. Em quanto á posse pacifica da dicta Successaõ naõ pode haver dúvida; os factos fallaõ mais poderosamente, do que quaesquer palavras, e do que quaesquer outros testemunhos.

Que succederia em identicas circumstancias, e que succede todos os dias nellas entre quaesquer particulares, entre quaesquer Cidadãos Portuguezes? Introduzido hum d'elles pacificamente em huma Successaõ, vai por acaso outro esbulha-lo, passados tempos, porque lhe parecêo que se lhe devia ter deferido a dicta Successaõ? Se tal fizesse alguem, naõ cometteria aquillo, que pelas nossas Leis, e pelas de todas as Nações antigas, e modernas se chama esbulho? Naõ se sujeitaria elle ao que as dictas Leis mandaõ, que he restituir, antes de tudo, o esbulhado á posse, em que elle se achava? Ninguem o pode duvidar. Tal he a cautela, e o cuidado que todos os Legisladores tem tido em desviar vias de facto para a recuperaçaõ dos Direitos de cada hum!

E entaõ: quando essas vias de facto poderaõ sêr muito mais consequentes, havia de sêr nesse caso que o Direito as permitiria? Aquillo, que elle naõ tolera para evitar males como dous, havia de tolera-lo para produzir males, como dous milhões? O já acima enunciado principio da *utilidade*, como origem do justo, pede que naõ seja desprezado o arbitrio da conservaçaõ do pacifico Possuidor, adoptado entre os Portuguezes, e entre as outras Nações para evitar males como dous, quando elle he tambem proveitoso, e necessario para evitar males como dous milhões. A Arithmetica Politica ensina que seria hum absurdo o contrario; por quanto: seria o mesmo que dizer, que dous milhões eraõ menos do que dous: que

Digitized by Google

o sacrificio feito por dous se naõ devia fazer por dous milhões.

O Principio Monarchico era o d'este Reino desde a sua Fundaçaõ: elle o continuou a sêr até o fallecimento de Sua Magestade Imperial, e Real, que Santa Gloria Haja: elle se tem conservado até os nossos dias depois da sua Saudosissima morte. Coherentemente a elle, o Escripto, de que temos tractado, o Velho Economico, e o Velho Liberal sômos todos Subditos, que estamos na classe dos Governados. Naõ queiramos pois nenhum de nós sahir da dicta classe para nos aproximarmos áquillo, que pertence aos Governos. Nenhum de nós tem a attribuiçaõ para resolvêr as dúvidas, que tem sido tractadas, assim naquelle Escripto, como na dicta sua Refutaçaõ. Ha de haver, e ha a quem cabe resolve las, no caso de existirem taes dúvidas, e naõ compete certamente isso a nenhum de nós. Esperemos pois submissos todos porque falle quem tem direito de fallar, que he o Senhor D. Pedro IV., pela pacifica posse, em que se acha do Governo d'estes Reinos. Quem pode duvidar que, se taes dúvidas existissem, seu Augusto Irmaõ, o Senhor Infante D. Miguel as havia de tractar com o dicto Senhor? Que haviaõ de intervir os Soberanos da Europa a respeito das dictas dúvidas com os mesmos Augustissimos Senhores, e que Ellas assim haviaõ de terminar pela maneira usada em taes casos, propria da Dignidade de taõ Preeminentes Pessoas, e conveniente ao bem dos homens em geral? Isto aconteceria assim, ainda quando naõ fossem os Vinculos de Sangue, e de Familia, que unem o Senhor D. Pedro IV., e o Senhor Infante D. Miguel com os dictos Soberanos; e quanto mais o naõ será, intervindo, como intervem, esta outra circumstancia?

He demasiadamente conhecido em Politica que, acontecendo qualquer mudança na Ordem Publica de qualquer Estado, os Agentes Publicos das outras Nações que nellas residem, recebem novas Credenciaes para reconhecerem, e para tractarem com esta nova Ordem Politica de cousas, que appareceõ. E isto naõ quer dizer nenhuma outra cousa, senaõ a intervençaõ, que o Direito Publico Universal da Europa tem estabelecido nos

Digitized by Google

Chefes das grandes Familias Europeas, para serem considerados aos dictos respeitos. E o Direito Publico Universal da Europa naõ pode deixar de sêr olhado como huma Lei relativa a todas as suas Potencias.

Naõ ha sêr os particulares individuos Portuguezes, os que se naõ hão de arrogar pelas suas intelligencias individuaes, e pelas suas vontades individuaes, a decisaõ de semelhantes duvidas? Naõ era isto triumphar a Ochlocracia, que definimos, e descrevêmos de fol. 23 em diante? A opiniaõ do Velho Liberal naõ pode ser duvidosa depois do Artigo 4.º da sua Fé Politica, enunciado, e demonstrado muito claramente no seu Jornal de fol. 159 em diante. Elle naõ reconhece Governos Ochlocraticos, como huma forma regular de Governo. Tem a Ochlocracia, a intervençaõ das vontades, e das forças individuaes nas Cousas Públicas, como huma doença da Sociedade Civil, e naõ como huma diversa especie de Governos. Poderá estar em erro nesta parte, assim como em muitas outras; mas em quanto naõ illustrarem o seu entendimento, e naõ o convencerem dos seus erros, elle tem direito a sêr compadecido e illustrado sobre os dictos erros, e de nenhuma sorte merece sêr por elles maltractado. Coherente pois com os seus principios, elle entende que a isolada, e individual intervençaõ, que observa entre os seus Concidadãos, em o que respeita ás cousas públicas, he huma emanaçaõ da Ochlocracia, que os affecta, sem elles o perceberem. O que desejaria de todos he que, submissos aos Poderes Politicos estabelecidos, naõ perturbassem, nem inquietassem a Publica tranquillidade.

Em quanto ao Senhor D. Pedro IV.

Viamos que se mettia em dúvida o Direito da sua Successaõ á Monarchia Portugueza — que as dúvidas se tinhaõ ido buscar em Documentos, e Factos, que se diziaõ analogos ás presentes circumstancias, e que se encontravaõ nos nossos successos passados, e na nossa Historia — e que as respostas se derivavaõ de Considerações sobre a boa, ou má applicaçaõ, que dos dictos Documentos, e Factos se fazia, em relaçaõ ao dicto Augustissimo

Senhor. Naõ tendo nós possibilidade de ver o mencionado Escripto, mas somente o Velho Economico, que o refutava, parecêraõ nos, á primeira vista, muito attendiveis as Considerações d'este ultimo Folheto, relativamente aos Documentos, e Factos sobre que discorria. Dizêmos *á primeira vista*: porque naõ tivemos o tempo necessario para fazer mais sérias, e escropolosas meditações nesta materia; e porque tambem nos occorrêo que, sendo singularissimas as circumstancias do Senhor D. Pedro IV., naõ tendo havido na Historia de seus Augustos Predecessôres nada que, se parecêsse com os acontecimentos dos nossos dias, inutilmente iriamos nos casos passados buscar analogias para este, em que nos achâmos. E em serviço do mesmo Senhor vamos expender a nossa maneira de considerar este negocio.

Huma Revoluçaõ espantosa, começada em o meio dia da Europa nos fins do Seculo passado, veio tocar em Portugal nos principios d'este. A nossa Casa Reinante foi obrigada por effeito d'ella, e dos seus resultados, a transferir-se para os seus Dominios Trans-Atlanticos, indo estabelecêr a sua Côrte no Rio de Janeiro. Quando em 1807 a dicta Casa Reinante deixou o Téjo, já o Senhor D. Pedro IV. tinha adquirido, e indubitavelmente, e sem controversia alguma adquirido o Direito á Successaõ desta Monarchia. Até aqui naõ pode haver quem haja de contestar-nos. Vamos adiante.

O Senhor D. Joaõ VI. continuou a reger Portugal; conservando a dicta sua Côrte no Rio, e conservando tambem o Senhor D. Pedro IV. o mencionado Direito á sua Successaõ, até que no anno de 1820 huma Revoluçaõ arrebentou em Portugal, a qual se contagiou ao Brasil, e da qual provieraõ todos os subsequentes resultados — do regresso do Senhor D. Joaõ VI. para Portugal — da residencia do Senhor D. Pedro IV. no Brasil — das contestações da parte da Monarchia Portugueza no Novo Mundo, com a outra que tinha sido a sua Metropole no Velho — da declaraçaõ da Independencia d'aquella fracçaõ da Monarchia Portugueza — e finalmente do Reconhecimento, que o Senhor D. Joaõ VI. foi obrigado a fazer da mesma Independencia.

Digitized by Google

Tudo isto saõ successivos acontecimentos necessarios, e que se encadeáraõ huns aos outros; todos elles provenientes d'aquella dicta Revoluçaõ de Portugal em 1820, na qual, e para a qual nenhuma cooperaçaõ teve, nem cousa alguma se pode imputar ao dicto Senhor D. Pedro IV., que estando no Brasil, e sem nenhuma ingerencia nas cousas do Governo, naõ pode sêr considerado, nem como causa proxima, nem como causa remota d'aquella Revoluçaõ, e dos seus imperiosos resultados. Depois d'estes acontece a sentidissima morte do Senhor D. Joaõ VI.

Quaes pois saõ nestes termos os Direitos do Senhor D. Pedro IV. á Successaõ da Monarchia Portugueza? Nós respondemos: Os mesmos, que Elle tinha em 1820, antes de arrebentar em Portugal essa Revoluçaõ, de que viéraõ todos aquelles resultados. Naõ se tracta de adquirir Direitos a huma Successaõ, mas somente de se conservarem, e de se naõ perderem aquelles, que a ella se tinhaõ. Cumpre ter sempre isto em vista para se caminhar com acêrto.

Ora: he hum principio incontestavel, reconhecido em todas as Jurisprudencias, que *ninguem pode perder Direitos seus, sem facto algum seu*; principio, que tem o seu fundamento na necessaria ligaçaõ, que deve haver entre os effeitos moraes, e as suas causas. Se o effeito he perder eu os meus Direitos, deve em mim existir a causa d'isso, porque aliàs huma causa moral existente noutro viria produzir em mim o seu resultado moral: huma causa, a mim inimputavel, viria privar-me do que era meu, o que seria absurdo.

Se pois indubitavelmente, e sem a minima controversia cabia ao Senhor D. Pedro IV. a Successaõ da Monarchia Portugueza, até á época da Revoluçaõ d'este Reino em 1820; se nessa Revoluçaõ nenhuma parte, e nenhuma imputaçaõ pode caber ao dicto Augustissimo Senhor; se todos os outros referidos, e subsequentes resultados a ella, como necessarios effeitos d'aquella Revoluçaõ, haõ de participar da imputaçaõ d'esta, sendo por isso tambem inimputaveis ao Senhor D. Pedro IV. virá a ser manifesto que o Direito da sua Successaõ á Monar-

Digitized by Google

cha Portugueza, ha de ser olhado agora, como o seria, se d'ella se tractasse antes da dicta Revoluçaõ de 1820, para que naõ venha a acontecer que o dicto Senhor perca seus incontestaveis Direitos por factos tambem incontestavelmente inimputaveis a elle.

Pois naõ seria de huma manifesta inconsequencia, que os factos dos Portuguezes em 1820, que deraõ de si todos esses resultados, que agora se lamentaõ, e nos embaraçaõ, viessem a têr o resultado de privar da Successaõ d'este Reino ao Senhor D. Pedro IV., que nenhuma parte, e nenhuma imputaçaõ teve em semelhantes cousas? Pois naõ seria huma manifesta inconsequencia perder hum aquillo, a que tem direito, pelos factos, que outros praticáraõ?

Todos os Portuguezes gozaõ de huma Amnistia pelos seus factos, e pelas suas opiniões Politicas. Vejamos o que isto quer dizer, e qual he o espirito, e a Philosophia d'isto? Consideraõ-se summamente extraordinarias as circumstancias, em que todos os Portuguezes se acháraõ no meio de huma Revoluçaõ Politica, que leva diante de si tudo quanto encontra, sem que haja podêr capaz de lhe suspender o seu curso; e á necessidade da cousa, que arrastou os Portuguezes para tudo quanto fizeraõ, ou deixáraõ de fazer, attribue-se o effeito de se conservarem intactos todos os seus Direitos, e taes quaes elles eraõ na época da Revoluçaõ. Naõ he nenhum outro o espirito, e a Philosophia da Amnistia.

Entaõ esta consideraçaõ taõ ponderosa, que salva todos os direitos dos Portuguezes, e todos os direitos dos Vassallos, naõ obstante o têr partido d'elles a dicta Revoluçaõ, naõ ha de sêr bastante para têr o mesmo effeito relativamente aos direitos do Soberano, que nenhuma parte teve, e a que nenhuma imputaçaõ se pode fazer naquelles acontecimentos? Aquelles, sobre que alguma imputaçaõ pode recahir, relativamente aos dictos acontecimentos, naõ perdem nada: une-se em quanto a elles o dia de hoje com os fins do anno de 1820: tudo quanto existe no meio d'estas épocas, he como que se naõ existisse. E naõ ha de praticar-se o mesmo em respeito do Augustissimo Senhor D. Pedro IV., a que nenhuma im-

Digitized by Google

putação se pode fazer ao dicto respeito. Os factos de huns, e os seus necessarios resultados tornaõ-se nullos, em quanto a elles, para inteira conservaçaõ de seus direitos: e naõ se haõ de tornar nullos, em quanto áquelle, que naõ interveio nos mesmos factos, nem directa, nem indirectamente para que, em quanto a este, venha a produzir o grandissimo resultado da perda dos seus, antes d'esses factos, incontestabilissimos Direitos?

Nós entendêmos que naõ pode haver cousa mais inconsequente, e mais contraria a todas as regras da Justiça, do que seria isto. Parecia-nos pois que, caminhando-se d'esta sorte, se sustentaria mais plana, e desembaraçadamente o Direito, de que se tracta, escusando-nos á necessidade de ir mendigar analogias em factos, que a naõ tem com o presente estado das cousas. O Senhor D. Pedro IV. he hoje o mesmo, que era em 1820, antes dos acontecimentos d'Agosto, e Setembro do mesmo anno: nossos olhos devem unir-se áquelles, para se resolver o caso da Sua Successaõ a esta Monarchia: devem-se tirar do meio todos os factos, que acontecêraõ entre aquellas duas épocas; e assim como nenhuma dúvida se poria á Successaõ do Senhor D. Pedro IV. na Monarchia Portugueza, fallecendo Seu Augustissimo Pai nos principios do anno de 1820, da mesma sorte se naõ pode pôr no caso, em que elle falleceo nos principios de 1826.

A necessidade de mandar para a Imprensa esta Folha naõ nos permitte dar hum maior desenvolvimento ás nossas idêas a este respeito: mas está lançado o esboço, será muito facil depois enchêr o Quadro, que apresentará o Senhor D. Pedro IV. incontestavelmente com todo o Direito á Successaõ de Seu Augustissimo Pai.

Em quanto ao Serenissimo Senhor Infante D. Miguel.

Quem pode deixar de entendêr que seu Nome he empregado sem intervençaõ alguma sua em todas as cousas, que se lhe attribuem? Considerando-se separadamente cada huma das circumstancias, que nelle concorrem, cada

***

Digitized by Google

huma d'ellas vêm a sêr hum poderosissimo Argumento para o entendermos assim.

Todos os testemunhos das pessoas de mais authoridade e confiança, que conhecêraõ as relações de Sua Alteza com Seu Augusto Irmaõ, saõ uniformes, e concordes na estreita, e intima ligaçaõ de fraternaes sentimentos, que entre elles havia. Nós o sabêmos por testemunhas com os referidos caracteres, assim relativamente ao tempo, em que os dous Augustissimos Irmaõs viviaõ juntos na Côrte do Rio de Janeiro, como no outro, em que os separou a vinda do Senhor D. Joaõ VI. para Portugal. Nós sabemos por testemunhas do dicto caracter que no período das Côrtes passadas, em que as cousas pareciaõ encaminhar-se a sermos privados do Senhor D. Pedro IV. no Governo do Reino de Portugal, e Algarves, seu Serenissimo Irmaõ lamentava muito isso, naõ se lembrando do lugar, que lhe viria a caber, excluido o dicto seu Irmaõ: e que, muito pelo contrario, repetia sempre que d'isso tinha occasiaõ — *Nós queriamos isto para o Mano Pedro — Muito nos custa que o Mano Pedro perca isto.* —

Nós sabemos por pessoas da mesma confiança, e crédito, que o dicto Serenissimo Senhor contára sempre no Novo e no Velho Mundo, desde o Nascimento da Senhora D. Maria da Gloria, (hoje designada Nossa Augustissima Soberana) com o seu Consorcio; e que, lembrando no periodo das dictas passadas Côrtes huma outra Alliança para Sua Alteza, o Mesmo Senhor constantemente respondêra — *que nada resolvia de si a este respeito, em quanto Seu Augusto Irmaõ naõ decidisse sobre a Senhora D. Maria da Gloria.* —

E entaõ, quando a estes sentimentos do Senhor Infante D. Miguel para com seu Irmaõ o Senhor Rei D. Pedro se une a excelsa qualidade de Rei, que elle vai occupar na nova Ordem Politica de Cousas para esta Monarchia, Decretada pelo dicto Seu Irmaõ, he nestas circumstancias que ha de começar a dissidencia do Senhor Infante D. Miguel, relativamente a Elle, quando as dictas circumstancias eraõ todas tendentes a estreitar as referidas ligações? Naõ se queria nenhum outro Consorcio, em quanto se naõ perdessem as esperanças do da Senhora

Digitized by Google

D. Maria da Gloria, naõ sendo Ella Rainha: e naõ se ha de querer o mesmo quando ella se acha revestida d'esta eminentissima qualidade, além de tudo o que d'antes tinha?

Aonde se acha o Senhor Infante D. Miguel? Na Côrte d'Austria; sabendo-se por factos authenticamente referidos em muito fresca data, que Sua Alteza se dirigia, e tinha toda a consideraçaõ do Imperador, e do seu mais consideravel Ministro, o Principe de Metternich. Pode entaõ conceber-se que nas actuaes circumstancias seus passos seriaõ dirigidos em cousas taõ importantes, quaes saõ aquellas, em que se emprega o seu Nome, sem o conselho, e intervençaõ de taõ preeminentes Pessoas? Consideremos agora o espirito da dicta Côrte, em quanto á sua Politica, relativa ao negocio, de que tractâmos. Naõ he della onde se acha eminentemente sustentado o Principio Monarchico, exclusivo da isolada intervençaõ dos Povos, em quanto ás cousas públicas? Ninguem o duvida; e entaõ nestas circumstancias he que do Senhor Infante D. Miguel, e de Vienna d'Austria haviaõ de sahir factos Ochlocraticos, taõ avêssos ao Principio Monarchico, quaes seriaõ os Manifestos, e os Decretos, e cousas semelhantes attribuidas no Publico ao Augustissimo Nome do Senhor Infante D. Miguel?

Tudo isto he taõ alheio, e está taõ fora de todas as regras, e de todos os principios, que dirigem a credibilidade humana, que naõ he possivel que se dê assenso a taes boatos, por quem se naõ queira enganar, ou deixar enganar. As referidas circumstancias, assim dos conhecidos sentimentos do Senhor Infante D. Miguel para com seu Irmaõ, como da sua actual residencia na Côrte de Vienna, saõ a mais evidentissima prova, que se pode desejar de que, se algumas dúvidas occorressem ao Serenissimo Senhor Infante D. Miguel, relativamente ás disposições politicas de seu Augusto Irmaõ, sobre a Monarchia Portugueza, Elle naõ havia de adoptar algum outro arbitrio, que naõ fôsse o de se entender, e combinar com o Senhor D. Pedro IV., tendo o cunho de manifestas impostuvas, tudo quanto neste assumpto, e noutro espirito se tem divulgado, ou se divulgar de futuro. O Nome do

Digitized by Google

Senhor Infante D. Miguel deve ter-se como empregado pelos desorganisadores para os seus fins das perturbações públicas, sendo já conhecido, e muito sabido pelos analogos acontecimentos passados nas diversas Nações, e nas differentes épocas do Mundo, que elles costumaõ empregar sempre nomes respeitaveis sem nenhuma intervençaõ d'estes, para os inculcarem como á testa das suas emprezas, certos de que sem o emprego d'estes nomes, ainda quando falsamente declarados seus Chefes, naõ poderiaõ jámais progredir seus passos.

Esta he a Tactica sabida, e conhecida por todos quantos lêm a Historia, e he a mesma que se tem empregado pelos desorganisadores, e *Novellistas* dos nossos dias para infamar o Nome do Senhor Infante D. Miguel, que naõ poderá deixar de offender-se em Vienna, e muito dolorosissimamente, quando souber que em Portugal se lhe estaõ attribuindo cousas taõ improprias do Seu Alto Nascimento, das Suas Virtudes, e dos Altos Destinos, que a Divina Providencia lhe tem preparado.

A ninguem pode servir senaõ aos perturbadores da ordem, e tranquillidade pública, áquelles que naõ querem nada que naõ seja desordem, a imputaçaõ ao Senhor Infante D. Miguel de cousas, que indubitavelmente o desacreditariaõ.

Ha quem ame a Carta dada pelo Senhor D. Pedro IV.? Por essa Instituiçaõ Politica o Senhor Infante D. Miguel ha de ser Rei em Portugal.

Ha quem odêa a Carta, que deseja que o Senhor D. Pedro IV. naõ succeda nesta Monarchia, que ella se deva transferir ao Senhor Infante D. Miguel? Nessa hypothese tambem o dicto Serenissimo Senhor ha de ser Rei de Portugal.

E entaõ a qual d'estes Systemas he que convirá desacreditar o Nome do Senhor Infante D. Miguel, attribuindo-lhe procedimentos Ochlocraticos, e desorganisadores? Isto naõ pode quadrar nem a huns, nem a outros, sem que se proceda indiscretamente, e sem nenhuma coherencia entre os fins, que se desejaõ, e os meios, que se empregaõ.

Os unicos, que obrariaõ consequentemente nisso, seriaõ

Digitized by Google

os que preferissem a tudo as desordens públicas, e que o naõ quizessem Rei, nem de huma, nem de outra sorte. Entretanto nós firmes no nosso systema de attribuir antes os desacertados factos dos homens aos erros do seu entendimento, do que á perversidade do seu coraçaõ, estâmos persuadidos que nenhumas más intenções ha entre os Portuguezes, e que tudo quanto parece trazer esse cunho he filho da Ochlocracia, e emanaçaõ da Ochlocracia, que nas Crises Politicas sempre apparece em maior, ou menor extensaõ, da qual doença he hum symptôma a facilidade de se acreditarem todas as noticias, e a outra igual facilidade de se repetirem, e de se espalharem todas as noticias, que se ouvem, apresentando-se por este meio a Sociedade Civil convertida n'huma verdadeira Torre de Babel, em que todos fallaõ, e ninguem se entende.

E prestado este testemunho do nosso respeito pela Pessoa do Senhor D. Pedro IV. na sustentaçaõ dos seus Direitos á Successaõ d'esta Monarchia; e prestado este testemunho do nosso respeito á Pessoa do Senhor Infante D. Miguel na contestaçaõ, que fizemos aos factos improprios d'elle, que se lhe imputaõ, concluimos este N.º do nosso Jornal, juntando-lhe a traducçaõ de huma das Cartas de Montesquieu na Collecçaõ d'aquellas, que elle intitulou *Persannas*, na qual se acha finamente descripta com o seu genio a *Naçaõ dos Novellistas*, e os Portuguezes veraõ, se tem nella presentemente alguma cousa que aprender, ou naõ.

Carta 130 da referida Collecçaõ. (1)

Rica a * * *

Fallar-te-hei, nesta Carta, de huma certa Naçaõ; que se chama " *Os Novellistas* „ que se ajuntaõ n'hum

(1) Hum Persa viajando pela Europa, e transmittindo nas suas correspondencias as noticias do que nella encontra, he quem escreve esta Carta a hum dos seus amigos.

Digitized by Google

magnifico Jardim, onde a sua ociosidade está sempre ocupada. Elles saõ inutilissimos ao Estado; e seus discursos de cincoenta annos naõ tem hum effeito differente do que teria podido produzir hum igual silencio; entretanto julgaõ-se consideraveis, porque seus entretenimentos saõ projectos magnificos, e tractaõ grandes interesses.

A base das suas conversaçoes he huma curiosidade frivola, e ridicula; naõ ha Gabinete, por mysterioso que seja, que naõ pertendaõ penetrar; naõ consentiriaõ em ignorar alguma cousa; sabem quantas mulheres tem o nosso Augusto Soltaõ, quantos filhos lhe nascem todos os annos; e, ainda que naõ fazem despeza alguma em espiões, estaõ com tudo instruidos das medidas, que elle toma para humilhar o Imperador dos Turcos, e o do Mogol.

Apenas esgotáraõ o presente, que se precipitaõ no futuro; e, indo adiante da Providencia, elles a previnem sobre todas as acções dos homens. Conduzem hum General pela maõ, e depois de o terem louvado de mil asneiras, que elle naõ fez, prepáraõ-lhe outras mil, que elle naõ ha de fazer.

Fazem voar os Exercitos como as gralhas, e cahir as muralhas como cartas de jogar; tem pontes sobre todos os rios, caminhos secretos em todas as montanhas, armazens immensos em arêas ardentes: naõ lhes falta senaõ juizo.

Eu moro com hum homem que recebeo esta Carta de hum *Novellista*; como ella me pareceo singular, guardeia-a; ei-la aqui.

" Senhor.

" Eu raras vezes me engano nas minhas conjecturas „ sobre os Negocios do tempo. No primeiro de Janeiro „ de 1711, eu prophetisei que o Imperador Joseph morreria no decurso do anno: he verdade que, como elle „ gosava de saude, julguei que escarneceriaõ de mim, „ se me explicasse de huma maneira bem clara; o que „ foi causa de me servir de termos algum tanto enigmaticos; mas os que sabem discorrer me entendêraõ bem. „ A 17 de Abril do mesmo anno elle morrêo de bexigas.

" Logo que se declarou a guerra entre o Imperador,

Digitized by Google

„ e os Turcos, fui procurar os nossos Senhores a todos
„ os cantos das Tuilherias; ajuntei-os perto do tanque, e
„ lhes predisse que se faria o sitio de Belgrado, e que
„ Belgrado seria tomada. Fui assás feliz para que a mi-
„ nha prophecia fôsse completada. He verdade que no
„ meio do sitio apostei cem pistoles, que seria tomada a
„ 18 de Agosto*; e só foi tomada no dia immediato;
„ pode-se perder a hum taõ bello jogo?

" Quando vi que a Frota de Hespanha desembarcava
„ na Sardenha, julguei que a conquistaria; eu o disse,
„ e foi verdade. Inchado com este successo, ajuntei que
„ esta victoriosa Esquadra iria dar fundo a Final para
„ conquistar o Milanez. Como achei resistencia em fazer
„ receber esta idêa, quiz sustenta-la gloriosamente: apos-
„ tei cincoenta pistoles, e ainda os perdi; porque o tal
„ Alberoni, apesar da fé dos Tractados, enviou a sua Ar-
„ mada á Sicilia, e enganou a hum tempo dous grandes
„ Politicos, ao Duque de Saboya, e a mim.

" Tudo isto, Senhor, me desgosta tanto, que eu te-
„ nho resolvido prophetisar sempre, e nunca apostar.
„ Em outro tempo nós naõ conhecjamos nas Tuilherias
„ o uso das apostas, e o Sr. Conde de L., que Deos
„ haja, naõ as soffria; mas depois que hum bando de
„ petimêtres se mettêo comnosco, já naõ sabemos aonde
„ estâmos. Apenas abrimos a bôca para dizer huma no-
„ vidade, que logo hum d'estes jovens nos propõe apos-
„ tar contra.

" N'outro dia, quando eu abria o meu manuscripto,
„ e arranjava os meus óculos sobre o nariz, hum d'estes
„ Fanfarrões, tomando justamente o intervallo da primei-
„ ra palavra á segunda, me disse: *Aposto cem pistoles que*
„ *naõ*. Eu fingi naõ ter dado attençaõ á esta extravagan-
„ cia, e retomando a palavra com huma voz mais forte,
„ disse — *O Senhor Marechal de *** tendo sabido.....*
„ — *He falso*, me disse elle, *vós daes sempre noticias ex-*
„ *travagantes: em tudo isto naõ ha o senso commum.* — Eu
„ vos rogo, Senhor, de me fazer o obsequio de me
„ prestar trinta pistoles; porque vos confesso que estas
„ apostas me tem desarranjado muito. Envio-vos a Copia

---

* de 1717.

Digitized by Google

„ de duas Cartas que escrevi ao Ministro. Tenho a hon-
„ ra de sêr etc. „

Cartas a'hum Novellista ao Minisiro.

" Senhor.

" Eu sou o Subdito mais zeloso, que o Rei até ago-
„ ra tem tido. Fui eu quem obrigou hum dos meus Amigos
„ a executar o Projecto, que eu tinha formado de hum
„ livro para demonstrar que Luiz o Grande era o maior
„ de todos os Principes, que tem merecido o nome de
„ Grande. Trabalho ha muito tempo noutra Obra, que
„ fará ainda mais honra á nossa Naçaõ, se vossa Gran-
„ deza me quer concedêr hum privilegio: meu designio
„ he provar que, des de o principio da Monarchia, os
„ Francezes nunca foraõ vencidos, e que, o que os Histo-
„ toriadores tem até hoje dicto das nossas desavantagens,
„ saõ verdadeiras imposturas. Sou obrigado a emenda-los
„ em bastantes lugares; e uso lisonjear-me que brilho so-
„ bre tudo na Critica. Tenho a honra de sêr, Senhor,
„ etc. „

" Senhor.

" Depois da perda, que tivemos do Senhor Conde de
„ L... nós vos supplicâmos que tenhais a bondade de
„ nos permittir o escolhermos hum Presidente. A desor-
„ dem se mistura nas nossas Conferencias, e os Negocios
„ do Estado já ahi naõ saõ tractados com a mesma dis-
„ cussaõ, que d'antes: nossos Jovens vivem absolutamente
„ sem respeito para os Anciaõs, e sem disciplina entre
„ si; hê o verdadeiro Conselho de Roboaõ, onde os Jo-
„ vens enganaõ os Velhos. Nós bem nos matâmos a re-
„ presentar-lhes que éramos pacificos possessôres das Tui-
„ lherias, vinte annos antes que elles nascessem; julgo
„ que nos expulsaraõ por fim, e que, obrigados a deixar
„ estes lugares aonde tantas vezes evocámos as sombras
„ dos nossos Heróes Francezes, iremos ter as nossas Confe-
„ rencias ao Jardim do Rei, ou a algum lugar mais afas-
„ tado. Tenho a honra de sêr, etc. „

De Paris, o setimo da Lua de Gemenadi, 2, 1719.

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.

Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 11.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Notas, e Reflexões do Velho Liberal sobre a Constituiçaõ Hespanhola de 1812, na sua parte relativa ao Poder Executivo.

Tit. 2.º *Cap.* 3.º

Do Governo. (1)

Artigo 13. O objecto do Governo he a felicidade da Naçaõ; porque o fim de toda a Sociedade Politica naõ he outro mais, que a felicidade dos individuos, que a compõem. (2)

14. O Governo da Naçaõ Hespanhola he huma Monarchia (3) moderada (4) hereditaria.

15. O Poder de fazer as Leis reside nas Côrtes com o Rei.

16. O Poder de applicar as Leis nas causas Civeis, e Criminaes reside nos Tribunaes estabelecidos pela Lei.

---

(1) Esperavamos encontrar neste Capitulo algum Artigo, que fallasse no Poder Executivo, porque o Governo em todas as Nações, e em todas quantas especies de Constituições tem havido, ha, e pode haver, sempre foi, he, e ha de sêr composto de dous Elementos, ou Poderes, a saber: o Legislativo, e o Executivo. Em todos os

Digitized by Google

Estados se precisa de Leis, e isto faz indispensavel o primeiro Elemento; em todos elles deve haver quem estêja entregue da sua execuçaõ, o que faz indispensavel o segundo. O Poder Judiciario entra no Executivo, e he huma parte d'elle; porque se dirige á execuçaõ das Leis relativas aos direitos dos particulares entre si, e ao castigo dos seus crimes. Por isso: os que mais exactamente escrevem sobre a Organisaçaõ Politica, dividem o Governo no Poder Legislativo, e no Poder Executivo, e naõ tractaõ do Judiciario, como fazendo hum terceiro Membro da divisaõ, visto sêr este huma parte do segundo. Ha com tudo muitos, que dividem o Governo em tres membros, Legislativo, Executivo, e Judiciario. Mas naõ se vio ainda, tractando-se do Governo, esquecer o Executivo, como acontece neste Capitulo. Elle parecia dirigir-se a fazer em grosso huma distribuiçaõ das partes componentes do Governo, de que depois se havia de tractar por miudo nos Titulos 3.º, 4.º, e 5.º Disse-se pois no *Art.* 15. — *Que o Poder de fazer as Leis residia nas Côrtes com o Rei* — e este Artigo foi desenvolvido no Titulo 3.º, em que se tracta *das Côrtes.* Disse-se no Art. 16. — *Que o Poder de applicar as Leis nas Causas Civeis, e Criminaes residia nos Tribunaes, estabelecidos pelas Leis* — e este Artigo foi desenvolvido no Titulo 5.º, que tracta *dos Tribunaes, e Administraçaõ da Justiça no civil, e criminal.* E aonde fica o Executivo? Em quem reside elle? Ou este Governo terá somente Poder Legislativo, e Judiciario? Eis-aqui a dúvida, em que necessariamente ficará quem acabar de lêr este Capitulo.

He verdade que no Art. 13. se tinha escripto. — *O Governo da Naçaõ Hespanhola he huma Monarchia moderada hereditaria*; — mas isto naõ evita o reparo referido. O que d'aqui se pode deduzir he, que Hespanha ha de têr hum Rei sem hum Poder absoluto, e que elle ha de sêr hereditario; e poderá tambem deduzir-se que elle ha de entrar no Executivo, porque o pede assim a natureza da Monarchia. Mas 1.º ha de sêr preciso estar-se indagando, e colhendo por inducções, argumentos, e conjecturas, em o Capitulo de huma Constituiçaõ, em que se tracta de seu Governo, aonde he que nelle reside o Exe-

Digitized by Google

cutivo? 2.º Se isso se queria dar por entendido; e comprehendido no Artigo 13, entaõ tractou-se de distribuir primeiramente o Executivo, e depois o Legislativo, o que naõ só he contra a ordem natural, visto que a Lei precede á sua execuçaõ, mas até discorda do Systema adoptado na Constituiçaõ, na qual o Titulo das Côrtes he o 3.º, e o Titulo do Rei he o 4.º E finalmente 3.º de haver hum Monarcha naõ se pode concluir legitimamente que nelle ha de residir o Executivo. Na Constituiçaõ de Suecia, feita pela morte de Carlos XII. em 1718, havia hum Rei hereditario, e naõ absoluto, e com tudo o Executivo naõ residia nelle, pertencendo na maior parte ao Senado, de que o Rei só era Presidente com hum duplicado voto. Por mais voltas pois que dêmos, naõ he possivel desculpar esta falta, de que temos tractado.

O Governo, pela Constituiçaõ Hespanhola, acha-se distribuido: I. *nas Côrtes* — Tit. 3.º: II. *no Rei* — Tit. 4.º: III. *nos Tribunaes* — Tit. 5.º E neste Cap. 3.º, tractando-se do dicto Governo em geral, esquecêo dizer a parte d'elle, que residia no Rei. O que falta neste Capitulo, pelo que temos dicto, acha-se no Art. 170. — *O Poder de fazer executar as Leis reside exclusivamente no Rei.* — Isto devia fazer hum Artigo deste Capitulo, e collocado entre os Art. 15, e 16. Só d'esta sorte ficaria completa a sua Organisaçaõ, e veriamos entaõ nelle em grosso a mythologia do Governo Hespanhol, conhecendo: 1.º que o seu Poder Legislativo residia nas Côrtes com o Rei: 2.º que o seu Poder Executivo residia exclusivamente no Rei: 3.º que o seu Poder Judiciario residia nos Tribunaes. E entaõ teriamos razaõ de esperar que a Constituiçaõ tivesse os seus Titulos 3.º, 4.º, e 5.º, para em cada hum d'elles se tractar de cada huma d'estas partes organicas do Governo d'esta Naçaõ.

(2) Era necessario ter confundidas as idêas do Direito Publico Particular com as do Direito Publico Universal, para se introduzir este Artigo na Constituiçaõ Hespanhola. As Constituições dos Estados, ou as suas Leis Fundamentaes, que vem a sêr o mesmo, tractaõ da Organisaçaõ Politica de cada hum d'elles, determinando qual ha de sêr a forma do Governo; em quantas partes elle ha

Digitized by Google

de ser distribuido; que authoridade ha de competir a cada huma d'ellas; como cada huma deve exercitar a que lhe pertence; as relações que humas d'essas partes devem ter com as outras, para que se naõ choquem, perturbem, ou destruaõ mutuamente; as relações, que haõ de ter com os governados, para que os naõ opprimaõ; em que maós ha de existir cada huma d'ellas; e, se isto depender de eleiçaõ, a maneira porque esta se ha de fazer; se depender de successaõ, porque forma ella se ha de regular; e, em quanto aos governados, ha de determinar quaes saõ os Cidadãos; quaes os Direitos Publicos, que lhes pertencem; e como elles lhes seraõ garantidos; quando gosaõ d'elles, quando os perderãõ; e quaes seraõ as suas relações para com os governantes. Todos estes Artigos saõ objecto de huma Legislaçaõ positiva, dependente dos que fazem a Constituiçaõ, e que os podem arranjar ou d'esta, ou d'aquella sorte, como lhes parecêr mais conveniente ao fim das Associações Politicas em geral, e em particular ao d'essa, para que se destina a dicta Lei Fundamental, attendidas as suas circumstancias de clima, extensaõ, população, riqueza, habitos, etc. etc. Por isso as Leis Fundamentaes, ou Constituições dos Estados saõ differentes humas das outras; nem era possivel que assim naõ fosse, visto que, havendo ellas de arranjar tantas, e taõ differentes cousas, e estando fora de todas as regras da probabilidade, que dous diversos Legisladores, e muito mais ainda, que dous diversos Corpos Constituintes concordassem uniformemente sobre tantos Artigos, vinha a ser indispensavel que humas diversificassem das outras, mesmo sendo homogeneas as circumstancias dos dous Estados, para que ellas se fizessem. A menoridade do Rei acabava somente aos 21 annos pelo Artigo 3.º da Constituiçaõ, feita para a Suecia, depois da morte de Carlos XII. Ella acaba entre nós aos 14 annos pela Lei do Senhor D. Pedro II. nas Côrtes de Lisboa de 1674, datada de 23 de Novembro do dicto anno. Nesta Constituiçaõ Hespanhola, Artigo 185, acaba aos 18 annos. E o mesmo acontecerá em quasi todos os objectos Constitucionaes acima referidos, se se compararem as Constituições dos diversos Estados humas com as outras.

Digitized by Google

Istó supposto, examinemos agora 1.º — Se deve este Artigo fazer, ou naõ parte da Constituiçaõ Hespanhola: 2.º — Se entrando nella, deverá, ou naõ ir noutro lugar, e d'outra maneira enunciado: 3.º — Se, collocado neste lugar, e na forma em que está, diz, ou naõ o que he proprio d'huma Constituiçaõ; e se pode ou naõ torna-la mais que illiberal.

E quanto ao primeiro exame, perguntâmos: Acaso a disposiçaõ d'este Artigo he huma Lei estabelecida pelas Côrtes Extraordinarias de Cadiz, que fizeraõ a Constituiçaõ Hespanhola? He huma disposiçaõ, que naõ existiria, se as dictas Côrtes a naõ decretassem, e a naõ incluissem nella? He huma disposiçaõ dependente da sua Authoridade, e de tal sorte que justo seria o contrario, ou cousa diversa do que neste Artigo se escreve, se as dictas Côrtes assim o mandassem? Ninguem deixará de vêr que a Doutrina aqui ensinada existia antes das dictas Côrtes, e haveria de existir, ainda quando ellas nunca se tivessem congregado. Logo naõ deve, nem pode sêr hum Artigo da Constituiçaõ Hespanhola, senaõ do mesmo modo que a existencia de Deos o foi de hum Decreto na França, em consequencia de huma moçaõ de Robespierre.

Era proprio da Constituiçaõ Decretar, que o Governo d'Hespanha fosse Monarchico-Moderado; que a Monarchia fosse hereditaria; que o Poder Legislativo residisse nas Côrtes, e no Rei; que o Judiciario residisse nos Tribunaes; porque tudo isto podia sêr assim, ou de outra sorte, como melhor parecesse ás Côrtes; d'ellas dependia sêr antes esta, ou aquella a disposiçaõ em cada hum dos dictos Artigos: e por isso todos elles saõ de sua Constituiçaõ, isto he, constituidos pelas dictas Côrtes. E do Artigo 13 naõ se pode dizer o mesmo. Elle contem hum principio de Direito Publico Universal, que he taõ independente da Constituiçaõ d'Hespanha, como do dicto Decreto de Robespierre era, e será sempre a existencia de Deos: e este principio vem a sêr — *que o objecto do Governo he a felicidade da Naçaõ* — Elle mostra mesmo que naõ he hum Artigo de Direito Publico Particular: porque manifesta, pela sua natureza, que he tanto d'Hespanha, como de todos os outros Estados, e Governos, sem dependencia de

Digitized by Google

Constituiçaõ alguma. E esta he a differença, que ha entre o Direito Publico Universal, e o Direito Publico Particular das Nações. O primeiro he commum a todas independentemente de Lei alguma positiva, porque resulta da mesma natureza das Instituições Civis, e dos principios geraes de Direito Natural, applicados a ellas. O segundo he peculiar a cada huma das Nações, porque depende das suas Leis Fundamentaes, ou Constituições proprias. Quando pois em a Constituiçaõ de algum Estado se encontrarem Artigos como este, que pela sua natureza manifestaõ sêr geraes a todas as Nações, e Governos, pode concluir-se com toda a segurança, que elles estaõ fora do seu lugar, e que os Organisadores Politicos d'essa Constituiçaõ mettêraõ nella o que naõ era Constitucional, confundindo, e baralhando o seu Direito Publico Particular com o Direito Publico Universal, que saõ dous Ramos differentes, em que se divide o Direito Publico das Nações, dos quaes hum he positivo, e Constitucional, o outro naõ.

Isto pelo que respeita á impropriedade, com que se mettêraõ na Constituiçaõ de Hespanha hum tal Artigo; mas naõ para aqui a nossa censura. Ainda quando elle podesse entrar na dicta Constituiçaõ, havia de sêr collocado noutro lugar, para que o principio de Direito Publico Universal, incluido neste Artigo, significasse tudo o que significa na Jurisprudencia, a que pertence. Neste Capitulo tracta-se do Governo, isto he, da parte governante da Naçaõ Hespanhola, da parte, que a Constituiçaõ estabelece para governar. A razaõ, de que o Artigo deduz o principio referido, he concebida nestas palavras — *porque o fim de toda a Sociedade Politica naõ he outro mais, que a felicidade dos individuos, que a compõem* —: e sendo assim, a conclusaõ, que se tirou, he muito menos geral do que pedia a premissa. Se o fim de toda a Sociedade Politica he a felicidade dos individuos, que a compõem, o que d'ahi se segue he, que a felicidade da Naçaõ seja objecto naõ só do Governo, mas de toda a dicta Sociedade. A dicta felicidade deve sêr procurada pelo Governo instituido para dirigir a Naçaõ, e tambem pelos governados: he objecto de todos; e os primeiros, de quem

Digitized by Google

ella devia sêr objecto, eraõ os Membros das Côrtes, para que arranjassem a Constituiçaõ de modo, que d'ella resultasse a felicidade Nacional. E isto serve tambem para mostrar que o dicto principio tanto naõ devia fazer hum Artigo da Constituiçaõ Hespanhola, que era anterior a ella, e ás Côrtes, que a fizeraõ, e que até devia sêr a regra, que governasse seus Membros nos seus trabalhos Constitucionaes. Sendo pois hum principio geral a toda a Sociedade Politica — *que a felicidade da Naçaõ he o seu objecto* — para que se ha de elle metter na Constituiçaõ Hespanhola, restricto somente á parte governante, á parte do Governo, que he hum Corpo constituido pelas Côrtes Geraes, e Extraordinarias de Hespanha em 1812? Por ventura as dictas Côrtes entraõ neste Capitulo 3.º? No Governo de Hespanha no sentido, em que esta palavra aqui se toma? Certamente naõ. Aqui tracta-se de hum Corpo instituido pelas dictas Côrtes, que o podiaõ constituir d'esta, ou d'aquella sorte: e ellas saõ o Corpo Constituinte. Por ventura entraõ neste Capitulo todos os Hespanhoes, que ficaõ fora da parte governante nelle declarada? Certamente naõ: porque elles saõ os governados. Por ventura entra neste Capitulo o Governo interior das Provincias, e dos Povos, de que se formou o Titulo 6.º da Constituiçaõ? Tambem naõ; porque elle nem he o Monarcha, de que implicitamente se falla no Art. 14.º, nem o Legislativo, de que se tracta no Art. 15.º, nem o Judiciario, de que se falla no Art. 16.º, únicos, de que se compõem este Capitulo. Por ventura entra nelle a Força Militar Nacional, de que se fez o Titulo 8.º? Tambem naõ. E naõ he objecto de tudo isto *a felicidade da Naçaõ*, assim, e da mesma sorte, que ella o deve sêr para o Governo, de que tracta este Capitulo? A razaõ, de que se deduzio o principio, mostra que elle ha de abranger a tudo isto; e nestes termos em cada hum dos referidos Titulos da Constituiçaõ se deveria pôr hum Artigo semelhante a este, applicado á materia, de que nelles se tracta, se isso foi necessario fazer-se neste Capitulo. E se se naõ incluio em cada hum dos outros, para que se havia de introduzir somente neste? Naõ parecerá, em consequencia disto, que a *felicidade*

Digitized by Google

da Naçaõ he somente objecto do Governo; de que se tracta neste Capitulo, e naõ das outras partes da Sociedade Politica, referidas nos outros, em que se omittio hum Artigo semelhante a este?

A Assembléa Constituinte da França tambem fez a sua *Declaraçaõ dos Direitos do Homem, e do Cidadaõ*, a qual continha Principios geraes de Direito Natural, e Publico Universal, que naõ eraõ materia de Leis Constitucionaes; mas fez com que ella precedesse á Constituiçaõ; e no mesmo Titulo de *Declaraçaõ dos Direitos*, &c., manifestava que os Artigos alli comprehendidos naõ eraõ constituidos, mas só declarados pela dicta Assembléa, a qual por isso os naõ inserio na sua Lei fundamental. Isto he mais consequente do que metter pelo meio de huma Constituiçaõ Artigos de Direito Publico Universal. Mas se, apesar d'esta consideraçaõ, se quizesse incluir na Constituiçaõ Hespanhola este Art. 13.°, elle deveria entaõ, pelo menos, ir no Titulo 1.° Cap. 1.°, e concebido nestes termos — *O objecto da Sociedade Politica Hespanhola, e consequentemente de cada huma das suas partes, he a felicidade da Naçaõ.* — D'esta sorte ficaria enunciado na generalidade, que lhe competia, e applicado a todas as classes de Cidadaõs, de que se tractasse em todos os Titulos, e Capitulos seguintes.

Temos visto, 1.° que este Artigo naõ devia fazer parte na Constituiçaõ Hespanhola: e 2.° que entrando nella deveria ir noutro lugar, e d'outra maneira enunciado: accrescentâmos agora, que posto neste lugar, e na forma, em que se acha, naõ diz o que he proprio de huma Constituiçaõ, podendo-a tornar illiberalissima, e sujeita aos perigos de todos os Governos arbitrarios.

O objecto do Governo nos Estados, que tem huma Constituiçaõ, he satisfazer elle, com cada huma das suas partes, exactamente ás funcções, que lhes estaõ commettidas naquella Lei fundamental. Este he o principio, que se lhe deve inculcar, e a regra, que se lhe deve dar, para que elle se naõ torne arbitrario e illiberal. Em o Governo satisfazendo a isto, tem preenchido o seu objecto, e nem pode fazer outra cousa, sem que proceda illegalmente. He hum Corpo constituido, o qual, por isso mes-

Digitized by Google

mo, naõ deve ter outro fim, que naõ seja caminhar conforme á Lei da sua Constituiçaõ. Se d'ahi ha de resultar ou naõ a felicidade da Naçaõ, isso depende da boa, ou má Organisaçaõ, que se lhe tiver dado. E por tanto, tornâmos a repeti-lo, de quem, fallando propriamente, se deve dizer, que he objecto a felicidade da Naçaõ, he do Corpo Constituinte, que procede á sua Organisaçaõ Politica, sem nenhuma sujeiçaõ a Leis positivas; mas, olhando somente para o bem geral, e para os meios proprios de os conseguir, naõ deve, nem pode ter outro objecto, que naõ seja aquella *felicidade*, de que elle está constituido Arbitro.

Este principio, ainda que vago, e indeterminado, dirigirá tambem o Governo d'aquelles Estados, que naõ tem Constituiçaõ; porque faltando-lhe esta Lei positiva, e fundamental, que aliàs o havia de guiar, naõ se pode evitar, que lhe fique entregue assim o definir o que he *felicidade da Naçaõ*, como os meios de ella se conseguir. E d'aqui resultaõ os males attribuidos aos Governos naõ Constituçionaes. Quando as proscripções de Sylla cobríraõ o territorio Romano com o sangue dos Cidadãos, elle julgava têr nisto, por objecto, a *felicidade da Naçaõ*, (Veja-se o Dialogo de Sylla, e d'Eucrates nas Obras de Montesquieu.) Quando Arcadio, e Honorio publicáraõ á sua terrivel L. 5. Cod. ad Leg. Jul. Majest., que servio de modêlo á Legislaçaõ das Nações modernas sobre o crime de Lesa Magestade, tambem tiveraõ por objecto a *felicidade da Naçaõ*, que julgavaõ dependente do castigo d'quelle crime, ainda que se preterissem todas as regras da justiça natural. Quando Fernando, e Isabel fizeraõ o Decreto para dos seus Estados expulsarem os Mouros, que nelles eraõ a classe mais industriosa do Povo, tambem cuidáraõ têr por objecto a *felicidade da Naçaõ*; e por isso o Conde Gorani (Recherches sur la science du Gouvernement Tom. 1. Chap. 56) diz, que nunca jámais se tinha feito hum abuso taõ odioso das palavras — *bem publico*. — Quando no curso da Revoluçaõ Franceza se representáraõ por tantos annos as horrorosas scenas, com que estremecêraõ, e ainda hoje estremecem todos os Liberaes, sustentava cada huma das Facções, que as con-

Digitized by Google

duzia, têr por objecto a *felicidade da Nação*. Quando Lisboa vio a espantosa Septembrisaida, em que tanto se tem fallado, tambem o seu Governo disse, que nella tivera por objecto a *felicidade da Nação*. Por tanto todos os factos mais atrozes dos Governos mais despoticos, e tyrannos, foraõ cobertos com a capa d'este vago principio, que a Constituiçaõ Hespanhola inculca nas primeiras linhas do Capitulo, em que tracta do Governo. E he por isto que os Velhos Liberaes desejaõ desvia-lo dos Estados Constitucionaes, querendo que nestes, em lugar d'elle, se declare por *objecto do Governo cumprir as Leis assim Constitutivas, como Administrativas*.

Se se havia de declarar vaga, e indeterminadamente por objecto de hum Governo Constitucional, e Representativo a *felicidade da Nação*, eraõ desnecessarias as Constituições, porque esse he o objecto d'elle, quando as naõ ha, como temos dicto. E será possivel que seja huma cousa indifferente para quem governa hum Estado, têr éste, ou naõ têr Constituiçaõ? Se o seu objecto ha de sêr o mesmo em hum, e outro caso; se o Governo naõ ha de mudar de objecto, tendo, ou naõ tendo Constituiçaõ, de que virá ella a servir a bem dos Governados? Que idêa corsesponde ás palavras — *O objecto do Governo*? — Naõ pode sêr senaõ esta — *aquillo, a que deve encaminhar-se, e dirigir-se quem governa*. — Diz-se pois neste Artigo, *que os que tiverem o Governo Constitucional de Hespanha devem encaminhar-se, e dirigir-se á felicidade da Nação*. E naõ era tambem a isto mesmo que se devia encaminhar, e dirigir quem governava a Hespanha, antes d'esta sua Constituiçaõ? Certamente. Entaõ os Hespanhoes ficaráõ como dantes; a sua Constituiçaõ deixa o seu Governo com o mesmo objecto, que tinha, e consequentemente naõ veio a fazer cousa alguma, promettendo-se fazer tanto, e dizendo-se que tanto se fez!

Para nos fazermos entender melhor, vamos illustrar estas idêas com hum exemplo, que por sêr deduzido de cousas, que todos tractaõ, e que todos entendem, dará sem dúvida muita clareza ao que temos escripto. Compraõ hum Navio doze, ou quinze interessados, os quaes por isso ficaõ socios, e communs Proprietarios d'elle: mas

Digitized by Google

naõ podendo, oũ naõ querendo dirigir, e administrar todos conjunctamente o seu Navio commum, nomeaõ hum Caixa, e Administrador, e entregaõ-lhe a sua direcçaõ, e Governo, sem nenhuma outra Lei, ou clausula. Qual fica sendo o objecto d'este Caixa, ou Administrador? A felicidade de todos os Socios. Deve encaminhar-se a ella, e ella he que deve dirigir seus passos, porque, naõ se lhe marcando particularmente hum objecto da sua commissaõ, elle naõ pode ter outro senaõ aquelle geralmente deduzido da natureza da cousa. Mas os Socios depois naõ querendo taõ livre o dicto Caixa na Administraçaõ commum pelos perigos, que d'ahi lhes podraõ resultar, limitáraõ lhe o seu poder, determinando-lhe o que elle havia de fazer sobre o Navio, v. g., que o navegasse para Macáo, que o fizesse voltar para Londres, que o carregasse de conta commum. Perguntâmos: deverá dizer-se que o objecto do Caixa, no segundo caso, he o mesmo que no primeiro, querendo se fallar com exactidaõ, e propriedade? Naõ se deverá dizer, que o objecto d'elle, no segundo caso, he cumprir a Lei, que lhe foi dada pelos Socios, de navegar o Navio para Macáo, e para Londres, e carrega-lo por conta commum? Ninguem o poderá negar. Explicar-se-ha convenientemente qual he o seu objecto no segundo caso, se se disser, como no primeiro, *que elle he a felicidade dos Socios*? De nenhuma sorte. Para se evitar que elle tivesse esse objecto vago, e indeterminado, he que os Socios lhe deraõ a segunda Lei: e, se ficar tendo o mesmo objecto, que dantes tinha, tira se o effeito a esta segunda Lei; e se ficar tendo o novo objecto, que se lhe dêo, e apezar d'isso se disser que tem o primeiro, naõ se diz o que na verdade he; e será por tanto indisputavel, para se naõ merecêr censura, dizer se no segundo caso, *que o objecto do Caixa he cumprir a Lei expressa, que ultimamente lhe foi dada*; e dada de proposito, para que elle naõ tivesse o primeiro objecto, que, por indeterminado, naõ agradava aos Socios.

He taõ completa a analogia entre esta especie e a outra de hum Estado, que, naõ sendo Constitucional, passou a sê-lo, que ella sem dúvida manifestará a toda a classe de pessoas a muita razaõ, e justiça, com que censu-

Digitized by Google

ramos neste Artigo a Constituiçaõ Hespanhola. A' vista da dicta Analogia, elle merece sêr classificado por Anti-Constitucional.

Mui bem sabemos nós que a Constituiçaõ naõ pode determinar taõ miudamente todas as cousas, e de tal sorte, que o Governo fique sem a necessidade de, em muitos casos, ter acçaõ propria; e he indubitavel que nestes elle está nas circumstancias de naõ Constitucional; e deve ter entaõ por objecto o vago, e indeterminado, de que tractâmos, *a Felicidade da Naçaõ*, visto que para elles naõ tem outro marcado na Lei Fundamental. Mas o que d'isto se segue he, 1.°: Que o Governo d'Hespanha, assim como todo o outro, ainda sendo Constitucional, ha de pela necessidade deixar de o sêr em muitos casos, que haõ de depender do seu arbitrio; e 2.°: Que em todos estes, pela mesma razaõ da fatal necessidade, elle deve ter como seu objecto *a felicidade da Naçaõ*. Naõ obstante porem isto, perguntâmos: se tendo nestes termos o Governo d'Hespanha dous objectos, hum definido, e Constitucional, e outro vago, e naõ Constitucional, será discreto, e digno de louvor que, querendo a Constituiçaõ declarar qual he o objecto do seu Governo, se lembre só do segundo, esquecendo-se do primeiro? Se huma Constituiçaõ, querendo exprimir o objecto do seu Governo, e tendo elle dous, hum primario, e Constitucional, e outro subsidiario, e naõ Constitucional, ha de dizer que o seu objecto he o subsidiario, e naõ dizer que he o primario? Ha de dizer que he o naõ Constitucional, e deixar de dizer que he o Constitucional? Todos concordaráõ sem dúvida, que naõ devia esquecêr o primario objecto, para lembrar somente o subsidiario; que naõ era proprio de huma Constituiçaõ omittir o Constitucional objecto do Governo, e dar como unico objecto d'elle o que naõ he Constitucional.

Querendo pois a Constituiçaõ Hespanhola metter aqui este Artigo, e fallar *na felicidade da Naçaõ*, devera ao menos concebê lo d'esta sorte, para evitar a censura referida. — *O objecto do Governo he o inteiro cumprimento das Leis Constitucionaes, e Administrativas, e na falta d'ellas a felicidade da Naçaõ.*

Naõ he obvio que este Artigo aqui collocado, e con-

Digitized by Google

cebido na maneira, em que se acha, pode servir muitas vezes de embaraço ao Governo? Huma Lei determina isto, ou aquillo, e circumstancias occorrem que lhe fazem entender que *a felicidade da Naçaõ* pede o contrario. Naõ se achará elle em huma terrivel collisaõ? Grita por huma parte a Lei, grita pela outra *aquella felicidade*, que se dêo por objecto da sua Commissaõ: elle tem huma cousa por contraria á outra, naõ pode satisfazer a ambas, e he inevitavel, que fique sem saber como ha de decidir-se. Ou ha de faltar á Lei, ou sacrificar o objecto, que se lhe declara, como o seu na Constituiçaõ! Huma e outra cousa he grave; huma e outra cousa he perigosa; que terrivel collisaõ! E qual he a sua causa? Este Artigo collocado aqui, e concebido na forma, em que se acha. O Governo fica na precisaõ de faltar a huma d'estas cousas, que ambas pesavaõ sobre elle; e quem sabe se depois se lhe dará que preferio a que naõ devia preferir? As Constituiçoes naõ se fazem para metter o Governo nestas collisões.

E para que naõ pareça que estâmos imaginando hypotheses ideaes, contaremos hum caso, que ha dos nossos dias, e que pertence á nossa Historia. A Senhora D. Maria I. quiz negociar huma Paz com a Republica Franceza, e o Directorio admittio a negociaçaõ, na qual entrou em Paris o Sr. Antonio de Araujo, depois Conde da Barca. Nas suas Instrucções, para se lhe recommendar toda a diligencia, escreveo-se o vago periodo — *devendo V. S. entender, que Sua Magestade assenta que esta Paz nada menos importa, do que a conservaçaõ da sua Monarchia.* — Elle fez as suas Propostas, entrou-se em discussões, e no curso d'ellas o Directorio dêo por dissolvida a Negociaçaõ, e Araujo foi mandado sahir de França, e retirou-se para a Hollanda. Mas a Côrte de Lisboa continuou a corresponder-se com o Ministro Araujo sobre a Negociaçaõ, em que elle tinha entrado, e sobre alguns Artigos della, que tinhaõ sido objecto de discussaõ com o Governo Francez, *dizendo que o fazia, porque esperava de aproveitar toda, e qualquer opportunidade, que se lhe offerecêsse de entabolar outra vez a dicta Negociaçaõ, e de que o dicto Ministro a continuasse.* Se

Digitized by Google

guirão-se as Conferencias de Leobeu, e de Campo Formio, entre os Francezes, e Austriacos, para fazerem a Paz, e tractou-se de hum Congresso em Lilla, para se arranjar tambem a pacificação da França com a Inglaterra, e esta communicou este objecto a Portugal, para que mandasse seus Plenipotenciarios, a fim de se pacificar com a Republica, se o julgasse conveniente. A Côrte de Lisboa aproveitou-se d'esta communicação, assentou de mandar os seus Plenipotenciarios, nomeou por taes o dicto Araujo, e D. Lourenço de Lima, que era Ministro em Vienna; e remettêo a cadá hum duas Credenciaes, huma para se entrar na Negociação conjunctamente com os Plenipotenciarios Inglezes, e outra para se entrar nella separadamente, se se dissolvesse aquella. Era isto o que Portugal havia concordado com a Inglaterra, a qual convinha em que, no caso de se não ultimar a Negociação Ingleza, se podesse continuar a Portugueza separadamente; e era isto o que Portugal ordenava nas Instrucções dadas aos dictos seus dous Plenipotenciarios, as quaes forão remettidas ao dicto Araujo, para ficar com as suas, e transferir a D. Lourenço as que lhe pertenciáo. Os Francezes, que haviáo adoptado o Systema de Negociações, e de Pazes particulares, e que comprehendêrão logo que os Inglezes haviáo de querer associar os Portuguezes na sua Negociação; para lhes desmancharem este Plano, fizeráo communicar ao dicto Araujo, em Hollanda, que se tinha Poderes da sua Côrte, e a este convinha ainda a Paz naquella maneira, em que elle poucos tempos antes a tinha proposto em Paris, podia ir ultimala, porque o Governo Francez estava disposto a isso. Eis aqui o Ministro Araujo em huma collisão. Elle tinha huma Credencial para negociar separadamente a Paz de Portugal com a França; mas conforme suas Instrucções erá para usar d'ella depois de inutilisada a outra pela dissolução da Negociação Ingleza. E não podia deixar de vêr que faltava aos seus Poderes, usando da Credencial subsidiaria, como se fosse primaria, e não fazendo caso d'esta. Mas pela outra parte dizia comsigo — *naquelle Officio diz-se-me que tenha eu em vista, que Portugal reputa esta Paz igual á conservação da Monarchia; offerece-se-me a*

Digitized by Google

occasião de a concluir, eu não a devo perdêr. E se a perco, e depois nem a Paz se podér ultimar na Negociação commum com a Inglaterra, nem na nossa separada posterior a ella, não me criminará a minha Côrte de não ter aproveitado esta opportunidade, não obstante o irregular uso das Credenciaes, depois me ter feito saber, que esta Paz importava á conservação da Monarchia, objecto superior a todos, e que deve fazer cessar outras quaesquer considerações? E nesta collisaõ decidio se por esta segunda parte, foi a París, e fez a Paz entre Portugal, e França. Inglaterra julga se atraiçoada pela Côrte de Lisboa, e queixa-se. Esta quiz testemunhar-lhe a sua boa fé; e foi lhe necessario para este fim deitar a culpa sobre o Ministro, e elle corrêo grande risco, de que o salvárão acasos, que não importa referir aqui, e em razaõ dos quaes a Inglaterra desistio de exigir satisfações.

E este vago Artigo da Constituiçaõ Hespanhola naõ expõe o Governo a identicas collisões, e a semelhantes embaraços? Naõ o expõe a queixas, faça o que fizer? Na proposta hypothese, se se resolve a ir após do seu objecto, faz se transgressor da Lei; e se se resolve a seguir esta, falta ao que se lhe declarou, que era seu objecto.

Naõ he além d'isto obvio que o Governo buscará neste vago Artigo muitas vezes pretexto para despresar a Lei, figurando em collisaõ com ella a *felicidade da Naçaõ*, e inculcando esta como o seu unico objecto, segundo o texto da Constituiçaõ? Quando parece ao Rei de Inglaterra necessaria a suspensaõ do *Habeas Corpus*, este grande escudo da Liberdade Ingleza, he o seu objecto a *felicidade da Naçaõ*, e por tal o reconhece o Parlamento, se o manda suspender. Mas o Rei, nem sequer se lembra de o suspender por si, e só o tem por suspenso, quando a Legislatura o decreta. E porque? Porque nem na Magna Carta de 1215, nem no Acto do *Habeas Corpus* do trigesimo anno de Carlos II., que os Inglezes reputaõ huma segunda Magna Carta, nem em outra alguma parte da Constituiçaõ Ingleza, se daõ ao Rei objectos vagos, e indefinidos, como se pratica neste Artigo da Constituiçaõ Hespanhola.

Digitized by Google

E a conclusaõ geral do que temos dicto he a seguinte: Huma de duas: ou este Artigo será ocioso na Constituiçaõ de Hespanha, ou será destruidor d'ella, e summamente perigoso. Se se entender por elle, que o objecto do Governo he, como temos dicto, caminhar após das Leis, esperando se que d'ahi resulte a *felicidade da Naçaõ*, o Artigo vem a sêr ocioso; porque, estando tudo no cumprimento das Leis, era escusado fallar em outra alguma cousa.

Se visto occupar neste Capitulo o primeiro lugar o dicto Artigo, de que tractâmos, se entender por elle que a *felicidade da Naçaõ* he o primario objecto, e a primaria Lei do Governo, a que consequentemente todas as mais devem ceder, neste caso está destruida a Constituiçaõ, e estaõ postos em perigo todos os Direitos da Liberdade, de segurança, e de propriedade dos Hespanhoes; porque se acha sanccionado entre elles, como objecto do seu Governo, o vago principio, que tem sido a origem, e o manancial de todos os males, que se tem feito aos homens nos Governos mais illiberaes. Os dictos males sempre se cobriraõ com o véo da *felicidade da Naçaõ*, a que elles se diziaõ indispensaveis. E naõ pode livrar-se de censura o Artigo de huma Constituiçaõ, que ha de ou sêr nella ocioso, ou fazê-la illiberal.

Se as Côrtes Extraordinarias de Hespanha quizeraõ, como suspeitâmos, inculcar, por este meio, que o seu Governo se naõ devia considerar instituido para utilidade sua, mas para felicidade da Naçaõ, as suas idêas eraõ certamente liberaes, mas ellas naõ foraõ bem enunciadas, e somente o seriaõ d'esta sorte. — *O Governo ha de tér sempre em vista que, não sendo a Nação feita para bem d'elle, mas elle para bem da Nação, faltará aos fins, para que foi instituido, se á felicidade Nacional antepozer a sua.* — Ainda que hum Artigo, como este, seja de Direito Publico Universal, e por isso impropriо de entrar em huma Constituiçaõ, com tudo naõ mereceria outra censura além d'esta, se se achasse assim concebido neste lugar.

(*Continuar-se-ha.*)

Digitized by Google

Observaçaõ geral.

Naõ têmos a Original Constituiçaõ Hespanhola, e servimo-nos da traducçaõ Portugueza, que se acha no Investigador N.º de Julho de 1812, e seguintes. Se a infidelidade da traducçaõ dér causa a alguma das nossas censuras, que naõ seria acertada á vista do Original, sirva-nos de desculpa esta observaçaõ.

O Velho Liberal. (a)

Observaçaõ.

No N.º antecedente d'este Jornal, a pag. 429, por descuido houve a falta de se meter na prensa o que se segue, concluida a 2.ª Consideração feita no mesmo Jornal, e para se passar a fallar dos dous Augustissimos Filhos do Senhor D. João VI. que Sancta Gloria Haja; e, bem que

(a) Com effeito: Havia defeito na Impressaõ da Constituiçaõ Hespanhola, que tinhamos em S. Miguel, quando escrevêmos as Notas, e Reflexões, que saõ objecto d'este N.º do nosso Jornal. Algumas das ditas Notas, e Reflexões cessavaõ, porque no Original o Art. que referimos no principio, como 16.º era o 17.º, e o Art. 16.º dava ao Rei o Poder de fazer executar as Leis: mas como queriamos dar ao Publico os N.os do nosso Jornal, taes quaes os compusemos em S. Miguel naquelle tempo, em que foraõ escriptos, julgámos naõ devêr alterar nada do que tinhamos feito, ainda que reconhecessemos hoje, que algumas das nossas Considerações, e Reflexões naõ eraõ proprias, nem exactas. O Original, que se ha de conservar na Bibliotheca Publica, mostrará, a quem o lêr, observado em lapis por letra bem conhecida o nosso engano, por quem teve em seu podêr os nossos Manuscriptos no periodo das passadas Côrtes.

Nota do Velho Liberal, ao tempo da Impressaõ em 1826.

***

Digitized by Google

esta falta não fôsse essencial, com tudo sempre se julgou a proposito introduzir aqui, o que nesse lugar se deixou de imprimir.

Com as referidas duas Considerações, teriamos concluido este N.º do nosso Jornal, se nos naõ occorresse que, supposto nos naõ tocasse a decisaõ das dúvidas, que saõ objecto do N.º 6 do Velho Economico, e do Escripto, a que elle se refere, com tudo, sem nos attribuirmos esse direito, nós tinhamos sido conduzidos a circumstancias, que nos offereciaõ huma occasiaõ de testemunhar em público nossa cordeal devoçaõ, e submisso respeito para com os dous Augustissimos Filhos do Senhor D. Joaõ VI., que Sancta Gloria Haja, e que a naõ devíamos perder.

Considerações do Velho Liberal sobre as suspeitas, conjecturas, e supposições, Critica, Filosofica, Politica, e Juridicamente consideradas, ou sejaõ para servirem de base á credibilidade dos homens, ou seja para os dirigir nos seus procedimentos Criminaes, e nas suas deliberações Politicas. Continuado de fol. 387.

Appareciaõ nos Juizos Criminaes accusações totalmente novas, e desconhecidas nelles. Nós referiremos algumas, naõ só em prova do que dizemos, mas porque talvez nellas acharáõ que aprender os Juizes, que em taes tempos se resolvem a experimentar a sua virtude no exercicio da Magistratura. Cremucio Cordo foi accusado, diz Tacit. Ann. Lib. 4. Cap. 34 — *novo & tunc primo audito crimine* (de hum crime novo, e entaõ ouvido pela primeira vez). — Era elle, segundo continúa a referir o dicto Historiador, *ter Cremucio escripto huns Annaes, em que se louvava M. Bruto, e se chamava a C. Cassio o ultimo dos Romanos.* Eraõ os accusadores dous Clientes de Séjano, o que junto ao semblante carrancudo, com que Tiberio ouvia a defeza, fazia inevitavel a perda do réo. Tacito conservou-nos o Discurso, com que elle se defendêo, já certo de morrer. " *As minhas palavras saõ o objecto da minha accusaçaõ, testemunha evidente de serem*

Digitized by Google

„ *innocentes as minhas acções*, assim fallou o accusado: „ *as minhas palavras com tudo nem saõ contra o Impera-* „ *dor, nem contra sua Mãi, unicos comprehendidos na* „ *Lei de Magestade. Dizem que eu louvei Bruto, e Cas-* „ *sio, cujos factos se achaõ referidos por muitos Historia-* „ *dores, e sempre com elogio. Tito Livio, o mais eloquen-* „ *te, e o mais fiel de todos louvava tanto Pompeo, que* „ *Augusto lhe chamava o Pompeiano, e com tudo naõ dei-* „ *xou de lhe continuar sua amizade. Elle frequentemente* „ *chamou insignes Varões a Hippiaõ, a Afranio, a este* „ *mesmo Cassio, e a Bruto, sem os intitular jámais la-* „ *drões, e parricidas, como he hoje costume.* (*a*) *Pallion,* „ *que transmittio honradamente á posteridade a memoria* „ *d'elles, e Messala Corvino, que se vangloriava de têr* „ *servido debaixo de Cassio, chamando-lhe o seu Impera-* „ *dor, ambos elles foraõ cheios de honras, e de riquezas* „ *por Augusto. Cicero em hum dos seus Livros tinha igua-* „ *lado Catão aos Deoses; e Julio Cesar, então Dicta-* „ *dor, naõ fez outra cousa mais do que respondêr-lhe em* „ *hum outro Livro, contentando-se assim d'appellar para* „ *o Juizo publico. As Epistolas de Antonio, e as Oraçõe* „ *de Bruto estaõ cheias d'improperios contra Augusto. Ain-* „ *da hoje saõ lidos os versos de Bibaculo, e de Catullo,* „ *supposto que injuriosissimos aos Cesares. O divino Julio,* „ *e o divino Augusto, toleráraõ todos estes Libellos, elles* „ *os deixáraõ subsistir talvez ainda mais por politica, que* „ *por moderaçaõ; porque o desprezo faz esquecer as in-* „ *júrias; e o irritar-se com ellas he hum testemunho de se-* „ *rem merecidas.* (*b*) *Eu já naõ fallarei dos Gregos, en-*

(*a*) Quantas vezes com semelhantes nomes de improperios temos visto manchar os que se queriaõ perseguir; e sem nenhum outro fim, que naõ fosse o fazer mais odiosa a pessoa perseguida, e sem nenhum outro motivo, que naõ fosse a baixa educaçaõ, e impolidez dos que empregavaõ identicas frases!

(*b*) Que differença entre os Augustos, e os Tiberios; entre os Principes que naõ saõ Suspeitosos, e aquelles outros que o saõ!

Digitized by Google

„ *tre os quaes naõ somente a Liberdade, mas até mesmo*
„ *a Licencia era impunida; se alguem se queria vingar de*
„ *huma satyra naõ tinha algum meio senaõ o de fazer*
„ *outra satyra. Porem nada foi taõ permittido até o dia*
„ *d'hoje, nada menos sujeito á censura do que fallar d'a-*
„ *quelles, que a morte subtrahio ás affecções do amor, e*
„ *mais do odio. Por acaso eu proclamei ao Povo, para*
„ *o conduzir á Guerra Civil nos Campos Philippenses*
„ *debaixo das bandeiras de Bruto e de Cassio? Ambos el-*
„ *les morrêraõ ha mais de sessenta annos, e como os*
„ *conhecemos nós ainda hoje pelas suas Imagens, que o*
„ *vencedor naõ mandou destruir, e como conservaõ elles*
„ *ainda o seu lugar na Historia? A posteridade faz a*
„ *cada hum a honra, que elle merece. Ainda que me con-*
„ *demnem hoje, ha de haver quem se lembre de Bruto,*
„ *de Cassio, e tambem de mim.* „

Cremucio, tendo acabado de fallar d'esta sorte, sahio do Senado, e deixou-se morrer de fome: os Senadores fizeraõ queimar pelos Ediles as suas Obras, mas ellas subsistiraõ, assim quando era necessario têlas escondidas, como quando se podiaõ lêr publicamente. Tacito, que nós temos até agora copiado, accrescenta, segundo o seu costume, huma judiciosa reflexaõ, para ensino dos homens, que será proveitoso trasladar tambem: diz elle *tanto merece sêr escarnecida a persuasaõ d'aquelles, que imaginaõ podêr riscar da memoria dos vindouros os seus factos, empregando a authoridade, que tem, em quanto mandaõ. He muito pelo contrario o que lhes acontece: o castigo do Autor augmenta-lhe a reputaçaõ; e nem os Reis das outras Nações, ou quaesquer outros, que seguiraõ este caminho, podêraõ fazer alguma outra cousa, que naõ fôsse deshonrar-se, e honrar o Escriptor.*

Conhece-se por este facto, que para o suspeitoso Tiberio era certamente indicio de conspiraçaõ contra os Imperadores fallar honradamente nos nomes, de quem tinha morto no Senado ao Dictador, havia quasi hum seculo; e esta sua maneira de pensar dirigia as suas acções contra innocentes, e que naõ podiaõ deixar de o sêr no Antigo, em que os suspeitavaõ, porque naõ havendo ha muito a conspiraçaõ de Bruto, e Cassio, ninguem podia

Digitized by Google

sêr Conspirador com elles no tempo de Tiberio. Entretanto Cordo foi victima de procedimentos por causa de Suspeitas, e foi obrigado a matar-se! Considerem nossos Leitores, se viraõ nos seus dias tambem algumas accusações contra Suspeitos de inconfidencia, e de conspiraçaõ, a que servisse de motivo fallar bem de alguns nomes, que os outros queriaõ, e costumavaõ appellidar *Ladrões*, e *Parricidas*, como succedia naquelle tempo com os de Bruto, e Cassio; considerem, se os Accusados naõ poderiaõ dizer como Cremucio, " *que não tinhão convidado o Povo, para se alistar nas bandeiras contra a Patria, e que fallar bem de hum inimigo de outrem não era conspirar com elle contra este.* " E considerem os Juizes, que nos lêem, se o que tinha sido olhado com indifferença por Augusto, naõ era o mesmo, que servia de pretexto aos procedimentos de Tiberio, estando a differença, naõ na cousa, porque se fazia a accusaçaõ, mas sim nos olhos de quem imperava, em serem os dictos olhos Suspeitosos, ou naõ; para d'esta sorte se convencerem, que dos procedimentos por Suspeitas toda a culpa estava no Suspeitoso, e naõ no Suspeitado.

Passêmos a outra accusaçaõ do mesmo tempo de Tiberio, referida por Tacito no Liv. 1.° dos Annaes Cap. 74. Granio Marcello, Pretor da Bithynia, era accusado, e pelo seu mesmo Questor, por ter fallado mal do Imperador " *inevitabile crimen* " refere o Historiador " *cum ex moribus Principis fœdissima, quæque deligeret accusator, objectareque reo: nam quia vera erant, etiam dicta credebantur.* " O motivo, que fazia inevitavel o crime, naõ era o haver provas contra o Réo, mas sim o sêr verdade, o que se lhe imputava ter elle dicto! O Accusador accrescentava que Marcello tinha collocado a sua propria Estatua ainda mais alto, do que a dos Cesares, e que elle tirara de huma de Augusto a cabeça para a unir á Estatua de Tiberio. Este ultimo Artigo parecêo taõ grave ao Imperador, que elle rompeo o seu silencio exclamando que, vista a importancia de huma semelhante accusaçaõ, elle juraria de votar de viva voz, sem sêr por escrutinio, para obrigar a todos os outros a fazerem o mesmo. — *Manebant etiam tum vestigia morientis liber-*

Digitized by Google

tatis. — Eis-aqui a reflexaõ que Tacito accrescenta. *Havião ainda vestigios da moribunda Liberdade*, porque Tiberio neste seu modo de fallar mostrava reconhecer, que a garantia de se votar com justiça era estar prompto para votar, sem ser ás escondidas — *se quoque in ea causa laturum sententiam palam.* — Taõ certo he que referirem-se pelos Tiberios, ou seu Apologistas. " *Juntas secretas* " *como substituidas aos Juizos Publicos, sem fazer sensa-* " *ção o mal, que nisto vai.* " he evidente testemunho de naõ haverem já nem vestigios da já morta Liberdade!

Em Roma, quando ainda os havia, naõ obstante imperar Tiberio, apparecêo com tudo hum Cn. Pisaõ, que, acabando elle de fallar na sobredicta maneira, lhe disse: " *Mas, Senhor, quando votareis Vós? Se fôr antes de* " *mim, vós dictareis o meu Voto; se fôr depois, eu terei* " *mêdo de seguir, sem o sabêr, huma opinião, que seja* " *differente da Vossa. Igitur, Cn. Piso, quo, inquit, dono* " *Censebis Cæsar? Se primus, habebo, quod sequar; si* " *post omnes, vereor, ne imprudens dissentiam.* " Nossos Leitores desculparaõ esta repetiçaõ, que fazemos dos textos do seu Original, mas achamos-lhe huma tal força, e belleza, que nunca nos parece bem substituida pela nossa versaõ. Esta reflexaõ feita a Tiberio corrigio-o; elle tinha intelligencia, sabia avaliar quanto lhe era desairoso o ter a ligeireza, que teve, de propalar a sua opiniaõ contra hum Réo, antes d'elle estar julgado; e o seu arrependimento foi igual á sua indiscriçaõ, e Marcello foi absolvido dos Crimes de Magestade, que se lhe imputavaõ. Aprenda quem governa a naõ indicar a sua opiniaõ sobre os que entrega aos Juizes, antes d'estes votarem; aprenda a naõ querer votar depois d'elles, confirmando, ou revogando as Sentenças; ensine-lhe a reflexaõ d'aquelle Romano o perigo, que ha em huma e outra cousa. Inculcar-se aos Juizes, que haõ de sentencear, *si hunc dimittis, non es amicus Cæsaris*, he tenta-los a que sejaõ como Pilatos, Sacrificadores do Innocente, para naõ ficarem elles mesmos Suspeitosos.

Aprendaõ os Juizes na constancia de Pisaõ, o que he sêr Magistrado; e vejaõ que huma observaçaõ discreta, e judiciosa, pode sêr valente mesmo com hum Suspeitoso,

Digitized by Google

para o desviar do precipicio, em que elle ia a cahir para acudir ao innocente, e para fazer eterno, e sempre respeitavel o nome dos imitadores de Pisaõ.

O Pai, e o Irmaõ de Pompea Macrina, hum d'elles Cavalleiro Romano, e o outro ex-Pretor, foraõ obrigados a matar-se para evitar a sua condemnaçaõ: O facto que os fazia Suspeitosos, e que fundava a sua accusaçaõ, era ter sido seu Bisavô Theophanes de Mitylena o intimo Amigo do grande Pompeo, e terem-lhe os Gregos tributado depois da sua morte honras Divinas: tudo isto factos alheios! Tacit Ann. Lib. 6.º Cap. 18.

C. Lutorio Prisco, Cavalleiro Romano, Auctor de hum Poema célebre sobre a morte de Germanico, pelo qual o Imperador lhe tinha dado huma gratificaçaõ, foi accusado de ter composto outros Versos na doença de Bruto, que havia de divulgar, se elle morresse, e ainda com mais utilidade do que lhe tinhaõ grangeado os primeiros. O Poeta teve a facilidade de ler a sua composiçaõ vangloriosamente na Casa de P. Petranio, em presença de Vitellia, Sogra d'este Senador, e de outras illustres mulheres. Apenas o Delator fallou, o susto pela propria segurança fez com que todos os Ouvintes concordassem no facto: Vitellia foi a unica pessoa, que attestou naõ ter ouvido nada, e dêo-se mais credito aos que juravaõ pela maneira capaz de fazer mal ao Réo. Notem aqui os Juizes, que todas as testemunhas antes da accusaçaõ ouviraõ em muito boa fé recitar os Versos, nenhuma suspeitou que naquillo havia crime, porque aliàs, ou se fariaõ Socias d'elle, ou teriaõ sido suas accusadoras: mas assim que apparece a delaçaõ, todas se aterraõ, excepto huma unica matrona — *ut delator exstitit, cæteris ad dicendum testimonium exterritis.* — E que muito he isto, quando até S. Pedro faltou á verdade sobre o conhecimento, e relações, que tinha com o seu Divino Mestre, apenas o vio entregue ás maõs da Justiça, e por suspeitas d'elle sêr inimigo de Cesar!

Vejâmos o que votáraõ os Juizes sobre este Réo. Agrippa, Consul designado, condemnou-o á morte. L. M. Lepido separou-se da sua opiniaõ, discorrendo d'esta sorte: " *Se nós considerâmos quanto saõ criminosas as ex-*

„ pressões de Luterio Prisco, nenhuns castigos bastariaõ pa-
„ ra puni-lo. Mas ainda que os crimes, e os attentados
„ não tenhão limites, sempre a moderaçaõ do Principe, os
„ vossos exemplos, e os de nossos Maiores nos prescrevem a
„ regra de modificar os supplicios, e as providencias, e de
„ naõ confundir as cousas vans com as cousas perversas,
„ as palavras, e os maleficios: isto faz com que eu haja
„ de votar de modo que, sendo punido o delinquente, não
„ tenha eu lugar de arrepender-me, nem de Clemente, nem
„ de Severo. Muitas vezes ouvi ao nosso Principe queixar-
„ se de que os Reos, que se matdraõ, se tivessem d'esta sor-
„ te subtrahido á sua Clemencia; Lutorio vive ainda, e
„ he tal, que nem pode sêr perigoso vivo, nem servir de
„ exemplo com a sua morte: as suas Obras são igualmente
„ impudentes, que vans, e frivolas, não sendo possivel re-
„ cear cousa alguma grave, e séria d'aquelle, que revelou
„ as suas maldades, não já diante de homens, mas até
„ na presença de mulheres. Eu voto pois da mesma sorte
„ que se elle fosse Réo de Lesa Magestade, seja desterra-
„ do, sejão confiscados os seus bens, e soffra a interdicção
„ da agua, e mais do fogo. „

(Continuar-se-ha.)

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

ANNO DE 1826 SETEMBRO 28.

O VELHO LIBERAL.

N.° 12.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Notas, e Reflexões do Velho Liberal sobre a Constituiçaõ Hespanhola de 1812, na sua parte relativa ao Poder Executivo. Continuadas do N.° antecedente.

(*Nota* 3) He proprio das Constituições dos Estados determinar a Organisaçaõ do seu Corpo Governante, ou do seu Governo, porque elle he huma parte essencial do Corpo Politico; e a Lei fundamental, ou Constituiçaõ he, a que distribue este Todo nas partes, que lhe agrada, designando a cada huma a funcçaõ, que lhe ha de competir. Podem pois as Constituições fazer, com que hum Estado seja *Monarchia*, outro *Aristocracia*, outro *Democracia*, conforme a Organisaçaõ, que derem ao seu Governo, d'onde ha de resultar, serem elles Governados ou por hum, ou pelos Optimates, ou por todos. Mas naõ he objecto Constitucional a classificaçaõ do Governo. Ha de conhecer-se á face da Constituiçaõ, se, o que d'ella resulta, he huma Monarchia, se huma Aristocracia, se huma Democracia; mas o Estado, e o Governo ha de ser aquillo, que pedir a Organisaçaõ, que se lhe tiver dado, sem que dependa de hum Artigo Constitucional o nome, que lhe compete, ou a classe da Sociedade Politica, a que elle fica pertencendo. Entra no Poder da Constituiçaõ produzir huma Monarchia; mas he

Digitized by Google

alheio d'elle Decretar; que a sua Obra tenha a classificaçaõ Monarchica. Se esta naõ competir á Organisaçaõ, que se tiver dado ao Corpo Politico, naõ teremos Monarchia, apesar de todo, e qualquer Artigo Constitucional; e havemos de tê-la, se a dicta Organisaçaõ o pedir, ainda que a Constituiçaõ o naõ diga, e mesmo quando diga que o Estado, ou o Governo he d'outra especie. Isto he o mesmo, que acontece com o oleiro, o qual tem na sua maõ fazer do seu barro, ou huma tigela, ou hum prato, e com tudo naõ pode Decretar que seja hum prato aquillo, a que dêo a forma de tigela. A obra será necessariamente, o que ella fôr, diga o que disser o seu artifice. Por tanto, este Artigo he alheio da Constituiçaõ. No Direito Publico Universal achaõ-se classificadas as diversas especies de Governo, e definidas as circumstancias, que distinguem hum dos outros, e as que exige a Constituiçaõ de cada hum. E dando as Constituições aos Estados a Organisaçaõ, que lhes parecêr, devem deixar aos conhecedores do Direito Publico Universal classificar, o que ellas sejaõ. A Constituiçaõ he hum Corpo de Leis, e a materia d'este Artigo he doutrinal.

Vejâmos agora, se ao menos elle naõ merece censura pela doutrina, que contem. Diz — *O Governo da Naçaõ Hespanhola he huma Monarchia.* — Esta oraçaõ nem produz huma idêa verdadeira, nem exprime, o que se queria exprimir.

Que vem a dizer — huma Monarchia? — *Un estado grande y extendido, gobernado por un solo, que se llama Monarcha.* — Diccionario da Lingua Castelhana pela Academia Real Hespanhola. Verb. Monarchia. E por isso o illustre Diogo Saavedra, naõ só grande Politico, mas Escriptor Classico da Lingua Hespanhola, e reputado como o seu Tacito, deixou escripto na Coron. Goth. T. 1. L. 1. — *No habiendo Monarchia tan grande, que pueda mantener-se, si quien la domina suelta las riendas al gobierno.* — A frase pois — *huma Monarchia* — val o mesmo, que esta — *hum Estado, em que o Governo reside na maõ de hum*: — e em consequencia a oraçaõ, porque começa o Artigo, equivale a esta — *O Governo da Naçaõ Hespanhola he hum Estado, em que o Governo reside na*

Digitized by Google

naõ de hum. E á esta oraçaõ corresponde huma idéa verdadeira? Certamente naõ. O Governo da Naçaõ Hespanhola naõ he hum Estado, he aquella parte d'elle, em que reside o Governo; aquella, que tem o emprego, o ministerio, a funcçaõ, o officio de Governar. E este mesmo sentido se havia dado á palavra — *Governo* — no Artigo antecedente, quando se disse — *O objecto do Governo he a felicidade da Naçaõ* —, para se designar que tal era o objecto, dos que Governaõ. E Saavedra quando no periodo acima trasladado diz — *si quien la domina suelta las riendas al gobierno* — manifesta igualmente, que o Governo da Monarchia naõ he a mesma Monarchia, mas sim huma cousa, que reside naquella parte d'ella, que a domina, e governa. E tudo isto pedia a etymologia da palavra Monarchia, derivada de *monos*, que designa *hum*, e de *Archiprincipado*, que designa o *Principado*, ou o *Imperio*; em consequencia do que a ella ha de corresponder esta idéa — *O Principado, ou o Imperio, em que hum governa.* — E, á vista de tudo isto, o Governo de huma Monarchia naõ he a mesma Monarchia, nem o Todo d'ella, mas a parte d'esse Todo, a que compete o Governar. E assim como produziriaõ idéas falsas estas oraçõés — *A cabeça do homem he hum homem* —; *o fecho da abóbada he huma abóbada* —; outro tanto ha de acontecer a este periodo — *O Governo da Naçaõ Hespanhola he huma Monarchia.* —

Elle naõ exprime, o que se queria exprimir. A intençaõ era dizer, que o Governo da Naçaõ Hespanhola era Monarchico: isto he, qual convem, qual constitue, e qual he proprio da Monarchia. Mas para exprimir isto era necessario empregar o adjectivo — *Monarchico* — *Lo que pertenece, ó es proprio del Monarcha, ó Monarchia* — como diz o dicto Diccionario da Lingua Castelhana. Queria-se designar huma qualidade do Governo, e isto exigia hum adjectivo, que saõ os nomes, que exprimem as qualidades dos substantivos, a que elles se juntaõ. Naõ se diz — *o peixe he huma agua* — quando se quer exprimir, que elle he — *aquatico* —; nem — *a Monarchia he huma eleiçaõ* —, querendo-se exprimir, que ella he — *electiva* —; nem — *o Governo he huma Constituiçaõ, ou hu-*

Digitized by Google

ma Representaçaõ —, quando se pertende significar, que elle he — *Constitutivo, ou Representativo.* — Os substantivos tambem algumas vezes figuraõ de adjectivos, designando qualidades quando se tracta de generos, e de especies: e por isto dizemos — *a Pereira he huma Arvore*; — *o Canario he hum Passaro*; — *a Monarchia he hum Governo*: — mas sempre o genero figura de adjectivo; se fizeemos o contrario, erraremos sempre, attribuindo ao genero a qualidade da especie. Por isso naõ se pode dizer — *a Arvore he huma Pereira*; — *o Passaro he hum Canario*; — *o Governo he huma Monarchia.* —

Huma Monarchia he hum Todo, que comprehende o Governo, e os Governados: por tanto definir o *Governo* dizendo, que elle he *huma Monarchia*, he definir a parte pelo Todo, ou attribuir á parte a qualidade do Todo. *Huma Monarchia* designa huma das especies dos Governos, que se conhecem; por tanto definir o *Governo* dizendo, que he *huma Monarchia*, he definir o genero pela especie, ou attribuir ao genero a qualidade da especie. E ambas estas cousas saõ vicios Grammaticos, e Logicos, que conduzem a erros.

He pois indispensavel emendar esta Oraçaõ, e dizer em lugar d'ella — *O Governo da Naçaõ Hespanhola he Monarchico.* —

(*Nota* 4) Pertendêo a Constituiçaõ por este meio classificar a especie de Monarchia, a que ficava pertencendo a Hespanha em consequencia da sua nova Organisaçaõ.

Em razaõ de serem os Estados Governados, ou por hum, ou pelos Optimates, ou por todos, a sua geral classificaçaõ comprehende tres especies, Monarchia, Aristocracia, Democracia.

Rousseau no Contracto Social L. 3. Cap. 7. escrevêo que, *fallando propriamente, nenhum Governo era simples; sendo indispensavel que hum Chefe tenha Magistrados Subalternos, e que hum Governo Popular tenha hum Chefe.* Temos por inexacta esta Doutrina; porque, de ter a Monarchia precisaõ de Magistrados Subalternos, naõ se segue que deixe de sêr Governo de hum; assim como tambem de ter o Governo Popular necessidade de hum Chefe, se naõ pode concluir que deixe de sêr o Governo de todos.

Digitized by Google

Por isso mesmo que aquelles Magistrados saõ Subalternos do Rei, e figuraõ por tanto no seu Nome, e debaixo das suas Ordens, o Governo conserva a simples natureza Monarchica; e da mesma sorte porque este Chefe ha de figurar em Nome do Povo, e debaixo das suas Ordens, o Governo conservará a simples natureza Democratica. Pelas ditas considerações pois de Rousseau naõ se poderá negar a qualidade de simples a nenhum d'aquelles Governos: elle confundio os Agentes, ou Delegados do Governo com os seus elementos. Provem d'estes, e naõ d'aquelles a classificaçaõ, que lhe compete.

Alguns Publicistas lembraõ huma outra especie de Governos, a que chamaõ Mixtos, porque nelles, segundo a sua opiniaõ, se encontra hum composto d'aquelles tres; e trazem para exemplo a Grá-Bretanha; porque, pertencendo ao seu Rei o Executivo, o que representa a forma Monarchica, dá-lhe huma figura Aristocratica a Camara dos Pares, e apparencias Democraticas a Camara dos Communs. Com tudo nós vêmos nelle somente huma Monarchia Representativa, porque o Executivo reside inteiramente no Rei, e as duas Camaras com elle fazem huma completa Representaçaõ Nacional, a que compete o Legislativo.

Quando se dêo á França a sua primeira Constituiçaõ de 1791, depois de abolidas todas as distincções entre os Francezes na Sessaõ de 19 de Junho de 1790, existindo somente o Rei, e a indistincta Representaçaõ Nacional, isto he, o Elemento Monarchico, e Democratico, chamou se aquella Organisaçaõ Politica huma Monarchia Democratica, ou huma Democracia Real, o que parecia inculcar outra especie de Governo Mixto. Mas sendo aquelles Elementos entre si incombinaveis, porque a Monarchia destróe a Democracia, assim como esta faz desapparecêr aquella, he impossivel conceber o dicto Mixto; e a referida Organisaçaõ era consequentemente huma forma Politica irregular, e monstruosa, que naõ podia subsistir, e que por isso mesmo acabou em poucos mezes.

Naõ reconhecendo por tanto senaõ as tres especies de Governo simples, concordâmos com Dauray de Brie na sua Theoria das Leis Sociaes, Liv. 3., que a Monarchia

Digitized by Google

pode ser de diversas especies. Elle distingue as Leis positivas de todas as Nações em duas Classes, a saber: 1.ª Leis Fundamentaes, isto he, Constituiçaõ, ou Leis Constitutivas: 2.ª Leis Administrativas, que saõ todas as estabelecidas por quem na Constituiçaõ fica entregue do Poder Legislativo. E, feita esta distincçaõ, chama: 1.º *Governo Despotico* aquelle, que está na maõ de hum, sem que o Estado tenha Leis Fundamentaes: 2.º *Monarchia Absoluta* aquella, em que todo o Governo, isto he, tanto o Poder Legislativo, como o Executivo, está na maõ de hum, que com tudo tem Leis Fundamentaes, que deve guardar; e refere para exemplo a Dinamarca: 3.º *Monarchia Moderada* aquella, em que a Constituiçaõ dá ao Monarcha o Poder Executivo, e á Representaçaõ Nacional juntamente com o Rei o Poder Legislativo.

A Constituiçaõ Hespanhola seguio esta Theoria. Nós porem, ainda que muito respeitâmos o illustre Politico, a que a attribuimos, naõ concordâmos com elle nesta parte do seu Systema, que vêmos aqui adoptado. A nossa theoria parece-nos preferivel á sua, tanto em exaçtidaõ, como em clareza; e em razaõ d'isso tambem julgâmos digna de se emendar a dicta Constituiçaõ neste lugar. Nossos Leitores decidiráõ.

Como toda a Monarchia, seja ella de que natureza fôr, he huma associaçaõ, ou huma sociedade de homens, e huma associaçaõ, ou huma sociedade facticia, porque naõ vem das maõs da natureza, mas dos factos dos homens, que por esta, ou por aquella maneira, por esta, ou por aquella occasiaõ, se juntaraõ debaixo da referida forma social, toda a Monarchia, digo, por este motivo, fallando geralmente, se deve chamar hum Governo Representativo. He da natureza de todas as Sociedades facticias que aquelles, que tem a parte governativa nellas, representem o Todo, e sejaõ considerados, como a collecçaõ de todas as vontades, e de todas as forças sociaes, nos termos do expresso Pacto Social, se o houve; e na falta d'elle, nos termos, do que pede a natureza, e o fim da associaçaõ, que se deve entaõ considerar, como fazendo hum Pacto tacito. Naõ he possivel conceber d'outra sorte a parte Governativa em Sociedade alguma facticia, e

Digitized by Google

por isso neste sentido geral todo o Governo Monarchico será Representativo.

Mas como a dicta Representaçaõ naõ se faz por hum só modo, como já do que fica dicto se conhece, d'aqui resultará necessariamente que pode haver diversas especies de Monarchias: nós porem as reduzimos a duas por agora.

1.ª Hypothese. *O Estado naõ tem Leis fundamentaes, e o Rei exercita todo o Poder assim o Legislativo, como o Executivo.* Chamâmos a isto Monarchia *absoluta*, ou *illimitada*, que tanto significa para nós, como se se dissesse — *aquella, em que naõ ha Leis fundamentaes, e em que todo o Poder, assim Legislativo, como Executivo se acha na maõ do Rei.* — Elle he entaõ o unico, e total Representante da Naçaõ; aquelle no qual, por isso mesmo a sua voz se deve considerar como a voz de todos, e a sua força como a força de todos. Elle he, como o Administrador da Sociedade nautica, de que fallámos na Nota 2.ª, em quanto se lhe entregou a direcçaõ do Navio commum, sem nenhuma clausula, ou Lei, por que se devesse dirigir na sua Commissaõ.

Mas nem por isso que seu Poder he absoluto, e illimitado na forma referida, se segue que possa querer, e que possa fazer quanto lhe vier á sua vontade. Elle he a Representaçaõ de todas as vontades, e de todas as forças sociaes do Estado, sem hum Pacto Social expresso, pela falta de Leis fundamentaes, ou de Constituiçaõ, mas nos termos do que pede a natureza, e o fim da Sociedade Civil, que se deve considerar, como fazendo hum Pacto, ou huma Constituiçaõ tacita, por que elle se deve dirigir, e governar. He nesta especie de Monarchia, que tem lugar o principio do Art. 13 — *O objecto do Governo he a felicidade da Naçaõ* — : eis-aqui o Pacto tacito, que se deve ter como a sua Constituiçaõ; porque elle he ligado essencialmente com a natureza, e fim da Sociedade Politica; e como nella naõ apparece Pacto expresso, ou Constituiçaõ, ha de ter-se por contrahida debaixo d'aquella Lei geral, connexa com a sua natureza, e fim. Mas como estas palavras — *a felicidade da Naçaõ.* — saõ muito vagas, parecendo frequentemente a huns

Digitized by Google

felicidade Nacional, e meio para ella se conseguir, o que outros classificaõ, ou como grande desgraça, ou como meio improprio de alcançar aquelle fim, por isso se considera perigosa esta especie de Governo, que tem huma Lei fundamental taõ indeterminada, e vaga. Para evitar este perigo he que se introduziraõ as Monarchias limitadas, das quaes provavelmente naõ haveria exemplo algum, se todos os Reis tivessem, e seguissem a maxima de Sully — *A primeira Lei do Soberano he observa-las todas; e elle mesmo tem dous Soberanos, Deos, e a Lei.* — Memoir. de Sully T. 3. fol. 79 Liege, 1788: maxima, que já se tinha professado pelos Imperadores Theodosio, e Valente na L. 4. C. de Legib. *Digna vox est Majestate Regnantis, legibus alligatum se Principem profiteri.*

2.ª Hypothese. *O Estado tem Leis fundamentaes, e a sua Constituiçaõ, a qual expressamente designa a maneira, por que o Rei ha de exercitar o Governo.* Chamamos a isto *Monarchia moderada*, ou *limitada*, porque o Rei já tem alguma Lei positiva, e expressa, que modera, e limita o exercicio da sua Authoridade; ainda he Representante da Naçaõ, mas já naõ geralmente, como na primeira hypothese; ainda no que lhe compete, segundo os termos da Constituiçaõ, a sua voz he a voz da Naçaõ, e a sua força he a força da Naçaõ; mas já naõ assim fóra d'aquelles limites.

E como nesta segunda hypothese a Constituiçaõ, ou Leis fundamentaes podem sêr muito diversas, a Monarchia moderada, e limitada pode sêr de muito differentes especies. Nós porem reduzimos todas ellas a duas classes, das quaes huma chamaremos simplesmente *moderada*, e a outra *moderada, e representativa.*

1.ª Classe. *A Constituiçaõ dá ao Rei todo o Poder Legislativo, e todo o Poder Executivo, mas estabelece-lhe taes, e taes regras, com que se deve conformar no exercicio d'elles, ou de alguns d'elles.* Quem duvidará que temos huma Monarchia limitada, ou moderada? Mas toda a Representaçaõ Nacional está no Rei, naõ ha nenhum outro Representante da Naçaõ. Temos pois huma Monarchia, simplesmente moderada. Na Constituiçaõ de Suecia, pela morte de Carlos XII., repartio-se o Executivo

Digitized by Google

entre o Rei, e o Senado, sendo elle o Presidente d'este com duplicado Voto, e o Legislativo estava na Dieta, composta das Camaras dos Nobres, dos Ecclesiasticos, dos Cidadãos, e dos Camponezes. Supponhâmos porem que a dicta Constituiçaõ dava tambem o Legislativo ao Rei, para o exercitar no Senado; teriamos certamente huma Monarchia simplesmente moderada, porque nas partes do Governo naõ estava a Representaçaõ Nacional. E o mesmo aconteceria, se na Constituiçaõ Hespanhola se tivesse estabelecido, por exemplo, que houvesse somente o Rei, e o Conselho de Estado, de que se tracta no Tit. 3. C. 7., e que as Leis se fizessem pelo Rei no dicto Conselho, tendo este Voto decisivo, como dissemos que tinha o Senado de Suecia na dicta sua Constituiçaõ.

2.ª Classe. *A Constituiçaõ dá ao Rei o Executivo, mas estabelece Corpos Representativos da Nação, que se hão de congregar de quando em quando, e aos quaes ha de competir o Legislativo.* Aqui temos a *Monarchia Moderada*, que nós chamâmos *Representativa*. O Governo naõ só naõ he Absoluto na maõ do Rei, como tambem naõ era na 1.ª Classe, mas alem d'isso tem huma Representaçaõ Nacional Constitutiva para intervir no Legislativo. He d'esta natureza a Constituiçaõ d'Inglaterra, de França, esta de Hespanha, e outras. Ora: entre esta 2.ª Classe, e a 1.ª, ha huma grande differença, e vêm a sêr, que nesta o unico Representante da Naçaõ he o Rei, e que naquella ha dous Representantes, a sabêr, o Rei, e esses Corpos Representativos, competindo a cada hum a Representaçaõ Nacional naquella parte do Governo, que lhe he distribuida. He pois necessario que se designem por diversa denominaçaõ, que logo dê a conhecer de que qualidade he o Governo.

Toda a Monarchia Representativa he por isso mesmo moderada, ou limitada; mas naõ he indispensavel que toda a moderada, e limitada seja Representativa. Para se dar a conhecer pois qual era a natureza da Monarchia Hespanhola, segundo a sua Constituiçaõ, em vez de se dizer que ella era — *Moderada* — devia declarar-se que era — *Representativa* — dizendo-se aquillo somente, como se disse, naõ se pode concluir que nella haja huma Re-

Digitized by Google

presentaçaõ Nacional, que entre no Governo; e mais o Rei; e, sem que se conheça isto, naõ se fará huma perfeita idèa do Governo, que neste Artigo se declara proprio da Hespanha. Sabe-se que he huma Monarchia moderada, mas ignora-se se he — *simplesmente Moderada* — ou alem d'isso — *Representativa*. — E ninguem pode duvidar que seria mais perfeiçaõ descrevêr a Monarchia de Hespanha de maneira, que logo pela sua descripçaõ se conhecesse inteiramente o que ella era.

A Monarchia pois, segundo a nossa Theoria, he ou 1.° *Absoluta*, ou 2.° *Moderada*. E esta ou he 1.° *simplesmente Moderada*, ou 2.° *Representativa*. E, para fazermos entaõ huma divisaõ geral, poderemos dizer que he, ou 1.° *Absoluta*, ou 2.° *Moderada*, ou 3.° *Representativa*; comprehendendo no segundo Membro só a que temos designado por simplesmente Moderada. E, bem que pareça huma temeridade fazer huma nova classificaçaõ nesta materia depois dos trabalhos, e Escriptos de tantos, e taõ doutos Politicos, com tudo naõ nos parecendo que algum d'elles apresentasse taõ claras, e distinctas idèas, como estas nossas, naõ quizemos omitti-las, e nossos Leitores as avaliaráõ.

Naõ conhecêmos pois Governos, ou Monarchias despoticas, isto he, em que o *quero porque quero* legitimamente, e pela natureza da Constituiçaõ, possa sêr exercitado na Sociedade Civil por quem está á testa d'ella. Quando isto se praticar, haverá sempre hum abuso do Poder, segundo a nossa opiniaõ. Mesmo no Governo de hum, destituido de Lei Fundamental, e no qual assim o Legislativo, como o Executivo, está no Chefe; este deve considerar-se sujeito áquelle, bem que vago, preceito, *de ter por objecto a felicidade da Naçaõ*. Pede-o assim a natureza da cousa, e a associaçaõ Politica, que, produzindo obrigações, e direitos, exclue de todas as suas partes componentes o exercicio da sua vontade, só porque he sua vontade. Tem-se usado, com effeito, muitas vezes, d'esta frase, mas indiscretamente, e tanto mais quanto, sendo ella summamente offensiva mesmo para quem se serve d'ella, porque exclue o emprego da razaõ, que separa os homens dos brutos, o dicto uso era só nominal, e

Digitized by Google

nas palavras. Poderáõ encontrar-se muitas Leis, nas quaes depois de longos preambulos, em que se acumulavaõ razóes sobre razões, como motivos do que se ia ordenar, se accrescentava *o quero porque quero, e he muito minha vontade*, que de nada servia senaõ de enchovalhar o papel; até porque nelle apparecia, que se naõ tinha procedido por esses motivos, mas sim pelos outros relativos ao bem da Naçaõ, que se tinhaõ considerado, e apresentado como fundamentos das dictas Leis.

Em consequencia d'isto naõ tendo o Despotismo por huma especie diversa de Governo, mas sim por hum abuso, que pode haver em todos elles, chamâmos Governo Despotico: 1.º aquelle, que naõ tendo Constituiçaõ, se dirige só pela sua vontade, sem contemplaçaõ ao bem da Naçaõ, que he a sua Lei fundamental tacita, como dissemos; 2.º aquelle, que tendo Lei fundamental, ou Constituiçaõ, se desvia dos termos d'ella, para lhe substituir a sua vontade; e ou isto seja praticado pelo Rei nas funcções, que lhe competem, ou pelo Corpo Representativo da Naçaõ nas outras, que lhe estaõ assignadas, ou reservadas. O Despotismo he o excesso do Poder, ou o Poder exercitado contra o titulo, que regula a cada hum; e por isso pode têr lugar em todos, os que tem o exercicio de alguma das partes do Governo.

Concluimos pois que, se tivessemos organisado a Constituiçaõ Hespanhola, haviamos de têr concebido este Artigo na maneira seguinte.

O Governo da Nação Hespanhola he Monarchico-Representativo.

(*Nota* 5) Aristoteles na sua Politica L. 3. C. 14., distinguia cinco especies de Monarchia. E Montesquieu observou muito discretamente (Espirit das Leis Liv. 11. Cap. 9.) que elle se enredava nas suas divisões, tractando do Governo Monarchico, porque naõ as derivára da forma da Constituiçaõ, mas de cousas a ella accidentaes, e alheias, como as virtudes, e vicios do Principe, a usurpaçaõ do Poder, ou a successaõ nelle. Os Reis podem com effeito sêr ou electivos, ou hereditarios; e se a este accidente se quizer attender na classificaçaõ das Monarchias, naõ poderemos negar, que seja proprio chamar a

Digitized by Google

, humas hereditarias, ēa outras electivas. Magistrenhuma relaçaõ tem com o seu Governo, ou com a parte da Constituiçaõ, que lhe he relativa. Pertencem a isto as circumstancias, a que attendemos na nossa classificaçaõ, referida na Not. 4.ª, a saber: sêr a Monarchia ou *Absoluta*, ou *Moderada*, ou *Representativa*; estas diversas denominações resultaõ de differenças, que ha no Governo; mas com elle naõ tem nada o sêr a Monarchia electiva, ou hereditaria. Esta diversidade influe somente no modo de transferir o Reinado, para que o Estado tenha taes, e taes conveniencias, ou se livre de taes, e taes embaraços. Por tanto este — *hereditaria* — naõ tinha cousa alguma com este Capitulo: e se nas Monarchias, naõ Representativas, em que todo o Governo se pode dizer existente no Chefe, sendo ellas hereditarias, naõ haveria impropriedade chamando-se tambem — *hereditario* — *o Governo* —; naõ acontecerá o mesmo nas Representativas, como a de Hespanha; porque existindo huma parte do Governo nas Côrtes, que saõ electivas, exprimiria o contrario do que era, quem dissesse que o seu Governo era hereditario; porque elle he parte hereditario, e parte electivo.

Se a Constituiçaõ Hespanhola queria fazer a classificaçaõ da sua Monarchia, para dar por ella a entender as principaes circumstancias, e qualidades do seu Estado, que vem a sêr aquillo, a que se dirige este Artigo, devia colloca-lo noutro lugar, a saber: no Titulo 1. C. 1., e nelle caberia entaõ dizer

A Hespanha he huma Monarchia, Representativa, e Hereditaria.

Ainda assim mesmo naõ teriamos hum Artigo Constitucional, pelo que dissemos na Not. 3; mas ao menos cessariaõ todos os outros motivos de censura, que temos referido.

(*Nota 6*) Tambem nos naõ agrada este Artigo.

Primeiramente a frase — *reside nas Côrtes com o Rei* — naõ he clara; porque parece denotar que as Leis se fazem nas Côrtes, estando, ou concorrendo nellas o Rei: e nem era isto, o que se queria exprimir, nem o que dispunha a Constituiçaõ.

Digitized by Google

Em segundo lugar — *fazer a Lei* — *decretar a Lei* — *sanccionar a Lei* — exprimem huma, e a mesma idêa, a saber: — *Legislar, dar nascimento a huma Lei, ou crear huma Lei.* — E sendo assim naõ parece concorde a declaraçaõ d'este Artigo com o Art. 131 N.° 1.°, em que se diz, competir ás Côrtes *Decretar as Leis*, sem que se falle no Rei; e com o Art. 171, em que se determina pertencer ao Rei sanccionar as Leis, sem que se falle nas Côrtes. No Tit. 3. C. 8., que tem esta Rubrica — *Da formaçaõ das Leis, e da Sanccaõ Real* — já vemos outra frase, competindo ás Côrtes *formar as Leis* em vez do — Decretar — que vinha no Art. 131, e que pela força da palavra significava mais. Este Capitulo com tudo faz-nos conhecer, qual he o Poder Legislativo na Constituiçaõ de Hespanha, e como nella se exercita. D'elle pois, he que podemos deduzir, se este Artigo merece louvores, ou censura.

Conforme as disposições do dicto Capitulo, as Leis saõ propostas, discutidas, e adoptadas nas Côrtes; e depois d'isto passaõ para o Rei, a fim de receberem d'elle a Sanccaõ Real, que sendo pelo Art. 143 concebida nestes termos — *Publique-se como Lei* — parece vir a sêr a fonte da sua authoridade. Mas sendo o mesmo projecto de Lei, apresentado para a Sancçaõ, primeira, segunda, e terceira vez, por esta ultima ha de consegui-la, seja qual fôr a vontade do Rei, como Decreta o Art. 149.

Sendo pois isto assim, e havendo consequentemente Projectos adoptados nas Côrtes, que haõ de sêr Leis, ou o Rei queira, ou naõ, será verdade, e permittido dizer, que o Poder de fazer as Leis reside conjunctamente no Rei com as Côrtes? Naõ se conhece que ao menos, nesta especie, todo o *Poder de fazer a Lei* reside nas Côrtes, porque ao Rei se denega o Poder de lhe recusar a Sancçaõ? Se a Constituiçaõ Hespanhola reconhecesse no Rei sempre, e indeterminadamente a liberdade de dar, ou negar a Sancçaõ, como se vê practicado na Inglaterra, entaõ este Artigo seria conforme com as disposições Constitucionaes; porque naõ haveria jámais alguma Lei, em que naõ apparecesse o Poder, e a vontade das Côrtes, e o Poder, e a vontade do Rei: e por tanto o *Po-*

Digitized by Google

der de fazer as Leis estaria entaõ em ambos. Mas nos termos referidos, só isso se pode affirmar em quanto ás Leis, que pela primeira, ou segunda vez se levaõ á Sancçaõ Real, e naõ na generalidade, que consta d'este Artigo.

Se nós pois organisassemos esta Constituiçaõ, huma vez que nella tivessemos de introduzir as disposiçoes do dicto Cap. 8, ou ignorassemos o que nelle se decretaria, haviamos de conceber este Artigo assim.

O Poder de fazer as Leis será distribuido entre as Côrtes, e o Rei.

Vêr-se-hia d'esta sorte, que no Poder Legislativo entravaõ as Côrtes, e o Rei, que era quanto cabia dizer-se neste Capitulo; e isto ficaria exprimido por hum modo, que conviesse a toda, e qualquer distribuiçaõ do dicto Poder, que se fizesse no Corpo da Constituiçaõ, e por consequencia tambem a essa, que se fez no dicto Cap. 8.: e d'esta sorte evitariamos antinomias neste Codigo das Leis fundamentaes Hespanholas.

(*Nota* 7) As palavras — *estabelecidas pela Lei* — saõ ociosas, e muito improprias de huma Constituiçaõ, como esta. Todo o estabelecimento de Tribunal de Justiça, ou seja Civil, ou Criminal exige huma Lei de sua creaçaõ; por que naõ poderia existir sem isso. Mas em hum Governo Constitucional, cuja natureza, e fim he fazer tudo dependente da Lei, nada he mais ocioso, e estranho do que huma clausula d'estas. E o mesmo entendemos de todos os outros muitos Artigos d'esta Constituiçaõ, em que ella se acha.

E concluindo as nossas Notas sobre este Capitulo dizemos, que todo elle he doutrinal; contendo huma das suas partes Direito Publico Universal, e a outra como hum elencho, ou synopsis da Organisaçaõ do Governo Hespanhol. Se pois fossemos incumbidos de o emendar, excluiamos d'elle inteiramente a primeira parte, como objecto naõ Constitucional, e reduziamos a segunda parte a estes termos.

Digitized by Google

CAPITULO = DO GOVERNO. =

Art. 13. Na Monarchia Hespanhola o Governo pertencerá ás Côrtes, ao Rei, e aos Tribunaes.

Art. 14. O Poder Legislativo será distribuido entre as Côrtes, e o Rei.

Art. 15. O Poder Executivo competirá exclusivamente ao Rei.

Art. 16. O Poder Judiciario, assim nas causas Civeis, como Criminaes, residirá nos Tribunaes.

E dando assim ao dicto Capitulo o caracter, e expressaõ Legislativa, que lhe falta na Constituiçaõ Hespanhola; e excluindo d'elle, o que naõ he Constitucional, o deixaríamos reduzido ao que devia sêr, para incluir á geral distribuiçaõ das partes do Governo na Monarchia Hespanhola, segundo a sua nova Constituiçaõ, que era a materia correspondente á sua Rubrica.

(*Continuar-se-ha.*)

Observaçaõ Typographica.

No N.º 11 d'este Jornal a fol. 441, esqueceõ marcar a Nota (5) que devia ir no fim do Art. 14, depois da palavra — hereditaria — E da mesma sorte a Not. (6) que devia ir no fim do Art. 15: E finalmente a Not. (7) que havia de ir no fim do Art. 16; o que aqui observâmos para se saber a que lugares se referem as Notas, que se achaõ neste Número, e que naõ foraõ citadas naquelle.

Observações do Velho Liberal ao tempo d'esta Impressaõ em 1826 sobre as mencionadas suas Notas feitas em 1821, relativas á Constituiçaõ Hespanhola.

O Velho Liberal naõ pode deixar de se lisongear muito, comparando as dictas suas Notas feitas em 1821 sobre o Cap. da Constituiçaõ Hespanhola de 1812, trasladado a

Digitized by Google

fol: 441 do seu Jornal com a Carta dada pelo Senhor D. Pedro IV., como Lei Fundamental da Monarchia Portugueza. O Senhor D. Pedro IV. na dicta Carta desviou tudo o que o Velho Liberal nota na dicta Constituiçaõ Hespanhola. No Art. 4.º declarou que o Governo do Reino de Portugal era *Monarchico*, *Hereditario*, e *Representativo*, e de nenhuma sorte que era huma Monarchia, como se tinha censurado na Not. 3.ª sobre a Constituiçaõ Hespanhola: nem poz *Moderado* em vez de *Representativo*, como se havia outro sim notado na mesma Constituiçaõ: nem juntou o vago Art. 13 censurado na Not. 2.ª relativamente á Constituiçaõ de Hespanha. E no Art. 13. da Carta correspondente ao Art. 15 da Constituiçaõ fol. 441, corrigio o defeito da dicta Constituiçaõ muito melhor do que nós o haviamos feito na Not. 6.ª Nós substituiamos ao dicto Art. da Constituiçaõ o seguinte — *O Poder de fazer as Leis será distribuido entre as Côrtes, e o Rei.* —

E o Senhor Rei D. Pedro IV. escreve no dicto Art. 13 — *O Poder Legislativo compete ás Côrtes com a Sanção do Rei.* —

Está assim muito mais claramente exprimida a idêa: Esta emenda he incomparavelmente melhor que a nossa.

Considerações do Velho Liberal sobre as suspeitas, conjecturas, e supposições, Critica, Filosofica, Politica, e Juridicamente consideradas, ou seja para servirem de base á credibilidade dos homens, ou seja para os dirigir nos seus procedimentos Criminaes, e nas suas deliberações Politicas. Continuado de fol. 464.

Assim decidio o que se jactava de moderado entre os Juizes; pintou o caso com todas as côres, que lhe daria, quem estivesse resolvido a absolver: desfigurou-o, pelo que elle era em si mesmo, e pelo que devia sêr, olhada a pessoa do Réo; munio-se com os respeitaveis exemplos dos seus tempos, e dos seus maiores; e tudo isto para que? Para dizer que condemnava Lutorio do mesmo modo, que se elle tivesse sido Réo de Lesa Ma-

Digitized by Google

gestade. Reparem os Juizes, que taes costumaõ sêr as piedades, e as moderações, quando os Governos saõ *Suspeitosos*, e procedem por *Suspeitas*. Os que tomaõ os benignos fundamentos de Lepido, he sempre com a disposiçaõ de condemnar, como se tivessem diante de si hum Réo de Lesa Magestade. — *Quod perinde censeo, ac si lege majestatis teneretur.* — Elles daõ-se por muito contentes, e julgaõ tríunfar por moderantissimos, poupando vidas quando governaõ Tiberios! Assim mesmo Lepido achou somente hum Juiz, que o seguisse; todos os outros se uníraõ a Agrippa, e o Poeta foi morto, e estrangulado. E que figura representou Tiberio, que era a causa dos Juizes se acharem naquellas circumstancias? Quiz figurar de Clemente; pede que naõ haja tanta precipitaçaõ em castigar palavras; louva Lepido, sem reprehender Agrippa. Tacit. Ann. Lib. 3.° Cap. 49.

Em semelhantes épocas, Providencias Politicas, e Sentenças Criminaes tudo leva o mesmo cunho. Matar hum Escravo, que tinha na maõ huma moeda com o busto de Cesar, era despresar a Cesar, e ser Réo de Lesa Magestade. Philostrates Vit. Appolon. Tyanei, Lib. 1.

Quem se lavava nos canos, que no Egypto se tinhaõ construido na chegada de Nero, era Réo de Lesa Magestade, porque o seu facto mostrava falta de respeito ao Imperador. Sueton. Lib. 6.° Cap. 35.

Antonia, filha de Claudio, que recusa as Nupcias de Nero, depois da morte de Poppea, he morta pelo atrocissimo crime de sêr — *molitricem novarum rerum* (*movedora de cousas nunca praticadas*) — (Sueton. ibid.) delicto que perdêo tambem a outros nos tempos de Domiciano, como refere o dicto Sueton. Lib. 8. Cap. 10.

Aborrecer hum gladiador era Suspeita de impiedade; porque elles serviaõ nas Festas em honra dos Deoses. (Plin. Paneg. Cap. 33.)

Comprehender na renda dos seus jardins huma Estatua de Augusto, que nelles se achava, era hum crime para accusar hum Cavalleiro Romano, como *Suspeitoso* aos Imperadores (Tacit. Ann. Lib. 1. Cap. 73); e foi necessario que huma Lei viesse tirar este grande caso d'entre os crimes de Lesa Magestade, (L. 5. ff. ad leg.

***

Digitized by Google

Jul. Majest.) Em huma palavra procedimentos desta natureza por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos*, forão o descredito dos Tiberios, dos Neros, dos Domicianos, e dos outros Imperadores tyrannos; e naõ se virão jamais praticados pelos Nervas, pelos Trajanos, pelos Titos, pelos Adrianos, pelos dous Antoninos; e gozará indubitavelmente da infamia dos primeiros todo o Governo, que os imitar.

E para honra sua bastar-lhe-ha saber, e reflectir nisto, que agora nos occorre. Aquelles, que entre os Romanos mostravaõ aos Magistrados os indicios, ou as suspeitas dos crimes, tinhaõ tambem o nome de *Indices*. Pomponio diz na L. 8. ff. ad leg. Jul. Majest. " *Conjurationem Sergii Catilinæ mulier detexit, et Marcum Tullium Consulem Indicio suo instruxit*; " e Suetonio escreve Lib. 6. Cap. 35: " *Denique occidit sub crimine adulteriorum, adeo impudenti, falsoque, ut in quæstione pernegantibus cunctis, Aniceetum, pædagogum suum Indicem subjecerit, qui dolo stupratam a se fateretur.* " Eis-aqui o que era hum *Indice*, ou hum relator de *Suspeitas* entre os Romanos, os quaes Cicero mistura com os Sicarios na Oraçaõ pro Muren. Cap. 24, dizendo: — *Vallatum indicibus, atque Sicariis.* — Servir-se pois hum Governo de *Suspeitas*, e de delatores de *Suspeitas*, nos seus procedimentos, será sem dúvida assemelhar-se aos Sicarios, que offendem com armas atraiçoadoras, e que naõ permittem a defeza, porque offendem, antes de serem vistas.

Bastaraõ os extraordinarios, e horriveis procedimentos por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos* acima referidos, para termos huma boa liçaõ, que aprender nesta materia, deduzida dos tempos dos Imperadores Romanos, que ensanguentáraõ o Imperio com as suas tyrannias. A Historia da Revoluçaõ Franceza nos poderia tambem subministrar outra boa, e identica liçaõ para nos desviarmos de procedimentos, ou sejaõ politicos, ou criminaes por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos*. Os homens postos em identicas circumstancias foraõ, saõ, e haõ de sêr sempre os mesmos! Julgâmos porem desnecessario ir mendigar factos na dicta Historia, homogeneos aos acima referidos, que

Digitized by Google

derivâmos da Historia dos Romanos, para naõ acrescentarmos o volume d'este Tractadinho; mas porque tambem temos em casa boa materia, que possa sêr prestadia para instrucçaõ dos homens no assumpto, de que tractâmos, naõ passaremos adiante, sem referir alguns casos da nossa Patria, em que os procedimentos por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos* cobríraõ de lucto os Velhos Liberaes.

Na época subsequente á evacuaçaõ d'este Reino pelo Exercito Francez, commandado pelo General Junot, e quando se temiaõ novas invasões, procedimentos houveraõ entre nós por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos*, que tiveraõ o cunho d'aquelles outros, que acabâmos de deduzir da Historia dos Romanos. Para prova bastaria a exclusaõ, que se dêo aos tres Membros do Governo do Reino, que o Senhor D. Joaõ VI. havia deixado, quando transferio a sua Côrte para os Estados do Brasil, o Principal Castro, Pedro de Mello Brayner, e Conde de S. Payo. Todos estes foraõ julgados *Suspeitos* para continuar no Governo do Reino depois da dicta evacuaçaõ, porque haviaõ servido no Governo, durante a occupaçaõ Franceza. A sua escolha para este Serviço podia sêr procurada, e mais que provavelmente o foi pelo prestimo dos supramencionados Portuguezes. Nossos Maiores em identicas circumstancias de Occupações estrangeiras foraõ zelosissimos em pertender, e procurar que os Empregos Publicos fossem exercitados por Portuguezes. Mal lhes podia lembrar a elles, que hum tempo viria, em que tanto se pensaria de outra sorte do que elles entaõ pensavaõ, que se reputaria desaffeiçaõ á Patria, e *Suspeitas* de adhesaõ aos inimigos o ter os dictos Empregos Publicos, que elles olhavaõ, como hum remedio para diminuir os males da dicta Sujeiçaõ estrangeira!

Mas este tempo chegou na época referida: e huma idêa nova — *de Suspeitas de Adhesaõ ao Governo Francez* — fez maltractar, e infamar aquelles tres Portuguezes. Naõ diremos nada dos dous ultimos, porque ainda se achaõ vivos: mas naõ havendo receio de que nos taxem de lisonjeiro para com as cinzas do primeiro, das quaes naõ ha agora, nem que temer, nem que esperar, naõ podêmos deixar de dizer com toda a franqueza, que para

Digitized by Google

detestarmos até o ultimo momento da nossa vida todos quantos procedimentos virmos *por Suspeitas, e contra Suspeitos* naõ careceriamos de nenhuma outra lembrança, que naõ seja a Illustrissima victima do Principal Castro sacrificada naquelles iniquos altares. Naõ conhecemos nenhum Portuguez de nenhuma Ordem na carreira da nossa longa vida que esteja adiante do Principal Castro em merecimento, e em virtudes. Temos visto fazer-lhe sempre esta mesma justiça. Mas entretanto, quando naquella desgraçada época reinavaõ entre nós procedimentos por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos*, naõ escapou a elles toda a virtude Portugueza, que honráraõ nossos Illustres Maiores, e que nós considerâmos sempre como reunida, e depurada na pessoa do Principal Castro. Receba seu nome este testemunho do nosso constante respeito, e admiraçaõ para com elle! E lembrem-se todos os que estiverem para empregar procedimentos por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos*, que em semelhantes altares foi sacrificado o Principal Castro! A quem o conhecesse, como nós o conhecemos, nada seria preciso, alem d'isto, para parar na tentaçaõ que lhe viesse de se dirigir por semelhantes conductores.

Nós poderiamos juntar a isto casos de menos monta, e com pessoas de muito menor consideraçaõ, mas em tudo o mais igualmente indiscretos, e reprehensiveis aos olhos da Justiça. Hum miseravel Dourador, que vivia em Lisboa, e o qual Officio se tinha feito muito lucrativo no tempo da Dominaçaõ Franceza, porque espoliados os Templos das suas alfaias de prata, foraõ elles ornados com outras de madeira prateadas, e douradas, cahio em dizer que ganhava mais dinheiro no tempo da dicta Dominaçaõ. Isto se reputou *Suspeita de adhesaõ aos Francezes*, e o Dourador foi preso, e processado por este crime, havendo-se este por expurgado na Sentença com o tempo, que elle tinha soffrido de prisaõ.

Hum Religioso Franciscano, bem conhecido entre nós por virtudes, e letras, o *Padre Palhares*, que estava á testa do utilissimo Recolhimento de Educandas em Pereira, no Campo de Coimbra, o qual elle quasi inteiramente sustentava com as esmolas, que pedia, e conseguia, tractou de defender o dicto Recolhimento dos in-

Digitized by Google

sultos, a que podia sêr exposto pelos Soldados Francezes no curso das invasões Francezas, e conseguio-o com polidez, preces, e civilidades para com aquelles, de quem dependia o alto beneficio, que elle desejava para as dictas Recolhidas; e isto o fez *Suspeito de adhesaõ aos Francezes*, e por essas *Suspeitas* foi perseguido, e maltractado com escandalo da razaõ, e pasmo de todas as pessoas sensatas.

O Ex.mo Arcebispo d'Evora D. Fr. Manoel do Cenaculo, outro nome respeitabilissimo entre os Portuguezes, acudio áquella Cidade em huma invasaõ Franceza, salvando-a dos estragos, que aliàs soffreria, empregando para isso a unica maneira, que ha de o conseguir, que he a das preces, e civilidades para com aquelle, que tem levantado o cutello, que se precisa suspender, para que naõ descarregue horriveis golpes; e isto o fez *Suspeito de adhesaõ aos Francezes*, e essa *Suspeita* vencêo a sua Alta Jerarchia Ecclesiastica, e hum nome conhecido, e respeitado em Portugal por quasi meio seculo, e o fez perseguir, e maltractar.

Corrâmos o véo sobre estas horrorosas Scenas, e com elle todas as outras, que foraõ da mesma natureza, e da mesma data.

Seguintes épocas houveraõ tambem entre nós dolorosas, nas quaes os procedimentos por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos* tiveraõ muitos outros, e muito differentes motivos. Quando, restituida ao Senhor D. Joaõ VI. a plenitude da sua Soberania em Maio de 1823, se seguio a esta feliz restituiçaõ huma terrivel perseguiçaõ contra *Suspeitos de Pedreiros Livres*, nós vimos hum Processo, que ha de ainda existir nos Cartorios da Relaçaõ do Porto, em que hum Ministro nomeado para servir na mesma Relaçaõ tractou, e conseguio livrar-se da *Suspeita de Pedreiro Livre*, porque se achava criminoso. E referindo o Acordaõ o motivo das Suspeitas, que contra elle havia, aponta como huma d'ellas o acharem-se aos cantos da casa, em que vivia, *Cantoneiras triangulares*; como se aos cantos de huma casa podessem haver algumas, que tivessem outra qualidade!

E acabando com este caso a Historia das perseguiçoens

Digitized by Google

ções Portuguezas contra *Suspeitos*, e por *Suspeitas*, accrescentâmos que, ainda naõ attribuindo nós, como naõ attribuimos, todos os procedimentos por semelhantes motivos, a deliberadas causas de perversidade, a que os attribuem outros menos indulgentes, e menos tolerantes do que nós, ainda assim mesmo reputâmos inhabitavel o Paiz, em que se seguir semelhante Politica, e semelhante Jurisprudencia: porque, em quanto aos Cidadãos, os seus perigos, e os seus padecimentos naõ tem nada com os motivos, por que obraõ os Governos. Huma cousa he considerar o grão de culpa dos que seguem a dicta Politica, e outra avaliar a relaçaõ, que ella tem com os que saõ Governados: no primeiro calculo deve entrar o motivo por que obra o Governo, por quanto será muito mais reprehensivel, e perverso, se elle deliberadamente proceder contra *Suspeitos*, e por *Suspeitas* pelas causas, que indicaõ nelle perversidade, e mesmo deliberada tençaõ de perseguir. Mas para a desgraça dos Governados he isto indifferente; em se adoptando, e seguindo a dicta Politica; em se procedendo contra os Cidadãos por chimeras, e por sonhos, que só existem na cabeça de quem delira, e de quem sonha, (e as *Suspeitas* saõ o mesmo, como temos dicto) seja qual for a boa, ou má fé dos que dirigem os procedimentos, he a mesma, e igualmente lamentavel e terrivel a sorte dos Povos. Que differença faria para hum Viajante como o Bacharel de Baça, de que ha pouco tractámos, que a desgraça porque elle se lamenta a D. Quixote, *de estar debaixo da mulla, com huma perna quebrada, e temendo até que o matassem*, lhe proviesse de hum malfeitor, ou de hum louco, que julgava sêr da sua obrigaçaõ atacar as cousas do outro Mundo, que andassem de noite pelas estradas com figuras humanas fazendo disturbios; e que reputava cousas do outro Mundo gentes encontradas nos caminhos de noite com longas capas pretas, e tochas accêsas, e fallando por entre os dentes? Quem soubesse, que em huma certa, e determinada estrada, se encontravaõ enthusiastas d'esta Classe, viajaria por ella muito tranquilla, e gostosamente? Naõ a desviaria da mesma sorte, que a outra infectada por Salteadores, e por Feras? Pois o mesmo se deve entender a respeito dos Pai-

Digitized by Google

zês governados por quem procede; ou seja criminal, ou politicamente contra *Suspeitos*, e por *Suspeitas*; elles saõ taõ inhabitaveis, como intractaveis os caminhos infestados de feras, de ladrões, e de Cavalleiros Andantes como D. Quixote, sem que haja differença pelo que respeita aos Povos entre serem maltractados por huma, ou por outra d'estas Classes de Perseguidores: o mal está nas cousas, e naõ na qualidade dos Agentes. Dêmos muito embora aos Governos os appellidos, que quizermos, sejaõ os seus procedimentos por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos*, provenientes das causas, que forem; todos os que procederem por taes motivos haõ de sêr pavorosos, e abominaveis, porque a abominaçaõ ha de nascêr dos seus factos, e naõ dos seus nomes, ou dos motivos, por que saõ dirigidos.

(*Continuar-se-ha*).

LISBOA: NA TYPOGRAFIA DE GALHARDO.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 13.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Considerações do Velho Liberal sobre o resultado das actuaes circumstancias Politicas de Portugal, continuadas do N.º 9. fol. 370.

E a esta consideração juntou outra o dicto insigne Procurador da Corôa, que o Velho Liberal não quer deixar de transmittir aos seus Leitores. Ella reduzia-se ao seguinte.

Machiavel escreveo, *que hum Governo não podia subsistir por dilatado tempo, se elle não recorria frequentemente aos seus primeiros principios;* e parecem adherir a esta doutrina os Portuguezes, que nos seus proximos acontecimentos se tem lembrado muitas vezes das nossas Côrtes, principalmente das de Lamego, para chamarem a nossa actual conducta áquelles termos, que nellas encontrão. Aquella maxima, sendo indubitavel no caso de se entender por *primeiros principios* a natureza do homem, o fim da sociedade civil, e o bem publico (a), porque he á face disto que em todo o tempo, sem perigo de erro, se podem avaliar os governos, as leis, e as instituições humanas, seria hum grande desacerto, se por aquella frase se designassem as instituições primitivas de cada huma das Nações:

(a) O Sr. Thomé P. da V. ia nisto de acôrdo com o liberalissimo A. de *La Politique Naturelle... Par un ancien Magistrat.* Disc. 2.º §. 25.

Digitized by Google

por quanto, mudando as suas circumstancias com o tempo, he inevitavel que d'aquellas instituições se não tenhão feito humas inuteis, e outras prejudiciaes. He porem frequentissimo querer-se applicar a doutrina de Machiavel neste segundo sentido, no qual ella nos conduzirá sempre a desacerto. Em as Nações soffrendo alguns inconvenientes, apparecem logo Reformadores desvelados em indagar o que nellas d'antes se praticava, e com os velhos remedios pertendem curar as molestias actuaes. Vão descobrir na antiguidade Leis, muitas vezes insensatas, costumes absurdos, factos incertissimos, e direitos barbaros, e prejudiciaes; em huma palavra, as decisões de seus avós, para se acolherem a ellas, ao mesmo tempo que as questões mais difficeis, e mais importantes podião ser esclarecidas em hum instante, recorrendo-se ao plano primitivo de toda a Sociedade Civil, e ás qualidades inherentes, e essenciaes a todos os homens. O prejuizo da sabedoria de nossos Maiores he funestissimo em Politica frequentemente; e a veneração pela antiguidade chega a ser huma superstição, que se oppõe muitas vezes ao bom senso. As Nações mudão, e por tanto ás suas actuaes necessidades, e circumstancias he que se deve attender; e a razão aperfeiçoada he, que unicamente se consultará com proveito. Não se pode de nenhuma sorte concluir, que huma cousa ha de ser hoje boa, porque o foi n'outro tempo.

E o Sr. Thomé P. da V., depois de estabelecer esta theoria, applicando-a ao nosso Portugal, affirmava que muito enganosamente se pertenderia deduzir das nossas Côrtes de Lamego, e de quasi todas as outras, hum Systema de Direito Publico Nacional, que fosse racionavel, e conviesse ás idéas dos Velhos Liberaes: porque, além do atrazamento, em que as Letras se achavão, não só no nosso Reino, mas em toda a Hespanha, e em toda a Europa no principio da nossa Monarchia, dominando o Direito Feudal, e a preponderancia Ecclesiastica, como então dominava geralmente, era impossivel que nos Documentos d'aquella idade se encontrassem os verdadeiros Principios Politicos, que servem de base á Liberdade do homem na Sociedade Civil. Luctava nesses tempos, e luctou por seculos, o Reinado com a Nobreza, a Monarchia com a Aristocracia, per-

Digitized by Google

tendendo huma opprimir a outra, para chamar a si a dominação Politica. Luctava nesses tempos, e luctou por seculos, o Poder Temporal com o Poder Ecclesiastico, querendo cada hum d'elles predominar no mundo. Erão tudo luctas entre as classes superiores do Corpo Politico: o Povo, esta maxima parte em todas as Nações, era considerado muito pouco em seus direitos; e só os Reis, e os Nobres se lembravão algumas vezes de o defender, para por esse meio empecerem huns a preponderancia dos outros; sendo já nessa época o choque dos seus Poderes de alguma sorte proveitoso á liberdade Civil em geral. Os vagarosos passos, com que nisto se caminhou, fazem huma grande parte do bello Quadro, que Robertson nos deixou na sua Introducção á Historia de Carlos V, que deve necessaria, e muito cuidadosamente ser estudada por quem deseja conhecer, e tractar das presentes Instituições Sociaes da Europa.

Por tanto, nas cousas, e monumentos desta idade inutilmente se procurará sustentar o Liberalismo, que hoje se annuncia, como manancial da pública prosperidade, e como objecto dos universaes desejos. Este Systema, procurando Governos Representativos sem distincção de classes, não poderá jámais ser apoiado nas Instituições Politicas dos seculos passados. Se os Liberaes de hoje se lembrão, por exemplo, do célebre Juramento de fidelidade dado aos Reis de Aragão = *Nós, cada hum dos quaes pode tanto como vós, e que todos juntos vos excedemos em poder, promettemos obedecer ao vosso Governo, se mantiverdes nossos privilegios, e nossos direitos, senão não* =; se se lembrarem, digo, deste Juramento em apoio do seu Systema, empregarão huma arma, que lhes não he favoravel. Este Juramento não era dado pelo Povo, mas pelo célebre Magistrado d'aquelle Reino intitulado *Justiça*, e em nome dos altivos Barões Aragonezes. Erão pois os Nobres, os que do dicto Juramento concluião, como principio fundamental da Constituição, que se os Reis violassem seus direitos, e seus privilegios, a Nação os podia depôr, e escolher outro. (a) Elle era pois

(a) Hier. Blanca Comment. rer. Aragon. ap. Schott. Script. Hisp. Vol. 3 f. 751. Robertson dicta Introd. Sect. 3

Digitized by Google

hum Juramento em favôr da Aristocracia, e que entendido no espirito, em que se prestava, de nada serve para apoiar o Liberalismo, que hoje se pertende propagar, e sustentar, e que delle se serve. Este Juramento he hum testemunho *contra producentem*, quando se emprega pelos Liberaes ao mesmo tempo contra a Monarchia, e Aristocracia. Não era pois em nome do Povo que desta sorte se jurava fidelidade aos Reis d'Aragão; e por tanto não se podem d'elle deduzir os direitos do mesmo Povo, e muito menos para tirar no Estado a Aristocracia d'entre o Povo, e mais o Rei. As Côrtes d'Aragão compunhão-se de quatro armas, ou classes; a saber: 1.° A Nobreza da primeira ordem: 2.° Os Cavalleiros, ou a Nobreza da segunda ordem: 3.° Os Representantes das Cidades, e Villas: 4.° O Corpo Ecclesiastico, e composto dos Grandes Ecclesiasticos, e dos Representantes do Clero inferior. (Forma de celebrar Côrtes em Aragon, por Geron Martel.) E á vista de huma Constituição destas, se d'ella se poderem deduzir argumentos contra os Poderes, e Independencia da Corôa, não será nunca possivel que sejão taes, que favoreção a Causa liberal do Povo, e sirvão de anniquilar ao mesmo tempo o Clero, e a Nobreza.

Dizia pois o dicto Procurador da Corôa, que por este motivo he que elle se não tinha lembrado, nem servido de argumentos, deduzidos das nossas Côrtes, e principalmente das de Lamego, para nelles sustentar na Constituição Portugueza o direito da Camara dos Pares, e da necessaria intervenção d'ElRei na Legislatura. Vendo que este monumento ia remontar aos principios da Monarchia, e áquelles seculos, em que não havia perfeito conhecimento do Direito Publico Particular de cada huma das Nações, nem dos principios elementares da Organisação social, de que elle se deve deduzir, não queria derivar de huma fonte tão

---

mihi f. 216 = Amsterdam 1788. = E mesmo o uso, e prática deste Juramento pode entrar em dúvida; porque não tractão delle nem Zurita, nem Blanca, nem Argensola, nem Sayas, que erão Historiographos nomeados pelas Côrtes de Aragão para colligirem as Actas do Reino. Vid. Robertson dicta Introd. Nota 31.

Digitized by Google

impura os fundamentos, de que lançasse mão em abôno das suas doutrinas. Via nas dictas Côrtes perguntar-se a final pelo Procurador d'ElRei, se os *povos querião que ElRei fosse as Côrtes do Rei de Leão, ou lhe pagasse tributo, ou a alguma outra pessoa, alem do Papa, que o tinha feito Rei?* (a) E esta pergunta, suppondo tão errados conhecimentos de Direito Publico, na excepção relativa ao Papa, em quem reconhecia a authoridade de fazer Reis, e de ter por esse motivo Reinos tributarios, fazia-lhe considerar semelhante Documento, como improprio para base das suas doutrinas sobre a Constituição de Portugal nos dias, em que vivêmos.

Se isto assim não fosse, dizia o dicto Sr. Thomé P. da V., que não careceria de ter recorrido aos principios, de que lançou mão, ou seja para persuadir a Legislatura composta tambem de huma Camara de Pares, em que entrassem os Grandes Ecclesiasticos, e Nobres, ou seja para sustentar que o Rei devia ser huma parte integrante do Corpo Legislativo, não podendo haver Lei alguma, sem que por elle fosse authorisada: por quanto huma, e outra cousa podia ser plenamente sustentada com as expressas clausulas, que se achavão nas dictas Côrtes de Lamego.

Ellas começão, quando se tracta de Legislação, dizendo que o Sr. D. Affonso Henriques, depois de ter recebido do Arcebispo de Braga a Corôa, que se lhe poz na Cabeça, como insignia da Authoridade Real; e depois de ter louvado a Deos, como causa dos triumphos, de que lhe viera o Reino, accrescentára = *E por quanto, me fizestes vosso Rei, façamos agora Leis, por meio das quaes a nossa terra viva em paz* = ao que havião todos respondido: = *assim o queremos, Senhor, e nos agrada estabelecer as Leis, que vos parecerem bem, estando nós com nossos filhos, filhas, netos, e netas promptissimos para vos obedecermos.* = Não pode haver mais authentico testemunho do pleno reconhecimento, que os Portuguezes fizerão do Poder Legislativo na Pessoa do Rei. O Sr. Rei D. Affonso Henriques

(a) Vultis, quod Dominus Rex vadat ad Cortes Regis de Leone, vel det tributum illi, aut alicui personæ for Domini Papæ, qui illum Regem creavit.

Digitized by Google

mostrou querer a intervenção dos Vassallos alli congregados, em quanto á Legislação, na frase =*façamos Leis*=: mas a resposta he, que se fizessem *as que lhe agradassem, que elles, e seus successores estavão promptos a obedecer:* e se da parte do Rei houve contemplação com os Vassallos, em quanto ao Poder Legislativo, da parte destes apparece a mais plena obediencia, e o reconhecimento, de que da sua Real vontade he que elle havia de depender. (*a*)

E continuando o texto das Côrtes, diz-se *que ElRei chamára os Bispos, e os Nobres, e os Procuradores das Cidades, e Villas, e que elles acordárão de começar pelas Leis da Successão do Reino, e que fizerão as seguintes.* E mais abaixo = *Os Bispos, e os Nobres fizerão as Leis desta forma* (*b*). De maneira que a intervenção do Clero, e da Nobreza no Legislativo não se pode reconhecer mais plenamente, de que o foi nas dictas Leis fundamentaes da Monarchia.

Se pois houvessemos de recorrer ás primitivas Instituições do Reino, ellas virião sem dúvida em confirmação do Plano, que temos proposto; dividindo a Legislatura em duas Camaras, n'huma das quaes entrassem os Grandes Ecclesiasticos, e Seculares, sendo indispensavel depois das suas resoluções a authoridade d' ElRei, para que ellas se houvessem de ter como Leis. O Sr. Thomé P. da V., depois de ter exposto os seus sentimentos sobre a Organisação da Legislatura na Constituição Portugueza, passou a fallar do Executivo. Este pertence ao Rei na Monarchia pela natureza della; mas seu parecer era, como já tinha dicto, que lhe devia competir inteiramente sem diminuição alguma,

---

(*a*) Constituamus leges, per quas terra nostra sit in pace. Dixerunt omnes: Volumus, Domine Rex, et placet nobis constituere leges, quas vobis bene visum fuerit, et nos sumus omnes cum filiis, filiabus, neptibus, et nepotibus ad vestrum mandare....

(*b*) Vocavit citius Dominus Rex Episcopos, viros nobiles, et procuratores, et dixerunt inter se, faciamus in principio leges de hæreditate regni, et fecerunt istas sequentes.....

Et Episcopi, et Nobiles fecerunt leges de isto modo.

Digitized by Google

assim, e da mesma sorte, que se lhe attribuia na Constituição Ingleza.

O Rei d'Inglaterra goza dos seguintes Direitos, que se considerão como prerogativas da Corôa, e que refere como taes de Lolme Constit. de l'Angleterre Liv. 1. Chap. 4.

I. A primeira prerogativa do Rei tem por objecto a administração da Justiça. E neste Artigo 1.° Elle he a fonte de todo o Poder judiciario; e o Chefe de todos os Tribunaes; os Juizes são considerados como seus substitutos; todos os Actos judiciaes se fazem no seu nome, as Sentenças devem levar o seu Sello, e ser executadas pelos seus Officiaes. 2.° Por huma ficção da Lei, elle he considerado como universal Proprietario do Reino, em consequencia do que se tem como directamente interessado em todos os delictos, sendo elles por isso no seu nome accusados, e punidos perante os Tribunaes. 3.° Compete-lhe o direito de agraciar, isto he, de perdoar a pena, que por sua instancia foi imposta.

II. A segunda prerogativa do Rei he, ser elle a fonte de todas as honras, isto he, o distribuidor de todos os titulos, e dignidades, em virtude do que cria os Pares, e confere todos os Cargos assim nos Tribunaes, como fora d'elles.

III. O Rei he o Superintendente do Commercio; regula os pezos, e as medidas; tem privativamente o direito de Cunhar a Moeda Nacional, e de permittir o curso da Estrangeira, como muito bem lhe parecêr.

IV. He o Súpremo Chefe da Igreja: e nesta qualidade nomêa os Bispos, e Arcebispos, e convoca a Assemblêa do Clero, a qual he formada em Inglaterra pelo modêlo do Parlamento. Os Bispos compõem a Camara alta: os Deputados das Dioceses, e dos Cabidos particulares a Camara baixa: e o consentimento do Rei he necessario para a validade das resoluções, competindo-lhe tambem o direito de prorogar, ou de dissolver a Convocação.

V. He Generalissimo nato de todas as Forças de mar, e terra, tendo privativamente a authoridade de levantar tropas, de apparelhar navios de guerra, de construir fortalezas, e de nomear todos os Postos de Força armada.

VI. Relativamente ás Nações Estrangeiras he o Repre-

Digitized by Google

sentante, e o Depositario de todo o Poder, e de toda a Magestade Nacional: despacha, e recebe os Embaixadores, contracta as allianças, tem o direito de declarar a Guerra, e de fazer a Paz com as condições, que lhe parecerem convenientes.

VII. Finalmente, e isto parece fazer o remate das suas prerogativas, he huma maxima fundamental, *que o Rei não pode fazer mal;* o que não significa, nem pode significar, que isso seja impossivel, e que elle seja impeccavel, mas sim que está inteiramente livre de toda, e qualquer accusação perante os Tribunaes, e que a sua Pessoa he sagrada, e inviolavel.

Todas estas prerogativas tinhão os antigos Reis de França, se exceptuarmos unicamente, o que pertence á Supremacia da Igreja, de que se tracta no Artigo IV.

Por isso J. F. Dauray de Brie na sua *Theorie des Loix Sociales* Liv. 3. Chap. 12. sustenta que a antiga Monarchia Franceza era hum Governo da mesma natureza, que o da Grã-Bretanha, tendo o Rei em ambos os Estados a plenitude do Poder Executivo, e sendo parte integrante do Legislativo, com hum *Veto* illimitado, de maneira que ainda sendo unanimes os Corpos Representativos, isto he, o Parlamento em Inglaterra, e os Estados Geraes em França, suas resoluções não tinhão effeito algum, sem que a ellas accedêsse a Authoridade Real.

A Constituição de Hespanha de 1812, no §. 170, e seguintes attribue ao Monarcha todos aquelles Direitos, que na Inglaterra fazem as prerogativas da Corôa, na forma dicta. Dá-lhe de mais a iniciativa, ou proposição das Leis no §. 171, n.° 14, o que na Inglaterra não compete ao Rei (1); e nos numeros 4.° e 6.° faz dependente das Pro-

(1) Elle pode recommendar em geral ao Parlamento a consideração d'este ou d'aquelle objecto público, mas não propôr Lei alguma: e merece vêr-se em de Lolme o Liv. 2. Chap. 4. que tem este titulo = *Troisieme avantage particulier au governement anglais. Le pouvoir de proposer des Loix, mis entre les mains du peuple:* sendo notavel, que esta prerogativa se conceda ao Rei na Constituição Hespanhola, quando na Inglaterra, o não gosar d'ella o Monar-

Digitized by Google

postas do Conselho d'Estado a nomeação dos Magistrados de todos os Tribunaes Civís, e Criminaes, e a apresentação de todos os Bispados, Dignidades, e Beneficios de Padroado Real (2): nos numeros 7.° e 13.° em quanto á concessão

---

cha, se contempla como a terceira grande vantagem, que tem a favôr da liberdade o Governo Britanico. Este não confunde as duas partes essenciaes do Governo, o Legislativo, e o Executivo: cada hum delles occupa o lugar, que lhe compete, sem que hum se vá baralhar com o outro, d'onde necessariamente ha de resultar a confusão, e o desarranjo na machina politica, não caminhando as suas duas rodas na orbita, que lhe he competente, sem encontrar estorvos. De Lolme acaba o dito Capitulo desta sorte. *Era pois absolutamente indispensavel, que na Inglaterra fossem as cousas arranjadas na maneira, em que o forão. Se as molas do Poder Executivo são hum deposito sagrado, que existe na mão do Rei, as do Poder Legislativo são outro deposito não menos sagrado, que existe nas duas Camaras: quando se tracta de pôr estas em movimento, o Rei torna-se immovel, da mesma sorte que todos os outros o devem ser, quando se tracta das prerogativas da Corôa: quando elle está no Parlamento, deixa á porta todo o seu Poder, e não tem o orgão da voz para dizer outra cousa, que não seja, sim, ou não. Se huma massa tal, qual he o Poder Real, podesse obrar activamente no Corpo Legislativo, este seria bem depressa desarranjado.*

(2) Estes artigos são por sua natureza competentes ao Executivo. O Conselho d'Estado por sua natureza, e mesmo pela força da palavra, inculca hum Corpo, que não tem deliberação, mas somente a voz de aconselhar, ficando pertencendo a authoridade de resolver áquelle, de quem he Conselheiro. Attribuir pois ao Conselho d'Estado o direito de fazer Propostas, he converte-lo em hum Tribunal da Administração publica, separado do Rei, quando este ha de ser o seu Presidente nato, como Chefe do Estado, de que elle he o Conselho. A mesma Constituição de Hespanha no §. 236 lhe chama *o Conselho do Rei, cujo dictame ha de ouvir nos assumptos graves do Governo:* e aqui vai ella sem inverter a natureza da cousa; porque não lhe attribue

**

Digitized by Google

de honras, e distincções, e em quanto ao perdão dos delinquentes accrescenta, que o Rei se conformará nisso com

---

senão o interpôr a sua opinião, o que manifesta que sobre ella compete a resolução ao Rei, como lhe agradar, á vista dos pareceres, que tiver ouvido, e das razões, em que elles se fundarem. As nomeações referidas nestes numeros 4.° e 6.° são certamente huns destes assumptos graves, nos quaes por consequencia o Rei deveria ouvir os pareceres do Conselho; e isto bastava, para que elle não devesse fazer as Propostas, sobre as quaes ao depois não poderá ser Conselheiro. Se esta occasião fosse propria para isso, nós nos demorariamos a notar a confusão, em que ficão as cousas nos termos dos referidos §§.; visto que no dicto n.° 4.° se dá ao Rei a nomeação dos Magistrados de todos os Tribunaes Civis, e Criminaes, segundo a Proposta do Conselho d'Estado, e no n.° 5.° o provimento dos Empregos Civís sem necessidade desta Proposta. Ora: no titulo 5.° da Constituição, em que se tracta da administração da Justiça no Civil, e no Criminal, deixa-se vêr que nem todos os Magistrados hão de pertencer a Tribunaes, havendo muitos fora delles, e a estes parecia referir-se o dicto n.° 5.°, quando tracta do provimento dos Empregos Civís. Mas no §. 237 já se usa de outra frase differente, da que se acha no dicto n.° 4.°, dando ao Conselho d'Estado a Proposta para o provimento =*das praças da judicatura*=, e esta differente frase comparada com a do dicto n.° 4. faz necessariamente entrar em dúvida, se este n.° 4.° se deve ampliar por aquelle §. 237, ou se este §. se deve restringir por aquelle n.°: e ambiguidades destas não devem deixar-se na Legislação, e muito mais na Legislação Constitucional, se nella se não quizer mesmo hum fóco para tendencias, e luctas entre os Corpos do Governo, para evitar as quaes he que serve huma Constituição. Tambem, se fosse competente este lugar, fariamos as nossas considerações, sobre o que pertence á Proposta dos Beneficios do Padroado Real, que sendo proveniente de convenções, ou concessões Ecclesiasticas ha de ser exercitado na fórma por ellas prescripta, huma vez que o Systema do Direito Ecclesiastico a isto relativo não depende inteiramente da authoridade das Côrtes de Hespanha, para ser

Digitized by Google

as Leis (3): e no n.° 3.° em quanto ao direito de declarar a guerra, e de fazer, e ratificar a paz, obriga o Rei a dar depois conta circumstanciada nas Côrtes a esse respeito, o que nada parece limitar o dito Poder.

---

alterado; nem convenha fazer isso, para evitar a esta Monarchia os embaraços, que já se vírão por tantó tempo na França por iguaes motivos, e que derão causa a tantos posteriores concordatos, e a tantos encontros com o Chefe da Igreja Catholica, que se declara a dos Hespanhoes no §. 12 da Constituição, e á qual se promette protecção. Mas isto tudo fica reservado, para quando fizermos a nossa miuda analyse da dita Constituição, e de cada hum dos seus artigos.

(3) Este = *segundo as Leis* = he huma clausula, não só ociosa, mas viciosa: porque o Executivo não he só nisto, mas em tudo o mais, que deve ir conforme as Leis naquillo, em que as houver. Na nossa opinião tambem nas Monarchias, que se chamavão absolutas, o Rei se deve conformar com as Leis, que existirem, sendo a differença, que nós constituimos entre huma, e outra destas duas especies de Governo, que na Monarchia limitada o Rei não he a Legislatura, e na absoluta tem esta unida com o Executivo: tendo por tanto no segundo caso a faculdade de revogar a Lei, quando quizer, e sendo só em razão disso, que se pode, bem que impropriamente, dizer não sujeito ás Leis. Mas na Constituição de huma Monarchia limitada, ou em todos os artigos pertencentes ao Executivo se deve pôr esse = *segundo as Leis* =, ou em nenhum delles, para que não pareça, que ha cousas, em que o dicto Executivo se pode separar das Leis. Na Constituição de Hespanha não vemos artigo algum, que limite ao Rei, nem o Poder de dar honras, e distincções, nem o de perdoar; e achando-se no §. 172 as restricções da Authoridade Real, nenhuma vem, que seja a isto relativa. Por tanto nós por agora entendêmos, que ao Rei mesmo na Constituição Hespanhola pertencem estes dous direitos sem restricção alguma. Na Inglaterra ha casos, em que ao Rei está coarctado o direito de perdoar, sendo hum delles, quando algum Inglez he de facto enviado prezo para a Escocia, Irlanda, Jersey, Guer-

Digitized by Google

Pode pois dizer-se, geralmente fallando, que todas estas tres Constituições concordão em dar ao Rei todo o Poder Executivo; não tendo feito a de Hespanha nesta parte senão enreda-lo, e prejudicialmente, com algumas palavras vagas, e deslocadas, que podem ser motivo de futuras inquietações. O tempo o mostrará.

O Sr. Thome P. da V. porem, ou fosse pelas velhas prevenções Nacionaes, ou pelo seu consumado saber, não achava a noviça Constituição Hespanhola, como hum modélo, de que os Portuguezes se houvessem de servir, com preferencia á experimentada sabedoria da Constituição Ingleza; e repetia muitas vezes, que Portugal não estava para com a Hespanha na mesma proporção da principiante Roma com a illustrada Grecia, para que fosse mendigar della huma Constituição: não podendo, nem querendo persuadir-se, que deixasse de haver muitos Portuguezes capazes de conhecerem os defeitos da dicta Constituição Hespanhola, e de fazerem para Portugal outra, que fosse muito superior áquella no seu merecimento.

Entre as duas partes, que constituem o Governo, ha huma essencial differença, relativamente á sua influencia na pública prosperidade, e vem a ser, que esta ganha em estar dividido o Poder Legislativo, e perde nas divisões do Executivo, carecendo de que este sempre se ache junto. Os fins diversos, a que se dirigem estes dous Poderes, são, os que produzem esta differença. O Legislativo tracta de estabelecer os preceitos, e as regras; o Executivo tracta de as fazer praticar: o primeiro representa o Conselho, o segundo representa a Força: naquelle a divisão entre os diversos Corpos, que para elle concorrem, promette mais madu-

---

nsey, ou para qualquer outro lugar além do mar, assim nos Estados sujeitos ao Rei, como nos outros, que o não são. *Commentarios de Blackstou*, *Liv.* 4. *Cap.* 8., e *M. de Lolm. Const.*, *de L'Angleterre Liv.* 1. *Chap.* 13. *no fim.* E não duvidâmos, que se possa em algum caso restringir essa faculdade ao Rei: mas ha de ser necessaria huma Lei para isto com a intervenção Regia, conforme a parte que lhe competir no Legislativo; e, em quanto não a ha, esse seu direito he illimitado.

Digitized by Google

ra consideração, e mais acerto; e nesta a divisão produz a fraqueza no Todo, e a guerra entre as suas diversas partes.

A divisão no Poder Executivo não pode deixar de introduzir no Estado opposições de facto, e mesmo violencias entre as diversas partes, que entrão no dicto Poder. Cada huma dellas, pela natural condição dos homens, ha de querer adiantar-se na authoridade, invadindo mesmo a que pertence ás outras partes; destas ha de necessariamente esperar-se a defesa: e, estando entre ellas dividido o Executivo, a cada huma ha de acompanhar sua porção da força pública, sem a qual aquelle seria enorme, e nullo. E d'aqui virá infallivelmente o emprego da força contra a força, e as dictas vias de facto, e violencias. Todos os dias vêmos acontecer isto mesmo entre os diversos Poderes Publicos subalternos, e com tanto mais graves consequencias, quanto elles em mais distancia do Chefe do Estado exercitão a sua authoridade. Esta circumstancia difficulta a promptidão do remedio, de que no dicto caso depende a pública tranquillidade. Assim temos visto o Poder Militar luctando com o Civil, e os Magistrados huns com outros, empregando cada hum o uso da força, que tem na sua mão. E, se houverem dous ou mais Supremos Poderes Executivos em consequencia daquella divisão, ha de entre elles acontecer o mesmo, e com a unica differença, que naquelle caso as vias de facto, e as violencias poderão achar hum termo na voz do Chefe do Estado, e no emprego da sua maior authoridade; e que no segundo, faltando este Superior, hão de ellas caminhar até que hum Poder supplante o outro. E acontecendo isto, ficando pela força destruida a Organisação politica no Governo Executivo, elle se constituirá fora das Leis, e opprimirá tambem o Legislativo. He pois evidente que a divisão no Executivo he no meio da Sociedade Civil hum manancial de contestações violentas, acompanhadas com a força, e que conduzem á usurpação de todo o Poder, á ruina da Constituição.

Não succede outro tanto nas divisões do Poder Legislativo, quando o Executivo está delle separado (a). Nesse

(a) Deve-se notar isto. Porque se o Executivo está reunido ao Legislativo, ou se este pode empregar aquelle, en-

Digitized by Google

caso as *disputas todas*, como diz excellentemente de Lolme Const. de L'Anglat. Liv. 2. Chap. 3. *reduzem-se a opposição de principios, e de intenções: todas ellas tem por campo de batalha as regiões moraes. e por armas o querer ou não querer: Vozes a favor, ou contra: hum sim, ou hum não.*

O Estado nada soffre com taes discussões; e no fim da lucta todo o resultado he, ou o triumpho a favor de hum projecto, ou a sua rejeição. E no primeiro caso a disputa dará mais probabilidade sobre a conveniencia da Lei, e no segundo não fará mais, do que desviar naquella occazião o dicto projecto, que poderá noutra ser renovado, e triunfar.

E por isso conclue sabiamente o dicto de Lolme = o *effeito da divisão no Poder Executivo he, ou huma intestina guerra continua, ou mais, ou menos prompto triunfo do direito do mais forte; e o effeito da divisão no Poder Legislativo he, ou afinar com a verdade, ou ficar em inacção. Por consequencia deve ter-se como regra geral que, para que hum Estado seja estavel, he necessario, que o Poder Legislativo esteja dividido: e que, para que elle seja tranquillo, he indispensavel que o Executivo se ache reunido.*

E nada mais he preciso, do que isto, para se ter por defeituosissima toda a Constituição Monarchico-Representativa, que não der ao Rei o Executivo inteiramente, e que o dividir por este, ou por aquelle modo, fazendo participar delle estas, e aquellas pessoas; por quanto huma tal Organisação tende por sua natureza a privar de tranquillidade o Estado, o que he contrario aos principaes fins sociaes.

Acresce porem, que a manutenção da Liberdade pública pede igualmente a unidade no Poder Executivo, isto he, o Estado fica mais seguro, e em melhores circumstancias para conseguir que o Executivo não exceda os seus limites, estando elle unido na Pessoa do Rei, do que achan-

---

ião as suas divizões, e disputas terão os mesmos pessimos effeitos, que resultão do Poder Executivo dividido: mas esse mal não vem de estar o Legislativo dividido: provem de estar o Executivo confundido com o Legislativo.

Digitized by Google

do-se dividido; consideração esta, que he da primeira importancia, e que como tal a reputa de Lolme no L. 2, C. 2.

Nos Estados, diz elle, *em que o Executivo he cometido a diversas mãos, e a cada huma dellas, com differentes titulos, e prerogativas; esta divisão, e a mobilidade das medidas, que della resulta, não deixa vêr muitas vezes a verdadeira causa dos males públicos; e no meio da perpetua variação de cousas nenhum principio se fixa, e os melhores se tornão inuteis. Humas vezes são os Tribunaes Militares, que invadem, e se attribuem todo o Poder; outras os Consules; outras os Patricios, outras os Nobres; e a tyrannia vem humas vezes dos Decemviros, e outras dos Dictadores. A tyrannia em taes circumstancias nem sempre derruba as barreiras levantadas para a conter; mas inutilisa-as frequentemente, saltando por cima dellas: quando a julgão limitada em hum lugar, ella de repente apparece noutro; não he tornando-se invencivel, que ella zomba dos esforços do povo, mas sim fazendo, com que se lhe não dê attenção; agarrada pelas braços de Hercules, escapa-se com os artefícios de Prothéo.*

Mas em Inglaterra a indivisibilidade do Poder Executivo, e a sua grandeza previnem constantemente os erros do povo, dirigindo sempre as suas vistas, e os seus esforços sobre hum, e o mesmo objecto; e a permanencia deste Poder faz então ella mesma, com que tambem sejão permanentes, e regulares as cautelas para o conter....

Para reduzir tudo a duas palavras; o Poder Executivo em Inglaterra he illimitado, mas isto mesmo adverte, e acautela os outros, e d'aqui resulta, ficar elle sendo sempre qual era; elle tem muitos recursos, mas são conhecidos; e como he o attributo indivisivel, e inalienavel de huma só pessoa, todas as outras de qualquer ordem, que sejão, se achão realmente interessadas a conté-lo nos limites, que lhe são prescriptos.

Não será com effeito possivel que alguem em boa fé deixe de reconhecer o pezo destas considerações. Quando se acha unido todo o Poder Executivo no Throno, que ninguem espera occupar, por maior, que seja o lustre de sua pessoa, nenhum pessoal interesse existe em algum dos Cidadãos, para desarranjar a machina social, que consti-

Digitized by Google

tue o Governo. Como não ha quem tenha vistas em subir ao Throno, deixa de haver quem se empenhe para accrescentar a sua authoridade: e como não ha quem espere apropriar-se alguma parte do Executivo, no exercicio de algum Emprego, a que ella pertença, deixa tambem de haver quem tracte de o usurpar. E estendendo-se a sua força sobre todos os Cidadãos, cada hum delles será hum vigia zelosissimo, para que a Authoridade Real não exceda os seus limites, d'onde podia originar-se a sua pessoal oppressão. E será o resultado destas combinações manter-se ella, qual fôr marcada na Constituição, já por falta de auxiliadores para o seu engrandecimento, já por falta de invasores das suas prerogativas.

Suponhamos porém agora, por hum pouco, que o Poder Executivo não está todo na mão do Rei, mas que alguma parte delle se acha confiado a huma outra Authoridade, ou Magistrado: consideremos, o que se deve esperar neste caso, relativamente á tranquillidade pública, e á estabilidade da Constituição. Esse, ou esses Empregos, que tem alguma parte do Executivo, hão de ser occupados pelos Cidadãos, e muitos delles terão sempre em vista occupa-los, quando chegarem a vagar. Todos estes serão pois outros tantos interessados em engrandecer, quanto poderem, a parte do Executivo, unida a esses Empregos, a que elles aspirão, e farão constantemente huma guerra para usurpar as Prerogativas da Corôa, a fim de attribuir alguma parte dellas ao exercicio, que confião será algum dia seu. E assim teremos ameaçada successiva, e perpetuamente a estabilidade da Constituição na parte do Executivo attribuida ao Rei, e com muita probabilidade, passando-se de usurpação em usurpação, ha de chegar-se ao ponto de se annular, ou ao menos atravancar consideravelmente a authoridade do Throno, privando-o da força, de que carece para o bem do Estado; e tanto mais quanto mais extensos forem os limites da Monarchia: por quanto, como escreve muito discretamente Mr. de Brie Theor. des Loix Social. Liv. 3. Chap. 8. *a Lei das proporções, esta lei, que faz propria das grandes nações a magestade da Monarchia, e pequenos Estados, as formas Republicanas, exige tambem que a authoridade de hum Monarcha seja mais extensa,*

Digitized by Google

que a de hum Archonte, de hum Prytanes, e de hum Doge.

Erão estes Magistrados, os que tinhão o Poder executivo em Athenas, Corintho, Veneza, e Genova, Estados muito pequenos, e por isso a elles se attribuia sem inconveniente o dicto Poder mais limitado, do que compete ao Rei da Grã-Bretanha, e do que he necessario competir aos Monarchas, principalmente nas Nações maiores; e he muito facil de conhecer a razão da differença. He lei geral, que as forças tanto diminuem no seu effeito, quanto são empregadas em maior distancia do fóco, de que dllas partem, e de que lhes vem a actividade; e em consequencia disto tanto mais crescidas devem ser na sua origem, quanto mais dista della o ponto, a que se dirigem. O Poder Executivo pois, quando tem de obrar sobre hum pequeno territorio, pode ser mais limitado, do que no caso, em que tem de chegar muito longe, por ser extenso o Corpo a elle sujeito. Se então he na origem huma muito pequena força, que impulso poderá dar, sendo empregada ao longe? Nenhum, ou quasi nenhum; e em razão disso, se o Poder Executivo em huma Monarchia extensa for limitado, faltando-se á Lei das devidas proporções, elle será nullo para os fins, a que se destina, e nao poderá servir para sustentar a execução das Leis em toda a extensão della: e o Legislador, que organisar assim Constituições, procederá tão indiscretamente, como o Official de Artilheria, que empregar balas de calibre d'oito para aquelle serviço, a que somente poderem chegar, as que forem de calibre de trinta.

Continuar-se-ha.

Considerações do Velho Liberal sobre as suspeitas, conjecturas, e supposições, Critica, Filosofica, Politica, e Juridicamente consideradas, ou seja para servirem de base á credibilidade dos homens, ou seja para os dirigir nos seus procedimentos Criminaes, e nas suas deliberações Politicas. Continuado de fol. 487.

No decurso da Revolução Franceza, como vimos, começou o moderno uso da Juris-Prudencia das *Suspeitas*, e dos procedimentos contra *Suspeitos*: e tem havido quem o

***

Digitized by Google

pertenda sustentar n'huma cousa, a que tambem modernamente se tem dado o nome de Governo Revolucionario. Elle com effeito he novo em Politica, e deve-se aos Jacobinos da França nos tempos de Marat, Danton, e Robespierre, quando, exercitado todo o Poder arbitrariamente pelos dous *Comités de Saude Publica*, e de *Segurança Publica*, se quiz dar a esta forma de administração hum nome, que illudisse os Povos. Chamou-se depois aquelle *Governo Revolucionario*, para se não dizer a tyrannia de Marat, de Danton, de Robespierre, de S. Just, etc. etc. como lhe chamaria Tacito, Montesquieu, e outros Politicos da velha escola. Os termos entretanto envolvião a maior contradicção, de que se pode fazer idéa. Em Politica chama-se *Revolução* aquella crise dos Estados, que altera o seu Todo politico; e ella consiste sempre ou em desapropriar da suprema administração Publica as mãos, que a exercitavão, transferindo-a para outras, ou em conserva-la nas mesmas; porém de muito diverso modo. He huma metamorphose, em que o Corpo Politico deixa de ser o que era d'antes, e passa a ser huma outra cousa: morre a anterior ordem Publica, e apparece huma outra. Esta crise, o momento da metamorphose, he a Revolução: em quanto ella subsiste não ha Governo: o antigo espirou, o novo ainda não nascêo. Então impera sómente a força Real, que em todas as Nações reside sempre, e essencialmente na multidão por aquella lei geral dos numeros, estabelecida pelo Auctor da Natureza, segundo a qual cem em todo o tempo hão de ser mais do que dez.

Não existe a força moral, que substitue, e comprime aquella força real. Em quanto existe o antigo Governo, não ha ainda a Revolução, por isso mesmo que elle existe; depois que apparece o novo, deixa de haver a Revolução, por isso mesmo que este já apparecêo. A Revolução pois em Politica designa a operação rápida, que altera o Governo, o momento que passa entre a morte de hum, e o nascimento do outro. E como o Estado entretanto se reduz ao cáhos, de que o havia tirado a Organisação civil, imperando sómente a força Real, e mais a multidão, todas as desordens são naturaes, e inevitaveis effeitos destas crises. Todos os Direitos acabarão, porque elles acabão sempre,

Digitized by Google

quando só impera a força real; por quanto nestes termos o Direito he o do mais forte, o que não he Direito. Unir pois estas duas palavras *Governo Revolucionario* he juntar em huma frase idéas, que se destroem; a Revolução destroe o Governo, e o Governo destroe a Revolução.

Quando pois quem Governa subsequentemente ás Revoluções quer caminhar do mesmo modo, que se marcha no seu curso; quer que a sua vontade seja a unica Lei, que a sua força seja o unico Direito, que he o que apparece naquellas crises exercitado pela multidão, para se não dar o nome de Despota, e de Tyranno, que designa o que elle faz, intitula-se Governo Revolucionario. He huma mascara, com que se cobre a Tyrannia, e o Despotismo; he hum artificio para illudir com palavras a multidão quasi sempre disposta para ser enganada com ellas. E os termos: "*Con-*"*junctura, em que a rapidez da execução he quasi sempre* "*o unico meio de assegurar medidas extraordinarias, me-*"*didas de providencia necessaria;*" e todas as outras parallelas, de que se faz uso frequentemente para justificar procedimentos por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos*, equivalem ao uso da fraze *Governo Revolucionario* na boca de Danton, e de Robespierre: são mascaras para cobrir o uso da vontade, e mais da força, de quem impera, sem sujeição ás Leis. Entre tanto he hum absurdo em Politica fazer com que *o estado de Revolução* seja em tempo algum *estado de Instituição.*

Por tanto: a abominação não está nas palavras de *Governos Revolucionarios*, mas sim nas acções abominaveis, que se praticão; e sempre que se praticarem algumas analogas áquellas, de que lançou mão o Governo Revolucionario da França, estabelecendo a Jurisprudencia, que justifica os procedimentos contra *Suspeitos*, ha de apparecer a abominação, que acompanhou este. E em que consiste esta abominação? Naquillo, que Montesquieu escreve no lugar acima trasladado a respeito dos tempos de Tiberio, "*em* "*desapparecer a liberdade nas festas, a confiança nos Pa-*"*rentes, a fidelidade nos Escravos: em ser a amizade* "*hum precipicio, a ingenuidade huma imprudencia; a* "*virtude huma affectação: em se exercitar a tyrannia á* "*sombra das Leis, servindo de afogar os desgraçados aquel-*

Digitized by Google

"*la mesma táboa, que elles tinhão buscado para salvar-*
"*se.*" Quando aos bens da Sociedade Civil se substitue tudo isto, existem sempre Governos abominaveis, como os que se dizem *Revolucionarios*. Tiberio não estava em Revolução, mas como seguia as doutrinas, contra que temos declamado tanto, para vêr em beneficio da humanidade se as fazemos detestar por todos os homens, como tinha a politica de *proceder contra Suspeitos, e por Suspeitas*, dêo causa a que o seu Imperio fosse pintado com as negras cores, que Montesquieu empregou para o retratar.

Não erão Governos *Revolucionarios* os que em Roma precedêrão a Sergio Galba; e com tudo elles forão tão abominaveis, como os que se chamão taes na forma dicta. Erão Governos em que, para me servir das mesmas palavras de Tacito no Liv. 1.° da Historia: « *A nobreza, as riquezas, as honras acceitadas, e tambem as recusadas, tudo isto era Crime, e a Virtude huma infallivel causa para soffrer a morte.* » *Os premios dos delatores igualmente invejados, que as suas maldades, por quanto huns subião ao Sacerdocio, e ao Consulado, como se fossem os despojos das suas Campanhas; outros se fazião Senhores do influxo na pu-*
» *blica administração, para fazerem tudo, e destruirem tu-*
» *do o que lhes agradava. Suscitavão-se já pelo odio, e já*
» *pelo medo os escravos contra os seus Senhores, os Patro-*
» *nos contra os seus Libertos, e erão opprimidos pelos seus*
» *amigos aquelles, a que faltavão inimigos.* »

Para que o Governo degenere em Despotismo basta que o Crime de Lesa Magestade seja vago, diz Montesquieu no Espirito das Leis, Liv. 12 Cap. 7.°, tendo anteriormente referido, que as Leis da China impunhão a pena de morte a todo aquelle, que faltasse com o respeito ao Imperador: e que, como ellas não definião o que fosse faltar com o respeito ao Imperador, tudo podia servir de pretexto para tirar a vida a quem se quizesse: e succede outro tanto necessariamente, quando se julgão bastantes para justificar os procedimentos politicos, e criminaes as palavras *Suspeitos, e Suspeitas* mais vagas ainda, se he possivel, do que o Crime de Lesa Magestade sem ser definido. Nós não temos, nem inventado as doutrinas, que trasladâmos, nem sonhado as Historias referidas: tudo se acha nos respeitaveis

Digitized by Google

Escriptores, que apontâmos; e muito estimaremos, se delas vier algum beneficio á humanidade.

Os procedimentos, ou sejão Politicos, ou Criminaes por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos*, forão sempre, e são essencialmente as notas caracteristicas, e os mais evidentes symptomas das duas mais graves enfermidades da Sociedade Civil; a saber: *a Anarchia, e o Despotismo.*

A Multidão, naturalmente propensa para o maravilhoso, que lhe explica a origem de todos os successos, sem que lhe faça falta o conhecimento das suas causas naturaes; suspeitos á proporção da sua ignorancia, sendo por isso como quem marcha com os olhos tapados, que teme encontrar precipicios de hum, e de outro lado: muito facil de illudir, mesmo por este seu caracter suspeitoso, que lhe faz desconfiar de tudo: e sempre orgulhosa, e amiga de ostentar o seu Poder, principalmente contra as classes superiores da Sociedade Civil, que ella costuma olhar com inveja: a Multidão, quando impera, tem huma natural tendencia para os procedimentos contra *Suspeitos, e por Suspeitas.*

A supposição das traições he para ella huma muito cómmoda arte, que lhe descobre a causa de todos os acontecimentos: o seu caracter desconfiado dá-lhe a mão para conduzi-la a acreditar facilmente nas perfidias, e nas tramas, que se lhe representão: os que se querem aproveitar das suas commoções para as dirigir em seu proveito, ou que a desejão lisongear para se salvarem do perigo dos seus furores, huns, e outros lhe apresentão aquelles seus fantasmas, esperando os primeiros ganhar com a dicta apresentação, e os segundos defender-se: e ella caminhará sempre arrebatadamente apoz dos mesmos fantasmas, já pela sua natural ferocidade, já pela ostentação do Poder, com que sempre se regosija.

A Multidão, por tanto, em todas as suas crises anarchicas, ochlocraticas, e revolucionarias, ha de necessariamente fallar muito em *Suspeitas*, ha de vêr *Suspeitas* a cada momento, e ha de Sacrificar infinitos innocentes, que por estas preoccupações julgará desleaes á Causa, que ella Sustenta. As suas *Suspeitas* serão vagas, e indeterminadas, como todas as idêas da Multidão; factos inteiramente innocentes, palavras da mesma natureza, e até as cogitações at-

Digitized by Google

tribuidas aos outros, e attribuidas em consequencia dos mais equivocos signaes, e das mais falliveis conjecturas, tudo isto lhe servirá de motivo, para ella suspeitar, e perseguir. Chimeras, sonhos, e fantasmas serão a materia dos seus raciocinios; ella olhará tudo isto como realidades; os signaes mais arbitrarios, e indeterminados, hão de ser o objecto das suas interpretações; e ella, a Multidão ignorante, supersticiosa, e inteiramente cega, será o mestre da Lei, que ha de desenvolver estes arcanos, e decifrar estes mysterios. Não he possivel que em algumas outras circumstancias esteja tão arriscada, como nestas, a Liberdade civil!

O Governo da Multidão he a tyrannia popular, e por isso *o Despotismo* he acompanhado destas mesmas propriedades, que acabâmos de mostrar inherentes á Anarchia. A usurpação do Poder, *ou o abuso d'elle*, enche de medo aos Despotas: o seu medo produz nelles as desconfianças, e as *Suspeitas;* estas originão os Delatores; o Crime de Lesa Magestade, e de inconfidencia vago; os procedimentos arbitrarios, e tyrannicos. Elles não sabem de quem hão de suspeitar, mas a sua consciencia lhes dicta, que devem ser aborrecidos, e ter quem os aborreça, e suspeitão de todos, e sempre, porque nunca chegão a persuadir-se, que elles poderão grangear, e merecer o amor, e affeição dos outros.

No Suspeitoso he sempre aonde está a doença: em o Despota se corrigindo de maneira, que se não julgue elle mesmo a si á execração do genero humano, elle despedirá logo os Delatores; abolirá os Juizos, e as Devaças de inconfidencia; nem terá *Suspeitas*, nem perseguirá *Suspeitos*. Foi isto, o que succedêo a Nerva, a Trajano, aos dous Antoninos; porque estavão naquelle estado de saude, a que os Despotas não poderão chegar nunca, sem que deixem de o ser. Pelo contrario Syla, quando usurpou a Dictadura, para sujar todo o territorio Romano com o sangue dos que elle proscrevia como *Suspeitos*, e por *Suspeitas*, estabelecêo pela primeira vez entre os Romanos, *que os Denunciantes em caso nenhum poderião ser castigados*, isto he, ainda mesmo, quando fossem calumniadores; promessa, que fizerão tambem, e que cumprírão os Tiberios, os Neros, e os Caligulas. (Veja-se Pollet. Hist. For. Rom. Lib. 1.

Digitized by Google

Cap. 2.) e que hão de fazer, e cumprir até ao fim do mundo todos os Governos, que forem *Suspeitosos*, e sempre pelos mesmos motivos.

Desta sorte os Estados apresentão quadros mui semelhantes em ambos os dous extremos politicos; no periodo *da licença, ou da summa liberdade;* e no periodo da escravidão, ou da inteira suspensão da mesma liberdade. E estes signaes são tão sensiveis, e caracteristicos que, apenas elles apparecem em qualquer Nação, o Medico Politico nenhuma dúvida tem de afirmar logo que nella domina, *ou a Anarchia, ou o Despotismo.*

Oh! que admiravel quadro se não offerece aos nossos olhos, e aos olhos de todos, observando a conducta de hum Governo não *Suspeitoso*, procedendo quando se lhe apresentão *Suspeitos*. Sirva esta digressão de honrar a humanidade, sirva de adoçar os horrorosos sentimentos, que devemos ter excitado em nossos Leitores com a materia tractada até agora. He de Roma, e dos tempos de Cicero, que nós vamos buscar a nossa agradavel scena para brindar os nossos Leitores, adoçar a sua sensibilidade, e excitar a sua gloria de serem homens, conhecendo o que elles podem ser, pelo que já tem sido.

Roma estava ameaçada: huma Facção interna conspirava contra a sua existencia politica: ella tractava já com os Legados estrangeiros, a fim de excitar contra a Republica os Gallos. O Consul foi informado da perfidia: fez surprender os Legados na sahida; as cartas lhes forão aprehendidas, e juntamente os seus Guias. Os mais illustres Cidadãos de Roma, despertados com este rumor, acodem pela madrugada ás casas de Cicero. As cartas trazião os Sinetes, que designavão de quem erão, *integris signis;* diz o mesmo Cicero no §. 3. de Catilin. 3.ª; que he o nosso texto neste lugar: achárão-se nas mãos dos Legados dos inimigos, que sahião da Cidade, de noite, armados: quando forão surprendidos, estes lançárão mão das armas para evitarem o serem apanhados, e foi preciso aos Romanos brigar com elles para os prenderem — *educuntur et ab illis gladii, et a nostris* — dicta Orat. Cap. 2. Que vehementes indicios!

E por acaso bastárão elles, para que o Consul man-

Digitized by Google

dasse prender aquelles, que se reconhecião os auctores das cartas pelos seus Sellos? Não. E que lhe aconselhão os outros Varões Consulares, que concorrêrão a casa delle? Que obrasse com toda a circumspecção — *Ne si nihil esset inventum, temere tantus tumultus civitati a consule injectus videretur. Tomai cuidado, oh Consul! não precipiteis vossos passos! não succeda dizer-se de vós, que fosteis o réo de se alborotar a Cidade, e o Povo, se acaso se não verificar isso, que vós suspeitais!* Que grande sabedoria não apparece nestas poucas palavras? Que grande lição para todos os que se acharem á testa da direcção dos Negocios públicos em tempos de crises, como aquella de Roma?

Continuar-se-ha.

No dia 29 do corrente nos foi entregue debaixo de hum Sobrescripto, que trazia o nosso nome, hum Impresso com o titulo = *Carta de hum Amigo Provinciano escripta ao seu Correspondente em Lisboa, na qual se refuta a Doutrina do* 1.° *Artigo da Fé Politica do Velho Liberal:* = e sendo nossos desejos satisfazer promptissimamente com a resposta, que tinhamos a dar á dicta muito bem escripta Carta, temos o maior sentimento, que se houvesse começado já a impressão do Jornal, que ha de sahir no dia Terça feira 3 de Outubro; porque, se isto não foss, dedicariamos o Jornal d'esse dia á mencionada resposta. Ella pois fica reservada para o Jornal do dia Quinta feira 5 de Outubro, agradecendo desde já ao seu Auctor o dar-nos huma occasião de desenvolver melhor nossas idêas áquelle respeito, na certeza de que nenhuma dúvida teriamos de mudar de opinião, ainda que não fossemos a isso conduzidos por Escriptor tão sensato, como mostra ser o Auctor da Carta, se razões nos fossem apresentadas, que nos podessem mover a isso.

O Velho Liberal.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.

Com Licença.

Digitized by Google

ANNO DE 1826 OUTUBRO 3.

O VELHO LIBERAL.

N.º 14.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Considerações do Velho Liberal sobre o resultado das actuaes circumstancias Politicas de Portugal, continuadas do N.º 13. fol. 505.

Se lançarmos os olhos sobre as Constituições dos Estados, que, ciosos da Liberdade, pertendêrão defendê-la por meio da divisão do Executivo em diversas mãos, havemos de achar que todos elles ou sacrificárão mais depressa, e mais gravemente a mesma Liberdade, ou para a salvar forão obrigados a recorrer a arbitrios barbaros, e inteiramente oppostos aos fins sociaes.

Nas Republicas Gregas foi preciso recorrer á Lei do Ostracismo, fazendo expatriar os Cidadãos, que pelo gráo de virtude, e de consideração pública, a que havião chegado, fazião recear que viessem a dominar a Patria. Para conservar a Liberdade, ellas carecião de se privar dos seus melhores ornamentos! Carecião de honrar a virtude, como se costuma castigar o crime! Se nellas o Executivo estivesse reunido de maneira, que não fosse possivel attentar contra elle, nem usurpa-lo, como acontece na Grã-Bretanha, nem terião necessidade de alongar de si os mais benemeritos Cidadãos, nem darião ao Universo o espantoso exemplo de maltractar o merecimento.

Na Republica Romana era muitas vezes preciso recorrer a hum Dictador, em cujas mãos se reunia hum Poder

*

Digitized by Google

illimitado, superior a todas as Leis, sobre a vida, sobre os bens, e sobre a fortuna de todos os Cidadãos; sendo necessario recorrer a este remedio por falta de haver na Constituição o Executivo em tal força, qual se requeria para a salvação do Estado. A divisão pois do Poder Executivo em diversas mãos, em vez de sustentar entre os Romanos a Liberdade, conduzia frequentemente ao exercicio de hum Poder despotico, isento de todas as Leis. E jámais se recorreria a elle, se houvesse hum Executivo reunido, como se acha em Inglaterra na pessoa do Rei, e que lhe désse toda a força para acudir a quaesquer perigos do Estado. As virtudes Romanas fizerão por muito tempo, que este defeito Constitucional não trouxesse a ruina da Republica; mas quando ellas faltarem, como faltão em todas as Nações modernas, apparecerão todos os dias Syllas, que tornem perpetua a Dictadura, sem a generosidade, que elle teve, de desistir della hum dia, por impulsos da sua livre vontade: ou, para me explicar d'outra sorte, em lugar de Syllas apparecerão todos os dias Cesares, que se apropriem a dominação, sendo preciso os punhaes dos Brutos, e dos Cassios, isto he, huma Revolução, para que se recupere a Liberdade.

Temos outro semelhante exemplo no Governo de Veneza, que acabou nos nossos dias, e que Bielfeld (1) considerava o mais bem arranjado, e como hum grande modêlo de Politica, pela distribuição dos Poderes, e pela justa proporção, que nella se tinha guardado. Com effeito: em nenhuma outra Constituição vimos jámais tão repartido o Poder Executivo, e reconhecemos ser isto dirigido pelos Venezianos, a fim de salvarem inteiramente a sua Liberdade, de que elles erão extremosamente ciosos. Mas a que os conduzio este meio empregado para se conservarem livres? A' necessidade do seu Conselho dos Dez, *deste Tribunal terrivel, que exercita hum cruel rigôr sobre todos os desgraçados, que se lhe fazem suspeitosos, e que emprega todos os meios de fazer acabar aquelles, que lhe causão sombra. Eis-aqui as maximas fundamentaes deste Conselho = Não só se não devem perdoar em caso algum os crimes d'*

(1) Inst. Polit. P. 3. Chap. 7. §. 13.

Digitized by Google

Estado, mas he indispensavel castigar até as apparencias d'elles = He hum grande crime ser suspeito ao seu Principe = Se em todos os outros casos a Sabedoria manda acreditar menos do que apparece; pelo contrario, he preciso acreditar mais do que se vê, quando se tracta de segurar a quietação do Estado = Importa pouco fazer huma injustiça aos particulares, quando d'ahi resulta proveito ao Publico = He impossivel governar hum Estado, sem fazer injustiça a pessoa alguma = He necessario acabar com aquelles, que se começou a maltractar, em consequencia de suspeitas falsas, para que não succeda que o resentimento os obrigue depois a serem criminosos para se vingar. =

Pode-se julgar, á vista destes principios, o extremo de desgraça, a que se chega, sendo conduzido diante deste Tribunal, no qual se não admitte Advogado para defender a Causa, nem se dão a conhecer os accusadores, nem se atrevem a interessar pelo Réo os seus mais proximos parentes, por maior credito que tenhão, receando fazerem-se nisso mesmo suspeitosos. Noutro tempo o Tribunal fazia as suas execuções muito amiudadamente pelos crimes d'Estado, entre as Columnas de S. Marcos: mas hoje o Decemvirato, para não desacreditar a Nobreza no espirito do Povo, que se julgaria governado por malfeitores, se visse todos os dias decapitar, ou enforcar Réos, serve-se de supplicios, que dão menos nos olhos. Os punhaes, e as submersões nocturnas no canal Orfano, são os meios, por que elle faz desapparecer, a miude, hum Nobre, hum Cidadão, hum Estrangeiro, que lhe dá cuidado, ou que he accusado, ainda que seja injustamente. Por mais odiosas, que pareção semelhantes maximas, por mais affinidade, que ellas tenhão com as do Tribunal da Inquisição, he constante com tudo que este Conselho dos Dez tem contribuido muito para a conservação da Republica, e está demonstrado que ella não subsistiria sem este Collegio temivel. Na verdade: quando se pensa que, se nos tempos de Mario, de Sylla, de Cesar, e de Pompêo, houvesse em Roma hum Tribunal semelhante, seria provavel que esta Republica não tivesse jámais degenerado em Monarchia, he inevitavel conserva-lo, e manté-lo em seus direitos.

A Republica sustenta hum grande número de espias,

Digitized by Google

para ser informada de tudo o que se passa, e para descobrir as tramas mais finas, e mais occultas. Ellas são pessoas de toda a idade, e de toda a condição, que ninguem conhece, e que se introduzem em todas as companhias, de maneira que ninguem está certo de não ter a seu lado quem o haja de atraiçoar, o que necessariamente espalha a desconfiança entre todos. Os parentes não confião entre si, ninguem abre a bôca sobre materias, que directa ou indirectamente tenhão relação com o Governo; e a maxima de fallar somente em cousas indifferentes acha se convertida em habito. Os Estrangeiros principalmente obrão com discrição, não se informando dos negocios do Estado, e não fazendo sobre elles, nem o menor juizo. Suspeita-se mesmo dos louvores, parecendo que elles annuncião vistas occultas, e huma dissimulação estudada. He verdade que o salario de tantos espias consome consideraveis sommas, mas a Republica poupa por esse meio a despeza de huma numerosa Guarnição, que lhe seria precisa para refrear as sedições.

O segundo meio, que emprega o dicto Tribunal para descobrir o primeiro germen das Conspirações, he o que se chama = o segredo = *Ella tem na praça de S. Marcos, e no Palacio Ducal leões de bronze, cuja bôca aberta serve para receber as cartas, os bilhetes, e os avisos, ou sejão anonymos, ou assignados, sobre quaesquer Conjurações, que se tramem contra a Republica: e logo que hum Nobre, ou hum Cidadão he accusado por esta maneira, elle he espreitado pelos espiões, que indagão todas as suas acções, que o seguem por toda a parte, e que dão huma inteira conta de sua conducta. Todas estas precauções tornão difficillima a communicação com os Nobres Venezianos, e com os outros naturaes do Paiz, sendo muito trabalhoso penetrar os Negocios do Estado. Os Embaixadores Estrangeiros são principalmente Suspeitos; e só vencendo mil difficuldades, e mil embaraços conseguem alcançar as noticias, que desejão: porque parece que ahi se tracta sempre com mudos, e que se falla somente por enigmas.*

Eis-aqui a maneira, por que se era livre em Veneza, em consequencia dos desvélos a favor da Liberdade, e d'essa muito bem arranjada divisão, e distribuição do Executivo,

Digitized by Google

tão gabada por Bielfeld, cujas palavras trasladámos de proposito mais extensamente, do que seria preciso, para que este Quadro se comparasse com as vantagens de hum tal Governo, por elle mesmo enunciadas. Entendêmos porem que he mais discreto Montesquieu (1) quando diz, que *o Governo ahi para se sustentar carece de meios tão violentos como o da Turquia, sendo boa prova os Inquisidores do Estado, e a caixa, em que qualquer delator pode a todo o instante deitar em hum bilhete a sua accusação.* Entendêmos que a sabedoria desta conducta, a bem da Liberdade, merece a censura de Marcial Epigr. 80 Livro 2.

Hic rogo, non furor est, ne moriare, mori?

Entretanto o Executivo entregue ao Rei na Grã-Bretanha, como temos dicto, tirando todo o perigo de usurpações, e das tramas intestinas, dirigidas a esse fim, faz desnecessarios aquelles cuidados Venezianos; e os Inglezes não carecem de se entregarem á tyrannia, para com o seu auxilio conservarem a Liberdade.

D'onde nascêrão os diversos resultados, que a Historia nos faz vêr entre Annibal, Cesar, e o grande Duque de Malbrugh, achando-se todos nas mesmas circumstancias? O General Carthaginez, á testa dos Exercitos da sua Nação, continuou a guerra contra a vontade, e contra as ordens do Senado. O General Romano praticou o mesmo nas Gállias; e, quando o Senado se resolvêo a mandar-lhe depôr o Commando, elle tomou a deliberação de passar o Robicon, e opprimio a Republica com o Poder Militar, que estava debaixo das suas ordens. O General Inglez, nas mesmas circumstancias dos outros, rodeado de Generaes, á frente de hum Exercito victorioso, e entre Alliados, com o auxilio dos quaes sustentava huma Campanha, que sempre lhe tinha sido feliz, assim que recebêo ordem do Rei para se dimittir, nenhuma dúvida teve em a executar. Aonde he que a Liberdade estava mais defendida, e mais segura? Entre as divisões do Poder Executivo de Carthago, e de Roma, ou com a união d'elle na Pessoa do Rei da Grã-Bretanha? Malbrugh sabia que os Officiaes e Soldados do seu Exercito, preoccupados pela Constituição a favor da

(1) De L'Esprit des Loix Liv. 11 Chap. 6.

Digitized by Google

Prerogativa Real, não se prestarião jámais a obedecer-lhe contra as ordens do Rei: elle sabia que este mesmo espirito dominava toda a Nação, e que ella se conspiraria toda para sustentar o Poder Real. Eis-aqui o resultado do Executivo reunido na Pessoa do Rei d'Inglaterra, e da opinião, que isso produz. Isto evita que haja hum Annibal sustentando a guerra contra a vontade d'aquelles, a que devia obedecer; ou hum Cesar indo opprimir a sua Patria, e dictar Leis áquelles, de que lhe cabia recebe-las.

A Dinamarca tinha ha pouco mais de hum seculo huma Constituição, em que o Rei era electivo, e em que havia Estados Geraes, estando o Poder Executivo repartido entre o Rei, e o Senado. Este abusou logo do seu Poder, para usurpar ao Rei, o que lhe competia, e conseguio-o, favorecido pela Nobreza, a cujos interesses se fez favoravel, não tendo o Rei a força necessaria para o contêr, em razão do Executivo dividido, meio porque se tinha querido limitar a Authoridade Real. O Senado fez-se então igualmente odioso ao Rei, ao Clero, e ao Povo; e o que resultou foi que, reunindo a oppressão os opprimidos, os Estados de 1660 destruírão a Authoridade do Senado, e derão então ao Rei hum Poder despotico. A Nação entregou-se a huma raiva cega contra os seus inimigos; e para os humilhar, não contente de se carregar de cadêas, parecêo empenhar-se em se querer até privar de todos os meios de recobrar a Liberdade. E se os costumes não tivessem feito, com que o Rei deixasse de ousar tudo, quanto podia, a Dinamarca teria de facto passado a hum Governo despotico; e deveria isto á divisão do Poder Executivo entre elle e o Senado, meio pelo qual se tinha procurado refrear o Rei. Na Inglaterra, pelo contrario, não tem sido possivel jámais que as duas Camaras, nem separadas, nem juntas, tenhão podido usurpar parte alguma das Prerogativas Reaes, e tem desviado da Inglaterra acontecimentos, como aquelle da Dinamarca, conservando-lhe a sua Liberdade. As dictas Camaras determinão tudo, mas não executão nada; não podem pois nas suas deliberações ter nunca em vista accrescentar hum Poder, de que ellas hajão de usar. Ellas fazem as Leis, mas immediatamente apparece hum outro, que as ha de executar: ellas põem os tributos, mas imme-

Digitized by Google

diatamente apparece hum outro, que os ha de empregar, e dispôr d'elles: ellas suspendem o *Habeas Corpus*, mas immediatamente apparece hum outro, que ha de usar do Poder, que d'ahi resulta: ellas pois decretão tudo, e não executão nada do decretado, antes os seus Membros ficão sujeitos á execução das suas mesmas deliberações: e isto produz necessariamente hum estorvo, para não emprenderem usurpações do Poder Real, e faz com que ellas sejão cautelosas sobre aquillo, que resolvem, visto que d'ahi não ha de nascer Authoridade alguma, que hajão de exercer, mas sim huma, a que seus Membros hão de ficar sujeitos; e tudo isto se deve á união do Executivo na Pessoa do Rei.

Na França, em nossos dias, todas as suas Constituições pelas divisões do Executivo se tornárão de tal maneira insubsistentes, que rapidamente se succedêrão humas ás outras, tendo huma existencia tão curta, que se pode dizer de todas, que a sua morte se unio com o seu nascimento. Em nenhuma d'ellas se pode verdadeiramente descobrir, aonde he que residia o Poder Executivo, ou o Poder Governante, isto he, aquelle, d'onde havia partir o impulso, que fizesse regular o movimento do Todo: nenhuma d'ellas tinha o Poder Executivo, que fosse bastante para fazer executar as Leis, e para impedir as usurpações, que se fizessem á Authoridade Executiva: e a facilidade, com que Luiz XVI foi deposto, julgado, e condemnado, mostra evidentemente, em quanto á primeira Constituição da França, que n'ella o Monarcha não tinha nem o Poder necessario para defender a Monarchia, nem o preciso para salvar a sua Pessoa. E que Liberdade derão aos Francezes semelhantes Constituições? Elles passárão de tyrannias em tyrannias, até acharem a sua fortuna no Consulado, e no Imperio de Buonaparte, a quem os Corpos Representativos da Nação servião somente para a enfeitar, e fazer mais pomposos os seus Senatus-Consultos, e as suas Leis. Entretanto, a Inglaterra com a reunião do Executivo no seu Rei, conserva a Liberdade pública, não por mezes, mas por annos, e por seculos, sem que elle tenha podido jámais opprimi-la.

Temos pois, como infallivel, que só a reunião do Poder Executivo na Pessoa do Rei em as Monarchias Representativas he que pode fazer estavel a sua Constituição, des-

Digitized by Google

viando d'ellas o gravissimo mal de continuos choques de Poder contra Poder, de força contra força, que as inquietem sempre, trazendo-as no meio de dissensões civís, até que huma força maior sobresáia, que supplante as outras todas, e que, estabelecendo hum Governo pela força, seja inteiramente oppressivo da Liberdade pública, e tal, qual aquella o quizer instituir. Sempre que faltar a dicta união do Poder Executivo, hão de repetir-se as scenas, que de Florença descreve Machiavel no Liv. 3. da sua Historia.

Nós tivemos, diz elle, *primeiramente os Buondelmontes, e os Hubertos, depois os Donatos, e os Cerches; temos hoje os Diccis, e os Albizis, e por todos elles nos temos combatido, e nos combatemos: Quando noutro tempo os Gibelinos forão opprimidos, entendéo cada hum que os Guelfos satisfeitos quererião viver tranquillamente: mas não acontecéo isto: dentro de pouco tempo elles se dividirão em as duas facções dos Brancos, e dos Negros. E quando os Brancos chegárão a ser anniquilados, levantárão-se novos partidos, e começárão novas perturbações. Brigava-se humas vezes a favor dos expatriados, outras vezes erão as luctas entre a Nobreza, e o Povo. E finalmente para entregarmos a outros, o que nem sabiamos, nem queriamos possuir tranquillamente, sujeitámos nossa Liberdade já ao Rei Roberto, já a seu Irmão, já a seu Filho, e por fim ao Duque d'Athenas; não nos fixando, nem acommodando jámais com algum Governo, como quem não sabia nem gosar da Liberdade, nem soffrer a escravidão.*

E semelhante será a sorte de todas as Nações, em que a divisão do Poder Executivo der lugar, a que se desenvolva a ambição dos particulares, tendo em vista apropriar-se do dicto Poder, ou de alguma parte d'elle. As Sociedades Civís são de longo tempo conhecidas; os homens dotados das mesmas paixões, e de balde se procurará hoje tentar experiencias sobre a Organisação Politica, que as lições do passado não ensinem a classificar logo, ou como acêrtos, ou como desvarios.

O Sr. Thomé P. da V. pois, desenvolvendo assim as suas idêas relativas ao Poder Executivo nas Constituições da Monarchia Representativa, confiava muito na sabedoria, e nas luzes dos Portuguezes, e tinha como indubitavel que

Digitized by Google

elles jámais se desviarião de unir todo aquelle Poder na Pessoa do seu Rei, para não ficarem expostos ás successivas disputas intestinas sobre a occupação d'elle, ou d'alguma parte d'elle, como de Florença nos deixára escripto o citado Historiador. E persuadido disto julgava felicissimo o exito das actuaes circumstancias Politicas de Portugal.

Nenhuma reacção, dizia elle, *se pode temer entre os Portuguezes; todos ficarão satisfeitos, vendo-se o Clero, e a Nobreza considerados na Camara dos Pares, e com intervenção no Corpo Legislativo, para não recearem a anniquilação dos seus Direitos; vendo-se a outra parte da Nação com a sua Camara dos Deputados, que ella mesmo ha de eleger, segundo a confiança, que lhe merecerem seus Concidadãos, e dependendo d'ella a Legislação, e os Tributos, e a garantia dos seus individuaes direitos de Liberdade, e de Propriedade; seguros huns de não serem opprimidos pelos outros, e todos de terem na sua união huma poderosa barreira, que os livre do Despotismo., mutuamente contentes da sua Regeneração Politica não terão outros sentimentos, que não sejão dirigidos á concordia, e á doce consolação de hum futuro agradavel, que lhes faça esquecer os passados males. E S. Magestade conservado em o exercicio de todo o Poder Executivo, que fará a Prerogativa da sua Corôa; vendo-a tanto mais segura para si, e para a sua Augusta Dynastia, quanto he manifesto que em cada huma das Camaras ha de achar apoio a Authoridade Real contra quaesquer usurpações, que se lhe pertendão fazer, para que nem triunfe a Democracia, nem a Aristocracia, que são os dous inimigos, de que ella se pode temer inteiramente, S. Magestade, digo, não poderá deixar de annuir muito cordealmente á huma Constituição, que, segurando seus Reaes Direitos, promette vantagens para os seus Vassallos, que são a sua familia Europea, o berço dos seus Augustos Maiores, e que tão evidentes testemunhos lhe tem dado d'amor, e de fidelidade.*

O Velho Liberal, transportado de summa alegria, parecendo-lhe vêr effeituada sobre estas bases entre Portugal, e o Brasil a concordia, que erão todos os seus desejos, ia a fazer hum esfôrço para abraçar o respeitabilissimo Procurador da Corôa, a que devia tanta consolação, quando,

Digitized by Google

despertando do somno, reconhecêo que estava só, e que hum lisongeiro sonho era a origem de todas as suas esperanças. Assentou porem comsigo de as transmittir aos seus Portuguezes, entre os mais vivos desejos de que elles se conduzão nas suas actuaes circumstancias, de maneira que as venhão a verificar. E com este mesmo fim vai continuar ainda mais hum pouco estas suas Considerações.

A Monarchia Representativa exige 1.° a separação dos Poderes Legislativo, e Executivo: 2.° que aquelle seja dividido em duas Camaras, huma das Ordens distinctas do Estado, e outra dos Deputados Nacionaes: 3.° que os Membros da primeira transfirão hereditariamente a sua Dignidade: 4.° que na segunda esteja a Iniciativa sobre os Tributos: 5.°, que o Legislativo se não attribua parte alguma no Executivo: 6.° que este seja inteiramente confiado ao Rei: 7.° que elle no Legislativo tenha somente o direito de impedir, mas seja com tudo assim mesmo sempre huma parte integrante da Legislatura. Era tambem sobre estas bases que se devia estabelecer a Constituição Portugueza, segundo as idêas, que temos referido, como a nós communicadas pelo Sr. Thome P. da V., *que em tudo era discreto*, como seu illustre contemporaneo, o nosso Padre Antonio Vieira testifica na Arte de Furtar, Cap. 38.

Para darmos porem mais peso ainda ás doutrinas referidas, julgâmos conveniente trasladar alguns períodos de Montesquieu no seu Espirito das Leis Liv. 11 C. 6. a fim de se conhecer, que ellas concordão inteiramente com as idêas deste outro Liberal, que *descobrio os perdidos titulos do genero humano, e que lhos restituio*, segundo a fraze de Mr. de L'Harpe.

Não he necessario, diz elle, *que os Representantes, alem de receberem d'aquelles, que os elegerão, hum Mandado geral, tenhão outro particular relativamente a cada hum dos Negocios, como se pratica nas Dietas de Alemanha. He certo que, tendo este, se poderia dizer mais exactamente, que elles erão a expressão da voz Nacional: mas isto conduziria a delongas infinitas, faria as resoluções dependentes de cada hum dos Deputados: e nas occasiões de mais urgencia hum caprixo poderia suspender toda a força da Nação....*

Digitized by Google

As antigas Republicas tinhão quasi todas hum grande defeito nas suas Constituições, e vinha a ser, que o Povo tinha direito de tomar resoluções activas, e que exigião execução, cousa de que elle he inteiramente incapaz. Elle deve entrar no Governo só para eleger os seus Representantes; empreza, que está muito ao seu alcance: por quanto, ainda que poucas pessoas ha idóneas para classificar exactamente o gráo da capacidade dos homens, com tudo cada hum delles he capaz de saber em geral, se aquelle, que escolhe, he mais illustrado, do que a maior parte dos outros.

O Corpo Representante pois não deve ser escolhido para tomar alguma resolução activa, ao que elle não satisfaria bem; mas sim para fazer as Leis, e para vêr se se tem executado as que elle tiver feito, objectos estes, a que elle, e sómente elle pode completamente satisfazer.

Ha sempre nos Estados pessoas distinctas, ou pelo seu nascimento, ou pelas suas riquezas, ou pelas suas honras: mas se ellas fossem confundidas entre o Povo, não tendo senão a mesma voz que elle, a Liberdade commum viria a fazer a sua escravidão, não tendo elles interesse algum para a defender, porque todas as resoluções serião tomadas em seu desproveito. Ellas pois devem ter na Legislatura huma parte proporcionada ás outras vantagens, que tem no Estado: e isto acontecerá, quando fizerem hum Corpo, que tenha direito de suspender as emprezas do Povo, assim como este tambem o ha de ter para suspender as suas.

Por tanto, o Poder Legislativo deverá ser confiado ao Corpo dos Nobres, e ao Corpo dos Representantes Nacionaes, os quaes terão as suas Assembléas, e as suas deliberações separadamente, assim como tambem se achão separadas as suas vistas, e os seus interesses.

O Corpo dos Nobres deve ser hereditario. Elle o he por sua natureza: mas, além disso, he necessario fazê-lo assim mais interessado em conservar as suas prerogativas, as quaes são por si mesmo odiosas, e que por isso estarão sempre em grande perigo n'hum Estado livre.

Mas como hum Poder hereditario pode ser conduzido a olhar para os seus interesses particulares, esquecendo-se dos do Povo, he preciso que n'aquellas cousas, em que elle

Digitized by Google

poderia ser muito interessado a corromper-se, como he nas Leis sobre os Tributos, a sua parte na Legislatura seja limitada á faculdade de impedir, não comprehendendo nunca a outra de estabelecer.

O Poder Executivo deve estar nas mãos do Rei, porque esta parte do Governo, exigindo sempre huma acção momentanea, he mais bem administrada por hum, do que por muitos: ao mesmo tempo que aquillo, que depende do Poder Legislativo, he mais bem regulado por muitos, do que por hum só.

E se não houver hum Monarcha, e o Executivo fôr entregue a hum certo número de pessoas, tiradas do Corpo Legislativo, a Liberdade acabará; porque os dous Poderes estarão reunidos, tendo as mesmas pessoas algumas vezes, e podendo ter sempre parte em ambos elles...

Se o Poder Executivo não tiver o direito para estorvar as emprezas do Legislativo, este ha de tornar-se Despotico; porque, como tem na sua mão attribuir-se todo o Poder, que imaginar, destruirá sem dúvida todos os outros Poderes.

Mas não he necessario que o Poder Legislativo tenha reciprocamente a faculdade de suspender o Executivo; porque este tem mesmo por sua natureza os seus limites, e vem a ser inutil por isto o limita-lo: concorrendo tambem para isto o ser o seu exercicio sempre sobre cousas momentaneas. O Poder dos Tribunos de Roma era vicioso, porque elles não sómente suspendião o Legislativo, mas tambem o Executivo, o que causava grandissimos males.

Mas assim como em hum Estado Livre o Legislativo não deve ter direito para suspender o Executivo, tambem elle deve ter a faculdade para examinar como se tem executado as Leis, que tiver feito: e isto fará o Governo mais vantajoso do que o de Creta, e de Lacedemonia, aonde os Cosmos, e os Ephoros não tinhão quem olhasse pela sua administração.

Mas, seja qual fôr este exame, o Legislativo não deve ter nunca o Poder para julgar a pessoa, e consequentemente a conducta de quem executa. A sua pessoa deve ser sagrada, porque, sendo ella necessaria ao Estado, para que o Corpo Legislativo se não faça tyrannico, a Liberdade aca-

Digitized by Google

baria desde aquelle momento, em que o Executivo fosse accusado, ou julgado.

Faltando-se a isto, o Estado deixará de ser Monarchico, e passará a huma Republica, não livre. Mas como o Executivo não pode executar mal, sem ter Conselheiros perversos, que aborreção as Leis como Ministros, ainda que as favoreção, como homens, estes hão de estar sujeitos a accusações, e a castigos. E, sendo assim o Governo, se avantajará ao de Gnido, aonde a Lei não permittia chamar a Juizo os Amimonos (Magistrados, que o Povo escolhia annualmente), nem mesmo depois de acabada a sua administração, e aonde consequentemente o Povo não tinha meio para tomar conta das injustiças, que se lhe tivessem feito....

O Poder Executivo, como temos dicto, deve ter parte na Legislatura pelo seu direito de impedir, faltando-lhe o qual elle será bem depressa esbulhado das suas Prerogativas. Mas, se o Poder Legislativo se mette a participar tambem do Executivo, este será com a mesma facilidade anniquilado.

Se o Rei tem parte na Legislatura com faculdade activa, a Liberdade acabará. Mas, sendo necessario que tenha parte nella para se defender he indispensavel não lhe denegar o direito de impedir.

A causa, por que mudou o Governo de Roma, foi porque nem o Senado, que tinha huma parte do Executivo, nem os Magistrados, que tinhão a outra, gozavão da faculdade de impedir, como competia ao Povo.

Eis-aqui pois a Constituição fundamental do Governo de que fallâmos. Sendo nelle o Corpo Legislativo composto de duas partes, huma suspenderá a outra pela mutua faculdade, que lhe compete para o fazer: e ambas serão ligadas pelo Poder Executivo, que tambem o ha de ser pelo Legislativo.

Estes tres Poderes pois por estes seus choques conduzirão ao repouso, ou á inacção; mas como pelo movimento necessario de cousas ellas devem sempre caminhar, virá a ser o resultado caminharem com acôrdo, e como deve ser.

Não podendo o Executivo entrar na Legislatura, senão para impedir, elle não teria parte nos debates. Não

Digitized by Google

he necessario mesmo que elle proponha, porque tendo a faculdade de reprovar as resoluções, pode em virtude dellas impedir as decisões d'aquellas Proposições, que elle quereria que se não fizessem.

Em algumas Republicas antigas, nas quaes o Povo em massa debatia os Negocios, era natural que o Executivo lhos proposesse, e os debatesse com elle, e faltando isto não poderia evitar-se huma summa confusão nas resoluções.

Se o Executivo estabelece sobre os Tributos de outra sorte, que não seja pelo seu consentimento, não haverá Liberdade: porque elle passará a ser Legislativo, e na parte mais importante da Legislação.

Se o Legislativo estabelece não d'anno a anno, mas perpetuamente sobre os Tributos, arrisca-se a perder a Liberdade, porque o Executivo não dependerá mais d'elle; quando se tem hum direito perpetuo, he indifferente que elle venha mesmo da pessoa, que o exercita, ou que venha d'outra.

Trasladámos estes artigos deduzidos do Espirito das Leis, para mostrarmos que as idéas, que temos desenvolvido sobre os principios e bases, em que deve assentar a Constituição Portugueza, são conformes com as de Montesquieu, não podendo duvidar que isto concorra muito para lhes dar peso entre os nossos Portuguezes. A reputação deste sabio Politico, tão geral no mundo literario, não deixará de metter susto a todos os organisadores de Constituições, quando virem que nellas se desvião das suas Maximas. Ninguem lhe negou até ao dia d'hoje o amor do bem público, e o ardente desejo pela felicidade dos homens. Mr. d'Alambert no seu Elogio, que se acha no principio do 5. vol. da Enciclopedia, explica-se desta sorte.

O que porem está ao alcance de todos, lendo o Espirito das Leis, e o que por huma parte deve grangear para o Auctor a estima de todas as Nações, e pela outra bastaria para disfarçar quaesquer defeitos desta Obra, por grandes que fossem, he o espirito liberal, e de Cidadão, com que foi escripta. O amor do bem público, e o desejo de ver os homens felizes, nella apparecem em todos os seus artigos, e ainda que ella não tivesse senão este tão raro,

Digitized by Google

e tão precioso merecimento, nada mais seria preciso para a fazer digna de occupar a leitura dos Povos, e dos Reis.

E d'Alambert he hum voto muito respeitavel na Republica das letras, para que se deixe de fazer caso das lições sobre as Sociedades civís, dictadas por hum genio, que elle honrou desta maneira. Os mortos fallão sem paixão, não são addidos ás facções, que arrastão, e cegão os vivos muito frequentemente; aquelles pois devem servir-nos de guia com preferencia a estes, quando nos queremos dirigir ao bem, e olhar as cousas, e não as pessoas. E por isso talvez com as idêas de Montesquieu se união tanto as do Sr. Thomé P. da V., que tambem ha muito se acha fora deste mundo, e despido das affecções, que nelle fazem muitas vezes desfigurar as cousas.

Continuar-se-ha.

Considerações do Velho Liberal sobre as suspeitas, conjecturas, e supposições, Critica, Filosofica, Politica, e Juridicamente consideradas, ou seja para servirem de base á credibilidade dos homens, ou seja para os dirigir nos seus procedimentos Criminaes, e nas suas deliberações Politicas. Continuado de fol. 512.

Cicero, que era bom Juris-consulto, convoca o Senado; e nelle se tracta, e se examina tudo; e com que miudeza, com que profundos conhecimentos de Juris-prudencia? Elles constão do Processo, que se nos conserva na dicta Oração desde o Cap. 4. em diante: perguntão-se as testemunhas muito circumspectamente; confrontão-se humas com as outras; ouvem-se os réos, confrontão-se entre si, e com as testemunhas: e depois de todas estas diligencias, que punhão fora de dúvida até a possibilidade de se confundir a innocencia com o crime, e com as *suspeitas;* só depois disto he que se decretou a prisão dos *suspeitados*, e dos já *suspeitados* por tão vehementes indicios! Consta isto do Cap. 6. da mesma Oração. Roma salvou-se; o Consul fez immortal seu nome, e o seu Consulado: e nem ficou com os remorsos de ter procedido *contra mais suspeitos, ou me-*

Digitized by Google

nos suspeitosos, *ou mesmo contra innocentes*, nem carecêo de apologistas, que para defende-lo recorressem á *natural condição das cousas humanas* tão fora de proposito, como o tinha feito o Heróe da Mancha no dicto Cap. 18 da sua immortal Historia.

Roma tambem estava ameaçada por grandes perigos: a guerra civil, que pertendia accender Catilina, ha poucos dias retirado da Cidade, podia ser ateada pelos Conjurados, seus amigos, de hum momento para o outro; a sua correspondencia com os inimigos estava verificada pelas suspeitas mais vehementes, de que se pode fazer idêa; o Consul tambem era o incumbido da Vigilancia Pública; a salvação da Patria, esta Suprema Lei dos Estados, com que vulgarmente se cobrem em taes casos os que não são Ciceros, era igualmente o negocio de que se tractava; e por ventura, prevenia-se tudo isto com a prisão dos *Suspeitados*, sem que as *Suspeitas* se verificassem, e sem que por esse modo passassem de terceira para a primeira classe das provas artificiaes? De nenhuma sorte. E porque? Porque o Consul era quem elle era.

Que indicios tinha elle já contra Catilina, quando rompêo no Senado — *Quousque tandem abutere Catilina patientia nostra?* — *Até quando, ó Catilina, abusarás da nossa paciencia?* E que se julgou authorisado a fazer contra elle por esse motivo? Nada. Fallou diante delle; e, conservando-lhe a Dignidade Senatoria, expoz tudo quanto sabia a seu respeito na sua mesma presença. Que fazia nisto o Consul? Se as *Suspeitas* erão mal fundadas, dava ao *Suspeitado* a occasião de as destruir.

Se Cicero não fosse quem elle era; se quizesse perseguir innocentes; se quizesse seguir a tactica do Jacobino Danton, a fim de perder quem lhe agradasse, com o titulo de *Suspeito*, nós diremos o que elle faria naquelle caso dos Legados inimigos, que surprendeo sahindo de Roma com as cartas dos traidores: Em vez de seguir o Conselho dos respeitaveis Romanos, que lhe persuadírão toda a circumspecção, até se averiguar plenamente o negocio, para se não dizer que elle Consul era o mesmo, que ia tumultuar a Cidade; em vez de seguir este Conselho, deixava divulgar a noticia mal averiguada, dando assim occasião a que se le-

Digitized by Google

vantassem os boatos populares, e a que se inquietasse o Povo; passava a prender, ou a perseguir a quem quizesse sacrificar, e em vez de ir liquidar, e pôr a Causa em toda a luz, como elle fez no Senado, se alguma das suas victimas gritasse «*haja hum Juizo, examinem-se taes, e taes testemunhas, que podem illustrar estas ambiguidades, de que vos aproveitais; appareça o portador d'esta Carta, que vos chegou á mão; averigue-se com elle se me conhece, se eu o conheço — se alguma outra Carta recebêo de mim — eu vos explico mesmo esta, que vós me apresentais — se nas explicações, que eu lhe dou, são congruentes, ou não, podeis averigua-lo por taes, e taes pessoas, que vivem entre nós — em hum dia se chega a dissipar todas estas trévas — dai-me, ao menos, huma Certidão d'esta Carta, porque me quereis infamar — dai-me huma Certidão do que me perguntasteis a respeito della, e do que eu vos respondi.*» *Olhai que negar-me esta Certidão he fazer-vos, ó Consul, Suspeitoso de querer falsificar as vossas perguntas, e as minhas respostas — a não ser com este fim, nenhum outro pode haver, que vos conduza a não querer que eu tenha na minha mão hum instrumento d'aquillo, que entre nós passou.*»

Bem podião gritar d'esta sorte as victimas destinadas para o Sacrificio; não se havia de averiguar o negocio; e o Consul satisfaria a todas estas preces, dizendo, *que tudo se examinaria no outro mundo, ainda que ficassem neste as pessoas, que convinha ouvir; e que lá se passarião aquellas Certidões.*

E quem, sabendo esta historia, deixaria de dizer, ao menos, comsigo — «*Sim, tudo se saberá lá no outro mundo; mas basta-nos isto, que nós sabemos, para conhecermos que vós sois o Ministro da Justiça Danton, e que não sois Cicero.*» (a)

Eis-aqui pois os Creditos, com que pode contar na posteridade quem se desvia de seguir o caminho trilhado pelo Consul Romano; e quem adopta a Jurisprudencia, e mais

(a) Tudo isto, que parece huma hypothese, he huma historia verdadeira, e passada mesmo com aquelle, que a escreve.

***

Digitized by Google

a Politica dos procedimentos contra *Suspeitos*, e por *Suspeitas*.

E como vulgarmente se costuma pertender justificar os procedimentos por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos* com o Proverbio — *Salus populi Suprema lex est* — tudo deve sacrificar-se á Salvação da Patria — cumpre-nos mostrar, quanto mal applicado he o dicto Proverbio para com elle se cobrirem semelhantes atrocidades. E, para o fazermos conhecer assim aos nossos Leitores, trasladaremos em nossa linguagem as palavras do Juris-Consulto Inglez Jeremias Bentham, (Tom. 2. das suas Obras, pag. 286. Ediç. de París de 1802.)

Elle tracta neste lugar dos meios, que ha para justificar na Sociedade Civil os males, ou incómmodos causados a alguns Cidadãos: diz pois, que o segundo destes meios he — *a repulsa de hum mal maior.* E a este respeito accrescenta — « *He este o caso, em que se faz hum mal, para* « *prevenir outro maior: he a este meio de justificação, a* « *que se attribuem os ultimos recursos, de que se pode lan-* « *çar mão nas molestias contagiosas, nos assedios, nas fo-* « *mes, nas tempestades, nos naufragios.* Salus populi Su- « prema lex est. *Porém tanto mais grave he hum remedio* « *desta natureza, quanto mais he preciso, que seja eviden-* « *te a necessidade do seu uso. A maxima da Saude publica* « *tem servido de pretexto a todos os crimes. Para que este* « *meio de justificação seja admissivel, he necessario provar* « *tres pontos essenciaes. A certeza do mal, que se quer* « *desviar. A falta absoluta de outro algum meio. A effica-* « *cia infallivel d'aquelle, que se emprega. Nesta maxima he* « *aonde se poderia ir buscar a justificação para matar os* « *Tyrannos, se o Tyrannicidio podesse justificar-se em caso* « *algum, mas isto não he possivel. A Grecia gabou os* « *seus Timoliões, mas pode vér-se nas Convulções perpe-* « *tuas, que a agitárão, como a doutrina do Tyrannicidio* « *preenche mal o seu fim.* »

« *Ella serve somente para irritar hum Tyranno suspei-* « *toso, e para o fazer tanto mais feroz, quanto elle he mais* « *covarde. Succede acaso errar-se o golpe? As vinganças* « *são horriveis. Acertou-se elle? Em hum Estado popular* « *as Facções neste momento reassumem toda a sua violen-*

Digitized by Google

« cia, o Partido vencedor faz todo o mal, que elle podia « temer. Em hum Estado Monarchico o Successor espavo- « rido conserva hum profundo resentimento; e, se elle acaso « aggrava o jugo, a sua maleficencia he desfigurada diante « dos seus olhos por hum pretexto plausivel.»

« A penetração de Sylla descobre, segundo se diz, « mais do que hum Cesar em hum mancebo voluptuoso, cé- « lebre somente pelos seus deboches. Elle vê esconder o fogo « da mais ardente ambição com a moleza dos costumes mais « effeminados, e não encontra nestes prazeres dissolutos se- « não hum véo para esconder o projecto de captivar a sua « Patria. Acaso Sylla em virtude desta Suspeita *seria au- « thorizado para fazer matar a Cesar? Pois a hum assas- « sino para se justificar seria bastante declarar-se elle Pro- « feta? Hum impostor, em nome do Ceo, pertendendo ler « nos Corações, poderia sacrificar todos os seus inimigos por « crimes futuros! Com o pretexto de evitar hum mal se fa- « ria o maior de todos elles, anniquilar-se-hia a segurança « geral.»*

Eis-aqui a maneira de discorrer de hum bom Juris-Consulto, e de todos os outros, que merecem o mesmo nome! Os que porem não são Juris-Consultos justificão os seus procedimentos por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos* com o vago principio da *Salvação do Estado* — *da Saude Publica*, — sem a escrupulosissima attenção ás tres circumstancias, indispensaveis para se adoptar o seu uso, segundo a doutrina referida. Admitta-se a sua Politica, e a Sociedade Civil será inteiramente destruida. Nenhum Soberano estará tranquillo no seu Throno; Luiz XVI morreo no Cadafalso, porque assim o pedia a *Salvação do Estado*; e não houve ainda até o dia de hoje hum unico Conspirador contra o Governo estabelecido, que não sustentasse a sua justificação sobre esta mesma base. Todos os innumeraveis Francezes sacrificados por Danton, e pelos da sua escola, caminhárão á morte, porque o pedia assim a *Salvação do Estado*; e não houve ainda até o dia de hoje nem hum unico Tyranno, que deixasse de cobrir com este véo todas as suas tyrannias. Tal he pois o Afforismo Politico adoptado para sanctificar procedimentos por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos*. He aquelle mesmo principio, que expõe aos maiores peri-

Digitized by Google

gos todos os Governos, e mais todos os Governados! He aquelle mesmo principio, que destroe inteiramente a Sociedade Civil, porque entrega todos os Soberanos, e todos os Governos ao capricho das Facções; e por que entrega todos os Governados aos excessos da tyrannia!

Portuguezes, não adopteis estas vagas doutrinas, estes indeterminados Afforismos Politicos, cujas perigosas consequencias na prática nós vos acabâmos de representar. As vozes, que vo-los ensinarem, serão atraiçoadoras: tende sentido; olhai bem, que poderá vir hum dia, em que ellas mesmas enunciem, que a *Salvação do Estado* pede os vossos castigos, por factos identicos áquelles, porque fosteis applaudidos, como provenientes do mesmo vago principio, *a Salvação do Estado.*

Esta *Salvação* não pode nunca depender da falta da observancia das Leis. Se estas são feitas para a Salvação da Patria, como pode o seu despreso concorrer para o mesmo fim? Enganar-vos-hão todos os que vos procurarem conduzir para factos ochlocraticos, para a intervenção da vossa vontade individual, e da vossa força individual, em lugar da vontade, e da força pública, servindo-se deste vago principio *a Salvação do Estado*, cujo abuso está quasi connexo com o seu uso. Se em hum dia se vos representar hum alvoroto, a substituição da vossa força individual, em lugar da força pública, como sendo necessario para a Salvação do Estado, tendo-se-vos ensinado primeiro, que todas as regras cedem a este grande principio, vós caminhareis a todos os excessos, persuadidos do que obraes coherentemente com aquillo, que deveis. Mas ha de vir hum dia, em que se vos diga que a vossa applicação d'aquelle vago principio foi mal feita, que não era aquelle o caso de elle ter lugar, e vós sereis tractados como Réos, e castigados por aquillo mesmo, que tinheis por virtude. A mesma voz da *Salvação do Estado*, que servirá para vos conduzir aos vossos factos referidos, ha de servir depois tambem para pedir os vossos castigos.

Manlio Torquato Dictador mandou cortar a cabeça ao filho, que tinha vencido, mas que havia pelêjado contra as suas ordens = *Cui pater victori, et coronato collum securi abscidisse* = diz Plutarcho in Fabio. Ainda que o vencer

Digitized by Google

fosse util á Salvação do Estado, o pelêjar contra o preceito do General destruia a Disciplina Militar; e a Republica Romana perdia nisto mais, do que ganhava n'aquelle triunfo: lá virião muitas outras occasiões, em que empregando-se hum semelhante meio, com a esperança de vencer, como teve o filho de Torquato, se malograssem muitas emprezas, e se attrahissem sobre a Republica gravissimos desastres; como o meio empregado era muito susceptivel de abuso, não se quiz deixar impunido, nem quando tinha sido notoriamente util n'aquelle caso particular. O mesmo devemos dizer da justificação de procedimentos arbitrarios, ou sejão politicos, ou criminaes, fundados unicamente na regra = *Salus populi &c.*, porque ella he mais susceptivel de abuso, do que de bom uso, e convem por isso que seja inteiramente reprovada.

Ainda porem no caso, em que esta Maxima se admitte com as circumstancias referidas por Bentham, seu uso sómente he permittido ou aos Soberanos, quando Superiores ás Leis pela Constituição, ou áquelles, a quem as mesmas Leis o concedem. De maneira que seu uso nunca jámais compete a quem he subdito ás Leis, quaes são todos os Cidadãos, senão quando estas o confião a algum d'elles. Ser sujeito ás Leis, e podê-las despresar todas, seja por que motivo fôr, sem que ellas mesmas o permittão expressamente, isto seria huma contradicção manifesta: era o impossivel methafysico do *simul esse, et non esse.*

E quando as Leis revestem alguma vez a hum Cidadão com esta perigosissima authoridade de governar, como elle entender que o pede *a Salvação do Estado, sem sujeição alguma ás suas Leis*, quando Roma, caminhando d'esta sorte, nomeava hum Dictador, elle era investido do Poder Dictatorio, por entre o silencio, e as sombras da noite, segundo ensina Tito Livio, no Liv. 8.° Cap. 23, como para se inculcar que só ás escondidas he que se pode expôr huma Nação aos perigos de semelhante Magistratura. Tal he o susto, com que os Sabios olhárão sempre para a Authoridade de Salvar o Estado, seja como fôr, ainda que se calquem todas as Leis, confiada a algum dos Cidadãos!

Para fazer uso pois da Maxima — *Salus populi Suprema Lex est* — he necessario 1.° ser ou Soberano, ou re-

Digitized by Google

vestido por huma Lei com aquella authoridade: e 2.° exercita-lo com sujeição ás regras ensinadas por Bentham; isto he, deve constar plenamente a existencia do perigo imminente, que se quiz desviar, a falta, que havia, de algum outro remedio, e o infallivel effeito d'aquelle, de que se lançou mão. O Sabio Inglez considera com o seu genio profundo que aquelle Proverbio, propriamente fallando, não dá hum direito, mas huma defeza, e huma escusa; elle considera hum Crime o mal, que se faz a hum Cidadão, não sendo dirigido segundo as Leis, e diz então que huma defeza, de que pode lançar mão quem lho causou, he o direito da necessidade *Salus populi Suprema Lex est;* e como he huma justificação, e huma defeza, a quem se justifica, e se defende, incumbe provar 1.° que realmente existiria o perigo do Estado, se se não atacassem os direitos, que se atacárão: 2.° que não havia outro meio para salva-lo, senão atacando-se estes: e 3.° que este ataque era com toda a certeza efficaz para obtêr aquella Salvação. Eis-aqui a judiciosa doutrina de Jeremias Bentham.

He indispensavel pois que o dicto Proverbio seja considerado, não como fonte, de que dimana hum Direito, mas sim como fonte de que dimana huma escusa, ou huma defeza; estando a presumpção contra aquelle, que fez uso do dicto Proverbio; por quanto o ataque das Leis, e do Direito dos Cidadãos, he verificado pela existencia dos factos attentatorios d'elle; e a necessidade de taes factos para a Salvação do Estado depende das provas, que der aquelle, que empregou as medidas illegaes com o motivo de indispensaveis para a Salvação do Estado. « *Pour que ce moyen « de justification soit valide, il faut constater trois points « essentiels. La certitude du mal qu'on veut ecarter. Le « manque absolu de tout autre moyen. L'efficacité certaine « de celui qu'on emploie.* »

Estâmos no caso, em que, constando da morte, e do matador, este pertende defender-se, dizendo que matou em justa defeza; se elle não provar a sua quartada, será infalivelmente condemnado. E nenhum Advogado esperaria conseguir a sua absolvição com a sua simples asseveração de *que a morte se fizera em justa, e necessaria defeza.* E he o mesmo o que se deve entender, quando se emprega

Digitized by Google

o outro meio de defeza, deduzido do Proverbio referido, sem se provar a concorrencia das circumstancias indispensaveis, para que ella seja attendida, e válida.

FIM.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.

Com Licença.

Digitized by Google

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 14.

SUPPLEMENTO 1.º

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porém sempre de vagar.

Considerações sobre a materia da Carta de hum Amigo Provinciano escripta ao seu Correspondente em Lisboa, na qual se refuta a doutrina do 1.º Artigo da Fé Politica do Velho Liberal — impressa na Typographia de Carvalho, Rua do Corpo Sancto N.º 16, e que nos foi dirigida em o dia 29 de Setembro passado.

Antes de entrarmos na materia destas nossas Considerações, que hão de dirigir-se a responder ás dúvidas, que a mencionada Carta nos offerece, contra a generalidade, com que concebêmos o dicto 1.º Artigo da nossa Fé Politica, não podêmos prescindir de dar duas satisfações a quem quer que seja o Auctor da dicta Carta.

He a primeira relativa á demasiada mercê, com que elle se dignou de tractar os nossos taes quaes Conhecimentos, e os nossos bons desejos no trabalho, a que nos temos dado na composição do nosso Jornal: O que, se por huma parte nos constitue em summa obrigação a seu respeito, pela outra nos priva de lhe tributarmos a homenagem da nossa opinião sobre o merecimento d'aquelle seu Escripto, e sobre a idêa, que elle nos dêo das qualidades do seu Auctor. Este nos constituio suspeito em ambos aquelles dous assum-

*

Digitized by Google

ptos, sendo só por este motivo, que nos abstêmos de opinar sobre o muito, que vale a sua Carta, e o muito que mostra valêr, quem a escreveo.

Grande mágoa nos fica, de que suas dúvidas não fossem taes, que nos obrigassem a mudar de opinião. Nada nos lisongeou tanto na sua Carta, como a honra, que nella se faz á *nossa franqueza* (v. f. 7). He esta a qualidade, de que mais nos presâmos, e que só em nós deixa de ser huma grande virtude, porque he nosso natural caracter, já hoje filho de tão antigos habitos, que em vez de carecêrmos de algum esforço, para sermos francos, entendêmos que não teriamos a força bastante para deixar de o ser, ainda quando o quizessemos.

E, sendo isto assim, que gosto não teriamos de honrar a Carta, e o seu Auctor retractando as nossas opiniões? A mais illustre Lição, que aprendêmos, foi, a que nos dêo o Sr. Olbeche, Lente de Leis na Universidade de Coimbra, quando, depois de ter dictado na Cadeira Analytica de Direito Civil a sua analyse de hum texto do Digesto em tres successivas Lições, subindo á Cadeira na quarta, começou dizendo = *Risquem, risquem tudo, quanto lhes dictei nos tres dias antecedentes sobre a intelligencia do texto, que ia analysando. Hontem á noite conversando casualmente nesta materia com o Sr. Manoel José Alves, elle me fez vêr que eu não entendia bem o dicto texto; e, desenvolvendo-me suas idéas, fiquei convencido, de que elle tinha razão. Risquem pois, o que lhes tinha ensinado, e aprendão agora d'aqui em diante, o que elle me ensinou* = E sendo a nossa opinião, desde a flôr dos nossos annos, que aquelle fôra o momento, em que o Sr. Olbeche se cobrio da maior gloria Literaria, seria sem dúvida para nós de muito particular estima, se a dicta Carta, e o seu Auctor nos desse a occasião de nos coroarmos tambem com semelhantes louros.

He a segunda satisfação, que temos de lhe dar preliminarmente, que nós conhecêmos, e tivemos em vista, quando escrevêmos o dicto Artigo da nossa Fé Politica, as difficuldades, que elle poderia encontrar, e que estas poderião desviar a alguns outros de o professarem. Foi por isto que o Velho Liberal escreveo a fol. 133 = *Passa elle agora a estabelecer os Artigos da sua Fé Politica* =, como quem

Digitized by Google

nisto queria indicar que bem podia ser que elles o não fossem de todos os outros homens; que alguns houvessem, que seguissem outra Fé Politica. Não dêo os dictos Artigos como de *Fé Politica Universal*, mas somente como da *sua Fé Politica*. Tolerante com as opiniões de todos os outros, por effeito de reflectido, e estudado systema, elle exige dos mais a mesma tolerancia a seu respeito, e nada mais do que isso. Se suas opiniões agradarem aos outros, summa consolação terá de lhes prestar o fructo dos seus estudos, e das suas meditações. Se ellas desagradarem a alguns, nem por isso deixará de estima-los.

Na discordia de opiniões, quem pode ter a certeza de estar o acêrto da sua parte? Os homens são obrigados a trabalhar para que suas opiniões sejão acertadas. Assim como o acêrto das suas opiniões melhora o seu estado moral, da mesma sorte o deteriora o desacêrto em quanto a ellas; e todos os homens são obrigados por Lei da Natureza a aperfeiçoar-se, e a desviar de si imperfeições. Mas dependendo as nossas opiniões da maneira, por que as cousas se apresentão aos nossos olhos, e ao nosso entendimento, e podendo nisso enganarmo-nos, a obrigação dos homens, em quanto ás suas opiniões, consiste *em trabalhar, quanto em si estiver, para ter as melhores possiveis:* não tem porem a obrigação de se não enganarem, porque essa obrigação seria superior ás suas forças. Sendo porem esta a moral do Velho Liberal, em quanto á sua obrigação, relativa á sua maneira de pensar, tem como da mais rigorosa obrigação = *Fallarem os homens sempre como pensão, e obrarem sempre como fallão* =: e se o ter erradas opiniões não deshonra no seu systema pessoa alguma, huma vez que tenha empregado a diligencia necessaria para as ter justas, e acertadas, elle só tem como desbonroso, e immoral, ou 1.° não trabalhar por ter opiniões acertadas, ou 2.° ter humas, e fallar como quem tem outras, ou 3.° fallar de huma sorte, e obrar de outra.

Por tanto: ainda que ao A. da Carta continue a parecer que o dicto Art. 1.° da nossa Fé Politica deve ser restringido, não obstante o que vamos a escrever sobre as dúvidas, que nos propõe, nem por isso elle perderia a nossa estima, se tivessemos o gosto de o conhecer. Sua Carta manifesta ser elle hum homem de boa fé; não dado a nenhum

Digitized by Google

Partido no meio da nossa patria dilacerada por tantos; amigo dos homens, e dos seus concidadãos; que sabe pensar, e escrever; e, tendo isto, tem tudo quanto basta, para grangear a nossa veneração, seja qual fôr a discordia de nossas opiniões. Entremos na materia.

O 1.° Artigo da nossa Fé Politica, que se acha a fol. 134 deste Jornal, diz que nós *Detestâmos todas as Revoluções, sejão ellas de que natureza forem; que a todas temos por essencialmente illegaes, e immoraes.*

O A. da Carta pertende que o dicto Artigo seja restringido alguma cousa, e isto de maneira que fique reduzido ou aos seguintes termos, quaes se achão na dicta Carta a fol. 8.= *Toda a Revolução he illegal e immoral, quando he o producto do espirito de Partido, e não tem por fim essencial estabelecer a Felicidade Publica=:* ou aos outros, que nella se encontrão a fol. 3 = *Ha Revolução legal e louvavel, quando deriva da força da vontade geral, e tende á Felicidade Publica: ha Revolução criminosa, detestavel, e punivel, quando nasce do espirito de Partido para bem d'alguns, encontrando, e pisando o bem da maior parte, e por isso Publico d'uma Nação qualquer.=*

Logo que lêmos a Carta, comprehendemos á primeira vista que nenhuma discordancia havia entre as idêas de seu A. e as nossas, e que poderiamos em duas palavras responder á sua materia, mostrando em como as suas dúvidas não atacavão o nosso Artigo. Quando chegarmos mais adiante, nossos Leitores conhecerão, e mais o Auctor da Carta, a exactidão deste nosso enunciado. Mas como desejâmos dar a este assumpto toda a extensão, e clareza, que elle pede, havemos de começar pela explicação da palavra=*Revolução*=, o que tambem fez o Auctor da Carta a fol. 7. Nós seremos mais extensos do que elle o foi.

Tudo muda, e tudo se renova no Universo: tudo ahi morre para tornar a renascer; e não vive, senão para morrer. E o que tem permanencia he esta interrupta Successão de começar para acabar, e de acabar para tornar a começar. Isto he o mesmo no mundo fisico, e no mundo moral. Os Estados, sujeitos tambem a esta Lei geral, recebem n'hum dia a sua existencia para a perderem noutro.

O Corpo Politico de huma Nação, depois de ella orga-

Digitized by Google

nisada, apresenta sempre, e necessariamente hum Todo, que se compõe de duas partes, a saber: o Governo, e os Governados. Huma, e outra formão o dicto Todo, e nem elle consiste só no Governo, nem só nos Governados, nem em ambas estas partes desligadas: o nexo, e a harmonia existente entre ellas, he tambem precisa, para que o Todo exista. Isto mostra o modo, por que o Corpo Politico principia, e mais acaba: e mostra tambem, como elle caminha a esta metamorphose, que o faz desapparecer, para produzir hum outro.

D'aquellas duas partes integrantes do Todo, e que ligadas pelo nexo social formão, o que se chama Corpo Politico, huma he feita para mandar, e outra para obedecer. A que manda ha de exercitar as duas faculdades indispensaveis para se encher a sua Commissão, a saber: *O Poder Legislativo, e o Poder Executivo*, isto he, ha de competir-lhe 1.° o estabelecer as regras do bem civil, a fim de determinar, o que se ha de fazer, e o que se não ha de fazer naquella associação: e 2.° o uso da força, para que as suas determinações não fiquem sem execução, e cumprimento.

Estas faculdades constituintes da parte Governante não estão sempre confiadas a huma só pessoa: achão-se frequentemente repartidas, e mesmo humas vezes he hum Cidadão, e outras hum Corpo moral, composto de diversos Cidadãos, a quem ellas, ou cada huma dellas se confião: e das differentes maneiras, por que ellas podem estar confiadas, e realmente o estão, he que resultão as differentes formas dos Governos. Em algumas destas tambem aos Governados pertence alguma fracção do Governo.

Aos Governados toca obedecer. E, ainda quando lhes pertence alguma parte do Governo, elles são somente parte do dicto Governo, em quanto exercitão aquellas faculdades; e, findas ellas, entrão outra vez na classe dos Governados. O Povo Romano junto nos Comicios, isto he, nas suas Assembléas, exercia o Poder Legislativo: elle era quem fazia as Leis: mas, dissolvidos os Comicios, esse mesmo Povo, Legislador nelles, deixava logo de ser Governo, e era a parte Governada da Nação; resultando disto o serem sempre differentes o Governo, e os Governados, ainda

Digitized by Google

quando huma, e outra cousa existia nos mesmos individuos: a diversa posição, em que elles se achavão, fazia com que fossem huma vez huma cousa, e outra vez outra. O Povo Romano era Governo naquellas Assembléas, e fóra d'ellas passava a ser a classe dos Governados.

Toda esta Organisação do Corpo Politico está marcada na Constituição do Estado, ou nas suas Leis fundamentaes, que, ou são, ou pelo menos se considerão sempre anteriores á sua existencia. E ainda quando esta Constituição, e estas Leis não appareção escriptas, a Organisação do Corpo Politico, que se observa, e que se vê, faz conhecer, quaes ellas sejão. O bem commum do Todo he, a que se dirige o Corpo Politico, e elle deve ter-se como a sua Suprema Lei. O Governo tem as faculdades de Legislar, e de Executar, para o bem do Todo. Os Governados tem obrigação de obedecer, tambem para o bem do Todo.

Eis-aqui o mechanismo de todos os Corpos Politicos de todos os Estados, e de todas as Nações, e hum *breve* desenho da Anatomia Politica. Em quanto todas aquellas funcções se exercitão perfeitamente por cada huma das partes d'aquelle Todo, este acha-se no seu estado de saude, e poderia chamar-se Phisiologia Politica a Sciencia, que o representasse no dicto estado de vigôr. Mas como o dicto Todo he composto de homens, e hum estabelecimento humano, não pode ser immudavel, e ha de estar necessariamente sujeito a alterações, e estas serão as enfermidades do Corpo Politico, e deverião formar a Pathologia Politica.

Poderia designar-se, e dar-se a conhecer com muita facilidade o fóco, de que partem as dictas enfermidades. O amor do Poder he innato aos homens. Por natureza amigos do prazer, e inimigos da dôr, olhando para o Poder como meio de satisfazer a huma, e d'evitar a outra destas affecções, elles tem dentro de si huma tendencia para quererem governar sobre os outros, e para estenderem constantemente, tanto quanto poderem, as attribuições Governativas, que lhes forem conferidas. D'aqui nascem os choques entre as partes do Corpo Politico, querendo cada huma dellas accrescentar o Poder, que lhe cabe pela Constituição, até chamar a si todo o Poder, se isso for possivel.

Sendo a Organisação Politica mais bem combinada,

Digitized by Google

os Poderes estarão nella marcados de maneira, que se contrabalancem; e então huma parte do Todo, resistindo, inutilisa os esforços da outra, para invadir as funcções alheias. As Organisações mais defectuosas, não apresentando aquelle equilibrio dos Poderes, estão mais expostas a serem alteradas. A parte do Corpo Politico, que sobresahe em Poder, não tendo quem lho encontre poderosamente, usurpa todas as funcções das outras; e aquellas mesmas Constituições mais perfeitas, participando da mutabilidade, que he commum a todas, perdem algum dia o equilibrio da sua origem, ficando depois expostas ás alterações, que são proprias das segundas, a cuja classe ellas passarão. Estas alterações do Corpo Politico são as enfermidades Politicas, que classificadas, e descriptas com miudeza, formarião a dicta Pathologia Politica.

Estas enfermidades não vem nunca da pertensão dos que tem o Poder, a fim de se demittirem d'elle, mas sempre pelo contrario; a saber: de tentarem os que não tem nenhum Poder Politico appropriar-se alguma parte d'elle, ou de tentar o que tem huma parte a appropriação das outras, que lhe não cabem. Se os Poderes entre as partes do Corpo Politico se contrabalanção, de tal sorte que nenhuma vence na usurpação, a que todas tendem, não se realisa a alteração do dicto Corpo; mas se alguma, por mais fraca, he opprimida, elle soffre huma metamorphose, ou huma mudança Politica, e a todas ellas se dá o nome geral de Revolução no sentido, que o A. da Carta a fol. 7 attribue a esta palavra, a qual então designa toda a *mudança Politica do Governo de quaesquer Povos, ou Estados*, como se diz no dicto lugar da Carta.

Mas, para se tractar politicamente das Revoluções, o que não fazem nunca os Diccionarios, he necessario não parar nesta idêa geral, e caminhar adiante alguma cousa no assumpto, sobre que temos escripto até agora. Aquellas metamorphoses realisão-se algumas vezes tão lentamente, indo huma, ou humas das partes do Corpo Politico appropriando-se as funcções Governativas das outras pouco a pouco, e tão insensivelmente, que não se vê o momento, em que a mudança se faz. Succede então o mesmo, que no Corpo Humano, passando elle da mocidade á velhice, sem se pre-

Digitized by Google

sentir a alteração, que se soffre de dia em dia. Em cada hum delles se dá algum passo para aquelle estado decrépito, que he o annuncio da morte; mas a mudança não se percebe ao tempo, que se vai fazendo, e conhece-se somente quando está feita, comparando a fraqueza d'aquella idade com a robustez dos primeiros annos. Porem da mesma sorte que ha taes choques no Corpo Humano, que n'hum momento fazem conhecer huma espantosa mudança nelle, por exemplo, a paralysia, que entorpece repentinamente a acção do dicto Corpo, ou d'alguma das suas partes, assim tambem no Corpo Politico ha Crises, que, fazendo passar rapidamente os Poderes Politicos d'humas para outras partes do dicto Corpo, apresentão o quadro da sua rápida alteração. E estas Crises rápidas são as que já, mais propriamente, se chamão as Revoluções do Corpo Politico, porque nellas se conhece qual he o ponto d'união entre o que acaba, e o que principia; conhecimento este, que falta nas metamorphoses lentas.

Por tanto: sempre que ha huma mudança rápida, e visivel dos Poderes Politicos d'huma parte do Corpo Politico para outra, deve considerar-se que elle passou por huma Revolução no sentido d'esta palavra já mais restricto, do que o era o primeiro, que acima lhe attribuimos. E succede que até as Revoluções d'esta natureza são algumas vezes marcadas nas mesmas Constituições, ou Organisações Politicas, como acontece nas Monarchias Hereditarias pelas mortes dos Soberanos, e nas Republicas, ou Monarchias Representativas pelas novas Eleições dos Corpos, em que residem alguns dos Poderes Politicos. Nestes casos o Corpo Politico apparentemente existe o mesmo; mas como os Poderes passão rápidamente para diversas pessoas, elle soffre huma Revolução, e quasi sempre influente no Todo: porque com muita difficuldade serão inteiramente iguaes as mãos que perdem, e as que tomão conta dos dictos Poderes. Com tudo, no sentido Politico, e na frase dos Politicos ainda estas Crises não são as que propriamente tem o nome de Revolução, porque, supposto que rápidas, e deixando vêr o momento, em que se realisa a metamorphose acima dicta, sendo esperadas, e connexas com a natureza regular dos Corpos Politicos, nem fazem a surpreza, que

Digitized by Google

he propria das Revoluções, nem merecem este nome, aos que tractão das Crises Revolucionarias, ou Reacções Politicas.

Elle he reservado para as mudanças dos Poderes Politicos, que são rápidas, e não marcadas nas Organisações Politicas: e ellas são de duas naturezas, conforme a diversa origem, de que nascem. Consistem todas em huma nova, e rápida occupação dos Poderes Politicos, e são uniformes por consequencia em se realisarem, havendo hum Poder, que opprime os outros existentes, e que rápidamente faz passar estes para mãos diversas d'aquellas, que os tinhão. Mas ou esse Poder he huma Força externa, e temos nesse caso huma invasão Estrangeira, e ás vezes a Conquista; ou esse Poder he huma Força interna, resultante d'algumas das mesmas partes do Corpo Politico, e he neste caso que temos huma Revolução na accepção scientifica, e particular d'esta palavra. O Povo Romano insurgindo contra os Tarquinios, fazendo passar da mão de hum o Poder Real para huma Aristocracia Democratica; esse mesmo Poder, transferido para Cesar com o nome de Perpetua Dictadura, tornando a voltar depois para os Corpos Aristocratico-Democraticos pela morte do Dictador ás mãos de Bruto, e Cassio; revertendo outra vez para a mão d'Augusto com o titulo d'Imperador, e tudo isto por meio da força do mesmo Corpo Politico: Eis-aqui o que tem propriamente o nome de Revolução.

Algumas vezes ajudão estas Crises impulsos Estrangeiros, que depois os vem apoiar, mesmo ostensivelmente; mas a metamorphose realiza-se pelo choque interno, e esses impulsos e auxilios Estrangeiros, ou não apparecendo, ou apparecendo secundariamente não mudão, nem a natureza, nem o nome ao acontecimento. He por tanto da natureza das Revoluções Politicas, propriamente assim chamadas, *a rápida passagem dos Poderes Politicos d'huma parte do Corpo Politico para outra, por effeito dos movimentos e choque das forças do mesmo Corpo Politico.* He neste sentido que a palavra Revolução foi empregada no Art. 1. da nossa Fé Politica a f. 134 do nosso Jornal, e he o mesmo sentido, o que convem a todas as dúvidas, e a todos os acontecimentos referidos pelo A. da mencionada Carta de f. 8

Digitized by Google

em diante, como argumentos em opposição á nossa doutrina.

Já que fizemos que a theoria, e a classificação geral das Revoluções Politicas fosse huma parte dos nossos preliminares á resposta das dúvidas apresentadas na Carta, como em opposição á doutrina do dicto nosso Artigo, não queremos deixar de completar o quadro, ajuntando nelle huma subdivisão, que ainda ha a fazer no ramo das Revoluções propriamente dictas, e que he, e deve ser da maior importancia, para o conhecimento da marcha, e direcção, que cumpre dar á Publica Administração, subsequentemente ás dictas Revoluções Politicas.

A força interna do Corpo Politico, capaz de obrar a metamorphose de transferir os Poderes Politicos d'aquellas mãos, em que elles residem, não póde deixar de ser ou a Multidão, o Povo, ou os Corpos Militares. Só nestas duas forças, ou em alguma dellas he que cabe hum esforço sufficientemente poderoso para inutilisar os Poderes Politicos existentes. Por isso, a experiencia tem mostrado sempre que ou a Multidão, o Povo, ou os Corpos Militares são os instrumentos destas metamorphoses. Mas tambem a mesma experiencia tem mostrado que, quasi sempre, estes instrumentos obrão secundariamente, e dirigidos por huma parte do Corpo Politico, que mesmo algumas vezes não tem nenhum Poder Politico, a qual forma hum plano para produzir aquella Crise, e que induz ou a Multidão, o Povo, ou os Corpos Militares, ou a ambos juntamente, empregando-os como meios para realizar os seus projectos. Assim: na Revolução Portugueza de 1640 os Acclamadores do Senhor D. João IV. forão os agentes d'aquella Revolução; e a Multidão, o Povo, foi o instrumento, de que elles se servírão debaixo do plano, que tinhão formado. Bruto e Cassio, e os outros Conspirados com elles contra Cezar, forão os agentes da Revolução contra este, seguros elles do apoio, que havião de ter no Senado, e no Povo Romano, que aquelle havia de dirigir. São muito mais frequentes os exemplos de Revoluções desta natureza, havendo huma força Militar, que as auxilia, como nos ultimos tempos de Roma teve Cezar e Augusto, e nos nossos dias o General Bonaparte, quando declarou abolido o Directorio

Digitized by Google

e lhe substituio o Consulado na França. As nossas Revoluções de 1820, e de 1823 tiverão tambem o auxilio dos Corpos Militares. Em todas estas Revoluções, que tem huma direcção, a Multidão, o Povo entrando nellas, não reassume regularmente os Poderes Politicos, ou parte alguma delles, sendo conservada sempre na Classe dos Governados, ou sendo chamada a ella, quanto antes, por aquelles, que dirigem semelhantes movimentos.

A outra especie de Revoluções he aquella, em que estas partem da Multidão, que se praticão pela dicta Multidão, e em que esta consequentemente se appropria dos Poderes Politicos. E desta especie foi a Revolução d'Hespanha de 1808, e a Portugueza de Junho, e Julho do mesmo anno. Em ambas ellas obrou activamente a Multidão, sem centro nenhum commum, de que partissem seus movimentos, e por effeito d'isto a mesma Multidão se appropriou dos Poderes Politicos. As Revoluções desta especie devem chamar-se *Ochlocraticas*, porque se fazem pela Multidão, e nellas passão os Poderes Politicos para a mão da mesma Multidão, a qual desappropria as pessoas, que d'elles se acharão revestidas, entregando-os a outras de sua propria escolha.

He muito conveniente esta distincção entre as mencionadas duas especies de Revoluções, quando se tracta de dirigir o Corpo Politico subsequentemente a ellas; e os encarregados disso, a que faltarem os conhecimentos precisos neste ramo das Sciencias Politicas, ignorando a diversa natureza destas duas differentes especies de Revoluções, e os seus diversos caracteres, e symptomas, que conduzem os Mestres da Arte para classificarem as Revoluções em huma, ou em outra destas duas especies, procedendo empiricamente conduzirão muitas vezes os Estados para as tendencias Revolucionarias, que he a mais fatal affecção, a que elles podem ser conduzidos.

E para que não deixemos cousa nenhuma a desejar nesta materia, accrescentâmos, que as mesmas Revoluções ochlocraticas, ainda merecem huma subdivisão, a saber: = *dolosamente ochlocraticas*, *e manifestamente ochlocraticas*.= Em ambas ellas a Multidão se apropria dos Poderes Politicos, e os exercita, como se lhe competissem; mas nas pri-

Digitized by Google

meiras ella cobre a sua occupação do Poder com acclamações a pró d'aquelle, que d'antes o exercitava; e na segunda occupa os Poderes Politicos, e proclama que elles lhe pertencem. Chamâmos a primeira especie *dolosa*, porque a occupação dos Poderes Politicos pela Multidão he desfigurada com as referidas acclamações, as quaes disfarção a enfermidade Politica da occupação do Poder pela dicta Multidão. E chamâmos *manifesta* a segunda especie, porque nella apparece a dicta occupação do Poder pela Multidão com toda a ostensibilidade, declarando-se mesmo francamente, que os dictos Poderes são seus; e deduzimos esta distincção das theorias Medicas, em que as molestias se dizem humas vezes *manifestas*, e outras *dolosas;* no primeiro caso, quando ellas apresentão comsigo logo os seus essenciaes caracteres e symptomas; no segundo, quando encobrem os dictos caracteres e symptomas, de modo que elles não são logo á primeira vista conhecidos. A Revolução Portugueza de 1808 foi *ochlocratico-dolosa;* a de 1820 foi, ou veio a ser *militar-ochlocratico-manifesta:* na primeira não se annunciou a Soberania do Povo; e esta foi proclamada na segunda. E sempre que as Revoluções *ochlocratico-dolosas* forem mal dirigidas, e mal tractadas no seu curativo, hão de produzir mais cedo, ou mais tarde outra, que seja *manifesto-ochlocratica.*

Atequi temos tractado de dar huma idèa distincta de todas quantas especies de Revoluções Politicas se podem conceber; ou á palavra Revolução se dê o latissimo sentido, que se lhe attribue na Carta a f. 7, ou se lhe dê o outro já mais restricto, de que acima fallámos, mas não ainda o proprio na Politica, quando se tracta das Revoluções, ou se lhe dê finalmente o que he classico na dicta Sciencia, quando se tracta das Convulções Politicas dos Estados, que, por effeito do rápido choque das suas proprias forças internas, alterão a sua Organisação Politica, transferindo os Poderes Politicos de humas para outras mãos. E, á vista do que temos dicto, se conhecerá que o Artigo 1.° da nossa Fé Politica tracta de Revoluções nesta ultima accepção, e que tambem dessas tracta o Auctor da Carta em todos os casos, de que se lembra, a que elle chama Revoluções, e que pertende exceptuar do sobredicto nosso Artigo, por não

Digitized by Google

poder persuadir-se, de como ellas poderão ser reputadas, e classificadas por illegaes, e por immoraes.

E, do que temos escripto, se conhecerá que o dicto Artigo da nossa Fé Politica não comprehende, nem pode comprehendêr todas as Revoluções, incluidas mesmo as que entrão no primeiro latissimo sentido desta palavra, referido no principio destas Considerações, e nem tambem incluidas todas aquellas, que entrão no já não tão lato, como aquelle, mas ainda não thecnico sentido da palavra Revolução, qual he o de que tractâmos em segundo lugar. Se o Auctor da Carta, servindo-se do amplissimo sentido da palavra Revolução, qual elle lhe attribue no já citado lugar da sua Carta, pertendesse então que declarassemos restricto o nosso Artigo ás Revoluções comprehendidas debaixo deste nome, sendo elle entendido no stricto sentido, que se lhe dá em Politica, e que nós referimos em ultimo lugar, confessavamos plenamente que o dicto Artigo não abrangia todas as Revoluções, que se incluem na geral definição, que desta palavra se acha a f. 7 da dicta sua Carta; porque nós não incluimos nelle as Revoluções nesses dous primeiros sentidos; por quanto, nem relativamente a ellas se podia disputar sobre a sua illegalidade, ou sobre a sua immoralidade; e era obvio que o dicto Artigo se referia unicamente ás Revoluções no sentido strictissimo, e classico em Politica, em quanto á dicta palavra, conforme o qual se chamão tão somente Revoluções as rápidas mudanças dos Poderes Politicos feitas pelo interno choque das proprias forças do Corpo Politico.

Mas o Auctor da Carta, bem que, huma vez que emprega a generalissima definição das Revoluções, que se acha no citado lugar da Carta, podesse de nós exigir a dicta restricção, não he com tudo essa, a que elle nos pede. O contexto da sua Carta, e os exemplos, de que se serve, manifestão que elle queria que restringissemos o dicto Artigo, ainda tractando elle unicamente de Revoluções no strictissimo sentido d'esta palavra, e naquelle tambem, que nós lhe demos no mencionado Artigo; e não podemos satisfazêlo, em quanto á dicta restricção, que elle nos pede; e com tudo, não obstante isto, suas dúvidas não entrão em contradicção com o nosso Artigo, nem tão pouco estâmos dis-

Digitized by Google

cordes em quanto ao fundo das suas opiniões. O nosso Artigo subsistirá qual nós o escrevêmos, e demonstrámos; e o Illustre Auctor da mencionada Carta ha de conhecer (se nossas esperanças nos não enganão) que as suas Considerações nem são dúvidas, que se possão apresentar contra a verdade, e a exactidão do nosso Artigo, nem tão pouco serão ponderosas para o destruir.

Quando se tracta de alguma Revolução Politica são muitas, e mui diversas as cousas, que se podem considerar a seu respeito; mas são essencialissimos os artigos seguintes: 1.° Qual foi a sua causa, o seu motivo, e a sua occasião: 2.° Qual foi, ou quaes forão os seus fins: 3.° Quaes forão os seus resultados: 4.° Qual he a natureza moral d'esse movimento, ou d'essa Revolução. Os primeiros tres artigos são de facto, ou historicos: o quarto he de Direito, e de moralidade. Sendo pois diversos todos estes assumptos, e muito diversos entre si; e os primeiros tres de tal sorte diversos do quarto, que aquelles tem por objecto a Historia, e os factos, e este o Direito, e a moralidade da acção; existindo em tão distinctas orbitas os mencionados assumptos, he evidente que se confundirião, e baralharião cousas diversas, se os dictos assumptos se não distinguissem cuidadosamente huns dos outros.

O 1.° Artigo da nossa Fé Politica considera as Revoluções unicamente em quanto á sua parte moral, em quanto ao dicto quarto assumpto. O Auctor da Carta considera as Revoluções em quanto aos seus fins, em quanto ao mencionado segundo assumpto. Nós dissemos = *Todas as Revoluções são essencialmente illegaes, e immoraes: nós detestâmos a todas ellas.* = O Auctor da Carta diz = *Nós reconhecemos algumas Revoluções, que tem bons fins, e outras, que tem máos fins, e n'aquella primeira especie mettemos, as que se dirigem ao bem do Todo, como foi a Revolução Portugueza de* 1640, *a outra de* 1808, *e talvez tambem a de* 1820; *e mettemos na segunda as que provêm de hum Partido, ou de huma Facção, dirigindo-se somente aos proveitos d'esse Partido, ou d'essa Facção, desligados elles do interesse geral.* =

Nestas duas proposições tanto não ha encontro algum, que ellas podem ser ambas verdadeiras, como até nos pa-

Digitized by Google

rece que o são. Huma d'ellas tracta do fim, do objecto, e do destino, a que se dirige hum movimento Revolucionario, ou huma Revolução; a outra tracta do meio, e da moralidade do meio empregado para aquillo se conseguir. Ora: os meios não tem íntima ligação com os fins, quando se tracta de conhecer, ou determinar a moralidade d'aquelles. Podem haver fins justissimos, e ao mesmo tempo meios illegalissimos, e immoralissimos, empregados para os obter. D'este enunciado ninguem pode duvidar, e nós logo o levaremos á maior evidencia. Logo: vem a ser vicioso o argumento, que pertende deduzir da natureza dos fins a moralidade dos meios postos para os conseguir. Porque, se podem haver fins justissimos, e ao mesmo tempo meios illegalissimos, e immoralissimos, empregados para os alcançar, evidente he que os argumentos deduzidos da natureza dos fins, para classificar a natureza dos meios, hão de ser inconcludentes; por isso que não ha a íntima, e necessaria ligação entre as dictas duas cousas, para que da existencia de huma se haja de concluir a existencia da outra. Nós podêmos concordar plenamente com o Auctor da Carta em todos os seus enunciados; podemos conceder-lhe que a Revolução de 1640 teve fins justissimos, e summamente proveitosos aos Portuguezes: podemos conceder-lhe o mesmo em quanto á Revolução Portugueza de 1808; e mesmo em quanto á outra de 1820, sem que, depois de concedermos tudo isso, vejamos cousa alguma nessas nossas concessões, que seja destructivo do Artigo 1.° da nossa Fé Politica, em que nós tractâmos dos actos, e movimentos Revolucionarios, dos meios empregados para conseguir aquelles fins: tractâmos no dicto Artigo de huma cousa: o Auctor da Carta falla de outra muito diversa nas objecções, que apresenta contra elle: nós tractâmos dos meios empregados para conseguir hum fim: elle tracta somente do fim; e vem a ser por tanto evidente que os seus ataques não podem offender a nossa doutrina.

Como o Auctor da Carta nos parece de muito boa fé, não queremos poupar-nos ainda a mais algum trabalho para lhe mostrarmos, com toda a evidencia, o vicio, ou o defeito do seu raciocinio, e d'onde he que provêm as suas dúvidas. Reduzamos a hum Sylogismo a materia geral da sua Car-

Digitized by Google

ta; e elle não poderá deixar de ser concebido desta sorte= *As Revoluções Portuguezas de* 1640, *de* 1808, *e de* 1820, *e outras semelhantes tiverão, e podem ter fins summamente justos, e summamente proveitosos, mas logo que ha fins summamente justos, e summamente proveitosos são legaes, e moraes, e de nenhuma sorte detestaveis todos os meios empregados para conseguir os dictos fins: logo não se pode dizer d'aquellas Revoluções, que os actos, e movimentos Revolucionarios empregados, e dirigidos para se conseguirem aquelles fins, sejão illegaes, immoraes, e detestaveis.*=.

Quando assim se nos argumenta, nós concedemos plenamente a maior do Sylogismo, negamos a menor, e tambem a consequencia, porque he mal deduzida para o fim de convencer a nossa doutrina, visto que para isto era indispensavel, que nós concordassemos com o Auctor da Carta, assim na maior, como na menor do seu Sylogismo, e que a conclusão fosse rectamente deduzida. Mas, se nós não concordâmos na menor, vem a cahir por terra a argumentação, que contra nós se dirigio. E o vicio d'ella ha de achar-se em que o nosso Artigo empregava a palavra *Revoluções*, como que se designasse *os movimentos Revolucionarios*, ou *os actos Revolucionarios*, *os meios empregados para fazer a rápida mudança dos Poderes Politicos de humas para outras mãos.* E para não ser viciosa a argumentação, que se fizesse contra a nossa doutrina, era indispensavel que na dicta argumentação se désse á palavra *Revolução* a mesma accepção, que ella tinha no nosso Artigo, e isto assim na maior, como na menor do Sylogismo; e o que acima se apresenta, e foi contra a dicta nossa doutrina dirigido, emprega a palavra *Revolução* em a maior n'hum sentido differente daquelle, que ella tem no nosso Artigo: chama *Revolução* o fim da *Revolução*, ou olha nas *Revoluções* o fim, a que ellas se dirigirão: e nós tractâmos dos meios empregados para obtêr os dictos fins, sendo isso somente aquillo, a que damos o nome de *Revolução* no dicto nosso Artigo.

Nós temos como indisputavel que os fins, a que se dirigem quaesquer acções humanas, podem ser de huma natureza; e de outra muito diversa os meios empregados para os conseguir: que aquelles podem ser bons, sendo estes

Digitized by Google

máos: que aquelles podem ser justissimos, e muito proveitosos, e estes illegaes, immoraes, e detestaveis: e para que concluisse a argumentação do Auctor da Carta, era indispensavel que a natureza dos fins se communicasse aos meios empregados, quaesquer que elles fossem: que os fins legaes, e moraes fizessem legaes, e moraes todos os meios empregados para os alcançar; e isto não he assim, e o mesmo sensato Auctor da Carta ha de reconhecer que o não he. A legalidade, e a moralidade das acções depende sempre, e necessariamente, assim dos fins, a que ellas se dirigem, como dos meios, que se empregão para estes se conseguirem. Podem haver acções, que tenhão fins muito justos, e summamente proveitosos, e que sejão illegaes, immoraes, e detestaveis em razão dos meios, que se empregárão para obter os dictos fins. He principio bem conhecido em toda a moral, que se não podem fazer cousas más, para que d'ellas resultem cousas boas. *Non sunt facienda mala ut veniant bona.* E este aforismo manifesta a diversidade moral, que pode haver entre a natureza dos fins, e a natureza dos meios; não se podendo por isso concluir bem, da bondade dos fins para a bondade dos meios.

E, para illustrarmos estas theorias com alguns exemplos, começaremos pelo mais illustre, que pode haver, por ser deduzido do estabelecimento do Christianismo, e da Redempção do Genero Humano, que faz a base da Religião, que a Carta do Senhor Dom PEDRO IV. estabelece como a destes Reinos de Portugal, e Algarves. Quem pode duvidar que a morte de Jesus Christo no Calvario teve os fins mais proveitosos para o Genero Humano? Ninguem, que viver na Religião Catholica. E se nós dissessemos que o *Sacrificio de Jesus Christo sobre o Calvario fora huma acção illegal, immoral, e detestavel*, haveria algum Christão, que contestasse essa nossa doutrina, e que esperasse triunfar, na consideração de que o fim da morte de Jesus Christo á mão dos homens tivera fins summamente proveitosos? Chamaria alguem virtuosos aos Judeos, em razão do que fizerão, sem olhar a cousa alguma mais do que os fins, que resultárão dos seus attentados? Certamente não. E porque não havia de succeder isso? Sem dúvida, em razão da necessidade que ha para classificar a moralidade das ac-

***

Digitized by Google

ções, de olhar, e considerar, não só os fins dellas, mas conjunctamente a sua natureza, e qualidades, que vem a ser a natureza dos meios empregados para se obterem os dictos fins.

Jesus Christo mandou aos seus Apostolos que prégassem pelo Mundo a sua Divina Religião, que ensinassem, e que persuadissem os homens; nada menos pertendêo, do que empregar a força, o ferro, e o fogo para captivar o espirito; e quando os Discipulos o tentavão para o fazer, pedindo-lhe que chamasse do Ceo o fogo, para converter em cinzas os que se desviavão da sua doutrina, elle respondêo-lhes com a doçura, e sabedoria de hum Deos. = *Nescitis cujus spiritus estis* = *Vós ignorais o espirito, que deveis seguir.* = Ora: supponhamos depois disto que viamos empregar a força, o ferro, e o fogo para fazer Christãos, e que nós diziamos: *esta acção he illegal, he immoral, he detestavel*: e que havia outro que se persuadisse de nos convencer do contrario, de nos mostrar que estavamos em erro naquella nossa proposição, allegando que erão proveitosissimos os fins, a que erão dirigidos aquelles meios. Nós certamente não mudavamos de doutrina; e estamos persuadidos que o Auctor da Carta subscreveria áquella nossa proposição, e que não mudaria della, ainda quando se lhe opposesse a referida dúvida, e o referido argumento. Os Liberaes todos estremecerião, se neste caso com a justiça dos fins se podesse sanctificar a impropriedade dos meios empregados para elles se obterem. He necessario pois sermos coherentes; não desviar nunca dos principios da boa moral, não empregar jámais aquella que he má, quando em hum ou outro caso nos parece proveitosa para cobrirmos com ella taes ou taes factos, que apparente ou momentaneamente nos parecem uteis. Se procedermos desta sorte, lá virá hum dia, em que se faça a mesma confusão dos fins das acções com os meios empregados nellas; e tudo quanto ha de mais barbaro e de mais atroz contra os homens poderá ser sanctificado, olhando-se unicamente para os fins, que se levão em vista, sem nenhuma consideração aos meios, que se empregão para elles se conseguirem.

Se esta separação porem entre os fins das acções, e os meios empregados para ellas, se deve geralmente fazer,

Digitized by Google

ella he muito mais necessaria nos Governos Liberaes e Constitucionaes, nos quaes o modo dos procedimentos he sempre inseparavel dos mesmos procedimentos. As Leis marcão huma e outra cousa, e nos Governos Liberaes e Constitucionaes as Leis devem estar sempre diante dos olhos, e em plena execução em todos os seus artigos, e em todas as suas partes. Se nelles se admittirem os vagos principios = *da felicidade publica*, = *da Salvação do Estado*, = *dos fins sem nenhuma consideração com os meios* = poderemos achar-nos com os Governos mais illiberaes e intractaveis, de que se possa formar idèa, no meio de Governos nominalmente Liberaes, e nominalmente Constitucionaes. Todos os Governos suspeitosos, que nós tanto desejâmos desviar do Mundo com as nossas Considerações sobre *Suspeitas*, de f. 312 em diante, sanctificão todos os seus procedimentos com o sacrificio dos meios, os quaes lhes não importão, com tanto que caminhem aos seus fins, sejão aquelles, quaes elles forem. A Liberdade, e a segurança individual acha-se mais a cobro de violencias nos Governos Constitucionaes, e só he unicamente porque nelles tudo se deve dirigir pela Lei, havendo-se attenção assim aos fins das Leis, como aos meios por ellas decretados. Aonde pois he de maior importancia não olhar sómente para os fins das acções, sem attenção alguma pela qualidade dos meios, he nos Governos Liberaes, e Constitucionaes, porque a consideração e o respeito por huma e outra cousa constitue a base delles.

A Carta diz no Artigo 145 §. 10., para garantir a Liberdade e segurança individual, que = *Ninguem será sentenciado senão pela Authoridade competente, por virtude de Lei anterior, e na forma por ella prescripta.* = Se na prática se preterir esta forma, está perdida a garantia do Direito, a qual consiste na mesma forma da Lei para os procedimentos por ella decretados. Se se olhar sómente ao fim de castigar os crimes, tão sancto, tão justo e tão importante como elle he, está perdida a garantia da innocencia, que consiste nas formulas pela Lei estabelecidas, para que ella não seja confundida com o crime, e para que se lhe não venha a dar o tractamento, que só cabe a este.

He nos Juizos Civis, e na forma do Processo decreta-

Digitized by Google

do para elles, que se acha garantida a Propriedade, para conservação da qual, contra as vias de facto, e contra o direito do mais forte, he que principalmente se instituírão as Sociedades Civís. Os dictos Juizos, e a dicta forma de Processo são os meios de garantir a dicta Propriedade. Ninguem duvída que dar o seu a seu dono seja hum fim da primeira importancia, e digno de todo o louvôr. Entretanto esse mesmo fim, tão bom como elle he, não será bastante para justificar os meios illegaes, immoraes, e detestaveis, que se empregarem, e se dirigirem, para que elle seja conseguido. Ninguem dirá que deixe de ser illegal, immoral, e detestavel o ir algum Cidadão por facto seu proprio, com o emprego das suas forças individuaes, ou das dos seus amigos, reassumir a cousa, que era sua, e que hum outro lhe havia usurpado. Tanto a justiça do fim não sanctifica a immoralidade do meio, que não somente as nossas Leis, mas as dos Romanos, e as de quasi todas as outras Nações condemnão aquelle, que taes meios empregou para conseguir o que era seu, na reparação do esbulho, devendo repôr a cousa no estado, em que se achava antes d'elle, e sem que possa nem allegar o seu direito da Propriedade, antes de ter preenchido esta preliminar reparação do esbulho. (*a*)

(*a*) Vem aqui a proposito a illustração, sobre o que o Auctor da Carta escrevêo a f. 9 = *Tenho para mim, que todos os homens tendem por huma força irresistivel aos desejos da sua propria conservação; que esta conservação depende essencialmente da existencia, e desempenho fiel d'aquellas Leis, sem as quaes se não pode dar a existencia da Sociedade; que o homem até com braço armado pode, e deve remover, o que obste ao desempenho dessas Leis, a cuja sombra só pode viver no estado pacifico, e social.* — As premissas são verdadeiras, a consequencia he falsa, e perigosissima. Os meios legaes são os unicos, de que se pode fazer uso na Sociedade Civil. Para acabar o meio das forças individuaes, he que se estabelecêrão as Sociedades Civís; se elle se resuscita, temos o renascimento de força contra força, de braço contra braço, que era o estado anterior ao da Organisação Social, e aquelle estado, a que se quiz acudir, e que se quiz desviar com o estabelecimento das di-

Digitized by Google

Ninguem dirá que deixe de ser illegal, immoral, e detestavel o ir algum Cidadão comprar testemunhas, ou peitar os Juizes, para por estes perversos meios conseguir aquil-

---

ctas Instituições. O ultimo período pois do texto acima trasladado não pode convir, nem ser coherente aos Corpos Politicos existentes, porque trazem as cousas ao estado anterior ao da sua existencia, em que o braço individual se armava contra o braço individual, a força individual contra a força individual. O dicto período pois valia o mesmo que se se dissesse = *Como a Sociedade Civil se acha defeituosa, destruámos a Sociedade Civil.* = O remedio era peior do que o mal.

Os Velhos Liberaes receitavão neste caso o emprêgo de todos os meios tendentes a curar a enfermidade do Corpo Politico, sem com tudo lhes lembrar aquelle, que dava de si a sua destruição; por quanto a destruição, e a morte do Corpo Politico, assim como de todas, e quaesquer cousas existentes, he o maior dos males, que lhe pode sobrevir. E, se he o maior, evidente he que será hum erro de cálculo emprega-lo para evitar qualquer outro mal Social, o qual, seja de que natureza fôr, sempre ha de ser menos grave, do que a dicta destruição do Corpo Politico.

Matar-me para evitar que os outros me matem: despender duzentos para conseguir huma cousa, que vale como cincoenta, serião sem dúvida operações indiscretas, e todas provenientes de erros de cálculo. E a isto se reduziria o systema de destruir o Corpo Politico, e a Organisação Social para desviar males, que nellas se observão.

Assim como a garantia da Propriedade em geral pede que o Cidadão espoliado d'aquella, que lhe pertence, sacrifique o seu indubitavel Direito á usurpação do outro, não armando o seu braço para a recuperação dos seus Direitos, esperando somente esta dos meios legaes estabelecidos, para ella se conseguir; da mesma sorte, e pelos mesmos, e muito mais ponderosos motivos, no caso de que tracta o dicto período, o homem Social, o homem que vive no Corpo Politico, nem pode, nem deve armar seu braço individual em opposição ao Governo, ainda quando este não preencha os fins da Sociedade Civil. Os males connexos com esse

Digitized by Google

lo, que mesmo por direito lhe pertence. Tanto a justiça do fim não sanctifica a illegalidade, e immoralidade do meio, que o Cidadão, que aquillo praticasse, seria indubitavelmente criminoso.

Nem nós conhecemos huma doutrina mais absurda, e de mais terriveis consequencias para os homens em particular, e para a Sociedade Civil em geral, do que seria aquella *de olhar, e de considerar somente a natureza dos fins, sem attender conjunctamente á natureza dos meios, que são empregados para elles se conseguirem.* As guerras, este meio de se fazerem Justiça a si aquelles, que não tem Juizes, tão desastrosas como ellas não podem deixar de ser, por sua propria natureza, a que extremo de barbaridade se não estenderião, se a Civilisação do Mundo não tivesse adoçado os meios de ellas chegarem aos seus fins? Se se admittisse o principio, que a Justiça do fim sanctificava a qualidade dos meios? Poderião empregar-se, como armas contra os Inimigos, os venenos communicados aos alimentos, e ás bebidas: as seducções feitas aos Inimigos para que fossem traidores á sua Patria, para que faltassem ás suas obrigações, e aos seus juramentos, tudo isso deixaria de ser illegal, immoral, e detestavel, quando huma guerra se tivesse por justa. Não havia que olhar então, senão para o fim; e como a justiça d'este sanctificava todos os meios, nenhuma d'aquellas cousas teria a qualidade d'illegal, immoral, e detestavel.

---

remedio erão muito mais funestos, do que aquelles outros, a que se queria acudir.

O Illustre Auctor da Carta, dirigido certamente pelo seu enthusiasmo, e bons desejos, a pró do maior bem Social, allucinou-se, deixando de vêr as ponderadas más consequencias, que dimanão d'aquella sua doutrina: não reflectio que ella pode servir de motivo, ou de pretexto aos procedimentos individuaes de muitos Portuguezes, que proximamente tem coberto de lucto os amigos da Carta do Senhor Dom PEDRO IV, os amigos da Ordem, e os que se compadecem das desgraças dos seus semelhantes. Esperâmos que esta Nota o faça conhecer o perigo, e a pouca exactidão d'aquella sua doutrina.

Digitized by Google

O A. da Carta, e nossos Leitores nos desculparão o muito, que nos temos demorado em metter aos olhos dos nossos Concidadãos a absoluta necessidade, que ha nos homens para considerarem não só os fins, a que se dirigem, mas tambem a qualidade dos meios, que destinão empregar, ou que empregão nas suas emprezas. A nossa Patria, dilacerada pelo desvio da boa moral, que temos prégado, exige todos os nossos esforços neste Artigo, para vêr se se suspende a carreira de males, que poderão chegar á inteira anniquilação da Monarchia, se se lhes não acodir com a correcção da sobredicta doutrina.

Acaso nossos Militares terião abandonado a Patria, voltado suas armas contra ella, ido acolher-se a hum Solo estranho, faltando á Disciplina Militar, á fé dos seus Juramentos, e ao credito, e á honra Portugueza, se elles estivessem imbuidos da verdadeira moral, que não separa nas acções dos homens a sua moralidade da dos meios, que se empregão para ellas se realisarem? Não conhecem elles todos que os meios são immoraes? Pode alguem deixar de conhecer isso nos factos acima referidos? Certamente não. Mas preoccupados com huma moral errada, de *que a natureza dos fins pode cobrir, e sanctificar a qualidade dos meios*, sendo facillimo aos homens o enganarem-se na classificação da moralidade, ou immoralidade dos fins, a que se destinão, huma vez que desacertem nesta sua classificação, ficão sem barreira alguma, que lhes possa sustentar a sua virtude; tendo porem a verdadeira moral, por nós tão evidentemente sustentada, de que o fim de qualquer empreza não pode sanctificar os meios, que forem illegaes, immoraes, e detestaveis, ainda quando suas preoccupações, ou mesmo seus acertados juizos lhes fizessem acreditar como gloriosa huma empreza, não terião elles feito o que tem praticado, huma vez que os meios referidos erão notoriamente illegaes, immoraes, e detestaveis.

Ah! se esta moral se tivesse inculcado, e inculcado com toda a vehemencia aos Portuguezes, mais cedo, quiçá os Velhos Liberaes não tivessem que chorar tanto sobre os desastres dos seus Concidadãos. O General Romano, de que já temos fallado, castigou com a morte o filho, que tendo o commando d'huma parte do Exercito, de que elle era o

Digitized by Google

Chefe, dando a batalha sem a sua ordem, conseguio salvar a Republica dos maiores perigos. Elle não julgou que a importancia do fim devia sanctificar o meio, arruinando nos Exercitos Romanos a Disciplina Militar. Elle com hum demasiado rigôr esquecendo-se de que era Pai, e mais com os olhos na Patria, do que sobre o seu coração, livrou a Republica de ter de chorar em muitas outras occasiões, pelo abandono, ou desvio da Disciplina Militar. Os Velhos Liberaes não exigião tanto, contentavão-se com que se não tivessem baralhado entre os homens as idêas da moral, da virtude, e mais do vicio: contentavão-se com que, quando por algum extraordinario acontecimento se empregassem meios máos, illegaes, immoraes, e detestaveis, para se conseguirem fins, que ou erão bons, ou parecião bons, se não deixasse radicar a doutrina, de *que os fins sanctificavão quaesquer meios.*

Continuar-se-ha.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.

Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 14.

SUPPLEMENTO 2.º

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porem sempre de vagar.

Considerações sobre a materia da Carta de hum Amigo Provinciano escripta ao seu Correspondente em Lisboa, na qual se refuta a doutrina do 1.º Artigo da Fé Politica do Velho Liberal — impressa na Typographia de Carvalho, Rua do Corpo Sancto N.º 16, e que nos foi dirigida em o dia 29 de Setembro passado, continuadas de fol. 560.

Esta maxima he tão absurda, que destroe inteiramente a moral, e a distincção do vicio e da virtude. Não haverá nenhuma acção, que seja intrinsecamente má, ou intrinsecamente boa, por si, e pela sua propria natureza. Os fins, a que ellas são dirigidas, farão boas aquellas, que se reputavão essencialmente más, e farão más aquellas, que se reputavão essencialmente boas. Tudo isto temos visto, e tudo isto acontece nos calamitosos tempos de Convulções Politicas, e de Reacções Politicas. Já no nosso Jornal a fol. 47 nos lembrámos de hum acontecimento, em que foi reputado crime o não insurgir a tempo, e horas: muitos outros tem havido na nossa Patria, em que a firmeza de sustentar os Postos, que se havião recebido, foi mal olhada, e mal considerada. Os Martins de Freitas, sustentando

*

Digitized by Google

a todo o custo, e com immensos Sacrificios no Castello de Coimbra a fidelidade, que havião promettido ao Senhor D. Sancho, deixavão por tanto de ter o grande lustre, que lhes havião tributado nossos Maiores! Muitos outros nomes vimos cobrir de gloria por façanhas, que só o erão, attendido o fim, e postergada toda a attenção, e toda a consideração pela moralidade, ou immoralidade dos meios, que elles havião empregado!

As virtudes, e os vicios não serão por si mesmo taes; as mesmas acções, segundo os fins, a que se destinão, serão humas vezes legaes, moraes, e louvaveis; outras vezes, illegaes, immoraes, e detestaveis. Essa diversa classificação ha de depender do proveito, e da conveniencia, que nos vem das dictas acções. *Que nos vem?* Não dis emos bem. Haviamos de dizer = *Que nos parece vir das dictas acções.* Por quanto, he sempre momentanea, ephemera, e enganosa a conveniencia, que se colhe das acções illegaes, immoraes, e detestaveis. Se em hum caso, por fatalidade, ellas nos são proveitosas, abrem o caminho para nos serem damnosas em muitos outros; e as desavantagens provenientes dos máos exemplos, que depois se repetem, e se empregão mesmo contra nós, que huma, ou outra vez indiscretamente os louvâmos, honrâmos, e engrandecêmos, vem a ser o castigo, que nós mesmos nos procurâmos aos nossos desacêrtos, e ás nossas immoralidades.

Os Apologistas dos factos Revolucionarios, que huma vez lhes sôrão proveitosos nas emprezas, em que se havião mettido, mal considerão que nisso se expõem a se mallograrem essas mesmas emprezas! Poucos momentos depois o desvio da moral, que foi louvado por elles; a sanctificação de todos os meios, quaesquer que elles sejão, em consideração dos fins, a que se dirigem, apparece convertida contra os mesmos propagadores desta moral pessima. As terriveis doutrinas, que servírão para edificar, são depois empregadas para destruir. Semelhantes armas são como as de Samsão, que, derrubando as columnas do Templo para sepultar os Philistheos debaixo das suas ruinas, fica tambem com elles entregue á mesma sepultura. Taes armas igualmente fatnes aos Vencidos, que aos Vencedores, não se empregarão jámais discretamente por pessoa alguma. E to-

Digitized by Google

dos os homens devem ter, como de eterna, e invariavel verdade, *que se as más sementes lançadas á terra não podem deixar de produzir plantas da sua mesma natureza; assim tambem os meios immoraes disseminados, e honrados, quando huma vez nos são, ou nos parecem ser proveitosos, hão de produzir de futuro outros analogos, ainda quando sejão em nosso desproveito; e que por tanto a ninguem he verdadeiramente util a propagação da immoralidade, e o credito, e louvor dado a factos illegaes, immoraes, e detestaveis, ainda quando elles huma, ou outra vez servem a fins bons, e proveitosos.*

Huma, ou outra verdade nos parece incontestavel, e vem a ser, que os fins, ou resultados das acções não podem alterar a moralidade, ou immoralidade, que he propria dellas pela sua natureza.

Tambem os venenos algumas vezes servem na Medicina como remedios, e com tudo ninguem deixa de lhes chamar venenos. Tambem os terremotos podem ser a origem das reedificações de Lisboas, fazendo passar a muito formosas Cidades, as que d'antes erão, ou informes, ou muito menos bem alinhadas; e com tudo ninguem deixa de ter os terremotos por huma grandissima desgraça. Nós pois não havemos de baralhar nunca nossas idêas: havemos de separar sempre em todos os acontecimentos, que cahirem debaixo das nossas considerações, os fins, e mais os meios, dando a cada huma destas cousas a classificação, que lhe compete.

Havemos de dizer sem dúvida que algumas *Revoluções* tem fins proveitosos, e dignos de louvor: e que outras são tão detestaveis, illegaes, e immoraes, em quanto aos seus fins, como em quanto aos seus meios. E nesta parte muito acordes vamos com as idêas do Auctor da mencionada Carta. Serão mesmo, em quanto aos fins, illegaes, e immoraes as Revoluções, quando ellas são o resultado do espirito de Partido, e não tem por fim essencial estabelecer a Felicidade Publica; e terão fins louvaveis aquellas, que tenderem á Felicidade Publica. Mas, ainda em quanto a estas, se olharmos, e considerarmos os meios Revolucionarios empregados para se obterem os dictos bons fins, (e destes he, de que somente se tracta no dicto 1.° Artigo da nossa Fé

Digitized by Google

Politica, como já dissemos) havemos de sustentar que elles forão illegaes, e immoraes, porque, segundo as nossas doutrinas já expostas, a natureza dos fins não altera a qualidade dos meios, e podem os meios ser máos, e dirigirem-se elles a fins summamente proveitosos. O Auctor da Carta contempla os fins das *Revoluções*, e não dá attenção alguma aos meios empregados; e parece-nos que nisto he que está a origem dos seus desejos, para que nós restrinjâmos o dicto Artigo 1.° da nossa Fé Politica.

Quando se tracta de qualquer questão, a primeira cousa, que se deve fazer, he fixar o verdadeiro sentido, e a verdadeira natureza della. Voltaire dizia = *Defini* = Se isto se praticar, ou as disputas cessarão bem depressa, ou mesmo nem ellas terião nascido, se se começasse por aquillo. Toda a questão deveria trazer anteriormente a sua definição gravada, como em ar de frontespicio. Sabía-se desta sorte logo distinctamente aquillo, de que se tractava. Seguindo-se o methodo contrario, póde-se disputar por huma eternidade, sem os homens se entenderem huns aos outros. Com o uso de termos vagos, he que unicamente pode triunfar a ignorancia, e a má fé. He muito custoso dize-lo, mas he huma indisputavel verdade: que em nossos dias quasi todas as discussões apresentão-se, mantem-se dos termos vagos, que nellas são empregados. Não se tracta de definir os dictos termos: não se tracta de lhes attribuir significações precisas, e que sejão communs a todos os contendores; faltando á qual uniformidade, he inutil disputar, porque he impossivel que os que disputão se entendão huns aos outros. Foi por isto que começámos este trabalho, por definir muito clara, e precisamente as diversas accepções, que se podião dar á palavra *Revolução*, fixando, e determinando aquella, que lhe haviamos attribuido no dicto Artigo 1.° da nossa Fé Politica, e esperâmos que por este meio, fazendo-nos entender com o Auctor da Carta sobre a verdadeira intelligencia do dicto nosso Artigo, cessarão inteiramente as dúvidas, que se lhe offerecião contra elle. Era impossivel que de outra sorte nos entendessemos, e nos concordassemos. Nós tractavamos dos actos Revolucionarios, dos meios empregados para que as *Revoluções* se realisassem. Elle tractava dos fins das *Revoluções*, do seu proveito, e da sua

Digitized by Google

conveniencia. Marchando em orbitas tão differentes, se pelo identico uso das mesmas palavras, antes d'ellas bem definidas, nos parecesse a nós, ou parecesse aos outros que tractavamos da mesma cousa, impossivel seria que nos tirassemos de embaraços.

Attendidos pois os fins das *Revoluções*, e quando se tractar da moralidade, ou immoralidade dos dictos fins, faremos innegavelmente a distincção, que faz o Auctor da Carta; porem quando se tractar dos meios Revolucionarios, que he aquillo, de que se tracta no dicto Artigo, não admittimos, nem podêmos admittir alguma distincção, relativamente á moralidade, ou immoralidade de semelhantes meios. Temos a todos elles por illegaes, immoraes, e detestaveis.

Somos Doutor pela Universidade de Coimbra na Faculdade de Leis. Os Estatutos da dicta Universidade são a Lei fundamental d'aquella Associação, a que nos incorporámos, quando recebêmos aquelle Gráo. Os dictos Estatutos no Liv. 4.° Tit. 3.° Cap. 3.° §. 14 determinárão ao Lente de Direito Natural Publico, e das Gentes que acautelasse a mocidade Portugueza contra as erradas doutrinas, e contra os perigosissimos Principios do Monarchomachismo, que mette na mão dos Povos a intervenção nos abusos do Poder, que os governa, e que espalha por esse modo nas Sociedades Civís a horrivel sementeira das Rebelliões. Não podêmos desviar-nos da Lei fundamental d'aquella nossa Associação Academica; e muito menos ainda o podêmos fazer, quando os subsequentes estudos da nossa vida nos fizerão confirmar cada vez mais da Sabedoria, com que o Senhor Rei D. José impoz aquella Lei aos Doutores das Faculdades Juridicas, em cujo número entrámos.

O Compendio, por que aprendêmos as Sciencias Politicas na dicta Universidade, ensinou-nos a mesma doutrina. Pode vêr-se Martini = *Positiones de Jure Civitatis*, §. 358, e seguintes. Nós a vimos demonstrada muito amplamente pelos cuidados do Senhor Rei D. José a bem do estabelecimento da boa Moral, que convinha nas Sociedades Civís para o proveito dos homens, em a Deducção Chronologica, e Analytica, Part. 1.ª Divis. 12, §. 649, e seguintes. Nós sabemos que huma das causas, que armou o dicto

Digitized by Google

Soberano contra a Sociedade Jesuitica, foi o acharem-se em muitas das Obras dos seus Padres sustentados, ou os primeiros Principios Monarchomachos, ou as suas consequencias, e os seus corollarios. Podem vêr-se as duas Obras intituladas = *Origem infecta da Relaxação da Moral dos denominados Jesuitas* = *Doutrinas da Igreja offendidas pelas atrocidades da Moral Jesuitica* = Atrocid. 20, e o Edital da Mesa Censoria na data de 12 de Dezembro de 1771.

Huma Obra corria em Portugal intitulada = *Justa Acclamação do Serenissimo Rei de Portugal, D. João 4.°* = attribuida ao Dr. Francisco Velasco de Gouvêa, em que se sustentava o Direito da Serenissima Casa de Bragança ao Throno Portuguez; mas, a pesar d'isto, como nella se estabelecião algumas doutrinas contrarias a estas, que temos escripto, e se declaravão legaes os Actos Revolucionarios da Acclamação, em respeito á intervenção, que nella tiverão os Povos, por ordem do Senhor Rei D. José hum Assento se fez na Secretaria d'Estado pelos Magistrados, que naquelle tempo havia em Lisboa mais acreditados, em que a dicta Obra se julgou falsamente attribuida ao referido Doutor, como incompativel com as suas letras; e o Livro, que defendia o Direito dos nossos Soberanos ao Throno, que legitimamente occupão, foi prohibido por hum d'elles mesmos, somente porque nelle vinhão as dictas doutrinas. Pode vêr-se o dicto Assento no lugar citado da Deduc. Chronol.

O dicto Soberano conhecia que lhe não era vantajoso, como Rei, authorisar a acção do Povo contra quem o governava, nem mesmo quando isto parecia dirigido em beneficio dos Direitos da sua Serenissima Casa. Elle pensava, como Otho, no Discurso, que Tacito refere, por elle feito aos seus Soldados depois de hum tumulto excitado por zêlo para com o mesmo Imperador: » *Vosso zêlo a meu favor* (disse este) *he na verdade quem vos fez obrar; mas entre os alvorôtos, as trévas, e a confusão poderá tambem apparecer alguma occasião, que seja contra mim.* » (*Vos quidem istud pro me, sed in discursu, et tenebris, et rerum omnium confusione patefieri occasio etiam adversus me potest.* » Liv. 1.° Hist. Cap. 84); e fez castigar dous d'aquelles, que tinhão sido os principaes na sedição feita para o seu serviço.

Digitized by Google

Elle pensava com a sabedoria de Pompêo quando pertendendo o seu primeiro triunfo, que alguns Romanos lhe contestavão, por não ter sido nem Consul, nem Pretôr, e por não haver exemplo de que gosasse d'aquella honra quem não tivesse exercitado alguma das dictas Magistraturas; queixando-se, e fazendo huma especie de tumulto os Soldados do seu Exercito, que não tinhão recebido as liberalidades, que d'elle esperavão, para vêr se as conseguião, excitado o General a fazer-lhas, desejando que elles concorressem para o apoiar naquella sua pertenção, este proferio a sempre louvavel Sentença, *de que antes não queria triunfar, do que conseguí-lo por tal preço*, a qual lhe dêo tanto crêdito que Servilio, hum dos que mais se lhe oppunhão, exclamou: *agora he que eu conheço que Pompêo he verdadeiramente grande, e digno de triunfar*, Pluthare. in Pomp. Eis-aqui o que se chama saber avaliar as cousas; muito agradavel era a Pompêo a honra do triunfo, que pedia; mas se, para obtê-la, lhe fosse necessario adular hum alvoroto dos Soldados, contra quem em Roma exercitava a pública authoridade, antes não queria triunfar, do que habitua-los assim dos tumultos, e á licença: elle General conhecia que lucrava menos no triunfo, do que perdia, authorisando semelhante mão exemplo.

O Senhor Rei D. José não podia deixar de vêr quanto aos Imperadores Romanos, acclamados pelos Exercitos, ou pelas Guardas Pretorianas, era pouco util a sua elevação ao Imperio por meio de taes acclamações, porque ellas mesmas os precipitavão do throno com huma facilidade igual áquella, com que os tinhão elevado. E ainda nelles havia huma razão particular para os conduzir, quando consentião no dicto meio, que era, não terem outro caminho para a sua elevação, sendo-lhes preciso aproveitar aquelle: de maneira que se os dictos Exercitos, e Guardas tinhão sempre em perigo a existencia politica dos Imperadores, tambem erão a sua unica origem. Mas quem tem direitos de soberania, fundados em outros mais seguros alicerces, não pode obrar senão em pura perda, quando os deixa abalar pelas doutrinas monarchomacas.

E nem com a sua sabedoria, nem com o seu conhecimento dos homens, e das paixões humanas era compativel

Digitized by Google

esperar que os Povos, habituados a empregar a sua força individual nas cousas, em que só devia figurar o Governo, e vendo-se por isto frequentemente louvados, se limitassem constantemente a faze-lo naquillo, que agradasse ao Governo. Sylla opprimio Roma, para se oppôr á dominação, a que Mario aspirava: opprimio-a para que ella continuasse a ser livre, e por isso chegou hum dia, em que abdicou a Dictadura. Mas dêo hum fatal exemplo contra a Liberdade, que queria defender: nenhum houve, que o imitasse no abandôno do Poder, havendo muitos, que o seguissem na violenta occupação da publica authoridade, até que por este modo fizerão acabar a Republica. Montesquieu Grand. et Decad. des Romains, Chap. 11. 13. e Dialogue de Sylla et d'Eucrates. He isto, o que succede quasi sempre, quando se authorisão máos exemplos. Ainda quando se empregão algumas vezes para bons fins, elles são imitados ao depois sem a escrupulosa attenção das causas, com que da primeira vez se justificárão.

Se destas considerações passarmos á Sagrada Authoridade dos documentos, e preceitos, que nos deixou o Divino Fundador da Religião, que professâmos, nós os Christãos teremos nelles novos argumentos em confirmação da doutrina, que temos sustentado. Alem do exemplo, que Jesus Christo deixou aos fieis para não intervirem em deliberações algumas, sem que se perguntassem a si primeiramente qual era a fonte, d'onde lhes vinha a authoridade para intervir nellas, exemplo de que nos lembrámos já, tractando de demonstrar o referido Artigo 1.º da nossa Fé Politica a f. 138, e alem de tudo quanto escrevêmos de f. 261 em diante para desviar os Portuguezes, com as doutrinas da Igreja, de factos Revolucionarios, temos a accrescentar ainda que as dictas doutrinas não deduzem a obrigação dos Fieis para respeitarem, e obedecerem aos que governão, da qualidade do mesmo Governo, de ser elle bom, ou máo; mas sim de ser Governo. Pilatos era quem era, e estava para proferir a mais iniqua das Sentenças, que ouvírão os homens, quando disse a Jesus Christo, se acaso ignorava que elle tivesse o Poder de o fazer Crucificar? E o Filho de Deos respondêo-lhe que elle não teria aquelle Poder, se lhe não tivesse emanado do Ceo = *Non haberes potestatem adversum me*

Digitized by Google

ullam, *nisi tibi datum esset desuper* (S. João Cap. 19. v. 10 e 11). = Não lhe disse que era bom, nem que era máo; que era usurpador, ou não usurpador; que usava bem, ou que não usava bem do seu Poder; porem somente que elle era Governo, e que por isso he que tinha aquella authoridade.

E S. Pedro na Epistola 1. Cap. 2., v. 13, e seguintes, ensina aos Judeos a sujeição aos Principes da terra, ou seja Rei Soberano, ou sejão Governadores mandados por elle; e porque razão o ensina assim o Principe dos Apostolos? Porque esta he a vontade de Deos. *Quia sic est voluntas Dei.* Não lhes diz que aquella sua obrigação he fundada em serem bons o Rei, e os Governadores; mas sim em que a vontade de Deos he que se lhes obedeça, sejão elles quaes forem; e por isso no fim conclue o Apostolo dizendo, que lhe estejão os Povos sujeitos, não só sendo elles bons, e modestos, mas ainda no caso de serem *díscolos*.

Tudo isto são outras tantas vozes para convencerem os Christãos da illegalidade de todos os seus factos Revolucionarios, por quanto todos elles lhes são prohibidos pela Lei de Deos. E nós já mostrámos tambem, tractando do dicto 1.° Artigo da nossa Fé Politica, que erão illegaes todos os dictos factos Revolucionarios, attendidas as Leis humanas, que dimanão da natureza das Instituições Sociaes, e que formão, e que constituem o Direito Publico Universal. Estas Leis prohibem aos Governados occupar as funcções dos Governos, por quanto isso he ir usurpar funcções alheias, e infringir todo o mechanismo da Organisação Social, intromettendo-se a dictar Leis aquelles, a quem só cabe obedecer-lhes por effeito da dicta Organisação. São os Governantes os que tem a authoridade de mandar no meio da Sociedade Civil. Os Governados tem obrigação de obedecer. Se pois estes quizerem apropriar-se, e de facto se apropriarem as attribuições, que são d'aquelles, segundo a Organisação Social, quem poderá duvidar que elles obrão illegalmente, isto he, contra a Lei dessas Instituições Civís, a que se chama Direito Publico Universal?

Que era cada huma das Nações, consideradas ellas unicamente com o territorio, que occupavão, e com os indivi-

Digitized by Google

duos, de que se compunhão, antes de passarem pela Organisação Civil, isto he, antes de se estabelecerem, e de se separarem aquellas duas partes o Governo, e os Governados? Erão huma Collecção informe, em que tudo se achava baralhado, sendo todos os associados ao mesmo tempo Governo, e ao mesmo tempo Governados; e não havendo por isso mesmo, nem huma, nem outra cousa. Erão como os Poetas nos pintão o Cahos anterior á formação do Universo, aonde havia tudo, e não havia nada; porque havendo luz, e havendo trevas, ambas estas cousas, confundidas entre si, fazião com que não houvesse dia, nem houvesse noite: e havendo terra, e mais agua, a sua mutua confusão fazia com que não houvesse, nem mar, nem continente.

E como he que nos Livros Sagrados se nos refere, que Deos aniquillou o Cahos para crear o Mundo? Separando estas cousas diversas, e pondo cada huma no seu lugar; juntando a luz com a luz, e separando-a das trevas, formou o dia; juntando as trevas com as trevas, e separando-as da luz, formou a noite; e procedendo da mesma sorte relativamente ao mar, á terra, e a todas as outras cousas, assim organisou a admiravel machina do Universo, que se conserva em marcha ha tantos Seculos com a regularidade, que vêmos, porque as suas diversas partes componentes se conservão todas, e cada huma dellas no lugar, e exercicio, que lhes foi destinado, sem humas irem occupar o lugar, e as funcções das outras. E que succederia, se ellas não obedecessem a esta Lei, e fossem confundir-se as trevas com a luz, e as aguas com a terra? Renasceria o Cahos, acabaria o Mundo, não haveria, nem dia, nem noite, nem mar, nem continente.

Aquella mesma vereda, trilhada pelo Omnipotente na creação do Universo, he a que se segue na fundação dos Imperios, e das Sociedades Civís. Destroe-se o Cahos anti-Social, em que os Governados estavão baralhados com o Governo: põem-se cada huma destas cousas no seu lugar: e apparecem as Nações, consideradas ellas como Corpos Politicos. E que succederá, se alguma d'aquellas partes do Todo fôr occupar as funcções, que pertencem á outra? O mesmo que dissemos relativamente ao Universo: a So-

Digitized by Google

ciedade Civil deixará de existir, reduzindo-se outra vez ao Cahos, de que foi tirada.

Poderá disputar-se muito sobre os bens, e sobre os males proprios de cada huma das especies de Constituições Civís, que são conhecidas, e cuja differença está na diversa maneira, porque nellas se acha constituido o Governo, entregue, já a huma pessoa, já a muitas, e com mais amplitude, ou com mais modificações. Todas estas questões são alheias do nosso assumpto. D'ahi resulta unicamente, que poderão haver muitas, e differentes especies de Governo, estando em huns mais sabiamente impedido, do que nos outros, o abuso, que se pode fazer da vontade geral, e da força geral, que nelle se representa concentrada; mas em todas as dictas especies será regra invariavel = *Que he preciso que o Governo seja Governo, e que os Governados sejão os Governados, sem que estes jámais se julguem authorisados a intrometter-se naquillo, que he inteiramente dependente das funcções incumbidas a quem os deve dirigir.* = Esta he huma regra sem excepção. Se ella se não respeitar, a Sociedade Civil desapparece logo, substituindo-se-lhe o Cahos, de que tinha sahido.

O Governo he o centro do Circulo Politico, he a mola real dos Estados; e assim como seria hum absurdo geometrico querer considerar o centro do circulo em qualquer ponto d'elle, e hum absurdo em Mechanica querer considerar a mola real de huma machina em qualquer parte della, assim tambem será sempre hum absurdo politico, conceber o Governo como existente em toda, e em cada huma das partes da Sociedade Civil. E, não se concebendo isto, não se poderá conceber tambem que cada Cidadão, ou cada fracção de Cidadãos possa jámais intrometter-se a substituir a sua vontade individual, como se fosse a vontade geral para determinar o que se deve ter por bem, e por mal Civil, e a substituir a sua força individual, como se fosse a força pública, para coagir, ou impellir a execução d'aquillo, que lhe parece ou util, ou prejudicial civilmente.

Se isto não fosse hum absurdo, seguir-se-hia que, da mesma sorte que huns poucos de Cidadãos podem substituir as suas vontades, e as suas forças individuaes, como se ellas fossem a vontade, e a força pública, todos os ou-

Digitized by Google

tros poderião fazer o mesmo; e produzindo a diversidade de idêas, e de paixões diversissimas vontades individuaes, os Estados serião huma permanente Guerra Civil, que destruiria tudo, querendo cada par de Cidadãos, que a sua definição do bem, e do mal Civil fosse ávante, e que todos os outros a reconhecessem, e a respeitassem como tal. *Esta he a consideração, que escapa igualmente a todos os Conspiradores de todos os Paizes*, (diz Mr. de Prat) *que tomão os seus pensamentos proprios, como se elles fossem os de huma Nação inteira, e as suas reuniões particulares, como se fossem as da sua totalidade. Não se vê nenhuma outra cousa, de trinta annos a esta parte.*

Eis-aqui a maneira, porque pensa, e em inteira conformidade com as nossas idêas, hum Escriptor tão acreditado por Liberal, como o he o antigo Arcebispo de Malines (L'Europe et l'Amerique en 1821 Part. 1. Chap. 15. f. 356.) Nós começando a f. 23. o nosso Tractado *sobre a Ochlocracia*, escrevêmos no titulo, *que esta molestia atacára os Portuguezes em* 1808, *e que os perseguia des de esse tempo até os nossos dias:* e Mr. de Prat, que não fallava restrictamente de Portugal, mas em geral da Europa, e da America, extende a nossa proposição, em quanto ao tempo, a hum período muito mais dilatado. A Ochlocracia he essa substituição das vontades individuaes em lugar da vontade geral, que repugna com a mesma idêa da Sociedade em geral, e por consequencia tambem com a idêa das Sociedades Politicas. Humas e outras são o complexo de muitas vontades para hum fim commum. E poderá então deixar de ser illegal, que huma fracção, que huma parte dessas vontades, obre como que se fosse a sua totalidade? Que juntando-se algumas dessas vontades em hum número pequenissimo, em comparação do Todo, obre como que se esse ajuntamento o fosse, não de huma pequenissima parte delle, mas da sua totalidade, ou da sua maioria?

Supponhamos que a associação era de dez mil, e que o ajuntamento era de mil: não vinha a ser contra a Lei desse Corpo moral, contra a Lei deduzida da mesma natureza dos seus números, que mil vontades dissessem que erão dez mil vontades, ou obrassem, como que se o fossem? A Lei geral das Sociedades obstava a este comportamento; e,

Digitized by Google

se elle se visse praticado, não se havia de dizer que era illegal?

O dicto antigo Arcebispo de Malines continua a considerar, e a reflectir sobre os acontecimentos Politicos de Hespanha desde 1808, e escreve nesta maneira. — *Em* 1808 *os Guardas de Corpo fizerão abdicar Carlos IV.; elles prendérão o seu Ministro, o seu Amigo, o Principe da Paz, homem sem dúvida muito pouco interessante, mas hum homem; mas hum homem de seu Amor: e elles nem erão os seus Juizes, nem os do Estado do Reino, nem os das resoluções do Principe. Que direito lhes permitia misturar-se com o Povo para vociferarem todos contra o seu Rei? Os principios são invariaveis; não ha huns, que sejão particularmente feitos para os Guardas de Corpo de Carlos IV; os de Fernando absolvem os Soldados da Ilha de Leão, e os de Napoles. Se o homem armado se pode elevar a Juiz de huma Cousa, e dize-la boa, declarando por sua authoridade que ella he a do Rei; porque motivo hum outro homem armado não teria a mesma escusa, e o mesmo direito, authorisando com o nome do Povo aquillo, que elle pertendesse proclamar em nome deste? Tudo isto não he outra cousa senão Anarchia.*

Eis-aqui outra vez o antigo Arcebispo de Malines concorde com as nossas idêas em hum sentido geral. Elle chama Anarchia toda a intervenção, ou attribuição, que huma fracção da Sociedade se dá a si mesmo, para fallar em nome de toda ella, ou de quem representa a toda ella. E a Anarchia não he hum Estado manifestamente illegal no meio da Sociedade Civil?

E considerando depois em particular a moralidade de hum dos actos revolucionarios no curso dessa Anarchia, diz elle = *Mas os que abrirão o caminho a estes attentados poderão lançar a pedra sobre aquelles, que os invitarem? Todo o mundo tem o direito, e a obrigação para isso, excepto elles.* Não he manifesto que Mr. de Prat considera illegaes todos esses actos revolucionarios, que reconhece em todos os homens, não só o direito, mas a obrigação de os declarar por taes, recusando unicamente este direito áquelles, que pelos seus primeiros máos exemplos, tentárão, ou provocárão os seus imitadores? Aqui terá pois o Auctor da

Digitized by Google

Carta hum outro Escriptor Liberal, pensando em conformidade do 1.° Artigo de nossa Fé Politica: e se o fazia circumspecto, e receoso nas dúvidas, que se lhe apresentavão contra a nossa doutrina no dicto Artigo, o vêr que nós tinhamos a nosso lado os dous nomes de Jeremias Bentham, e de Benjamin Constant, terá agora mais o outro, a saber, Mr. de Prat, para accrescentar áquelles seus receios.

E he chegada agora a occasião de tractarmos de mostrar ao sensato Auctor da Carta aonde está o seu engano, quando escreve a f. 9 — *Não ha dúvida que as Revoluções começão sempre por huma porção de individuos diminuta, e ás vezes diminutissima da Sociedade; mas se essa porção de individuos obra conforme o espirito geral, e commum da mesma Sociedade, conforme os desejos, e até as precisões da maior parte da mesma Sociedade; e se esses desejos, e essas precisões são conformes á Justiça, e ao Direito Publico Universal, parece, digo eu, que essa porção de individuos, bem longe de praticar huma acção immoral, e illegal, pratica o que a torna digna de grande louvor, e de hum eterno renome. O Velho Liberal poderá agora querer oppôr-me a sua doutrina exposta em a Nota a pag. 130 do mesmo Supplemento 5.°, aonde diz:* A Opinião Publica não tem huma idêa clara ... para que a tivesse era preciso saber a maneira de pensar de hum, dous, ou tres milhões de homens, a que se attribue aquella Opinião, para se dizer Publica. *Agora digo eu que, se se der o caso de existir hum motivo tal, que por elle se possa asseverar qual he a maneira de pensar de milhão e meio de pessoas Portuguezas, tinhamos achado com evidencia qual era a Opinião Publica em Portugal, por isso que tinhamos achado a Opinião da maxima parte dos seus habitantes.*

Cumpre-nos analysar esta parte da Carta, para vêrmos o pêso, que ella merece, visto que, se semelhante maneira de raciocinar fosse admittida, e propagada, aberto estava o caminho para continuar a serie de factos Revolucionarios, a que he preciso pôr hum termo. A Carta do Senhor D. PEDRO 4.° foi dirigida ao dicto fim de pôr hum termo aos factos Revolucionarios entre os Portuguezes, como escrevêmos na Nota a fol. 134, que tanto agra-

Digitized by Google

dou ao Auctor da Carta, em que se acha o período referido. Tomámos sobre nós a Sustentação da Carta, e não podêmos, nem devêmos deixa-la exposta aos grandes perigos, que lhe poderião vir da dicta maneira de raciocinar, que não he nova, mas a mesma, com que os Monarchomachos tem procurado sustentar a sua Seita.

O primeiro vicio da dicta maneira de raciocinar consiste em não se ter attenção nenhuma, relativamente á Authoridade, que tem para obrar a fracção da Sociedade Civil, ou maior, ou menor, cuja vontade se suppõe conhecida, e uniforme em certo ponto. E já se vê que esta falta ha de fazer illegal os seus procedimentos, visto não haver Lei, que authorise a dicta fracção Social para obrar em cousa alguma relativa á Publica Administração no meio da Sociedade Civil, sendo ella no Corpo Politico huma parte da Classe dos Governados.

Por ventura, quando a dicta fracção ouvia referir, e provar os factos mais horriveis do mais escandaloso malfeitor, não teria a indubitavel certeza da maneira de pensar, não só de milhão e meio de Portuguezes, mas de todos os Portuguezes, sobre o castigo, que merecia o dicto malfeitor? Ninguem o pode duvidar. E com tudo: só por este conhecimento lançava ella mão da sua força individual para castigar o dicto malfeitor? De nenhuma sorte. Ficava tranquilla, esperando que o fizesse quem tinha o Direito para o fazer. Se ella obrasse de outra sorte, se fosse impôr ao dicto malfeitor aquelles castigos, que sabia serem conformes, e pedidos pela indubitavel, e conhecida vontade geral dos Portuguezes, não seria innegavel que os seus factos erão illegaes? Ninguem o poderia duvidar. E então: quando lhe constasse que esse milhão e meio de Portuguezes entendia que o Governo se desviava do caminho, que devia trilhar, havia de julgar-se authorisada para obrar a seu respeito por hum modo, que não empregaria, relativamente ao mais grave, e desprezivel malfeitor? Seus procedimentos, que serião illegaes, bem que apoiados na vontade da maxima parte dos Portuguezes, quando, applicados a hum Cidadão, e a hum Cidadão notoriamente criminoso, havião deixar de ter aquella classificação, sendo relativos a quem estava na classe do Governo? Não seria isto huma manifesta contradicção?

Digitized by Google

Depois d'isto, não he evidente o risco de errar no cálculo d'esta uniformidade, que se tem como certa, relativamente ás vontades individuaes da maioria dos Portuguezes? Não vemos todos os dias, quando os Estados se achão nas suas Crises Politicas, querendo huns extremos para huma parte, outros extremos para a outra, contar cada huma d'estas fracções Sociaes com a maioría Nacional como sua? Entender cada huma d'ellas que a maior parte dos outros se acha no seu sentido, e que pensa como ella pensa? E hão de então adoptar-se theorias de Direito Social sobre bases tão incertas, qual he esta supposição do conhecimento da vontade individual dos Portuguezes? Poderá applicar-se neste lugar a Philosophia Juridica, de que Jeremias Bentham se serve, quando tracta das *diversas origens dos falsos raciocinios em materia de Legislação*, relativamente ás *Ficções*, no Tom. 1.° das suas Obras, fol. 114. Hum supposto arbitrario, dependente do juizo de quem suppõe, he igual a huma Ficção, não tem mais solidez do que ella.

E alem de tudo isto, dando por certo que era reconhecida, e indisputavel a Social molestia attribuida ao Governo; que era constante, e uniforme a maioria dos Cidadãos na necessidade de hum remedio, que era o mais, que d'ahi se podia concluir; vamos a vêr, o que falta ainda, depois de tudo isto, para chegar ao ponto de classificar como remedio huma Revolução; e como hum remedio legal. Não se pode duvidar que a Revolução he hum mal, o qual no dicto caso se considera hum mal, que legitimamente se pode empregar, visto que se tracta de o oppôr a hum mal muito maior, qual era a cura do Governo, que se considerava em contradicção com os fins Sociaes, e com a felicidade Publica. Estavamos pois no caso, de que tracta o dicto Juris-Consulto Inglez Jeremias Bentham no Tom. 2.° das suas Obras f. 286, em que numera os meios de Justificação, com que na Sociedade Civil se podem desculpar os males, que nella se fazem: he hum destes meios = *a repulsa de hum mal maior.* = Authorisa-se, e considera-se legal hum mal, a fim de impedir, ou de estorvar hum outro maior. A Revolução he hum mal, mas hum outro muito maior he ainda a conservação de hum Governo, que não satisfaz aos fins Sociaes. Logo temos chegado ao caso, em

Digitized by Google

que o emprêgo d'aquelle mal se torna legitimo, como tendente a hum maior bem Social, do que era a conservação da tranquillidade Publica, que vai necessariamente a perturbar-se pelo meio da dicta Revolução.

E que diz Jeremias Bentham que he preciso para o uso deste meio de Justificação, para o emprêgo de hum mal na Sociedade Civil, a fim de evitar outro maior? Eis-aqui as suas palavras = *Mas tanto he mais grave hum remedio desta natureza, quanto mais ha de ser preciso, que seja evidente a necessidade de o empregar. A maxima da Saude Publica tem servido de pretexto a todos os crimes. Para que este meio de Justificação seja válido, he preciso verificar tres pontos essenciaes:* 1.° *a certeza do mal, que se quer desviar:* 2.° *a falta absoluta de todo outro meio:* 3.° *o infallivel próspero resultado d'aquelle meio, que se emprega.* =

Já concedêmos liberalissimamente que se fivesse muito embora por indisputavél a certeza do mal, a que se queria acudir com o remedio de huma Revolução; farêmos agora mais: concedêmos que concorre tambem indubitavelmente a absoluta falta de hum outro remedio. Perguntâmos somente: E, sendo esse remedio huma Revolução, póde em caso algum haver a certeza *do infallivél próspero resultado desse meio, que se emprega?* Não pode haver pessoa alguma tão ousada, e tão inconsiderada, que se atreva a responder affirmativamente a esta ultima questão. O máo successo de tantas Revoluções mallogradas, acarretando somente sobre os homens desgraças, e males muito superiores áquelles, que se querião evitar, depõem contra a temeridade, de quem ousasse affirmar na concepção, ou no emprêgo dos meios Revolucionarios, que elles havião de ter o infallivel próspero resultado, que se desejava, e ao qual se dirigia o emprêgo do mencionado meio. Bastaria pois isto para tornar illegal o seu emprêgo, visto que faltava a concorrencia de huma destas circumstancias, que he indispensavel, para se justificar, ou legalisar no meio da Sociedade Civil o emprêgo de hum mal contra outro, que se reputa maior.

O dicto Jeremias Bentham continua a dizer o seguinte na materia, de que tractâmos = *A Grecia gabou os seus Timoleões, mas pode vér-se nas convulsões perpetuas, que*

***

Digitized by Google

a agitárão, como a doutrina do Tyrannicidio preenche mal o seu fim. Ella não serve senão para irritar hum Tyranno Suspeitoso, e para o tornar tanto mais feroz, quanto elle he mais fraco. Erra-se o golpe? As vinganças são terriveis. Acerta-se elle por acaso? Em hum Estado popular as facções neste momento reassumem toda a sua violencia: o Partido vencedor faz todo o mal, que elle pode temer. Em hum Estado Monarchico, o Successor espavorido conserva hum profundo resentimento; e, se elle torna mais pesado o seu jugo, seus atrozes procedimentos são desfigurados diante de seus proprios olhos por hum pretexto plausivel.

E ninguem pode deixar de reconhecer a Sabedoria, e exáctidão de tudo quanto acabâmos de transcrever das Obras do mencionado Juris-Consulto Inglez.

O raciocinio pois, que se acha no trasladado Artigo da Carta, que levâmos em vista, pecca primeiro em não dar attenção ao Direito, e á faculdade de quem obra, o que he absolutamente indispensavel na classificação das acções moraes, e legaes. Pecca segundo em hum supposto, de que jamais pode haver a certeza de não ser enganoso, quando se tracta em prática, e não em meras theorias. Pecca terceiro em não se dar attenção ao risco de não ir ávante a *Revolução*, caso em que falte a certeza da efficacia do remedio; e havendo d'huma parte o mal certo do remedio, e da outra a incerteza, e mesmo a improbabilidade do bem, que d'elle ha de provir, não era possivel que, para conseguir bens improvaveis, se expozesse alguem, ou expozesse os outros discretamente a males certos, e gravissimos.

Pois se huma receita houvesse, que, sendo applicada cem vezes, fosse mortal noventa e nove, e salutifera huma, havia ella de ser classificada no numero dos remedios louvaveis, ou dos remedios detestaveis? Que quereria cada hum dos homens, que se considerasse enfermo, quando se tractasse de se lhe applicar o dicto remedio? Sujeitas-se ao seu uso, ou desviar-se delle? Em noventa e nove probabilidades de ser prejudicial contra huma de ser util ninguem escolheria para si a applicação de semelhante remedio, a não se achar em estado de alienação.

Digitized by Google

E tudo isto he assim, ainda não considerado o grande risco do máo exemplo, (de que já têmos fallado) que vem das *Revoluções*, arriscando os Estados á sua propagação, e á applicação dellas nesses casos, em que o mesmo Auctor da Carta as considera, por via de regra, immoraes, e illegaes. Se, o mais das vezes, ellas são desta natureza, conforme nos parece entender o mesmo Auctor da Carta, porque huma vez, ou outra casualissimamente podião ter bons fins, e bons resultados, sendo mais frequente o abuso, do que o bom uso desse meio; então isto bastaria para o ter como civilmente illegal, e immoral, visto que era mais vezes origem de males, do que de bens: e no cálculo Politico valeria muito menos privar os Estados do bem, que huma, ou outra vez rarissimamente lhes poderia vir de huma *Revolução*, do que expô-los aos males frequentes, que lhes poderia trazer o seu uso.

Supposto o principio de *utilidade*, de que já temos fallado, como principio do justo no Systema de Jeremias Bentham; sendo certo que as *Revoluções* são mais frequentemente damnosas, do que proveitosas ao Corpo Politico (e disto não pode ninguem duvidar), ellas devem todas ser classificadas como hum mal Social, inadmissivel no meio das Sociedades Civis, e por tanto como illegaes, e como immoraes.

Nem era possivel pensar de outra maneira, sem que se adoptasse o Monarchomachismo, este Systema anti-Social, que semeia a rebellião no meio das Nações, á força de querer levantar barreiras á usurpação, e aos abusos da Authoridade Soberana. (1)

Derão grande Corpo a esta perigosissima Seita as Sedições de Inglaterra contra Carlos I, e em nossos dias a Revolução Franceza; mas desgraçadissimas experiencias fizerão vêr que d'ellas não resultão para os Povos senão o

(1) Sicut enim hi (Machiavellistæ) faciunt Reges tyrannos, et exleges, ita illi (Monarchomachi) populum regicidam, et rebellem, Statumque publicum evertunt. Bohemer. Jur. Publ. Univ. Para. Gen. Cap. 5. §. 20. Grot. de Jur. Belli, et Pace. Lib. 1. Cap. 3. §. 8. Puff. de Jur. Nat., et Gent. Lib. 7. Cap. 6. §. 4 e 5.

Digitized by Google

serem entregues á fluctuação das Paixões, e por meio d'ellas finalmente ao Despotismo. *Demagogos inconsiderados*, diz hum Escriptor muito instruido na theoria das Instituições Sociaes, *que haveis pertendido que a Soberania reside originariamente no Povo, porque o Povo era o Soberano antes de ter delegado os seus poderes, vós cahisteis n'hum erro funesto para as Nações. Assim que o vosso Systema appareceo, a terra se cobrio de crimes, e a tranquilla probidade estremeceo em toda a parte do Mundo.* (1) E elle passou depois a mostrar como o manancial d'aquelle errado Systema era a confusão, que se fazia do Corpo Politico antes da sua Organisação com elle mesmo, depois de organisado. A Soberania está no Povo, antes da organisação; mas, feita ella, he a parte governada o mesmo Povo; e permittir-lhe então algum exercicio da Soberania, seria authorisa-lo para invadir as funcções das outras partes do Todo Politico, e desarranjar a sua saude. E he manifesto que desta sorte, querendo-se destruir o que se chama Despotismo Real, se lhe substitue outro Despotismo muito mais terrivel, que he o da Multidão, ou o Despotismo popular, abrindo-se o caminho a esta serie infinita de crimes, que he necessario cobrir com o véo do esquecimento, segundo a expressão do mesmo Rousseau (2), para não fazer desmaiar a humanidade. E nem semelhante Systema pode ser util aos Povos, nem o pode ser aos Soberanos.

Se o sentimento da oppressão faz sahir o Povo da ordem legal, em que elle já não achava segurança, he para que elle se veja repentinamente sujeito a hum pequeno número de Chefes, tanto mais absolutos, quanto o titulo da sua administração he menos claro. O Povo não tem nunca o Poder, senão para o dar, ou para o deixar tomar. Eisaqui como pensa o Sabio analysador da Constituição d'Inglaterra. (3) E juntaremos ainda a opinião de Rosseau para provarmos os nossos referidos sentimentos com a autho-

(1) J. F. Dauray de Brie = Théorie des Loix Sociales. Liv. 4. Chap. 3.

(2) Contract Social. Liv. 2. Chap. 8.

(3) Mr. de Lolme Const. de l'Angleterre Liv. 2. Chap. 14, e Chap. 9.

Digitized by Google

ridade de dous Politicos, que nem forão Apostolos do Despotismo dos Soberanos, nem inimigos da Liberdade dos Povos. *Os Povos*, diz elle, (1) *huma vez acostumados a ser Governados, não podem passar sem isto. Se elles tentão sacudir o jugo, apartão-se muito mais da Liberdade, aprehendendo em lugar d'ella huma Licença desenfreada, que lhes he opposta; e as suas Revoluções quasi sempre os entregão a Seductores, que não fazem senão aggravar as suas cadêas.* Se pois estes são os resultados das Revoluções, ninguem as poderá olhar como principio dos melhoramentos na Sociedade Civil.

He porem muito mais claro ainda, que se não pode fazer serviço util a algum Soberano, semeando-se entre os Povos semelhante Seita; as vantagens, que se lhe apresentarem, como effeitos della, serão sempre apparentes, illusorias, e atraiçoadôras: porque abalar os alicerces da Soberania em geral ha de ser sempre huma desgraça, e huma perda para aquelles, a quem ella pertence. E convem referir neste lugar o que o judicioso Embaixador d'Inglaterra, Roberto Southwel escrevêo de Lisboa a Lord Harlington, Secretario d'Estado de Carlos II, vendo em outra crise politica da nossa Historia deixar-se ao Povo tomar demasiada authoridade (2).

> Creio que he conveniente fazer-vos notar aqui, Milord, que sejão quaes forem as mãos, em que venha a cahir a Suprema Authoridade, certamente será necessario mais de meio Seculo para reduzir os Vassallos áquelle gráo de submissão, e de obediencia, que devem ao seu Soberano, e em que se achavão antes destas perturbações; porque os mesmos Vassallos se achão em tão grande corrupção, e em tão grande soberba por effeito da imaginação da sua pertendida authoridade (na qual com grande cuidado os tem capacitado com lisonjas, introduzidas no seu espirito por differentes partes, para lhe fazerem appro-

(1) Dedicace du Contract Social.

(2) Carta de 11 de Novembro de 1667 na Deducção Chronol. e Analit. Part. 1. Devis. 13. §. 686.

Digitized by Google

var, e sustentar tudo o que se machina) que os ditos Vassallos se exprimem nos seus discursos de hum modo tão licencioso, como aquelle, com que se podia imaginar em qualquer Republica.

E poderá isto jámais ser proveitoso a hum Soberano, ou a hum Estado Monarchico? Quer nelle domine hum Monarcha Absoluto, quer elle seja governado por hum Representativo?

A materia he de tanta importancia, para quem pertende sustentar a Consolidação da Carta do Senhor Dom PEDRO IV que, por mais que pertendâmos pôr termo a este assumpto, novas idêas nos occorrem a cada passo, tendentes ao fim de arrancar d'entre os Portuguezes todas as sementes das Revoluções, e não queremos, e entendemos não dever deixar de transmittir aos nossos Leitores todas as dictas idêas, para servirmos ao Sagrado empenho acima referido. Sobre que bases assentaria a confiança de permanecerem entre os Portuguezes as novas Instituições, que da Côrte do Brasil lhes forão enviadas pelo dicto Augusto Soberano, se se não tiver como indubitavel o 1.° Artigo da nossa Lei Politica, de que temos tractado? A Amnistia, com que o dicto Senhor acompanhou as dictas Instituições, he hum veo tutelar, que cobre todos os casos preteritos, como era proprio da Sua Real Sabedoria. Não nos assuste pois o passado: não se tracta de fazer recriminação alguma. Nossos Leitores o verão quando mais adiante fallarmos da Revolução de 1808, e da de 1820. Mas receios do passado não sirvão para nos arriscar de futuro, impedindo-nos de professar altamente as doutrinas de Direito Publico Universal, que são indispensaveis, para que a Carta do Senhor D. PEDRO IV não fique precaria, e sujeita aos inconvenientes, que lhes podem vir da supposta, ou presumida opinião, que de presente, ou de futuro, se possa levantar contra ella, á sombra do Monarchomachismo, e da doutrina anti-Social, que embaraça o Auctor da Carta, quando considera a possibilidade de huma maioria da Vontade Nacional em contraposição, ao que se acha decretado pelo Soberano.

Vamos por isso extendermo-nos ainda mais alguma cou-

Digitized by Google

sa sobre esta materia. Já considerámos a summa difficuldade, que havia em conhecer essa maioria da Vontade Nacional, em que o Auctor da Carta estriba as suas dúvidas contra o dicto 1.° Artigo da nossa Fé Politica; mas não queremos deixar de juntar a este respeito ainda mais a seguinte respeitavel Authoridade do Juris-Consulto Inglez Jeremias Bentham (Tom. 1. das já citadas suas Obras pag. 129). *Mas como se conhece (diz elle), e como se consulta a Opinião Publica? Qual he o seu orgão? Acaso todo o Povo pensa uniformemente? Todos os individuos sentem do mesmo modo, incluidas mesmo as dezenove vigesimas partes, que jámais se ouvirão fallar? E alem disto, se o Povo se enganou, ha de ser condemnado a viver eternamente no erro? As illusões, que produzem as trévas, não se hão de dissipar á luz do dia? Assenta-se que o Povo poderia ter abraçada a sá razão, quando ella não he conhecida, nem dos Legisladores, nem dos Sabios da terra?*

Gostámos sempre muito de apresentar aos nossos Concidadãos as nossas idéas de acôrdo com as do dicto Juris-Consulto Inglez, porque, tendo-se dado tanta importancia ao seu nome, no curso das passadas Côrtes, não podem ser suspeitosas as nossas doutrinas, quando ellas apparecerem escudadas com os seus Escriptos.

Mas passemos adiante alguma cousa: demos por certo que a vontade, não de huma maioria Nacional, mas que a de todo o Povo vai de acôrdo com huma Revolução: seria isso bastante, para se deliberar á sua execução, quem pensasse com madureza, e com conselho? Pois não será necessario considerar tambem, se o Povo pode fisica, e moralmente executar a sua vontade?

Por isso que os homens são huns entes dotados de vontade, e de entendimento, he que necessitão de não se abandonarem ás cegas, dirigindo-se somente pela primeira faculdade, e que elles são obrigados a considerar em todas as suas deliberações, não somente o que elles querem, mas tambem o que podem, moral, e fisicamente, isto he, o que lhes he licito, e aquillo para que tem forças.

Pudendo isto, tractando das obrigações do homem para comsigo, conta entre ellas, a de examinarem os mesmos muito attentamente, antes de emprenderem cousa algu-

Digitized by Google

ma, se as forças, de que podem dispôr, são proporcionadas á empreza, e se esta vale o trabalho, que lhes ha de custar. Se conforme as regras da probabilidade, e da prudencia parecer que faltão os meios para se obter o fim desejado, he sua obrigação não o tentar, e fôra huma loucura emprende-lo, porque seria gastar prodigamente as forças empregadas; e aos homens he vedado tudo aquillo, que he perder, e dissipar. E se a empreza vale menos, do que o trabalho, que ha de custar, entrar nella seria perder, e dissipar por outro modo; porque, dispendendo-se mais do que se havia de lucrar, haveria a final hum resultado, que mostraria perda.

E havia então deixar-se ao Povo tumultuariamente, ou a huma fracção do mesmo Povo em seu nome, a resolução desta questão tão complicada, como ella he?

Não pode com effeito haver alguma outra mais difficil de resolver. Os perigos, a que os movimentos revolucionarios expõe os Cidadãos, e todas as suas fortunas, são tão grandes, que não pode encarecer-se o quanto he *grave*, e importante a deliberação sobre o rompimento de huma insurreição. Plutharco na Vida de Bruto, expondo como este se conduzio na Conjuração contra Cesar, diz que elle a não revelara a Cicero, a pesar da confiança, que nelle tinha, e da consideração, e respeito, que lhe tributava: porque receára, que o seu desejo de acautelar tudo, como era proprio da sua provecta idade, enfraquecesse a resolução de huma empreza, que dependia de celeridade. Tão difficeis são as deliberações nesta materia, que he preciso desvia-las dos homens de maduro Conselho, para que se não paralisem! E refere o mesmo Historiador que, tractando o dicto Bruto de sondar, qual seria a opinião de Favonio ao mesmo respeito, este respondêra que a Guerra Civil era muito maior mal, do que a Dominação injusta. = *Injusto unius principatu bellum intestinum peius esse.* =

Continuar-se-ha.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.

Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.° 14.

SUPPLEMENTO 3.°

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porem sempre de vagar.

Artigo do Velho Liberal sobre os quesitos, que se achão no N.° 9 do Velho Economico, relativos á materia Juridica, que elle tem sustentado no N.° 6, e seguintes a favor do Direito do Senhor Dom PEDRO IV. á successão da Monarchia Portugueza em refutação das doutrinas, que se fizerão imprimir n'hum Folheto intitulado = Deducção, ou Manifesto dos factos. etc. etc. (1)

O Velho Liberal tractou já desta materia no Supplemento ao N.° 10.° do seu Jornal, e tractou-a pelo modo que elle costumou sempre tractar os Artigos de Juris-Pru-

(1) Estava sobre o Prelo o Supplemento 3.° ao N.° 14, no qual se concluião as Considerações sobre a materia da Carta, de que se sem tractado no Supplemento 1.° e 2.°, quando no Sabbado 7 do corrente apparecêo o N.° 9 do Velho Economico: e a sua publicação fez com que o Velho Liberal, deixando aquelle Supplemento para ser o 4.°, antepozesse a elle este N.° do seu Jornal para satisfazer á materia de humas Respostas, que se lhe pedião pelo Velho

*

Digitized by Google

dencia, sobre que teve occasião d'escrever. Fez sempre muito pouco caso da Juris-Prudencia Casuistica. Este seu Systema Juridico deveria ser em Portugal geralmente conhecido; elle esperava que nenhum Portuguez o arguisse de não querer tractar Casuisticamente nenhuma Questão de Direito. Quando escrevêo, e publicou em 1822 o seu Opusculo = *Que he o Codigo Civil ?* = fez consistir quasi toda a materia delle em mostrar a pouca valia, que dava á Juris-Prudencia Casuistica, desacreditando todos os Codigos conhecidos, que erão Casuisticos, os quaes derivados da Collecção Justinianea, que tambem era Casuistica, tinhão conservado nas Legislações de toda a Europa o defeito d'aquella sua origem.

Este seu Escripto, muito embora desprezivel para alguns Portuguezes, merecêo ser incluido na = *Revue Encyclopedique, ou Analyse rasionée des productions les plus remarquables dans la Litterature, les Sciences, et les Arts, Vol.* 25. *pag.* 458. = Os Collaboradores deste Jornal são os primeiros Sabios da França, e á testa dos que redigem os artigos da parte relativa ás Sciencias Philosophicas, Moraes, Politicas etc. está o Conde Lanjuinais, Par de França, e Membro do Instituto, bem conhecido em toda a Europa pelo grande renome, que nella tem, em razão dos seus conhecimentos nestas Sciencias, os quaes conduzirão tambem a S. M. Christianissima para pôr este Sabio como Presidente d'huma Commissão destinada para reformar os Codigos Francezes.

Foi o dicto Conde Lanjuinais, que achou o referido Escripto do Velho Liberal digno de ser incluido no Catalogo das producções mais notaveis na Litteratura Europêa. Eis-aqui a traducção do dicto Artigo.

Economico, e ao qual elle ainda por esta vez quiz satisfazer, mas protestando desde já que nunca mais tem com elle semelhante condescendencia, e que para se livrar desta tentação, dando-lhe plena liberdade para escrever o que quizer, pode ter a certeza de que o Velho Liberal não lê mais nenhum dos N.os do Velho Economico.

Digitized by Google

Portugal. (*)

193. = *Que he o Codigo Civil? pelo Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa. Lisboa, 1822 = Galhardo = em 4.° de 400 paginas pouco mais ou menos.*

Esta Obra, de que ha pouco tivemos noticia, he huma theoria sabia dos Codigos Civis, appropriados ás respectivas necessidades dos Povos, ella contem huma indicação illustrada por numerosos exemplos dos defeitos mais ordinarios nesta qualidade de Obras, e do melhor Plano, que nellas se deveria seguir.

Lanjuinais, do Instituto.

Ora: depois disto, como se pode pertender do Velho Liberal, que elle abjure os seus principios, que, se não são conhecidos, nem honrados pelo Velho Economico, chegão a sêlo, em Paris, e por hum tão bom Juiz, qual he o Conde Lanjuinais? Elle tractou do que diz respeito a El-Rei Nosso Senhor, em quanto á posse da Monarchia a f. 427 do seu Jornal; e no que respeita ao Artigo da Propriedade a f. 429, em ambos estes lugares pelas suas theorias de Direito, que fazem conhecer o homem fora dos acanhados limites de Portugal, e no meio da ignorancia dos Sabios de Paris. Ninguem ainda respondêo aos seus raciocinios Juridicos, que são irrespondiveis, que ninguem poderá destruir por mais que faça, e que em quanto

---

(*) Portugal.

193. = Que he o Codigo Civil? = Qu'est ce le Code Civil? par le Docteur Vicent José Ferreira Cardoso da Costa. Lisbonne, 1822, Galhardo. In 4.° d'environ 400 pages.

Cet ouvrage, qui nous est parvenu depuis peu, est une théorie savant des Codes Civils appropriés aux besoins respectifs des peuples; il renferme une indication illustrée par de nombreux exemples des défauts les plus ordinaires de ces sortes d'ouvrages, et du meilleur plan, qu'on y devrait suivre.

Lanjuinais, de l'Institut.

Digitized by Google

não forem destruidos, ou não tiverem contra si alguma objecção, a que o Velho Liberal não satisfaça, hão de indubitavelmente triunfar no vencimento da Causa do Senhor D. PEDRO IV.

O Velho Liberal sustenta os Direitos do dicto Augusto Senhor, e da Carta Constitucional por Elle Decretada, escrevendo no dia 5 do corrente hum Numero do seu Jornal, no dia 7 outro, e hoje 10, hum terceiro, todos dedicados a sustentar, que são illegaes, immoraes, e detestaveis todas as Revoluções, Serviço o maior, que se pode fazer a pró do dicto Senhor, e da dicta Carta, porque estando jurada esta, e o Senhor D. PEDRO na posse, e exercicio do Governo destes Reinos, só por effeito de actos Revolucionarios se poderá perturbar a dicta Carta, e a dicta posse da Publica Administração desta Monarchia.

E o Velho Economico, o modo por que quer que o Velho Liberal sirva ao Senhor D. PEDRO IV, e à sua Carta, he deixando em aberto a possibilidade de Revoluções legaes, moraes, e não detestaveis, unico meio, porque ha de ficar a porta aberta para se tornar precatar, e valer ante a dicta Carta, e a dicta Posse da Publica Administração deste Reino, em que o Mesmo Senhor se acha investido.

Parece melhor a pró da dicta Carta, e dos dictos Direitos do Senhor D. PEDRO IV ao Velho Economico, que se não metta aos olhos dos Portuguezes a illegalidade, a immoralidade, e a detestabilidade de todos os actos Revolucionarios, não obstante estarem havendo tantos, que parecem, e que se inculcão em opposição á dicta Carta, e aos Direitos do dicto Senhor. O que o offende sobre tudo, he que o Velho Liberal se apresente avesso a todos os actos Revolucionarios, que os queira desacreditar perante o Universo: só actos Revolucionarios no estado, em que as cousas se achão, são os que podem perturbar a Carta, e os Direitos do Senhor D. PEDRO IV; só elles he que a perturbão, segundo a opinião do mesmo Velho Economico. Entretanto: desacreditar essas armas, e esses meios, unicos perturbadores da Carta, e dos Direitos do Senhor D. PEDRO IV offende o paladar do Velho Economico. Quer a dicta Carta, e os Direitos do Senhor D. PEDRO

Digitized by Google

IV, mas offende-se das letras maiusculas, com que escrevêmos, que todas as Revoluções são illegaes, immoraes, e detestaveis, para fechar a porta a todas quantas se podessem imaginar, ou conceber, a todas quantas se podessem intentar, ou praticar contra a dicta Carta, e contra os dictos Direitos do Mesmo Augusto Senhor.

O Velho Liberal parece incomprehensivel o systema do Velho Economico. Os Direitos do Senhor D. Pedro IV, as suas novas Instituições Politicas para esta Monarchia, não tinhão cousa alguma a temer, senão a divergencia de alguma fracção da Sociedade Civil, que perturbasse a consolidação das dictas Instituições, com factos, ou Ochlocraticos, ou *com Substituições de suas vontades individuaes, em lugar da Vontade geral* = ou Revolucionarios, = *empregando-se a força dessa fracção Nacional, como se fosse a força Publica, para perturbar, ou inverter aquelles Direitos, ou aquellas Instituições.* = Os perigos consistião nas armas dos dictos factos, que se podião empregar contra huma, ou contra a outra cousa: e com effeito: tem elles sido empregados nas inquietações, que se tem observado no Solo Portuguez, aqui, ou alli, e nas ex-patriações de Cidadãos, e da Tropa para Solo Estrangeiro.

Sendo este o estado das cousas, parecia da maior evidencia, que desacreditar os factos Ochlocraticos, e os actos Revolucionarios, era o mais poderoso modo de desviar que huns, e outros fossem empregados contra os dictos Direitos, e contra as dictas Instituições. Havia receio em Roma de que a tranquillidade Publica fosse perturbada com o uso das armas curtas, e fizerão-se as Leis Sicarias para desacreditar, e prohibir o uso destas armas. Nossos Reis fizerão o mesmo nas suas Leis contra as facas de ponta, e contra as armas curtas. Entendêrão todos, até o dia de hoje, que Sylla com aquellas Leis, e que os nossos Reis com estas, querião evitar os males, que vinhão das dictas armas curtas, e que em desacredita-las, e puni-las, empregavão meios proporcionados para os seus fins.

O Velho Liberal observa contra a tranquillidade da sua Patria empregadas, e empregaveis para o futuro, em contravenção dos Direitos, e das Instituições do Senhor D. PEDRO IV, outra especie de armas curtas, que são os fa-

Digitized by Google

ctos Ochlocraticos, e os actos Revolucionarios: e já que os não pode prohibir, e castigar emprega tôda a força do seu raciocinio, todo o peso das suas letras, para persuadir a todos os seus Concidadãos, *que são illegaes, immoraes, e detestaveis os dictos factos Ochlocraticos, e os dictos actos Revolucionarios;* e quando esperava que isto fosse muito agradavel aos desejos, de que se inculca revestido o Velho Economico, elle manifesta o contrario. Seus intentos são defender os Direitos do Senhor D. PEDRO IV, e as suas novas Instituições: as armas com que huma, e outra cousa se vêm perturbadas, e se poderão perturbar mais ainda de futuro, são factos Ochlocraticos, e actos Revolucionarios; e não quer então elle, que se deshonrem, que se desacreditem os dictos actos, e os dictos factos? Não se persuade que esteja unido a esses bons desejos, quem se empenha em desacreditar, e deshonrar huma, e outra cousa? Pois seria possivel que Sylla, ou os Senhores Reis deste Reino, quando fazião as suas Leis contra as armas civis, se houvesse quem gritasse em altissimas vozes, que *era illegal, immoral, e detestavel o uso dellas*, se persuadissem, ou quizessem inculcar, que erão avêssos aos seus intentos os que pregavão a moral coherente com as prohibições das suas Leis?

O Velho Liberal torna a dizer: não entende como o Velho Economico pertende que elle sirva com as suas letras a Causa do Senhor D. PEDRO IV, e das novas Instituições. Huma cousa sabe unicamente, e vem a ser, que as suas doutrinas em opposição a factos Ochlocraticos, e a actos Revolucionarios, se não poderão destruir, a não ser com outras doutrinas; e que, huma vez que estas se não apresentem capazes de tornar duvidosa a illegalidade, a immoralidade, e a detestabilidade de todos os factos Ochlocraticos, e de todos os factos Revolucionarios; qualidade, que o Velho Liberal lhe attribue naquelle dicto Artigo 1.° da sua Fé Politica, debalde se empregarão quaesquer outros meios para destruir aquella sua doutrina. Supponhamos, por exemplo, que se quer inculcar que o Velho Liberal foi já huma vez, duas vezes, tres vezes participante de actos Revolucionarios: elle concede francamente tudo isso. Tanto melhor para o seu empenho! Tanto melhor, para que seja de hum pêso enorme a sua opinião, e a sua dou-

Digitized by Google

trina contra os factos Revolucionarios! Declara immoraes, illegaes, e detestaveis esses mesmos seus proprios factos Revolucionarios; e então seu voto será de tanto maior pêso, quanto virá a ser de todos conhecido que nem o interesse da sua propria Causa o arrasta, para deixar de declarar á face do Universo que são illegaes, immoraes, e detestaveis todas as Revoluções.

O Velho Liberal entende que toda esta divergencia, em que o Velho Economico se tem posto a seu respeito, vem da diversa maneira de pensar de hum, e de outro: elle declara muito francamente que a sua 1.ª Consideração a fol. 418 do seu Jornal = *Seria discreta a publicidade, que se foi dar a hum Escripto pela Refutação, que se lhe fez?* = não tinha em vista desacreditar as boas intenções do Velho Economico no N.º 6, e seguintes do seu Periodico.

Tractava-se unicamente de vêr se seria, ou não prudente para o dicto fim o uso d'aquelle meio; e muito bem ifia aos homens, muito pouco se reconheceria a sua natural condição de homens, se factos imprudentes fossem todos os males, que elles fizessem, e todas as censuras, a que elles se podessem sujeitar! Era, alem d'isso, obvio que, se o Manifesto refutado se não tinha divulgado, não podia deixar de ser que assim acontecesse por outra causa, que não fosse entender o Governo, a cuja testa se achava a Serenissima Senhora Infanta Regente, que era proveitoso não lhe dar publicidade. E então julgava o Velho Liberal que em tudo quanto escrevêo na dicta Consideração não fazia outra cousa, que não fosse dar hum testemunho do seu respeito pelo procedimento da dicta Serenissima Senhora. Dar-lhe o incenso, que lhe parecia devido por aquelle motivo, foi o que teve em vista o Velho Liberal naquella sua 1.ª Consideração. Ella he quem he por si mesma, Illustre Sangue do Senhor D. João VI, Irmã do nosso Rei o Senhor D. PEDRO IV, Regente d'este Reino, e por tantos Titulos tão preferivel a todos os individuos da Nação Portugueza, que não será possivel que o Velho Liberal anteponha ás suas Considerações, e ao seu respeito pela mesma Augusta Senhora, as que forem relativas a algum outro Portuguez.

Elle declara pois huma, e mil vezes, se necessario he, que tem por bons os desejos do Velho Economico = que este

Digitized by Google

mesmo fôra quem lhe fizera o favor de lhe deixar ver, por poucas horas, o Manifesto refutado = que lendo-o bem que á pressa, tivera na dicta leitura quanto era preciso para ajuisar, que as dúvidas nelle postas aos Direitos do Senhor Dom PEDRO IV sobre a Successão da Monarchia Portugueza não erão concludentes, e algumas mesmo *contra producentem* = que todas as dictas dúvidas erão casos muito mal applicados áquelle, em que nos achâmos, e áquelle, de que se tractava; = que nos parecião muito bem refutados os dictos casos pelo Velho Economico = Se elle se persuade, que a bem do seu empenho pode fazer alguma cousa a nossa consideração pelo nosso voto, e pela nossa opinião, aqui a tem o Velho Economico muito franca, e muito plenamente.

E, para o satisfazermos ainda mais, vamos responder aos quesitos, a que elle inculca desejar a nossa resposta no N.º 9 do seu Periodico, que hontem appareceo impresso.

1.º *Pode alguem ser considerado por Estrangeiro, sem que a Lei o designe expressamente como tal?*

Resp. As Leis costumão designar as pessoas, que devem ser havidas por Naturaes do Reino, como se pratica no Ord. L. 2. T. 55, e então, todos os que não tem as qualidades de Naturaes, são classificados Estrangeiros. Poderá pois succeder que haja Estrangeiros, sem haverem Leis, que os declarem taes; por quanto todos os que não forem Naturaes são Estrangeiros, e as Leis nem estão, nem podem estar a fazer huma relação de todos os que não são Nacionaes. Na nossa Carta Constitucional tit. 2. declarão-se os que são Cidadãos Portuguezes, e não os que não são Cidadãos Portuguezes: mas, sabido os que são Cidadãos, todos os outros ficão fora d'essa classificação. Portanto a esta pergunta, na forma que ella está concebida, não podemos responder senão = *que são Naturaes deste Reino os que as Leis declarão taes, e que todos os não comprehendidos nestas declarações ficão sendo Estrangeiros, ou não Nacionaes do Reino, que vem a ser o mesmo; e pode então haver Estrangeiros, sem huma expressa declaração de Lei; porque ellas não podem estar a fazer hum Diccionario de todas as classes de pessoas, que podem haver no Mundo, não Naturaes do Reino.*

Digitized by Google

2.° *Existe na Collecção das Leis Portuguezas alguma outra, que não seja a Ord. do Reino em seu Livro 2.° Tit. 55 sobre o objecto em questão?*

Resp. Esta Ord. tracta dos que devem ser havidos por Naturaes deste Reino. Este he o seu objecto, e então os não havidos por Naturaes do mesmo Reino, nos termos da dicta Ord., vem a ficar na classe de Estrangeiros. Sobre este objecto não podêmos affirmar que não haja alguma outra Lei na innumeravel Collecção das Portuguezas: mas affirmâmos que nos não lembra, nem occorre, que haja alguma outra.

3.° *Na presença da Lei, deve, ou pode considerar-se como Estrangeiro ElRei o Senhor D. PEDRO IV?*

Resp. Esta Ord. he tambem Casuistica, tractando somente de resolver algumas dúvidas, que se tinhão suscitado sobre serem, ou não serem Naturaes do Reino, taes, e taes pessoas, e mal se pode fazer uso d'ella para servir plenamente aos desejos do Velho Economico. Estes porem podem satisfazer-se por outro modo, e vem a ser, affirmando, como o Velho Liberal affirma, que pelo Direito Publico, e Universal de todas as Nações, he indubitavelmente Natural de hum Estado, aquelle que nasce nelle, e de Pais Nacionaes do mesmo Estado, e que por isso o Senador Mello Freire declara Nacionaes Portuguezes, os que nascem no Reino, e de Pais Portuguezes (Inst. Jur. Civ. Lus. Lib. 2.° Tit. 2.° §. 3.°). Este Direito não he só Portuguez, he Universal de todas as Nações. Pode ver-se Puffendorf. de Jure Naturæ etc. Lib. 7.° Cap. 2.° §. 20. Nem pode ser mettido em questão por pessoa alguma. E então, tendo o Senhor Rei D. PEDRO IV nascido neste Reino, e de Pais Portuguezes, nem pode haver dúvida, que seja Natural deste Reino, nem pode pertender-se que seja Estrangeiro.

4.° *Se a Lei o não designar como tal, ser-lhe-hão applicaveis as disposições das Leis Fundamentaes da Monarchia Portugueza, quando excluem os Principes Estrangeiros de poderem occupar o Throno Lusitano?*

Resp. Para se não applicar ao Senhor D. PEDRO IV a disposição das Leis Fundamentaes da Monarchia, que excluem do Throno Portuguez os Principes Estrangeiros, não he necessario o não haver huma Lei, que o designe por

Digitized by Google

Estrangeiro: basta que elle o não seja, e que pelo contrario seja Natural deste Reino. Ora: isto he o que ha: Elle he Nacional, Natural deste Reino, e não he Estrangeiro, portanto essa Lei Fundamental exclusiva de Estrangeiros no Throno Portuguez não tem nada com ElRei Nosso Senhor.

5.° *Ainda que a Lei não designe a ElRei o Senhor D. PEDRO IV na classe de Estrangeiro, deve elle, apesar disso, ser considerado como tal, pelo simples facto de aceitar a Corôa de hum outro Estado Independente?*

Resp. Não pode ser considerado Estrangeiro pelo dicto facto, porque isso não faz, nem com que elle deixasse de ter nascido em Portugal, nem de ter nascido de Pais Portuguezes; e havendo estas duas circumstancias, falte o que faltar, ou haja o que houver, temos hum Nacional Portuguez, e não temos hum Estrangeiro.

6.° *Será esta a primeira época, em que hum Monarcha Portuguez reune em sua posse o Imperio de mais de hum Estado Independente?*

Resp. Não he a primeira época.

7.° *Os factos occorridos com os Senhores Reis D. Affonso III, D. Affonso V, e D. Manoel, e produzidos em argumento contra o Direito de Successão do Senhor D. PEDRO IV, são elles em favor da doutrina do Manifesto, ou são contra producentem?*

Resp. Ao Velho Liberal parece que são *contra producentem.*

8.° *Os Capitulos, Replicas, e Respostas das Cortes de 1641, consideradas isoladamente sobre si sem haver Lei que as confirme, e legitime o seu objecto podem constituir Legislação?*

Resp. O Velho Liberal entende que não. (1)

---

(1) Aqui não podêmos deixar de accrescentar, que no Discurso Preliminar da nossa Compilação Systematica das Leis extravagantes de Portugal, §. 18, e seguintes, sustentando que as Resoluções dadas pelos nossos Soberanos sobre as Consultas dos Tribunaes erão huma das diversas especies de Artigos Legislativos, que tinhamos em Portugal, bem que a tivessemos, e declarassemos por hama má especie de Legislação, de nenhuma sorte podiamos servir-nos

9.° *Existe por ventura essa Lei?*

Resp. O Velho Liberal não sabe que a haja, e está mesmo persuadido que a não houve. Tem em S. Miguel huma antiga Collecção impressa das Leis feitas em consequencia dessas Côrtes, e nenhuma lembrança, de que nellas se encontre a dicta Lei. Não pode responder de outra sorte na multiplicidade das Leis Portuguezas, e não tendo comsigo em Portugal os seus apontamentos sobre as dictas Leis, que lhe poderião muito servir para responder mais positivamente sobre esta pergunta.

10.° *Concedendo mesmo que existisse (o que absolutamente se nega) estaria o Senhor D. PEDRO IV comprehendido na sua disposição? Isto he: estaria no caso de ser considerado Estrangeiro?*

Resp. O Velho Liberal já expoz muito plenamente no seu Jornal a f. 429, que o Senhor D. PEDRO IV na questão, de que se tracta, deve ser considerado hoje, tal qual era, e com todos quantos Direitos tinha antes das novidades, e acontecimentos, que vierão da Revolução Portugueza de 1820, dos quaes nenhuma imputação se pode fazer ao Mesmo Augusto Senhor. Por tanto: não pode ser por forma alguma considerado Estrangeiro, nem privado dos Direitos,

---

authorisar aquillo, que nos parece se quiz inculcar authorisado com a nossa doutrina, e com o nosso nome. A promessa de huma Lei não he a Lei: A resposta aos Capitulos das Côrtes não são Resoluções de Consulta, são respostas aos pedidos dos Povos. E por tanto, o que escrevemos no mencionado lugar nenhuma applicação tem, nem pode ter para aquillo, que se quiz authorisar com o nosso nome, e com as dictas nossas doutrinas. Tinhamos fallado de Resoluções de Consultas dos Tribunaes; e as respostas dos Senhores Reis destes Reinos aos Capitulos das Côrtes são cousa muito diversa disso. E se com effeito houvesse huma Resolução de Consulta, mesmo de hum Tribunal, que dissesse = *Eu hei de fazer a este respeito huma Lei, na conformidade desta Consulta* = a dicta Resolução consistiria unicamente na promessa da Lei; e ninguem lhe poderia chamar a Lei promettida: porque a promessa de huma cousa, he sem dúvida diversa da cousa promettida.

Digitized by Google

que tinha naquelle tempo, como Natural deste Reino, consideração, que ainda hoje deve ter na opinião do Velho Liberal, da qual não poderá separar-se, em quanto lhe não responderem, ou lhe não poserem alguma dúvida contra os fundamentos juridicos, que no dicto lugar expôz para assim o entender. Accrescenta porem agora que a pró das suas theorias está a Ord. Liv. 2. T. 55, § 3. Ella declara, *que se os Naturaes do Reino sahirem delle* POR SUA VONTADE *e se forem morar a outra Provincia.... os filhos, que lhe nascerem fóra do Reino, não serão havidos por Naturaes: pois o Pai se ausentou,* POR SUA VONTADE, *do Reino, onde nasceo, e os filhos não nascérão nelle.* Vê-se por esta Ord. que, para os Naturaes perderem os Direitos da sua naturalidade, são precisos actos DE SUA VONTADE, isto he, actos que lhe sejão imputaveis, que os tirassem da posição em que estavão, e dos Direitos, que por ella lhe cabião, antes de sahirem do Reino. Ora: no Senhor D. PEDRO I não ha nenhum desses actos DE SUA VONTADE, e ao Mesmo Augusto Senhor imputavel. Isto ha de sustentar o Velho Liberal, sempre que fôr perciso, com todas quantas forças tiver. Portanto: ha de ter por Natural Portuguez, e não por Estrangeiro ao Senhor D. PEDRO IV, em quanto se lhe não destruir o Sylogismo Juridico, que no dicto lugar apresentou á pró do Mesmo Augusto Senhor; e está certo que ninguem he capaz de lho destruir, porque demonstrações directas, deduzidas dos Principios de Direito, e do seu exacto manejo, não deixão *mangas*, isto he, subterfugios para embrulhar as questões, como acontece com todos os outros meios de as tractar, resolver, ou atrapalhar.

11.° *Ainda quando assim acontecesse (o que tambem se nega) deverião considerar-se esbulhadas dos seus Direitos as Suas Augustas Filhas, nascidas antes do Reconhecimento da Independencia do Brasil?*

Resp. Está respondido plenamente na Resposta dada ao Artigo antecedente. Assim o Augusto Pai, como as Augustas Filhas tem hoje todos os Direitos de Naturalidade, que tinhão antes de 1820. Erão Naturaes então, são Naturaes hoje.

12.° *E, não sendo isso praticavel, deveria a Successão voltar á linha transversal, existindo a linha directa?*

Digitized by Google

Resp. Negada a hypothese, como o Velho Liberal nega, bellamente a pergunta, porque a linha collateral não entra, senão deixando de existir a linha recta, ou perdendo ella os seus Direitos; e nem huma, nem outra cousa acontece, segundo a já manifestada opinião do Velho Liberal.

13.° *A occorrencia de ter havido guerra entre o Brasil, e Portugal pode acaso ser considerada como impedimento legal para o Senhor D. PEDRO IV. Succeder na Corôa d'este Reino?*

Resp. O Velho Liberal responde negativamente. Portugal foi quem fez a Guerra ao Brasil, e a defeza não foi nunca considerada como capaz de privar de algum Direito aquelle, que se defendia.

14.° *Conhecido com evidencia que a doutrina, que se comprehende nos quesitos precedentes, foi artificiosamente fabricada por hum* Partido Rebelde, *com o intuito criminoso, e machiavelico de rebellar os Portuguezes contra o seu Rei; e com a dobrada malicia de subministrar á Junta Apostolica, e á malevolencia dos Estrangeiros, Partidistas do Absolutismo, hum pretexto de atacar a Legitimidade do Senhor D. PEDRO IV com o doloso veo de apparencias legaes: conhecido isto, dizemos, será, ou não sagrado dever patriotico de Portuguez, bom Cidadão, Subdito fiel, e de mais a mais Escriptor Publico, o combater essas tramas, e frustrar os effeitos de taes machinações?*

Resp. O Velho Liberal não concorda na parte historica deste Artigo. O primeiro Escripto, que vio, duvidando da Legitimidade do Senhor D. PEDRO IV, e deduzindo contra os Direitos do dicto Senhor á Monarchia Portugueza, todos os argumentos, e as dúvidas, que tem visto refutadas pelo Velho Economico, foi o N.° 87, do Periodico intitulado = *O Portuguez* = publicado em Londres, e que tem hum *Post Scriptum* de 3 de Julho de 1826, no qual dá a noticia das novas Instituições dadas pelo Senhor D. PEDRO IV a este Reino, como chegadas a Inglaterra, depois de escripto o dicto Periodico naquella parte, em que vinhão as mencionadas dúvidas. Por tanto, não se pode persuadir que as dictas dúvidas fossem originadas para obstar á Carta Constitucional, nem para obstar ao estabelecimento do Governo Representativo em Portugal, nem para servir

Digitized by Google

ao *Absolutismo*, visto que erão apresentadas em Publico, antes da noticia de todos estes acontecimentos. Tambem não pode persuadir-se que o Auctor do Portuguez em Londres, o qual neste Reino se acreditou por summamente Liberal, e que he bem conhecido pelas suas idéas sobre mui mente Liberaes, seja hum Orgão da *Junta Apostolica*, ou addido a algum Partido rebelde, ou que elle tenha alguma ligação com o refutado Manifesto. A sua opinião pois, he que neste caso ha de succeder o que succede em todos. Em se tractando de questões moraes, e de direito, ha de haver diversas opiniões, segundo as diversas intelligencias dos homens, e mesmo segundo as diversas affecções de cada hum. Helvecio diz que ha verdades mathematicas, porque ninguem tem interesse em contesta-las, não havendo alguem conveuha, que dous, e dous não façáo quatro, mas façáo cinco: e que não succede outro tanto nas opiniões da moral, porque nellas entrão em mais, ou menos os interesses dos homens, que se mettem a tractar questões desta ordem moral: uniformidade em opiniões de homens sobre objectos moraes he quasi impossivel conseguí-la, e muito imprudente, e temerario o espera-la. Mas o Velho Liberal está muito longe de chamar rebeldes, e dar semelhantes nomes aos que seguem opiniões diversas das suas, sejão elles, de que natureza forem. A rebeldia consiste em facto. Elle está persuadido que o azedume, com que se empregão semelhantes palavras, he avêsso ao espirito da concordia, que o Senhor D. PEDRO IV procurou estabelecer entre os Portuguezes, por meio da sua Carta de Lei, e da sua Amnistia.

E em quanto á parte moral da obrigação dos Portuguezes para combater essas tramas, e frustrar os effeitos destes machinações, responde com a Carta Art. 145 §. 1. = *Nenhum Cidadão pode ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma cousa, se não em virtude da Lei.* E em quanto não houver por tanto huma Lei, que obrigue os Portuguezes a tomar estes Partidos, e a fazerem-se Executores Publicos ao dicto respeito, o Velho Liberal entende que ninguem pode ser obrigado a faze-lo, nem ser reputado em falta, porque o não faz. Entende mais, que o Governo he assáz poderoso para tomar essa defeza sem auxilio

Digitized by Google

dos particulares, — que elle póde determinar a quem lhe agradar, que tome a dicta defeza, e que nesse caso he obrigação tomá-la, e procurar preenche-la com todas quantas forças tiver esse, a quem tal preceito fôr imposto — que fora deste caso pode ser virtuosissimo, e optimo Cidadão, quem se não metter a escrever ao dicto respeito, nem d'esse seu facto negativo lhe pode vir infamia, ou desairosa imputação alguma.

15.° *Dado que seja hum dever, em que conta deve ser tido aquelle Portuguez, Escriptor Publico, que não somente deixa de combater as perniciosas machinações dos Rebeldes; senão que até mui affincadamente procura desacreditar os Escriptores, e os Escriptos, que as combatem?*

Resp. Em quanto á 1.ª parte nega o Velho Liberal a hypothese, de que tal dever haja (á vista do transcripto Artigo da Carta), relativamente a Portuguez algum, individualmente considerado. Em quanto ao resto da pergunta, que parece ser relativa a elle, entende que já tem respondido sufficientemente. A Rebeldia não pode consistir senão em factos Ochlocraticos, e Revolucionarios, em opposição á Carta, e aos Direitos do Senhor D. PEDRO IV. O Velho Liberal tem combatido proximamente em tres successivos Numeros do seu Jornal todos os factos Ochlocraticos, e os actos Revolucionarios, nos quaes não podem deixar de ir incluidos tambem os que forem contrarios á dicta Carta, e aos dictos Direitos. Se esforços literarios forem potentes para desviarem semelhantes actos de rebeldia, será manifesta opposição á verdade conhecida o annunciar que o Velho Liberal não tem combatido *as perniciosas machinações dos Rebeldes.* Em quanto ás intenções de desacreditar os Escriptos do Velho Economico, tal intenção não teve nunca, nem tem o Velho Liberal, antes, pelo contrario, a f. 430 tinha escripto que *lhe havião parecido muito attendiveis as suas Considerações relativamente aos documentos, e factos, sobre que elle discorria, em Refutação ao mencionado Manifesto.* Repete agora o mesmo; e, se isto he desacreditar o Velho Economico, e os seus Escriptos, então annunciâmos plenamente que não sabemos como elle ha de ser acreditado.

16.° *Neste sentido, qual he a conta, em que deve ser*

Digitized by Google

tido o Supplemento ao 10.° *N.° do Velho Liberal? Onde o seu Redactor (depois de pertender que o Velho Economico tenha a sorte de Perpenna) reduz a questão ao estado de problematica, sujeita ao imperio das vontades, das intelligencias, e da opinião; exige que os Portuguezes conservem hum estupido silencio; não expendão a genuina expressão de suas Leis Fundamentaes (iniquamente invertida pelos Rebeldes) deixem correr á revelia os mais sagrados interesses Nacionaes, e aguardem apaticamente a decisão do seu destino, que devem entregar a Juizes Estrangeiros!*

Resp. Como este Artigo diz respeito ao Juizo, que se deve fazer de hum Escripto nosso, e não podemos ser Juizes em Causa propria, escrevemos a pergunta muito fielmente, e deixâmos a resposta aos Leitores, que tem ao seu alcance o nosso Jornal, e que podem ajuizar á vista d'elle o que se deve responder a esta dicta pergunta; e só notâmos as ultimas palavras, em que se nos levanta o testemunho de querermos levar a decisão d'este Negocio a Juizes Estrangeiros. Nós tinhamos escripto a f. 428 = *Esperemos pois submissos todos por que falle quem tem direito de fallar, que he o Senhor D. PEDRO IV, pela pacifica posse, em que se acha, do Governo d'este Reino.* = O Velho Economico diz, depois de ler isto, *que nós entregâmos a Causa a Juizes Estrangeiros.* Então reputa Estrangeiro o Senhor D. PEDRO IV, depois de ter feito tantas perguntas, que parecião tendentes a mostrar que elle não era Estrangeiro.

17.° *Acaso a Nação Portugueza nas épocas gloriosas da exaltação dos Senhores Reis D. João 1, e D. João IV ao Throno de seus Maiores entregou os seus destinos, e a decisão dos seus Direitos ao Juizo de Arbitros Estranhos?*

Resp. Não entregou: mas tambem o Velho Liberal não entrega a de que se tracta a estranhos, excepto se se considerar, que he Estrangeiro o Senhor D. PEDRO IV. As suas palavras acima trasladadas são bem claras.

18.° *Não será do rigoroso dever de hum bom Portuguez o propugnar pelos Direitos Nacionaes, pela prosperidade da sua Patria, e pela incontestavel Legitimidade de seu Rei, quando os veja atroz, e criminosamente atacados?*

Digitized by Google

Resp. O Velho Liberal não negou, nem nega este Direito a ninguem, com tanto que os meios empregados sejão legaes, e não o emprêgo de forças individuaes, o qual não admitte, nem mesmo para isso. Estas hão de ser empregadas, e só o podem ser legitimamente quando o Governo o Determinar.

19.° *E se os ataques dos rebeldes tiverem sido fundamentados sobre a inversão de factos, e de Leis, bastará para os destruir a simples força de frivolas, e arbitrarias considerações?*

Resp. Respondemos que não bastão estas frivolas, e arbitrarias considerações.

20.° *Quando os argumentos dos Rebeldes inculcão fundar-se na Lei; e quando ao mesmo tempo hum Sabio Juris-Consulto, ostentando contraria-los, se exime systematimente a empregar a Lei para destruir as razões contrarias, poderá dizer-se que emprega meios efficazes para conseguir o fim ostentado; ou vai elle com sua omissão systematica dar mais força, e vigôr ao argumento dos contrarios?*

Resp. Não sabemos de que Lei falla esta pergunta; e estâmos persuadidos, que não ha nenhuma expressa para o caso, de que tracta o Velho Economico, porque o dicto caso especifico não podia lembrar antes das occorrencias de Portugal de 1820 em diante. E em quanto ao mais, nossos Leitores decidirão, pelo que já temos dicto, se temos, ou não empregado os meios mais poderosos para rebater os Rebeldes, declarando illegaes, immoraes, e detestaveis todas as Revoluções, que são sempre as armas das Rebelliões, e esforçando-nos tanto, como nos temos esforçado, para sustentar esta doutrina.

21.° *Qual he a profissão do Redactor do Velho Liberal, não he a de Juris-Consulto?*

Resp. Sem dúvida.

22.° *E no Supplemento ao 10.° N.° do seu Jornal empregou elle o vigôr de sua Jurisprudencia, para combater a doutrina dos Rebeldes?*

Resp. *A sua Juris-Prudencia*, não Casuistica, porem derivada, como elle costuma derivar sempre, da natureza da cousa, e das regras, e principios de Direito, que lhe são relativos, empregou-a toda. Pode muito bem ser que ella

***

Digitized by Google

não tenha para com o Velho Economico a mesma força, e a mesma consideração, que lhe attribue o Velho Liberal: mas este certamente não pode ter a culpa disso, nem tambem he este o Juiz competente para decidir do merecimento da Juris-Prudencia, que empregou ao dicto respeito, para que não venha a julgar em causa propria. Já fez vêr no principio desta sua tarefa, como pensava das suas theorias Juridicas o Conde Lanjuinais. Se o Velho Economico as tiver em desprezo, terá aquelle para se consolar o voto e a opinião do dicto Illustre Francez, que pelo menos ha de valêr tanto, como o Velho Economico, tractando-se de Juris-Prudencia. E tambem, se o Velho Economico entender que não vale, nem com isso se mortificará muito o Velho Liberal.

23.° *Então porque a não empregou? Se elle póde, e não quiz, obrou com malicia reflectida: se quiz, e não póde, então peccou por ineptó. Mas isto não he de presumir em tão conspicuo, e tão illustrado Escriptor. Todavia, seja ella a causa qual fôr, o que he certo he que elle o não fez, e que essa omissão não pode ser olhada com indifferença.*

Resp. A resposta a esta pergunta está comprehendida na antecedente. O Velho Liberal entregou a Juris-Prudencia, que sabia, e ninguem pode ser obrigado a mais. A do Velho Economico he lá outra: pode muito bem ser que seja melhor: mas em quanto os Coudes de Lanjuinais honrarem o Velho Liberal pelas suas theorias Juridicas, das quaes elle as tem, e empregou para sustentar a Causa do Senhor Dom PEDRO IV., pode o Velho Economico estar certo que o Velho Liberal não vai aprender na sua Escolla de Juris-Prudencia, nem na de todos os Velhos Economicos, que possa haver no Mundo: porque prefere aos creditos de Juris-Consulto, que estes lhe poderão dar com todos os seus elogios, os que lhe resultão das poucas palavras do Conde Lanjuinais, já acima mencionadas.

Ora: aqui tem o Velho Economico respondidas todas as suas perguntas com a maior brevidade possivel, e com toda quanta precisão, e clareza se podia desejar. Se a authoridade do Velho Liberal, respondendo francamente ás ditas respostas, podia prestar de alguma sorte á Causa, porque

Digitized by Google

trabalha o Velho Economico, muito estima aquelle ter-lhe dado as dictas respostas, tão prompta, e tão francamente.

Mas o Velho Liberal roga hum favor ao Velho Economico, e vem a ser: Que lhe conserve o Direito, que pela Carta Constitucional do Senhor D. PEDRO IV lhe he garantido no Art. 145, §. 1.° que já acima foi trasladado. Não queira estar a obriga-lo a escrever naquillo, que parecer ao mesmo Velho Economico, para lhe não fazer desperdiçar o seu tempo com trabalho desnecessario. Esta Causa do Senhor D. PEDRO IV, que o Velho Economico muito desveladamente procura sustentar, lá segundo o seu modo Juridico de a servir, não carece de tantos esforços, como elle considera. O Velho Liberal não tem nenhuma dúvida de que ella haja de triunfar.

Verdade he, que factos Ochlocraticos, e Revolucionarios tem havido tendentes a perturba-la. O Velho Economico entende que esses factos vem dos principios theoricos inculcados no Manifesto, e tracta de os combater. Vai conforme com a sua maneira de discorrer: obra muito bem. O Velho Liberal entende pelo contrario, que os dictos factos Ochlocraticos, e Revolucionarios vem dos habitos de semelhantes actos, a que Portugal se tem acostumado desde 1808; tendo sido elles algumas vezes louvados, e lucrativos! E por tanto, todo o seu esforço tem sido, he, e ha de ser o desacreditar os actos d'aquella natureza, e d'aquella classificação, que são os que vê empregados para perturbar a tranquillidade Publica Portugueza, e para com esse meio obstar á Consolidação da Carta, e aos Direitos do Senhor D. PEDRO IV.

Caminhemos pois ambos aos mesmos fins, bem que por diversos caminhos, e não nos estejamos a estorvar com cousas, que para nada prestão, se não para entreter, e divertir o Publico. O Velho Liberal protesta não fallar nunca mais no nome do Velho Economico: protesta não se distrahir com respostas algumas, a que elle o provoque, porque não tem tempo para isso; e, se em alguma cousa tem offendido a sua delicadeza, não tem a dizer-lhe para sua desculpa, senão que, sempre que pegou na penna a seu respeito, foi provocado e com instancias pelo Velho Economico para que o fizesse.

Digitized by Google

Agora se se pertende, que o Velho Liberal assigne de Cruz em Juris-Prudencia, o que nisso quizer escrever o Velho Economico, será impossivel conseguil-o; porque elle ha muitos, e muitos annos que neste Reino escreve nessa materia, sem que ninguem lhe conduza a sua mão sobre a maneira de o fazer.

E que maior gloria pode desejar o Velho Economico do que apparecer em Juris-Prudencia muito adiante do Velho Liberal? Deixando-lhe este aberto o caminho para conseguir semélhante lustre, que mais pode elle appetecer?

FIM.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA, 1826.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL

N.º 14.

SUPPLEMENTO 4.º

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porem sempre de vagar.

Considerações sobre a materia da Carta de hum Amigo Provinciano escripta ao seu Correspondente em Lisboa, na qual se refuta a doutrina do 1.º Artigo da Fé Politica do Velho Liberal — impressa na Typographia de Carvalho, Rua do Corpo Sancto N.º 16, e que nos foi dirigida em o dia 29 de Setembro passado, continuadas de fol. 584.

E se o muito, que se arrisca em semelhantes casos, torna difficultosa a deliberação, ella ainda o he mais em razão do cálculo indispensavel sobre os meios, que se podem empregar, e sobre a probabilidade, de que elles aproveitem. Que conhecimentos Statisticos, e Politicos se não requerem, para entrar nisto! População, riqueza, alliançcas certas, ou esperaveis, espirito Publico, tudo isto deve entrar em conta, e ser pezado, por quem saiba conhecer, e avaliar cada huma destas cousas.

E he depois d'isto, sobre tudo, necessario estar muito versado na Historia Politica das Revoluções, tendo classificado as suas diversas especies, as qualidades proprias de cada huma d'ellas, e o como marchárão, e se aproveitárão, ou se perdêrão aquellas, que os Seculos passados apresentão, para aprendermos sobre ellas, e nos servirem de ma-

Digitized by Google

teria ao estudo anatomico d'aquellas Crises. Que amplissimo campo! Que complicadissima Lebyrintho! Que extensão de conhecimentos! E que profundo, e penetrante genio se requer para pesar tantas, tão diversas, e tão grandes cousas! Pois deliberar, e determinar sem isto, e respeito do rompimento de huma Revolução, he o mesmo que jogar aos dados a sorte de huma Nação. (Veja-se Cicero = Epist. ad Attic. Lib. 9, Epist. 4.)

E a maxima parte dos Cidadãos sempre foi, e ha de ser péssimo Juiz em semelhante caso, porque he destituida de todos os conhecimentos referidos; e porque nestas deliberações costuma, e ha de proceder sempre apaixonada, e prevenida, resultando d'aqui que não ha de vêr os perigos d'aquillo, em que entra, ou quer entrar, e fazer entrar os outros; assim como tambem não ha de vêr os meios de suspender os dictos perigos, quando elles se apresentarem, fluctuando por tanto continuamente entre os extremos de huma summa confiança, e de hum summo pavor.

E, como não basta só a consideração da vontade = *d'aquillo que se quer* = para se não entrar temerariamente em cousas destas, sendo indispensavel pesar tambem = *o que se pode* = para o que são indispensaveis operações do entendimento, gemendo este na maxima parte dos Cidadãos, debaixo de hum pesado captiveiro, occupando-se nelle a vontade a inteira Soberania das suas almas, pode ter-se como infallivel que commummente só os Cidadãos imprudentes, e ignorantes d'aquillo, em que se mettem, ou querem metter, serão os primarios Agentes, e Conductores das Revoluções, a não serem alguns genios ambiciosos, que as quererão conduzir unicamente em seu proveito, a fim de se apropriarem da Authoridade Publica, e passarem a ser Governo, em vez de continuarem a estar na classe dos Governados. E então no primeiro caso não poderá deixar de ser desastrosa a Revolução, porque

Vis consili expers mole ruit suâ.
Horat. Ode 4, Lib. 3, v. 65.

E no segundo não ganhará o Estado cousa alguma outra, que não seja mudar de Senhor, sendo por tanto em ambos

Digitized by Google

elles de notorio, e quasi certissimo desproveito, para a quasi totalidade Nacional todos os projectos de *Revoluções*, e todas aquellas, em que ella for conduzida, ou arrastada para entrar.

A Historia ha de vir em nosso auxilio para confirmar estas nossas theorias, fazendo vêr todos estes máos successos, que agouramos como inherentes ás *Revoluções*. Ella nos apresentará 1.° quasi sempre infelizes, e desgraçados a final os primeiros Conductores das *Revoluções* dos Estados: se huma primeira, em que elles se mettem, lhes produzio alguns prosperos resultados; cubiçosos de conseguirem outros identicos, novas *Revoluções* emprendem, até que huma chega, que, sendo-lhes mal succedida, lhes faz perder tudo o que havião ganhado nas outras. 2.° A grande massa Nacional, sendo sempre sacrificada a gravissimos desastres, por effeito das *Revoluções*, em que he mettida pelos cubiçosos de a enganar, não tirando senão males, e, por huma raridade quasi milagrosa, algum proveito que não seja ephemero, e momentaneo, e que seja capaz de compensar todas as perdas, que ella teve para conseguir esse pouco proveito, com que fica. De maneira que as *Revoluções* na nossa opinião são operações sempre indiscretas, porque ou se mallogrão, ou custão muito mais caro do que valem os beneficios, que d'ellas se vem a tirar.

Os factos da Historia em confirmação das verdades, que acabamos de enunciar, serão apresentados aos nossos Leitores em os Numeros seguintes do nosso Jornal.

Passando agora destas idéas geraes, relativas a todas as *Revoluções*, a dizer alguma cousa particularmente sobre aquellas, de que se lembra o Auctor da Carta, e que nos apresenta como argumentos contra o dicto Artigo 1.° da nossa Fé Politica, parecendo-lhe, que d'ellas não poderiamos dizer, que tinhão sido illegaes, e immoraes:

Em quanto á Revolução de 1640

Seus fins erão bons, e muito louvaveis, e muito conformes com a Justiça, pelos Direitos, que tinha a Serenissima Casa de Bragança ao Throno Portuguez. Os meios empregados forão illegaes, e immoraes, como são todos os actos Revolucionarios. E muito prezâmos que o Auctor da Carta

Digitized by Google

dos desse esta occasião para mostrar aos Portuguezes a grande Lição, que elles podião ter tirado, e que de muito podem tirar do comportamento do Senhor D. João VI naquella crise Politica, que consolidou no Throno Portuguez a dicta Serenissima Casa. Foi huma *Revolução*, e em consequencia da qual se levou ao fim a empreza, a que ella tinha sido dedicada. Não produzio nenhuma Reacção, que lhe fizesse hum grandissimo perigo, quasi inherente aos movimentos Revolucionarios, quando mal dirigidos; como o são todos elles o são. O quadro pois, que vamos apresentar aos nossos Leitores, não pode deixar de ser de muita utilidade para elles, se se quizerem instruir. Ha de mostrar-lhes huma *Revolução*, levando ao fim a sua empreza, e não produzindo depois nenhuma Reacção, mas fazendo notar, como os meios empregados pelo Senhor D. João VI serão todos proprios, e tendentes a produzir estes bons resultados. E então será obvia a consequencia que *deverá*, *por que o dicto Senhor marchou naquella Crise Politica*, *deve ensinar os outros*, *que estiverem á testa das cousas Publicas*, *subsequentemente de Crises Politicas*, *que houverão o Corpo Politico*, *para que a nova Ordem de cousas*, *que se pertende estabelecer*, *chegue a ser estabelecida*, *e não produza depois huma Reacção*.

O dicto Soberano não deo jamais ares de louvar nos Actos Revolucionarios, que lhe derão a occasião de assentar no Throno Portuguez, como de Direito lhe pertencia, e como pedia o interesse dos Portuguezes. O dicto Senhor não fez, nem mostrou recriminação alguma daquelles, que, mais a boa moral, se não prestarão aos dictos actos Revolucionarios, favoraveis á sua Serenissima Casa; dizemos ainda mais, *não fez*, *nem mostrou recriminação alguma* áquelles, que mesmo apparecerão ostensivelmente impedindo os dictos actos Revolucionarios. A idéa de *affectos á Causa*, ou *de desaffectos á Causa* — *de affectos*, ou *de desaffectos á nova Ordem de cousas* — foi inteiramente desconhecida para o dicto Senhor. E isto tinha a consideração dos grandissimos proveitos, que erão 1.º Não se enfraquecer a boa moral Social, de que dependia a Conservação, e Consolidação de seu Throno, a qual consistia em não annullisar a individual intervenção dos Cidadãos nas cousas Pu-

Ilicas, para que essa individual intervenção, que n'hum dia edificava, não fosse lentada no seguinte a destruir aquillo mesmo, que tinha feito no antecedente. 2.º Não provocam Reacções, que estão na Ordem da natureza física, e moral; em ambas as quaes as compressões, ou seja nos corpos, ou seja nas affecções dos homens, reconcentrando as forças de humas, nas de outras, e privando os ditos Corpos, e as ditas affecções da extensão, que lhes he propria, obrigão humas a outra cousa a explosões, que serão sempre tanto mais violentas, quanto maior tiver sido a compressão, de que ellas tiverem resultado.

Quando teve lugar o primeiro motim de Lisboa contra o Reyno Estrangeiro, por causa do Imposto, a que os Ministros Castelhanos quizerão sujeitar os Barcos dos Pescadores, toda a Nobreza foi omissa em tomar nelle alguma parte, sendo esse o motivo, porque se desvaneceo. (Port. Rest. Part. 1. Liv. 2. pag. 51). Nas outras agitações do Povo de Evora, originadas do pedido dos quinhentos mil cruzados, que exigio o Governo Hespanhol, alem das Imposições antigas, tractão de socegalas, o Arcebispo, o Marquez de Ferreira, e seu Irmão D. Rodrigo, o Conde de Miranda, o Conde de Basto, e D. Jorge de Mello, chegando alguns delles a serem muito affrontados pelo Povo, em razão de o quererem aquietar. E quando as ditas agitações se communicárão a Villa Viçosa, aonde estava o Senhor Rei D. João IV, começando o Povo a Acclamalo com alaridos, entre as sombras da noite, mandou o dito Senhor sahir logo pelas suas seu filho, o Duque de Barcellos D. Theodosio, não para animar o tumulto, mas para o desvanecer, como com effeito o desvaneceo. (Portug. Rest. ibid. pag. 69 e 70).

He constante, alem d'isso, que o mesmo Soberano recebêo muito friamente as primeiras offertas, que se lhe fizerão para a sua Acclamação, e que somente com muita circumspecção, e com muito gosto prestou para ella a sua intervenção, e o seu nome. (Port. Rest. ibid. pag. 88, e seguintes.)

He constante a todos o discreto Voto do Conde de Sarzedas sobre as difficuldades d'aquella empreza, o qual chegou a fazer vacilar os Acclamadores em a meditada Revolução. Elle se acha na Obra, que temos citado, fol. 102.

Digitized by Google

He constante que Mathias de Albuquerque, estando presente no Castello de Lisboa, deu ordem ao Castellano para convocar os Conselhos no mesmo dia, e Acto da Acclamação, para inutilisar aquelles movimentos, os quaes Conselhos elle felizmente dispersou. (Portug. Restaur. ibid. pag. 114)

Houve pois omissões, e factos de Portuguezes favoraveis á conservação da Ordem de Cousas existente em Portugal, e contrarios aos fins da Acclamação da Serenissima Casa de Bragança; e muitas mais haverão necessariamente, se aquella Revolução não começasse, pondo em sujeição á Duqueza de Mantua, que tinha o Governo de Lisboa, e que foi constrangida a expedir com a sua Assignatura as Ordens necessarias para a entrega das Fortalezas, (Portug. Restaur. ibid. pag. 115) e se os Castellanos tivessem mais forças em Portugal; porque, tornando-se então mais duvidoso o Successo, mais serião sem duvida os animos abatidos, e medrosos, e mais as acções, ou omissões contrarias á Acclamação.

E o Senhor Rei D. João 4.° para nada disto olhou como criminoso, nem considerou como desaffeiçoados á sua Causa os que tinhão deixado de apoia-la e ajuda-la com as manifestações referidas; antes de todos só serviu muito util mente, para se sustentar no Throno, que lhe fôra restituido, como consta de todas as Historias daquelles tempos. Hum este seu comportamento vinha a conseguir duas cousas muito uteis, e de summa importancia para conservar seus Direitos, em cuja posse havia entrado. Era a primeira não dar-lhes assistencia moral, como legal, e como louvavel o Acto da Revolução, o meio por que fôra restituido á posse do que lhe pertencia, e huma doutrina, que poderia valer-lhe depois contra elle em alguma outra occasião subsequente. Elle não poderia encher todos estes fins, se castigasse, ou se olhasse mal os que, fieis á obrigação de subditos, que estavão na Classe dos Governantes, tinhão quebrado aquella sua obrigação. Era a segunda desviar reacções, nas quaes fatem ordinariamente malograr os primeiros Actos Revolucionarios, e as quaes se provocão, sempre que se formão, ou que se accrescentão as classes dos descontentes com a nova Ordem de Cousas. E bem visto he ser de muito maior facilidade, e de muito menor custo não fazer

Digitized by Google

estas classes dos descontentes, do que se-las depois sempre em compressão, em vigia, e mais em guarda, para que não possão realisar aquillo, que se podia ate evitar, que fossem por elles desejado.

Sabem todos os Portuguezes, que tem lido as Historias da sua Patria, que o Senhor Rei D. João IV não déo nem o mais pequeno premio a nenhum dos quarenta Fidalgos, chamados os Acclamadores, por serem os que concebêrão o Projecto, e tragárão o Plano, por que havião de conduzir a Nação a sujeitar-se á Serenissima Casa de Bragança, na qual residia o Direito á Successão da Monarchia. Todos sabem que o Ex.mo Conde de Almada só teve este Titulo nos nossos dias, por Serviços feitos em diversos Governos, e em outros exercicios Publicos, não obstante que na sua Casa do Rocio foi que se fizerão as Conferencias relativas á dicta Acclamação. Seus Maiores, que nisto entrárão, e que ao tanto se expozerão, por interesse da Serenissima Casa de Bragança, e por interesse dos Portuguezes, não conseguírão olvêr remunerados estes Serviços, para que se não désse louvor nos factos, que, supposto tendentes a bons fins, não erão louvaveis por sua natureza, e serião perigosos pelo máo exemplo, se se cobrissem de louros. O Desembargador João Pinto Ribeiro, que foi talvez o principal Agente, e o mais activo Cooperador para a dicta Acclamação, teve a mesma sorte, que a Casa de Almada. Seus Serviços não erão menos, e tão importantes, como elles forão para a dicta Acclamação, não conseguírão premio, senão quando na Corte Portugueza se anhava já no Rio de Janeiro. Mas o Senhor Rei D. João IV de nenhuma sorte premiou os seus, porque lhe fôra restituida huma Successão, que lhe pertencia.

Depois de restituido a ella, havendo recuperado a posse do que era seu, não só tinha Direito, mas tinha obrigação de empregar todos os meios precisos para conserva-la; e foi isso o que elle fez, sem com tudo jámais dar ate de approvação, e de louvor aos meios, que lhe restituírão a dicta posse.

Nesta Revolução pois de 1640 parece-nos que, em vez de acharmos argumentos contra a classificação, que demos no mencionado Artigo da nossa Fé Politica aos actos

Revolucionarios, achâmos concorde comnosco a autoridade, que abopinião do Senhor Rei D. João IV. não quiz, nem premiou jámais os dictos actos, tão vantajosos, não tendo sido para a recuperação de seus inauferiveis Direitos á Successão do Throno Portuguez, nem castigou os dictos notoriamente avêssos aos dictos actos Revolucionarios, não podendo duvidar-se que este seu comportamento seja hum evidente testemunho, de que o mesmo Senhor não contemplára como legaes, e moraes os actos da dita Revolução, nem como illegaes, e immoraes os que lhe tinhão sido avêssos.

O que a Historia desta Revolução mostrará, a quem a estudar miudamente, e com reflexão, será o empenho, que por todos os modos se tomou, de fazer esquecer os factos Revolucionarios, e de se inculcar aos Portuguezes a Moral Social, que desvia os Governados de toda a intervenção nas cousas, que são proprias do Governo. A necessidade de pôr hum termo á extensão desta Carta, impedenos de juntar os muitos Documentos de que poderiamos dançar mão para este fim; mas sempre ajuntaremos hum, que será o seguinte. O Padre Antonio Vieira prégando na Capella Real, subsequentemente á dicta Revolução, na terça quarta feira da Quaresma, discorrendo sobre a Petição da Mãi dos filhos de Zebedeo a Christo, para que os assentasse, hum á sua direita, e outro á sua esquerda no seu Reino; a qual Petição se achava no Evangelho de S. Matheus Cap. 20, no vers. que elle tomára para texto = *Dic, ut sedeant hi duo filii mei, unus ad dextram tuam, et unus ad sinistram in Regno tuo* = considera que aquillo vinha a ser o mesmo que pedir ella ao Divino Mestre, que despachasse para Primeiros Ministros no seu Reino aos seus dous filhos; e por esta occasião accrescentou, para ensinar a doutrina, que pedia o tempo, e o bem dos Portuguezes, em uniformidade com todas as outras, que temos exposto = *Se o pedira todo o Reino, ainda havia muito que duvidar, para que não buidassem os Vassallos, que juntos, ou divididos, podião ter acção, ou impulso nas Resoluções Soberanas* = (Tom. 3. dos seus Sermões, pag. 67, n.° 118).

Enquando se procurava desta sorte metter nos olhos dos Portuguezes a illegalidade da sua intervenção nas cousas

publicas, na Capella Real, á vista e face do mesmo Rei D. João IV, nenhuma duvida pode haver, que aquelle muito estimaria, e honraria, quem protestasse, como nós proferimos a illegalidade, a immoralidade, e a injustiça da testação por todos os actos Revolucionarios, em que não somente apparece aquella intervenção, pedindo, mas activamente decretando. Nós não podemos pois ter duvida alguma em proferir hoje o dicto 1.º Artigo da nossa Fé Politica, por temor de offender a Serenissima Casa de Bragança, por quanto estamos certos que, se o proferissemos nos dias do Senhor D. João IV, e na sua mesma presença, elle nos faria participantes da mesma estima, que sempre lhe mereceo aquelle Illustre Orador Portuguez.

Em quanto á Revolução de 1808.

Seus fins erão proveitosos, e tendentes a livrar Portugal de huma violenta occupação Estrangeira, subitando o aos seus naturaes, e legitimos Soberanos. Mas não tem com isto nada a consideração dos meios Revolucionarios, que se empregarão para o conseguir. Estes meios forão excessos populares em diversas partes do Reino, e actos Revolucionarios de confusão, e de desordem, em que os Governados prendêrão, e maltratárão aquelles, que se achavão na Cadeira de os Governar, a que elles tinhão obrigação de obedecer, e de respeitar. Elles são de muita frescura, para que seja necessario recorda-los aos nossos Leitores. (*)

Esta Revolução foi porem de huma diversa natureza da antecedente: aquella foi ochlocratica, e esta não. A segunda partio de hum centro, que dirigio todos os movimentos, e quasi que a totalidade dos Portuguezes não fez nenhuma outra cousa mais, do que obedecer ás Ordens, que lhe forão dirigidas, ou assignadas pela Duqueza de Mantua para a entrega das Fortalezas, ou expedidas pelos Governadores, que se instalárão em Lisboa no mesmo dia da Acclamação, para dirigirem as rédeas da Publica Administração em Nome do Senhor Rei D. João IV, até que elle chegasse de Villa Viçosa, aonde estava, quando foi Acclamado em Lisboa. A primeira não partio de hum centro commum, mas sim arrebentou isoladamente de diversos pon-

**

tos do Reino, e em todos elles por meio de motores, e tumultos Populares. A multidão pois apropriou-se da Publica Authoridade, e exercitou-a em maior, ou menor extensão, por mais, ou por menos tempo. Esta Revolução era inevitavel, e tambem inevitavel que fosse da natureza que foi, proclamando a Soberania do Senhor D. João VI, e unindo-se a Inglaterra. Neste nosso Jornal do fol. 23, em diante se achão os motivos, que fazião inevitavel a dicta Revolução, e inevitavel a dicta sua direcção.

Em quanto a ella pois, 1.° os meios forão isolados factos illegaes, e immoraes: 2.° os seus fins erão bons; e 3.° ella em si necessaria, e inevitavel, supposta as Causas que a precedêrão, e que não podião deixar de trazer comsigo aquelles resultados. As *Revoluções* Politicas dos Estados muitas vezes, ou quasi sempre, vem de Causas tão poderosas, que não está na mão de pessoa alguma suspender semelhantes explosões. Dadas as Causas producloras d'aquellas crises, estas hão de apparecer necessariamente. Em quanto pois á consideração moral do Todo, isto he da Revolução em geral, ou d'ella considerada *in abstracto* (1), taes acontecimentos Politicos, sendo necessarios, e

(1) He necessario notar estas palavras para não parecer que entramos em contradicção com as nossas ideas. As Revoluções podem-se considerar *in abstracto*, em o seu Todo, e tambem nos factos Revolucionarios, que lhes derão principio, ou que as fizerão progredir. Quando as dictas Revoluções consideradas em geral, e no seu Todo, provêm de causas taes, que tornavão inevitavel aquelle acontecimento, não he possivel que o Politico, e o Moralista deixe de as ter como necessarias, excluindo-se de as classificar como boas, nem como más. He isto o que indicâmos nas palavras, de que nos servimos neste lugar. Mas bem que isto seja assim, relativamente ao seu Todo, isso não tem nada com os isolados Factos Revolucionarios, que lhes derão principio, ou que as fizerão progredir. Por quanto, esses taes Factos isolados não erão igualmente necessarios: Por exemplo, as circumstancias de Portugal em 1808 fazião inevitavel huma Revolução da natureza d'aquella, que então houve, mas não era inevitavel, nem necessario nenhum dos

Digitized by Google

inevitaveis, não são bons, nem são máos, porque estas classificações somente podem cahir sobre aquillo, que não he necessario, e que não tem causas tão poderosas, que sejão superiores á resistencia, que se pode oppôr ao seu curso.

Por isso he que as Amnistias se costumão empregar sempre, e utilmente sempre, depois de semelhantes Crises, para resuscitar a união, e a concordia, e se renovar o nexo Social, que no meio d'aquellas Crises apparece. As dictas Amnistias não fazem parte da Jurisprudencia Criminal; são Artigos de Direito Publico, e de Direito Politico, como nos ainda esperamos ter occasião de mostrar muito claramente, tractando do Artigo 74 da nossa Carta Constitucional §. 8.

Nestas Revoluções, o que tem os Politicos unicamente a considerar, he a marcha, que se lhes déo, por quem ao depois foi posto á testa da Publica Administração. Nellas devem ser muito maiores os cuidados d'aquelles, para quem passa a attribuição de Governar, dirigidos ao fim de reorganisar a Sociedade Civil, procurando fazer esquecer aos Governados a sua ingerencia, e a sua intervenção activa nas cousas dependentes da Publica Administração: por quanto, como os habitos dos Governados nos momentos da Crise forão nelles mais dilatados, e mais visiveis, mais trabalhos devem causar aos que assumem o Governo do Estado, para os corrigir. E sem esta correcção não se acabará plenamente de reorganisar a Sociedade Civil, a qual Reorganisação consiste em separar plenamente as duas classes do Estado, o Governo, e os Governados, não deixando que estes sejão ao mesmo tempo Governados, e Governo.

---

actos Politicos, considerados *in individuo*, que lhe derão origem, ou a fizerão progredir: Não era necessario que ella começasse no Porto, ou nesta, ou naquella outra parte determinada. Os actos pois Revolucionarios de todas essas partes, onde os houve, tinhão a imputação da illegalidade, e da immoralidade, que lhes era propria, sem que aproveite para os exchir disso a consideração da necessidade da Revolução em geral, ou *in abstracto*.

Digitized by Google

Em quanto á Revolução de 1820.

A nossa maneira de pensar a seu respeito he quasi identica, ao que dissemos sobre a Revolução de 1808. A violenta posição, em que se achavão os Portuguezes naquella data, por effeito de muitas, e differentes causas, que repentinamente, e sem preparação alguma, tinhão alterado as fortunas de huma grande parte da Nação, a inflação que ella fez em 1808 dos movimentos Revolucionarios de Hespanha, sendo-lhe bem succedida, e dando proveitos a muitos particulares, que intervierão nos movimentos Revolucionarios daquella data, causas estas, que não podião deixar de crear habitos, e tendencia para semelhantes imitações dos movimentos de Hespanha em outras subsequentes Crises Politicas, tudo isto nos fez sempre olhar como necessaria, e inevitavel a dicta Revolução de 1820, desde que vimos arrebentar em Hespanha a sua Revolução de Janeiro do mesmo anno. Os seus meios porem, os seus factos Revolucionarios não poderão deixar de considerar-se illegaes, e immoraes pelos motivos, que temos exuberantemente ponderado.

Entre tanto, reputando nós necessaria, e inevitavel em taes circumstancias huma Revolução, entendemos sempre que era menos mal começar ella com hum centro de unidade no Porto, do que o sella, se começasse isoladamente nos diversos pontos da Monarchia. Nossos Leitores poderão achar a f. 202 do nosso Jornal a maneira, que nos attribuimos ao Desembargador Thome Pinheiro da Veiga, se elle tivesse a conduzir á presença do Senhor Dom João VI. a primeira relação daquelles acontecimentos. A falla, que attribuimos ao dicto Desembargador, manifesta as escusas, que podião ser conduzidas á sua Real Presença, para nella se desculpar a illegalidade, e a immoralidade dos factos Revolucionarios, de que se lançou mão, e mostrará tambem como ella se podia considerar proveitosa, em quanto desviadora de huma Revolução Ochlocratica, que poderia ser, e provavelmente seria de muito peiores consequencias, assim relativamente aos Direitos de S. Magestade á esta Monarchia, como aos males Publicos pro-

venientes de desorganisação Social, que tanto mais crescem, quanto menos nexo ha, e menos centro commum nos mesmos movimentos Revolucionarios.

E agora pelo que respeita aos fins desta Revolução, elles forão hums no seu começo, e depois outros. A marcha, que se lhe deo no Porto, em os seus primeiros dias, não indicava nenhuma outra cousa mais do que abrir hum commodo, que posesse em immediato contacto com o Senhor Dom João VI. residente no Brasil, os seus Vassallos deste Reino, para que estes podessem levar á sua Real Presença as suas necessidades, e precisões, esperando do mesmo Senhor o remédio, de que elles carecião. No principio nenhuns ares se dêo de cousa alguma, que não fosse isto. Mas depois no curso da Revolução mudárão os dictos fins, chegando se a dictar Leis ao mesmo Senhor, e a organisar huma Constituição Politica, nominalmente Monarchica, que estava em plena divergencia de huma grande maioria dos Governos das outras Nações Europeas, em cuja geral Associação entrava este Reino, o qual por isso não podia deixar de se amoldar com elles, sem se arriscar a gravissimos inconvenientes, e a gravissimos perigos. Depois desta metamorphose, em quanto aos fins daquella Revolução, ella foi má, em quanto aos meios, e má em quanto aos fins.

Aqui terá pois o Auctor da Carta a nossa muito franca, e aberta maneira de olhar, e de considerar todas estas Tres Revoluções Portuguezas. E para concluirmos este trabalho, a que nos conduzio a mencionada Carta, temos ainda a accrescentar duas considerações importantes:

He huma dellas deduzida da applicação de huma grande, e luminosissima idéa, que Benjamin Constant deixou gravada no seu Tractadinho = *Des Reactions Politiques* = que se acha no Tom. 3.° das suas Obras Parte 6.ª f. 59. Diz pois elle = *que he necessario considerar o fim das Revoluções, para ajuisar dos seus resultados,* = *que se ellas não excedem o seu fim, e este se enche plenamente com rapidez, que então he seguro o seu resultado, não podendo haver medo de subsequentes reacções;* = *que isto aconteceo nas Revoluções da Suissa, da Hollanda, e da America do Norte.* (nós accrescentâmos este numero com a nossa

Revolução de 1640) as quaes todas por isso não produzirão reacção alguma, que as perturbasse; = mas que, logo que a Revolução passe este termo, ella produz inevitavelmente reacções.

A Revolução de Inglaterra, (diz elle) que tinha sido feita contra o Papismo, tendo passado este termo, e sobre lindo o Reinado, huma Reacção violenta se seguio, e mais de oito annos depois foi preciso huma outra Revolução para impedir que o Papismo fosse restabelecido. A Revolução de França, que tinha sido feita contra os Privilegios, tendo passado este seu termo, atacando a Propriedade, huma Reacção terrivel se faz experimentar, e será necessario, não digo eu, huma nova Revolução, a que eu não espero, mas grandes precauções, e hum cuidado extremo para evitar a Renovação dos Privilegios.

Logo que huma Revolução, conduzida além dos seus termos, se faz suspender, começa-se pela fazer entrar dentro dos seus termos, mas ao depois não se fica satisfeito só com isso. Recua-se tanto para tras em excesso, quanto nella se tinha caminhado para diante. A moderação acaba, e as Reacções começão.

Esta foi a sorte da Revolução Portugueza de 1820. Começando com huns fins, como acabámos de ponderar, e passando alem dos ditos fins, ella produzio huma Reacção, que não só poz as cousas como d'antes, mas excitou huma perseguição violenta.

A de 1808 tambem sendo dirigida á Restituição da Soberania á Serenissima Casa de Bragança, mas tendo passado este termo com a série de Perseguições, que se fazem a Classes inteiras, como erão os nossos Portuguezes divididos em França, e os muitos outros, que no Reino tambem forão perseguidos, como adherentes, ou *Suspeitos* de adherentes aos Francezes, isto produzio, ou concorreo ponderosamente para a Revolução de 1820.

O remedio a todos estes males passados he a Carta Constitucional do Senhor D. PEDRO 4.° O seu fim he pôr hum termo no estado de cousas, e á divergencia de opiniões, que os anteriores acontecimentos Politicos da Monarchia tinhão originado neste Reino. Se a Revolução Politica, que a dicta Carta fez no Corpo Politico Portuguez, ecebeu

Digitized by Google

tiver dentro dos limites da mesma Carta, e da Amnistia, que a acompanhou, não se poderá temer nenhuma Reacção, que seja consequente. Agora, se se excederem os ditos limites, devem recear-se Reacções, que tenhão o caracter acima notado por Benjamin Constant, e que cheguem a recuar tanto, quanto se tiver procurado avançar para diante.

Portanto, Portuguezes: A CARTA SOMENTE, NADA MAIS DO QUE A CARTA, NADA MENOS DO QUE A CARTA. Todos os que luctão pelos dous extremos, ambos fora dos termos da Carta, podem achar-se no fim da lucta, por effeitos de Reacções, muito alem d'aquelle termo, em que se achavão, quando a dicta Carta chegou. Os Ultra-Realistas podem provocar até os extremos de huma Liberdade maior do que aquella, que está na Carta, e que chegue até á *licencia*, e á indiscreta, e immoderada, e temeraria destruição de tudo quanto existe: e os Ultra-Constitucionaes podem provocar até os extremos de nenhuma Liberdade, desafiando até horrorosos castigos de fogo, que fazem estremecer os Velhos Liberaes; e ambos estes dous Partidos, no curso das successivas Reacções, armar-se hum contra o outro de quando em quando, em se achando poderoso, de maneira que faça soffrer ao que se achar debaixo terriveis perseguições, e todos quantos males, e intolerancias d'este podia recear, se se tornasse mais poderoso.

He a segunda Consideração relativa ás Instituições Politicas de alguns Povos, e de algumas Nações, com as quaes parece authorisar-se o Direito da Insurreição dos Governados contra os que tinhão o Poder Publico. Com effeito, a Historia deixou-nos noticia de algumas d'estas Instituições. Tem sido constantemente observado em todos os tempos o receio dos abusos do Poder, e este receio tem levado os homens a innumeraveis diversas maneiras de acautelar, e remediar o dicto abuso. O A. da Carta, dirigido por esses bons desejos de acudir aos abusos do Poder, he que chegou a duvidar sobre a legalidade, e moralidade de algumas Revoluções, considerando que algumas poderião haver, que podessem ser olhadas como o unico remedio, que restava aos opprimidos, para se livrarem de injustas oppressões. Concordes por tanto, pelo que nos parece, ambos nós nos mes-

Digitized by Google

nos bons desejos de desviar males á humanidade, á Classe mais numerosa do Genero Humano; tinhamo-nos desviado sobre os meios de servir aquella importante Causa. Nós entendiamos servi-la com a propagação do dicto 1.º Artigo da nossa Fé Politica, para desviarmos com elle, da maneira que nos era possivel, as Crises Politicas dos Estados, que nós viamos sempre como origens de gravissimos males, e taes, que nenhuns outros havia, que os podessem igualar. O A. da Carta queria servir a mesma Causa, que tinhamos diante dos olhos, ao escrever, e demonstrar o dicto Artigo, quando se lembrou das duvidas, que nos fizerão vacilar sobre a Profissão da Fé Politica, que tinhamos propalado, e procuravamos propagar. Identicos desejos nos obrigárão a affirmar aquella doutrina, e a elle a propor-nos duvidas a seu respeito. Ninguem póde duvidar que as dictas suas duvidas vinhão da consideração de haverem abusos do Poder intoleraveis, que carecião de algum remedio, parecendo-lhe que este se encontraria, e só se poderia encontrar em huma Revolução. Nós discordamos sobre o meio por falta da sua legalidade, e por causa dos máos resultados do remedio, que sempre he summamente doloroso aos homens, e nunca, ou quasi nunca lhes dá proveitos, que cheguem a compensar o muito, que elles lhes custão. Já temos escripto demasiado neste sentido; e, para desenganar os homens sobre a inefficacia do dicto remedio, basta a correr a Historia dos Imperadores Romanos, sendo revolucionariamente derrubados do Throno huns, e nelle collocados outros, e isto por seculos, sem que a Tyrannia tivesse remedio.

Queremos lembrar agora a Instituição de Creta, referida por Aristoteles Polit. Lib. 2, Cap. 9, e por Montesquieu Esp. das L. Liv. 8, Cap. 2. Tinhão os Cretenses huma especie de Insurreição legitima para se prevenirem do abuso do Poder. Assim que os seus primeiros Magistrados começavão a abusar dos Direitos, e das Attribuições do Poder, que se lhes tinhão confiado, huma parte dos Cidadãos se sublevava; e, degradando-os das suas funcções, os obrigava a entrar na classe dos simples particulares. Em Creta pois podia haver Revoluções, que fossem legaes.

Os Athenienses imitárão de alguma sorte esta Institui-

ção de Creta. Huma Lei sua permittia a cada hum dos Cidadãos matar aquelles, que no exercicio de alguma Magistratura tivessem tentado de opprimir a Liberdade da Republica. Petit, de Legib. Attic. Lib. 3.° — De Senatu Quiritium, et concione. Lib. 2. De Magistratibus.

A Lei de Valerio Publicola em Roma authorisava quasi o mesmo. Os Florentinos tiverão a sua *Ballia*, ou hum Conselho extraordinario, formado momentaneamente quando a occasião o pedia, o qual, revestido de todos os Poderes, tinha o de Decretar huma Destituição Universal dos Funccionarios Publicos. Machiavel tracta a cada passo deste uso.

Tudo isto erão Instituições extravagantes, nascidas dos mesmos bons desejos de A. da Carta contra o abuso do Poder, mas que servirão sempre muito mal ao seu fim, como se conhece pela Historia de todos estes Povos, e pelo uso de semelhante Direito. Elle fazia fluctuar constantemente a sorte do Estado, reduzindo-se quasi o dicto conselho a não servir de nenhuma outra cousa, que não fosse metter o Publico Poder na mão de quem quer que fosse, que d'elle se apropriava, e qual do mesmo Poder se servia, não para destruir, mas para exercer a Tyrannia.

Se hum semelhante Poder legitimo houvesse nos Governos Despoticos, ou Absolutos, mais que provavel era que se fizesse seu Alliado, e nos Governos Republicanos delle faria iniquo da Republica; não podendo ser permanente, não poderia jámais ser tranquillo; porque, quando esse Poder lhe criado repentinamente pela necessidade do momento, o Partido, que d'elle se senhorêa, nunca pára dentro dos limites d'aquillo, que he justo, e necessario: elle não se contenta em despropriar do Poder a quem o tinha; passa a perseguilo, e a maltracta-lo; e como persegue, e maltracta sem as formas de Juizo, pode affirmar-se que assassina. A *Ballia* de Florença, nascida no meio da confusão, e da desordem, conservava sempre caracteres, symptomas, ou vestigios da sua origem. Ella condemnava, matava, encarcerava, e despojava de tudo, porque não conhecia outro meio de privar do Poder Publico os que d'elle se achavão revestidos. E esta Instituição, depois de lavar Florença nas agitações da Anarchia, foi o mais poderoso ins-

***

trumento, que levou ao supremo Poder a Casa de Medicis?

Que produzio em Roma o uso da Lei Valeria quando ella se empregou para o assassinato de Cesar? As agitações que se lhe seguirão, e depois Augusto, e a serie d'Imperadores, que lhe succedêrão quasi todos máos. Como as circumstancias dos Romanos já não quadravão senão com a dominação de hum, o assassinato de Cesar não podia ter outros resultados, que não fossem o de produzir novos Cesares, segundo o pensamento de Montesquieu. São bem conhecidas na Historia as constantes convulsões d'Athenas, o bem que do Instituto de Creta se tenhão dicto maravilhas, attribuindo isso ao excessivo amor da Patria, que animava todos os Cretenses, e que lhes era peculiar, nada disto destroe o dicto I.º Artigo da nossa Fé Politica.

Bem visto he que elle não tracta de nenhuma destas especies de Revoluções, que entrarão nas Instituições Politicas dos Estados; bem visto he que só tinhamos em vista aquellas, que nenhuma Lei authorisava, aquellas que hum mais de trinta annos a esta parte fazem a Historia do Genero Humano no Velho e Novo Mundo. A relação pois, que as sobreditas peculiares Instituições de Florença, de Roma, d'Athenas, e mais de Creta podião ter com o dicto I.º Artigo da nossa Fé Politica, seria unicamente para mostrar, ou a inutilidade, ou o prejuizo deste remedio de Revoluções = nesta individual intervenção dos Cidadãos nas Cousas Publicas para o bem do Estado. = Porquanto, se nem a este fim servirão as dictas Revoluções, e a dicta intervenção, quando authorisada por Lei, e por Instituições Politicas de alguns Paizes, mais do que evidente será que lhe não poderão servir nos Estados, que hoje conhecemos, dos quaes nenhum adoptou aquella Lei, ou Instituições semelhantes áquellas.

Concluidas desta sorte as nossas Considerações sobre a materia da Carta, de que temos tractado neste Supplemento, e mais no 1.º e 2.º ao N.º 14 do Velho Liberal, esperamos que o Auctor da dicta Carta tenha toda a illustração, que desejava sobre a materia do Artigo I.º da nossa Fé Politica, e que na historia de Creta, e de Florença nosse convencerse plenamente, de que jámais as Insurreições contra

Digitized by Google

os Poderes Publicos reconhecidos, ainda mesmo quando authorisadas por Lei, servirão para o fim da Publica felicidade.

Porque seus bons desejos contra o abuso do Poder, manifestados claramente no periodo, que trasladamos a f. 500, são os que principalmente o conduzirão a duvidar da generalissima doutrina por nós enunciada no dicto I. Artigo da nossa Fé Politica, julgámos a proposito juntar ao que temos escripto alguma cousa mais, para lhe indicar os meios, que tem parecido substituir ao illegal, e immoral remedio das Revoluções, a fim de impedir, ou desviar esses abusos do Poder, que muito desculpavelmente pesárão no animo do Auctor da dicta Carta.

Estes meios são aquelles, que o texto de Jeremias Bentham por nós trasladado a f. 134, designão nas palavras = *abrindo huma carreira ás esperanças legitimas, vós suspenderes o vicio das esperanças illegaes.* = E como na Nota, que juntámos ao dicto texto, fizemos ver que fora isto mesmo o que praticara o Senhor D. PEDRO IV. nas novas Instituições dadas a Portugal, isto nos dará tambem muito boa occasião para fazer algum Serviço ao Mesmo Senhor, a pró da Consolidação das dictas suas Instituições, o que entra no primario objecto deste nosso trabalho.

Não deixou de merecer cuidado em todos os tempos, aos que dirigirão as Organisações Politicas dos Estados, o acautelar estes abusos de Poder, pelos meios, que lhes parecerão mais proprios. Nós temos a prova disto nos arbitrios, que as Leis dos dictos Estados tomárão, para que hum Poder Publico, não opprimissem os outros, a fim de se constituirem oppressores geraes de todo o Corpo Politico. Com os olhos nisto lê que Sparta teve os seus Ephoros, e Veneza os seus Inquisidores do Estado, os quaes tinhão entre as suas terriveis funcções a de vigiar pelo referido objecto.

Montesquieu na sua Sciencia da Legislação, Liv. 11. Cap. 18. accrescenta que, se huma tal Magistratura tivesse havido em Roma, não teria sido tão poderoso o Decemvirato, e elle não teria annullado a Authoridade dos Consules e dos Tribunos em todo o tempo, que estes dez Legisladores governárão a Republica: a appellação para o Povo não teria sido abolida, nem o curso das outras funcções Publi-

Digitized by Google

cas inteiramente interrompido, nem Appio Claudio, e os seus Collegas terião feito crear ao mesmo tempo o Senado, os Nobres, e o Povo.

Reconhecendo porem o dicto Sabio Escriptor na Organisação dos Estados a necessidade absoluta de hum Poder Publico, que contenha todos os outros nas attribuições, e limites, que lhes são marcados, sendo revestido da competente Authoridade para empregar os meios indispensaveis para se obter aquelle fim, elle reconhece a necessidade de attender a que o remedio não venha a ser peior do que o mal; a qual attenção não pode consistir em outra cousa, que não seja na combinação, e limites postos no referido Poder Publico, para que lhe não seja possivel abusar.

Montesquieu no Espirito das Leis, Liv. 2.º Cap. 3.º indicava que aquella attenção se satisfaria, compensando com a brevidade da sua duração a grandeza do dicto Poder Publico compressor de todos os outros, para que não excedessem seus limites. E debaixo deste ponto de vista muito haverá que admirar, e que louvar nas Instituições Politicas de Roma. O Dictador, a que a sorte da Republica era inteiramente confiada; o Dictador, que não conhecia alguma Authoridade, que fosse superior á sua; que em si mesmo tão superior a todas as Leis, que até o Assassinato se fazia legitimo entre as suas mãos, como se colhe do que refere Tito Livio na Decada 1.ª Liv. 4.º Cap. 8.º, tractando da Dictadura de Papirio, e mais de seu Tenente General Servilio Ahala: o Dictador não tinha o exercicio desta Magistratura senão por curtissimo tempo, e só por aquelle, que pedião as imperiosas circumstancias, que tinhão exigido a sua nomeação. Não podia durar mais de seis mezes: e se, antes de elles se completarem, cessavão as sobredictas circumstancias, elle abdicava de si mesmo a Dictadura. Verdade he que alguma vez o Senado prolongou a sua duração até hum anno, como se vio praticado a favor de Camillo, (Tito Livio Liv. 6.º Cap. 1.º, e Plutarcho na Vida de Camillo), o que não merecêo a approvação de Machiavel nos seus Discursos sobre a 1.ª Decada de Tito Livio, Lib. 3.º Cap. 24, aonde escrevêo a celebre Sentença: *A prolongação dos Poderes arruinou Roma.*

He verdade innegavel que a limitação de tempo,

não o dava ao Dictador para formar grandes projectos, nem para nutrir grandes esperanças, nem tão pouco o meio de se servir do seu Poder para atacar as Leis, e a Liberdade; e se Sylla probibio de seu motu proprio a sua Dictadura, e Cezar a tomou perpetua na sua pessoa, isto foráo abusos e usurpações, e de nenhum modo o exercicio de hum direito connexo com aquella Magistratura; e esses abusos com effeito perdêrão a Republica, como mostra *Junio Lupio* nos seus Commentarios ao 1.° Livro dos Annaes de Tacito, Pars 1.ª N.° 3.° E por tanto: semelhantes factos não tem nada com a sabedoria, que dirigira os Romanos para tornarem tão limitada aquella Magistratura.

Entretanto a Censura, que tinha mais imperio sobre os costumes do que influencia no exercicio do Poder, e da Autoridade, e que por isso era mais assustadora aos Cidadãos individualmente considerados do que á Republica, durava por cinco annos. O Consulado, a Pretura, e o Tribunato erão annuaes, porque estas Magistraturas tinhão assaz importancia para se fazerem hum Partido, e por tanto muito coherentes ião estas Instituições com a referida consideração de Montesquieu. Isto porem não obstante, a sorte final da Republica Romana, e as suas perpetuas convulsões entre as Ordens do Estado, em quanto ella durou, mostrão que o dicto remedio, bem que discreto, e prestado, não he com tudo assaz poderoso para servir ao indicado fim.

Agora no Systema dos Governos Representativos, como he o da Carta do Senhor Dom PEDRO IV. Tit. 5.° Cap. 1.° Art. 72. e 74. he que se acha o arbitrio, que parece mais bem entendido aos olhos dos Politicos, que tem meditado sobre estas cousas com o fim de acharem cautelas, que previnão os abusos dos Poderes Publicos, sem se lançar mão do meio das Revoluções, ou ellas sejão illegaes e immoraes como as consideràmos geralmente fallando, ou com relação aos Estados hoje conhecidos ou sejão legaes, quaes as acima mencionadas de Florença, Creta, etc.

Já vimos que a *Balia* de Florença não sabia outro meio, nem tinha outro arbitrio para despojar a quem se achava no Poder, senão encarcerando, proscrevendo, matando, para desse modo attender á sua segurança pessoal,

Digitized by Google

quem falsa em risco, usando-se a seu respeito do mesmo meio por ella empregado contra outros.

Da Carta do Senhor Dom PEDRO IV que estes receios desvia por tanto os illiberaes perigos referidos. = *A pessoa do Rei he inviolavel, e sagrada: ella não está sujeita a responsabilidade alguma* = Entretanto he elle incumbido d'acudir a todo o abuso dos outros Poderes Publicos: e como lhes pode acudir sem receio pela sua Pessoa, posta a salvo pelo mencionado Artigo? acode-lhe com moderação, e sem recorrer aos mencionados procedimentos atrozes da *Ballia* de Florença.

Se o abuso do Poder vem do Ministerio, ElRei o pode dimittir livremente. (Art. 74, §. 5.°) Se vem dos Magistrados, elle os pode suspender nos termos do Art. 101, conforme o §. 6.° do dicto Art. 74. Se vem do Corpo Legislativo, o Rei, dissolvendo a Camara dos Deputados, como lhe compete pelo §. 4.° do dicto Art. 74 acode aos dictos seus abusos.

E como para acudir a tudo isto está livre de todos os riscos pela sua Pessoa, em razão do dicto Art. 72, não emprega meios, que excedão os fins, para que lhe são dadas estas Attribuições. Dimitte o Ministerio sem o perseguir, e não tem tentação d'isso. Pratica o mesmo relativamente ao Corpo Legislativo na sua dissolução, sem que lhe caiba declarar os seus Membros em estado d'accusação. He hum supposto facil em todas as Instituições Politicas, não deixarem aos homens revestidos de grande Poder alternativa alguma entre a conservação do mesmo Poder, e o cadafalso. Isto não podia deixar de produzir reacções inuteis, sempre que se quizesse acudir ao abuso dos dictos Poderes. Se o Corpo Legislativo se visse ameaçado não só da sua existencia politica, mas tambem da sua existencia individual, não era possivel d'esperar outra cousa, que não fosse tornar-se elle furioso pelo sentimento, e receio do perigo, achando-se dessa sorte exposto o Estado ao grandissimo perigo das reacções, e dos maiores males publicos: o mesmo se poderia recear, quando se tractasse do Ministerio. Se se não separarão a faculdade de destituir sem castigar, da outra de punir, seria excitada a cólera nos individuos, em que aquella destituição se quizesse executar; e a pro-

Digitized by Google

pria segurança, ou os desejos d'ella obrigaria a defender por todo o risco a conservação do Poder.

A tudo pois isto occorre a Sabia Carta de Senhor D. PEDRO IV. Os Membros do Corpo Legislativo depois da dissolução das Camaras, os Ministros depois da sua destituição, ambos huns e outros na classe de simples cidadãos. Acodem aos abusos do Poder, sem o perigo d'excitar Facções, e Reacções.

Esta generalidade das vantagens da Carta Constitucional do Senhor D. PEDRO IV contra os abusos do Poder, introduzidas aqui por incidente, e por occasião das materias, que nos temos tractar a Carta, que dêo assumpto a este nosso trabalho, ha de ser algum dia mais amplamente desenvolvida quando tractarmos da Analyse da nossa Carta Constitucional, Artigo por Artigo, como esperâmos fazer, se Deos nos der vida, e saude.

Concluimos Este N.° com a seguinte traducção de huma parte da Dedicatoria, que o Auctor do *Tableau historique des Révolutions de Génève*, dirigio aos Genebrinos, muito seguro de que o A. da Carta, pelos sentimentos que nella manifesta, ha de ter por muito agradavel a sua leitura.

Genebrinos, (diz elle) *Recordai-vos de quando em quando das vossas humilhações preteritas para o fim de vos não esporduar nunca mais a ellas: mas não vos lembreis das males, que recebesteis dos vossos Administradores, tendo para lhes perdoar, sem mistura alguma de rancor, ou de vingança. Não vos esqueçais que o espirito de Partido, escalando seus corações, os arrastará indubitavelmente a serviços, além das justas medidas: e que, quando Aristocracia exhaurio a sua ambição, e as suas vinganças, a Democracia não foi de todo irreprehensivel. He tempo finalmente de todos descançardes nos braços da paz, no seio d'huma confiança mutua, impedindo emfim que os detractores da Liberdade não nos imputem por mais tempo o fazer a nossa salvação, passando alternativamente das suas convulsões aos seus remedios . . . Lembrai-vos que os homens excessivos nas suas pertenções são mais prejudiciaes do que uteis ao Partido, que abração, e que a felicidade dos Estados, bem como a das familias, depende*

Digitized by Google

« principalmente da tolerancia reciproca dos seus membros.
« Consolai, se he possivel, os inimigos da vossa nova Cons-
« tituição : e, para aprender a amá-la, comparai-a com a
« dos vossos visinhos, e recordai-vos de que ella succedeo a
« hum Governo Militar. Acreditai sobre tudo que os cos-
« tumes Republicanos, a conciliação dos Partidos, e a con-
« cordia a hão de mais cedo ou mais tarde aperfeiçoar, ou
« supprir nella alguma cousa, que lhe possa faltar.

« Finalmente, penetrai-vos bem desta grande verdade,
« = que he feliz recobrar a liberdade, e imprudente expô-la
« para a conseguir mais completa = Que os vossos Antepas-
« sados não podêrão defender inteiramente a sua, se não
« por prodigios de valôr e união; e que hoje, não tendo vós
« internamente outra cousa mais que não seja a vossa fra-
« queza, he ao menos preciso fazê-la interessante pela har-
« monia dos corações.

Estamos certos que o A. da dicta Obra, a quem tanto agradou a nossa Nota a pag. 134, se consolará sem dúvida ao lèr esta parte da mencionada Dedicatoria, e que com a sua leitura, a que lhe dâmos occasião, se dará por superabundantemente pago da mercê, que nos fez, honrando as nossas mãos, quaes letras, nossa franqueza, e nossos bons desejos.

FIM.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.
Com Licença.

O VELHO LIBERAL.

N.º 15.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porem sempre de vagar.

Considerações do Velho Liberal sobre o resultado das actuaes circunstancias Politicas de Portugal, continuadas do N.º 13. fol. 527.

Os Portuguezes devem persuadir-se das seguintes Maximas:

1.ª *Que não ha forma nenhuma de Governo, que seja perfeita; e que todas tem as suas vantagens, e os seus inconvenientes.* Se o excesso do Poder, nos que governão, produz a Tyrannia, o excesso da Liberdade em os governados produz a Licença, mais funesta aos Estados, do que a mesma Tyrannia; porque ella faz com que cada individuo seja o tyranno do outro. Se a Authoridade se acha concentrada, ella faz-se por isso mesmo mais activa, e mais forte, e consequentemente pode vir a fazer-se mais perigosa: mas, se ella está dividida, enfraquece-se; e as machinas, que tem mais rodas, e que são mais complicadas, não se movem tão facilmente como as outras, que são mais simples, e que tem menos apparêlhos. Portanto, a bondade do Governo depende da justa proporção, em que se acha a Authoridade dos que hão de mandar, e a Liberdade dos que devem obedecer; e em se combinando estas duas cousas, como cumpre, para que d'ellas resulte o bem geral, evitando-se de huma parte a Licença, e da outra o Despo-

Digitized by Google

tismo e toda a forma de Governo pode convir aos fins Sociaes.

E o arbitrio constantemente adoptado, assim entre os antigos, como entre os modernos, para manter a justa proporção, he o emprego dos Corpos Intermedios, que modefão aquellas duas contrarias forças. Quando Sparta, cançada das suas dissensões, originadas pelos Reis quererem mandar despoticamente, e pelos subditos não quererem obedecer, se entregou a Licurgo para remediar seus males, elle começou por estabelecer hum Senado, que diminuisse o impulso do Poder Regio. Em Roma servio para o mesmo fim outro Senado no tempo tanto dos Reis, como dos Consules. E produz o mesmo effeito a Camara Alta na Constituição Ingleza; o Senado nas Provincias Unidas da America; e na Suecia pela sua Constituição, subsequente á morte de Carlos 12 em 1718; e a Camara dos Pares na França.

2.ª *Que a repentina inversão dos Costumes, e das Instituições, arraigadas pelo decurso dos seculos, he sempre acompanhada de embaraços, e de terriveis difficuldades, as quaes regularmente inutilisão as reformas, que se fasem, empregando-se aquelle meio.* Por isso as Revoluções, que mudárão as Constituições Politicas, e que prosperárão, caminhárão sempre sobre as bases do Edificio Social, que se pertendia melhorar: E as Provincias Unidas da America derão hum grande testemunho de Sabedoria, que honrará perpetuamente os nomes dos seus illustres Fundadores, quando tomárão por modelo das suas Constituições o Governo Inglez, de que trazião a sua origem, e a que havião pertencido por muito tempo. Pelo contrario a França na sua Revolução passada, caminhando sem a mesma prudencia, mexendo repentinamente em todos quantos abusos lhe parecia ter a Monarchia, para lhe substituir hum Governo, conforme as theorias sobre a natureza do homem, e sobre a Organisação Social, caio de precipicio em precipicio, sem achar porto de salvação, que não fosse naquelle mesmo ponto, d'onde havia partido. E a Inglaterra, no meio das suas dissensões Civís, que levárão ao cadafalso o infeliz Carlos I, trabalhou inutilmente para dar a si huma Constituição Republicana, que discordava inteiramente dos Cos-

Digitized by Google

tumes, e das Instituições de huma Nação, ha tantos seculos governada Monarchicamente; e por isso, no fim de poucos annos, foi obrigada a acolher-se áquella mesma especie de Governo, de que havia sahido.

Os Romanos porem, quando cançados da Tyrannia dos Tarquinios quizerão mudar de Constituição, acabárão o Reinado, e estabelecêrão os Consules, para os quaes transferirão o Executivo, que pertencia aos Reis; mas não demantelárão de huma vez todo o Edificio Social, conservando os antigos Comicios, o mesmo Senado, a mesma distincção de Patricios, e de Plebêos; em huma palavra, os seus anteriores Costumes; e d'esta sorte conseguirão que permanecesse por seculos a alteração, que tinhão feito na sua Organisação Politica.

Muitas vezes (1) os Estados florecem mais na insensivel passagem de huma Constituição para a outra, do que florecerião em cada huma d'ellas. He então que todas as molas Politicas se tornão elasticas, que todos os Cidadãos entrão em pertenções, que todos atacão, e que todos animão, resultando d'aqui huma nobre emulação entre os que defendem a Constituição, que declina, e os outros, que promovem a que se lhe pertenda substituir. D'esta sorte, sem hum choque destruidor, ou muito incommodo, se consegue o melhor Bem Publico.

Huma Monarchia carece de hum Corpo Aristocratico intermedio, faltando o qual, ella ha de passar bem depressa, ou para hum Governo Tyrannico, ou para hum Governo Popular. A Democracia não necessita de semelhante Corpo. E destes principios o que resultou em Roma foi que, quando Servio Tulio, levado ao Throno sem ser pela eleição do Senado, como seus antecessores, começou a fazer cahir em descredito este Corpo; o Governo sentio logo huma Revolução, e tendêo para a Democracia. Quando porem depois no tempo da Republica os Plebêos forão pouco a pouco opprimindo os Patricios, e o Senado, nem por isso a Constituição Republicana se alterou: o dicto Corpo intermedio era então superfluo. Hum Estado pode mudar por duas formas; a saber, ou corrigindo-se, ou corrom-

(1) Montesquieu Esp. das Leis, Liv. 11, Cap. 13.

Digitized by Google

pende-se a Constituição. Se elle muda, subsistindo os seus elementos, e os seus principios, isto indica correcção Constitucional: se elle muda, alterando os seus elementos, e os seus principios, isto indica corrupção Constitucional. A depressão do Senado no tempo da Republica, prelacion o primeiro resultado, e no tempo dos Reis o segundo. Ese em Portugal, querendo-se huma Constituição Monarchica, se proceder como Servio Tulio, a Constituição ha de mudar-se, corrompendo-se; e deve cuidar-se em que ella se corrija, em vez de se corromper, concorrendo assim simultaneamente a persuadir os Portuguezes, para que se desviem de inverter os elementos, e os principios da Monarchia.

Elles tem para isso hum outro motivo muito poderoso além dos mais, que temos referido, e vem a ser: que, sendo os seus desejos huma Constituição Monarchico-Representativa, he dessa mesma natureza a nossa, como em attenção ás suas Cortes a classifica Mr. de Beaumont, (1) e todos os mais, que tractão das formas dos Governos Europeos. Elles tem pois em si mesmo os elementos da Constituição, porque se desvelão, e aproveitando-se delles, edificarão sobre os mesmos alicerces, ligados com os habitos Nacionaes, e com as antigas Constituições Portuguezas, poderão obter facilmente o melhoramento, que he analogo ás ideas Liberaes do Seculo, e aos votos geraes manifestados pela Nação, sem que tenhão a necessidade de destruir para mais solidamente edificar.

No Correio Brasiliense desde o N.° 15 que corresponde a Agosto de 1809 até ao N.° 20 acha-se hum excellente trabalho Literario, que tem por titulo = *Parallelo da Constituição Portugueza com a Ingleza* = As ideas do seu A. são muito conformes com as nossas, estão ao de vida honra á sabedoria dos nossos Maiores, e á Constituição por elles adoptada. Elle mostra que, sendo substancialmente huma igual á outra, entre ellas só ha a differença, que os Inglezes fizerão reduzir a escripto os seus alliços Constitucionaes em Diplomas authorisados pelo Rei, e que os Portuguezes não tiverão nunca este cuidado. Fal-

(1) Introd. Gener. a l'Etud. de la Polit. §. 61.

ta pois muito pouco a fazer, para que Portugal se ponha a par da Gram-Bretanha, em quanto á sua Organisação Politica. E assim o nosso Reino virá a ter com summa facilidade huma Constituição Liberal, conforme á outra, de que pela experiencia já se conhecêrão os proveitos, e analoga aos nossos Costumes, e Instituições, o que satisfará todos os ditames da sabedoria, que temos desenvolvido com tanto desvelo. E o amor proprio Nacional por esta maneira deixará de ser humilhado, com as apparencias de ir aprender dos outros, e de se mendigar na casa alheia, o que na propria se pode achar.

Para se caminhar com os olhos fitos na igualdade, será indispensavel então seguir os passos de Licurgo, que começou por fazer huma nova partilha das terras entre os Cidadãos, por lhes prohibir o uso da moeda de ouro, e de prata, e por reduzir a huma especie de vida commum, para que desta sorte, tornando-os a todos iguaes nas suas circumstancias, os constituisse capazes do Governo, que lhes queria dar. Isto porem seria inteiramente impraticavel em alguma das Nações, hoje existentes, que todas olhão as riquezas como origem da prosperidade publica; e seria contrario ao fim das Instituições Civis, que he a conservação da propriedade, e dos direitos de cada hum. He pois necessario desviar deste caminho, e ir pela vereda de Solon, que dividio o povo em quatro grandes classes, segundo as suas riquezas, admittindo unicamente os das primeiras tres nas grandes Dignidades, e Empregos, e deixando á quarta só o direito de concorrer para a sua nomeação. E isto mesmo quando era seu intento estabelecer huma Constituição Democratica. Diz Platão no Liv. 6. de Legib., que o Legislador de Athenas distinguia duas especies de Igualdade, ou de Justiça: a primeira, que divide tudo em partes iguaes, e a segunda, que dá a cada hum, o que lhe compete. A primeira igualdade foi metter em cada huma das classes, os que a ella pertencião; e a segunda consistio em dar a cada huma dellas, o que lhe competia. *Elle contentou desta sorte*, diz Aristot., no Liv. 6. de Repub. C. 4. *aos dous Partidos, que nos Estados Livres se costumão ir entar entre si, e dos quaes hum faz quasi sempre injustiças, que o outro he obrigado a soffrer. Os pobres, julgárão-se*

satisfeitos com o direito de entrar na nomeação dos Magistrados, e de poderem, acrescentando os seus bens, passar ás primeiras classes, e dellas a todas as Dignidades da Republica; e os ricos contentárão-se, vendo-se livres de serem governados por pessoas sem consideração. Nas Monarchias tambem ha duas classes, entre si rivaes, os Aristocratas, e os não Aristocratas, e convem a respeito dellas proceder com a prudencia de Solon, para que ambas fiquem satisfeitas. Opprimir huma, e attender sómente a outra, he fazer huma repentina inversão nas Instituições do Estado, nelle arraigadas pelo decurso de Seculos, e não caminhar ao grande Bem Publico, a que se dirigio aquelle sabio Legislador.

E se os Portuguezes se não desviarem destas máximas, unidas, e concordes entre si todas as ordens de pessoas, de que se compõe o Estado, organisarão sem dúvida huma Constituição, que lhe dará o Governo mais conveniente ás suas circumstancias, ainda que não seja a melhor imaginavel. As Republicas de Platão, as Utopias de Thomaz Moro, e as Oceanas de Harrington são bellissimos quadros, mas que só nos Livros se podem encontrar.

E dando por concluida esta tarefa, nossos Leitores desculpárão a extensão, que nella empregámos, e o havermos trasladado tantas authoridades, e tantos periodos alheios: mas sendo nossos desejos utilisar á Patria, quanto cabia em nossas forças, quizemos empregar os nomes, e as palavras dos nossos Mestres, para que não houvesse quem, com o facil recurso de chamar a estas Considerações *argumentos por nós subtilmente desenvolvidos*, lhes procurasse tirar o peso, que ellas devem merecer, e desviar o proveito, a que as destinámos.

FIM.

Digitized by Google

Notas do Velho Liberal a dous §§ de huma Memoria, impressa no Portuguez Constitucional N.º 21 na data de 27 de Janeiro de 1821, e que tem por titulo = Cortes e Constituição. =

Taes são os dictos dous §§.

Nenhuma obra Constitucional he mais accommodada ao nosso systema, á nossa localidade, e ás nossas circumstancias, do que a Constituição Politica de Hespanha (1); esta Lei Fundamental abraçada pela Nação Napolitana a

(1) Aqui temos huma proposição muito geral, e que de muito trabalho carecia, para ser demonstrada. Era necessario trazer a Juizo todas as Obras Constitucionaes conhecidas; analysa-las com sabedoria; e comparar cada huma dellas com o *nosso systema*, *a nossa localidade*, *e as nossas circumstancias*; e só depois disto seria permittido deduzir esta conclusão. Mas antes de tudo devia-se definir, o que significavão aqui as vagas expressões = *nosso systema*, *e nossas circumstancias* =, que alias nada significão, por isso mesmo que podem significar tudo, o que nellas se quizer incluir.

Se *nosso systema* designa *o systema Politico do A.* como ignoramos, qual elle seja, não o poderemos contestar. Mas se isto vale o mesmo que dizer, *o systema Politico Portuguez*, affirmamos resolutivamente que a elle não quadra a Constituição Hespanhola, que tem a Representação Nacional em huma só Camara, quando os Portuguezes sempre tiverão a sua dividida em tres; que a elle não quadra a dicta Constituição, estabelecida sobre elementos inteiramente Democraticos, quando os Portuguezes tem hum Clero, e huma Nobreza. E, pelo que temos escripto nos N.os antecedentes, conhecerão nossos Leitores que nesta parte vamos de acôrdo com Montesquieu, Rosseau, Mably, Raynal, Mounier; não sendo certamente vergonhoso errar em Politica á sombra destes nomes.

Digitized by Google

huma só voz (2) tem em si motivos tão fortes, que nos obrigão a dar-lhe a Carta de naturalisação. Todo o Homem sensato conhece, ao primeiro golpe de vista, que o Hespanhol, e o Portuguez tem hum vinculo de semelhança aperfeiçoado pelo nascimento, linguagem, costumes, governos, ideas, sentimentos etc. etc. Todo o Homem prudente conhece que em partilha Politica cabe á Portugal a mesma sorte, que he dada á Hespanha, e que por isso no Systema de Governo deve andar em passo igual (3).

(2) Parece que temos nisto o primeiro argumento, que move o A. para dar esta Carta de naturalisação Portugueza á mencionada Constituição. Nós porem entendemos que os Napolitanos, ou os seus factos não serão jamais segura guia, em que se possa confiar nas Causas Liberaes. Gianone he hum dos mais illustres, e dos mais Liberaes Escriptores Napolitanos, tanto assim que, mostrando a hum seu amigo a sua Historia de Napoles, este a vista do Liberalismo, com que era escripta, lhe respondeo = *Vós pisto pretendeis para a vossa cabeça huma Corôa de agudissimos espinhos.* = Ora: eis-aqui o que elle escreve sobre o caracter d'aquella Nação relativamente ás Causas da Liberdade = *Nenhum Povo foi jamais tão ávido, e tão incapaz de Liberdade, como o de Napoles: ligeiro em sua conducta, inconstante nos seus sentimentos, não tendo nenhuma opinião fixa, elle aborrece o presente, e á medida das suas paixões, ou treme, ou espera em demasia a respeito do futuro.* = E o Abbade Millot transcrevendo este texto conclue, = *que elle passará sempre da revolta a huma especie de escravidão* = Elem. d'Hist. Gener. T. 8. XIV. Epoq. Liv. 1. C. 1. E supposto isto, d'huma semelhante Nação aprazia a Constituição Hespanhola, nada se póde concluir a favor d'ella: e nós nada menos desejamos, do que serem agora taes costumes Napolitanos o modelo dos Portuguezes. Por tanto, conforme a nossa opinião, de nenhuma monta he este argumento, de que temos tractado para o fim, a que foi empregado.

(3) Este período contem o primeiro raciocinio dirigido a demonstrar a geral proposição, por que principia o §: e elle vem a ser, que o vinculo de semelhança aperfeiçoado pelo

Ha ainda huma razão de muito pezo a favor d'aquelle Codigo; he hum dos mais Liberaes (1), que tem apparecido

nascimento, linguagem, costumes etc., que ha entre Portugal, e Hespanha, pede que estes dous Estados tenhão Constituições analogas. Não entrando na minuda analyse deste pressuposto, em que teriamos para dizer muito, contentamo-nos somente, sem o contestar, com perguntar ao A., como he, que d'isto se segue a conveniencia da Constituição Hespanhola para Portugal? Supponhâmos por hum pouco a necessidade de Constituições analogas nos dous Estados: mas que desgraçada, e abatida será em nossos dias a condição dos espiritos Portuguezes, que d'aquella hypothese se deva deduzir a conclusão della tirada pelo A.! Devendo os dous Estados ter Constituições analogas, porque não haverão os Portuguezes de aspirar ao menos a fazer hũa Constituição muito mais perfeita, do que a Hespanhola (para o que não será preciso muito), a fim de que elles venhão aprender de Portugal a emendar a sua, em vez de irem os Portuguezes dos nossos dias tomar as lições dos outros! Devem ter os dous Estados Constituições analogas; seja isso assim muito embora, mas desejem todos os Portuguezes (por vida nossa) ser os Solons, e os Licurgos da Peninsula Hespanhola, e não haja nem hum só, que dê por certo não ter na sua casa, quem lhe possa fazer hũa Constituição, ou humas poucas d'ellas, muito Liberaes, e muito mais bem acabadas do que essa, que o A. considera Obra Prima! O amor por nossa Patria, e pela gloria do nome Portuguez obrigou-nos a apresentar ao Publico a nossa analyse sobre essa tão gabada Constituição: o A. terá já visto a parte desse nosso trabalho, que faz a materia dos nossos Nos. 10 e 11; e nós estimaremos muito que o A. se resolva a instruir o Publico, e a nós sobre a injustiça das nossas censuras, ou sobre a pouca exactidão dos nossos raciocinios. Mas, em quanto se não satisfizer a isto, não se inculque (por vida nossa) tornamos a pedi-lo) a Constituição Hespanhola como hũa mercadoria Estrangeira, que deva ser em Portugal Nacionalisada!

(1) Aqui temos outra Proposição, a que se deve applicar tudo o que escrevemos na Not. 1.ª, sendo indispensa-

na terra, he atacado pelos defensores do Despotismo desde o mais insignificante Servil até ao mais poderoso *Francisco*, e *Alexandre*; (1) logo deve ser adoptado por todo o Ho-

---

vel definir primeiro que tudo, o que o A. entende por *Codigo Liberal*. Elle no nosso N.° 10 poderá vêr, como nós o classificâmos por anti-liberal na Not. 2.ª ao Cap. 3.° do Tit. 2.°, e nós ahi damos as razões da nossa classificação.

(1) Muito desejariamos que o A., tão Hespanhol, como se mostra, o tivesse sido em tudo, para não escrever aqui estas palavras. Na Lei das Côrtes de Hespanha sobre a Imprensa, que nós vimos na Gazeta de Lisboa N.° 280, em data de 21 de Novembro passado, vem o seguinte Art. 17.

> Todo o Impresso, em que sejão injuriadas as Augustas Pessoas dos Monarchas, ou Chefes Supremos das outras Nações, ou que excite directamente os seus Subditos á rebellião, será qualificado por Juizes de facto, com as notas de injurioso, ou sadidioso; impondo-se á pessoa responsavel do Impresso as penas, que nesta Lei se designárão para estas duas qualificações, e seus varios gráos.

E não póde haver dúvida, que seja comprehendido neste Art. o designar por *Franciscos*, e *Alexandres*, os Imperadores de Austria, e Russia. E nem o A. carecia desta lição Estrangeira, porque no Aviso em data de 12 de Setembro de 1820, no qual pelo Governo do Reino se derão dontissimas regras para os Impressos, se determina que nelles não se tolerem = *expressões, que possão alterar a harmonia, e relações politicas, que felizmente subsistem com as outras Nações* = E ninguem talvez duvidará que o A. nestas expressões se esquecêo desta Lei, a que devia obedecer. Os Liberaes tem por primeira virtude o obedecer ás Leis, que estão prescriptas pelos seus Governos; e não se combina com a Liberalidade o estilo só proprio da infima classe, a que falta a instrucção, e que não sabe a polidez, e as maneiras de tractar as pessoas, a quem se quer, o se deve honrar. Huma Nação, que declara toda, e toda jura querer huma Monarchia, manifesta nisto que ha de ter hum Monarcha por Chefe: e então he da

Digitized by Google

mo livre, e ser o titulo de = Codigo da Humanidade. =

sua obrigação tractar respeitosamente os Monarchas, para se honrar mesmo a si, visto que ha de ter hum Chefe com esta classificação. Se este Chefe ha de ser hum *Francisco*, e hum *Alexandre*, muito se deshonra quem deseja ser parte de huma Nação, cuja cabeça ha de merecer este ridiculo tractamento.

E, isto sem prescindindo do util; porque, se considerarmos a materia por este lado, bem pode ver o A. que não he ser Liberal estar desafiando inimigos poderosos, para se armarem contra o Liberalismo. Dêmos por certo, que os desafeiçoados á Liberdade Civil seduzem os Imperadores d'Austria, e da Russia, para serem contra as causas Liberaes das outras Nações, será do interesse destas dar armas aos seus inimigos, para justificarem com ellas as referidas seducções? Não pedia o seu interesse, muito pelo contrario, que se lhes não dessem taes motivos?

Tudo isto se conspira contra o Buonaparte? Pois o seu argumento he da mesma natureza. Os livros estão cheios de pomposissimos Elogios, na nossa lingua, feitos pelos nossos Portuguezes, ha poucos annos, dando-se aos dictos Imperadores os maiores titulos, e os mais distinctos louvores; e caberá então aos mesmos Portuguezes por o cunho do ridiculo naquelles, a quem ha pouco tempo aplegoárão como Heroes? O A. bem pode vêr que isto he deshonrar-se os Portuguezes a si mesmos.

As Causas Liberaes não olhão para pessoas, olhão para causas. E por tanto, se o A. quer inculcar aos seus Nacionaes a Constituição Hespanhola, ou as suas bases, procure argumentos della deduzidos: diga o que he huma Constituição Monarchico-Liberal: quaes são as partes, que ella deve ter: quaes são os defeitos, que deve evitar; e compare depois disto a Constituição Hespanhola com os seus Principios estabelecidos, e demonstrados; mas saiba que, se não fizer isto, com §§, como estes seus, para classificar a dicta Constituição pelo Codigo da Humanidade, não conseguirá jámais nem hum só voto, de quem entenda desta *Sorte*.

A Ochlocracia, molestia que atacou os Portuguezes em 1808, e que os persegue desde esse tempo até aos nossos dias. — Continuada de f. 48.

Estando a Cidade do Porto, e o seu Povo no estado, que referimos a f. 44, huma circumstancia sobreveio, que accelerou o seu rompimento. O General Junot, vendo a Provincia do Minho, e principalmente aquella importante Cidade, governada no Nome do Imperador, e debaixo das suas Ordens, mas sem força alguma, que sustentasse este Governo, que se tornava d'essa sorte, e em taes tempos somente nominal, e muito precario, havia feito marchar de Almeida para o Porto o General Loison com hum Corpo do Exercito Francez. Por huma parte a pessoa d'este General, muito odiosa na dicta Cidade pela execução, que tinha feito na Villa das Caldas em hum Regimento Portuguez, que era da sua Guarnição, e a que se attribuíra hum alboroto contra alguns Soldados Francezes; e pela outra os rumores espalhados, de que o dicto General ia castigar a Cidade, por ella se não ter opposto aos anteriores movimentos dos Hespanhoes: estas duas causas, enchendo de pavôr o Povo do Porto, e dando mais hum pretexto para elle ser conduzido a insurgir, fizerão com que a Revolução apparecesse mais acceleradamente.

O Povo do Porto, apoiado pelo dicto Commandante da Artilheria, e pelo Corpo, que estava debaixo do seu Commando, rompêo em hum tumulto no dia 18 de Junho, acclamando a Soberania do então Principe Regente, e depois ElRei o Senhor D. João VI, e invectivando contra o Governo Francez. Todos os sinos da Cidade tocárão a rebate: a multidão arrombou o Deposito das Armas, e apropriou-se de 80$000 Espingardas, que nelle se achavão; fez o mesmo a hum Armazem de Munições de Guerra; e passou todo aquelle dia, e noite em alaridos pelas ruas, dando tiros sem fim, ou destino algum, e assustando a maior parte das familias Nobres, e ricas da Cidade, que temião todos os desastres á vista de huma semelhante perturbação. O Brigadeiro Luiz de Oliveira, re-

Digitized by Google

ceando que o tumulto se dirigisse contra elle, resolvêo-se a fugir para o interior do Minho; mas foi logo popularmente apregoado, como traidor, por se não ter levantado contra os Francezes, e por ter obedecido ás suas Ordens; e assim começou a serie de todas as suas grandes desgraças, que não tiverão nenhuma outra causa mais do que a sua indeliberação, e a indiscreta maneira de discorrer, que sempre se encontra no Povo, e muito mais entre os seus tumultos; e talvez tambem o interesse, que tinhão os Officiaes Militares, que erão de menor graduação á sua, e que todos desejavão fazer a primeira Representação naquelle acontecimento.

Na madrugada do dia 19 houve quem fizesse conhecer ao Povo, assim tumultuado, que era necessario estabelecer-se a Ordem, e organisar-se hum Governo, a que todos obedecessem, porque de outra sorte serião infallivelmente sacrificados á vingança dos Francezes, aos quaes se não poderia fazer opposição alguma, em quanto durasse aquella confusão: e convencido ou guiado o Povo desta sorte, á voz do seu nome forão convocados alguns Ecclesiasticos, Magistrados, Militares, Nobres, e Commerciantes, a fim de se acharem nas Casas da Camara, para onde se dirigio tambem o Povo, e parte do dicto Corpo de Artilheria, que lhe servio como de apoio. Demorando-se porem o Bispo, que era hum dos convocados, resolvêrão os que estavão na Casa da Camara mudar aquelle ajuntamento para as Salas do Palacio Episcopal, em razão da sua maior grandeza, o que se executou. Tractou-se a materia por todos os que estavão presentes, e determinou-se que se estabelecesse huma Junta composta de dous Ecclesiasticos, dous Desembargadores, dous Militares, e dous Cidadãos, os quaes forão todos logo alli nomeados, escolhendo-se o Bispo para servir nella de Presidente. Fez-se hum Termo d'esta deliberação, e eleição, que todos os Assistentes assignárão, e nelle se declarava que a dicta Junta teria o exercicio do Supremo Governo, em quanto se não podesse restabelecer em Lisboa o Conselho, que S. A. R. havia deixado, quando se embarcou para o Brasil, e que constava do Decreto, e Instrucções de 26 de Novembro de 1807.

Deve-se porem observar que huma das cousas, que

Digitized by Google

lembrou, e que se procurou promover naquelle Congresso, tinha sido o entrarem na Junta seis Officiaes Militares: erão já muitos os que áquelle tempo se tinhão apresentado na frente do Povo, como mais activos, e mais interessados na sua Causa: todos cobiçavão ter parte na Publica Administração, e era por isso necessario hum maior número de lugares na Junta, que fossem destinados para os Militares, a fim de todos poderem entrar nella. Mas havendo quem reflectisse, que semelhante organisação inutilisava todo o resto da Junta, fazendo com que a sua parte Militar se apropriasse de todo o Poder, illudio-se o dicto Projecto, lembrando que na Junta devia haver hum igual numero de vozes em cada huma das Classes, de que ella se compunha: porêm que, como o mais, que havia a cuidar naquelle momento era relativo á Milicia, se devia constituir huma Junta Militar, composta de seis Membros, e sujeita á Junta Governativa, para que por ella se dirigisse immediatamente tudo, o que pertencesse ao Armamento necessario, e ás medidas de defeza. Este arbitrio conciliou todos os interesses, e forão eleitos os seis Militares, que havião de compôr a dicta Junta, a qual devia ser presidida pelo Governador das Armas do Porto. E convem notar este Artigo, porque elle foi a origem da primeira grande reacção, ou convulsão Politica, que houve poucos dias depois, e que sacrificou os dous Officiaes Militares, que tinhão primeiramente apparecido na frente do Povo no dicto dia 18 de Junho.

No Alem-Tejo tambem os Hespanhoes vierão mesmo obrigar em algumas Povoações os movimentos dos Portuguezes; e pode vêr-se em prova disto o que succedeo em Castello de Vide; como consta da Minerva Lusitana do dia 7 de Setembro de 1808.

Desta sorte os dictos Hespanhoes conspirarão para a Revolução de Portugal, atiçando a indisposição dos Portuguezes contra os Francezes, dando-lhes o exemplo Revolucionario, communicando-lhes o seu contagio, e desassustando-os do Poder da França, porque desligada da Hespanha não só perdia as forças desta Potencia para oppressão de Portugal, mas precisava de as destruir, antes de atacar este Reino; e os Portuguezes consequentemente olhavão para a

Digitized by Google

Força Franceza, Commandada pelo General Junot, como a unica, que tinhão para vencer.

E como a Revolução da Hespanha era Ochlocratica, desta mesma natureza havia de ser tambem a de Portugal, que era huma emanação d'aquella.

Que a Revolução Portugueza apparecêo acclamando a Soberania da Serenissima Casa de Bragança, e unindo-se á Grã-Bretanha, como exigião as circumstancias acima referidas, he hum facto manifesto, e que não pode ser de nenhuma sorte equívoco. Agora que ella tivesse os caracteres Ochlocraticos, e que fosse revestida de todas as emanações da Ochlocracia, como era provavel acontecesse em consequencia das dictas anteriores Revoluções Franceza, e Hespanhola, he cousa, que se não pode perceber tão obviamente, e que requer huma muito mais séria attenção. Tracta-se de conhecer o espirito de huma Convulsão Politica, e elle nem sempre he conforme, com o que se proclama, sendo por tanto necessario, para o descobrir, analysar miudamente os factos, que a acompanhão, remontando ao principio real, de que elles emanão, e sem confiar inteiramente nos exteriores, que os revestem.

Na Revolução Franceza emprendida com o pretexto de se procurar a *Liberdade*, e *Igualdade* para os Francezes, o principio apparente de todos os movimentos havia de ser necessariamente o amor da mesma *Liberdade*, e *Igualdade*: e por isto foi uniforme o véo, com que se cobrirão todas as diversas facções, que predominavão nos diversos periodos da sua carreira: Moderantistas, Jacobinos, Gerondinos, Montanheses todos triunfárão, e forão á Guilhotina precedidos do tom das mesmas acclamações da *Liberdade*, e da *Igualdade*: com ellas em hum dia triunfárão como Patriotas, e no outro caminhárão ao Cadafalso como Traidores. Na Revolução Portugueza o principio apparente de tudo, o que se fazia, era, e havia de ser necessariamente a acclamação da Soberania de S. A. R., e mais o odio aos Francezes, e á sua dominação. Mas assim como na França aquelle mesmo véo do amor da Liberdade, e da Igualdade cobria todas as facções, e servia a todos os projectos, sem que todos quizessem o mesmo, apezar de fazerem as mesmas acclamações, sendo-nos necessario, para conhecer o es-

Digitized by Google

prito de cada hum d'aquelles Partidos, não nos limitaremos a considerar o seu principio apparente, mas devendo para isso desenvolver o seu principio real; assim tambem na Revolução Portugueza, para se encontrar o seu espirito, ha de ser preciso não attender somente ás palavras, que acompanhavão todos os movimentos, mas analysando os factos, ir desentranhar do centro delles o principio real, de que partião, porque esse tambem he, que se deve ter como verdadeiro principio da Revolução.

Por tanto: ainda que já demos huma idêa geral da Ochlocracia, com tudo recordaremos, e desenvolveremos aqui mais alguma cousa do que alli dissemos, para que depois nossos leitores, passando a comparar com isso a Revolução Portugueza, conheção evidentemente que ella foi da classe das Ochlocraticas. (1)

---

(1) Tendo já na Nota, que se acha a f. 161, procurado dar huma idêa geral da differença, que fazemos entre Ochlocracia dolosa, e Ochlocracia manifesta, e tendo alli promettido ampliar esta materia, pelo muito que isso convem em razão do diverso, e muito diverso tractamento, e dos diversos, e muito diversos remedios, que cumpre applicar ao doente em huma, e outra enfermidade, aproveitaremos esta Nota para o dicto fim.

He evidente que he mais facil de conhecer a primeira das dictas especies do que a segunda, da mesma sorte que he mais facil a qualquer Medico capitular as molestias Manifestas, sendo reservado para os mais habeis, e consumados Professores conhecer as Dolosas, em quanto ellas conservão esta natureza. Mas tambem he mais facil curar a segunda, do que a primeira; porque nesta he necessario corrigir a prática, e a theoria, os habitos, e o systema, visto que em huma, e outra cousa consiste a enfermidade; e naquella só a prática; os habitos são viciosos, e existindo só a theoria, e o systema; o que mesmo subministra huma grande auxilio para extirpar o mal. Para curar a molestia na primeira especie he necessario remontar aos principios da Organisação Social, fazer a sua anatomia, analysar quaes são as suas partes, e as acções, que competem a cada huma d'ellas, e mostrar com exemplos como se padecem ou-

Digitized by Google

Hendo sua natureza partem ellas da Multidão, sem haver outro centro commum, de que lhes venha o movimento, e por isso he tambem a ellas essencial a substituição da vontade individual de cada hum dos Cidadãos, ou de cada fracção de Cidadãos, em lugar da vontade geral. Na Sobe-

---

rania males, perturbando-se as partes d'aquelle Todo no exercicio das suas respectivas funcções, para que d'esta sorte se conheça que he manifestamente absurda, e summamente damnosa a existencia do Poder Governativo nas mãos da Multidão. E que difficil empreza! Quando se trata de illustrar o Povo em materias tão abstractas, estando elle preoccupado com as theorias, que lhe attribuem a Soberania, e necessariamente muito affeiçoado a sustenta-las! Julgando o Povo que a sua saude consiste naquillo mesmo, que he a sua molestia, e consequentemente estando disposto a rebellar-se contra todo o curativo! Mas se este remedio lhe não aproveita, assim mesmo difficil como elle he, não ha nenhum outro, senão deixa-lo cançar de soffrer os excessos, filhos da Ochlocracia, que hão de conduzi-lo á docilidade necessaria para ser governado, e para se sujeitar a quem quer, que em taes circumstancias se apresentar á testa da Publica Administração. Isto he tão natural á condição dos homens, cançados de padecer os excessos da licença popular, que na Republica Romana todos, os que concebêrão projectos ambiciosos, os Pompêos, os Crassos, e os Cesares trabalhárão por semear a Anarchia, como observa Montesquieu, Grand. et Decad. des Romains Chap. 13. Ellas procurarão assim desgostar do seu Poder ao mesmo Povo, para que elle se lhes entregasse, reconhecendo como insupportaveis os inconvenientes do Governo Republicano.

Na segunda especie nem he necessario o uso d'aquelle difficillimo remedio, nem tambem esta estragadora Medicina, de deixar cançar o Povo de soffrer os males da sua mesma dominação, porque o seu curativo está em se lhe fazer notar a contradicção, que ha em acclamar essa outra Soberania, obrando ao mesmo tempo, como se elle fosse o Soberano. Na Revolução Portugueza, por exemplo, bastava metter constantemente aos olhos do Povo *que, se era acta-*

***

Digitized by Google

ciedade Civil, não Ochlocratica, só quem exercita o Governo lhe, que ousa decretar que isto ou aquillo convem, ou prejudica ao bem geral; e tambem só elle he, que ousa coagir os Cidadãos a executar, ou a omittir estas, ou aquellas acções como conformes, ou desconformes com o

---

mada a Soberania do então Principe Regente Nosso Senhor, seria indubitavelmente absurdo, e criminoso attribuir-se a Multidão direitos, de que nunca tinha usado, antes que o mesmo Senhor se retirasse para o Brasil, não podendo isto deixar de lhe ser muito sensivel, e mujto vehemente para a comprimir.

Estas mesmas Considerações nos encaminhão a observar que, assim como a Ochlocracia Dolosa se cobre com véos não Ochlocraticos, sendo necessario não confiar só nas apparencias, para se conhecer se a Sociedade está, ou não enferma d'aquella molestia, da mesma sorte acontece que algumas vezes apparecem véos, e exteriores Ochlocraticos, sem que com tudo exista a Ochlocracia. Quando concluida a primeira Constituição Franceza, e acceita por Luiz XVI, se dissolvêo a Convenção Nacional, estabelecida a Assemblea Legislativa, apparecião todos os exteriores anti-Ochlocraticos, e parecia ver-se a Organisação de huma Monarchia Representativa: mas quem deixaria de conhecer que esses exteriores erão véos da Ochlocracia, que triunfava em París, reflectindo que os Oradores da Assemblea subião continuadamente á Tribuna para recitar Philippicas contra os Reis: = reflectindo que todos os Clubs, e que todos os lugares públicos ressoavão aclamações fogosas, e accusações violentas contra o Monarcha, e a sua Familia: = reflectindo que no dia 20 de Junho de 1792 huma Multidão desenfreada forçava as Tulherias, e opprimia o Rei com injurias, e ameaços: = reflectindo que demittido Petion do exercicio de Maire pela Administração do Departamento com o motivo de haver favorecido as desordens do dicto dia, e sendo confirmada pelo Rei a sua destituição, elle fôra com summa ousadia advogar pessoalmente a sua Causa, gritando o Povo por todas as ruas, ao tempo que elle passava »*Petion, ou a morte, »Petion ou la mort*»! E que o Corpo Legislativo assustado pela furia popular co-

Digitized by Google

dicto fim. Os Cidadãos, que não são o Governo, ainda quando lhes parece que isto convem, que aquillo prejudica a dicta Sociedade, considerão que lhes falta o direito para nella definir o bem Civil, e o mal Civil, e para obrigar os outros a conformar-se com as suas determinações, empre-

---

dêra aos seus impulsos, annulando o Decreto do Departamento: = reflectindo que poucos mezes depois esse mesmo Povo gritava por toda a parte com igual effervescencia = *Petion, e seus amigos á morte.* » *Petion et ses amis a la mort.* » = reflectindo em que assim assustados constantemente o Rei, e o Corpo Legislativo, que ostensivamente occupavão o Governo, temião, e condescendião com a Multidão em tódo o momento: = reflectindo que quando La Fayette deixando o Exercito, veio a París para tentar a compressão da Licencia Popular, e fallou ao Corpo Legislativo com toda a firmeza contra os facciosos, que opprimião a Constituição, a Multidão chegou mesmo a impôr susto á Guarda Nacional, com que o General contava; de maneira que ella não ousou ajudar os seus esforços: = reflectindo-se em toda esta espantosa serie de acontecimentos tumultuarios, que produzirão a proscripção da Monarchia, e a morte do Soberano, partindo todos elles da Populaça, e sendo esta quem dictava a Lei, ninguem deixará de reconhecer a Suprema Authoridade occupada pela Multidão, e consequentemente o Imperio da Ochlocracia, fossem quaes fossem os exteriores, que a disfarçassem.

E, pelo contrario, que Constituição Politica existio jámais revestida de tantos exteriores Ochlocraticos, como foi a Franceza de 1793? Pode dizer-se que nella estava mesmo sanccionada a permanencia das Insurreições parciaes pelo Constitucional estabelecimento dos Jacobinos, e de todos os outros Clubs, que lhe erão filiaes, = pelo Poder concedido ás Communs, = pela frequencia das Assembléas das Sessões, = e pela obrigação, que havia, de fazer acceitar todas as Leis pelo Povo. Tudo isto conspirava para accrescentar a influencia Popular na Suprema Administração, de maneira que não temos idêa de Organisação alguma Social, que revestisse a Multidão de mais Poder, do que era esta, não havendo nenhuma outra, que lhe attribuisse tão grande

Digitized by Google

gando as suas forças em execução della. Por tanto cada hum se abstem de decretar, o que se ha de fazer, ou omittir, e muito mais de obrigar os outros a executar, o que elle julga ser do publico interesse: deixá cada hum ao Governo determinar, e fazer executar, o que lhe agrada,

---

parte da Soberania. Entretanto esta Constituição foi somente destinada a cobrir a Tyrannia com hum véo Democratico; e foi o que existio, quando a França era regida pelo Governo Revolucionario, o mais absoluto, e independente, que pode jámais haver. Elle era confiado inteiramente a duas Juntas, composta cada huma de doze Membros, e que tinhão os Titulos de *Junta da Saude Publica*, e de *Junta da Segurança Publica*. Seu Poder estendeo-se tanto, que a mesma Convenção Nacional, que representava o Todo da Nação, cedêo da sua inviolabilidade, dando ás dictas Juntas o Direito de prender os seus Deputados. Toda a França ficou comprimida debaixo do Terrorismo dinte Governo; e Robespierre, que se constituio seu Chefe, dispoz arbitrariamente das propriedades, da industria, dos braços, do ouro, e do sangue de todos os Francezes. Nada menos existia em França do que o Governo da Multidão; Robespierre era quem governava, sendo as Commoções Populares dirigidas por elle, e como hum instrumento da sua dominação.

Na primeira E'poca, que descrevêmos, a Multidão dominava debaixo das apparencias de huma Constituição Monarchica: aquelles, a quem era confiado o Governo, temião o Povo, e obedecião-lhe. Na segunda E'poca o Povo, debaixo das apparencias de huma Constituição Democratica, era governado pela individual vontade do Dictador, e obedecia ao seu absoluto Poder. Na primeira E'poca as Commoções Populares erão armas contra o Governo; na segunda erão armas do Governo. Nenhum Estado houve menos Democratico do que a França nos tempos de Robespierre: e por isso lhe que ella ostentou huma tão grande força, que enchêo de espanto a toda a Europa. Sem hum Governo tão central, e energico era impossivel que a dicta Nação resistisse aos grandes perigos, que então a cercárão.

Coburg na Flandes Senhor de Condé, e de Valencia-

Digitized by Google

como vantajoso á Sociedade; e obedecendo-lhe, enche pela sua parte todas as suas obrigações. Nos momentos porem, em que reina a Ochlocracia, cada Cidadão, ou cada fracção de Cidadãos se attribue o direito de definir o que convem, e o que prejudica ao Publico; e de decretar o que he con-

---

me, avançando até Landrecy; e Wimpffen com hum Exercito de Descontentes chegando a vinte legoas de Paris = Bordeos armando-se para vingar a Proscripção dos Girondinos, seus Representantes = Leão revoltado, e juntando dentro das suas muralhas huma multidão de Descontentes, que formão hum terrivel fóco de Insurreição = O Rei da Brussia, depois de lançar fora os Francezes de Francfort, senhoreando-se de Moguncia = os Prussianos, e Austriacos, reunidos ao Principe de Condé, tendo forçado as Linhas de Weissemberg, e provocando a emigração de cincoenta mil Alsacianos = Landau bloqueado = Strasbourg embaçado = os Inglezes, e Hespanhoes reunidos, Senhores de Toulon, julgando-se no momento de se apropriarem de todos os Departamentos Meridionaes. Basta saber que tal era a situação Politica da França, e que ella não succumbio a tão poderosos inimigos, para se conhecer que a Multidão não governava, e que havia hum Governo com centro, e com unidade, fossem quaes fossem os seus exteriores.

E, se fôr necessario outro exemplo, nós o teremos no Parallelo de Sylla, e de Augusto, que Montesquieu traçou em muito breves linhas. Grand et Decad. des Romains Chap. 10. Sylla parecia encaminhar-se ao Reinado; porem no meio das suas violencias luzia o espirito Republicano; todos os seus Regulamentos, ainda que executados, como se elle fosse hum Despota, tendião sempre a huma certa forma de Republica, e por isso elle demittio hum dia a Dictadura espontaneamente, tendo conduzido á força os Romanos para a Liberdade, como se explica o dicto Illustre Escriptor. Augusto, pelo contrario, fallava sempre na Dignidade do Senado, e no seu respeito para com a Republica, e pedia no fim de cada dez annos que o alliviassem do pêso do Imperio, mas de modo que o conservou sempre: e, no pesar de todos aquelles exteriores, quem analysa as

Digitized by Google

forme com as dictas duas definições, infamando, e perseguindo, como inimigo do Estado, a quem lhe parece que se desvia dellas. Por tanto: cada Cidadão, ou cada fracção de Cidadãos ousa considerar-se, como se fosse o Governo, e ousa attribuir-se a expressão da vontade, e da força geral.

Desta essencial natureza da Ochlocracia resultão todas as emanações, que a costumão acompanhar, e as quaes nos cumpre agora referir brevemente, para que se reconheça que todas ellas apparecêrão na Revolução Portugueza, de que tractâmos, assim no seu rompimento, como na época, que se lhe seguio até á restituição do Governo de Lisboa, e na subsequente ao seu restabelecimento; e para que se possa

---

acções de Augusto, e os seus Regulamentos, conhece que todos elles se encaminhavão visivelmente ao estabelecimento da Monarchia. Com tudo, os exteriores illudião o Povo; e, em quanto Sylla fortificava a Republica, todos temião cahir debaixo do Poder Real: e em quanto Augusto consolidava o Reinado, não havia susto algum d'este estabelecimento, fallando todos somente da restituição da Liberdade, que attribuião aos destinos do Imperador. Tanto lhe necessario ao Politico não confiar nas apparencias, e discorrer sempre, conhecendo o espirito dos acontecimentos, de que tracta!

Tem-se visto tambem alguma vez Governos indiscretos animar a Ochlocracia, quando huma, ou outra vez lhe parece isso conveniente a algum seu fim, ou a algum seu intento, e tremer depois á vista da mesma Ochlocracia, estando a espreitar os empenhos da Multidão para lhe obedecer. Na primeira E'poca da França, que acima descrevemos, o Governo estava sempre assustado, temendo, e obedecendo á Multidão. Mas não era elle, quem animava a Ochlocracia. Na segunda o Governo assoprava as commoções populares, mas não era para lhes obedecer, e para se sujeitar a ellas, antes para as fazer servir aos seus fins. E só aos sobredictos Governos indiscretos cabe o unir as duas circumstancias, de fomentar a Ochlocracia, e de tremer diante della: de fazer agitar a Multidão para depois espreitar quaes erão os impulsos da sua vontade, e obedecer-lhe cegamente.

Digitized by Google

tambem de futuro ajuizar, quando esta molestia ataca o Corpo Politico de alguma das Nações.

1.° Como cada Cidadão, ou cada fracção de Cidadãos arroga nos momentos de Ochlocracia a authoridade de definir o bem, e o mal Civil, por isso he sempre a primeira emanação desta molestia huma geral effervescencia em todas as Classes da Sociedade, para fallar nos negocios públicos, predizendo os futuros acontecimentos; censurando humas medidas administrativas, e inculcando outras como as mais uteis, e como as unicamente proveitosas. Homens e mulheres, velhos, e novos, todas as profissões, todos os ajuntamentos, e todos os instantes do dia são principalmente dedicados a conferir sobre estes assumptos: quasi que não se ouve fallar noutra cousa; todos indagão as noticias, todos discorrem sobre ellas; todos resolvem definitivamente o que convêm, e o que he prejudicial ao público, do mesmo modo que o farião os Deputados de huma Assembléa. Em todas as praças, e em todas as ruas se encontrão ajuntamentos mais, ou menos numerosos de pessoas mesmo das infimas classes, que se entretem naquellas materias, como se tivessem a seu cargo a Publica Administração; toda huma Cidade, e toda huma Nação parece hum Congresso permanente para as deliberações do Governo. Isto, que nos outros tempos além dos homens d'Estado, e dos que o pertendião ser, entretinha somente huma pequenissima classe de pessoas, que o Auctor das Cartas Persanas finamente retracta debaixo do nome da *Noção dos Novelistas*, (Vej. f. 437 e seguintes) isto he o Officio de todos os Cidadãos, e de quasi todas as horas. Rica entrando em qualquer das mais pequenas Cidades, infectadas com esta molestia, parecer-lhe-hia encontrar nella mais Soberanos, do que se tinhão conhecido em Ispahans, desde a origem do Imperio Persano: parecer-lhe-hia vêr alli mais desvelos empregados a bem da Publica Administração, do que os Monarchas da Persia todos juntos tinhão consumido para humilhar o Imperador dos Turcos, e do Mogol, e ficaria sem dúvida extraordinariamente surprendido, quando não podesse descobrir com todas as suas indagações, nem os grandes Estados, nem os innumeraveis Vassallos d'aquelles Soberanos, que tão affincadamente tractavão das

Digitized by Google

materias do Governo. Eis-aqui o primeiro grande caracter da Ochlocracia; aonde elle não apparecer, pode segurar-se que não existe a dicta enfermidade.

2.° Como a multidão he quem impéra, e huma natural tendencia encaminha a quasi todos para lisongear aquelles, que governão, esperando assim multiplicar as suas occasiões de gozar, e diminuir as suas occasiões de soffrer, por isso na Ochlocracia as idéas, e os sentimentos populares hão de formar o espirito público. Elle ha de inculcar como maximas filhas de huma consummada sabedoria os mais puerís, e ridiculos absurdos: ha de honrar muitas vezes como illustes virtudes as mais vergonhosas, e indignas acções; porque, geralmente fallando, tal he a sciencia, tal he a moral do Povo.

Hão de girar publicamente, como se fossem factos verdadeiros, noticias inteiramente fabulosas, que os mais curtos conhecimentos da Geografia, da Statistica, e da Historia impedirião não só de se acreditar, mas até de referir: hão de adoptar-se, e louvar-se, como grandes medidas administrativas, gravissimos desvarios, que jámais deixarião de excitar riso a quem tivesse os primeiros elementos da Politica, porque tão pouco exactas são as idéas da Multidão em todos estes artigos; e ellas he que formão o espirito público. Não ha de apparecer dignidade de expressão nem no que se escreve, nem no que se falla, enchendo-se todos os discursos, e escriptos de nomes injuriosos, e de baixos improperios, porque tal he a linguagem do Povo; e elle he quem dá a Lei ao espirito público. Todas as lições dos Seculos passados na Sciencia Militar, na Jurisprudencia, na Administração, e na Politica hão de ser perdidas naquelles momentos: a Nação parecerá envolta ainda nas mantilhas da barbaridade, a pezar de ter gentes illustradas, porque ellas tractarão somente de se esconder, visto que, imperando inteiramente a ignorancia popular, nem ellas hão de esperar de a poder corrigir, nem se hão de deliberar a seguir o Carro do seu Triumpho.

Continuar-se-ha.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.

Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 16.

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porem sempre de vagar.

Traducção da Carta de Mr. L'abbé Mably a Mr. Adams Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos da America na Hollanda, e para a Paz Geral, de que resultou o reconhecimento da sua Independencia, datada de Passy aos 6 de Agosto de 1783, e impressa no Tom. 13 das Obras completas do dicto Mably = Edição de 1791 f. 149.

Esta Carta traz muito serias reflexões sobre a Organisação Nacional em huma Camara, ou duas, por motivo de na Pensilvania se ter adoptado só huma Camara, havendo nas outras Provincias duas; e como nos N.os antecedentes se tinha apoiado na authoridade do referido Escriptor a preferencia do Corpo Legislativo, dividido em duas Camaras, pareceo conveniente dar aqui aos nossos Leitores a traducção desta Carta, como em confirmação, e mais miudo desenvolvimento dos raciocinios feitos nos dictos N.os; cumpre porem para o mesmo fim acreditar o nome do Author da Carta com o seguinte §. do seu Elogio Historico por Mr. L'abbé Brizard premiado pela Academia Real das Inscripções, e Bellas Letras em 1787, o qual se acha junto ao 1.º Vol. das referidas Obras completas da mesma Edição de 1791. Tal he pois o referido §., que se pode ler a f. 65 do mencionado Elogio.

*

Digitized by Google

He com effeito cousa digna de se notar, achar-se o nome de hum simples, e modesto Cidadão, ligado a todos os Estados, que ainda aspirão á Liberdade, ou que temem de a perder. Berne adoptou as suas maximas: a Polonia pedio-lhe Leis: a Corsega recorreo ás suas luzes: Genebra recebeo d'elle conselhos capazes de lhe desviarem a opressão; e os Sabios da America solicitárão o seu voto: tão poderoso he o imperio, e o encanto dos talentos unidos á virtude! Mably conseguio ambos estes titulos de triunfo.

E o Velho Liberal desejaria muito que a esta parte do Elogio de Mably se podesse juntar algum dia em huma Nota, que *tambem á sua gloria estava ligada a Liberdade Portugueza, por terem para esta concorrido as suas luzes, e os seus Escriptos:* estando segurissimo de que nossos vindouros não levarão em deshonra aos actuaes Portuguezes, seus Maiores, terem caminhado na sua Liberal empreza, dirigidos pela mão, de quem tantos outros Estados procurárão para sua guia em idénticas circumstancias. Segue-se a Carta, que tem por titulo = *Reflexões sobre as Leis da Pensilvania, de Massachussets, e da Georgia.*

Eu julgo, Snr. que, para caminhar com mais segurança, deverei começar pelo exame das Leis fundamentaes, isto he, pela consideração sobre a forma, que cada huma das vossas Republicas dêo ao seu Governo. He d'aqui na verdade, d'onde cada huma das Nações deriva o seu caracter, e a estabilidade d'elle. Se o Governo satisfaz a todas as suas urgencias, se todas as suas partes se ligão entre si, tendendo constantemente ao mesmo fim, e se em vez de se embaraçarem, e de se empecêrem, ellas se ajudão mutuamente, eu estou seguro que a prosperidade da Republica progressivamente se tornará cada vez mais firme. E porque? Porque as paixões, depois de terem feito inuteis esforços para se subtrahirem á authoridade das Leis, e para as violarem impunemente, tomarão pouco a pouco o partido de se lhes sujeitarem, a fim d'ellas mesmas caminharem mais a seu cómmodo. O Cidadão terá nestas circumstancias os costumes do seu Governo; e a Sociedade conseguirá toda a perfeição, de que fôr susceptivel.

Mas se o Poder Legislativo, que he a alma do Esta-

Digitized by Google

do, e o eixo de toda a Machina Politica, não for estabelecido com as devidas proporções, que desordens pelo contrario não deverão d'ahi resultar? A Pensilvania confiou o Direito de fazer as Leis a huma Camara composta dos homens livres da Republica, e escolhidos para nella representarem os habitantes da sua Cidade, e do seu Condado, e para em seu nome Legislarem, e fazerem os Regulamentos, que lhes julgassem mais proveitosos. Ordenou-se que os Representantes se escolherião d'entre os homens mais recommendaveis por sua sabedoria, e virtude. Muito bem! Mas eu vos confesso que não hei de esperar nada d'esta Lei de palavras, senão quando o Legislador tiver tomado as medidas necessarias, para que ella seja fielmente obedecida.

Se pelos seus costumes os da Pensilvania estão preparados para se conformarem com esta Lei, amando a probidade, e estando dispostos a recompensa-la, eu perguntarei então, por que motivo o Legislador determinou que a eleição dos Representantes se fizesse por escrutínio? Esta forma de eleição, que parecêo necessaria, faz-me conjecturar que a Pensilvania está muito longe de ter o espirito, que deve dominar em huma Democracia. Eu penso por isto, ao mesmo tempo por huma parte, que já ahi ha homens poderosos, com os quaes se deve ter consideração; e pela outra, que custaria achar Eleitores, que ousassem manifestar claramente o seu voto. Eu vejo, Snr., que em todas as Republicas bem governadas se tem querido que os Cidadãos tenhão a coragem de exprimir seus sentimentos em alta voz, porque isto he acostuma-los a não os ter senão taes, que os não envergonhem de os manifestar. Os mais sabios Politicos da antiguidade levantárão a sua voz contra o uso do escrutínio, e bastará lembrar o que Cicero diz a esse respeito em hum tempo, em que a Republica Romana se achava dividida em Partidos, que se não podião offender sem gravissimo perigo. Quando a verdade se vê obrigada a apparecer sómente ás escondidas, ou coberta com huma máscara, então bem perto está a mentira de se manifestar sem vergonha alguma. Se o escrutínio annuncia a decadencia de hum Estado livre, não se deve empregar seu uso, quando este nasce. Se elle se faz preciso,

Digitized by Google

he indispensavel concluir que tambem he necessario coarctar as Instituições Democraticas.

Determina-se que ninguem poderá ser elegido para Representante de huma Cidade, ou de hum Condado, se não quando elle tiver ahi residido nos dous annos precedentes á eleição. Esta Lei com effeito he mais sabia, do que a de Inglaterra, que permitte ser Deputado no Parlamento, representando huma Cidade, ou hum Condado, em que se não vive: mas a experiencia de dous annos não basta para ganhar a minha confiança, porque hum homem depravado pode sem muito custo encubrir neste curto espaço de tempo os seus costumes, fazendo vêr sentimentos, que não tem. Eu exigiria que os Candidatos tivessem passado pelo exercicio de algum Officio Publico da sua Cidade, ou do seu Condado, o qual o tivesse posto em circumstancias de dar a conhecer a sua probidade, e as suas luzes: os homens, geralmente falando, não estimão senão aquillo, que lhe custa a conseguir: e convem muito que o Corpo Legislativo seja composto de Cidadãos acostumados a serem respeitados, e que fação huma alta idêa do augusto Emprego, de que são encarregados.

Todos os Estados Unidos da America exigem huma certa fortuna, assim nos Representantes, como nos seus Eleitores: he só a Pensilvania, que admitte indifferentemente a estas Prerogativas todos os habitantes, que por hum anno tiverem satisfeito os encargos do Estado (b). Parece que o Legislador por esta forma faz mais caso do merecimento, do que da fortuna; e á primeira vista pode parece mais justo; mas não ha circumstancias, em que a Sabedoria se deve contentar com hum estabelecimento menos perfeito, por isso que, caminhando a hum maior perfeição, encontraria somente chimeras. Se hoje a Republica está ainda naquelle gráo de felicidade, que embaraça

(b) E he ainda menos do que isto exigir somente as vagas, e indefinidas qualidades *de virtude, e de intelligencia*; e por isso certamente o Sr. Thomé P. da Veiga nos §§. 14 e 16 requerêo certo rendimento annual nos Eleitores, e Deputados em o seu Projecto de Provisoria Constituição. *(O Velho Liberal.)*

Digitized by Google

de conhecer a riqueza, e a pobreza, então pode-se, e mesmo deve-se estabelecer ahi a Lei da Pensilvania; porque ella, não chocando os costumes públicos, será favoravel á Democracia. Mas se a fortuna poz já entre os Cidadãos tal differença, que não permitte confundirem-se as suas condições, então, em vez de aspirar a huma pura Democracia, não convirá antes contentar com lhes conceder os privilegios, e direitos necessarios para tornar mais circumspecta a Aristocracia, impedindo-a de se entregar á ambição, que lhe he natural? Nestas circumstancias parece que o partido mais sabio seria imitar a Politica de Solon, que, para não indispôr os ricos, exigio hum certo rendimento, áos que aspirassem ás Magistraturas.

Hum dos escôlhos mais perigosos da Politica he pertender confundir, e unir estabelecimentos, bons em si, considerados isoladamente, mas que se não podem amalgamar huns com os outros. A Lei da Pensilvania favorece sem medida alguma a Democracia, mas esta mesma parcialidade ha de servir somente para indispôr os ricos, que não consentirão jámais em ter somente os Direitos, e as Prerogativas da Multidão, e dos pobres.

Permitti-me, Senhor, de vos perguntar, se julgais que os costumes, e prejuizos por vós contrahidos debaixo da Dominação Ingleza, vos permittem de aspirar a huma pura Democracia, Governo excellente com bons costumes, mas detestavel com os nossos? Eu por mim creio que a America tende para a Aristocracia por huma força superior, que destruirá sem dúvida as Leis, que se lhe quizerem oppôr. A Politica pois, que se deve occupar do futuro quando regula o presente, cahirá em hum grande erro, se quizer estabelecer entre os Cidadãos huma igualdade de Direitos, contrária a todos os seus prejuizos, e que consequentemente se não pode manter. Quantas mais medidas tomar o Legislador para realisar suas esperanças, menos elle se poderá lisongear de o conseguir, porque os seus esforços somente servirão de irritar paixões entre si inconciliaveis, que precipitarão a Republica ou na Anarchia, ou na Oligarchia.

Não temo de me enganar, dizendo que a Democracia requer muito costumes, que lhe sejão analogos: e ac-

Digitized by Google

crescento que, por mais sabias, e mais bem combinadas entre si que sejão suas Leis Constitutivas, ella não poderá subsistir senão em Republicas taes, quaes as da antiga Grecia, aonde todos os Cidadãos se conhecião, e erão mutuos Censores huns dos outros, estando a todo o momento debaixo das vistas, e do Poder dos Magistrados. Esta doutrina, que eu tomo a liberdade de vos expôr, he deduzida de Platão, d'Aristoteles, de todos os Politicos antigos; e parece-me que toda a Historia depõe em confirmação da sua sabia theoria. Tenho agora diante dos olhos a Carta das vossas Possessões; causa-me huma especie de susto a vasta extensão de territorio, que a Pensilvania comprehende. Bastará haver hum homem destro, valoroso, e emprendedor, que não tenha que perder, e que espere de ganhar muito em huma Revolução, para que ella possa ahi ser excitada, ou pelo menos preparada. Mas ainda sem fallar destes Aventureiros, que por sua particular authoridade se erigissem em Tribunos do Povo, nimguem me segurará de que não appareça algum opulento Commerciante, que para atiçar o fogo da Discordia, ensaiar o seu Poder, e firmar a sua Dominação, affectando huma Politica popular, se aproveite das inquietações, dos odios, e dos ciumes, que todos os dias se suscitão em huma Democracia, na qual se achão as fortunas em tanta desproporção.

Poderão talvez dizer-me que eu dou corpo a chimeras, para ter o gosto de as combater: mas eu peço-vos, Senhor, de tornar a lêr a Historia de Florença; e, se me não engano, talvez vós recareis, de que na Pensilvania se levantem Medicis, que do seu Banco, e do seu Escriptorio passem para o Throno. Aonde he que se não pode chegar com a ambição, genio, dinheiro, e com o favor popular? Não seria preciso mais, do que hum destes exemplos, para se cortarem os laços da vossa Confederação. Peza-me na verdade demorar-me tanto sobre estes frivolos objectos; mas se a Politica conhecendo a força das paixões, e dos caprichos da fortuna, se não quizer enganar, ella deve ser tanto mais facil em conceber receios, quanto mais difficil em nutrir esperanças.

O *Povo*, diz a Lei da Pensilvania, *tem o Direito de*

Digitized by Google

se ajuntar, de consultar entre si no que he relativo ao Bem commum, de dar instrucções aos seus Representantes, e de pedir á Legislatura já por via de Memorias, já por via de Representações a Reparação de Aggravos, que elle entender se lhe tem feito.

Confesso-vos, Senhor, que me custa a comprehender o espirito d'esta Lei. Nada he mais justo, nem mais racionavel do que ter o Povo o Direito de consultar entre si sobre os seus interesses, e de dar Instrucções aos seus Representantes, quando elle se acha junto para os nomear: nisto não ha nem mesmo apparencia alguma de sedição. Mas eu pergunto, se o Povo ha de ter o Direito de se juntar todas as vezes que isso lhe vier á cabeça, sem ser dirigido por alguma regra, ou por alguma Policia, e sem se achar debaixo das vistas de algum Magistrado? Se este he o espirito da Lei, será preciso concordarmos, Senhor, que ella á força de querer fazer-se Popular, se tornou verdadeiramente Anarchica (1). As Leis não podem fazer o Poder Legislativo demasiadamente respeitavel; e eu vejo aqui expô-lo aos caprixos de huma Assemblêa tumultuosa, que poderá juntar hum perturbador, e hum descontente, huma vez que tenha bastante eloquencia para arrastar os animos dos outros. Estes Memorias, estes Requerimentos, estas Representações podem ser uteis, e mesmo talvez necessarias á Inglaterra, aonde os Parlamentos são setenarios, e algumas vezes por isso sacrificão os interesses da Nação; ao mesmo tempo que os Reis, e os seus Ministros tem huma Authoridade muito preponderante, e de que tão acertado he desconfiar, como prudente intimida-la. Mas na Pensilvania nada d'isso serve para cousa alguma, porque a Assemblêa Legislativa se renova ahi todos os annos, da mesma sorte que os Magistrados incumbidos do Poder Executivo. Se me não enganei, as Leis em Inglaterra devem dirigir-se a ter o Povo attento aos seus interesses, porque sua Liberdade tem poderosos inimigos: e, pelo contrario, ellas devem en-

(1) Talvez estas Considerações concorrerião para o Sr. Thomé P. da V. juntar os §§. 76, 77, e 78 ao seu Projecto de Constituição, que têmos publicado nos Numeros antecedentes. *(O Velho Liberal.)*

Digitized by Google

caminhar o Povo da Pensilvania a ter paciencia, e principalmente a não obrar jámais, sem que seja dirigido pelum Magistrado, porque a Anarchia lhe não pode ser de forma alguma proveitosa.

Eu vos descobriria, Senhor, com menos liberdade os meus pensamentos, se vós não conhecesseis tanto a verdade, ou se os maus erros vos podessem enganar. Duvido que approveis a Constituição da Pensilvania na parte, em que ella, em vez de fazer o Corpo Legislativo tão respeitavel, grande, e completo, como deve ser, lhe denega a faculdade de accrescentar, ou mudar cousa alguma á sua primeira Constituição. Eis-aqui huma Lei bem extraordinaria, segundo o meu parecer. Os Legisladores juntos em Philadelphia para lançar os alicerces de huma Republica nascente poderão por acaso ignorar que nada ha que possa limitar o Poder Legislativo? Julgar-se-hia infallivel esta Assembléa? Não poderia acontecer que novas circumstancias, novos negocios, novos costumes, novos interesses exigissem ou novas Leis, ou que se modificassem as antigas? Que Poder superior, ou mesmo igual á Assembléa Legislativa conceberão esses primeiros Legisladores, que fosse capaz de constranger esta a observar pontualmente o que elles ordenarão? Não se deve nunca estabelecer huma Lei, que possa ser violada impunemente. Parece-me que he hum axioma universalmente reconhecido, que o Poder Legislativo não deve ter limite algum, quando se não pertende destruí-lo, ou tornar inutil a sua acção. De que servirá pois a clausula, de que eu me queixo? De diminuir o summo respeito, de que todo o Cidadão deve estar possuido para com o Corpo Legislativo; de fazer nascer contestações, e disputas sobre a natureza dos novos Regulamentos; de authorisar os Jurisconsultos, que todos são naturalmente sophistas, para interpretar as Leis segundo a sua vontade, e para provar que as novas são nullas, e sem authoridade, por se não conformarem com as antigas. . . . (2)

(2) Trasladámos de proposito este Artigo da Carta de Mably, para fazermos vêr por meio d'elle o justo motivo, com que affirmámos no nosso 1.° N.° ser indispensavel o conhecimento da Myologia do Corpo Politico para desviar

Estejão muito embora as portas da Assemblêa Legislativa abertas a todo o mundo: isto apresentará huma Escola, [illegible]

enganos, em que por falta d'elle cahirão mesmo os mais sapientes Politicos. Aqui vemos Mably confundindo o Soberano, ou o Corpo Constituinte com a Assemblêa Legislativa, que he hum Corpo constituido, e que faz huma parte do 5.° Elemento do Corpo Politico, que se chama o *Governo*; e esta sua confusão he que motiva a censura, pouco merecida, da Constituição da Pensilvania no Artigo, de que elle trata. Quem deixa de vêr que, sendo o Corpo Legislativo huma fracção do Governo (que ha de indispensavelmente comprehender as duas partes; a saber: 1.° a Legislatura, 2.° o Executivo), elle ha de ser instituido, e conter de hum Poder anterior á sua existencia, no qual elle deva estar? Se o Governo pode ser, e de facto he muito diverso em cada hum dos Estados, segundo a diversa Organisação, que nelles tem a Legislatura, e o Executivo, não he possivel deixar de existir hum Poder anterior á dicta Organisação, de que proviesse essa sua diversa natureza: e isto conduz necessariamente a vêr, como diversos entre si, o Corpo Constituinte, ou o Soberano Nacional, e a Legislatura, isto he, o Corpo, por aquelle instituido para fazer as Leis Administrativas, sendo elles essencialmente tão diversos entre si, quanta he a differença, que vai do Creador á Creatura; e tão differentes os Poderes de hum, e outro, quanta he a maior Authoridade, que a idéa do Instituidor une a quem gosa d'esta qualidade, em comparação da que se liga á outra de Instituido.

O que conduzio Mably ao seu engano, foi vêr a Legislatura da Pensilvania, composta da inteira Representação Nacional, qual interviera para a approvação da Lei Constitutiva. Daqui veio que elle não achasse differença entre huma, e outra Assemblêa. E isto pois seria, o que eu censurara naquella Constituição, para evitar que esse defeito não conduzisse outros a vêr no Corpo Legislativo a mesma authoridade, que no Corpo Instituinte, o que trará comsigo necessariamente a inestabilidade da Constituição, que he hum dos mais graves inconvenientes, que ella pode ter.

**

Digitized by Google

onde os Cidadãos se poderão instruir. Bom he que se empreha todos os oito dias o dorman das suas Sessões bas-

---

si, o As Constituição de Hespanha de 1812 teve este mesmo defeito. As Côrtes Ordinarias, e Extraordinarias compõe-se dos mesmos Deputados. §. 161. Fórão as Extraordinarias, as que fizerão a Constituição: e são as Ordinarias o Corpo Legislativo; mas entre humas, e outras só ha a differença do nome, as suas partes componentes são as mesmas. E se com organisações desta natureza se enganão até os Mablys, para attribuir ao Corpo constituido o Poder de alterar a Constituição, quanto não será mais facil enganarem-se no mesmo, os que não chegarem ao que elle era? Pois nesta classe entra a maxima parte do genero humano! E como se poderá ter então por fixa, e estavel huma Constituição, que leva na sua natureza aquelle enganoso principio aleagador da sua destruição? Na Constituição de Hespanha, conhecêo-se a final este inconveniente, e quizerão-lhe acodir no §. 375, e seguintes, determinando-se que nella se não podesse alterar cousa alguma nos seus primeiros oito annos, e que nos seguintes para isso fosse preciso huma especial authorisação dos Deputados, e as fórmulas, que ahi se prescrevêrão, para desviar a inestabilidade da Constituição. Vê-se que se conhecêo o perigo, porque apparece o remedio, com que se lhe quiz acudir. Mas que remedio se empregou! Hum, que póde enganar até os Mablys, e por meio do seu engano inutilisar o remedio! *Nós somos a intiera Representação Nacional; aquella mesma, que fez a Constituição; que Leis pois nella poderá haver, que não caiba em nosso poder o revogar?* Feita esta moção em humas Côrtes, e vencendo-se o Poder de revogar, passa-se immediatamente a propôr-se, e a vencer-se a revogação dos ditos §. 376, e seguintes; e no mesmo dia se poderá fazer da Constituição, o que se quizer, muito mais sendo as Côrtes huma só Camara, que nenhum contrabalanço têm, para nestes, e noutros casos semelhantes inutilisar o Imperio de huma Facção.

Debalde se dirá que o Rei tem no §. 144, e seguintes o Poder de suspender esses Decretos. Vencida aquella moção, todos esses §§ se revogão com a mesma facilidade,

Digitized by Google

mocracia he inimiga do Ministerio, e ao mesmo tempo cr-
rédo de ser ilustrado, mas de dadiz perigoso que dos que

---

que os outros, estando vivo, e permanente o Soberano, isto
he, hum Corpo, que inteiramente se confunde com o Constituinte. Todos os Politicos tem reconhecido com Montesquieo Espirito das Leis Liv. 11. Cap. 4., *que he preciso que o Poder seja contido pelo Poder.* Mas alguem dará para este fim o titulo de Poder áquelle, que pode tão facilmente ser destruido pelo outro, que elle havia de conter!

A Assembléa Constituinte tambem decretou na França que os seguintes Assembléas não poderião mudar as Leis fundamentaes, e constitutivas, e ellas com effeito em razão disso forão denominadas Legislaturas: mas, tendo em si a inteira Representação Nacional, a simples mudança de nome não havia de impedi-las de se julgarem authorisadas para revogar, o que aquella tinha mandado. E assim aconteceo. Essa Assembléa Constituinte decretou que o Governo seria huma Monarchia hereditaria; a segunda, que lhe succedeo, abolio a Monarchia, e fez da França huma Republica. *Muito bem se lhes tinha prohibido o exercicio do Poder Soberano:* (escreveo J. F. Dourães de Blin Tenorie des Lois Sociales Liv. II. Chap. 13. Not.) *mas não tendo a Constituição dado ao Rei a influencia no Corpo Legislativo, que era precisa para contrabalançar a vontade dos novos Representantes, ella foi destruida sem bulha, pelo motivo de que a Authoridade Real não tinha força para suspender, o que emprendesse a Representação Nacional, e para a constranger a executar os Decretos do Poder Soberano.*

Eis-aqui certamente a causa, por que o Sr. Thomé P. da Veiga em seu Projecto de Constituição organisou a Legislatura inteiramente, do que tinha sido organisado o Corpo Constituinte das Côrtes Extraordinarias de 1821! Duas Camaras em lugar de huma só: e a dos Deputados diversamente composta, do que o tinha sido nas ditas Côrtes §. 1, e §. 17, e seguintes! Assim: nem pode haver engano, em que caião Mably, dem delle resultarem os inconvenientes temidos, que fazem precária, e instavel a Constituição. (*O Velho Liberal.*)

Bills, relativos a algum objecto público, hajão de ser impressos para serem expostos ao exame do Povo. Isto parece o mais seguro meio de fazer tudo problematico. Quem ignora quanto o Povo he ignorante, imbecil, e sujeito a paixões, ainda mesmo quando chega a ter o espirito, e as luzes, do da antiga Athenas! Não bastaria ao Legislador determinar que no preambulo das Leis se desenvolvesse completa, e claramente os motivos, que o induzirão a faze-las! Esta precaução seria sufficiente para conterem os Representantes a não obrarem temerariamente; e para prevenir o Povo contra os sophismas dos Cidadãos inquietos, e mal intencionados....

Depois de vos ter ponderado todas estas duvidas, e escrupulos, eu tive a maior satisfação por ver que os da Pensilvania para sua Constituição não tinhão dado ao Poder Executivo hum Conselho, que se houvesse de renovar no fim de cada anno, como tinha feito a maior parte dos Estados Unidos. O Conselho composto de Magistrados tem sempre todos os annos sahir os quatro mais antigos, e estes serão substituidos por novas eleições. Por meio desta continua rotação, diz a Lei, haverá mais homens acostumados a tractar das cousas públicas; achar-se-ha no Conselho hum maior numero de pessoas instruidas do que se fez no anno antecedente, e em consequencia disto os Negocios serão conduzidos por huma maneira mais connexa, e uniforme. Estou de accordo que a Pensilvania por este modo se desviará menos dos seus principios, do que as Republicas, que elegem hum Conselho composto de Magistrados annuaes: mas isto não he para mim bastante. Os Magistrados de huma Republica nascente, e que trabalha para estabelecer o seu caracter, não carecerão de huma mais dilatada authoridade, para nella estabelecerem Maximas, e Principios constantes, e para lhe darem a marcha mais favoravel á sua prosperidade.

Poderá acaso pensar, Senhor, sem grande erro neste ajuntamento de homens, que compõem os Estados Todos em muito violentos, e muito diversos paixões. E com tudo: huns são incapazes de pensar, e estas não só he a maior, mas em maxima parte: outros são apenas proprios para combinarem entre si as idéas, que se lhes subministrão: e

no meio de tudo isto formão-se alguns homens de virtude engenho, os quaes com tudo nem sempre pensão da mesma sorte. Que virá pois a ser huma Republica, se ella não tem dentro de si hum Corpo permanente, que conserve o deposito das Leis, da Politica, e do caracter nacional, assim como as Vestaes conservavão o fogo sagrado de Vesta? Se analysarmos, Senhor, as Historias de Lacedemonia, e de Roma, cuido que vireis a conhecer evidentemente que estas duas Republicas devêrão as virtudes, a politica, a sabedoria, a constancia, e o caracter, que nellas admirámos, ao estabelecimento deste Senado perpetuo, que era a sua alma. Por meio d'elle se equilibravão a Democracia, e a Aristocracia, resultando d'ahi huma forma mixta, que conservava as vantagens dos dous Governos, sem ter nenhum dos seus vicios. Vi com muito gosto que na Constituição de New-York se dava a esta Republica hum Conselho composto de vinte e quatro Membros, dos quaes sahião todos os annos os quatro mais antigos, sendo supridos por huma nova eleição de quatro Candidatos, que sem custo tomão naturalmente o espirito do Corpo, em que entrão, e o transmittirão a seus Successores deixando os seus Lugares. (1)

Não obstante a amigavel severidade, com que tenho examinado as Leis da Pensilvania, tributo o mais profundo

(1) Aqui vejo eu agora os motivos, por que o Sr. Thomé Pinto da M. no seu Projecto de Constituição mettia huma Camara de Pares ordinariamente hereditarios; e huma de Deputados, que tambem se podia considerar perpetua pela annual exclusão, e substituição de huma quarta parte. He desta sorte, que se apresentão vinhos, denominados de cem, e de duzentos annos, porque o Tonel, de que elles se tirão, sendo cheio ha hum ou dous seculos, he todos os annos defalcado de huma certa quantidade, que se substitue por vinho novo. Como pois se encherá, hu hum, ou dous seculos, e não sendo jámais plenamente esgotado se tem todos os annos preenchido com outro a falta de algum, que se lhe tira, sempre se diz ser d'aquella data, em que teve o seu principio, como que se fosse constantemente o mesmo.

(O Velho Liberal.)

respeito aos Legisladores, a que ellas se devem. Vê-se nellas frequentemente hum conhecimento profundo do Direito Natural, e do coração humano: mas, eu o torno a dizer, não era possivel haver o tempo necessario para arranjar todas as partes do Governo, pela maneira mais perfeita, no momento, em que vós estaveis forçados a deixar de reconhecer a Authoridade d'Inglaterra, sendo preciso formar huma Constituição, para prevenir a Anarchia, e para desconcertar as vistas criminosas dos Partidistas, que os Inglezes tinhão entre vós. Mas os Legisladores podem voltar sobre seus passos: o amor da Patria os convida a isso, e eu não duvido que elles dem ainda á Pensilvania o Governo mais conveniente á sua presente situação, e que tenha tambem em vista o futuro.

A forma de Governo estabelecida na Republica de Massachussets he amoldada ao Governo d'Inglaterra, porem muito mais sábia. O que os Inglezes chamão Parlamento, intitulou vós Assemblêa Geral. Ella he composta de hum Senado, que representa a Camara Alta d'Inglaterra, e d'huma Camara de Representantes, que goza dos mesmos Direitos, que a Camara dos Communs em Londres. Cada huma destas Corporações pode propôr, e fazer seus Decretos separadamente; ellas os communicão huma á outra, e os que se adoptão em ambas pela pluralidade de votos são dirigidos ao Governador, que ou os Approva, pondo nelles a sua Assignatura, ou os torna a remetter sem ella, expondo os motivos, que o embaração de lhe dar o seu consentimento. Se com tudo as duas Corporações insistem na sua resolução, e os Decretos, entrando novamente em discussão, são nellas Approvados outra vez, não por huma simples pluralidade de Votos, mas pelos dous terços dos Membros presentes, elles tem força de Lei, não obstante a rejeição do Governador. E o mesmo acontece, quando elle deixa pelo espaço de cinco dias de manifestar seus sentimentos, porque o seu silencio he reputado, como Approvação. Vê-se obrigado a consentir, que as duas partes da Assemblêa Geral estejão, huma sobre a outra, podendo mutuamente rejeitar os seus Decretos, he favoravel á estabilidade do Governo, se me não engano; porque ella paralysa o appetite das novidades, e inspira aos Cidadãos maior humor, e respeito

pelas Leis. E o exame, que se faculta ao Governador de Massachussets, concorre tambem para se conseguirem estas vantagens.

Pode ser que vós, Senhor, tenhais o desgosto de vêr a Pensilvania entregue a todos os caprixos da Democracia, ao mesmo tempo que o Governo de Massachussets se fôr consolidando sobre os seus Principios. Formando huma Republica nova, aonde se acabava de sacudir o jugo de huma Dominação dura, e que sacrificava tudo aos seus mal entendidos interesses, vós tivesteis a prudencia de não apresentar aos homens senão Leis, que sem custo se ligassem áquellas idéas, e que elles estavão acostumados, e que por isso mesmo, em vez de offender seus anteriores habitos, servião de fazer-lhes a Liberdade mais agradavel, e mais tranquilla. Vossos Cidadãos em razão d'isto não soffrêrão o grande craquel, que os da Pensilvania experimentárão na Revolução do seu Governo. Sobre huma base Democratica, que segurava a Liberdade á Multidão, sem lhe dar esperanças, que a tornem atrevida, vós estabelecesteis huma Aristocracia, que he por sua natureza menos inquieta, mais uniforme comsigo, e que os Costumes Americanos, muito semelhantes aos Europêos, fazião presentemente indispensavel. E em quanto á Pensilvania, indo muito alem das suas opiniões, das suas Leis, e dos seus habitos familiares, talvez chegue a embriagar-se com huma Liberdade Democratica, de que não conhece as molas, e que provavelmente confundirá com a Licença: a Republica de Massachussets, mais moderada nas suas operações, porque não tem de conciliar interesses entre si tão oppostos, ha de consolidar o seu Governo, e o seu caracter.

Não duvido que ao Governo de Massachussets prefirão os da Pensilvania aquelles, que olhão somente para a Dignidade, e para os Direitos communs, que todos os homens recebêrão da Natureza. Mas estou certo que elles mudarão de opinião, assim que, prescindindo das suas especulações metaphysicas, considerarem quanto he limitado o entendimento humano na maior parte dos homens. A vista da desigualdade, com que a Natureza entre elles repartio seus favores, parece que ella mesma os prepara para a subordinação, que he indispensavel na Sociedade. Conformando-

nos com as suas Leis he que nós devemos estabelecer as nossas, não sendo judicioso por isso dar o Poder do Governo aos que ella destinou para serem governados. Se entrarmos no nosso coração, para buscar nelle o germen de todas as paixões, que procurão desenvolver-se successivamente; se considerarmos a força dos nossos habitos, que escurecem as luzes da nossa razão, e que terminão, fazendo-nos uns abusos, que nos parecião intoleraveis, nós então nos convencereinos que a mais discreta Politica he aquella, que mais se presta ao que pedem as circumstancias, para d'ellas tirar o melhor partido possivel. Não me cançarei jámais de o repetir: *á proporção que os Costumes se relaxarem, devem concentrar-se as Leis; e o Poder, e o Governo ser confiado a menor número de pessoas.* Não vemos nós com effeito, Senhor, em todas as Revoluções dos Estados que huma Democracia corrupta involuntariamente os conduz á Aristocracia, e que este Governo passa depois a Oligarchia, para vir finalmente a parar na Monarchia? Esta he a marcha natural das paixões, quando ellas são por si dirigidas: e aonde a Arte da Legislação consiste em suspendê-las no seu curso, e encaminha-las a hum fim util, e honesto.

Vós, que haveis de conhecer os progressos, que os vicios Europêos tem feito nos vossos Estados, sois quem melhor pode julgar sobre o Governo, que mais convenha-lhes seja. Tenho ouvido dizer que a Pensilvania, hum muito mais Agricola, que Mercantil, não se conhecião nella estas fortunas desproporcionadas, e excessivamente grandes, que frequentemente se encontrão na Republica de Massachussets. E, sendo verdade, isto bastará por acaso para justificar a sua Democracia? Conheço que a Agricultura produz muito mais singelos, e mais puros costumes, do que o Commercio: mas vejo que o porto de Philadelphia abre huma porta muito favoravel á Industria, e ao Tráfico Mercantil. Se os da Pensilvania amão as riquezas, filhas da terra, por que motivo não tractão elles de augmenta-las da mesma sorte, que os de Boston? Imporia-taria tambem que medidas tinhão as Leis tomado para reter aquelles á borda do precipicio? E, juntamente, se em hum Governo todo popular era possivel toma-las? Seria hum milagre da primeira ordem, se hum Povo, que culti-

Digitized by Google

va com muito custo a terra, para com ella se enriquecer; que será bem depressa Fabricas, e officines, para trabalharem as materias primas, mesmo a fim de com isto favorecer a Agricultura, e animar o seu progresso, fosse capaz de se não deixar arrastar pelos sentimentos, que o levão á riqueza. He a Lei, e o Governo, que deve vir em seu soccorro. E eu pergunto ainda mais: quaes serão neste caso os recursos da Democracia? Tenho-me demorado muito neste Artigo, porque desejo ardentemente que a Pensilvania adopte principios politicos mais proporcionados ás suas circumstancias, e mais capazes de lhe desviarem os males, de que ella me parece estar ameaçada. (1)

Tornando a tractar de Massachussets, vejo com summo gosto que o Governo separou de si todos os homens, que tem nos seus braços toda a sua fortuna, e que tendem necessariamente para perturbar a pública Administração, se se lhes concede alguma Authoridade. Foi talvez por esta razão que as Republicas antigas, que tambem conhecêrão as obrigações da humanidade entre os Cidadãos, offendêrão os direitos d'ella, admittindo escravos, que não tinhão consideração alguma no Estado, sendo inteiramente sujeitos á vontade de seus Senhores. Vós caminhasteis com mais sabedoria: os pobres, protegidos pelas vossas Leis, podem esperar de chegar hum dia, por meio do seu trabalho, e da sua economia, á Dignidade de concorrer na escolha dos Senadores, dos Representantes, e mesmo do Governador. Esta esperança lhes fará sua condição agradavel; elles amarão o Estado, por causa d'ella, e vós não tereis de temer estes Levantamentos dos Escravos, de que nos dá noticia a Historia antiga. Exigindo diversas fortunas, para entrar no Senado, e na Camara dos Representantes, estabelecesteis hum discreto equilibro para impedir que os mais ricos não chamassem a si toda a Authoridade.

(1) São estas as mesmas considerações, que conduzirão o Sr. Thomé P. da V. a desviar dos Portuguezes o Corpo Legislativo em huma só Camara, como Instituição mais tendente á Democracia, que não pode quadrar ás suas circumstancias.

(O Velho Liberal.)

***

Digitized by Google

Cuido que nisto consiste o melhor arranjo, que se pode fazer, para temperar a Aristocracia por huma certa mistura de Democracia. (1)

He muito bem entendido entregar á Assembléa Geral, composta dos Senadores, e dos Representantes, a nomeação dos nove Conselheiros incumbidos do Executivo conjunctamente com o Governador, e com o Vice-Governador: E, depois do que disse relativamente ao Conselho da Pensilvania, não vos admirareis certamente, Senhor, se eu duvidar a liberdade de censurar o de Massachussets, ainda menos numeroso, e que tem de se renovar inteiramente todos os annos. He necessario não perder jamais de vista que huma Aristocracia sem hum Conselho, aonde se conservem, e perpetuem interruptamente os costumes, o espirito, o caracter, e os principios do Estado, he realmente hum monstro em Politica. A que fluctuação não ficará tudo exposto! A Republica, adoptando successivamente as opiniões, e até as fantazias dos seus Magistrados, não poderá inspirar confiança nem aos seus Cidadãos, nem aos Estrangeiros. Este defeito basta para desarranjar toda a harmonia do vosso Governo. (2)

FIM.

---

(1) Aqui vemos tambem a razão, por que o Sr. Thomé P. da V. nas primeiras eleições para os Eleitores admittia todos a votar, sem attenção alguma ás suas fortunas. Mas já nos Eleitores requerêo alguma; e ainda maior nos Deputados.

(O Velho Liberal.)

(2) Eis-aqui huma causa, que provavelmente movêo o Sr. Thomé P. da V. a introduzir no seu Projecto de Constituição huma Camara de Pares ordinariamente hereditarios. Teremos nella este Conselho permanente, que excita confiança interna, e externamente.

Julgamos não passar d'aqui adiante na traducção d'esta Carta de Mably; porque no mais não contem materia relativa ao assumpto, que nos conduzio a trasladá-la.

(O Velho Liberal.)

Digitized by Google

A Ochlocracia, molestia, que atacou os Portuguezes em 1808, e que os persegue desde esse tempo até aos nossos dias. — Continuada de f. 652.

13.° Como a Multidão he quem impera, e ella he muito orgulhosa de sua Soberania quando occupa o exercicio da Publica Authoridade, he por isso huma outra emanação da Ochlocracia o constante, e successiva proclamação dos Principios Democraticos, summamente lisongeiros á Multidão que com os quaes vão sempre de mistura as doutrinas anti-Monarchicas. Ha de fallar-se muito no amor da Liberdade, no Patriotismo, e sempre com summo enthusiasmo. Hão de bontar-se como heroicos os actos, pelos quaes a Multidão em qualquer parte que seja, se apropria do Governo, desviando-o das mãos, em que elle estava: ha de inculcar-se que as Guerras dos Povos são muito mais formidaveis, do que as Guerras dos Reis: que huma Nação levantada em massa he invencivel: que nenhum Povo he escravo, quando quer ser livre, e outras semelhantes proposições tão lisongeiras para a Multidão, como destituidas de verdade, sendo bem analysadas; ha de apparecer huma inteira falta de respeito pela Qualidade Real, e para com a Monarchia: estas considerações que se guardão por commum interesse do Reinado de Soberano a Soberano, ainda quando entre elles se levantão as maiores dissenções, e as mais cruentas, e teimosas hostilidades, não se hão de ver nos momentos de Ochlocracia, porque na multidão, que impera, falla o commum interesse, de que ellas partão. (b) Ha de attender-se somente se o Rei, de que se

(b) Esta decencia he recomendada por todos os Politicos. He necessario desconhecer inteiramente os homens para ignorar o muito, que os habitos, e as preoccupações influem sobre as suas acções: e he com respeito a este conhecimento, que o interesse pessoal de cada hum dos Soberanos pede que nenhum tolere nunca nos seus Vassallos as faltas de respeito, e de consideração para com algum dos outros; alias os ditos Vassallos hão de se ir deshabituando,

Digitized by Google

tracte, serve, ou não, aos nossos interesses: no primeiro caso estamos na de ser accusados, e no segundo desenfadados com injurias de toda a natureza, e condição,

por este modo, da veneração, com que olhão para a Qualidade Real, o que reflectirá tambem em notorio prejuizo do Soberano, que tolera a profanação da dita Qualidade na Pessoa de outro Soberano. A Multidão acostumada a zombar de hum Rei, qualquer que elle seja, hum muito mais habil para não respeitar o seu, do que o estava, emquanto não sabia que os Reis podião ser tambem objecto de zombaria. E accrescentâmos somente as palavras de Bielfeld Inst. Politiq. Tom. 2. Chap. 7. §. 17. falando dos Manifestos de Guerra, porque ellas comprehendem todas as razões, de que se pode fazer uso em pouco, do que dissemos. *He com tudo necessario evitar principalmente as expressões chocantes, e odiosas. Huma linguagem impolida, hum estilo grosseiro misturado de injurias he indigno de hum Soberano, quando faz fallar de outro Soberano. Os Monarchas devem mutuamente tributar respeito, e consideração á sua Dignidade. Alem disto as termas injuriosas não produzem nada, e pelo contrario tanto he mais civil, quanto mais suffragios se ganhão na Europa polida, e dahi por diante se esqueda o espirito do adversario. He necessario lembrar sempre, que depois da guerra vem a paz, o que he util deixar a porta aberta para a reconciliação.* Foi isso S. A. R., depois o Senhor D. João VI que em todas as suas razões de resentimento, que tinha com o Imperador dos Francezes, não usou nem de huma só expressão injuriosa para com este Soberano, quando declarou os motivos de queixa contra elle nesse Manifesto datado na Côrte do Brasil em o primeiro de Maio de 1807 (Corr. Braz. N.° 4. pag. 265).

Dominando porem a Ochlocracia não se guardão estas contemplações com a qualidade de Rei, ainda mesmo quando se acha debaixo do Poder de huma Monarchia, e se acclama a sua Soberania. A Multidão de quem imperio, e nem alma he guardar coherencia entre as suas acções, nem tem o mesmo interesse, que ha nos Soberanos para conservarem sempre respeitavel aquella qualidade: e accresce ainda mui

que ellas forem, mostrando-se desta sorte que nada se attribue á Qualidade de Rei, e que se attende somente ao que os Monarchas o Serviço, que elles nos fazem, ou deixão de fazer.

O Povo, Multidão he quem Impera, e ella olha regularmente com inveja para as Classes, que são superiores na Sociedade Civil, ou pela sua qualidade, ou pelos seus empregos, ou pela sua riqueza, os que entrão nesta Classe estão muito mais expostos a ser Victimas do seu furor nos momentos, em que existe a Ochlocracia; mas sempre as suas perseguições hão de ser cobertas com o principio apparente da Rebolação. Hum Funccionario Publico, que se tinha feito odioso no exercicio dos seus Empregos, e algumas vezes mesmo pelo seu bom desempenho, como succede frequentemente na Sociedade Civil corrompida, e viciosa; o outro, que pela indisputavel superioridade do seu mereci-

---

to principalmente toma outra razão. Os Gregos, os Romanos, e nos nossos dias os Francezes nos momentos das suas Revoluções contra a Monarchia usárão de muitas expressões, e de muitas Sentenças vehementes, deshonrosas a todos os Reis, aos quaes geralmente chamavão Tyrannos. *Omnes, inquam, et habentur, et dicuntur Tyranni, qui potestate sunt perpetua in ea civitate, quæ libertate usa est*, diz Cornelio Nepote in Miltiad. Cap. 8. N.º 3. Consentão se sempre os Escriptos destas Nações, quando qualquer Estado se revolucionha, e Plagiarios inadvertidos trasladão nas suas linguas tudo, o que nelles encontrão, e que lhes parece brilhante, ou seja pela força da Sentença, ou pelo fogo da expressão, e da eloquencia, sem reflectirem, nem lhes importar, se as suas circumstancias são inteiramente iguaes áquellas, que lhes dão os modêlos, que imitão. Em consequencia d'isto, discursos empregados para ludibriar geralmente os Reis, e o Reinado, e que convinhão ao espirito daquellas tres Nações nos tempos, em que usárão delles, se vêm muitas vezes inconsideradamente repetidos em Diplomas dos Governadores, e em Obras approvadas por elles, para conservarem no meio de Nações, que se revoltão, mas não contra a Constituição Monarchica, antes acclamando, e obedecendo a hum Rei.

mento ou tinha conseguido mais distinctos Empregos, ou humilhava a mal fundada vaidade dos seus Collegas, e que por qualquer d'estes motivos se fazia o alvo da sua inveja: os que possuem riquezas, que podem ser objecto da *pilhagem*, a qual entra sempre naquelles momentos em as vistas de huma grande parte da Multidão, todos estes, e semelhantemente muitos outros, que por diversos motivos excitão contra si as paixões dos Particulares, correm grande risco em taes tempos pela facilidade, que ha, de *illudir* o Povo, em cujas mãos reside a Suprema Authoridade. Ha de esconder-se porem sempre a verdadeira causa da perseguição, substituindo-se-lhe a outra geral, que pretexta a Revolução. Se ella he v. g. dirigida em odio para com a Dominação Franceza, todos esses serão infamados como seus adherentes, e apaixonados, e nessa qualidade perseguidos, attribuindo-se a effeitos de Patriotismo o que he filho do odio, e da vingança: da mesma sorte, sendo dirigida em odio dos que são, ou se reputem avêssos a hum novo Systema Politico, que se tenha introduzido, ou se queira introduzir na Organisação Social, todos esses, a quem se destinarem perseguições, ou seja por effeitos de odio, ou inveja, ou mesmo por prejuizos, e preoccupações populares, a todos esses se ha de dar o nome, que se tiver adoptado, como designativo d'aquelles, que não amão a dita boa ordem de cousas; e o mesmo em todos os outros casos. E grande parte da Multidão, á qual he natural obrar por imitação, e sem reflectir, ha de proceder de boa fé, acreditando ligeiramente, e sem exame tudo quanto se lhe apresentar, como motivo das atrocidades, em que a fazem ter parte por mais inverosimil, e absurdo que isso seja.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.

Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.° 16.

SUPPLEMENTO 1.°

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porem sempre de vagar.

Com o N.° 16 do Velho Liberal acaba a publicação dos N.os do seu Jornal, que elle tinha composto nos fins do anno de 1820, e principios de 1821, e que remettêra para Lisboa, vendo a Crise Politica da sua Patria naquella data, e desejando concorrer, quanto em si estivesse, para que se desviassem exaltações, de que lhe parecia não podião resultar senão desastres para a Nação, em que havia nascido, e que amava.

Sabe todo o Portugal, sabe o Brasil, e sabe-se em muita parte da Europa, que o Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa tinha sido Victima dos mais illegaes, e arbitrarios procedimentos do Governo, que havia em Lisboa nos principios de 1810. O Auctor da Carta de hum Amigo Provinciano, que dêo occasião aos Supplementos 1.°, 2.°, e 4.° ao N.° 14 d'este Jornal, a elles se refere, quando escreve a f. 9. — *Ora: duvidará o Velho Liberal que no dia 23 de Agosto de* 1820 *não erão nem seguidas, nem respeitadas as Leis, de que depende a grande Sociedade, ou familia Portugueza, para existir, e por isso a cada hum dos Portuguezes para viver? Duvidará o Velho Liberal dos males, que então soffria a Nação Portugueza, e de que talvez elle mesmo foi Victima? E, não*

*

Digitized by Google

duvidando da existencia d'estes males, duvidará que a maior parte dos Portuguezes sentisse hum vivo gosto de evitallos? E se não duvida que a maior parte da Nação sentia esses desejos, duvidará que a somma d'esses individuaes desejos da maior parte da Nação formava, o que se chama, o ser ou chamar, até segundo os seus principios, Opinião Publica? Este lugar porem he escabroso, mudar-me-hei para sitio menos áspero.

O dicto Desembargador, alem das razões já apontadas a f. 116, que o conduzião a considerar a sobredicta Revolução de 1820 como inevitavel, tinha tambem para si que sem dúvida a promoverião muito consideravelmente os successos, com que se tinha marchado na outra de 1808, fazendo a passar do seu verdadeiro termo, e dos seus verdadeiros fins a huma serie de perseguições numerosas a classes inteiras de Portuguezes, quaes erão os que, pela fatalidade dos Successos anteriores á dicta Revolução, se achárão detidos em França, sem culpa nenhuma sua, quando a dicta Revolução começou, e muitos outros que, mesmo residindo no Solo Portuguez, forão nelle maltractados com procedimentos illegaes, como adherentes, ou suspeitos de adherentes aos Francezes; o que tambem já se indicou a f. 118.

Nenhuma dúvida pois tinha o mesmo Desembargador sobre os poderosissimos motivos, que conduzirião os Portuguezes em 1820 para desejar ás cousas da sua Patria huma mudança, que servisse de remedio aos inconvenientes, que lhes vinhão das alterações Politicas, que tinhão occorrido na Monarchia Portugueza pela mudança, que o Senhor D. João VI fôra constrangido a fazer da sua Côrte para o Brasil, o que deixava Portugal na necessidade de ser entregue a Delegados do Seu Poder, e Real Authoridade, havendo summo risco de abusarem d'elle, achando-se em tanta distancia do Mesmo Senhor, quanta he a que vai do Velho ao Novo Mundo. Nenhuma dúvida pois tinha o mesmo Desembargador, de que todos, ou a maxima parte dos Portuguezes concordassem com elle em julgarem absolutamente preciso hum remedio, que acudisse aos supra mencionados males. Entretanto não concordava, nem desejava que o remedio fosse huma Revolução: 1.° porque temia os seus resultados, não podendo haver pessoa alguma que seja ca-

Digitized by Google

paz de prever, e de segurar quaes serão os resultados de semelhantes Crises Politicas, quando ellas arrebentão? E porque a sua Moral lhe fazia ter este meio como illegal, immoral, e detestavel, pelos motivos, que muito exuberantemente tem expendido em todo o curso do seu Jornal. Nem mesmo para acudir aos seus proprios soffrimentos, para remediar procedimentos illegaes a seu respeito, elle quereria o uso deste remedio. Esta sua Moral não he nova, corre ha muito tempo pelo Mundo impressa, como provão os Documentos, que os nossos Leitores acharão ao diante debaixo do N.º 1.º, e 2.º, e os quaes julgou conveniente publicar agora em pleno testemunho da boa fé, com que escreveo o 1.º Artigo da sua Fé Politica, que se acha a f. 134, e que tem sido desenvolvido mais amplamente no Supplemento 1.º, 2.º, e 4.º ao N.º 14 deste Jornal.

Não reconhecendo pois o dicto Desembargador o remedio das Revoluções, como proveitoso para os males, a que se queria acudir, continuou o seu Systema enunciado no dicto Documento N.º 1.º, que era fazer quanto da sua parte estava, para que o dicto remedio lhe viesse d'onde podia vir. E os Leitores acharão a prova disto nos Documentos N.os 3.º e 4.º, que não tem dúvida de transmittir ao Publico, porque S. M. I. e R., que Sancta Gloria Haja, já lhe havia concedido Licença para a publicação destes, e semelhantes Escriptos, em Portaria da Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça em data de 25 de Setembro de 1821.

Consolidados os movimentos do Porto em 1820 com os outros de Lisboa em 15 de Setembro seguinte, e tractando-se de Congressos, e de Côrtes, considerou o dicto Desembargador os grandes riscos, que haveria das já lembradas exaltações, que são proprias de semelhantes crises, e que muito convinha moderar, para evitar os extremos, a que ellas sempre costumão conduzir, e os quaes são sempre ruinosos, e de gravissimas consequencias. Propôz-se pois a ver se arrefecia as dictas exaltações, offerecendo-se ao Governo instalado em Lisboa para, ou nas Côrtes, que se havião de congregar, ou nas Juntas preparatorias d'ellas, fallar, e ser ouvido sobre os Direitos de ElRei Nosso Senhor, que ausente se achava no Brasil. Alem de todas as outras razões,

Digitized by Google

que assim fora para se considerar obrigado a este offerecimento, e particular circumstancia de ter o dicto Desembargador advogado constantemente, sem Procuração alguma, por todos os Portuguezes, que ficárão surprendidos em Franca inculpavelmente, quando arrebentou em Portugal a Revolução de 1808, e a que a Convenção delle Contra sim acudio. Todos elles erão muito mal considerados na opinião geral, ou que parecia geral, sendo reputados, inimigos de S. M., e da sua Patria. Entretanto o dicto Desembargador, que os olhava debaixo de outro ponto de vista, considerando-os nas circumstancias, em que Velleyo Paterculo no Liv. 2.° pintava os Athenienses, quando nellas na Guerra Mithridatica tomárão as Armas contra os Romanos, seus amigos, e alliados, sustentando aquelle Historiador, que elles não faltárão á fé, que lhes havião dado, pelo motivo de obrarem constrangidos por Mithridates, que occupava Athenas com as suas Armas, (1) não teve duvida de advogar a sua Causa muito francamente na Côrte do Brasil, sem que o Senhor Rei D. João VI por isso mandasse reprehender; e então não queria o dicto Desembargador, que o Mesmo Senhor o podesse jámais considerar menos bem Joso pelos seus Reaes Direitos, do que o tinha sido relativamente para com os dos dictos Portuguezes.

Offerece-se pois o mesmo Desembargador ao dicto Governo instalado em Lisboa para defensor dos Reaes Direitos de Sua Magestade, na maneira Constante do Memorial inserto no Documento N. 4: e manifestou á Côrte do Brasil no Documento N. 5, quaes serião seus intentos, quando chegasse a realisar-se aquelle seu projecto, procurando na Côrte do Rio de Janeiro por todos os referidos meios chamar a beneficencia do Senhor D. João VI.

(1) *Adeo enim certa Atheniensium in Romanos fides fuit, ut semper in omni re, quidquid sincera fide ageretur, id Romani Attica fieri prædicarent. Cæterum tum oppressi Mithridatis armis, hominis miserrima conditionis, cum ab inimicis tenerentur, oppugnabantur ab amicis, et animos extra mœnia, corpora necessitati servientes intra muros habebant.*

dos reinos de Portugal, desculpando na Sua Real Presença os primeiros actos, porque no Porto havia começado a Revolução, offerecendo-se ao mesmo tempo a vir fallar em Lisboa pelos Direitos de Seu Soberano, no meio da Crise Politica, que então havia arrebentado, e que apresentava toda a tendencia para os principios eminentemente Democraticos, como era indispensavel que acontecesse depois da direcção, que se havia dado á outra Revolução, que havia tido lugar em 1808, e depois dos acontecimentos de Hespanha em Janeiro de 1820, estando Portugal habituado desde 1808 a seguir por imitação, e por perfeita imitação todos os movimentos Politicos de Hespanha. E o Senhor Rei D. João VI. pelo Alvará que vai no N.º 6.º, testemunhou quanto lhe fôra agradavel este comportamento do dicto Desembargador.

Emquanto pois o dicto Desembargador esperava a decisão sobre a sua ida a Lisboa na forma sobredicta, o que dependia de duas circumstancias, a saber: 1.ª que elle fosse admittido á fallar por ElRei Nosso Senhor em Lisboa: e 2.ª que do Ex.mo General dos Açores, a cujas Ordens elle estava em S. Miguel, approvasse aquella sua deliberação, escrevêo em S. Miguel os dezeseis N.os do Jornal com o titulo = *O Velho Liberal* = cujo ultimo N.º se publicou em o dia 17, todos elles tendentes a seguir o Plano Politico, que havia indicado para a Côrte do Brasil na Caza contante do Documento N.º 5, e foi-os remettendo, á proporção que os ia escrevendo, a seu Amigo o Doutor Manoel Alves do Rio, então Deputado nas Côrtes, para que os fizessem imprimir, a fim de dispôr a Opinião Publica no caso de as cousas poderem vir aos supramencionados desejos delle Desembargador.

Dados pois estes passos, acontecêo, por huma parte, que o General dos Açores não approvou o arbitrio do dicto Desembargador sahir de S. Miguel para o supramencionado fim, sem que recebesse a resposta da Côrte do Brasil, a que havia participado o seu intento acima referido; e que, pela outra, os N.os do dicto Jornal, tendentes á desviar o *Corpo Legislativo em huma só Camara, e hum Véto não effectivo, e meramente nominal*, chegassem a Portugal, quando já nas Côrtes se havião discutido estas

malefias, e resolvido no sentido contrario aos desejos do mesmo Desembargador. E como suas Ordens ao dicto seu Amigo tinhão sido, para que os publicasse, se as cousas podessem ser chamadas áquelle caminho, visto que o dicto Desembargador nada menos queria do que novamente ir perturba-las com huma reacção, á testa da qual se posesse; o dicto seu Amigo deixou de fazer a publicação, visto não poder servir já aos destinados fins; e na sua mão conservou os N.os do dicto Jornal, agora impressos, que vestirão ao dicto Desembargador, quando elle veio a Portugal nos fins de 1822.

Regressando pois para S. Miguel em Março de 1823, e levando comsigo os dictos Jornaes; logo que os acontecimentos seguintes no fim de Maio, e principio de Junho, restituirão o Senhor D. João VI aos seus Legitimos e Naturaes Direitos, na Monarchia Portugueza, pelo mesmo Correio Maritimo, que foi participar a S. Miguel esta noticia, o dicto Desembargador tornou a remetter para Esboa os mesmos Jornaes, dirigidos ao Conselheiro Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios do Ultramar, Manoel José Maria da Costa e Sá, que servia com o Ex.mo Conde de Subserra, para que o Governo se podesse aproveitar d'elles, e das idéas do mesmo Desembargador, no caso de que o dicto Senhor Rei D. João VI quizesse dar aos Portuguezes huma forma de Governo Monarchico-Representativo, que fosse compativel com a sua Real Pigmidade, e com os interesses Nacionaes, e como a elle Desembargador parecia conveniente, para tranquilisar as divergencias de opiniões dos Portuguezes, dos quaes huma parte havia levantado, e amava por extremo a Constituição Portugueza de 1822, e outra parte a tinha feito aniquilar em 1823.

Não tendo porem os dictos Jornaes servido para o dicto fim, tornárão a ser remettidos para a mão do mesmo Desembargador. Sobrevindo pois a morte do mesmo Augusto Monarcha, e havendo elle Desembargador pedido Licença ao Governo do Reino, para vir cumprimentar a S. M. I. e R., e suas Augustas Filhas por aquelle luctuoso Successo, e tendo-a conseguido por Aviso de 26 d'Abril passado, veio entrar no Tejo no dia 2 de Agosto, e acha

Digitized by Google

ahi as Novidades Politicas da Carta Constitucional, que o Senhor D. PEDRO IV. tinha dado a este Reino, para que elle fosse de futuro huma Monarchia Representativa, tendo o Corpo da Representação Nacional dividido em *duas Camaras*, e pertencendo ao Rei o *Veto absoluto*, e o *Direito de dissolver as mesmas Camaras*, que erão as circumstancias essenciaes, que o dicto Desembargador tinha enunciado no Documento N.° 4, que havia de procurar quanto podesse, fossem adoptadas na nova Organisação Politica da Monarchia, que se destinava fazer em 1820, se tivesse occasião de fallar nessa época pelos Direitos de Sua Magestade, e que erão as mesmas, cuja conveniencia se procurava sustentar nos supramencionados Jornaes.

Assentou pois, que, se em 1820 convinha que elles se publicassem, a fim de vêr se dirigião o Espirito Publico para huma Organisação Politica Portugueza, que assentasse sobre aquellas bases, e sobre aquella construcção, tambem havia de convir que elles se publicassem em 1826, a fim de mostrarem, e de sustentarem a Sabedoria, com que o Senhor D. PEDRO IV. Organisára a sua Carta Fundamental d'esta Monarchia, datada de 29 de Abril de 1826, que tinha a mesma Construcção, e bases, preferindo-a á outra Constituição Portugueza de 1822, que d'ellas se havia desviado.

Annuncion pois a sua publicação na Gazeta de 12 de Agosto, e nella promettêo hum Jornal a pró da Consolidação da dicta Carta do Senhor D. PEDRO IV, até que se Congregassem as Camaras, que pela dicta Carta se mandavão juntar. E porque na conta dos dictos Jornaes havião de entrar esses dezeseis Numeros, que havia remettido em 1820, para se imprimirem, e todos elles se dirigião a Sustentar as bases, e a Construção do Corpo Politico Portuguez, que se achava na Carta, para que não parecesse que estes dictos dezeseis Numeros erão huma Obra novamente composta para lisongear o seu Augusto Author, pedio, e conseguio da Serenissima Senhora Infanta Regente que os Originaes dos dictos dezeseis Numeros, depois d'elles impressos, fossem remettidos para a Bibliotheca Publica, e que nella se conservassem, e se mostrassem, a quem os quizesse vêr, a fim de que se conhecesse que tinhão sido

Digitized by Google

escriptos nos fins de 1820, e principios de 1821, já pela Licença para se imprimir, que se achava no N.° 1, dada pela Commissão de Censura, que então havia, já pela antiguidade da letra, com que estavão escriptos.

Tendo porem promettido que os Jornaes serião de tres folhas de impressão, hum dia sim, outro não, porque as não enchia plenamente o contexto dos mencionados Numeros relativos a 1820, acrescentou-os com alguns outros Artigos, que lhe parecião convenientes ás actuaes circumstancias da sua Patria, e destes mesmos fez alguns Numeros separados, que imprimio como Supplementos aos dictos dezeseis Numeros remettidos para Lisboa nos principios de 1821.

Elle Desembargador tinha para si que a Causa primaria das successivas Convulsões Politicas, em que a sua Patria tinha estado desde 1808, vinha a ser o espirito Ochlocratico, com que havia nascido a Revolução de Portugal nesta data, e o qual, em vez de se corrigir, tinha sido nutrido, e perpetuado. Tinha para si igualmente que este espirito, e tendencia Ochlocratica, tinha habituado a Nação a successivas Revoluções Politicas, tendo-se em todas ellas caminhado com Systemas intolerantes, e dirigidos por *Suspeitas*, e contra *Suspeitos*, como he proprio das crises Ochlocraticas, ou em que predominão emanações da Ochlocracia.

Em consequencia disto fez consistir toda a parte do seu trabalho, 1.° em sustentar por principios Politicos a Organisação de huma Monarchia Representativa, que fosse composta de *duas Camaras*, e que désse ao Rei o *Veto*, = *O Poder de dissolver as Camaras* = *e todo o Executivo*; porque tal era o Systema Organico da Monarchia Portugueza, segundo a Carta: 2.° em mostrar como a Ochlocracia nascêra em Portugal em 1808, descrevendo os seus principaes caracteres, e symptomas, a fim de que, por huma parte, comparando-se elles com os acontecimentos de Portugal, desde aquella data até aos nossos dias, se conhecesse que aquella enfermidade Politica tinha affectado este Reino desde a dicta data; e para que pela outra se conhecesse o tractamento, que convinha lhe fosse dado pelo Governo para ella se corrigir: 3.° em desacreditar todos

Digitized by Google

os Actos Revolucionarios, classificando-os de illegaes, immoraes, e detestaveis, para vêr se d'elles desviava de futuro os seus Concidadãos, como o pedia a Consolidação da Carta dada a este Reino pelo Senhor DOM PEDRO IV: 4.° em desacreditar tambem os procedimentos, ou fossem Politicos, ou fossem Criminaes por *Suspeitas* e contra *Suspeitos*, visto que elles tinhão sido quasi o Systema geral do Governo Portuguez desde aquella data, o qual muito poderosamente havia concorrido para as successivas Reacções, e Crises Politicas, que nelle se tinhão observado, e visto que nada he tão alheio dos Governos Constitucionaes, como semelhantes procedimentos.

Tal ha sido toda a materia deste nosso Jornal, geralmente fallando; os Numeros delle compostos nos fins de 1820, e principios de 1821, terminárão naquelle, que se publicou em o dia 17, e que vinha a ser o N.° 16 do Velho Liberal: Está determinado que as Côrtes sejão congregadas no dia 30; por tanto o dicto Desembargador, para levar ao fim a promessa feita no annuncio da Gazeta de 12 de Agosto passado, tem ainda de publicar, como Supplementos ao dicto N.° 16, cinco Jornaes, hum no dia 21, outro no dia 24, outro no dia 26, outro no dia 28, e outro no dia 31. Sua materia pois será concluir o que respeita á Ochlocracia; assumpto, que se começou a tractar no Supplemento 1.° ao N.° 1, e que se continuou no N.° 15, e N.° 16; e alem disso: 1.° *o Art. 25 da Carta, relativo á inviolabilidade dos Membros das duas Camaras pelas Opiniões, que proferirem no exercicio das suas Funcções.* 2.° *O Art. 74 da mesma Carta, nos §§. 6.° e 7.°, para que se veja a Sabedoria, com que nelles se separou das Amnistias, que he huma Lei Politica, o Magestatico Direito de perdoar os Crimes, que he hum Artigo de Jurisprudencia Criminal.* 3.° *A singular Consideração da Carta Fundamental da Monarchia Portugueza, que a torna summamente benéfica para as circumstancias deste Reino.*

Com esta tarefa satisfaremos a promessa, que havíamos feito no annuncio da dicta Gazeta de 12 de Agosto, e juntando hum Indice das Materias comprehendidas neste nosso Jornal, para que elle se possa tornar manual, e prá-

**

Digitized by Google

tico aos nossos Leitores, damos por concluido este Jornal; porque, congregadas as Cortes, existindo nellas a Representação das Tres Ordens do Estado, que vem a fazer o Todo da Nação, a que põe o excelso remate a Augustissima Senhora Infanta Regente em Nome d'El Rei Nosso Senhor, havemos chegado ao termo da consolidação da Carta, depois do qual nenhuma outra cousa cabe aos bons Portuguezes, que não seja com a sua plena obediencia fazerem vozes do Governo mostrarem a gratidão, que devem ao Augusto Soberano, que por meio da dicta Carta veio unir, e concordar os divergentes sentimentos da Nação á custa do sacrificio dos Direitos, de que havião gosado seus Maiores.

N.° 1.°

Copia de huma Carta do Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa ao Editor do Correio Brasiliense, que este imprimio no seu Jornal de Abril de 1812, a f. 570. (Vol. 8.° N.° 47.) (1)

O Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, ao mesmo tempo que se considera muito obrigado ao Sr. Hypolito José da Costa pelo trabalho, que tomou de publicar pela Imprensa Escriptos d'elle Desembargador, honrando-os d'este modo com a sua approvação, e com os seus elogios, não pode deixar de exprimir-lhe o seu desconTentamento pela publicação das suas *Observações á Gazeta de Lisboa* de 29 de Outubro de 1810, que elle tinha escripto para as enviar, como enviou para a Côrte do Bra-

(1) Para melhor intelligencia d'esta Carta, faz-se notar que, mandadas para a Côrte do Brasil pelo dicto Desembargador as *Observações á Gazeta*, lembrando-lhe que alguma cópia extrahida das remettidas para a dicta Côrte poderia chegar á mão do Editor do Correio Braziliense, que se tentaria a querer inserir no seu Jornal aquelle Escripto, recomendou o dicto Desembargador a seu Amigo Jacomo Ratton, que se achava em Londres, para que tomasse cuidado em desviar aquelle acontecimento. Sabedo do pois o dicto Jacomo Ratton que o mencionado Editor

Digitized by Google

ainda desejando que se não divulgassem, em quanto S. A. R. o Principe Regente de Portugal lho não permittisse.

Accrescentou porem muito a sua sensibilidade o lêr na Carta, que o dicto Senhor escrevêo ao Senhor Jacomo Ratton sobre esta publicação — *que, fazendo-se as Victimas da Septembrizada Lisbonense em tudo dignas de compaixão, amente o não crão na sua opinião, quando fazião o menor esforço para occultar, ou disfarçar os abominaveis Crimes, que aquelle bem escripto papel reprovava, e que era isto o que elle desejava expôr á execração do Universo, para justo castigo, e infamia de seus Auctores.*

O dicto Desembargador espera que ha de convencer o Senhor Hypolyto José da Costa, em quanto á sua maneira de discorrer neste período, e que mesmo o dicto Senhor se ha de arrepender de ter feito aquella publicação, pelos seus sentimentos philantropicos, que desafião a vehemencia de todos os seus escriptos, com o fim de diminuir aos homens a somma dos seus padecimentos, e tornar mais feliz a sua condição. O nimio zêlo, e paixão do dicto Senhor por estes importantes objectos, fazem-lhe muitas vezes empregar meios certamente contrarios aos seus fins. E a publicação do Papel, de que tractâmos, lhe servirá de huma prova d'esta nossa opinião.

Este Papel, estando impresso, não deixa de ir a Portugal; e sendo neste Reino infinita a classe dos Descontentes para com o Governo de Lisboa, he indispensavel que hajão muitas pessoas, que o procurem, e queirão lêr. E sendo o dicto Governo tal, qual o considera o Senhor Hypolito José da Costa, não se pode esperar que elle olhe para isso indif-

---

tractava de imprimir as taes *Observações á Gazeta*, escrevêo-lhe, para que desistisse d'esse empenho, visto serem taes os desejos do Auctor da Obra. Elle, não querendo acceder a este pedido, respondêo a Jacomo Ratton, que ninguem o conduzia a isso; e juntou á sua Carta o período, que se transcreve na Carta acima trasladada, e que dêo occasião a esta correspondencia do dicto Desembargador com o mencionado Editor, que, publicando-a no seu Jornal sem observação alguma, mostra nisso não ter tido cousa alguma, com que replicasse á sua materia.

Digitized by Google

ferentemente. Ha de investigar, perseguir quem lhe saiba ber, e mesmo suspeitar que lê aquelle Opusculo, lendo muito mais os que louvarem os raciocinios nelle comprehendidos. A sua publicação pois vai abrir mais hum desgraçado principio aos Portuguezes, e offerecer mais Victimas ás perseguições do Governo, as quaes ainda algum dia hão de desafiar a sensibilidade, e a penna do dicto Senhor. Eis aqui o mal, a que o dicto Desembargador não queria dar coragem. Sobejavão muito as paixões velhas, para que a Humanidade tivesse que soffrer, e que lamentar entre os Portuguezes, e não era necessario augmentar-lhes os seus soffrimentos com as novas paixões, que se hão de incendiar por causa d'esta publicação.

Se se considerão os bens, que d'ella se esperavão, ha de conhecer-se que elles são enganosos. O dicto Senhor conta como o resultado da sua publicação — *expôr á execração do Universo os abominaveis Crimes, que aquelle papel reprova, para justo castigo, e infamia de seus Auctores.* Isto he hum esteril sentimento. — *Nam, ut Plato ait, nimo prudens punit, quia peccatum est, sed ne peccetur,* como escreve Seneca de Ira, Lib. 1.°, Cap. 16. Para que a publicação fosse proveitosa, havia de produzir para o futuro a cessação dos males reprehendidos, de outra sorte seria applicavel a ella a discreta Sentença de Hobes de Cive, Cap. 3, §. 11. — *A Vingança, que olha só para o passado, he unicamente hum vão triunfo, e huma falsa gloria, que não tem fim, e que por consequencia he contraria á razão.* E como se poderia esperar que a dicta publicação produzisse a emenda dos abusos para o futuro? Esperar isso da espontaneidade do Governo, era contradictorio com os seus anteriores procedimentos, e com o conceito, que d'elle se formava. Espera-la da indignação do Povo Portuguez? *Este não podia corrigir os excessos, e vicios do Governo, sem se tumultuar contra elle, arrogando-se huma Authoridade, que lhe não pode competir sem crime, e que iria excitar huma perigosissima Convulsão Politica, unicamente capaz de produzir desgraças internas, e externas.*

O unico modo, que havia, para que d'aquelle Papel resultasse aos Portuguezes o desejado beneficio, era, fazendo-se que por meio delle chegasse á Côrte do Brasil o co-

Digitized by Google

nhecimento de verdades, que lhe occultavão a distancia de duas mil legoas, e os interesses de quem em Portugal exercitava a Publica Authoridade. Desta Côrte he que somente podia vir o util remedio para as desgraças deste Reino. Era pois, no Rio de Janeiro, aonde convinha que apparecesse o dicto Papel; e o seu Auctor para ahi o dirigio por todas as Secretarias d'Estado, e por diversas vias; e não só o dicto Papel, mas outros muitos da mesma natureza, de sorte que as *Observações* impressas serão a vigesima parte dos Escriptos, que o mesmo Desembargador tem remettido ha hum anno para a Côrte do Brasil, sobre o Governo de Lisboa, e sobre os Negocios de Portugal.

Elle conhecia bem todos os perigos, a que se expunha, e não ignorava que as verdades sempre uteis a quem as ouve, nem sempre são igualmente proveitosas para quem as diz: mas considerou que os dictos perigos se limitavão para com a sua pessoa, e que os bens, que podião vir dos seus Escriptos, erão transcendentes á generalidade dos seus Concidadãos; e que elle se expunha muito pouco em proporção dos proveitos, a que se dirigia, e que esperava. E nestas circumstancias julgou que era menos huma generosidade, do que huma obrigação imitar, os que ornados com o Cincto Gabinio se sacrificavão voluntariamente pelos seus Nacionaes.

Ora: quem toma huma resolução d'estas, e a segue constantemente por mais de hum anno, estando ao alcance do Poder, contra que levantava a voz, e debaixo da Authoridade Soberana, a que se dirigia, e que podia ser conduzida por muito diversos modos a olha-la, como digna de castigo: quem obra assim, pode dizer-se, que elle pertende esconder, ou disfarçar os excessos do Governo de Lisboa? O Auctor das *Observações á Gazeta* quer lisongear-se, de que nas circumstancias, em que elle estava, e em que elle está, ainda ninguem no seu Paiz tomou huma resolução igual á sua, nem huma resolução, que se faça mais digna da compaixão do Senhor Hypolito José da Costa.

Alborotar o Povo Portuguez contra o Governo de Lisboa, isto não queria por modo algum o Auctor das dictas Observações. *Este foi sempre inimigo do Despotismo,*

Digitized by Google

exercitou por muito tempo Funcções Publicas em huma Cidade tão populosa, como he a de Paris, e está certo de que se lhe não apontará hum unico facto, que faça fallar do Poder arbitrario; porem foi sempre tambem ainda mais inimigo da Anarchia, e do exercicio da Publica Authoridade nas mãos da Multidão. Obrar a bem do Povo, e nunca sopro Povo, *he hum dos seus axiomas politicos. Elle não concorreria para melhoramento algum, que fosse preciso executar-se, obrando a grande massa da Nação activa, e primariamente. Esteve em todo o tempo, e está ainda persuadido que as reformas por este meio, ou não chegão a ser reformas, ou custão muito demasiadamente mais caro do que ellas valem. Se esse mesmo Governo de Lisboa, que elle retratou com tão desagradaveis côres, só podesse ser corrigido pela acção do Povo, o dicto Desembargador antes mil vezes o soffreria, do que concorreria, para que elle se corrigisse por este modo.*

O primeiro Escripto, que elle Desembargador remetteo para a Côrte do Brasil, estando ainda no Reino, foi huma Memoria Juridica sobre o seu caso particular, e pedia licença a S. A. R. o Principe Regente de Portugal, para que ella se imprimisse no Rio de Janeiro, dando logo todas as suas ordens, e remettendo o dinheiro, e papel necessario para a impressão. Elle sabia que, imprimir-se a dicta Memoria, e ser Juiz da sua causa o Universo, era vencê-la: sabia que antes d'isto se conservaria dúbia a sua opinião entre as sombras e mysterios, com que se tinha aliado o Governo de Lisboa; e sabia finalmente que o seu nome aos olhos dos outros seria coberto da mais negra infamia, em quanto elles podessem acreditar, ou suspeitar que o dicto Desembargador, constante, e notoriamente beneficiado pelo Principe Regente de Portugal, tinha sido capaz de ser-lhe desleal, ainda que o fosse levissimamente; e a pesar de tudo isto segurou ao Mesmo Senhor no começo da dicta Memoria, que elle não faria na Europa cousa alguma, com que se desinfamasse, e que esperaria da America este beneficio necessario á Sua Real Justiça; e que entretanto que esperava, se conformaria com a doutrina de hum dos seus Moralistas.

Si gratum esse non licebit, sini ut videar ingratus,

Digitized by Google

si dabitur beneficium non aliter quam per speciem injuriæ potest, æquissimo animo ad honestum consilium per medium infamiam tendam. Nemo mihi videtur pluris æstimare virtutem, nemo illi magis esse devotus, quam qui viri boni famam perdidit, ne conscientiam perderet. = Seneca.

E ao desempenho da promessa referida, feita a S. A. R. o Principe Regente de Portugal, he que elle destinava principalmente os seus desvelos, para que se não divulgasse na Europa algum dos seus Escriptos relativos ao Governo de Lisboa, em quanto elles não conseguissem para isso licença na Côrte do Brasil.

E depois do que fica exposto, está o dicto Desembargador certo que o Senhor Hypolito José da Costa, usando da rectidão dos seus Juizos, ha de fazer justiça ao seu comportamento: que o não ha de achar indigno da sua compaixão, por desejar que se não imprimão as *Observações á Gazeta.* Angra, 23 de Janeiro de 1812. = Vicente José Ferreira Cardozo da Costa.

N.° 2.

Copia de hum §, que se acha a f. 133 *da Obra do Doutor Vicente José Ferreira Cardozo da Costa, impressa em Londres em* 1813 *com o titulo* = O Auctor da explicação imparcial das Observações á Gazeta, desencantado, e defendido pelo *Doutor Vicente José Ferreira Cardozo.* (1)

§. 15.

O nosso Explicador, a quem pelos seus Institutos de Cavallaria andante literaria he prohibido limitar-se ao estado da questão, como já dissemos, pertendia neste lu-

(1) Sendo as *Observações á Gazeta*, a que diz respeito o Documento N.° 1 impressas pelo Editor do Correio Brasilense, sem nenhuma intervenção de seu Auctor, que sómente as composera para remetter, como remettêo, para a Côrte do Brasil, a fim de lá constarem, como ião as

Digitized by Google

gar attrahir-nos para assumptos [illegible] erão a materia do 3.° chamado estrangeiro, e para [illegible] assumptos? Para a discussão de todo o Systema do Governo Portuguez, subsequente á Revolução de 1808, assim na sua parte relativa ao estabelecimento da boa Moral Civil, como na outra pertencente aos meios moraes empregados para repellir os inimigos, e para defender o Reino, chamando-nos mesmo para testemunhas nas palavras: „O „mesmo *A. presenciou os cuidados, e desvelos do Governo de Portugal para tranquillisar os seus habitantes, e para consolidar a harmonia com a Inglaterra, e alargar* „*os laços da sua amisade.*" Sentimos muito não podermos satisfazer-lhe a sua vontade, escrevendo aqui o nosso depoimento sobre este Artigo, para que elle nos convidava; nós já o demos no Parallelo do Governo Portuguez, subsequente ás Revoluções de 1640, e 1808, Art. 4.°, e quando esta Obra lhe for com a *Vista*, que elle requer a pag. 13 in fin., e que nós *lhe concedemos liberalissimamente*, então elle terá seus desejos satisfeitos. Por agora não podemos tractar em publico Questões sobre a boa, ou má administração do Governo de Lisboa.

Huma cousa unicamente podémos nesta materia dizer aos Portuguezes, a quem amâmos, e a quem desejâmos todos os bens; e he que, ainda quando o Governo de Lisboa fosse o peior de todos os Governos imaginaveis, e nenhum delles tocava arrogar-se a Authoridade de substituir as suas determinações outras quaesquer, que a alguns delles parecessem mais acertadas; que esta sua substituição da vontade individual, em lugar da vontade geral, que se depositou existente nas mãos do dicto Governo, pela Delegação, que lhe fez S. A. R., he não só o maior dos crimes, que qual-

---

cousas de Portugal, e poderem vir os nossos Ouvintes unicamente convinha que viessem, appareceo impressa em Londres huma Obra Anonyma com o Titulo = *Explicação imparcial das Observações do Doutor Vicente José Ferreira Cardozo da Costa, sobre hum Artigo da Gazeta de Lisboa de 22 de Outubro de 1810* = e foi ella a que deo occasião ao que escrevesse, e a que se imprimisse outra mencionada no titulo deste Extracto.

quer delles pode cometter, mas tambem o maior dos males, que cada hum delles pode fazer a si, aos seus Concidadãos, e á sua Patria. = Que ainda quando as nossas vozes, e mesmo outras muito mais eloquentes, do que as nossas, se erguerem para desacreditarem entre os Portuguezes os Delegados do Soberano na Publica Administração d'aquelle Reino, todos devem ser surdos a semelhantes vozes, sem que ellas jámais sejão bastantes para os conduzir a obrar contra elles, ou contra o que elles mandão: e se não poderem esouta-las, conservando-se na condição passiva, que unicamente lhes compete no meio da Sociedade Civil, queimem os nossos Escriptos, e livrem-se, desta sorte, dos males, que podião produzir-lhes.

N.° 3.°

Copia da Carta do Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso, em data de 23 de Setembro de 1820 ao Ex.mo Conde dos Arcos, então Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Ultramar, na Côrte do Rio de Janeiro, sobre os acontecimentos do Porto em 24 de Agosto do mesmo anno.

Ill.mo e Ex.mo Senhor. = Meu Amigo e Senhor. Junta a esta achará V. Ex.a a que lhe escrevi na data de hontem, assim que tive noticia dos primeiros acontecimentos do Porto em 24 do passado. Agora accrescento hum Artigo, que não pude incluir na outra, e he pedir a V. Ex.a leve aos Pés de S. Magestade o Requerimento junto a favor do Porto, minha Patria, e aonde eu vivi a maior parte da minha vida. V. Ex.a bem vê, o que Lisboa lhe prepara com a sua Proclamação de 29 de Agosto..... Se o caso do Porto poderia retrogradar, aquella Proclamação atiça-o. Offende o amor proprio com os nomes de *rebellião, perversos*, etc. Assusta a todos com aquelles = *alguns* =, que depois se pode applicar a quem se quizer. Tracta o caso de muitas mil pessoas, como se fosse de huma duzia d'ellas. Não olha que o Proclamado no Porto ha de estar provavelmente no coração da quasi todos, pelas idèas do tempo, visinhança d'Hespanha, e desgraçada situação de Por-

***

Digitized by Google

tugal, aonde todos julgarão melhorar com qualquer mudança. Quem ha de acreditar nas suas Amnistias depois d'aquella Proclamação? Não havia a Amnistia na Convenção de Cintra, e garantida pela Grã-Bretanha, e ..... no caso do Official Mascarenhas não escrevêo a Mr. Stuart, *que ninguem era obrigado o estar por aquellas promessas, porque privavão a S. M. de castigar traidores*, e não se imprimio esta Jurisprudencia nas Gazetas de Lisboa para ir á mão de todos? Eu sou quem tenho dicto verdades sobre Portugal no Rio de Janeiro. Os casos d'agora são o resultado d'huma Administração errada desde 1808: tem-se feito alli quasi sempre o contrario do que convinha. Quando apparecêrem descontentamentos geraes, os poucos não podem ir contra os muitos com a palmatoria na mão. Hão de levar a estes com geito, e procurar desviar as causas das agitações, que por via de regra tem hum motivo, que pede previdencia, ainda que delle se tirem consequencias, que vão alem das premissas.

V. Ex.ª pode lembrar neste artigo a S. Magestade, quando me mandou para o Porto em 1795 por occasião dos movimentos, que houve na dicta Cidade subsequentemente á Sua Carta Regia de 4 de Abril, em que por minha representação se lhe restituio o seu Juiz do Povo, e Casa dos Vinte e Quatro, de que a Cidade fôra privada pelo levante de 1757. Apresentou-se aquillo a S. Magestade, como hum caso muito grande; conduzirão-o a suspender o Juiz dos Orfãos Pissarro, e a mandar tirar devassa, e pedir informações pelo Chanceller Veiga, etc. etc. E eu disse, *se V. Magestade não diz nada de Lisboa a este respeito; se me deixa tudo ás minhas costas, eu respondo por tudo.* S. Magestade fez isto; resistio, e não assignou os Papeis, que ..... lhe levava para esse fim, e que erão feitos ..... Eu cumpri a palavra; e não se fallou, nem houve mais nada no Porto. Estudei a causa da agitação, curei-a, e acabou-se tudo, sem se prender, nem enforcar ninguem. Se se segue o caminho indicado por ..... ião-se armar descontentamentos, e reacções, e sabe Deos, o que d'ahi sahiria!

Lembre V. Ex.ª ao Mesmo Senhor os levantamentos, e tumultos de S. Torquato junto a Guimarães em 1805.

Digitized by Google

Tambem elle lá mandado. As Cadêas estavão já entulhadas de gente pelas diligencias do Corregedor de Guimarães, e Ordens da Intendencia Geral da Policia; e apezar disso os Povos nas suas agitações e teimas, como d'antes. Eu fui sem paõ, nem pedra, sem nem hum Soldado dos muitos, que me querião dar; não fiz bulha, nem pataquada, soltarão-se os prezos, não teve que fazer a Relação do Porto para julgar os que eu para lá mandasse; curei a molestia na sua causa, que erão as idêas erradas, que tinhão mettido na cabeça d'aquelles Povos, e que não podião deixar de produzir aquelles resultados; e curada a molestia acabou-se tudo; nada mais houve que fazer. Eu escrevi então na minha Informação para a Secretaria d'Estado do Sr. Conde da Villa Verde: *Não se pode castigar ninguem; elles tem por virtude quanto fazem, e outros lhe ensinárão esta Moral, sem saber o que fazião.* (1)

(1) Estes tumultos tinhão tido origem nas idêas Religiosas daquelles Povos pelo veneravel Corpo de S. Torquato, que se acha junto á Guimarães na Igreja, que tem o titulo do mesmo Sancto. Tinhão por elle summa devoção os Povos daquelles districtos; e, sempre que se preocupavão de que lhe querião tirar o Corpo do seu Sancto, excitavão-se popularmente, e rompião em Commoções, para o impedir. Grande tumulto tinha havido por esse motivo no Reinado do Senhor Rei D. Manoel, como consta de suas Chronicas, quando elle mandára transferir a dicta Reliquia d'aquella Igreja para a Real Collegiada de Guimarães. Outro teve occasião, quando o Arcebispo de Braga D. Sebastião de Mattos se propoz a muda-la para a Sé de Braga. A tradição deixou transmittidos até á data acima referida, e talvez até hoje, os muitos prodigios, e milagres, que succedêrão em quanto o Povo foi armado estorvar tumultuariamente a mudança do Corpo do dicto Santo, desta segunda vez. Referia-se que, tendo elle corrido para a Igreja ao dicto fim, sem tomar prevenção alguma no que deixava nas suas Casas, quando a ellas voltára, passadas horas, tudo se achava como tinha ficado, sem nenhuma damnificação, nem prejuizo: e huma relação d'estes successos, escripta em hum dos Livros da Confraria do San-

Pois, Sr. Conde, eu vim logo no mesmo expresso ao Porto. A Providencia, tirando-me dos meus negocios particulares, destinou-me a Repartição de Advogado dos Pés de Sua Magestade por todas as victimas dos desacertos do Governo de Lisboa. Agora muito mais resolvido a perder já os desejados fructos deste meu empenho. Quando o creado de Sua Magestade pelo . . . . , e pelo . . . . eu bem via que se podia meu empenho infamar aos olhos de Sua Magestade, como affeição pelos Francezes. Ora o *non nobis, pour noircir* = do Governo de Lisboa também o sabia; mas eu tambem conhecia as virtudes de Sua Magestade, e o correr do tempo, e os meus vaticinios forão realisados. O Porto he minha Patria. Tem iguaes direitos ás Vinhas taes quaes letras. Os seus casos tambem vão tanto nos desacêrtos do Governo de Lisboa, como nos casos do . . . . . e do . . . . Faça pois eu o meu officio aos Pés de Sua Magestade. O Procurador da Corôa accusará, e eu defenderei. E se Sua *Magestade fôr o Juiz, julga por mim.* Aqui vai outro vaticinio: tome V. Ex.ª, tome sentido nelle: será talvez d'aqui a muito tempo, mas ha de ser algum dia. E se perder a Causa terei muita pena; mas não me hei de arrepender de a tomar. E Sua Magestade sempre ganha a gloria para o seu Nome, e para a sua Historia de ser Tal Soberano que hum vassallo seu não receava d'ir a Seus Pés advogar semelhantes Causas. E nisto ganha tanto, quanto, Sr. Ex.ª conhece.

---

cto era dada aos Prégadores da sua Festa anual, para que elles, louvando a devoção dos fieis, na firmeza de defender o seu Sancto, lhes mostrassem, como tambem lhe lhe era grato nos supramencionados prodigios. Em 1806 renascêrão os sustos para o Povo daquelles districtos de que lhe querião tirar a dicta sua Reliquia. Elle tumultuou-se, e não se podia deixar de tumultuar. Tinhão-no ensinado, e obrigado a isso pela maneira, e relações referidas, sem tenção de o fazer. Abençoados os tumultos por tal Causa Religiosa, era preciso que a Religião se empregasse para os curar, e não a força, e foi isto o que se fez, e o que se fez utilmente.

Digitized by Google

Como que o meu Ex.mo Amigo, leve aos Pés de Sua Magestade o Requerimento junto pelo meu Porto. Sirvão-lhe tambem as minhas letras, como servirão ao . . . . .

A V. Ex.a entrego a Causa da minha Patria. Não me conhecêo V. Ex.a em Lisboa, chamando-me o Dr. Vicente do Porto =? Não devo, pois agora mostrar, que o meu titulo não era nenhuma alcunha dos tempos?

Quanto antes mandarei a V. Ex.a a minha Deducção Chronologica, e Analytica, que faz n'outros recahir a imputação dos factos do Porto na sua maior parte. O remedio das Alçadas nestes casos não aproveita. Vejam V. Ex.a, se queira lembrar a S. Magestade os exemplos d'Hespanha. Huma Revolução aqui castigada, outra arrebentando ali; esta curada com o mesmo remedio, outra apparecendo acolá, até que veio huma, a que se não pôde applicar a medicina do costume; mas está visto que a tal medicina não era a propria, aliàs as applicações primeiras deverião ser as seguintes casos.

Sr. Conde, dê V. Ex.a, e dê S. Magestade pêso ao que lhe escrevi em Abril pela mão do Almirante Paulo José. *Huma Regulamento para o Governo de Portugal, logo, logo, que tenha ares de huma Constituição, para dar tempo a que se possa do Brasil fazer o mais, de que se precisa, para não parecer que o Filho quer definhar o Pai; e que, porque vio neste n'outro tempo ares de Padrasto, agora lhe quer tambem dar os d'Enteado* (1). Se isto se não fizer, ainda que passe o caso do Porto, virá outro, e outro até huma sério, a que se não possa acudir. Deos Guar-

(1) Daqui inferirão, nossos Leitores qual era a nossa maneira de pensar, não só em Setembro de 1820, depois de rompêrem os movimentos do Porto em 24 de Agosto preterito, mas já em Abril antecedente.

Constando ao Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso que do Brasil viera, e que se achava em huma das Secretarias de Estado d'este Reino a Correspondencia, que elle tivera com a Côrte do Rio de Janeiro nesta época, nella se encontrará o original d'esta cópia, e das seguintes.

Digitized by Google

de a V. Ex.ª muitos annos. = S. Miguel, 2 de Setembro de 1820. = De V. Ex.ª = Il.mo e Ex.mo Sr. Conde dos Arcos. = Amigo fiel, e Creado obrigadissimo = Vicente José Ferreira Cardoso.

Cópia do Requerimento, de que se tracta na Carta antecedente.

Senhor. = Diz o Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, natural da Cidade do Porto, e que nella servio a V. Magestade nos Lugares da Magistratura em todo o tempo da sua vida, até vir para os Açores, como V. Magestade sabe; que, tendo-lhe chegado a S. Miguel a noticia dos Successos da dicta Cidade em 24 de Agosto passado, Successos, que o Supplicante ha muito tempo, e por muitos, e differentes Escriptos tem vaticinado na Presença de V. Magestade ..... que elle não póde deixar de ir aos Pés de V. Magestade advogar a Causa dos seus Patricios, muito certo de que V. Magestade se não ha de offender de que o Supplicante tome huma semelhante defeza a favôr da sua Patria, e da terra, em que vivêo, e em que foi bem tractado a maior parte da sua vida. O Supplicante já não tem receio de ser na Presença de V. Magestade Advogado de Causas apparentemente feias para as pessoas, cuja defeza elle toma: em circumstancias iguaes a amizade, gratidão, e mesmo o amor da Patria, offendido com a infamia de traidores gratuitamente imposta a muitos dos seus Concidadãos, conduzirão o Supplicante a fallar aos Pés de V. Magestade pelo ...., pelo ....; e na particularidade de suas Causas fa envolvida a geral defeza dos muitos, que estivefão has suas circumstancias. A Providencia premiou o Supplicante, conservando-lhe a vida até ver por V. Magestade adoptados os principios da defeza, e de escusa, que elle Supplicante apresentára muitos annos antes, a favor destes infelizes, que a sua Patria abandonou, deixando no poder do inimigo, quando os podia trazer para si, e a qual por isso não podia depois levantar a mão da Justiça para castigar factos, de que a imputação recahia totalmente nella.

O Supplicante tem os mesmos motivos para advogar

Digitized by Google

agora, perante V. Magestade esta outra Causa. Elle promette levar aos Pés de V. Magestade huma Deducção Chronologica e Analytica dos Factos, dos Escriptos, e do Systema constantemente seguido ... desde a evacuação do Reino pelo Exercito Francez, commandado pelo Marechal Junot, dos quaes não podião vir outros resultados, que não fossem esses acontecimentos do Porto em Agosto passado, ou outros semelhantes. E, á vista da dicta Obra, espera o Supplicante que V. Magestade, com a sua alta intelligencia, e conhecida bondade, não imputará á dicta Cidade os Factos, que tem origem necessaria nos desacertos do O Supplicante, seja qual fôr o Processo, Juizo, ou modo por que V. Magestade se digne mandar tractar d'aquella Causa, deseja nella ser o Advogado pela Cidade do Porto; e já a V. Magestade apresenta em substancia a defeza, que para ella ha de offerecer, e vem a ser, mostrando elle Supplicante que a errada maneira, por que se conduzio o .... desde 1808, não podia deixar de produzir aquelles, ou outros semelhantes acontecimentos; e que então, quando elles apparecem, não he justo imputa-los para a vendicta á espingarda, que dêo o tiro, mas sim á mão, que carregou, e desatrou a espingarda. Se o Supplicante não provar isto evidentemente, elle está nos Estados de V. Magestade, e aonde V. Magestade o pode castigar, e muito espontaneamente se sujeita a ser participante do castigo, que V. Magestade lhe determinar. Mas, se o Supplicante satisfizer ao que promette, tambem espera, e tem direito de esperar da Justiça, e Bondade de V. Magestade, que não ha de punir no Porto os resultados dos desacertos alheios. Neste Requerimento dá o Supplicante a V. Magestade mais hum testemunho do tributo, que tem constantemente rendido ás suas Reaes Virtudes, pois que só muito seguro d'ellas he que o Supplicante, ou qualquer outro ousaria advogar na sua Real Presença huma tal Causa: e confiado nellas = P. a V. Magestade a Mercê de Ordenar que o Supplicante seja Advogado pelo Porto na Causa sobre os Successos de 24 d'Agosto passado, seja ella tractada aonde quer que for. = E. R. M.ce = O Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

Digitized by Google

N.º 4.

Copia da Carta do Desembargador Vicente José Ferreira Cardozo, em data de 25 de Outubro de 1820, ao Illmo Conde dos Arcos, então Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Ultramar na Côrte do Brasil, participando-lhe a Resolução, que havia tomado de se offerecer ao Governo instalado em Lisboa, para advogar os Direitos de Sua Magestade, ou fosse nas Côrtes, ou nas Juntas Preparatorias dellas.

Ill.mo e Ex.mo Senhor. = Meu Amigo e Senhor. Os Acontecimentos Politicos nos nossos dias são espantosos pela rapidez da sua marcha. Tal he o necessario resultado da opinião, e do espirito público, deixado caminhar á redea solta, sem nada se oppôr á sua carreira, senão os castigos, que são sempre inuteis remedios para corrigir a dicta opinião, e o dicto espirito, como tem ensinado ao Mundo, de longo tempo, as perseguições de todas as Seitas, nunca corrigidas, nem destruidas pelos supplicios. Os que huns chamão criminosos, e réos, os outros olhão como virtuosos, e martyres; e por tanto a lição causa estragos, e ruinas sem proveito.

Huma Revolução no Porto em 24 de Agosto. O Governo de Lisboa azedou-a com a sua Proclamação de 29. Ella fez-se geral. Em 15 de Setembro outra Revolução em Lisboa tira do Poder os Governadores do Reino por Sua Magestade estabelecidos. Todos proclamão o mesmo, a Monarchia, El-Rei, e Sua Dynastia, as Côrtes, e huma Constituição. Felizmente nem a Anarchia, nem a Guerra Civil se desenvolvêo: os dous Governos instalados no Porto, e em Lisboa vierão a Concordia, e formárão hum só, como V. Ex.ª ha de saber pelos papeis de Lisboa, que eu tenho visto até aos primeiros de Outubro.

Sua Magestade se desenganará agora, como a Opinião publica do Reino era contra aquelle Governo. Elle não teve ninguem, que o apoiasse. E agora não pode haver remedio, senão ir com aquillo, para não forçar huma união de Portugal com a Hespanha, estando huma, e outra Nação nos mesmos principios das Constituições Civis. Sua Ma-

Digitized by Google

gestade he felizmente acclamado por todos com enthusiasmo. Isto dá grandes esperanças, e d'isto se pode tirar grande partido. Pessimos exemplos são na verdade, mas eu bem o voticinei, e bem a tempo. Ha dez annos que via dispôr, e preparar acontecimentos destes . . . . . .

. . . . . .

. . . . . .

A Nação reclama, e apregôa Direitos seus, e ninguem lhe pode contestar que ella tem alguns. Mas tambem ninguem poderá contestar que a Corôa, que Sua Magestade, tem a Cabeça, e o Chefe do Corpo Politico ha de ter outros.

Toda a Nação falla pelos seus: he essa a sua Causa, e ella a advoga. . . . . .

. . . . . .

Eu não pude conter-me, Ex.mo Sr. Conde; chegou o momento de esquecer mulher, e filhos . . . . . .

. . . . . .

Remetti o Memorial da cópia junta. . . . . .

. . . . . .

Eu bem sei que estava em S. Miguel por Ordem, e até Ordem de S. Magestade. Mas julguei não faltar ao que lhe devia, offerecendo-me a sahir de S. Miguel para tal fim, e em tal urgencia. Passada ella, se tiver lugar, eu volto logo para o destino, que se me tem dado em Nome de S. Magestade. E espero que o Mesmo Senhor não estranhará a minha deliberação, se d'ella resultar ser eu admittido no que peço, até S. Magestade designar outro, que o sirva melhor. E fico d'isto tanto mais seguro, quanto he certo que, indo eu sem huma Designação Sua, se lhe poder prestar algum serviço, o Mesmo Senhor tirará esse proveito; e, se lho não prestar, S. Magestade desapprova o meu facto, e castiga-me, como lhe agradar, e não perde nada: de maneira que a minha resolução, se não fôr de utilidade a S. Magestade, não lhe pode ser de desproveito. O Brasil está muito longe para acudir promptamente, como convem, a cousas destas. He melhor acudir a tempo, para que se não estabeleça isto, ou aquillo, como Constitucional, do que, depois de estabelecido, entrar em luctas, para que se emende, ou reforme.

Eu bem conheço as minhas forças, e d'ellas he que

****

Digitized by Google

unicamente tenho medo. Faço na verdade hum grande sacrificio, não em me expôr a ser tirado do tranquillo socêgo, que a Providencia me tinha concedido: mas em me arriscar a perder a reputação, que justa, ou injustamente acompanhava o meu nome. Conservando a minha nullidade, eu morria com ella; e depois do arbitrio, que tomei, sabe Deos o que será. Agora diz-se de mim, e que V. Ex.ª verá do Portuguez Constitucional N.° 6, e eu posso ir perder aquella opinião. Eis-aqui o que em tudo expôr em Serviço de S. Magestade, e he expôr o mais que tenho. Desejo a V. Ex.ª muita saude, e que Deos o illumine, e a S. Magestade, e o Seu Ministerio, para se tirarem de embaraços taes. E que effeito fará isto nas Capitanias do Brasil? Deos nos acuda, e guarde a V. Ex.ª muitos annos. S. Miguel 25 de Outubro de 1820. = De V. Ex.ª Ill.mo e Ex.mo Sr. Conde dos Arcos. = Amigo muito fiel, e Creado obrigadissimo = Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

Copia do Memorial ao Governo Interino do Reino, de que se faz menção na Carta N.° 4.

Ill.mos e Ex.mos Senhores = O Dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, annullado, e retirado das cousas públicas ha tanto tempo, não esperava ter motivo nenhum, que o fizesse sahir da vida particular, e tranquilla, em que a Providencia o tinha posto, muito mais beneficamente do que elle o merecia, contentando-se com os seus bons desejos pela prosperidade da Nação, em que nascêo, a quem servio, e a quem ama; mas vendo que nos proximos acontecimentos Politicos de Portugal, de que V. Ex.as tem sido enviado com tanta dexteridade a Anarchia, a Guerra civil, e a Intolerancia Politica, que quasi sempre enterpeca, e perturba esses acontecimentos, vendo, diz, que, V. Ex.as tratando-se de Direitos do Corpo Politico Portuguez, de que Sua Magestade faz certamente huma parte, tendo toda a Nação proclamado com enthusiasmo, e amor evidente testemunho de não querer deprimir os Seus Direitos, se annulla nestas circumstancias o Procurador da Corôa, que Sua Magestade ahi tinha, e a quem tocava com os seus Officios, e pelo uso da sua Procuração adqui-

gar os Direitos da Corôa, e do Soberano nesses Congressos, em que d'elles se ha de tractar, o Supplicante, ainda que se conhece, e o pouco que pode, e vale, não pode deixar de apresentar-se a V. Ex.as para supprir esse lugar, se elle for abandonado, em quanto Sua Magestade não designa outro, que o haja de encher melhor do que o Supplicante. E se a V. Ex.as parecer admittir ao Supplicante nesta Commissão, elle ficará nisso tanto mais satisfeito, quanto se lhe offerece huma occasião de testemunhar ao mesmo tempo a Sua Magestade o respeito, que tributa ás suas Reaes Virtudes, e a sua gratidão pelo que lhe deve; e á Nação a justiça, que faz aos seus sentimentos, que não são nem de deprimir os Direitos de Sua Magestade, nem de assustar, e repellir quem haja de advoga-los. = E R. M.

O Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

N.° 5.°

Copia da Carta do Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso, na data de 14 de Novembro de 1820, ao Ex.mo Conde dos Arcos, então Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Ultramar na Côrte do Brasil, participando-lhe os seus primarios destinos no caso de ser admittido a fallar pelos Direitos de Sua Magestade perante as Côrtes, ou Juntas Preparatorias d'ellas, segundo a Supplica constante do Documento N.° 4.

Ilm.o e Ex.mo Sr. = Meu Amigo e Senhor de todo o meu affecto. Tenho tido a honra de mandar a V. Ex.a as Copias N.° 1 e 2, pelo Faial, e por Lisboa; mas desejando muito que cheguem á mão de V. Ex.a, *principalmente a da* N.° 2, aproveito mais esta outra via da Madeira, para onde tambem agora Navio, a fim de as remetter a V. Ex.a, e junto a ellas a Copia N.° 3 da Carta, que escrevi ao nosso General com a participação da do N.° 2, para d'elle receber as suas Ordens, no caso, que o Governo interino de Portugal me admitta a ir fallar pelos Direitos de Sua Magestade nas Juntas, e Côrtes, em que vão tractar, ou estão tractando da Constituição do Reino. Se elle me dis-

Digitized by Google

ser que não devo ir, fico em S. Miguel, ainda que em Lisboa me admittão naquillo para que me offereço, notando-me com a minha boa vontade, e com a manifestação dos meus desejos, e da minha lealdade para com El-Rei Nosso Senhor. E, se me faltar a occasião de o servir, tambem me livro do risco de o servir mal por falta de fipeças, de que eu certamente me teria prevenido com outros estudos, desde que estou nos Açores, se podesse antever a necessidade de conhecimentos, de que hei de precisar.

Se porem em Portugal me admittem, e o General approva a minha resolução, eu vou expôr-me, e tenho a fortuna de orar pelos Direitos de Sua Magestade. E que só communicar a V. Ex.ª quaes nesse caso serão meus projectos, e intentos.

Ha de ser o principal, vêr se consigo que as Côrtes não mudem o estilo, das que temos tido, para que ellas se dirijão a S. Magestade por meio de apontamentos ou Súpplica ao Mesmo Senhor, de maneira que lhe não dictem a Lei, mas que lha peção tal, qual lhes parecer convem aos interesses da Nação, que serão tambem os de S. Magestade, como Chefe della.

Hei de procurar em segundo lugar, vêr se consigo que a primeira parte da Súpplica das Côrtes seja relativa, a desculpar-se a Nação para com S. Magestade pelas suas resoluções, e factos desde 24 de Agosto, attribuindo-os á necessidade de querer dirigir-se immediatamente a S. Magestade, como Filhos a seu Pai, sem haver nenhuma tenção della de lhe ir prescrever regras para o seu Governo.

E sendo certo que hão de instar por huma Constituição para o Governo de Portugal, hão de ser os meus esforços para desviar a de Hespanha com huma só Camara, que pode annullar o Soberano, sempre que lhe parecer, como succedêo na França com a Convenção Nacional, e com a Assembléa Legislativa, por esse mesmo motivo de ser toda a Nação representada em huma Camara, sem haver nada, que contrabalançasse a sua força. Hei de puchar tudo para a Constituição Ingleza com duas Camaras, das quaes huma contrabalança, e annulla a outra, sempre que se quer invadir alguma parte do Executivo, que todo he de El-Rei, sem nenhuma limitação. E isto temos visto acontecer com-

Digitized by Google

tantemente na Inglaterra, por cento e cincoenta annos, que já hum longo experiencia, em que podêmos confiar.

Nos mais seus circumstancias, e pertenções, que houverem, nos não de conduzir; mas pode V. Ex.ª segurar a S. Magestade que eu não hei de perder huma linha, sem que seja disputada, excepto quando eu vir que me convem, para o bom andamento da causa do Mesmo Senhor. Eu hei de então insistir efficazmente, e fazer todo o manêjo possivel, para que as Côrtes por mim conduzão a S. Magestade os seus apontamentos, e Súpplicas; e, chegando com ellas aos Pés de S. Magestade, o Mesmo Senhor me poderá castigar, no caso de eu não ter servido bem.

. . . . . meus projectos.

E Déos ha de ajudar a Causa, que eu tomo, e ha de encaminhar a execução delle utilmente pela natureza d'ella, e pelo muito, que isso importa aos homens em geral, e em particular aos Portuguezes, aos quaes até agora não faltou ainda o cumprimento das suas Divinas Promessas.

Ora aqui tem V. Ex.ª a confissão dos meus intentos; e farei quanto poder, para que nos nossos dias não acabe o nosso Portugal de existir, e não vá inutilisar os esforços dos nossos Maiores em 1640. E concluo, como nas antecedentes, com os meus votos, para que Deos illustre a S. Magestade, ao seu Ministerio, e a V. Ex.ª no que mais convier nas embaraçadas circumstancias presentes. Deos Guarde a V. Ex.ª muitos annos. S. Miguel 14 de Novembro de 1820. = Do V. Ex.ª = Ill.mo e Ex.mo Senhor Conde dos Arcos = O mais fiel Am.º e reverente C. = Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

N.º 6.º

(Extrahido do Original.)

Eu ElRei Faço saber a vós D. Alvaro Antonio de Noronha Abranches Castello Branco, do Meu Conselho, Marquez de Torres Novas, Commendador da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, Gram Cruz da de Nossa Senhora da Conceição, e da de Torre e Espada, Gentil Homem da Minha Real Camara, e Méu Mordomo Mor: Tu-

Digitized by Google

mando na Minha Real Consideração a fidelidade, e boa vontade, com que o Desembargador Vicente José Ferreira Cardozo da Costa se offerecêo na fatal época de mil oitocentos e vinte para fazer as funcções de Procurador dos Direitos da Minha Real Corôa: Commissão, que não chegou a desempenhar por motivos inteiramente alheios da sua Pessoa: Hei por bem, e por Graça Especial, que jámais servirá de Exemplo, de conceder o Fôro de Fidalgo Cavalleiro da Minha Real Casa á Pessoa, que com sua filha D. Teresa houver de Casar, sendo da Minha Real Approvação: E este Alvará se cumprirá tão inteiramente, como nelle se contem, posto que não passe pela Minha Chancellaria, e seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo das Ordenações em contrario. Dado no Palacio da Bemposta em vinte de Novembro de mil oitocentos e vinte e quatro. = REI · ⋮ · = Marquez Mordomo Mor.

Alvará, pelo qual Vossa Magestade Ha por bem, e por Graça Especial, que jámais servirá de Exemplo, de conceder o Fôro de Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa á Pessoa, que houver de Casar com a filha do Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, D. Teresa, sendo da Sua Real Approvação, como neste Alvará se declara. = Para Vossa Magestade vêr. = *Seguem-se os Registos.* (1)

(1) Outro Alvará semelhante a este se expedio a pró de outra filha do mesmo Desembargador, por nome = D. Helena.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.

Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 16.

SUPPLEMENTO 2.º

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porem sempre de vagar.

A Ochlocracia, molestia, que atacou os Portuguezes em 1808, e que os persegue desde esse tempo até aos nossos dias. — Continuada de f. 671.

5.º Como a Multidão impera, e ella he ignorante, e consequentemente suspeitosa, inconstante, supersticiosa, e governada sempre pelo coração, sem que o entendimento exercite alguma das suas funcções; (1) por isto,

(1) Para se não duvidar de que a Ignorancia seja hum attributo da Multidão, basta reflectir nos difficeis caminhos, que conduzem á Sciencia, e que estes, nem são, nem podem ser trilhados por ella. Por isto diz muito bem Puffendorfio de Jur. Nat. et Gent. Lib. 7. Cap. 2. §. 15, que a approvação da Multidão he com justiça considerada muitas vezes, como huma nota do êrro; accrescentando Barbeirac no N.º 5 ao dicto §. muito respeitaveis authoridades em confirmação da dicta Sentença, a qual he abonada pela experiencia de todos os dias, e pela Historia de todas as Nações, e de todos os Seculos passados:

*

Digitized by Google

em quanto existe a Ochlocracia, em primeiro lugar ha de reinar a desconfiança. Quaesquer palavras, quaesquer factos, quaesquer gestos, e até o silencio serão bas-

---

Odi profanum vulgus et arceo.

Cantava Horacio Carmin. Liv. 2. Od. 1, e não se pode duvidar sobre o seu tacto fino relativamente ao conhecimento dos homens.

He igualmente manifesto que a Ignorancia produz as *Suspeitas*. Quem ignora he semelhante ao que marcha por entre as sombras, e que não vê por onde caminha: teme encontrar precipicios aqui, e alli, e torna-se necessariamente desconfiado, bem como o homem zeloso, que vê todas as infidelidades, que receia, só porque tem os olhos cobertos com a venda do ciume. A luz, que mostra as cousas, como ellas são, he o unico remedio, que convinha a todos estes, mas a ignorancia não a deixa accender.

Daqui resulta tambem a inconstancia propria da *Multidão*, que o mesmo Lyrico exprime quando lhe chama:

Vulgus infidum

Carmin Lib. 1. Od. 35. v. 25. e na Od. 1. v. 5.

....nobilium turba Quiritium

Quem marcha com os olhos vendados ha de encostar-se com demazia já para hum lado, já para o outro, sem que lhe seja possivel seguir fixamente a mesma vereda, e ha de ser facil de ser levado pela mão, para onde o quizerem conduzir. Parecerá pois que n'hum momento quer huma cousa, e no seguinte outra; e destruirá com a mão esquerda, o que pouco antes havia plantado com a direita. A sua falta de vista, que o obriga a vêr sempre com os olhos dos outros, he a causa da sua inconstancia, e d'onde nasce não produzir ella confiança alguma em quem conhece aquelle seu defeito. O bem da humanidade talvez pedisse que estendessemos a este respeito as nossas reflexões. Nos tempos desgraçados, em que he tão productiva a semente das Revoluções summamente damnosas ao genero humano, seria sem dúvida muito util metter aos olhos de todos esta in-

Digitized by Google

tante materia para as *Suspeitas*, e plenissimas provas da existencia dos fantasmas, que ellas originão: todo o máo successo ha de ser attribuido á traição: todo o discurso

---

constancia da Multidão, para assustar os seus perturbadores com os exemplos das victimas, que tem produzido as apotheozes populares. Ellas allucinão huma grande parte dos homens; as primeiras acclamações de huma turba desprezivel, por isso mesmo que he turba, esperanção a cada hum, dos que as conseguem sobre a permanencia d'aquelles cultos, e sobre os proveitos, que delles lhe hão de resultar. Mas como aquelles Sacerdotes são inconstantes nas suas crenças passão facilmente da adoração de huma Divindade para a de outra, sacrificando a primeira quasi sempre aos cultos da segunda. O mais feliz destes popularmente divinizados he aquelle, que vem a ser mais tarde victima da Multidão. Huma Lista d'estas metamorphoses, apresentando sacrificados pelas mãos populares aquelles, que por ellas havião sido coroados pouco antes, seria muito proveitosa para assustar a ambição de outros, que podem ainda ser seduzidos com o encanto das acclamações das turbas, e com as esperanças, de que ellas lhe sejão vantajosas: e este susto, diminuindo o número dos Demagogos, faria diminuir tambem o das agitações populares muito proveitosamente para a humanidade. Mas este Quadro exige hum campo maior, que o de huma Nota; e, se o tempo nos não faltar, nós algum dia o offereceremos ao Publico, como hum remedio proveitoso contra o veneno da Ochlocracia.

A Superstição he tambem sempre filha da Ignorancia,

.... tantum terroribus addit.
Quos timeant non nosse Deos....

Lucan. Phars. Lib. 3. Vers. 416, e 417. Quem conhece as cousas, e a ligação dos successos humanos, achando nella a explicação dos fenomenos, que se apresentão aos seus olhos, não recorre a causas extraordinarias: ignorando porem todas as causas naturaes, que os podem produzir, he inevitavel procurar causas occultas, a que se attribua a

Digitized by Google

asisado sobre os perigos, que se devem temer, e que convem considerar, e prevenir, ha de ser olhado como hum testemunho infallivel da desaffeição á Causa, que se tracta.

---

sua existencia. Eis-aqui porque a Multidão acredita facilmente em bruxas, feiticeiras, encantos, e na magica nos tempos das suas Revoluções em prodigios, em perfidias, e em traições. Ignora, por exemplo, qual he a extensão das forças de huma Nação inimiga, persuade-se por este motivo, de que ella já não tem nem soldados, nem riqueza, nem cousa alguma d'estas, que são indispensaveis para vencer na guerra: e não podendo assim attribuir os seus triunfos á fonte, de que elles emanão, vai buscar huma outra imaginaria, e escondida, e acha-a facilmente na supposição das compras, e das entregas. Se a Multidão conhecesse pois, o que ignora relativamente ás forças da dicta Nação, attribuia-lhes os seus successos, sem que fosse recorrer a prestigios. As Tropas desta Nação fazem hum movimento retrógrado, filho da Arte Militar, para depois obrarem mais vantajosamente: e a Multidão imperita na dicta arte chama áquella operação huma fugida vergonhosa, attribuindo-a ou a milagre, ou a huma declaração de guerra contra a mesma Nação, de que não ha, nem pode haver esperança alguma provavel; ou a outra semelhante causa, sempre tão extraordinaria, e maravilhosa, como a vinda do Senhor Rei D. Sebastião.

A Ignorancia finalmente annulla as operações do entendimento. Ellas consistem todas em perceber objectos, e as suas relações, sendo evidente que, quanto maior he a Ignorancia, menor he o número que ha destas percepções. E o entendimento deshabituado dos exercicios, que lhe são proprios, torna-se por fim até quasi inhabil para todos elles, fazendo-se incapaz de receber modificação alguma, que não seja summamente grosseira, e d'aquellas, que obrão sobre todos os animaes. Por isto ordinariamente sobre a Multidão obrão muito pouco os esforços dirigidos a conduzi-la por meio de argumentos, ainda que estes sejão os mais poderosos para convencer a razão, e produzem grandes effeitos as declamações, dirigidas a mover o coração. No primeiro caso tracta-se de lhe dar impulso com o uso de huma

Digitized by Google

Ha de apparecer o Crime de Lesa Magestade vago, e indeterminado, que possa ser applicado a tudo aquillo, que

---

instrumento, que não convem áquella machina, e no segundo empregar-se outro, que lhe he analogo. A Multidão he toda vontade, ha de ser pois arrastada pelas paixões: he nada entendimento, e será por tanto constantemente rebelde a todos os raciocinios: não hão de ser os Logicos, mas sim os Oradores, que triunfarão d'ella. Na Oratoria as Perorações produzem quasi sempre mais fructo, do que todo o discurso. E porque? Porque ellas não fallão ao entendimento, mas á vontade; não tractão de convencer o espirito, mas de mover o coração; e a maior parte dos ouvintes he a Multidão. A tunica ensanguentada de Cesar apresentada aos olhos dos Romanos, excitando os seus affectos, aproveitou mais a Marco Antonio, do que lhe poderião valer todos os poderosos argumentos da mais exacta Logica, que elle empregasse para os persuadir a vingar o assassinio do Dictador.

Concluiremos esta Nota, ajuntando-lhe duas passagens de hum Politico muito profundo no conhecimento dos homens, da Organisação Social, e da Historia, nas quaes se descreve o natural caracter da Multidão com as mesmas côres, com que a temos pintado, para deduzirmos d'elle as emanações da Ochlocracia. *Admirai comigo....* (diz Mr. L'Abbé de Mably Du cours, e de la marche des passions dans la Societe Tom. 22. das suas Obras pag. 148 Lausanna 1798). *Admirai comigo.... o Auctor da Natureza, que parece ter destinado, ou, para dizer melhor, que realmente destinou estes restos da humanidade para não servirem, se eu me posso explicar assim, senão de lastro ao Navio da Sociedade. Pelo peso d'alma, que lhes embaraça o pensar, e por esta immobilidade, que d'ahi resulta, elles são proprios para resistir aos accidentes extraordinarios, e imprevistos, que poderião perturbar a ordem adoptada, e desarranjar o habito dos costumes públicos. Com effeito: se esta populaça se tira alguma vez da sua situação natural pelo fogo subito, e violento de alguma paixão, que a extravagancia da fortuna faz nascer, e que Leis demasiadamente grosseiras não podérão prevenir, vós observareis constantemente em todos os Historiadores, cuidadosos de pintar o*

Digitized by Google

se quizer; serão favorecidas as Denuncias até com a fatal promessa do segredo; renascerão os procedimentos crimi-

---

coração humano, que ella se cança muito depressa do esforço, que fez, para se separar dos seus habitos. A sua imaginação não lhe apresenta, senão pensamentos torcidos, desligados, perturbados, e confusos: ella esquece-se do motivo, por que entrou em cólera, accusa-se logo de imprudencia, e de temeridade, e torna a cahir pelo peso da sua ignorancia na sua rotina costumada, e que se lhe torna mais amavel pela mesma experiencia, que ella fez da sua loucura. E a pag. 189 *diz o mesmo Escriptor = O seu orgulho acompanhado de huma ignorancia, e de huma presumpção, que a Multidão he incapaz até de suspeitar, faz com que ella não ponha limite algum, nem ao seu despotismo, nem aos pavôres, e ás esperanças, que alternativamente a agitão, e que lhe persuadem constantemente que ella sempre tem razão. O mar (diz Cicero) não he nem mais tempestuoso, nem mais inconstante, do que os nossos Comicios. Tudo se altera muitas vezes em o espaço de hum dia, e de huma noite. Huma palavra, que escapou, basta para fazer com que os espiritos tomem huma nova disposição, e experimenta-se huma Revolução, de que he impossivel descobrir a causa. Se tal era o capricho das paixões nas Assembléas de huma Republica, aonde o Povo era conduzido pelo espirito Nacional o mais generoso, e era illustrado pelas luzes, e prudencia do Senado, e dos Magistrados os mais sabios, depois dos de Lacedemonia, não temereis vós pela sorte de huma Democracia tal, qual fôra estabelecida em Athenas pelas Leis de Solon? Em hum semelhante Governo está-se muito mais sujeito, do que em qualquer outro, a obedecer aos acontecimentos, que são obra da fortuna. E porque? Porque o Povo incapaz de pensar, e ainda mais de combinar differentes idéas entre si, sempre timido, ou temerario fora de proposito, se abandona assim nas desgraças, como nas prosperidades, já a hum atrevido, e falto de luzes, já a hum Cidadão timido, cuja incerteza, e irresolução arremeda a prudencia, e muitas vezes a hum intrigante ambicioso, que quer aproveitar-se dos vicios do Governo para estabelecer o seu crédito, e a sua fortuna.*

Digitized by Google

naes arbitrarios, e todos os outros inseparaveis socios dos Governos *Suspeitosos*. Em segundo lugar: ha de estar o Publico sempre em huma contínua oscilação sobre a sorte do Estado, passando de huma extremosa segurança a hum excessivo pavôr: ha de vêr-se muitas vezes em hum dia apregoado, como Heróe, quem no outro dia ha de ser assassinado por traidor. Em terceiro lugar: tudo será explicado por causas extraordinarias: serão milagres todos os acontecimentos uteis: serão filhas da infidelidade, e da perfidia todas as desgraças; ainda quando existão muito visiveis causas naturaes, de que nasça qualquer acontecimento, elle não se lhes ha de attribuir, e sempre ha de ser o resultado de huma causa, que se não veja. Não crêr no que toca nos sentidos, e acreditar somente o que produz a imaginação, eis-aqui o criterio da verdade, que ha de ser adoptado. Em quarto lugar: tudo o que se quizer, que aconteça, he o que se ha de acreditar como acontecido, sejão quaes forem os testemunhos, que o abonem: tudo o que se desejar que não exista será desacreditado, como não existente, sejão quaes forem os testemunhos, que deponhão em contrario. Quando algum acredita, ha de julgar-se que elle deseja; e, quando não acredita, ha de ser isso hum argumento seguro de que não deseja. O entendimento será huma faculdade, com que se não conte, attribuindo-se tudo á vontade até o entender, e o acreditar. E d'esta nullidade do entendimento, e predominio da vontade sobre a Multidão resulta igualmente que as deliberações, e as medidas, que se tomarem, hão de ser consideradas somente por hum dos seus lados, sem se attender nem á existencia dos meios necessarios para a sua execução, nem aos inconvenientes, e aos prejuizos, que d'ellas se hão de seguir, nascendo d'aqui decretarem-se humas cousas, que são inexequiveis por falta de meios, e outras, que fazem mais damno do que proveito ao mesmo fim, a que são destinadas. Nos Conselhos, em que entra a razão, e a vontade, não se resolve cegamente segundo os impulsos d'esta: depois de constar o que se quer, examina-se tambem aquillo, que se pode, e só se decreta aquillo, que he possivel executar fysica, e moralmente; mas quando nelles entra somente a vontade não importa cousa alguma mais alem d'aquillo, que se quer. Ora: a

Digitized by Google

Multidão, segundo temos dito, delibera sempre em Conselhos, em que predomina a vontade, e de que o entendimento he inteiramente excluido.

6.° O Espirito de vingança he tambem dominante na Multidão, e por isso elle apparece sempre, como huma necessaria emanação da Ochlocracia, devendo-lhe a sua origem estas crueis atrocidades, que se praticão no meio da Dominação Popular, e que são exercitadas humas vezes contra os mesmos Concidadãos, e outras contra os inimigos. Nós já observámos n'outro lugar que, sendo a Multidão a parte menos civilisada da Sociedade Civil, havia de ser necessariamente aquella, que nos seus costumes, e propensões se assemelhasse mais aos Povos Selvagens, que tambem estavão ainda por civilisar. = *O interesse*, diz Mr. Robertson (1) *não he, nem a mais frequente, nem a mais poderosa causa das hostilidades continuas, que subsistem entre os Selvagens. A principal causa deve procurar-se nesta paixão de vingança, que abraza o coração dos Selvagens com tanta violencia, que a necessidade de a satisfazer talvez pode ser olhada como o caracter distinctivo dos homens no estado anterior ao da sua civilisação.* Este pois ha de ser tambem o caracter distinctivo da Multidão, que he huma Classe já existente no estado da vida Civil, mas ainda muito pouco adiantada na civilisação. E passando o mesmo Escriptor no dicto lugar a considerar os motivos, que podem fortificar tanto esta paixão entre os Selvagens, acrescenta = *Quando se deixa a cada individuo o direito de vingar as suas injurias com as suas proprias mãos, toda a offensa he resentida com huma extrema vivacidade; e a vingança he exercitada com huma animosidade implacavel.* Eis-aqui pois os mesmos motivos, que fortificão o Espirito de vingança nos momentos, em que reina a Ochlocracia. Como a vontade individual he então substituida á vontade geral, cada Cidadão, ou cada fracção de Cidadãos se julga com a authoridade de vingar as suas injurias com as suas proprias mãos.

Em consequencia d'isto hão de apparecer os *mais san-*

(1) Histoire de L'Amerique. Liv. 4 pag. 292 Edit. Amsterd. 1779.

Digitized by Google

guinarios Juizes, e procedimentos criminaes, mesmo ostensivelmente dirigidos ao unico fim da vingança, e sem que ao menos se tracte de disfarçar este seu espirito, totalmente contradictorio com o da Justiça (1): ha de vêr-se publicamente louvada a vingança, como se fosse huma virtude Civil, e até Christã: hão de exhortar-se os Cidadãos a pratica-la, e elles mesmo a exercitarão muitas vezes com as suas mãos, comettendo as majs horriveis crueldades, que chegarão a ser quasi geralmente honradas, ou pelo menos olhadas com indifferença, e desculpadas.

Mas aonde o dicto espirito de vingança se ha de manifestar ainda mais, será sem dúvida na maneira de proceder na guerra: ella ha de ser despida de todas estas regras de humanidade, com que o Direito das Gentes a tem adoçado entre os Povos Civilisados, e ha de ser amoldada aos usos dos Selvagens: e isto pelo mesmo motivo de predominar a Multidão, e viver ella muito atrazada ainda na Civilisação. Trasladaremos aqui o Quadro da Guerra entre as Tribus dos Certões da America ao tempo da sua descoberta, tal qual he traçado pelo dicto Mr. Robertson no mesmo lugar, para que elle se possa comparar com as guerras

---

(1) «... *Nem a vingança, nem a expiação do Crime pode ser objecto das penas*, diz o Cavalleiro Filangieri, la Scienco de la Legisl. Liv. 4, Cap. 3. *A vingança he huma paixão, e as Leis são isentas d'ellas. A Justiça não se parece com estas Divindades, a quem os homens crueis sacrificão victimas humanas para apasiguar o seu furôr. As Leis quando castigão tem diante dos olhos não o culpado, mas a Sociedade; ellas são excitadas pelo interesse Publico, e não por huma raiva pessoal, e procurão hum exemplo para o futuro, è não huma vingança pelo passado.* E Hobbes, de Civ. Cap. 3, §. 11 diz no mesmo sentido *que a vingança, olhando só para o passado, he unicamente hum vão triunfo, e huma falsa gloria, que não tem fim, e que por consequencia he contraria á razão.* E he com o mesmo espirito que Seneca de Ira Lib. 1, Cap. 16 deixou escripto — *Nemo, ut Plato ait, nemo prudens punit, quia peccatum est, sed ne peccetur.*

**

Digitized by Google

d'aquelles Estados, em que por algum período de tempo domina a Ochlocracia.

As Nações Selvagens, (diz elle) *são dirigidas nas suas Guerras Publicas pelas mesmas idéas, e animadas pelo mesmo espirito, que as impelle na persuasão das suas vinganças particulares.... Nestes termos a guerra, que entre as grandes Nações se faz com pouca animosidade, he feita entre as pequenas Tribus com toda a violencia de huma rixa particular. O resentimento destas Nações he tão implacavel, como o dos individuos.... Quando as Nações polidas tem obtido a honra da victoria, ou hum augmento do territorio, podem terminar gloriosamente huma guerra: mas os Selvagens não ficão satisfeitos, senão depois de terem exterminado a Tribu, que era objecto da sua raiva. Elles combatem, não para conquistar, mas para destruir.... O desejo de vingança he o primeiro, e quasi o unico principio, que hum Selvagem tracta de gravar na alma dos seus filhos. Este sentimento crésce com elles, á proporção que se augmenta a sua idade; e como a sua attenção só tem hum pequeno número de objectos, a que seja dirigida, ella adquire hum grão de força, que se não conhece entre os homens, cujas paixões são dissipadas, e enfraquecidas pela variedade dos seus gostos, e das suas occupações.* (1) *Este desejo de vingança, que domina o coração dos Selvagens, parece-se mais com o furor, e instincto dos animaes do que com huma paixão humana.... A respeito dos seus inimigos a vingança he acompanhada de huma illimitada raiva. O homem dominado por esta paixão vem a ser o mais cruel de*

(1) Eis-aqui huma circumstancia muito digna de observar. A Multidão parece-se com os Selvagens pela sua falta de Civilisação em quanto ao espirito de vingança; mas como já vive na Sociedade, cercada de maior variedade de gostos, e de mais occupações do que os Selvagens, aquella affecção não tem nella tanta força, e tanta permanencia como entre estes, e consequentemente ella não subministra relativamente aos inimigos o mesmo vigôr, e as mesmas vantagens, que dava aos Selvagens, sendo na Multidão a vingança até destituida desta qualidade, que de alguma sorte a fazia util áquelles.

Digitized by Google

todos os animaes: elle não sabe nem condoer-se, nem perdoar, nem disfarçar.

A violencia desta paixão he tão conhecida dos mesmos Americanos, que he d'ella, que elles se servem sempre para excitar os Povos a armarem-se.... Elles recorrem somente ás emboscadas, e aos estratagemas. Não põem a sua gloria em atacar o inimigo em frente, e com a força descoberta. Surprende-lo, e destrui-lo, eis-aqui o maior merecimento de hum Chefe, e a maior gloria dos seus guerreiros.

Até aqui o Illustre Historiador da America: nós não duvidâmos de accrescentar que a guerra dirigida pela Multidão necessariamente se ha de parecer muito com este Quadro, e que, em quanto existirem alguns restos da Ochlocracia, hão de tambem sempre deixar-se vêr na guerra algumas sombras destes costumes Selvagens.

7.° Nada porem he tão capaz de manifestar a existencia da Ochlocracia, como he; por huma parte a maneira, por que se falla á Multidão, ainda mesmo em nome d'aquelles, que parecem governa-la: e pela outra a nenhuma consideração guardada para com as outras Classes superiores da Sociedade. Quem está á testa da Publica Administração nos momentos, em que domina a Ochlocracia, como que se conhece inferior á Multidão, por isso espreita a vontade do Povo para a lisongear; e, quando apparece alguma vez a corrigi-lo, he sempre com hum tom humilde, como quem supplica, e sem manifestar esta superioridade, que dá o Imperio. Ainda quando tem a reprehender faltas gravissimas, sempre o faz de maneira, que parece desculpa-las, denominando-as v. g. *excessos de zelo*, para lhe dar assim como huma origem virtuosa. Quem não vê que hum semelhante comportamento he aquelle, com que hum Criado zeloso procura desviar o Amo, a quem serve, dos precipicios, a que elle se entregava? Quem não conhecerá que este modo de tractar he só proprio dos inferiores para com os seus superiores? Todos os outros Cidadãos espreitão da mesma sorte o espirito do Povo, para se amoldarem com elle, fallando sempre a linguagem, que lhe agrada, e todos elles dão nisso mesmo hum testemunho de reconhecerem a Publica Authoridade nas mãos da Multidão.

Digitized by Google

E pela outra parte ha de faltar-se a toda a consideração devida pelas Leis, e pelos costumes para com as Classes mais distinctas da Sociedade, porque essas distincções offendem a Multidão, e desapparecem sempre que ella domina. Os privilegios do Corpo Ecclesiastico, da Nobreza, dos Magistrados, dos Militares, dos homens de Letras, em huma palavra, de todas as Classes mais qualificadas, serão inteiramente desprezados, e nem haverá constancia para os allegar, nem serão attendidos, ainda que se alleguem. E porque? Porque impera a Multidão, que, desejando nivelar-se com as Ordens Superiores da Sociedade, procura constantemente o aboli-los para os igualar a si; por cujo motivo todos os Demagogos, que quizerem agradar-lhe, seguirão o caminho de cortar pelos direitos, e pelos privilegios das primeiras Classes, augmentando ao mesmo tempo os do Povo. Seja pois qual for apparentemente o Governo do Estado, quando elle falta á contemplação, que Leis, e costumes decretavão a favor das primeiras Ordens da Nação, não se pode dirigir a outros fins, que *não* sejão o Democratisa-la, e o lisongear a Populaça; e, *se os* não tem em vista, então obra á tôa, e sem saber o que faz. Semelhante igualdade, e nivelação de direitos, e de consideracões no meio da Sociedade civil, não foi nunca promovida, por quem procurava sustentar huma Monarchia, porque he certamente derrubar o Throno, destruir os degráos, que medêão entre elle, e o pavimento.

8.° Finalmente: Como, dominando a Ochlocracia, a vontade, e a força individual substitue a vontade, e a força geral; e hum Cidadão, ou huma fracção de Cidadãos não pode com a sua força individual coagir todos os outros membros da Sociedade, por isso os tumultos, e as agitações populares acompanhão sempre o Estado enfermo com aquella molestia. Elles são os unicos meios, por que huma pequena força social pode figurar, como huma grande força, segundo he preciso para produzir o mesmo effeito, que convem á força geral.

Estes caracteres da Ochlocracia poderião verificar-se pela Historia das Nações antigas, e modernas, que forão atacadas por algum tempo d'aquella enfermidade Politica. Mas a necessidade, em que nos achâmos de limitar as nos-

Digitized by Google

sas idêas a esse respeito, para terminarmos este Jornal na forma indicada no Numero antecedente, não nos permitte entrar agora neste assumpto: contentando-nos com o referir somente a authoridade e testemunho de Aristoteles na sua Politica, quando examinando as diversas especies de Revoluções tracta d'aquellas, que fazem a Democracia, e que são por tanto Ochlocraticas.

Correi (diz elle, Polit. L. 5, C. 5) *a sua historia; ella he quasi sempre a mesma em toda a parte. Em humas os Demagogos vexão os ricos para fazerem liberalidades á Multidão, propõem Leis agrarias, e levantão Contribuições para indemnisar a classe do Povo, occupada do Governo: em outras são os mesmos homens, que debaixo de falsos pretextos accusão a classe dos ricos, a fim de confiscarem seus bens..... Os Oradores vem a ser os Conductores do Povo ..... Todos, para ganharem a sua confiança, empregão os mesmos meios, a declaração de guerra ás riquezas. Entre os Membros do Governo havia alguns, que se fazião verdadeiros Demagogos para com a Multidão ..... Elles a lisongeavão baixamente porque ella dominava nas Eleições. A independencia, e preponderancia Politica da Multidão, eis-aqui os caracteres da Democracia:* (continua o mesmo Aristoteles no C. 9.°) *He bem verdade que os direitos de todos ahi parecem iguaes, mas esta igualdade não he outra cousa mais que a vontade do maior numero, a qual dicta sempre a Lei.*

Como porem os Demagogos, carecendo do auxilio da Multidão para marcharem nas suas emprezas Ochlocraticas, costumão illudi-la, lisongeando o seu amor proprio com o prestigio das tres falsissimas proposições Democraticas que referimos a Folhas 671 a saber: 1.° *Que as guerras dos Povos são muito mais formidaveis, que a guerra dos Reis:* 2.° *Que huma Nação levantada em massa he invencivel:* 3.° *Que nenhum Povo he escravo, quando quer ser livre*, concluirêmos este nosso Tractado com a analyse destas tres proposições, que sempre a Ochlocracia leva nas suas bandeiras, parecendo-nos que demonstrar a sua falsidade será hum meio poderoso para desviar, ou inutilisar as Crises Ochlocraticas apoiadas sempre na propagação, e na crença d'aquelles erros.

Digitized by Google

Em quanto ao 1.° basta hum leve conhecimento da Historia, e alguma reflexão para se conhecer a ligeireza, com que no meio do exaltado espirito Democratico se proferio esta proposição pela primeira vez, e tem sido depois repetida por esta maxima parte dos homens destinados unicamente para serem o éco dos outros. Quaes forão os dias Militares mais brilhantes para Roma, e Carthago, estas duas maiores Republicas, que o Mundo vio, e que por isso nos podem servir melhor do que algum outro Estado, para calcular a força das Guerras das Nações, comparadas com as Guerras dos Reis? Esses seus dias Militares mais brilhantes forão os das E'pocas, em que ellas se governavão Monarchicamente. Hannon, Hamilcar, Asdrubal, erão como Generaes, verdadeiros Monarchas de Carthago; e forão o mesmo em Roma, ou tivessem, ou não o nome de Dictador, os Camillos, os Fabios, os Flaminios, os Scipiões, os Metellos, os Paulos Emilios, os Marios, os Pompêos, os Cesares, e os Augustos. Elles reunirão nas suas pessoas todo o Poder do Estado, ou pelas suas virtudes, ou pela usurpação, e sempre por hum merecimento pessoal, que os fazia decididamente superiores aos outros seus Concidadãos. Pode dizer-se o mesmo da moderna Republica Franceza: a sua Força Militar nunca sobresahio tanto como nos tempos, em que ella teve hum Governo Dictatorio tal, qual foi o de Robspierre (Veja-se a Not. f. 648), e naquelles, que se seguirão ao Consulado, pelo qual se regenerou o Governo Monarchico.

Como apparecêo esta superioridade das Guerras das Nações nas Republicas das duas Grecias, e da Asia-menor, que não poderão conservar a sua existencia, senão por poucos seculos, e que forão depois conquistadas pelos Monarchas da pequena Macedonia? Entretanto a China, o Indostan, a Persia, a Turquia, a Russia, a Alemanha, a França, a Hespanha, a Suecia, a Dinamarca governadas Monarchicamente desde que se conhecem, tem conservado a sua existencia Politica por muito mais dilatado espaço de tempo, apezar do grande número das suas Revoluções intestinas. Qual das Republicas modernas da Europa teria tido cem annos de existencia pela sua propria força militar? Qual não teria acabado muito mais cedo, se o ciume dos seus

Digitized by Google

visinhos, e a Politica da Europa lhes não tivesse garantido a existencia, para que o seu territorio não fosse engrandecer algum outro Estado? Porque razão, apezar dessa decantada superioridade militar das Guerras das Nações, comparadas com as dos Reis, se não conservárão as Republicas Cisalpina, Transalpina, e Helvetica, plantadas com tanto enthusiasmo dos Povos? Porque razão deixárão todas ellas de existir, logo que assim o quiz a França já Monarchica? Consulte-se a experiencia, e a Historia de todos os Estados, e ha de reconhecer-se infallivelmente que as Monarchias são muito mais proprias para atacar, e para se defender, do que os Governos Republicanos: que as Guerras dos Reis são as que apresentárão sempre maiores resultados.

E se quando se engrandecem as Guerras das Nações se considerão aquelles infelizes tempos, em que cada hum dos Cidadãos obra individualmente contra os Inimigos, como se a cada hum delles considerado singularmente pertencesse *o direito da Guerra*, aquelles infelizes tempos, em que cada hum dos Cidadãos arroga a faculdade de os hostilisar quando, e pelo modo, que lhes agrada, ellas não farão nunca vêr operações, que ostentem força, porque necessariamente lhes ha de faltar a unidade, e porque a experiencia ensina que assim no Mundo Phisico, como no Mundo Moral somente a união das forças, obrando homogeneamente, he que produz as grandes forças, não podendo ellas, empregadas segregadamente, apresentar jámais hum resultado igual ao outro, que produzirião, se obrassem juntas. Se em alguma causa he preciso hum Chefe, e com Poder illimitado, he quando se tracta de dirigir a Guerra, porque ella exige huma severissima disciplina, e a mais exacta obediencia dos Soldados, e de todos aquelles, que lhes hão de fazer executar as Ordens do General; e, ainda que a manutenção destas circumstancias nutra o Despotismo, elle he então menos perigoso do que a licença Ochlocratica, que, para me explicar assim, concede a cada hum dos Militares o direito de examinar a Conducta, e as Ordens dos seus Superiores. Ainda quando o successo era feliz, os Generaes Romanos castigavão com a morte dos proprios filhos a liberdade, que elles se tinhão arrogado de pelêjar, sem serem mandados pelos Chefes: elles co-

Digitized by Google

nhecião que não podia haver huma victoria tão interessante, que compensasse a ruina da disciplina Militar, e seguindo constantemente este principio he que elles poderão subjugar quasi todas as outras Nações conhecidas no seu tempo, estabelecendo o maior Imperio, que não houve dos os Seculos.

E se isto he assim, que consideração Militar se pode attribuir ás Guerras dos Povos, em que cada hum dos particulares usa do direito de obrar contra o Inimigo pelo seu individuo conselho, e deliberação? Ainda quando todos elles sejão animados da maior coragem, está ha de ceder á disciplina, porque o valor, não sendo governado, só produz desordem, e se a impetuosidade aproveita alguma vez, ella he desarranjada, apenas encontra resistencia, e sendo repellida, desapparece logo, e he substituida pelo panico. O habito Militar he, que ensina ao Soldado a firmeza, e a reunião depois do desastre, e o sentimento, que ensina ao homem de olhar com sangue frio para os perigos. E quando na Guerra se emprega somente o valor, não serve muitas vezes sem utilidade alguma; ao mesmo tempo que o Guerreiro disciplinado não offerece nunca a sua vida á Patria, sem proveito della. São pois os Exercitos, os Corpos regulares da Tropa, os que fazem a Guerra com vantagem; e, sendo elles, os que obrão nas Guerras dos Reis, he preciso fechar os olhos a razão, e á experiencia para lhes preferir as Guerras dos Povos no sentido, em que proximamente as temos considerado.

Esta idéa de fazer cada hum dos particulares ao Inimigo todo o mal, que pode, regulando-se para esse fim inteiramente pelo seu arbitrio singular, esta idéa he mui propria do Povo, o qual nem conhece a differença, que ha entre huma bulha, e huma Guerra, nem sabe reunir-se, mesmo nas bulhas, tres, ou quatro homens combinados e instruidos no jogo das Armas, de que usão, obrigão a fugir diante da sua disciplina o duplo do seu numero. O Povo quasi em toda a parte está muito visinho ainda do estado Selvagem, se exceptuarmos o exercicio das profissões, de que cada hum usa. *Excitados por estas exhortações*, diz Mr. Robertson Histoire de l'Amerique Liv. 4. pag. 296. Edit. Amsterd. 1779. *excitados por estas exhortações*

tações, os Selvagens mais robustos lanção mão das suas armas, transportão-se de furor.... Guerreiros particulares juntão muitas vezes pequenas tropas, e vão atacar huma Tribu inimiga, sem consultar os Chefes da povoação. Hum unico Guerreiro por hum movimento ou de capricho, ou de vingança, se põe muitas vezes em campo só, e caminha muitos centos de milhas para surprender, e matar alguns inimigos. As façanhas de hum Guerreiro nestas excursões solitarias fazem muitas vezes a parte principal da Historia de huma Campanha Americana; e os Chefes tolerão estes rasgos irregulares de coragem, porque elles tendem a sustentar o espirito Marcial, e acostumão o Povo á audacia, e ao perigo. Mas quando se excita huma Guerra Nacional emprendida por Authoridade Publica, delibera-se a respeito d'ella regular, e lentamente. Os mais velhos se ajuntão, expõem as suas opiniões em discursos solemnes, pesão maduramente a natureza da empreza, e discutem as suas vantagens, e desvantagens com muita prudencia, e sagacidade Politica.... Se a decisão he pela Guerra, ella he preparada com muita ceremonia. Apresenta-se hum Chefe para dirigir a expedição, e elle he acceitado.

Assim exprime o dicto illustre Escriptor qual era a maneira de proceder na Guerra contra os Selvagens da America; e se ella se comparar com os feitos bellicos dos Povos mesmo civilisados, quando a Ochlocracia os affecta, e os domina, ha de achar-se huma perfeita uniformidade no comportamento de huns, e de outros. Hão de vêr-se honradas as excursões dos particulares sobre os inimigos, confiar muito nestes esforços singulares, e serem elles olhados com enthusiasmo, e animados pelo Publico, e mesmo por aquelles, que dirigem as rédeas do Estado. E, por mais extraordinario que isto pareça, nenhuma admiração causará aos que reflectirem que nessas crises dominava a Multidão, porque quanto aos conhecimentos do que convem, ou não convem na Guerra, a sua civilisação he quasi igual á dos Selvagens.

E nem se diga que, preferindo-se as Guerras das Nações ás Guerras dos Reis, se queria inculcar a influencia do espirito Publico, quando elle vai de acôrdo com as Operações do Governo, porque a proposição, que analysâmos,

***

Digitized by Google

nem mesmo entendida neste sentido se torna mais toleravel, ou menos absurda; para não ser assim, era preciso que o espirito Publico nunca fosse de acôrdo com as Guerras dos Reis, e fosse sempre de acôrdo com as Guerras dos Povos, ou, pelo menos, que fosse mais vezes de acôrdo com estas, do que com aquellas; e as seguintes reflexões mostrão que semelhantes hypotheses são inadmissiveis. Os Francezes entrão na Hespanha, e em Portugal, e tirão os Povos d'estas duas Nações, os quaes tomão as armas para repellir a sua Dominação. Eis-aqui huma Guerra dos Povos, de que se annuncião, e de que se esperão grandes resultados, porque ella vai de acôrdo com o espirito Publico. Mas se nessas mesmas circumstancias cada hum d'estes Estados tivesse hum Rei, que rompesse na Guerra contra a França pelo mesmo motivo, não iria tambem, e do mesmo modo o espirito Publico conforme com essas Guerras dos Reis? A rivalidade, que em tempos antigos subsistia entre os Hespanhoes, e Portuguezes, não fez com que o espirito Publico fosse sempre de acôrdo com as Guerras dos Monarchas de Portugal contra os Monarchas de Hespanha! Logo: o acôrdo entre o espirito Publico, e a Guerra não vem de ella ser proclamada pelos Reis, ou pelos Povos, mas da causa, que a produz, e do fim, a que se dirige.

E que cousa he o espirito Publico? He o resultado, ou a somma do espirito dos Particulares, que compõem a Nação, e consequentemente a influencia do espirito Publico na Guerra quer dizer o mesmo, que a influencia da vontade, com que os cidadãos individualmente considerados entrão, ou não entrão na Guerra: e attribuem-se grandes resultados ao dicto espirito Publico, quando elle vai de acôrdo com a Guerra, porque parece que, existindo elle, todos os grandes sacrificios, que então são necessarios da parte dos dictos Cidadãos se hão de facilitar muito, visto que, querendo elles o fim, hão de prestar-se necessariamente a fornecer os meios; mas a experiencia de todos os dias mostra a illusão destas esperanças. Quando se tracta de collecções de homens, quererem elles certos fins não he argumento infallivel de haverem de empregar individualmente todos os meios, que estão em seu poder para estes se obterem. Cada hum deseja o fim, mas tambem deseja em-

pregar para o conseguir o menor preço, que lhe fôr possivel. Quando o Navio no mêio da tempestade precisa de alijar huma parte da carga para evitar o naufragio, todos os passageiros desejão o alijamento, mas cada hum procura evitar que a sua carregação seja a alijada. Cada hum quer que se evite o naufragio, mas estima ainda mais isso, se elle se evitar á custa dos outros. Succede por tanto que cada hum toma sobre si o menos, que pode, se isto depende só do seu arbitrio, e que a somma das forças empregadas não he igual á somma das vontades. Eis-aqui a analyse do natural caracter dos homens, a qual desvanece a illusão, que promettia hum grande, e espontaneo emprego das forças individuaes dos Cidadãos a proveito da Guerra, que tinha por si o espirito Publico.

Fallando por tanto geralmente, o dicto espirito Publico quando se tracta de colleções d'homens, e do emprego do seu trabalho, ou dos seus cabedaes produz somente vontades inertes, e he unicamente dado á força dos Governos o produzir nas dictas circumstancias vontades activas. Toda huma Nação grita que he necessario exterminar os seus Invasores, que não pode haver mal superior á sua Dominação: mas tractando-se de subministrar para isto trabalho, e cabedaes, custa a fazer os Recrutamentos, e a conseguir os Subsidios, e não he porque não queirão todos o fim, mas sim por que deseja cada hum conseguil-o com a sua menor despeza; e o proprio interesse, de que parte este sentimento, persuade tambem a cada hum que a falta ou a diminuição do seu concurso não ha de obstar, a que se consiga o resultado, que entra nos desejos de todos. Se os Governos descançarem na espontanea acção dos cidadãos, hão de achar-se sem Exercitos, e sem Erarios. E se concorre algumas vezes espontaneamente grande número de pessoas para o Serviço Militar he, ou porque elle lhe offerece melhor subsistencia, do que lhe daria outro algum exercicio, ou porque essa vida lhe promette a licencia, e mais occasiões de satisfazer as suas paixões; e por isso, apenas se tractar de diminuir estas vantagens, v. g., fazendo huma reducção do Soldo, pelo pedirem assim as públicas necessidades, ou cohibindo a licencia pelo pedir a disciplina; estes arbitrios hão de excitar murmurações, e

Digitized by Google

queixas nos Exercitos, e muitas vezes a deserção dos Soldados. E não deixarão de ser fundadas estas nossas reflexões em razão do exemplo de hum, ou de outro, que pelo seu particular caracter espontaneamente empreguem tudo quanto tem, e tudo quanto pode a bem da Causa, porque se decide a sua vontade collectivamente com as dos mais: em todos os ramos apparecem enthusiastas, mas porque elles são raros fazem a excepção da regra, e ha de errar sempre nos seus calculos, quem os fizer considerando a todos os agentes de qualquer empreza, como se fossem enthusiastas.

E vem a ser a conclusão de tudo quanto temos dito que isso, que se diz nos momentos da Ochloeracia, em honra das Guerras das Nações, sendo bem analysado não significa huma outra cousa, senão que a Multidão de quem domina, e que ou o seu orgulho lhe atribue aquella gloria, ou os seus aduladores espalhão aquelle preiuizo, para a lisongear.

Em quanto á 2.ª relativa aos Levantamentos ou Armamentos das Nações em massa, trasladaremos o que a esse respeito escrevem dous illustres Politicos, o Barão de Bielfeld, e Mr. Robertson. O primeiro (Instit. Politiq. P. 1. Chap. 16 §. 9) escreve o seguinte: *Em quanto a Politica marcha ás apalpadellas, e que se adoptão maximas, cuja solidez não foi ainda confirmada pela experiencia, acontece tomarem-se arbitrios, que allucinão o Vulgo, e que elle olha como vantajosos, sendo realmente prejudiciaes ao Estado. Podem considerar-se desta natureza as convocações dos que tem fundos com obrigação de servir o Rei na Guerra, as Companhias dos Cidadãos, os Mineiros e Caçadores arregimentados, o estabelecimento d'huma Cavallaria Miliciana, que muitas vezes se tem proposto, e se pertendêo formar, composta dos Cocheiros dos particulares, dos Arreeiros, dos Aldeãos, etc.; a quem se devem fornecer armas, e uniformes para cada um se ajuntar montado no seu Cavallo n'hum lugar determinado, quando chega o momento d'algum perigo. Todas estas especies d'invenções são illusorias; semelhantes Milicias não de fazer sempre huma opposição lamentavel na presença d'hum inimigo aguerrido, como são nos nossos dias as Tropas*

Digitized by Google

regulares das principaes Potencias da Europa. E o máo ha, que ordinariamente no Gabinete se põe alguma confiança em semelhantes medidas. O Inimigo apparece, os Cidadãos armados, etc., sahem-lhe ao encontro, são derrotados, e o Estado perde excellentes vassallos sem utilidade alguma.

E Mr. Robertson na sua Introducção á Historia de Carlos V, Secç. 2.ª escreve no mesmo sentido: = *A Milicia feudal composta dos vassallos, de que os nobres se farião acompanhar, não podia ser comparavel á hum Corpo de Soldados constantemente exercitados na guerra; ella perdeo insensivelmente a sua reputação, e passou-se logo a calcular, somente a força dos exercitos pelo numero das Tropas regulares, de que se compunhão. Em menos de hum Seculo, os Nobres, e os Militares, que os seguirão, ainda que sejão chamados algumas vezes para a guerra, segundo as antigas formulas, começárão a ser considerados como huma Multidão estorvadôra das Tropas, que servião em elle, e forão olhados com desprezo pelos Soldados acostumados aos detalhes peniveis, e constantes de huma disciplina regular.*

E mais abaixo continúa = *Hum Corpo consideravel de Tropas regulares sustentado em França .... dêo a esta Potencia huma vantagem tão sensivel sobre os seus visinhos, assim para o ataque, como para a defeza, que elles forão obrigados a imitar o seu exemplo por interesse da sua propria conservação .... Por muito tempo foi o objecto principal da Politica dos Principes, e dos Ministros, augmentar o numero destas Tropas, e desacreditar, e anniquilar mesmo todos os outros meios de actividade, e de defeza Nacional.* =

Eis-aqui experiencias já feitas, e julgadas sobre essa Milicia popular, e sobre esses armamentos em massa, quando tem de combater com Tropas regulares: e a Historia de Napoles na primeira invasão dos Francezes no curso da sua Revolução ensinou o mesmo, bem como os desgraçados successos do Porto na invasão do Marechal Soult. Os Portuguezes cobrirão-se de immortal gloria pelos seus feitos Militares na Guerra Peninsular, e na da sua Patria, em quanto sujeitos á disciplina Militar, e combatendo em Corpos de

Digitized by Google

Tropa regular. Mostrárão então o que tinhão sido *sempre* com as armas na mão; mas em quanto armados popularmente, e em massa, derão ao mundo huma nova lição do pouco, que valião suas forças empregadas por esse modo, verificando a antiga Sentença de Vegecio = *Imperatori minime fidendum in populo, ad defensionem semper inepto, ad cædem autem prompto.* =

Em quanto á 3.ª, ella he empregada sempre para allucinar os Povos, que se querem conduzir a quaesquer empreзas tendentes a alterar o seu estado actual politico. A natural repugnancia dos homens para a escravidão ensinou que, inculcar-lhes qualquer empenho como dirigido á recobras a sua Liberdade, era hum seguro meio para conduzilos a sustentalo. Depois disto, sendo a idéa da Liberdade summamente vaga, o uso d'aquelle meio podia servir para capa de todos os projectos. Na Revolução do Barbante de 1790 os Democratas dizião que a bem da Liberdade promptihão dissolver todas as Authoridades, e convocar a Nação para dar a si huma Constituição: e os Aristocratas, inculcando dirigir-se igualmente á defeza da mesma Liberdade, procuravão por todos os modos impedir aquelles arbitrios. Robespierre exercitando as suas crueldades proclamava que as empregava em beneficio da Liberdade do Povo: e Buonaparte estabelecendo o Consulado, e depois o Imperio na França protestava servir tambem á Liberdade do Povo. Em huma palavra não ha projecto Politico, que se não tenha coberto, e que se não possa cobrir com aquelle sobscripto. Eis-aqui pois o motivo, que obriga a falar na defeza da Liberdade do Povo em todas as occasiões, que o querem fazer entrar em algum trabalho: elle he inculcado sempre como em seu beneficio.

Mas não bastava isto para attrahir a Multidão, era necessario persuadir-lhe ao mesmo tempo que ella tinha os meios necessarios para conseguir, o que se propunha; e como ella he inteiramente incapaz dos miudos detalhes da analyse, e he facil de ser enganada com palavras, muito mais quando estas lisongêão o seu poder, lembra obviamente allucina-la com esta Sentença de que *nenhum Povo deixou de ser livre, logo que elle quiz conseguir a Liberdade.*

Digitized by Google

Ella porem he tão illusoria, e falsa, como todas as outras, que temos analysado. As emprezas dos homens, e muito mais tão grandes emprezas, não dependem nunca da sua vontade somente, requerem tambem o concurso dos meios, que são necessarios para se obtêrem os fins desejados; e, faltando elles, tornão-se estereis as vontades. E, para não irmos buscar exemplos anteriores aos nossos dias, que resultou dos esforços empregados pela Flandres, e pelo Barbante em 1790 a bem da sua Liberdade? Os Belgas começárão mui felizmente batendo as Tropas Imperiaes, senhoreando-se de Gante, de Bruxellas, de Namur, e de Antuerpia, e proclamárão a Soberania do Povo. A Revolução no principio convinha á Politica das Côrtes inimigas da de Vienna, e não havia tomado hum caracter, que as assustasse, porque era Aristocratica, e Sacerdotal. Depois quizerão faze-la Democratica, os Reis abrírão os olhos, mudou a Politica dos Estados, cujos auxilios precisavão os Belgas: Exercitos Austriacos apparecêrão, os Barbanções debandárão-se, huma só patrulha de Hussares tomou pósse da Capital; e todo o Barbante, e toda a Flandres cedêo sem resistencia aos ameaços do Marechal Bender.

Que effeito teve no mesmo tempo o empenho do Povo de Liege a bem da sua Liberdade opprimida pela ambição do seu Bispo? Elle foi por fim obrigado a despedir o novo Principe Rohan, a que se tinha entregue sujeitando-se á Authoridade do seu Bispo e aos Decretos da Camara de Wetzlaer.

Qual foi a sorte dos esfôrços de Hollanda em 1787 a fim de deffender a sua Liberdade contra as operações do Stbatuder. O Duque de Brunswik á testa de hum Exercito de vinte mil Prussianos fez em menos de vinte dias, que as Provincias unidas perdessem a sua Causa.

E que resultado tiverão as vontades dos Polacos, e os seus desvelos para sustentar a sua Liberdade á sombra da Constituição de 3 de Maio de 1791? Deixar a Polonia de ser huma Nação em 1794, e ir o seu territorio augmentar os Estados visinhos. E serão em todo o tempo iguaes as desgraças de todos os Povos, que sem attenção ao que emprendem, ao que tem para vencer, e aos meios que tem

Digitized by Google

para isto, assentarem que a mudança da sua situação Politica depende só da sua vontade.

He verdade que os alucinadores do Povo costumão inculcar-lhe no meio das suas declamações a morte de todos, e a geral anniquilação do Paiz, como o ultimo glorioso recurso, no caso de se inutilisarem os seus esforços, e não bastarem para se conseguir o fim, a que se dirigião; isto porem merece a censura de Martial Epigr. 80 Liv. 2.

Hic, rogo, non furor est, ne moreare, mori?

E podiamos ajuntar todas as outras Reflexões, de que se servem os Philosophos, e Moralistas para reprehender a fraqueza, e a immoralidade do Suicidio individual, porque todas ellas igualmente são applicaveis ao Suicidio Publico. Mas quando se tracta de Estados, que se glorião de professar a Religião de Jesus Christo, quem se atreverá a lembrar aquelles arbitrios, filhos da desesperação, e contrarios á conformidade, que deve haver, com os destinos do Altissimo? E accresce que nem elles são proveitosos para sustentar a Proposição Democratica, que temos analysado; porquê acabar inteiramente a Nação, que pertendia ser Livre, ainda que fosse possivel, não era fazer conseguir-lhe a Liberdade.

FIM.

N. B. Pag. 718. L. 1.ª onde se lê = Em quanto ao 1.º = deve lêr-se = Em quanto á 1.ª

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 16.

SUPPLEMENTO 3.º

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porem sempre de vagar.

Carta Constitucional da Monarchia Portugueza, Artigo 25.

Os Membros de cada huma das Camaras são inviolaveis pelas opiniões, que proferirem no exercicio de suas Funcções.

Eis-aqui hum dos mais importantes Artigos da Carta Constitucional.. Ella estabelece hum Governo Monarchico-Representativo em Portugal, composto de duas Camaras, que hão de discutir as materias publicamente, enunciando, e sustentando as suas opiniões a esse respeito, e votando finalmente para que se conheção as Resoluções das Camaras, que hão de ser o resultado dos votos da maioria dos seus Membros. Esta Instituição exige pois necessariamente a *Inviolabilidade* dos votantes pelas opiniões, que proferirem no exercicio das suas Funcções; por quanto, se a confiança, que merece esta forma de Instituições Politicas, resulta da combinação das seguintes circumstancias, 1.º de huma grande collecção de homens, que se suppõe os mais conspicuos da Nação, pela escolha, que d'elles fizerão os Cidadãos em quanto á Camara dos Deputados, e pelas circumstancias, o

*

Digitized by Google

escolha do Rei em quanto á Camara dos Pares, 2.° das suas discussões públicas sobre as materias, e negocios, que tem de se tractar, e de se resolver, porquanto estas duas circumstancias não podem deixar de fazer nascer a presumpção do acêrto, visto que apresentão huma grande somma de boas intelligencias, e de boas vontades, empregadas a escolher o melhor, e esse he o unico meio, que pode haver entre os homens para os seus acêrtos, vem a ser absolutamente indispensavel que cada hum dos Membros d'estas Assemblêas possa enunciar, e sustentar as suas opiniões com toda a franqueza, e segurança, sem o menor receio de ser por ellas algum dia perseguido, ou maltractado. De outra sorte, não sendo suas opiniões, e seus votos acompanhados desta plena segurança, como se poderia esperar que elles fossem taes, quaes os votantes entendião? E, não havendo a certeza de que fossem taes, não se poderia entender de forma alguma que as discussões, e deliberações da Assemblêa apresentassem aquelle resultado. Ellas mostrarião muitas vezes falsas discussões, e falsas deliberações, em lugar de verdadeiras, se por acaso os votantes não fallassem da maneira, que entendião.

Antes porem de desenvolvermos esta materia, e de fazermos conhecer a extensão, que se deve dar, (segundo a nossa opinião) á *Inviolabilidade* sanccionada neste Artigo para os Membros das duas Camaras, julgâmos a proposito fallar das Instituições Politicas Athenienses, que se desviavão da doutrina do dicto Artigo, e que se poderião apresentar como huma objecção, ao que nelle se determinava. (1)

(1) Hum outro facto da Historia moderna poderia lembrar em opposição á doutrina d'este Artigo da Carta, que tractâmos; a saber, a sujeição, em que os Membros da Convenção Nacional, que representava toda a Nação Franceza se pozerão, por hum Decreto da mesma Convenção, para com as Juntas chamadas da = *Saude Publica*, e da *Segurança Publica* =, ás quaes se dêo o Direito de prender, fazer processar, e punir os Deputados da Nação, ou os Membros da mesma Convenção. Sabem todos que isto se vio praticado no curso do Governo chamado Revolucionario na França, e debaixo da dominação de Danton, e

Digitized by Google

Em Athenas era conhecida a accusação, a que se dava o nome de = *Illegalidade* =, por meio da qual os Cidadãos, que tinhão feito passar huma Lei nas Assembléas do Povo,

---

Robespierre; mas primeiramente os procedimentos contra os Membros da dicta Convenção não erão, ou pelo menos não se dizião ser pelas opiniões, que elles enunciavão no exercicio das suas Funcções, e por isso não tinhão propriamente relação alguma com a materia d'este Artigo: e em segundo lugar, sendo o dicto arbitrio hum meio empregado pelo terrorismo de huma Facção, que temporariamente dominou a França, não pode entrar em linha de conta, nem merecer attenção, quando se tracta de Organisações Politicas dos Estados.

Aproveitâmos porem esta occasião para fazer observar aos Portuguezes a Sabedoria, que apparece no arranjo Politico, constante da Carta, que nos foi dada pelo Senhor D. PEDRO IV. A *Inviolabilidade* garantida aos Membros das duas Camaras he somente restricta ás opiniões, que elles enunciarem no exercicio das suas Funcções. Não he huma Graça feita aos dictos Membros das Camaras, mas hum arbitrio, que se considerou indispensavel, para que elles servissem utilmente a Patria, enunciando, e sustentando quaesquer opiniões, que lhes parecessem a ella proveitosas, sem serem conduzidos a esconder algumas, que julgassem taes, com o receio de se acharem depois compromettidos por esse motivo. Cessando pois esta causal da dicta *Inviolabilidade* em tudo o mais, que não era a emissão, e sustentação das dictas opiniões, os Membros das Camaras, Cidadãos Portuguezes, declarando-se na Carta, Art. 145 §. 12 = *que a Lei seria igual para todos, quer protegesse, quer castigasse* = pelos outros seus factos e acções não havião de ter a mesma *Inviolabilidade*. Elles podião delinquir, e havião de poder ser castigados; mas a favor da sua independencia, e para desviar o risco, que lhes podia vir da oppressão dos outros Poderes Politicos, faz sempre a Carta intervir as Camaras, relativamente aos procedimentos criminaes para com as pessoas, que entrão no número dos seus Membros.

O Art. 26 determina = *que nenhum Par, ou Deputa-*

Digitized by Google

em consequencia da sua proposição, e da sua preponderancia, podião ser chamados perante hum Tribunal ordinario de Justiça, e serem nelle processados, e castigados, todas

---

do, durante a sua Deputação, possa ser prezo por Authoridade alguma, salvo por ordem da sua respectiva Camara, menos em fragante delicto de pena Capital.=E o Art. 27 determina=*que se algum Par, ou Deputado for pronunciado, o Juiz, suspendendo todo o ulterior procedimento, dará conta á sua respectiva Camara, a qual decidirá, se o Processo deva continuar, e o Membro ser ou não suspenso no exercicio das suas Funções.*=E o Art. 41 §. 1.º determina=*que a Camara dos Pares conhecerá privativamente dos delictos individuaes commettidos pelos Pares, e pelos Deputados, durante o periodo da Legislatura.*=

A Representação Nacional das tres Ordens do Estado acha-se em as duas Camaras, e a ellas he attribuida a intervenção nos procedimentos criminaes para com os seus Membros; e isto seguramente com o fim, e com o destido de terem elles mesmo nos Corpos Representativos da Nação a garantia da sua segurança individual, para não poderem ser opprimidos, quando isso pareça conveniente a algum outro Poder Politico fora da dicta Representação. Que grande differença esta a pró dos Membros da Representação Nacional, comparativamente com a attribuição dada ás dictas Juntas=*de Saude Publica*, e *de Segurança Publica*,=para a prizão, e procedimentos criminaes dos Deputados da Convenção Nacional da França! Quanto se não acha por aquelle meio prevenida na Carta a opprassão violenta de alguma parte da Representação Nacional, por crimes que lhe possão ser imputados, unicamente com o fim de a annullar, e fazer-se retirar da mesma Representação, *quando* isso em huma ou outra occasião paredesse conveniente aos fins de algum outro Poder Politico! Os procedimentos das dictas Juntas do Governo Revolucionario da França para com alguns Membros da sua Convenção Nacional fazem não se podêr duvidar do emprego d'estes meios, ou da possibilidade do emprego d'estes meios para o dicto fim, e só com o mencionado destino. E este perigo está sabiamente acautelado na nossa Carta pela maneira sobredicta.

Digitized by Google

as vezes que esse Tribunal entendia ser aquella mencionada Lei injusta, e prejudicial ao Publico. (1) Por este modo, tendo Demosthenes entendido que era irregular a imposição, e arrecadação do Subsidio para a Marinha, e que os pobres supportavão nelle hum maior peso do que os ricos, corrigio este abuso por huma Lei utilissima, que proporcionou a Contribuição com a possibilidade de cada hum dos particulares. Elle propoz esta Lei á Assembléa; mostrou todas as suas vantagens; convencêo o Povo, o unico Legislador de Athenas, e a dicta Lei passou, e foi executada. Isto não obstante, vio-se ao depois fazer-se-lhe hum Processo Criminal pelo motivo desta Lei, de que se queixárão os ricos pela alteração, que ella tinha feito naquelle Artigo da Fazenda Publica. Pode vêr-se a Oração do mesmo Demosthenes *Pro Ctesiphonte*. Elle foi na verdade absolvido; porque novamente mostrou, e sustentou a utilidade da Lei; mas basta a accusação, para que se não possa duvidar da existência da mencionada prática.

Ctesiphon propôz na Assembléa do Povo o decretarem-se certas honras a favor de Demosthenes, como a hum Cidadão apaixonado da Republica, e que lhe era util. O Povo, convencido da proposição, decretou na conformidade da Proposta, e depois apparecêo Ctesiphon processado por esse motivo. Affirmava-se, entre as outras allegações, que Demosthenes nem era hum bom Cidadão, nem affecto ao bem Publico. O Orador foi obrigado a defender o seu amigo, e a fazer na defeza d'elle a sua propria, o que lhe dêo occasião de desenvolver a sua eloquencia, deixando-nos huma das suas Orações, que mais tem excitado em todos os tempos a admiração do genero humano.

Depois da batalha de Chœronea, pela proposição de Hyperides, fez-se huma Lei, que dava aos Escravos a Liberdade, e que os alistava na Tropa. O Orador foi ao depois accusado por motivo d'esta Lei; e elle se defendêo, entre outras razões, com aquella, que Plutarco, e Longino classificão por admiravel em belleza = *Não fui eu* (disse elle) *o que propuz esta Lei, mas sim a necessidade da guerra,*

(1) Este mesmo Instituto se observava em Thebas. *Plut. in vita Pelop.*

Digitized by Google

isto he, a batalha de Chœronea = E as Orações de Demosthenes estão cheias de exemplos de semelhantes Processos, e provão clara, e evidentemente que elles forão demasiadamente communs.

Na verdade : tudo isto he capaz de surprender á primeira vista. Parece indubitavel que em toda a Assemblêa, ou Conselho Supremo, que delibera, he indispensavel conceder a cada hum de seus Membros a Liberdade de fallar, como elle entender, e que se devem ouvir attentamente todas as suas opiniões, e todos os seus raciocinios, os quaes se encaminharem a esclarecer, de qualquer *modo* que seja, a materia, sobre que se delibera. Parece indubitavel que, sendo huma opinião approvada pela Assemblêa, em que reside o Poder Legislativo, não seria possivel jamais o vêr-se huma accusação intentada contra aquelle *Membro* da Assemblêa, que foi o primeiro em emittir a dicta opinião, e que a sustentou de maneira, que ella foi adoptada. He porem muito superior a toda a consideração, e a tudo quanto se podia esperar, que o dicto Membro da Assemblêa houvesse de responder, e ser julgado em hum Tribunal inferior pelo comportamento, que tivera na dicta Assemblêa, da qual parecia que havia de sêr privativo o tornar de futuro responsaveis os seus Membros pelas suas opiniões, e votos no meio d'ella proferidos, e que *unhão* merecido a sua approvação, ainda quando d'essa materia fosse possivel tractar alguma vez ao depois. E com tudo; não obstante todas estas reflexões, o Governo de Athenas, desviando-se d'ellas, admittia a dicta accusação de = *Illegalidade* =, e por motivos, que tambem parecem summamente attendiveis.

A Democracia Atheniense era hum Governo da Multidão, e da Populaça, do qual nos he muito difficultoso hoje formar huma perfeita idèa. O Corpo inteiro do Povo junto dava o seu voto, relativamente a cada huma das Leis, sem alguma attenção ás fortunas, sem alguma distincção de Classes, sem dependencia de alguma Magistratura, ou de algum Senado, e por consequencia sem ordem, sem *justiça*, e sem prudencia.

Os Athenienses conhecêrão os inconvenientes desta Constituição; mas como a não querião alterar, pela sua

Digitized by Google

repugnancia em se sujeitarem a alguma regra, ou restricção, resolvêrão-se a remediar os inconvenientes de semelhante Organisação, contendo os seus Conselheiros, ou os seus Demagogos, com o receio de serem para o futuro accusados, e punidos por aquillo, que lhes aconselhavão, e a que os conduzião a approvar. E Eschines (In Ctesiphontem) julgava este Instituto tão essencial ao Governo de Athenas que enunciava como huma verdade geralmente conhecida que, se elle viesse a ser abolido, ou não usado, seria impossivel que a Democracia existisse. O Povo não temia que a authoridade destes Juizes Criminaes viesse a ferir de alguma sorte a Liberdade, porque os seus Membros erão numerosissimos, e Cidadãos ordinarios, escolhidos d'entre o Povo pela sorte em cada huma das vezes, que elles se havião de formar. Parecia que os Athenienses se consideravão ordinariamente em hum estado de menoridade, entendendo por isso que lhes havia de caber a authoridade, logo que chegassem ao uso da sua razão, não somente para revêr, e retractar tudo o que tinhão determinado naquelle estado, mas tambem para punir os seus Chefes pelas emprezas desastrosas, em que a Republica se tivesse mettido por effeito das suas persuasões. E com effeito: a Democracia ordinariamente apresenta todos os caracteres da menoridade pela insciencia, ligeireza, e inconstancia do Povo, e prudente era então prevenir com arbitrios extraordinarios o abuso, que se podia fazer d'aquellas qualidades, e attributos da Multidão, considerando como seus Curadores os Demagogos, e Conselheiros, que a dirigião, e sujeitando-os aos procedimentos referidos, por mais extravagantes, que elles parecessem. (1)

(1) Esta mesma consideração dava origem a hum outro uso tambem praticado em Athenas, que consistia em prohibir a abrogação de huma, ou outra Lei, que se olhava como utilissima, e mui Popular; e isto no mesmo momento, em que ella se promulgava. D'esta sorte o Demagogo, que empregava todas as Rendas Publicas para o entretenimento dos Jogos, e dos Espectaculos, declarava criminoso todo aquelle, que ousasse propôr a abolição d'aquella Lei. (Demosth. Olynth. 1. 2.) Da mesma sorte Lepti-

Digitized by Google

Não dando pois o Senhor Dom PEDRO IV. a Carta Constitucional para huma Democracia, cessavão a nosso respeito as mencionadas razões, que fazião necessario em Athenas aquelle arbitrio das accusações de = *Illegalidade* = para remediar a ligeireza, e precipitação Popular. Estabelecêo pois este Artigo muito coherente com o conhecimento da natureza dos homens. Fazia hum estabelecimento, em que duas Camaras, representando a totalidade da Nação Portugueza, havião de discutir materias, enunciando cada hum de seus Membros as suas opiniões, sustentando-as conforme as suas idêas, e os seus conhecimentos, e votando, como lhes parecesse mais acertado, e mais conveniente ao bem do Estado; e era preciso garantir estas deliberações, discussões, e votações, com a segurança de não poderem jámais ter receio os dictos Membros das Camaras de serem, ou poderem ser algum dia incommodados pelas opiniões, que enunciassem, e sustentassem. Esta garantia he a que se lhes dá neste Artigo da Carta. Se ella não fosse, que confiança poderia haver de que os Membros das dictas Camaras fallassem sempre como entendião? E, se não era para fallarem como entendião, a que fim serião elles congregados?

He inseparavel dos homens o amor de si mesmos, e o seu empenho de desviar males, e perigos, que os hajão de incommodar. Vontades não livres de todo o susto, e de todo o mêdo, não se considerão vontades, nem philosoficamente, nem juridicamente. Por isso Ulpiano na L. 116 de Reg. Jur.

---

nes propôz que se estabelecesse huma Lei, não sómente para revogar todas as immunidades, anteriormente concedidas, mas para privar o Povo de conceder para o futuro algumas outras. (Demosth. contra Lept.) Da mesma sorte se prohibirão todas as proscripções, ou Leis contra hum Atheniense, que não fossem communs a todos os outros Membros da Republica. Estes arbitrios, que o Poder Legislativo tomava para se ligar elle a si mesmo de futuro, não podia ter outra origem, que não fosse o conhecimento geral, que em Athenas havia da inconstancia, e ligeireza do Povo.

Digitized by Google

affirma que nada he tão contrario ao consentimento, como o mêdo. Se pois aos Membros das Camaras se não tirasse o receio de todos os perigos, em consequencia das opiniões, que proferissem, e sustentassem, inutil seria esperar que elles enunciassem as suas opiniões, e os seus votos, segundo as suas intelligencias. Seus nomes pois servirião somente alguma, ou muitas vezes, para o fim de se illudir o Publico com fantasticas approvações de tudo quanto se quizesse, por quem se achasse revestido de Poder, ou por aquelles, a quem se temesse desagradar de presente, ou de futuro.

Servirião ao mesmo fim para que servia o Senado no tempo dos Imperadores, quando elle era considerado = *Servile Imperatorum pecus* =, e quando os Senadores ouvião lêr com approvação as Apologias do Matricidio de Agripina; e se apparecia algum virtuoso como Thrasea, elle era accusado, e condemnado como criminoso por se retirar do Senado, ao tempo que nelle se lia a dicta Apologia. O Senado era isto naquelles tempos, porque a segurança da *Inviolabilidade* não garantia seus Membros pelas opiniões, que emittião na mesma Assemblêa. E para que as nossas Camaras não viessem a ser, ou não podessem vir a ser isto mesmo, era indispensavel que os seus Membros podessem nellas fallar inteiramente desasustados, o que somente se podia esperar, e obter por meio da *Inviolabilidade* decretada neste Artigo.

Na Organisação Politica Portugueza, que se acha na Carta, a qual estabelece a Representação Nacional em duas Camaras, e dá ao Rei hum *Veto effectivo, e real*, e juntamente o *Poder para dissolver as Camaras*, não ha motivo algum para que se temesse da dicta *Inviolabilidade* o que se receava entre os Athenienses, e o que elles prevenião com a dicta accusação da = *Illegalidade.* = Huma Organisação d'estas, em vez de deixar receios de precipitação, e de inconstancia, a que os Athenienses quizerão acudir com a dicta accusação, apresenta toda a esperança de conselho, e madureza nas deliberações do Corpo Legislativo; e, não podendo temer-se por tanto que hum Orador vehemente o arraste precipitadamente a arbitrios, e medidas ruinosas á Publica Prosperidade, faz inteiramente desnecessaria

Digitized by Google

aquella cautela empregada em Athenas somente, porque nas suas Assembléas Populares havia este risco.

Se a Representação Nacional Portugueza estivesse em huma só Camara, e nem houvesse o dicto *Veto*, nem o Direito de a dissolver na Pessoa do Rei, então seria precisa a dicta accusação pelo mesmo motivo, que o era entre os Athenienses. Nesse caso podia haver todo o receio da precipitação, e desacêrto nas deliberações do Corpo Legislativo: era muito de temer que n'huma, ou noutra occasião, e em muitas podesse acontecêr que hum Orador vehemente, ou hum Partido preponderante arrastasse todos os outros Membros do Corpo, e o fizesse conduzir a meyo das desastrosas ao Publico: e a possibilidade, ou probabilidade d'este resultado exigiria que elle fosse prevenido por aquelle meio, assustador de todos os Membros do Corpo em quanto ao seu comportamento nelle. A dicta Organisação arriscaria o Corpo da Representação Nacional á precipitação, e inconstancia, que he propria da menoridade, e seria indispensavel acudir a isso com a individual responsabilidade dos seus Curadores.

Mas poderá lembrar a alguem que esta *Inviolabilidade* concedida aos Membros das Camaras era inteiramente desnecessaria nos termos da Carta, e não poderia ser considerada como d'algum momento á vista do Art. 145 da mesma Carta §. 3.°, o qual garante a *Inviolabilidade* de todos os Cidadãos Portuguezes no que respeita á communicação dos seus pensamentos por palavras, e escriptos, e até pela sua publicação por meio da Imprensa, sem dependencia de Censura; termos estes, em que parece que nada se concede aos Membros das Camaras, que não seja commum a todos os Cidadãos Portuguezes. A differença porem está nas palavras finaes do dicto §. 3.° = *com tanto que hajão de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio d'este Direito, nos casos, e pela forma que a Lei determinar.* = Este período, bem que proximamente unido á publicação dos escriptos pela Imprensa, e que talvez poderá parecer a alguem restricto somente a ella, julgando-se que a *Lei*, de que tracta o mesmo período, e que se manda fazer-lhe relativa singularmente á dicta Imprensa, deve, na nossa opinião, ser extensivo tambem á primeira parte do §, que tra-

Digitized by Google

cia da communicação dos pensamentos por palavras, e por escripto. Tambem, em quanto a esta communicação, pode haver abusos, e não será possivel que elles deixem de ser punidos entre os Cidadãos, como o tem sido até agora, e são ainda hoje na conformidade das Leis existentes. Entretanto, para com os Membros das Camaras nas opiniões, que elles proferirem no exercicio das suas Funcções, não pode haver abuso das suas palavras, salvando-os de todo o procedimento a *Inviolabilidade*, que se lhes concede neste Artigo, de que tractâmos. E duas questões então se apresentão, as quaes não escaparão certamente á consideração das Camaras, quando tractarem da Lei referida no dicto §. 3.°, e vem a ser a primeira = *Se a dicta Lei ha de tractar sómente dos abusos da Imprensa, ou se tambem dos abusos da communicação dos pensamentos por palavras, e por escripto, acautelando estes segundos da mesma sorte que os primeiros.* He a segunda = *Se podendo os Membros das Camaras com plena* Inviolabilidade *enunciar as suas opiniões, quaesquer que ellas sejão, no exercicio das suas Funcções, terão a mesma* Inviolabilidade *quando as imprimirem, não os comprehendendo a elles a Lei, que se houver de fazer sobre os Abusos da Imprensa.* = São muito obvios os motivos, que podem occorrer para tornar duvidosa a resolução a estes respeitos, e não damos agora nisto a nossa opinião particular, para não prevenirmos a mais discreta, e acertada determinação, que será sem dúvida a que proferirem as mesmas Camaras, e que tiver a Sancção Real.

Mas que se deverá entender pela *Inviolabilidade* dos Membros das Camaras nos termos d'este Artigo, em quanto ás opiniões, que proferirem no exercicio das suas Funcções? Até aonde, e até quando se deverá julgar que ella se extende? He sem duvida: 1.° que este Artigo se dirige a livrar os dictos Membros das Camaras de perigos, e incommodos provenientes das opiniões, que enunciarem no exercicio das suas Funcções: 2.° que esta cautela do Senhor D. PEDRO IV não tinha, nem podia ter outro fim, que não fosse o de os conduzir a fallarem muito francamente, como entendessem que o pedia o bem do Estado, nas discussões, de que se tractasse. Portanto, debaixo d'estes dous pontos de vista he que nos parece que se deve marchar pa-

Digitized by Google

ra resolver a questão proposta. He necessario portanto vêr a que perigos poderião expôr os Membros das Camaras as opiniões, que elles enunciassem no exercicio de suas Funcções, para considerarmos depois a quaes d'elles acudia, ou se devia acudir com a *Inviolabilidade*, de que trata este Artigo da Carta.

Podem-se reduzir a quatro diversas especies os mencionados perigos. 1.° Os dictos Membros das Camaras, em consequencia das dictas opiniões hão de grangear, ou não grangear o conceito público, e ou conservar, ou augmentar, ou diminuir o credito, que tiverem para com os seus Concidadãos, porque isto he o que succede necessariamente a todos aquelles, que se apresentão a enunciar as suas opiniões á face dos outros homens. Elles hão de necessariamente merecer applausos, ou censuras. Em quanto a isto não pode dizer respeito a *Inviolabilidade* promettida aos Membros das Camaras. Não ha Lei alguma, que possa chegar a defender os homens dos juizos, que os outros farão, honrosos, ou deshonrosos para os seus nomes, em consequencia das opiniões, que elles proferirem, e da maneira, por que as sustentarem. Os Membros das Camaras devem sacrificar-se a estes perigos relativos ao conceito, e consideração pública, que podem adquirir, conservar, ou perder, emittindo as suas opiniões no exercicio das suas Funcções. Chamados para o dicto importante exercicio, não devendo, nem podendo ser infieis á sua consciencia, e obrigados a dizerem o que entendem, e como o entendem nas materias, que se offerecerem ás suas discussões, devem sujeitar-se aos mencionados perigos, que d'ahi lhes podem vir, recebendo-os como hum sacrificio, que fazem á Patria, e aos destinos da Providencia de Deos, em quanto conduzio, ou deixou conduzir as cousas de maneira, que elles fossem expostos a correr os dictos perigos.

2.° Sendo impossivel que elles com as dictas suas opiniões satisfação os interesses, e as paixões de todos os Portuguezes, achando-se por isso nas circumstancias de todos os Juizes, e Empregados Publicos, que não podem contentar a huns, sem descontentar os outros, tambem em quanto a isto não pode extender-se esta *Inviolabilidade*, porque não está ao alcance de nenhuma Lei o fazer com que, dadas opiniões, uteis para huns, e desfavoraveis para outros,

Digitized by Google

se contentem uniformemente assim os que interessão, como os que perdem com ellas! Os Membros das Camaras devem sacrificar-se aos perigos, neste segundo lugar por nós referidos, pelos motivos, e pelas mesmas considerações apontadas no Artigo antecedente.

3.° Podem os Membros das Camaras arriscar-se a persecuções criminaes pelas dictas opiniões, assim como succedia aos Athenienses, de que fallámos no principio deste N.° Em quanto a isto, a *Inviolabilidade* decretada neste Artigo os deve garantir, e defender, como pedem as razões, que já ponderámos, intimamente connexas com o público interesse, e com o bom desempenho das altas Funcções, a que elles forão chamados.

4.° Será comprehendido neste Artigo da Carta o silencio das Galerias, e Tribunas das Camaras, para que os Membros dellas não sejão affrontados, quando fallarem, e cohibidos nas suas opiniões? Nós entendemos que a *Inviolabilidade* garantida aos Membros das Camaras neste Artigo comprehende tambem isto, não podendo duvidar-se que elles deixarião de ser inviolaveis por suas opiniões, se ao tempo em que as enunciassem fossem perturbados com desapprovações públicas dos assistentes, que se achassem nas mesmas Galerias, ou Tribunas. Entendemos pois que a *Inviolabilidade* referida deve começar nas Sessões das dictas Camaras, e que nada he tão preciso para este fim, como o inteiro silencio das dictas Galerias, e Tribunas.

Pede-o não somente a dicta *Inviolabilidade*, de que se trata neste Artigo da Carta, mas tambem muito poderosamente o geral interesse, e o bom serviço público intimamente ligado com a franca enunciação das opiniões dos dictos Membros das Camaras. O Artigo 24 determina que os Negocios serão resolvidos pela maioria absoluta de votos dos Membros presentes. E para que esta maioria seja verdadeira, e tal qual he, torna-se indispensavel que os votos sejão francos, e nem provocados pelos applausos dos assistentes nas dictas Galerias e Tribunas, nem desviados pelos seus rumores, e desapprovações. A não ser assim, as deliberações das Camaras podião ser falsas, que se deverão chamar todas aquellas, que não resultarem da dicta maioria absoluta de votos, livre, e espontaneamente enunciadas;

Digitized by Google

e se, ou tentações se apresentão nos applausos das dictas Galerias, para que os Membros das Camaras cobiçosos d'ellas adoptem antes esta, do que aquella opinião: ou receios, e sustos se lhes mettem aos olhos, para que se desviem de huma, e se liguem á outra, quem deixará de vêr em tudo isto hum terrivel precipicio aberto, para que os Negocios não saião real, e verdadeiramente resolvidos na maneira decretada no mencionado Artigo 24, ainda quando assim o pareça? Somente se poderá conceber existente a *dicta* maioria, quando os Membros das Camaras não tiverem que olhar para nada mais, do que para os Negocios, para a natureza d'elles, para o peso das razões, que se apresentarem nas suas discussões, e para as suas consciencias. E está fora de tudo isto a influencia das Galerias, e das Tribunas.

Segundo o Regulamento feito para as Eleições, cada hum dos Membros da Camara dos Deputados representa a voz de vinte e cinco mil Portuguezes. Nem a decima parte deste número se poderá jámais juntar nas ditas *Galerias*, e Tribunas; e se estas houverem de interrompêr com *approvações*, ou desapprovações a qualquer dos Deputados, quando elle fallar, será preciso conceber que hum número menor a dez se torna igual, ou superior a outro como cem, o que seria hum manifesto absurdo.

Os mesmos applausos podem desviar os Membros das Camaras d'aquillo, que pedia o geral interesse. Podião elles no silencio, e quietação dos seus Gabinetes, meditando sobre os Negocios, terem visto a Felicidade Publica nas Opiniões, que destinavão emittir, sendo ellas conduzidas até hum certo gráo; e passarem d'elle arrastados pelos applausos, que se lhes tributavão no progresso dos seus discursos. E pode muito bem ser que nesses passos, que avançárão mais alem das dictas suas meditações, destruão o bem que farião, se não tivessem passado alem d'estas. Em todas as materias que se discutem, e sobre que se delibera, ha hum termo, em que existe a conveniencia da sua resolução, e pode esta ser prejudicial por defeito, e por excesso, por *menos*, e por *mais*, e os dictos applausos podem conduzir os Membros das Camaras a este *excesso*, e a este *mais*.

As desapprovações porem são muito mais consequentes. Excitão o susto, e mesmo algumas vezes o terrôr nos

Digitized by Google

animos d'aquelles, que deliberão, e que depois tem de votar, desviando-os muitas vezes da vereda, que aliàs tomarião. Pilatos reconhecia, e francamente declarava a innocencia de Jesus Christo; e, só para condescender com os clamores do Povo, sacrificou o nosso Salvador ao suplicio da Cruz.

A Historia das Assembléas Legislativas, que tem havido nos nossos dias, podião offerecer-nos innumeraveis exemplos de gravissimos males Nacionaes vindos unicamente da perturbação feita pelos clamores públicos nas deliberações, e pela influencia dos que assistião ás mesmas deliberações sem nenhum direito de intervir nellas com os seus votos. Contentar-nos-hemos com a unica relação de hum dos ditos exemplos. He geralmente conhecido que a ultima convocação dos Estados Geraes na França, que depois se convertêrão na Assembléa Constituinte, foi motivada pelo *deficit*, que havia no Thesouro. As dissenções, que logo se seguirão áquella convocação, e que se forão ingravescendo progressivamente, augmentárão a desconfiança no Publico, e fizerão retirar da circulação ainda mais algum dinheiro d'aquelle pouco, que havia, devendo resultar d'aqui, como resultou, o augmentar-se a sua escassez. O papel moeda com o nome de *Assignados*, foi o remedio, que lembrou, para se applicar a este mal. Huma Lei da dicta Assembléa, datada do dia 21 de Dezembro de 1789, lhe dêo origem: mas no Setembro seguinte foi que nella se disputou com mais vehemencia sobre a continuação, ou suspensão desta medida, estando Mr. Mirabeau á testa do primeiro Partido, e Mr. l'Abbé Maury á testa do segundo. Tinhão-se consultado os Negociantes, e Financeiros do Reino, dos quaes huma grande maioridade approvava os *Assignados*, adherindo á sua opinião quasi todos os habitantes de Paris, e a Commissão das Finanças, cujos sentimentos fôrão expostos na Assembléa por Mr. Anson. A Sala estava rodeada de homens furiosos, que pedião os *Assignados* do mesmo modo, que pede agua quem está acommettido da mais ardente febre. Mr. Dupont, apesar de ser hum dos Revolucionarios mais decididos, porque fallou contra esta medida, esteve em perigo de ser lançado, e afogado pela Multidão no Lago das Tulherias, e teria sido apunhalado, se lhe não valesse a Guarda Nacional.

Digitized by Google

Debalde Maury invectivou contra este mouro com o maior calôr, e vehemencia: debalde apresentou o Livro do Systema de Law: debalde tirou do bolsinho uns poucos de Bilhetes do enthusiasta Escocez, exclamando: *Eis-aqui estes papeis desastrosos, cobertos com as lagrimas, e com o sangue do Povo! Eis-aqui estes papeis, que devem ser considerados como faroes, para mostrarem os escolhos, em que o Navio da Patria pode ser despedaçado!* Debalde Dupont apresentou o quadro do Papel-Moeda Americano, demonstrando que a sua desapreciação conduzirá a mesma especiaria de trinta e seis mil Libras para comprar humas botinas. A necessidade, e o delirio prevalecêrão, e foi decretada a emissão de 12:000 $000 Libras em *Assignados*, sendo nella naturalmente comprehendidos os de 4:000 $000 Libras, que já anteriormente corrião; e sustentando Mirabeau, ser unicamente necessario, que elles nunca excedessem esta quantia.

Mas de que aproveitou esta protestação? Logo a mesma sede fez crear mais seiscentos milhões de Libras em *Assignados*, de maneira que a Assembléa Constituinte deixando a França enriquecida com mil e oitocentos milhões de Libras d'esta moeda. A Assembléa Legislativa enriqueceo-a mais com duzentos milhões de *Assignados*. A Convenção Nacional accrescentou as emissões ao ponto de delegar a sua somma total a 9:978:006 $618 Libras; mas como a publicidade dos seus Decretos fazia conhecer o excesso d'aquellas emissões, e por isso desapreciava os *Assignados*, ella empregou, como remedio a isto, a mesquinha, e pueril medida de delegar nas Commissões denominadas do Governo, e substituidas depois pelo Directorio Executivo, o Direito de mandar fabricar, e de emittir esta moeda, parecendo-lhe que este segredo, e mysterio havia de diminuir o descredito dos *Assignados*, por se ignorar qual fosse verdadeiramente a sua quantidade. Este Decreto havia de produzir necessariamente o effeito contrario, porque a tendencia, que ha no Publico para exagerar tudo, e muito mais ainda em objectos d'esta natureza, havia de conduzir o mesmo em razão d'aquelle Decreto, e d'aquelle Segredo, para suspeitar as emissões mais crescidas, que se podessem conceber, e talvez ainda superiores á sua realidade. Accresce que d'esta providencia resultarão mais 36:603:406 $000 Libras,

em *Assignados*, fazendo o total de 45.581:411$618 Libras.

Destes *Assignados* veio huma perturbação geral na circulação em toda a França, e forão elles sem dúvida hum dos maiores males, que lhe trouxe a sua Revolução. Entretanto nascerão no meio da perturbação, e dos clamores, que rodeavão a Assemblêa Constituinte, como acima vimos. Pois muito bem ser que, se isso não fosse, prevalecesse a opinião de Mr. Dupont, e de Mr. L'Abbé Maury: que as suas razões pesadas com sangue frio, e desapaixonadamente, salvassem a França dos males, que lhe vierão de huma medida adoptada, cedendo-se ao impulso, e aos clamores da Multidão. E a Historia das Assembléas Legislativas de França apresenta em cada pagina desastrosos Decretos, nascidos da mesma terrivel origem.

A *Inviolabilidade* pois do Artigo da Carta, de que temos tratado, entendida ella, como comprehensiva do silencio das Galerias, e das Tribunas das Camaras, livrará sem duvida de perigos, quaes o acima referido; e bem que destes elles sejão menos de recear, pelo *Veto* competente ao Rei no Artigo 58 da mesma Carta, he comtudo muito de desejar que se desvie, quanto fôr possivel, a necessidade deste recurso.

Carta Constitucional da Monarchia Portugueza. Art. 74 §. 7.° *e* 8.°

§. 7.° *Perdoando, e moderando as penas impostas aos Reos condemnados por Sentença.*

§. 8.° *Concedendo Amnistia em caso urgente, e quando assim o aconselhem a humanidade, e bem do Estado.*

A Carta do Senhor D. PEDRO IV para a nova Organisação Politica da Monarchia Portugueza, tractando do Rei no Tit. 5.°, e repartindo nos Capitulos 1.° e 2.° as suas Attribuições em duas Classes, huma das quaes designa as que lhe competem, como *Poder Moderador*, e outra as que lhe cabem como *Poder Executivo*, conclue a

***

Digitized by Google

primeira com os dous §§ seguintes N.os 7.° e 8.°, para designar, que ao Rei pertenceria nesta Monarchia exercitar o *Poder Moderador.*

§. 7.° *Perdoando, e moderando as penas impostas aos Reos condemnados por Sentença.*

§. 8.° *Concedendo Amnistia em caso urgente, e quando assim o aconselhem a humanidade, e bem do Estado.*

Estes dous §§ tractão pois do Magestatico *Direito*, que os Publicistas costumavão designar, o *Direito de agraciar*, e que todos elles referem entre aquelles, que constituem, ou revestem o Summo Imperio, e o Reinado. Pode vêr-se *Pufendorf.* de Jure Naturæ et Gentium, Lib. 8, Cap. 8.° §. 10 e seguintes; e de Offic. hom. et civ. Lib. 2.° Cap. 13 §. 15. — Thomás. *Dissert. de jur. agrat. Principis circa poen. homicid.* E não ha dúvida que elle foi sempre reconhecido entre os Portuguezes, e exercitado pelos seus Reis muitas vezes immediatamente por si, sem intervenção dos Tribunaes; e commummente por meio d'estes, precedendo Consultas, que elles fazião, e levavão á Real Presença, como se conhece de nossas Leis, e dos nossos Juris-Consultos, bastando que citemos o Senador Mello, Inst. Jur. Crimin. Lus. Tit. 1.° §. 26. E era até muito frequente entre nós o uso dos perdões geraes, concedidos naquellas occasiões, que públicos motivos excitavão a beneficencia dos nossos Reis para com os seus Vassallos.

Dando pois o Senhor Rei D. PEDRO IV. a Carta para a Organisação Monarchico-Representativa, que de futuro havia de reger este Reino, conservou nestes dous §§ ao Reinado aquella Attribuição, que lhe cabia pela sua geral natureza, segundo ensinavão os ditos Publicistas, e que o costume, e prática havia mostrado constantemente exercitado pelos seus Maiores. Dividio-o porem em dous artigos, ou em duas diversas classificações; designando huma = o *perdão e moderação das penas impostas aos Reos, condemnados por Sentença* = e a outra = *a concessão de Amnistia em caso urgente, e quando assim o aconselhe a humanidade, e o bem do Estado.* =

Cumpre-nos antes de tudo dizer alguma cousa sobre as considerações, com que muitos, e muito respeitaveis Escriptores modernos tem procurado descreditar o exercicio da

Digitized by Google

Magestatico Direito de perdoar os crimes. Assim o Cavalheiro Filangieri = *da Science de la Legislation* = Liv. 3.º Cap. 33, como Mr. Pastoret = *Des Loix Pénales* = Part. 1.ª Cap. 4.º, tractão esta materia muito judiciosamente, parecendo que ambos elles fazem a critica destes dous §§ da nossa Carta. Assim hum, como outro começão por censurar Montesquieu, quando (Espirit. das Leis Liv. 6. Cap. 5, 16, e 21) escrevêo, *que o Poder, que o Principe tinha de perdoar, exercitado com sabedoria, poderia trazer admiraveis effeitos, e que o principio do Governo Despotico, o qual não perdoa nunca, e ao qual tambem nunca se pedio, o privava destas vantagens.* E noutro lugar = *que a Clemencia era a qualidade distinctiva dos Monarchas. Nas Monarchias, aonde o espirito do Governo he* a honra, *o qual muitas vezes pede, o que a Lei prohibe, ella he mais necessaria, do que nas Republicas, as quaes tem por principio a virtude, e do que nos Estados Despoticos, cuja mola real he o medo.*

Diz pois assim Filangieri, como Mr. Pastoret, que o Author do Espirito das Leis caminhando neste lugar, assim como em muitos outros, sobre idêas falsas, porque se comprazia muito de idêas engenhosas, querendo explicar tudo pelos seus principios, reguladores das diversas especies de Governos, que erão a *honra* nas Monarchias Moderadas, a *virtude* nas Republicas, e o *medo* nos Governos Despoticos, fazendo-se apologista da clemencia do Principe, favorecia o Despotismo, sem o perceber, e que nesta parte desenvolvia a inexactidão de seus principios pela maneira, porque delles fazia uso: que conforme a sua doutrina a *Lei devia condemnar*, e *que o Principe devia perdoar*, e que nada haveria mais contradictorio, e absurdo do que era isto.

Se a Lei (diz Filangieri) *deve condemnar, e o Principe perdoar, as Leis, em vez de serem huma barreira contra os actos de violencias particulares, virão a ser nas mãos de hum tyranno, meios infalliveis para opprimir os Membros da Sociedade, que não tiverem sabido obter o seu favor. Ellas serão hum objecto de desprezo para o ousado, e audacioso, que as pode violar impunemente, debaixo da protecção de hum Cortesão, ou de huma Dama,*

que estiver em favor. O principal interesse do Cidadão será pois não obedecer ás Leis, mas agradar ao Monarcha. O Juiz, que vendéo a justiça; o Magistrado criminoso de concussões, e de extorsões; o General que sacrificou ao seu interesse a gloria e segurança de sua Patria; o Ministro, que se servio do seu poder para enriquecer a sua familia, e para opprimir os seus rivaes, para subtrahirem ao castigo de seus crimes, não carecerão de outra alguma mais, do que repartir as suas riquezas com a Dama, ou com o Amigo do Principe. A severidade da Lei cahirá somente sobre o desgraçado, que não pôde fazer-se superior a ella pela multiplicidade de seus crimes. Finalmente: se a clemencia do Principe he necessaria na Monarchia aonde os homens são governados pela honra, que muitas vezes pede, o que a Lei prohibe, com o seu preciso dizer, ou que o principio, que faz obrar o Cidadão na Monarchia, he essencialmente opposto ás Leis, que devem dirigi-lo, e isto seria hum absurdo; ou que o principio, que anima este Cidadão, he huma outra cousa diversa da honra. Sempre que algumas Leis Civis forem contrarias, a algumas Leis de opinião, o Legislador deverá annullar as primeiras, até que possa ter corrigido as segundas. Na Monarchia, bem como na Republica, elle não deverá perdoar ao Cidadão, que violou humas, para não desobedecer ás outras, mas deverá fazer desapparecer esta contradicção existente entre humas, e outras Leis. Tal deveria ser o principal objecto de seus cuidados. Mas esta operação seria no Systema de Montesquieu, funesta para a Monarchia, porque não se poderião corrigir as Leis desta sorte, ainda sendo as mais contrarias á ordem social, sem esmaquecer, ou destruir o principio, que, segundo elle, anima este Governo.

As idéas do Auctor do Espirito das Leis não contem pois huma razoavel excepção a favor da impunidade nas Monarchias. Neste Governo, bem como em todos os outros, as Leis devem ser dóces, e moderadas, o Soberano deve ser inexoravel. Quando o Direito de perdoar aos culpados não seria abusivo por sua natureza, o exercicio deste Direito seria quasi sempre huma injustiça para com a Sociedade. O cuidado de conservar, e defender a Segurança Pu-

Digitized by Google

blica, a tranquillidade particular deveria ser a primeira obrigação da Soberania. A Clemencia, que he contraria a esta obrigação, he huma fraqueza, e hum abuso manifesto. A Virtude, a que se dá este nome, serve para corrigir as Leis injustas, e ferozes, e não a illudir a Sancção das Leis justas. Toda a graça concedida a hum culpado he huma derrogação da Lei. Se a graça he justa, a Lei he má. No primeiro caso he preciso abolir a Lei: no segundo denegar o perdão.

Bastolet segue quasi os mesmos passos de Filangieri. *A acção de perdoar* (diz elle) *quando a Lei condemna poderá ser o exercicio de hum Poder Monarchico, cuja essencia consiste em ser subordinado á Lei?*

A acção de preferir hum particular Cidadão a todos, e o prazer de conceder hum favor singular, em vez de proteger a Ordem Publica, será o exercicio de hum Poder paternal, ou de hum Poder arbitrario?

Que mola para hum Governo Monarchico a usurpação de huma Authoridade superior á do Legislador, e o emprego de huma semelhante Authoridade em favor das más acções, e dos criminosos! Não deverá antes chamar-se a isto hum acto de Despotismo, que se acha consagrado pela Lei?

Depois do dicto Escriptor fazer a analyse, e refutação das já referidas doutrinas de Montesquieu, assim como o tinha feito Filangieri, continúa:

Estabelecei Leis dôces, e não perdoeis jámais. O direito de perdoar he huma tacita reprehensão feita ás Leis. Haveria alguma precisão de o conceder ao Principe, se elle tivesse bem previsto, e distinguido todos os casos, em que hum delicto não he mais do que huma falta ligeira, em que elle se deve attribuir antes ao acaso, do que á vontade, etc. Pode-se attribuir pois á desattenção do Legislador, e a hum defeito da Legislação huma parte dos males, de que este direito he a origem. O maior de entre elles he a sua eterna parcialidade. Elle conduz a considerar as pessoas com preferencia aos casos. Seja qual fôr o crime dos Cortesãos, a Clemencia do Monarcha será infallivel. Se o Monarcha he bom, ha de deixar-se facilmente mover pelas lagrimas, e pelas solicitações d'aquelles, que o cercão. Mas

Digitized by Google

não chegarão a elle as vozes do desgraçado, que a Ordem Social alonga do Throno; e, se chegarem, aquellas vozes são repellidas como hum novo crime, ou faubraria contra que havião Leis.

Quizemos muito de proposito trasladar em toda a extensão o texto d'estes dous Escriptores, pela reputação de seus nomes, e por serem os que se costumão apresentar como os primeiros na censura do Magestatico Direito de perdoar os crimes, de que tracta a Carta no referido Art. 7.° O Jurisconsulto Inglez Jeremias Bentham, caminhando após d'aquellas mesmas idêas, conclue da mesma sorte que ellas; e na sua Obra intitulada = *Principes du Code Pénal* = Part. 3.ª C. 10.° no fim escreve o seguinte. *Resumamos as idéas. Se as Leis são demasiadamente duras, o Poder de perdoar vem a ser hum correctivo d'esse mal: mas este corrective he hum outro mal. Fazei boas Leis, e não tereis huma varinha mágica, que tenha o poder de as annullar. Se a pena he necessaria, ella não se deve perdoar; e, se não he necessaria, não se deve impôr.*

He manifesto pois á vista dos textos trasladados, que nada do que escrevêrão Filangieri, Pastoret, Bentham, contra o Magestatico Direito de perdoar, e que depois d'elles tem repetido muitos outros, pode ser de nenhuma sorte applicavel ás presentes circumstancias de Portugal, á vista das Leis Criminaes, que actualmente o regem. Ellas são tão duras, e sanguinarias, tão mal calculadas para o fim de prevenir, e desviar os crimes, unico, a que deve dirigir-se toda a Juris-Prudencia Criminal, que o Senador Mello não duvidou declarar a muitas dellas derogadas pelo seu não uso, proveniente da sua atrocidade, e em nenhum outro motivo. (Inst. Jur. Crim. Lus. Tit. 1.° § 29). Sendo pois nestas circumstancias, e com pleno conhecimento d'isto, que o Senhor Dom PEDRO IV. publicou a Sua Carta Constitucional, tanto assim, que no Art. 145 § 17, Manda que se organise, quanto antes, hum Codigo Criminal, e nos §§. 17, e 18, dêo logo por abolidos alguns dos principios, e arbitrios, de que vinha a dita dureza, manifesto vem a ser que nós estamos nos termos de carecer, que o mesmo Senhor deixasse, como disse § 7 do Art. 74 o correctivo, que deixou á dureza das

Digitized by Google

sa Juris-Prudencia Criminal, ainda mesmo segundo os sentimentos dos supramencionados Escriptores.

Queiros porem a accrescentar que nem mesmo os seus raciocinios conseguirião a nossa approvação contra a attribuição dada aos nossos Reis no dicto §. 7, ainda quando tivessemos as Leis Criminaes as mais conformes com os bons principios de sociabilidade, e de humanidade, que as devem dirigir, e que os dictos Escriptores, muito benefica, e sabiamente procurárão ensinar.

Ainda quando pois venhâmos a ter hum Codigo Criminal perfeitissimo, e o melhor, que se possa desejar, satisfazendo-se ao disposto no dicto §. 17 do Artigo 145, nem nesse caso deverá deixar de competir ao Rei o direito de perdoar, e moderar as penas impostas aos Réos condemnados por Sentenças. E agora teremos occasião de mostrar aos nossos Leitores o vicio do Dilêma, que apresentárão Filangieri, Pastoret, e Bentham, nos lugares acima trasladados, e que á primeira vista parecia ser de gravissimo pêzo, e de summa attenção. *Se a Lei he justa* (dizião elles,) *ninguem deve ter o direito para impedir a sua execução: se a Lei he injusta he necessario muda-la.* Com effeito: o Dilêma seria convincente, e applicado á materia, de que tractamos, seria huma objecção poderosissima contra o Magestatico Direito de perdoar, ou minorar as penas, se houvesse huma Lei Criminal para cada hum dos casos especificos, e individuaes, que podessem ser levados aos Juizos Criminaes. Mas isto he o que não acontece, nem pode acontecer.

Se a Legislação fosse estabelecida casuisticamente, como tem sido até agora, pela maneira que no nosso Opusculo = *Que he o Codigo Civil?* = mostrâmos ser summamente viciosa: por mais volumoso que fosse o Codigo Criminal, impossivel seria que nelle se achasse huma resolução para cada hum dos casos Criminaes, que podião occorrer, attendidas todas as diversissimas circumstancias, que os podião acompanhar, e que os tornarião mais, ou menos graves. A Legislação assim estabelecida seria semelhante á Juris-Prudencia proveniente dos Rescriptos dos Imperadores, de que fazião pessimo juizo muitos dos Juris-Consultos, que mais concorrêrão para o restabelecimento

da Juris-Prudencia Romana, como fôrão Cujacio, (1) Francisco Hottomano (2) Hugo Grocio (3) e Gothofredo (4). Affirmão todos estes que os taes Rescriptos a perturbárão, e confundirão muito, e louvão o destino do Imperador Opilio Macrinio, que se lembrou de os abolir a todos, como refere o Auctor da sua vida (Cap. 14): sendo certo que o Imperador Trajano (5) recusou muitas vezes dar os dictos Rescriptos, a fim de evitar que depois se não quizesse applicar geralmente o que tinha sido huma decisão, e talvez hum favor particular, motivo porque Montesquieu (*L'Esprit. des Loix Liv. 29. C. 17*) chama aos dictos Rescriptos huma má especie de Legislação. Se pois a nossa Juris-prudencia criminal (dizemos outra vez) continuar a ser Casuistica, manifesta será a impossibilidade de haver huma Lei para cada hum dos casos especiaes, e individuaes, que podem occorrer na Sociedade Civil, e que não a havendo deixará de ter lugar o dilêma referido; visto que Sentenças então poderão proferir-se sobre casos, que, supposto analogos a outros na sua generalidade, tenhão com tudo *alguma*, ou algumas circumstancias, que os tornem desemelhantes, e peção ao Rei alguma modificação relativamente ás penas impostas aos Réos desses crimes, não perfeitamente analogos aos outros, de que tractava a casuistica Lei, que lhes foi applicada.

Continuar-se-ha.

---

(1) Obs. L. 7 Cap. 23 ad Leg. 10. ff. *de Pactis, etc.* ad. Leg. 8. ff. *de Postul.* ad. Lib. 11. Quæst. Papin.
(2) Antitribonian. Cap. 9.
(3) In Flor. spars. ad princip. Codic.
(4) Diatriba de Constaphio p. 13.
(5) O mesmo Auctor da Vida de Opilio Macrinio ou seja Aclio Spartiano como quer Salmasio; ou seja Julio Capitolino, como vulgarmente se crê.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 16.

SUPPLEMENTO 4.

Festina lente.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porem sempre de vagar.

Carta Constitucional da Monarchia Portugueza, Artigo 74 §. 7.º e 8.º em continuação do que se escrevêo até fol. 752.

§. 7.º *Perdoando, e moderando as penas impostas aos Reos condemnados por Sentença.*

§. 8.º *Concedendo Amnistia em caso urgente, e quando assim o aconselhem a humanidade, e bem do Estado.*

Sendo porem a Legislação, qual ella deve ser, geral, quanto maior for a sua generalidade, tanto mais se alongará das acções particulares, a que ella deve ser applicada. Huma Lei não pode ser perfeitamente justa, senão para huma só circumstancia, e logo que ella se applica a duas circumstancias, separaveis entre si, por qualquer pequena differença, que as distinga, a dicta applicação será mais ou menos injusta em hum dos dous casos. Os factos alterão-se ao infinito: as Leis não podem abranger todas estas diversas, e possiveis alterações. O dilema pois referido he erroneo, e sofistico. A Lei pode ser justa como Lei geral, isto he, pode ser conforme á Justiça, attribuir tal pena,

Digitized by Google

a tal acção; e com tudo não ser justa a applicação d'*ella* a hum tal caso particular, porque tal acção materialmente a mesma que a outra, que a Lei teve em vista, pode differir realmente d'esta, e de huma maneira, que tenha escapado á Lei, e á sua consideração. E então o Direito de perdoar não vem a ser nenhuma outra cousa mais do que a conciliação da Lei geral com a equidade particular.

E a necessidade d'esta conciliação he tão urgente que, se não servisse a isso o Magestatico Direito de *perdoar*, seria preciso substitui-lo por alguma especie de meio, que se dirigisse ao mesmo fim. He huma prática, que se vê seguida muito frequentemente nos Tribunaes Superiores, a que sobem as Sentenças criminaes para serem confirmadas, modificadas, ou revogadas, indagar-se, e prescrutar-se muito miudamente todos, e quantos defeitos de formulas se podem descobrir nos Processos, para com attenção a elles se acudir aos Réos naquelles casos, em que as Leis, e as Sentenças os sujeitão a penas nimiamente rigorosas. Esta prática vem a ser hum outro correctivo contra o rigor das *Leis*. A humanidade falla á consciencia dos Juizes; apresenta-lhes a desproporção gravissima entre a acção, que se quer castigar, e a pena, que se lhe vê imposta; e em taes circumstancias nada he mais natural, do que dirigirem-se todos os seus desvelos a descobrir meios para acudir áquelle desarranjo, sem se manifestar a falta de respeito pelas Leis, nem tão pouco o verdadeiro motivo d'estes desvelos, o qual consiste realmente na imperfeição, e na dureza das dictas Leis. Recorre-se então á falta das formulas; a necessidade, que ha de as guardar religiosissimamente, e com a mais escrupulosa attenção pelas formulas, o que inculca respeito pelas Leis formularias, se cobre o conhecimento, que se tem da barbaridade da Legislação, e se lhe acode, illudindo-se a sua applicação. A attenção por humas Leis abre o caminho para illudir as outras; e, bem que isto seja hum abuso, torna-o digno de escusa a causa d'elle. E então he muito melhor acudir ao dicto desarranjo por huma idêa mais simples, e mais legal, attribuindo ao Rei o Poder Magestatico de perdoar, para que com o uso d'elle se emende a dicta desproporção entre a acção castigada, e a pena imposta. Eis-aqui as sólidas, e bem justificadas considerações, que sustentão

Digitized by Google

a legitimidade, e o público proveito na Sociedade Civil, da faculdade concedida aos Soberanos para perdoar, e minorar as penas impostas pelas Sentenças; a qual sempre he necessaria, e proveitosa, seja qual fôr a sabedoria da Legislação Criminal, mas que he muito mais necessaria, quando ella he imperfeita, e nimiamente sanguinaria.

Pode lembrar com tudo ainda hum inconveniente, não do dicto Magestatico Direito de Perdoar, mas do uso, que d'elle pode fazer, ou antes não fazer o Poder Real. Se o Rei não se comprazer de usar d'elle, e não reconhecer a obrigação, em que se acha de o exercitar, ser-lhe-hia inutilmente concedido para os importantes fins, que acabâmos de ponderar, e tornar-se-hia de nenhum effeito a benéfica instituição d'esta providencia. E ao mesmo tempo poderia acontecer que o Legislador, descançando nesta prerogativa Real conservasse nimiamente rigorosa a Legislação Criminal, deixando ao Rei o cuidado de adoçar a sua execução. Os Cidadãos neste caso serião sacrificados ao nimio rigôr das penas. O Legislador teria contado com o Monarcha: este, indifferente sobre o referido objecto, se remetteria inteiramente á Lei, e ficarião sem recurso as victimas do dicto rigor da Legislação, e da dicta indifferença do Rei.

Mas a reflexão, que acabâmos de fazer, não ataca o Direito Magestatico, de que temos tractado, mostrando apenas que elle não he sufficiente para acudir ao excessivo rigor da Legislação Criminal. Não mostra que elle não seja necessario, mas só que não he bastante, e que o Legislador não deve descançar na dicta prerogativa Real, para deixar subsistir a severidade das Leis Criminaes. E então o que da dicta reflexão se segue, he que se deve trabalhar por adoçar aquella Legislação, independentemente da dicta prerogativa Real para que, quando aconteça que hum Rei seja indifferente aos padecimentos dos Vassallos, o inconveniente desta falta de clemencia venha a ter os menores resultados possiveis. Geralmente fallando, são boas todas as Instituições, que dão, a quem tem o Poder, todos os meios razoaveis de fazer bem. Mas ellas não devem descançar de tal maneira no emprêgo dos dictos meios, que deixem subsistir o mal confiando na esperança, de que se lhe ha de applicar o destinado remedio. E em ultima conclusão: a dicta reflexão he

Digitized by Google

mais relativa ao Poder Legislativo, para excitar a sua attenção pela doçura da Legislação Criminal, do que huma objecção contra o Direito Magestatico de perdoar.

E vê-se, do que fica dicto, que esta attribuição Real he menos huma prerogativa, de que se reveste o Reinado, do que hum encargo, e huma obrigação, que pesa sobre elle. A nossa Carta na maneira, por que concebe o dicto §. 7.°, não inculca de forma alguma que a dicta attribuição seja huma mera prerogativa; antes, collocando-a entre os actos, por que o Rei exerce o Poder Moderador, que fazem o objecto do Art. 74 da Carta, mostra que ella he huma das obrigações, ou exercicios do Reinado. O Rei não deve, nem pode perdoar as penas impostas pelas Sentenças, unicamente dirigido pela sua vontade, e pelo seu prazer. Ha de ser conduzido a isso em attenção ás circumstancias particulares, que justifiquem o uso da sua clemencia no caso que se tracta: por exemplo, — quando o Reo he distincto por talentos ou virtudes, que tem sido uteis á Patria, ou que o podem ser: — quando o seu delicto annuncia antes a impetuosidade de huma paixão, do que a perversidade da alma; — quando os Magistrados, que o julgárão, e aquelles, que forão objecto, ou testemunhas das suas virtudes, sollicitão a favor do Reo a beneficencia do Soberano, e a suspensão momentanea da Lei; em huma palavra, — quando a impunidade, ou a modificação da pena, em vez de animar ao crime, desafiar os Cidadãos para procurarem ser bons, e honestos, a fim de que isso lhes possa valêr algum dia, quando a desgraça os levar á condição de criminosos. E nestes termos a dicta attribuição conservada ao Rei no dicto § da Carta, em vez de prerogativa será hum peso; porque, se em algumas occasiões abrir caminho ao Soberano para gosar a satisfação, que dá o exercicio da clemencia, e da piedade, em muitas outras o sacrificará ás dôres, e á mortificação de não poder acudir a taes, e a taes Reos condemnados.

Os nossos Soberanos neste exercicio Magestatico costumárão sempre caminhar com a circumspecção, que acabâmos de referir, como conforme a Direito. Precedião sempre Consultas dos Tribunaes, e Informações dos Juizes; não perdoavão só porque querião, sem attender a mais cousa alguma, do que a sua vontade; sendo sempre dirigidos pelas

Digitized by Google

outras circumstancias ponderosas, que acompanhavão os casos, em que se tractava do perdão, ou modificação de penas, para se deliberarem a alterar, ou não alterar as Sentenças; e todos quantos tractárão mais de perto a S. M. I. e R., que Sancta Gloria Haja, poderão attestar que Elle muitas vezes padecêo acerbissimas angustias por causa desta, que se costuma chamar prerogativa Real, quando lhe parecia que elle não devia, nem podia conceder o perdão. E por tanto: se este exercicio he algumas vezes doce aos Reis, dando-lhes a opportunidade de serem clementes; em muitas outras, não podendo acudir aos desgraçados, vem a ser para elles origem de angustias, e de padecimentos. (1)

Vê-se pois, 1.° que esta attribuição do Reinado não he destinada a accrescentar o seu lustre, mas sim dirigida á correcção, ou da dureza da Legislação Criminal, ou da impossibilidade, que ha para que ella seja tal, que da applicação das Leis geraes, que a constituem, não venha a resultar em hum, e em muitos casos singulares, a imposição de penas, que a equidade pedia que fossem desviadas, ou minoradas pelas particulares circumstancias, que concorrião, ou na pessoa do Réo, ou no facto Criminoso, que era objecto da Sentença.

Em a especie humana, (diz Bentham no lugar já citado) *da mesma sorte, que nos seus individuos, a idade*

---

(1) Bentham escreve muito judiciosamente (Principes du Code Pénal, Part. 3.ª C. 10.) = *Diz-se que o Poder de perdoar he a mais nobre prerogativa da Coróa. Mas esta prerogativa não pesará jámais naquellas mãos, que a exercitão? Se, em vez de procurar ao Principe hum amor constante da parte dos Povos, ella o expõe ao capricho das opiniões, dos clamores, e dos libellos: se elle não pode ceder ás solicitações, sem ser suspeitado de fraqueza, nem mostrar-se inexoravel, sem ser accusado de crueldade, aonde he que está o esplendor de hum direito tão perigoso? Eu entendo que hum Principe humano, e justo lamentará muitas vezes o achar-se exposto a este combate entre as virtudes públicas, e as virtudes particulares.*

Digitized by Google

das paixões precede a outra da razão. A Colera, e a Vingança dictárão as primeiras Leis penaes. (1) Mas logo

(1) He sem dúvida que antes da Organisação Social as offensas particulares erão vingadas com actos tambem particulares; e não o podião ser de outra sorte, não havendo hum Poder público, que tivesse isto a seu cargo: este mesmo estado de cousas não podia deixar de continuar no principio da Sociabilidade: a Vingança havia de considerar-se como o unico motivo, e o unico objecto das penas, não se interessando o Corpo da Sociedade, no que respeitava aos attentados individuaes, e não podendo haver então Leis penaes para castigar as injurias, e proteger os direitos dos particulares, como diz Aristot. de Republ. Liv. 3.° Havia de passar hum longo espaço, antes que o Corpo Social se interessasse nas offensas individuaes. Nós vêmos em Homero, que o matador entre os Gregos, ao tempo da Guerra de Troia, não era obrigado a estar separado da sua Patria, senão até áquelle momento, em que *elle* tivesse apasignado os parentes do morto; e voltando depois disto não corria risco algum, estando salvo de toda a pena. (Feith. antiquit. Homer. Liv. 2.° C. 8.) Na Historia Romana o primeiro exemplo, que temos de hum attentado particular, vingado pela authoridade Publica, he a morte da Irmã dos Horacios no tempo de Tullo Hostilio. E entre os Germanos o direito da Vingança pessoal existia ainda em toda a sua extensão no tempo de Tacito, isto he, mais de dous Seculos depois de Cesar, ainda que elles tivessem tido muito frequente occasião de conhecer os Romanos, e de tractar com elles. (Tacit. de Morib. German. Cap. 7 e 21.) Os braços pois, os páos, e as espadas dos offendidos erão as Leis penaes então existentes, e elles os vingadores das suas injurias, e os garantes dos seus direitos. E como, sempre que se deixa ao individuo o direito de vingar as suas injurias com as suas proprias mãos, toda a offensa he ressentida com huma extrema vivacidade, e a vingança he exercitada com huma animosidade implacavel, como escrevêmos a f. 712, servindo-nos das expressões de Mr. Robertson, era huma consequencia necessaria, que no progresso da Sociebilidade se passasse muito

Digitized by Google

que estas Leis grosseiras, fundadas em caprichos, e em antipatias, começárão a chocar o Espirito Publico já mais esclarecido, o Poder de perdoar, offerecendo huma salva-guarda contra o rigor sanguinario das Leis, vem a ser, para me explicar assim, hum bem comparativo.

Vê-se em 2.° lugar, que a dicta attribuição de nenhuma sorte merece as censuras de Filangieri, de Pastoret, de Bentham, etc., sendo hum sophisma o dilêma mencionado, de que elles usão para a desacreditar. Se o Rei usar bem da dicta attribuição, isto he, perdoar, ou moderar as penas, segundo o pedirem as circumstancias referidas, aos olhos de huma bem entendida equidade será ella sem dúvida summamente benéfica para os Vassallos, e nem poderá ser arguida de injustiça, visto que ella então ha de aproveitar a todos, os que se acharem em identicas circumstancias, conservando até a igualdade, que se requer na Lei para com todos, ou ella castigue, ou recompense, como se diz no Art. 145 da Carta §. 12. Não duvidâmos que o Rei poderá abusar da dicta attribuição, fazendo-se benéfico para huns, e não benéfico para outros em identicos casos, em identicas circumstancias; mas qual he a attribuição, de que se não pode abusar? E qual seria aquella,

---

lentamente destes primitivos habitos para os outros, que entregão ao público o castigo das injurias, e offensas feitas aos particulares, e que ainda muito depois e de futuro se havião de conservar vestigios d'aquelles primeiros usos. As primeiras Leis penaes pois havião de ser durissimas, e havião de ser precisos correctivos para desviar os homens dos costumes, em que estavão de se vingarem, e muito acerba e cruelmente por suas proprias mãos. Os asilos forão sem dúvida hum destes correctivos, e outro o direito de perdoar transferido dos individuos Membros da Sociedade Civil para aquelle, que era o seu Chefe. E tudo concorre paraque se tenha esta attribuição do Reinado como huma correcção, ou da dureza das Leis criminaes, ou da inconveniente applicação das suas regras geraes em hum, ou em outro caso particular.

Digitized by Google

que se conservaria, ou fosse ao Rei, ou a qualquer dos Vassallos, se a possibilidade do abuso fosse *motivo*, para se prohibir inteiramente o uso?

Vê-se 3.°, que nós não deduzimos esta attribuição do Reinado, como o fazia Heineccio, (De jure naturæ et gent. Liv. 2.° Cap. 8.°, §. 158) da faculdade, que pertencia ao Rei, para abrogar as Leis. = *Se o Legislador*, (diz elle) *pode por justos motivos abrogar as Leis, com muito maior razão poderá salvar aos Réos das penas, que nellas são impostas.* Não nos parece acertado derivar de semelhante fonte o Magestatico Direito de perdoar. A essencia das Leis não deve ser movel, e precaria. Até ao momento da sua abrogação deve-se-lhes prestar obediencia. O Legislador, seja elle qual fôr, será sem dúvida injusto, se revogando, ou não fazendo caso das Leis, em quanto a huns Cidadãos, as considerar em vigôr em quanto aos outros. Se isto assim não fosse, na mão delle estaria fazer no mesmo caso, nas mesmas circumstancias, e pelos mesmos motivos, a huns innocentes, e a outros culpados, o que seria manifestamente absurdo. A dicta attribuição pois não deve ser derivada desta fonte, mas sim da absoluta necessidade, que ha em muitos casos, de haver de conciliar os termos de huma Lei geral com as circumstancias de hum caso particular, como temos acima ponderado.

Vê-se 4.° que, segundo este Artigo da Carta, ao Rei não fica competindo o que em Jurisprudencia Criminal se chama = *abolitio criminis* = isto he, extincção, e apagamento do crime, mas somente aquillo, que na dicta Jurisprudencia tem o particular nome de *agraciação;* isto he, o perdão das penas impostas por Sentenças. Por meio do primeiro arbitrio o Réo livrava-se de todo o Processo criminal, e de toda a acção criminal, applicando-se-lhe a Clemencia Real, ainda antes de haver Sentença, que o condemnasse. Pode vêr-se o Senador Mello — Inst. Jur. Crim. Lus. Tit. 23 §. 3.° — E muito bem nos parece que o Senhor D. PEDRO IV limitasse, ou restringisse d'esta forma a dicta prerogativa Real; por quanto, se ella provinha da necessidade de hum correctivo, ou de huma conciliação entre a dureza da Lei, e a sua execução, em respeito a taes, e

Digitized by Google

taes circumstancias, que a generalidade da Lei não attendia, e que se encontravão em hum, ou outro caso particular, a que ella se applicava, consequente era que não devia ter lugar senão relativamente aos já condemnados por Sentenças; porque, em quanto aos outros, 1.° não se sabia se elles carecião d'aquelle correctivo, e não he discreto applicar remedios, quando se não conhece que elles sejão precisos; e 2.° porque somente depois da condemnação, e da Sentença he que se poderia vir a conhecer se havia dureza na Lei, relativamente á applicação, que d'ella se fez, e a que fosse preciso, ou conveniente acudir com o perdão Real.

E coherente com isto o Rei na Inglaterra pode exercitar a clemencia para com os Cidadãos condemnados pelo Parlamento, mas elle não pode subtrahi-los á publicidade da accusação, e do julgado. A Camara dos Communs declarou nullo, e illegal o perdão, que Carlos II tinha concedido ao Conde de Damby, para lhe suspender o seu Processo Judiciario; e este principio passou depois a ser consagrado por huma declaração solemne. (Blackston, Chap. 31 §. 2.)

Vê-se 5.° que para o exercicio d'esta attribuição nem ha de ser preciso ao Rei o perdão da parte offendida, nem este ha de ser causa impellente, ou coadjuvante, para que seja perdoada ao Réo a pena, que por Sentença lhe foi imposta. O direito de castigar não pertence senão ao Soberano, que faz a Lei, e ao Magistrado, que a applica aos casos particulares. O objecto da Lei não he a vingança do offendido, mas a correcção, e o exemplo, como já dissemos na Not. a f. 113 d'este Jornal. O offendido pode renunciar a reparação dos seus damnos, mas não pode privar a Sociedade de hum exemplo, que lhe he preciso, nem o Principe de hum direito, cujo exercicio lhe he confiado. E se a necessidade da conciliação, ou do correctivo de huma Lei, que decretou na generalidade, em quanto a sua applicação se torna contraria á equidade, relativamente a hum, ou outro caso particular, he o que conduzio a dar ao Rei a faculdade de perdoar, ou de minorar a pena imposta, não dizendo respeito a isto a pessoa do offendido, a sua intervenção nem pode vir a ser necessaria, nem a ser

Digitized by Google

conducente para o emprego d'aquella attribuição Real, que tem somente relação com a qualidade da Lei, que decretou a pena, e com a qualidade do Réo, e do caso, a que ella foi applicada.

Mas tambem a *agraciação* feita pelo Rei não deve de forma alguma tocar na reparação particular relativa ao offendido, mas somente no que diz respeito á pública reparação. Ainda quando as mencionadas razões peção que esta se dispense, ou se minore, não se deve jámais dispensar aquella. De outra sorte o perdão concedido a hum seria huma injustiça para com o outro: e nada haveria tão absurdo como prejudicar a hum cidadão innocente por meio de hum favôr concedido a outro, que era culpado.

Vê-se 6.° que, como a attribuição concedida ao Rei para perdoar recahe somente sobre as penas já impostas por Sentenças, deverá proscrever-se d'entre nós para o futuro huma outra especie de perdões, até agora vista, e praticada não só em Portugal, mas tambem nas outras Nações, e que muito desagrada aos Politicos modernos de melhor reputação, e nota; e vem a ser aquelles, que se costumão prometter, e conceder a hum culpado para o obrigar a descobrir seus complices. A mesma sanctidade das Leis deveria rejeitar o emprego de hum meio, que he fundado sobre huma traição, qual a do delinquente, que vai delatar seus complices. E ainda quando não bastasse para isso tambem ser elle hum testemunho, que se dava, da fraqueza, e da falta de Poder Publico, a qual conduzia a mendigar o soccorro de hum culpado; e ainda quando a experiencia não tivesse mostrado que em taes circumstancias o mais perverso he ordinariamente aquelle, que escapa á severidade das penas, bastaria, para desterrar semelhante uso, a consideração de que hum tal remedio deve produzir necessariamente hum effeito contrario áquelle, que se espera.

A certeza, ou a esperança da impunidade concedida ao delator dos complices, serve para animar muito os perversos a tentarem aquellas especies de crimes, que exigem o concurso de outros homens; aquelles já, antes de convidarem a estes para se lhes unirem, terão formado o barbaro projecto de os sacrificar á sua segurança, quando virem que o seu crime está a ponto de ser descoberto. Cada hum

Digitized by Google

dos socios, entrando na associação, conceberá o mesmo plano. E a esperança da impunidade, entrando em todas estas almas pérfidas, as tornará sem dúvida mais audaciosas. E desta sorte o terror da pena será enfraquecido pela esperança commum da impunidade: o crime será animado por aquelle mesmo meio, de que a Lei buscou servir-se para o punir; e o Legislador, ou o Principe, desta sorte, illudido nas suas esperanças, experimentará os funestos effeitos de hum remedio, que deveria ser abandonado, como contrario á dignidade da Lei, ainda quando elle podesse ser util em alguma circumstancia. A traição he hum meio torpe, e a Lei não deve jámais lançar mão de meios taes, que não pagão com o proveito, que dão em hum, ou outro caso, os males, que fazem aos costumes, e á Moral publica. (1)

Vê-se 7.°, que tambem nos termos da Carta deverão cessar os outros perdões, que se costumão chamar geraes, e que se concedião por occasião de acontecimentos, que desafiavão a clemencia dos Soberanos, como erão os dos seus Casamentos, das suas Acclamações, dos Nascimentos dos seus Filhos, etc. etc. etc. Estes perdões tinhão a seu favôr huma circumstancia, que era não serem favores particulares, mas taes, que comprehendião a todos os Vassallos, que se achavão em identicas circumstancias. Não se fazia huma Lei particular, que tornasse desigual a condição dos Cidadãos, responsaveis á mesma pena pelos seus factos: a modificação era geral: não se concedia hum favôr

(1) Pastoret, des Loix Pénales, Part. 4.ª C. 17, escreve coherentemente com as nossas idéas. *Será acaso verdade que o interesse público authorise semelhantes delações? Exigirá o dicto interesse jámais a recompensa de hum crime? A razão, e a Lei podem attribuir algum credito ao homem que as ultraja? devem ellas jámais servir-se de meios reprehensiveis? Não ha boa Legislação sem hum grande respeito pelos costumes. Não esperes diminuir assim o número dos crimes. Os malvados tem tambem as suas virtudes, virtudes, que lhe vem do mêdo, e da necessidade, como he a discrição, e a vigilancia. A traição he a seus olhos huma maldade.*

Digitized by Google

ao protegido, mas huma protecção, que abrangia a todos; e nem ella se extendia áquelles crimes, que pela sua natureza fazião inexoravel a Justiça. Entre nós vimos frequentemente o uso destes perdões, sendo nelles sempre exceptuados os delictos, cuja impunidade seria contra o Serviço de Deos, e contra o bem da Republica. Mas, apezar d'isto, he sem dúvida que elles não cahem debaixo dos motivos, que temos referido para justificar o exercicio d'esta attribuição Real, isto he, a conciliação da *generalidade* da Lei com as circumstancias de hum caso *particular*; e he, sem dúvida, que elles são concedidos antes das Sentenças proferidas, e por ambos estes motivos estão fora dos termos, em que a Carta restringe na Pessoa do Rei a faculdade de perdoar.

Vê-se, 8.°, que esta attribuição do Rei não *pode deixar* de ser exercitada, quando hum grande número de Cidadãos foi arrastado por hum homem fogoso para cometter hum crime, ou quando huma Cidade, ou huma grande Povoação se torna complice delle: em huma palavra, todas as vezes, que a pena imposta pela Lei deixaria hum funesto vacuo na População, na Agricultura, ou na Industria. Então manifesto he que o interesse geral do Estado exige o silencio de huma tal, ou tal Lei particular, que condemnaria cada hum dos complices a ser castigado; e *então* a sua mão Paternal pode, e mesmo deve subscrevêr o Decreto do perdão, fazendo com que a espada da Justiça sacrifique á tranquillidade publica somente o Chefe do crime, e os seus principaes satellites, ou aquelles, que a sorte *designar*. Temos nestas circumstancias a colisão da *generalidade* da Lei com a particularidade do caso; e estamos portanto nos termos, que justificão a attribuição dada ao Rei no §. da Carta, de que tractâmos.

Vê-se 9.°, que não são dignas de approvação, nem as opiniões d'aquelles, que sustentão com Platão, que nenhum peccado deve ficar impunido, (1): com Cicero, que he manifesto indicio da imminente ruina da Republica o perdão

(1) Peccatum nullum impunitum sit. Plato, de legib. dial. 9.

Digitized by Google

dos condemnados; (1) o que Totila, Rei dos Godos, repetia frequentemente, entendendo que vinha a ser huma, e a mesma cousa cometter hum delicto, e impedir o seu castigo; nem tambem o são as outras d'aquelles, que geralmente apregoão não se parecerem os homens em cousa alguma tanto com os Deoses, como quando perdoão aos seus semelhantes. (2)

Esta ultima doutrina he só plenamente verdadeira, quando se tracta do perdão das injurias proprias, de particular a particular, de cidadão a cidadão: (3) mas não, quando se tracta do perdão dado pelo Rei no caso do Art. de que tractâmos. Ser Benefico, e ser Justo são igualmente attributos de Deos, e por tanto entre os homens a clemencia do Rei deixará de ser huma virtude, quando ella se não ligar com a justiça, sendo manifesta, e indubitavelmente verdadeira a Sentença de Cicero, que o *abuso das Graças, viria a ser huma malfeitoria.* (4)

E o que he conforme á Razão, á Juris-Prudencia, e á Politica, vem a ser a prerogativa Real de perdoar nos termos do dicto §. 7.° da nossa Carta, considerado elle como hum correctivo, e huma conciliação entre a disposição da Lei,

---

(1) Perditas civitates, desperatis omnibus rebus, hos solent exitus exitiales habere, ut damnati in integrum restituantur, vincti solvantur, exules reducantur, res judicatæ rescindantur. Quæ cum accidunt, nemo est, quin intelligat ruere illam rempublicam. Cicer. 7 in Verr.

(2) Homines ad deos, nulla re, propius accedunt, quam salutem hominibus dando. Cicer. pro Ligario.

(3) *Quantos, e quantos elogios se não tem prodigalisado á Clemencia!* Escreve Bentham no lugar já citado nas notas antecedentes. *Tem-se repetido mil vezes que ella he a primeira virtude de hum Soberano. Sem dúvida se pode affirmar isto, quando o delicto consistio em hum ataque ao seu amor proprio, quando o delicto foi huma satyra a seu respeito, ou a respeito dos seus favorecidos: neste caso a moderação do Principe he meritoria; o perdão, que elle concede, he hum triunfo, que elle ganha sobre si mesmo.*

(4) *Benefacta, male locata, malefacta arbitror.* Cicer. Offic. Lib. 1.°

Digitized by Google

que fallou geralmente, e a applicação della feita na Sentença sobre hum caso individual, cujas circumstancias particulares ou do mesmo caso, ou do Réo, não estavão, nem podião estar prevenidas naquella disposição. Neste caso, o que he perdão, e clemencia vem a ser ao mesmo tempo justiça; e a denegação d'aquella graça seria crueldade, e injustiça. E não pode ser entendida de outra sorte a dicta prerogativa, quando ella se acha, como fazendo parte das attribuições competentes ao Rei, na qualidade de Poder Moderador, porque naquelle caso elle não faz nenhuma outra cousa, que não seja moderar os termos da Lei *geral*, em razão das circumstancias do caso particular, em que *foi* applicada.

Vê-se 10.° que esta attribuição Real não pode deixar de ser vaga, e indeterminada, como se acha no Artigo da Carta, ficando o uso d'ella entregue inteiramente á consciencia, e á livre deliberação do Rei.

Pastoret entendia, no lugar já citado, que ella deveria ser limitada para se evitarem os perdões sem motivo, e filhos unicamente do favôr, e da facilidade do Rei. Elle diz =*deixando-se subsistir o Direito de perdoar os crimes, seria essencial limitar muito o seu respeito o uso de hum Direito, cujo exercicio he tão perigoso. Hum Principe humano difficilmente resiste ás vozes do arrependimento, ás lagrimas do desgraçado, aos suspiros de huma familia desamparada; mas a Lei pode vir em seu soccorro, e reprimir huma sensibilidade, cujos effeitos serião prejudiciaes.*

Se nós considerassemos a dicta attribuição como huma prerogativa Real, somente destinada para dar lustre ao Reinado, concordariamos sem dúvida com o dicto Illustre Criminalista Politico: mas nos termos da Carta, a qual, como temos dicto, faz considera-la debaixo de hum ponto de vista muito differente; a saber: como hum meio para conciliar os inconvenientes da Lei, que dispoz geralmente, e tem de ser applicada depois a casos individuaes com taes, e taes circumstancias, que pedem a sua modificação, que não podia jámais ter sido acautelada precisamente pela mesma Lei, he a nossa opinião a de Benjamin Constant, (1)

(1) *Esquisse de Constitucion*, Note D.

Digitized by Google

que, estabelecer regras fixas para o exercicio do Direito de perdoar, seria fazê-lo semelhante a hum Julgado, e privalo d'aquella especie de indeterminação, e de latitude moral, que constitue essencialmente a sua justiça, e a sua utilidade.

Se Leis podessem marcar ao Rei os casos fixos, em que lhe cabia usar d'esse Direito, então poderião elles ser marcados tambem na Juris-Prudencia Criminal para direcção dos Juizes nas Sentenças, que proferissem, fazendo-se desta sorte desapparecer o inconveniente da generalidade da Lei com a sua applicação a casos individuaes, que, materialmente os mesmos, podião moralmente diversificar muito. E nestes termos subscreveriamos o dilema, com que este Magestatico Direito costuma ser atacado, como já dissemos, não nos sendo possivel sustentar, como sustentámos, que o dicto dilema era vicioso, por suppôr huma Lei especifica para cada caso, attendidas todas as suas circumstancias, o que tinhamos dado por impossivel, e cuja possibilidade appareceria, se se podessem marcar fixos limites ao Rei no uso, e exercicio desta dicta attribuição.

Em duas cousas unicamente poderemos convir a este respeito. He a primeira em se imitar o uso dos Visigodos, entre os quaes o Rei em certos crimes, quando alguma compaixão natural o arrastava para a indulgencia, era obrigado a não ceder a esses seus sentimentos, sem o consenso dos primeiros homens da Religião, e do Imperio. (Leg. Wisigoth. Liv. 6. tit. 7.) Poderia pois muito embora, sem repugnancia da nossa opinião, estabelecer-se tambem alguma previa audiencia, ou conselho ao Rei, antes de fazer uso desta prerogativa. E pode dizer-se que esta mesma tem sido a prática dos nossos Soberanos, os quaes, ou sempre, ou pelo menos regularmente, não se deliberavão a perdoar os crimes, sem primeiramente mandarem Consultar a Mesa do Desembargo do Paço; e sabemos nós, que tanto a Rainha a Senhora D. Maria I, como ElRei o Senhor D. João VI, tinhão para si, que na Resolução das Consultas, que do dicto Tribunal subião á Sua Presença, relativamente aos condemnados á pena ultima, que se achavão no Oratorio, e não podião soffrer a execução das suas Sentenças, sem lhe ser denegado o perdão Real, em quanto á

Digitized by Google

pena capital, não podião conceder o dicto perdão, se na Consulta não viesse ao menos hum voto, que fosse favoravel á dicta concessão. Os usos, e as práticas dos nossos Soberanos erão regularmente dignas de louvor, e nós desejâmos, e aproveitâmos com muito gosto toda a occasião de transmittir aos outros, e tambem á posteridade, a honra, que por isso lhes he devida. E vemos muito sabiamente providenciado já isto na nossa Carta quando no Artigo 110, tractando-se dos Negocios, em que o Rei deve proceder ouvindo o Conselho de Estado, se numera tambem a occasião, em que elle tiver de exercitar o seu Poder Moderador nos termos deste §. 7.° e seguinte.

He a segunda, em se prohibir em hum, ou em outro caso, o exercicio desta attribuição, como vemos praticado em Inglaterra, aonde hum dos Artigos do famoso *Acto d' Habeas Corpus* continha a prohibição, de que algum Inglez podesse ser, de facto, enviado preso para a Escossia, Irlanda, Jersey, Guernsey, ou para qualquer outro lugar alem do mar, assim para os Estados sujeitos ao Rei, como para os que o não são; impondo-se diversas penas a quem perpetrasse hum semelhante attentado, e declarando-se, *que neste caso cessaria o Poder, que o Rei tem para perdoar.* (Commentarios de Blackston, Liv. 4. Cap. 8, e Mr. de Lolme Const. de l'Angleterre, Liv. 1.° Chap. 14, no *fim.*)

Em tudo quanto fosse, alem destas duas especies, teriamos as limitações, que se quizessem fazer a esta prerogativa Real, como contrarias essencialmente á sua justiça, e á sua utilidade, conformando-nos inteiramente nisto com a dicta opinião de Benjamin Constant.

Vê-se 11.°, que este §. 7.° da nossa Carta he inteiramente relativo á Juris-Prudencia Criminal, á qual pertence o que respeita á declaração dos crimes, e das penas, que lhe são impostas, á applicação, que destas se faz nas Sentenças, e ao embaraço, que se pode pôr á sua execução por meio da attribuição dada ao Rei, como Poder Moderador, para que possa perdoar as penas impostas nas dictas Sentenças.

Agora no §. 8.° veremos huma determinação, que pertence a hum outro, e muito diverso ramo da Juris-Prudencia, a saber, ao Direito Politico, não obstante que assim

Digitized by Google

o dicto §, como o antecedente nos effeitos parecem identicos, e que poderão confundir-se facilmente os objectos, e a materia d'ambos; dando-nos isto occasião a mostrar por huma parte os males, que podem vir da dicta confusão, e pela outra a alta sabedoria, que mostra o Senhor D. PEDRO IV na separação, que d'elles fez nestes dous §§ da sua Carta.

Diz pois o §. 8°, *que o Rei tambem ha de exercitar o Poder Moderador, concedendo* Amnistia, *em caso urgente, e quando assim o aconselhem a humanidade, e o bem do Estado.*

E cumpre dizer antes de tudo o que seja *Amnistia.* Martini (Posit. de Jur. Civit. Cap. 24. §. 796) escreve, tractando das Convenções bellicas, *que a* Amnistia *he o ajuste do perpetuo esquecimento de todos os males, que as partes belligerantes mutuamente se fizerão durante a Guerra. E que como feita a Paz não era licito voltar á Guerra pela mesma causa, que a tinha motivado, vinha a ser evidente que na Convenção da Paz se devia comprehender necessariamente a* Amnistia, *a qual com tudo se não extendia áquillo, que ou era anterior á Guerra, ou posterior, e não relativo a ella.*

Na primeira parte ensina o que seja *Amnistia*, fazendo-a consistir no perpetuo esquecimento dos males, que mutuamente se fizerão as partes belligerantes no curso da Guerra; e na segunda declara que ella he mesmo hum necessario accessorio da Paz; porque, sendo esta feita para terminar a Guerra, intimamente connexo era com este fim o dicto arbitrio da *Amnistia*, para que não tornasse a resuscitar aquillo, que se tinha querido acabar pelo dicto meio da Paz.

Naquelle lugar elle tractava da Guerra entre Nação, e Nação, e por isso considerou, e descrevêo a *Amnistia* somente com relação á dicta Guerra: mas sendo as dissensões Civís tambem huma outra Guerra, sendo igualmente conveniente acaba-las, e sendo tambem connexo necessariamente com este fim aquelle meio *do perpetuo esquecimento dos males, que os Cidadãos se fizerão mutuamente no curso d'aquellas suas desavenças*, se desta especie tractasse o dicto Escriptor, diria tambem *que, sendo os accomodamentos subsequentes ás dissensões Civís, feitos com o fim de se obter a tranquillidade pública, era de sua natureza involverem a*

***

Digitized by Google

Amnistia; *para que, tendo-se procurado o restabelecimento da concordia, não viesse a sua perturbação a nascer outra vez desses mesmos motivos, que d'antes havião produzido as discordias.*

Vê-se pois que, considerando a *Amnistia* na sua generalidade, ella designa (como mostrava a força d'aquella mesma palavra na sua origem Grega) = *O perpetuo esquecimento do passado* = e que era relativo ás dissenções, que se procuravão terminar, ou fosse por meio das Convenções bellicas nas Guerras de Nação a Nação, ou fosse por meio da concordia nas discordias Civís. Poderia parecer á primeira vista que o § da Carta tractava especialmente da *Amnistia* no segundo caso, porque dizia = *Concedendo* Amnistia =; o que propriamente indica o exercicio de hum Poder relativamente para com os seus Subditos, lembrando que, se se tivesse em vista o primeiro caso, isto he, as Amnistias, que acompanhão as Convenções bellicas, havia de dizer-se = *ajustando* Amnistias. = Mas para que o dicto § comprehenda humas, e outras, como pede a natureza da cousa, visto que ao Rei ha de caber sem dúvida o emprego d'este arbitrio necessario em ambos aquelles casos, e em ambos elles pertencente, e dependente do Poder do Rei, deverá observar-se que tambem as *Amnistias*, subsequentes ás Convenções bellicas, são concedidas mutuamente pelos dous Soberanos, que fizerão a Guerra, e que ajustárão a Paz, determinando-a cada hum d'elles para com os seus Subditos, a fim d'estes não serem incommodados, nem viverem assustados pelo que fizerão, ou deixárão de fazer para com a sua Patria, em quanto ella esteve em Guerra com outra Nação. Neste caso a *Amnistia* he ajustada nas Convenções bellicas; mas estas Convenções não fazem outra cousa mais do que obrigar os dous Soberanos mutuamente a que cada hum d'elles conceda aos seus Vassallos a *Amnistia;* e cada hum d'elles depois he que, em observancia da dicta sua obrigação, ha de conceder aos seus Subditos a dicta *Amnistia.*

Este arbitrio das *Amnistias* he muito antigo entre as Nações civilisadas, e bem que começasse relativamente á concordia destinada a terminar as dissenções Civis, com tudo passou depois a ser tambem applicado nas Convenções

Digitized by Google

bellicas; porque em ambos os casos havia a mesma necessidade de tranquillisar os Cidadãos para o futuro, desviando-lhes o mêdo de serem incommodados pelo que tinhão feito, ou deixado de fazer, ou fosse durante a guerra externa, ou durante a guerra interna: e porque a este fim servia, ou (fallando mais propriamente) porque a este fim era absolutamente indispensavel o emprego d'aquelle meio em ambos os dictos casos.

O dicto arbitrio conciliador dos Cidadãos teve a sua origem na Grecia, quando Thrasybulo libertou Athenas dos trinta Tyrannos, cousa de quatrocentos annos antes da Era de Christo. Havião ficado na Republica muitos, que erão participantes, ou complices da tyrannia anniquilada por elle, ao mesmo tempo que as desordens públicas dos tempos d'ella tinhão produzido muitos criminosos. Elle pois considerando com a sabedoria, de que era dotado, que, tractando de castigar a huns, e aos outros, não faria senão avivar as chagas do Estado, propoz o celebre *Acto d'Amnistia*, que decretava todo o esquecimento do passado, e que foi imitado depois, com muita honra do seu nome, em todas as Nações, quando se queria substituir a concordia ás dissenções Civis, como escreve Millot Hist. Génér. Tom. 1 pag. 343.

Quando os Tarquinios forão expulsos de Roma tomou-se a mesma medida, convidando-se por isso os que os tinhão seguido, a fim de que voltassem para a Cidade, sem receio de perseguição alguma. (Dyon. Hallicarn. Lib. 5 Cap. 13.) E quando, depois do assassinato de Cesar, o Senado se congregou *in Æde Telluris* para se tractar da maneira, por que se deveria marchar naquellas circumstancias, gloriou-se constantemente Cicero do muito, que ahi havia trabalhado para estabelecer os fundamentos da Concordia, segundo o Proverbio, e o uso Grego, de extender o véo do esquecimento sobre o passado, (1) tendo louvado muito

(1) *In quo templo, quantum in me fuit, jeci fundamenta pacis ... atque omnem memoriam discordiarum oblivione sempiterna delendam censui.* (Philip. 1 Cap. 1.) E Plutarcho in Cæsare, Cap. 97. *At Senatus oblivione injuriarum, omniamque adversus omnes pacificatione consti-*

Digitized by Google

a Marco Antonio por ter então cooperado para o *dicto* fim.

Se os favorecidos, e partidistas do Dictador, na frente dos quaes estava o mesmo Antonio, entrassem em dissenção com os amigos da Liberdade, e da Republica, rompendo a Guerra Civil, Roma se veria exposta a grandes perigos: e como se tractou de os evitar? Com o perpetuo esquecimento do passado. Todos os actos de Cesar forão approvados: *não porque elles merecessem a sua approvação*, (diz Cicero) *mas porque se devia attender principalmente ao grande objecto da Paz:* (1) e parecião-lhe tão importantes os sacrificios feitos á concordia, que elle não só votou pela conservação das Leis, que Cesar publicou em sua vida, mas tambem pela das outras, que depois da sua morte se declarárão como existentes nos seus Commentarios. (Philipp. 1. Cap. 9. = Montesquieu » Grandeur et » Decadence des Romains Chap. 12.) E erão as Leis, e os actos d'hum Usurpador, que tinha occupado a dominação da sua Patria, tão zelosa da Liberdade! Que tinha exercitado o Poder Regio tão odioso aos Romanos! E que acabava de ser morto no meio do mesmo Senado, facto, que as Leis, e os exemplos honravão como virtuosissimo em Roma! (Montesquieu, Ibidem, Chap. 11.) Cicero pensava que importava muito mais extirpar com o esquecimento do passado a semente da dissenção entre os Cidadãos, do que corrigir hum, ou outro facto, por mais digno de emenda, ou de castigo, que elle fosse. E pelo contrario, mas com igual espirito, diz Floro, fallando no mesmo caso, que supposto a cruenta morte de Cesar affectasse muito a Republica, com tudo fôra desapprovado o castigo de Bruto e Cassio. (2)

---

tuta, Cæsari divinos honores decrevit, utque nihil ne levissimum quidem eorum, quæ is Dictator sanxisset, rescinderetur, Bruto quoque, et sociis provincias, dignosque honores tribuerunt.

(1) Philipp. 1. Cap. 7. *Non quo probem, quis enim id quidem potest? Sed quia rationem habendam maximè arbitror pacis, et otii.*

(2) Lib. 4. Cap. 7. n. 3. *Cum appareret, quæ strages Reipublicæ ex pœna eorum immineret, displicuit ultio.*

Digitized by Google

Domiciano usou do mesmo remedio no Senado, a fim de conciliar os animos dos Cidadãos, que as facções dos tres Imperios antecedentes havião armado de odios entre si (Tacit. Hist. Lib. 4. Cap. 44.) : e Aureliano socegou tambem com elle as agitações do Povo Romano. Vopisc. in Aurel. Cap. 39.

A Historia moderna offerece a cada passo a adopção do mesmo arbitrio, como o unico proveitoso para extirpar a semente das discordias, sempre ruinosissimas aos Estados. (1) Elle fez hum Artigo da celebre paz da Religião cele-

(1) O Senhor Rei D. João IV, sendo felizmente Acclamado em 1640 para recuperação do seu legitimo Direito á Successão desta Monarchia, seguio na pratica a mais stricta observancia deste esquecimento do passado, indispensavel para consolidar as alterações Politicas dos Estados. Tinha anteriormente havido huma Sentença a favor dos Reis de Hespanha, e que excluia a Serenissima Casa de Bragança, a qual fôra dada por Juizes Portuguezes, propostos pelos Tres Estados do Reino, e eleitos pelo Senhor Cardeal Rei para decidirem a questão sobre a Successão do Throno. Pode vêr-se Portug. Restaur. Part. 1. Liv. 1., e forão as dictas Côrtes celebradas em Lisboa no anno de 1579, como consta da Historia Gen. da Cas. Real, Tom. 3.° das Prov. N. 174, no qual Documento se refere a nomeação, e eleição dos Juizes. E tracta da mesma nomeação, e eleição, e da Sentença a dicta Hist. Gen. Tom. 3.° Liv. 4.° pag. 649, e seguintes.

Os Estados do Reino nas Côrtes de Lisboa tinhão jurado fidelidade a ElRei Filippe III. (Dicta Histor. Gen. Tom. 7.° Liv. 7.° pag. 7. Portug. Restaur. Liv. 1.° Tom. 1.° pag. 41) assim como d'antes o tinhão feito a Filippe II. nas Côrtes de Thomar (Dicta Histor. Gen. Tom. 7.° Liv. 7.° pag. 58. Portug. Restaur. Part. 1.ª Liv. 1.°) Existião em Portugal os Ministros, que servírão no Conselho d'Estado, e no Despacho do Gabinete da Duqueza de Mantua, que governava Portugal pelos Reis de Hespanha; e das mãos da qual tinha sido arrebatado o exercicio do Governo para ser entregue ao dicto Augusto Senhor.

Digitized by Google

brada na Dieta de Augsbourg de 1555, e Maxilianno *II*, escrevendo a Henrique III Rei de França e de Polonia, attribue áquella medida a restituição da tranquillidade do Imperio, aconselhando-lhe, e recommendando-lhe o uso della (1), de que se lançou mão outra vez na paz de Westephalia para tranquillisar as dissenções Religiosas de Alemanha; (2) e da mesma sorte se pacificou a Inglaterra nos tempos de Izabel, (3) e passou a fazer hum Artigo quasi geral em todos os Tractados de Paz a estipulação da *Amnis-*

E tudo isto lhe esquecêo, conservando o Senhor Rei D. João IV todas as Mercês, com que os Reis de Hespanha havião despachado os Portuguezes, guardando fielmente a promessa feita no Solemne Acto da sua Acclamação (Hist. Gen. ibid. pag. 107. Decreto de 10 de Janeiro de 1641;) continuando a ser do seu Conselho de Estado, os que o erão do Governo Hespanhol (Hist. Gen. ibid. pag. 116. Portug. Restaur. Part. 1.ª Liv. 3.º no principio;) e sendo escolhido pelo dicto Soberano para seu Secretario d'Estado com geral aprovação, e applauso, Francisco de Lucena, que trinta e seis annos exercitára no Conselho de Portugal em Madrid o Lugar de Secretario d' Estado, e que em Lisboa era Secretario das Mercês pelo Governo Hespanhol no tempo da Revolução (Histor. Gen. ibid. pag. 99, e 231.) E pode vêr-se alem d'isto o que escrevêmos relativamente a este assumpto a f. 608, e seguintes deste Jornal.

O nosso Augusto Soberano o Senhor D. PEDRO IV empregou tambem proximamente este saudavel *arbitrio*, para trazer á união, e á concordia os Portuguezes, quando lhes enviou a Carta Constitucional de que tractâmos, e a acompanhou de hum amplissimo Decreto de Amnistia, como já fizemos vêr neste nosso Jornal a f. 62, e *seguintes*.

(1) *Armis antea irritatum imperium, at amnistia sancita ex eo summam in Imperio tranquillitatem fuisse.* Thuan. Hist. ad ann. 1574 L. 58, quasi no principio. Histoir. Politiq. du Siecle Part. 1. Chap. 1. §. 4. e 5. Londres 1754.

(2) Pode vêr-se Zalwin Princ. Jur. Eccles. Univ. et Part. German. T. 4. Quæst 2. Cap. 6. §. 5.

(3) Cambden in Histor. Elis. Part. 3, ad ann. 1585.

Digitized by Google

tia, quando a elles tinhão precedido factos, que exigião aquelle meio, a fim de que a Paz dos Estados não viesse a ser origem de perseguições e Guerras intestinas. E isto he tanto assim, que Mably (1) declara *que na relação dos Artigos dos Tractados se não demorará com aquelles, que intervem sempre em todos elles, por hum estilo inalteravel; e, referindo alguns para exemplo, conta neste número, o que estipula as* Amnistias.

E já por esta parte Historica das *Amnistias* se poderá conhecer que ellas não fazem hum Artigo da Jurisprudencia Criminal, a que pertence o Magestatico Direito de perdoar as penas impostas por Sentenças, e que tinha sido a materia do §. 7.° Quando se tracta de Leis Criminaes, e da sua applicação a quaesquer factos, para que os delictos commettidos se castiguem, e com este exemplo se desviem os outros, que de futuro podião perturbar o Estado, lembrão as Leis, e lembrão as suas transgressões, considera-se huma, e outra cousa, tractando-se de applicar aquellas a estas. O Direito de perdoar neste caso, que he a materia do §. 7.°, tracta tambem de pezar as circumstancias da Lei geral, e as do caso particular, em que ella foi applicada, para depois disto se perdoar, ou se minorar a pena imposta, quando isso requer a equidade nos termos, e pela maneira, que temos dicto. E não se parece com cousa alguma destas, antes he avêsso, e contrario a todas ellas o arbitrio das *Amnistias*, que em vez de indagar os factos, sobre que recahem, e as circumstancias de cada hum delles, cobre com espêsso véo a todos, não pelo que elles são, ou não são, pelo que merecem, ou não merecem os Cidadãos, que os perpetrárão, ou que os omittirão, mas sim unicamente com os olhos no Todo da Nação, no bem geral do Estado, para que nelle viessem a ter finalmente algum termo as inquietações dos Cidadãos, as suas mutuas desavenças, insultos, e perseguições, de qualquer natureza que ellas fossem, e para que do emprego d'estes meios resultasse a paz, e a tranquillidade pública, que he o primeiro, e

(1) Le Droit Publique de l'Europ. Chap. 4, em o fim. (Mihi pag. 306 Tom. 7. das suas Obras completas, impressas em 1791.)

Digitized by Google

maior de todos os bens Sociaes, connexo intimamente com todas as idêas da Sociebilidade, e indispensavel para que se obtenhão os fins, a que os homens se destinárão quando se unírão em Corpos Politicos. Indagações sobre Leis, e sobre factos vem pois a ser o objecto da Juris-prudencia Criminal, e não pode por isso entrar nella a *Amnistia*, que, em vez da idêa da indagação, e de exame, apresenta a outra de inteiro, e perpetuo esquecimento, que lhe he diametralmente opposta.

Continuar-se-ha.

N. B. No Jornal N.° 16. Supplemento 2.° a pag. 727. lin. 30. onde se lê = operações = lêa-se = oppressões; e a pag. 728. lin. 9. onde se lê = *moreare* = lêa-se = *moriare*.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 16.

SUPPLEMENTO 5.º

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porem sempre de vagar.

Carta Constitucional da Monarchia Portugueza, Artigo 74 §. 7.º e 8.º em continuação do que se escrevêo até fol. 776.

§. 7.º *Perdoando, e moderando as penas impostas aos Reos condemnados por Sentença.*

§. 8.º *Concedendo Amnistia em caso urgente, e quando assim o aconselhem a humanidade, e bem do Estado.*

As *Amnistias* por tanto fazem huma parte da Juris-prudencia, ou do Direito Politico, que tracta em geral dos meios, que são tendentes aos grandes fins, para que os homens se unírão nas Sociedades Civís, nos quaes já temos visto que entra eminentemente o arbitrio das *Amnistias*, ou seja subsequentemente ás Guerras de Nação a Nação, ou seja depois das Dissensões Civís dos Estados. Então tracta-se huma questão em geral, e vem a ser = *se mais conviria aos fins Sociaes indagar, avaliar, e punir taes factos, ou taes ommissões, que se praticárão no curso d'essas desavenças, ou se será mais proveitoso lançar hum espésso véo sobre todas essas cousas;* e decidida por

*

esta segunda parte a mencionada questão, não se entra em indagação alguma áquelle respeito. Apparece em colisão a Jurisprudencia Criminal com a Juris-prudencia Politica; entende-se que o uso, e o emprego d'aquella seria mais damnoso, do que proveitoso; e então o grande bem do Estado, que entra na consideração do Direito Politico, ou da Juris-prudencia Politica, faz inutilisar, e reduz ao silencio aquelle outro ramo de Juris-prudencia, que tambem era destinado, e que tambem servia áquelle *dicto* bem do Estado, e que não devia por isso mesmo jámais ser empregado, quando produzisse maior somma de males, *do* que a dos bens, que promovia. O Direito Politico, ou a Juris-prudencia Politica he hum genero, que abrange em si todas as diversas especies de Juris-prudencia, que são peculiarmente destinadas a este, ou áquelle ramo da Publica Administração, mas que todas se dirigem a trazer ao Estado o seu maior bem possivel. A Jurisprudencia Criminal he huma destas especies, a que pertence o castigo dos crimes, a fim de com elles se garantirem os direitos dos Cidadãos, por meio do medo das penas, que ella impõe áquellas pessoas, que os offendem. Mas quando esta especie entrar em colisão com aquelle genero, isto he, o ramo — a Juris-prudencia Criminal, com o tronco — a Juris-prudencia Politica, não podia deixar de ser de rigorosa necessidade, *inutilisar* o ramo, que não servia ao bem do tronco, para proveito do qual era destinado.

Eis-aqui a filosofia Juridica deste Artigo; e por isso Bentham escreve muito sensatamente no lugar já por *mais* vezes referido = *que nos casos, em que a pena faria mais mal do que bem, depois das sedições, das conspirações, das desordens públicas, o Poder de perdoar não he somente util, mas tambem necessario.* E Martini (Jur. Publ. Univ. Lib. 2.° Cap. 8.° §. 12). *Quemadmodum autem omnia, ita quoque pœnarum inflictio est subordinanda saluti civitatis, atque adeo, si ex illa majus malum in eam redundat, differenda, vel remittenda potius est.* E a nossa Carta, coherentemente com isto, authorisa o Rei, como Poder Moderador, para *conceder a Amnistia em caso urgente, e quando assim o aconselhar a humanidade, e bem do Estado.*

Digitized by Google

Em caso urgente: isto he, quando entrar em colisão o mencionado Direito Politico com o castigo dos criminosos, e se entender que deste resulta maior mal do que bem á Sociedade Civil. *E quando assim o aconselhem a humanidade:* isto he, para evitar não só huma serie infinita de castigos, que não teria nenhum outro fim mais, do que a vingança para com os criminosos; quando este sentimento não deve entrar nunca nos Juizos Criminaes, e nas penas impostas, como já escrevêmos na nota a f. 713: mas tambem para não pôr em susto, e em receio toda a grande collecção de Cidadãos, que nos mencionados casos serão expostos a persecuções, muito frequentemente promovidas por particulares odios, e vinganças, como a experiencia mostra que acontece todos os dias, se depois das discordias Civís se não emprega o meio das *Amnistias.* São tão vagos, e tantos os meios de perseguir, e de inquietar, pelo que se fez, ou pelo que se ommittio no curso daquellas discordias que, se se abrir caminho a estas indagações, não poderá haver ninguem, que se possa dar por seguro de não entrar em Processo, e de não ser objecto da imposição de penas. E então a humanidade pede em altissimas vozes que se lhe desvie huma tão franca origem dos seus padecimentos. *E o bem do Estado:* porque, sendo este composto de Cidadãos, não pode deixar de estar ligado o bem, que he a elle relativo, com o outro, que diz respeito aos mesmos Cidadãos.

A unica cousa, que havia para ver, era, se a Monarchia se achava, ou não em circumstancias de carecer deste remedio: se nella tinha entrado em colisão aquelle particular ramo da Juris-prudencia Criminal com o tronco geral da Juris-prudencia Politica, de que ella fazia huma parte; e isto que unicamente havia para se vêr, e para se considerar, para que fosse com toda a madureza visto, e considerado, foi entregue ao Rei com a declaração de que a esse respeito seria ouvido o Conselho d'Estado, como declara a Carta no Art. 110. Ella por tanto he merecedôra de todo o louvor pelo desenvolvimento, que dêo a esta materia, e pela maneira, com que a deixou arranjada.

Subsequentemente ás discordias públicas, e ás dissenções dos Estados, nem pode haver, nem as Historias mos-

Digitized by Google

trão senão huma de duas cousas, que vem a ser: ou 1.° esquecimento do passado, isto he, *Amnistias;* ou 2.° *Reacções* sempre necessariamente provenientes de hum Partido, ou de huma fracção Social vencida, e opprimida. Como he da natureza das cousas que as compressões, fazendo redobrar as forças comprimidas, produzão huma reacção, que destrua a força comprimente; se depois das commoções Politicas dos Estados huma fracção Social se apresenta triunfante, e orgulhosa, inculcando, ou querendo comprimir a outra, á proporção dos esforços daquella redobrão nesta os motivos moraes de reagir, e a reação torna-se infallivel. E consequentemente não havendo, quando se despreza o arbitrio da *Amnistia*, senão a esperar o resultado de huma reacção, isto seria mais que bastante para sanctificar o emprego daquelle salutissimo arbitrio. Os Estados sacrificados á continua serie de reacções irião perdendo progressivamente as suas forças em cada huma d'ellas, até que soffrerião a total anniquilação.

Quando em 1808 feita a Convenção de Cintra para a evacuação do Exercito Francez, que commandava o General Junot, se introduzio nella o Art. 17, estipulando-se a *Amnistia* a pró dos Portuguezes pelo seu comportamento, durante a occupação Estrangeira, em conformidade ás considerações, que acima ficão escriptas, e que em taes circumstancias, desde Trasybulo Atheniense até aos nossos dias, fizerão em semelhantes casos lançar mão d'aquella medida, hum Protesto apparecêo alguns dias depois contra o dicto Artigo d'aquella Convenção feito pelo General Portuguez, e fundado na razão, de *que elle privava ao Senhor D. João VI, então Principe Regente destes Reinos, de castigar os vassallos, que lhe tivessem sido traidores.* Não duvidâmos que o zelo, e ardor do dicto General, a pró da lealdade Portugueza, fosse quem o conduzisse a fazer o dicto Protesto. Mas he certo que elle por este meio confundia o castigo dos criminosos, isto he, a parte da Jurisprudencia Criminal, a que isto pertence, com as *Amnistias*, isto he, com hum Artigo da Jurisprudencia Politica, e que, se esta confusão não houvesse, não se argumentaria com o que pedia a Jurisprudencia Criminal, relativamente áquillo, que pedia o Direito, ou a Jurispru-

Digitized by Google

dencia Politica. Desta confusão nascêo aquelle Protesto, que trouxe aos Portuguezes, e nem podia deixar de lhes trazer huma grande serie de males, estando hum Exercito nosso no poder do Inimigo, e juntamente muitos outros Portuguezes, que inculpavelmente tinhão sido surprendidos naquella época debaixo da sua dominação, e abrindo-se por meio do mesmo Protesto a porta ás persecuções criminaes, de que acima fallámos, sendo ellas muito perigosas á innocencia, e á tranquillidade dos Cidadãos.

O nosso Augusto Monarcha o Senhor D. PEDRO IV manifestou o mais completo conhecimento da Sciencia da Publica Administração, quando separou estes dous §§ 7.°, e 8.°, de que temos tractado, fazendo vêr que conhecia a distincção, que havia entre o que era de Juris-prudencia Criminal, e o que pertencia á Juris-prudencia Politica, não obstante que se parecião entre si as duas determinações, que fazião a materia d'aquelles dous §§; e que comummente se poderá entender que ambas são da mesma natureza, e qualidade, como tendentes ao homogeneo fim de fazer bem aos Vassallos. Nós não quizemos levantar a mão d'este nosso trabalho, sem fazer observar isto aos Portuguezes, e sem render ao Mesmo Senhor o tributo do nosso respeito pela Alta Sabedoria, que apparece na separação d'estes dous §§ da sua Carta.

A singular Consideração da Carta Fundamental da Monarchia Portugueza, que a torna summamente benefica para as circumstancias d'este Reino.

A Carta Fundamental da Monarchia Portugueza, dada pelo Senhor Rei D. PEDRO IV no seu Palacio do Rio de Janeiro aos 29 de Abril de 1826, fez apparecer huma Revolução Politica neste Reino, sem ser por meio de huma Revolução do Estado.

Eis-aqui a singular Consideração, que nos parece merecer a dicta Carta, e que a torna a nossos olhos summamente benefica para as circumstancias de Portugal. E o geral desenvolvimento d'estas nossas idêas fará a importante materia, com que terminaremos este nosso Jornal.

Digitized by Google

Não pode duvidar-se de que a dicta Carta faça *huma* Revolução Politica neste Reino: por quanto ella vem fazer em Portugal huma mudança no Governo, por que este anteriormente se regia, e isto he o que se chama huma Revolução Politica no sentido mais geral d'esta palavra, como já fizemos vêr a f. 543 d'este Jornal. Cumpre-nos pois recordar, antes de tudo, qual era a forma do Governo d'este Reino antes da dicta Carta, e vêr depois qual ella fica sendo em consequencia d'ella, para conhecermos se ella fez realmente aquella mudança, e em que ella consistio. E, para caminharmos neste trabalho com mais exactidão, e clareza, reduziremos as nossas opiniões a Proposições, ou Theses, de que daremos as demonstrações.

1.ª

O Governo d'este Reino era eminentemente Monarchico-Absoluto, no sentido Politico, que convem a esta palavra, e que se achará na Nota a f. 174 d'este Jornal. Aos nossos Soberanos competia a plenitude das Attribuições, ou dos Direitos, que constituem a Magestade Civil, ou as partes integrantes do Supremo Poder do Estado, que vem a ser o mesmo. E tal foi a Constituição de Portugal desde o começo d'esta Monarchia até aos nossos dias. (1)

A Constituição dos Estados he a forma Politica da sua Publica Administração — aquella Organisação *Politica*, que elles tem nas diversas partes do seu Todo Social, a que chamâmos Corpo Politico. E he por isto que, tendo o Senhor D. PEDRO IV incluido na mencionada Carta huns Artigos, que erão Constitucionaes, e outros não, escrevêo no Artigo 144 = *He só Constitucional o que diz respeito aos limites, e Attribuições respectivas dos Poderes Politicos, e aos Direitos Politicos, e Individuaes dos Cidadãos. Tudo o que não he Constitucional pode ser alterado, sem as formalidades referidas pelas Legislaturas ordinarias.* =

(1) Nossos Leitores verão a uniformidade de nossas idèas, sempre humas, e sempre as mesmas, e todas ellas em plena conformidade com aquillo, que escrevemos na nossa = *Myologia, vulgarmente, Musculogia do Corpo Social*, que começámos a imprimir a f. 4 d'este Jornal, e que foi continuada nos seguintes.

Digitized by Google

D'onde se conhece que a materia pertencente á Constituição do Estado he a distribuição das Attribuições respectivas dos Poderes Politicos, por meio dos quaes se faz a Publica Administração; contendo, alem d'isso, somente a declaração dos Direitos Politicos, e Individuaes dos Cidadãos, os quaes são deduzidos da mesma natureza das Instituições Civis, e mais dos fins, por que os Cidadãos nellas se ajuntarão.

O Corpo Politico compõe-se de quatro Elementos, como dissemos a f. 5 d'este Jornal; a saber: 1.° O Soberano: 2.° A Lei Constitutiva, ou Fundamental, a que hoje se dá o nome de Constituição: 3.° O Governo: 4.° O Povo.

Os dous primeiros Elementos são Constituintes: os dous segundos Constituidos: e cumpre explicar muito claramente o que indicão estas nossas palavras.

Não se pode conceber hum Corpo Politico, sem que se forme conjunctamente a idêa de huma collecção de muitos individuos, ou de muitas familias, unidas entre si para os fins Sociaes. He tambem indispensavel conceber que, antes d'esta união, esses individuos, e essas familias erão todas, e cada huma d'ellas entre si independentes, e cada huma d'ellas por isso mesmo Soberana, (1) visto que nem tinha, nem conhecia hum outro individuo, ou huma outra familia, que lhe fosse superior. (2) E era então huma conse-

---

(1) Pode vêr-se para completa illustração d'esta doutrina a Nota 23, que juntámos ao nosso Opusculo = *Que he o Codigo Civil?* = para desenvolvermos a nossa theoria sobre a Propriedade, a qual sendo por nós derivada da natural distincção, e mutua independencia dos homens, nos conduzio á demonstração d'esta sua natural qualidade.

(2) Como tractâmos de Instituições Moraes, isto he, de Instituições, que dão Direitos, e Obrigações, devem nossos Leitores não perder jámais de vista que sempre fallâmos em sentido Moral: e por isso v. g., quando dizemos aqui = *outro individuo, ou outra familia, que lhe fosse superior*, = deve entender-se o nosso período como se dissessemos = *que lhe fosse moralmente superior*, = isto he, tendo hum Direito sobre as acções do outro, a que neste correspondesse a obrigação de as conformar com a vontade

Digitized by Google

quencia necessaria d'isto que naquella primeva união, e ao tempo d'ella se fazer, se havia de encontrar huma collecção de Soberanos, e que no complexo de suas vontades havia de residir a Soberania Moral d'aquelle Todo.

Mas esse Todo, determinando a continuar unido, e em Sociedade para obter os fins Sociaes, havia necessariamente de repartir as Attribuições Sociaes, regulando todas as Authoridades, ou Poderes Politicos, que terião a seu cargo a direcção do Estado, e havião portanto fazer necessariamente a Lei Constitutiva d'esta determinada Associação, visto ser huma circumstancia indispensavel para o proposto, e decretado fim, não sendo esta Lei Constitutiva outra cousa mais, do que aquella distribuição das Authoridades, ou Poderes Politicos, indispensaveis na Sociedade Civil para a sua direcção, como indica mesmo com muita sabedoria o trasladado Artigo da nossa Carta. A dicta Lei Fundamental pois ha de havê-la, sempre que houver, e que se vir existente hum Corpo Politico, e ella ha de ser coeva com a Instituição Social. (1)

---

alheia. E não exclue então isto a superioridade real, vinda de algum dos motivos, que a podem produzir, quaes são, ou 1.° *a diversidade intellectual*, em razão da qual huns são mais, outros menos ricos em faculdades intellectuaes: 2.° *a diversidade corporea*, em razão da qual huns são mais ricos, outros menos ricos em faculdades corporeas: 3.° *a diversidade da fortuna*, em razão da qual, huns são mais, e outros menos ricos, em alguma, ou em algumas d'estas circumstancias, que acompanhão o estado dos *homens*, fazendo a huns mais distinctos do que os outros, pela sua Nobreza, pela sua Riqueza, pela sua Publica Consideração, etc. etc. etc.

(1) Relativamente á origem dos Corpos Politicos dos Estados, ou das Nações, pode considerar-se, ou a sua origem historica, ou a sua origem filosofica. Tractando-se da primeira, considerão-se factos; tractando-se da segunda, hão de considerar-se cousas moraes, que produzão Direitos, e Obrigações. Quando se entra no primeiro trabalho, ha de achar-se necessariamente huma grande diversidade na origem dos diversos Estados, ou Nações, que se tem conhecido,

Digitized by Google

Estes dous primeiros elementos do Corpo Politico são coevos, e contemporaneos, ambos elles existentes no tempo da sua Organisação Politica, e ambos elles Constituintes, porque hum designa as pessoas, que constituem aquella Organisação, e o outro designa a forma, que lhe foi dada.

E desta determinada forma havião de resultar tambem

Agora: quando se entra no segundo ha de achar-se necessariamente a uniformidade com as idêas, que deixâmos escriptas neste lugar, sejão ellas enunciadas por este, ou por aquelle modo. Puffendorf. de J. N. & G. L. 7. C. 2. §. 7. considerou a structura Social Politica proveniente de dous Pactos, e de hum Decreto — que o primeiro Pacto havia de conter a união de huns individuos, ou de humas familias d'antes independentes, mas então unidas entre si para o fim da sua commum segurança, e prosperidade. Este Pacto não dava mais do que a união, segundo a maneira porque Puffendorf. via estas cousas. Mas, resultando d'elle huma informe multidão de individuos, ou de familias, sem regularidade alguma na sua futura direcção, indispensavel era huma outra instituição, que designasse a forma d'aquella união, distribuindo os Poderes Politicos, que havião de ter a seu cargo a Publica Administração, e a isto he o que o dicto Escriptor chamava hum Decreto. Depois disto considerava necessario hum outro Pacto, por que todos aquelles individuos, ou todas aquellas familias se reconhecessem sujeitas aos dictos Poderes Politicos, constituidos no tal Decreto, sendo por este motivo, que elle chamava ao primeiro ajuste = *Pactum unionis* = ao mencionado Decreto = *Decretum formæ* = e ao ultimo ajuste = *Pactum subjectionis.* =

E ou seja por esta forma, ou por qualquer outra, que se haja de considerar a origem filosofica das Sociedades Civis, he indispensavel conceber huma união de individuos, ou de familias independentes, deixando esta sua independencia, e passando a huma sujeição a taes ou taes Poderes Politicos designados, aos quaes ha de caber o Governo, bem como a todos os outros Socios a obediencia, porque sem isto não pode entender-se a existencia de hum Corpo Politico.

**

Digitized by Google

por huma absoluta necessidade os outros dous elementos *do* Corpo Politico, que nós designamos como *Constituidos*, por serem o resultado d'aquella primeira determinação. Havia de apparecer o Governo, e os Governados, estas duas partes essencialmente componentes d'aquelle Corpo, a que nós demos os nomes de *Governo*, e *de Povo* na dicta nossa Myologia do Corpo Social.

Aquelle segundo elemento Constituinte, isto he, a Lei Fundamental, ou a Constituição do Estado, não pode deixar de ser reconhecido como existente, sempre que se vir hum Corpo Politico, conforme acima dissemos; por quanto, exigindo este, e não podendo deixar de ter huma certa, e determinada Organisação, a sua existencia he o pleno testemunho de haver a dicta Organisação, que vem a ser o mesmo, que a sua Lei Fundamental, ou a sua Constituição.

Succede porem que essa Organisação, humas vezes se pode achar escripta, sabendo-se por tanto por meio de hum Titulo, ou de hum Instrumento aquillo, em que ella consiste, qual foi a época do seu estabelecimento, e quaes os seus Constructores: e que outras vezes ella se não acha escripta, não se conhecendo por hum Titulo, ou por hum Instrumento, ignorando-se a época, e os Constructores da dicta Organisação. E neste segundo caso, a prática, *aquillo* que se vê observado, e que se deve suppôr proveniente dessas primevas Instituições, de que se ignora a origem, he que mostra, e que manifesta qual tenha sido, e qual seja a Lei Fundamental, ou a Constituição do Estado. (1)

(1) Os Inglezes tem a sua Magna Carta, que se intitula = *Das Liberdades Communs* = e que lhe foi dada em 1215, pelo seu Rei João, denominado » *Sem terra* » cujo original se conserva na Bibliotheca Real, e que temos literalmente traduzida por Luis Bonaparte = *Histoire du Parlement Anglais depuis son origine en l'an* 1234, *jus qu'en l'an* 7.° *de la Republique Française, a f.* 401. Ella he hoje considerada como a sua Lei Fundamental, mas basta olhar para a sua data, e para a historia dos acontecimentos, que conduzírão o dicto Rei a dar a dicta Carta, para não se poder duvidar que a Grã-Bretanha já antes d'aquella época era

Digitized by Google

Caminhando pois na conformidade destas idêas, todas muito claras, e intimamente connexas com a natureza da cousa, de que se tracta, vejâmos como he exactamente verdadeira aquella nossa 1.ª Proposição.

Tinha este Reino, ou não tinha huma Lei Fundamental, ou huma Constituição escripta? Diz-se que tinha, e que ella existe nas nossas Côrtes de Lamego. E, se isto he assim, vem a ser incontestavel que a nossa primeva Lei Fundamental, e Constituição Portugueza, continha a Instituição de hum Governo eminentemente Monarchico-Absoluto, a qual reconhecia nos nossos Soberanos a plenitude das Attribuições, ou Direitos, que constituem a Magestade Civil, ou as partes integrantes do Supremo Poder do Estado. E para nos convencermos disto não temos necessidade de nenhuma outra cousa mais, do que lançarmos os olhos sobre esse Instrumento, ou esse Titulo da dicta

---

huma Nação conhecida, que tinha huma certa fórmula regular de Publica Administração, e por tanto innegavelmente huma Constituição Politica, bem que se não achasse escripta. O uso, e a prática da direcção dos Negocios não podia deixar de manifestar qual ella fosse nos tempos anteriores ao dicto anno de 1215.

Da mesma sorte, sendo as nossas Côrtes de Lamego a Lei Fundamental da nossa Monarchia, tendo-se ellas celebrado depois da batalha de Ourique, que foi em 1139; tendo já anteriormente a esse tempo existido Portugal na qualidade de hum Corpo Politico debaixo do Governo do Sr. Conde D. Henrique, e, por sua morte, debaixo do Governo do Sr. D. Affonso I, em nome do qual na sua menoridade teve a Publica Administração a Senhora D. Teresa, desde 1112, em que o Conde seu Marido fallecêo, até o anno 1128, em que o Senhor D. Affonso I começou a governar, e sendo indisputavel que em todo este período até á dicta data de 1139 existia o Corpo Politico Portuguez com huma certa, e regular Administração Publica, o conhecimento de qual esta fosse ha de sem dúvida mostrar qual tivesse sido a primeva Constituição desta Monarchia, em cuja miuda designação não podêmos entrar agora, pelo não permittirem os limites deste Jornal.

Digitized by Google

nossa Constituição, isto he, as Actas das dictas Côrtes de Lamego.

O seu Titulo manifesta por huma parte, que ellas fôrão as primeiras, que se congregárão, e que seu objecto era tractar de Negocios do Reino, e de muitas outras cousas de grande ponderação, e momento. (1) O Instrumento das dictas Côrtes he publicado em nome do Senhor Rei D. Affonso I, o qual nos seus Titulos se declara elevado ao Throno por piedade de Deos, (2) declarando outro sim, que fôra elle quem fizera aquella convocação. (3) Reconhece depois, que aquelles Membros das Côrtes, que erão o Estado Ecclesiastico, o Estado da Nobreza, e o Estado do Povo, pela pessoa dos seus Procuradores, o tinhão feito Rei no Campo de Ourique, e apresentou-lhes as Bullas do Papa, que o reconhecia Rei, para que dissessem se querião, que elle o fosse. (4) Ora: nós sabemos aquillo, que se fez no Campo de Ourique, e a que se refere este Membro das referidas Actas, que foi: *saudar o Exercito ao Senhor D. Affonso I como Rei*, estando elle já anteriormente no exercicio da Publica Administração, e Governo do que então constituia o Estado Portuguez, o qual já tinha sido governado por seu Pai o Senhor Conde D. Henrique, e pelo mesmo Senhor D. Affonso I, como seu Successor, até ao tempo dessa batalha, como especificamente referimos

(1) *Prima congregatio Regis Alfonsi, Henrici Comitis filii, in qua agitur de regni negotiis, et multis aliis rebus magni ponderis, et momenti.*

(2) *Ac pietate divina ad Regium solium nuper sublimatus.*

(3) *Quoniam nos concessit Deus quietari, et dedit victoriam de Mauris nostris inimicis, et propterea habemus aliquantam respirationem: ne forte nos tempus non habeamus postea, convocavimus omnes istos.* E mais abaixo, quando começa a fallar Lourenço Venegas, como Procurador do Rei, *Congregavit vos Rex Alfonsus.*

(4) O período, porque acaba a Nota antecedente continúa: = *Quem vos fecistis in Campo Auriquo, ut videatis bonas litteras domini Papæ, et dicatis si vultis quod sit ille Rex.* =

Digitized by Google

na Nota f. 786. Portanto: nesse periodo das Côrtes não se tracta senão do Titulo de Rei, com que o Exercito Saudou ao Senhor D. Affonso I depois d'aquella batalha, que o Papa reconheceo nas mencionadas Bullas, e que Lourenço Venegas em nome do Rei propoz aos Tres Estados do Reino, se querião, que elle fosse usado pelo dicto Senhor. Não se pode applicar senão a isto o dicto periodo, huma vez que sabemos que já anteriormente a essa batalha o dicto Rei tinha o Governo do Estado, bem como o tinha tido tambem seu Pai. Do Titulo pois de Rei he que se tractava naquelle lugar, e por tanto de nenhuma sorte se pode deduzir d'aqui proveniente para o Senhor Dom Affonso I a Authoridade, ou as Attribuições governativas, que elle d'antes tinha exercitado, como tambem o tinha feito seu Pai, e as quaes são tão independentes, e tão separadas do Titulo de Rei, que ainda hoje vêmos na Europa muitos Chefes d'Estados, com a plenitude do Governo d'elles sem terem o Titulo de Rei. (1)

(1) Esta nossa opinião he tambem a do Senador Mello, Hist. Jur. Civ. Lus. §. 38, e geralmente reconhecida pelos nossos Escriptores, e Juris-Consultos. E cumpre observar isto para desviarmos a perigosa idêa do Dogma da Soberania do Povo, que supposto seja verdadeiro na consideração filosofica da origem das Sociedades Civís, ao tempo da sua Organisação, he falso quando se applica, ou se considera existente depois da Organisação do Estado: porquanto, feita esta, e reconhecida, ou seja pelo Titulo da dicta Organisação, ou pela prática, que manifesta qual ella tenha sido, já o Povo deixou de conservar aquella Soberania, que d'antes tinha, passando para ser a Classe Governada da Sociedade Civil, ou o quarto elemento do Corpo Politico, como dissemos na dicta nossa Myologia a f. 6 d'este Jornal. E esta com effeito he a doutrina constante dos nossos Documentos Publicos. O Senhor D. Sancho II pelas controversias, em que entrou com os Ecclesiasticos, de que era Chefe o Arcebispo de Braga, foi deposto pelo Papa Innocencio IV na sua famosa Decretal de 1245, referida no Capitulo *Grandi 2. de Suppl. Negligent. Praelat in* 6. o qual lhe substituio seu Irmão o Conde de Bolonha, que Reinou com o

Digitized by Google

Seguio-se a isto o importante, e Constitucional Capitulo, que tractava da Successão do Reino, parte essensia-

---

Titulo do Senhor D. Affonso III. Era nesse tempo reconhecida nos Papas, ou pelo menos por elles praticada esta Suprema intervenção temporal sobre os Reis Christãos. Mas não obstante o respeito, que então os Povos tributavão á Sancta Sé, os Portuguezes resistírão muito a esta deposição do Senhor D. Sancho II; e porque huma genealogia Franceza a tinha attribuido ao Povo Portuguez, accrescentando que muitos outros Reis depostos tinha havido em Portugal, tractou de refutar, e refutou plenamente este Relatorio Duarte Nunes do Leão na Chronica do dicto Senhor D. Sancho II.

Acclamado o Senhor Rei D. João I aos 6 de Abril de 1423, e passando aos 10 do dicto mez, tão proximamente áquella data da sua Acclamação, Carta de Confirmação dos Privilegios da Cidade de Lisboa, por ser a que mais concorrêra para elle ser declarado Regedor, e Defensor do Reino, e pelos seus outros Serviços, escrevêo = *De nosso Poder Absoluto, lhe dâmos, outorgâmos, etc.* = como se pode vêr na Chronica de Fernão Lopes Part. 2.ª Cap. 2.°

E quando se procedêo ao Auto de Levantamento, e Juramento dado ao Senhor D. João IV em Lisboa nos Paços da Ribeira, aos 15 de Dezembro de 1641, com as solemnidades do estilo, fallou o Dr. Francisco de Andrade Leitão na maneira seguinte = *E crendo a mesma Nobreza, que era chegado o tempo desejado, e profetisado, em que se havia de restituir á Casa Real de Bragança o Sceptro, e Corôa, que se havia usurpado, rompêo, dizendo em altas vozes:*

Rei novo alevantado, João IV, legitimo, natural, e verdadeiro Senhor de Portugal.

Não se pode explicar, nem dar a entender com palavras, qual no mesmo instante foi a uniâo, e concordia; qual o alvoroço, contentamento, e alegria, com que todos os Povos, todos os Estados, e todas as idades recebêrão, seguírão, e repetírão esta voz, sem contradicção alguma: applaudírão, e consentírão os Navios, as Torres, e Castellos, que estavão em poder dos Castelhanos, e todos se

Digitized by Google

lissima de huma Lei Fundamental para huma Monarchia, a fim de se marcar, e de se regular a transmissão do Di-

---

rendêrão, entregárão, e sujeitárão logo ao felice nome, e ditosa invocação de V. Magestade, porque ninguem melhor do que elles entende, que era tudo de V. Magestade, e que se devia tudo a V. Magestade.

Semelhantemente *no Auto da Ratificação, e Juramento dos Tres Estados ao mesmo Senhor D. João IV em as Côrtes de Lisboa nos mesmos Paços da Ribeira aos 28 de Janeiro de 1642, e do Juramento, preito, e menagem ao Serenissimo Principe D. Theodosio N. S. para o reconhecerem, e para lhe obedecerem, como seu Rei e Senhor, depois dos dias de S. Magestade* acha-se a Oração, que fez o grande Bispo de Elvas D. Manoel da Cunha, na qual se explicou desta maneira.

Chegado o tempo promettido, e suspirado ha tantos annos, em que Deos Omnipotente Foi Servido obrar comnosco a muior Misericordia com a maior Justiça: maior Misericordia, livrando com o seu poderoso braço este affligido Reino do captiveiro, em que jazia: maior Justiça, restituindo-o com Soberano Poder a seu natural, legitimo, e verdadeiro Senhor, e Successor.

Em nenhum d'estes dous lugares se acha nem a mais leve idêa de hum Direito conferido ao Senhor D. João IV, mas sim o pleno reconhecimento de que a Corôa era sua, e que lhe era devida, como a elle transferida pelo legitimo Direito de Successão, que lhe competia pela originaria Lei Constitutiva das Côrtes de Lamego sobre a Successão do Reino: de maneira que no facto da Acclamação do Senhor Rei D. João IV, depois de huma occupação Estrangeira por 60 annos, não se deixou nenhum vestigio de que o Povo, usando da sua Soberania, lhe conferisse o Reinado.

E o conhecimento, que tinhão os Portuguezes, dos perigos, que lhe podião vir, e ao Estado da sua intervenção, e exercicio da Soberania em caso algum, não podia ser reconhecido mais plenamente do que o foi no seu Assento, ou Resolução datada de 8 de Janeiro de 1698, em consequencia do Decreto de 3 de Dezembro antecedente, em que o Senhor D. Pedro II encommendou ás Côrtes então

Digitized by Google

reito do Chefe do Estado pela sua morte. E quando se tractava de Constituir essas Leis, e as outras, que parecessem precisas para a tranquillidade pública, perguntando-se aos Tres Estados do Reino se querião, que taes Leis se fizessem, respondêrão todos = *Sim, Senhor, nós o queremos, e nos apraz que se Constituão Leis, taes quaes vos agradarem, porque nós estâmos com os nossos filhos, filhas, netos, e netas, muito promptos para vos obedecer.* (1) Eis-aqui pois reconhecida nessas primeiras Côrtes Portu-

---

congregadas a consideração, que merecia o Capitulo das Côrtes de Lamego, que não admittia á Successão do Reino o Filho do Irmão do Rei, que succedêra a este pela extincção da sua linha, sem que houvesse huma nova eleição dos Povos. Diz-se pois na dicta Resolução, ou Assento que os Povos uniformemente concordavão na derogação do dicto Capitulo das Côrtes de Lamego, para que ficasse de futuro decidido que nelle succedesse o Filho primogenito, e seus Descendentes, sem dependencia alguma de nova eleição dos Povos, accrescentando-se as discretissimas palavras = *Sendo para o socêgo das Monarchias mais desejada a vassallagem, que a sujeição jura, do que a obediencia, que a liberdade escolhe;* = manifestando assim os dictos Povos que era para bem seu, para o socêgo de seu Corpo Politico, que elles julgavão conveniente renunciar a hum Direito, que lhe tinha sido reservado naquellas primeiras Côrtes Portuguezas. E tudo quanto escrevemos de f. 105 d'este Jornal em diante sobre as palavras *Legitimidade, e Legitimos*, inculcando-as como dirigidas, *não a sanctificar* hum Direito dos Reis, mas sim a buscar, e promover as conveniencias dos Povos, tudo isso pode ser applicado, quando se tractar do Dogma da Soberania do Povo, para se conhecer que convinha aos mesmos Povos que tal Dogma se não reconhecesse, para os desviar das contínuas agitações, em que elle os podia metter, em seu notorio, e gravissimo desproveito.

(1) *Dixerunt omnes: volumus domine Rex, & placet nobis constituere leges*, quas vobis bene visum fuerit, *& nos sumus omnes cum filiis, filiabus, neptibus, & nepotibus ad vestrum mandare.*

Digitized by Google

guezas a absoluta necessidade da intervenção Regia no exercicio do Poder Legislativo. Os Tres Estados do Reino protestárão que querião que não fosse Lei senão aquillo, que o Rei quizesse. Ora: a faculdade Legislativa he a primeira, ou a chave de todo o exercicio Soberano, porque as Leis são o meio, por que se dão aos Cidadãos as regras, que elles devem seguir; e, estando isso em total dependencia do Rei, não se pode contestar que seja eminentemente Monarchico-Absoluto o Governo, que assenta sobre semelhante base.

Qal foi o Artigo, que se seguio immediatamente áquelle outro, em que se tractou da Successão do Reino? Foi a sua materia a Legislação relativa á Nobreza, declarando-se quaes havião de ser os Portuguezes, que se considerassem Nobres, e os modos, por que se havia de perder a Nobreza. Eis-aqui huma outra nota de hum Governo eminentemente Monarchico, em que cumpre que a Aristocracia seja olhada, como huma Ordem intermedia entre o Chefe do Estado, e os outros subditos delle, para servir como de hum contra-forte entre o Reinado, e a Democracia, para que nem esta sobresaia, e se toque, e choque directamente com aquelle, nem tambem este deixe de ter alguma cousa, que mereça a sua attenção no exercicio do Supremo Poder, que o conduza a não exceder nisso as regras da Justiça, bem que legalmente só dependentes das suas determinações, em quanto ninguem dellas lhe pode pedir contas senão Deos, como acontece em huma Constituição Monarchico-Absoluta.

Feitas as Leis sobre a Nobreza, seguem-se as outras, relativas ás penas de alguns delictos, e ellas começão pela protestação, e reconhecimento da plena obediencia de todos os Portuguezes áquillo, que o Rei mandar, ou os que no seu Nome tiverem a Authoridade nos differentes lugares da Monarchia. (1)

Temos pois, á face do Contexto das Côrtes de Lamego, que ellas davão aos Senhores Reis d'estes Reinos a ple-

(1) *Omnes de Regno Portugalle obediant Regi, & Aluazilibus locorum qui fuerint ibi per nomine Regum, & isti judicabunt per istas leges justitiæ.*

***

Digitized by Google

nitude da Magestade Civil, toda a Authoridade na parte Legislativa, e toda a Authoridade na parte Executiva, depois do que ninguem poderá deixar de encontrar huma Constituição Monarchico-Absoluta, nesse primeiro monumento das nossas Instituições Politicas.

E esta mesma conclusão, que do contexto das dictas Côrtes deduzimos, nós a poderiamos tirar tambem da prática dos nossos Reis, os quaes exercitárão o Poder Legislativo, e o Poder Executivo plenamente, convocando, e ouvindo os Tres Estados do Reino, só quando isso lhes parecia conveniente, mas fazendo muitas, e muito diversas Leis, sem serem em consequencia das Representações das Côrtes, nas quaes os Tres Estados do Reino fazião as suas Supplicas, ou Representações aos dictos Senhores Reis destes Reinos, que deferião a ellas conforme lhes agradava, humas vezes dando as providencias pedidas, outras vezes promettendo da-las, e outras vezes desatendendo-as, como demonstra o Senador Mello, Inst. Jur. Civ. Lus. Lib. 1.° Tit. 1.° §. 4.° E desta sorte o Poder Legislativo era todo dependente do Rei. Era seu igualmente tudo o que respeitava aos Juizos, ou fossem Civis, ou Criminaes, pertencendo-lhe o fazer Officiaes de Justiça, como são *Corregedores*, *Ouvidores*, *Juizes*, *Meirinhos*, *Alcaides*, *Tabelliães*, *Escrivães*, *e quaesquer outros Officiaes deputados para administrar a Justiça*, como expressamente se declara na Ord. Liv. 2.° Tit. 26 §. 1.°; e o estabelecer as regras, ou Ordem Judiciaria, como com effeito estabelecêrão, assim para as Causas Civeis, como para as Causas Crimes; em quanto ás primeiras, na Ord. Affonsina Tit. 20, na Manoelina, Tit. 15.°, e na Filippina, Tit. 20.°, em todas ellas no Liv. 3.°, e em quanto ás Causas Crimes, no Liv. 5.°; a saber: a Ord. Affonsina no Tit. 4.°, a Manoelina no Tit. 1.°, e a Filippina no Tit. 124. (1) Era seu igual-

(1) Da Ord. Liv. 5.°, Tit. 137, princip., que já foi trasladada da Ord. Manoelina Tit. 60, e da Affonsina Tit. 70, chega a conhecer-se que até os dictos Senhores Reis exercitárão alguma vez por si mesmo a Authoridade Judiciaria em Feitos Crimes; porque nas dictas Ord. se conserva a Lei feita pelo Senhor D. Affonso II nas Côrtes de

Digitized by Google

mente tudo o que respeitava á Milicia, quer fosse de Mar, quer de Terra, como se declara na dicta Ord. Liv. 2.° Tit. 26.°, princip., §§. 5.°, 6.°, e 7.°

Era tambem do Rei o que pertencia á Fazenda do Estado, como se achava declarado na Ord. Liv. 2.° Tit. 26.° §. 9.°, e seguintes; sendo elle quem dava os Regimentos para a arrecadação dos Direitos, que se pagavão nas Alfandegas, e que fazia todas as outras Leis para a arrecadação, e distribuição da mesma Fazenda. Em huma palavra: todos os Ramos da Publica Administração, assim no que toca á parte Legislativa, como no que toca á parte Executiva, se vírão sempre exercitados pelos nossos Soberanos, não podendo consequentemente duvidar-se que a Constituição desta Monarchia tivesse sido sempre Monarchico-Absoluta.

He verdade que algumas vezes convocavão Côrtes para ouvir os Tres Estados do Reino nas materias, que lhes parecião mais graves, e importantes, reconhecendo que esse era o costume do Reino, e que elle era de razão, como expressamente declarou a Rainha a Senhora D. Catharina na Carta, que escrevêo aos 11 de Julho de 1562, tendo a Regencia do Reino na menoridade do Senhor D. Sebastião, á Camara de Lisboa para que mandasse dous Procuradores ás Côrtes, que destinava celebrar na mesma Cidade, e naquelle anno, como com effeito celebrou; na qual Carta se lê o seguinte = *Porque eu queria tractar, e communicar algumas cousas muito importantes do Serviço de Nosso Senhor, e Meu, e bem dos Meus Reinos, com todos os Tres Estados delles, como sempre se costumou fazer, e he de razão que se faça.* Em consequencia do que lhe Ordenou que trouxessem Procuração para tractar, o que ella propozesse; *e lembranças do que vos parecer, que he do Serviço de Deos, Meu, bem dos meus*

Coimbra de 1211, e de que se lembra Brandão, (Monarch. Lusit. 4. p. Lib. 13, Cap. 21) na qual se determinava que nos condemnados immediatamente pelos Senhores Reis á morte, ou cortamento de algum membro, se não executasse tal Sentença, senão depois de passarem vinte dias.

Digitized by Google

Povos, e d'essa Cidade. Mem. d'ElRei D. Sebastião, Part. 2.ª, Liv. 1.° Cap. 12 N.° 89.

He verdade que muito judicioso, e muito prudente era isto, e que as Representações, e Considerações feitas aos Senhores Reis pelas Côrtes, os desviárão algumas vezes de entrar em emprezas, que serião damnosas ao Estado; bastando em prova disto, o que refere Duarte Nunes do Leão na Chronica dos Reis de Portugal, tractando do Senhor D. Sancho I, aonde conta que o Mesmo Senhor se desviára de annuir ás preces, e ás instancias do Papa Urbano III para ir com os mais Principes Christãos, convocados pelo Sancto Padre, resgatar a Cidade de Jerusalem, tomada naquelle tempo pelo Sultão Saladino; e isto somente porque os Povos lhe pozerão diante dos olhos os perigos, que ainda corrião as cousas de Hespanha, achando-se nella tantos Mouros, etc. etc.

Mas nada disto encontra a nossa Proposição, porque os Senhores Reis convocavão, e ouvião as Côrtes, quando, e como lhes parecia, sendo porem sua a resolução dos Negocios; e entendêmos assim, que se achará plenamente provada a dicta nossa 1.ª Proposição.

2.ª

A Carta dada pelo Senhor D. PEDRO IV á Monarchia Portugueza conserva a Constituição eminentemente Monarchica, que era a d'este Reino, como o tinha sido desde o seu principio.

A demonstração d'esta Proposição será muito mais facil, do que a da 1.ª; porquanto temos a Carta, e nella distribuidos os Poderes Politicos da nossa *futura Organisação* Politica, não tendo precisão de recorrer a nenhuma outra cousa mais, do que a ella, para se conhecer a exactidão da dicta nossa Proposição.

O Art. 4.° declara que o Governo he Monarchico. Distribue-se o Poder Legislativo em dous Ramos, ou duas Camaras, huma de Pares, outra de Deputados, declarando-se porem no Art. 13 que o dicto Poder Legislativo compete ás Côrtes, com a Sancção do Rei; e no Art. 58, que, quando o Rei negar a Sancção, esta denegação terá effeito absoluto. Não haverá pois Lei alguma, senão a que for tambem do aprazimento do Rei, assim como se dizia.

Digitized by Google

nas Côrtes de Lamego = *Aquella, que o Rei quizer.* = A Camara dos Pares he revestida das mais distinctas Attribuições, como se vê do Art. 41 da Carta, conservando, ou antes adquirindo a Aristocracia hum novo, extraordinario, e muito consideravel lustre, e consideração Politica, o que não convem, senão a huma Constituição eminentemente Monarchica, consideração que tambem se lhe tinha dado nas Côrtes de Lamego, em quanto a Legislação sobre a Nobreza occupou nellas o segundo lugar, logo depois de se tractar das da Successão do Reino. Dizia-se nas Côrtes que todos os que proviessem do Rei fossem Nobillissimos. (1) Diz-se na Carta, Art. 40, que o Principe Real, e os Infantes são Pares por Direito. Dizia-se nas Côrtes que todos aquelles, que viessem de Nobres, serião perpetuamente Nobres. (2) A Carta no Art. 145, §. 31, garante a Nobreza hereditaria, e as suas regalias; e o Senhor D. PEDRO IV, tendo attribuido ao Rei a Nomeação dos Pares no Art. 39, chamou a esta preeminencia tambem a Grandeza de Portugal.

Em quanto ao Executivo, elle fica totalmente conservado ao Rei nos Capitulos 1.°, e 2.°, debaixo das duas diversas denominações; a saber: Poder Moderador, e Poder Executivo; achando-se nas attribuições, que lhe são dadas, comprehendidas todas aquellas, que até agora competião ao Reinado entre nós. A Pessoa do Rei he declarada Inviolavel, e Sagrada, e sem que esteja sujeita a responsabilidade alguma, como se expressa no Artigo 72. Era isto o mesmo, que até agora acontecia, e o que faz reconhecer no Rei o Soberano Politico, depois de existente a Organisação Social. A mesma força da expressão manifesta que esta tal Soberania ha de residir naquelle, que for Inviolavel, e Sagrado, e inteiramente irresponsavel a todos os Poderes Politicos, e a todos os individuos da Sociedade. E como a Carta reveste desta natureza o Rei,

---

(1) *Omnes de semine Regis, & de generationibus filiorum, & nepotum sint nobillissimi viri.*

(2) *Omnes qui sunt de nostra Curia, & fuerunt de antiquo nobiles, sint per semper nobiles.*

Digitized by Google

elle fica conservando a natureza de Soberano desta Monarchia, como o era até agora.

E em consequencia de tudo isto vem a ser manifesto que a Constituição d'esta Monarchia fica sendo eminentemente Monarchica pela Carta, e conservando substancialmente a sua anterior natureza.

3.ª

Sem embargo porem de tudo isto, a Carta veio fazer huma Revolução Politica, não relativamente ao que era substancial á Monarchia, mas em quanto á marcha dos Poderes Politicos, que havião de intervir na sua Publica Administração.

Erão conhecidas entre nós as Côrtes, e ellas se compunhão dos Tres Estados do Reino, o Ecclesiastico, o da Nobreza, e o do Povo, juntando-se cada hum d'elles, e discutindo, e deliberando sobre os Negocios separadamente. Estes mesmos Tres Estados constituem hoje as Côrtes Geraes, achando-se na Camara dos Pares reunidos os dous primeiros, e conservando-se o terceiro separado, como d'antes estava. Os dous primeiros fazem pois agora somente hum, e tambem huma só discussão, e deliberação, ou voz, como se dizia relativamente aos Tres Estados nas antigas Côrtes. O terceiro conserva-se na mesma separação antiga. Em quanto pois ás partes componentes das Côrtes, não se pode considerar alteração, que mereça o nome de Revolução Politica.

Mas na nossa anterior Organisação Politica, 1.º as Côrtes dependião de huma convocação especial, e arbitraria dependente da Vontade do Rei, e podião consequentemente ser congregadas, se Elle o quizesse, e quando o quizesse, e tambem deixar de as haver por muitos, e muitos annos, se esta fosse a Sua Real Vontade. 2.º As Camaras erão as que nomeavão os Representantes, então chamados os Procuradores do Povo, e nomeavão-os humas em maior, outras em menor número, conforme a sua maior, ou menor consideração, e conforme os antigos usos do Reino. 3.º Não havia materia alguma, que fosse propriamente affectada á sua discussão, e deliberação, e muito menos ainda á sua incumbencia, tractando os negocios, que os Senhores Reis lhes mandavão propôr, e aquelles, que a cada hum dos Es-

Digitized by Google

tados parecião ser convenientes ao Serviço de Deos, ao bem do Rei, e dos Povos. 4.° Cada hum dos Estados conduzia á Presença de ElRei separadamente o resultado de seu trabalho em súpplicas, ou apontamentos, que continhão em substancia as suas opiniões, ou sobre os negocios, que os Senhores Reis lhe mandavão tractar, ou sobre aquillo, que elles entendião proveitoso ao dicto Serviço de Deos, do Rei, e do Estado. 5.° Erão secretas as conferencias dos dictos Tres Estados.

E tudo isto se acha alterado pela Carta; porquanto 1.°: Ella estabelece huma periodica, e annual reunião das Côrtes, duradoura por tres mezes, e cuja abertura deve ser no dia dous de Janeiro (Art. 17, 18, e 43). 2.° Os Membros do Terceiro Estado, que hoje se diz Camara dos Deputados são designados por meio da Eleição Nacional, como se acha dispôsto no Art. 63, e seguintes. 3.° A Carta designa muitas, e muito diversas, e muito importantes incumbencias, para Attribuições das Côrtes, como se vê dos Art. 15, 35, 36, 37, e outros. 4.° A maneira de conduzir á Presença d'ElRei as deliberações das Côrtes he tambem marcada na Carta em o Capit. 4.°, por diverso modo daquelle outro, que acima referimos, como praticado nas antigas. 5.° A Carta determina a publicidade das Sessões das Camaras no Art. 28.

Estas determinações, que parecêrão convenientes ao Senhor Dom PEDRO IV, provavelmente para se uniformar com os usos dos nossos dias, e com as práticas das outras Nações, em quanto á Representação Nacional, e á sua intervenção na Publica Administração, fizerão huma alteração Politica no nosso Corpo Politico, passando o nosso Governo de Monarchico-Absoluto, qual era, para Monarchico-Representativo, qual fica sendo: entrando nos Poderes Politicos, e permanentes a Representação Nacional das tres Ordens do Estado, reunidas ellas em duas Camaras denominada huma de Pares, outra de Deputados. Aquella parte pois do Corpo Politico, que d'antes era sómente governada, e por nós designada com a denominação de Povo na nossa Myologia a f. 6, veio a ser tambem hum Poder Politico, por meio dos seus Representantes, congregados na Camara dos Deputados, que ella mes-

Digitized by Google

mo nomeava na forma dicta, e a que cabião tambem attribuições Politicas na forma já referida. Ella era o quarto elemento do Corpo Politico, e continúa a ser o mesmo, porque somente pelos seus Representantes figura na Camara dos Deputados; e fora desta, assim os dictos Deputados, como os seus Eleitores, quer immediatos, quer mediatos, bem como os outros Portuguezes, que não entrão no número dos dictos Deputados, e Eleitores, ficão sendo a parte governada da Nação, e formando o dicto quarto elemento do Corpo Politico, assim como entrão tambem nelle os Membros da Camara dos Pares, considerados *singularmente*, e fora della. Todos os sobredictos ficão sendo, como os Cidadãos Romanos, que juntos nos Commicios fazião parte dos Poderes Politicos da Republica, e fora d'elles erão o quarto elemento do Corpo Politico, e os Subditos da mesma Republica.

He manifesto por tanto que a classe dos Governados na Monarchia Portugueza veio pelo beneficio da Carta do Senhor Dom PEDRO IV a conseguir Direitos, ou Attribuições, e Poderes Politicos, que d'antes lhe não cabião; e isto fez huma Revolução no Corpo Politico do Estado.

Continuar-se-ha.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.
Com Licença.

Digitized by Google

O VELHO LIBERAL.

N.º 16.

SUPPLEMENTO 6.º

Festina lentè.

A actividade dos Velhos consiste em caminhar constantemente; porem sempre de vagar.

A singular consideração da Carta Fundamental da Monarchia Portugueza, que a torna summamente benéfica para as circumstancias deste Reino, continuada de fol. 800.

4.ª

E não obstante ter havido huma Revolução Politica, passando a classe dos Governados a entrar nos Poderes Politicos, ella fez esta acquisição, sem ser por meio de huma Revolução do Estado.

He por si mesmo conhecida, e manifesta esta nossa 4.ª Proposição, ou These. Costumando ser sempre por effeitos de hum choque das forças internas do Corpo Politico, collidindo humas com as outras, que esse quarto elemento do dicto Corpo se appropria attribuições, que d'antes lhe não cabião, como dissemos a f. 545 d'este Jornal, sendo esse choque, que nós denominâmos no dicto lugar huma Revolução do Estado no stricto sentido desta palavra, succedêo que entre os Portuguezes houve a pró do dicto quarto elemento do seu Corpo Politico essa acquisição de attribuições, que lhe não cabião, por effeito de huma Lei proveniente d'aquelle mesmo Poder, que tinha toda a Soberania, e Governo da Monarchia. O dicto quar-

*

Digitized by Google

to elemento adquirio attribuições, sem o emprego das suas forças, e por effeito de huma concessão, que lhe foi feita por aquelle mesmo, contra quem elle teria de as empregar, se acaso se quizesse apropriar dellas, não havendo a dicta concessão.

Foi pois a huma Lei, e não a huma Revolução do Estado, a que nós devemos essa Revolução Politica, que houve no dicto nosso Corpo Politico: e para esse fim não houverão em Portugal as luctas entre o Rei, e os Governados, que se virão em Inglaterra, para que *ella* conseguisse a sua Magna Carta do anno de 1215. Nós os Portuguezes, o quarto elemento da Monarchia Portugueza, devemos á Magnanimidade do Senhor D. PEDRO IV aquella acquisição de attribuições, ou Poderes Politicos, que d'antes nos não cabião, e que nos ficão pertencendo por effeito da mencionada nova Organisação Politica, estabelecida na Carta Fundamental, que o dicto Senhor promulgou para este Reino.

A Nação Portugueza estava ha muito tempo Organisada em Corpo Politico com hum Governo Monarchico-Absoluto. (*Propos.* 1.ª) Ao Senhor D. PEDRO IV por tanto cabia a Soberania Nacional, suppondo-se por isso reunida na sua Pessoa a collecção de todas as vontades individuaes dos Portuguezes. Foi o Mesmo Senhor quem deo a Carta. Ella pois veio do 1.° elemento do Corpo Politico por nós designado a f. 5, com o nome de Soberano, e ao qual dissemos pertencia a Organisação do Edificio Social.

Nós ahi dissemos, alem disto, que ao Soberano cabia occupar-se das Leis Constitutivas, e que feita a Organisação do Edificio Social, e o estabelecimento do Governo, devia desapparecer, sem com tudo se entender que morria, porque elle continuava a apparecer, e a luzir perpetua, e permanentemente no Corpo Politico pelos seus Delegados, que erão 1.° a Lei, e 2.° o Depositario da Authoridade Executiva. E tudo isto se vê realisado em quanto ao Senhor D. PEDRO IV no que respeita á Carta Fundamental, que foi Servido de nos dar. Designou para nossa Rainha sua Augusta Filha a Senhora D. MARIA II, continuando na sua Descendencia a Dynastia Reinante. E

Digitized by Google

assim á dicta Senhora, como a esta constituio Chefes do Poder Executivo, dando-lhes tambem o Poder Legislativo conjunctamente com as Côrtes, ás quaes dêo tambem algumas outras attribuições designadas no Art. 15, relativas á Publica Administração.

Assim pois a dicta Senhora, e a sua Dynastia, como as Côrtes, ficão sendo Poderes Politicos na Monarchia Portugueza, e como taes Representantes da Nação, na forma que declara a Carta no Art. 1º, e isto pela Delegação, que nestes Poderes Politicos fez o dicto Senhor D. PEDRO IV, que em si tinha a collecção da vontade de todos os Portuguezes pela absoluta Authoridade Monarchica, de que se achava revestido. O dicto Senhor pois appareceo, e obrou immediatamente, organisando a Constituição do Edificio Social na qualidade de Soberano, que era, e isto quando publicou a dicta Carta Fundamental: e obrará mediatamente todos os dias, em quanto aquelle Edificio subsistir, pelas pessoas dos seus Delegados em todos os actos, que estes exercitarem, quer sejão do Poder Legislativo, quer do Poder Executivo, os quaes todos, como provenientes da sua Instituição, hão de perpetua, e constantemente remontar á sua origem, e reflectir consequentemente nelle.

A dicta Carta he o dicto segundo elemento do Corpo Politico, nos termos da dicta nossa Myologia f. 6, regulando todos os nossos Poderes Politicos, e contendo o registo das ordens do Soberano, que nella se achão, ás quaes todos os Membros da Sociedade devem hum igual respeito, e obediencia.

A dicta Senhora D. MARIA II, e a sua Dynastia, vem a ser o 3.º elemento do Corpo Politico, a quem cabe fazer executar aquella Lei Fundamental, e obedecer á Soberana disposição, que nella se acha. E como na dicta Lei os Poderes Politicos estão repartidos na forma nella declarada, a sustentação, e conservação destes Poderes Politicos he a principal obrigação, que lhe incumbe para obedecer constantemente á Lei Soberana da sua Instituição; porque a dicta Senhora, e a dicta sua Dynastia, são já hum Poder Constituido pela dicta Carta, assim como o são tambem as Côrtes, que entrão em huma das primeiras partes

Digitized by Google

da dicta Lei Constituinte; e ambas por tanto não podem deixar de se reconhecer perpetuamente subditas da dicta Lei, que lhes dêo nascimento, e que as fez apparecer.

Os Cidadãos Portuguezes de todas as ordens, e condições, virão a constituir o 4.° elemento do Corpo Politico; elles concorrêrão todos para a sua Organisação, ou deve-se suppôr que todos concorrêrão para a dicta sua Organisação, porque as vontades de todos elles, pela nossa anterior forma Monarchica, se devião considerar concentradas na Pessoa do Senhor D. PEDRO IV, entendendo-se que, quando elle decretava, decretavão todos os Portuguezes; e isto pela Soberana, e Absoluta Authoridade, de que Elle estava revestido por si, e seus Maiores.

Eis-aqui temos pois applicadas á nossa Carta todas as nossas primeiras idêas sobre Instituições Politicas, que deixâmos enunciadas logo no principio deste Jornal, para d'ellas fazermos a final a sua applicação á nossa actual Organisação Politica, e de que gozâmos pelo beneficio da dicta Carta.

Qual vem pois a ser a singular consideração, que dissemos havia nesta nossa Constituição Politica, motivo porque a julgavamos summamente benefica aos Portuguezes?

Em primeiro lugar: pelo que se fica conhecendo á vista da 1.ª e 2.ª Proposição demonstradas neste Numero, a Carta veio fazer huma Revolução Politica, mas sem alterar a anterior, e primitiva Constituição do Estado, no que era a ella substancial. Tinhamos hum Governo eminentemente Monarchico-Absoluto: (*Propos.* 1.ª) e continuâmos a ter hum Governo eminentemente Monarchico-Representativo: (*Propos.* 2.ª *e* 3.ª). Fica pois conservado o que he essencial da Monarchia, e o Chefe do Estado revestido de todas as attribuições, que são, ou indispensaveis, ou convenientes para que elle tenha *o Vis in agendo* que exige o bem do Estado no Poder Executivo, como temos mostrado muito amplamente em diversas partes do nosso Jornal.

A Revolução Politica consistio somente em passar a Monarchia de Absoluta, que era, para Representativa, que fica sendo. Mas sendo esta alteração feita por effeito de huma Lei não tem os inconvenientes, que teria, se tives-

Digitized by Google

se a sua origem em huma Revolução do Estado. A cousa em si manifestamente apresenta a vantagem da maior somma de luzes, e de conhecimentos empregada para procurar o bem do Estado. As duas Camaras compostas das pessoas de que o são: huma dellas com os Deputados eleitos pela Nação, que ha de escolher regularmente os Cidadãos, que se lhe tiverem feito mais conhecidos por suas letras, e por suas virtudes; a dos Pares tendo a Grandeza Ecclesiastica, e Secular, na qual se encontrará sem dúvida a somma de luzes, que vem da mais civil, e intellectual educação, que a seus Membros se costuma dar, e dos conhecimentos, que se adquirem no exercicio dos grandes Empregos, que os dictos Membros, ou exercitão, ou hão de ter exercitado; estas circumstancias não podem deixar de nutrir a esperança, e a confiança, de que as Côrtes apresentem hum respeitabilissimo Congresso para considerar as cousas relativas ao Estado em todos os ramos da Publica Administração pela maneira, que lhe fôr mais proveitosa. Que fazião os Senhores Reis deste Reino em todos os tempos da Monarchia, relativamente ao estabelecimento das Leis, e á direcção da Publica Administração? As mesmas Leis o dizem, no preambulo das quaes pela maior parte se annuncia que os dictos Senhores para o seu estabelecimento ouvirão as pessoas do seu Conselho, e outras, que erão doutas, amigas do seu Serviço, do do Estado, e do de Deos. As Côrtes não são outra cousa senão isto. O Senhor D. PEDRO IV, pela sua Carta Fundamental desta Monarchia, designou de huma vez para sempre esta collecção das sobredictas pessoas respeitaveis, que até agora isoladamente, e pelo arbitrio dos dictos Senhores Reis, erão chamadas para intervir na parte Legislativa Portugueza, e que de futuro ficão designadas permanentemente nas dictas duas Camaras.

Se este melhoramento se obtivesse por meio de huma Revolução, por isso mesmo que elle era hum estado extraordinario da Sociedade Civil, não podia deixar de lhe trazer os inconvenientes, que sempre resultão de meios extraordinarios. Basta para isso huma unica circumstancia deduzida do conhecimento da condição dos homens, o qual manifesta que elles são summamente aferrados aos seus

Digitized by Google

habitos, e muito mais faceis de serem dirigidos por elles, do que em opposição a elles. E os meios extraordinarios não são meios habituaes, antes meios, a que os homens não estão habituados. Os Portuguezes porem estão no habito de obedecer ás Leis dos Senhores Reis deste Reino; e por tanto, sendo por huma dellas que se fez a Revolução Politica da Monarchia, ella tem a seu favor para a sua plantação o não se empregar nella outro meio, senão hum que tinha o diario habito dos dictos Portuguezes.

Estes seus habitos attrahião-lhe tambem a veneração para com os Grandes do Reino, Ecclesiasticos, e Seculares: e elles apparecem na Camara dos Pares, o que não pode deixar de conciliar a attenção, e respeito nos Povos, pelo Corpo da Representação Nacional; e a nomeação dos mesmos Povos, relativamente á Camara dos Deputados, ha de chamar tambem a sua attenção, e respeito para com o dicto Corpo. O nosso novo Edificio Social por tanto assenta sobre elementos, que promettem a confiança, e a consideração dos Governados, relativamente ás principaes determinações do Governo, que hão de vir sem dúvida da parte Legislativa.

Se esta alteração se fizesse por meio de huma Revolução seria sem dúvida indispensavel que a classe dos Governados tivesse reagido contra o Chefe do Estado, para o conduzir á alteração Politica, que se desejava, ou que se julgava conveniente. Essa reacção foi a que se observou praticada na Inglaterra, para se obter a sua Magna Carta, de que já temos fallado. Essa reacção foi a que se observou praticada nos nossos dias em a França nos fins do Reinado do desditoso Luiz XVI. A Historia destas Nações, nestas duas épocas, conserva-nos a memoria, e dá-nos o conhecimento dos inconvenientes, por que passão os Cidadãos, quando por meio de huma Revolução do Estado intentão fazer alguma alteração na sua Organisação Politica. E o Senhor D. PEDRO IV. desviou-nos todos os dictos inconvenientes, fazendo a dicta alteração Politica por meio de huma Lei sua; e empregando por tanto para ella hum meio, que 1.° era habitual aos Portuguezes: (estes estavão acostumados á publicação de Leis provenientes do Throno, e a obedecer ás dictas Leis) 2.° desviando os ma-

Digitized by Google

les, que virião da reacção dos Governados, se estes pelo espirito geral do tempo tentassem conseguir a dicta alteração Politica: 3.° desviando as outras reacções, que erão de temer de futuro, da parte do Throno, se a alteração Politica tivesse vindo de huma acção dos Povos a seu respeito.

Que singulares considerações, e todas tão eminentemente beneficas a pró dos Portuguezes!

Em segundo lugar: se a Revolução Politica se fizesse por meio de huma Revolução do Estado, havião de ser empregados os meios Revolucionarios, que todos consistem em intervenções das individuaes vontades, e das individuaes forças dos Cidadãos, relativamente ás cousas públicas. E como os homens são essencialmente habituaes, formando nelles huma nova natureza aquillo, a que elles se acostumão; affeiçoando-se, e acostumando-se no curso da Revolução áquelles meios Revolucionarios, áquellas intervenções das suas vontades individuaes, e das suas forças individuaes nas cousas públicas, havião de conservar por muito tempo, ou aquelles seus costumes, ou pelo menos vestigios d'elles. E então em que perigo não ficaria o novo Edificio Social, exposto progressiva, e diariamente, aqui e alli, áquellas intervenções das vontades individuaes, e das forças individuaes dos Cidadãos, no que era dependente da Publica Administração? Esse novo Edificio depois de plantado não podia ser mantido, e conservado senão pela inteira obediencia dos Governados aos Poderes Politicos, de que elle se tinha composto. Todas as intervenções das vontades individuaes, e das forças individuaes, que não proviessem da obediencia aos dictos Poderes Politicos, erão, e não podião deixar de ser gravissimos males na Sociedade Civil; e elles são quasi inevitaveis, quando as Revoluções Politicas se fazem por meio de Revoluções do Estado. No curso destas aquellas dictas intervenções são sempre cobertas de público louvor, como tendentes ao fim, que o Publico deseja, e que o Publico procura. Esses louvores dão huma certa celebridade aos dictos actos, ás dictas intervenções individuaes dos Cidadãos nas cousas públicas; e ha de parecer a estes, de futuro, que se cobrirão do mesmo louvor, e gloria, sempre que empregarem meios identicos aos outros, pelos

Digitized by Google

quaes huma vez se virão louvados. Não se pode esperar da grande massa dos Cidadãos, que estes distingão as épocas, e as occasiões, para em humas se absterem d'aquillo, por que n'outras forão honrados, e cobertos de louros. Nós apresentâmos no Documento que ao diante se achará junto a este N.° o testemunho do susto, que nos causou, o vêrmos dar esses taes louvores a semelhantes intervenções individuaes dos Corpos Militares, subsequentemente á nossa Revolução de 1808. Se os nossos sustos erão, ou não justificados, nossos Leitores o conhecerão. Nós temos hoje as mesmas idèas, e as mesmas opiniões, que tinhamos quando escrevemos a Carta, que se achará no mesmo Documento.

Se a nossa Revolução Politica se fizesse por huma Revolução do Estado, no começo, e no progresso d'ella serião necessariamente louvadas, e muito acreditadas as intervenções das vontades, e forças individuaes, que para ellas se havião empregado. E esses louvores havião de tentar os Cidadãos para a repetição de semelhantes actos, que sempre serião desorganisadores, logo que terminasse a época da Revolução, e logo que estivesse concluida a construcção do novo Edificio Social, mas que até podião ser empregados para a sua destruição, o que traria hum inconveniente muito maior. A nossa Historia de 1823 fará vêr aos nossos Leitores, se he, ou não justificada a nossa maneira de pensar. Os mesmos meios empregados para construir forão então empregados para destruir.

Ora: sendo a nossa presente Revolução Politica proveniente da Carta do Senhor D. PEDRO IV, *qual he o* meio da construcção do novo Edificio Social? Responderão todos sem a minima discrepancia = *a obediencia á dicta Lei, que nos déo o dicto Augustissimo, e Benificentissimo Soberano* = E de que dependerá a sua conservação? Que he o que ella pede para que se obtenhão os beneficios Sociaes, a que ella foi dirigida? Responderão todos sem a minima discrepancia = *a obediencia dos governados aos Poderes Politicos, que nella forão creados para intervir na Publica Administração* = A plantação do novo Edificio Politico não veio de intervenção de vontades, ou de forças individuaes, mas sim da obediencia ao Senhor D. PEDRO IV. A conservação do dicto novo Edificio — a pros-

Digitized by Google

peridade dos Portuguezes a que elle he destinado — exige tambem a não intervenção das vontades individuaes dos cidadãos nas cousas públicas, pedindo, e dependendo da sua plena obediencia aos Poderes Politicos na Carta organisados para esta Monarchia. Ha huma perfeita analogia entre os meios de construir, e os de conservar; e de que importancia não he para os Portuguezes esta consideração connexa com a nossa nova Organisação Politica, em quanto ella teve a sua origem, e nos veio da dicta Lei do Senhor D. PEDRO IV?

Será pois absolutamente necessario que muito cuidadosamente se desvie dos Portuguezes o emprego de todas as suas intervenções individuaes nas Cousas Publicas. *O Rei, e as Côrtes são os Representantes da Nação.* Eis-aqui o grande Dogma Politico, que se acha no Art. 12 da nossa Carta. Quando as dictas Cortes fallarem, e mais o Rei, falla por elles toda a Nação. A expressão pois da vontade Nacional ha de ser unicamente, a que vier das dictas Côrtes com o Rei. Toda a força Nacional ha de estar concentrada nas dictas Côrtes, e no Rei, e só será por tanto força Nacional aquella, que fôr empregada em consequencia dos Decretos dessa Representação Nacional. Todas as intervenções pois das vontades, e das forças individuaes dos cidadãos serão actos illegaes, tenhão elles o fim que tiverem, sejão dirigidos ao fim, a que se dirigirem: todos elles serão huma usurpação das attribuições das dictas Côrtes, e do dicto Rei, e hum attentado, e hum crime gravissimo, porque nenhum outro pode haver mais grave na Sociedade Civil, do que o he a appropriação, que cidadãos se fazem relativamente aos Poderes Politicos, a qual apropriação desorganisa o Edificio Social, e se dirige á sua anniquilação.

Em terceiro lugar: o Senhor D. PEDRO IV, de cuja Augusta Pessoa nos veio a dicta nossa Carta Fundamental desta Monarchia, e por effeito de cuja Soberania ella existe, sendo o Creador do dicto nosso Edificio Politico, acha-se ainda com o exercicio da sua Real Authoridade entre os Portuguezes. Quaesquer dúvidas pois, que hajão sobre a intelligencia de alguns dos Artigos da Carta, terão no mesmo Senhor a authentica interpretação do que elles signi-

**

Digitized by Google

ficão, ou da maneira, por que hão de ser executados, e praticados. Se Elle não existisse, e se taes não fossem as dictas nossas circumstancias, no caso de occorrerem algumas das dictas dúvidas, seria indispensavel, que ellas conduzissem os Portuguezes a embaraços, os quaes não poderão de forma alguma ter lugar, havendo na Sua Real Pessoa o prompto remedio, para fazer acabar todas aquellas dúvidas com a authentica interpretação da sua Real Vontade. E nada com effeito seria mais estranho, do que excitarem-se contestações consequentes entre os Poderes Politicos constituidos na Carta, sobre a intelligencia de algum, ou *alguns* dos dictos Artigos, ou sobre a maneira delles serem pra*ti*cados, havendo huma tão facil, e expedita maneira de as terminar a todas, quieta, e pacificamente, explicando a Carta, e as suas Reaes Intenções relativamente ás dictas controversias, aquelle mesmo, de quem ella nos veio.

He indispensavel recorrer ás regras da Hermeneutica, para interpretar, e executar quaesquer Titulos, ou Instituições, quando se não pode haver a sua intelligencia d'aquella mesma pessoa, que foi o seu Auctor: mas quando ella pode fallar, e exprimir com toda a certeza, e com toda a clareza, o que nos quiz enunciar nas palavras, ou clausulas, de cuja intelligencia, ou effeito se duvída, he este o primeiro recurso, que se deve buscar, e não só muito *mais* desembaraçado, porem mesmo muito mais seguro para nos desviarmos do perigo de errar, do que seria o uso de quaesquer regras de interpretação, ou de quaesquer raciocinios. E ninguem poderá deixar de conhecer quanto seja vantajosa, e benefica esta particular circumstancia, *que concorre* na dicta nossa nova Organisação Politica.

O importante motivo, que conduzio os homens a sacrificarem huma parte da sua liberdade natural, entrando no Estado Civil, foi o irem achar nelle quem lhe garantisse os seus Direitos, sem a necessidade de os sustentar pelo meio das suas forças individuaes. Considerou-se que era de tanto momento para o bem dos homens o terem elles quem terminasse as suas contestações por meio de huma decisão, a que se devessem sujeitar os contendores que elles, para conseguir este grande, e importante beneficio, sacrificárão huma parte da independencia, que tinhão recebido da

Digitized by Google

natureza. Pois nós, os Portuguezes, temos no Senhor D. PEDRO IV huma benefica fonte de igual proveito, em quanto nos termos desta nossa consideração, quaesquer dúvidas, que possão occorrer sobre a intelligencia, e prática da nossa nova Organisação Politica, sendo levadas á sua Real Presença podem achar na explicação, e declaração da Sua Real Vontade o mais expedito meio, que pode haver para ellas terminarem.

As Cartas Fundamentaes, ou as Constituições dos Estados costumão considerar-se como Pactos Sociaes entre o Chefe do Estado, e os outros Membros delle. Esta consideração ha de tambem ter a nossa Carta, relativamente á Senhora D. MARIA II, e á sua Dynastia; porquanto na dicta Carta se achão, para nos explicarmos assim, as clausulas, e condições, com que lhe foi conferido o Reinado desta Monarchia. Essas clausulas, e essas condições serão tambem huma Lei para a dicta Augusta Senhora, e seus Regios Successores, como circumstancias intervenientes na sua elevação á Dignidade Reinante na Monarchia Portugueza. Para com a Mesma Senhora a Carta vem a ter o effeito de Pacto Social, porque contendo as clausulas, com que o Reinado lhe foi conferido, na acceitação delle vai incluida tambem a sua acceitação, relativamente ás dictas clausulas, e á sua obrigação pelo seu cumprimento.

Não he porem o mesmo em quanto ao Senhor D. PEDRO IV. A nossa Carta Fundamental, pelo que respeita a elle, he huma Lei sua, da mesma natureza, que todas as outras suas Leis, e por isso sujeitas ás interpretações, com que o Mesmo Senhor se Dignar illustra-las no caso que isso seja preciso, ou conveniente.

E parece-nos evidente, attendidos todos os tres mencionados artigos, sobre que temos discorrido, que ninguem poderá duvidar de que seja especialissima a consideração, que merece a nossa Carta Fundamental, e de que essa especial consideração, que ella merece, seja por todos os modos summamente benéfica para com os Portuguezes: tendo tudo isto a sua origem em não ter vindo de huma Revolução do Estado, mas sim da dicta Carta, a Revolução Politica, que as novas Instituições nella comprehendidas fizerão no Corpo Politico desta Monarchia.

Digitized by Google

E terminada por tanto a tarefa deste nosso Jornal, visto que, achando-se congregada já a Representação Nacional, e as nossas Côrtes Geraes, he chegado o termo até que no nosso annuncio da Gazeta de 12 de Agosto passado nos tinhamos compromettido a continua-la, muito estimaremos que algum proveito possa ter vindo aos nossos Concidadãos da franca communicação, que lhes temos feito das nossas idêas, e do fructo dos nossos estudos.

E, desejando cordealmente que todos elles sejão muito felizes, não cessâmos de lhe rogar que tenhão sempre diante dos olhos as duas verdades, que já no curso da Constituição de 1822 lhes inculcámos no nosso Opusculo = *Que he o Codigo Civil?* = a f. 73 das Notas; e vem a ser = *Que os homens extremos em suas pertenções são mais nocivos, do que proveitosos ás causas, a que se entregão: = que serve muito mal a liberdade quem lhe desafia, e provoca reacções, que estão intimamente ligadas com a Ordem fysica, e moral do Universo.*

Fim.

Copia de huma Carta escripta ao Ill.mo e Ex.mo Snr. Antonio d'Araujo de Azevedo na data de 6 de Junho de 1812 para lhe lembrar a necessidade de obstar á propagação dos Principios Ochlocraticos, que as Gazetas, e Folhetos disseminados em Portugal estavão indiscretamente propagando, e nutrindo, d'onde não podião deixar de resultar gravissimos males ao Reinado, e ao Throno de S. A. R.

Ill.mo e Ex.mo Snr. = Ainda que a materia conduzida agora por mim aos Pés de S. A. R., por intervenção de V. Ex.ª, tenha sido já tocada em alguns outros escriptos meus dirigidos para a Sua Real Presença; com tudo o muito, que ella importa, mesmo pessoalmente a S. A. R., e á Sua Augusta Casa, e o muito, que deve interessar a todos aquelles, que, como eu, recebêrão de S. A. R. quasi tudo o que são, estes motivos me desculparão sem dúvida a liberdade, que tomo, de a tractar de novo, e separada-

Digitized by Google

mente: e queira V. Ex.ª rogar a S. A. R. que se digne de suppôr que Seu Grande Avô o Senhor Rei D. José lhe quem lhe falla; porque a Politica, que eu vou lembrar-lhe, he toda d'elle, e aquella, que o mesmo Augusto Monarcha mais desveladamente tractou de deixar bem estabelecida nos seus Estados.

O seguinte Artigo da Gazeta de Lisboa de 5 de Dezembro passado he que me desafia para ir chorar aos Pés de S. A. R., querendo, ao menos, deixar nas minhas lagrimas aos nossos vindouros hum testemunho, de que eu amava, e era discretamente fiel aos meus Soberanos. Não me contento, Ex.mo Snr., com que elles não vejão o meu nome entre os d'aquelles, que preparão o veneno das Rebelliões nos Estados de S. A. R.: as minhas obrigações para com o mesmo Senhor exigem mais; e, a fim de corresponder a ellas, desejo deixar-lhes materia, para conhecerem que não só me desviei de prepara-lo, mas que fiz tudo, quanto em mim cabia, para o destruir. Eis-aqui o Artigo da Gazeta, que he o N.º 289 das do anno de 1811.

Chegou huma Mala de Heligoland, e traz a seguinte noticia, que se não achará sem interesse:—Heligoland 8 de Novembro. Esta manhã chegárão a Borcum (huma Ilha na Costa da Frisia Oriental, entre o Ems, e o Weser) trinta e hum Soldados, parte da guarnição da dicta Ilha, tendo desertado do Serviço do Imperador para entrarem no Serviço Britannico. São pela maior parte Oldemburguezes, que forão obrigados pela Conscripção a assentarem praça. O seu primeiro desgosto se augmentou pela dureza do seu Commandante, que os maltractava, e espancava pelas cousas mais insignificantes, e pela irregularidade da paga, e do soldo. Algum tempo depois que tinhão tomado a resolução de escapar forão mudados para Borcum, e aqui aproveitárão a occasião do primeiro vento favoravel para executar o seu projecto. Começárão por se desfazer do seu primeiro Commandante, que aborrecião, e sabião que era Francez de coração; tres dos seus Officiaes inferiores, que erão Francezes, e se oppunhão á execução dos seus designios, forão tambem mortos á baioneta; ameaçárão fazer o mesmo a dous Soldados Francezes, se dessem a menor causa de rebate, e os trouxerão como prisioneiros.

Digitized by Google

Este acontecimento he referido aos Vassallos de S. A. R. como huma noticia, que não *se achará sem interesse.* E qual será elle, Ex.mo Snr.? O mal, que d'alli vem ao Imperador nosso inimigo, ou a lição, que se dá geralmente a todos os que forem arrastados ao Serviço Militar contra a sua vontade, e que forem maltractados pelos seus Commandantes, e receberem com irregularidade a sua paga, e o seu soldo? Aos que se julgarem nestas circumstancias d'aquelles Soldados Oldemburguezes ha de ser mais interessante a noticia pela lição, que ella lhes ensina, e pela esperança, que lhes dá, de poderem com o seu auxilio emendar a sua sorte. E aonde deixará de haver Soldados, que se considerem nas mesmas circumstancias?

A dicta noticia pois se interessa, por ser de hum máo successo para o nosso inimigo, deve desinteressar pela péssima lição, que ensina aos Vassallos de S. A. R.: e não se tira proveito, empregando-se contra os inimigos armas igualmente fataes aos vencedores, e aos vencidos; a força de semelhantes armas he como a de Sansão, que abala as columnas do Templo para empecer os Filisteos, mas que fica com elles sepultado debaixo das mesmas ruinas.

Ah! Ex.mo Snr.! E hão de trabalhar os Vassallos de S. A. R., e no Nome de S. A. R. para destruir os alicerces da Organisação Civil, que são as columnas do seu Throno? E hão de ser acreditados, quando inculcão este seu empenho a bem do Real Serviço, só porque tem o véo de ser contra os Francezes! Este empenho de sepultar a S. A. R., e a Sua Augusta Familia debaixo d'aquellas mesmas ruinas, em que S. A. R., e todos os Soberanos com razão temerão ser sepultados, quando os Monarchomacos, predominando na França, abalavão os fundamentos do Edificio Social com estas mesmas doutrinas, que os Politicos Portuguezes dos nossos dias procurão ensinar, e acreditar em todo o Universo, e perante todos os Povos! Invectivando nas palavras contra Jacobinos, e sendo os Apostolos do seu Systema! D'este Systema horrivel, que authorisa os Subditos para obrarem activamente, segundo o impulso das suas vontades individuaes, contra os Chefes, a que tinhão prestado obediencia, quando isto lhes parecer conveniente?

Para S. A. R., e para os Soberanos erão menos temi-

Digitized by Google

veis os Monarchomacos da Revolução Franceza, porque elles não disfarçavão as suas doutrinas Monarchomacas: como o seu veneno era manifesto, e a sua guerra descoberta, S. A. R., e os mais Soberanos procuravão por todos os modos defender os seus Vassallos do contagio de semelhantes maximas; mas o Systema Monarchomaco hoje apparece disfarçado; he ensinado aos Povos com a capa de fazer mal aos Francezes; e a vontade de empecer a estes allucina os entendimentos mesmo bem intencionados, mas pouco perspicazes, de maneira que, não conhecendo o veneno, deixão propagar o seu uso.

Seria possivel que hum facto d'estes se escrevesse nas Gazetas de Lisboa de 1793, inculcando-se aos Portuguezes como *interessante*, e com ares de louvor, sem que o Governo conhecesse o perigo da lição, e sem que a desviasse dos seus Vassallos? E hoje, levando a capa de serem contra os Francezes, tem as doutrinas Monarchomacas plena licença para correr livremente em todos os Estados de S. A. R., na Europa, na Asia, na Africa, e na America. E que se pode esperar d'aqui? Que a missão vá propagando; que os animos dos Povos se disponhão em toda a parte para a rebellião, doutrinados com o glorioso, e louvado exemplo dos Soldados Oldemburguezes; e que, em apparecendo hum genio ardente, e resolvido, que levante a voz para a revolta, possa haver toda a certeza de ser acclamado por Heroe, e seguido, e sustentado pela Multidão.

A Organisação da Sociedade Civil he, como V. Ex.ª sabe, o Chefe de Obra do espirito humano: ella offerece aos nossos olhos huma multidão de maravilhas, quasi incomprehensiveis á nossa razão, porque se oppõem ás Leis geraes da Natureza, aos principios da Ordem Universal. Estes principios são: que o Todo governe a parte; que cem libras pezem mais na balança, do que huma libra; que o forte predomine sobre o fraco; que huma grande massa na sua esfera de actividades, e na sua attracção chame a si a outra, que he mais pequena. Ora: a Sociedade Civil tem a sua base na destruição de todas estas Leis: ella não pode existir, senão governando a parte ao Todo, hum pequeno número de homens a milhões d'elles, a fraqueza sobre a força. E que agentes pode haver capazes de produzir hum tão

Digitized by Google

extraordinario phenomeno? O habito passivo dos Cidadãos, e a opinião, que he filha d'elle; eis-aqui os dous unicos agentes, que produzem aquella maravilha. O dicto habito, acostumando os Cidadãos á obediencia para com o Governo, e para com os seus Delegados, faz com que elles se não recordem nem das suas forças individuaes, nem das suas forças collectivas, resultando d'este esquecimento a sua constante sujeição aos impulsos de quem exercita a Publica Authoridade, a pesar d'elle ter huma força menor, do que a do Todo. E d'esta constante sujeição aos dictos impulsos resulta a opinião, de que ao Governo compete mandar, e aos Subditos obedecer; e, estabelecida esta opinião, ella concorre para sustentar a maravilhosa, e anti-natural Organisação da Sociedade Civil do mesmo modo, que entre os homens se conservão muitas outras das suas Instituições, e principalmente apoiadas na opinião. Apenas huma millessima parte dos Cidadãos he capaz de conhecer as theorias do mechanismo Social, e essa mesma necessita do habito para obrar coherentemente com ellas.

O conhecimento do homem, e da sua historia, manifesta que, para elles conformarem as suas acções com as regras moraes, podem estas menos, do que a constancia de seguir as dictas regras, e a repetição dos habitos, com que se lhes obedece: porque desta sorte he que se forma o habito, que ao depois o conduz a obrar constantemente na conformidade dos preceitos. A Historia das Nações apresenta-nos huma mais, ou menos extensa licencia na primeira idade das suas Instituições Sociaes: e porque? Porque ainda se não tinha formado o habito passivo dos Cidadãos, nem a opinião filha d'elle: estavão pois ainda mal consolidadas as duas bases sustentadoras da Organisação Social, que fazem, com que a fraqueza possa mais, do que a força. Na idade viril das Nações apparece já plenamente formado aquelle habito, e aquella opinião, que impede a substituição da vontade individual, em lugar da vontade geral nas cousas públicas, resultando d'ahi o maravilhoso phenomeno da existencia das Sociedades Civis, e da sua Organisação.

Louve-se de quando em quando huma substituição d'aquellas, como se faz nesta Gazeta; conduzão-se por es-

Digitized by Google

te modo os Povos a perder o seu habito passivo no meio da dicta Sociedade, obrando activamente nas cousas públicas com a esperança da gloria, do louvor, e do *interesse*, com que se conta a noticia vinda na Mala de Heligoland, e não hão de ser somente os Soldados Oldemburguezes, que matarão os seus Officiaes Francezes, quando isto lhes agradar, para seguirem o impulso das suas vontades individuaes. Ha de apparecer mais gente, que aprenda a lição esperando que o seu nome tambem vá algum dia a huma Gazeta, e que os seus factos se não achem nella *sem interesse*. E quem perderá nisto infallivelmente não he preciso que eu o diga a V. Ex.ª

Na Carta, que tive a honra de escrevêr a V. Ex.ª na data de 2 de Setembro passado, remettendo-lhe a primeira Parte do Parallelo do Governo Portuguez, subsequente ás Revoluções de 1640, e de 1808, trasladei a Ordem do dia 1.º de Julho de 1811, que vem na Gazeta de Liboa de 11 do dito mez, em que o Marechal Beresford se queixa do comportamento das Milicias, e habitantes do Alem-Tejo, com preferencia ás Ordens, que lhes prescrevia quem os governava. Eis-aqui hum fructo da Ochlocracia nutrida, e sustentada em Portugal pelo . . . . . ! Os Povos do Alem-Tejo substituirão a sua vontade individual ás determinações do Governo, que erão a expressão da vontade geral, fazendo o mesmo, que fizerão os Soldados Oldemburguezes nessa occasião, que refere a Gazeta de Lisboa, e cuja noticia diz = *que se não achará sem interesse.*

Queira V. Ex.ª lêr a outra Ordem do dia 7 de Maio de 1812 na Gazeta de 16 do mesmo mez, e achará outro fructo da dicta Ochlocracia irmão germano do antecedente. As Milicias do Porto, e parte das do Minho, quando lhes agradou, deitárão a fugir, largarão as Bandeiras, etc. etc. sem que os seus Officiaes podessem contê-las. Fizerão o mesmo que os Soldados Oldemburguezes, substituírão a sua vontade individual á vontade geral, exprimida pelo mando dos seus Officiaes; e como o facto dos dictos Soldados se havia annunciado, como digno de se lêr *com interesse*, aquellas Milicias poderião esperar que o seu merecesse tambem ser contado com a mesma honra.

Todos os Escriptos, que se divulgarem entre os Povos,

***

Digitized by Google

referindo-lhes acontecimentos, como o dos Soldados Oldemburguezes com a nota honrosa, de que elles se *não acharão sem interesse*, dispõem successos, como os das Milicias do Alem-Tejo, e do Minho tirando o habito de obedecerem os Soldados cegamente aos Officiaes, e concorrendo para se apagar n'elles a idêa da sua obediencia passiva, que he em que consiste, e o que constitue a Disciplina Militar.

Qual he a razão, Ex.mo Senhor, por que a Tropa Regular Portugueza se tem comportado bem, e como deve? Porque, sujeita á diaria disciplina Militar, o seu habito passivo faz com que n'ella não fructifiquem tão facilmente as doutrinas Ochlocraticas, que nas Gazetas, e Escriptos de Lisboa se estão semeando de quando em quando. A dicta diaria disciplina he o contraveneno, que a defende do contagio. As Milicias porem, a que falta o dicto contra-veneno, por não vivêrem sujeitas á diaria disciplina Militar, apparecem infectadas da epidemia, que os mesmos venenos deixados espalhar . . . . . lhes communicão.

E aonde irá isto parar? Eu tremo de dizer a V. Ex.ª, e V. Ex.ª o sabe. . . . . Concorra V. Ex.ª para acudir a isto, se ainda he tempo de o fazer utilmente, como muito duvido. . . . . Desculpe V. Ex.ª a extensão da Carta, que acabo para não enfadar mais a V. Ex.ª e digne-se de acceitar os protestos do meu respeito, e da minha obediencia. Deos Guarde a V. Ex.ª muitos annos. Ilha de S. Miguel 6 de Junho de 1812. = De V. Ex.ª = Ill.mo e Ex.mo Senhor Antonio de Araujo de Azevedo. = O mais reverente Venerador, e Obrigado Creado = Vicente José Ferreira Cardozo da Costa.

N. B. O Indice geral deste Jornal promettido no N.° 16 Supplemento 1.° a f. 683, ha de achar-se nas mesmas Lojas, em que se tem achado este Jornal, em o dia 9 do seguinte mez de Novembro.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.

Com Licença.

Digitized by Google

RESPOSTA

DO DOUTOR

VICENTE JOSE' FERREIRA CARDOSO DA COSTA

A'S PERGUNTAS

FEITAS PELO SENHOR REDACTOR

DO PERIODICO INTITULADO

O FISCAL DOS ABUSOS

AOS

POLITICO-CHRISTÃOS, E SABIOS DA NAÇÃO

EM A SUA FOLHA N.° 15

NA DATA DE 4 DE SETEMBRO DE 1826.

Cópia das dictas Perguntas extrahidas do mencionado Periódico.

Perguntas, que faz o Redactor aos Politico-Christãos, e Sabios da Nação Portugueza, para com seus Parecêres podêr satisfazer aos clamores dos Habitantes de Lisboa de menos instrucção: e pede que as respostas sejão resumidas, proprias de huma pequena Folha, que deve contêr mais artigos; proprias de pessoas Sabias, e Religiosas; e assignadas, e reconhecidas; na certeza que seus Nomes não apparecerão em público, senão sendo nós a isso constrangidos Judicialmente.

1.ª Se Sua Eminencia, o Senhor Cardeal Patriarcha de Lisboa, he ou não obrigado a cumprir os Reaes Decretos do Senhor D. Pedro IV.? Ou se Sua Eminencia por Sua Alta Dignidade he impeccavel, e por isso isento de obedecer a ElRei?

2.ª Se, no caso de dever obedecêr, terá elle já cumprido o Sabio, e Generoso Decreto da Amnistia, a favor dos Parochos, e mais Sacerdotes, perseguidos por opiniões Politicas?

Digitized by Google

3.ª E, no caso de nada haver cumprido, se será isto *por* têr-se ligado na qualidade de Patriarcha a alguma Irmandade, que o prive de transigir com a actual Carta da Nação Portugueza, dada pelo seu Legitimo Rei, o Senhor D. Pedro IV.?

4.ª Se terá aquelle primeiro Sacerdote, de obrigação, o mandar Pastoralmente instruir o Povo rude no verdadeiro sentido da mesma Carta; huma vez que sabe que inimigos do Throno, e do Altar, a coberto da mais refinada hypocrisia, o distrahem do verdadeiro caminho da Lei?

5.ª Que nome se pode, e deve dar a Sua *Eminencia* em vista do seu comportamento, opposto á Lei, assim Divina, como humana?

6.ª Se este seu comportamento fará, ou não que os Povos percão para com Sua Eminencia aquella devoção, e respeito, que as Sociedades Civil, e Ecclesiastica exigem dos mesmos Povos para sua conservação, e harmonia?

7.ª Se esta falta de respeito, que he tão *necessario*, fará damno só a Sua Eminencia, e a *Portugal*, ou se redundará em prejuizo de toda a Igreja em geral?

8.ª Se Sua Eminencia, quando isto infelizmente aconteça, terá razão de chamar aos Portuguezes, que o aborrecêrem, Libertinos, Filosofos modernos, e Mações? Ou se estes a terão para lhe chamar máo Cidadão, máo Catholico, e máo Patriarcha?

9.ª E finalmente se Sua Eminencia, com a desapprovação, que publicamente ha manifestado, tem, ou não da sua parte chamado a Nação á anarchia? E, se esta por acaso se desenvolvesse, que fim teria Sua Eminencia, o Senhor Cardeal Patriarcha de Lisboa?

Esperâmos judiciosas, e bem *resumidas* respostas, que satisfação a inquietação, que Sua Eminencia já tem causado; mas que de forma alguma decáião d'aquella seriedade, e Religião pura, que professâmos, e devemos sempre ter em vistas.

O Redactor.

Digitized by Google

Senhor Redactor do Periódico intitulado
= O Fiscal dos Abusos. =

A sua requisição, inserida no N.° 15 do seu Periódico na data de 4 do corrente, dirigida aos *Politico-Christãos*, e *Sabios da Nação*, para que taes pessoas lhe communicassem as suas Respostas ás Perguntas, que alli se juntárão, relativas á conducta de Sua Eminencia, o Senhor Cardeal Patriarcha de Lisboa nas actuaes circumstancias de Portugal, levou-me á necessidade de satisfazê-lo, depois do mais circumspecto exame, e da mais escrupulosa consideração sobre o que eu deveria praticar, ou não em semelhante caso.

A Carta diz em termos muito claros, e expressos, no Cap. 2.°

Da Camara dos Deputados.

Art. 36.° *Tambem principiará na Camara dos Deputados:*

§. 1.° *O exame da Administração passada, e reforma dos abusos nella introduzidos.*

Diz mais no Art. 147.° §. 27.°

Os Empregados Publicos são strictamente responsaveis pelos abusos, e omissões, que praticarem no exercicio das suas Funcções, e por não fazerem effectivamente responsaveis os seus Subalternos.

E depois deste Art. ajunta immediatamente o outro §. 28.°

Todo o Cidadão poderá apresentar por Escripto ao Podêr Legislativo, e ao Executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expôr qualquer infracção da Constituição, requerendo perante a competente Authoridade a effectiva responsabilidade dos infractores.

No Art. 145.° §. 3.° attribue aos Portuguezes a faculdade de communicarem por palavra, ou por escripto huns aos outros os seus sentimentos debaixo da responsabilidade, que ha de ser marcada por huma Lei Regulamentar da Imprensa, a qual ainda não ha.

Digitized by Google

Neste estado de cousas, ninguem pode duvidar que as Camaras hão de, quando se congregarem, determinar a maneira, porque todos estes diversos Artigos da Carta se hão de pôr em harmonia huns com os outros, o que somente a ellas lhes pertence na forma do seu Art. 15.° §. 6.°

Sua Eminencia, o Senhor Cardeal Patriarcha nos termos das dictas Perguntas he considerado como hum Grande Funccionario Publico, e a sua Conducta na administração das suas Funcções he nellas trazida a exame, assim de Facto, como de Direito, e nos seus resultados. De Facto no N.° 2.° e 3.° De Direito, e nos seus resultados em quasi todos os outros.

Será acaso impossivel que, juntas as Camaras, haja nellas quem entenda que o exame da Administração passada, e a reforma dos abusos nella introduzidos por Sua Eminencia deva necessariamente principiar na Camara dos Deputados, segundo a Letra d'aquelle Art. 36.°?

Será impossivel que haja quem considere hum Argumento, a favor da resposta affirmativa á antecedente pergunta, a ligação, que se acha entre os trasladados §§. 27.° e 28.° do Art. 147.°? O 1.° d'elles Decreta a responsabilidade dos Empregados; e logo o 2.°, immediatamente unido, dá a todos os Portuguezes o direito de Petição perante o Podêr Legislativo, e perante o Podêr Executivo. E esta ligação não poderá fazer lembrar a alguem que a responsabilidade referida ha de ser necessariamente exigida perante aquelles dous Tribunaes do Podêr Legislativo, e do Podêr Executivo, e por meio das reclamações, queixas, e petições levadas a elles, começando o exame necessariamente na Camara dos Deputados, quando fôr ao Podêr Legislativo, na forma, que se Decreta no dicto Art. 36.° §. 1.°?

Será impossivel lembrar a alguem que, entendida a Carta por esta maneira, fica a responsabilidade com a maior garantia, que se pode desejar, tendo por Fiscaes a todos os Portuguezes, cada hum dos quaes pode por aquellas reclamações, queixas, ou petições arguir os Funccionarios Publicos, vindo d'esta sorte os seus abusos a darem *Acções Populares*, que possão ser movidas por todos os dictos Portuguezes, e não somente pelos queixosos? E tendo por Juizes a Representação de todas as Ordens do Estado congregada nas dictas Camaras?

Será impossivel que lembre a alguem que nestas cir-

Digitized by Google

cumstancias para combinar os mencionados Artigos da Carta ha de ser necessario restringir o dicto §. 3.° do Art. 145.° para que elle não comprehenda a communicação geral, pela Imprensa, dos abusos dos Funccionarios Publicos, para que fique intacto á Camara dos Deputados o Direito, e a Attribuição, que se lhe dêo, para nella começar, e não fóra d'ella, o exame da Administraçao passada, e a reforma dos abusos nella introduzidos?

Será impossivel que haja nas Camaras, a quem lembre que começar o exame dos dictos abusos nos Folhetos, e Periodicos pode excitar prevenções, e prejuizos nas dictas Camaras para que ellas, quando Juizes, se desviem alguma, ou algumas vezes da Justiça, e que he por tanto necessario desviar-lhes estes perigos? Não temos na nossa Sancta Religião hum documento para trazer os Christãos a esta cautela, e a este cuidado? Jesu Christo levado na Capital da Judéa ao Tribunal de Pilatos, que declarava reconhecer a sua innocencia, assim mesmo foi por elle entregue á morte, só para satisfazer ao Povo — *Volens populo satisfacere* (Marc. Cap. 15. V. 15.) isto he, só para satisfazer as prevenções, e prejuizos, que os inimigos do nosso Divino Salvador havião feito excitar contra elle na multidão, e entre o Povo.

Será impossivel que haja na Camara, a quem lembre que a *licencia* das accusações contra os Empregados Publicos em todos os Papeis divulgados pela Imprensa os tornará sem dúvida medrosos, e assustados no exercicio de suas Funcções, tornando huma grande parte d'elles miseraveis lisongeiros da multidão, e cuidando somente de se salvarem de suas invectivas, em vez de procurarem servi-la utilmente? Virtudes de Quinto Fabio Maximo que resistio a todas as imputações, até de traidor no meio de Roma para salvar hum dia o Imperio, como salvou, são prodigios na Especie humana, e que he imprudentissimo esperar nella.

Estâmos a esperar que as Camaras se congreguem: e não he então muito melhor que esperemos a sua voz, a authentica interpretação da Carta neste importantissimo Artigo, para depois caminharmos seguros, em vez de nos arriscarmos a ir perturbar as suas primeiras Sessões com accusações de infracções da Carta, e de responsabilidades, desviando-as assim dos indispensaveis trabalhos de tantas Leis Regulamentares, que são precisas fazer para Consolidação da Carta?

Se Sua Eminencia, o Senhor Cardeal Patriarcha delin-

Digitized by Google

quisse no arguido exercicio das suas Funcções, como Grande Funccionario do Estado, somente d'esse seu delicto podia conhecer a Camara dos Pares, na fórma do Art. 41.° da Carta §. 1.°, porque Sua Eminencia he hum dos Pares.

E pode parecer que o Sr. Fiscal dos Abusos começa no seu Periódico o exame da sua Conducta, assim de Facto, como de Direito, e nos seus resultados, quando pode parecer tambem que o devia deixar principiar na Camara dos Deputados.

E pode parecer que o Senhor Fiscal dos Abusos leva o conhecimento da Conducta do mesmo Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarcha ao meu Tribunal, e ao de todos os outros Portuguezes, a que pede as ditas suas respostas, assim de Facto, e de Direito, e nos seus resultados, quando pode parecer tambem que devia deixar este Juizo intacto para a Camara dos Pares.

E aquelles Portuguezes, que satisfizessem seus desejos, dando-lhe respostas *ás suas perguntas*, não ficarião inhabilitados para votar em semelhante materia, se algum dia ella fosse levada ás Camaras, em que elles tivessem assento? Havião de julgar, depois de terem propalado o seu voto?

No Governo Representativo os Corpos Politicos costumão ser muito ciosos das Attribuições, que lhes são dadas. D'aqui resultão as luctas, que entre elles costumão haver, e que são uteis para a conservação do seu equilibrio.

Mas a usurpação de individuos fora dos ditos Corpos Politicos, relativamente áquillo, que compete a estes, não entra na classe das dictas luctas, he hum attentado, e he hum Crime. E para se conhecer a gravidade, que se lhe costuma attribuir, ajunto aqui a traducção do *Artigo 193.°* do Codigo Penal Hespanhol, Decretado pelas Côrtes d'aquella Nação, e que se não pode chamar avêsso á Liberdade, pelos que amarem em Portugal a Constituição de 1822, ou as Organisações Politicas, eminentemente Democraticas. Diz o Artigo d'esta sorte:

> *Qualquer pessoa, que se arrogar alguma das Faculdades, que pela Constituição pertencem exclusivamente ás Côrtes, perderá os seus Empregos, os seus estipendios, e as suas honras; ficará perpetuamente inhabilitado para obtêr cousas d'estas, e soffrerá em hum Castello a prisão de dez annos.*

Digitized by Google

E accrescento a tudo isto a seguinte reflexão. Huma grande maioria da Nação he cordialmente Religiosa, e as suas idèas de respeito para com os Successores dos Apostolos, qual he Sua Eminencia, se achão ligadas com as outras da sua Religião. E que resultados terá então a pró, ou contra a mesma Carta a serie das Perguntas acima trasladadas? Eis huma outra serie de Perguntas, a que eu tambem estimaria a Resposta.

1.ª Servirá, ou prejudicará á Consolidação da Carta, provocar contra ella alguma reacção, ou alguma classe de inimigos?

2.ª Se fôr em seu desproveito esta provocação, não se deverá ella evitar mais cuidadosamente, quando fôr relativa aos Ministros da Religião, os quaes tem summa influencia, e podêr em todos os tempos, e em todas as Nações?

3.ª Não se deverá evitar mais cuidadosamente, quando a dicta provocação tocar, ou parecer tocar no que he relativo á Religião, que tanto imperio tem sobre os homens?

4.ª Não se deverá evitar mais cuidadosamente contra huma classe, que se suppõe em dissidencia da Carta para lhe desviar motivos capazes de a arraigar na sua dissidencia, e de lhe dar novas armas para engrossar o seu Partido?

5.ª Não se deverá evitar mais cuidadosamente, quando se diz que os inimigos da Carta se armão da Religião para seduzir os Povos contra ella, e quando a dicta provocação toca no mais authorisado Ecclesiastico Portuguez, sem nenhuma consideração, e sem nenhum respeito para com elle?

6.ª Não se deverá evitar mais cuidadosamente, quando a dicta provocação der, ou motivo, ou pretexto para os Fieis, ou alguns Fieis entenderem — isto só se vê depois da Carta, logo a Carta he a causa d'isto — isto tende a ridiculisar o primeiro Ministro do Altar entre os Portuguezes, logo muito mais se deve esperar relativamente aos outros — tracta-se de ridiculisar os Ministros do Altar, logo não se quer o Altar — diga o que disser a Carta, o certo he que á sombra d'ella se faz manifesta guerra aos Ministros do Altar, e isto não pode ser senão para que se destrua o Altar —?

7.ª Será de importancia igual, ou superior a tudo o acima ponderado a falta de execução da Amnistia relativamente a alguns individuos, quaesquer que elles sejão?

8.ª Não seria mesmo conveniente ao fim, que se deseja a pró dos Parochos, e mais Sacerdotes perseguidos por opi-

Digitized by Google

niões, deixar Consolidar a Carta com o ajuntamento das Camaras, nas quaes depois se havia de achar o remedio para todos os males, que se considerassem taes?

9.ª Não he de temer que se ache mais arriscada a Causa d'elles depois das dictas perguntas, que podem ter prejudicada a mesma Causa, excitando paixões, e affecções particulares a seu respeito, as quaes não haveria, se não tivessem havido as dictas perguntas?

10.ª Empregar meios tendentes, obvia, e manifestamente para empécer a marcha, e a Consolidação da Carta, será testemunho de amizade, ou de inimizade para com ella? Se elles são empregados por Amigos da Carta, serão estes discretos, ou indiscretos? Se são indiscretos poderá confiar-se nelles a pró da Consolidação da Carta, ou deverá temer-se qué mesmo com bons desejos, e com sentimentos de amizade pela Carta, sirvão para a pôr em perigo, ou para lhe dar a morte?

Espero que o Senhor Fiscal dos Abusos dê a si mesmo a Resposta a estas Perguntas, e que depois d'isso dirija a sua Conducta, como lhe parecer, em objectos de semelhante transcendencia, e natureza: E eu respondo ás suas; *que muito desejaria que taes perguntas se não tivessem feito.* Lisboa 13 de Setembro de 1826.

Dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. 1826.

Com Licença.

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

WIDENER
HN S24J 7

Digitized by Google

Digitized by Google